

UMA TRAJETÓRIA
DIÁRIO DE AMBIENTALISTA
Paulo Nogueira-Neto



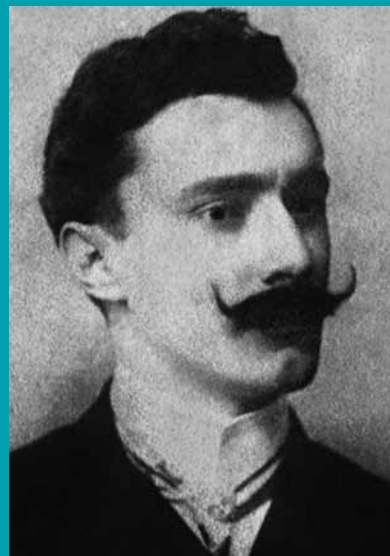
UMA TRAJETÓRIA
Diário de AMBIENTALISTA
Paulo Nogueira-Neto

EMPRESA DAS ARTES

UMA TRAJETÓRIA
Diário de AMBIENTALISTA
Paulo Nogueira-Neto

sobre problemas pecuários, fogueiras, etc.
Aqui o capim fogueira (Hyparrhenia
rufa) cresce muito bem. O gado é
mestiço europeu - zebu e mas recebe ração
no período das águas. 100
430 kg de leite por dia
são os mais ríngles e mistos. A
região como eles toda a periferia de
Goiânia, é de solo de transição mata
- cerrado, ora predominando ora
outros densos tipos de vegetação. Existe

UMA TRAJETÓRIA
Diário de AMBIENTALISTA
Paulo Nogueira-Neto



Dedico este livro, que é parte de minha vida, além dos filhos e noras,
aos meus netos e consortes:

André Pinto de Souza Nogueira

Eduardo Manoel Toledo Nogueira

Luciana de Freitas Pupo Nogueira e Gabriel Pupo Nogueira

Orlando Pinto de Souza Nogueira

Paula Toledo Nogueira Forte e Marco Tullio Turazzi Forte

Paulo de Freitas Nogueira e Luciana Rodrigues Nogueira

Também dedico este livro aos meus bisnetos e bisnetas:

Gabriel Pupo Nogueira Filho

Lucia Coutinho Nogueira Forte

Marina Pupo Nogueira

Paulo Henrique Rodrigues Nogueira

Teresa Rodrigues Nogueira

E aos que virão.



Repito aqui com emoção algumas palavras que escrevi em 1963,
na primeira página de minha tese de doutoramento no IB-USP:

*"À Lucia, pelo caminho que juntos percorremos,
Com os pés, rompendo a poeira das estradas,
Com os olhos, contemplando as estrelas do céu."*

Ela faleceu em 1995, mas sua lembrança estará também sempre em
meu coração





*Entrada da casa de PNN.
No piso, abelha e flor
desenhados por Aldemir
Martins*

– Quem é Paulo Nogueira-Neto?

– O Dr. Paulo, como o chamamos carinhosamente, nasceu em São Paulo no dia 18 de Abril de 1922. Seus pais, Regina Coutinho Nogueira e Paulo Nogueira Filho, não sabiam que o filho se tornaria um ícone na defesa, preservação e manutenção do meio ambiente no Brasil.

– Qual é a sua formação acadêmica?

– Nosso querido Dr. Paulo formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Estudou também História Natural, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. É um grande pesquisador sobre o comportamento das abelhas indígenas sem ferrão e debruçou-se também sobre o comportamento de aves, como pombas, rolas e psitacídeos para a sua tese de Livre Docência em 1980.

– Sei também que o Dr. Paulo Nogueira-Neto é professor titular de Ecologia, além de ter recebido o título de Professor Emérito do Instituto de Biologia da USP. Ele é também um dos responsáveis pela Fundação do Departamento de Ecologia Geral no Instituto de Biociências da USP. Impressiona a trajetória da sua vida e realizações de nosso amigo conservacionista. No período de 1974 a 1986 dirigiu a Secretária Especial do Meio Ambiente- SEMA, do Ministério do Interior. Através de suas iniciativas, e sob sua orientação, surgiram 3.200 mil hectares de áreas protegidas em 26 estações e reservas Ecológicas. Um dos maiores legados à Nação Brasileira foi a aprovação de leis ambientais básicas desde 1981.

– Dr. Paulo chefiou também várias delegações oficiais brasileiras e recebeu por duas vezes a Ordem de Rio Branco. Foi vice-presidente do

programa O Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO e presidente do Conselho Federal de Biologia. Em 1981, juntamente com Maria Theresa Jorge Pádua, recebeu o prêmio Paul Getty, a principal láurea mundial na conservação da natureza e, em 1997, o prêmio Duke of Edinburgh, da WWF internacional.

– Vou complementar nosso diálogo ressaltando a importância de Dr. Paulo que, sem dúvida, tem vivido para servir a sua Nação e o Planeta em uma das mais nobres causas exercidas por ser humano: a luta incessante pelo Bem-Estar em harmonia com o Meio Ambiente. Ele é também membro do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); ex-membro do Conselho do Meio Ambiente (CADES) da Prefeitura do Município de São Paulo; membro do CONSEMA (Cons. Estadual do Meio Ambiente); membro Conselho de Administração da CETESB; Assessor do Programa de Educação Ambiental do Ministro da Educação; Vice-Presidente da S.O.S – Mata Atlântica; Vice Presidente da W.W.F-Brasil; Presidente da ADEMA-SP, (Associação de Defesa do Meio Ambiente); Ex-presidente da Comissão para Implantação da APA Capivari-Monos (SP); ex-membro do Board do World Resources Institute; Vice Presidente do International Bee Research Association; ex-membro do International Advisory Group do PP-G7 (assessor do World Bank); Presidente da Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico, no grau de Grã Cruz, em abril de 1999, no Palácio do Planalto. Patrocinou a criação da ARIE – Reserva Extrativista Nova Esperança, na região de Xapuri, no Acre. É cidadão honorário de Aiuaba (CE), Brasília (DF), Luziana (GO) e Cosmópolis (SP).

*Fábio Ávila
Editor*



Reino dos maçados – José Pedro de Oliveira Costa

CARTA INTRODUTÓRIA

Como espécie de celebração de sua vida, Paulo Nogueira-Neto (PNN, como gosta de se intitular na redação de seu nome) oferece ao leitor partes de seu precioso Diário, manuscrito durante mais de trinta anos. O próprio autor, no Capítulo I (Razões para escrever), conta-nos o motivo de tanta escrita, ao longo de períodos distintos, decorridos em vários cenários.

São passagens simples do dia a dia ou experiências ligadas a seu processo entusiasmado de conquistar o mundo, de obter êxito nas causas ambiental e humana. Há passagens grandiosas que marcaram a história de nosso país, bem como espaço para as pequenas abelhas indígenas sem ferrão, em especial as jatais, às quais PNN se dedica na qualidade de cientista amante da natureza. Em visita a seu meliponário, podemos confirmar seu apreço pelas abelhas, ouvindo-o explicar que elas ali estão para se reproduzir e que o mel produzido ele quase sempre deixa lá, para o deleite delas mesmas.

Antes de encontrarem o rol de textos constantes desta obra, permitam-me revelar um pouco daquilo que auxiliou PNN a realizá-la.

Em 2002, por gratidão pelo prefácio de PNN a um livro que eu havia escrito, visitei-o na companhia de seu amigo Paulo Bastos Cruz. Enquanto bebíamos um cálice de vinho, contei que um alemão, somelier aposentado, possuía em sua adega uma sala anexa repleta de prateleiras com livros encadernados na cor branca e cheios de rótulos de vinhos, postos entre páginas manuscritas em caligrafia gótica, contando-se passagens de sua vida, momentos de amizade, de guerra mundial e de inúmeras degustações de vinho. Eram seus diários, eu disse, ao que PNN respondeu: “Também tenho meus diários.”. Feliz e confiante, reagiu: “PNN, você precisa publicá-los!”.

Sua pretensão, porém, não era essa. Disse que havia pensado em deixar, quando passasse desta para a outra vida, apenas três cópias em doação: para a família, para a Universidade de Brasília e para a Universidade de São Paulo.

Nessa hora, Paulo Bastos ajudou-me e foi incisivo ao afirmar a importância da publicação, como parte da história da luta ambiental no Brasil e no mundo.

Em 2003, ao término de uma reunião ordinária da Adema-SP, sua Associação de Defesa do Meio Ambiente, surpreendi-me quando PNN me entregou uns cadernos azuis, amarrados por cordões de algodão, e proferiu: “Flavia, quero que você me ajude a transformá-los em livro.”

O tempo passou, e tive a alegria de ler e reler seus diários originais; em 2005 assinamos contrato com a Empresa das Artes, e a

produção da obra começou. Nesse meio tempo, apreciei as quase quinze mil páginas, lendo-as como se fossem romance de um ser que inicialmente me pareceu em extinção. Fui descobrindo um advogado da natureza, um ecólogo, mas muito mais do que um ambientalista: um construtor de sonhos. A seleção de trechos dos Diários possibilita a apreciação de pioneirismo e de competência na solução de problemas globais e locais e a ilustração da história evolutiva da questão ambiental e do desenvolvimento inter-cultural, com base no olhar de um ser conectado à política, vista por ele de maneira estratégica, mas não menos sensível, analisando-se a alma das pessoas, o interior das comunidades, dos gabinetes, das igrejas e das florestas.

No Capítulo II destas páginas, os leitores poderão conhecer os bastidores das decisões governamentais e os jogos de poder no tocante à pauta ambiental, em particular os efeitos sobre a evolução do controle e prevenção da poluição; no Capítulo III, poderão conhecer os espaços reguladores das normas ambientais, com a formação das primeiras leis e instituições brasileiras na matéria. De um golpe, no Capítulo IV, acessam-se os meandros do surgimento das transfronteiriças preocupações com a questão da manutenção da vida no Planeta, o conceito de desenvolvimento sustentável e a condução das defesas ecológicas pelas delegações de inúmeros países, bem como pelas Nações Unidas e outras representações internacionais.

O Capítulo V é mais doce: permite ver as demarcações de Unidades de Conservação e perceber o reconhecimento das ações de PNN. Nessa linha, o Capítulo VI completa a paisagem, mediante visita aos biomas brasileiros, num espírito aventureiro especializado na flora,

na fauna e em conquistas antrópicas de regiões como a Amazônia e o Pantanal Mato-Grossense. O Capítulo VII é uma passagem para os espaços protegidos, desenhados em sobrevoos, e conta a história das lutas pela preservação das espécies.

Quase sem fim, o livro estende-se ao Capítulo VIII para explicar a dinâmica dos ambientalistas, das ONG e para sugerir como lidar com as ilusões. Transformadas estas em realidade, no Capítulo IX se enxerga um resultado palpável no âmbito da Academia, da Ciência e da Tecnologia.

Tudo isso foi escrito, diariamente, desde 1972, por um só homem, que se mostra por inteiro, com ideologia, sim, porém acima de tudo com observância de rígidos critérios de comportamento, com amor a Deus, à família e aos amigos, além de gratidão por viver tanto e em tantos lugares (Capítulo X).

São cenas escritas, enfim, para chorar, rir, cansar de guerrilhar e lutar para sobreviver, ao longo de gerações.

Agradeço, de coração e mente, a todos aqueles que contribuíram para a escolha e a organização das páginas dos Diários. Cada um que por elas passou trouxe uma semente da sustentabilidade. Vejo-a como o estado de graça: quem folhear o livro poderá, portanto, sentir emoções que ajudarão a todos na contínua busca de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Em São Paulo, aos 8 de dezembro de 2009
Flavia Witkowski Frangetto



O Mutum do Cerrado (Crax fasciolata), cujos casais criam facilmente e que, havendo comida, adotam os arredores arborizados das casas das fazendas

Tal é a interpenetração entre a vida de Paulo Nogueira-Neto e sua luta pela conservação da natureza, que este livro de memórias pessoais acabou sendo um manual da história do movimento conservacionista no Brasil, contada de dentro, com exemplar franqueza e sinceridade.

Após a seção introdutória – uma breve história da família e da carreira de Paulo –, temos uma massa de diários. Cada incidente é identificado, individualizado e contado sob a ótica especial de Paulo Neto – federalista cristão. Solidário, homem de família e de clã.

É incrível a riqueza deste diário. Paulo Neto ocupou diversas das mais altas posições administrativas no campo da conservação. Sua opinião foi sempre procurada e acatada. E, repito, a sinceridade e franqueza dos comentários são de si mesmas fascinantes.

É livro para ler, reler, conservar com carinho.

Paulo Vanzolini

MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Apresentar esta publicação, intitulada "Uma Trajetória Ambientalista: Diário de Paulo Nogueira-Neto", reunindo os fatos mais significativos dos 45 anos da trajetória deste eminente cientista e homem público, representa sem dúvida uma honra e um privilégio para o WWF-Brasil. É também justa homenagem ao Presidente Emérito de seu Conselho Diretor, a quem muito deve em termos de orientação e inspiração, há mais de 14 anos.

Patrono do ambientalismo em nosso país, advogado, professor e pesquisador especializado em apicultura, prestou ao Brasil notável contribuição científica, institucional e administrativa, tanto pioneira como abrangente. Cobriu dessa forma os mais diversos aspectos da proteção do Meio Ambiente e dos recursos naturais, além de acrescentar considerável dimensão às áreas protegidas dos vários biomas brasileiros, das mais significativas de todo o planeta.

Paulo Nogueira-Neto, fiel à sua tradição familiar, e com o apoio discreto e constante de sua esposa Lucia e filhos, abriu novos caminhos e formou gerações de dedicados ambientalistas nas áreas federal, distrital e não governamental. Aceitou, sem vacilar, o comando da incipiente Secretaria Especial do Meio Ambiente do antigo Ministério do Interior, logo após a conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano em 1972, e representou o Brasil na famosa Comissão Brundtland e em reuniões internacionais sobre o Meio Ambiente.

Desde então, participa dos principais foros e iniciativas voltadas para a proteção ambiental, sob diversos aspectos, acompanhando a evolução do quadro legislativo e operacional como membro qualificado do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão por ele criado e onde se fazem representar as várias instâncias setoriais e governamentais, com a participação da sociedade.

Metodicamente, reuniu essa longa e profunda experiência em suas anotações neste diário, verdadeira história do ambientalismo brasileiro, abrangendo fatos significativos e identificando personagens que acreditam no progresso social e econômico em equilíbrio com a natureza.

Que este valioso registro seja motivo de reflexão e esperança para seus leitores, e os anime a defender as nobres causas esposadas durante as últimas décadas por Paulo Nogueira-Neto, confiando em seus princípios e realizações, em prol do desenvolvimento sustentável.

Álvaro de Souza
Presidente do Conselho Diretor

O WWF-Brasil é uma organização não governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e de promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. O WWF-Brasil, criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.



UMA OBRA REFERENCIAL EM ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Este diário de Paulo Nogueira-Neto testemunha o pensamento cotidiano de um cientista que desvendou os segredos da natureza. Por isso, suas reflexões e propostas, acerca do desenvolvimento sustentável — expressão que ajudou a criar quando integrou, nos anos 1980, a Comissão Brundtland da ONU —, constituem relevante contribuição para a luta contra as mudanças climáticas, em prol de um habitat mais saudável e pela viabilização de um futuro melhor para a humanidade.

Um dos fundadores do Departamento de Ecologia Geral do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), o professor doutor já demonstrou, em termos práticos, ser possível conciliar a prosperidade econômica com os preceitos da preservação. Ao dirigir a Secretaria Especial de Meio Ambiente, no Governo Federal, criou 26 estações e reservas ecológicas, totalizando 3,2 milhões de hectares. Ademais, numerosas leis ambientais em vigor brotaram de sua atuação no assessoramento a parlamentares.

O professor titular em Ecologia da USP fez palestras em todo o mundo, presidiu o Programa O Homem e a Biosfera, da Unesco, e recebeu os mais importantes prêmios nacionais e internacionais da área. Atuante em numerosos organismos técnicos e multilaterais, no Brasil e no exterior, muito nos honrou quando aceitou meu convite para integrar o Conselho de Meio Ambiente da Fiesp, criado quando assumiu a presidência da entidade. O apoio desta à publicação do livro Trajetória de um ambientalista: diário de Paulo Nogueira-Neto é congruente com a destacada presença do ambientalista no colegiado. Afinal, sua participação ajudou-nos a entender de modo pleno o conceito da produção economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente justa!

Paulo Skaf

Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp)

UMA VIDA DEDICADA À NATUREZA

Historicamente, o movimento ambientalista ganhou destaque no Brasil na década de 1970, repercutindo notícias de desastres e impactos ambientais, tais como o acidente de Bhopal, na Índia, o vazamento da Usina Nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, e a contaminação por mercúrio na Baía de Minamata, no Japão. O mesmo ocorreu em países desenvolvidos, onde a sociedade civil era mais organizada e consciente de seus direitos, e a imprensa gozava de liberdade de informação.

Nessa época, a luta em nosso País era travada por entidades ambientalistas, acadêmicos, artistas e até indivíduos que eram contra a degradação ambiental, como a absurda iniciativa de estabelecimento dos contratos de risco para exploração da Amazônia, visando o pagamento da dívida externa brasileira, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a supressão dos resquícios da Mata Atlântica e o convite oficial para a vinda de indústrias poluidoras ao Brasil.

Enquanto ambientalistas desenvolviam, junto à sociedade, um importantíssimo trabalho de resistência pela preservação do Meio Ambiente, Paulo Nogueira-Neto atuava no Governo Federal como o primeiro secretário de Meio Ambiente na difícil tarefa de conscientizar autoridades e parlamentares sobre a relevante e crescente importância do desenvolvimento sustentável.

Com essa trajetória, tornou-se um dos maiores nomes da causa ambiental no Brasil e com muita habilidade, gentileza no trato com todos, capacidade técnica de convencimento, cuidado de não impor derrota a ninguém, mas agregar pessoas a causa, Paulo Nogueira-Neto é considerado uma unanimidade entre os ambientalistas.

Figura ímpar neste tema, registrou diariamente, durante mais de 30 anos, em cerca de 14 mil páginas, fatos importantes relacionados ao Meio Ambiente, que agora são revelados ao público neste que pode ser considerado o Diário Secreto do Meio Ambiente.

Com toda uma vida dedicada à causa, agora reproduzida neste livro, fiel ao conceito que cunhou, de que o Meio Ambiente une, e parafraseando este personagem histórico de nosso movimento ambientalista, resta dizer que, pela sua pessoa, sua contribuição e sua história, “Uma Trajetória Ambientalista: Diário de Paulo Nogueira-Neto”.

Walter Lazzarini

Presidente do Cosema (Conselho Superior de Meio Ambiente Fiesp-IRS)

FIESP **CIESP**

SUMÁRIO

19 Razões para escrever

- 21 Os fundamentos de uma trajetória ambientalista

41 Desafios da era ambiental

- 43 Administração e política ambiental federal
- 104 Águas Poluídas
- 149 Uma época de grandes mudanças
- 206 Educação Ambiental

213 Ambiente Regulatório

- 215 Legislação Ambiental
- 245 Parlamento Ambiental da Federação Brasileira

277 Preocupação ambiental no Planeta

- 279 O Conselho Federal de Biologia e outros Conselhos com ação ambiental
- 283 Comissão Brundtland
- 306 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Nairóbi e outros foros internacionais
- 343 União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)
- 356 Debate Mundial

379 Reconhecimento de terras protegidas

- 381 Unidades de conservação
- 436 Matas da Santa Genebra Et Jureia
- 455 Duque de Edimburgo Et outros prêmios

481 Biomas Brasileiros

- 483 A floresta amazônica e seus problemas ambientais
- 525 Mata Atlântica
- 535 Araucária
- 541 Pantanal e Cerrado
- 549 Caatinga

555 Visões da natureza

- 557 Paisagens
- 579 Baleias e outros animais

617 Diálogos em prol do ambiente ecologicamente equilibrado

- 619 Renovar, proteger e conservar
- 647 Administração Ambiental Paulista
- 678 Algumas ONGs ambientalistas e sua ação
- 708 Viagens diversas e refeições memoráveis

733 Ciência e Vida

- 735 Trajetórias acadêmicas
- 762 Algumas considerações científicas e sócio-ambientais

773 Intimidades no ambiente interno e externo

- 775 Ética, ajudas e princípios diversos
- 796 Atividades religiosas
- 819 Algumas passagens marcantes
- 840 Caminhando juntos nas estradas da vida
- 863 Algumas Políticas Internacionais
- 875 Uma ideologia de desenvolvimento sustentável



RAZÕES
PARA ESCREVER

POR PAULO NOGUEIRA-NETO

OS FUNDAMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA AMBIENTALISTA

Antes de mais nada, quero salientar que apresento neste livro fatos e fotos da minha vida e da história ambiental da Federação Brasileira. São, sobretudo, comentários que constituem a minha visão pessoal dos acontecimentos, assuntos e circunstâncias. Considero que sou eu mesmo e as minhas circunstâncias, como dizia Ortega y Gasset. Pelo menos basicamente sou tudo isso, incluindo minha fé em Deus, as influências de minha família e de minhas numerosas amizades. Cada um de nós tem a sua personalidade e as suas circunstâncias, que podemos melhorar ou agravar no decorrer das nossas vidas, pelo nosso livre arbítrio.

Nasci em 18 de abril de 1922, na Avenida Angélica, esquina com a Rua Baronesa de Itu, na casa de meus avós paternos, Ester e Paulo Almeida Nogueira. Disseram-me ter sido parto prematuro. Corria o ano do centenário da Independência, na qual tomou parte, como um dos seus líderes, meu antepassado José Bonifácio de Andrada e Silva, O Patriarca. Foi o primeiro Naturalista brasileiro do lado materno da minha família. Durante minha mocidade, recebi certa influência das minhas origens Andradas. Minha mãe mantinha estreita amizade com suas primas também descendentes do Patriarca. Lembro-me bem das tias Dora, Vanda e do tio Adolfo, como eu os chamava. Também fui colega nas arcadas da Faculdade de Direito, de um primo Andrada, Martim Francisco, que se tornou um Juiz de Direito muito considerado. Infelizmente morreu cedo. Na Academia Paulista de Letras sou colega de uma prima

Andrada, muito querida de todos, Ana Maria Martins. Também em Brasília, em 1981, o líder do Governo no Congresso, o meu primo mineiro Bonifácio de Andrada foi importante, junto com o líder da oposição Modesto da Silveira, na aprovação unânime da importante Lei 6.902/81, que dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Estações Ecológicas.

A História principal dos Andradas vem do século 18, quando o jovem santista José Bonifácio foi estudar em Coimbra, em Portugal. Lá ele conheceu o professor Domenico Vandelli, contratado pelo Governo Português. Vandelli lecionou em Coimbra entre outras atividades. Foi um notável botânico, de quem José Bonifácio se tornou um grande amigo e depois até co-sogra.

Domenico Vandelli, também meu antepassado, merece ser mais conhecido. Nasceu e se formou em Pádua, no que hoje é parte da Itália. Foi amigo de Lineu. Organizou em Lisboa, Coimbra e Ajuda as primeiras estruturas biológicas ambientais portuguesas. Após a vitória inicial do General napoleônico Junot sobre os portugueses, a França enviou a Portugal o naturalista Geophrey Saint-Hilaire, com a missão de trazer coleções de História Natural. Assim, Vandelli, diretor do Museu da Ajuda, teve que ceder cerca da metade das coleções biológicas portuguesas aos museus da França. Ao fazer isso, penso que a título de consolo diante das realidades europeias de então, Vandelli teria manifestado a esperança de que esse material fosse adequadamente estudado na França. Mais tarde, em consequência indireta da derrota do exército francês do General

Junot em Portugal e da vitória do exército inglês comandado por Wellesley com apoio de portugueses, Vandelli foi preso e desterrado para os Açores. Depois, em 1810, seguiu para a Inglaterra. O Governo Português respondeu ao Governo Britânico (Reino Unido) que não fazia "objeção alguma" à solicitação inglesa para receber Vandelli, iniciativa patrocinada pelo destacado naturalista Britânico Sir Joseph Banks, Presidente da Royal Society de Londres. Vandelli, através de seu filho Antonio, insistiu veementemente não ter sido colaboracionista napoleônico. Foi depois absolvido em Portugal, mas continuou na Inglaterra até o fim das guerras napoleônicas. Da Inglaterra, em 1815, voltou a Lisboa, onde morreu em 1816. Esses e muitos outros dados sobre a vida de Domenico Vandelli estão numa excelente biografia sua escrita por João Carlos Brigola, no livro publicado em 2008 sobre Vandelli e seus trabalhos, intitulado "O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli". É um trabalho realizado pela Fundação Paribás com apoio do Jardim Botânico. Teve diversos colaboradores, entre os quais Fernanda Camargo-Moro, João Carlos Brigola, Lorenay Kury, José Augusto Pádua e Andrea Noronha (363 p.). O "salvamento" de Domenico Vandelli, conseguido através de uma rede internacional de grandes naturalistas, mostra que há mais de 200 anos o ambientalismo já era respeitado. Vandelli foi importante para o Brasil, pelas expedições "filosóficas" (científicas) que planejou, pelos trabalhos de fundo ambientalista que escreveu e por ter sido professor e amigo de José Bonifácio e de outros brasileiros. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro fez uma exposição em 2008, em homenagem a Domenico Vandelli, na qual foi distribuído o interessante livro escrito sobre ele, acima referido. A Fundação Paribás publicou igualmente a ampla correspondência dele com Lineu. Veja também o importante livro "Napoleão Bonaparte, Imaginário e Político em Portugal," em 1808-1810, da autoria de Lucia Maria B. Pereira Neves, com relatos e comentários sobre essa agitada era. Não vou relatar aqui as viagens científicas pela Europa e os cargos elevados que José Bonifácio desempenhou em

Portugal. Contudo, Domenico Vandelli e José Bonifácio permaneceram em Portugal quando o mundo português europeu desabou com a vinda de Don João VI ao Brasil. José Bonifácio lutou contra os invasores franceses, assumindo o posto de tenente-coronel, comandante do Corpo Militar Acadêmico (da Universidade de Coimbra). Foi elogiado pelo comandante em chefe do Exército, marechal Beresford. "Encarregava-se pessoalmente dos reconhecimentos mais arriscados e marchava sempre na vanguarda das tropas sob seu comando" (O. Tarquino de Sousa (974 p. 48-50).

Nessa época, tumultuada, o filho de Domenico Vandelli, chamado Alexandre Antonio e também cientista, se casou em Portugal com a filha mais velha de José Bonifácio e da sua esposa, a irlandesa Narcisa Emilia O'Leary. Essa filha se chamava Carlota Emilia. Mais tarde, já no Rio de Janeiro, José Bonifácio providenciou a vinda ao Brasil de Alexandre Antonio, Carlota Emilia e sua família. A filha mais velha desse casal, Narcisa Emilia, casou-se com Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Ele divergiu do Patriarca, que foi depois seu sogro, na questão da tutoria do jovem Don Pedro II. Foi ministro dos Negócios Exteriores do Império. Foi também senador. Recebeu o título de Visconde de Sepetiba. Um dos seus biógrafos, S. A. SISSON, afirmou que numa fase mais tranquila de sua vida, o Visconde de Sepetiba escreveu sobre o plantio do chá e sobre as abelhas. Portanto esse meu antepassado já fazia algo do que faço hoje, mas ainda não encontrei esses seus trabalhos. Ele teve uma posição de destaque na vida política do Império Brasileiro. Gostava de ler sobre as Ciências Naturais e se interessou inclusive pelos fenômenos magnéticos, no fim de sua vida (Biografia escrita por Helio Viana, em 1943, p. 190-203).

Também tenho antepassados Republicanos. Meu bisavô paterno José Paulino Nogueira, republicano histórico, foi Intendente (Prefeito) de Campinas. Durante a grande epidemia de febre amarela que houve lá no século 19, permaneceu

na cidade, ficou enfermo, mas sobreviveu. O vizinho Município de Paulínia deve a ele o seu nome. Seu irmão Arthur Nogueira, meu tio bisavô, também deu seu nome a uma cidade próxima. Meu bisavô materno Manoel Ferraz de Campos Salles foi presidente da República, na virada do século 19 para o século 20. Consertou as finanças brasileiras da época e prestigiou os Estados, prestígio que modestamente procurei dar a eles também na Sema. Sou profundamente Federalista. Dediquei uma parte do meu tempo a visitas a Governadores para pedir a eles a instituição de Secretarias e outras entidades ambientalistas estaduais. Hoje há no Conama uma rede inter-estadual, a Abema.

Em homenagem à minha origem republicana, quando fui secretário federal do Meio Ambiente, atrás da minha mesa coloquei na parede um grande retrato do meu bisavô Campos Salles, ao lado do retrato do Presidente do momento. Quando me disseram que não podia fazer isso, respondi: - "não vou remover o retrato do Presidente Campos Salles. E tenho certeza de que ninguém vai querer brigar com ele". E assim foi durante os 12 anos e meio que fiquei no cargo de Secretário do Meio Ambiente. Quando deixei de ser Secretário (Federal) do Meio Ambiente, saí do prédio da Secretaria carregando debaixo do braço o retrato do Presidente Campos Salles. Outra ação minha de caráter nepotista foi um ato designando José Bonifácio como o Patrono da Ecologia Brasileira. Mas foi um "nepotismo esclarecido", que certamente não prejudicou a República.

Minha meninice decorreu numa época politicamente agitada. Meu pai, Paulo Nogueira-Filho, mais conhecido como Paulito, foi um dos fundadores e líderes do Partido Democrático, da oposição. Morávamos numa boa casa, na Alameda Itu. Meu pai ia frequentemente ao Rio Grande do Sul, a Pedras Altas, para conspirar no preparo da Revolução de 1930, com Assis Brasil, um dos líderes gaúchos, mais tarde Ministro da Agricultura. Num dos retornos de meu pai a São Paulo, os

amigos e familiares preparam lá em casa uma grande festa, na qual eu deveria declamar uma poesia. Puseram-me no círculo de amigos e minha mãe me disse: - "Paulo, conte a seu pai a grande novidade..." A novidade? Fiquei algum tempo matutando sobre o que seria a tão importante novidade. Em seguida exclamei: - "a novidade é que o lixeiro passou aqui ontem e disse: - É uma vergonha que uma casa tão bonita tenha uma lata de lixo tão furada". !! Risadas gerais. Eu não ri. Até hoje considero muito justa a reclamação do lixeiro defensor do Meio Ambiente Urbano.

Segundo me contaram, após a vitória da Revolução de 1930, quando desembarcou de um navio no Rio de Janeiro, Assis Brasil já ministro foi carregado por uma multidão entusiasmada. Quanto mais ele gritava, mais era aplaudido. Acontece que ele gritava: "estão roubando a minha carteira!!!" O que trouxe dificuldades financeiras ao amigo de meu pai.

Meu pai teve que vender a casa, devido às dívidas do jornal Diário Nacional. Este tinha poucos anúncios, pois raros eram os comerciantes que se aventuravam a anunciar em jornal da oposição.

Meu avô Paulo de Almeida Nogueira gostava muito de criar patos do mato. Também chegou a comprar uma floresta em Campinas, para preservá-la. Era um caçador, mas com certo espírito conservacionista. Caçava pombas, marrecos e perdizes selvagens. Também permitia que os netos caçassem aves comedoras de frutas do pomar da fazenda, exceto sabiás, pelos quais tinha muita estima. Até hoje me arrependo de ter caçado sanhaços e saíras.

A saúde de minha mãe Regina era frágil. Ela precisou morar longo tempo em Campos do Jordão, devido a um fungo pulmonar, mas felizmente se recuperou desse problema de saúde. Nas férias, convivendo lá com as araucárias, aprendi a admirá-las, o que mais tarde me levou a defendê-las, inclusive como

membro de uma Comissão do Ministério do Meio Ambiente que tinha esse objetivo.

Com o meu único irmão José Bonifácio tive uma sequência de três governantas inglesas, a última das quais, Annie Jerred, foi por nós considerada como membro da família. Repousa no Cemitério da Consolação, no mesmo túmulo onde estão a minha mãe e minha amada esposa Lucia. Até hoje mantemos na família a tradição britânica de servir na festa de Natal um “plum pudding” pegando fogo, que faz muito sucesso. Também destaco a colaboração lusitana de Adélia de Almeida na educação de meus filhos, e atualmente na governança de minha casa, bem como a cooperação de minhas secretárias Sandra Comerata e Alessandra G. Muniz. Na área rural, Isaura Nunes, Gilberto Silva, Vicente e Maria Caixeta, Luciene e Zico Campana.

Foi muito cordial o meu relacionamento com meu único irmão, José Bonifácio Coutinho Nogueira. Ele teve uma vida pública intensa, ocupando a Secretaria da Agricultura e mais tarde a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, além de ter exercido atividades importantes no setor privado.

Entre 1930 e 1932, moramos cerca de dois anos no Rio de Janeiro, onde meu pai trabalhava no Governo Federal. Contudo, na Revolução de 1932, na qual ele também participou com decisão e entusiasmo, fomos derrotados. Meu pai saiu do Rio disfarçado de pescador e desembarcou no litoral Norte Paulista, para se engajar na Revolução. Antes do seu término, passando pelo Paraguai procurou comprar armamentos na Argentina para as tropas constitucionalistas de São Paulo. Mas não conseguiu fazer essa aquisição. Escreveu depois e publicou a maior e mais detalhada História da “Guerra Cívica de 1932”, após consultar também os arquivos do Exército. Hoje ele repousa no Obelisco do Parque Ibirapuera, junto a outros revolucionários. Durante a revolução, eu e meu irmão José Bonifácio andávamos na calçada da Praia de Copacabana, com distintivos

revolucionários bem visíveis no peito. Eram distintivos feitos clandestinamente no Rio de Janeiro. Certo dia, minha mãe e outras senhoras foram falar com o Ministro da Marinha e o convidaram a aderir à revolução. O Ministro deve ter tomado um susto com essa audácia, mas não as prendeu. Ainda havia certo cavalheirismo, naqueles tempos.

Após a derrota da Revolução de 1932, voltamos a residir em São Paulo. Fomos então morar com os meus avós paternos, na casa grande onde nasci e que parecia um mini castelo. Tinha no porão uma grande cozinha e uma respeitável adega de vinhos. Também guardavam lá uma coisa que muito me interessava. Era um balde de madeira com uma aparelhagem mecânica dentro, que fazia gostosos sorvetes. Era acionada com uma manivela manual. No andar térreo da casa havia salas e salões. Numa delas existia uma grande poltrona na qual meu avô presidia reuniões informais, um “bate-papo” da família e de convidados, após o jantar. Eu pensava: – “um dia chegará a minha vez de sentar nessa cadeira”. Esse dia porém nunca chegou, pois os tempos mudaram. A cadeira está hoje aposentada, num canto da sede da Fazenda São Quirino. Sou o único que a vi nos seus dias de glória e agora no exílio doméstico. Em cima, no 2º andar, num dos lados da casa existia uma torre, com uma escada interna. Na verdade a torre não servia para nada, mas era algo imponente.

Meus estudos, no ensino médio, foram feitos no Ginásio São Bento, de São Paulo, onde participei de um grupo de amigos (com os seus números de matrícula), da qual faziam parte: Alexandre Thiollier (341) Jaime Augusto da Silva Telles (582), Manoel Martins de Figueiredo Ferraz (548), Fabio Marcondes Machado (que morreu ainda ginasiano) e alguns outros. Com esse grupo, fiz exames vestibulares. Entramos primeiro no Pré-Jurídico e depois na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde meu avô materno José Bonifácio Oliveira Coutinho foi professor de Direito Privado Internacional. Ele era profundamente católico. Incentivou

outros membros da família a seguirem a sua crença. Indiretamente também me motivou, embora ele tenha falecido antes do meu nascimento. Sua herança espiritual chegou até mim através de minha mãe. Na Faculdade esse meu avô apresentou e publicou uma tese de vanguarda, sobre o uso do gramofone (vitrola) como meio de prova. Era algo muito avançado para a época. Ocupou-se também do Direito Internacional Privado.

Quero ainda destacar a influência e amizade do meu tio materno José Salles Oliveira Coutinho, médico e cidadão exemplar, casado com tia Vera Hermany Oliveira Coutinho. Ele sabia contar histórias do passado de uma maneira muito atraente. Infelizmente morreu sem deixar um diário e eu não fiz anotações, o que lamento profundamente.

Em 1936, minha família mudou-se em São Paulo para uma casa da esquina da Avenida Brasil e Rua México, que minha mãe chamou de “Vila Abissínia”, devido à guerra que havia na Etiópia, na África. Essa casa foi muito importante para mim, para meu irmão e para toda a nossa turma de rapazes, pois era o centro de nossas reuniões com amigos e colegas. Às vezes era também o local de nossas pequenas conspirações contra o regime ditatorial do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas em 1937. Hoje a casa é uma agência do Banco do Brasil.

Pouco antes de entrar na Faculdade de Direito, em plena guerra e voluntariamente, fiz meu serviço militar aos 16 e 17 anos, em 1938, como soldado raso de cavalaria, no Pelotão Quadro do 4º Esquadrão do 2º Regimento de Cavalaria Divisionária. Caí 11 vezes do cavalo. Participei de cargas de cavalaria em terrenos desconhecidos por nós, perto do atual Aeroporto de Congonhas. Essas cargas eram coisa ultra-emocionante. Não se realizam mais, neste mundo mecanizado. Fazíamos também outros exercícios algo arriscados, como o “em terra e a cavalo”. Em pleno galope, segurando no arreio, pulávamos em terra e com impulso voltávamos ao cavalo.

Havia riscos. Na turma anterior à minha morreu um soldado. Apreendi porém a enfrentar o medo, o que muito me valeu na vida. As atividades no quartel começavam diariamente às 5 horas da manhã, horário que não me deixou saudades.

É também dos tempos de minha mocidade e muito contribuíram para a formação do nosso grupo de jovens amigos, as atividades em torno de uma publicação que fundamos chamada “América”. A sede do grupo era a casa da Avenida Brasil esquina da Rua México. Mais tarde essa turma recebeu o nome muito peculiar, de “Alarga a Rua”, palavras que num dia de ano novo nosso Amigo Hermann Revoredo clamava na Praça do Patriarca e que parecia ter dito em apoio ao prefeito Prestes Maia, que reformou o centro da Capital Paulista. Há mais de 60 anos nos reunimos mensalmente, para expor ideias, comentar fatos e dar risadas, descontraidamente. A turma era composta por Augusto Rocha Azevedo, Caio Caiubi, Carlos S. Sarmento, Eduardo Assumpção, Fabio Moraes de Abreu, Geraldo Camargo Vidigal, Herman Revoredo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, José Carlos Moraes de Abreu, Marcelo C. Vidigal, Olavo Egydio Setúbal e Paulo Nogueira-Neto. Agora (2009) somente os últimos 6 estão vivos. (Agusto, Geraldo, José Carlos, Marcelo, Paulo, Sarmento).

Em 1941, como fazia nas férias, fui visitar meu pai, que estava exilado em Buenos Aires. O avião usado nessas viagens era um DC-3, que voava a 3.000 m de altura. Uma das rotas era São Paulo-Curitiba, Foz de Iguaçu, Assunção-Buenos Aires. Logo que o avião subia em Curitiba, após uns 15 minutos de voo, olhando para baixo, somente eram vistas florestas. Não se via qualquer sinal de vida humana, até as proximidades de Foz de Iguaçu. As florestas eram tão imensas e contínuas que eu escrevi nessa época, numa revista na Faculdade de Direito, que elas durariam para sempre. Ledo engano. Além de serem relativamente poucas as matas que resistem ainda aqui e ali, nessa região sobrou em larga escala apenas o Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil e na Argentina.

Isso me deu uma enorme lição. No futuro, sobreviverá principalmente a biodiversidade que estiver em Unidades de Conservação! O resto irá desaparecer ou vai se modificando.

Foi durante o meu agitado curso na Faculdade de Direito que comecei a me interessar de perto pela defesa do Meio Ambiente e pelas outras grandes questões nacionais. Com meus colegas, lutei nos anos 1940 contra a ditadura fascista e unitária de Getúlio Vargas, que quase acabou com a Federação Brasileira. Meu pai, junto com os fundadores da USP Armando Salles de Oliveira, Julio Mesquita Filho, Paulo Duarte e também o ex-Secretário da Agricultura Luiz Piza Sobrinho, ficaram exilados durante cerca 8 anos, principalmente na Argentina. Eu os visitava lá, nas minhas férias universitárias. Em Buenos Aires fiz uma sólida amizade com o estudante, depois engenheiro, Jorge Ardigó, até o seu falecimento em 2008. Trocávamos ideias sobre um futuro melhor para os nossos países. Essa amizade pode ter tido alguma influência na melhora das relações entre a Argentina e o Brasil, no tempo em que havia divergências sobre recursos naturais. Comentarei isso mais adiante.

Um episódio marcante de minha juventude merece ser contado. Tinha uns 18 anos de idade e estava passando as férias em Buenos Aires, tranquilo e satisfeito. Nessa ocasião, meu pai e outros exilados políticos brasileiros, fizeram um manifesto ou carta coletiva impressa, contra o Estado Novo de Getúlio Vargas. Como levar essa manifestação ao Brasil? Meu pai e outros resolveram a difícil questão, difícil pelos perigos que isso representaria, mandando a carta-manifesto endernada num conjunto de uma dúzia de livros. As capas duras externas desses "livros" indicavam tratar-se de uma enciclopédia. Quem faria o perigoso transporte? PNN estava de partida para o Brasil e achou natural levar esses livros no navio em que partiu de Buenos Aires rumo a Santos. Quando a nave parou diante desse porto, à espera do "prático" que a pilotaria até o cais, como fazem todos os navios, tive uma enorme surpresa.

Junto com o prático, veio também o meu avô Paulo de Almeida Nogueira. Ele se aproximou de mim e disse:- "jogue fora tudo o que estiver trazendo contra o Governo, pois você será revistado quando desembarcar". E agora? Fiquei logo pensando. Se jogasse no mar os livros subversivos, seria considerado um covarde pelos exilados brasileiros, inclusive por meu pai. Por outro lado, como desobedecer ao meu querido avô, que se deu à difícil tarefa de vir a bordo com o piloto prático? Se eu fosse preso, ficaria provavelmente alguns anos na prisão e ninguém ganharia nada com isso. Apesar da presença do meu avô, precisava resolver sozinho. Achei, com firmeza, que nesse caso tinha uma missão a cumprir na luta contra o Estado Novo de Getúlio. Resolvi cumprir minha missão até o fim e isso foi feito. Meu avô nunca soube da "enciclopédia" que eu levava. A polícia portuária não suspeitou de minha bagagem. Que eu me lembre, ninguém soube de minha decisão tomada a bordo do navio, pois ela foi então secreta e pessoal. Mas tive a satisfação de ter cumprido uma perigosa missão, contra o Estado Novo fascista. Graças ao bom Deus!! Essa foi a primeira missão difícil, entre outras que cumpri ao longo de minha vida.

Numa dessas férias estava com meu irmão JB e com o amigo Ruy Mesquita, hoje Diretor do Estadão, a bordo de um navio de passageiros norte americanos, no rumo de Montevidéu. Em certo momento, à noite, o comandante avisou os passageiros que perto da área em que nos encontrávamos, estava sendo travada uma batalha naval, entre britânicos e alemães. No dia seguinte passamos perto do Couraçado Graf von Spe em chamas, semiafundado no mar raso, expelindo grossas nuvens de fumaça negra. Após uma escala em Montevidéu, aportamos em Buenos Aires. Cruzadores britânicos também chegaram lá, desembarcando feridos e muitos outros marinheiros. Nas ruas, esses marinheiros se encontravam muitas vezes com marinheiros alemães que haviam chegado pouco antes, vindos de Montevidéu. Vi várias vezes ambos os grupos se encontrarem nas ruas de Buenos Aires. Quando isso acontecia, alemães e britânicos

fardados batiam continência, uns para os outros. Isso me ensinou que mesmo numa guerra, os seres humanos são capazes de se entender e de se respeitar, quando querem.

Sempre fui profundamente democrata e federalista. Por pouco não morri, no dia 9 de novembro de 1943, ao ser com muitos colegas alvejado a tiros pela "Polícia Especial" do chamado Estado Novo, após uma manifestação, contra o regime ditatorial. Dezenas de colegas ficaram feridos à bala e pelo menos um dos alvejados morreu. Naquele tempo não havia balas de borracha. Quando consegui sair da "linha de fogo" entrei num bar onde um guarda-civil fingiu que me prendia, junto com o Almeida, um colega meu. Ele nos levou à Praça da Sé, onde nos soltou. Devia ser um simpatizante da nossa causa. Refugiei-me então na casa das minhas tias Helena e Leonor, filhas do ex-Presidente da República Campos Salles, meu bisavô.

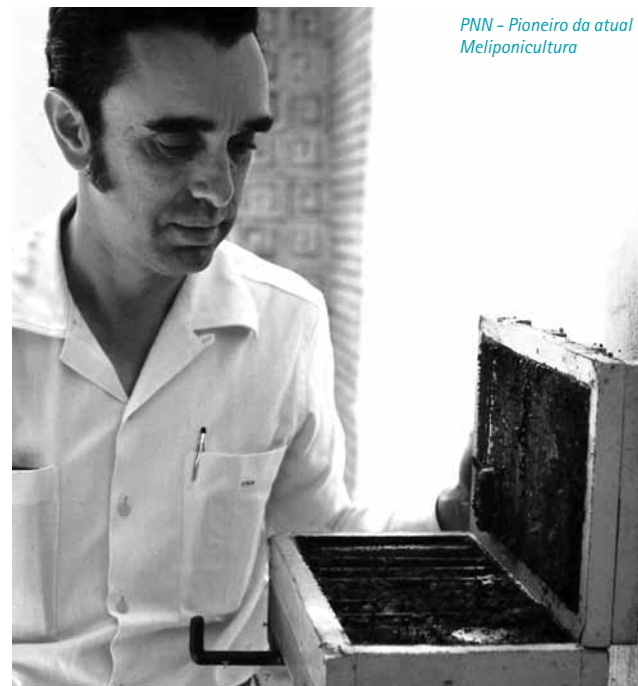
Também fui um grafiteiro cívico. Quando Getúlio Vargas queimou e proibiu as bandeiras dos Estados, pintamos, principalmente num muro branco do Clube Paulistano, uma grande bandeira paulista. Não foi tarefa fácil, a que realizei com alguns colegas. Essa bandeira tem muitas listas negras, que tivemos que simplificar em número. Se uma rádio-patrolha nos pegasse,

seriam anos de cadeia. Também pintamos outras bandeiras menores. Hoje selecionaria melhor essas atividades de grafiteiro cívico, para não prejudicar outras pessoas. Me limitaria a locais públicos, pois o nosso objetivo era cívico.

Foi também quando estava na Faculdade de Direito que comecei a estudar as abelhas indígenas nativas, sem ferrão. Recebi de presente uma colônia de Jataís do meu sogro Manoel Joaquim Ribeiro do Valle, um bom homem, casado com minha também saudosa sogra Lavinia. Ela viveu mais tempo e muito apoiou as pesquisas meliponícolas que realizei na Fazenda Aretuzina (em São Simão SP). Comecei a estudar essas abelhas quando ainda era estudante de Direito, em 1944. Hoje mantenho várias estações experimentais de Meliponínios (abelhas sociais indígenas sem ferrão) localizadas em São Simão (SP), Cosmópolis (SP), Campinas (SP), São Paulo (SP), Luziânia (GO). Dois outros meliponários estão em Porto Feliz (SP) e Camburi (SP) pertencem ao meu filho Luiz Antonio.

Minhas atividades no estudo das abelhas indígenas sem ferrão estão relacionadas com sua origem e distribuição, genética, comportamento e criação (Meliponicultura). Já publiquei dois livros sobre o assunto e tenho um terceiro praticamente pronto. Além disso escrevi um livro sobre o "Comportamento animal e as raízes do comportamento humano". Dei, na USP, cursos sobre "Animais Sociais". As abelhas indígenas são meus instrumentos básicos no estudo da Ecologia. Nas questões genéticas sobre essas abelhas tenho teorias que em parte divergem das do meu amigo de longa data e muita estima, professor dr. Warwick Estevam Kerr.

Até hoje prezo muito minhas origens acadêmicas. Almoço mensalmente também com meus antigos colegas das arcadas do Largo de São Francisco e uso ainda a minha carteira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Meus conhecimentos jurídicos foram úteis quando trabalhei com deputados e senadores de ambos os partidos então existentes e com



outras pessoas, na formulação de importantes normas do Direito Ambiental. É hoje um novo e conceituado ramo do Direito.

Com Antonio Brandillione, Enio Sandoval Peixoto, Francisco Lanari do Val (médico), Geraldo Vidigal, Jayme da Silva Telles, João Evangelista, Lígia Fagundes Telles, Manoel Elpidio Pereira de Queiroz, Manoel Martins de Figueiredo Ferraz, Naldo Caparica, Paulo Nogueira-Neto, Raif Kurban, Rui Álvaro Pereira Leite e com outros antigos colegas, das Arcadas de São Francisco, sob a coordenação de Rui Álvaro Pereira Leite almoçamos juntos uma vez por mês.

Em relação aos colegas Biólogos, me encontro com eles, principalmente na sede do Conselho Federal de Biologia, em Brasília do qual fui duas vezes presidente. Hoje o Conselho é presidido por Maria do Carmo Brandão Teixeira, que conta com uma excelente equipe com Gilda Salatino como Secretária Executiva. Depois de mim foi dirigido por Evandro Rodrigues Brito, P. Ferrer de Moraes, Jorge P. Ferreira, Gilberto Chaves e Noemi Tomita. A sala do Conselho tem o meu nome, o que devo à amizade dos colegas.

Com certa frequência vou ao Laboratório das Abelhas da USP em São Paulo, do qual sou fundador e colaborador. O Laboratório foi chefiado por minha sucessora Vera L. Imperatriz-Fonseca e agora por Isabel Alves dos Santos. Estão lá também a Astrid A. P. Kleinert, Marilda Cortopassi Laurino, Sergio Dias Hilário, Mariana Imperatriz Fonseca, Denise A. Alves e outros pesquisadores ou colaboradores. O Instituto de Biociências da USP, ao qual pertença como professor Emérito, é agora dirigido por Wellington Delitti.

Casei-me em 1944, ainda estudante de Direito, com Lucia Ribeiro do Valle. Tivemos 3 filhos; todos homens, com suas mulheres: Paulo Jr. e Daniela; Luiz Antonio e Paula; Eduardo Manoel e Christina. A todos muito considero e estimo. Tenho 3 netos casados: Paulo e Luciana Rodrigues Nogueira, Luciana e Gabriel Pupo

Nogueira; Paula e Marco Túlio Forte, além de 3 netos solteiros: Eduardo, Orlando e André. Já possuo 5 bisnetos: Gabriel e Marina, Paulo-Henrique, Tereza e Lucia. Tenho em profunda estima eles todos. Fui muito feliz com minha esposa Lucia, que faleceu em 1995. Fomos casados 50 anos. Ela me faz muita falta, mas com o apoio de filhos, noras e netos, sobrinhos e de dedicados amigos, tenho sobrevivido bem, com a graça de Deus. Também me ajuda saber que há uma Vida Eterna ao nosso alcance, onde haveremos de nos reencontrar, quando partirmos desta nossa vida passageira. Sou profundamente cristão, católico e com espírito ecumênico.

Nove anos após a minha diplomação como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, incentivado por Lucia, minha querida esposa, e por meu carismático amigo Paulo Emilio Vanzolini, grande zoólogo de renome mundial, resolvi deixar de ser autodidata na Biologia, Ecologia e Comportamento Animal. Corria o ano de 1955. Fiz exame vestibular, com grande receio de ser reprovado, mas entrei em 3º lugar. Tornei-me, assim, aluno no setor de História Natural (curso noturno) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Sou hoje professor titular emérito (eleito) de Ecologia Geral do Instituto de Biociências da USP. Ajudei a formar lá o Departamento de Ecologia e o Laboratório das Abelhas. Não vou entrar aqui em detalhes sobre minhas atividades como estudante de História Natural, mas para mim foi uma época maravilhosa. Da mesma idade dos Professores e amigo deles e também companheiro dos meus novos colegas estudantes, entrei firme nos domínios da Biologia e da Geologia. Recebi até um convite para ser Geólogo da Petrobrás, que não aceitei por ser sobretudo um Biólogo.

Quero, porém, contar um detalhe que revela algo sobre aqueles tempos. Inicialmente estacionava meu carro longe do Casarão da Alameda Gleite, onde eram dados os cursos de História Natural. Fazia isso para que os meus jovens colegas não soubessem de meu "patrimônio automobilístico", um Ford bem avançado para a época. Mais tarde

esse carro foi roubado por um bandido perigoso, que matou uma das suas vítimas em outro assalto a um carro. Dei muita carona aos colegas, sempre amigos e amigas, que compreenderam que eu não estava me exibindo. Mas tratei de ter carros menos vistosos. Nessa época, eram raros os alunos que tinham automóveis. Não era como hoje. Só possuí meu primeiro carro alguns anos depois de casado, na pacata São Paulo de então, que tinha muitos bondes e ônibus. A gente acabava conhecendo outros passageiros e surgiam assim conversas cordiais. Estava escrito em todos os bondes: "Veja ilustre passageiro, o belo tipo faceiro, que tem a seu lado; no entanto acredite, quase morreu de bronquite, salvou-o o rum creosotado". Dizem que o autor desses versos teria sido o poeta Olavo Bilac. Diga-se de passagem que o creosoto é venenoso e não deve ser ingerido nem posto sobre a pele. Provavelmente era outro produto com esse mesmo nome.

Quando me graduei pela segunda vez na USP, em 1964, o professor dr. Ernesto Marcus, Chefe do Departamento de Zoologia e um dos veteranos professores europeus que implementaram nossa Universidade, me convidou para ser um dos seus assistentes. Esse convite me abriu as portas para fazer uma carreira docente na área das Ciências Naturais, na USP. Trabalhei inicialmente com o saudoso professor Walter Narchi, no campo geral dos invertebrados. Mais tarde fui um dos fundadores do Laboratório das Abelhas. Depois ajudei a fundar o departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da USP. Subi na carreira universitária através de concursos, passando pela "Livre Docência", como é norma na USP e nas outras Universidades do Estado de São Paulo. Trata-se de um título de origem alemã. Cheguei a professor Titular, e mais tarde fui eleito unanimemente prof. Emérito, pela Congregação do Instituto de Biociências da USP. É um elevado grau no mundo universitário.

No campo cultural, fui eleito membro da Academia Paulista de Letras, hoje (2009) presidida pelo ilustre Desembargador José

Renato Nalini. A origem e as carreiras diferentes de cada um dos seus 40 membros, todos dedicados em torno da defesa e do estudo de questões ligadas à língua portuguesa e à sua literatura, torna as reuniões uma interessante troca semanal de ideias. A defesa do Meio Ambiente é bem vista na Academia, como assunto de interesse público.

Curiosamente, como minhas funções em Brasília me tivessem atrasado na carreira na USP, um dos meus antigos alunos do curso básico, José Galizia Tundisi, mais tarde ecólogo dos mais ilustres, foi um dos meus examinadores nos concursos para Professor Livre Docente e mais tarde para Professor Titular. Caso provavelmente único na Federação Brasileira. Até hoje o título que mais aprecio é o de Professor. Aos professores de qualquer grau pertencem as chaves que abrem o caminho para um país e um mundo melhor e mais desenvolvido. Em 2006 recebi o prêmio anual "Guerreiro da Educação", dado pela CIEE e pelo jornal O Estado de São Paulo. Saudado pelo Paulo Vanzolini e por Ruy Mesquita, foi uma ocasião de muita emoção, dessas que nos fazem pensar nos que se foram e alegres pelas lembranças felizes.

Lá pelos anos de 1955-1956, o Governador Jânio Quadros resolveu transformar as terras devolutas do Pontal de Paranapanema, no Estado de São Paulo, numa Reserva Florestal, como se dizia então. Tive ocasião de voar várias vezes sobre essa área. Havia uma oportunidade única para salvar essa região, onde a floresta primitiva ainda estava intacta. Contudo, apesar dos principais jornais paulistas (O Estado de São Paulo e a Folha da Manhã) da época terem sido favoráveis à iniciativa do Governador, a Assembleia Legislativa estava contra e o "respeitável público" não se interessou pelo assunto. Percebendo essa tragédia já próxima, juntamente com José Carlos Reis de Magalhães e Lauro Travassos Filho, começamos a enviar cartas à Assembleia, em nome de entidades (ONGs) ainda não implantadas, pedindo a efetivação da Reserva Florestal. Um dos deputados fez declarações à

PNN com sua mãe Regina Coutinho Nogueira numa reunião

PNN e sua noiva, Lucia Ribeiro do Valle, na fazenda São Quirino, em Campinas-SP



imprensa, contra uma das nossas “entidades”. Preocupados com isso, em 1956 constituímos e registramos devidamente a Associação de Defesa da Flora e da Fauna. Depois ela se transformou na Associação de Defesa do Meio Ambiente – São Paulo, a Adema SP. Apesar da nossa luta, a Assembleia Legislativa não aprovou a Reserva Florestal. Aprendemos também com a derrota.

Mais tarde, em outro Governo, o Secretario da Agricultura e meu amigo, primo de Lucia, Renato Costa Lima, conseguiu com destemor, destemor mesmo, salvar da destruição uma grande floresta vizinha ao Pontal, o Morro do Diabo (nome infeliz). A causa ambientalista obteve, assim, uma vitória, embora parcial.

Em outros Estados, nessa ocasião, entre 1955 e 1974 também surgiram alguns pequenos grupos ambientalistas. Cada um desses grupos caberia dentro de uma KOMBI ou dentro de um micro-ônibus. O grupo do Rio de Janeiro tinha ou ainda tem, vivos, a presença (por ordem alfabética) dos ambientalistas: Ademar Coimbra Filho, Alceo Magnanini, Anita Gilz, Axel Grael, Burle Max, Carlos Minc, Denise Rambaldi, Evandro Brito e esposa, Fernanda Colagrossi, Fernando Chacel, Haroldo Mattos de Lemos, Haroldo Strang, Ibsen Gusmão Câmara (Almirante), A. Inagê, Israel Klabin, Jairo Costa, José Augusto de Pádua, José Candido de Melo Carvalho, José Frejat, José Luiz Belart (Almirante), José Santa Rita, Lucia Chayb, Luiz Emydio de Melo Filho, Luiz Hermany, Luiz Simões Lopes, Maria Teresa Gouveia, Mauricio Lobo, Modesto da Silveira, Pedro Martinelli, René Capriles, Sergio Anibal, Wanderbuild Duarte de

Barros, Yara Schaeffer-Novelli, Yara Verocai e depois muitos, muitos outros.



Muitas dessas pessoas constituíram em 1958 a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, da qual também fui fundador. Mais tarde, Yara Verocai da Feema teve papel decisivo na redação e aprovação da Resolução do Conama que estabeleceu os EIA-RIMA, no licenciamento ambiental. Anita Gilz chefio com grande competência o ativo grupo que a Sema mantinha no Rio de Janeiro. Isso nos permitiu criar lá várias unidades de conservação, como a APA de Cairuçu. Maria Teresa Gouveia e outros colaboradores também trabalharam com Anita Gilz. No Estado do Rio, após um período difícil com Brizola, está havendo um renascimento ambiental, com o estabelecimento de unidades de conservação na Serra do Mar situados entre as unidades dos Parques da Bocaina, Ilha Grande, Cairuçu, três Picos e Desengano. Saliento a criação do Parque de Cunhambebe (38.000 hectares), descrito em artigo de André Ilha na importante revista ECO 21, em 2008. Ele, Carlos Minc e outros ambientalistas, alguns já aqui citados, fizeram um trabalho notável no Estado Fluminense. Criar Unidades de Conservação é uma meta prioritária. Sergio Anibal representou firme, sempre com boa visão das questões, a querida e pioneira FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza).

Em Minas Gerais, entre os mais destacados ambientalistas estavam Ângelo Machado,

Célio Vale, Gustavo Fonseca, Hugo Werneck, José Carlos Carvalho (o qual depois foi um bom Ministro do Meio Ambiente), José Cláudio Junqueira Ribeiro (autor de muitas resoluções importantes no Conama), Roberto Messias Franco (meu sucessor na Sema e atuante presidente do Ibama – 2008-2009). Estabeleceram também mais tarde a Fundação Biodiversitas, uma entidade conservacionista muito ativa.

No Nordeste geral, destacou-se o ecólogo José Vasconcelos Sobrinho. Em Sergipe, Luiz Carlos Rezende organizou bem e chefio o órgão estadual do Meio Ambiente. No Ceará sobressaíram-se Dardano de Andrade Lima e A. Renato Lima Aragão. Existe lá um Conselho de Política Ambiental do Estado, no qual o dedicado amigo Antonio Renato Lima Aragão representa a Sociedade Civil. Na Serra das Almas, na Chapada de Ibiapaba, há um RPPN de 5.000 hectares, da Associação Caatinga. Esta é dirigida por Roberto Macedo, que preside também a Federação das Indústrias do Estado do Ceará. A Associação Caatinga procura incentivar atividades, como a criação da abelha JANDAIRA, capaz de elevar o nível de vida das populações locais. Deve ser ressaltado esse tipo de integração sócio-ambiental.

No Estado do Amazonas foi constituída uma estrutura ambiental moderna e atuante, pelo ex-secretario Virgilio Viana e presidida pelo ex-ministro Furlan. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-Amanam, estabelecida pelo saudoso Marcio Ayres, é competetemente gerida por Ana Rita Alves, sob a esclarecida presidência do professor José Galizia Tundisi (sou membro do Conselho de Administração). É uma das joias do Estado do Amazonas. Está no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia. Se houvessem na Amazônia 100 unidades de conservação tão ativas como Mamirauá, a natureza estaria lá bem protegida nas suas áreas mais importantes, ao custo de meio bilhão de reais por ano. Isso é realizável. Lembro que o programa FAC de desenvolvimento consumirá 504 bilhões.

Também na Amazônia se destacam o Museu Goeldi e a Embrapa em Belém do Pará, e em Manaus o INPA, com eficientes diretores ambientalistas do porte de Enéas Salatti, do professor Warwick E. Kerr e do professor Marcos L. B. Barros. Este dirigiu também o Ibama. O presente diretor é o professor A. Luiz Val, meu colega no Conselho Administrativo Mamirauá. Clara Pandolfo, na Amazônia, merece aplausos por defender a ecologia na Sudam, coisa nem sempre apreciada no passado.

No início das atividades ambientalistas, no pós-guerra, Camilo Viana, com grande dificuldade pessoal, conseguiu no Estado do Pará difundir atividades educativas e outras visando proteger o Meio Ambiente. De um modo geral, como já disse, o Museu Goeldi é o grande pilar dos conhecimentos ambientalistas do Pará. Contudo, o Estado tem ao Norte do Rio Amazonas grandes planos e possibilidades de preservação. Ao Sul do Rio Amazonas ainda possui possibilidades de conservação, mas tem também imensos problemas. Um plano do Governo do Estado sobre o uso do solo, prevendo nessa região do Pará grandes Unidades de Conservação, foi aprovado também pelo Conama, em 2008. Participei dessa reunião.

No Estado do Acre, Chico Mendes, Marina Silva e outros líderes como Miguel Scarcelo, Carlos Eduardo de Deus, o governador Jorge Viana, conseguiram profundas mudanças na orientação oficial, que se tornou mais ambientalista. Consegui estabelecer até a ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) Seringal Nova Esperança. Contudo vejo com preocupação a atual (2008-2009) formação de pequenas pastagens em Áreas Protegidas de Desenvolvimento Sustentável. A meu ver é necessário subsidiar, subsidiar mesmo, a guarda das florestas e o bom uso dos recursos florestais. É o que faz a Europa com a sua agricultura, para ocupar o território dos seus países, como se sabe.

No Rio Grande do Sul, José Lutzemberg e outros ambientalistas em 1971 fundaram a Agapan,

que logo cresceu e fez intensa campanha para defender o meio ambiente e propagar uma ideologia verde. Também no RS, quero lembrar o professor Augusto Carneiro, Cláudio de Araújo (Sideral), Claudio Langoni, Fernando Quadrado, Harry Amorim Costa (Taim), Hilda e Patrícia Zimmermann, Luiza Dias, Magda e Sofia Renner e Giselda Castro (Movimento Democrático Feminino), Jair Soares (secretário e governador), Jair Sarmento, Nelson Jorge (Sudesul), Petry Leal, Thadeu Santos, Tuiskon Dick (UFRS), William Belton (aves) e outros, nos tempos da aurora ambientalista. Mais recentemente Lisiane Becker (Mira Serra). Também no Rio Grande do Sul, houve um grande movimento de esquerda e ambientalista, que Augusto Carneiro relatou no seu importante livro (2002) sobre a História local do Meio Ambiente. Existiram então alas de esquerda que discutiam entre si, mas de modo tão discreto, que na ocasião nem as percebi como sendo diferentes. A grande figura do José Lutzemberg é respeitada por todos.

Em Santa Catarina, em Florianópolis, na Universidade Federal o professor João de Deus Medeiros e seus colegas lutaram pelas causas ambientais. Nas serras centrais, na região de Atalanta, a família Shaffer e seus amigos fundaram e dirigem a Premavi, produtora em larga escala de mudas de árvores nativas. Defendem a Natureza. No litoral, José Truda Palazo Jr. e outros ambientalistas conseguiram estabelecer a valiosa APA da Baleia Franca. Na região de Blumenau o professor Lauro Bacca e seus companheiros trabalharam muito na criação do Parque Nacional de Itajaí e em outras atividades ambientalistas.

No Paraná, no início das atividades do Conama, Cícero Bley Superintendente da Surhema e seus técnicos, e também Denis Schwartz Filho, Roberto Lange (que morreu num reconhecimento ambiental no Rio Iguaçu) e muitos outros se destacaram na defesa dos recursos naturais. Também o Governo do Estado se preocupa com a defesa da araucária. Participei de uma reunião sobre o assunto, convocado pela Federação das

Indústrias. Luciano e Raquel Pizzatto publicaram o benvindo Dicionário Socioambiental Brasileiro.

No Brasil Central, na região da Chapada dos Veadeiros, através da ONG OCA e por uma ação ambiental importante, Paulo Maluhy e Lamberto Wiss conseguiram salvar grandes áreas de cerrados juntamente com Patrícia Pinto, Miguel von Behr e outras pessoas. Também o incansável conselheiro Clarismino Luiz Pereira Jr., o empresário Malzoni, o prof. Rizzo e o notável jornalista e ex-secretário do Meio Ambiente da Sematec do D.F., Mary Baiocchi, Washington Novais e outros, cada um à sua maneira, lutaram e lutam para salvar a Natureza nessa região e na Federação Brasileira.

Em Mato Grosso contei com a colaboração intensa de Gabriel Muller e pessoas da sua família, Guilherme de Abreu Lima, Paulo Rezende. O Estado chegou a ter uma boa orientação em relação ao Meio Ambiente florestal, coisa que depois mudou consideravelmente, mas que parece se recuperar. Quanto à grande Estação Ecológica do Iepê, cuja área foi generosamente doada à Sema pela Assembleia Legislativa e pelo Governo do Estado, ela foi confiscada à área ambiental pela Funai, quase completamente, de modo inusitado e injusto, anulando seus limites num decreto-surpresa, como está relatado neste livro.

Na Bahia, Antonio Carlos Magalhães foi um governador de caráter forte e centralizador. Ele, porém, compreendia a importância do Meio Ambiente. Certa vez resolveu fechar uma fábrica, produtora de pigmento negro em pó, que fazia muita poluição junto à Salvador. Telefonou-me indagando se podia fechar a fábrica. Expliquei que nesse caso, segundo a legislação, isso não era possível, mas que ele poderia determinar uma redução na produção da fábrica. Não teve dúvidas. Reduziu muito a produção dessa empresa altamente poluidora, que achou melhor cessar as suas atividades. Na Bahia o polo industrial de Camaçari foi, na Federação Brasileira, um dos primeiros

Distritos Industriais a ter um controle sério da poluição. Também nesse Estado existe um forte movimento ambientalista (Gambá) liderado por Renato Cunha. Há lá uma boa organização ambiental estadual. No Conama, Durval Olivieri, representando o Estado da Bahia, fez uma série de propostas interessantes.

Nestas extensas apresentações, não menciono os nomes das pessoas aqui citadas por ordem de importância, pois cada uma teve papéis importantes. Prefiro a antiga e segura ordem alfabética.

Em São Paulo, os ambientalistas que inicialmente (antes ou nos anos de 1970) dos quais me recordo foram: Adriana Mattoso, Adriano Murguel Branco, Antonio Brito da Cunha, Antonio Carlos Diegues, Antonio Philippi Jr., Araquém Alcântara, Aristides de Almeida Rocha, Arlindo Philippi Jr, Astrid A. P. Kleinert, Augusto Gerassi Neto, Augusto Miranda, Aziz Ab Saber, Beruja Correa de Souza, Cacilda Lanuza G. Silveira, Camal Rameh, Carlos A. Joly, Carlos Pedro Jens, Carlos Sanseverino, Clayton Lino, Cristina Adams, Crodovaldo Pavan, Ecojureia, Edis Milaré, Eduardo Jorge (secretário), Eduardo Khum, Elizabeth Höffling, Emilio Miguel Abelá (Estadão), Ernesto Zwarg, Eurico Cabral de Oliveira, Fabio Feldmann, Fausto Pires, Fernando Rei, Fernando Reinach, Fernão Bracher. Fernão Lara Mesquita, Flavio Fava de Moraes (Folha de São Paulo), Francisco T. van Acker, Franco Montoro (senador e governador), Frederico Hoene, Fredimar Correa, Galdino I. Souza-Neto, Gilberto Kassab, Harri Lorenzi, Helena Carrascosa von Glen, Hermann von Ihering, Hermes Moreira de Souza, Hermógenes Leitão, Jacques Marcovich, João C. Basílio, João Paulo Capobianco, Jorge Wilhelm, José Carlos Boliger Nogueira, José Carlos Reis de Magalhães, José de Anchieta (Padre), José Geraldo de Jacobina Rabello, José Goldemberg, José Luiz Timoni, José Pedro de Oliveira Costa, José Reis, José Serra, Kronca, Lauro Travassos Filho, Lindolfo Guimarães, Luiz Edmundo Magalhães, Luiz Marigo, Luiz Roberto Tommasi, Márcia Hirota, Maria Garcia, Maria Lucia Bellenzani, Marilda Cortopassi-

Laurino, Mario Autuori, Mario Mantovani, Mario Mazzei Guimarães, Mauro Victor, Mercia Diniz, Moyses Khulman, Nelson Nefusi, Noemi Tomita, Olavo Egydio Setúbal (ex-prefeito de São Paulo), Otavio Okano, Paulo Affonso Leme Machado, Paulo Bastos Cruz, Paulo Duarte, Paulo Egidio Martins, Paulo Emilio Vanzolini, Paulo Reis de Magalhães, Pedro Jacobi, Pedro Jens, Randau Marques, Randolpho Marques Lobato, Regis Guillemont, Renato Costa Lima, Renato della Togna, Ricardo Montoro, Roberto Klabin, Roberto Melo Alvarenga, Rodrigo Lara Mesquita, Rosa Kliass, Rosely A. Sanches, Rubens Born, Samuel Murguel Branco, Schenckel, Sergio de Almeida Rodrigues, Silvana Santos, Silvia Czapski, Sonia Fonseca, Stela Goldenstein, Sylvia Mc Dowell, Tsugui Tomioca Nilson, Vera Bononi, Vera Lucia Imperatriz-Fonseca, Waldemar Paioli, Walter Lazzarini Filho, Wania Duleba, Werner Zulauf.

É preciso lembrar também que essa "velha guarda" bandeirante foi muito reforçada nos anos 1980 ou depois por ambientalistas de grande valor, como o secretário Xico Graziano, Ana Lucia Faria, Antonia Pereira de Vio, Antonio A. Faria, Antonio Gerassi, Adema-SP, Bench-Marqueting Ambiental, Boni (José Bonifácio) Coutinho Nogueira Filho, Carlos Bocuhy, Carlos Nobre, Carlos Sampiero, Celso Monteiro de Carvalho, Cibele da Jureia, Cláudio Alonso, Cláudio Lembo, Cláudio Pádua, Cleusa de Aguiar, Ciro Porto, Daniel Turia, Daniela M. Coutinho, Eduardo Jorge, Eduardo Khum, Elizabeth (Bety) Höffling, Evaristo Eduardo de Miranda, Fabio Ávila, Fabio Dib, Fabio Olmos, Faraone de Americana, Felipe Gomes, Fernanda Bandeira de Mello, Fernando de Barros, Fernando Cardoso Reis, Fernando Reinach, Fiesp, Flavia W. Frangetto, Germano Seabra Jr, Heitor Jacques Lamac, Heloisa Oliveira, Isabel Alves dos Santos, Ivan Sazima, João Baggio, João Winter, José Amaral Wagner Neto, José de Ávila, José Eli da Veiga, José Renato Nalini, José Roberto Rodrigues, Laura Tetti, L. Visoto, Lélia Marino, Letícia Brandão, Liana John, Liege Petroni, Lucia Mendonça, Luciano Pires Castanho, Marcos Egydio Martins, Manoel Joaquim Ribeiro do Valle,

Marcos de Sá Correa, Maria Inês Pagani, Mariana Imperatriz Fonseca, Marilda B. Gianpietro, Marco Antonio Barbieri, Mauricio Truffani, Marilene Giraldelli, Mary Lombas, Mauro Wilken, Mônica Montoro, Neusa Marcondes, Marcelo B. Viana, Nelson Reis, Parque Tiso (conselheiros), Paulo Magalhães Bressan, Paulo Saldiva, Paulo Skaf, Pedro Passos, Patrícia C. Gomes, Pedro Stech, Pedro Ubiratan Azevedo, Renato Ribeiro do Valle, Rodrigo Agostinho, Rodrigo Victor, Rui Assis Brasil, Sandra Steinmetz, Sávio de Tarso, Suzana Pádua, Toni (Antonio Carlos) Coutinho Nogueira, Volf Stein Baum e Walter Wagner Neto.

A Fiesp sob a Presidência atuante de Paulo Skaf, tem um conselho ambiental de alto gabarito, voltado para o desenvolvimento sustentável. É dirigido por Walter Lazzarini. Este foi presidente da Cetesb de abril de 1991 a abril de 1993. Durante esse tempo fez um notável trabalho, equacionando os efluentes de 1244 empresas que poluíam o Rio Tietê. Houve uma redução substancial da carga poluidora. Fez o primeiro concurso público para contratar funcionários da Cetesb, admitindo 724 pessoas que deram grande impulso aos trabalhos da entidade. Esta é uma das maiores e mais atuantes organizações do mundo no controle à poluição.

Na área federal, também antes ou por volta de 1974 e mais tarde, seguem-se em ordem alfabética, os nomes de Abema, Adilson (auditor), Adriana Ramos, Alceo Magnanini, Alfredo Sirkis, Alvamar Queiroz, Aloysio Chaves, Aloysio Costa Jr., Ana Alexandre Moura, Analzita Muller, Ana Maria Cruz, Ana Maria Giulietti, Ana Rita Alves, Álvaro de Souza, Ângelo Rizzo, Andréia Vulcano, André Trigueiro, Antonio Gorgonio, Antonio Hermann Benjamim, Antonio Augusto de Lima, Antonio Inagê, Arnaldo Jardim, Archer (Major), Aspásia Camargo, Augusto Ruschi, Aureliano Chaves (vice-presidente), Bautista Vidal, Bráulio Souza Dias, Camilo Viana, Carlos Alberto Xavier, Carlos Celso Amaral e Silva, Carlos Edgard de Deus, Carlos Minc, Carlos M. Scaramuzza, Carlos Nobre, Celeste B. Cunha, Celeste Brito Marques, Celeste Guimarães, Celso Shenkel, Chico Mendes,

Cristina Chiodi, Cícero Bley, Clarismino Luiz Pereira Jr, Clara Pandolfo, Claudia Shaalmann, Claudio Alonso, Claudio R. B. Langoni, Claudio Magretti, Claudio Padua, Clovis Nova da Costa (General), Cesar Victor, Cláudio Maretti, Julian Czapski, Dalgas Frish, Daniel Serique, David Cavalcanti, David C. Oren, Denise Hamu, Denis Schwarz Filho, Dominique Louette, Durval Olivieri, Edgard Kleber, Eduardo Souza Martins, Eduardo Viola, Elisa Cavalcanti, Elizabeth C. P. Costa, Enéas Salatti, Eremita Oliveira da Silva, Erika Kokay, Estanislau Monteiro de Oliveira, Eugenio Bruck, Eurico Borba, Evandro R. Brito, Evaristo Eduardo de Miranda, Fantilde Casenave, Fernanda Colagrossi, Fernando de Barros, Fernando César Mesquita, Fernando Gabeira, Fernando Henrique Cardoso (presidente), Francisco Chagas, Francisco Iglesias, Francisco Pessoa, Francisco Soares, Frazão (brigadeiro), Fredimar Correa, Garo Batmanian, Gilberto Gil, Guilherme Leal, Gumercindo Rodrigues, Gustavo Fonseca, Gustavo Souto Maior, Gustavo Trindade, Harlem Inácio dos Santos, Harri Amorim Costa, Henrique Brandão Cavalcanti, Heitor Gorgulino, Ibsen Gusmão Câmara (almirante), Isabela Monica Teixeira, Ieda Paixão, Israel Klabin, Jair Sarmento da Silva, João Baptista de Andrade Monsã, João B. da Cruz, João Carlos de Carli, João de Deus, João Luiz Ferreira, João Pedro Capps e Sousa (lusu-brasileiro), Jorge Francisconi, Jorge Viana, José Candido de Melo Carvalho, José Claudio Junqueira Ribeiro, José Galizia Tundisi, José Israel Vargas, José Lazaro de Araujo Filho, José L. Catão, José Luiz Belart (almirante), José Luiz de Castro Aguiar, José Pedro de Oliveira Costa, José Roberto Fonseca, José Roberto Marinho, José Vasconcelos Sobrinho, Judith Cortesão, Julio Gouchovski, Lamberto Wiss, Lauro Bacca, Leopoldo Magno Coutinho, Leopoldo Brandão, Letícia Soares de Camargo, Lionel Gonçalves, Lisiane Becker, Lourdinha Davies de Freitas, Lucia Chayb, Lucrecia dos Santos, Luiz A. Salomão, Luiz Gylvan Meira Filho, Luiz Inácio Lula da Silva (presidente), Luiz C. Joels, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Rezende, Luiza Menezes, Luiz Paulo Tavares, Luiz Paulo Pinto, Luizalice Labarrere, Márcia Rodrigues, Marc Dourogeanni, Marcelo Furtado, Márcia Sobral,



PNN e seu cão, chamado Pirata

Kerr, Wanderbuilt Duarte de Barros, Wilson Lopes Machado, Wilson Mantovani (WWF-BR), Zélia Azevedo Campos.

Quanto ao amigo João Baptista de Andrade Monsã, devo dizer que sem o seu apoio pessoal amplo e construtivo, não teria podido manter minhas atividades federais até hoje (2009). Houve também um decisivo apoio de Henrique Brandão Cavalcanti, José Pedro de Oliveira Costa, Antonio Renato Aragão, Regina Gualda, Rogério Marinho, Zélia Azevedo Campos (in memoriam) e Ana Maria Cruz. Nos últimos anos também Nilo Diniz merece atenção especial por colocar em marcha efetiva o Conama, a grande voz ambiental, assim como a secretaria executiva e depois ministra Isabela Monica Teixeira, que trabalhou comigo na Sema, sempre com entusiasmo e eficiência ambientais. Ainda no que se refere à história do Conama, saliento a colaboração prestada ao menos inicialmente por parte de Paulo Affonso Leme Machado e depois também por Antonio Herman Benjamim, Clarismino Luiz Pereira Jr, Claudio Alonso, Durval Olivieri, Francisco Iglesias, Francisco Soares, Gustavo Trindade, José Claudio Junqueira Ribeiro, Roberto Monteiro, Rodrigo Agostinho, Samira Crespo, entre outros.

Quanto aos que ajudaram a fazer este livro, em outra parte há um agradecimento igualmente especial.

Estas listas de nomes, todos importantes, incluem geralmente pessoas que trabalharam comigo. Contudo, além desses ambientalistas há muitos outros que também lutaram pelo Meio Ambiente, em diversas circunstâncias. Veja por exemplo, as centenas de nomes constantes no livro “Biodiversidade Brasileira” publicado pelo Ministério do Meio Ambiente. Veja igualmente o livro “Galeria dos Ecologistas”, de João Toledo Cabral (1997), também com muitos outros nomes. Por outro lado, neste livro há numerosos nomes de pessoas não citadas em outras publicações. Existem hoje milhares de ambientalistas, pelo Brasil afora. Assim, as

Marcio Ayres, Marçílio Caron, Marcos Barroso Barros, Marcos de Sá Correa, Marília Cecília Brito, Maria do Carmo Brandão Teixeira, Maria Dolce Ricas, Maria Messias, Maria Perpetua Silva do Nascimento, Maria Thereza Jorge Pádua, Marina Silva, Mario Freming, Mario Mantovani, Mario Moraes, Mary Baiocchi, Mauro Reis, Mercia Diniz, Michel Golding, Miguel Osório de Almeida, Miguel S. Milano, Miguel Scarcelo, Miguel von Behr, Milton Cabral, Miriam Prochnow, Moacyr B. Arruda, Nadirene G. Ikawa, Nairio Simões, Nelson Papavero, Neylor Calazans, Nicolau von Behr, Nilo Diniz, Nilson Teixeira Mendes, Osny Duarte Pereira, Pablo Torango, Patrícia Costa Gomes, Paulo Artaxo, Paulo Bastos Cruz, Paulo Dutra, Paulo Egler, Paulo Emilio Vanzolini, Paulo Finotti, Paulo Heringer, Paulo Luiz Tavares, Paulo Maluhy, Paulo Menezes, Paulo Melo Barreto, Paulo Nogueira-Neto, Paulo Rezende, Pedro Eymar de Mello, Pedro Gondim, Pedro Ferrer de Moraes, Pedro Leitão, Pedro Ubiratan Azevedo, Phil Fearnside, Regina Gualda, Regina Bezerra, Renato Lima Aragão, Renato Barbosa, René e Rudá Capriles, Ricardo Braga, Ricardo P. Rosario, Ricardo Soavinski, Rosa Lemos de Sá, Roberto Andrade, Roberto Cavalcanti, Roberto Lange, Rogério Marinho, Roberto Klabin, Roberto Messias Franco, Roberto Monteiro, Roberto Smeraldi, Rodrigo Agostinho, Rogério Marinho, Rômulo Melo Barreto, Rosalvo de Oliveira Jr, Rubens Ricupero, Samira Crespo, Sebastião Azevedo, Sergio Besserman Vianna, Sueli São Martinho, Sergio Amaral, Severino Oliveira, Silvestre Gorgulho, Tânia Munhoz, Thereza Urban, Vigold Shaffer, Virgílio Viana, Warwick Estevam

listagens que apresento aqui, são certamente incompletas. Procurei reunir os ambientalistas que conheço melhor, em grupos segundo principalmente épocas e áreas de ação. Contudo muitos atuaram sucessivamente em vários lugares e tempos.

Também em ordem alfabética, entre os grandes comunicadores ambientalistas brasileiros estão André Trigueiro, Augusto Ruschi, Dalgas Frish, a Eco 21, a EPTV (Campinas, Ribeirão Preto e Sul de Minas), o Estadão de São Paulo, a Folha de São Paulo, a Folha do Meio Ambiente, a Pesquisa (Fapesp), o Marcos Sá Correa, as Organizações Globo, a Paula Saldanha, a Rede Vida, a TV-Cultura, a Terra da Gente, a Silvia Czapski e a mídia em geral.

Cito aqui os ambientalistas de outras terras: Al Gore (EUA), além de Antony Rilands (Reino Unido), Beatrice Berle Mayerson (EUA), Bob Schneirla (Banco Mundial), Celso Schenckel (Unesco), Chris Diewald (Banco Mundial) os membros da Comissão Brundtland (Nações Unidas), Claude Martin (WWF), o Duque de Edinburgo, Gerardo Budowski (IUCN), Ghilleen Prance (Reino Unido), Ignacy Sachs (França), Marita Kock-Wesser (Alemanha - BR), Paul Martin (WWF), Robert Sayre (EUA), Ronald A. Foresta (EUA), Russel Mittermeier (EUA), Tom Lovejoy (EUA), Warren Dean, WWF (Internacional) e várias ONGs, como os Amigos da Terra, o Bird Life, o Conservation International, o Greenpeace, o TNC, e outros. Alguns nomes estão listados entre os brasileiros, por residirem aqui.

Quero também lembrar os nomes dos funcionários iniciais (1974) da Secretaria Especial do Meio Ambiente: Zélia Azevedo Campos, Regina Gualda, Hidely Rizzo, Clovis Nova da Costa (geral), Paulo Dutra, Carlos Celso do Amaral e Silva. Mais tarde, entre os muitos e valorosos funcionários da Sema, do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e ambientalistas, das ONGs, tive a muito importante e grande ajuda de João Baptista de Andrade Monsã, da Isabela Monica Teixeira

(ministra), Maria Cecília Brito e outras pessoas citadas neste livro.

Um fato que parece ter sido esquecido, é que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente teve um primeiro anteprojeto preparado, por iniciativa própria, pelos funcionários do Minter (Ministério do Interior) Belizário Nunes, Aloysio Nunes e Maria Laura Oliveira, sob a direção do primeiro. Mais adiante, voltarei ao assunto.

Menciono também com destaque os ministros (na ordem cronológica) com os quais trabalhei: Costa Cavalcanti, Rangel Reis, Mario Andreazza, João Alves Filho, Flavio Peixoto da Silveira, Denis Schwartz, Rubens Ricupero e Sergio Amaral, Henrique B. Cavalcanti, José Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc e Isabela Teixeira, além dos presidentes Emilio Garrastazu Médici (dois meses), Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Também no Estado de São Paulo trabalhei com os secretários Renato Costa Lima, José Bonifacio Coutinho Nogueira, Fabio Feldemann, José Goldemberg, Pedro Ubiratã Azevedo e Xico Graziano. Todos atuaram ou ainda atuam com destaque, no setor ambiental do Estado e da Federação Brasileira. Tanto na área Federal, como na Estadual e na Municipal, nunca participei de política partidária, embora a respeite como estrutura democrática importante.

Depois de exercer meu cargo na Sema, fui durante cerca de dois anos (1986 a 1988) secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) do Distrito Federal, no Governo de José Aparecido de Oliveira. Trabalhamos comigo, entre outros, Benjamim Sicsu, Luzialice Guimarães Laberrere, Vânia Ferreira Campos, Walmira Mecnas. Sou também Cidadão Honorário de Brasília, por indicação do deputado Antonio José Cafu e decisão da Assembleia Distrital. Depois da Sematec trabalhei alguns meses, com o ministro José Aparecido, no Ministério da Cultura, onde criamos um órgão de assessoria ambiental, para atividades conjuntas.

Essa iniciativa, infelizmente, teve vida curta, pois quando o ministro saiu do cargo, o novo tinha outras ideias. Voltei a São Paulo.

Toda a organização da rede de ação ambiental existente na Federação Brasileira, começou como resultado da Conferência de Estocolmo, em 1972, à qual não compareci. O Brasil enviou uma delegação, chefiada pelo ministro do Interior, General Costa Cavalcante e Secretariada por Henrique Brandão Cavalcanti. Naquela época, apenas 16 países possuíam uma entidade governamental central de Meio Ambiente. A delegação foi para lá com grandes restrições quanto à defesa ambiental, mas o secretário Henrique Brandão Cavalcanti conseguiu reverter à situação. No final o Brasil assinou a Declaração de Estocolmo sem ressalvas. Henrique, diga-se de passagem, mais tarde foi ministro do Meio Ambiente, com grande satisfação de nossa parte.

No seu retorno ao Brasil, vindo de Estocolmo, Henrique conseguiu obter do Governo um Decreto criando a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Em fins de 1973 ele me convidou a ir a Brasília e me deu para ler o Decreto recém publicado, criando a nova Secretaria. Pedeu a minha opinião. Eu a dei com muita franqueza. O Decreto estava insuficiente, mas servia bem para um início. Então eu não sabia isso, mas o Decreto foi o Projeto que Henrique apresentou ao ministro Leito de Abreu, da Casa Civil, com uma redação que pudesse ser aprovada, naquela época ainda difícil para o Meio Ambiente. Com grande surpresa para mim, quando terminei de falar o Henrique me perguntou: - "Mas você aceitaria ser o secretário do Meio Ambiente?" Entrevi imediatamente a fascinante possibilidade de fazer algo de muito novo e muito positivo. Era um imenso e maravilhoso desafio, desses que a gente recebe só uma vez na vida. Respondi que concordaria, se Lucia minha esposa também estivesse de acordo, pois isso iria modificar a sua pacata vida paulistana, muito ligada à sua família. Consultada, Lucia imediatamente concordou. Ela sempre me apoiou e colaborou

comigo, nos 50 anos de nossa vida conjugal, antes de falecer em 1995. Os anos que passamos em Brasília foram dos melhores de nossas vidas. À noite eu estudava ou escrevia no nosso apartamento (316-C) funcional. Ou jantávamos em alguma embaixada, pois Lucia era considerada como campeã de bridge e nós falávamos inglês e francês. Fizemos bons amigos. Nos EUA nos hospedávamos em casa de Beatrice Mayerson e Lemoine bem como me lembro dos jantares de Tom Lovejoy numa antiga estalagem (botequim) de 200 anos, num bosque nativo que tem perus selvagens (eu os vi).



Três gerações; Paulo Nogueira-Neto, Paulo Freitas Nogueira e Paulo Nogueira Jr.

Há alguns meses atrás, o Henrique me contou algo que eu ainda não sabia, mas que indica a sua confiança na minha atuação. Ele me disse que o convite que me fez não foi previamente submetido ao ministro do Interior, General Costa Cavalcanti. Explicou depois ao ministro a sua escolha e não houve problemas. Comecei minhas atividades na Secretaria Especial do Meio Ambiente no dia 14 de janeiro de 1974, em Brasília, sempre com permissão da USP para o meu afastamento anual, coisa que se repetiu durante 14 anos. Sempre mantive contato com meus colegas da USP, que muito ajudaram na defesa da Estação Ecológica da Jureia. Também tive a boa vontade de Carlos Telles Correa, neto do famoso Botânico Pio Correa e grande proprietário local de florestas. Até hoje ele luta nessa região, agora para explorar racionalmente o palmito. Grandes re-organizadores da Jureia



Lucia Ribeiro do Valle Nogueira

foram José Amaral Wagner-Neto (diretor executivo, Fundação Florestal) e José Pedro de Oliveira Costa ambos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SP), além de antigos moradores locais, ONGs ambientalistas e funcionários estaduais de muitos méritos e conhecimentos.

Citei aqui muitos nomes ligados à época dos anos 1970 ou anteriores. Outros nomes, muitos outros nomes, igualmente importantes, que trabalharam em seguida, para firmar o ambientalismo moderno na Federação Brasileira, estão também citados neste livro. O ano de 1974 foi um marco na história do nosso ambientalismo, pois indica o início das atividades da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Federal), que levou, mais tarde, à criação do Ibama e por fim, à criação do Ministério do Meio Ambiente.

Uma das minhas atividades, desde 1993, diz respeito à proteção à vida de seringueiros e castanheiros da região de Xapuri-Brasileia-Epitaciolândia e outras áreas próximas no Estado do Acre. Consegui a criação, por Decreto Federal, da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Seringal Nova Esperança, com o objetivo de proteger as plantas necessárias às atividades de castanheiros e seringueiros. Para ajudar lá pessoas necessitadas, em 2005 fundei uma ONG, a "Ação Social e Ambiental São Quirino" (Asasqui). Essa entidade auxilia dezenas de famílias. Quase todos os dias converso com a minha secretária Alessandra Gomes Muniz e com nossos assistidos, sobre a ajuda possível para cada caso. Estamos a mais de 3.000 km de distância do Acre, mas diariamente o telefone nos coloca lá. Raramente alguém de fora nos auxilia e nenhum recurso recebemos dos Governos. Contudo uma ajuda nos foi prestada por algumas pessoas no Acre, bem como pelo médico e sobrinho Manoel Joaquim Ribeiro do Valle, pelo médico Jorge Ortiz, pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e durante certo período pela Universidade São Marcos. A Maria Jeane Neves do Nascimento recebeu muita atenção. Ela esteve sob minha guarda legal durante parte

da sua infância, quando Lucia (minha esposa) e eu a recebemos em nossa casa paulistana, vinda das florestas do Acre, para um tratamento médico. Morou conosco durante anos. Agora já está na Faculdade Anhanguera de Psicologia. Reside em Campinas e conta com meu apoio. Tenho casas e um meliponário experimental em Xapuri, onde são feitas pesquisas com abelhas indígenas sem ferrão (Meliponini). A ação da Asasqui no Acre consiste principalmente em providenciar meios às pessoas enfermas para que elas possam ter acesso a consultas médicas, exames, remédios, estadia e transporte para Rio Branco, capital do estado acreano. No interior do Acre frequentemente as pessoas doentes não têm recursos para fazer uma viagem a Rio Branco, da qual depende a sua saúde e às vezes a sua vida. Eurisneia Barbosa dos Santos (afilhada), Rafaella L. Vianna receberam também bolsas de estudos. Deixo aqui essas considerações para dizer que a ação ambiental pode e deve correr junto com uma ação social também efetiva.

Estou fazendo um breve relato dessas atividades, pois elas praticamente não constam dos meus diários, embora sejam importantes. No meu diário quase não escrevi sobre minhas atividades assistenciais, pois o grande foco deste livro é ambiental ou sócio-ambiental geral.

Deixo aqui um agradecimento especial ao Banco Itaú nas pessoas de Olavo e Roberto Setubal, José Carlos Moraes Abreu, Antonio Matias e de Ricardo Terenzi e aos que auxiliaram na elaboração técnica deste livro, sob a orientação competente de Flavia W. Frangetto, doutora e uma das maiores conhecedoras do Direito Ambiental, e sua equipe da qual integra o Sávio de Tarso, bem como Fabio Ávila e Renato Ribeiro do Valle, estes destacados editores na Editora Editare (Empresa das Artes) e seu valoroso pessoal, bem como Ruth Klotzel. Foram também importantes e discretos apoiadores: José Carlos Moraes Abreu, Roberto Setubal, Vera Lucia Imperatriz-Fonseca, Paulo Skaf, Walter Lazzarini e outros que tornaram possível este livro. Quero também agradecer ao meu prezado amigo e

companheiro de mocidade e até tempos recentes, Olavo Egidio Setúbal, (in memoriam) pelos muitos anos de amizade e ajuda ao longo da nossa vida. Até mesmo em Brasília, quando ele foi ministro do Exterior, nós e nossas esposas nos encontrávamos freqüentemente, como fazíamos na turma do "Alarga-a-Rua", de São Paulo.

Grande parte de minhas atividades diz respeito também ao estudo do comportamento, da genética e da criação das abelhas indígenas sem ferrão, as Meliponini. Contudo, não houve espaço físico para que esses trabalhos fossem aqui relatados. Eles constituirão um outro livro, já praticamente redigido, o "Dicionário da Meliponicultura e das Abelhas Indígenas Sem Ferrão". Na Ecologia, o meu trabalho com essas abelhas foi de investigação científica. Para se ter uma ideia da sua importância desses insetos no mundo real, deve ser destacado que muitas das árvores e arbustos dos grandes biomas da Federação Brasileira são polinizados (fertilizados) por essas abelhas.

Na Federação Brasileira há centenas, ou talvez milhares de ONGs. Geralmente são pequenas entidades, de âmbito local, que tratam de problemas que pedem soluções urgentes. No decorrer deste livro vou me referir a muitas dessas úteis e valorosas entidades. Aqui, porém, vou tratar de grandes ONGs, das quais fiz ou faço parte. Assim, fundei a associação para a Defesa da Flora e de Fauna, com José Carlos Reis Magalhães e Lauro Travassos Filho, em 1956. Depois o nome mudou para Associação para a Defesa do Meio Ambiente, a mais antiga entidade civil ambientalista brasileira em existência. Represento a Presidência da República no Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Sou presidente, por eleição, da Câmara Técnica das Unidades de Conservação, no Conama do qual fui um dos seus fundadores. Na atual crise aguda, que abala o Código Florestal de 1965 e seus complementos, sou favorável ao diálogo para resolver os graves problemas existentes. Diálogo significa discutir, trocar idéias, aceitar ou negar propostas. Este

livro mostra, claramente, o poder construtivo do diálogo. Infelizmente, porém, nem todos entendem assim. Fui um dos fundadores da SOS – Mata Atlântica, durante o Governo (SP) Montoro. Depois se tornou uma das maiores ONGS da Federação Brasileira. Fui durante anos seu Vice Presidente, até junho de 2010. Deixei esse cargo quando a entidade tomou outro rumo. Não optaram pelo diálogo, com os ruralistas. Evidentemente, o diálogo que sugeri seria dentro dos princípios constitucionais do Artigo 225 da Constituição Federal, que afirma: "todos tem Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado". A meu ver, se o diálogo falhar, resta a possibilidade de promover novas campanhas do tipo "ficha limpa", também necessárias (em menor escala) à proteção ambiental. Resta, ainda, o recurso de promover ações na Justiça, em casos concretos, visando o cumprimento da Constituição Federal.

Em São Paulo, o secretário Xico Graziano, o secretário Adjunto Pedro Ubiratã Azevedo e o diretor executivo da Fundação Florestal José Amaral Wagner Neto fizeram uma reorganização muito importante no que se refere às Unidades de Conservação e em outros assuntos. Meu mandato como Presidente da Fundação Florestal terminou mas continuo colaborando.

Na Área Federal o WWF-Brasil tem um excelente corpo técnico, visando principalmente ajudar as Unidades de Conservação. José Roberto Marinho, Mario Freming, Álvaro de Souza, Garo Batmamien. Denise Hamu, Cláudio Pádua, Carlos Scaramuza, Rosa Lemos de Sá, Magretti, Elizabeth Costa, e muitos outros deram um status elevado à WWF-Brasil, aqui e no mundo. Sou o Presidente honorário. Também pertenço ao Conselho Ambiental da Fiesp, bastante atuante, secretariado por Walter Lazzarini.

Também sou membro honorário atuante do Cosema (Conselho Estadual do Meio Ambiente – SP) e do Conselho Superior do Parque Zoológico de São Paulo. Como podem ver, continuo trabalhando em defesa do Meio Ambiente.



*PNN e seu caititu domesticado,
chamado Tatá. Em Campinas-SP*

- Administração e Política Ambiental Federal
- Águas Poluídas
- Uma Época de Grandes Mudanças
- Educação Ambiental

DESAFIOS DA ERA AMBIENTAL

ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL FEDERAL

Aliado prepara o terreno

À noite, fomos jantar na casa de Henrique Brandão Cavalcanti, secretário-geral do Ministério do Interior que várias vezes já foi ministro interino. A senhora dele (Hazel) é canadense. Possuem sete filhos e residem aqui há vários anos, numa casa do outro lado do lago. Conversamos, longamente, sobre problemas conservacionistas. É preciso preparar o terreno para o dia em que a conservação da natureza não seja relegada ao último plano, na organização administrativa do país. Para isso, contamos com a cooperação e boa vontade do Henrique.

26 novembro 1972

Convite depois da crítica

Fui à Brasília a chamado de Henrique Brandão Cavalcanti, secretário-geral do Ministério do Interior. Estive antes na Câmara dos Deputados, principalmente na biblioteca. Às 14h30 estava no Ministério do Interior, onde fiz a Henrique uma crítica do Decreto que criou a Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente).

1º novembro 1973

Quando terminei, ele me convidou para ser o futuro secretário. Entre as cidades do Rio de Janeiro e Brasília, a princípio optei por Brasília, como base de operação. Depois, porém, nos inclinamos pelo Rio onde há mais espaço e pessoal disponíveis. Contudo, a escolha posterior e definitiva de Brasília foi derivada ao fato de estar lá o Governo Federal.

P.S. 2009: Em seguida, retomei a ideia de que teríamos mesmo que optar por Brasília, que é o centro das decisões federais. E assim foi feito.

Magnitude

Retornei à Brasília. Às 15h10, juntamente com Henrique Cavalcanti, avistei-me com o ministro do Interior, Costa Cavalcanti. Ele me confirmou o convite para o cargo de secretário especial do Meio Ambiente. Disse-lhe que procuraria compatibilizar conservacionismo e desenvolvimento. O controle à poluição poderia ser um elemento poderoso para se evitar o excesso de concentração industrial, que está tornando tão difícil a vida em São Paulo (e em outros grandes centros). Falei sobre os processos de controle da poluição que estamos já iniciando com sucesso na Usina Açucareira Ester. Contei que era professor no Departamento de Zoologia da USP, onde dou um curso sobre Preservação da Natureza e outro sobre Comportamento Animal. Disse-lhe que passaria ao Departamento de Ecologia, em formação.

4 novembro 1973

O ministro falou que ficar apenas quatro meses como secretário não seria o suficiente. Dessa maneira, respondi estar disposto a ficar, se necessário, por cerca de dois anos. Afirmei que não desejava deixar minha carreira universitária e, quanto a isso, o ministro foi muito amável e simpático. Avisou que para a nomeação eu teria ainda que correr certos trâmites e que, possivelmente, o presidente Médici desejaria me conhecer.

Retornando ao gabinete do Henrique Cavalcanti, ele me levou à sala, grande e confortável, que reservou à Sema. Apresentou-me à secretária, dona Zélia. Até às 19h30, fiquei trabalhando num esquema de organização do Conselho Consultivo e das diversas Comissões possíveis. (...)

Disse-me Henrique que não faltará dinheiro se houver projetos bons para aplicá-lo. Ao que parece, a principal atuação da Sema será a de selecionar esses projetos conservacionistas. Henrique pediu-me para definir prioridades. Obviamente, pelo próprio decreto que a criou, a poluição das águas merece tratamento preferencial, mas deve-se pensar em outras coisas também. É claro que os bosques constituem minha meta predileta há muito tempo. Na parte de planejamento e controle, quero utilizar-me ao máximo do sensoriamento remoto (informações dadas pelos satélites); enfim, há muito em que pensar. Meu estado de espírito, às vezes, se aflige com a magnitude da tarefa. Outras vezes, porém, fico entusiasmado com o que se poderá fazer.

Esclarecimentos

4 dezembro 1973

Às 14h30, estive com Henrique Cavalcanti no Ministério do Interior. Ele me contou que já estavam arrumando quatro salas para a Sema, no Rio. Achei o número pequeno, mas, o secretário-geral me disse que não se podia dar a impressão de fazer algo grande e empreguista neste fim de governo. Aprovei a relação dos nomes dos conselheiros. (...) Indaguei por que a minha nomeação ainda não fora efetivada. Henrique foi então procurar o ministro. Voltou com a informação de que o SNI (Serviço Nacional de Informações) não devolvera o processo, mas que logo que isso ocorresse o ministro procuraria o presidente, mesmo fora do seu despacho normal.

20 dezembro 1973

SÃO PAULO, SP – Às 15h, aproximadamente, fui falar com o major Brissac. Levei o relatório sobre pesticidas usados no Brasil, meu Curriculum Vitae, nomes de fontes de referência sobre minha pessoa (Carvalho Pinto, Olavo Setúbal, Paulo Egydio Martins, José Carlos Reis de Magalhães, Ruy Antonio Brito da Cunha, professor Paulo Sawaya). Entreguei também informações sobre o meu homônimo (Paulo Nogueira do Valle). O major Brissac comentou que eu fora bem sucedido na obtenção de minhas informações. Ficou claro que elas coincidiam com as suas. Quanto à desapropriação de uma faixa na fazenda São Quirino, pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo), entreguei cópia da escritura. Expliquei que aquele fora o único negócio que tivera com o DER, e que o preço pago obedeceu, segundo estava informado, ao esquema proposto para os outros proprietários, inclusive ao Exército (Fazenda Chapadão). O major Brissac respondeu que esse caso não estava em dúvida. Coloquei-me à disposição para quaisquer esclarecimentos e me despedi, muito cordialmente. De volta ao escritório, telefonei ao Henrique Cavalcanti e contei os esclarecimentos que prestara ao SNI. Disse-me que iria pedir ao ministro para falar ao general Fontoura, chefe daquele serviço, para apressar o meu processo. Ele já estava preocupado com a demora e ficou contente com as notícias que lhe dei.

Apreensão

Ligação para a casa de Henrique Cavalcanti, em retribuição às tentativas de contato por ocasião das festas de Ano-Novo

3 janeiro 1974

Conversamos muito amavelmente, desejando felicidades recíprocas para 1974. Nada dissemos a respeito da Sema. É cada vez mais claro que o convite que me foi feito não será mais efetivado, por falta de tempo. No dia 15 próximo será eleito o novo presidente da República e no dia 15 de março ele tomará posse. Não vejo mais como poderá agir, a não ser simbolicamente, o novo secretário do Meio Ambiente.

Viva!

Lá pelas 18h recebi um telefonema do Henrique Cavalcanti, dizendo que acabara de vir do Palácio do Planalto, onde o presidente Médici assinara a minha nomeação. Combinei que estaria em Brasília, para a posse, na segunda-feira dia 14. A época é ruim, pois no dia 15 há a eleição do futuro presidente da República. Logo que o Henrique desligou tratei da compra de passagens e da reserva de hotel para mim e para Lucia. Lá pelas 19h15, quando estava a caminho de casa, ouvi na Voz do Brasil o anúncio oficial da nomeação. Não me contive e bati palmas no carro. Viva! gritei.

Realmente, a demora havida na nomeação me enchia de preocupação. Não que eu estivesse correndo atrás do cargo. Mas é que minha não designação seria um vexame de repercussões até internacionais. Seria o fim de minha carreira. Ainda há dias o prof. Kuenen, da IUCN (International Union for the Conservation of Nature), havia escrito uma carta para mim frisando que eu já era o secretário e me dando as maiores atenções. Como iria depois encarar esse povo todo, se a nomeação não saísse? Como iria explicar o caso? Como vocês vêem, o alívio foi grande. Viva, repito!! Dei graças a Deus.

Reconstituição da posse

BRASÍLIA, DF – De manhã dei os retoques finais no discurso de posse. (...) E, mais ou menos, às 10h15, o Henrique nos chamou para a Solenidade de posse. Vieram, além do Paulo Jr. que chegou ontem, também a Cristina Haenel Gomes, Cristina Toledo, Eduardo e Luiz Antonio.

Desapareceu, no Hotel Nacional, em 7 de fevereiro, o diário que havia escrito desde a minha posse na Secretaria Especial do Meio Ambiente. Agora, posso apenas reconstituir os fatos principais.

Durante a minha posse, no dia 17 de janeiro, estiveram presentes altas autoridades, representantes de vários ministros, jornalistas, cineastas, além do ministro do Interior, Costa Cavalcanti, e do ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti. Os três filhos, Cristina e Lúcia também estavam presentes. Primeiro falou o ministro Costa Cavalcanti e depois fiz o meu discurso. A cada um dos presentes, na fila dos cumprimentos, procurei dizer uma palavra amável.

Primeiras impressões

Inicialmente só tenho uma funcionária: Dna. Zélia Campos de Azevedo, minha secretária e pessoa altamente responsável e muito competente. Além disso, há um grupo de apoio administrativo, que se encarrega da datilografia, reservas de passagens (Dna. Julieta) etc.

O elevador que uso é o do ministro, utilizado também pelo secretário-geral. O ascensorista é do Nordeste, pessoa extremamente atenciosa, que veio logo me dizendo se o Henrique e o ministro chegaram ou não. Às vezes, sou o primeiro. Tenho uma sala muito boa, com ar condicionado, só para mim. Na sala vizinha fica Dna. Zélia. Estamos no 7º andar, quase defronte à sala do Henrique Cavalcanti. No 8º andar, está o ministro. Sua secretária é a Maria Helena, moça muito simpática, que está estudando na Universidade de Brasília. Certa vez, no Hotel Nacional, tomou com Lúcia e comigo uns aperitivos. Para ela, que é solteira, a vida em Brasília não é amena. O difícil, na Capital,

9 janeiro 1974

17 janeiro 1974

Fevereiro 1974

Janeiro 1974

P.S. 2009: Depois mudei de ideia sobre Brasília. Passei lá, com Lúcia, os dias mais felizes de minha vida.

é constituir grupos de amigos. Há os que amam Brasília e os que a detestam. É difícil encontrar o meio-termo. A cidade é linda e o clima ótimo. Falta, porém, o calor humano, ou como alguém já disse, faltam as esquinas onde as pessoas se encontram.

Apoio do novo ministro

5 março 1974

No fim da manhã fui chamado ao Gabinete do ministro, onde Henrique Cavalcanti me apresentou ao novo titular, Mauricio Rangel Reis. É um homem decidido, firme. Disse-me que tinha ótimas referências a meu respeito e que desejava me convidar a permanecer à frente da Sema. Aceitei o convite, mas expliquei que frequentemente teria que estar às 2ª-feiras em São Paulo, devido aos meus alunos de pós-graduação. Ele não viu inconveniente nisso. Pelo contrário, gostou da minha franqueza, dizendo que era assim que se devia agir. Contei ser usineiro (o que o surpreendeu), mas expliquei que tínhamos feito um serviço modelar e pioneiro de controle da poluição. Manifestou interesse em visitar a Usina Ester. Sobre a Sema, afirmou sua intenção de dar-lhe bastante apoio. Conversamos também sobre José Reis, tio do ministro e meu amigo há muitos anos. Ele foi um dos que primeiro me incentivou nos estudos sobre abelhas, publicando um artigo na *Folha de São Paulo*, em 1951.

O ministro contou-me que o General Geisel está preocupado com o desenvolvimento do Pantanal do Mato Grosso. A seu ver o Ministério deve trabalhar como uma equipe. Não sei bem o que ele pensa sobre o Pantanal, mas essa é uma das metas prioritárias também dos conservacionistas.

Prevenção da poluição

10 julho 1974

Durante a viagem à Porto Alegre tive ocasião de conversar bastante com o ministro, Rangel Reis e com Henrique. Mostrei a localização da Estação Ecológica do Taim. Falei sobre a posição supervisora que a Sema deverá ter no controle à poluição, deixando a parte executiva para os Estados. O ministro concordou plenamente. Expliquei também que muita coisa podia ser feita no terreno preventivo, como a localização adequada de fábricas e distritos industriais. O ministro pediu que fizéssemos um folheto sobre maneiras de prevenir a poluição, para ser distribuído a industriais. Salientei que a natureza tem a capacidade de absorver certa "quantidade" de poluição e isso deve ser aproveitado para baratear os custos do seu controle.

Balanço de trapezista

19 julho 1974

Hoje fazem seis meses que assumi a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Durante esse tempo alargaram-se imensamente os meus horizontes. Mas, ainda falta muito para ter um conhecimento bom da realidade nacional. O Brasil é um continente, para não dizer um mundo. Segundo os meus cálculos já voei 71 mil quilômetros, talvez até mais, inclusive a viagem de hoje a São Paulo. Vivi durante esse tempo em luta e tensão quase permanente. Tenho a impressão de que o público gosta de ver alguém defendendo uma causa, de certo modo procurando fazer algo por ele, como diz Henrique Cavalcanti.

Pode parecer muita pretensão, e sou suspeito para falar, mas é um fato o crescimento da Sema. Hoje, a sigla está quase que diariamente nos jornais. Graças a Deus não fiz nenhum inimigo, embora tenha discordado de muita gente. Várias vezes tomei posições que poderiam pôr em risco o

meu cargo. Nunca recusei uma só entrevista. Até aqui, saí-me razoavelmente bem. Vamos ver até quando. Um dia o trapezista escorrega e cai. Mas, se isso acontecer, voltarei ao que era e não vejo nisso nenhuma tragédia. Viver mais tranquilamente tem muitas vantagens.

Estrutura funcional

De manhã fui convocado ao Gabinete do ministro. (...) Fiz uma rápida exposição da organização que planejamos. Em seguida, o ministro discutiu comigo o número de técnicos que havíamos solicitado: 94. Ele achou a quantidade excessiva. Fomos argumentando, de lado a lado, o ministro fazendo cortes e eu na defesa, conseguindo salvar aqui e ali alguns cargos. No final sobraram 57, o que me pareceu razoável em nossa fase inicial. Consegui ainda incluir mais cinco administradores e 15 guardas de Estações Ecológicas, o que elevou o nosso número total de funcionários a 77. Contei que, em São Paulo, a Cetesb (Companhia de Engenharia e Tecnologia de Saneamento Básico) possuía 530 e a Susam (Superintendência de Saúde Ambiental) uns 200, mas disse também que poderíamos ter menos por não possuímos funções executivas (exceto nas Estações Ecológicas). Foi uma sorte eu ter apressado na semana passada os estudos sobre a organização da Sema. Isso permitiu a D. Zélia montar um quadro ontem, na minha ausência. A reunião era aguardada só para a próxima semana.

Pequenos privilégios

Nosso programa de Estações Ecológicas foi objeto de críticas da Comissão que o Ministério da Agricultura está estudando a reestruturação do IBDF. Segundo publicou a imprensa, eles pensam que a Sema invadiu atribuições do IBDF. Não compreenderam que desejamos usar, para a causa da Conservação da Natureza, recursos do Ministério do Interior que não podem ser transferidos a outro Ministério, pelo menos na escala que pretendemos aplicar no nosso setor de ecossistemas. É a burocracia em luta por privilégios pequeninos, sem visão global.

Estresse

Finalmente obtivemos três ou quatro salas no 4º andar do Ministério e ficaremos com mais dois no 1º andar. No momento, a falta de espaço está asfixiando a Sema. Escrevi um bilhete ao Dinarte dos Santos dizendo que em ratos brancos a superpopulação causa stress, lutas e mortes. Ele entendeu a mensagem e pouco depois me levou para ver as salas. Aliás, já anunciadas há dias.

Imaginação construtiva

À tarde, tivemos uma reunião com os chefes da Sema. Estabelecemos as quantias a serem gastas pelas diferentes divisões neste ano. Cerca de metade do dinheiro será reservado à aquisição de terras (para a Estação Ecológica) em Esmeralda, RS. Temos apenas 5 milhões de cruzeiros para este ano (cerca de 800 mil dólares), para todas as nossas atividades, inclusive para parte do pessoal. Vamos ter que obter verbas extras. Além disso, vou aumentar o número de técnicos, usando um pouco de "imaginação construtiva", ainda que isso venha a me causar aborrecimento futuro. Não é possível, porém, deixar o país à mercê da poluição, em grande parte do seu território, por falta de técnicos. Não vou cruzar os braços diante das barreiras existentes.

27 agosto 1974

22 outubro 1974

24 outubro 1974

13 junho 1975

	Tensão, sem afobação
31 julho 1975	No fim do expediente, soube que o Gabinete do ministro mandou recolher os exemplares que estavam na Sema, do magnífico folheto sobre a Estação Ecológica do Taim. Isso me deixou preocupado, pois não sei os motivos da decisão lá de cima.
1º agosto 1975	Soube que os folhetos sobre o Taim, recolhidos, ontem, foram apenas para serem distribuídos entre os participantes de uma reunião da área de comunicações do Ministério. E eu, que ontem procurava as mais diversas explicações para o fato! Isso mostra a carga de tensão e intranquilidade que me acompanha neste cargo. Mas, a gente vai levando as coisas sem demasiada afobação.
	Sem concentração
7 agosto 1975	Reuni o meu Estado-Maior. Vamos reprogramar cerca de metade de nosso orçamento, que tínhamos reservado para compra de terras na Estação Ecológica de Aracuri (Esmeralda). Tive que explicar, porém, que o dinheiro disponível para projetos a longo prazo é pequeno, agora. Precisamos, a meu ver, gastar de preferência em projetos de maior necessidade imediata, até que o nosso orçamento permita voos maiores. Assim, por exemplo, pesquisas sobre inseticidas clorados nas águas do Guaíba devem ter precedência sobre estudos de utilização da terra na Bacia do Paranoá, em Brasília. Estes, contudo, não devem ser abandonados. Sou contra a ideia de que se deve concentrar tudo em um ou alguns projetos, pois entendo que não podemos deixar a descoberto nossas atividades em vários campos. Um projeto pequeno, agora, poderá tornar-se grande depois. Se o nosso projeto de lei for aprovado, teremos muitos recursos.
	Palmo a palmo
4 outubro 1975	De manhã, Lucia leu primeiro os jornais e me deu uma boa notícia: saiu publicada, finalmente, a regulamentação do Decreto Lei 1413. Agora a Sema vai ter realmente força. Começa a nossa grande batalha. Até aqui, nosso poder era quase que apenas moral. Passaremos a poder exigir o cumprimento das nossas normas e padrões e de tomar providências para a imposição de sanções. Nasce, hoje, uma nova Sema. Ontem, Fernando Ávila Pires me telefonou para dizer que o Projeto do Almirante Belart, criando um novo Conselho do Meio Ambiente ou coisa equivalente, foi, por Paulo Berutti (IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), encaminhado ao ministro Paulinelli, da Agricultura. Este aprovou a ideia e sugeriu a participação, também, dos ministros do Interior e do Planejamento. A Secretaria Executiva ficaria no Ministério da Agricultura. Abre-se, assim, mais um campo de luta. Um Conselho desses pode representar o fim da Sema. Penso ser importante apresentar outro Projeto para que o novo órgão não interfira conosco. Telefonei ao secretário de Tecnologia Industrial, Bautista Vidal, do Ministério da Indústria e Comércio. Coloquei-o a par da situação. Ele é nosso aliado. Achamos que a Marinha e a Saúde também devem participar do Conselho e que este precisa ser uma espécie de "Clearing House" (quando os assuntos interessarem a vários órgãos). Isso foi ontem.

	BRASÍLIA, DF – À noite, li finalmente o Decreto que regulamentou o Decreto Lei 1413. Desgraçadamente alguém tirou da Sema a atribuição de estabelecer normas e padrões. Agora só podemos propor as mesmas. Quem as estabelece é o Governo Federal. Pensei seriamente em colocar o chapéu na cabeça e ir embora. Nossa luta é, como tenho dito, morro acima e palmo a palmo. Até quando, meu Deus? Valerá a pena assumir a responsabilidade perante o público, por coisas sobre as quais não temos controle? Até que ponto minha movimentação pessoal pelo Brasil afora poderá compensar nossa fraqueza? Estou pensando em partir para um terreno mais agressivo (no bom sentido) e deixar que me demitam. Talvez no caminho consiga galvanizar a opinião pública, obter resultados concretos e depois cair de pé. Não sou enfeite. Não tenho vocação para ornamento.	7 outubro 1975
	50 projetos em 22 programas	
	Com Neylor, Eduardo e Regina, tivemos ampla conversa com Dona Dulce, Chefe do Departamento de Pessoal do Ministério, sobre o quadro da Sema. Surpreendentemente, ela achou razoável fixar o nosso efetivo em 250 pessoas, com uns 20 DAS (cargos comissionados de Assessoramento Superior). Já estão prontos os nossos Programas, num total de 22, aos quais estão relacionados uns 50 Projetos. Com isso a Sema realmente adquirirá proporções de certo vulto, para cumprir a sua missão. Apesar de estar longe dos 12 mil funcionários ou mais da Environmental Protection Agency (EPA), dos Estados Unidos.	16 janeiro 1976
	Ouvir os interessados	
	RIO DE JANEIRO, RJ – Do restaurante Albamar segui para o INT (Instituto Nacional de Tecnologia), onde se realizou uma reunião do Conselho Consultivo da Sema. Fiz uma exposição sobre os nossos Programas e Projetos, bem como sobre a nova estrutura que esperamos implantar brevemente. Depois, discutimos o futuro do Conselho Consultivo da Sema. A meu ver, seria conveniente ampliar as suas atribuições para evitar a instalação de outro Conselho semelhante em outro Ministério. Há prós e contras a essa ideia. A posição da Sema pode ficar seriamente ameaçada se for criado alhures um grande Conselho Interministerial do Meio Ambiente. Henrique Cavalcanti, porém, não compactua dessa opinião, pois a seu ver esse Conselhão não será criado. Falamos também sobre os Conselhos Estaduais do Meio Ambiente e a participação da indústria nos mesmos. O parecer dos conselheiros é no sentido de que a indústria deve ser ouvida, mas não participar diretamente, pois há assuntos de governo que não devem ser debatidos em público. Teremos, pois, que reformular algumas posições. Salientei, durante as discussões, a importância de ouvir todos os interessados nas resoluções que os Conselhos do Meio Ambiente terão que tomar. (...) Henrique Cavalcanti foi reeleito presidente do Conselho Consultivo do Meio Ambiente, unânime e merecidamente.	8 março 1976
	Poluição é um problema técnico	
	Tenho a nítida impressão de que a Sema está "explodindo", com responsabilidades e solicitações imensas. Se perdermos o pé e não acompanharmos o que se espera de nós, naufragaremos. O	18 agosto 1976

Sinacam (Sistema Nacional de Controle Ambiental), a Comissão do Rio Paraíba, os Distritos Industriais, os Convênios com a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), as Estações Ecológicas, a assessoria ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), o problema das praias etc., estão exigindo uma retaguarda que ainda é fraca numericamente. No entanto, se não atuarmos já e com decisão em todos esses campos estaremos superados. É agora ou nunca.

Os jornais publicaram (a *Folha de São Paulo* na primeira página), minhas declarações de ontem, segundo as quais poluição é um problema técnico e não político. São duas coisas que devem ser tratadas separadamente. O assunto veio à baila porque o líder do Governo na Câmara, José Bonifácio, disse que os comunistas andavam agitando o problema da poluição. Minhas declarações soaram como resposta ao líder. Realmente, não podemos concordar com a ideia de que os que se preocupam com a poluição sejam considerados como subversivos ou mesmo simples oposicionistas. Poluição nada tem a ver com política partidária.

Problemas ambientais na perspectiva dos países em desenvolvimento

29 setembro 1976

À noite, ouvi na TV um comentário sobre um pronunciamento feito pelo ministro do Exterior no dia 27, nas Nações Unidas. Ele afirmou que os países desenvolvidos usam os problemas ambientais para manter os países em desenvolvimento numa situação de dependência. Curiosamente, no mesmo dia, na Câmara Americana do Comércio, afirmei exatamente o contrário, ou seja, que tal receio não tinha razão de ser e era coisa do passado. Posso ver agora, com mais clareza, que o setor que nos tem causado algumas dores de cabeça possui respaldo no primeiro Escalão. Parece até que não existiu a Conferência de Estocolmo em 1972! O Jornal do Brasil, como vem fazendo o *O Estado de S. Paulo*, tem criticado fortemente certos pronunciamentos do ministro Azeredo da Silveira.

Participação brasileira em reunião sobre Parques Nacionais da IUCN

30 setembro 1976

Recebemos ofício do Itamaraty, em resposta ao que lhe enviamos sobre a IUCN (International Union for Conservation of Nature). Saíram-se bem nessa réplica. Afirmaram que a Engenheira Agrônoma, Maria Thereza de Pádua, poderia ir à reunião da Comissão de Parques Nacionais da IUCN, em caráter pessoal. Contudo, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) poderia pagar a passagem. A notícia que tínhamos recebido, antes, dizia que o IBDF fora proibido de custear a viagem. Ficamos satisfeitos em saber que o caso se encaminha para um bom desfecho.

Mapear ecossistemas

3 novembro 1976

Tive uma reunião com os três secretários Adjuntos. Passamos em revista a situação para 1977, com as restrições financeiras que estão à vista. Combinamos que na área de controle da poluição, a mais complexa, não repassaremos recursos aos Estados. O roto não está em condições de ajudar o esfarrapado com dinheiro. Nesse setor teremos que nos concentrar na contratação de pessoal técnico, para reforçar nossa equipe (hoje só temos três engenheiros).

Além disso, vamos apresentar Projetos para conseguir mais recursos, como o do Mapa Ecológico. Debatendo o assunto com David Cavalcanti, sugeri fazermos um mapa de ecossistemas e não

apenas um mapa fitogeográfico ou de uso de solo, pois desses já existem vários. Seria algo novo, mas só valerá a pena se for realmente exequível.

Adeus formalidades

À tarde fui ao Edifício Ocidental, onde está a nossa Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia. (...)

13 dezembro 1976

Conversei com alguns dos técnicos presentes. A maioria está desorientada e frustrada. A situação pouco melhorou nos últimos tempos. Há meses, venho pedindo a elaboração de projetos, para obter recursos e engajar o pessoal num trabalho mais produtivo.

Estive, longamente, no Edifício Ocidental, reunido com a maioria dos Coordenadores de nossos programas técnicos. Tracei com eles planos para a rápida apresentação de projetos que nos permitam obter recursos destinados às nossas atividades. Pedi ação imediata. Repeli qualquer sugestão dilatória. Não podemos perder um dia mais. Chega de planejamentos que se eternizam. Alguém propôs uma Comissão para coordenar projetos comuns a várias áreas técnicas. Disse que a ideia de um grupo de trabalho se contrapunha (nesse caso) à ação rápida que era necessária. É difícil saber o que os técnicos pensaram sobre tudo isso, mas senti que eles estavam animados com a perspectiva de romper um longo período de frustração causada pela pouca ação dos seus setores. Sei que minha atuação de hoje rompeu normas de hierarquia, pois o secretário Adjunto está ausente, no Exterior, mas há momentos nos quais é preciso dizer adeus às formalidades, em nome da urgência.

15 dezembro 1976

Carência aguda

Novamente tivemos reuniões do CCMI (Comissão de Coordenação do Ministério do Interior). (...) Falei brevemente sobre o tripé básico da Sema: a) Educação e Treinamento Humano; b) Ecossistemas; c) Controle da Poluição. Em seguida discorri sobre nossos programas para 1977. Falei também sobre nossa carência aguda de recursos. Temos apenas 0.90% da verba do Ministério e uma fração ainda muito menor do Orçamento da República. Por outro lado, o público espera de nós uma atuação bem intensa. (...) Contudo, em vez de criticar e reclamar, manifestei esperança de que o Fundo do Meio Ambiente, sobre o qual, ontem, também discutimos, resolva nossos problemas financeiros, que são enormes.

16 fevereiro 1977

Enfeite, não!

O Estado de São Paulo publicou entrevista minha sobre os estudos que estariam sendo feitos no Ministério da Saúde para a fixação de normas e padrões relacionados com a poluição. Afirmei que teríamos a maior satisfação em colaborar com aquele Ministério, mas não desejávamos abrir mão de nossos poderes legais na elaboração de padrões. Não queríamos transformar a Sema numa entidade de "enfeite". Acredito que essa entrevista colocou bem claramente os nossos pontos de vista.

26 fevereiro 1977

Caso Funai

22 março 1977

CUIABÁ, MT – (...) Depois fomos à Turimat (Turismo de Mato Grosso). Lá, encontrei-me com o Diretor Paulo Pitaluga, Arno Sucksdorff, Antonio Carlos Candia e o próprio Guilherme Müller. (...) Conversamos sobre o caso de corrupção na Funai (Fundação Nacional do Índio, também subordinada ao Ministério do Interior), do qual é vítima Arno Sucksdorff. Eles me deram a transcrição escrita de uma gravação incrível, de verdadeiro achaque feito ao Arno. Nessa conversa transcrita meu nome foi citado, como aconselhando Arno a ter um entendimento honesto com a Funai e seu presidente, General Ismarth de Oliveira. Combinamos que levarei a este a gravação com a prova da tentativa de corrupção. É preciso ajudar o General Ismarth a moralizar a sua instituição.

Boas notícias de novos patrocinadores

20 julho 1977

Tivemos, hoje, na Sema várias notícias boas: o BNH (Banco Nacional da Habitação) vai nos dar 3 milhões; a Seplan (Secretaria do Planejamento da Presidência da República) aprovou o pedido do ministro para dar mais 80 milhões à Sema em 1978; a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste) já colocou 500 mil à nossa disposição para estudos no Pantanal Sul.

Perderemos todos

2 agosto 1977

MANAUS, AM – De manhã, visitamos a Delegacia do IBDF. O Delegado Vivaldo Campbell de Araújo conversou longamente comigo e com Roosevelt. Acredito tê-lo convencido de que os programas da Sema (Estações Ecológicas) e IBDF (Parques Nacionais) são complementares. O importante é preservar agora o que pode ser salvo. Tive, contudo, uma surpresa que não me parece boa. Ele está preparando o Decreto de criação de um novo Parque Nacional em Rondônia (Pedras Novas, Parecis, Paacás). Nós pretendíamos fazer uma Estação Ecológica em Paacás. Agora não poderemos fazê-lo e a meu ver o IBDF também não fará nada para tomar posse efetiva da área, pois não tem fôlego para tanto. Assim, perderemos todos. É exasperante ver o IBDF chamar a si uma área após outra e não tomar providências efetivas para implantá-las. Pedi a Vivaldo que avisasse a Sema, se desistirem dos Paacás.

Saudável interface

8 agosto 1977

Na audiência com ministro, que implantou o Planejamento Familiar, falamos também sobre outros problemas ambientais (Sobral, esquistossomose, detergentes etc.). Ficou bem claro nosso desejo de colaborar com o Ministério da Saúde e vice-versa. Os problemas de controle de poluição têm uma extensa interface. Para a Sema, essa colaboração é importante, pois poderá fortalecer muito nossa atuação. Para o Ministério da Saúde também representa um apoio valioso, pois eles só têm ainda uma infra-estrutura embrionária no campo da Ecologia.

P.S. 2009: Essa ajuda tem que respeitar as famílias. Cabe ao casal decidir sobre seus filhos.

O ministro Almeida Machado e Elza Azevedo Antunes, responsável pela Divisão de Ecologia Humana, se interessaram pelo Programa de Estações Ecológicas. Disse-lhes que nossa rede, ora em implantação, poderá ser usada pela Fundação Sesp (Serviço de Saúde Pública) e outras entidades do Ministério. Esse oferecimento foi recebido com agrado.

Dei os parabéns ao ministro pela sua atitude corajosa ao iniciar o planejamento familiar oficial. Disse-lhe ser essa uma exigência do amor ao próximo. Deve ser, a meu ver, uma iniciativa do próprio casal familiar, com apoio oficial. Não é possível deixar sem esse planejamento as pessoas que vivem em condições subumanas nas favelas etc. Contudo, o ministro tem sido muito criticado.

Ducha fria no orçamento

Dílson nos deu a má notícia de que a verba extra solicitada pela Sema foi cortada na Presidência, junto com outros pedidos semelhantes. Assim, só teremos 26 milhões de cruzeiros orçamentários, para 1978. Para nós foi uma ducha de água fria. Elisimar, quando soube, ficou muito desanimado. O jeito é conseguir dinheiro fora, como temos feito, para os nossos principais projetos.

Passando o chapéu

Estive hoje, com Elisimar, visitando o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Pedimos recursos para a Sema contratar técnicos. Estamos assessorando vários órgãos do MME (Ministério de Minas e Energia), mas na realidade nos falta pessoal especializado. Inicialmente solicitei uma fatia do Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes. O ministro não achou possível essa solução, mas disse que procuraria uma solução diferente: convênio para transferir recursos do Conselho Nacional do Petróleo, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica etc. Expliquei que precisávamos de uns 12 milhões de cruzeiros para contratar uma dúzia de bons técnicos e pagar suas despesas de viagem etc. O ministro Ueki foi muito gentil, como sempre.

Com Neylor e Elisimar, fomos visitar o ministro Almirante Azevedo Henning, da Marinha. Expus as nossas dificuldades de recursos e de pessoal. Minha intenção era pedir uma parcela do Fundo Naval, pois a Marinha cobra multas pesadas dos poluidores do mar. Cada vez mais as responsabilidades pela poluição marinha estão passando para a Sema. Portanto, nosso pedido era muito razoável. O ministro Henning percebeu logo minhas intenções e expôs a aguda falta de recursos com que luta a Marinha. A situação da Armada não é fácil. Apesar de tudo, ele pediu que procurássemos o Almirante Bonoso, Diretor de Portos e Costas. Este veria o que pode ser feito.

Nossas pretensões, fui explicando, eram bem modestas. Queríamos apenas dois técnicos, que poderiam ser oficiais da Marinha. O ministro, porém, afirmou ter grande falta de bons técnicos.

De manhã, estive com Elcio da Costa Couto, ministro Interino do Planejamento. Foram comigo Estanislau, Neylor e Eduardo. Falamos sobre a situação da Sema e a sua aguda carência de recursos. Ele se surpreendeu quando soube, por exemplo, que a Sema só possuía três engenheiros na área de controle da poluição. Pedi cerca de 12 milhões de cruzeiros, suficientes para contratar uns doze bons engenheiros e o respectivo apoio. Falamos também sobre a nossa situação geral de pessoal. Elcio ficou em dúvida sobre qual a melhor situação para a Sema. Se somente pudermos preencher nosso quadro de pessoal, isso significa que não conseguiremos praticamente ninguém de nível desejável, tão baixos são os salários oficiais. Elcio se interessou muito pelos problemas da Sema e estou convencido de que procurará solucioná-los. Ele me disse que provavelmente obterá os 12 milhões que pedimos.

12 agosto 1977

2 março 1978

3 março 1978

7 março 1978

À tarde, fomos com a mesma equipe visitar o secretário-geral do Ministério da Justiça, Paulo Cabral de Araújo. À ele, pedimos uma fatia da arrecadação dos impostos sobre veículos. Paulo Cabral não tem, no momento, recursos disponíveis, mas no futuro provavelmente os terá. Mostrou-se muito interessado em fazer um convênio conosco, para estudos referentes à poluição atmosférica nos grandes centros. Como se sabe, em grande parte ela é causada por veículos automotores. O Ministério da Justiça, através do Departamento Nacional do Trânsito, é quem controla os problemas do tráfego em nível federal.

8 março 1978

Com Neylor e Estanislau fui visitar o secretário Alysson Nitrau, da Semor. É a entidade da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, encarregada de aprovar a modernização administrativa dos órgãos federais. Ele nos atendeu muito cordialmente e debateu longamente conosco as possíveis soluções para o caso da estrutura da Sema. O Dasp (Departamento de Administração do Serviço Público) cria dificuldades quase irremovíveis para as entidades federais, impedindo-as de contratar e pagar bem, técnicos de bom nível. (...) Alysson acha que o melhor será pleitear, junto ao presidente da República, uma situação especial para a Sema, extra-quadro. Do contrário, mergulharemos no caos.

Gerenciamento de relações

8 junho 1978

BRASÍLIA, DF – No final da tarde, estive na Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária), onde conversei longamente com Paulo Cesar e Airson Medeiros da Silva. Pedi-lhes que endereçassem a mim toda a correspondência da Associação. Como sou responsável pela prestação de contas da Sema, preciso também ser o responsável pela autorização das despesas referentes aos nossos convênios. Acertei essas e outras providências com o engenheiro Airson, visando aperfeiçoar os nossos controles e a nossa rotina administrativa.

14 junho 1978

Estive reunido, hoje, com o meu Estado-Maior. Preparamos uma Portaria estabelecendo normas severas para a contratação de obras e serviços. Nesses casos vamos exigir minha autorização expressa, para que tudo fique bem claro e ninguém mais assine papéis indevidamente em nome da Sema.

Falei com Orlando, chefe do Gabinete. Expliquei que o homem que nos trouxe complicações ficaria apenas como assessor e Eduardo Nogueira assumiria efetivamente a chefia da Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia. Orlando achou boa a ideia. Disse-lhe que receava que outras pessoas estivessem envolvendo aquele nosso funcionário, que sem me falar autorizou contratações de consultoria. Esse técnico não tem, aparentemente, nenhuma experiência administrativa e, o resultado pode ser desastroso.

Falei também com Henrique Cavalcanti, presidente da Siderbrás, sobre o caso da Sema que me preocupa. Ele me aconselhou a mandar a Abes suspender todos os trabalhos de consultoria em curso. Sugeriu também, que pedíssemos a ajuda da IGF (Internet Governance Forum) para uma auditoria. Contou que os casos de assinaturas por pessoas não autorizadas não são raros no serviço público. Acha que a Portaria que vamos baixar é muito oportuna.

15 junho 1978

Recebemos o relatório da Abes, ou melhor, a prestação de contas. É por enquanto difícil emitir uma opinião, sem ver a documentação referente aos gastos. Só então saberemos se alguns dos

nossos colaboradores se excederam. O trabalho da Abes foi bastante amplo e minucioso, devendo agora ser completado por nós com a pesquisa dos detalhes. É uma lástima a perda de tempo para cuidar de problemas que não deveriam existir. Mas, eles precisam ser enfrentados com decisão, e é o que estou fazendo.

RIO DE JANEIRO, RJ – Estive na Remi (Escritório de Representação do Ministério do Interior), e falei lá com Anita Gilz. Em seguida, fui à Abes, onde conversei com o engenheiro Airson, sobre as nossas contas de 1977. Depois, chegou Neylor. Ao ver de Airson, a taxa de administração de 15% da Abes é o lucro dela e as despesas com assessoria para a execução do convênio são extras. Refutei esse ponto de vista, que no seu sentido amplo não me pareceu a interpretação usual. Esse convênio está me dando muita dor de cabeça.

Chamei Anita e pedi que ela fizesse cópias de dois relatórios sobre o Rio Paraíba, que serão apresentados ao BNH (Banco Nacional da Habitação) pela Abes, em nome da Sema, e que teriam sido preparados por dois técnicos suspeitos. Mande suspender a apresentação.

Não aprovei ainda as assessorias prestadas pela Schemes Engenharia Ltda. e pelo Contador Eduardo. Vamos examinar melhor, antes de chegar a uma conclusão.

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã fui à Remi, onde falei rapidamente com Anita Gilz. Depois estive na Abes, onde conversei com Airson e Neylor. Chamamos também o contador Roberto Barros para nos mostrar comprovantes e tirar algumas cópias de certos documentos, referentes ao Convênio Sema/Abes/BNH. Quando eu retornar a Brasília, pedirei esclarecimentos sobre alguns desses comprovantes e vistos não autorizados. (...)

Quanto aos serviços da Schemes, Airson os explicou como sendo trabalhos não cobertos pela taxa de administração e me deu exemplos que considere válidos, tais como: relatórios sobre a execução de Projetos por parte da Sema, definição de Projetos etc. Isso me pareceu razoável, pois trata-se de serviços que caberiam à Sema. A conversa toda transcorreu num clima cordial.

Depois do almoço, fui ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Lá, tive uma reunião com os engenheiros Nilson, Mishiro, Barbosa e Joaquim Galvão. Mostrei a eles as cópias de dois trabalhos: Bacia do Rio Paraíba do Sul (Relatório Diagnóstico) e Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Relatório Resumo), cópias essas que obtive na Abes e que seriam entregues ao BNH como contrapartida da Sema no nosso Convênio com o Banco. Os presentes reconheceram, indignados, ambos os relatórios como sendo cópias de dois trabalhos feitos por consultores do DNAEE em 1976 (Relatório Diagnóstico) e em Dezembro de 1977 (Relatório Resumo). Isso pode significar que foram pagos pela Sema, a determinadas pessoas, conforme cópias de recibos e autorizações em meu poder (obtidos na Abes), honorários e diárias, por duas cópias!! (...) Isso não pode ser aceito.

À tarde, a chamado do ministro Rangel Reis, Neylor e eu estivemos com ele. Expus o caso Paraíba do Sul-Abes, bem como os casos das diárias indevidas. O ministro é a favor de uma linha de ação enérgica. Ponderei o que isso poderia significar para as carreiras dos rapazes envolvidos e suas

20 junho 1978

21 junho 1978

22 junho 1978

23 junho 1978

famílias. Assim, o melhor seria deixar que a Abes resolvesse o caso com eles, de tal modo que a União não fosse prejudicada.

25 junho1978

Domingo, um técnico chegou de Paris e esteve no meu apartamento. Disse desconhecer a existência do Relatório Diagnóstico do Rio Paraíba do Sul. O Relatório Resumo, segundo me afirmou, foi enviado à Abes para que fosse feito, com base nos seus dados, e citando-os, o Relatório da Sema ao DNAEE. Respondi que o Diretor Executivo da Abes me havia indagado se podia ou não enviar aqueles mesmos relatórios, me dando assim a entender claramente que eles estavam lá para isso, ou seja, para serem enviados ao BNH. Neylor estava presente e me ouviu dizer que eu não permitiria esse envio. O técnico em questão insistiu que não era sua intenção, ao fazer essa remessa à Abes, que o material do DNAEE fosse remetido ao BNH. Falei também sobre outros tópicos referentes ao Convênio Sema-Abes e dos pontos nos quais discordei sobre a atuação dele. Ao final, declarei que a Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia deveria ser plenamente exercida pelo seu titular, Eduardo Nogueira. Quanto a ele, ficaria onde o ministro resolvesse, pois era FAS (Função de Assessoramento Superior) daquela autoridade.

Essa conversa toda foi muito penosa e difícil, pois tive de trazer à tona uma série de pontos de discordância em relação a esse técnico. Não é mais possível sua permanência na Sema.

26 junho 1978

De manhã, estive reunido com Elisimar e Neylor. Discutimos todos os problemas relativos à execução dos Convênios Abes e BNH. Fiquei convencido de que minhas conclusões estão certas. Disse com franqueza que Eduardo deverá assumir a Chefia da Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia, com todos os poderes. Um técnico determinado deseja continuar lá como assessor, mas a meu ver, isso esvaziará ou prejudicará a ação de Eduardo.

Hoje, foi para mim um dia de grandes tensões, pois estou procurando dar novos rumos à SACT e ao mesmo tempo me preocupa como fazer isso sem destroçar outras pessoas. A Sema, praticamente, parou nesses últimos dias.

27 junho 1978

De manhã, falei com Orlando, Chefe do Gabinete. Ele fez um resumo, muito bem feito, sobre o caso Abes-Sema. No final, sugeriu que o técnico em questão fique conosco mais quatro meses, quando, então, retornará ao Rio em consequência do fim da sua licença do Governo daquele Estado. Aceitei a sugestão, pelo seu sentido humano. Vou encarregá-lo de um estudo sobre lagoas e uso do solo. O ministro, porém, ainda não deu a sua palavra final. Ao que parece, o caso está sendo objeto de comentários no Ministério, pois Venina Pacheco (jornalista) me perguntou o que havia. Expliquei que o técnico mencionado por ela, sendo FAS, só podia ser assessor, estando impedido de assinar papéis oficiais.

Eduardo Maia Nogueira assumiu a Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia. Apenas os técnicos de lá estavam presentes. Não compareci.

30 junho 1978

Falei ao técnico em questão que ele ficará diretamente subordinado a mim. Sugeri, e ele aceitou, que após colocar em ordem os relatórios da Abes, entre em contato com as Prefeituras da região dos lagos fluminenses, para dar a assessoria que eles necessitarem. Isso será muito útil. Ele se

mostrou grato pela solução. Falei a ele também sobre meu encontro ontem com o ministro Rangel Reis, durante o qual foi aprovado meu plano sobre suas futuras atividades na Sema.

Falei com outro técnico, que está de férias. Sugeri que desde já ele procure novo emprego.

Apuração e reparação

Conversei pelo telefone com Arno Sucksdorff, dizendo-lhe que sua entrevista foi um serviço prestado ao Brasil e que poderia citar meu nome como testemunha de vários fatos. Na Folha de São Paulo, ele denunciou haver um caso de corrupção na Funai.

A *Folha de São Paulo* publicou notícia sobre o apoio que dei a Arno Sucksdorff no caso de corrupção na Funai que ele denunciou. Quiseram extorquir dinheiro dele para liberar terras indevidamente incorporadas (não havia índios nesse local) ao Patrimônio Indígena. Arno é um grande conservacionista e um defensor dos índios, o que torna ainda mais doloroso esse caso. Ele telefonou a Lucia e se afligiu com a publicação de hoje, mas acho bom que todos conheçam minha posição no caso. A publicação do dia 24 estava , de certa maneira, confusa.

A advogada Laia Mattar, da Funai, em entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, criticou minha solidariedade a Arno Sucksdorff, interpretando-a como uma acusação à Funai. Preparei uma resposta, na forma de carta ao *Estadão*, dizendo que o meu desejo é uma apuração dos fatos e também que seja reparada a injustiça cometida contra Arno Sucksdorff.

Este havia comprado uma área perto do Xingu para proteger a natureza. A Funai, em outras palavras, a confiscou de modo merecedor de apuração. Arno é um famoso cineasta e naturalista sueco.

Hora da decisão

Os jornais anunciam o provável Ministério do presidente Figueiredo. Para a pasta do Interior está sendo cogitado Mario Andreazza, que se celebizou no Governo Médici por alguns projetos de vulto, como a rodovia Transamazônica. Os conservacionistas não gostaram dessa rodovia, mas sempre a achei uma obra de importância estratégica, por isso mesmo muito explicável.

À tarde, até perto das 20h, estive na Sema. O assunto principal em todas as conversas é o novo Ministério. (...)

A estas horas Mario Andreazza deve estar formando seu Segundo Escalão no Minter (Ministério do Interior). Firmino Rocha de Freitas (diretamente) e Henrique Cavalcanti (via Costa Cavalcanti) vão contatar o futuro ministro, pedindo para que ele me receba. Rogério Marinho, ontem, disse-me que também vai pedir-lhe isso. Carlos Telles Correa, através do seu amigo Louzada, vai fazer o mesmo em relação ao futuro secretário-geral do Minter (Ministério do Interior), Rocha Maia. Aproxima-se a hora da decisão, para a Sema.

24 dezembro 1978

27 dezembro 1978

4 janeiro 1979

6 janeiro 1979

9 janeiro 1979

10 janeiro 1979

Continuou, hoje, a batalha pela Sema. De manhã, Rogério me telefonou para dizer que falou com Mario Andreazza sobre a Sema, problemas ambientais e a minha pessoa. Pelo telefone não pôde dizer os resultados, mas senti que a conversa entre eles foi muito franca.

À tarde, falei com Maria Helena e depois com o (ex-) ministro Costa Cavalcanti, que estava em Foz do Iguaçu. Pedi a este que falasse a Mario Andreazza sobre a Sema e o nosso trabalho. Disse-me que Andreazza não gostou da minha "briga" com Paulo Berutti, do IBDF, sobre a exploração da floresta amazônica. Respondi que não era contra essa exploração, desde que fosse cuidadosa e não predatória. Ele vai estar com Mario Andreazza no fim da semana. Pedi-lhe para desfazer o mal-entendido e fiquei de lhe remeter cópia da minha correspondência com Paulo Berutti e recortes de jornais, sobre o assunto.

Falei também com Paulo Bastos Cruz da Federação das Indústrias do *Estado de São Paulo*. Vai falar com Mario Andreazza sobre o nosso trabalho no controle da poluição, e do diálogo que mantemos com a Fiesp para resolver o problema.

À noite, Carlos Telles Correa me telefonou para dizer que possivelmente ele irá com Louzada ao Rio, para jantar comigo e com o futuro secretário-geral, Rocha Maia. Ficou de marcar esse encontro.

Em resumo, esgotei, hoje, quase tudo o que poderia fazer para manter a Sema atuante, prosseguindo meu trabalho no próximo Governo. O Programa das Estações Ecológicas e os outros planos em início de execução valem o esforço. Seja, porém, o que Deus quiser. Fui até onde poderia ir, mas não vou aparentar o que não sou. Tenho a impressão de que há dificuldades no caminho.

11 janeiro 1979

Firmino Rocha de Freitas me telefonou para dizer que falou com Mario Andreazza a meu respeito, salientando minha independência na vida (não dependo do cargo). Andreazza aparentemente recebeu bem o pedido.

Paulo Bastos Cruz disse-me que falou com o presidente da Fiesp, Theobaldo De Nigris, e também com o diretor, Horácio Cherkassky. Eles resolveram pedir a Delfim Netto, futuro ministro da Agricultura, para procurar o ministro Andreazza, sugerindo a minha permanência no cargo. Jamais esperava uma coisa dessas. Foi surpresa completa, total.

À noite, Carlos Telles Correa me telefonou para dizer que ele, Louzada, Rocha Maia e eu deveremos ter em breve (serei avisado) uma entrevista com Mario Andreazza.

12 janeiro 1979

De manhã, falei com Rubens Costa, que vai conversar com Mario Andreazza sobre a Sema. Ele é favorável à continuação de nossa linha de atuação.

Após o almoço, Luna me telefonou para dizer que soube que Mario Andreazza resolveu me manter na Sema, mas desejava, antes, falar comigo sobre duas questões.

À tarde, Costa Cavalcanti me chamou. Depois, liguei para ele, da Sema. Disse-me, muito amavelmente, que Mario Andreazza irá me confirmar no cargo, desejando apenas fazer algumas sugestões. Costa Cavalcanti não tinha ainda recebido a carta e o recorte que lhe mandei sobre minha posição relativa à floresta amazônica.

De manhã, procurei entrar em contato com o coronel Rocha Maia, mas não o conseguindo, falei com a Secretária do ministro Andreazza, para combinar um encontro com ele. Para grande surpresa minha, ela me pôs em contato com o próprio ministro. Este me tratou com extrema cordialidade e disse que vai me procurar quando for à Brasília.

Pelo telefone

Após o almoço, recebi recado na Sema de que o ministro Andreazza queria falar comigo. Telefonei ao Rio e ele me disse que eu continuaria no cargo, a não ser que não quisesse. Respondi que teria muito prazer em colaborar com ele. Assim, pelo telefone, o convite foi feito e aceito. Mais tarde, ele se encontrará comigo, em Brasília, após falar com o ministro Rangel Reis.

Futuro dos Parques Nacionais

À tarde, estive no EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas), onde o Almirante Ibsen também se preocupa com o futuro do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

RIO DE JANEIRO, RJ – Falei também com Rogério Marinho, no Globo, sobre problemas ambientais. Estamos muito preocupados com o IBDF. Depois, fui à casa do Almirante Belart, na Ilha do Governador, tratar do mesmo assunto. A ideia é sondar o futuro presidente do IBDF, sobre a passagem dos Parques Nacionais para a Sema. Não tenho muito entusiasmo a respeito disso, pois nossos recursos são escassos. Mas talvez seja uma medida necessária para salvá-los e nesse caso serão bem-vindos.

Nas instruções do presidente

Pouco antes das 11h, cheguei à Boavista Seguros, onde me encontrei com todo o novo staff do ministro Andreazza, do qual agora também faço parte. Das vinte e poucas pessoas presentes, apenas umas seis, entre as quais eu, estão hoje no Ministério do Interior.

O ministro Andreazza leu instruções do futuro presidente Figueiredo, sobre o Ministério do Interior. Entre as metas apresentadas, está uma referente à proteção do meio ambiente e da conservação dos recursos naturais. Isso é uma imensa vitória, pois, anos atrás, o problema não seria nem sequer mencionado. O ministro Andreazza foi extremamente simpático e disse que dará autonomia e apoio a todos os órgãos.

Problemas brasileiros dentro do Brasil

Eduardo Nogueira relatou suas discussões no Itamaraty. Nosso pessoal técnico sente-se frustrado com o fato de que, às vezes, na última hora, têm preterida sua participação em reuniões internacionais. Eu já não me aborreço com isso; por uma questão de higiene mental passei a considerar que nos interessam prioritariamente os problemas brasileiros dentro do Brasil.

15 janeiro 1979

17 janeiro 1979

30 janeiro 1979

25 janeiro 1979

Possibilidade de exploração racional das florestas tropicais

6 fevereiro 1979

Estive hoje com o futuro ministro da Agricultura, Delfim Netto. Agradei sua atuação junto ao futuro ministro Andreazza, pela minha permanência à frente da Sema. Depois, sugeri que, sendo o Ministério da Agricultura dedicado à produção, os Parques Nacionais passem à Sema, pois nada produzem. Falei por alto, dizendo que os conservacionistas o procurariam para propor isso. O ministro Delfim, também muito amavelmente, respondeu que o IBDF seria mantido com todas as suas atribuições. Sentindo a firmeza de sua posição, fiz elogios a Maria Thereza Pádua, para que ela seja mantida à frente dos Parques Nacionais. Aliás, se eles viessem para Sema, eu concordaria, pois admiro muito a sua tenacidade e dedicação à causa conservacionista. Fiz também grandes elogios a Mauro Reis, presidente do IBDF. Afirmei que ele é a pessoa que mais entende da exploração racional de florestas tropicais.

P.S. 2009: O assunto é extremamente complexo e merece grandes estudos.

Falei também sobre o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pedi a Delegacia de Mato Grosso para Paulo Pitaluga Costa e Silva, dando o meu depoimento sincero sobre o seu valor. Ele tem ajudado muito a Sema.

"Esse eu já conheço" (presidente Figueiredo)

15 março 1979

De manhã, no auditório principal do Ministério do Interior, houve a transmissão do cargo, do ministro Rangel Reis ao ministro Mario Andreazza. No seu discurso, Rangel Reis elogiou seus colaboradores, me chamando de apóstolo do Meio Ambiente. Foi uma cerimônia das mais civilizadas, pois o ministro que entra não desancou nem indiretamente o que sai, como costuma acontecer nessas ocasiões. Ao expor seus futuros programas, as novas autoridades geralmente dão a entender que os antecessores pouco fizeram. Contudo, no caso presente, o ministro Andreazza teve a elegância de dizer que continuará a atuação do ministro Rangel Reis.

À tarde, fui aos cumprimentos ao presidente Figueiredo. As 400 autoridades do Segundo Escalão esperaram de pé. Ao me cumprimentar, apresentado pelo ministro Andreazza, o presidente Figueiredo disse: "Esse eu já conheço".

Gafe, na corda-bamba

7 maio 1979

À tarde, o ministro reuniu, no auditório do subsolo, o corpo técnico do Ministério. Cada dirigente falou sobre os seus programas e apresentou os seus coordenadores. Quando terminei de falar, o ministro me estendeu a mão para me cumprimentar, mas distraidamente eu me levantei sem cumprimentá-lo. Depois de avisado pelos colegas, à saída, saudei amavelmente o ministro, ao me despedir. Espero que esse incidente infeliz não seja mal interpretado. Durante a reunião o secretário-geral disse que a Sema e algumas outras entidades se vinculariam à SG (secretaria-geral).

8 maio 1979

De manhã, soube que minha participação em Itanhaém, em 22 de Abril, numa reunião em que se falou contra o Programa Nuclear, não repercutiu bem em certas altas esferas. Parece que não

souberam que a reunião foi convocada para darem o título de Cidadão de Itanhaém a mim e a outras pessoas. Na realidade, vivo na corda-bamba; não sei até quando.

Vil metal

Passei boa parte do dia discutindo com Luiz Gylvan Meira Filho e os meus secretários Adjuntos, sobre o futuro da Sema, a nossa Secretaria Especial do Meio Ambiente. As altas esferas da secretaria-geral querem criar uma Fundação que serviria de apoio à Sema e a outras entidades do núcleo central do Ministério do Interior. Isso esvaziaria ou poderia esvaziar a Sema, caso a Fundação tenha um setor somente voltado para o Meio Ambiente. Inevitavelmente surgiriam divergências entre a Sema e a Fundação. Meus secretários Adjuntos e eu preferimos ganhar menos, mas preservar a autonomia da Sema. Para mim foi altamente confortador verificar essa rara demonstração "d'esprit et de corps". Contudo, devo dizer que poucas vezes, como hoje, me senti tão deprimido na Sema, ao pensar no desastre que talvez nos espera. Lutamos cinco anos, mas nosso futuro é mais incerto do que nunca.

Luiz Carlos Paixão, secretário de Orçamento do Ministério, homem chave em assuntos financeiros, vai trabalhar conosco para que possamos estabelecer logo o Fundo do Meio Ambiente. Também vai nos ajudar a obter recursos.

Falei também com Carlos Alberto e Paulo Dante Coelho, sobre a obtenção de recursos no Pólo Nordeste e Pólo Amazônia, para nossas Estações Ecológicas. Acredito que as perspectivas são razoáveis.

Neylor foi ao Rio para ver se evitava a perda de recursos da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), pois prestamos conta parcialmente, o que eles consideram como desistência. É cerca de meio milhão de cruzeiros.

Como se vê, estamos imersos na luta pela sobrevivência, disputando o vil metal.

Cerco ao planejamento

Hoje tomei posse, como membro do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). É o Conselho Superior da entidade. A reunião foi presidida pelo ministro Mario Simonsen, do Planejamento. Mais uma vez mostrou sua inteligência brilhante. Destacou a importância das pesquisas e do atendimento ao Nordeste, referindo-se ao problema das secas e enchentes. Acredito que ele me deu bons argumentos para os pedidos que lhe farei no próximo dia 5 de Julho, quando estarei com ele.

À tarde, visitei o presidente do CNPq, Prof. Mauricio Peixoto, juntamente com meus secretários Adjuntos Estanislau Oliveira e Eduardo Nogueira. O prof. Mauricio foi muito aberto e viu com a maior simpatia os pedidos da Sema para conseguir recursos. Chegou a dizer que a Sema deveria estar na Presidência da República. Expliquei que por dever de lealdade ao meu ministro não podia concordar. Além disso, o Minter nos dava um bom apoio em todo o Brasil. O prof. Maurício vai falar pessoalmente com o ministro Simonsen, para pedir ajuda à Sema, o que para nós será ótimo.

28 maio 1979

31 maio 1979

20 junho 1979

21 junho 1979

26 junho 1979

Contei ao ministro Andreazza que teria, no dia 5, uma entrevista com o ministro Simonsen, do Planejamento, para pedir mais recursos à Sema. Solicitei o seu apoio. Com grande surpresa minha, o ministro disse que irá comigo falar com Simonsen.

6 julho 1979

De manhã, aluguei em Pelotas mais um carro (Passat, amarelo-palha) e segui para o Taim, com Frank Thompson Flores e Rogério Marinho. Discutimos longamente a estratégia a ser seguida no próximo encontro que terei com o ministro do Planejamento, Simonsen, e do Interior, Andreazza. A conjuntura brasileira está muito difícil. Thompson Flores acha que nossas Estações Ecológicas precisam ter um enfoque energético também. Hoje, Agricultura e Energia são as duas prioridades máximas. Por outro lado, o Planejamento se assusta com os grandes projetos que lhe são apresentados. O nosso, felizmente, é pequeno, mas outros, do Minter, são enormes.

9 julho 1979

À tarde, fui falar com o ministro Mario Henrique Simonsen, do Planejamento. Pedi cerca de 90 milhões de cruzeiros (mais de 3 milhões de dólares) para os Programas da Sema de 1980. Na realidade errei num cálculo e pedi menos do que deveria para as Estações Ecológicas (solicitei 40 milhões para esse fim). Expliquei em poucas palavras a importância dos nossos programas. O ministro estava visivelmente com pressa. Enquanto eu falava, ele lia o texto de três páginas, espaço triplo, no qual justifiquei o pedido. Contudo, disse ser indiscutível a importância do nosso programa, referindo-se ao que parece mais às Estações Ecológicas. Salientei que poderíamos dar às nossas Estações um enfoque mais energético e de estudo de alimentos naturais, como peixes e camarões. Estaríamos, assim, na linha das prioridades do Governo. O ministro repetiu mais de uma vez que falaria com o prof. Baumgarten, da Finep, onde estão quase todos os recursos que pedimos. Tenho a impressão de que, apesar da pressa, o ministro está bem receptivo em relação ao que solicitamos (Estações Ecológicas, Poluição por Biocidas, Macro-problemas Ecológicos e Sistema de Informações Ambientais).

10 julho 1979

Rogério Marinho vai falar com o ministro Simonsen. Acha que pedimos pouco ontem.

11 julho 1979

Rogério Marinho me telefonou para dizer que o ministro Simonsen lhe afirmou que vai atender ao meu pedido do dia 9!!

17 julho 1979

Participei, como convidado, de um jantar oferecido pela Federação do Comércio ao presidente João Figueiredo e outras personalidades. Encontrei-me com velhos amigos. Conversei principalmente com José Israel Vargas, Mauricio Peixoto, Jorge Francisconi e outros membros do Segundo Escalão. Todos estão com muita boa vontade em relação à Sema. Mauricio Peixoto vai falar com o ministro Simonsen, para nos ajudar.

18 julho 1979

Falei com o presidente Baumgarten, da Finep. Ele recebeu minha agenda do encontro com o ministro Simonsen. Pedi o seu apoio. Ele mostrou boa vontade dizendo que seus assessores estão estudando o caso. Amanhã vou ao Rio para ver como estão as coisas.

Fui à Finep, no Rio. Conversei com Reynaldo Araújo, Roberto Mariano, Newton Araújo e o Diretor Marcelo Paiva Abreu. Expliquei a eles que a agenda do encontro Andreazza-Simonsen referia-se a uma audiência que tive com o ministro Simonsen, sem a presença do ministro Andreazza. Eles mostraram muito boa vontade, mas não entenderam que estávamos pleiteando subir um degrau na escala de prioridades de auxílio da Finep. Contudo, a reunião foi produtiva, por esclarecer melhor as coisas e mostrar que não estamos querendo passar por cima da Finep ao procurar diretamente o ministro Simonsen. Acredito que o resultado positivo final será garantir para a Sema uma verba para nossas atividades, mas menos do que a solicitada.

Às 10h, tive reunião na Secretaria do Planejamento com o secretário-geral Marcos Amorim, Frank Thompson Flores (Subin) e os meus três secretários Adjuntos. Expus os vários problemas da Sema, no que se refere à necessidade de recursos. Foi uma agradabilíssima surpresa encontrar em Marcos Amorim uma pessoa muito interessada em problemas ambientais. Ele está preocupado com o impacto ambiental das alternativas energéticas que vamos ter que fazer uso maior de carvão etc. A nossa conversa foi tão boa e produtiva que ele concordou em triplicar, para 1980, nossas verbas orçamentárias atuais. E isso num quadro de grande crise financeira!!!

Retornando ao Ministério, imediatamente tomamos providências para obter essa extraordinária ajuda. Apoios como esse valem as inúmeras canseiras de todo dia.

Três Poderes

Tivemos uma reunião com Roberto Cavalcanti, Luiz Gylvan Meira Filho, Belizário Nunes e outros altos funcionários da secretaria-geral. Discutimos o Projeto de Lei de reorganização da Sema. Foi uma reunião muito produtiva. Só uma coisa me aborreceu: tiraram, entre as matérias de nossa competência, as Estações Ecológicas. Disse-lhes que assim como o ex-ministro Ueki afirmara que dançaria vestido de barril, na Praça dos Três Poderes, se o Brasil descobrisse muito petróleo, eu daria gritos de protesto na Praça dos Três Poderes se a Sema perdesse as Estações Ecológicas. Elas foram mantidas. Aliás, diga-se de passagem, tive todo o apoio dos presentes e não sei como aquela incrível omissão pôde ocorrer. No decorrer da reunião fiquei impressionado com o bom senso e a inteligência brilhante – uma combinação rara – de Roberto Cavalcanti.

Bipartição

PARIS, FRANÇA – Na Delegação brasileira, telefonei à Sema em Brasília. Falei com o Neylor, Eduardo e Celeste. Os dois primeiros me disseram muito animados que se pensava em fazer uma Fundação e uma Secretaria Executiva de um Conselho, para tratar de assuntos ambientais. Achei isso um desastre e fiquei muito preocupado. Parece que a Fundação Ambiental trataria também de outras coisas que interessam ao Minter (Ministério do Interior). Assim, já nasceria desvirtuada. Não posso concordar com uma organização de meio ambiente bipartida. Seria o fim. Não sei como não perceberam isso. Manifestei minha insatisfação e passei o resto do dia preocupado com essa gravíssima situação. A Comissão Mista do Congresso concordou em delegar a lei ambiental à Presidência da República e talvez dentro de dias essa delegação seja votada. Se o Minter bipartir nossa

19 julho 1979

24 julho 1979

14 novembro 1979

29 novembro 1979

organização, vou me demitir. Tomei essa resolução andando no frio pôr-do-sol, sob os plátanos quase desfolhados do Champs Elyseés. O ar estava gelado e minhas previsões eram sombrias. O chão estava cheio de folhas caídas.

Dinamização

14 dezembro 1979 Falei com Rocha Maia, secretário-geral do Minter. Ele acha que a Sema precisa se estruturar, mas que deve se manter ainda como órgão autônomo. Ou passar a Autarquia, se o presidente quiser.

Tivemos a grata notícia de que em 1980 o novo orçamento será uns 250% maior que em 1979, numa época em que as outras entidades públicas federais tiveram aumentos de 20%. Nada mal. Isso nos permitirá iniciar e dinamizar vários Programas.

Valores divergentes

12 maio 1980 A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) enviou ofício negando os recursos que pedimos para a implantação de Estações Ecológicas. Isso foi um desastre. Contudo, em princípio, deram recursos para várias pesquisas. Ao todo concederam menos da metade do que pedimos. Rogério Marinho ficou indignado. Fiquei também aborrecido, mas me concentrei em imaginar como contornar a situação, solicitando reconsideração para um pedido de recursos modificado em relação ao projeto original.

13 maio 1980 Soube que a Finep alegou que a Sema quer dinheiro para comprar terras. Isso teria levado ao corte em nosso pedido. É um absurdo fazer tal alegação. Como fazer pesquisas ecológicas e biológicas sem adquirir terras e evitar que ecossistemas únicos sejam destruídos? É uma ignorância total do que seja a Natureza e a necessidade de salvá-la. Gastam milhões em equipamentos e não se importam em proteger para sempre áreas naturais, que ao contrário dos equipamentos só aumentam em valor com o tempo.

14 maio 1980 Houve reunião da Comissão de Energia no CNPq. No início e no fim da mesma falei com Marcelo de Paiva Abreu, da Finep. Ele vai reestudar os nossos pedidos referentes às Estações Ecológicas, desde que se trate de despesas de apoio a pesquisas. Assim, a manutenção e as desapropriações ficarão fora do esquema. Isso nos abre novas perspectivas.

19 junho 1980 RIO DE JANEIRO, RJ – Estive à tarde na Finep, nossa principal fonte de recursos. Juntamente com Neylor e com o coronel Noronha, falamos com Marcelo de Paiva Abreu, um dos Diretores.

Marcelo tem um jeito pouco comunicativo para falar e deu a entender que não deseja mais destinar recursos à implantação de Estações Ecológicas. Só se interessa por Projetos de Pesquisa. Ele acha que a própria entidade interessada deve buscar recursos dentro do seu Ministério. Em tese isso é bonito, mas, na prática, ameaça liquidar nosso programa ecológico. Sem dinheiro, como poderemos caminhar? Saindo de lá, telefonei a Rogério, a quem o ministro Delfim havia dito que daria um apoio que não houve. Rogério irá reclamar.

Numa reunião da Finep, deixei claro, embora muito diplomaticamente, que o Conselho de Segurança Nacional vai pedir apoio para as Estações Ecológicas da Juréia e a proposta para a área Ianomami. Marcelo disse que aceitará uma decisão superior nesse sentido, mas isso obviamente não tem a sua simpatia. Infelizmente ele não tem grande sensibilidade para os problemas ambientais.

Coincidências

Fui à Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), com Neylor e um rapaz do MA (Ministério da Agricultura), depois de falar com o pessoal do Planejamento do Minter. Fomos recebidos por Jonas e outros técnicos, que estavam, naquele momento, alocando os recursos a serem destinados ao Programa do Pólo Noroeste, apoiado pelo Banco Mundial. Foram reservados 90 milhões para a Sema, destinados a melhorar as Estações Ecológicas de Iquê e de Taiamã, bem como as duas novas (Serra das Araras e outra em Rondônia). Depois de uma série de coincidências, chegamos no momento exato à reunião decisiva, o que me faz pensar que Deus realmente nos ajudou.

A oca

De manhã e à tarde houve, no Ministério do Interior, reuniões do CCMI. É a "convenção" anual de todos os dirigentes dos órgãos do Ministério do Interior, presidida pelo próprio ministro.

Antes do almoço, foi a minha vez de fazer uma exposição sobre os problemas da Sema. Falei sobre a nossa situação anômala, no que se refere a pessoal. Só temos caciques e quase nenhum índio. Ou seja, praticamente, só temos funcionários de escalão dirigente. Precisamos com urgência de uma tabela especial, especial mesmo. Pedi também mais recursos. Senti que não estava em meus melhores dias para falar em público.

Beija-mão tradicional e produtivo

Estive na Sema e, em seguida, fui ao Palácio do Planalto para os cumprimentos de fim de ano ao presidente. Estavam presentes uns 300 membros do Primeiro e do Segundo Escalão da República. Em duas horas, ou pouco mais, consegui trocar ideias e acertar providências que levariam um mês, indo de audiência em audiência. Entre os assuntos que conversei: Paulo Nogueira Batista afirmou que a Nuclebrás vai, na próxima semana, desapropriar a área principal da Juréia; Dílson Queiroz Santana disse que o IBGE ,felizmente, não desativará a sua "Reserva Ecológica" de Brasília; Henrique Cavalcanti vai estudar, a nosso pedido, qual seria a área mínima de exclusão em torno das siderúrgicas; Antonio Candido Pires vai colaborar conosco na procura de áreas para uma Estação Ecológica; O presidente da Eletrobrás, ministro Costa Cavalcanti, gostou da ideia de uma Estação Ecológica junto à Represa de Lages; o coronel Padilha, do Instituto de Meteorologia, continua disposto a colaborar conosco; o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Hugo de Almeida, prosseguirá na ajuda importante que está nos dando, apertando os usineiros-alcooleiros que não são contra a poluição etc.

11 julho 1980

17 novembro 1980

17 dezembro 1980

Batalhar a guerra

3 fevereiro 1981

Em Brasília, tive longa conversa com o engenheiro Benedito Barbosa, Chefe da Divisão de Águas do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) e secretário da CEIBH (Comissão de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas), da qual sou o presidente. As relações entre a Sema e o DNAEE estão muito deterioradas por uma série de desentendimentos. Do nosso lado, Eduardo Nogueira tem pavio curto e enfrentou Barbosa várias vezes. Este compreende bem a teoria dos vácuos de poder e procura tomar todos os espaços vazios e alguns outros que nos pertencem. Assim, os choques frequentes entre Eduardo e Barbosa ameaçam arrasar com o trabalho conjunto já feito e ainda por fazer. Expus a Barbosa todas as nossas queixas e sugeri, para remediar a situação, contatos mais frequentes entre ele e eu. Sugeri, também, esquecer o passado e procurar melhor entrosamento daqui para diante. Não me interessa ganhar batalhas e perder a guerra. Milhões de pessoas serão prejudicadas se não nos entendermos. Depois, chamei Eduardo para participar da conversa, quando as coisas já estavam mais calmas. Penso que deu certo, pois embora as divergências fossem claras entre eles, não houve maior agressividade. É uma situação difícil, ter que defender a Sema e ao mesmo tempo apaziguar esse complicado caso.

11 fevereiro 1981

De manhã, estive no Itamaraty onde conversei com o Chefe do Departamento das Américas, Embaixador João Hermes de Araújo. Expliquei a importância da presença da Sema nas reuniões dos países da Bacia do Prata, no setor de qualidade de água. Disse-lhe que o DNAEE estava nos causando problemas, entrando em assuntos de nossa competência. Por isso, era importante a presença da Sema nessas reuniões. Afirmi ainda que esse relato me causava constrangimento, mas que o Itamaraty precisava saber o que se passava e a razão de ser do nosso pedido. O Embaixador Hermes indagou se eu teria objeções à participação da Cetesb nessas reuniões. Respondi que não tinha nenhuma objeção à presença da Cetesb ou do DNAEE, desde que a Sema também participasse.

24 fevereiro 1981

No início da tarde, estive com Eduardo no Gabinete de Santiago, da secretaria-geral. O Projeto de Decreto sobre a CEIBH estava com um lapso tremendo: havia alternância Sema/DNAEE na Presidência, mas não na Secretaria Executiva. O engenheiro Benedito Barbosa, consultado por Santiago sobre esse lapso, disse que era para deixar assim mesmo. Meu coração não abriga raiva de ninguém, mas fiquei zangado com o fato e até um pouco exaltado, ao contrário dos meus hábitos. Se prevalecesse o seu entendimento, o DNAEE ficaria com a Presidência mais a Secretaria Executiva da CEIBH e nós com nada, até que fosse nossa vez de ocupar novamente a Presidência. Barbosa quer ocupar todos os espaços vazios, chegando ao absurdo de pretender afastar temporariamente a Sema!

P.S. 2009: Com o passar do tempo, a Sema se firmou e hoje é Ministério.

Subimos para falar com o coronel Rocha Maia, secretário-geral do Ministério do Interior. Ele nos deu toda a razão. Ou o Ministério de Minas e Energia concorda com uma equitativa alternância, abrangendo ambos os cargos, ou não haverá Decreto.

O episódio de hoje me deixou muito aborrecido. Procuro tratar a todos com franqueza e cordialidade. Não esperava pela tentativa do Barbosa. Meus princípios cristãos, porém, felizmente não me deixam querer mal a ninguém. Que o Barbosa seja sempre feliz e compreenda que tratando os outros com equidade, muito mais poderemos fazer pelo Brasil!

Segunda tentativa

No início da noite, reuni-me na Sema com Dna. Zélia Campos, Petri Leal e Maria Thereza Pádua, esse dois últimos do IBDF. Todos elogiam Mauro Reis, o presidente da entidade. Contudo, ele só dispõe de tempo para cuidar dos gigantescos problemas do reflorestamento. Os Parques Nacionais estão em má situação. O secretário-geral do IBDF não gosta da conservação da natureza e dificulta as coisas, segundo Maria Thereza. Em resumo, o Estado-Maior dos Parques Nacionais vai pedir demissão e pedirão para se transferir para a Sema. Querem, porém, vir junto com os Parques.

Declarei-me disposto a recebê-los na Sema, mesmo que venham sem os Parques Nacionais. Antes, porém, deveremos preparar ações que tragam para nós também os Parques. Isso terá que ser bem planejado, pois as resistências serão enormes. Eu ainda achava cedo para receber os Parques, mas agora não há tempo a perder. Do contrário, eles vão se deteriorar. Vai ser uma jogada dura, mas o IBDF poderá também implodir sem luta. É importante, além do mais, preservar Mauro Reis, nosso amigo, de quem não temos queixas, muito pelo contrário.

À noite, Maria Thereza me telefonou para dizer que tinha falado com Mauro Reis e que este havia insistido para que ela permanecesse no IBDF. Iria resolver os problemas pendentes e lhe dar o apoio necessário. Disse-lhe que essa também me parecia a melhor solução.

Terminou, assim, a segunda tentativa de passar os Parques Nacionais para a Sema. A primeira foi em 1974. Outras virão, pois essa transferência é inevitável "historicamente". Mas, só será viável numa atmosfera de consenso ou por uma determinação superior. Está última hipótese, porém, é das mais remotas. Resta o consenso.

Mais responsabilidades

Hoje tive duas reuniões com os meus secretários Adjuntos e outros colaboradores. Acertamos o nosso orçamento até o fim do ano. Mesmo cortando vários programas, vão nos faltar 12.mil cruzeiros, o equivalente a mais ou menos doze técnicos universitários por ano. Luiz Carlos Paixão, porém, disse que haveria dinheiro. Com o novo quadro, dobramos o nosso pessoal. Nada mal. Seremos 250 pessoas, agora, e, 300, no final do ano.

Debatemos, também, a futura estrutura da Sema, agora com maiores responsabilidades. Houve consenso geral. Teremos quatro Diretorias: Ecossistemas, Controle de Poluição, Planejamento e Administração. Dona Zélia irá para a Secretaria do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Na Sema existem, internamente, grupos que não se amam. Mas, se toleram civilizadamente e todos respeitam meu comando. E, assim, vamos pra frente! Muitos ressentem o centralismo de Neylor, secretário Adjunto de Operações.

Mão divina

Pedi audiência e fui recebido pelo secretário-geral Rocha Maia. Junto com Marcio, Fernando e Neylor, expusemos nossa necessidade seríssima de obter mais recursos. Com surpresa para nós, Rocha Maia, logo, concordou em nos dar mais 120 milhões de cruzeiros (1 milhão de dólares) para

5 junho 1981

10 junho 1981

P.S. 2009: Hoje todas as Unidades de Conservação estão reunidas no Instituto Chico Mendes, como sempre pensávamos. Trata-se de uma benvinda vitória ambientalista!!

26 agosto 1981

23 novembro 1981

9 dezembro 1981

Dizer as coisas

Após uma reunião de instalação de uma Comissão que propõe medidas para o controle de enchentes no Rio Doce, falei com o ministro Andreazza sobre os escorregamentos de morros em Petrópolis. O ministro, perante umas cinco ou seis pessoas (Rocha Maia, Eduardo Nogueira, J. Reynaldo Tavares, Roberto Cavalcanti, entre outros), disse em alto e bom som que minhas declarações lhe causaram grandes dificuldades. Ele se referia, especificamente, ao caso do Pólo Petroquímico do RS ocorrido há uns 20 dias.

O ministro, a princípio, parecia zangado e afirmou ter recebido telefonemas do presidente da República, do Chefe da Casa Civil Leitão de Abreu e do governador do Rio Grande do Sul. Expliquei que este interpretara mal as minhas palavras, mas que tudo havia sido esclarecido e que até a Sema tinha feito uma nota oficial sobre o assunto. Eu dissera ao Correio do Povo que o pólo Petroquímico estava mal localizado e o governador pareceu entender que eu queria mudar o Pólo de lugar, o que seria uma loucura. Porém, tudo se esclareceu. O ministro disse, no final, que a questão fora superada e que eu estava fazendo um bom trabalho. Senti, contudo, que minha posição é na realidade muito precária, a não ser que eu me cale e não dê mais entrevistas, o que não farei. É preciso dizer as coisas, apesar dos riscos.

Do lado mais fraco

22 dezembro 1981

Hoje, reuni o pessoal da Sema que tem os seus nomes e salários incluídos no quadro aprovado pelo presidente Figueiredo em agosto. Disse-lhes que a partir de 1º de janeiro ficariam com esses salários, uma vez que se tratava de decisão presidencial e que, além do mais, o Tribunal de Contas, segundo Dona Zélia, não aceitaria a continuação de contratos de pessoal depois de 1981. Isso significa que esse pessoal terá os seus vencimentos reduzidos pela metade ou a menos da metade, o que constitui verdadeira tragédia.

Foi como se desse a notícia de um falecimento. Uma ou duas funcionárias mal continham as lágrimas. Eu confesso que não me senti bem. Contudo, não havia outra decisão, pois a E.M. (Exposição de Motivos) aprovada pelo presidente era clara.

A atmosfera na Sema estava tensa e deprimida, quando surgiu (após a reunião com o pessoal) uma ideia salvadora: incorporar todo o pessoal universitário na tabela especial de 50 técnicos que o presidente aprovou em princípio, com salários maiores, a serem definidos. Conseguiremos, assim, tirar do buraco boa parte dos atingidos, embora deixando de contratar gente de nível muito melhor. Também não vejo como diminuir os salários dos administradores de Estações Ecológicas

o próximo ano. Isso nos salva de uma situação angustiosa, pois não teríamos dinheiro para pagar todo o nosso pessoal em 1982.

Agora, poderemos também executar alguns programas. Senti claramente a ajuda da providência divina, pois num abrir e fechar d'olhos passamos de uma situação difícilíssima a uma outra de certa folga! Louvado seja Deus! Numa série de coincidências, eu soube das dificuldades, fui logo recebido para uma audiência que havia pedido anteriormente sem maior motivo, e consegui sair do fundo do poço! Viva!!!

de nível médio: esses terão mesmo que ficar como estão, sob pena de sacrificar o melhor programa da Sema. Alguns administrativos que estão se formando entrarão nas vagas que os outros de nível superior abrirão na tabela Dasp (Departamento de Administração do Serviço Público). Para esses não haverá prejuízo. Os que serão realmente atingidos são os administrativos sem curso superior. Como sempre, a corda arrebenta do lado mais fraco. É a isso que leva a absurda política de pessoal do Dasp.

Dores do parto

A Sema está agitada. Notícias de abusos (mordomias), inquietação em relação ao futuro, corte drástico e iminente dos vencimentos da maioria do pessoal administrativo, necessidade inarredável de grande reforço financeiro etc. Apesar dessa atmosfera pesada, olho o futuro com esperança. Acredito que essa tempestade passará, como todas as tempestades, e que assentada a poeira, antes de Abril retomaremos um ritmo de atividades que levará a Sema a grandes realizações. Passamos agora pelas dores do parto. Tenho confiança em que o ministro Andreazza não nos deixará afundar. São dias decisivos.

Anárquico e extenuante

Hoje foi um dia dos mais cheios de trabalho. É difícil aguentar uma carga tão grande. Sinto estar no limite de minha resistência. É uma coisa atrás da outra, problemas que não acabam mais. Pensando nisso tudo, chego à conclusão de que é preciso acabar com meu sistema atual de trabalho, que embora muito democrático é anárquico e extenuante. Agora, recebo todo mundo: o pessoal entra para falar comigo, um atrás do outro. Quase não me sobra tempo para ler e despachar os papéis. O resultado é que raramente saio antes das 20h e ainda trabalho em casa. Temos pouca gente e recursos abaixo do necessário.

Tolhidos

MANAUS, AM – (...) Pouco depois fui ao INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia), onde tive boa conversa com o seu diretor, prof. Henrique Bergamin Filho. Falamos dos tremendos entraves burocráticos que estamos enfrentando e que são criados para nos forçar a não gastar dinheiro. Ambos concordamos em que o jeito é seguir em frente, mesmo se for preciso enfrentar as posições que tolhem nossas entidades. Do contrário, a Sema e o INPA afundarão. Não vai ser fácil contornar a burocracia algemadora, mas se não lutarmos o futuro será catastrófico. Até as reformas, consertos etc. estão proibidos, sem falar nos novos aluguéis, construções, compras de imóveis, admissões etc., etc. A coisa é de preocupar.

Bolsas-fantasma

De manhã, tive uma reunião no escritório de São Paulo, com Vera Fonseca, José Pedro e Felisberto Cavaleiro. Fiquei sabendo que os ofícios que mandei para 20 universidades oferecendo cerca de três bolsas (mestrado, iniciação etc.) para cada uma, eram fantasmas, pois tais bolsas em grande parte inexistiam! Fiquei estupefocado, telefonei à Brasília. Estanislau indagou a respeito e depois

15 janeiro 1982

4 fevereiro 1983

9 fevereiro 1983

11 fevereiro 1983

confirmou: parece que só temos efetivamente 12 bolsas para oferecer. E oferecemos dezenas! A Secretaria Adjunta de Ecossistemas não me avisou, quando me entregou os ofícios para assinar, que a situação era essa!! É o fim da picada. Isso me coloca em situação difícilima, pois ofereci verdadeiras "quotas" de bolsas que inexistem!!! Fiquei profundamente aborrecido. Além do mais, quem fez isso e irá julgar as bolsas não tem muita competência para tanto. Vou ter que intervir energicamente nesse assunto. A Sema vai acabar me dando um enfarto, com tantos aborrecimentos seguidos!

18 fevereiro 1983

De manhã, conversei com Ivo, manifestando minha apreensão em relação às bolsas-fantasmas, oferecidas às universidades antes de serem efetivamente obtidas. Ivo deu várias explicações, dizendo que umas 25 estavam praticamente obtidas na CAPES, do Ministério da Educação. Não me satisfiz, pois nem sequer havíamos assinado convênio.

Falei também da insatisfação existente entre os técnicos da sua Secretaria Adjunta. Sugeri que, num quadro de remanejamento do pessoal da Sema, ele ficasse à frente dos projetos de desertificação e queimadas. Com enorme surpresa pra mim, Ivo não reagiu contra minhas ponderações. Pelo contrário, pediu apenas para ir à Minas Gerais, como nosso representante lá. Concordei e ele ficou muito contente.

Burocracia dos centavos

13 abril 1983

Reuni a Comissão de Licitação para a construção de casas no Pólo noroeste. Soube de uma coisa de estarrecer: a Comissão desclassificou o 1º colocado porque o mesmo, na sua proposta, devido a um erro ou lapso, deixou de apresentar uma quantia correspondente ao valor total a ser pago. E isso por uma diferença apenas de 15 centavos!!! Aliás, há um Decreto que manda desconsiderar os centavos. Esses 15 centavos dariam à Sema um prejuízo de 13 milhões de cruzeiros!!!!

Vou, com Estanislau, desclassificar 1º colocado e restabelecer a classificação original, pois, como tive ocasião de dizer, ainda não há uma lei revogando o bom senso! Nunca imaginei que a burocracia chegasse a esse ponto dentro da própria Sema! Telegrafei ao ministro Hélio Beltrão, relatando o fato. Ele é ministro da Desburocratização.

Surpresas de estarrecer

17 maio 1983

Mais uma de estarrecer do nosso pessoal: no documento em que pedimos a criação de novos cargos, eles se esqueceram de colocar os biólogos, a minha profissão!! Coisas como essa me deixam abalado e irritado. A incompetência às vezes grassa na Sema. Felizmente, porém, há um bravo punhado de técnicos e administrativos de alto valor. É o que nos salva do desastre.

18 maio 1983

Há meses, venho pedindo estudos para levantar as necessidades da Sema em relação a pessoal para, dessa maneira, fazer um pedido da "excepcionalidade", a fim de obter reforço. Hoje, uns 40 dias após a ordem final para me fazerem esse pedido, li o relatório. Pasmem: descobri que tínhamos, há dois anos, autorização para contratar 160 guardas e 60 pessoas de nível médio. Durante

todo esse tempo, ninguém me disse nada sobre isso!!! Assim não é possível. Muitos trabalham como lesmas e deixam de dar as informações mais relevantes sobre vários assuntos! É de desanimar! É de estarrecer!

Felizmente, porém, existe um punhado de pessoas competentes e esforçadas na Sema. Sem elas, eu já teria desistido há muito tempo! Quero, porém, ressaltar que o nível insatisfatório de muitos dos funcionários da Sema deve-se à baixa qualidade de ensino das nossas escolas.

Brejo

A inflação está em 120%, tendendo a ser, em 1984, de 140 ou 150%!! A Sema, nesse contexto de desastre, terá um aumento provável de 90% no seu orçamento. Todos estão profundamente preocupados. Ou os países do mundo fazem um acordo internacional para regularizar as dívidas externas, ou o mundo todo vai para o brejo. Estamos falidos.

Crepúsculo

Toda a Sema já partiu para outro local. Somos a retaguarda. Infelizmente, deixarei de ver o magnífico pôr-do-sol, com a Catedral de Brasília em primeiro plano. Mas, ontem e anteontem o crepúsculo esteve bonito como nunca! Foram anos muito agradáveis, cheios de ação e de emoção, os que passei no meu gabinete do 2º andar do prédio do Minter.

Recompensa

Hoje, fui com Lucia à nova sede da Sema, na W3. Ocupamos três andares do prédio; outra parte do edifício ficará com o Projeto Rondon. O pessoal da Sema ainda está se instalando e desencanaixotando as coisas que vieram do prédio do Minter. Quase tudo ainda está em desordem. Cumprimentei todos os funcionários da Sema e inspecionei de alto a baixo a nossa parte no prédio. Pela primeira vez, tive a clara impressão de que a Sema hoje é realmente uma instituição grande e definitiva, em marcha para um futuro grandioso. Quem, como eu, começou com seis pessoas e três salas, não pode deixar de ficar satisfeito. Senti-me recompensado por inúmeras lutas e canseiras. Já temos mais de 300 funcionários, dos quais uns 240 estão em Brasília.

Curto-circuito

Hoje, demitiu-se coletivamente a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Foram liderados por Maria do Carmo, pessoa que tem uma certa dose de agressividade. Eles não compreenderam que não posso resolver todos os problemas da segurança do prédio novo, embora tenha procurado fazer isso. O prédio é um condomínio, e pertence ao BNH (Banco Nacional da Habitação). Há uma discussão entre o Minter de um lado e a firma construtora do outro. A construção deixou vários defeitos graves no prédio, tais como: goteiras, perigo de curto-circuito, escada de entrada escorregadia etc. Não está sendo fácil sanar esses problemas.

24 maio 1983

6 julho 1983

7 julho 1983

14 novembro 1983

	Ilógico e frustrante
31 janeiro 1984	O Serviço Público tem algumas normas ilógicas e frustrantes. A Estação Ecológica de Pirapitinga, a única que temos em MG, teve a verba destinada à sua construção bloqueada em “exercícios findos”, até meados deste ano. Além disso, não poderemos mais mudar o empreiteiro e esse parece não ter competência financeira. É um círculo vicioso quase sem saída, pois não podemos fazer financiamentos. Passei, hoje, horas procurando uma saída.
	Corrosão
30 abril 1984	Tivemos na Sema uma reunião do nosso Estado-Maior. Surpreendentemente, o Marcio chegou à conclusão de que o nosso déficit é muito maior que Trezentos e quarenta milhões de dólares que o previsto há pouco, ou seja, Duzentos milhões. Esse erro de cálculo é arrasador, pois em face do mesmo, a ajuda que o Ministério vai nos dar tornou-se pequena, isto é, Cento e cinquenta milhões. O valor do Dólar em cruzeiro está em hum mil e quatrocentos. Diante desse descalabro, teremos que tomar medidas severíssimas, cortando projetos e economizando drasticamente. Teremos até que suprimir os ônibus especiais que trazem e levam nossos funcionários, substituindo-os por um auxílio transporte. Tudo isso vai causar um trauma na Sema. Com uma inflação de 228% não existe orçamento que resista (o aumento que nos deram em relação ao orçamento de 1983 foi de 90%).
	Lidar com lutas internas sem sentido
20 julho 1984	Hoje, Ana Maria Cruz me fez uma longa exposição sobre problemas existentes na Sema, que não chegam ao meu conhecimento. A meu ver, podemos ajudar alguns funcionários, de uma maneira ou de outra, e temos feito isso, mas há pouco a fazer quando se trata de pessoas que procuram defender os seus interesses pessoais acima de tudo. Não posso impedir que me sabotem na Sema subterraneamente. Tenho que agir como se isso não existisse, na esperança de que essas pessoas acabem por mudar suas atitudes negativas. O que não posso é perder tempo me desgastando em lutas internas sem sentido. Apenas em casos graves a gente tem que intervir. Ana Maria, elegantemente, não citou nomes dos que estão se opondo contra mim dentro da Sema, e nem eu perguntei. Não quero saber. Foi apenas um alerta dela, que agradeço. Vou também aceitar a sua sugestão de pedir uma inspeção do Minter na Sema, para detectar eventuais falhas. O auditor Adilson (o auditor cuja presença solicitei) é muito respeitado por todos. Na verdade, muitos têm medo dele, pois sabem que é implacável e severo, mas também é justo.
	Ostensivos
18 dezembro 1984	Muitos dos presentes, à 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, vieram também para uma reunião na Câmara dos Deputados, que reuniu políticos e conservacionistas, objetivando sugerir medidas sobre o meio ambiente ao novo Governo. Na verdade, a reunião serviu também para que os candidatos à minha sucessão procurassem apoio. Tanto isso é exato que não me convidaram. A meu ver, eles estão perdendo tempo nessa parte “política”, pois ninguém deve ser candidato ostensivo a cargos de confiança.

	Mística verde
	José Pedro me disse da grande movimentação conservacionista em Brasília nos dias 18 e 19. Cícero Bley parece ser o expoente de uma “mística” verde, que tiraria a fome do mundo. Li uma notícia no <i>Jornal da Tarde</i> sobre as conclusões da reunião. O que me assusta é que ele criticou o conservacionismo e parece não ser favorável à criação de áreas protegidas, como parques nacionais e estações ecológicas. Com isso, nós conservacionistas não poderemos concordar jamais, em hipótese alguma!!! José Pedro, que presenciou o discurso do Cícero, ficou preocupado. É uma pena, pois o Cícero é inteligente e idealista. Mas, vamos aguardar mais para ver se esses receios se confirmam. Surgiu no horizonte um perigo inesperado e grave.
	Luta pelo poder
	Durante o dia, por fontes diversas, recebi notícias da grande movimentação que está sendo feita por Eurico Borba, candidato ao meu cargo. Os núcleos de controle ambiental nos Estados estão sendo aliciados, em sucessivas reuniões feitas à margem da Sema para fornecer massa de manobra aos planos destinados a colocar outros dirigentes no poder. Pode ser até que saia uma boa programação dessa movimentação. Minha atitude é a de que todos devem participar dos movimentos em marcha, porém, com certas restrições e cautelas. Devemos defender o federalismo, a manutenção das unidades ecológicas (Estações Ecológicas e APAs), e dizer não ao revanchismo. Essas teses são favoráveis aos Estados, que em grande parte estão comigo. Mas, Eurico está mais próximo da sede do novo poder. Ele conta com um aliado: Carlos Celso do Amaral e Silva, da Cetesb, que talvez pretenda também ocupar meu cargo. É a luta pelo poder Ambiental, cada vez mais intensa. Mas apenas de tudo, felizmente essa luta tem sido feita de modo pacífico e educado. É coisa normal, democrática. Eles são boas pessoas.
	Falei pelo telefonei com José Pedro e com Luiz Alfredo Salomão, secretário de Obras e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro e com João Pedro Cuthi Dias (Inamb), de MS. Parece que o Carlos Celso conseguiu mesmo mobilizar as correntes ambientalistas brasileiras, em torno de seu projeto de oferecer sugestões ao novo Governo Tancredo Neves. Com isso ele se credencia para a minha sucessão na Sema.
	À tarde, embarquei para São Paulo. Viajei, por coincidência, com Carlos Celso. Ele sempre muito amável. Quanto à sucessão, minha postura é tranquila, subo no trem se o mesmo parar na minha estação. Contudo, disse a ele também que se o trem parar na sua estação, ele deve subir a bordo.
	Continuísmo
	<i>Reunião para assinatura de convênio entre os Estados do Paraná e São Paulo para proteção ecológica da litoral</i>
	CANANÉIA, SP – Durante essa reunião e a visita à Ilha do Cardoso, conversou-se sobre política ambiental. Cícero Bley Jr. e um assessor da Câmara dos Deputados, de nome Garcia, discutiram

24 dezembro 1984

14 janeiro 1985

21 janeiro 1985

23 janeiro 1985

24 janeiro 1985

um tanto asperamente com Werner Zulauf, presidente da Cetesb. Eles são contrários à reunião que o Werner pretende fazer para apresentar sugestões ao novo governo. Afirmei ao Werner que comparecerei à reunião e que já estava articulando o comparecimento de vários órgãos estaduais, numa base impessoal. Ele estava, ao que pareceu, impressionado com a atitude de Garcia. Numa discussão com José Pedro, Garcia bradava em altas vozes contra o "continuismo", numa aparente referência a minha pessoa: isso significa que poderemos ter problemas sérios na reunião que o Werner vai promover.

Duas atenções, duas expressões

Cerimônia, no Palácio do Planalto, de assinatura da mensagem presidencial encaminhando ao Congresso o Projeto de Lei sobre o Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia

6 fevereiro 1985

O ministro Andreazza fez um pequeno discurso. O presidente Figueiredo, com o rosto muito sério e com os dedos tamborilando na mesa, acompanhava as palavras do ministro. Ele ainda sente dor, de uma operação feita há pouco.

Terminada a cerimônia, fui cumprimentar o ministro Andreazza e levei dele uma grande bronca, devido a uma passeata que o pessoal da Sema fez há três dias, pedindo melhores condições de trabalho. O ministro me dizia ser inaceitável fazer passeatas, ainda por cima em horário de trabalho. Tecnicamente ele estava certo. Resolvi, porém, tomar a defesa do meu pessoal, pois afinal de contas a passeata foi ordeira, respeitosa e objetivava o que o próprio ministro havia solicitado aos ministros Delfim (Seplan) e Leitão de Abreu (Casa Civil). Além disso, houve dias antes uma passeata do pessoal da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), que alcançou seus objetivos. O ministro Andreazza, porém, quase não me deixava falar. Isso me aborreceu bastante, pois não estou na idade de levar essas broncas.

O encontro terminou de maneira um tanto engraçada, pois fomos caminhando em direção à saída: à minha direita o ministro Andreazza me dando a bronca e eu de cara fechada; à esquerda, o ministro Venturini, me elogiando e dizendo que iria pedir ao ministro Delfim para me atender. Eu sorria para o ministro Venturini e ficava de cara séria quando me voltava para o ministro Andreazza. Resolvi, em relação a este, aguentar firme para não prejudicar a Sema e o seu pessoal.

Melhor atmosfera

Jantar oferecido de última hora aos candidatos à Sema que se encontraram na Cetesb para finalizar propostas ao novo governo

7 fevereiro 1985

Ao contrário do que esperava, encontrei lá um ambiente calmo. No anfiteatro, foram lidas as conclusões dos oito grupos de trabalho, todas criticando a ausência de referências mais extensas à conservação e à preservação ecológica. Essa era, a meu ver, a maior falha do documento-base.

Werner Zulauf, presidente da Cetesb, ofereceu um almoço para os líderes estaduais, Maria Thereza Pádua e mais algumas pessoas, no restaurante Neloire. Levou-me consigo. Houve lá uma situação um tanto desagradável, quando Cícero Bley fez uma restrição aos paulistas, que estariam exercendo uma influência maior devido ao fato de a reunião ter sido realizada em São Paulo.

Essa foi uma crítica que desagradou aos paulistas ali presentes, pois não há motivo para pessoas de outros Estados terem tais restrições; talvez o Cícero tenha suspeitado que esta reunião irá fortalecer a posição de candidatos paulistas ao meu cargo (leia-se Werner ou Carlos Celso). Depois, cada um falou, fazendo comentários sobre a situação ambiental e tudo terminou bem. Luiz Alfredo Salomão, secretário da Soma (Secretaria de Obras e Meio Ambiente do Rio de Janeiro) me elogiou e outros fizeram ressalvas a meu respeito quando desancaram o Governo Federal. Quando foi a minha vez de falar, elogiei o documento apresentado, dizendo que o mesmo servirá de base para as reivindicações que pedem melhor tratamento para as questões ambientais. Finalmente convidei todos para jantar em minha casa.

(...) Lucia teve que preparar um jantar para umas 25 pessoas, com pequena antecedência. Geraldo Vidigal, um dos meus convidados, ficou espantado ao saber que entre os convivas estavam seis candidatos à minha sucessão na Sema: Werner Zulauf, Carlos Celso, Roberto Messias Franco, Cícero Bley Jr., Maria Theresa Pádua e eu. Realmente, fiz os convites para criar uma atmosfera melhor entre os que desejavam me suceder. Contudo, não adiantou muito, pois o Cícero, quase no final da reunião, discuti em altas vozes com Werner Zulauf. Lucia entrou na conversa dizendo-se contra a antiga UDN (União Democrática Nacional) que nada tinha a ver com a discussão. Com isso a conversa tomou outro rumo. Apesar de tudo, o incomum jantar foi bem-sucedido.

À francesa

De manhã, fui à Cetesb. A reunião plenária foi presidida por Eurico Borba. Os relatórios feitos, ontem por grupos de trabalho foram tremendamente extensos e irrealistas. Um deles pedia, por exemplo, a retirada da Alcoa da Ilha de São Luís. Contudo, sob o aspecto conservacionista foram apresentadas as emendas que pedi, reforçando os sistemas de Estações Ecológicas e Parques Nacionais.

Um dos presentes, vereador em Piracicaba, pediu a palavra para dizer que era contra o continuismo, embora me fizesse elogios. Propus a escolha de nomes ou a elaboração de um perfil. Eurico Borba, porém, afirmou com firmeza que não estávamos ali para discutir pessoas. (...)

Na sessão da tarde ficou bem evidenciada a fragilidade da reunião. Na hora de escolher a comissão que faria uma síntese da reunião, os nomes propostos evidenciaram a luta nos bastidores, pela minha sucessão. A comissão do documento-base propôs os nomes de Roberto Messias Franco e Cícero Bley. Maria Thereza Pádua, que também é candidata, procurou substituí-los. No plenário, havia pouca gente expressiva e experiente. Nesse momento achei que era melhor sair, antes que houvesse alguma confusão maior. (...)

Exaltação inconsequente

À noite, embarquei para Brasília, mas o avião saiu com grande atraso (2h). Ao chegar lá, era esperado por Estanislau, Suelly, Goro e Mariza. Eles estavam muito preocupados com o fato de que o movimento dos funcionários da Sema, objetivando sua reestruturação, estava saindo de controle. Há um grupo numeroso, de funcionários de nível médio, dispostos a partir para uma luta sem medir consequências. Isso, é óbvio, terminará em desastre, se essas pessoas exaltadas não forem contidas. Para mim, é claro, seria péssimo terminar minha gestão com a Sema mergulhada no caos.

8 fevereiro 1985

Urge preservá-la. Mas não vai ser fácil. Segunda-feira, terei que agir rápida e energicamente para evitar uma situação desastrosa.

Costura e loucura

13 fevereiro 1985

De manhã, fui ao Palácio do Planalto e conversei com o ministro, chefe do Serviço Nacional de Informações, general Octavio Medeiros. Ele é de pouco falar. Expliquei a questão da passeata do dia 3, que ele já conhecia. Leu atentamente o projeto de Decreto que reestruturará a Sema. Disse-lhe que era um homem-chave para resolver o nosso caso. No final, Octavio Medeiros disse que iria falar com o ministro Delfim. Ele está nos apoiando.

No final da tarde, voltei ao Palácio do Planalto para falar com o chefe da Casa Civil, ministro Leitão de Abreu. Ele me recebeu muito amavelmente, ouviu minhas explicações sobre as deficiências da Sema e leu com atenção o projeto de Decreto. Afirmou que iria requisitar o Processo, para encaminhá-lo. Fiquei muito satisfeito. Parecia que a solução estava à vista. Procurei, em seguida, o coronel Piero Gobato, que ficou de falar, ainda hoje, com o ministro para reforçar o pedido.

Minha alegria, porém, durou pouco. Ao chegar à Sema, tive uma reunião com uns 12 funcionários na minha sala. Com enorme surpresa para mim, soube que havia sido convocado um ato público para amanhã às 12h, para continuar o movimento. Isso seria o fim do projeto de reestruturação da Sema. Poria tudo a perder. Seria o desastre final. Disse-lhes que não admitiria esse ato e quem dele participasse poderia ser demitido por indisciplina. Um dos presentes chegou a dizer que a passeata anterior fez o pessoal de cima agir a favor do Projeto, quando foi exatamente o contrário que ocorreu! É uma loucura fazer o tal ato público!

Face a face com a realidade

14 fevereiro 1985

Comecei a receber os Coordenadores da Sema. Expliquei o que estava ocorrendo com o nosso Projeto de Decreto, que tinha boas possibilidades de ser aprovado. Disse também que estava disposto a agir com energia para evitar uma manifestação pública da Sema, pois isso seria um desastre para todos. Teria consequências imprevisíveis. Christina, da STC, lembrou, muito acertadamente, que seria muito difícil transmitir, fidedignamente, tudo o que eu estava dizendo. Seria melhor que eu comparecesse perante os funcionários já reunidos. Aceitei a proposta.

Às 11h07, no auditório superlotado por umas 200 pessoas, com voz calma e firme, fiz o histórico das negociações que mantive nos últimos dias. Conteí o efeito desastroso que teve a passeata anterior. Disse que tínhamos boas probabilidades a favor do nosso projeto, mas que não podíamos marcar prazo para ministros resolverem o nosso assunto. Além disso, nada conseguiríamos mediante pressão, pois se os 320 servidores da Sema parassem, nada aconteceria ao Brasil. Isso provocou risos gerais. Senti claramente que estava falando bem e que todos (ou quase todos) apoiavam meus argumentos. Indaguei se havia perguntas. Respondi a umas duas ou três, agradei e saí, não sem antes salientar que não era contra o movimento deles, mas que o mesmo, a meu ver, deveria prosseguir sob a forma de redação de documentos, conversas de comissões com autoridades etc.

Soube depois que, contra o voto de apenas um funcionário, foi aprovada a não realização da manifestação pública e a elaboração de uma exposição da situação ao ministro Leitão de Abreu. Terminou

assim, em paz, uma das maiores provas de minha vida. Com isso ganhamos alguns dias de tranquilidade. Espero que nesse meio-tempo possa ser aprovado o Decreto de Reestruturação da Sema.

Apoio à nova gestão

José Pedro me telefonou para dizer que o governador Franco Montoro declarou ao subchefe da Casa Civil, Eduardo Muylaert, que não apenas eu era o candidato dele à Sema, como já estava trabalhando nesse sentido e esse apoio era entusiástico. Eu havia telegrafado, através do Eduardo Muylaert, solicitando o seu apoio para que pudesse reorganizar a Sema no próximo governo.

28 fevereiro 1985

Juízo e fragilidades do exercício da função pública

Se eu tivesse juízo, sairia da Sema agora. Estou muito prestigiado, mas ao mesmo tempo às vésperas de ser solapado por várias entidades e iniciativas. Hoje, sairia aplaudido. Amanhã isso seria incerto.

6 março 1985

Sema abre espaço para Ministério especializado em Meio Ambiente

Hoje, às 11h30, o presidente Tancredo Neves anunciou o novo Ministério. Para surpresa geral, foi criado um Ministério do Urbanismo e Meio Ambiente, a ser chefiado pelo prof. Flavio Peixoto, de Goiás. Foi uma imensa vitória conservacionista ter o nome "Meio Ambiente" num dos Ministérios.

12 março 1985

Como não conhecia pessoalmente o futuro ministro Flavio Peixoto, procurei alguém que pudesse se comunicar com ele. Com grande surpresa, logo na primeira tentativa, com Arnaldo Nogueira, da Globo BSB, que eu conhecia muitíssimo. Contactado, Flavio Peixoto disse que apreciava muito o meu nome, mas que a escolha do segundo escalão iria depender diretamente do presidente Tancredo. Rogério Marinho telefonou ao governador Iris Rezende, de Goiás, que se prontificou também a falar com o professor Flavio Peixoto. Além disso, enviei telex a vários ministros (Olavo Setubal, Aureliano Chaves e Roberto Gusmão) e ao governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, pedindo o apoio deles. Em resumo, tomei uma série de providências para que a Sema possa continuar com a orientação que atenda também à problemática ecológica, pois meus competidores são francamente partidários da orientação que se preocupa muito mais com o controle da poluição, o qual, aliás, é hoje feito principalmente pelos Estados, razoavelmente bem (com alguma ajuda nossa).

Água fresca

De manhã, fui ao Minter, onde houve uma reunião com o ministro Andreazza e o novo ministro Flávio Peixoto (...). O ministro Andreazza, logo, se retirou, depois de uma troca de palavras muito amistosa com o ministro Flávio Peixoto. Ao sair, recomendou: mude as coisas devagar. Quando eu era tenente, disse ele, ao assumir meu primeiro posto achei que deveria, por vários motivos, mudar de lugar a moringa de barro com água para beber. Quando chegou à tarde, porém, o Sol incidiu sobre a moringa e esquentou a água. Foi preciso recolocá-la onde estava. (...)

14 março 1985

Fiz uma exposição de uma hora sobre a Sema, sua organização e seus problemas. Aparentemente, o ministro Peixoto e seus assessores gostaram, pois fizeram muitas perguntas e comentários

favoráveis. Gostaram, inclusive, da parte referente às Estações Ecológicas, desfazendo assim alguns receios meus.

Terminada a exposição, o ministro Flavio Peixoto, me convidou a ficar no meu cargo, dizendo que iria propor isso ao presidente Tancredo Neves. Acrescentou que se tratava de um pedido do governador de Goiás, Iris Rezende, que há dois dias foi contatado a esse respeito por Rogério Marinho, meu fraternal amigo. O ministro se referiu a Roberto Marinho, mas deve ter havido engano.

Sondagem

19 março 1985

Às 7h30, a assessora Yara me pediu para estar às 9h30 com o ministro Flavio Peixoto da Silveira. Ele me recebeu muito amavelmente, com o secretário-geral Átila Godoy. Disse-me que estaria, hoje, com o presidente em exercício, José Sarney, e indagou se deveria falar com este sobre a minha confirmação no cargo. Expliquei que conhecia o presidente Sarney, mas que ninguém havia falado com ele sobre a minha confirmação. O ministro vai fazer uma sondagem junto ao presidente Sarney. As coisas se complicaram porque o presidente Tancredo Neves, gravemente enfermo e internado desde a véspera da posse, está pior e não se sabe quando ficará bem e quando poderá tratar da escolha do segundo escalão. Sarney só nomeia quando sabe que Tancredo está de acordo. O ministro Peixoto, porém, quer, depressa, iniciar os trabalhos do seu Ministério. Ficou muito interessado em implantar a Fundação de apoio à Sema prevista na nossa lei sobre a política nacional do meio ambiente.

Tolerância democrática

19 março 1985

Na Sema, tive que dizer a Yeda Paixão, Secretária de Ecossistemas e que sugeriu substituir, como coordenador de projetos, o Goro pelo Gustavo, que eu não podia concordar com isso. Não persigo e nunca persegui ninguém. Porém, não posso nomear quem é contra minha atuação na Sema. Não me importo se alguém discorda de mim, mas cumpre o dever. Estatisticamente, sempre haverá um grupo dissidente, numa organização do tamanho da Sema. Isso tem que ser tolerado com espírito democrático. É evidente, porém, que não vou nomear opositores para cargos de confiança.

20 março 1985

Chamei para falar comigo Alvamar e Ricardo Gualda, recém-eleitos diretores da Associação dos Servidores da Sema. Pedi-lhes que tranquilizassem os nossos funcionários, dizendo que eu não pretendia demitir ninguém e que não tinha "listas negras", conforme rumores que circularam na Sema. Expliquei que nunca persegui ninguém e que achava natural que outras pessoas tivessem ideias diferentes das minhas sobre a administração da Sema. Somente puniria alguém se houvesse um fato grave contrario à disciplina, coisa que não havia presentemente e esperava que não houvesse no futuro. Eles pediram para enviar sugestões sobre a nova organização da Sema, com o que concordei satisfeito.

Conduzindo a bom porto

28 março 1985

Rogério Marinho falou com o presidente Sarney a meu respeito. O presidente referiu-se a minha pessoa em termos cordiais e favoráveis.

Pedi ao General Meira Mattos e a Olavo Setubal para falarem com o Senador Jorge Bornhausen, a meu respeito. Este, por parte da Frente Liberal, vai discutir com o PMDB as nomeações para os segundo e terceiro escalões. Ontem, falei com o Senador pelo telefone, e ele me falou de modo um pouco distante. Na realidade, eu mesmo me surpreendo ao fazer tudo isso para manter meu posto na Sema. O fato é que ela corre tantos perigos nesta época de mudança, que eu renuncio a uma vida tranquila, em São Paulo, para conduzi-la até assegurar a sua sobrevivência e a das áreas naturais que estão sob sua guarda.

29 março 1985

Dia da Mentira

Preguei um 1º de abril no Estanislau e na Regina sobre o IBDF. Foi para descontraír.

1º abril 1985

Depois do almoço fui ao novo Ministério, onde me avistei com o secretário-geral Attila Godoi. Entreguei-lhe o Projeto da Fundação, um ofício sugerindo que os Parques Nacionais passem ao novo Ministério e o Projeto de Decreto sobre a criação do Fundo de Apoio ao Meio Ambiente (FAMA). Em certo momento, Attila me contou que a minha nomeação, como secretário do Meio Ambiente, estava praticamente certa, mas que "em contrapartida" ele solicitava que os meus secretários Adjuntos colocassem os seus cargos à disposição do ministro Flávio Peixoto. Procurei defender pelo menos o Estanislau, secretário de Planejamento.

Attila disse-me que as substituições não eram ainda certas, mas que ele precisava das cartas. E foi assim que caí na realidade da Nova República. Assim como o meu nome foi, de certo modo, uma designação de cima, ao ministro, este prepara-se para fazer exatamente o mesmo comigo, designando meus principais auxiliares. Isso me preocupa muitíssimo, pois se estes não forem realmente bons, o melhor para mim será ir para casa. A procura de cargos, na Nova República, é coisa que nunca havia sido vista igual, nestes últimos 20 anos. E só não é maior, porque as pessoas se desapontam com os baixos salários federais.

Preservação do setor ecológico

Cheguei à conclusão de que é preciso abrir um caminho novo. Manter atreladas as áreas ecológicas e de controle da poluição é condenar o setor ecológico a ser futuramente dominado pelo controle da poluição. Isso só se justificaria, como até agora, se a Sema estivesse em outro Ministério, que não o do Meio Ambiente. No novo Ministério a união de ambas as áreas se fará naturalmente, através do próprio ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Vai ser preciso um ato de coragem para concordar com a divisão da Sema que há 11 anos venho construindo. Contudo, isso é inexorável: preciso tomar rapidamente a iniciativa, para não ser soterrado pelos acontecimentos.

3 abril 1985

A união faz a força

Tive boa audiência com o ministro Flávio Peixoto da Silveira. Ele me confirmou no cargo. Disse-me que ele teve que escolher meus secretários adjuntos com critério político, e que eles eram Harlem I. dos Santos, Roberto Messias Franco e, possivelmente, Carlos Celso do Amaral e Silva. Respondi que me dava bem com todos eles, o que o deixou satisfeito. Conteí até que na reunião de São

10 abril 1985

	Paulo (fevereiro), eu os havia convidado para jantar comigo. Depois, o ministro disse que havia um pedido do presidente do BNH para Estanislau Oliveira, que ele desejava ver no Conama. Isso me satisfez muito, pois o Estanislau é pessoa de minha confiança. Pedi-me o ministro para sondar a indústria sobre contribuições para a futura Fundação. Falamos ainda sobre empréstimos possíveis do Banco Mundial e uma viagem à Washington. Contei ter sido convidado para Senior Adviser do Environmental and Energy Study Institute, órgão assessor do Congresso Norte-Americano, o que muito o satisfez.
18 abril 1985	Cenário para sobreviver Estive de manhã no Ministério, onde falei com o secretário-geral Attila Carvalho Godoy. Confirmou a designação de Estanislau como DAS-2. Falamos ligeiramente sobre o problema dos secretários Adjuntos que ainda não foram nomeados. Attila não disse nem nomes nem prazos. Tenho a impressão de que não se decidiram, quanto aos nomes de Carlos Celso e Roberto Messias Franco. Soube, depois, que tem havido muitos telex pedindo a designação de Cícero Bley para o meu cargo. São telex de prefeitos, deputados, senadores (...). À tarde correu a notícia, vinda de Curitiba, de que Cícero já estava de mudança para Brasília. Vou montar uma contra-ofensiva de nível cordial. Também, à tarde, recebi a visita de Cícero Bley. Ele faz parte da Comissão extra-oficial que se reúne para oferecer sugestões ao ministro. Quer uma série de mudanças no campo ambiental, com o que concordo. Foi uma conversa cordial. Disse-lhe que não somente era favorável a mudanças, mas que cheguei até a sugerir ao ministro e ao secretário-geral a divisão da Sema em três secretarias. Disse-me que não havia pensado nisso. Talvez o tenha surpreendido com essas posições avançadas.
19 abril 1985	Telefonei para Tom Lovejoy, José Marcio Vieira (Fundação do Meio Ambiente-SC), Bonow (secretário da Saúde e Meio Ambiente-RS) Henrique Alves de Minas, Belo Horizonte-MG, Renato Aragão (Sudec-CE). Falei com o secretário Schwimmer, de MT. A todos pedi que telegrafem ao ministro, cumprimentando por me manter no cargo. Isso é preciso, em face dos telex que estão sendo enviados em apoio a Cícero Bley.
24 abril 1985	Baluarte ecológico Entreguei a Álvaro Castro, secretário particular do ministro, meu estudo sobre a subdivisão da Sema em duas Secretarias Especiais: de Ecologia e de Controle da Poluição, além de uma Secretaria de Planejamento, Educação Ambiental e Informática. A meu ver, trata-se apenas de antecipar uma evolução que prevejo inexorável. Na realidade, com esse estudo, estarei abdicando de uma grande parcela de poder, mas serei capaz de contribuir para a construção de um baluarte ecológico que de outro modo, no futuro, corre o risco de ser sufocado. Foi, porém, uma decisão difícilíssima essa, de abdicar de um poder maior hoje (a SEMA), em benefício de uma situação melhor no futuro para o trato dos problemas ecológicos, através de uma nova Secretaria Especial de Ecologia.

Mal-entendido

O Globo publicou uma declaração minha dizendo que o Ministério do Interior vai de mal a pior e não paga a Sema, mas que as coisas vão melhorar quando o ministro Peixoto da Silveira receber oficialmente a Sema. Fiquei estarecido. A jovem repórter não entendeu o que lhe disse, quando afirmei que estávamos numa situação difícil, com o orçamento ainda no Minter, mas que as coisas melhorariam com a transferência do orçamento para o novo Ministério. Telegrafei imediatamente para o ministro, explicando.

De manhã, fui ao novo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Falei, longamente, com Attila Carvalho de Godoy, secretário-geral. Discuti com ele, detalhadamente, a nova estrutura da Sema apresentada por uma Comissão de Estudos. Ao invés de coordenadorias haverá gerências de programas. Há um Conselho Consultivo de órgãos estaduais e um Conselho de Gerentes. O estudo foi muito bem feito e é moderno e ágil. Foi uma agradável surpresa. Essa conversa me animou muito.

Reserva de caixa

Finalmente, depois de muitos dias de espera, chegou a carta do ministro Flávio Peixoto da Silveira, me elogiando e me convidando para continuar no cargo. Não perdi tempo em transmitir essa notícia aos jornais. É que a minha situação anterior, de secretário não confirmado oficialmente, era muito incômoda. Não vai ser fácil sobreviver na Nova República, com a sua tremenda escassez de recursos, mas vamos esperar que essa seja uma fase passageira. Tive notícias de que parte do atraso dos nossos recursos se deve ao fato de o Ministério do Interior não nos repassar dinheiro para ficar com reserva de caixa!!!

De manhã, fui à Sema e à sede do novo Ministério. A horas tantas, o telex da Sema transmitia uma mensagem, quando foi interrompido por uma intervenção: - Deixamos de transmitir sua mensagem por falta de pagamento!!! Nossa situação financeira é crítica, pois o novo Ministério não tem orçamento e o Minter não se importa em não nos ajudar.

Dragão de cabeça fria

O trabalho que Harlem me entregou ontem, intitulado "Planejamento da Ação Governamental do Brasil", me deixou muito preocupado. Ele propõe a criação de uma rígida organização ambiental no Nordeste, envolvendo e controlando os Estados, a propósito de uma ação regional. Os Estados perderiam parte de sua autonomia, em favor de uma ação comum. Isso é inteiramente inaceitável. É incrível que os que se dizem defensores dos Estados façam uma dessas. Além disso, o projeto, que é detalhado, estabelece que o poder executivo da nova organização ficará com seu Coordenador Técnico, que é o secretário de Planejamento da Sema, ou seja, o próprio Harlem. O secretário do Meio Ambiente e os dois outros secretários Adjuntos não são sequer mencionados no projeto.

Como a regionalização se estenderia a todo o Brasil, o projeto apresentado por Harlem é um verdadeiro golpe de Estado em preparo dentro da Sema. Fiquei indignado, furioso. Disse à Regina que

30 abril 1985

3 maio 1985

16 maio 1985

23 maio 1985

24 maio 1985

3 julho 1985

me sentia como um dragão, soltando fumaça pelas ventas e pelos ouvidos. Mas continuo fiel a minha regra de manter, em todas as ocasiões críticas, a cabeça sempre fria. Quem perde a cabeça, perde a luta.

Telefonei a Rogério Marinho, a Ivan Barreto Filho (Bahia) e Luiz Alfredo Salomão (RJ) para lhes contar o que se passa. Vou alertar os Estados. A luta vai começar. Pode parecer ingenuidade, mas existe ainda a esperança de que Harlem não tenha percebido todo o alcance de suas propostas.

Desagradável sensação

Em todos esses dias de viagem tenho pensado muito na situação da Sema. Estou completamente sem notícias. Isso provavelmente significa que a luta pelo poder deve estar esperando a minha volta para seguir seu curso, ou talvez não estejam querendo me dar más notícias. Estou bastante preocupado. É muito desagradável saber que há um grupo desejando me derrubar, e que na minha volta isso causará problemas sérios.

Impasse perigoso e saída pela tangente

Pediram a revogação das minhas portarias que baixei pouco antes de viajar aos Países Nórdicos com a Comissão Brundtland. Disseram ser necessário apaziguar a Sema e que essas Portarias eram contrárias ao nosso Regimento. Meu primeiro pensamento foi no sentido de pedir demissão, para o que eu já estava preparado psicologicamente. Depois, como já havia pensado anteriormente, sugeri algo maior: fazer um novo Regimento para a Sema. Eles aceitaram a ideia, embora Sampaio em várias ocasiões voltasse à carga, propondo a anulação das Portarias. Contudo, consegui deixar, bem claro, que a saída do impasse se fizesse através de nova Portaria nomeando uma Comissão para elaborar o novo Regimento. Assim, consegui sair de um impasse muito perigoso.

Contei a Attila e a Sampaio todos os problemas que tive com Harlem. Attila disse que também houve quem lhe quisesse tirar os seus poderes, mas que cabe a nós não concordar.

Armistício

De manhã, tive longa conversa com Harlem. Ele procurou desfazer qualquer mal entendido e disse que não tem nenhum objetivo contrário a minha pessoa. Quer trabalhar comigo com toda a lealdade, segundo afirmou. Fui muito franco com ele. Falei da importância que tinha para mim o orçamento da Sema e da necessidade que via em participar também da sua elaboração.

Com essa conversa toda, muitas arestas foram polidas. Resta ver o desenvolvimento futuro das coisas. Fizemos, na realidade, um armistício.

À tarde, estive no Ministério, conversando com o dr. Luiz Sampaio, que me disse que o Harlem, desde os 12 anos de idade, frequentava a sua casa. Depois, houve uma reunião do dr. Attila comigo e com os secretários Adjuntos e Regina. Objetivo: propor uma participação mais ativa da Sema, na formulação da proposta de programas para o novo Plano Nacional de Desenvolvimento.

O dia de hoje me permitiu, somado ao de ontem, ter uma ideia melhor da disputa de poder na Sema. As Portarias que assinei e minha atitude firme, conquistaram um bom espaço na Sema e no Ministério. Por outro lado, houve clara demonstração de que o ministro e a cúpula do Ministério não tolerarão qualquer atitude que vise diminuir a ação de Harlem. Fizemos um armistício.

Estruturação por programas

Houve uma reunião geral dos funcionários da Sema, presidida por mim, para discutir nossa estrutura. Com grande surpresa, as coisas correram calmas e chegamos a um consenso. Ficou estabelecido que a organização básica da Sema será por programas, subdivididos em projetos. Esses programas serão amplos e flexíveis, permitindo a pessoas de áreas diferentes participarem juntas em torno de um objetivo comum. Essa ideia eu a defendi no início da reunião e foi sendo aos poucos aceita por todos. Dessa forma, poderemos resolver melhor o problema da estruturação da Secretaria de Controle Ambiental, onde o professor Perpétuo e seus subordinados estavam em desacordo entre si.

Situação delicada

De manhã, fui à Sema, onde conversei com Sergio Coelho, Ana Maria Cruz, Regina Gualda e Estanislau Monteiro, separadamente, sobre minha visão da situação da Sema. À tarde, sobre o mesmo assunto, troquei ideias com o Edgard Kleber. Todos concordaram comigo que agora é hora de agir para reerguer a Sema. Salientei que o momento é propício, pois o Governo quer melhorar a sua imagem, mas, por outro lado, não desejo de modo nenhum enfraquecer a posição do ministro, pois isso seria desleal. É uma situação muito delicada.

Maus lençóis

À tarde, estive com o ministro Flavio Peixoto. O ministro Sayad, do Planejamento, está pronto a nos dar recursos, principalmente para a região de Cananéia e para o Maciço da Juréia, mas é preciso fazer, imediatamente, um plano. Expliquei ao ministro que a desapropriação da Juréia custaria cerca de 20 milhões de dólares, o que para ele é excessivamente caro.

Expliquei ao ministro Flavio Peixoto que fui procurado por dois elementos do Ministério dos Transportes, que não desejam a aprovação da Portaria que ele assinou sobre o Pentaclorofenol, "ad referendum" do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). O ministro ficou muito surpreso, quando soube que a Portaria assinada não foi a que lhe encaminhei e que teve a aprovação de Clovis Aragão, do Ministério dos Transportes. Tive que dizer-lhe, sem citar nomes, que a Portaria assinada por ele foi preparada por outros, à minha revelia. O ministro não sabia. Um membro da Sema foi quem fez o texto assinado. Agora todos nós, de um modo ou outro, estamos em maus lençóis, pois ninguém de fora entenderá por que outra pessoa redigiu Portarias dessa importância sobre o meio ambiente. Vão pensar que a barbearagem é minha. Por essa e por outras, não pretendo ficar muito tempo mais na Sema. Será difícil dizer ao Conama que houve um "equivoco" desse tamanho.

4 setembro 1985

26 novembro 1985

13 dezembro 1985

Discursos e lições

Falta quórum ao Conama: só 22 dos 67 conselheiros comparecem

16 dezembro 1985

Aproveitamos o tempo para discutir assuntos diversos, principalmente os referentes à organização do Conama, Sema e orientação geral da estrutura ambientalista no país. Cícero Bley fez críticas incisivas sobre o Conama e a Sema, achando que não estavam desempenhando bem suas atividades. Roberto Messias Franco também atuou nessa linha, dizendo que deveríamos dar prioridade a discussões de grandes temas, atuando mais no atacado do que no varejo. Outros oradores, porém, como o Almirante Ibsen, Long, José Pedro, Luiz Alfredo Salomão defenderam a atuação da Sema, explicando as nossas dificuldades. O Almirante Ibsen Câmara chegou a dizer que o atual Ministério não estava dando a devida prioridade ao meio ambiente. No total a reunião foi muito boa, pois cada um disse o que quis e as críticas que recebemos foram educadas e recaíram sobre pontos secundários.

Essa foi a reunião de despedida do Cícero, que vai se candidatar a deputado na Constituinte. Depois da reunião, chamei o Cícero de lado e expliquei algumas coisas que não poderia dizer em público: as verbas pequenas que recebemos, os assistentes ambientais do ministro que tive que afastar da Sema no passado, a personalidade difícil do professor Perpétuo etc. Acrescentei que, se as coisas continuarem assim, não continuarei na Sema. Falei também do fato de que o Ministério, para se organizar, tirou da Sema boa parte do seu melhor pessoal administrativo.

A reunião do Conama foi presidida pelo secretário-geral Atila Godoy. Ele me disse que teve um conversa franca com o ministro, a quem explicou a inconveniência de ter, como assessores ambientais, pessoas antagônicas com a Sema.

Esvaziamento

25 dezembro 1985

Falei pelo telefone com Rogério Marinho sobre a reforma ministerial a ser feita em 15 de fevereiro de 1986. Parece que o nosso Ministério vai desaparecer. É possível que a Sema se transforme em secretaria da Presidência. Isso seria, para a Sema, uma grande promoção. No Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente nossa posição está muito secundária, esta é a verdade. Estamos sempre em dificuldades, cada vez perdendo mais substância. É um Ministério de Urbanismo que parece não gostar muito do ambiente. Nosso pessoal, frequentemente, não pode viajar por falta de diárias e passagens. Vamos aos poucos perdendo o nosso pessoal experiente, que migra para a sede do Ministério. Nossos programas foram quase todos cancelados, por falta de recursos. Os assessores diretos do ministro, para a área ambiental, não gostam de mim, pois no passado os afastei do cargo de secretários adjuntos. Enfim, não dá mais para continuar desse jeito. Tomei a firme decisão de lutar para terminar com o esvaziamento da Sema ou me demitir, se não for bem-sucedido. Minha linha, porém, será de lealdade para com a pessoa do ministro Flavio Peixoto.

Máquina em marcha e sigilo suspeito

21 janeiro 1986

Hoje à tarde, Ana Maria Cruz veio me dizer e me mostrar cópia do aviso que encaminhou uma E.M. (Exposição de Motivos) do ministro Flávio Peixoto, para incorporar o IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) à Sema. À noite, Regina me telefonou com novos detalhes. Realmente, o pedido foi feito. Tudo à minha revelia.

À noite, telefonei a Rogério Marinho, para contar a novidade. Ele também se espantou. Nós achamos que seria ótimo incorporar a parte “ecológica” do IBDF, mas não o Instituto inteiro. Há corrupção por lá, nos setores de reflorestamento, serrarias etc. e isso não queremos. Seria péssimo. Deve ser o resultado de uma sugestão que fiz ao ministro quando voltei de Itanhaém, reforçada por uma moção aprovada na reunião da Ilha do Cardoso. Eu me referi claramente aos Parques Nacionais e à fauna. O resto não nos interessa.

Essa E.M. (Exposição de Motivos) maluca, ou é uma tentativa de galvanizar o movimento conservacionista, ou é coisa já aprovada previamente pelo presidente Sarney, que deve estar com o IBDF entalado na garganta. É uma iniciativa muito perigosa, pois se for feita açodadamente pode criar um fosso entre ambas instituições. Eles vão atribuir a mim a iniciativa, o que só é verdade, em parte. Veremos o que acontecerá. As coisas estão se pondo em marcha, para uma batalha onde não se distingue bem quem é o adversário. Há uma suspeita que possa ser algo para submergir e destruir a Sema. Não creio que esse seja o motivo, mas o fato é que preparam tudo em segredo, sem nada nos dizerem. Isso é, no mínimo, suspeito.

A um passo da retirada

Hoje, verifiquei com Eugenio Paccelli, que em 1986 teremos um incremento de apenas 120% em relação a 1985. Assim, temos um valor correspondente a metade da inflação. Note-se que 1985 foi um ano péssimo. Essa situação calamitosa é muito diferente das 30 vezes de aumento que o ministro Flávio Peixoto anunciou na Ilha do Cardoso. Rogério Marinho também acha que após minha derradeira tentativa de reforçar a Sema, devo me retirar. Disse-lhe que em abril tomaria essa decisão, se as coisas não melhorassem antes.

Cargo do presidente

De manhã, fui ao Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Despedi-me do ministro Flávio Peixoto, que está deixando o cargo, na reforma ministerial, com muita dignidade, ao contrário de alguns ministros que saíram bufando contra o Governo. Foi um encontro muito cordial. O ministro disse que não preciso pedir demissão, pois meu cargo pertence ao presidente. (...)

Rogério Marinho me disse, pelo telefone, que o ministro Hugo Castello Branco lhe disse que eu era o representante do presidente Sarney na área ambiental e tudo seria feito nesse setor me consultando. Assim, minha posição parece forte.

Chapas-brancas e amarelas

Estou investigando o fato de que muitos veículos da Sema têm chapas amarelas, ou seja, próprias de carros particulares. Disseram que isso era devido ao fato de que eu só admitia que as chapas brancas (oficiais) fossem emplacadas em Brasília. Pura mentira, inventada para justificar uma irregularidade que dá margem a muitos abusos! É incrível! Está cada vez mais claro que teremos que reorganizar o Departamento de Administração.

22 janeiro 1986

7 fevereiro 1986

12 fevereiro 1986

Simpático, mas nebuloso

13 fevereiro 1986

À tarde, retornei ao Ministério e, lá pelas 15h30, fui recebido pelo novo ministro, Deni Schwartz. Ele estava com o deputado Nilton Friederighi, amigo e ex-chefe de meu grande rival, Cícero Bley.

O ministro ouviu em silêncio minha explanação sobre a Sema e seus problemas orçamentários, de pessoal etc. Nada me disse sobre a minha permanência ou não na Sema. Apenas se referiu ao fato de que o presidente Sarney desejava ver o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – no nosso Ministério. Aventurei a hipótese de a área ambiental ser desmembrada em 3: controle da poluição, área ecológica e Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Não recebi de volta o menor comentário. Contudo, tive a impressão de haver uma atmosfera simpática. Ao mesmo tempo, parece-me que o ministro Schwartz vai discutir com o presidente Sarney quem comandará a Sema. Despediu-se de mim dizendo que, na próxima semana, continuaria a conversa.

A causa, os apoios e as oposições

14 fevereiro 1986

No Planalto encontrei-me com Ignácio Mammana Neto, que disse ter conversado com o ministro Deni Schwartz, a quem afirmou que eu e meu irmão éramos amigos do presidente Sarney. Lá também, o José Pedro de Oliveira Costa pediu ao governador Montoro e este falou ao governador José Richa (Paraná), palavras favoráveis à minha permanência na Sema. À noite, José Pedro ia pedir ao ministro Abreu Sodré para conversar com o presidente Sarney sobre a pretensão do grupo Cícero Bley, de ocupar a Sema. À tarde, José Pedro disse ao ministro Deni Schwartz que eu era o candidato do Governo do Estado de São Paulo.

17 fevereiro 1986

No final da tarde, pouco depois das 18h, estourou a grande bomba: soubemos que o ministro Schwartz mandou uma passagem para Cícero Bley “visitar” a Sema. Isso significa que ele irá me substituir ou tratará da minha sucessão. Iniciei então uma série de telefonemas, para organizar o contra-ataque. O ministro do Itamaraty Jerônimo Moscardo vai falar com o ministro Marco Maciel, Chefe da Casa Civil do presidente. José Pedro de Oliveira Costa me relatou ter falado com Cícero Bley. Este lhe disse que não aceitará o meu cargo, mas que eu não poderia continuar. Seus candidatos: José Pedro (por cortesia) e Roberto Messias Franco (sua verdadeira indicação).

Falei com o Almirante Ibsen Câmara, a quem expus também o panorama: não me interessa ficar no cargo contra a vontade do ministro, por uma eventual decisão do presidente. Nesse caso, o ministro acabaria possivelmente me derrubando mais adiante, por isto ou por aquilo. Por outro lado, tenho força suficiente junto ao presidente Sarney, para vetar um radical extremista como Cícero Bley. Assim, a melhor solução seria a escolha de um elemento moderado, de comum acordo. Outra possibilidade seria organizar uma nova entidade ecológica, com os Departamentos que virão do IBDF, deixando a parte referente ao controle da poluição para outra pessoa. (Esta, porém, teria que ser moderada.). O importante é lutar para que a causa ambiental não caia em mãos perigosas para o seu futuro. Falei também com o Kleber, expondo a situação. Além do mais, não valho no Paraná voto algum, ao passo que o Cícero Bley tem certa força política. Nesse terreno minha desvantagem é óbvia.

Conversei com Henrique Cavalcanti, comentando os fatos e pedindo-lhe para marcar um encontro com Ivo Moreira, seu amigo e secretário-geral (a partir de amanhã) do nosso Ministério. Quero expor a ele os fatos básicos na nossa linha de argumentação.

Folga do equilibrista

De manhã, telefonei a Rogério Marinho. Contei que do Ministério haviam dado um prazo para que eu entregasse meu pedido de demissão: até o meio-dia. Rogério ficou zangado. Desligou, telefonou ao presidente Sarney e tornou a falar comigo. O presidente lhe disse que não me demitirá e que eu devia esquecer as cartas de demissão. Rogério é um grande amigo.

Falei, em seguida, com o ministro do Itamaraty Jerônimo Moscardo de Souza. Ele falará com o ministro Marco Maciel. Paulo Bastos Cruz me telefonou e vai agir pelo seu lado. Falei também com o Embaixador Tabajara, Chefe de Gabinete do ministro do Exterior Abreu Sodré. Este terá audiência ainda hoje com o presidente Sarney.

Ainda de manhã, fui à Sema, onde encontrei Dona Zélia, Regina, Paulo Afonso, Monsã e outros, com ar de velório. Disse-lhes que o presidente pretendia me manter e que eu me sentia calmo como um equilibrista em dia de folga.

Surgiu a vitória

Depois do almoço, fui ao Palácio do Planalto, onde conversei com Jerônimo. Ele achou melhor eu não enviar carta nenhuma ao presidente, tendo em vista a decisão que ele já havia tomado. Por uma questão de prudência, conforme o rumo que as coisas tomassem, escrevi uma carta agradecendo a “mensagem” (recado) que ele me enviara; afirmei também que aceitaria de boa vontade qualquer decisão sua sobre minha permanência na Sema. Essa carta, diga-se de passagem, acabou ficando no meu arquivo.

Fui ao nosso Ministério. De lá telefonei ao Embaixador Tabajara, que estava à minha procura. Ele me contou que o ministro Abreu Sodré falou sobre minha situação ao presidente Sarney. Este lhe disse que eu não deveria mandar nenhuma carta de demissão. Se, porém, a recebesse, a demissão não será aceita. Com isso, ficou reafirmado o pensamento do presidente Sarney a meu respeito. (...)

Conversei, longamente, com o novo secretário-geral, Ivo Moreira, que eu já conhecia. É muito simpático e atuante. Vai fazer a máquina do Ministério andar. No final da conversa, disse-lhe que não havia enviado minha carta de demissão porque recebera instruções para não fazer isso, pois o assunto seria resolvido no encontro entre o presidente e o ministro Schwartz. Eles conversaram à tardinha, no Planalto.

Foi, sem dúvida, um dia decisivo, que aumentou tremendamente as minhas responsabilidades diante dos amigos, do presidente e da causa. Quando a situação parecia perdida, surgiu a vitória.

Perspectivas incertas

Chegaram novas notícias sobre a não nomeação do Cícero Bley para o meu cargo. Dizem que por três vezes veio ordem para datilografar o ato e, outras tantas, veio a contra-ordem. Finalmente, chegou um telefonema do presidente Sarney determinando que eu fosse mantido. O Cícero teria ficado muito zangado. Essas coisas todas poderão me custar muito caro, pois o ministro Schwartz

18 fevereiro 1986

18 fevereiro 1986

20 fevereiro 1986

deve ter se aborrecido com a minha permanência. Existe o risco de que ele possa me criar uma série de dificuldades e problemas. Vamos ver. Por outro lado, devido ao apoio do presidente Sarney, terei que ficar no posto, para não desmerecer sua confiança. As perspectivas são incertas. Lucia, felizmente, está conformada em ficar mais tempo em Brasília.

Moderação

4 março 1986

Hoje, às 8h30, o ministro Deni Schwartz foi por mim recebido na garage da Sema. O secretário-geral, Ivo Moreira, chegou um pouco antes. Fomos ao pequeno auditório da Sema e, ali, o ministro abriu a reunião com os nossos técnicos (...) A tônica constante e geral foi a falta de recursos e de pessoal. Todos confirmaram, com suas próprias palavras, o que eu já vinha dizendo publicamente e ao ministro sobre as imensas dificuldades da Sema. O ministro Schwartz foi muito simples, simpático e compreensivo. Vai lutar a favor da criação da nossa Fundação e também para que possamos reaparelhar a Sema com maiores recursos. Na saída, ele me disse, mais ou menos assim: "há os que agitam e abrem caminhos, mas os que dirigem e controlam as coisas são os moderados", numa referência que me pareceu uma clara comparação entre Cícero Bley e a minha pessoa. Fez várias menções simpáticas à minha atuação, durante a reunião.

Contra a maré

26 março 1986

Somente hoje, devido às minhas viagens, Harlem e Carmem apresentaram a nossa Proposta de Orçamento para 1987. Será da ordem de 280 milhões de cruzados (14 cruzados = 1 dólar). É o maior e melhor orçamento da história da Sema. Apesar de tudo, a Coordenadoria de Estações Ecológicas e a própria SEC (Secretaria de Ecossistemas), simplesmente, se esqueceram de prever recursos para a maioria de nossas novas Estações Ecológicas na Amazônia!!! E se esqueceram também, de recursos para Corobobó (BA), Carnaúba (CE) e Murici (AL), áreas da maior importância para a Sema!!!!!! A gente tem mesmo que remar contra a maré, a começar na própria Sema. E, depois, dizem que eu sou continuísta no meu cargo, como se desejasse continuar apenas por capricho!!

Profundamente injusto

30 março 1986

À noite, Eduardo Manoel me telefonou, lendo para mim um comentário da revista Veja. Era uma crítica aos preços do transporte dos funcionários da Sema, por ônibus. O pior, ou seja, o profundamente injusto, é que os dados apresentados se baseiam nas informações que eu mesmo forneci espontaneamente ao ministro. Desde maio 1985, venho procurando alertar contra esses gastos absurdos, que somos obrigados a fazer. Fico desesperado, ao passar de acusador a acusado. Estou bem documentado, mas quem vai ler a notícia do meu desmentido?

1º abril 1986

Estive na redação da *Veja*, onde fui muito bem recebido por Guilherme Costa Manso. Expliquei a nossa realidade referente ao custo dos transportes e deixei documentos mostrando que já em 2 de maio de 85 escrevi ao ministro Paulo Lustosa, da Desburocratização, alertando sobre o assunto. Em dezembro, telefonei à Seplan. Provavelmente eles vão fazer um artigo amplo sobre o assunto, esclarecendo nossa posição.

Também estive no Correio Braziliense, onde conversei com Ary Cunha sobre o mesmo assunto. Ele me recebeu muito bem e vai escrever sobre o caso, embora seja algo descrente de uma solução para o problema dos ônibus.

Isca

Logo de manhã, fui informado de que um grupo de técnicos do IBDF, entre os quais Jordan Wallaueher, escreveram um abaixo-assinado com fortes críticas à Sema. Esse documento será enviado à Casa Civil. É que eles estão com medo das notícias (minha entrevista a *O Globo* de domingo último) de que o IBDF cederá à Sema sua parte ecológica. Vou aguardar os acontecimentos em relação a esse abaixo-assinado, mas não cometerei o erro de morder a isca e travar polêmica. Eles querem isso, para matar assim a ideia da fusão.

Problemão

Estourou grave crise no setor de controle da poluição da Sema (STC). Três altos funcionários, sendo dois coordenadores, pediram demissão do cargo. Não aguentam mais o secretário, professor Perpétuo. Há um descontentamento geral na STC, com poucas exceções. Há também reclamações da sua atuação externa, quando representa a Sema. Nenhum dirigente de órgão estadual o procura. Assim não dá para continuar. Pedi aos demissionários para permanecerem no cargo, pois são pessoas de minha confiança. Quem está errado na sua orientação é o professor Perpétuo.

À noite, recebi um longo telefonema do próprio professor Perpétuo. Ele se defendeu dizendo que sempre recebeu a todos e que foi apunhalado pelas costas, quando estava doente. Não demonstrou perceber, em nenhum momento, que a causa da crise na STC é ele mesmo, na sua maneira de agir, muito peculiar e sem habilidade. Não mostrou intenção de se demitir, muito pelo contrário. Disse-lhe para cuidar da sua saúde e que, no início de maio, conversaríamos novamente sobre os problemas da STC. Estou com um problemão para resolver, pois não desejo magoá-lo.

De manhã, escrevi uma carta sintética ao ministro Deni Schwartz, que a levou ao presidente Sarney. Em poucas palavras expliquei os motivos pelos quais era contrário à permanência do professor Perpétuo na Sema. À tarde, o ministro me telefonou para dizer que a autorização fora concedida. Disse-me também que o presidente era favorável à transferência da parte ecológica do IBDF para a Sema.

Sisnama capenga

SALVADOR, BA – De manhã cedo, fomos ao Museu Geológico da Bahia, onde se realizava o 1º Encontro Nacional de Órgãos do Meio Ambiente. Os Estados uns após os outros, fizeram um relatório da situação. Dos oito Estados e DF que se manifestaram, hoje, seis estão em situação submediana (AL, CE, BA, GO, AM, DF) e três em situação crítica, péssima mesmo: Paraíba, Mato Grosso e Espírito Santo. (...)

10 abril 1986

25 abril 1986

28 abril 1986

7 maio 1986

Após a reunião, foram travados debates muito esclarecedores, que acabaram definindo um consenso: é preciso reivindicar duramente mais apoio e mais recursos, seja dos Estados, seja da União, sem o que o Sistema Nacional de Meio Ambiente

(Sisnama), ficará capengando.

Perpétuo e um erro meu

12 maio 1986

Finalmente, hoje, me encontrei com o professor Perpétuo, a quem mandei chamar, pois de outra forma não viria falar comigo. Foi uma conversa em círculos, extremamente desagradável. Disse-lhe que não tinha nada de grave contra ele. Ele me respondeu que nunca viu ninguém ser demitido por generalidades. Expliquei que eram generalidades mesmo, ou seja, uma questão de orientação e de personalidade.

Ele também se queixou amargamente do fato de que minha carta solicitando a demissão dele foi por mim mandada ler, para ele, pelo seu substituto. Nisso, realmente houve um erro meu. Eu deveria ter lido a carta pessoalmente, mas procurei me poupar desse dissabor, o que foi um erro.

16 maio 1986

Lá pelas 11h30, o prof. J. E. Perpétuo veio falar comigo. Pouco depois do início da conversa, ele me disse que desejava mostrar, "com toda a lealdade", um telex (minuta) duro, contra mim, que iria passar ao ministro Deni Schwartz. Nesse telex ele fazia um resumo das fortes críticas à minha pessoa, que vem me fazendo nos últimos encontros. Respondi que, "com toda a lealdade", desejava esclarecer já ter tomado a resolução de demiti-lo hoje. (...)

P.S. 2009: Nunca guardei qualquer mágoa pessoal contra o professor Perpétuo e depois restabelecemos nossa amizade.

À tarde, assinei Portaria, exonerando a pedido o professor Perpétuo e agradecendo os serviços prestados por ele à Sema. Embora ele não fosse pessoa indicada para o cargo, é preciso reconhecer que também prestou bons serviços.

Diálogo para fortalecimento da Sema

5 junho 1986

Às 9h, no auditório do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio do Planalto, realizou-se o Encontro Cidadania-Meio Ambiente. O presidente Sarney, disse que a questão ambiental é uma das mais importantes do nosso tempo. (...) O ministro João Sayad disse que as decisões sobre o desenvolvimento devem levar em conta as questões ambientais. Nunca ouvi antes uma coisa dessas de um ministro do Planejamento, o que me alegrou. Também falou o ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, destacando a importância das questões ambientais e a cooperação com os Estados e Municípios.

O presidente Sarney assinou decretos dando 10 milhões de cruzados à Sema, 45 milhões para uns 40 projetos apresentados pelos Estados e 30 milhões para projetos de outros Ministérios. Além disso, foi instituída a APA (Área de Proteção Ambiental) de Fernando de Noronha, da qual o EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) cuidará.

Foram feitos 64 pronunciamentos sobre assuntos ambientais, pelas pessoas presentes. Quase todas representavam associações civis e alguns eram representantes de órgãos estaduais. Fizeram

numerosas sugestões, críticas e comentários sobre os mais diversos assuntos ambientais. Fiquei agradavelmente surpreso ao ver que a minha atuação e a da Sema quase não receberam críticas. Pelo contrário, muitos pediram o fortalecimento da Sema.

De manhã, fui surpreendido, ao chegar à Sema, com um clima de rebelião. Os funcionários estavam reunidos em assembléia geral. A princípio relutei em comparecer, pois havia boatos de que uma minoria poderia tomar atitude contrária a minha pessoa e isso poderia levar a consequências imprevisíveis. Contudo, me fizeram um apelo para ir lá. Resolvi comparecer e, só então, me dei conta da extensão do movimento. Havia jornalistas, um fotógrafo e um radialista. O auditório estava lotado. Ana Maria Cruz, minha ex-secretária, e outros oradores, estavam até algo exaltados, proclamando a necessidade de uma luta aberta para conseguir a reestruturação da Sema e melhores condições de trabalho. Não se tratava de uma simples reivindicação salarial. Sebastião Oliveira falou muito bem, criticando coisas.

Enquanto os oradores se sucediam, fui pensando na posição que deveria tomar. Foi ficando para mim, cada vez mais claro, que eles estavam pedindo coisas que eu sempre reivindiquei, para dar à Sema melhores condições de trabalho. Assim, quando foi a minha vez de falar, disse que estava de acordo com as reivindicações do pessoal, mas que fazia questão da observância de dois pontos: a) que o movimento fosse de diálogo e não de confronto. b) que o movimento não fosse dirigido contra nenhuma pessoa, inclusive Roberto Messias Franco, assessor do ministro. Todos concordaram com isso. Afirmei que começaria imediatamente as gestões a favor da reestruturação da Sema (Fundação) e a favor de melhores condições de trabalho, no que fui apoiado por todos.

O movimento da Sema seria a paralisação do trabalho, mas ficou decidido que chamariam a isso de mobilização, para evitar um confronto. Regina Gualda ajudou nisso.

O estopim do movimento de hoje foi o fato de ontem terem cassado a palavra do presidente da Associação, Alvar de Queiroz, na reunião da Presidência. Isso e o fato de que os técnicos da Sema não foram consultados sobre a ajuda dada aos Estados, nem sobre a APA, de Fernando de Noronha, levaram à rebelião, que estava latente desde a Velha República, no final da qual, aliás, veio a público.

Peregrinação no Planalto

Após o almoço, fui ao Palácio do Planalto. Falei com o ministro-chefe da Casa Civil, Marcos Maciel. Conteí a triste situação da Sema. Ele disse que iria nos ajudar e que, depois, se comunicaria comigo. Mostrou muita boa vontade. É um homem prático, de decisões rápidas.

Conversei, no final da tarde, com o ministro Ivan Mendes, Chefe do Serviço Nacional de Informações. Também foi muito amável comigo. Falará com o presidente Sarney sobre o caso da Sema. Concordou comigo que o desgaste que estou sofrendo prejudica meu nome, que segundo afirmou é internacional.

Quando cheguei ao Palácio do Planalto, após o almoço, o presidente Sarney me viu e de dentro do carro acenou para mim, sorridente. Mal sabe ele sobre os problemas que enfrento.

6 junho 1986

10 junho 1986

Vagas esperanças

16 junho 1986

Com uma Comissão dos servidores da Sema (...), tivemos uma reunião com o ministro Deni Schwartz (...). Expliquei ao ministro que os problemas eram antigos, pois datavam de quatro ou cinco anos, mas que agora a situação da Sema era muito precária. Afirmiei que do porteiro ao secretário, todos estavam de acordo sobre a necessidade de reestruturar a Sema e dar aos seus servidores melhores condições de trabalho.

O ministro achou o movimento bom, mas disse que somente poderíamos ter sucesso na reestruturação da Sema se houvesse pressões de fora. Para mim, isso foi um sinal verde para conseguir apoios no Planalto e na imprensa. Aparentemente, o ministro não levou adiante o meu ofício, embora tivesse dito que temos maiores apoios do que pensávamos. Talvez, já seja a ação de nossos amigos. Contou que o ministro Sayad é muito contrário à ideia de uma Fundação. Afirmou que está trabalhando num Plano de Reforma Administrativa, e que isso poderia solucionar nossos problemas, mas não convenceu ninguém, na minha opinião. Em resumo: nada de concreto. Apenas vagas esperanças.

A minha posição pessoal é a de redobrar esforços, e se estes falharem, pedirei demissão.

Conama apoia mobilização e a pressão aumenta

18 junho 1986

Às 14h35, começou a reunião do Conama, sob a presidência do ministro Deni Shwartz. (...)

Em seguida, foi a vez das manifestações. Os conselheiros Paulo Affonso, Marcelo Ipanema e Roberto Lange propuseram e insistiram, sob aplausos gerais, a ida de uma Comissão que visitaria o ministro Marco Maciel, chefe da Casa Civil, para pedir a reestruturação da Sema e melhores condições de trabalho para os seus servidores. Em resumo, sugeriram ir lá para solicitar o fortalecimento da Sema. O ministro Deni Schwartz procurou ignorar essas manifestações, mas Marcelo Ipanema insistiu de tal modo, que essa atitude do ministro passou a ser também ostensiva, ao não tomar conhecimento dos pedidos. Finalmente, mesmo depois que o ministro encerrou a reunião, a insistência de Marcelo continuou. O ministro, voltando-se para mim, disse: "O Paulo trata disso com os funcionários". Já eram cerca de 20h.

A discussão continuou fora do prédio do Confea, na calçada da Avenida W3-N. Roberto Messias Franco, em voz alta, protestava contra a ida da Comissão à Casa Civil. Esta foi aprovada "de fato" pelos aplausos do plenário e assistentes da reunião, como tive ocasião de dizer, pessoalmente, aos membros da Comissão. Alguém disse a Roberto que eu estava incentivando a ida da Comissão à Casa Civil. O Kleber veio, rapidamente, me avisar, dizendo antes ao Roberto que deveria haver um equívoco. Na realidade, achei muito bom que a Comissão fosse expor nossos problemas na Casa Civil. Tudo estava se complicando quando Paulo Affonso chegou com uma notícia de que o ministro sugeriu que eles fossem, amanhã, ao Ministério, onde seria marcada audiência com o ministro Marco Maciel.

19 junho 1986

De manhã, estive na Sema, onde encontrei lá os conselheiros do Conama, Paulo Affonso Leme Machado, Roberto Lange, Ricardo Braga e Marcelo Ipanema. Eles estavam aborrecidíssimos, pois foram ao Ministério, como haviam combinado, ontem, com o ministro Schwartz. Lá, foram enrolados pela

Chefia do Gabinete, que queria saber o que eles pretendiam falar com o ministro Marco Maciel e acabou não marcando audiência alguma. Desse modo, o ministro Schwartz criou uma grande oposição no Conama.

Houve um consenso, entre os membros da Comissão do Conama e pessoas do meu gabinete: estamos em plena luta contra o grupo do ministro Schwartz. Isto para mim é grave e melancólico. Como poderá um secretário ficar em termos antagônicos com um ministro, por muito tempo? Poderá um secretário ter esperanças de enfrentar com sucesso um ministro? Poderá a Sema, que já está depauperada, resistir por muito tempo? Antes e depois da IX Reunião do Conama, poucos representantes estaduais estiveram aqui na Sema, pois quem distribui recursos é o Ministério e temos que compreender isso. É humano.

Agora, mais do que nunca, tenho que enfrentar a luta, pois muita gente que pensa no Meio Ambiente vê na minha pessoa uma esperança. Isso me assusta. Tenho dormido pouco e ando tenso. Preocupação é o que não falta. Mas, felizmente, consigo manter a cabeça fria e sustentar as coisas em seus lugares.

Proposta de Fundo

Enviei hoje ao ministro uma proposta concreta, objetiva e detalhada, sobre a criação de um Fundo para a Sema, e também sobre a criação de uma tabela de especialistas e consultores. Vamos ver qual será a receptividade do Ministério. Pelo menos não poderão alegar que não pedimos o que era necessário. Para mim, a campanha para obter melhores condições para a Sema não tem retorno. Ou conseguimos algo de significativo ou eu vou embora.

Notícias de fidelidade

WASHINGTON, EUA – Domingo. De manhã telefonei a dona Zélia, no Brasil. Ela me contou que um grupo de funcionários da Sema, entre os quais Alvamar Queiroz, presidente da Assema (organização dos servidores), procurou o chefe de Gabinete Tosi. O objetivo era marcar uma visita do ministro Schwartz à Sema, o que foi feito para quarta-feira próxima. Segundo Alvamar, durante a conversa Tosi insistiu em saber se os funcionários tinham queixas da minha administração, coisa que eles responderam pela negativa.

Salvar do naufrágio

À noite, redigi carta pedindo ao presidente para designar para me substituir uma pessoa com respaldo político, que possa salvar a Sema do naufrágio. Fiz um resumo da situação calamitosa em que nos encontramos.

Autonomia

O ministro Schwartz foi, de manhã cedo, à Sema, onde compareceu a uma assembleia de 200 funcionários. Ouviu os pedidos visando melhorar a situação da entidade e, depois falou, não

23 junho 1986

29 junho 1986

1º julho 1986

2 julho 1986

dizendo nada de novo. Alegou dificuldades, dizendo que a situação da Sema era a mesma de outros órgãos. Terminou propondo a constituição de outra comissão. Tudo isso deixou o pessoal da Sema muito desapontado.

No final da reunião, pedi a palavra. Disse da minha preocupação com a posição do Ministério favorável à perda de autonomia da Sema. Declarei, com toda franqueza, que minha posição era pela manutenção da autonomia da Sema, sem a qual ela seria burocratizada e perderia sua flexibilidade. O nosso pessoal gostou, pois fui muito aplaudido.

Declarei, em seguida, aos jornalistas que se a Sema perdesse sua autonomia eu me demitiria. Foi uma declaração de impacto, muito comentada nos jornais, no dia seguinte.

Tempo de agir

3 julho 1986

(...) Ou o presidente Sarney me apoia de fato e terei então a possibilidade de conviver com o ministro Schwartz e sua equipe, ou é melhor que eu me demita logo, para não ser destruído aos poucos por esse mesmo pessoal. Segundo o ministro Ivan, o estilo do presidente é dar primeiro algum tempo para ver se as coisas se resolvem por si. Depois, se for preciso, ele age. Já estamos no limiar dessa segunda fase. Soube que Rogério Marinho, há dias, conversou sobre a Sema com o próprio presidente Sarney, mas nada me disse porque os resultados aparentemente não foram promissores nesse contato ainda inicial.

Movimentações e ideia de subdivisão

4 julho 1986

Na Sema houve intensa atividade no envio de telex pedindo apoio. Começaram a chegar os primeiros telegramas em resposta (cópias) e notícias de várias partes do Brasil de que estão sendo enviados telex ao Gabinete Civil e à Presidência pedindo a manutenção da autonomia da Sema. Sandra, em São Paulo, expediu muitos telex solicitando apoio. Meu irmão José Bonifácio vai obter apoio dos prefeitos de Campinas e Ribeirão Preto. Monsã conseguiu um telex do líder do PTB, Gastone Righi.

O ministro do Itamaraty, Jerônimo Moscardo de Souza, sub-chefe da Casa Civil, me contou pelo telefone que levou minha minuta de carta de demissão ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. Este ficou muito preocupado e, coisa que raramente faz, saiu de seu Gabinete e foi falar sobre o assunto com o ministro Ivan Mendes. Assim, as coisas estão se movimentando nas alturas.

Edgard Kleber esteve no nosso Ministério e ouviu de alguns assessores do ministro Schwartz a defesa da ideia de suprimir a autonomia da Sema e da sua subdivisão em diversas Secretarias ligadas diretamente ao ministro.

Cassação e consideração

8 julho 1986

De manhã, recebi na Sema a informação de que o Ministério chamou a si, por meio do Ciset e Consultoria Jurídica, a aprovação de quaisquer Convênios. Além disso, o texto dos Convênios terá

sempre um dispositivo segundo o qual caberá ao Ministério a supervisão, avaliação etc. É uma medida altamente centralizadora. Trata-se de mais um passo na cassação da autonomia da Sema.

No final da tarde, fui ao Palácio do Planalto, firmemente disposto a pedir demissão do cargo. Falei com o ministro Ivan Mendes. A pedido do presidente Sarney, ele conversou com o ministro Schwartz. O ministro disse que tinha muita consideração pela minha pessoa, mas que divergíamos. Ivan Mendes achava que eu não precisava do cargo e deveria pedir demissão, no que imediatamente concordei. Ele me sondou para saber se eu gostaria de ocupar outras posições. Expliquei que voltarei a São Paulo, onde sou professor. Contudo, achava muito importante que o presidente nomeasse uma Comissão Interministerial para reestruturar o sistema ambiental federal. Seria a única maneira de salvar a Sema, na minha opinião. O ministro Ivan não disse se isso seria aprovado pelo presidente.

“Não estou triste”

Cheguei, assim, ao fim da linha, no Serviço Público Federal. Foram 12 anos e meio de lutas. É uma lástima que a Sema esteja tão enfraquecida e esvaziada, pela omissão e falta de ajuda dos que deveriam proporcionar-lhe estrutura e meios de atuação. Mas, vou continuar lutando pelo Meio Ambiente, até o fim de meus dias. Pode parecer estranho, mas não estou triste com a decisão de me demitir. De um lado, sinto-me aliviado por ter escapado ileso da política desastrada do ministro Schwartz e seu pessoal. De outro lado, vejo claramente que ainda tenho muitas lutas pela frente.

Lágrimas

De manhã, quando cheguei à Sema e disse que no dia 11 entregaria uma carta de demissão, o grupo de funcionários mais próximos ficou desesperado e com os olhos lacrimejando. Segundo eles, a minha saída deixará o campo livre para a liquidação da Sema. Convenceram-me a não anunciar essa medida extrema.

9 julho 1986

Hoje, foi um dia muito variado na Sema, ocupado sobretudo com entrevistas aos jornais sobre a minha saída. Dei uma explicação moderada dos acontecimentos, mas firme.

10 julho 1986

Retrato solene e despedida

De manhã, ao chegar na Sema, encontrei o grupo jovem das secretárias e, dentro da sala de dona Zélia, diversos técnicos e outras pessoas, todas jururus, entristecidas. O fotógrafo da *Veja* foi lá para tirar fotos de mim. Tirei a foto de meu bisavô Campos Salles da parede, coloquei-o debaixo do braço e saí para a porta, sendo assim fotografado.

11 julho 1986

Parti, depois, para o Palácio do Planalto. Chegando lá, procurei primeiro o general Ivan Mendes. Disse-lhe que pensara sobre o oferecimento que ele me fizera, há dias, de algum posto ou cargo. Ficaria satisfeito se pudesse ser nomeado para o Conselho Nacional do Meio Ambiente. O ministro Ivan disse-me que faria o pedido ao presidente.

Fomos, em seguida, falar com Marco Maciel. Ivan se retirou. O ministro Marco Maciel me recebeu muito amavelmente. Falei sobre a situação da Sema, suas atribuições e dificuldades. Relatei que a solução seria reestruturar as áreas ambientais da Sema, IBDF, Sudepe etc. Poderiam surgir uma ou duas entidades, que deveriam ter alto nível. O ministro Marco Maciel não fez comentários. Entreguei a carta de demissão e me despedi.

Conservacionista por princípio

Expliquei aos jornalistas que não podia me separar do movimento conservacionista, que não aceita o esvaziamento da Sema, posição essa que coincide com a minha. As reformas previstas no MDUMA (Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) representam uma asfixia da Sema. Quando verifiquei que estavam sendo levadas a cabo essas medidas centralizadoras, não tive alternativa, a não ser renunciar. Relatei também a minha proposta ao presidente, para que ele nomeie uma Comissão de alto nível para estudar a reestruturação das instituições federais que lidam com o ambiente. Na sala de imprensa, estavam presentes cerca de uma dúzia de fotógrafos e outros tantos jornalistas. Já na minha chegada ao Palácio do Planalto, comecei a ser fotografado.

Fiscal das ações ambientais

Após o almoço, fui ao prédio do BNH (Banco Nacional da Habitação), onde o ministro tem um gabinete-refúgio. Com certa surpresa para mim, pois não tenho poupado críticas públicas a sua orientação, o ministro Schwartz me recebeu muito amavelmente e me fez grandes elogios. Por outro lado, salientei o seu cavalheirismo. Quem abrisse a porta e entrasse de repente, teria a impressão de que o ministro Schwartz estava me convidando para ser o novo secretário do Meio Ambiente. Ele disse que desejava que eu fosse o fiscal das ações ambientais.

Concordou plenamente com a ideia, que lhe foi transmitida pelo ministro Marco Maciel, de que eu fosse nomeado membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Tomei todo o cuidado, para não recuar um único centímetro das minhas posições críticas.

Repercussão

Sábado. Os jornais, principalmente *O Estado de S. Paulo*, publicaram destacadas notícias sobre a minha demissão. No *Estadão* a notícia saiu na primeira página e em extensos comentários na última página. *O Jornal de Brasília*, *O Globo* e *Correio Braziliense* também publicaram notícias boas e corretas. *A Folha de São Paulo* publicou declarações de Fábio Feldman, presidente da Oikos. Eles anunciaram que meu substituto provavelmente seria Roberto Messias Franco.

Até o último dia

Hoje, dediquei a maior parte do dia para preparar Portarias criando três Aspes (Áreas Sob Proteção Especial), categoria conservacionista que inventei nos últimos dias para dar um status especial a

áreas ecológicas importantes, que ainda não são protegidas por decreto. Além da Aspe da Jureia, enviada ontem para o Diário Oficial, estabeleci, hoje, as da Praia do Pebas, Canudos e Formosa do Rio Preto. (...)

No final do dia, veio a confirmação de que Roberto Messias Franco fora nomeado secretário do Meio Ambiente, para me substituir. Antes, à tarde, recebi carta do presidente Sarney agradecendo meus serviços e me concedendo demissão.

Encruzilhadas da vida

De manhã, fui com Lucia à Sema e tive uma das reuniões mais emocionantes de minha vida. Perante uns 200 funcionários, que lotavam o auditório, fui saudado por Alvamar e Kleber, que me fizeram elogios. Em seguida, falei durante uns 20 minutos, apresentando a minha despedida. Fiquei, às vezes, com a voz quase embargada pela emoção e vi dezenas de meus companheiros de trabalho com os olhos marejados de lágrimas. Disse à eles que o meio ambiente não era uma atividade qualquer, mas uma causa. Despedia-me deles numa das encruzilhadas da vida, mas haveria no futuro outras encruzilhadas, onde nos encontraríamos. Fora da Sema, continuarei a lutar por ela e por seus servidores. Ao demitir-me, estava ajudando a solução dos problemas da entidade, por trazê-los à tona, expondo-os a todo o Brasil. Era o melhor serviço que poderia prestar à causa, neste momento.

Discurso de transmissão do cargo

A cerimônia de minha saída e transmissão de cargo foi simples. Na mesa diretora dos trabalhos ficaram apenas o ministro Schwartz, Roberto Messias Franco e eu. Fui o primeiro a falar. Como quase sempre, nesses 12 anos e meio, somente li meu discurso umas três ou quatro vezes, falei sem ler, consultando apenas um esquema rabiscado numa folha. É o meu sistema de discorrer em público. Falei com firmeza e alguma emoção, mas com tranquilidade.

Recordei, brevemente, meus tempos de Sema, dizendo que raros foram os dias de "céu de brigadeiro", para usar uma imagem dos aviadores. A atmosfera normal para o avião da Sema é a da turbulência. Expliquei que as minhas viagens nos últimos anos têm sido pagas pelas Nações Unidas ou por entidades internacionais de alta reputação. Esse esclarecimento, ao qual me referi de passagem, foi importante, pois havia rumores no Ministério, e declarações dúbias originadas de fontes ministeriais, segundo as quais eu teria neste ano viajado ao Exterior às custas da Sema, o que é inteiramente falso. Conte também que iria escrever um livro sobre minha experiência à frente da Sema. Fiz isso de caso pensado, para deixar o pessoal do Ministério na defensiva a meu respeito. Acrescentei, porém, que seria um livro sem ressentimentos.

Ao agradecer ao pessoal da Sema, aproveitei a ocasião para dizer que somente tínhamos 257 funcionários públicos para atender a 32 Estações Ecológicas e 35 programas federais de controle ambiental. Ao terminar, desejei muitas felicidades ao Roberto Messias Franco e ao ministro Schwartz e sucesso nas suas atividades profissionais.

15 julho 1986

17 julho 1986

P.S. 2009: Sai como entrei na Sema: pela porta da frente. Missão cumprida. Dias depois da transmissão do cargo, os funcionários da Sema me ofereceram um jantar. Cerca de 80 pessoas estavam presentes. Foi emocionante. Vieram ali por pura amizade, pois nada podiam esperar na Sema, de quem já estava fora do poder. Nunca soube de nada igual. Que Deus abençoe a todas e às suas famílias.

Novos tempos

Entrevista com foto e chamada na capa do jornal O Globo

10 agosto 1986

Disse que desejava êxito ao meu sucessor Roberto Messias Franco, pois o futuro da Sema era mais importante que eventuais divergências administrativas. Critiquei a proposta do Roberto, de transferir Estações Ecológicas para os Estados. Expliquei que isso somente seria possível através de lei, e que esta não seria aprovada devido à oposição dos parlamentares e movimentos conservacionistas. Nos Estados, essas Estações ficariam “entregues aos azares da política local e isso seria o seu fim”. Conteí que vários (na realidade a maioria deles) convênios que fizemos no passado com os Estados não deram bom resultado e que o momento crítico é o da prestação das contas. Até caixões de defunto um Estado procurou debitar a um dos nossos convênios. Critiquei o pessoal insuficiente e os baixos salários dos servidores da Sema.

11 agosto 1986

RIO DE JANEIRO, RJ – Do aeroporto segui para o Restaurante Albamar, onde almocei na companhia de Anita Gilz e José Cândido de Mello Carvalho. Não trocamos uma palavra sobre a absorção da Sema do Rio de Janeiro pelo órgão estadual Feema. Essa absorção, que significa o fim da Sema no Rio, como já registrei neste diário há dias, parece que foi bem recebida pelos funcionários, pois vão ter melhores condições de trabalho. Isso é muito compreensível. Contudo, a decisão de acabar com a Sema no Rio foi um desastre ambiental. Significa que a Sema perdeu o controle efetivo das suas unidades de conservação no Estado do Rio de Janeiro.

P.S. 2009: A situação depois mudou e o Estado do Rio de Janeiro tem Unidades de Conservação importantes.

Reforço administrativo

28 agosto 1986

BRASÍLIA, DF – Jantei com Estanislau Monteiro. Meu sucessor Roberto Messias parece que desistiu da ideia de esvaziar a Sema. Sustou a saída requisitada do pessoal administrativo e recebeu mais um reforço de seis funcionários pelo Dasp (Departamento de Administração do Serviço Público). Deus queira que finalmente ele esteja vendo que seria loucura enfraquecer a Sema!

Complexidade dos problemas ambientais

Comentário sobre conversa informal no aeroporto de Brasília

8 setembro 1986

Nessa mesma ocasião, apareceu Roberto Messias Franco, que falou uns 15 minutos comigo e com o Peter Kantz (chefe do escritório das Nações Unidas em Brasília). Roberto disse que o Meio Ambiente está cheio de problemas muito variados e difíceis, com o que concordei. Ao que sei, porém, ele quase não tem tomado decisões, ou seja, toma poucas decisões. Mas, nesse encontro no aeroporto, não comentamos tais detalhes.

Sema ainda em crise

20 novembro 1986

Hoje, tive notícias da Sema por parte de várias pessoas. A situação é de certa confusão. O pessoal está saindo em grande número: talvez um terço dos técnicos. Paulo Afonso teve atrito com dona

Zélia, sobre normas hierárquicas. O Roberto Messias destituiu a Regina Gualda, que desde o início da Sema chefiava a área educacional. Sei que o Harlem e o Kleber, secretários Adjuntos da Sema, estão muito preocupados com a situação.

Patrocínio estrangeiro para pesquisas na floresta e o bom nome do Brasil

Domingo. De manhã, recebi visita do doutor John Henning, da *Royal Geographic Society*, e do professor Roberto Boruzzi, da Escola Paulista de Medicina. O doutor Henning estava muito preocupado com o fato de que anteontem, num telefonema, o Edgard Kleber da Sema comunicou a ele terem sido adiadas para o fim do programa as pesquisas sobre a regeneração da floresta. Para essas pesquisas seria preciso derrubar 2 hectares, de um total de 100 mil hectares de matas da Estação Ecológica de Maracá. Kleber disse que essa decisão foi tomada numa reunião realizada na Sema.

Na verdade, tal decisão é contrária ao bom nome do Brasil, por não ter sido tomada de comum acordo. O plano de pesquisas foi aprovado por mim, confirmado por meu sucessor Roberto Messias Franco e aprovado pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e pelo Itamaraty. Além disso, o Embaixador Brasileiro na Grã-Bretanha comunicou à *Royal Society* oficialmente, por carta, a aprovação do nosso Governo.

Com base nisso (vi cópia dos documentos) foram levantados recursos no Brasil e no Reino Unido, onde o príncipe de Gales Charles assumiu o patrocínio das pesquisas. Modificar, agora, unilateralmente, esse Programa, é uma irresponsabilidade. Vou me pôr a campo para ajudar a *Royal Society* a restabelecer o combinado ou a conseguir um novo acordo bom para todos.

Órgão em risco

À tarde, estive no escritório, onde dei entrevista a Thereza Martins, da revista *Veja*. Pela primeira vez, desde que saí da Sema, falei abertamente e amplamente sobre a política ambiental seguida por meu sucessor e pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Disse que a Sema está sendo deliberadamente enfraquecida, pois pretendem que ela seja apenas um órgão coordenador. Muitos técnicos já se demitiram. Um órgão fraco e sem funções executivas torna-se inexpressivo. Querem passar as Estações Ecológicas Federais e outras atribuições para os Estados, o que será desastroso.

Novos dias à vista

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Fui, depois, visitar Anita Gilz e seu pessoal, este ainda no Ministério do Interior. Maria Thereza Gouveia estava lá. Nossa conversa foi uma hora da saudade. Foi uma lástima, ou melhor, ainda está sendo uma lástima a política ambiental em relação às Estações Ecológicas e APAs, hoje no semi abandono. Além disso, o desmantelamento das representações da Sema foi calamitoso. Evito falar sobre isso em público, mas nas conversas, como esta de hoje, a realidade vem à tona. Com exceção do Conama, que funciona bem, a Sema, hoje é, devido às suas dificuldades, uma sombra do que foi no passado. Isso me dá um sentimento, não de raiva, que não tenho, mas de certa tristeza ao ver quase em ruínas um edifício que levei 12 anos e meio para

21 dezembro 1986

P.S. 2009: Parece que o assunto foi bem solucionado, pois as pesquisas realizadas na Estação Ecológica de Maracá-Roraima são citadas como bem sucedidas.

29 dezembro 1986

P.S. 2009: Tenho a impressão de que os piores temores não chegaram a se realizar plenamente. Apesar de as dificuldades, que no tempo de minha saída já eram grandes, a Sema de algum jeito conseguiu sobreviver a ponto de ser, na oportuna constituição do Ibama, a jóia da coroa.

30 novembro 1987

P.S. 2009: Quando surgiu o Ibama o pessoal que veio da Sema, junto com o pessoal competente do IBDF e de outras instituições que se juntaram, muito contribuiu para os sucessos do Ministério do Meio Ambiente.

construir, com a ajuda de amigos e dedicados colaboradores. Mas sou otimista: um dia, a Sema ressurgirá das cinzas. É inevitável que a noite seja substituída pelo dia e assim por diante, neste mundo contraditório, mas os dias serão cada vez mais longos e mais brilhantes, à medida que a causa ambiental se firma em toda parte.

Salvar uma filha

15 junho 1988

Durante todo o dia, participei da reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Os conselheiros resolveram revitalizar a Câmara Técnica de apoio às atividades legislativas-ambientais, em resposta a um pedido do deputado Fabio Feldmann. Acontece que eu presido essa Câmara. Com boa surpresa para mim, o secretário Roberto Messias Franco sugeriu que essa Câmara também procurasse o ministro Prisco Viana para tratar do reforço da Sema e da constituição de uma Fundação Ambiental, velho projeto autorizado já pela Lei 6.938-81. Vários conselheiros haviam comentado o enfraquecimento da Sema e da sua atuação. É um mistério e uma satisfação para mim o fato de a proposta ter partido do Roberto. As possibilidades de sucesso são mínimas. Isso é verdade, mas aceitei com prazer. Se as possibilidades fossem melhores, teríamos conseguido algo. A situação da Sema é difícil. Percebi que alguns funcionários mostraram certa satisfação com a minha indicação. Eu não podia deixar de atender à convocação para salvar das dificuldades uma filha: a Sema.

Legado ambiental no testamento

20 junho 1988

SÃO PAULO, SP – Do médico, corri para o escritório, onde Lucia e eu fizemos o nosso testamento, anulando o anterior. A maior novidade é que se por ocasião da minha morte minha situação econômica for boa (o que pode significar também uma área menor se a situação econômica não for boa), deixo a Fazenda Jatiana e a Gleba Jatiburi, em Luziânia (GO), para a Sema ou outra instituição pública fazerem lá uma Estação Ecológica. Testemunharam José Carlos Reis de Magalhães, senhor Fausto, Sandra Camerata, Analina, Edson Capozoli e Getúlio, do cartório.

Evitar o naufrágio

1º agosto 1988

À tarde, fui à Sema, onde tive uma reunião com Carlos Alberto Xavier, Dagoberto (Seplan) e o secretário Roberto Messias Franco. Traçamos um esquema para pedir ao ministro Prisco Viana e a outras autoridades uma situação melhor para a Sema. O pessoal é muito mal pago. Vamos ver se conseguimos também fazer alguma coisa para trazer o IBDF para a Sema. Com a inflação galopante, vai ser difícil conseguir algo de melhor, mas por outro lado a Sema está se afundando e é preciso socorrê-la.

25 setembro 1988

NOVA IORQUE, EUA – À noite, falei com Carlos Alberto Xavier. A situação ambiental no Brasil está confusa. Ben Hur Batalha assumiu interinamente a Sema. No Rio, uma reunião de dirigentes estaduais pediu que a Sema vá para a Presidência da República, o que é inviável. Os funcionários da Sema foram ao Congresso com camisetas dizendo que o Brasil está em fogo e ao mesmo tempo apagam a Sema. O ministro da Cultura, José Aparecido, está esperançoso de receber o meio ambiente. O IBDF quer receber a Sema, ou melhor, as unidades de conservação desta. O presidente do IBDF deu uma entrevista ruim, considerando naturais os grandes incêndios que ocorreram. Isso não repercutiu bem.

Reestruturação

Após chegar a Brasília, passei no meu apartamento. Em seguida fui ao Conselho de Defesa Nacional. Tivemos lá uma reunião, aberta pelo coronel da Silva, assistido pelo coronel Porto Alegre e pelo coronel Freire. Da Silva fez uma exposição sobre a necessidade de uma reestruturação e de definições da área ambiental. Logo, em seguida, pedi a palavra e expliquei que poderíamos conseguir esses objetivos com bastante rapidez. A ocupação da Amazônia pode ser disciplinada pelo ordenamento territorial (zoneamento econômico-ecológico). Por outro lado, chegou a hora de fundir algumas entidades ambientais numa entidade nova, pois agora há uma oportunidade única para fazer isso. José Carlos Carvalho, do IBDF, falou mais ou menos no mesmo sentido. Sugeriu até a extinção do IBDF. (...) Expliquei que os Estados da Amazônia e outros não têm condições de receber essas unidades de conservação da União.

Getúlio, da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), expôs a burocracia do órgão, que é imensa. Acha que suas funções, em grande parte, devem ser redistribuídas.

No final, propus e foi aceito, que estudássemos separadamente os dois aspectos básicos ambientais: a reestruturação da área federal normativa (Conama) e a reestruturação da área federal executiva.

Cheguei, às 9h20, ao Conselho de Defesa Nacional. A discussão começou (na parte específica) com uma exposição minha, breve, sobre as vantagens e compatibilidades da projetada fusão Sema-IBDF. Em resumo, disse ser essencial à Sema a manutenção dos seus programas no novo órgão. Isso é possível, sem dificuldades, pois trata-se de programas compatíveis. Sempre insisto nesse ponto, pois de outro modo poderíamos ver a fusão como se o IBDF engolissem a Sema.

Ibama

À tarde, encontrei-me novamente com José Carlos Carvalho e Lara. Combinamos que o nome da nova instituição será Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Tsuzuki, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, se opõe à palavra Renováveis, mas a nosso ver se esta faltar haverá a maior confusão com a Mineração, o Petróleo etc. Além disso, simplificamos, de verdade, as longas atribuições do setor águas e pesca, do novo Instituto, preparadas ontem por Goki Tsuzuki e Getulio, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Estabelecemos as Diretorias do novo órgão: Controle da Poluição; Recursos Florestais; Ecossistemas; Fiscalização e Monitoramento; Administração. Consegui manter os dois setores básicos da Sema: Controle de Poluição e Ecossistemas.

Fusão seria mais apropriado

Às 20h, o presidente Sarney anunciou seu esperado choque anti-inflacionário fiscal, monetário, administrativo. De fato, deu a impressão de uma verdadeira revolução no Governo, se as medidas forem para valer. Foi anunciada também a extinção e fusão de muitos órgãos. Acompanhei a declaração de vários ministros, na TV. O ministro Costa Couto anunciou, entre outras medidas, que

9 janeiro 1989

11 janeiro 1989

13 janeiro 1989

15 janeiro 1989

o IBDF seria absorvido pela Sema. O que estávamos discutindo era uma fusão. Na realidade isso significa que o IBDF deixará de ser autarquia. A Sema, porém, não tem condições de absorver o IBDF. Seria mais apropriado falar em fusão.

Caótico paradoxo

16 janeiro 1989

À tarde, estive no Conselho de Defesa Nacional, onde tive conhecimento de um fato inesperado e estarecedor: uma das medidas do Governo extinguiu o IBDF e transferiu suas funções à Sema, mas não o pessoal. Isso significa o caos na área ambiental, pois a Sema, com o seu reduzido pessoal (cerca de 400 pessoas, inclusive guardas), não poderá substituir os 2.600 funcionários do IBDF. Além disso, foram demitidos praticamente todos os chefes e técnicos do IBDF, pois os cargos DAS e FAS (Direção e Função de Assessoramento Superior), nos órgãos extintos, foram abolidos. Fiquei até tarde, no Conselho de Defesa Nacional, analisando a situação, com os outros membros de nossa Comissão.

18 janeiro 1989

É das maiores a confusão no IBDF. Embora o pessoal da antiga Sema não aprecie o catastrófico fim do IBDF, pelo que vi e senti os meus antigos companheiros, e eu mesmo, não podemos deixar de comentar e ponderar sobre a ironia do ocorrido. É que o IBDF se julgava superior à Sema e era mesmo 10 vezes mais forte. Jamais pensava que terminaria assim, com uma simples penada. Houve quem sorrisse discretamente, diante desse paradoxo irônico.

O Estadão publicou uma manchete impiedosa: "Acaba o IBDF, que nunca funcionou". E um subtítulo terrível: "Inoperante e acusado de corrupção, o órgão que deveria cuidar das florestas é extinto".

19 janeiro 1989

Foi retificada a "Medida Provisória" que extinguiu o IBDF. Agora a sua "estrutura" foi incorporada à Sema. A palavra "estrutura", porém, é um tanto vaga, mas quer dizer o seu pessoal, pois o resto já fora incorporado à Sema.

Herança viva

9 fevereiro 1988

Recebi, à tarde, um grupo de funcionários da Sema: Lazaro, Helio, Monsã, Mercia. Vieram pedir apoio e buscar notícias. Querem, e eu também, que os programas da extinta Sema sejam mantidos no novo Instituto Ambiental. Vamos nos manter em contato e atuantes. Falei pelo telefone com o Harlem Inácio dos Santos, membro da Comissão de Organização do novo Instituto. Como ex-membro da Sema, vai ajudar também.

Distorções

16 março 1989

Estive com o secretário-geral do Ministério do Interior, José Carlos Melo. Entreguei a ele uma série de sugestões para o Regimento Interno do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais). Entreguei um documento manuscrito, em cópia xérox, redigido por mim. José Carlos recebeu bem as sugestões e vai encaminhá-las. Basicamente, procurei corrigir algumas distorções e erros (confusão entre preservação e conservação, por exemplo), baseado em pontos

levantados pelo pessoal da Sema. O Nairio Simões me passou esses dados. Ele estava alarmado com certas questões, mas verifiquei que a redação do Regimento (projeto) permitia apenas que certas áreas do Ibama fizessem propostas, o que é muito diferente de tomar decisões, como a de reduzir Unidades de Conservação. Aliás, qualquer redução dessas áreas teria, pela Constituição, que ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Fase feliz e produtiva

Acordei cedo. De madrugada, contemplei, pela última vez, a paisagem do planalto central, vista do apartamento. Luzes das avenidas ainda acesas. Nuvens dominando o céu já bastante claro. Nesgas de azul, ônibus e carros transportando os trabalhadores, para sua faina sem fim. (...)

Nas salas vazias, sem qualquer mobília, Lucia me esperava. Foi com tristeza e emoção que revimos, pela última vez, aquelas paredes que nos abrigaram durante quase 16 anos! Numa delas havia um bilhete, escrito pela empregada Joana: "Brasília, 16-04-90. Em cada cantinho que eu andava aqui neste apto. 402, deixo uma saudade que eu vivi com a dona Lucia e o doutor Paulo, Joana". Isso nos emocionou ainda mais.

Pela derradeira vez, olhei as jardineiras, com arbustos de goiabeiras, amoreiras, cambuís-amarelos e outras plantas. Despedida sentida, triste. Finalmente, premido pela hora que já ia adiantada, para tomar o avião, apressei o passo e deixei para sempre o apartamento 402, bloco C, Super Quadra Sul 316. Encerrou-se uma fase de minha vida, a mais feliz e produtiva. Bendigo ao Senhor!

16 abril 1990

OK 01- ABRIL- 1985
Entreguei um 1º de abril no Estenislau e na Regina, dizendo-lhes que o Roberto Mendes Franco fora escolhido para Presidente do IBDF. Cairam como patinhos. Mas as brincadeiras terminaram por aí. Mal sabia o que nos esperava à tarde.

Depois do almoço fui ao novo Ministério, onde me apresentei com o Secretário Geral Attila Goolbi. Entreguei-lhe o Projeto de Fundação, um ofício sugerindo

os seus cargos. Flávio Beir...
menos o Est...
mento. Att...
não era ainda...
das cortas...
realidades de...
como o meu...
uma designa...
este f...
exatamente...
meus princ...
preocupa m...
foem realm...

ÁGUAS POLUÍDAS
Mares, praias, lagos e rios

Harmonizar atividades

20 março 1974

À tarde recebi Carlos Celso do Amaral e Silva, chefe de Projeto 2030, do controle de poluição do Rio Paraíba em São Paulo. Combinamos providenciar para convocar os quatro Estados da bacia, aqui em Brasília, a fim de harmonizar suas atividades ali. Contou-me também das divergências entre os técnicos paulistas, sobre o problema dos esgotos em São Paulo. Faltam ainda os estudos básicos indispensáveis para equacionar bem o problema. Perguntei-lhe a respeito da cobrança de taxas sobre os efluentes poluídos. Também acha que aqui a ideia daria maus resultados como, aliás, já ocorre na Guanabara.

Avanço

25 março 1974

Recebi um telefonema de Antonio Ermirio de Moraes, de São Paulo, dizendo que já estava resolvido há um mês o problema da poluição causada pela Cia. Brasileira de Metais, referente ao zinco que poluía as águas do Rio São Francisco. Afirmou que toda a lama e os efluentes resultantes do trabalho daquela indústria não são mais jogados no rio. Boa notícia.

O papel da Sema

26 março 1974

BELO HORIZONTE, MG – (...) Esperava-me o doutor Renato Travassos, superintendente do Cetec (Centro Tecnológico de Minas Gerais). Do aeroporto fomos à sede do Cetec, onde tive reunião com o presidente Luiz de Oliveira Castro. O presidente sugeriu que a Sema comece desde já a elaborar diretrizes e normas de controle da poluição, antes mesmo de haver uma lei federal.

Do Cetec nos dirigimos à Secretaria do Planejamento, onde tive ocasião de conversar com o secretário Paulo Valadares Caldeira, juntamente com o presidente do Cetec, o engenheiro Paulo Gazzinelli e Renato Travassos. Trocamos ideias sobre o problema da poluição. Novamente discutimos a urgência de uma lei federal, indispensável para evitar competições entre Estados e municípios desejosos de atrair indústrias.

No mesmo prédio subimos mais dois andares e fomos todos nos avistar com o governador (de Minas Gerais) Rondon Pacheco. Novamente repeti a exposição que havia feito anteriormente:

- sou federalista convicto;
- o Governo Federal não deve substituir os Estados, aos quais caberá a aplicação da lei, reservando-se a ação direta da Sema para casos extremos;
- à Sema cabem as tarefas de preparar a legislação federal (em colaboração com o deputado federal do partido governista Arena-SP Faria Lima e organizações diversas) e de zelar pela coordenação de sua aplicação;
- os Estados, para obterem financiamentos destinados à compra de equipamentos contra a poluição, precisam equipar setores como pensa fazer o Cetec, pois é necessário um parecer técnico para a concessão desses financiamentos;

- o dinheiro poderá vir do BNH (Banco Nacional da Habitação) e da CEF (Caixa Econômica Federal), para os Bancos Estaduais de Desenvolvimento;
- é preciso também equipar laboratórios: o controle da poluição não deve ser exagerado, mas visar a contenção da poluição em níveis aceitáveis.

À noite nossos amigos da Fundação João Pinheiro e do Centro Tecnológico me ofereceram um jantar no Automóvel Clube. Foi muito agradável, numa sala estilo clássico, onde só estávamos nós. Troquei ideias com extrema franqueza, com o presidente da fundação e do centro, Luiz de Oliveira Castro, com os dirigentes do Cetec, Renato Travassos e Paulo Gazzinelli, com o representante do prefeito Marcos Câmara e com Fernando Soares. Disse-lhes com toda a sinceridade que a meu ver estava diante de um impasse. Desejava ter a colaboração dos Estados não só na parte técnica (Cetec), mas também no que se refere à fiscalização e imposição de sanções aos contraventores. Em Minas não havia ainda encontrado quem se dispusesse a isso, embora não houvesse ainda falado com a Comag (Cia. Mineira de Águas e Esgotos). Meus anfitriões tinham uma imensa confiança no poder, até mesmo das simples portarias feitas pelo Governo Federal. Expliquei-lhes, porém, que a União não pode obrigar o Estado a constituir um organismo controlador da poluição. Isso seria inconstitucional. É preciso encontrar uma solução, sem o que o esquema “federativo” que havia imaginado poderá falhar, numa grande parte do Brasil.

Previsão (DF)

Reuniu-se, sob minha presidência, a Comissão para o Estudo do Lago de Paranoá (Brasília). (...) Chegamos a algumas conclusões:

- A – é preciso construir interceptores para evitar que o esgoto tratado e águas poluídas entrem no lago;
- B – é necessário fazer no lago o projeto dos interceptores;
- C – é preciso retirar da bacia da represa os matadouros que estão no Riacho Fundo;
- D – devem ser ampliadas as áreas verdes, como maneira de disciplinar o crescimento da cidade.

A multiplicação das algas no lago é impressionante, e terminará em desastre ecológico, se não for contida. A estação de tratamento de esgotos aduba a água com nitratos e fosfatos; além disso, nesta época do ano a insolação é abundante. Se as algas morrerem repentinamente em grande número, sua decomposição retirará da água o oxigênio necessário aos peixes e produzirá um mau cheiro intenso. O pior é que esse desastre ecológico provavelmente ocorrerá antes do término das obras que recomendamos.

Estudo do Paranoá (DF)

De manhã, no Ministério do Interior, houve uma reunião sobre os problemas da Ceilândia, grande favela urbanizada, para a qual foram mudados, há tempos, moradores de outros lugares. Tomaram parte de nossa reunião o governador Elmo Serejo Farias (do Distrito Federal), vários de seus secretários, o presidente Mauricio Schulman, do Banco Nacional da Habitação, eu e uma comissão de moradores da Ceilândia. (...)

27 março 1974

20 agosto 1974

23 dezembro 1974

No final da reunião, falei brevemente sobre o pedido da Caesb (Companhia de Águas e Esgotos), de recursos para a execução de três projetos prontos, referentes aos esgotos de Brasília. Disse serem os mesmos indispensáveis e sugeri acrescentar também um estudo dos problemas do lago, a ser feito pela Cetesb. (...)

Durante esse final de reunião tive ocasião de dizer ao governador que as favelas estavam aumentando no Núcleo Bandeirantes, e que seria interessante estudar sua mudança para a Ceilândia. Provavelmente essa sugestão não foi ouvida, mas se providências não forem tomadas, teremos uma nova fonte de poluição do Lago de Paranoá.

Convênio para controlar

CURITIBA, PR – Pouco antes do meio-dia, fomos recebidos pelo governador Jayme Canet Jr. Sentamo-nos diante da grande mesa com várias autoridades paranaenses. Primeiro expliquei os motivos do convênio: entrosar as atividades da Sema com as da ARH (Administração de Recursos Hídricos), de acordo com a nossa linha de prestigiar e apoiar os órgãos estaduais. O governador salientou a importância do controle da poluição. Acrescentou um importante detalhe: o presidente da República sempre questiona a poluição no Paraná, especialmente no Rio Barigui, da Área Metropolitana de Curitiba. (...) Elogiei a ARH e a atuação dos seus técnicos. Talvez tenha errado ao enaltecer também o seu aparelhamento, na realidade bom, mas não sofisticado. Isso poderia desestimular o Estado a melhorar o laboratório daquela entidade. O governador referiu-se ainda ao mau estado de poluição da Praia do Cainá, na Baía de Paranaguá. A seu ver, falta naquele local a rede de esgotos.

Espumas flutuantes – Errare humanum est

Hoje a *Folha de São Paulo* publicou na primeira página uma declaração minha, que fiz ontem pelo telefone ao jornalista Dirceu, dizendo que a "chuva" de espumas ocorrida em Santana do Parnaíba (região metropolitana de São Paulo) era devida aos detergentes não biodegradáveis no Rio Tietê. Acrescentei, meio brincando, que o rio espumaria de São Paulo a Buenos Aires. Não dei muita importância a essa declaração, mas ela foi hoje publicada com destaque. De manhã a TV Globo já estava em casa, para me entrevistar.

Diante da possibilidade de se criar um "caso" internacional, imediatamente coloquei-me a campo para reorganizar tudo em seus lugares. Falei pelo telefone com vários jornalistas e expliquei – baseado primeiro em dados que obtive do engenheiro Mucci, sobre a Represa Billings – que o tempo de detenção dos detergentes não biodegradáveis nas quatro grandes represas do Tietê será suficiente para decompor esses produtos. O engenheiro Werner Zulauf, diretor da Cetesb, informou-me depois que as águas ficam detidas vários meses em cada uma dessas represas. Assim, esses detergentes nem sequer chegarão ao Paraná.

Telegrafei, sobre o assunto, ao ministro Baena Soares, do Itamaraty. Eles lá devem estar preocupados com minhas desastradas declarações de ontem. Com os esclarecimentos de hoje, a coisa pode tomar uma feição muito boa para o Brasil, pois expliquei que os detergentes chegariam a Buenos Aires se não existissem as represas do Tietê. A Argentina, como se sabe, não aprecia as mesmas. Agora está demonstrada sua utilidade para os argentinos.

A *Folha de São Paulo* criticou-me severamente pelas minhas declarações contraditórias sobre a poluição do Rio Tietê por detergentes. Obviamente eles não gostaram de ter eu mudado de opinião, quando disse depois que os detergentes não atingiriam Buenos Aires. Estou respondendo que "persistir no erro é burrice" e pode até chegar a ser desonestidade. Na primeira declaração eu não avaliara o tempo de retenção das águas nas represas do Tietê. *Errare humanum est*.

Solução técnica

BRASÍLIA, DF – (...) A grande surpresa da tarde foi a visita do senhor Carlos Milen, presidente do Sindicato da Indústria de Sabões e Detergentes do Rio de Janeiro. Veio comunicar que a empresa Sacarose Brasileira já está fabricando detergentes biodegradáveis feitos à base de um éster de açúcar. Não só o produto tem boa qualidade, segundo as cartas de técnicos americanos, como também possui enorme aceitação no mercado internacional. Toda a produção da firma já foi vendida nos próximos cinco anos! Isso abre excelentes perspectivas, no que se refere às possibilidades de proibir o uso de detergentes não biodegradáveis.

Dias difíceis

BRASÍLIA, DF – Logo após o almoço estive com o ministro (do interior) Rangel Regis. Quando me sentei à frente de sua mesa, mostrou um longo telegrama que lhe foi enviado pelo ministro do exterior, Azeredo da Silveira. No mesmo, estavam transcritos comentários dos jornais (da Argentina) sobre o caso dos detergentes que poderiam alcançar Buenos Aires. Esses comentários não eram bons. "Era lo que nos faltaba" (*La Razón*); "Tampoco (...) permitamos que nuestros principales rios se conviertan em cloacas del Brasil" (*Clarín*, entrevista de L. Ruben). O telegrama não me acusava diretamente, mas indiretamente representava forte censura. Quando li, fiquei aborrecido, pois os meus amigos do Itamaraty, que redigiram o texto, antes de fazê-lo deveriam ter discutido o problema comigo. É verdade que o telex se referia à "... retificação que a respeito fez o referido funcionário" (eu). É verdade que a censura poderia ter sido frontal, e certo que os termos poderiam ser mais duros. Mas por que não discutiram, não conversaram comigo? Se estivesse em posição mais fraca, esse telex teria me derrubado.

O ministro, muito cavalheirescamente, disse que às vezes as notícias não saem certas. Respondi que elas estavam certas e que tudo começava por um erro meu, o qual procurei logo corrigir. Combinamos que eu redigiria minha resposta sem demora. (...)

Recebi telefonema do secretário de Obras e Meio Ambiente em São Paulo, Francisco Fernando de Barros. Ele me preveniu dos esforços que certa área estava fazendo para me derrubar. Foi a segunda pessoa que me previne a respeito.

Conversei também com o repórter Seabra, do *Estadão*. O jornal acha que vou me demitir, aborrecido pela falta de poderes. Será publicado um artigo sobre os problemas da Sema. Como se vê, parece que estou mesmo enfrentando dias difíceis.

No final da tarde, entreguei no gabinete do ministro minha resposta ao telegrama do ministro do exterior. Reconheci meu erro inicial, no caso dos detergentes não biodegradáveis no Rio Tietê.

24 setembro 1975

30 setembro 1975

1º outubro 1975

2 outubro 1975

	Contei todos os meus passos para corrigi-lo, inclusive o telegrama que enviei ao ministro Baena Soares no dia 22 de setembro. Prontifiquei-me a ir a Buenos Aires para falar com Tortorelli, secretário argentino de Recursos Naturais e Meio Ambiente.
	Telefonei ao secretário Carlos Praxedes Campelo, do Itamaraty, companheiro nosso em Nairobi. Queixei-me do telex enviado ao ministro Rangel Reis, afirmando que ele poderia ter me derrubado se minha posição não estivesse forte. Disse-lhes que eles poderiam ter me chamado lá para explicar o ocorrido, ao invés de me puxarem a orelha através do ministro. Campelo afirmou que não tinham a menor intenção de me derrubar, o que sei ser sincero. A seu ver, procuraram apenas ser objetivos e um ministro precisa informar o outro. Contou-me também que hoje mandariam mais dois telex para o meu ministro com novas notícias dos jornais de Buenos Aires. Isso me deixou estarecido. Mais dois telegramas! O que pretendariam? O que eles poderiam ganhar carregando tanto contra mim? Não vão me derrubar! Não vão me ensinar nada, pois já reconheci meu erro. Só podem me desgastar, sem nenhum proveito. É uma loucura. A conversa foi amistosa. Campelo é meu amigo. Vamos ver se ele vai transmitir aos colegas o meu ponto de vista. Mandeí meu motorista entregar cópia do ofício que enviei ao meu ministro.
	Oportunidade
15 outubro 1975	Tive audiência com o ministro Rangel Reis, a quem entreguei os Projetos de Portaria sobre a Qualidade do Ar e da Água. O ministro disse que, dada a importância do assunto, iria enviar o nosso projeto a vários ministérios, ao DNOS e ao BNH. Indagou a quem mais deveria mandar. Sugeri o Ministério da Indústria e Comércio. (...)
	Ao final da audiência falei do caso da poluição do Rio Tietê e sua repercussão em Buenos Aires. O ministro disse que o presidente Geisel lhe perguntou a respeito e ele explicou o caso. O ministro não deu importância maior àquele problema e me dirigiu algumas palavras amáveis sobre a conveniência de restringir as entrevistas.
	Quando saí, fui à sala de Orlando de Almeida e Albuquerque. Ele me pediu para redigir um aviso (ofício) ao ministro das Relações Exteriores, sobre o caso da poluição e Buenos Aires. Isso mostra que a coisa não morreu de todo. Para mim, a redação desse aviso é uma boa oportunidade para explicar ao Itamaraty o que realmente aconteceu.
	Comitê Brasil–Argentina
	<i>Entrevista após coquetel oferecido pela Embaixada da Itália a integrantes da Comissão Brundtland em visita oficial</i>
1º setembro 1987	BUENOS AIRES, ARGENTINA – Fomos à noite a uma recepção na Embaixada da Itália, onde nos ofereceram um coquetel. Falei com vários ambientalistas que conhecia. Parece claro que o meio ambiente aqui não tem a mesma proteção legal e infraestrutura que no Brasil. Em seguida dei uma entrevista a um programa de TV (Século XXI). Expliquei a cooperação que havia entre o Brasil e a Argentina na Bacia do Prata, onde há um comitê dos países da região que se reúne periodicamente para examinar questões relacionadas com o recurso água.

A lição do Tâmsa

Visita para estudo de experiência internacional exitosa

LONDRES, INGLATERRA – (...) Fomos depois ao Thomas Water Authority, onde nos recebeu o chairman, Peter Black, junto com um dos seus principais técnicos. Os grandes problemas que tiveram foram causados pelos esgotos. Uma das principais tarefas foi agrupar os sistemas municipais de esgotos. Nos anos 1950, a situação chegou ao seu pior ponto. Em 1965, porém, já não havia mais trechos anaeróbios no Tâmsa. A produção de nitratos nas estações de tratamento evitou a produção de gás sulfúrico. Em 1980 terão apenas 10% da poluição de 1955, o que se deve ao funcionamento de estações de tratamento. O oxigênio dissolvido será de 4 mg/l. (...)

Há agora, em toda extensão do Rio Tâmsa, 93 espécies de peixes (residentes e não migratórios). Até 1960 não havia peixes ali, exceto enguias.

SÃO PAULO, SP – Fui entrevistado pela TV e pelo jornal O Globo. A ambos salientei minha boa impressão da tecnologia britânica, que poderá ser muito útil ao Brasil. Disse também que a recuperação do Rio Tâmsa é um exemplo de que nós também poderíamos fazer nos rios Tietê, Pinheiros e tantos outros, hoje muito poluídos. A ação brasileira deve compreender um esforço conjunto das autoridades locais e federais, como foi feito na Grã-Bretanha.

Consenso japonês

BRASÍLIA, DF – À tarde tivemos uma grande reunião com a presença dos engenheiros Barbosa e Guedes, do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica); secretário (de Obras e do Meio Ambiente de São Paulo) Francisco Fernando de Barros, presidente da Cetesb Renato Della Togna; diretor da Cetesb Werner Zulauf, Carlos Celso, além de representantes dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Discutimos a redação final de um convênio entre as entidades que operam na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, em relação aos recursos hídricos. A princípio, o acordo parecia muito difícil, mas felizmente todos concordaram que as resoluções da comissão terão que ser tomadas por consenso. Isso não vai tornar fáceis os trabalhos da comissão, mas é a única base capaz de permitir uma ação efetiva. É preciso considerar que as cinco entidades ou órgãos envolvidos já têm atribuições legais, de que não poderiam abrir mão para se submeter a um voto de maioria. Assim, a única ação possível, por englobar e obrigar a todos, é via consenso. Trata-se do sistema japonês.

Biodegradáveis

À tarde, estive na Cetesb. Mantive longa reunião com o diretor (águas) Werner Zulauf. Depois tomaram parte no encontro o diretor Nelson Nefussi e os vários coordenadores do simpósio sobre detergentes, há pouco realizado. As conclusões foram muito interessantes. Deve-se deixar de produzir detergentes não biodegradáveis dentro de cinco anos. É necessário que a Petrobrás fabrique alfa-oleofinas. O detergente LAS (de segunda geração), embora bem mais tóxico para peixes, é degradável nas próprias estações de tratamento de esgoto. A construção destas deve

7 maio 1976

21 maio 1976

16 setembro 1976

20 dezembro 1976

ser acelerada. Cortinas d'água (chuveiros), colocadas transversalmente sobre os rios, abatem e controlam o problema das espumas nos cursos d'água. A área mais crítica do País, em relação a detergentes, é a de Santos. Uma estiagem maior poderá ser suficiente, lá, para fazer as torneiras domésticas espumarem. Os fabricantes de detergentes estão de acordo com os esquemas propostos, o que é uma grande vitória. Há nesse setor uma verdadeira guerra comercial.

Em resumo, a Cetesb obteve uma grande vitória, com a realização do Seminário dos Detergentes. Isso foi muito útil para o País.

Deterioração de Araruama

3 maio 1977

BRASÍLIA, DF – Recebi hoje a visita de um deputado fluminense e os prefeitos de Cabo Frio e Araruama. Todos estão muito preocupados com a deterioração das condições ambientais da Lagoa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro. A solução do problema parece difícil, pois os loteamentos avançaram na área dos canais que ligam a lagoa ao mar. É preciso dragá-los. O secretário-adjunto da Sema, Elisimar Aguiar, que conhece pessoalmente o caso, debateu o assunto com eles. A verdade, como bem salientou, é que falta uma boa legislação de uso do solo, que impeça loteamentos tecnicamente errados.

Classificação das águas

11 maio 1977

BRASÍLIA, DF – À tarde estive sozinho (Elisimar Aguiar foi a outro compromisso) no BNH. Mantive longa conversa com o simpático diretor Alberto Klumb e com o consultor jurídico Ney. Esclarecemos algumas dúvidas sobre o convênio em estudos Sema–Abes–BNH. Para obter a aprovação da diretoria do BNH, precisam de um projeto. Basicamente, esse convênio nos dará recursos humanos para classificar os cursos d'água federais, coisa importantíssima para nós e para o País.

Tratamento sueco

8 junho 1977

ESTOCOLMO, SUÉCIA – Às 14h fui à sede do grupo Aga. (...) O vice-presidente Sten Isacson e o senhor Ulf Hallberg me explicaram o uso que estão fazendo de oxigênio puro para o tratamento de esgotos. Os tanques de aeração podem ser bem menores. Também assim pode haver mais oxigênio dissolvido no líquido, o que é importante em horas de pico. O lodo produzido nesse processo sedimenta mais facilmente. É possível ainda economizar nas bombas, pois o lodo é mais concentrado. Com oxigênio puro há uma dissolução na água mais rápida do que quando se utiliza só ar.

Escassez

Palestra no II Congresso Gaúcho de Farmácia e Bioquímica

29 agosto 1977

PORTO ALEGRE, RS – Falei sobre a poluição das águas para um auditório de umas 60 pessoas. Estava muito cansado mesmo, mas mesmo assim fui razoavelmente bem até o fim, embora sem vigor. Discorri sobre a poluição das águas. Defendi o ponto de vista de que a água é um produto escasso em várias regiões brasileiras (litoral catarinense, Curitiba, capital paulista, Belo Horizonte, Rio de

Janeiro, Salvador). Por isso, é necessária muita atenção ao problema da poluição. Do contrário nosso desenvolvimento ficará prejudicado.

Previsão confirmada (DF)

Finalmente aconteceu o que todos temiam: a eutroficação do Lago de Brasília produziu intenso mau cheiro na cidade. Para mim essa foi uma grande falha da Caesb (Companhia de Águas e Esgotos de Brasília). Eles diziam-se otimistas a respeito do lago e nada nos disseram sobre a precária situação real.

23 novembro 1978

Verba do Paranoá (DF)

Após o almoço, tive uma reunião na Sema com o embaixador Ramirez Boettner (do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o doutor Arino Lima, novo superintendente da Caesb. Acertamos como gastar algumas verbas das Nações Unidas, ainda disponíveis para o estudo do Lago Paranoá. Ficamos sabendo depois, pelo pessoal da Caesb, que 50% dos esgotos de Brasília são lançados no lago, sem tratamento, e que a situação bacteriológica é péssima. Isso foi para mim uma surpresa, pois anteriormente a Caesb me havia dito que a situação era relativamente boa. Como pode alguém esconder a verdade, num assunto tão vital? Sempre que perguntava, desde que cheguei a Brasília até uns dois anos atrás ou pouco menos, diziam que eram poucas as áreas poluídas do lago. No entanto, a poluição era quase igual à de hoje!

16 maio 1979

Despoluição + conservação

Solenidade de assinatura de convênio no Palácio Burity

No final da manhã estive no Palácio Burity, para a solenidade da assinatura de um convênio entre a Seplan e o GDF (Governo do Distrito Federal), com repasse de recursos para despoluir o Lago Paranoá. O governador me chamou para sentar à mesa ao lado dele e me passou a palavra (na condição de secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF).

21 novembro 1986

Falei da importância do ato para resolver um problema concreto, o mais grave problema ambiental do DF. Contudo, aproveitando ali a presença do ministro Sayad, solicitava a inclusão do GDF num empréstimo ambiental que a Seplan e o Banco Mundial estavam estudando. Precisávamos de recursos também para outros setores, como o da conservação (da natureza).

Estudos integrados

RECIFE, PE – De manhã fui à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Com a presença do superintendente Walfrido Salmito Filho e de uns 30 ou 40 técnicos estaduais e federais, fiz uma exposição sobre o CEEIBH (Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas), presidido por mim, e dos Comitês Executivos de Bacias. Falou também o secretário Executivo do CEEIBH, engenheiro Barbosa Pereira, sobre a atuação do mesmo no Brasil e sobre os problemas da Bacia do Rio São Francisco.

5 outubro 1979

	Praias impróprias Por que não calar
29 março 1974	SÃO PAULO, SP – (...) Após o encontro com o dr. Camal Rameh, diretor da Cetesb, conversei com o coronel-engenheiro Furquim. Disse-me estar impressionado com o índice de poluição das praias, principalmente a Praia do Sonho, em Itanhaém (4 mil coliformes por litro d'água).
10 abril 1974	Durante a viagem (desde Brasília), conversei longamente com o coronel Rubens Resstel, do Estado-Maior do Exército. Expliquei minha posição sobre a poluição das praias: não podia permanecer calado sabendo, através dos técnicos, que os índices de poluição de certas praias atingiram níveis de 100 a 120 vezes maiores que o máximo admitido em geral no mundo.
	Entrevistas de alerta, risco calculado
11 abril 1974	De manhã dei uma entrevista à TV Globo e ao <i>Jornal do Brasil</i>, sobre a poluição das praias. Na TV disse que havíamos levantado a questão para não errar por omissão. Acrescentei que estava sendo feito um grande esforço (interceptores oceânicos) para controlar a situação. Ao <i>Jornal do Brasil</i> declarei (por escrito) que preferia ver alguns milhares de cidadãos preocupados a ver outros milhares doentes. Minhas declarações sobre a poluição das praias explodiram como uma bomba. Hoje a <i>Folha de São Paulo</i> publicou na primeira página meu pedido de interdição. Felizmente já começaram também a surgir declarações de médicos e de outros técnicos confirmando a poluição das praias e explicando os seus perigos. O que me preocupa no momento são as consequências do caso nos altos escalões. Como reagirão os governadores, o ministro, o presidente? O que poderá significar tudo isso para o futuro da Sema? Na parte técnica e humana da questão, estou tranquilo. Não disse nada que não correspondesse à realidade. A poluição de certas praias existe mesmo e chega a ser impressionante. Ficar quieto seria inadmissível, pois está em jogo a saúde de milhões de pessoas. Nunca imaginei, porém, a repercussão que o caso alcançou nestes dois últimos dias: Receio até que considerem minha atitude como estrelismo. Após as entrevistas, seguimos de carro para a fazenda. Na São Quirino, à noite, assisti minha entrevista na TV Globo. Infelizmente cortaram a parte na qual eu me referi à construção dos interceptores oceânicos do Rio e de São Paulo, bem como à atuação do BNH ao financiar as estações de tratamento de esgotos.
	Surto de hepatite
14 abril 1974	(...) Preocupa-me a reação que poderei encontrar em Brasília contra o que poderia ser erroneamente visto como estrelismo de minha parte. Contudo, a situação das praias é séria e o meu brado de alerta pode ter salvado muita gente da contaminação e até mesmo da morte. Thereza, minha cunhada, conversou com um médico sobre o assunto. Este disse-me que ele e seus colegas estão familiarizados com o surto de hepatite que surge na volta das férias.

Informações, orçamento e primeiro resultado

Às 17h conversei longamente com o presidente da Cetesb, engenheiro Octacílio Alves Caldeira, e depois com o engenheiro Camal Rameh, sobre o problema de poluição das praias em Santos. Os esgotos de Santos, quando a cidade está cheia de turistas, não aguentam a carga e são jogados nos canais que cortam a cidade. Também, quando chove muito, o mesmo ocorre, certamente porque as águas da chuva invadem o esgoto das casas. Além disso, há ligações clandestinas. A água vinda do estuário do porto também está contaminada e constitui perigo para a região da Ponta da Praia. Esses são os fatos básicos, como me explicaram.

Quanto à contaminação da água do mar pelo vírus da hepatite, pouco se sabe a respeito de sua persistência. O engenheiro Octacílio é contrário à interdição das praias. Pensa que simples avisos (tabuletas) de advertência são suficientes. Quanto a dados numéricos sobre a contaminação das praias santistas, não os pedi, pois os mesmos pertencem à Sabesp. Contudo, solicitei um orçamento para a Sema sobre o exame das águas de praias de vários Estados. Expliquei que pensava em fazer, mensalmente, um boletim com dados sobre o meio ambiente, informando, entre outras coisas, quais as praias em estado sanitário satisfatório.

O engenheiro Camal Rameh disse que o prefeito de Itanhaém, com o qual ele esteve, vai fazer obras de emergência para sanear a Praia do Sonho. Como se vê, é o primeiro resultado concreto e positivo de minha campanha contra a poluição beira-mar.

Branca nuvem

Retornando ao Ministério, no final da manhã, conversei com Henrique Cavalcanti. Contei-lhe do meu receio em parecer “vedete”, com toda essa onda sobre a poluição das praias. Ele sorriu e disse que o secretário da Sema precisava mesmo aparecer. Indaguei sobre a possibilidade de financiarmos um estudo sobre a poluição de nossas praias. Achou viável a ideia. (...) Nunca pensei que a coisa fosse passar assim “em branca nuvem” favorável.

À tarde consegui mais informações sobre as praias de Santos. Em consequência, telegrafei novamente ao governador Laudo Natel, sugerindo que, “em face de novos estudos”, fossem interditadas apenas a Ponta da Praia e a região próxima aos canais (200 metros de cada lado). Isso torna a interdição mais exigível.

Sem oposição

SANTOS, SP – Às 11h segui para Santos, onde cheguei à sede da Prefeitura às 12h30, como havia combinado. O prefeito Antonio Manuel de Carvalho logo me recebeu, ao lado de seu secretário da Saúde. Ao contrário do que esperava, não encontrei a oposição frontal que os jornais me faziam prever. O prefeito teria declarado, mais de uma vez, que os canais que desembocam nas praias santistas não estariam poluídos. Essa declaração estava em total desacordo com a realidade. O pior é que o público poderia, baseado nesta opinião, não se precaver contra esse perigo. Aliás, foi este o motivo que me levou a telefonar de Cuiabá ao *Jornal da Tarde*, contraditando expressamente o prefeito (o telefonema foi reproduzido em segundo clichê pelo jornal). (...)

15 abril 1974

15 abril 1974

23 abril 1974

26 abril 1974

A posição do prefeito, para minha surpresa e satisfação, foi a seguinte: o problema é da alçada federal e estadual. Ele nada tinha com isso, pois não policiava as praias, nem controlava os canais ou os esgotos. Para a Sema essa atitude foi muito boa, pois evitou um possível foco de atrito. Declarei ao prefeito que iria entregar o problema da determinação dos lugares bons e ruins da praia à Cetesb, tão logo regressasse a São Paulo. Minha preocupação era resolver a questão tecnicamente. O secretário da Saúde encarou o problema com objetividade e não contestou o que falei.

Calamidade no Rio

Às 14h30, cheguei ao Instituto de Engenharia Sanitária da Guanabara, onde fui recebido pelo seu diretor, José de Santa Rita. Fez-me uma exposição sobre as atividades do IES, e em seguida me levou para assistir filme sobre poluição no Rio de Janeiro. (...)

O chefe da Divisão de Controle da Poluição, mostrou-me um gráfico, de 1971, que me deixou muito impressionado. Embora a Praia de Ramos seja destaque entre as demais da Guanabara, como a mais poluída, as praias da zona sul (Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon) também têm índices altíssimos, por volta de 10 mil ou mais coliformes fecais (índice máximo geralmente aceito: mil coliformes fecais) por determinada unidade de volume de água. Diante dessa verdadeira calamidade pública, não se pode mais pensar em interditar praias, a não ser áreas pequenas, piores. Para fazer uma interdição, como seria desejável, teríamos talvez que dobrar os efetivos da Polícia Militar. Seria necessário impedir o banho de mar em quase todas as praias cariocas (a Barra da Tijuca não foi examinada), o que daria lugar a intermináveis conflitos. Em resumo, a interdição total de praias é ideia completamente inexequível. Outra coisa que me deixou perplexo foi ouvir que o índice de tolerância admitido no Rio ultrapassa de muito, mas muito mesmo, as normas internacionais geralmente aceitas. Disse francamente que não concordava com tal amplitude de critério.

Choque: SP não interdita

1º maio 1974

Hoje estourou uma verdadeira bomba: os jornais publicaram um comunicado das Secretarias de Obras e da Saúde do Estado de São Paulo, afirmando que há 10 anos as condições das praias santistas continuam as mesmas, e que não houve aumento na incidência de moléstias contagiosas devido aos banhos de mar. Em termos corteses, disseram também os secretários que estavam colhendo informações, clorando canais e advertindo os frequentadores das praias sobre os mesmos.

Depois, disseram que encaminhariam à Sema os dados obtidos. Embora o comunicado fosse sóbrio e reservado, baseadas nisso, as manchetes dos jornais diziam não haver poluição, que não existia razão para alarme e que o governo decidira não interditar as praias. Em relação à minha pessoa o comunicado foi atencioso. Contudo, fiquei chocado com a minimização da poluição feita ali, e que provocou manchetes desastrosas para a saúde pública.

Desejoso de comparar minhas impressões com as de outras pessoas, telefonei a Camal Rameh (diretor da Cetesb), que também apresentou a mesma reação que a minha. Não compreendia como pôde acontecer uma coisa dessas. Na sua opinião, o governador não tem conhecimento de toda a extensão do problema.

O inexequível, o necessário e o lastimável

No início da tarde recebi os principais jornalistas credenciados no Ministério (do Interior, ao qual estava subordinado a Sema). Ponderando bem as palavras, repeti o que dissera ontem ao *Jornal da Tarde*, e que ainda não fora publicado na edição de hoje. Acrescentei alguma coisa mais, como o fato de que chegara à conclusão de que a interdição de grandes extensões de praia era inexequível, pois a Polícia Militar não tinha os efetivos necessários para isso. Contudo, achava necessário interditar os lugares onde os esgotos são lançados nas praias (o que também dissera ontem). Os jornalistas, unanimemente, apoiaram – me e gostaram do que falei. Soube, depois, que disseram palavras amáveis a meu respeito ao assessor de imprensa do ministro. Vamos ver agora no que dará essa tempestade. Ficar calado seria permitir a contaminação de centenas ou mesmo de milhares de pessoas. É uma lástima que minhas palavras irão prejudicar muita gente que vive do comércio em Santos. Mas há momentos em que é preciso fazer escolhas.

2 maio 1974

Os exames e a balneabilidade

De manhã, dei uma entrevista ao jornal *Última Hora* e outra à TV2-Cultura. Assunto: poluição das praias de Santos.

7 maio 1974

Encontrei-me, no Instituto de Biociências da USP, com meu colega Samuel Murgel Branco, professor universitário em São Carlos (USP). Samuel veio propor a elaboração de um convênio para utilização de recursos do Ministério de Indústria e Comércio, através da Sema, para pesquisas relacionadas com o tratamento de esgotos. Disse-me que poderão realizar exames sobre a presença de bacilos colifecais, coisa que poderia nos interessar eventualmente, se não pudermos contar com a Cetesb. Esta – sabemos – poderia talvez receber ordens para não executar nosso plano de amostragem nas praias.

Samuel pensa que talvez nossos padrões de balneabilidade tenham que ser mais severos do que os de países desenvolvidos, pelo fato de termos aqui maior índice de pessoas doentes, consequência do subdesenvolvimento. Sobre a cloração das águas, salientou a importância de terem pouca matéria orgânica, pois esta “utiliza” o cloro disponível. Referia-se à sujeira existente nos canais de Santos. Realmente, trata-se de um detalhe importante, no plano de emergência para controlar lá a situação.

Durante a tarde, li uma publicação muito boa, do Governo francês, sobre a poluição. Esclarece que, embora seja difícil provar a contaminação por hepatite da água do mar, devido ao período longo de incubação (cerca de 40 dias ou mais), outras infecções, como as de pele, ouvidos, nariz, garganta e olhos, ocorrem comumente em banhistas que estiverem em águas marinhas poluídas. Parece certo também, por essa e por outras publicações que tenho lido, que há muitas divergências entre os técnicos a respeito dos padrões de balneabilidade das águas do mar. Acredito, porém, que, enquanto a questão não estiver melhor esclarecida, é preferível errar por prudência do que por imprudência. Em termos práticos, é melhor aceitar os índices norte-americanos que a permissibilidade de outros técnicos, principalmente se considerarmos que aqui as possibilidades de contágio parecem maiores (mais gente doente, mais tempo dentro d’água).

Motivo de contentamento

23 maio 1974

Ao chegar ao ministério encontrei-me com o ministro Rangel Reis. Falamos sobre a poluição das praias santistas. Duas vezes felicitou-me sobre a minha atuação nesse caso. Isso foi para mim motivo de grande contentamento, pois ainda não tinha uma palavra expressa do ministro sobre esse assunto, no qual estou profundamente empenhado.

A poluição em Recife

15 julho 1974

RECIFE, PE – (...) Depois, sempre com Alfredo Arruda, entrevistei o presidente da Comissão Estadual do Controle da Poluição das Águas, o químico industrial Niceas Arcoverde Gusmão. (...)

Quanto às praias, Niceas pôs as cartas na mesa e mostrou os seus dados, ao contrário do que até agora ocorreu no Rio e em São Paulo. No porto de Maria Farinha, na praia do mesmo nome, em Olinda, o índice de coliformes fecais vai a 92 mil/100 ml. Contudo, a apenas 500 metros mais ao norte, o índice cai para 200/100 ml. Na Praia do Jonga, após Olinda, há 92 mil/100 ml. Em Boa Viagem a situação é boa, exceto na ponta N, onde está Brasília Teimosa. Ali o índice é de cerca de 200 mil/100 ml, mas já adiante do nº 680 da Avenida Boa Viagem o número cai para 200/100 ml. O presidente Nicéas explicou que as águas pluviais não são lançadas na praia, mas no lado oposto, razão pela qual a qualidade da praia é boa. Contudo, em Piedade e Candeias (região metropolitana) ainda não há rede de esgotos. Estão preparando um sistema de fossas sépticas, que farão algum tratamento. Em seguida as águas serão lançadas num rio que corre mais atrás, após serem cloradas. Duvido que essa cloração seja muito eficiente, por causa da grande quantidade de matéria orgânica, mas o fato de não irem diretamente ao mar, já é uma grande coisa.

Sanear Fortaleza

27 agosto 1974

Recebi a vista de Raimundo Hermes Pereira, diretor comercial e financeiro da Cia. de Água e Esgoto do Ceará. Veio mostrar-me o plano de saneamento de Fortaleza, principalmente no que se refere à construção do interceptor oceânico e do emissário submarino. Eles precisam de recursos e fundo perdido, da ordem de uns 25 milhões por ano. Com isso coletariam o esgoto de 65% de Fortaleza e resolveriam o problema das praias poluídas. Vou ver se consigo obter esse dinheiro. Hoje o ministro acenou com a possibilidade de conseguir 600 milhões para a Sema (Iago de Brasília) e para a Defesa Civil.

Ostras

25 setembro 1974

Hoje *O Estado de S. Paulo* publicou notícia segundo a qual as autoridades sanitárias e as do Instituto de Pesca estiveram reunidas para propor medidas relativas ao caso das ostras. Os exames realizados pelo Instituto Adolf Lutz confirmaram o que eu havia declarado: as ostras estavam mesmo contaminadas. Vamos ver agora se essas medidas serão eficientes. A primeira delas é a proibição de guardar ostras perto de efluentes de esgotos. É incrível que isso tenha acontecido. Se não fosse o meu grito de alarme, tudo continuaria na tranquila ignorância de sempre: quantas pessoas se contaminariam através dos anos? Nunca saberemos.

Crianças nos canais

Após o almoço, os jornalistas vieram ao meu escritório em busca das normas e padrões para a classificação das praias. Assinei a primeira portaria da Sema na frente deles. Esse momento culminou meses de esforços, estudos, reflexão. Distribuí também as quatro páginas e meia da exposição de motivos, que explica por que chegamos aos índices e normas que figuram na portaria.

Outro dia na fazenda. Jantamos com os amigos dos filhos. Vi na TV Globo um *vídeo-tape* mostrando crianças brincando na água (contaminada) dos canais de Santos. Assim não é possível continuar. Fiquei muito impressionado. Apesar de tudo o que fizemos a situação permanece a mesma de um ano atrás. É necessário fazer algo para sairmos desse impasse. Será que não bastam os alertas que temos dado? Aparentemente as crianças não são atingidas pelo noticiário sobre a poluição.

Por volta de 5h30, acordei pensando no que vi ontem na TV. Levantei-me e redigi um telegrama ao governador Laudo Natel, que o Mauro enviou naquela manhã mesmo. Solicitei que, ao menos nos canais, o policiamento das praias impeça o banho, para proteger a saúde de crianças e de outras pessoas.

Imperativo de consciência

BRASÍLIA, DF – Pela manhã, ao telefone, soube ter havido grande extravasamento de esgotos em Santos e São Vicente, devido a um acidente. Fiquei estarecido ao saber que o público não fora avisado. Falei com o secretário Francisco Fernando de Barros e com Klaus Reinhardt, da Sabesp. Senti claramente que eles não divulgariam o ocorrido, achando sinceramente que tudo estava sob controle. Para avisar os frequentadores das praias, chamei a Imprensa e relatei o fato. É um imperativo de consciência.

(...) Quando voltei ao Ministério, distribui à Imprensa uma nota da Sema, a primeira que emiti até agora. Nela coloquei os pingos nos "is". Reafirmei ter havido intensa poluição em Santos e São Vicente, em decorrência do rompimento do emissário de esgotos, os quais foram lançados diretamente nas praias, sem aviso à população. Fiz também alguns elogios às obras da Soma (Secretaria de Obras e Meio Ambiente) e da Sabesp, que visam corrigir a situação com um novo emissário submarino em construção.

O impacto de minhas declarações de ontem foi tremendo. O prefeito de Santos, Manuel de Carvalho, telefonou-me aborrecido com as minhas advertências que, segundo ele, prejudicam a cidade justamente na época da alta temporada. Expliquei que era nessa estação que a poluição se agravava, devido à grande população flutuante que se dirige à cidade. Reiterei que a situação era séria. (...)

Recebi também um telefonema do secretário de Obras e Meio Ambiente de São Paulo, Francisco Fernando de Barros. Ele não estava nada satisfeito com as minhas declarações, mas conversamos amigavelmente. Infelizmente, as informações que ele tinha não eram muito exatas. Ele pensava,

sinceramente, que o acidente era de pequenas proporções. Disse-lhe que discordava, mas que não podia revelar os nomes dos que me informavam. Esse é um segredo que protegerei zelosamente. Ele apenas sabe que se trata de técnicos.

Passei à tarde toda cuidando dos problemas relacionados à poluição das praias de Santos. Estou numa batalha e preciso conduzi-la bem. Um passo em falso e será o meu fim. Acredito que muitos estão esperando por isso.

Falei também com um dos técnicos da Cetesb. Ele me disse que a contagem dos coliformes chegou a 350 mil em São Vicente!! Isso mostra novamente que estávamos rigorosamente certos ao levantar o problema. Brada aos céus pensar que técnicos da Sabesp tinham mantido a coisa em segredo, sem se preocupar com os gravíssimos perigos que os banhistas corriam. É incrível! A situação é pior do que eu imaginava. Informei ao técnico da Cetesb que o seu nome será mantido em sigilo. Pedi-lhe para fazer a informação chegar logo ao secretário de Obras e do Meio Ambiente, para que ele conheça a situação real através de um dado estarrecedor.

Águas de recreação

2 janeiro 1976

BRASÍLIA, DF – Redigi o texto da nova portaria sobre a classificação das águas de recreação. Haverá apenas duas classes básicas: própria e imprópria. As águas próprias serão, por sua vez, classificadas nas seguintes subcategorias: aceitável, boa, muito boa, excelente. A subcategoria aceitável deve ter de 200 a mil coliformes fecais por 100 ml, em pelos menos quatro de cinco amostras. Acima disso, a água passa a ser considerada imprópria. Há muita confusão nesse assunto, por falta de dados epidemiológicos mais seguros.

15 janeiro 1976

Hoje o ministro do Interior Rangel Reis assinou a Portaria Sobre a Qualidade das Águas. Considero isso um verdadeiro marco, na nossa luta legislativa. Pouco antes de ele assinar, (...) descobri um erro importante: ao invés de 20 mil coliformes totais, limite para o tratamento convencional da água, estava escrito 200 mil!

Um crime espantoso

2 fevereiro 1976

Às 18h fui à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e falei com o seu presidente, Klaus Reinhardt. Essa visita teve como objetivo remover prováveis dificuldades de relacionamento Sema/Sabesp, após a dura polêmica sobre a poluição das praias. (...)

Acredito que, deste modo, estão superadas as cicatrizes e arranhões causados pela polêmica sobre a poluição das praias. Nossa vitória final, nessa discussão, ocorreu há uns dez dias atrás, quando o governador Paulo Egydio Martins, que admiro por sua sinceridade e idealismo, foi inspecionar as praias de Santos e declarou que nem era preciso fazer exames. Bastava olhar para constatar a poluição das águas. À Sema, porém, não interessa falar em vitória. O importante, agora, é reunir todos e tocar para frente a luta contra a poluição. A tarefa hoje é apagar ressentimentos.

Klaus contou um fato espantoso. Na área servida por rede coletora de esgotos, em São Paulo, entram 9 m³/seg de água potável. Contudo, sai somente 1 m³/seg, na rede de esgotos. Ele mandou

verificar e constatou que em certos pontos, onde há interferência no traçado, o coletor de esgotos é simplesmente despejado nas galerias de águas pluviais! Cerca de 4 m³/seg de esgotos têm esse fim! É um verdadeiro crime de firmas empreiteiras que fizeram isso para facilitar o seu serviço.

Cordão de isolamento e demagogia

COSMÓPOLIS, SP – *O Jornal da Tarde* noticiou o fracasso da interdição da Praia do Gonzaguinha, em São Vicente. Os banhistas não respeitaram as placas e tabuletas de advertência, nem os avisos dados pessoalmente (...). Isso me deixou profundamente aborrecido, pois é difícil ajudar a quem não quer ser ajudado. A tanto pode a ignorância e a burrice humanas. Pensei em ir a São Vicente, mas não consegui me comunicar com a Prefeitura para combinar um encontro com as autoridades municipais.

À noite vi o prefeito Jorge Bierrenbach Senra, no “Jornal Nacional” da TV Globo. Ele abordou corajosamente a questão e disse estar disposto a cercar a praia com cordões de isolamento. Vai, portanto, prosseguir na luta para preservar a saúde do povo. É uma atitude rara, que me surpreendeu. Hoje de manhã parecia que o caso não tinha saída e que nossa sugestão inicial, favorável à interdição, fracassara redondamente.

BRASÍLIA, DF – Estive após o almoço com o engenheiro Jorge Bierrembach Senra, prefeito de São Vicente. Também jantei com ele, em meu apartamento. Jorge teve a grande coragem de enfrentar grandes forças e afixar quatro enormes tabuletas, na Praia do Gonzaguinha, chamando a atenção para o perigo da poluição lá existente. Sua ação equivaleu à interdição da praia. Segundo me disse, 2/3 das pessoas respeitaram a proibição. Trocamos ideias sobre o assunto e os planos (do Estado) para melhorar a situação. Ele está estudando a possibilidade de colocar cordas para isolar a praia, do mar. É partidário da fixação, pela Sema, de índices que tornem obrigatória a interdição. Disse que apoiávamos a sua atitude corajosa nesse caso difícil. O pior é que as perspectivas para melhorar a situação em São Vicente não são boas nem a curto, nem a médio prazo, pelo descaso que o Estado teve pelo assunto durante anos.

De manhã fui a São Vicente, onde me encontrei com o prefeito Jorge Bierrenbach Senra. Fomos juntos à Praia do Gonzaguinha, onde muitos jornalistas nos esperavam. Dei uma entrevista aos mesmos e falei também na TV Cultura e TV Globo. Aplaudi a interdição da praia pelo prefeito, que ao longo dela estendeu cordas para impedir o acesso de banhistas ao mar. Disse que o Brasil estava ameaçado pela cólera e que a interdição daquela praia, a pior do Brasil (bacteriologicamente), poderia contribuir para prevenir o aparecimento dessa enfermidade. Não só isso é verdade, como também a divulgação do assunto ajudará, a meu ver, a fortalecer a posição do prefeito. Durante as entrevistas, vários populares se manifestaram, uns a favor, outros contra. Aparentemente, porém, a maioria estava ao lado do prefeito. A interdição foi respeitada, o que muito me satisfaz. (...)

O jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou sua última página ao caso da interdição da Praia do Gonzaguinha. Num curioso comentário a meu respeito, afirmou: “Paulo Nogueira Neto, que visita hoje São Vicente, conseguiu ser a autoridade mais detestada em toda a Baixada Santista nos últimos dois anos. Políticos, comerciantes, hoteleiros, membros de clubes, boa parte da população e mesmo alguns médicos – ainda não convencidos da poluição das praias e dos perigos que ela pode

1° março 1976

4 março 1976

13 março 1976

trazer à saúde – costumam usar estas expressões ao se referirem a Paulo Nogueira: ‘É um louco, irresponsável, demagogo, interessado em desmoralizar nossas cidades.’”

15 março 1976

(...) Falei (na Cetesb) com o secretário de Obras e Meio Ambiente de São Paulo, Francisco Fernando de Barros, sobre a poluição das praias. Ele é contra a divulgação dos números da poluição das águas (índices em coliformes fecais). Entende que isso proporcionaria agitação social em Santos, uma vez que os índices estão péssimos. Discordei desse modo de pensar. Precisa ser mostrado o que o Governo está fazendo. Francisco concorda em divulgar a classificação, o que já é uma grande coisa, mas penso que anunciar os índices seria muito útil. Do contrário, não haverá real estímulo para providências drásticas que poderão ser necessárias, como a eventual interdição de certos locais.

24 março 1976

BRASÍLIA, DF – Na entrevista com os jornalistas que estiveram conosco, Francisco Fernando de Barros disse que a interdição da Praia do Gonzaguinha era decisão federal. Ele a aceitava. Não falou nada a favor, mas a aceitação de nossa atuação no caso representa para nós grande apoio.

Índice europeu

Estudo dos padrões de controle da poluição nos laboratórios mantidos pelo Governo da Grã-Bretanha

5 maio 1976

STEVENAGE, INGLATERRA – Visitei no Water Research Center vários pesquisadores e vi os mostruários de suas pesquisas. Sobre a poluição marinha, explicaram-me que embora não existam ainda índices coliformes obrigatórios, estes serão adotados em consequência de uma resolução do Conselho da Comunidade Europeia. São menos severos que os nossos índices, permitindo 2 mil coliformes fecais por 100 ml, em 80% das amostras, como guidelines, mas permitem também 200 coliformes fecais em 95% das amostras, o que é mais severo que nossos padrões. (...)

Caso sério em Santa Catarina

4 agosto 1976

BRASÍLIA, DF – À tarde estiveram comigo dois técnicos catarinenses da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente. Mostraram um relatório muito bom sobre as praias de Camboriú, Cabeçudas e outras, em Santa Catarina. Em certos dias, e em certos lugares, a praia fica com 240 mil coliformes fecais por 100 ml. Isso é muito sério! Além disso, é preciso considerar que a amostragem foi realizada fora da estação de veraneio. Os prédios têm os seus esgotos ligados às galerias de águas pluviais, que despejam nas praias. Nos dias chuvosos, a situação piora. Contudo, todas essas praias têm lugares bons, onde os despejos não são feitos diretamente no mar. Atrás de Camboriú, há dois ribeirões, que recebem esgotos, o que é um mal menor.

Felizmente, o governador do Estado de Santa Catarina, o vice-governador e os secretários de área estão preocupados com a situação. Isso é raro no Brasil. Vamos enviar um técnico da Cetesb para examinar lá o que deve ser feito a curto prazo. Só em 1980 será construída a rede de esgotos.

Águas muito poluídas. Na Suíça

Passeio de automóvel pela estrada Genebra-Lausane

No lugar chamado Creux de Genthod, vi uma tabuleta que dizia: “Proibido nadar. Águas muito poluídas”. Vê-se, portanto, que a poluição bacteriológica é objeto de atenção neste país, e que não se procura escondê-la, como em certos lugares da Federação Brasileira, bem conhecidos... Realmente, não tem sentido jogar o lixo debaixo do tapete, na esperança de que os turistas sejam um bando de idiotas, incapazes de perceber a poluição.

Transparência

(...) Passamos por Cabeçudas, onde ainda há intensa poluição nas praias (segundo Idaulo me informou). Ouvi o governador indagar sobre tabuletas de aviso nas praias impróprias para o banho. Em Cabeçudas roubaram esses avisos. Disse ao governador que o cumprimentava pelo seu ato de coragem, raríssimo entre nós, de sinalizar as praias mais poluídas.

Em Balneário Camboriú, fomos até a lagoa de oxidação (na qual os efluentes são decompostos por bactérias na presença de oxigênio) construída pelo Governo do Estado em colaboração com a Prefeitura, Sema e empresas locais. Num palanque armado ao lado da lagoa, discursaram várias autoridades. Quando chegou a minha vez, falei do meritório esforço do governador Konder Reis ao procurar resolver o seríssimo problema da poluição da Praia de Camboriú e da sua coragem cívica de enfrentar pessoalmente o problema. Quando foi a vez do governador falar, ele elogiou-me longamente, o que me deixou muito sem jeito. Para mim, ser elogiado é fonte de constrangimento. Gosto do que estou fazendo. Não sinto nisso nenhum mérito especial, mas apenas a satisfação de contribuir para a preservação do meio ambiente, um dos ideais pelos quais estou disposto a lutar até o fim. É uma grande missão.

Vibrião de cólera

BRASÍLIA, DF – Foi descoberto em Santos um vibrião de cólera. Isso significa que a doença já está aqui, ou que há algum indivíduo portador entre nós. Penso que é preciso interditar as praias mais poluídas de Santos e não apenas as proximidades dos canais de drenagem. Declarei aos jornais que seria preciso usar a Polícia Militar para cumprir a interdição, mas parece que isso não foi feito. Imagino que agora, mais do que nunca, há uma oportunidade para que todos compreendam a necessidade de controlar a poluição das praias.

Emissário submarino

RIO DE JANEIRO, RJ – Não fui sequer convidado para a inauguração do Emissário Submarino de Santos, apesar de ter sido eu quem levantou, em grande escala, o problema da poluição das praias de Santos. Contudo, *O Estado de S. Paulo* publicou só as minhas declarações sobre o acontecimento, e fez isso na primeira página. Não apresentou outras entrevistas.

21 junho 1977

29 janeiro 1978

05 maio 1978

21 julho 1978

Coleta na Praia Grande

2 fevereiro 1990

Reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), no qual tomei posse como representante da USP. Aprovamos os planos para esgotos e emissários submarinos na Praia Grande (município vizinho a Santos), embora não fossem projetos detalhados. Mas eram urgentes. Pedi a inclusão de ressalvas, a serem registradas em ata, obrigando que a conclusão de estudos técnicos determine o grau de tratamento necessário.

Metais pesados na Baía Miséria e calamidade

1º março 1975

SALVADOR, BA – (...) Fomos visitar a fábrica. É impressionante como possa ser retirado um pigmento tão branco (dióxido de titânio) de um mineral tão negro (ilmenita). Em certos lugares, o sol fica refletindo no pigmento existente sobre as paredes e o chão ofusca tanto que quase não conseguimos manter os olhos abertos.

Levaram-nos à beira-mar, no local onde estão sendo estendidos (e já funcionando) os tubos de plástico que levam os efluentes ao oceano. Por infelicidade da Tibrás, estávamos num dia em que a poluição vinha até a praia. Numa faixa de vários quilômetros, até onde podíamos ver, o mar se apresentava com um aspecto barrento, devido ao sulfato ferroso dos efluentes. Realmente, essa poluição é relativamente grande e poderá se tornar calamitosa quando a fábrica for triplicada. (...) Encontramos, porém, muito boa vontade no estudo de uma solução.

2 março 1975

De manhã fomos ao Bairro dos Alagados, onde vimos as incríveis palafitas, abrigando milhares de pessoas. São várias favelas construídas sobre um mangue, em cima de milhares de estacas. A poluição e a miséria devem ser das maiores. Nas proximidades, em Lobato, vi crianças se banhando numa "praia", quase defronte à pequena Igreja de Nossa Senhora das Dores. Elas me disseram que ali tomam banho de mar muitas pessoas, quando a maré está alta. Nunca vi mar mais poluído. Além de escuro, podia ser notado com facilidade o óleo que sobrenadava. Como a maré estava baixa, nas grandes extensões agora emersas, viam-se pessoas procurando e desenterrando moluscos, para comer! É necessário verificar com urgência se eles estão contaminados com mercúrio, em face à presença desta substância nos efluentes da CQR (Companhia Química do Recôncavo).

Autoridades escondem gravidade

8 abril 1975

À noite, preparei o expediente do dia seguinte para alertar as autoridades sobre a poluição por mercúrio. Li cuidadosamente os dados dos exames da Cetesb e fiquei horrorizado com a gravidade da situação. Estamos numa situação equivalente à que houve na Baía de Minamata, no Japão.

9 abril 1975

Recebi telefonema do doutor Edson Pita Lima, secretário do Planejamento da Bahia. Ele está temeroso de que a divulgação do fato venha a prejudicar a instalação de novas indústrias na Bahia. Procurei desfazer seus receios. Não vejo problema nesse sentido, mesmo porque a CQR (poluidora) é uma indústria obsoleta. De qualquer modo, afirmei que tinha a responsabilidade do meu cargo

e que não poderia deixar de divulgar o perigo. Contudo, estava de acordo em fazer isso após uma reunião a ser feita na Bahia, depois do que explicaríamos que o Governo estava tomando as medidas necessárias. O secretário Lima concordou comigo. Disse que o governador estava ausente e que desejava, antes da divulgação, saber a opinião dele. Acho bom ouvir o governador Roberto Santos, que é um homem ponderado e esclarecido.

Falei ao telefone com o almirante Pereira Lyra, secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar. Ele também acha que não podemos deixar de divulgar o fato, pois isso é nosso dever. (...)

Telefonou-me Irundi Edelweiss, do Ceped (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento) da Bahia. Pediu para não divulgar os resultados dos exames, mas concordou em examinar a possibilidade de responder à CQR. Irundi deve estar no meio de um tiroteio, mas ele sabe que a situação é gravíssima e tomará as providências que forem necessárias.

Em resumo, há os que desejam a solução clássica e generalizada de tentar evitar problemas não divulgando as coisas. E há os que acham que é preciso contar os fatos, para poder resolver os problemas. O almirante Lyra e eu estamos de acordo com essa última orientação, que achamos mesmo ser o nosso dever.

(...) No aeroporto, cinco jornalistas amigos nos aguardavam para uma entrevista. (...) Contei, também, que o caso da poluição por mercúrio, na Baía de Todos-os-Santos, estava sendo estudado por autoridades nossas, do Estado e da Marinha. Hoje, minha maior preocupação é motivar as autoridades em torno do problema e ao mesmo tempo dizer algo à Imprensa, para criar, assim, o fato irreversível de que a questão existe e precisa ser solucionada. Temo que a turma do "deixa disso" ainda faça um esforço para encobrir os fatos, o que significaria a morte e o sofrimento de muitas pessoas em benefício de uma miragem falsa como todas as miragens de proteção ao desenvolvimento.

Aviso aos navegantes

Telefonei a Carlos Celso, que me informou de sua missão na Bahia. Não encontrou muita compreensão lá para o problema. Ainda prevalece o ponto de vista de que seria pior anunciar a situação. Ele disse, porém, que eu divulgaria a poluição que estava ocorrendo.

O secretário da Saúde da Bahia está disposto a verificar o estado da população local. Impressionou-se com os dados. O Ceped está preocupado.

As notícias trazidas por Carlos Celso me deixaram deprimido. Provavelmente pouca coisa se fará, a não ser que a opinião pública pressione, ou que a Marinha aja com energia, o que é uma de nossas grandes esperanças.

Nesse jogo de xadrez, em que na realidade estão sendo jogadas vidas humanas, telefonei a Rogério Marinho, diretor de *O Globo*, e contei a verdade. Ele vai publicar amanhã uma notícia na primeira página. Escrevi também cartões para serem entregues com urgência a amigos meus no *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil*. Quando a notícia estiver nas ruas, ninguém mais segura a coisa. Chega de empurrar o lixo para debaixo do tapete!

(...) À tarde, embarcamos para o Rio, de onde seguiremos à meia-noite para Nairobi, no Quênia, via Johannesburgo, na África do Sul. No avião, li uma reportagem da revista *Veja*, com uma notícia grande sobre a poluição por mercúrio na Bahia. A matéria dizia que eu terei posição firme no caso. Achei isso um ótimo “aviso aos navegantes”.

Primeiras providências e queixas

6 maio 1975

BRASÍLIA, DF – Almocei em casa com Carlos Celso. Conversamos longamente sobre os problemas relacionados com a poluição por mercúrio na Enseada dos Tainheiros, na Baía de São Salvador. Seguindo meus pensamentos, Carlos Celso, durante minha ausência, divulgou os índices de poluição encontrados lá. O assunto teve ampla repercussão, servindo para alertar a todos em relação à gravidade do problema.

À tarde, estive comigo e com Carlos Celso, na Sema, o diretor do Ceped da Bahia, Irundi Edelweiss, que trocou ideias conosco sobre o problema da poluição por mercúrio. Segundo ele, a Cia. Química do Recôncavo, responsável pelo problema, irá desde logo reduzir drasticamente a poluição, reciclando os efluentes. Depois, dentro de uns 18 meses, novas modificações estarão prontas na fábrica. De acordo com o diretor de Ceped, o processo de fabricação de cloro, com o uso de células de mercúrio, é o mais barato. Disse que a população dos Alagados já deve ter sido alertada, pois o assunto foi debatido amplamente pelos meios de comunicação, inclusive pelo rádio. Além disso, uma equipe de assistentes sociais está informando o povo. Por outro lado, quando elementos da Marinha alertaram pessoas que capturavam moluscos, obtiveram a resposta de que ou faziam isso, ou morreriam de fome. O problema é trágico, pois não há maneira de distribuir de graça outro tipo de proteína. Se isso fosse feito, segundo Irundi, pessoas de outros bairros também iriam buscar essa comida gratuita. Segundo o diretor, a melhor solução para o problema é o aterro das áreas onde os moluscos são capturados, o que vai ser feito brevemente. Contou que o consumo de peixes caiu muito, depois das notícias, o que está trazendo sérios prejuízos aos pescadores. Infelizmente, como lhe expliquei, tivemos nesse caso que optar pelo mal menor. Um dos aspectos mais graves da questão é que o teor de mercúrio já existente no lodo poderá manter a poluição durante alguns anos.

3 junho 1975

Recebi cartão de Irundi Edelweiss, diretor do Ceped da Bahia, enviando um recorte de jornal e queixando-se veladamente da atuação da Cetesb na Bahia. Isso me deixou irritado. O que a Sema tem a ver com comentários da Imprensa? Como pretender que a Cetesb (paulista) não atue na Bahia, se o Ceped não pode ainda analisar o mercúrio nos tecidos animais? Além disso, tenho a fundada convicção de que certas autoridades baianas não nos entregariam os resultados das análises, se estas tivessem sido feitas lá. As autoridades criariam problemas ao próprio Ceped. Até agora todas as resistências à ação da Sema partiram de áreas locais que julgam erradamente estar defendendo o “progresso” de seus rincões.

P.S. 2009: Essas suspeitas, como explico mais adiante, se confirmaram.

Vermelho e branco

29 setembro 1976

SALVADOR, BA – Em Arembepe, a algumas centenas de metros da praia, vi no oceano, a longa mancha avermelhada (sulfato ferroso) da Tibrás. Além disso, durante dezenas de quilômetros, o mar está com a cor vermelho-barro, junto à praia, também devido àquela poluição.

Perto do aeroporto, presenciei um espetáculo de entristecer: um longo e extenso loteamento, sobre as lindas dunas de alvas areias da região. A terra, para o leito das ruas, provém do desmonte de morros próximos. Felizmente, com a assistência da Sema, a Prefeitura de Camaçari está elaborando o projeto de um parque, na área. Realmente, é preciso preservar as dunas.

Situação dramática

Pela manhã fui visitar o secretário do Planejamento do Governo da Bahia. Passamos em revista os principais problemas ambientais da Bahia. (...) Há também outra questão muito séria: a da poluição por cádmio e chumbo causada pela Cobrac, no Rio Subaé, atingindo também vastas áreas da Baía de Todos-os-Santos. É realmente uma situação dramática. Cerca de 100 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da pesca, naquela região. Os dados (sobre a contaminação) já existentes, muito altos, elevadíssimos mesmo, precisam ser confirmados. (...)

A princípio, pensei que deveríamos agir imediatamente, alertando a população, mas depois, tranquilizado com as afirmações do secretário, de que ele apenas esperava refazer a checagem dos dados para uma ação conjunta, achei que esse caminho estaria certo. (...)

O governador da Bahia, Roberto Santos, não se estendeu sobre o assunto, mas indagou se os outros Estados também divulgaram dados sobre poluição. Ele acha que a Bahia está recebendo publicidade desfavorável, enquanto os outros Estados passam sem isso. Disse-lhe que pretendíamos fazer um estudo comparativo entre a Baía de Todos-os-Santos, a Baía do Guanabara, o Estuário de Santos e o Guaíba. Ele apoiou essa ideia, que contribuiria para evitar que a Bahia apareça como bode expiatório da poluição no Brasil.

Debaixo do tapete

BRASÍLIA, DF – Recebi um telefonema do secretário do Planejamento da Bahia. Ele disse que o estudo sobre metais pesados, na região do Rio Subaé, na Baía de Todos-os-Santos, está em nas do governador. É uma pesquisa que foi custeada por nós e que está pronta há meses, mas os resultados são tão ruins que não querem nos entregar. (...) Mas chegou o momento em que não podemos mais esperar, pois vidas humanas estão em grave risco. Minha consciência não me permite cruzar os braços. Estou planejando ir logo à Bahia e colocar as cartas na mesa. Afinal não se pode admitir que um Governo Estadual esconda do Governo Federal um estudo por este encomendado e já pago, apesar do profundo respeito que tenho pela pessoa do governador.

Falei pelo telefone com o dr. Augusto Taunay, diretor do Instituto Adolfo Lutz. Pedi um orçamento para examinar o cádmio existente no pescado e nos moluscos expostos à venda em vários Estados. É uma das alternativas que teremos para evitar que o Estado retenha os resultados de exames.

Recebi um emissário da Bahia, com os dados técnicos da poluição do cádmio na Baía de Todos-os-Santos. A situação é séria e a contaminação grande. Temos que guardar reserva, mas pelo menos já sabemos os dados principais. Oficialmente, porém, nada nos foi informado.

6 dezembro 1976

1º março 1977

2 março 1977

7 março 1977

P.S. 2009: O secretário baiano que cuidava do assunto me disse, no seu gabinete em Salvador, que os resultados da pesquisa realizada na Bahia estavam com ele, mas que não ia entregá-los a mim. Não respondi. O que o secretário não sabia, era que eu já tinha esses resultados, dados em segredo por técnicos baianos verdadeiramente ambientalistas, defensores da vida humana.

10 março 1977

O Estado de S. Paulo publicou minha declaração de que tinha toda a confiança na equipe técnica do Ceped da Bahia e que, se havia resultados duvidosos, novos estudos deveriam ser feitos com a máxima urgência. O secretário do Planejamento disse novamente que não iria entregar resultados duvidosos e que, se quisessem, devolveria o dinheiro pago por eles. Acrescentou que 80% do custo dos estudos sobre metais pesados couberam à Bahia. Disse que sempre que se agrava a poluição no Sul, falam de poluição na Bahia.

Essas declarações do secretário do Planejamento me pareceram descabidas e de uma agressividade difícil de entender. Não vamos continuar essa polêmica. Não guardo mágoa de ninguém. O que interessa é apurar e divulgar os índices reais de poluição e isso nós fizemos, com cuidado, para proteger os técnicos..

A pior poluição

19 setembro 1977

BRASÍLIA, DF – Estiveram conosco dois diretores da Cia. Brasileira de Chumbo. Fiz uma crítica severa da enorme poluição por cádmio, que a Cobrac causou no passado, na Baía de Todos-os-Santos. Disse ser incrível que até poucos anos atrás a multinacional Penarova não soubesse da composição química do seu minério. Eles estão querendo duplicar a sua fábrica junto ao Rio Subaé, mas o Ceped é contra esse projeto. Quanto a problemas de saúde, disseram que fazem cerca de 800 exames por mês nos seus operários. Salientei os gastos e as dificuldades que vamos ter para levantar a situação nos moluscos e outros animais marinhos, na área de Salvador. Eles concordaram que houve erros no passado, mas querem que o novo projeto seja examinado sem implicações com o que aconteceu antes. A imparcialidade é devida a todos, mas afirmei claramente que a poluição que eles causaram foi a pior já ocorrida no Brasil.

Persona non grata

3 março 1980

Recebi um telex do então governador Antonio Carlos Magalhães, muito agressivo e rude, sobre a entrevista à TV Globo que dei na Bahia. Ele disse que não serei mais bem-vindo pelo seu Governo, naquele Estado. Fiquei profundamente aborrecido, pois o que disse lá sobre a poluição por metais pesados, na Baía de Todos-os-Santos, era verdade. Nestes seis anos de Governo nunca fui tratado de modo tão descortês. Não é fácil defender o meio ambiente e a saúde do povo.

4 março 1980

(...) Soube, em conversas depois da reunião, que o governador Antonio Carlos Magalhães ficou furioso ao ouvir o noticiário das 23h do dia 27, na TV, que me atribuía declarações apocalípticas sobre a poluição por mercúrio na Bahia. Aliás, eu mesmo me assustei ao ouvir esse noticiário. Soube, também, que a Secretaria do Planejamento da Bahia prepara uma ofensiva contra nós.

Telefonei a Rogério Marinho e lhe contei o que se passou. Ele imediatamente se colocou a campo

e, à noite, me telefonou para contar que havia conversado com Antonio Carlos Magalhães, convencendo-o de que deveria modificar sua atitude em relação a mim. O governador disse que iria retirar a queixa que fez ao ministro Andreazza a meu respeito. Além disso, faria novas declarações ao programa "Globo Repórter", no qual me criticou, ao que parece com rigor. (...)

Tive uma reunião com o meu Estado-Maior e com Suelly San Martinho, competente e corajosa, coordenadora do Programa de Controle de Metais Pesados. Basicamente, o que eu disse na Bahia está certo. Dados sobre o cádmio mostram que a situação melhorou em 1979, na Baía de Todos-os-Santos. Contudo, Suelly não confia nesses resultados. Por outro lado, a situação piorou no que se refere a cobre e chumbo. Por toda a baía, são numerosos os pontos com níveis de poluição por metais pesados acima dos padrões permissíveis. Os níveis de zinco estão bastante altos, principalmente na Ilha do Medo, nas ostras.

Rogério Marinho esteve aqui. Mostrei-lhe uma Minuta de telex que enviarei ao governador Antonio Carlos Magalhães, abrindo caminho para encerrar o caso, na minha linha de mão estendida. Rogério, sempre bom amigo, sugeriu algumas modificações, que achei boas, evitando referências à Imprensa, pois não interessa criticar ninguém neste episódio.

Fiz declarações para o programa "Globo Repórter" sobre a poluição por metais pesados na Baía de Todos-os-Santos. O entrevistador me fez uma pergunta sem saída: "O governador Antonio Carlos disse que tudo está bem e que não há problemas. O senhor concorda?". Respondi que o problema (dessa poluição) era antigo e bem conhecido, tendo sido divulgado há dois ou três anos pelo próprio "Globo Repórter" e pelos jornais. Contudo, o Governo da Bahia estava trabalhando para melhorar a situação. Merecia aplausos, por exemplo, a construção do emissário submarino por parte desse Governo. O controle da poluição não tem começo, meio e fim. A luta pela qualidade do ambiente é permanente e continuará séculos afora.

Acredito que, assim, confirmei minha posição de que o problema dos metais pesados na Baía de Todos-os-Santos existe. Contudo, mostrei também boa vontade em relação ao Governo do Estado, elogiando seu trabalho. O que não posso é dizer que tudo está bem, pois isso não seria verdadeiro. O governador não conhece toda a extensão do grave problema, ou está forçando a mão para proteger o seu Estado de uma ameaça ao seu turismo (ele acredita nesse perigo).

O *Jornal do Brasil* ("Informe JB") e o *Correio Braziliense* publicaram a parte final do telex que o governador Antonio Carlos Magalhães enviou, considerando-me *persona non grata* na Bahia.

Domingo. Descansei e fui à missa. Depois, com Lucia, visitamos Henrique Cavalcanti. Ele se dá muito bem com o governador Antonio Carlos Magalhães e se ofereceu para falar com ele sobre as divergências existentes. Agradei, mas disse que isso não era mais necessário. Não quero dar ao governador a impressão de que estou receoso.

Fui informado que o "Globo Repórter" mandou examinar siris, peixes e moluscos da Baía de Todos-os-Santos. (...)

5 março 1980

7 março 1980

8 março 1980

9 março 1980

12 março 1980

14 março 1980

Soubemos, pelos nossos amigos da Cetesb, que as análises que o "Globo Repórter" mandou fazer na Enseada dos Tainheiros mostraram teores de mercúrio três vezes acima do normal em tainha e quatro vezes em moluscos. Assim, a nossa denúncia ficou comprovada. Com Eduardo e Suelly discutimos o modo de levar avante nossos estudos sobre metais pesados e a maneira de solucionar os problemas.

Jantar sela paz

10 setembro 1980

SALVADOR, BA – O carro do governador nos esperava. Seguimos para o hotel. Mais tarde, por volta das 20h45, rumamos para o Palácio Ondina.

Ficamos algum tempo conversando no terraço, o governador Antonio Carlos Magalhães, Rogério Marinho e eu. A noite tropical estava fresca e os assuntos interessantes. (...) Depois entramos na ampla sala, onde nos serviram um bom jantar. (...)

Durante esse tempo todo, enquanto conversava, fiquei esperando um momento oportuno para falar com o governador sobre o Raso da Catarina. Finalmente, enquanto comíamos, Rogério mencionou nossa viagem de hoje. Achei a ocasião favorável e disse ao governador que desejávamos uma prorrogação do comodato existente. (...) O governador concordou e disse que pensava em incentivar o turismo no local. (...) Com essa conversa, o caminho ficou desimpedido para manter e ampliar nossa Estação Ecológica, que corria certo risco antes desse novo entendimento.

À saída, o governador indagou se eu estava zangado com ele. Disse-lhe que nem pensasse nisso. Informei que os níveis de metais pesados estavam mais baixos na Baía de Todos-os-Santos e que continuávamos a trabalhar com o pessoal do Governo da Bahia, nesse campo. Acrescentei que os estudos terminariam dali a um ano ou um ano e meio. Despedi-me dizendo que teríamos muito prazer em colaborar com ele.

Fica, assim, encerrado o sério incidente que tive com o governador Antonio Carlos Magalhães, sobre o problema dos metais pesados na Baía de Todos-os-Santos. Isso foi possível devido à inestimável ajuda de Rogério Marinho e à boa vontade do governador. Para mim isto significa muito, pois poderemos salvar o Raso da Catarina e reiniciar em bases melhores a colaboração ambiental com a Bahia.

Crianças intoxicadas

27 outubro 1980

BRASÍLIA, DF – Recebi a visita de Trajano Pupo Neto e Mr. Viard, da Cobrac (Companhia Brasileira de Chumbo). Disse-lhes que esta firma era responsável pelo tremendo dano ambiental causado durante anos à Baía de Todos-os-Santos, com a poluição por Cádmio, Zinco e outros produtos químicos. Na verdade eles se descuidaram do assunto, apesar de pertencerem a uma das multinacionais com maiores conhecimentos desses problemas. Trajano, porém, só há pouco tempo trabalha lá. Por outro lado, é preciso reconhecer que o Ceped, da Bahia, levou dois anos para decidir sobre essa poluição, o que impediu a Cobrac de tomar certas medidas. O pior é que recentemente a UFBA (Universidade Federal da Bahia) descobriu que centenas de crianças foram intoxicadas por chumbo, produto da Cobrac. Essa companhia está agora tratando dessas crianças. Nesse caso todo, estamos prestigiando a ação, agora enérgica, da Bahia.

Salinização em Belém

Hoje o dia começou às 8h da manhã, com um telefonema da Eletronorte. Eles estão desesperados com a ação cautelar proposta pelo Governo do Estado do Pará, contra o fechamento da Represa de Tucuruí, no Tocantins. (...)

Às 11h30, o assessor-chefe Armando Araujo e Maurício, da Eletronorte, foram à Sema para me mostrar os estudos sobre a salinização das águas do Rio Guaná, na tomada d'água para a cidade de Belém, durante os 60 dias em que o Tocantins ficará praticamente seco, para o enchimento da represa. Os estudos – que aliás eles não deixaram conosco, pois não confiam em ninguém –, mostram que deverá haver essa salinização. Mas na minha opinião, salinização é coisa muito complexa. A hipótese, embora remota, não deve ser desprezada. Assim, lancei a sugestão, que a Eletronorte recebeu bem, para que um navio-tanque da Petrobras fique de prontidão. Belém possui uma lagoa que representa uma reserva d'água para 45 dias. Se nos 15 dias restantes a água salinizar, água doce poderá ser obtida lá perto, a uns 30 quilômetros de distância, nos "furos" ou canais que trazem água do Rio Amazonas. Parece uma solução bem simples. Quem não vai gostar são os que desejam transformar um problema técnico em político. Aliás, essa parece ser cada vez mais a tônica de toda a questão.

Abastecimento no DF
Água, desde o primeiro dia

Posse na Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do DF

Fiz um discurso salientando a importância dos problemas ambientais e o caráter humano do governador José Aparecido de Oliveira, na sua administração. Tudo correu muito bem. O doutor Guy de Almeida anunciou que o governador estava depositando 25 milhões (1 dólar = CZ\$14,00) para desapropriação na Reserva das Águas Emendadas. (...) É o meu retorno às atividades governamentais.

No início da noite, finalmente fui recebido no gabinete do governador José Aparecido. Ele foi extremamente gentil e disse que minha presença daria realce ao seu governo. Pediu-me que verificasse o que estava ocorrendo com o projeto do São Bartolomeu (Iago), pois há dúvidas sobre ele. Disse que minha presença no conselho da Caesb era também importante sob o ponto de vista ético. (...)

Racionamento irracional

Ao chegar a Brasília, era esperado por Benjamin Sicsu. Fui com ele à TV Globo, para gravar um programa que irá ao ar amanhã. A Caesb anunciou um racionamento de água. O presidente da Caesb Willian Penido se recusou a comparecer ao programa e por isso fui convocado. Na TV, falei francamente. Disse ser contrário ao aproveitamento da água do Rio São Bartolomeu, pois parte da mesma seriam os esgotos de Brasília. Isso exigirá muita cloração. Contudo, ao lado da Bacia do Rio Descoberto, de onde vem a maior parte da água usada no abastecimento da cidade, está a Bacia do Rio Areias, afluente do Rio Corumbá. Esta, além de estar próxima, tem água de ótima qualidade. Mesmo numa emergência, pode-se trazer água de lá.

9 agosto 1984

23 outubro 1986

24 outubro 1986

10 abril 1987

13 abril 1987

Fui entrevistado pela revista Isto É, sobre o problema de água em Brasília. Disse ser incrível o racionamento, uma vez que há várias firmas brasileiras capazes de, rapidamente, trazer água de uma distância de mais ou menos 15 quilômetros, para socorrer os mananciais da cidade. Há tubulações grandes e flexíveis, usadas nos oleodutos, que se prestariam a isso. O País que construiu a represa de Itaipu, a maior do mundo, certamente tem capacidade para estender logo uma pequena tubulação.

Consciência e lealdade

6 maio 1987

WASHINGTON, EUA – Almocei com Rubens Vaz da Costa, diretor de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Expliquei a ele minha delicada situação em relação ao problema do abastecimento de água de Brasília. A solução preferida pela Caesb, ou seja, a do Rio São Bartolomeu, não é boa. A do Rio Areias é muito melhor. Contudo, o governador não quer atrasos. Como o problema interessa a milhões de pessoas, por uma questão de consciência não posso deixar de alertar o banco, pois este poderá mudar a orientação da Caesb. Mas não posso, também, por uma questão de lealdade, indispor o banco com o governador José Aparecido. A solução que combinei com Rubens Vaz da Costa foi o banco pedir o parecer do órgão (Sematec) que vai aprovar os estudos de impacto ambiental (Rima), ou seja, vai pedir a nossa opinião.

Blindagem do Rima

26 maio 1987

De manhã fui ao Palácio Burity (sede do Governo do Distrito Federal), onde se realizou uma reunião do Cauma (Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente). Entreguei um Projeto de Decisão, que estabelece um roteiro para os estudos de impacto ambiental e seu relatório, o Rima. Previmos a realização de Audiência Pública e colocamos o Cauma como o conselho que vai decidir os recursos. Com essas e outras medidas, evitaremos tremendas pressões sobre a Sematec e teremos condições mais efetivas para dizer não a qualquer autoridade governamental. Esta não poderá impedir as audiências públicas, durante as quais a verdade surgirá diante da Imprensa e dos interessados.

Sobre o caso das águas (São Bartolomeu x Areias), prevejo um choque frontal com o governador, mais cedo ou mais tarde, apesar do grande respeito que tenho por ele.

4 junho 1987

(...) Para complicar as coisas, o governador autorizou a Caesb a abrir concorrência para ampliar as estações de tratamento de esgotos de Brasília, sem um prévio estudo de impacto ambiental (EIA-Rima). Redigi uma carta enérgica, mas educada, à Caesb, explicando que eles não poderão se colocar contra a legislação. Essa carta poderá me causar seríssimos problemas no Governo do Distrito Federal, mas não fugirei ao cumprimento do dever de exigir que a legislação ambiental seja cumprida.

10 junho 1987

A principio o governador se manifestou de modo crítico e irritado com os que desejam adiar ou retardar os seus projetos. Depois, quando lhe mostrei os textos da Lei 6.938 e do seu regulamento, que obrigam à realização do Rima, o governador compreendeu a legalidade e a necessidade desse instrumento.

O doutor Humberto Gomes de Barros, procurador geral do Governo do Distrito Federal, telefonou-me dizendo que nós temos razão na nossa discussão com a Caesb. Juridicamente, segundo ele, cabe a nós pedir e apreciar os estudos de impacto ambiental que a Caesb não quer fazer. Os procuradores que estudaram o assunto no GDF fizeram parecer de 18 páginas, agora aprovadas pelo procurador geral.

O tempo a favor

Hoje o *Correio Braziliense*, jornal de maior circulação em Brasília, publicou na primeira página um editorial muito violento contra a Coama (Coordenação do Meio Ambiente), dizendo que ela está prejudicando Brasília e seu povo ao dificultar a aprovação das obras necessárias à despoluição do Lago Paranoá. Isso significa que o governador José Aparecido não está mais disposto a manter Benjamim Sicsu à frente da Coama, pois o jornal reflete os pontos de vista do Governo.

Conversei com todo o meu Estado-Maior, em duas reuniões. Disse-lhes que precisamos manter um perfil reduzido durante os próximos dias, pois o tempo corre a nosso favor. Logo que entrar na Justiça a ação a favor da exigência de Rima, a situação vai se inverter e a Caesb precisará de nós. Ninguém vai financiar uma obra que está "sub-júdice". A Carlos Fernandes e Benjamim Sicsu, disse que a meu ver o governador vai intervir na Coama, mas que não pretendo ceder na exigência do Rima. Benjamim (coordenador da Coama) pensa que provavelmente ele vai mesmo sair. De minha parte, não vou aceitar minha permanência se a Caesb não fizer o Rima.

Rolo compressor

Às 18h30 fui ao Sindicato da Construção Civil de Brasília, onde William Penido do Valle, presidente da Caesb, fez uma palestra defendendo o seu projeto para as novas estações de tratamento de esgotos de Brasília. Ele apresentou dados e cálculos que precisam ser verificados. Ficou claro, também, que vai procurar não fazer o Rima, alegando que se trata apenas de uma continuação das construções já iniciadas (terraplanagem) em 1985. Foi mordaz, ao admitir discordâncias com a área ambiental. Continua a achar que a Caesb é o órgão ambiental local para a poluição hídrica.

Ficou bem claro que a Caesb e o Governo do Distrito Federal, este como consequência da política pró-Caesb, vão usar um rolo compressor contra nós do Meio Ambiente. William Penido, na sua exposição, salientou que a execução do seu projeto trará cerca de 100 milhões de dólares para a economia local e muitos empregos. Disse que não pode haver atrasos. Isso tudo certamente agradou muitíssimo aos seus ouvintes (quase todos, provavelmente). Assim, além do mais, teremos que enfrentar o avassalador poder econômico, numa cidade em crise, sedenta por empregos e ansiosa por uma reativação da sua economia. Vamos ser massacrados por esse pessoal da Caesb.

Ao anoitecer estive com o chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida Gonçalves. Disse que havia uma situação de confronto entre Sematec e Caesb, o que era muito desgastante para o governador e para todos nós. Afirmei que o presidente da Caesb continuava a mostrar uma atitude autoritária e até certo ponto arrogante, pois ainda ontem reafirmou publicamente ser contrário ao Rima para as obras da estação de tratamento de esgotos. Expliquei que eu pertencia a um sistema de meio ambiente que ajudei a criar e que não poderia deixar de cumprir a respectiva

25 junho 1987

3 julho 1987

16 julho 1987

17 julho 1987

legislação. O governador deveria ficar à vontade para me afastar, pois eu não desejava ser visto como empecilho. O que na realidade eu quis dizer com isso é que seria melhor eu sair antes de ter um confronto com o próprio governador, que afinal de contas me nomeara e que era meu amigo.

O doutor Guy foi muito amável e afastou a ideia de que eu deixasse o Governo, dizendo que o governador me tinha em alta conta. Para mim isso foi surpreendente, no que se refere à minha demissão, pois o Correio Braziliense de hoje publicou notícias dizendo que o secretário geral Jose-lito Correa, do PMDB, pediu meu afastamento e me criticou. Não saberia nem reconhecê-lo se o visse, de modo que o fato de ele ser contra mim significa apenas que está sendo manobrado nesse sentido. Tive notícias de que ontem ele esteve com a diretoria da Caesb. No início do dia, pensei que poderia haver uma iniciativa do próprio Governo nesse sentido, mas o encontro com o dr. Guy afastou essa hipótese, a não ser que o doutor Guy não esteja a par de possíveis manobras de bastidores. Estou certo de que o dr. Guy simpatiza com a nossa causa.

Promotoria pede liminar

A situação referente à Caesb volta a se agravar. Os promotores Amaralio Thadeu e Ruth Kisa Pe-reira estão movendo processo à Caesb por falta de um Rima. Pediram ao juiz uma liminar. O juiz está estudando o processo. Eles solicitaram que as obras não se iniciem sem que seja examinado e aprovado um Rima.

Orçamento triplicado

O Jornal de Brasília publicou uma manchete de duas páginas denunciando fraude na licitação das obras da Caesb para a despoluição do lago. Dois dias antes da licitação, publicaram um anúncio em código, facilmente entendível, dando o nome das duas firmas vencedoras. Foi um escândalo.

P.S. 2009: Na realidade, como se mostrou no dia 28, havia outro anúncio desses, com os nomes de outros vencedores. Isso prejudicou muito nossa causa, pois se trata de uma desonestidade de algum conservacionista imbecil e amoral.

O Jornal de Brasília publicou novamente a parte de cima da primeira página e duas páginas inte-riores sobre o problema da Caesb, agora sob o aspecto financeiro. Em dois anos, o orçamento das obras e equipamentos passou de 42 milhões de dólares a cerca de 156 milhões. E o dólar é moeda praticamente estável (inflação de cerca de 4% ao ano). A manchete de hoje foi uma declaração do presidente do Tribunal de Contas do DF, determinando uma audiência na Caesb para apurar o que houve na licitação das obras.

Demissão anunciada

O Correio Braziliense disse que a minha demissão está prevista para o início da próxima semana. Eu não poderia ligar menos para isso. Uma demissão no quadro da luta com a Caesb só reforçaria minha posição no movimento ambientalista, que já é muito boa.

Margem de decisão

O governador aceitou minha proposta de criação de uma comissão de três membros, que faria o exame do Rima. Como o governador quisesse resolver o assunto antes da minha viagem (pela América Latina, com a Comissão Brundtland), passamos à escolha dos nomes. Ele foi logo sugerin-do o nome do secretário Alaor, por ser alto funcionário da área ambiental e também porque era seu conhecido. Aceitei a escolha. Propus os nomes de Werner Zulauf, secretário do Meio Ambiente de Santa Catarina e ex-presidente da Cetesb. Propus também o nome de Samuel Murgel Branco, que foi consultor da Caesb e meu colega de turma na USP, pessoa do mais alto nível técnico e moral. William Penido e o governador José Aparecido aceitaram. Foi dito também por eles que a atribuição de gerir o assunto “avaliação do Rima” era minha. Quando me retirei já eram mais de 2h. Durante essas conversas fiquei muito tenso e angustiado. Senti-me preso num problema terrível, que poderia me destruir se não fosse bem resolvido. Acredito, porém, que a solução que propus me dava certa margem de atuação livre e é a melhor, nas circunstâncias. O simples fato de que haveria Rima já era uma vitória, pois a Caesb se negava a apresentá-lo. É curioso notar que ninguém sabia o sobrenome de Alaor, técnico proposto pelo governador.

Ao chegar em casa, apesar da hora, telefonei para Carlos Alberto Ribeiro Xavier, meu colega de Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Ele achou boa a solução e ficou de relatá-la a Ben-jamin Sicsu e Carlos Fernandes. Contou que o Alaor trabalhou no passado com William Penido. Con-tudo, disse ser testemunha do fato de que o Alaor tinha uma atitude independente, o que achei bom.

Quando fui dormir já eram 4h. Várias vezes, durante as conversas com o governador, pensei na sabedoria de Lucia, que me queria ver fora do Governo.

Licenciamento prévio

Com grande e agradável surpresa para mim, o governador José Aparecido aceitou basicamente meus pontos de vista. Ele fez na minha frente um despacho dizendo que a Caesb pedia o licencia-mento e me dava 10 dias (eu havia sugerido 15) para consultar outros órgãos de governo, antes do licenciamento. O governador não refugou uma possível audiência pública, nem um eventual recurso, primeiro ao Cauma e depois a ele mesmo. Após tomar essas decisões, o governador tele-fonou na minha frente ao presidente da Caesb, William Penido para ler o seu despacho e dizer que haveria licenciamento. Do outro lado da linha não houve resistência.

Mostrei ao governador os dispositivos legais que justificaram a minha notificação à Caesb, bem como a resolução do Conama que, entre outras coisas, manda consultar outros órgãos do Governo sobre o licenciamento.

Na saída, agradei ao governador haver tomado as decisões favoráveis ao licenciamento. Com isso ele prestigiou o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Durante a reunião ele disse que sua atitude não poderia ser outra, tanto assim que me escolhera para ser seu secretário do Meio Ambiente.

Às 8h30, começou a audiência pública para exame do Rima e o licenciamento das obras das estações de tratamento de esgotos junto ao lago. Falaram Antônio Candinei Boni (Sindicato dos Engenheiros do DF), Euri Pereira Lima Filho, Benjamim Sicsu, Mauricio Garcia, Renato Moreira

31 agosto 1987

2 dezembro 1987

26 janeiro 1988

de Faria (CREA–DF). Todos declaravam o que quiseram, geralmente durante meia hora cada um. A tônica foi criticar a Caesb e a solução dada para os esgotos da cidade. Tudo decorreu dentro de um ambiente de paz, respeito e ordem. Foi dito que o projeto em discussão iria causar grandes danos ambientais. Os membros da Comissão Técnica presentes, Werner Zulauf e professor Martiniano Azevedo Neto, reafirmaram seu ponto de vista de que é preciso controlar a poluição do lago e que uma demora de seis ou oito anos poderá estragar suas águas irremediavelmente. Mesmo um ou dois anos de demora, como está, pode causar uma poluição irreversível. Exemplos foram citados, como o caso da (represa) Billings, em São Paulo, onde agora já há uma poluição irreversível no lodo do fundo.

29 janeiro 1988

Finalmente assinei a Licença Prévia para as Estações de Tratamento da Caesb. Coloquei nela as condições estabelecidas pela Comissão Técnica de alto nível. Pelo que o Paulo Baggio soube do diretor da Caesb Arides Campos, eles concordaram com essas condições, mas fazem restrições em relação a uma delas, referente à necessidade de fazer estudos e projeto “completo” prevendo uma futura exportação de esgotos para fora da bacia do Lago Paranoá. Acontece que, nesse item, repeti palavra por palavra o que está escrito num trecho do parecer da Comissão Técnica.

Rei morto, rei posto

De manhã fui conversar com o novo governador Roriz e o seu secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Rubens Fonseca Filho. O governador explicou que, por deferência à minha pessoa, não havia ainda nomeado o secretário. Queria primeiro falar comigo, e eu estava viajando. Disse-lhe que agradecia a consideração, mas pedi que ele se considerasse livre para a nomeação. Ficou então decidido que Rubens seria imediatamente nomeado. O que eu não sabia é que havia, no saguão do andar térreo, uma pequena multidão aguardando a posse de vários secretários novos, aos quais se juntou também o Rubens.

Disse ainda ao governador Joaquim Roriz que não podia compreender a insistência da Caesb em construir a Represa do São Bartolomeu. Expliquei que seria muito melhor, para o futuro abastecimento de água, captá-la no Rio Areias (afluente do Corumbá), ao lado da área onde vive a maior parte da população do Distrito Federal. Além disso, seria uma água de qualidade muito superior. O governador e Rubens concordaram com a minha argumentação. Senti-me à vontade para apresentar essa opinião, pois sempre a manifestei e inclusive a expus ao governador José Aparecido. Ao que sei, este não tomou nenhuma resolução a respeito, pois o assunto ainda estava em estudo.

Participei da cerimônia da posse dos novos secretários. Fui mencionado pelo governador entre as pessoas saudadas. Rei morto, rei posto.

Garimpos
Proibir Serra Pelada

Sobrevoo da região de Carajás, no Pará, onde uma área de concessão da Cia. Vale do Rio Doce foi invadida por 30 mil garimpeiros numa insana corrida do ouro

9h30 – No alto, campos rupestres. Nas encostas, matão. Vejo pouco depois a “cidade” terrível de Serra Pelada, com umas duas ou três mil casas, em desordem, quase todas cobertas de palha, com paredes precárias. Há somente umas 20 ou 30 casas com telhados de cimento amianto. Canudos deveria ser assim, em matéria de casas frágeis e desordenadas. Vi, também, a famosa lavra a céu aberto. É um grande buraco, agora quase cheio de água. Tem uns 300 x 150 metros apenas. É absolutamente incrível que, na época da seca, milhares de pessoas cavem ali com pás e picaretas, retirando a terra em sacos, carregados nas costas. É uma loucura muito grande. Aquilo deveria ser proibido imediatamente, pois do contrário vai morrer muita gente.

Vimos também uma grande fila, com umas 200 pessoas. Eram garimpeiros, de áreas vizinhas, que desejavam vender ouro. Demos umas duas voltas sobre a Serra Pelada e sua mina (agora uma lagoa), e começamos a viagem de volta.

Vapores mortais

POCONÉ, MT – (...) Em seguida fomos a um garimpo mecanizado, existente nas proximidades. É impressionante a quantidade de sedimentos do rejeito da mineração do ouro. (...) Expliquei na TV Globo, para o programa “Fantástico” (que acompanhava a incursão), a importância dos impactos ecológicos negativos causados pela mineração e uso do mercúrio. Quanto a este, salientei o perigo que representa nas cadeias alimentares e para a saúde humana. Por incrível que pareça, o mercúrio existente no amálgama com o ouro – método usado para recolher o ouro em pó –, é depois vaporizado com um simples maçarico. Sobra então o ouro que é aproveitado. Os vapores de mercúrio podem causar um efeito devastador na saúde dos operários ou garimpeiros que o utilizam. Há centenas de garimpos iguais ao que visitei. A terra vermelha, onde está o ouro em pó, parece-se com terra comum, com alguma mistura de cascalho quartzoso. A lama que escorre da lavagem da terra mata um bosque próximo, afogando as raízes.

Paisagem lunar

Sobrevoo da região de Poconé (MT) a caminho de Cuiabá

(...) Antes passamos sobre centenas de hectares de escavações profundas e terras peladas, escavadas. São os famosos garimpos, que acabam de ser interditados. É uma paisagem lunar. Até mesmo dentro dos bairros da cidade há escavações. Depois os garimpos, com sua terra pelada, revolvida, exposta, ferida, se estendem como um colar, até Cuiabá, recomeçando mais ao Norte.

(...) Vejo florestas pequenas, florestas médias e muitas áreas salpicadas de árvores. Devem ser cerrados. Fotografei garimpos, perto de um rio. Escalavram a terra. São um desastre. Vejo o que parece ser cerrado – um arquipélago de ilhotas de árvores e provavelmente também arbustos. Agora parece seco o campo onde estão essas ilhotas.

Fotografei vários garimpos. É de estarrecer a extensão e o estrago que eles causaram. A terra nua e revolta é simplesmente abandonada, sem nenhuma recuperação. Os garimpos chegam a uns 10 quilômetros do Rio Cuiabá.

16 abril 1984

3 março 1985

2 agosto 1987

11 dezembro 1990

P.S. 2009: Quando o governador do Distrito Federal, José Aparecido Oliveira, saiu do cargo e foi nomeado ministro da Cultura, deixei também o cargo de secretário da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Cultura do Distrito Federal. O ministro José Aparecido de Oliveira me nomeou como um dos seus assessores no Ministério da Cultura. Procurei criar lá uma área ambiental, pois os numerosos prédios históricos dependem das condições ambientais e a cultura brasileira também tem importantes componentes ambientais. Contudo, essa área ambiental foi extinta quando José Aparecido deixou o Ministério. Retornei a São Paulo. Missão naufragada.

DESCARGA OCEÂNICA
Grave

20 março 1975

Estive no Itamaraty, onde me reuni com o conselheiro Marcos Azambuja, o tenente-coronel Walter da Costa Reis e a economista Ana Maria Chagas Ferreira. (...) Comentamos o caso do navio finlandês que vem trazendo grande carregamento de compostos de arsênico, para jogá-los no Atlântico Sul. O Itamaraty está procurando reunir informações mais detalhadas.

À tarde concedi entrevista à TV Globo e aos jornalistas sobre o caso do navio que transporta o arsênico. Disse que não podíamos admitir que o Brasil se transformasse na lata de lixo do mundo. O precedente seria grave.

25 março 1975

Finalmente, o Governo da Finlândia determinou o retorno do navio que vinha jogar arsênico no Atlântico Sul. Foi a vitória do bom senso.

Emergência na Baía da Guanabara

4 abril 1975

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã embarquei para o Rio de Janeiro, no Electra da Varig. Quando o avião baixou sobre a Baía da Guanabara, pude ver as extensas manchas de óleo que constituem a razão de minha vinda à cidade.

O petroleiro iraquiano Tarik colidiu com algo no fundo da Baía, há alguns dias, e perdeu de 5 mil a 10 mil toneladas de óleo (não se sabe ao certo). Foi o primeiro grande desastre no gênero, ocorrido no Brasil.

É impressionante o estrago feito na Ilha do Governador. A costa de lá está coberta por uma faixa negra. A Reserva Biológica de Jequié teve muitas de suas árvores queimadas. O solo da parte baixa ficou negro. Manchas de óleo flutuam aqui e ali, algo indecente. Perto do Aeroporto Santos Dumont, onde pousamos, já havia poucos vestígios de óleo.

(...) Na conferência que tivemos, resolvemos, por sugestão do pessoal do IES (Instituto de Engenharia Sanitária), organizar, sob o patrocínio da Sema, um plano de emergência para que se tenha um roteiro a seguir, em casos como esses. Dois dias foram perdidos antes que o IES fosse comunicado sobre o acidente! Note-se que as primeiras horas são as mais importantes, em casos como esses. Depois, fica difícil conter o óleo.

Explicaram-me no IES que o óleo se espalhou rapidamente pela Baía da Guanabara e saiu da Barra atingindo Copacabana e outras praias, devido à ação dos ventos.

Às 14h, fui com Victor Coelho à Diretoria de Portos e Costas, onde conversamos longamente com o comandante Amaral. Ele apoiou a ideia de se fazer um plano de operações de emergência. Sugeri também que fossem feitas propostas para mudar a legislação. Realmente, não tem cabimento multar igualmente um navio por ter jogado fora um balde ou todo um tanque de petróleo. A multa é calculada de acordo com a capacidade de carga do barco, independentemente do dano causado.

Às 16h, na sede do Ministério do Interior no Rio, dei ampla entrevista à Imprensa, rádio e TV.

Fizeram muitas perguntas. Acredito que me sai bem, mas tive que conceder um ponto: só depois de um desastre destes é que se pensa em medidas preventivas.

Carga tóxica vazando no porão

BRASÍLIA, DF – Outra crise chegou hoje ao seu clímax. O navio Itapagé, do Lloyd Brasileiro, tinha um carregamento de pesticidas, que se avariou. Os tambores de organofosforados que estavam na coberta se romperam. No porão estavam toneladas do inseticida persistente organoclorado Endosulfan (Tyuran), altamente tóxico. Seus tambores talvez não tenham sido avariados. O meu colega, o professor Luiz Roberto Tommasi (do Instituto de Oceanografia da USP), deu há dias um parecer sobre as medidas a tomar. Telegrafei ao capitão dos portos, de Santos (SP), comandante João Geraldo Mota de Araújo, apoiando as providências sugeridas por Tommasi. Hoje, porém, recebi um telegrama desesperado da Hoescht do Brasil, fabricante (na Europa) do Endosulfan, dizendo que esse produto nunca deveria ser lançado ao mar como estava previsto.

Telefonei imediatamente ao comandante João Geraldo. Ele já havia se comunicado com o navio, que estava prestes a atingir os limites do mar territorial (200 milhas) previstos no relatório Tommasi para o despejo. O Capitão dos Portos deu ordem para não lançar o Endosulfan ao mar, a não ser que os seus tambores tenham se rompido e se misturado ao conteúdo dos outros pesticidas. Nesse caso, não haverá como evitar o lançamento.

Falei também com Tommasi, ao telefone. Estamos todos de acordo com relação ao lançamento do Endosulfan que só deverá ser feito como último recurso. O que não tem solução, resolvido está, na hipótese de ocorrer o pior.

Telefonei ao comandante João Geraldo que disse-me que o Itapagé retornara a Santos ainda com muito pesticida derramado no piso do porão. Contudo, os barris que estavam um andar acima, ou seja, na coberta (dentro do navio), aparentemente não foram avariados. Assim, o Endosulfan parece que não extravasou. A limpeza do piso, em alto mar, não pôde ser completa devido a uma avaria numa das duas bombas que deveriam fazer o serviço.

Esfarrapada infelicidade

A Petrobras nos enviou um ofício curiosíssimo. O comandante de um petroleiro, pilhado por nós descarregando óleo na Foz do Amazonas, escreveu com a maior "cara-de-pau" que ele teve a infelicidade de ser fotografado quando estava navegando sobre a mancha de óleo deixada por outro navio! Acontece que a foto que Simões tirou a bordo de um teco-teco só mostra a mancha de óleo na água à ré do navio! O ofício vinha assinado pelo presidente da empresa, que certamente não examinou bem a desculpa esfarrapada do comandante do petroleiro. Este, aliás, tinha todo o equipamento necessário para não poluir, o que alegou na sua defesa. Mas o fato é que estava mesmo poluindo.

Indenização sem precedente

Mitiko, Bernardo, Carlos Celso e Luiz Roberto Tommasi vieram me contar sobre o acidente que houve com um petroleiro em São Sebastião (SP), hoje de madrugada. Parece que ocorreu grande perda de

17 janeiro 1977

20 janeiro 1977

21 outubro 1977

9 janeiro 1978

óleo. Isso vai causar forte impacto na Imprensa e poderá contribuir para que o País se aparelhe devidamente para controlar esses desastres. Infelizmente muita gente só aprende com as catástrofes!

18 janeiro 1978

Hoje tivemos reunião da nossa comissão sobre Resíduos Oleosos (Controle de Poluição do Mar por Óleos). Como resultado de uma sugestão, telegrafei à Diretoria de Portos e Costas solicitando não deixar sair o navio Brazilian Marina sem que antes ele ofereça garantias para o pagamento dos danos ecológicos causados. O Brasil ratificou a Convenção de 1969, que lhe dá direito a isso. O referido petroleiro causou estragos nas costas do Litoral Norte de São Paulo, em consequência do rompimento de um tanque e perda de cerca de 4 mil toneladas de óleo.

27 janeiro 1978

Hoje o dia foi, em grande parte, ocupado com os problemas das indenizações a serem pagas pelo Brazilian Marina. Como representante dos seguradores, compareceu o advogado Pedro Calmon Filho. Primeiro discutimos se eram boas as garantias, para podermos liberar o navio. Depois discutimos as questões de procedimento. Ficou estabelecido que em 30 dias serão apresentadas as contas e em 45 dias, examinadas. Se não houver concordância em relação à parte dessas contas, haverá arbitragem, de acordo com o Código Civil. A solução foi bastante lógica e razoável, mas levamos quatro horas para chegar à mesma. É que não há ainda precedentes nem está regulamentada a nova legislação sobre o assunto. O pessoal da nossa Comissão Sobre Resíduos Oleosos estava quase todo presente e nos ajudou muitíssimo. Solicitei a nossa Assessoria Jurídica verificar se a Sema pode assumir compromissos em nome do Governo brasileiro. Aceitei uma sugestão para pedir que a Procuradoria da República acompanhe o inquérito naval e o julgamento no Tribunal Marítimo.

Nova lei

10 março 1978

SÃO PAULO, SP – Pela manhã, estive reunido, das 10 às 12h, no EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas), com o almirante Ibsen Câmara e com o comandante Victor, da Polícia Naval. Acertamos os principais pontos a serem tratados numa nova legislação sobre a poluição marinha: equipamentos obrigatórios de terminais, estações de recepção de resíduos oleosos, definição de áreas de atuação, revisão de multas referentes a terminais. Temos agora os dados fundamentais para redigir uma nova Lei.

Maré Vermelha
Pânico no Sul

17 abril 1978

SÃO PAULO / PORTO ALEGRE – Pela manhã, falei com o ministro da Saúde, Almeida Machado, e com o secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, Jair Soares. Eles estão muito preocupados com as notícias de que o gás tóxico continua presente, no Litoral Sul, entre as cidades de Rio Grande e Punta Del Este, no Uruguai. Vão se reunir amanhã. Ambos acham que devo estar presente. Realmente a Sema não pode ficar à margem de um acontecimento ecológico de tão grande extensão e repercussão como esse.

À tarde, estive com meus colegas da USP. A pesquisadora especializada no ciclo de vida dos plânctons, Tagea Björnberg, atribui o gás tóxico nas praias do Sul a uma "maré vermelha". Certos organismos marinhos, como os dinoflagelados, às vezes se multiplicam excessivamente. Sua morte e consequente decomposição podem produzir esses gases.

À noite embarquei para Porto Alegre, no avião internacional da Cruzeiro do Sul. Cheguei praticamente junto com o ministro da Saúde, Almeida Machado, que veio em outro avião. Encontrei-me no aeroporto com ele e com Jair Soares, secretário da Saúde. Havia lá também muitos jornalistas. Felizmente trazia comigo a hipótese da "maré vermelha", sobre a qual falei aos repórteres. Soube, depois, que na reunião que se realizou hoje no Rio de Janeiro, alguém já sugerira tratar-se de "maré vermelha".

Pela manhã, segui para Litoral Sul gaúcho.

18 abril 1978

10h51 – Levantamos voo de Porto Alegre no avião Piper Navajo PP-EFD, do Governo gaúcho. No avião estavam somente o secretário da Saúde, Jair Soares e eu. O ministro Almeida Machado seguiu em outro avião. Dei a ambos cópia do trabalho de Sato, Paranaguá e Eskinazi, sobre marés vermelhas em Pernambuco. Parece a hipótese mais plausível para explicar o que ocorreu no nosso litoral do extremo Sul.

12h29 – Pousamos em Santo Antonio do Palmar. Pouco depois chegou o ministro da Saúde, Almeida Machado. Junto com o prefeito Nogueira de Oliveira, fomos ao Hotel Franke, modesto e ainda em fase final de construção. Ali o ministro instalou o seu QG. Ele trouxe membros do seu gabinete e uns dez funcionários da Sucam (organização de combate a endemias) do seu Ministério. Um enxame de jornalistas começou logo a nos entrevistar. Estavam ávidos por notícias. Desde o início declarei que uma das hipóteses mais prováveis para explicar a poluição das praias do nosso extremo Sul era a das marés vermelhas. O ministro também leu a separata que lhe dei, do trabalho da Universidade Federal de Pernambuco (Instituto de Oceanografia). Logo, ele adotou, e o mesmo fez o secretário Jair Soares, a hipótese das marés vermelhas.

Seguimos para a Praia do Hermenegildo, a uns 20 quilômetros da cidade. Com vários jornalistas, observamos aves e animais colocados no local para ver se sentiam algum efeito de gases ou aerossóis tóxicos. Há dias, porém, que nada se nota. Antes, houve casos de mortes de animais ou dificuldades motoras, além de tosse e dificuldades respiratórias em algumas pessoas.

À noite, fomos à casa do vereador Handy Matta, consultar a Enciclopédia Britânica (o que depois nos valeu críticas, mas precisávamos de mais dados sobre a maré vermelha). Lá, o dr. Luiz Carlos Scherer recebeu a notícia da morte de um paciente, na Santa Casa, que trabalhou à beira-mar. Após alguma hesitação, o secretário Jair resolveu ordenar a autópsia.

Lá, também soubemos que a maré vermelha chegara perto de Tramandaí, no Litoral Norte gaúcho. Era quase meia-noite quando fomos acordar o ministro, para colocá-lo a par da situação.

Seguimos à Praia do Hermenegildo, sempre acompanhados por inúmeros repórteres. Nunca vi tanta corrida atrás da notícia. (...)

19 abril 1978

Levantamos voo de Santa Vitória do Palmar às 17h38, no PP-EFD, rumo a Porto Alegre. Fui com Jair Soares e o médico-legista. O paciente havia falecido de derrame, causado por um aneurisma.

Ao chegar a Tramandaí, procuramos o Hotel Samburá, na Praia do Imbê. Tive logo uma amostra do que seriam os dias que lá passamos: um encontro contínuo, persistente, com a Imprensa ávida de informações.

20 abril 1978

De manhã fui com Jair Soares à Praia da Cidreira, junto com o prefeito de Tramandaí. Num determinado ponto, vimos mariscos mortos na areia, mas a quantidade era apenas regular. Nenhuma catástrofe. O prefeito e alguns vereadores seguiram conosco. Em Cidreira, falaram-nos sobre uma criança que sofreu erupções na pele após um banho de mar. Foi, porém, coisa leve. Em seguida retornamos ao hotel, onde almoçamos sempre seguidos pelos jornalistas.

Após o almoço, chegaram os professores Paulo Sampaio e Gastão Gisler, do Centro de Toxicologia, da Universidade Federal de Pelotas. (...) O professor Gastão expôs com absoluta honestidade as pesquisas que realizou. Ficou patente, porém, que a identificação do isotocianato de metila, nos gráficos que nos mostraram, do cromatógrafo de fase gasosa, era muito discutível. O dr. Gilbert mostrou claramente que os dados não eram conclusivos.

Para todos nós, ficou a impressão penosa de que o professor Gastão Gisler, na sua honestidade e boa fé, foi levado pelo ímpeto de outros, a deixar que tirassem conclusões errôneas ou não bem justificadas, dos gráficos de suas análises cromatográficas. Ele ficou arrasado pelas críticas, o que me levou a elogiar a sua honestidade. Também o ministro da Saúde procurou confortá-lo e lhe ofereceu apoio para continuar as suas pesquisas.

21 abril 1978

O ministro Almeida Machado foi voar de helicóptero. Jair Soares e eu fomos novamente até Cidreiras. Tanto este balneário, como Tramandaí, estão semidesertos, apesar do feriado de três dias, neste fim de semana. Também não era para menos! Um jornal estampou na primeira página: "Gás venenoso chega a Tramandaí".

No final da tarde e ao cair da noite, com Jair Soares e o ministro, esperamos o parecer do professor Tommasi. Infelizmente, porém, este foi muito longo e pouco conclusivo, o que nos levou a não informá-lo à Imprensa. Esta desejava uma definição e o professor Tommasi ainda tinha poucos dados, embora acreditasse claramente que as algas *Trichodesmium* fossem as responsáveis pela maré vermelha.

24 abril 1978

SÃO PAULO, SP – À noite, conforme o convite recebido, fui com Luiz Roberto Tommasi ao salão do último andar do Hotel Delfim. Lá nos reunimos com Lima Pontes, Fujita e Amaral, da Cetesb; com Elza Azevedo Antunes e Sergio Franco (Ministério da Saúde); Benjamin Gilbert (Marinha) e Moraes, técnico da OMS (Organização Mundial de Saúde). A reunião foi presidida pelo ministro Almeida Machado.

Expus minha opinião sobre o fato de que as coletas feitas pelo DMAE (Departamento Municipal de Águas e Esgotos de Porto Alegre), no dia 10 de abril, na estação número 1, tinham dado 1.404 mil Perimidiales; a estação número 2 acusou apenas 300; e a estação número 3 nenhum. Isto mostrou houve uma maré vermelha e que esta assumiu a forma de "manchas", atingindo alguns lugares. Dei ao ministro uma publicação americana, que reproduziu uma pesquisa francesa, mostrando tais "manchas" perto da Ilha Formosa.

P.S. Mais tarde o DMAE afirmou ter usado o mesmo método que a Cetesb.

Diante do consenso existente, o ministro Almeida Machado redigiu um comunicado, abordando os vários aspectos da questão. Em cada item salientou as evidências existentes. A hipótese da maré vermelha foi adotada, para explicar o fenômeno ocorrido no Sul. O comunicado foi unanimemente aprovado. Levantei o problema dos índices, um tanto elevados, do DMAE, em relação ao mercúrio nas águas e nos peixes. O ministro Almeida Machado respondeu-me que ele podia escolher o laboratório de sua confiança, e este era o da Cetesb. Tenho a impressão de que o DMAE talvez

não levou em conta certas peculiaridades da água do mar que poderiam modificar os resultados. Eles são especialistas em água doce.

Credibilidade zero

Cheguei muito cansado à Brasília. Quando li os jornais, isto muito me aborreceu. Os sintomas da poluição marinha reapareceram em Hermenegildo. No Rio Grande do Sul, quase ninguém acredita na hipótese da maré vermelha. *O Estado de S. Paulo* declarou que mesmo antes de chegar lá, eu já defendia a ideia de que essa era a causa do fenômeno, como se tivesse um pensamento pré-concebido. O líder ambientalista gaúcho José Lutzenberger pediu minha demissão do cargo, como estava planejando. No Rio Grande, o pensamento geral era que a maré vermelha era um disfarce, para encobrir a causa real – química – da poluição. Nossa credibilidade estava quase a zero. Tudo isso me aborreceu profundamente, pois representava uma calúnia e uma grande injustiça. Para dormir tive que tomar tranquilizante, coisa que muito raramente faço.

As coisas estão se complicando. Os jornais publicaram com destaque declarações minhas, sobre a repetição da maré vermelha. Em resumo, afirmei que continuo convencido de que houve maré vermelha, mas que precisamos também examinar todas as hipóteses. Se há teores de mercúrio acima dos normais e é necessário verificar a carga do navio Taquari.

P.S. 2009: A distância entre o Cabo Polônio e a Praia de Hermenegildo e a quantidade de produto tóxico carregado pelo navio Taquari, mostra que se tivesse havido poluição, teria ocorrido um alto grau de enorme dissolução do produto que, além de outras considerações, afastam a hipótese de poluição química extensa.

Tivemos importante reunião com Roberto Caputo, Lysandro C. Celentano e Hojo, da Dow Chemical. Eles mostraram que a Etilenoimina, o produto mais perigoso carregado pelo Taquari, dissolve-se e se hidroliza facilmente na água, dando um produto inócuo ou um polímero cerca de 200 vezes menos tóxico que a Etilenoimina. A 100 metros do navio, já não haveria perigo se todo o material escapasse simultaneamente dos 30 cilindros que o continham. Estes estavam no convés e caíram na água quando o Taquari adernou a quase 90 graus. A Dow promoveu mergulhos em círculos de 15, 30 e 60 metros em torno do navio, pouco depois do encalhe, e nada encontrou. O Taquari encalhou em 13 de abril de 1971, e já no dia 19 estava adernado. Chegamos à conclusão de que não havia carga perigosa a bordo. Faltam dados sobre 120 tambores, mas estes, após sete anos no mar, já devem ter se rompido.

Ao final da tarde trabalhei intensamente para passar aos jornais os resultados do nosso encontro com o pessoal da Dow.

Pavio curto

PORTO ALEGRE, RS – De manhã a Rádio Farroupilha colocou no ar um programa no qual falamos Paulo Sampaio, Jair Soares e eu. Lutzenberger me fez perguntas sobre os casos Itapagé (navio) e Taquari, que respondi com calma. A reação dele, porém, foi diferente: atirou coisas ao ar e se retirou, segundo disse o speaker, há horas tantas. Lutzenberger está de pavio curto.

1º maio 1978

3 maio 1978

5 maio 1978

P.S. Depois esses 120 tambores tiveram sua carga identificada: Dowzene, um vermífugo.

16 maio 1978

Estive na Assembleia Legislativa, onde depus na CPI sobre a saúde, sob a presidência do deputado Kist. Aberta a sessão, discorri sobre a maré vermelha e outras hipóteses existentes sobre os motivos da poluição do Litoral Sul. Concluí que a maré vermelha era a causa mais provável e que estava convencido disso. Contudo, disse que todas as outras hipóteses também precisavam ser pesquisadas e que o interesse da Sema era apurar tudo. (...)

Defendi a posição da Sema no caso do navio Itapagé, elogiando o comandante do Lloyd, que se recusou a jogar os praguicidas extravasados no mar, e explicando que o despejo só foi autorizado após a neutralização com soda cáustica indicada pelo professor Luiz Roberto Tommasi. Expliquei também tudo o que sabia sobre a carga do navio Taquari, naufragado no Cabo Polônio, no Uruguai, e cujos produtos transportados não poderiam ter causado grande poluição. Os meus opositores, porém, falaram em carga clandestina. Sugerir, então, que mergulhadores examinassem novamente o local e colhessem amostras do mar nas imediações. Contudo, expliquei que os tambores há anos deveriam estar corroídos e seu conteúdo extravasado, com exceção talvez dos cilindros de *Etilenoimina*. Não devemos deixar nada sem investigar.

Cousteau confirma

CURITIBA, PR – Durante a manhã, no Teatro Guaíra, superlotado com umas 2.700 pessoas, fizeram palestras o comandante Alimart, do Instituto Oceanográfico de Mônaco, e o capitão Jacques Cousteau, a estrela do seminário (1º Simpósio Nacional de Ecologia). A tradução foi feita trecho por trecho, o que se tornou algo monótono. Surpreendentemente, Cousteau falou em inglês, o que em geral os franceses não gostam de fazer em público. Sua pronúncia era bastante carregada. Discorreu sobre uma série de acidentes no mar, causadores de poluição, e pediu a união de todos os povos para salvar os oceanos da degradação ambiental. Condenou também a caça à baleia.

Em entrevista à Imprensa, Cousteau considerou o “Fenômeno Hermenegildo” como sendo mesmo maré vermelha, o que desagradou José Lutzenberger. Este me disse que vai publicar um livro, em resposta ao do ministro da Saúde. Fiquei de lhe enviar cópia do ofício do Instituto de Investigações Pesqueiras do Uruguai, onde se comprovou que a toxina que matou mexilhões era proveniente de maré vermelha mesmo.

Fontes
Serviço de emergência

VANCOUVER, CANADÁ – Pela manhã, fomos ao Environmental Protection Service (Federal), Pacific Region, onde os senhores Karl Kupka, MS. S. Hum e T. Carscaddeu fizeram uma exposição sobre os problemas de poluição. (...) Eles ainda não têm meios para cobrar pelos danos ecológicos da poluição, mas disseram que, na Califórnia, esse dano é cobrado comparando-se a área atingida com a área vizinha. A ação federal, no Canadá, é geralmente coordenadora. Eles estimulam a formação de cooperativas. Também fazem planos de contingência. Quanto a dispersantes, para usar em casos de poluição de óleo, apenas cinco são aprovados. Indicaram áreas onde os dispersantes não devem ser usados: lugares rasos ou onde podem prejudicar moluscos e peixes.

A mesa de operações dos serviços de emergência, para o caso de um derrame de óleo ou outro acidente parecido, é bem equipada, mas bastante simples. Possui rádios, telefones, calculadoras,

terminal de computador e outros equipamentos. Em pouco tempo podem tomar as medidas que o caso requer.

Prestígio da Sema

BRASÍLIA, DF – À tarde, tive uma importante reunião com o doutor Humayun Mirza, do Banco Mundial, e Roberto Cavalcanti, secretário de Planejamento do Ministério do Interior. Depois nós nos reunimos com o ministro Andreazza e com Rocha Maia, secretário Geral. O dr. Mirza declarou que o Banco Mundial está pronto para emprestar dinheiro (destinado ao controle da poluição pelas indústrias) aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas faz questão que isso seja feito através da Sema. Acha necessário fortalecer a nossa secretaria. Foi muito incisivo nesse ponto. O ministro Andreazza não só apoiou a sugestão, como disse que já era seu desejo fortalecer a Sema.

Segredos poluídos

Pela manhã, desembarquei no Rio de Janeiro. Logo tomei o avião da Vasp, Boeing 737, rumo a Brasília. O dia estava lindo e deu muito bem para ver os principais focos de poluição em torno da Baía da Guanabara: Refinaria Duque de Caxias, uma indústria próxima (a SE), uma fábrica de cimento junto aos manguezais do fundo da baía. Mais do que nunca me convenci da necessidade de usar imagens de satélite na localização e avaliação de fontes de poluição, sobre as quais as autoridades dos Estados não nos informam. É incrível, mas é comum entre eles a atitude de guardar segredo, por motivos políticos.

Estatística dos petroleiros

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 10h30, encontrei-me com o presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki. Também participaram Gilberto Nahum, assessor de imprensa, e Plínio Áreas, da Divisão de Engenharia de Segurança e do Meio Ambiente. Foi uma conversa muito cordial. Falamos primeiro sobre amenidades: seringueiras e lichias (Litchi). Depois de um breve histórico, o presidente Ueki disse que a Petrobras se preparava para adquirir equipamentos para o controle dos derrames de petróleo, em certa escala, quando teve notícias de que a Cetesb iria fazer o mesmo. Diante disso, a Petrobras recuou, para não duplicar inutilmente essas aquisições. Contudo, ele está disposto a cooperar para resolver o problema, desde que a Sema faça uma coordenação nacional de empresas e entidades interessadas na questão. Era justamente uma das alternativas que eu ia propor. Imediatamente aceitei a sugestão. Teremos, pois, que tomar a iniciativa dessa coordenação. Isso é muito importante, pois, mais cedo ou mais tarde, teremos no Brasil desastres de grandes proporções com petroleiros ou com sondas submarinas. É uma questão de estatística.

SÃO PAULO, SP – Fui moderador de uma Sessão do I Congresso Brasileiro de Energia, Saneamento e Meio Ambiente, na qual falou Carlos Celso do Amaral e Silva. Fez uma boa palestra sobre as atividades da Codel (Comissão de Defesa do Litoral). Disse-lhe que precisamos nos reunir, para dar seguimento à conversa que tive com o presidente Ueki, da Petrobrás. Um dado interessante da palestra de Carlos Celso, de que 30% da poluição marinha provém da lavagem dos tanques de petroleiros.

29 janeiro 1980

16 junho 1980

12 março 1981

18 março 1981

Inversão térmica no Vale dos Sinos

Observação de fontes de poluição durante voo de helicóptero a caminho da Estação Ecológica de Aracuri

13 julho 1983

8h45 – Levantamos voo do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Observei, nas proximidades, grandes áreas alagadas. Junto ao Rio Gravataí vi uma fábrica moderna, junto a uma curva do rio, emitindo bastante fumaça. A fábrica possuía grande tanque branco, na horizontal. Poderia ser também vapor d’água, pois a fumaça estava muito branca. Mais adiante, avistamos a Refinaria Alberto Pasqualini, também soltando fumaça. Mais adiante, sobre Sapucaia, uma fábrica produzia uma fumaça amarelada, sinal de bastante poluição. Um tapete de nuvens cobria o solo a baixa altura, no vale do Rio dos Sinos. Era uma grande inversão térmica.

Sinal vermelho

13 março 1986

VITÓRIA, ES – À tarde fomos à Cia. Siderúrgica de Tubarão, onde tivemos uma conversa franca e firme com os altos dirigentes presentes. (...) O pessoal da empresa admitiu, com franqueza, grandes falhas existentes no equipamento italiano, o que causava bastante poluição, mas estava sendo corrigido.

Logo após a visita, onde confirmamos as deficiência já apontada na coqueria e outros pontos, fomos ao aeroporto, que está próximo. Enquanto esperávamos o avião, pude notar uma imensa nuvem de pó vermelho, na CST. Era da aciaria. Durante nossa visita, eles pararam a aciaria. É verdade que nos disseram que esta estava muito insatisfatória, mas, como sempre, durante as minhas visitas às indústrias suspendem ou reduzem o funcionamento de equipamentos inadequados ou defeituosos.

Guarda Costeira

15 março 2000

De manhã houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb. O engenheiro Rodrigues Serpa fez uma excelente exposição sobre o grupo, por ele dirigido, encarregado de enfrentar os desastres ambientais. É um trabalho difícil, que requer amplos conhecimentos. Tive ocasião de salientar a necessidade de criar uma Guarda Costeira. Todos concordaram, mas a maioria da Marinha é contra. Estou pensando em escrever um artigo favorável à criação da Guarda Costeira.

Valo Grande
Atribuições

24 agosto 1983

Durante a reunião da CIRM (Comissão Interministerial dos Recursos do Mar), levei ao conhecimento de todos os problemas da Barragem do Valo Grande, em Iguape. O ministro da Marinha, Maximiano Fonseca, surpreendeu-se com o fato de a CIRM e a Marinha não terem sido consultadas sobre o rebaixamento da barragem, que o Governo de São Paulo pretende executar. O ministro e o almirante Mucio Piragibe Bakker, secretário da CIRM, foram taxativos: trata-se de atribuição da Marinha de que eles não abrem mão. Lembrei que o Mar Pequeno, que será afetado pelo rebaixamento, é federal, e que além disso possui um enorme potencial faunístico-marinho.

Decisão no escuro

Almoço no Ministério da Marinha com o almirante Bakker e o comandante Fetal

6 outubro 1983

Examinamos o projeto de rebaixamento da crista da barragem do Valo Grande, enviado pela Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Paulo. É um trabalho que trata apenas da vazão de água pela barragem a ser rebaixada. Não há sequer menção ao nível de marés e nada sobre impactos ecológicos. Examinamos tudo e chegamos à conclusão de que, com base naqueles documentos, não é possível propor alternativas. É incrível, mas teremos que decidir um assunto dessa importância praticamente no escuro. Não podemos recusar o projeto, pois sem ele existe o risco de as enchentes causarem imensos prejuízos, incluindo mortes. Por outro lado, sugeri a eles aceitarem condicionar o rebaixamento à realização de estudos visando uma solução definitiva. Amanhã cedo redigiremos o texto de uma resolução, a ser submetida por telex aos membros do CIRM. Há muita urgência, pois logo terá início a época de chuvas mais intensas.

Solução temporária

Grupo Técnico do Valo Grande, com técnicos do Departamento de Águas e Esgoto de São Paulo, ouviu moradores da região e busca solução no Ministério da Marinha

17 outubro 1983

(...) Depois de 10h de reunião, finalmente chegamos à conclusão de que não seria possível rebaixar a barragem menos de 1 metro abaixo do nível médio das marés. No último momento, consegui mais uma concessão: o rebaixamento ficaria entre 1 metro e 0,50 metros daquele nível. Também pedi, e fui atendido, que a decisão do rebaixamento ficasse vinculada à outra, que determina que dentro de um ano o Governo do Estado de São Paulo apresentará a solução definitiva para a proteção do Mar Pequeno.

Elos partidos

(...) Ao chegar de Campinas, fui ao Instituto Oceanográfico (IO) da USP, onde conversei com o diretor Plínio Soares Moreira, com o professor Tito, da Geologia, e com o colega Luiz Roberto Tommasi. Disse-lhes francamente que cometi um erro, ao não pedir antes a colaboração do IO, mas que achava muito importante a cooperação deles. Tratamos do caso do Valo Grande. Acho que consegui consertar os elos partidos.

31 outubro 1983

Salvar o Mar Pequeno

Cheguei à conclusão de que alguém precisava agir com urgência para salvar a barragem do Valo Grande, antes que fosse tarde. Resolvi agir. Redigi uma resolução e passei-a por telex ao secretário João Oswaldo Leiva, da Secretaria de Obras e Meio Ambiente de São Paulo. Fiz isso às 19h15, após consultar José Pedro de Oliveira Costa, que sugeriu a solução de rebaixar ao nível da maré máxima, ao invés da implantação de comportas que custam muito dinheiro, e que eu pretendia fixar como exigência. Achei a ideia boa. Com essa modificação, passei o telex. Estava consciente dos tremendos riscos que vou correr, afinal, fiz um ato oficial contra outro ato (portaria) de um ministro, o das Minas e Energia. Mas estou com a razão e terei o apoio geral dos conservacionistas

11 julho 1984

e já conto com a ajuda de Ruy Mesquita e dos jornais desse grupo. Foram momentos de angústia ter que decidir um assunto com tantas implicações em tão pouco tempo, mas estou seguro de que a grande meta deve ser salvar o Mar Pequeno.

Erros de interpretação

13 julho 1984

(...) *O Estado de S. Paulo* declarou que eu determinei o rebaixamento da barragem, o que não é totalmente exato. O que eu fiz foi dizer à Secretaria Estadual que o rebaixamento não poderá ultrapassar o nível da maré máxima, o que é muito diferente. Houve aí um mal-entendido. *O Jornal da Tarde* publicou que eu autorizei rebaixar meia barragem, o que também não é exato. Tudo isso me deixa profundamente aborrecido, pois eu faço uma força tremenda para salvar a barragem e desafiei até um ministro de Estado. Mas isso é coisa de repórteres que não entenderam bem, e na segunda-feira espero esclarecer a situação.

P.S. 2009: O Estadão sempre procurou me ajudar, com boa vontade e independência. Ver 21 setembro 1984.

Comitês de Bacia

1º agosto 1984

Estive na Sema com o engenheiro Alvarino Araújo, diretor do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica). Foi muito tranquilo negociar com ele a composição dos novos Comitês de Bacia. Cedemos as presidências nos rios onde a produção de eletricidade é maior e reservamos para os órgãos estaduais aliados os rios que mais interessam ao meio ambiente, como o Ribeira de Iguape.

Recuo salvador

21 setembro 1984

O Estado de S. Paulo publicou uma ótima notícia sobre a minha nova posição, a do cancelamento do rebaixamento até o nível da maré máxima. É curioso que uma situação tão difícil e até constrangedora se tenha transformado numa grande oportunidade para tomar uma atitude apreciada. Na verdade, eu me liberei de uma responsabilidade impossível, e o fiz a tempo, antes que alguma enchente causasse um desastre do qual certamente me culpariam. As chuvas estão chegando. O motivo que citei, a paralisação das pesquisas biológicas no Mar Pequeno e do Valo Grande, sem o meu conhecimento, rendeu-me um bom respaldo. Realmente, como encontrar a solução definitiva sem tais pesquisas? Hoje penso ter sido uma sorte o fato de eu ter podido cancelar a tempo uma determinação que era boa, mas que acabou se tornando inviável.

RESTRIÇÕES
Muito barulho...

17 julho 1980

BRASÍLIA, DF – Divulgamos aos jornalistas a portaria sobre a Poluição Sonora, publicada em meados de junho. Como, porém, ela passou inteiramente despercebida, agora lhe dei publicidade como se fosse grande novidade – mas avisei aos jornalistas sobre isso.

Zonas de silêncio

Visita aos órgãos de proteção ambiental da Holanda

AMSTERDAM, HOLANDA – O senhor E. Eggink, especialista em ruído, disse que eles gastam, no Governo Real, 40 milhões de dólares por ano no controle de poluição sonora. O dinheiro vai principalmente para os governos locais. Eles têm aqui zonas de silêncio e de proteção. Frequentemente vi muros ou painéis, bastante simples, junto às estradas, para abater o som produzido pelos veículos.

16 setembro 1983

Quem polui paga

De manhã recebi um telefonema, da parte do ministro. Segui logo para o Ministério, onde me encontrei com Urquiza, chefe do gabinete. Fiquei surpreso ao ver um homem tranquilo e superprudente, ditando um discurso enérgico e cheio de expressões fortes. Ele me informou que o ministro Andreazza ficou insatisfeito com o discurso inócuo que lhe haviam preparado e desejava, com toda energia, condenar a poluição existente no Rio Paraíba. Dali a pouco apareceu o próprio ministro, que realmente estava bravo, dizendo-se cansado de falar sobre coisas que não se resolvem. Agora seria para declarar que certas coisas não podem continuar. Era preciso dar um basta à poluição. “Quem polui paga”, foi uma frase que lhe sugeri e ele imediatamente adotou.

4 junho 1981

Senti-me das nuvens, satisfeitíssimo. O ministro havia compreendido bem os problemas de nossa luta e arregaçara as mangas de sua camisa para nos ajudar. (...)

Finalmente, às 11h, iniciou-se a reunião de classificação do Rio Paraíba do Sul. A sala estava cheia, com a presença de técnicos e autoridades. Fui o primeiro a falar, mas me referi muito brevemente ao Codevap (Comitê Executivo do Vale do Paraíba) e ao CEEBIH, o Comitê Nacional. Disse que o ano de 1981 era para nós um *turning point* – divisor de águas. Enumerei algumas iniciativas deste ano no setor, todas importantes. Depois tomou a palavra o ministro, com voz firme e enérgica. A todos surpreendeu pela força de seu pronunciamento, contra os poluidores, principalmente contra alguns municípios do vale que não tratam seus esgotos e não se filiam ao Planasa (Plano Nacional de Saneamento) para receber recursos. O ministro disse ainda que quem polui deve pagar e que está disposto a pedir até uma emenda constitucional para resolver os problemas institucionais que nos impedem de agir contra certos municípios poluidores.

O pessoal da Sema ficou em festa com o pronunciamento do ministro Andreazza.

Perspectivas do saneamento

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã fui ao seminário promovido pela Light e pelo Globo sobre o Rio Paraíba do Sul. Quando cheguei lá, o ministro Andreazza me chamou para se informar de certos detalhes da projetada associação dos usuários das águas do Paraíba e sua relação com o existente Ceivap (Comitê de Estudos Integrados do Vale). Ele queria se certificar de alguns pormenores, que aparentemente não eram do conhecimento de José Lopes, que também estava lá e é o presidente do Banco Nacional da Habitação, ao qual está afeto o Planasa. Assim, vi-me na estranha posição de dizer ao chefe do Planasa como seria a nova orientação – entusiasticamente adotada pelo ministro – e que vai modificar profundamente as normas e perspectivas do saneamento básico no Brasil.

3 agosto 1982

Uma importante resolução

18 junho 1986

Às 14h35, teve início a reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), sob a presidência do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz. Foi muito discutida, e finalmente aprovada, a resolução sobre a Poluição das Águas, que substitui a famosa Portaria GM-13. O ministro conduziu a reunião de modo que artigo por artigo fosse votado, com uma discussão ampla e a votação das emendas da Confederação Nacional da Indústria, além de outras, que foram apresentadas e votadas hoje, como destaques. Foi assim que o Conama aprovou uma de suas mais importantes resoluções.

Despoluição do Tietê

28 maio 1991

SÃO PAULO, SP – Fui à reunião do Unibanco, onde foi assinado um acordo com a SOS Mata Atlântica para despoluir o Rio Tietê. Disse a vários dos presentes que era necessário fazer um plano prevendo etapas que possam ser cumpridas. Cada etapa cumprida seria uma vitória estimulante. Sem isso, o programa terminará ingloriamente, pois a vitória final (despoluição do rio) levará muitos anos para ser obtida.

Sabão em pó sem fósforo

21 novembro 2001

Reunião na Cetesb. Falou o dr. José Eduardo Bevilacqua, sobre a péssima qualidade da água das represas do sudeste do Brasil. Grande, imensa eutroficação (multiplicação excessiva de algas), algumas tóxicas. É preciso retirar fósforo dos sabões em pó, ou pelo menos reduzir sua presença. Isso pode ferir imensos interesses econômicos, dos produtores de fosfatos. Vou pedir ao Conama que se pronuncie.



PNN – A paz, um objetivo prioritário no amor ao próximo

UMA ÉPOCA DE GRANDES MUDANÇAS

Resíduos, gases, odores e tóxicos Degradação preocupa

Conversei, depois, na Cetesb (Companhia de Engenharia e Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo), mais longamente, com o biólogo Aristides Rocha (ex-aluno meu), os engenheiros Carlos Celso do Amaral e Silva, Celso E. Monteiro e com R.E.B. Centurion. Trocamos ideias sobre muitos problemas técnicos relativos à legislação antipoluição (hoje uma colcha de retalhos) e à poluição da indústria de celulose, a mais grave das existentes. Segundo Celso Monteiro, as fábricas que usam o processo craft não poluem. As que utilizam sulfito são altamente poluidoras. O problema principal está na dificuldade da biodegradação da lignina, devido a aldeídos tóxicos.

Hoje tive a sensação de ser uma espécie de "governo no exílio", muito considerado, mas ainda no desvio da ferrovia.

Orientação pragmática

Pela manhã, recebi o segundo secretário da Embaixada do Japão, senhor Nitta, que veio conversar sobre assuntos relacionados aos problemas de poluição. Disse-me que o embaixador do Japão se preocupa muito com o assunto. No momento, há um grupo privado no Sul do Brasil que foi àquele país para estudar o controle da poluição na indústria de celulose. Trouxe-nos uma coleção da excelente publicação japonesa Environmental Quality. Creio que veio também me sondar a respeito de nossas atitudes frente ao problema da poluição, pois existe um crescente número de indústrias nipônicas se instalando aqui. Falei-lhe a respeito de nossa orientação pragmática frente ao problema, com o que penso ter tranquilizado os investidores daquele país, que nos trazem progresso e aos quais pedimos um razoável bom senso conservacionista.

Financiar conversão

Dei entrevista aos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, dizendo ser perigosa a ideia (aceita no Vale do Reno, na Alemanha), de taxar as indústrias pela poluição que fazem. Ou a taxa é barata e incentiva a poluição, ou é muito cara, aumentando os custos das indústrias e provoca uma grita geral. O mais certo, a meu ver, é financiar a instalação de equipamentos contra a poluição.

Celulose Borregaard Poluidor impertinente

O presidente da Borregaard, fábrica de celulose fechada pelo governo gaúcho e que agora abre novamente, enviou um telex um tanto impertinente ao ministro do interior Rangel Reis, anunciando o reinício das atividades da fábrica e o prejuízo que tiveram. Respondi sobre nossa satisfação pelo fato de terem resolvido o problema do mau cheiro, mas indagando sobre os programas deles sobre a poluição hídrica que vimos em foto do satélite Skylab.

8 janeiro 1974

1º março 1974

14 março 1974

21 março 1974

4 junho 1974

"Não podemos fechar todas as fábricas"

PORTO ALEGRE, RS – Almocei no hotel. Às 15h, vieram me buscar para a entrevista com o governador Euclides Trides. No Palácio Piratini, o governador me recebeu, juntamente com Paulo Melro meu anfitrião na Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, do Ministério do Interior). O governador, a respeito da Borregaard, tem uma posição mais calma e moderada que o secretário Jair Soares. Pensa, como todos, que o problema está sendo tratado numa atmosfera muito emocional. (...) Disse-lhe que a posição da Sema era a de prestigiar os governos estaduais empenhados no controle da poluição. O governador afirmou ter conversado com o presidente Geisel e este lhe disse que "não podemos fechar todas as fábricas", referindo-se evidentemente às que estavam fora das condições desejáveis. Pus-me à disposição para vir falar com ele, sobre a Borregaard, quando achar oportuno.

5 junho 1974

Sobrevooo da região metropolitana de Porto Alegre

11h38 – Pedi para o piloto rumar para sudoeste, para sobrevoarmos a Borregaard. Estamos sobre uma região de pequenas propriedades, com 5% de matas, em terrenos ondulados. Há pequenas lagoas, terra arada, pastagens, muitas áreas arborizadas.

11h49 – Sobrevoamos em círculo a Borregaard. Pode-se ver muito bem, a uns 2 quilômetros da margem, a mancha negra e algo espumosa dos efluentes lançados pela fábrica através de um emissário submerso. Junto à própria fábrica também há uma grande mancha negra. A fumaça da Borregaard se eleva a algumas centenas de metros. A área de propriedade da companhia é grande. Mais adiante está a Celusa, outra fábrica de celulose, também com água escura, poluída, por perto.

(...) Recebi também, no hall do hotel, o engenheiro Fernando Geisel e L. Ruy Henz, representantes da Borregaard. Durante longo tempo, eles me explicaram o esforço técnico que estão fazendo para eliminar o mau cheiro daquela fábrica. (...) Não me garantiram que em 18 meses (prazo do governo gaúcho) as instalações não mais poluiriam, pois isso dependerá do fornecimento do equipamento. Disseram que no final, a Borregaard será uma das fábricas de celulose que menos poluirá no mundo. (...)

Expliquei a ambos que o problema da Borregaard era um caso emocional para muita gente e que poderia ter consequências sérias. Por outro lado, o problema já preocupava muita gente, em Porto Alegre, que obrigava a empresa a encontrar uma solução. O nosso desejo era o de que toda a situação se resolvesse no menor tempo possível. Para o governo, era uma questão importante. Eu lhe fazia um apelo nesse sentido. Em Brasília, aguardaria o dossiê que a Borregaard se comprometeria a me enviar. Eu estava consciente de que o problema era difícil no mundo todo, contudo, havia solução.

Tive boa impressão dos dois representantes da Borregaard, inclusive porque eles me disseram que, às vezes, havia um aumento do mau cheiro devido a acidentes ou defeitos na operação. Os dois representantes não prometeram prazos fixos, o que me pareceu sincero. Por outro lado, penso que o problema não desaparecerá por completo e ressurgirá, às vezes, no futuro. O fato é que a fábrica está mal localizada.

A solução, a boa vontade e o desprazer

VITÓRIA, ES – No aeroporto de Vitória, me encontrei casualmente com Aldo Sani, superintendente técnico da Celulose Nipo-Brasileira, da Cenibra, empresa que visitei há dias. Indaguei sobre os problemas de mau cheiro das fábricas de celulose. Ele explicou que considera inevitáveis dispersões desse odor desagradável até uns 7 quilômetros de distância da fábrica. Até 14 quilômetros não deveria existir problema nenhum. A uma pergunta minha sobre chaminés altas, disse que as de 200 metros de altura, que custariam cerca de Cr\$ 3 milhões (3 milhões de cruzeiros, moeda da época), deveriam dispersar os poluentes de modo a evitar problemas. Tenho a impressão de ser essa a chave para resolver o caso da Riocel (ex-Borregaard), que tanto inferniza a população de Porto Alegre. Esses esclarecimentos são muito importantes, pois o engenheiro Aldo Sani é um dos técnicos de mais alto gabarito nesse setor.

PORTO ALEGRE, RS – Almocei no hotel com Lucia, o general Resstel, o coronel Daniel Monteiro (presidente da Sociedade Controladora da Riocel), os engenheiros Fernando Geisel, Renato Maciel Sá Jr. (ambos diretores da Riocel) e Nelson Jorge (da Sudesul). Apresentei conhecimentos sobre os problemas da Riocel e, dessa forma, sugeri o estudo da construção de uma chaminé de 200 metros de altura para dispersar melhor os poluentes. Foi uma agradável surpresa saber que eles também estão pensando nessa solução. A meu ver, a Riocel está fazendo o máximo para reduzir a poluição. Os seus diretores demonstraram muita boa vontade, o que é importante para a resolução do problema.

Após o almoço, fui à Secretaria de Saúde, onde conversei com o secretário Jair Soares. Tivemos com ele um entendimento muito bom, inclusive, sobre a Riocel também estamos de acordo.

Retornamos à Porto Alegre. Sobrevoamos a Riocel, onde tive o desprazer de verificar junto à fábrica, logo ao norte, a partir da margem, a presença de grande mancha negra de lixívia. Também o emissário subaquático estava liberando um efluente negro. Acredito que o motivo era o fato de o vento estar soprando em direção a Porto Alegre, como se podia ver pela fumaça. Talvez por isso tenham reduzido o funcionamento do forno de cal, onde a lixívia é recuperada, mas onde, também, há maior produção de gases mal cheirosos.

Agressividade injusta

Há dias o *Correio Braziliense* publicou, numa das suas colunas, uma nota de extrema agressividade: "O secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, acaba de sugerir que a fábrica Borregaard, que polui Porto Alegre, construa uma chaminé de 200 metros de altura, para que seus detritos sejam expelidos bem no alto, longe dos olhos e das narinas da população. Temos uma sugestão complementar: no dia da inauguração, convidem Paulo Nogueira para dar o primeiro pulo lá de cima da chaminé. Despoluirá a Sema".

Essa nota foi a que mais me aborreceu até hoje, pela injustiça que representou. Minha sugestão da chaminé está tecnicamente correta, dependendo de sua viabilidade final de estudos meteorológicos locais. É apenas uma solução local e emergencial, de aplicação limitada. Mas, nem por isso vou querer mal ao autor do maldoso comentário, pois precisamos sempre nos lembrar das palavras do "Pai Nosso", a grande oração de todos nós cristãos.

7 outubro 1976

P.S. 2009: Esse tipo de controle por meio da maior dispersão não é uma solução verdadeira.

8 outubro 1976

P.S. 2009: Minha sugestão estava equivocada.

9 outubro 1976

11 outubro 1976

P.S. 2009: Alguns dias depois, graças, sobretudo à gentileza de Ary Cunha, o *Correio Braziliense* publicou nova nota, no mesmo local, dizendo que não me queria "queimar" e que sua estranheza era só pela altura da chaminé. Assim, o caso terminou bem.

	Valeu a pena
1º outubro 1980	À tarde, estive em Guaíba (RS), para visitar a Riocell, fui recebido pelo coronel Peracchi Barcellos, o general Breno Borges (que foi me buscar no aeroporto), o superintendente Aldo Sani, o engenheiro Fernando Geisel, o relações públicas Freitas e outros técnicos. Fizeram-me uma ampla exposição no auditório da empresa, sobre as atividades de controle ambiental e também sobre os planos de instalação de novos equipamentos. Na verdade, eles realizaram muito mais, no setor ambiental, que a imensa maioria das empresas brasileiras. O problema está na próxima venda das ações do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), a empresários cuja orientação não sabemos qual será. Fiz um discurso elogiando as preocupações ambientais da atual Riocel.
	Visitamos, depois, as ótimas instalações dos laboratórios, ainda sem os equipamentos colocados. Vimos os painéis de controle, as muretas de controle de derrames, as instalações meteorológicas, o ponto, as escavações impermeabilizadas para receber o lodo e detritos (aterros sanitários) etc.
	Fiquei muito impressionado com os planos e os resultados já conseguidos. Isso se deve, em grande parte, à extraordinária capacidade técnica do superintendente Aldo Sani, que transformou uma empresa falida numa companhia rentável. Além disso, ele conseguiu diminuir de 100 vezes as emissões de certos poluentes. No planejamento geral, outro ponto alto é a instalação de equipamentos antipoluentes duplos, para prevenir acidentes. Fiquei comovido com a presença do ex-governador, o coronel Peracchi Barcellos, que, apesar de semiparalítico, estava lá para me receber. Há tempos ele insistia comigo para fazer essa visita. Valeu a pena.
	Celpa Lixívia no Tibagi
2 dezembro 1977	Recebi notícia verbal e, depois, por telex da Administração de Recursos Hídricos do Paraná, dizendo que vários tanques de lixívia negra da Celpa (Celulose Paraná) haviam se rompido e que esse produto altamente poluidor iria atingir o Rio Tibagi. Dei entrevistas aos jornalistas e à TV Globo. Procurei, assim, alertar as populações e indústrias ribeirinhas. Se esse último tanque realmente estourar, vai ser talvez o maior desastre ecológico no Brasil.
	Exagero e acordo
5 dezembro 1977	Recebi Levonir Trombini e Mirtilho Trombini, diretores da Celpa. Eles garantem que as lagoas de lixívia negra, próximas ao Rio Tibagi não se romperão. Afirmaram, porém, que o solo está absorvendo grandes quantidades desse material, mas não acreditam que chegue ao rio. Contudo, neste ponto o diretor da Administração de Recursos Hídricos tem opinião oposta. A Celpa está pronta para fazer um acordo conosco e com a ARH (Administração de Recursos Hídricos). Ela calcula em mais de um ano o tempo necessário para normalizar a situação.
6 dezembro 1977	Falei, ao telefone, com Jurimar Cavichiolo, diretor da ARH do Paraná. Sugeri, e ele concordou, estudar a elaboração de um acordo Sema-ARH-Celpa para fixar um esquema de controle da poluição. A seu ver, as notícias sobre o rompimento dos tanques de lixívia negra e o desastre ecológico

que previ foram exagerados. Respondi que todo o País tivera sua atenção voltada para a ARH, e que o governo Paranaense poderia, neste momento, avaliar melhor a importância da entidade, inclusive, que as fábricas de celulose de todo o País tomariam mais cuidado. Toda essa movimentação era graças à repercussão do caso Celpa. Concordei, porém, que tinha havido certo exagero (do qual sou responsável). É a tal coisa: como não houve o desastre previsto, fala-se em exagero. Se tivesse havido um desastre, e ficássemos calados, diriam que fomos relapsos.

Soube que o ministro Rangel Reis me telefonou, ontem, de Recife. Com todo esse noticiário espalhafatoso sobre o caso Celpa, ele provavelmente está aborrecido comigo e isso pode ser muito sério. No meu cargo as tensões são muitas.

Braskraft
Mobilização popular

SÃO PAULO, SP – Antes do final da manhã, recebi no meu escritório uma Comissão do Vale do Paranapanema, que veio pedir a preservação da qualidade das águas da região face ao projeto de construção da fábrica de celulose (Braskraft) em Angatuba. É impressionante o apoio público e privado que essa campanha conseguiu na região. Disse-lhes que um movimento conservacionista como esse tinha minha simpatia. Contudo, falhei-lhes que precisamos estudar as alternativas possíveis. Não podemos deixar que milhões de pés de eucaliptos e de Pinus se percam por falta de utilização. Além disso, só podemos agir dentro da lei. Sem resolver esses aspectos, não conseguiremos nenhum resultado positivo. A princípio, o clima da reunião ficou tenso, pois minhas ponderações não eram agradáveis, embora realistas. Depois, felizmente, todos compreenderam a situação. Portanto, ficou acertado que a Sema nomearia uma comissão, na qual todas as partes interessadas procurariam chegar a um acordo sobre possíveis alternativas. Esteve presente, também, Paulo Bastos Cruz, representando a Federação das Indústrias. Ele vai entrar em contato com a Braskraft, para promover um encontro da diretoria conosco.

O peso da opinião pública

BRASÍLIA, DF – Pela manhã, o secretário de Obras e Meio Ambiente, Francisco Fernando de Barros, de São Paulo, o secretário-geral do Minter (Ministério do Interior), Dílson Queiroz Santana, o ministro Rangel Reis e eu tivemos um encontro para debater o caso Braskraft. O governo do Estado de São Paulo já terminou o exame do projeto da fábrica e concluiu pela sua aprovação. Nesse momento, vão nos enviar o processo. Na realidade, o governo paulista não quer assumir, sozinho, a responsabilidade pela sua aprovação, devido ao impacto desfavorável que isso teria na opinião pública. O ministro também participa dessa preocupação. Diante desse quadro, sugeri que o assunto fosse primeiro tratado pela Sema e, depois, encaminhado à Comissão Interministerial que vai classificar e acompanhar a evolução dos rios federais. Todos aprovaram essa sugestão e, dessa maneira, ganha-se o tempo necessário para estudar todas as implicações do Projeto Braskraft. Consta não haver recursos para a implantação de todo o equipamento antipoluidor. Esse equipamento custará cerca de 40 milhões de dólares. Para nós não tem sentido aprovar o projeto se este não puder ser implantado com todas as garantias de que não poluirá o Rio Paranapanema. Nosso único compromisso é com a manutenção da qualidade das águas. Ao que consta, o BNDE não possui recursos neste ano para financiar a instalação da Braskraft. Precisamos ver o projeto

4 julho 1977

28 março 1978

como um todo. De qualquer modo, porém, a posição da Sema será difícilima, devido aos múltiplos fatores envolvidos. Vamos sofrer muitas pressões. (...)

Às 14h, embarquei pela Vasp para Fortaleza. Pouco antes, no aeroporto, encontrei-me casualmente com Marcelo Barboza Ferraz e outro colega seu, da Braskraft. Estavam comigo Neylor e Elisimar. Disse-lhes que as altas esferas de São Paulo e as federais estavam muito preocupadas com o impacto do Projeto Braskraft perante a opinião pública, e que seu exame seria demorado. Não é do meu feitio enganar ninguém. Barbosa Ferraz disse que o impacto na opinião pública poderia ser favorável se o projeto fosse bem explicado. Não participo desse ponto de vista. De qualquer modo, o certo é que, pela primeira vez, o peso da opinião pública conservacionista teve primazia num problema importante. Sob esse aspecto, hoje, talvez seja um dia histórico, desses que passam despercebidos no momento em que ocorrem.

30 março 1978

Em Brasília, ao fim da tarde, recebi a visita do deputado Cunha Bueno. Conteí a ele a situação do caso Braskraft. Ele me disse que se for dada licença para o funcionamento daquela indústria, o prefeito e a Câmara Municipal de Avaré pedirão demissão. A meu ver, o tempo corre contra a instalação da Braskraft. Se a decisão demorar mais alguns meses, talvez seja tarde para a fábrica, pois não sei se o BNDE e os sócios americanos esperarão tanto. Dei essa opinião a Cunha Bueno.

Isso tudo traz para mim um problema de consciência. Nelson Nefussi, especialista da Cetesb, garante que o projeto apresentado protegerá o rio contra a poluição. Se assim for, não será um capricho proibir ali a fábrica? Por outro lado, quem pode garantir contra a possibilidade de um acidente ou quanto ao descumprimento do projeto? É justo debater esse caso tão complexo, em clima pré-eleitoral (eleições em novembro)? E quem paga as despesas para a fábrica decorrentes da demora? Mas não será melhor resolver serenamente? Estou chegando à conclusão de que nosso principal papel será o de estimular a discussão honesta e o debate de todos os aspectos do problema, até que fique bem clara a melhor solução. Nosso ponto-chave é exigir que o Rio Paranapanema tenha garantida a sua boa qualidade.

Falei ao telefone com Nelson Nefussi. Ele fez o que podia para exigir da Braskraft um bom projeto, e, enfim, conseguiu. Disse-me que ficou tão preocupado com esse assunto que teve que ir ao médico.

A Cetesb, na prática, aprovou o projeto, mas a decisão foi transferida para Francisco Fernando de Barros, que agora quer passar o "abacaxi" à Sema.

Confiança de todas as partes

13 abril 1978

BRASÍLIA, DF – Falei ao telefone com o deputado Cunha Bueno e pedi a ele que apresente sugestão para criar um "Rio Parque", ao longo do Paranapanema. A oportunidade é favorável e não deve ser perdida.

Telefonei também a Mario Barbosa Ferraz, presidente da Braskraft, e lhe disse que o BNDE só reexaminará o projeto da fábrica após a conclusão definitiva dos estudos ambientais.

As minhas intervenções no caso Braskraft objetivam conduzir, aos poucos, a um consenso, que poderia consistir na reformulação e realocização do projeto. Isso é possível. Preciso ter a confiança

de todas as partes e tratá-las sempre com seriedade, ainda que não consiga chegar a um acordo final. Mesmo porque tratar bem a todos é um imperativo cristão, um direito natural.

Indústria rejeita audiência pública

SÃO PAULO, SP – Ao chegar ao Aeroporto de Congonhas, era esperado por Lucia, nossos netos, Paulo e Luciana, e os senhores Henry e Paul Levine, este último vice-presidente da Continental Forest Industries, sócia da Braskraft. Ambos foram comigo até minha casa, onde conversamos, longamente, no meu escritório.

Disse aos senhores Levine e Henry que o problema Braskraft tinha aspectos políticos, ambientais e econômicos. Conteí que estava pensando em convocar uma Audiência Pública (*Public Hearings*) para debater amplamente o caso, em todos esses aspectos. O senhor Levine colocou a mão na cabeça, dizendo que comparece a muitas dessas audiências e que elas não resolvem nada. Avisou, também, que a firma norte-americana não pode esperar mais, e que, ao se retirar, vai dizer o que ocorreu. A seu ver, essa situação irá prejudicar muito a imagem do governo Brasileiro no exterior, e de qualquer modo o meu nome será tido como responsável por essa repercussão. Isso me irritou um pouco e, a conversa, nesse ponto, ficou tensa. Respondi dizendo que o governo Brasileiro terá que examinar o assunto sob todos os ângulos e que a decisão não dependia só de mim. Do meu ponto de vista, é importante debater tudo para que as resoluções sejam tomadas com pleno conhecimento de causa. Compreendia, porém, a pressa que eles tinham em obter uma definição.

A horas tantas, ouviu-se um estalo. Era o senhor Henry que, com 1.90 de altura e peso correspondente, havia quebrado a cadeira antiga de madeira onde se sentara.

Ao final da tarde, estiveram em casa Mario Barboza Ferraz, presidente da Braskraft, e seus assessores, João Carlos e Caio. Eles vão partir para uma ofensiva publicitária. Não se conformam com a situação de estagnação na aprovação do projeto, devido a motivos políticos. Repeti a eles que o problema tem aspectos políticos, econômicos e ambientais. Conteí que tudo poderia ser debatido em audiências públicas, o que não os sensibilizou. Eles se queixaram de uma crítica severa ao projeto, que eu teria feito na imprensa. Na realidade, eu não havia dito aquilo que foi publicado por um jornal e estou pronto a repor as coisas em seus lugares. O projeto é bom. Contudo, disse-lhes que o alvo crucial da questão é saber até que ponto a Braskraft, usando a capacidade de autodepuração do Rio Paranapanema, vai prejudicar a instalação de indústrias em outros municípios. Eles acreditam não existir esse perigo, mas não estou tão certo assim.

Qualidade da água acima das pressões

Francisco Fernando de Barros, secretário de Obras e Meio Ambiente de São Paulo, telefonou-me para pedir pressa na classificação do Rio Paranapanema, pois o governador Paulo Egydio deseja licenciar, logo, a Braskraft, segundo me disse.

Telegrafei ao secretário Francisco Fernando de Barros dizendo que a classificação do Rio Paranapanema dependerá do Comitê Especial encarregado disso. Pretendi deixar essa questão bem clara,

20 maio 1978

22 maio 1978

20 novembro 1978

21 novembro 1978

pois fui, hoje, sondado por Fabio Monteiro de Barros sobre a possibilidade de o Estado agir independentemente de nós. Ele representa a Braskraft. Disse-lhe que na área federal não concordaremos com tal coisa. A Braskraft está com muita pressa, o que é compreensível, mas não podemos deixar de cumprir a legislação por causa disso.

À noite, telefonou-me um irmão de Rhamas Nasser, da Adevap (Associação Defesa do Vale do Parapananema). Havia tentado falar com eles à tarde. Disse-lhe o que estava ocorrendo com a Braskraft, pois me repugna ver a parte conservacionista ser tomada de surpresa e não poder se defender. Agora, pelo menos, a Adevap poderá argumentar junto ao governador e expor os seus pontos de vista.

22 novembro 1978

À tarde, tive uma reunião com o ministro Rangel Reis e o secretário-geral Dílson Santana de Queiroz. O ministro acha que devemos examinar a classificação do Rio Parapananema sem pressa e debatendo os vários ângulos da questão. Ele concordou comigo sobre a necessidade de instalar, logo, o comitê de classificação e, nesse sentido, telefonou, ali mesmo, ao presidente Barbalho, da Eletrobrás. A orientação do ministro, que me parece acertada por atender aos desejos da população local, não vai ser bem aceita pelo governo de São Paulo.

25 novembro 1978

SÃO PAULO, SP – Sabádo, pela manhã, fui à casa de Mario Barboza Ferraz, presidente da Braskraft. Estava presente também, o diretor Fabio Monteiro de Barros. Disse-lhes que tinha ido pessoalmente para explicar que o estudo a ser feito para a classificação do Rio Parapananema levaria mais do que um mês, ao contrário do que há dias eu havia dito a Fabio. Poderia se estender até o próximo Governo, a se iniciar em 15 de março, e isso não dependeria da Sema. O estudo deveria ser amplo e compreender um "pacote" de medidas, como sugestões para o controle da erosão (lembrada por Mario), o tratamento de esgotos, criação de parques, instalação de Conselhos Ambientais etc. Eles estão meio desesperados com a situação, pois o projeto que fizeram atende às exigências severas da Cetesb. Disse-lhes que uma ideia interessante seria o governador Paulo Egydio telefonar ao ministro Rangel Reis. Os problemas decorrem de uma série de circunstâncias. Falei na possibilidade de pedirem ao BNDE a reformulação do projeto, para fazerem lá outra coisa que não seja celulose. Nem cogitam, porém, essa hipótese. Então, afirmei que, se eles pedirem uma definição ou indenização judicial, de minha parte não deveriam sentir-se constrangidos, pois compreendo que defendam seus interesses.

Para mim essa conversa foi muito importante, pois estou procurando, nesse caso da Braskraft, agir corretamente, sem enganar ninguém. Alerttei as duas partes sobre o seu direito de não serem "enroladas". Nessa base, vamos procurar resolver tudo dentro do que é certo. Acredito que duas coisas são fundamentais: a opinião da população local e a defesa da qualidade das águas. Entretanto, ainda há muita confusão sobre ambas as coisas.

27 novembro 1978

COSMÓPOLIS, SP – À tarde, telefonei ao secretário Francisco Fernando de Barros e disse-lhe que o ministro Rangel Reis achava que o caso Braskraft deveria ser resolvido, cuidadosamente, sem pressa. Como o governador Paulo Egydio tem muita pressa, o melhor seria que ele telefonasse ao ministro, para que possam conversar a respeito. Também afirmei ter a intuição de que havia uma orientação para deixar o problema para o próximo governo, embora não possa fazer uma afirmação positiva a respeito. Dessa maneira, Francisco de Barros não ficará no escuro, a respeito das perspectivas do caso Braskraft.

Marcos Vianna, presidente do BNDE, perguntou-me sobre o caso Braskraft. Falei das minhas dificuldades. Ele me disse que, quando o processo chegar às suas mãos, ainda levará umas seis semanas para reexaminar o empreendimento, nos seus aspectos econômicos. Assim, a palavra final só vai ser dada pelo próximo governo.

19 dezembro 1978

Mudança de planos

Mario Barboza Ferraz e Fabio Monteiro de Barros, da Braskraft vieram me ver. Expliquei-lhes já ter sido instalado o Comitê Especial de Classificação dos Rios Federais e que, possivelmente, nos dias 18 ou 19 de abril, instalaremos o Comitê Técnico do Rio Parapananema, entre outros. Mostrei-lhes os estudos feitos pela CNEC, companhia contratada pelo DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica). Na realidade, finalmente eles estão pensando em se localizar no Paraná, onde as condições ambientais e políticas são melhores. Eles agradeceram minha franqueza no trato desse problema.

27 março 1979

Falei com o governador Ney Braga sobre a Braskraft, empresa que deseja se instalar no Paraná. Disse-lhe que o projeto era muito bom, mas que deviam ser tomadas cautelas.

17 maio 1979

Insistência

NOVA IORQUE, EUA – À noite, a Amex, através do senhor Arthur Reef, ofereceu-me um ótimo jantar no 107º andar do *World Trade Center*. É o prédio mais alto do mundo e a gente sente que ele oscila um pouco. Estavam lá, cerca de 14 executivos das maiores companhias americanas e o embaixador Sergio Correa da Costa, do Brasil. Falei sobre problemas ambientais brasileiros, de um modo geral. Contudo, o senhor Hans Munte, da The Continental Group, foi insistente em reclamar dos problemas que a Braskraft teve no Brasil. Respondi que a comunidade local não queria a fábrica no Rio Parapananema e que as fundações que eles fizeram em Angatuba, agora inúteis, foram construídas contra a minha opinião expressa. Contei que a Assembleia Legislativa de São Paulo, quase unanimemente, votou uma lei proibindo fábricas de celulose no Vale do Parapananema.

17 março 1980

Ponsa Tratamento primário

Às 7h cheguei à Base Aérea de Brasília, bem antes de quase todos os demais convidados para a viagem. Finalmente, às 8h15, com o presidente João Figueiredo a bordo, decolamos no avião bi-reator, Boeing 737, rumo a Curitiba. Foram conosco vários ministros (...)

14 fevereiro 1980

Voamos longo tempo, até a Fazenda Monte Alegre, em Telêmaco Borba, região central do Paraná, onde está a indústria Klabin. Lá perto, entre as plantações de *Pinus* e *Eucalyptus*, existem matas nativas, com alguns pinheiros grandes, que os Klabin conservam zelosamente. Veem-se também os sinais do grande incêndio de 1963.

Em Monte Alegre, visitamos a Fábrica Klabin, de papel e celulose, e suas novas instalações. Quando víamos o imenso clarificador (tratamento primário) dos efluentes, o prefeito do Rio, meu amigo Israel Klabin, disse ao presidente Figueiredo, apontando em minha direção: “Este é o homem responsável pelo nosso tratamento da poluição”. Ficamos docemente constrangidos. O presidente sorriu satisfeito.

Solução difícil

9 julho 1980
BRASÍLIA, DF – Tive reunião no Conselho de Segurança Nacional, com o professor Celestino Rodrigues, o coronel Paulo Moreira Leal e outros. Acertou-se oferecer amanhã um ultimato à Ponsa, fábrica de celulose de Pernambuco, para cessar a poluição em 30 dias.

10 julho 1980
Hoje, no Conselho de Segurança Nacional, houve reunião com Armando Klabin, coronel Leitão e outro assessor do grupo. O coronel Ludwig presidiu inicialmente os trabalhos, passando depois a presidência ao coronel Paulo Moreira Leal. Eduardo Nogueira e Celeste Marques, ambos da Sema, também estavam lá. Foi uma reunião longa e complexa.

A fábrica Ponsa polui demais e a solução do caso é difícilima, pois o Rio Capiberibe Mirim possui apenas 1 m³/s na seca. Várias vezes, o coronel Leal falou no fechamento daquela indústria de celulose e no cumprimento da resolução de ontem, sobre o assunto. Por sua vez, Armando Klabin disse que fecharia a fábrica se não fosse econômico operá-la. No final, expliquei o máximo de DBO admissível (5 mil mg/m³/s) e eles ficaram de estudar uma solução.

23 julho 1980
A resposta da Ponsa S/A dirigida ao ministro Danilo Venturini sobre a poluição da fábrica de celulose no Rio Capiberibe Mirim, no município de Goiana (PE), é inaceitável e revela falta de sensibilidade frente a um grave problema social: pescadores na miséria, sem peixes para pescar. O coronel Leal estava indignado com a Ponsa e ele tem razão.

29 julho 1980
O coronel Paulo Moreira Leal, do CSN, espera que a Sema leve adiante o caso da Ponsa. Era, aliás, o que íamos fazer. Mandeí preparar a minuta de portaria.

3 dezembro 1980
RECIFE, PE – Pela manhã, fui ao Aeroporto de Guararapes. Embarcamos no avião Queen Lear PT-FGA, da Sudene, com o comandante Roseno. Foram comigo o coronel Paulo Moreira Leal, do CSN, e o doutor Isaias Vasconcelos de Andrade. (...)

Depois, sobrevoamos a Fábrica de Celulose Ponsa, onde vimos tremenda poluição. Estão, porém, revestindo com argila o piso de uma futura lagoa de retenção. Vai ser preciso fazer outra lagoa, e há por perto muito espaço para isso.

Acordo satisfatório

12 dezembro 1980
Estive no Conselho de Segurança Nacional, numa reunião presidida pelo coronel Paulo Moreira Leal. Estiveram presentes também Eduardo Nogueira e Soriano, da Sema, e dois dirigentes da

Ponsa. Essa fábrica de celulose fez grande poluição hídrica na divisa entre Pernambuco e Paraíba. Finalmente, chegamos a um acordo. Talvez eles prolonguem em parte a poluição por mais seis meses, mas em compensação vão usar o processo mexicano Tirado, excelente para a proteção ambiental. Assim, deverá estar resolvido nos próximos dois anos e meio um dos mais sérios problemas de poluição no Brasil. A Ponsa está com boa vontade, depois de anos de relutância e discussões. Devemos esse sucesso principalmente à atuação decidida do coronel Leal, do CSN.

Emissário deu certo

ARACRUZ, ES – (...) Após o almoço, o gerente de Operações Industriais, Walter Lídio Nunes, fez uma longa exposição, com a projeção de dispositivos, sobre as atividades ambientais da Aracruz e sua situação geral; é a maior empresa do mundo fabricante de celulose de Eucalyptus. Além disso, eles desenvolvem lá tecnologia própria. Utilizam, principalmente, oxigênio nos seus processos de branqueamento de celulose, o que representa um grande avanço tecnológico. Mostrou também que o emissário submarino, de águas poluídas tratadas, e o porto funcionam a contento e são inspecionados periodicamente. Fiquei feliz, pois quando eu era secretário do Meio Ambiente aprovei o projeto do emissário e do porto. As imagens de satélite também mostram o bom funcionamento do emissário. Graças a Deus deu certo. Naquele tempo havia pouca experiência no Brasil sobre o assunto, mas o projeto me pareceu bom, o que vejo agora confirmado.

Um bom exemplo

Rosa Lemos de Sá e Helena, da área executiva ambientalista do WWF-Brasil, tomaram café comigo no hotel. Em seguida, fomos para a Veracel, com o Otavio Pontes, vice-presidente da parte técnica da Stora-Enso. É um investimento de mais de 1 bilhão de dólares, o maior que está sendo feito no Brasil. Será a maior fábrica de celulose de Eucalipto do mundo, de propriedade das Cias. Multina-cionais Aracruz e Stora-Enso. Eles nos receberam no Centro de Visitantes da Estação Aracel. Fize-ram uma ampla exposição da parte técnica, florestal e ambiental da Aracel. O que estão fazendo aqui é realmente excepcional entre o empresariado. O controle da poluição será tão severo que os efluentes serão despejados, no rio, acima do lugar onde se fará a captação da água. Isso significa que haverá completa reciclagem da água.

Quanto à parte florestal, as plantações de Eucaliptos (*E. grandis* x *E. urophylla*) estão sendo feitas em 70 mil hectares. Outros 70 mil serão destinados à preservação das matas nativas, geralmente nos vales existentes lá. Há uns 6 mil hectares de matas preservadas como RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Catástrofe comparada

Entrevista para a Globo News, sobre o vazamento de 500 milhões de litros de substâncias tóxicas da Indústria Cataguases de Papel na bacia do Rio Pomba, em 29 de março

BRASÍLIA, DF – O motivo principal de minha entrevista foi o grande desastre ambiental ocorrido em Cataguases, Minas Gerais. Uma lagoa de oxidação de uma fábrica de papelão estourou. A lama com compostos tóxicos, como a soda cáustica, desceu pelo Rio Pomba e alcançou o Rio Paraíba

5 outubro 1993

28 maio 2004

7 abril 2003

do Sul. A cidade ficou sem água potável e as praias ficaram poluídas em muitos quilômetros. Foi a maior catástrofe ambiental ocorrida na Federação Brasileira.

Lembrei que no final dos anos 1970 houve outro desastre semelhante em Pernambuco, que relatei. Nesse caso, a autoridade ambiental pernambucana autorizou uma usina de álcool e açúcar a soltar vinhoto acumulado numa represa de oxidação. Outros usineiros resolveram aproveitar a poluição do rio e também soltaram sua poluição. Quando soube do fato fui para lá. Declarei à imprensa: “Hoje fiquei sabendo que, como dizem os pernambucanos, o Oceano Atlântico é mesmo formado pelos Rios Beberibe e Capiberibe”. Até onde a vista alcançava, o oceano estava negro.

A devastação do sul da Bahia, na área da Veracel, foi quase completa, há anos. O que sobrou é geralmente mata secundária, com alguns pés (dezenas, apenas) de pau-brasil nativo. Nos vales que atravessamos hoje havia muitos arbustos e arvoretas secundárias e pouco densas. A Veracel tem como política firme não comprar terras, que em 1990 ou 1993, estivessem nas imagens de satélite, cobertas por matas que depois foram derrubadas.

Açúcar e álcool
Exemplo em casa

Pela manhã, estive com José Bonifácio Coutinho Nogueira, irmão e sócio JB, no Badesp (Banco de Desenvolvimento de São Paulo). Conversei com o senhor Saito, pedindo a ele dados sobre os financiamentos que estão agora fazendo lá, para combater a poluição. Depois falamos, JB e eu, longamente, com o professor Campiglia, presidente do banco. Trocamos ideias sobre vários assuntos e assinamos um contrato de financiamento entre o Badesp e a Usina Açucareira Ester, para pagamento a prazo das obras que fizemos para o controle da poluição.

COSMÓPOLIS, SP – Fui à Usina Açucareira Ester S.A., onde tomei parte na reunião de diretoria. Não fazia isso há muito tempo. Depois fui, com Paulo Nogueira Jr., correr as instalações de controle da poluição. Vi o que suponho serem várias falhas, que precisam ser corrigidas. Parece, porém, ser pouca coisa, algum derramamento de óleo, a não captação em separado de pequena parte das águas das colunas barométricas, o calor excessivo num despejo etc. A lagoa de oxidação, com os aeradores, aparentemente está funcionando bem.

Vinhoto
Articulação antipoluição

Recepção oferecida pelos novos embaixadores do Itamaraty no Clube das Nações, em Brasília

Pedi ao secretário-geral Belotti, do Ministério da Indústria e Comércio, que não permitisse a instalação de novas usinas produtoras de álcool sem equipamentos para o controle da poluição. Como se prevê rápida expansão da atividade alcooleira, é preciso evitar que nossos rios sejam, em certos lugares, destruídos.

Adesão maciça

MACEIÓ, AL – Pela manhã, fui à reunião do Cepram (Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente). Foi uma sessão muito concorrida, sob a presidência do secretário do Planejamento Evilasio Cerqueira. Vários secretários de Estado estavam presentes. Durante a reunião, debatemos os principais problemas ambientais de Alagoas.

(...) À tarde, fomos à Coordenação do Meio Ambiente, onde o Sindicato da Indústria Açucareira e Alcooleira entregou nada menos que 27 projetos para o controle da poluição. Essa foi uma grande vitória de nossa política ambientalista e da entidade alagoana chefiada por José Eduardo.

Derramamento na UE (Usina Ester)

SÃO PAULO, SP – Pouco antes do início das atividades do Seminário de Controle da Poluição, procurei Nelson Nefusi e Renato Della Togna, diretor e presidente da Cetesb, respectivamente, para lhes dizer que houve de madrugada um derramamento de vinhoto, na Usina Ester (UE). De acordo com as notícias recebidas, parece que foi coisa pequena, resultado de falha mecânica e de uma incrível falha humana (ignorância ou descaso). Lidaram indevidamente com uma válvula, deixando o vinhoto correr para o Rio Pirapitingui. Mandeí a UE avisar o serviço de águas de Limeira.

Reaproveitamento facilitado

MACEIÓ, AL – Promovida pela Secretaria do Planejamento de Alagoas, houve uma reunião com a presença de autoridades e dos usineiros e alcooleiros do Estado. O encontro foi presidido com muita habilidade pelo secretário Evilasio Cerqueira. O presidente do seu sindicato, engenheiro João Tenório, falou pelos alcooleiros queixando-se de que o uso do vinhoto não era econômico. Depois Pedro Cabral, do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), e Walter Rego, da Cenal (Comissão Executiva Nacional do Alcool), esclareceram que havia recursos para empréstimos destinados ao controle da poluição, causada não somente pelo vinhoto, mas também pelas águas de lavagem das canas. Essas águas têm uma carga poluidora equivalente a 30% da carga do vinhoto produzido por uma destilaria. O representante do Banco do Brasil desmentiu que os empréstimos para equipamentos fossem descontados dos créditos destinados ao custeio. Todas essas questões causaram uma atmosfera de boa vontade geral. Eu falei que, a meu ver, era econômico aplicar o vinhoto na agricultura, segundo os dados que tínhamos na Usina Ester. Citei fatos concretos: o pedido feito pelo nosso fornecedor Pavan, para adquirir um caminhão para transportar vinhoto para a sua lavoura. Além disso, no ano passado em São Paulo, não houve casos de poluição dos rios por vinhoto.

Acordo de cavalheiros

CAMPOS, RJ – Fomos à sede do Sindicato dos Usineiros de Açúcar e Alcool. O seu presidente, Geraldo Coutinho, e mais uns dez representantes de usinas, concordaram em atender ao meu apelo e de Evandro Britto, presidente da Feema, no sentido de usar todos os recursos já existentes para controlar a poluição causada pelas águas de lavagem de cana. Eles não estavam fazendo tudo o que podiam. Em consequência, neste ano houve mortandade de peixes em alguns cursos d’água da região. Não foi difícil alcançar esse “acordo de cavalheiros”. Aliás, não houve dificuldade alguma.

9 maio 1979

15 maio 1979

7 abril 1981

13 julho 1981

Também ficou estabelecido que a Feema (órgão estadual de controle da poluição) estudaria com os usineiros os melhores métodos para controlar o "carvãozinho" ou "fuligem" expelidos pelas chaminés das usinas. A Sema ajudará a obter os financiamentos necessários.

Incompetência

Hoje, tive notícias de um grave desastre ecológico em Pernambuco, provocado pela incompetência. O presidente do órgão local de controle da poluição ordenou o despejo de uma enorme represa destinada a reter as caldas (vinhoto) de uma destilaria local. Resultado: a destruição de um rio e poluição de um bom trecho da costa, com enorme mortandade de peixes. O motivo alegado foi a necessidade de esvaziar a represa para que ela pudesse armazenar água. Mas o fato concreto é que essa ordem desastrada provocou a maior poluição de que se tem notícia no Estado.

Advertência aos usineiros

Coquetel de recepção aos participantes do Seminário Nacional sobre Tecnologia de Controle de Efluentes Líquidos de Destilarias

RECIFE, PE – Conversei com alguns usineiros e alcooleiros, entre eles o doutor Maranhão e Gilson Machado Guimarães Filho, este presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar de Pernambuco. A princípio, a conversa foi um tanto tensa, pois o objetivo do seminário era encontrar um caminho para evitar a repetição do grande desastre ambiental de agosto, nesta região. O vinhoto extravasado das lagoas de retenção causou, naquela ocasião, uma tremenda mortandade de peixes, até mesmo no oceano, numa extensão de uns 30 ou 40 quilômetros ao longo da costa! Rinaldo de Barros Rocha, presidente da CPRH (Cia. Pernambucana de Recursos Hídricos), disse ao doutor Maranhão que ele autorizara uma descarga, numa dessas lagoas, com um tubo de 4 polegadas de diâmetro. Contudo, utilizaram um tubo de 27 polegadas! Quando essa descarga, agravada em outra destilaria pelo arrombamento de uma represa, transformou-se num mar de poluição, muitas outras destilarias se aproveitaram da situação e esvaziaram também suas represas de contenção. Então, foi o desastre que se viu, imenso, e que não deve mais se repetir. Muitos pescadores e catadores de ostras ficaram sem o seu ganha-pão. Os usineiros estão bem conscientes da revolta popular que o seu ato produziu. Se a imprudência se repetir, poderá haver até derramamento de sangue.

Solução é irrigar

Às 9h, já estava no auditório da Federação das Indústrias de Pernambuco. Pronunciei ali uma palestra sobre "Políticas de Meio Ambiente e o controle dos efluentes das destilarias". Expliquei qual a situação do controle e utilização do vinhoto, nas várias regiões do Brasil. Falei da situação precária existente a esse respeito na zona centro-sul de Pernambuco, bem como da necessidade de encontrar, sem demora, uma solução para o grave problema. Não tínhamos nenhuma receita preparada e queríamos ouvir a todos. (...)

Ficou bem claro que em Pernambuco pouco foi feito no sentido de um controle efetivo, ao passo que em Alagoas há até quase que um excesso de ações controladoras. A situação neste Estado é, porém, bem mais favorável à utilização do vinhoto na irrigação, devido ao tipo de solo e topografia. Foi uma comparação interessante. Fiquei sabendo, entre outras coisas, que a Usina Catende, na região monta-

nhosa do sul do Pernambuco, usa todo o vinhoto na irrigação. Isso enfraquece as alegações dos outros usineiros pernambucanos, pois mostra que a irrigação não é inviável, embora mais difícil, na região.

Cronogramas e multas

MACEIÓ, AL – Tivemos uma breve reunião com o secretário Dilton Simões, na Seplan (Secretaria do Planejamento), e depois seguimos para o Sindicato e Cooperativa dos Empresários de Açúcar e Alcool. Lá, tivemos uma reunião presidida por João Tenório, líder dos produtores, com participação do simpático governador Divaldo Suruagy. Os empresários já controlaram quase 2/3 dos problemas ambientais nesse ramo de atividades. Contudo, o 1/3 restante é provocado por industriais que quase nada fizeram para diminuir os problemas. Propus uma solução que foi aceita por todos: fazer acordos, indústria por indústria, do Governo do Estado com a participação da Sema. Estabeleceremos cronogramas amarrados a multas. Se não houver acordos até o dia 15 de agosto, nós estabeleceremos os prazos em conjunto com o Estado. Não vai ser fácil, mas não há outra saída. Fiz também um apelo para que eles conservem as suas florestas, nas grotas dos tabuleiros, nos lugares muito acidentados e nas margens dos rios.

A queima da cana
Usineiros errados

Estive na Cetesb, onde conversei com o presidente Nelson Nefussi. Falei da possibilidade de um acordo para o cumprimento dos programas de controle de queimadas pelas usinas de açúcar. Há usineiros que não querem cumprir nem fazer tais acordos. Eles estão errados.

Ordenamento

Na Cetesb, recebi os senhores José Coral, presidente da Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo, e Geraldo Majela de Andrade Silva, assessor técnico. Foi para mim uma boa surpresa verificar que eles aceitam também a ideia de que a queima de cana para fins de colheita está com os dias contados. Aceitaram bem a minha sugestão de que a Cetesb deveria aprovar os planos anuais de queima dos canaviais. Isso daria segurança a todos os que cumprirem os planos aprovados. São inovações que a direita açucareira certamente não desejaria. Contudo, os presentes compreenderam que isso significa um ordenamento preferível às legislações municipais que provavelmente virão proibindo totalmente a queima da cana.

À tarde, houve reunião na Cetesb sobre o problema das queimadas de cana. Estiveram presentes o senhor Zanin, representante dos usineiros, o senhor Magela e o senhor Coral, ambos representantes dos fornecedores de cana. A reunião foi co-presidida por mim e por Nelson Nefussi. Zanin procurou ganhar tempo e disse que faria "alguma coisa", o que me parece ser uma incompreensão da situação. Durante essa reunião, mais de uma vez, chamei a atenção para o fato de que os municípios não vão mais tolerar a produção do "carvãozinho" pelas queimadas. Vão simplesmente proibi-las.

O carvãozinho une contra si os burgueses, pois suja as piscinas. Une também os operários, pois suja a roupa lavada. Assim, teremos que fazer, rapidamente, um plano efetivo, que seria o licenciamento das queimadas pela Cetesb. A meu ver, a queima da cana está condenada a desaparecer

17 agosto 1983

7 novembro 1983

P.S. 2009: Sugiro ler o que escrevi em 7 de abril de 2003 sobre o assunto.

8 novembro 1983

18 julho 1984

17 julho 1995

2 fevereiro 1996

2 fevereiro 1996

e precisamos de alternativas. Os fornecedores concordam. Os usineiros, em geral, ao que parece, querem paliativos, pois as soluções são caras e não são lucrativas.

Moratória e mecanização

1º junho 2001

COSMÓPOLIS, SP – Estive na Usina Ester (UE), na reunião da diretoria. O grande problema da UE, agora, é o conflito dos usineiros com a Cetesb, que deseja proibir as queimadas de canas. A mecanização do corte pode permitir a abolição (desejável) das queimadas. Ocorre que na UE cerca de 30% das terras têm topografia inclinada que não permite o corte mecânico, o que poderá talvez tornar a empresa inviável economicamente. O corte manual sem queimada é hoje quase impraticável economicamente. Trata-se de um problema grave em muitas usinas.

6 junho 2001

P.S. 2009: Esse acordo ocorreu depois.

No final da reunião, o presidente da Cetesb, Drausio Barreto, fez um relato das dificuldades de uma discussão ocorrida com os usineiros de açúcar. O Estado já propôs vários acordos sobre a queima de cana-de-açúcar. A Cetesb concordaria com uma diminuição progressiva da área a ser queimada, mas não seriam os 20 anos pleiteados pelos usineiros. Contudo, os usineiros pedem áreas muito grandes, o que torna difícil um acordo. Mas um dia abrirão os olhos aos detalhes.

Tempo de proibir

2 abril 2007

Pela manhã, fui à Cetesb. Aos poucos foi chegando muita gente. Lá pelas 11h o Auditório Ruschi estava cheio. Chamaram para ocupar a mesa o governador de São Paulo, José Serra, mais três secretários de Estado e, com muita surpresa de minha parte, chamaram a mim também. Auditório superlotado.

Primeiro falou o secretário do Meio Ambiente Xico Graziano. Saudou a mim como "ícone" ambientalista e presidente da Fundação Florestal. Apresentou, resumidamente, 21 novos projetos da Secretaria do Meio Ambiente. Falou, inclusive, sobre a criação de uma estrutura para gerir Unidades de Conservação, de proteção sustentável, coisa que me interessa muito. A ênfase maior foi em relação a proibir a queima da cana-de-açúcar para facilitar a colheita.

O governador José Serra também expôs seu parecer. O seu discurso foi áspero e crítico. Censurou os ambientalistas com serenidade, dizendo que falam muito e agem pouco para resolver os problemas. Queria o nosso apoio, mas de um modo duro. (...) Salientou a necessidade de proibir a queima da cana. Ele apresentará um projeto de lei nesse sentido. Quando o governador Serra terminou o seu discurso, foi encerrada a sessão. Aproximei-me, logo, do governador e lhe disse estar de acordo com o fim da queima da cana. Deram há alguns anos um prazo excessivo de 20 anos, para ser encerrada a queima. Agora, a meu ver, já era tempo de proibir essa queimada.

Pesticidas e desfolhantes

Agente Laranja

4 dezembro 1973

Segui imediatamente para a Comissão de Agricultura, da Câmara dos Deputados, onde deveria ser ouvido. Quando entrei, já haviam começado há pouco os trabalhos. Deram-me a palavra. Destaquei a importância dos trabalhos do IRI (International Research Association) e a sua boa reputação.

Disse que o Agente Laranja (objetivo da minha convocação) era uma mistura de dois herbicidas: 2,4-D e 2,4-T. Este tem como impureza uma substância, a diorina, altamente tóxica. Em experiências com ratos, esta mostrou ser mutagênica. Conteí que no Simpósio sobre Fauna e Pesca Amazônicas, recentemente realizado em Manaus, o uso do Agente Laranja foi unanimemente condenado pelas delegações dos seis países da Bacia. Expliquei que o produto já era usado antes, como herbicida, mas em áreas pequenas. Como sobra da Guerra do Vietnã, o seu preço seria barato. Além dos prejuízos e riscos biológicos, havia ainda o fato de que o uso do Agente Laranja tornaria difícil o controle do desmatamento. A meu ver, as companhias de aviação agrícola deviam ser melhor enquadradas numa nova legislação, para evitar o uso indevido de herbicidas. O lavrador muitas vezes não sabe da sua periculosidade.

Padrões de controle

Fui ao Ministério da Agricultura, onde assisti a uma conferência de D. D. Mac Callister da *Dow Chemical*, indústria multinacional de origem americana. Mostrou as exigências da EPA (*Environmental Protection Agency, agência ambiental americana*) para o registro de pesticidas. Cheguei à conclusão de que o Brasil não tem condições para descobrir e desenvolver novos pesticidas, pois tratam-se de coisas caríssimas. Também concluí que devemos seguir aqui as normas da EPA, pois são realmente rigorosas. Se elas existissem há 25 anos, teríamos evitado no mundo o DDT, o Aldrin e outros desastres ecológicos.

24 settembre 1974

Investigando sprays

Após o jantar, fui ao mercado Jumbo comprar todos os inseticidas caseiros, tipo *spray*, disponíveis. Quero saber que compostos de vinila eles têm, pois desejo indagar sobre seus riscos.

22 janeiro 1975

Muita tolerância

SÃO PAULO, SP – À tarde, estive no Instituto Biológico, onde procurei o doutor Nielsen, sobre raiva e mordidas de morcegos hematófagos em antílopes elandes. Depois tive uma reunião com o diretor Cruz e os doutores Oswaldo Gianotti e Waldemar de Almeida. Eles me disseram não haver necessidade de usar inseticidas clorados no Brasil, exceto no combate à malária e à doença de Chagas. Do ponto de vista deles, o toxofeno e o lindane poderiam ser tolerados. Combinei solicitar-lhes um estudo sobre os aspectos econômicos da substituição dos clorados indesejáveis. Também não há necessidade de usar o mercurial Neantina, a não ser para aplicação em toletes de cana. Vamos ter que enfrentar o Ministério da Agricultura, que tem muita tolerância em relação a pesticidas, embora não possua meios para uma boa fiscalização. Vai ser uma luta dura, que vou deixar para depois da aprovação do Anteprojeto da Lei de Prevenção da Poluição. Esta irá nos ajudar muito e não convém levantar a lebre agora. O problema dos pesticidas se agrava a cada dia. Já há 45 empresas de aviação agrícola e os resíduos dos clorados já aparecem nos rios.

16 junho 1975

P.S. 2009: Esse uso e outros do mercurial Neantina deve mesmo ser proibido, bem como a utilização de outros compostos de mercúrio.

Não aos clorados persistentes

Dílson Santana de Queiroz, secretário-geral do Ministério do Interior, enviou-me ofício de Elcio Couto, secretário-geral da Secretaria do Planejamento, encaminhando expediente da Associação

29 dezembro 1975

Nacional de Defensivos Agrícolas (Andef). Eles estão preocupados com minhas declarações contra o uso indiscriminado de inseticidas clorados persistentes. É incrível a pressão que estão fazendo, baseada numa argumentação falha e parcial. Desta vez, eles vão encontrar resistência séria. Prefiro sair do cargo a me dobrar aos que veem no Brasil uma feitoria colonial. Querem usar aqui o que não utilizam nos seus países de origem. Não, não e não! Fiquei até depois da meia noite, redigindo ao Dilson minha argumentação. Só admito os clorados persistentes para os poucos usos em relação aos quais eles ainda não têm substitutos. Não podemos envenenar nosso ambiente com produtos que persistem até 20 anos ou mais, em certos casos.

30 dezembro 1975

Telegrafei à Andef, dizendo que estava sempre pronto a estudar com eles os problemas relativos aos pesticidas e que seguir outros caminhos seria perder tempo e dificultar o diálogo construtivo. Vamos ver se assim eles deixam de fazer pressões absurdas através de outras autoridades, que felizmente não conseguiram envolver.

Substituição e orientação

20 janeiro 1976

Tivemos uma importante reunião com Lysis Aloe, Balthazar Bastos e outro diretor da Andef. Também compareceram o diretor da Divisão Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Helio Teixeira Alves, e Vicente Regitano, representante da Sema. Disse-lhes, francamente, que a nosso ver os inseticidas clorados persistentes (organoclorados) deveriam ser banidos quando houver substitutos adequados para eles. Helio Teixeira Alves acha-os necessários para combater 12 pragas agrícolas. Parece que o pessoal da Andef se surpreendeu com a nossa posição razoável. Para nós, também foi agradável saber o enorme esforço que eles estão realizando para divulgar normas de segurança sobre o uso adequado de inseticidas. (...)

P.S. 2009: Os inseticidas organoclorados já foram proibidos.

A Andef teme que a substituição brusca dos clorados persistentes, pelos fosforados, alguns dos quais muito tóxicos, possa causar numerosas mortes. É que esses clorados não produzem, em geral, intoxicações agudas e o pessoal abusa deles. Se fizerem isso com certos fosforados, seria um desastre. Esse ponto de vista está certo. Também reconhecemos não ser possível uma mudança brusca, ou seja, a substituição imediata dos organoclorados (persistentes).

Rigor no Paraná

11 julho 1983

CURITIBA, PR – No auditório da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Surhema), houve um debate, que só terminou às 20h30, sobre vários problemas ambientais. Discutimos principalmente sobre os agrotóxicos. O Paraná se prepara para ter uma legislação sobre essa matéria, mais rigorosa que a federal. Eles têm toda razão. Defendi o direito de tomarem essa atitude forte. Fiquei com ótima impressão dos ambientalistas paranaenses e do seu bom relacionamento com a nova direção da Surhema.

Mortes em Tailândia

SÃO PAULO, SP – Pela manhã, estive no escritório, em preparativos para a viagem e cuidando de outros assuntos. Telefonei várias vezes a Brasília, para a Sema enviar um dos seus técnicos à localidade de Tailândia (PA), onde, em 1982, morreram 12 pessoas e muitas cabeças de gado; houve também abortos. Ao que parece, tudo isso aconteceu quando uma firma empreiteira usou um herbicida para evitar a rebrota de árvores sob as linhas de alta tensão da Eletronorte. A revista *Veja* publicou hoje ampla reportagem sobre o assunto. Meia página foi preenchida com uma carta que escrevi ao diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) manifestando minha total oposição a pesquisas com herbicidas capazes de matar as árvores da floresta amazônica. Não sei quem divulgou essa carta. Ela foi escrita há uns dois anos, mas não tenho nem uma vírgula a acrescentar ou retirar. Considerei contrárias à ética as pesquisas que visarem destruir a floresta amazônica. Fui muito claro e enérgico na minha condenação a tais iniciativas. Essa carta teve ótima repercussão.

12 dezembro 1983

Telefonou-me um dos gerentes da Agromax, a empresa cujas pulverizações causaram grande problema ecológico em Tailândia, sob as linhas de transmissão da Eletronorte. Ele estava surpreendentemente calmo e pediu uma reunião conosco, antes que nós os multássemos. Concedi o que pediu, pois todos têm o direito de defesa. Além disso, nunca me recusei a receber qualquer pessoa. Disse-lhes, porém, que as acusações à Agromax eram muito sérias.

30 janeiro 1984

Pesquisa nos EUA

CRISTAL CITY, VIRGÍNIA, EUA – No escritório da EPA em Cristal City, que trata do problema dos pesticidas, tive uma boa conversa com o senhor Edwin Johnson (diretor do setor). Ele me explicou que o DDT foi abandonado nos EUA, em grande parte porque não estava mais fazendo efeito. A seu ver, o impacto negativo do DDT está mais relacionado com as aves e com o DDE, produto de degradação muito tóxico. Quanto ao 2,4-D, ainda é bastante usado, havendo riscos na formulação ester-glicol, para aplicadores. O glicofosfato, tipo Round-Up, é de uso amplo, sem maiores restrições. O Trefluran pode causar problemas aos aplicadores, se tiver nitrosaminas. Os adubos nitrogenados, sob o aspecto cancerígeno, não têm restrições de uso.

14 junho 1984

P.S. 2009: O presidente Figueiredo retirou o projeto do Congresso.

Controle integrado de pragas

O uso indiscriminado de pesticidas foi tema da Comissão Brundtland. Mais detalhes na história em Nosso futuro comum, do capítulo "Cidadão do mundo"

HARARE, ZIMBÁBUE – (...) Por sugestão de Jim McNeil, comentei o assunto dizendo que realmente seriam necessárias pesquisas nos países em desenvolvimento para um controle integrado de pragas e que não era uma pesquisa muito difícil. Assim, no Brasil, hoje, controlamos a principal praga da soja (uma lagarta), espalhando um vírus que é uma enfermidade dela. Em outra intervenção, expliquei que o Controle Integrado de Pragas, no Brasil, mostrou que estávamos usando mais pesticidas do que o necessário. Nessa pesquisa brasileira houve um ganho na balança energética, e não uma perda, como suspeitava Lang.

19 setembro 1986

1º março 1978

Um pesadelo
Impacto em Tucuruí

Fui a uma reunião no Ministério de Minas e Energia, presidida pelo ministro Shigeaki Ueki. Durante quase todo o tempo, o presidente da Eletronorte, o coronel Raul Llanos, expôs o assunto do desmatamento e do impacto ecológico na Represa de Tucuruí, que ora se inicia no Baixo Araguaia. Tive a nítida impressão de que a Eletronorte receava que a Sema impusesse restrições que a desagradassem. Eles ficaram agradavelmente surpresos quando viram que nada pedimos que não fosse razoável. É curioso ver que nós, conservacionistas, às vezes somos vistos com desconfiança, como se fôssemos elementos perigosos.

Pedi que o desmatamento da área inundada fosse feito prioritariamente nas partes mais rasas da represa, de modo a evitar que os troncos das árvores atrapalhem a navegação, a pesca etc. Expliquei a importância do uso múltiplo da represa e o fato de que a madeira debaixo d'água dura dezenas de anos. Por isso, precisamos desmatar agora. Houve acordo geral sobre a importância do desmatamento. Contudo, como disse o ministro, é uma corrida contra o tempo, pois, em 1981, a represa começará a encher. A área desapropriada, porém, é quatro vezes maior que a alagada, para proteger melhor a represa. Poderá surgir assim uma nova estação ecológica.

26 abril 1982

Ameaça à Floresta Amazônica

Recebi uma delegação composta por Moura Fé do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Hélio Alvez (MA), um alto funcionário da Eletronorte e outro aparentemente do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Suely Marinho da Sema também assistiu à reunião.

Eles vieram pedir o meu apoio para o Inpa (fazer uma experiência com desfolhantes, na floresta existente numa ilha. Desejam fazer pesquisas com três herbicidas, com o objetivo de ver como matar as árvores e impedir sua rebrota, para aplicar os resultados na área a ser inundada daqui há 18 meses na grande hidroelétrica de Tucuruí. Eles pretendem, depois da aplicação dos herbicidas, queimar a matéria orgânica morta, evitando assim que esta venha a se decompor debaixo d'água, reduzindo a quase zero o oxigênio dissolvido. Fiquei indignado com essa proposta, que considero contrária à ética conservacionista. Disse-lhes que a opinião pública brasileira não aceitaria o uso de desfolhantes para erradicar a floresta. Se as experiências propostas forem bem-sucedidas, isso poderia significar o fim da floresta amazônica.

Alerta

Reunião do Programa "O Homem e a Biosfera", da Unesco

25 junho 1982

PARIS, FRANÇA – No final dos trabalhos, afirmei que estavam surgindo pesquisas não éticas, no campo dos recursos naturais e ecologia. Citei o caso dos desfolhantes utilizados em pesquisas para verificar os métodos mais baratos e eficientes de erradicar florestas. Todos concordaram por alto, ou não se manifestaram sobre tais problemas. Contudo, o presidente do programa, Balla Keita, que é ministro do Ambiente da Costa do Marfim, apoiou-me vigorosamente.

Assunto explosivo

WASHINGTON, EUA – Era quase meia-noite quando recebemos um telefonema do Brasil. Estanislau me disse que o problema dos desfolhantes na floresta amazônica assumiu grandes proporções.

O Globo publicou minha carta de alerta dirigida ao Benjamin, diretor do Inpa . O programa "Globo Rural" também tratou do assunto. Lynaldo Cavalcanti, presidente do CNPq, ficou muito aborrecido porque o ministro do Planejamento, Delfim, chamou a sua atenção.

O ministro Saraiva Guerreiro (Itamaraty) mandou um aviso sobre o assunto ao ministro César Cals, das Minas e Energia. Roberto Cavalcanti, secretário-geral substituto do Ministério do Interior, pediu-me cuidado, em Washington. Enfim, parece que o assunto explodiu, no Brasil, com muitas implicações. Tudo isso me preocupou muitíssimo. Não se pode ganhar uma batalha sem ferimentos. Pouco antes de partir do Brasil, soube que o plano para usar desfolhantes em Tucuruí estava prosseguindo, na surdina. Preparei-me então para o segundo round. Era a única maneira de evitar uma catástrofe ecológica de proporções inimagináveis, se a pesquisa projetada atingisse seu objetivo. Queriam descobrir as melhores técnicas para erradicar a floresta. Resolvi assumir os riscos, para evitar o grande desastre.

Luta de bastidores

Expliquei ao coronel Carvalho Neto, do Conselho de Segurança Nacional, minha posição na questão da pesquisa sobre uso de desfolhantes na floresta amazônica. Mantive meu parecer contrário à mesma. Expliquei que não se deveria fazer uma pesquisa que, se "bem-sucedida", pode significar o fim da floresta amazônica. Discorri sobre as alternativas. Sugeri fazer em Tucuruí o que as agropecuárias já fizeram, ou seja, cortar a mata com motosserras ou machados, queimar e só utilizar os desfolhantes seletivamente, na rebrota. Tive a impressão de que meus argumentos não o convenceram inteiramente. Disse-lhe que ninguém necessitava da aprovação da Sema para tal fim, mas que se levarem adiante a ideia de pesquisar a melhor maneira de destruir a floresta com desfolhantes, que o façam à minha revelia.

Realmente, não quero ter nenhuma ligação com um projeto ruinoso que não posso impedir. A conversa foi muito franca e amigável. Expliquei também que os ministros Andreazza e Delfim eram contrários ao projeto. Parece que isso fará pender a vitória para o nosso lado, pois o presidente João Figueiredo deseja que o assunto seja resolvido em nível ministerial. Contudo, tenho a impressão de que teremos uma luta das mais difíceis.

Acredito que essa questão dos desfolhantes vai me trazer imensas dificuldades. Se sair vitorioso nessa luta de bastidores – e há boas possibilidades nesse sentido – dirão que tudo de ruim que acontecer em Tucuruí será responsabilidade minha. Se, ao contrário, os técnicos da Eletronorte vencerem, ficarei numa situação difícil dentro do Governo, pois não poderei aceitar tudo calado. Como se vê, para mim não há boas perspectivas em relação ao problema dos desfolhantes em Tucuruí.

Louvada desistência

24 agosto 1982

À tarde fui ao Conselho de Segurança, onde conversei com o coronel Carvalho Neto sobre Tucuruí. Finalmente a Eletronorte desistiu da ideia de usar desfolhantes. Louvado seja Deus!

Cimento
Controle em Perus

18 outubro 1974

Pela manhã, estive na Superintendência de Saneamento Ambiental (Susam) onde me encontrei com o seu superintendente Nelson Nefussi, com Ulisses Setúbal e outro interventor na Perus. Conversamos sobre os problemas dessa indústria de cimento, uma das mais antigas e conhecidas poluidoras da Grande São Paulo. Disse-lhes que a Sema se interessava especialmente por esse caso, pois se não houver controle da poluição numa indústria sob intervenção federal, os particulares também não se sentiriam motivados e haveria o precedente para cruzar os braços. Desde logo, porém, Ulisses e seu companheiro mostraram muito boa vontade e contaram que o seu programa de controle já está muito adiantado. Em seis ou oito meses esperam ter o equipamento instalado. Serão controlados cerca de 85% das poeiras grossas e 40% das poeiras finas. Depois será necessário novo esforço, para se obter o controle dos 60% restantes das poeiras finas. Estas são as mais perigosas à saúde. O problema é que as instalações da Perus são quase todas obsoletas; a rigor a fábrica deveria ser fechada e substituída por outra moderna. A companhia se mantém apenas devido aos preços do cimento.

Portland Itaú
Negociação difícil

7 janeiro 1976

BRASÍLIA, DF – Fizemos uma reunião com José Mario Tavares Oliva e Meier, pela Companhia de Cimento Itaú; Ofélia, Percelon, Carlos Celso e eu, pela Sema; Ricardo da Mata, pela Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais. Examinamos, longamente, os problemas de controle da poluição em Contagem. Aceitamos o pedido da Itaú de colocar multiciclones nos três fornos menores da fábrica de cimento, e um filtro eletrostático no forno nº4, responsável por 50% da produção. Além disso, eles terão que reservar espaço para colocar outros equipamentos, se a situação o exigir. (...)

Multiciclones e eletrostáticos

10 fevereiro 1976

(...) Após a reunião, estive com o ministro Rangel Reis em seu Gabinete. Tomei chá com bolachas com ele. Enquanto isso, procuramos mudar a redação da Cláusula Quarta do acordo a ser feito com a Companhia de Cimento Portland Itaú. Ontem, o presidente Geisel leu a Minuta do Acordo. A seu ver, o prazo dado à Itaú (quatro anos) para não pedir troca de equipamentos, se este funcionar bem, era excessiva. É que no meio-tempo, disse o presidente ao ministro, poderia surgir um equipamento melhor. Na realidade, para o forno número 3 estamos pedindo um multiciclone, quando já existem filtros eletrostáticos muito melhores. (...)

12 fevereiro 1976

Lá pelas 11h, chegaram José Mario Junqueira e Antonio Luiz Sampaio, da Itaú cimenteira. Quando estavam comigo no auditório, o ministro Rangel Reis deixou a presidência dos trabalhos e foi

conosco ao seu gabinete. Ali, discutimos a Minuta de Acordo com a Itaú. A princípio a indústria se manteve firme no seu ponto de vista de que só depois de usar durante quatro anos (no forno número 3, de tamanho médio) os multiciclones, eles teriam que instalar um filtro eletrostático, caso isso fosse necessário. Os multiciclones retiram 85% da poeira e o filtro eletrostático, 95%. O prazo de quatro anos seria para amortizar os multiciclones. O ministro, porém, explicou a opinião do presidente Geisel, contrária aos quatro anos intocáveis de prazo. Relembrou também o empenho do presidente no controle da poluição da fábrica de cimento do Itaú, o caso que deu origem ao Decreto-Lei 1413, de 14 de agosto de 1975. Esse Decreto Lei foi um marco importante no controle de poluição no Brasil.

Pela primeira vez o Governo Federal e a indústria firmarão um acordo para o controle da poluição.

Presidente ranzinza

BELO HORIZONTE, MG – Às 13h30, aproximadamente, chegamos ao Palácio da Liberdade, sede oficial do Governo de Minas Gerais. Uns 20 minutos depois, os representantes da Itaú estavam lá. Trouxeram uma carta, na qual reconheceríamos a possibilidade de haver atrasos na entrega do equipamento antipoluidor por motivo de força maior. A proposta me pareceu justa, pois afinal podem existir motivos desse tipo na vida de qualquer pessoa ou entidade. Contudo, o ministro Rangel Reis não concordou, dizendo que se ocorressem tais imprevistos, eles seriam devidamente considerados, sem necessidade de novos documentos.

O presidente Geisel, ladeado pelo senador Magalhães Pinto e pelo governador Aureliano Chaves, presidiu a solenidade da assinatura de 20 Convênios, Acordos, Portarias etc. O nosso documento foi o último. Quando cumprimentei o presidente, ele me disse: "Ranzinzei um pouco...". Ao que respondi: "Mas o acordo ficou muito bom". Referia-se, certamente, ao fato de que pessoalmente, por três vezes, pedi modificações no texto do acordo, no sentido de torná-lo mais severo nos prazos.

Revisão

Fomos primeiro ao Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), onde nos reunimos com o secretário José Israel Vargas, Arantes, Otavio Elisio e Clovis. Examinamos os dados referentes à poluição que continua sendo causada pela Cia. de Cimento Itaú, em Contagem. Já houve, com os equipamentos instalados em consequência do acordo de 1975, uma redução de 86% na poluição. Contudo, ainda são expelidas 26 toneladas por dia de pó, pelas chaminés. O objetivo é reduzi-las a 5 toneladas por dia. Isso está previsto no acordo, mas será de execução difícil.

(...) Em seguida, nos reunimos com quatro representantes da Cia. de Cimento Itaú, chefiados pelo seu presidente, Fabio Ravaglia. Eles foram colhidos de surpresa com a nossa argumentação de que será necessário substituir os multiciclones (novos) dos fornos 1, 2 e 3, por filtros eletrostáticos, ou fazer isso no forno 3 e desativar os fornos 1 e 2 (obsoletos). (...) Felizmente, porém, o acordo previu que esse filtro eletrostático pudesse se tornar necessário. Quisemos poupar recursos da Itaú e aconteceu o contrário.

Os representantes da Itaú pediram um prazo de dois meses para estudar o assunto e apresentar uma proposta de solução. Concordamos com isso. Eles foram muito atenciosos e compreensivos.

17 fevereiro 1976

31 julho 1978

Equipamentos adequados

29 agosto 1978

O presidente Geisel visitou o Ministério do Interior. Foi à Sema, única entidade em que ele esteve pessoalmente. Esperei o presidente à porta do elevador e o acompanhei, juntamente com o ministro Rangel Reis e outras altas autoridades (ministros Golbery, Reis Velloso, Falcão, governador Elmo Serejo etc.). O presidente Geisel, durante a visita, declarou que devíamos apressar a solução do problema da Itaú, em Minas Gerais, quando expliquei que o equipamento antipoluidor deles estava funcionando aquém do previsto. contei que havia uma cláusula no acordo, estipulando que, nesse caso, novas medidas deviam ser tomadas pela indústria. Expliquei já ter entrado em contato com José Ermírio de Moraes Filho (diretor do Grupo Votorantim) para resolver o problema. (...) O presidente disse que em relação a novas indústrias, devíamos exigir sempre equipamentos adequados de controle da poluição. Respondi, com visível satisfação do ministro do Planejamento, Reis Velloso, que estava ao lado e que provavelmente desconhecia o fato, que o BNDE tinha convênio conosco para examinar o aspecto poluição das novas indústrias.

Eficiência

3 outubro 1978

BELO HORIZONTE, MG – (...) Às 18h, finalmente, com José Israel Vargas, Henrique Alves de Minas, Otavio Elisio, Clovis e o técnico em poluição aérea do Cetec, tivemos uma reunião com Fábio Ravaglia, presidente da Cia. de Cimento Itaú e quatro técnicos seus. A companhia se dispôs a gastar cerca de 30 milhões de cruzeiros (1,5 milhão de dólares) em filtros, mas não desejava gastar outros 8 milhões para fazer uma chaminé de 70 metros de altura, que facilitaria muito o controle da poluição. Foi bem difícil achar uma solução alternativa satisfatória. O que nos interessava era só permitir uma emissão máxima de 2,5 toneladas por dia de poeira, contra as 25,9 toneladas por dia atuais. Em 1976, a emissão era de 164 toneladas por dia, mas a redução obtida até agora não foi suficiente. Daí a necessidade de novas medidas, aliás, previstas (se fossem necessárias) no acordo em vigor. Concluímos, depois de muita discussão, sobre margens de erro admissíveis nas medições, que o novo ou novos filtros devem ter uma eficiência média de 98,5%. Saímos da reunião com o problema resolvido. A conclusão foi no sentido de que o novo acordo permitirá à Itaú atender (não considerando outras possíveis fontes poluidoras) os padrões da Sema.

Aratu
Navegação interrompida

6 dezembro 1976

SALVADOR, BA – O capitão dos Portos da Bahia, comandante César Piquet Moreira da Silva, nos levou ao almirante Fernando Ernesto Carneiro Ribeiro, que comanda o 2º Distrito Naval. (...) A Marinha está cansada dos sucessivos adiamentos nos cronogramas apresentados pela fábrica para resolver o problema. Há dias em que a poluição é tão intensa que a navegação fica interrompida, na base naval. Além disso, o pó de cimento estraga o equipamento eletrônico da Marinha.

Os oficiais da Marinha ficaram muito satisfeitos com nossa disposição para agir, mas no fundo eles estão céticos sobre os resultados. A Cimento Aratu S/A já apresentou outros cronogramas, que não foram cumpridos. (...)

Fim da paciência

BRASÍLIA, DF – Junto a Elisimar Aguiar e Celeste Brito Cunha, tive uma audiência com o ministro Henning da Marinha sobre o caso da Cia. de Cimento Aratu. Estavam também presentes um almirante e outro oficial, todos com experiência na área de Salvador. contei ao ministro que não tínhamos mais esperança numa solução negociada. Recebi um telex da Cia. de Cimento Aratu dizendo que a empresa concordava em reduzir a produção nos dias em que o vento soprasse sobre a Base Naval. Insistia também em receber subsídios para encurtar o prazo de instalação de equipamento antipoluidor. O ministro se propôs a levar o caso à Presidência da República. Concordamos que essa seria a melhor solução. Ele fará isso, logo que receber de nós um relatório sobre as fracassadas negociações. O ministro Henning e seus auxiliares não concordam com outra solução que não seja estabelecer um prazo de 24 meses. Eles estão cansados, desiludidos e completamente desesperançados em relação à Cia. de Cimento Aratu, pois já há uns 15 anos vêm tentando sem resultado resolver o problema. Agora, chegou ao fim a paciência da Marinha.

Acordo razoável

Finalmente, hoje, assinamos com a Cia. Cimento Aratu, na presença do ministro do Interior, Rangel Reis, um acordo para controle da poluição. Em 24 meses o problema estará resolvido. Terminou, assim, num ambiente cordial, uma das mais difíceis lutas da Sema para controlar a poluição. A direção da Aratu fez o possível para obter condições mais favoráveis de prazo. As negociações não foram fáceis, mas chegamos a um acordo razoável.

Prioridade à poluição do ar

Reunião do Centro Panamericano de Ingeniería Sanitária e Ciências do Ambiente (Cepis), destinada a estabelecer prioridades

LIMA, PERU – Pedi a palavra e tive ocasião de explicar que precisamos decidir não só sobre prioridades, mas também sobre metodologia de ação, ou seja, como atuar. Disse ainda que, embora a água mereça maior prioridade, a maioria de nossas reclamações no Brasil vem de problemas da poluição do ar. A meu ver, não devemos restringir as prioridades. (...)

Regressando à sessão do Cepis, entrei na sala quando falava o doutor A. Wolman, minimizando os efeitos da poluição do ar. Em seguida, respondi afirmando que estudos realizados em São Paulo mostraram o impacto da poluição do ar sobre a saúde de crianças (professor Diogo Pupo Nogueira). Disse ainda que graças à divulgação de dados, a população se conscientizou do problema. Assim, surgiram recursos para resolver o caso. Portanto, ao contrário do que pensava o doutor Wolman, a coleta de dados sobre a poluição atmosférica foi muito importante, em termos práticos.

Carvão
Nas metrópoles

Pela manhã, fui com Eduardo Nogueira ao Ministério de Minas e Energia, onde conversamos com o secretário-geral, general Mazza. Salientamos o enorme perigo que representará a

queima de carvão fóssil nos grandes centros industriais como São Paulo, Rio, Porto Alegre e Belo Horizonte, principalmente na capital paulista. Expliquei que seria muito mais econômico prevenir do que remediar e que é possível tecnicamente resolver o problema. O general Mazza concordou com a nossa argumentação, mas disse que a aquisição de áreas para fazer cinturões verdes não poderia ser custeada pelas tarifas de energia elétrica, já muito sobrecarregadas. Respondi que poderia haver outras formas de resolver o problema, disciplinando, por exemplo, o uso do solo em torno das centrais elétricas e outras indústrias que usem carvão. Ele achou a ideia digna de estudos.

Tenho a impressão de que, inicialmente, o general Mazza estava um pouco temeroso de nossas posições, mas depois ficou confiante, ao ver que desejávamos ajudar e encontrar soluções práticas. O Brasil precisa desesperadamente do seu carvão, para vencer a crise energética. Mas precisa evitar também um gravíssimo problema ambiental. Conteí ao general Mazza o episódio da inversão térmica que matou 3 mil pessoas, em Londres, em 1956. A principal causa foi a queima de carvão combinada com a inversão térmica atmosférica.

Acertamos que a Sema solicitaria ao Ministério das Minas e Energia a criação de um subgrupo de Meio Ambiente, na Comissão Nacional do Carvão.

Depósitos a céu aberto

21 fevereiro 1980

FLORIANÓPOLIS, SC – À tarde, estivemos na Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente de SC (Fatma), onde o seu presidente, Eduardo Santos Lins, recebeu-nos com o corpo técnico. Fiquei muito impressionado com os slides que me mostraram sobre a região carbonífera catarinense. Há uma terrível poluição causada pelos rejeitos do carvão, ricos em pirita. O enxofre da pirita combina com a água, dando ácido sulfúrico, que destrói os rios e lagoas. Uma destas tinha pH 1. Há rios com pH 2.5 e 3. Os depósitos estão a céu aberto. Há minerações péssimas, como a Palermo, sob o aspecto ambiental. Outras, como a Urussanga, estão muito bem equipadas. Também falamos sobre a péssima situação ambiental de Imbituba, onde a fábrica poluidora (Indústria Carbonífera Catarinense) está junto à cidade. Ali vai haver um Polo Carboquímico que será um verdadeiro pesadelo ambiental.

22 fevereiro 1980

Às 15h, estivemos com o governador Konder Bornhausen, a quem expusemos (...) nossas preocupações no tocante à poluição na região carbonífera. O governador pensa que a solução é gaseificar o carvão em Santa Catarina e levar o gás para o Paraná e São Paulo. Disse-lhe que a nosso ver essa também seria a melhor solução ambiental, pois não teriam que ser transportadas cinzas nem haveria o tremendo risco de queimar carvão dentro das cidades.

Combate ao crime

29 agosto 1980

CRICIÚMA, SC – Chegando em Criciúma, fui ao I Encontro Regional Sobre Ecodesenvolvimento do Sul Catarinense. (...)

Com Ingo Jordan (da Fatma), fui visitar um bairro paupérrimo, onde as casas de madeira, bastante precárias, estão sobre antigos depósitos de rejeitos das minas de carvão. Essas casas contrastam

violentamente com a imensa mansão-palácio de um dos proprietários de minas, que ocupa o alto de um morro.

Fomos depois a um local situado a cerca de 200 metros da Coqueria Catarinense. O que vi foi inacreditável! Vários homens andavam sobre a parte superior da coqueria, trabalhando envoltos em nuvens de fumaça. Esses gases são nocivos à saúde e cancerígenos. Isso significa completo descaso pela vida humana. O que observei confirmou o que já havia visto nos slides tirados há uns 10 ou 15 dias pela Suelly da Sema. (...)

No I Encontro Sul Catarinense (...), fiz a minha palestra sobre os "Problemas Ambientais do Sul Catarinense e a Legislação Ambiental". Falei sobre a organização da Sema. Depois, de modo veemente, disse ser um crime o que havia visto naquele dia numa coqueria em Criciúma (Coqueria Catarinense): pessoas trabalhando no meio de fumaça e gases tóxicos e cancerígenos. Disse que, a meu ver, isso equivale a matar uma pessoa pendurando-a de cabeça para baixo numa praça pública, deixando-a morrer aos poucos. Quando retornasse a Brasília, iria tomar providências para evitar que tais coisas continuassem a ocorrer. Eram necessárias providências enérgicas e imediatas. Bastava de estudos. Falei de modo sério, pensado e um pouco emocionado, devo dizer. Várias vezes tive os aplausos da plateia.

Quando me perguntaram por que a Fatma não agia, expliquei que o Estado de Santa Catarina não tinha lei ambiental e portanto não dispunha de poder coercitivo.

Domingo. Henrique Cavalcanti, que é presidente da Siderbrás, disse que o Brasil pouco precisa das coquerias particulares do sul de Santa Catarina. Ele apoiou minha intenção de apertar para valer as coquerias desumanas.

30 agosto 1980

BRASÍLIA, DF – Já foram enviados telex a todas as autoridades que têm algo a ver com as coquerias do sul de Santa Catarina. Conversei com o coronel Paulo Moreira Leal, do Conselho de Segurança Nacional, e ele me aconselhou a ir em frente e fechar a indústria.

2 setembro 1980

Hoje, resolvi que seria o dia D para o fechamento da Coqueria Catarinense. Mandeí convocar a imprensa, que veio numerosa.

9 setembro 1980

Após o almoço, quando retornei ao Ministério, encontrei na minha sala Eduardo Santos Lins, presidente da Fatma, de Santa Catarina. Foi uma visita providencial, pois permitiu que nos entossássemos bem no momento decisivo. Eu tinha algumas dúvidas sobre a posição da Fatma, mas elas desapareceram com o apoio franco que recebi. Isso fortaleceu a nossa posição. A dona Maria, nova assessora jurídica, não compreendeu bem a gravidade da situação e queria dar um prazo maior que os 15 dias que eu havia proposto para a empresa se defender.

"Mas, dona Maria, se um automóvel atropela uma pessoa vamos esperar mais de 15 dias para tirar o carro de cima da vítima? Tem gente morrendo nas coquerias de Santa Catarina!", eu disse a ela.

Eu estava decidido, mesmo, a ir até o fim. Quando falei às TVs, rádios e jornais, fui incisivo e disse que as pessoas que vi na Coqueria Catarinense estavam correndo risco de vida, ao trabalhar no

meio de gases tóxicos e cancerígenos. Consultei outros órgãos federais e agora passávamos à ação, com prudência, mas com firmeza, entrosados com a Fatma.

11 setembro 1980

Assinei a portaria mandando instaurar Processo de Fechamento da Coqueria Catarinense. Surpreendentemente, não recebi pressões ou reclamações em decorrência dessa medida. Hoje, estive lá comigo o deputado Adhemar Ghisi, da região, que está desempenhando um papel construtivo e moderado. O mesmo posso dizer de Eduardo Santos Lins, da Fatma, a quem pedi para estudar as medidas cabíveis a curto e a médio prazos.

Medidas protetoras

7 outubro 1980

Hoje à tarde, tivemos uma reunião muito importante com a Associação Nacional dos Produtores de Coque, presidida por José Carlos Aires Campos. Estamos iniciando um processo de fechamento da indústria Coquelite, em Criciúma (Coqueificadora Catarinense). Estavam presentes também Oswaldo Oshiro, secretário da Medicina e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho; o engenheiro Wanderlei, da Siderbrás; Ingo Jordan e Rodrigues, da Fatma; Eduardo e Suelly, da Sema.

Com cordialidade e muita firmeza, obtive a concordância de todos para a adoção imediata de máscaras contra gases para os operários que trabalham envolvidos em nuvens de gases tóxicos e cancerígenos. A Coquelite também concordou em instalar chaminés de 40 metros de altura, em curto prazo. Como bônus extra, obtivemos a extensão dessas medidas a todas as coquerias. Além disso, um deles, o senhor Souto, afirmou que a solução definitiva será a construção de uma coqueria central que aproveitará os gases tóxicos e tratará os poluentes líquidos, coisa que muito nos agradou.

Os coqueificadores aparentemente esperavam o pior (fechamento e rispidez) de modo que, além de concordarem conosco, ainda agradeceram várias vezes o tratamento cortês, insinuando que aguardavam outro desfecho. O que eles não sabem é que trato bem todo mundo, mas estava disposto a ir até o fim nesse caso, pois havia vidas humanas em jogo. E com isso não posso transigir.

Máscaras rejeitadas

20 fevereiro 1981

Hoje recebi a visita do secretário de Medicina e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Oswaldo Oshiro, e do seu assessor, Melo Barreto. Finalmente, depois de uma demora de quase três meses eles vieram nos dizer que na próxima semana nos entregarão uma Minuta de Termo de Compromisso, a ser firmado pelas coquerias de Santa Catarina. Vão também estudar conosco um convênio entre os Ministérios do Interior e do Trabalho, para que possamos agir bem entrosados. Será ótimo para todos.

P.S. 2009: Soubemos depois que o uso das máscaras exigia um treinamento e cuidados especiais, o que parece não ter sido feito.

Frederico Mayerson telefonou para os representantes da Fatma em Criciúma (SC). Os operários da coquelite não querem usar as máscaras contra gases que a empresa adquiriu. Isso é dramático, pois se não as utilizarem estarão condenados à morte. Mas vamos agir.

Acordo fraco para cumprir lei

Hoje foi um dia pesado na Sema. Tive que me decidir a fazer um acordo com as coquerias de Santa Catarina, o que poderá adiar o início das obras de controle de poluição por mais um ano. É dramático ter que aceitar mais esse adiamento, para fazer estudos, levantamentos e projetos, sobre um problema que ameaça a vida de centenas de pessoas. Mas nossa legislação atual é muito deficiente. É preferível um acordo fraco a uma portaria que poderia ser contestada, pois nossos padrões ambientais exigem medições de qualidade do ar durante um ano. Estamos assim sem alternativas. A única compensação, se é que existe, seria o fato de que o Ministério do Trabalho teve a sua atenção chamada por nós, para a grave situação dos operários que trabalham nas coquerias envolvidos em nuvens de gases tóxicos.

27 julho 1981

Promotores contra poluidores

SÃO PAULO, SP – (...) Corri depois para o meu escritório, onde recebi os promotores Renato Guimarães, João Carlos Kurtz, procurador geral de justiça de Santa Catarina, e um colega. Troquei ideias com eles sobre a ajuda que, como promotores, poderiam dar à Sema. Pela nossa legislação, poderiam tomar a iniciativa de processar poluidores e também de interpelá-los. Isso é muito importante em Santa Catarina, onde o órgão ambiental estadual é bastante omissivo no que se refere à ação contra os que poluem. Aliás, eles só encaminham pareceres à Secretaria do Planejamento, onde há uma Comissão Executiva que deveria multar os transgressores, mas pouco faz nesse sentido.

14 abril 1983

Polos e complexos
Erro histórico

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Falei com três diretores da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), a companhia que está rebaixando a Serra do Curral, em Belo Horizonte. Agradei o convite para enviar um técnico a Águas Claras, a fim de lhes dar certa orientação ambiental. Contudo, não pude deixar de dizer que o rebaixamento da Serra do Curral seria um fato severamente criticado daqui a 100 anos. Não me parece haver exemplo de se destruir assim um landmark de uma grande cidade. Tudo em troca de apenas algumas centenas de milhões de dólares, coisa pouco importante numa perspectiva histórica.

18 julho 1975

Incentivos

Cheguei à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo lá pelas 19h, com grande atraso. Fiz breve exposição sobre a Sema e respondi a numerosas perguntas. Todos se declararam prontos a colaborar na luta pelo controle da poluição, mas pediram prazos e incentivos fiscais. Inicialmente entendi que eles estavam solicitando cinco anos de moratória, o que disse não ser possível. Depois eles esclareceram que desejavam benefícios fiscais durante cinco anos, o que é muito diferente. Solicitei que me apresentassem uma proposta concreta sobre esses incentivos, que em princípio também considero importantes. A reunião foi cordial, o que não impediu que vários industriais se queixassem das críticas feitas contra eles devido à poluição. Alegaram que, tirando-se os 30% devidos à queima de óleo combustível com alto teor de enxofre, o restante da poluição industrial é de apenas 25% da poluição atmosférica total. Isso é verdade, mas em alguns casos esses 25%

11 agosto 1975

são responsáveis por enorme mal-estar. Acredito, passando em revista os resultados do encontro, que o mesmo foi produtivo.

Permissão para poluir

3 agosto 1976

SÃO PAULO, SP – Pela manhã, presidi mais uma reunião do Simpósio Nacional do Meio Ambiente, do Idort. Jorge Francisconi falou sobre problemas de uso do solo. Disse que havia uma legislação em estudos, e, pessoalmente, mostrou-se desanimado em relação a ela. Ao fazer uso da palavra, reafirmei meu ponto de vista, que tenho expressado outras vezes, segundo o qual essa legislação de uso do solo é necessária e urgente.

À tarde falou o doutor Paulo Monteiro Mendes, da Confederação Nacional da Indústria. Disse que as indústrias desejam cooperar com o Governo no controle da poluição. Contudo, era contrária à taxa projetada, pois a mesma poderia ser entendida como uma permissão para poluir. Sugeriu uma participação da Sema na arrecadação de alguns fundos federais. Propôs também a participação da Sema numa sobretaxa sobre a venda de cigarros.

Falando em seguida, expliquei que a taxa poderia e deveria ser discutida e debatida. Contudo, não gostaríamos de participar da cobrança de uma taxa sobre o fumo, pois o hábito de fumar é uma coisa que deve ser desencorajada. Não devemos nos associar a esse vício.

A indústria mostrou, assim, estar frontalmente contrária à taxa. Contudo, penso que a conheço bem. Se insistirmos, desde que a tributação seja razoável, ela terminará concordando. Raciocinei de cabeça fria.

Força muito grande

17 agosto 1976

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 15h, estive no BNDE, onde assinei um convênio com o seu simpático presidente, Marcos Pereira Vianna. Esse documento é de vital importância para a Sema, pois as entidades por nós credenciadas examinarão os projetos apresentados ao BNDE, sob o aspecto poluição. Embora o exame se restrinja às áreas consideradas prioritárias, isso nos dará elementos para prevenir inúmeros malefícios causados ao ambiente. O convênio dará uma força muito grande à Sema.

Prevenção

30 setembro 1976

BRASÍLIA, DF – Falei com Cloraldino Severo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) da Secretaria do Planejamento (Seplan). Ele vai fazer um relatório ao presidente da República sobre os recursos que seriam enviados a Maceió para minimizar o impacto negativo de um acidente na Salgema.

Aconselhei a compra de um cinturão verde em torno da fábrica e a aquisição de terras para um novo Distrito Industrial (em Maceió). Insisti na mudança do Clube Náutico e da população de artesãos e pescadores que vivem lá perto. Também expliquei que devem ser apoiadas medidas de defesa civil.

Além de falar com Cloraldino Severo, telegrafei ao secretário Geral e ao diretor do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), no Ministério de Educação e Cultura, pedindo a remoção do campus Tamandaré, para o local do campus definitivo, perto do aeroporto.

Proteção via bancos

VITÓRIA, ES – Conversei longamente com Nilo Domingues, assessor da presidência do BNDE. Ele contou não ter sido fácil a resolução do banco de fazer convênio com a Sema para examinar os processos de pedido de financiamento a indústrias potencialmente poluentes. Por isso, era necessário não complicar as coisas e fazer rapidamente o exame de cada caso a ser estudado. Solicitou pressa para nossa decisão sobre os credenciamentos das entidades examinadoras. (...)

Às 15h40, instalou-se a reunião da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento, para a qual fui especialmente convidado. Logo de início, proferi uma palestra sobre "Desenvolvimento e controle da poluição". Ressaltei a estreita interdependência entre desenvolvimento e proteção ambiental. Citei como exemplo o Estado do Rio de Janeiro, que depende do Rio Paraíba do Sul para todo o seu progresso. Aproveitei a ocasião para retificar a notícia publicada no Rio de Janeiro, segundo a qual eu teria dito que o Rio Paraíba do Sul era um rio morto. Isso só irá acontecer se não tomarmos certas medidas. Salientei também a importância de serem analisados os aspectos econômicos, no controle da poluição.

Fabricação de cigarros

Comissão de técnicos da Cia. Souza Cruz, chefiada pelo vice-presidente K. M. Summer, atende a convite da Sema

A meu pedido, vieram conversar conosco sobre a poluição causada pelo mau cheiro proveniente da fabricação de cigarros. Disseram-me que a queima dos gases resolveria o problema, mas seria altamente antieconômica devido ao elevado consumo de óleo diesel queimado. Agora, na fábrica de Belo Horizonte, vão experimentar o tratamento dos gases pelo carvão ativado. É um processo novo, aconselhado pelos técnicos britânicos da multinacional.

Propaganda proibida

Outra notícia importante foi o acordo Governo-Indústria do tabaco nos EUA, para o virtual desaparecimento das propagandas de cigarros e fumo em geral. Foi uma vitória ambientalista e do setor de saúde, de enorme alcance, nos EUA: terá consequências mundiais.

Cinturão verde

BRASÍLIA, DF – Hoje foi um dia movimentadíssimo. Passei a manhã em reunião com o secretário-geral Dílson Santana de Queiroz, hoje ministro do Interior, pois o titular está no Uruguai com o presidente Geisel. Com Harry Amorim Costa, José Lins de Albuquerque e Elisimar Aguiar, preparamos

7 outubro 1976

23 junho 1977

21 junho 1997

25 janeiro 1978

uma posição para a reunião da tarde, na Seplan, sobre o Polo Petroquímico de Alagoas. É preciso que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) não perca mais terreno nesse campo.

Passei a tarde na reunião da Seplan. Salientei a grande importância de se fazer um cinturão verde entre a fábrica da Salgema e a cidade de Maceió. O prefeito, presente à reunião, estima ser possível fixar esse cinturão em 600 metros. Isso já seria insuficiente, mas o pior é que a Petroquisa (subsidiária da Petrobras), por decisão da Comissão do Complexo Químico de Alagoas (COA) já começou a fazer a terraplanagem da área para a fábrica de Dicloroetano justamente entre a Salgema e a cidade. Depois de umas três horas de reunião, estabeleceu-se um consenso no sentido de que uma comissão da Sudene, no prazo de uns 15 dias, resolveria se a nova fábrica deve ou não ser construída. Tenho a impressão, porém, de que só a Petroquisa oporá resistência ao retorno aos planos antigos, que preveem a implantação da nova indústria ao sul da Salgema.

(...) Durante os trabalhos queixei-me de que a Sema não foi ouvida por ocasião da mudança dos planos.

Uso do solo e Distritos Industriais

16 março 1978

Pela manhã, fui à Seplan, em cujo auditório a Comissão Nacional de Política Urbana (CNPU) promoveu um simpósio sobre a nova legislação relativa a Distritos Industriais. Fiz uma palestra sobre "Necessidade de ordenar o uso do solo". Salientei a importância de se criarem cinturões verdes, em torno das indústrias mais perigosas ou mais poluentes, bem como dos Distritos Industriais. Depois, o secretário executivo da CNPU, Jorge Francisoni, discorreu sobre o seu projeto, que prevê três categorias diferentes de Distritos Industriais, cada uma com exigências crescentes de proteção ambiental. Está prevista a atuação da Sema, do CNPU e das entidades estaduais. O projeto, com pequenas modificações, parece-me muito bom e necessário.

Desinteresse de executivos

19 outubro 1978

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 15h fui ao salão de convenções do Hotel Glória, onde se realizava exposição da Sema na sessão de Tecnologia Industrial. Fui um dos expositores da Sessão da Tarde. Falei sobre a necessidade de normas para a fabricação e funcionamento de equipamentos de controle da poluição. Hoje, praticamente, só especificamos o grau de eficiência desses equipamentos, o que é insuficiente. Depois, expliquei as nossas normas de qualidade ambiental. Estavam presentes umas 300 pessoas, mas na hora das perguntas ninguém me indagou coisa alguma. Isso aconteceu pela primeira vez nestes últimos cinco anos. É triste ver o desinteresse desse público constituído principalmente por jovens executivos da área empresarial. Como são diferentes dos estudantes!

Amém

13 agosto 1980

José Carlos, diretor da Alcoa (multinacional fabricante de alumínio), garantiu-me que a empresa tomará os maiores cuidados para evitar a poluição em São Luís do Maranhão. Amém!

Carajás e o porto

BRASÍLIA, DF – Domingo. Dormi 14 horas (antes e depois do almoço). Ao anoitecer fui à missa.

12 julho 1981

Lá pelas 23h tive uma reunião com representantes do Banco Mundial, entre os quais o doutor Goodland. Queriam minha opinião sobre o projeto Carajás (da Cia. Vale do Rio Doce e sócios). Estavam presentes representantes dessa empresa e do BNDE. Em resumo, disse-lhes:

- A – é preciso muita cautela com a poluição no Porto de São Luís;
- B – só o Incra terá forças para disciplinar o uso do solo ao longo da ferrovia de 1 mil quilômetros em construção;
- C – na área da mineração, a Vale do Rio Doce tem competência e capacidade para gerir bem uma faixa protetora.

Goodland faz questão da presença da Sema no projeto.

Orientação e oposição

SÃO LUÍS, MA – Almocei com o governador João Castelo, os secretários de Estado Darson Dago-berto e José Joaquim, o presidente da Assembleia Legislativa Alberico Ferreira, o sogro do gover-nador e outras pessoas. Falei ao governador com toda franqueza, sobre a apreensão quase geral existente em torno do problema da Alcoa. Sugeri três medidas:

4 setembro 1981

- A – contratar a Cetesb ou outra entidade insuspeita, para examinar o projeto de implantação;
- B – desenvolver logo os planos para localizar indústrias no continente;
- C – aparelhar com laboratórios o órgão estadual do meio ambiente.

O governador concordou que era importante esclarecer pessoas, mas não se referiu a nenhuma das minhas propostas em termos concretos. Por outro lado, o jovem secretário da Indústria e Co-mércio, José Joaquim, mal disfarçou sua oposição. Chegou a dizer que obrigar as indústrias de São Luís a obedecer aos padrões da Cetesb (de São Paulo) era o mesmo que impedir a industrialização do Maranhão. Respondi que se a Alcoa estava mesmo disposta a aplicar a melhor tecnologia, que inconveniente haveria em fazer um exame apurado do seu projeto?

É lamentável a incompreensão de certos "desenvolvimentistas". O pior é que essa mentalidade pode levar o Maranhão ao desastre.

Despejos nos manguezais

Recebi um pedido para que os despejos da dragagem do porto da Alcoa sejam colocados em 20 hectares de manguezais, perto de São Luís. O absurdo foi nos dizerem que o pedido precisava ser deferido em dez dias! Vou fazer uma portaria para disciplinar tais coisas. Assim como está, não é possível.

15 abril 1982

Nervos à flor da pele

16 novembro 1981

Recebi um telefonema do governador Amaral de Souza, do Rio Grande do Sul. Ele estava furioso com uma entrevista minha ao Correio do Povo, publicada no domingo. Raramente vi uma pessoa tão exaltada e tão dura nos seus comentários a meu respeito. Ele achava que eu estava criando as maiores dificuldades para o seu governo, ao alimentar a argumentação dos seus adversários, no que se refere ao Polo Petroquímico de Triunfo (região metropolitana de Porto Alegre) e seus efluentes. O pior é que o governador me criticava e não me deixava responder. Senti a minha jugular pulsar e pensei que fosse ter algum treco. Finalmente, quando ele se cansou de esbravejar, disse-lhe: "Governador, estou de acordo com o senhor".

Acho que a projetada estação de tratamento terciário dos efluentes é boa. Contudo, é também necessário que ela seja bem operada. Não vejo outra alternativa para os efluentes do Polo Petroquímico. As minhas palavras, que representam de fato o meu pensamento sobre o caso, aliás já expressado em outras entrevistas, desarmaram o governador. Daí para diante a conversa decorreu num tom cordial. Agradei o fato de ele ter falado sobre o assunto diretamente comigo.

Com os meus botões, pensei que se ele tivesse se queixado ao presidente Figueiredo ou ao ministro Andreazza, isso teria criado um problema seriíssimo para mim. Mas o fato é que conversas como essa, são muito desgastantes e certamente prejudicam a saúde da gente. Não estou mais na idade de ser tratado assim. Aliás, não trato ninguém dessa maneira. Mas o que passou, passou e não guardo nenhuma mágoa do governador, que deve estar com os nervos à flor da pele com a tremenda campanha que movem contra ele, devido ao caso dos efluentes do Polo Petroquímico.

Às 12h embarquei pela Varig para Curitiba. No aeroporto, a meu pedido, Roberto Streitenberg, da Surhema, estava me esperando, com a minha entrevista publicada pelo Correio do Povo ontem. Li a matéria e achei que estava correta, apenas com algum pequeno porém aqui ou ali, o que é inevitável. Nem eu nem o pessoal da Sema e da Surhema entendemos a exaltada reação do governador Amaral de Souza, hoje de manhã.

Redigi um comunicado oficial da Sema sobre o assunto e o enviei por telex ao governador Amaral de Souza, afirmando com toda a franqueza o meu pensamento sobre o caso do Polo Petroquímico. Expressei minha confiança no órgão estadual de controle da poluição, mas disse que a localização do polo é passível de críticas e que muito irá depender da boa operação da estação de tratamento dos efluentes. Disse que o projeto dessa estação foi aprovado por nós. Enfim, falei a verdade. Vamos ver agora qual será a reação do governador. Muitas vezes as pessoas reagem de modo surpreendente, como aconteceu nesse caso.

Autoritarismo

23 novembro 1983

ARACAJU, SE – (...) Luiz Carlos Rezende (presidente da Adema, órgão ambiental de Sergipe) me mostrou o processo de licenciamento da mineração de cloreto de potássio da Petromisa. É a atitude do coronel Edilson Távora, presidente efetivo da Petromisa (subsidiária da Petrobras). Ele se julga acima da lei e não admite que ninguém dê palpite no projeto de salmoroduto que o professor Occhipiuti elaborou para jogar no oceano o cloreto de potássio não utilizado. Além disso, ficou bravo porque a Adema-SE multou a Petromisa quando esta "salgou" literalmente um córrego

próximo à mina. É incrível tanto autoritarismo. Vamos apoiar integralmente a Adema-SE para que o pequeno e valente Sergipe possa enfrentar a gigantesca Petromisa.

Sem exageros

BRASÍLIA, DF – Com a presença do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, o secretário de Estado, um diretor do BNDE, altos técnicos da Norquisa, Petromisa, Servix, o pessoal da Sema, José Roberto Fonseca, da Coordenação do Meio Ambiente de Alagoas etc., foi, enfim, uma reunião com muitas personalidades, convocada pelo governador. Ele estava alarmado com as notícias que recebeu do Rio através do presidente Geisel e outras pessoas, segundo as quais a Sema estava exigindo parâmetros absurdos, mais severos que os europeus e norte-americanos. Isso inviabilizaria o Polo Cloroquímico de Alagoas.

Durante a reunião, ficou bem claro que não havia nada disso. Expliquei que as nossas normas são razoáveis e que evitamos os exageros. O que nos interessa é ter uma boa qualidade ambiental, sem prejudicar o desenvolvimento.

Cabe ao povo decidir

A expansão do Polo Cloroquímico de Alagoas opõe representantes da população, do governo e das indústrias

MACEIÓ, AL – O secretário do Planejamento Evilásio Cerqueira e outros defenderam a duplicação da Salgema, produtora de Cloro e Soda. O Movimento de Defesa da Vida expôs ponto de vista contrário. Quando me pediram para falar, defendi a ideia de que o problema tinha aspectos técnicos, a serem solucionados tecnicamente, e aspectos políticos, fora de nossa competência. Estes devem também ser respeitados, pois cabe ao povo decidir qual o grau de risco que deseja aceitar ou rejeitar. Trata-se nesse caso de decisão política. Surpreendentemente, as duas correntes em debate aceitaram o meu posicionamento.

**CUBATÃO
Vila Parisi e Vila Socó**

À tarde fui à Prefeitura de Cubatão (SP), onde me reuni longamente com o prefeito Carlos Frederico Soares Campos e depois com os membros do Condema, Maria Rita, Benedito Menicagli, da Cia. Siderúrgica de Paulista (Cosipa) e outros. Foi uma reunião muito instrutiva. Os problemas são imensos, mas há soluções. Um deles, defendida pelo prefeito – e ele está certo – consiste na mudança da Vila Socó e da Vila Parisi, para a área entre a Imigrantes e a Anchieta. A Vila Parisi é um loteamento com 10 mil pessoas, totalmente cercado de indústrias poluentes. É preciso, também, que as indústrias instalem mais equipamentos contra a poluição. Esta é tão terrível que chegou a destruir em parte a floresta nativa da Reserva Biológica de Paranapiacaba, no alto da Serra. Estava presente à reunião também o engenheiro Amorim, chefe da Regional de Santos da Cetesb. Uma das principais reivindicações é que a Cetesb mantenha uma divisão permanente em Cubatão, onde os problemas ambientais são bens mais sérios que os de Santos. É preciso acionar o Banco Nacional

2 abril 1984

20 agosto 1985

22 abril 1980

da Habitação (BNH) e o ministro Andreazza, para tornar possível a transferência da Vila Parisi. A reunião foi útil, também, para ressuscitar o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Condema) de Cubatão e para entrosar melhor a Cetesb e o Município.

Deslocar a população

4 fevereiro 1981

À tarde, durante a entrevista, indagaram ao ministro do Interior, Mario Andreazza, principalmente sobre os problemas da Vila Parisi (em Cubatão), o local mais poluído do Brasil. Como havia sugerido, o ministro se manifestou favoravelmente à mudança daquela população (15 mil pessoas). Para grande surpresa e alegria minha, disse que dará, para esse fim, o apoio do BNH.

5 fevereiro 1981

Falei ao telefone com o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Walter Coronado Antunes, e o prefeito de Cubatão Carlos Soares Campos. Disse-lhes que temos uma oportunidade única, diante das declarações do ministro Andreazza, para resolver o grave problema da Vila Parisi. Eles virão aqui para falar com o ministro, junto comigo.

Esgoto na calçada e poluição no ar

16 julho 1981

Almocei na Cosipa, em Cubatão, a convite do seu presidente Plínio Assman. Essa siderúrgica é a indústria que mais paga impostos no Estado de São Paulo. Estavam lá também Camal Rameh e o brigadeiro Victor Leigh, da Cetesb, Bartolomeu Bueno de Miranda, do BNH, o prefeito Carlos Frederico Soares Campos, o presidente da Câmara de Vereadores Roberto Ferreira e outras pessoas. Debatesmos os problemas ambientais da região. Plínio Assman me sugeriu uma excelente ideia: institucionalizar em Cubatão o polo industrial, que existe apenas "de facto". Uma entidade desse tipo poderia resolver os problemas de Vila Parisi e muitos outros. Obtive, na reunião, um consenso em torno dessa ideia. Falta, agora, apresentá-la em Brasília.

Fomos depois visitar a Vila Parisi, com o prefeito Carlos Frederico e Bartolomeu Bueno de Miranda. É incrível a sujeira e as precárias condições de Vila Parisi. Além da pesada poluição atmosférica é preciso considerar que ali os esgotos correm a céu aberto, em valetas, nas calçadas fronteiras às casas, tal como nas cidades medievais. É impossível fazer redes de esgotos, pois as casas estão apenas a 60 centímetros acima do nível da maré cheia.

Comissão para agir

Audiência com o ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil da Presidência da República

2 fevereiro 1982

Passei ao assunto Cubatão, que muito nos preocupa, pois é o município mais poluído do Brasil. Sugerir um decreto presidencial, nomeando uma comissão para tratar do assunto, sob a presidência do ministro Andreazza. Ressaltei que havia recursos e boa vontade para resolver o problema, mas faltava entrosamento. A Sema não tinha nível hierárquico para fazer sozinha essa coordenação. O ministro Leitão de Abreu achou a ideia válida e fiquei de levar o assunto ao ministro Andreazza. Além disso, o ministro Leitão quer fazer conosco um programa de divulgação ambiental.

"Deixar de lado"

Em certo momento, o brigadeiro Victor Leigh, presidente da Cetesb, fez um pronunciamento muito infeliz. Procurou minimizar a poluição em Cubatão, atribuindo-a a políticos e falando em "fumacinhas". Mais adiante, pensou melhor e reconheceu que a poluição era séria ali. Todos ficaram estarecidos, principalmente quando ele afirmou que só o atual Governo do Estado tomara as devidas providências.

(...) Disse-me Camal Rameh, diretor da Cetesb, que antes de 1979 a Cetesb não tinha aplicado nenhuma multa em indústrias de Cubatão! Foi a primeira vez que ouvi falar nisso. É de surpreender!

Baixos teores

Há um tremendo mistério, que ninguém sabe explicar bem: as emissões de SO2 (dióxido de enxofre) pelas fábricas são altas, mas as estações de monitoração acusam apenas baixos teores. No entanto, a floresta foi destruída pela poluição e o índice de doenças respiratórias é altíssimo em Vila Parisi: 7 mil consultas em 1981, no Posto de Saúde, numa população de umas 8 mil ou 10 mil pessoas.

Altos riscos

CUBATÃO, SP – Participei, na Prefeitura, de uma reunião de técnicos convocada pelo prefeito Osvaldo Passarelli, sobre a ameaça de deslizamento das encostas da Serra do Mar. O estudo da questão foi provocado por um telex que passei ao prefeito há uns 15 dias, alertando-o sobre a ameaça de deslizamentos. Paulo Bastos Cruz (da Fiesp) me havia chamado a atenção para o caso.

O relatório feito pela Comissão de Técnicos tem conclusões muito mais alarmantes do que eu poderia supor. A situação é extremamente grave. A qualquer momento, na estação das chuvas, pode haver uma catástrofe de grandes proporções. Há 30 mil favelados nessas encostas (cotas 95, 200 e 500). Em alguns pontos, como no Morro do Pixe, o deslizamento é iminente e pode destruir umas 70 casas, com 350 pessoas. Vai ser preciso tomar medidas urgentes.

O representante da Eletropaulo disse que não podia deixar de ligar eletricidade nas casas do Morro do Pixe. Para não fazer isso, precisava de algo como uma ordem. "O senhor necessita de um documento?" – perguntei. "Sim", foi a resposta. "Pois o documento está aqui", e lhe entreguei uma solicitação escrita, que redigi à mão, pedindo que não fossem feitas tais ligações elétricas, devido ao risco iminente de perdas de vidas humanas.

Sugeri, e foi aprovada, a colocação de placas com dizeres como "área geologicamente instável", à beira da Via Anchieta. Meu objetivo era o de mostrar, às autoridades que ali passam, o enorme perigo que correm as numerosas casas lá existentes. Precisamos, como disse na reunião, educar muitas autoridades.

Vamos ver agora como será resolvido esse tremendo problema. Na verdade é praticamente impossível remover 30 mil pessoas das encostas ameaçadas. Mas é muito possível, pelo menos, retirar os habitantes das áreas que correm maior perigo. A comissão técnica vai fazer um estudo imediato dessas áreas prioritárias para desocupação.

1º abril 1982

P.S. 2009: As primeiras multas federais contra a poluição e outras infrações ambientais foram estabelecidas na Lei Federal 6.938/1981. Por proposta minha. Essas multas poderiam ser reduzidas em até 90% se o dinheiro fosse aplicado para evitar ou reduzir os respectivos danos ambientais. Nosso objetivo não era arrecadar. Era resolver problemas.

16 abril 1982

26 agosto 1983

Política cega

7 fevereiro 1984

SÃO PAULO, SP – Discuti com meus amigos e colaboradores voluntários, Paulo Bastos Cruz e José Pedro Oliveira Costa (assessor do governador Franco Montoro) a pretensão da Prefeitura de Cubatão e dos seus vereadores, que desejam liberar a Vila Parisi para construção de casas. Cheguei a me exaltar um pouco com essa frequente e irresponsável insistência numa sugestão que certamente custará a vida de muitas crianças. Disse que, se insistirem muito nessa questão, eu me demitiria da Comissão de Cubatão e até do meu cargo. Exercer a política irresponsavelmente, colocando em perigo a vida alheia, é coisa que não tolero. Não tolero mesmo! Pouco me importam os votos que vereadores de lá poderão ter a mais com a sua política cega.

"O glorioso paladino no país dos espertos"

Raríssimos elogios em editorial do jornal *O Estado de S.Paulo*

28 fevereiro 1984

P.S. 1984: O efeito dessas entrevistas foi um impacto como nunca vi igual, em relação a minha pessoa. Choveram telefonemas e telegramas de apoio.

"Culpa é de todos, denuncia a Sema" foi o título da manchete. "Uma conspiração do braço cruzado", foi assim que o secretário-especial do Meio Ambiente qualificou, ontem, o descaso com que a região de Cubatão vem sendo tratada. "Não podemos mais ficar esperando um desastre depois do outro, enquanto as pessoas ficam dizendo que tal item é de responsabilidade do vizinho." E fui por aí afora criticando a inércia das autoridades. Nessa mesma edição, *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota em "Notas e informações", sob o título de "O inglório paladino no País dos Espertos". O jornal me fez enormes elogios, desses que raríssimas pessoas recebem em vida.

Monitoramento

18 abril 1984

Às 16h fui à Cetesb, onde conversei longamente com o presidente Werner Zulauf e o diretor Samuel Murgel Branco. Falamos sobre vários assuntos. Em Cubatão, a viagem do coronel Nobre da Veiga, secretário da Secretaria Especial da Região-SE (Serse), não trouxe problemas. A Cetesb vai anunciar, diariamente, os níveis de poluição. Isso vai mostrar, mais do que outras medidas, que a situação está péssima. Aliás, os critérios de classificação da qualidade do ar, usados pela Cetesb, são mais suaves do que as situações reais que esses critérios deveriam descrever. Falei e insisti neste ponto. Disse-lhes também que a nova Resolução Federal sobre a classificação dos cursos d'água teria que ser exaustivamente discutido entre a Sema e a Cetesb. Estávamos conversando, quando sobreveio um *blackout*, ou corte de luz.

Punição aos poluidores

14 julho 1984

À tarde, estive na Cetesb reunido com Werner Zulauf e outros diretores. Todos estão firmes na decisão, apoiada pela Sema, de ter este mês de julho como data-limite para os acordos que serão feitos em Cubatão com as indústrias. Se não houver acordos, haverá uma determinação Cetesb-Sema sobre prazos e equipamentos. Não havendo cumprimento, passaremos a multar. Chega de conversas e discussões, que já duram uns três anos. Se encontrasse a Cetesb reticente, a Sema partiria sozinha para a luta. Felizmente, porém, encontrei a Cetesb firme. Werner Zulauf é uma pessoa capaz e decidida. Ótimo!

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou notícia do Rio, com declarações minhas, dizendo que na

falta de acordo em Cubatão a Sema fecharia indústrias. Essa notícia teve certo impacto. O que realmente eu disse foi que nossas penalidades possíveis vão das multas ao fechamento.

Situação de emergência

Pela manhã, Paulo César Pereira Barreto veio me buscar em casa. Juntos seguimos para Cubatão. Quando descemos a Serra do Mar, tivemos uma grande surpresa. O planalto estava sob céu radioso. Pouco abaixo, porém, havia uma névoa seca e neblina. Embaixo, céu encoberto e ar um tanto embaçado, nevoento. Pouco depois de chegarmos à Carbocloro, recebi um telefonema do Werner Zulauf, da Cetesb. Ele me disse que o governador do Estado (Franco Montoro) iria declarar situação de emergência em Cubatão. A situação estava séria, devido à inversão térmica existente. Várias unidades fabris já tinham recebido ordem para paralisar suas atividades. Era a pior situação em Cubatão de que se tinha conhecimento até hoje! Indaguei sobre o que se pensava em fazer com a população. Ele me respondeu não ser necessário retirá-la, pois o SO2 (dióxido de enxofre) estava baixo.

Inundação e amônia

Saiu publicada no *O Estado de S. Paulo* uma entrevista minha, na qual afirmei que Paulo Bastos Cruz, com a sua demissão da Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Codespaulo), em 1982, impediu que o Estado gastasse o dobro ou quatro vezes mais que o necessário para reassentar os habitantes de Vila Parisi. Com o alerta que ele deu, o BNH não concordou mais em emprestar os recursos. Critiquei a cúpula do Governo passado, e nisso penso que fui demasiado abrangente.

A entrevista foi a propósito da medida do prefeito de Cubatão, Osvaldo Passarelli, que decretou a desapropriação de Vila Parisi ontem à noite. Isso provocou um terremoto, na área ambiental. Passarelli está certo, desta vez, pois na semana passada a Vila Parisi ficou inundada e 5 mil pessoas tiveram que ser retiradas. Poucos dias depois, houve lá o rompimento de um duto de amônia e centenas de pessoas tiveram que ser hospitalizadas e a população também teve que sair momentaneamente.

Nova orientação

O problema de Cubatão está fervendo! Saiu nova entrevista minha, na qual disse que os governos anteriores não multaram indústrias em Cubatão. Na verdade, segundo apurei hoje, houve algumas multas, mas muito raramente isso ocorria. (...) Já o atual Governo do Estado (Montoro) tem uma atitude mais agressiva, multando e fazendo acordos concretos. Houve, portanto, uma mudança de orientação. Não se pode falar em ordem para não poluir, porque ninguém escreve uma coisa dessas, que é óbvia e está na Lei 6.938/1981.

Cômodo único

Almocei em Cubatão com Nei Serra e o pessoal local do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Depois segui com Nei para São Paulo. No caminho ele me contou coisas sobre a sua curta, mas brilhante, administração passada, como prefeito de Cubatão. Relatou como conseguiu fazer com que os moradores de Vila Parisi finalmente compreendessem que deveriam sair de lá para proteger a

3 setembro 1984

29 janeiro 1985

P.S. No dia 30 pedi ao jornalista Fernando de Barros que mencione "elementos da cúpula", ao se referir ao assunto.

31 janeiro 1985

24 março 1986

sua saúde. Durante anos defendi esse ponto de vista, contra a opinião dos vereadores de Cubatão e de muitos outros. Hoje, há um consenso contra a permanência em Vila Parisi de seus habitantes. Foi preciso, porém, que estes pressionassem e quase destruíssem a Câmara dos Vereadores, antes que se aprovasse unanimemente a desapropriação da área. Nei contou as pressões que sofreu dos vereadores, antes da votação. Foi uma situação que o deixou chocado pelo pouco caso com que o interesse coletivo era tratado, num assunto como este, de vida e morte. Para convencer a população ele construiu uma casa em cinco dias e a abriu a visitação publica, no local para onde os habitantes de Vila Parisi serão transferidos. Um dos vereadores fez críticas à cozinha da casa-amostra, ao que uma senhora respondeu: "O senhor nunca morou numa casa onde toda a família vive num único cômodo".

AUTOMÓVEIS
Menos enxofre para SP

1º julho 1974

Às 18h30, conforme havíamos combinado, recebi em casa o engenheiro Nelson Nefussi, superintendente da Superintendência do Saneamento Ambiental do Estado (Susam). É o responsável pelo controle da poluição do ar em São Paulo. Conversamos sobre os problemas afetos a essa instituição. Disse-me que o grande agente poluidor era o SO2 produzido pela combustão de óleo rico em enxofre, o mesmo ocorrendo com a gasolina dos veículos. Ele pensa que não pode deter a crescente poluição do ar em São Paulo, se não conseguirmos reduzir os índices de enxofre nos combustíveis líquidos. É um problema sério, pois a dessulfurização do petróleo aumenta o seu custo em cerca de 10%.

Sobre uma crise aguda de poluição do ar em São Paulo, afirmou esperar isso para os próximos três anos. Neste ano, porém, a situação já pode ficar séria. Disse-lhe que viria imediatamente a São Paulo, na eventualidade de uma crise, para apoiar a Susam nas medidas que fossem necessárias. Sugerir ir desde já divulgando conselhos à população. Como disse Nefussi, todos têm que respirar e não se pode alarmar a população nesse assunto. Mas também é preciso preparar o povo para enfrentar uma crise.

2 julho 1974

Telefonei a Nelson Nefussi e sugeri pedirmos à Petrobras para fornecer combustível a São Paulo com baixo teor de enxofre, nos meses frios apenas. É a época das perigosas inversões de temperatura, que prendem os poluentes sobre a cidade. Com essa medida, seria possível economizar grandes gastos. O Brasil não poderia usar sempre, em todo o seu território, combustível desse tipo sem aumentar em 10% o preço do petróleo. Nelson gostou da ideia.

P.S. 2009: Ainda hoje essa questão preocupa muito. Segundo estudos feitos na Faculdade de Medicina da USP, milhares de pessoas podem morrer com os níveis de enxofre existentes nos combustíveis e assim despejados no ar que respiramos nas cidades brasileiras. Os programas para sanar a situação estão atrasados, mas existem e resolverão basicamente a situação em São Paulo. Estão a cargo da Petrobras.

Conversor catalítico

11 setembro 1974

Estiveram me visitando no ministério os senhores Milton Simões, Romeu Neto e outros, da General Motors. Contaram que estão empregando 25 milhões de cruzeiros em equipamento de controle da poluição. Pedi-lhes um relatório, para divulgar o fato. Merecem um incentivo. Conversamos sobre o conversor catalítico, usado no controle da poluição causada pelos veículos automotores.

Disseram-me que o maior problema é que o conversor necessita de uma boa regulação do motor e tem ainda uma duração muito limitada (25 mil milhas). Expliquei que a meu ver seria prematuro adotar no Brasil aparelhos de controle da poluição de motores à explosão, pois os mesmos ainda estão em fase experimental nos países mais desenvolvidos. Passarão a ser obrigatórios – essa é minha opinião. Mais tarde chegará a hora de adotá-los.

Dificuldades econômicas

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 10h, estive na Petrobras, onde me reuni com alguns técnicos da empresa: Waldo Magalhães, Henrique Porto, Nelson Derani e outros engenheiros. Conversamos sobre as possibilidades de a Petrobras fornecer a São Paulo óleo combustível com baixo teor de enxofre (BTE). Isso é extremamente importante para evitar um desastre de grandes proporções com a morte de centenas, ou mesmo de milhares de pessoas, durante algum período prolongado de inversão atmosférica. Obtive a maior compreensão e boa vontade dos engenheiros Waldo Magalhães (assessor) e Nelson Derani, este chefe do setor Industrial. O engenheiro Henrique Porto, chefe do Setor Econômico, também manifestou desejo de colaborar, mas mostrou certo ceticismo diante das dificuldades financeiras. A seu ver, o ônus da aquisição de petróleo com baixo teor de enxofre será demasiado grande para ser suportado. Haveria, entre outras coisas, uma alta do dólar no mercado internacional, pois a Petrobras é lá o maior comprador individual. Expliquei que o referido óleo seria usado na área metropolitana de São Paulo e, mesmo assim, apenas durante os meses de inverno. O engenheiro Porto, porém, disse que o consumo daquela região representa 40% do que é gasto pelo Brasil. Expliquei ainda que deveríamos estudar o problema, ver o que poderia ser feito e depois reunir os ministros das áreas interessadas para a decisão.

Rodízio e cooperação

BRASÍLIA, DF – A TV e os jornais anunciaram, com destaque, minha sugestão feita ontem no sentido de que os automóveis não deveriam circular durante um dia em cada dez, de acordo com o final da chapa. Desse modo reduziríamos em 10% a poluição causada pelos carros e, além disso, economizaríamos 10% de gasolina. Essa sugestão me foi feita por Jorge Wilhelm, secretário do Planejamento do Estado de São Paulo, em casa de Severo Gomes.

Fiquei assustado com a imensa repercussão da sugestão que fiz ontem despretensiosamente. A notícia dizia que eu apresentaria a sugestão ao ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Isso seria contra as normas hierárquicas, de modo que me apressei a enviar um ofício ao meu ministro Rangel Reis, propondo que ele enviasse a sugestão ao seu colega. Como, porém, o racionamento de gasolina é sempre um assunto explosivo, que é capaz de provocar profundas repercussões na economia, fiquei à espera de uma censura que poderia me levar à demissão. Assim, ao chegar à noite em casa, e tendo sido informado que o chefe do gabinete Orlando de Almeida e Albuquerque me telefonara, pensei estar próximo do "fim da linha". Quando afinal consegui falar com a secretária de Orlando, ela me disse que telefonara para pedir o número do telefone de Eduardo Nogueira. Esse episódio ilustra as tensões a que estamos sujeitos nesta vida incrível, em Brasília.

SÃO PAULO, SP – À tarde, recebi jornalistas em casa e depois fui à Secretaria de Obras e do Meio Ambiente. Durante ¾ de hora, troquei ideias com o secretário Francisco Fernando de Barros. Ele

21 julho 1975

23 junho 1976

28 junho 1976

contou-me que a inversão térmica do último fim de semana causou níveis incríveis de poluição. Uma série de medidas drásticas, como a redução das atividades das principais fábricas poluentes, teve que ser tomada. O mais positivo foi a cooperação geral, inclusive no que se refere à redução voluntária do tráfego de veículos no Centro da cidade. Falamos também sobre a necessidade de incentivos fiscais para a indústria. Segundo o secretário, as metalúrgicas são as empresas que mais precisam disso.

Medição e redução das emissões

11 março 1979

SÃO PAULO, SP – Fui com Eduardo Maia Nogueira ao Conselho Nacional de Trânsito. Após longos debates, principalmente entre os técnicos da Cetesb e da indústria automobilística, esta terminou aceitando os métodos americanos de amostragem das emissões dos veículos automotores, mais aperfeiçoados que os métodos europeus. Salientei nessa reunião que o mais importante era reduzir as emissões, no máximo praticável.

Transporte de cargas tóxicas

11 novembro 1981

BRASÍLIA, DF – Fiz uma palestra sobre “Meio Ambiente e Defesa Civil”, no 1º Seminário de Defesa Civil, promovido pela Secretaria Especial de Defesa Civil, chefiada pelo general Aníbal do Amaral Gurgel. Sugeri que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), Sema e Defesa Civil trabalhassem mais rapidamente, para estabelecer normas de segurança para o transporte de materiais tóxicos. Na realidade já enviei 2 ofícios ao Contran sobre o assunto. Disse francamente ter a impressão de que estávamos à espera de um desastre de grandes proporções, para tomar as medidas necessárias. É a velha política de pôr a tranca depois da porta arrombada.

Flex Fuel

28 março 1984

Conversei com Paulo Bastos Cruz e com o general Oziel, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Disse-lhes das minhas objeções referentes aos riscos e perigos do uso do álcool aditivado. Estava presente também o coronel Volowski. Expus os perigos das misturas (álcool + nitrogenados), que podem matar pessoas pelo contato através da pele, atacando o coração. É vasodilatador.

Todos concordaram que os perigos eram grandes. O coronel Volowski lembrou, também, os perigos de explosão na fabricação e manutenção do aditivo. Combinamos fazer uma reunião com os órgãos técnicos para especificar os equipamentos de segurança, que serão obrigatórios para todos que usam álcool aditivado. Felizmente, o CNP não tem entusiasmo por esses aditivos. Expliquei que a melhor solução é usar motores de dupla injeção diesel-álcool.

Cooperação da indústria

9 maio 1985

SÃO PAULO, SP – Jantei no Massimo’s, com Lucia, César Aguiar (Scania), a senhora Luso Ventura (da Mercedes-Benz) e Karl (diretor sueco da Scania). (...) Sugeriram, e eu concordei, promover gestões junto à Petrobras para melhorar a péssima qualidade do nosso óleo diesel, que tem uma quantidade inadmissível de enxofre, elemento muito poluente. Concordaram em iniciar conversações

sobre o estabelecimento de padrões referentes às emissões dos veículos a diesel. É uma enorme falha a inexistência até agora desses padrões, pois os elementos mais esclarecidos da indústria não têm incentivos para melhorar paulatinamente os motores e diminuir as emissões.

Padrão antipoluição

Após o jantar, fui ao Palácio dos Bandeirantes, onde houve uma reunião presidida pelo governador Franco Montoro, sobre as emissões dos veículos automotores. O Estado de São Paulo pretende apresentar uma proposta de padrões máximos permissíveis para os principais poluentes emitidos pelos carros, progressivamente mais severos com o decorrer do tempo. (...)

12 setembro 1985

Durante a reunião, fiz um pronunciamento dizendo que agora as coisas estavam maduras para uma solução. Quanto ao fato alegado pelos fabricantes, de não haver ainda tecnologia adequada para se chegar aos níveis da fase 2 proposta, expliquei que em todos os países isso ocorreu. Se já houvesse toda a tecnologia disponível, bastaria mandar aplicá-la no próximo ano. Contudo, o plano deveria ser aplicado com bom senso e certamente não iríamos criar dificuldades graves ao País. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, André Beer, falou moderadamente e, em princípio, aceitou a ideia dos padrões. Disse que o conversor catalítico sempre acarreta um aumento no uso de combustível.

Sobre isso, Gabriel Murgel Branco, da Cetesb, autor da proposta do Estado, mostrou um gráfico da EPA, (agência ambiental) do EUA, que indica claramente que os índices crescentemente menores de poluição nos últimos anos, nos EUA, foram também acompanhados de menos gastos individuais de gasolina. É que, além do uso do conversor, outras medidas são tomadas (melhores carburadores, por exemplo) para aumentar a eficiência dos veículos e o resultado final é muito bom.

Interesse brasileiro

De manhã, às 8h30, já estava na Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), onde tive importante reunião com o secretário Bautista Vidal, Rinaldi Dauna da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), Gabriel Murgel Branco e outro engenheiro também da Cetesb.

15 abril 1986

Discutimos os últimos detalhes da proposta conjunta Sema (Cetesb) – STI, sobre o controle das emissões dos veículos automotores. Dauna tentou defender um ponto de vista muito favorável à indústria automobilística, pois era na prática contrário ao licenciamento dos protótipos de veículos. Inesperadamente tivemos um forte aliado em Bautista Vidal. Ele considerou como vitalmente importante, para a defesa dos interesses brasileiros, o licenciamento dos protótipos de veículos pleiteado pela Sema e Cetesb. Por sua vez, Dauna não gostou da expressão: melhor tecnologia prática disponível, existente num trecho do documento. Segundo Bautista, isso abriria a porta para a indústria fazer o que desejasse. Todos concordaram.

Controle da poluição veicular

Após o almoço tratamos, no Conselho Nacional do Meio Ambiente, apenas do orojeto sobre emissões de veículos. Ao contrário do que pareceria, conseguimos votá-lo num ambiente tranquilo. A

6 maio 1986

Confederação Nacional da Indústria (CNI) leu o seu quilométrico documento de emendas. Era tão extenso que deu a impressão de que eles estavam fazendo obstrução, com a sua demorada leitura. Atendendo a uma questão de ordem, determinei que fossem lidas apenas as emendas, sem as justificativas. Quando terminou a leitura, José Marcio Vieira, presidente da Fatma (órgão ambiental catarinense), propôs que as emendas fossem votadas em bloco, por apresentador. Esse critério foi aprovado e, em seguida, as emendas apresentadas pela indústria tiveram voto contrário dos conselheiros, com exceção do voto da Confederação Nacional da Agricultura. Esta representava a indústria, cujo suplente está se recuperando de uma operação. As emendas de outros conselheiros foram aprovadas em bloco, sucessivamente. Deram-me poderes para compatibilizá-las depois.

Sucesso do rodízio

7 agosto 1996

Pela manhã, houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb, presidido por mim. Passamos em revista à “Operação rodízio”, que retira diariamente 20% dos carros das ruas. Agora surgiu a primeira prova da sua eficiência, pois diminuiu a porcentagem de CO (monóxido de carbono) na atmosfera.

9 agosto 1996

Ao regressar a São Paulo, fui à Cetesb, onde conversei longamente com o amigo e secretário do Meio Ambiente Fabio Feldmann sobre a “Operação rodízio”. Ela vai bem, mas é preciso esclarecer melhor o público sobre as fortes multas que têm os caminhões poluidores. O respeitável público não sabe disso e detesta esses caminhões.

LIXO
Incineradores

26 abril 1974

Às 14h30, cheguei ao Instituto de Engenharia Sanitária da Guanabara, onde fui recebido pelo seu diretor, José de Santa Rita. Fez-me uma exposição sobre as atividades do IES, e em seguida me levou para assistir a um filme sobre a poluição no Rio. (...)

O engenheiro Saint Martin, que, aliás, não é do instituto, fez uma exposição sobre o grave problema dos incineradores (há 9 mil no Rio!). É também contrário à sua utilização, mas pensa ser necessário um prazo de dois a três anos para substituí-los. Concordei plenamente e disse que na futura lei contra a poluição colocaríamos esse prazo, pois é necessário que a cidade se reequipe com caminhões coletores, para substituir o antiquado sistema lá existente.

A doutora Victoria Brasle falou sobre a poluição do ar. Aliás, da janela da sua sala essa poluição era perfeitamente visível e até bem impressionante: o Rio estava semienvolto numa nuvem característica.

P.S. 2009: A cidade do Rio de Janeiro, através dos incineradores de lixo existentes nos edifícios residenciais, espalhava o poderoso tóxico dioxina na atmosfera urbana e sub-urbana. Certamente, isso custou a vida de milhares de seus habitantes, embora não aparecesse claramente nas estatísticas, pois dioxinas não são enfermidades. Contudo, são grandes causadoras de mortes, através do câncer. Quando escrevi, em 1974, sobre esses incineradores ainda não sabia que deveriam ser rapidamente proibidos, devido à dioxina produzida por eles. Não houve prazo para essa substituição de incineradores. Era uma eliminação a ser feita rapidamente, segundo o bom senso.

Reciclagem

BRASÍLIA, DF – À tarde fiz uma palestra no Centro Cultural Martins Correa, para as Voluntárias Sociais, grupo que está sendo organizado pela Lucy Montoro, mulher do Senador Franco Montoro (Líder da Oposição). (...) Em seguida fiz uma relação de campos nos quais as pessoas, individual ou coletivamente, podem fazer algo para melhorar o meio ambiente. O que mais despertou a atenção foram as possibilidades de selecionar o lixo nas casas, para vender (reciclar) vidros, metais e papéis. Falei também sobre a escassez de recursos naturais num mundo limitado, onde não poderá haver crescimento infinito. Salientei a importância do planejamento familiar.

6 novembro 1975

PORTO ALEGRE, RS – Às 9h, tivemos uma reunião, no saguão do hotel, com Magda Renner, Sofia Renner e Luiza Dias, da Associação Democrática Feminina Gaúcha. O programa da seleção de lixo, que elas estavam executando em colaboração com a Prefeitura de Porto Alegre, fracassou por falta de apoio do poder público. É muito difícil fazer a burocracia sair da rotina, apesar da boa vontade do prefeito Socias Villela.

29 janeiro 1976

Estudamos com a associação uma reestruturação da campanha, desta vez com o apoio da Sema. A ideia básica é separar papéis, vidros, latas e plásticos, do restante do lixo, e coletá-los uma vez por semana. Isso poderia ser feito pela associação, com finalidades assistenciais e ambientais. Interessamos promover e reciclagem de certos materiais, com o que lucraria o ambiente e a economia do País.

FORTALEZA, CE – Após o almoço, fui ao Palácio das Convenções. Com bastante atraso, lá pelas 15h30, comecei a minha palestra no II Congresso Brasileiro de Limpeza Pública. Falei sobre “Problemas relacionados com os resíduos sólidos” (lixo). Defendi a tese, entre outras, de que é preciso fazer um esforço para reciclar certos materiais existentes no lixo, em face à crescente carência de matérias-primas no mundo.

30 março 1976

A experiência britânica

LONDRES, INGLATERRA – Depois fomos ao Greater London Council, onde falei com Mr. C. J. A. Whithouse, Controller of Operational Services, do Conselho da Grande Londres.

7 maio 1976

(...) Os incineradores municipais têm tido problemas sérios de corrosão, devido aos plásticos. Além disso, há poeiras com mercúrio e chumbo, que podem causar problemas. Os resíduos das fábricas às vezes são venenosos e perigosos. É preciso muito cuidado. A nova legislação apertou o controle.

A reciclagem, com a separação do lixo, está mais certa. Só acharam compensador separar papel. Há, na Inglaterra, duas instituições de caridade que estão procurando reciclar materiais usados. Isso é econômico devido ao trabalho voluntário dos membros dessas organizações. Trabalho grátis, portanto.

Proibição

RIO DE JANEIRO, RJ – Fomos depois à sede da Cia. Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), onde, com grande surpresa minha, cerca de 20 jornalistas vieram me entrevistar. Nunca vi tantos

12 maio 1977

repórteres juntos a me perguntarem coisas. Muitos dos que falaram assumiram uma atitude algo agressiva, criticando a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e a Comlurb. Defendi ambas entidades. Disse que a proibição do funcionamento dos incineradores domiciliares foi muito boa, pois eles mandavam cerca de 50% do lixo carioca pelos ares, sob a forma de fumaça. Quanto às acusações de que o novo sistema de coleta de lixo é responsável pela proliferação de ratos, lembrei que em menos de um mês isso não seria materialmente possível.

Tecnologia sueca

2 junho 1977

ESTOCOLMO, SUÉCIA – Ainda um pouco cansado pela longa viagem, fui visitar o grupo Flakt, juntamente com o meu anfitrião Peter Bjorlin, do Instituto Sueco.

Primeiro visitei uma exposição sobre as fábricas e os produtos dessa grande corporação. Destacam-se a produção de precipitadores eletrostáticos de alta categoria, toda uma linha de ventiladores, e novos processos para recuperar materiais do lixo.

Depois de visitar a exposição, almocei com vários dirigentes da Flakt, Sven-Olof Rosby, Per-Olof Alfredsson e Josef Brzezinski. Este último conheceu aqui, anos atrás, o atual prefeito de São Paulo, Olavo Setubal. Expliquei-lhes a importância que tem para o Brasil a reciclagem de materiais, que hoje jogamos fora em imensas quantidades no nosso lixo. Além disso, é um problema sério saber onde colocar adequadamente os nossos resíduos sólidos. Por tudo isso, sugeri que entrassem em contato com a Prefeitura Municipal de São Paulo e outras municipalidades nas quais também o processo da Flakt poderia ser útil. De um modo geral, eles reduzem o lixo a partículas separadas por vários processos. Dessa maneira recuperam metais, papel, vidro, plástico e matéria orgânica. Com essa recuperação, parte do custo das operações referentes ao recolhimento, transporte e disposição dos resíduos sólidos (nome elegante do lixo) pode ser paga, além de outros benefícios indiretos trazidos pela reciclagem.

A norma mais segura

Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades) de São Paulo

20 dezembro 1994

Tomei uma posição firme, em favor do adiamento da aprovação dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que permitirão a construção de dois grandes incineradores de lixo. O problema das dioxinas ainda não está resolvido no mundo. São tóxicos ultrapotentes. Precisamos ganhar tempo para verificar se não há mesmo alternativas. Nelson Nefussi, na FIPE-USP, apresentou relatório dizendo que as dioxinas são muito perigosas, em qualquer quantidade, mas que não há alternativas.

13 janeiro 1995

Houve hoje reunião do Cades. Foi bastante tensa e se destinou a aprovar o EIA-RIMA da construção de dois incineradores. Aprovamos primeiro "em bloco" e depois descemos aos detalhes. Propus cerca de dez medidas destinadas a reforçar a segurança desses incineradores. Foram todas aprovadas, exceto uma sobre a interdição total de dois incineradores. Ficou apenas para ser feita num futuro mais próximo.

O ponto principal da discussão foi sobre o parâmetro máximo de dioxinas perigosas permitidas: 0,14 nanogramas por metro cúbico. O secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Werner Zulauf, queria uma quantidade dez vezes maior, durante os cinco primeiros anos, para baratear o custo. Contudo, a conselheira Antonia Pereira e eu nos batemos fortemente pela aprovação dos 0,14 da legislação alemã. As dioxinas são terrivelmente tóxicas, principalmente uma delas. Posta a questão a votos, ganhamos com grande folga. Isso foi muito importante. Werner parece não acreditar muito nos dados toxicológicos, pensando haver neles um exagero. Nesse caso, porém, que pode afetar a saúde de 10 milhões de pessoas, é preciso ter e exigir o máximo de segurança. E assim foi feito. Vencemos com o voto de muitos funcionários municipais. Aliás, mesmo que fossem poucos os atingidos, deve ser respeitada a norma mais segura.

Terminada a reunião, corri à Cetesb, onde pedi ao novo presidente Antonio Carlos Macedo para não aceitar a proposta de decreto que o Werner entregou antes, rebaixando por cinco anos as exigências ambientais para os incineradores. Isso seria um grande retrocesso. Expliquei ao Macedo que a proposta do Werner foi hoje derrotada por larga margem. Macedo não vai encaminhá-la às autoridades estaduais.

A emoção e a razão

À noite, duas pessoas estiveram em casa reclamando de um possível aterro sanitário em Jaguariúna (SP). Várias pessoas vêm pedir a mim a ajuda da Cetesb, como se esta pudesse interferir em assuntos claramente municipais. Para mim isto é desagradável, pois somente posso dar uma orientação geral. Além disso, ninguém, praticamente ninguém, quer ter um depósito de lixo por perto. O que fazer nessas circunstâncias? É difícil separar a razão da emoção.

11 junho 1997

Na Cetesb, houve reunião do Conselho de Administração, ao qual pertenço. Tratamos do difícil problema do lixo doméstico, sob o aspecto das prefeituras, que deveriam tratar decentemente do seu destino final. Talvez apenas 5% das prefeituras dão destino razoável ao lixo. As outras ignoram, na prática, o problema (lixões) ou fazem muito pouco. Nenhuma paga as multas que a Cetesb lhes impõe. Sugeri, e isso foi unanimemente apoiado pelo conselho, que, ao invés de multar, a Cetesb estude outras sanções, como não aprovar novos projetos industriais nas prefeituras relapsas em relação ao lixo.

22 novembro 2000

Áreas intensamente degradadas

Pela manhã, houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb. Houve uma palestra sobre áreas críticas de contaminação por resíduos tóxicos. Fiquei com a nítida impressão de que estamos quase completamente despreparados. Não há equipamentos técnicos e ações eficientes para lidar com o problema. Contudo, a Cetesb já localizou algumas centenas, por volta de 500 depósitos desses resíduos, que ainda ficam praticamente descontrolados. Lidar com essa grave questão custa muito. Sugeri que a Cetesb prepare um projeto sobre isso. Já estou pensando em redigir uma proposta, definindo o que poderia ser chamado "Áreas intensamente degradadas" ou algo assim.

17 outubro 2001

230 depósitos clandestinos

25 abril 2002

Pela manhã, fui à reunião do Conselho de Administração da Cetesb. O engenheiro. Fernando Carbonari, chefe da Regional Piracicaba I, fez ótima explicação dos problemas ambientais da bacia do Rio Piracicaba. É preciso construir umas 13 estações de tratamento de esgoto. Perguntei sobre o grave problema do aterro sanitário para produtos tóxicos Mantovani, cuja situação é catastrófica e ainda está sendo apurada. Isso é feito às custas dos que enviaram para lá resíduos tóxicos.

Dráusio Barreto, presidente da Cetesb, contou que o secretário do Meio Ambiente, José Goldenberg, vai anunciar brevemente a existência de 230 sítios de depósitos clandestinos de produtos tóxicos. Ele se mostrou contra isso, pois vai alarmar muita gente. Defendi a ideia do secretário Goldenberg, dizendo e insistindo que uma democracia tem que ser transparente. Afirmei que as pessoas que residem perto desses depósitos têm o direito de saber dos riscos que correm. Além disso, se não houver divulgação, nunca o Governo colocará recursos para resolver o problema. As opiniões do conselho estão divididas. Concedi que é preciso divulgar esses depósitos com cuidado. Nesse sentido falei com Goldenberg no fim da tarde. Ele provavelmente vai convocar o Conselho de Administração para examinar como a Cetesb vai divulgar os fatos.

RISCO NUCLEAR
A desgraça final

30 janeiro 1977

SÃO PAULO, SP – O acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal está sendo muito pressionado pelos EUA para evitar que os alemães nos ensinem a reprocessar combustível atômico. Desejam evitar, assim, uma eventual proliferação de bombas atômicas. Isso coloca o Brasil numa posição muito difícil. O melhor seria que todos os países aprovassem o tratado de Chapultepec, assinado no México pelo Brasil e outras nações, banindo para sempre da América Latina as armas atômicas e proibindo até o seu simples transporte em nossas águas territoriais. A guerra atômica será a desgraça final da humanidade. Infelizmente, porém, o Tratado de Chapultepec não está ainda em vigor, pois muitos países não assinaram.

Ponto de ebulição

1º abril 1977

BELO HORIZONTE, MG – Pela manhã, fui com o ambientalista gaúcho José Lutzenberger e Enio Ferreira ao Centro de Criatividade. Lá, e também antes, no saguão do hotel, conversei com Lutzenberger. Ele me fez uma exposição sobre os perigos resultantes de acidentes em usinas nucleares. Segundo afirmou, uma falha no sistema de refrigeração pode causar um desastre de proporções incalculáveis, com a morte de milhões de pessoas. Fez uma comparação curiosa: se perguntássemos antes aos comandantes dos Jumbos Boeing 747 que colidiram em terra, em Terenife, matando mais de 500 pessoas, eles diriam que as possibilidades desse tipo de acidente seriam praticamente nulas. E, no entanto, o desastre ocorreu. (...)

P.S. 2009: Seria o caso do álcool de cana, ente outros vegetais como também o milho etc.

No fim da tarde, fui à Secretaria de Ciência e Tecnologia, onde conversei longamente com o seu titular, meu amigo José Israel Vargas. Expus a ele os receios de José Lutzenberger, sobre a energia nuclear. Israel não acredita que haja risco nas piscinas onde são guardadas barras de material nuclear já utilizado, pois estas podem ser dimensionadas de modo a ter um volume suficientemente grande de água para não chegar nunca ao ponto de ebulição, coisa que poderia ser desastrosa

(evaporação da água – reação incontrolada). Israel Vargas, porém, pensa que a melhor opção energética para o Brasil é a utilização da energia solar através da fotossíntese.

Henrique Alves de Minas gentilmente me levou ao aeroporto de Pampulha. Lá conversei com um engenheiro do Cetec que trabalhou na Nuclebrás (Centrais Energéticas Nucleares), com pós-graduação em Física na França. Apesar de sua origem, ele disse que havia mesmo problemas na indústria nuclear. Indaguei da vitrificação dos resíduos atômicos. Respondeu que não se pode saber como o vidro se comportará daqui a milhares de anos. Considerou também perigosos os novos reatores *fast breeders*, ainda em estágio experimental. A uma outra pergunta minha, afirmou que os reatores com urânio natural e água pesada são tão perigosos quanto os outros demais, como fontes de poluição.

A tentação

BRASÍLIA, DF – Hoje os jornais anunciaram que a Alemanha decidiu oficialmente dar início à execução do acordo nuclear com o Brasil, inclusive nas partes altamente desaprovadas pelos EUA (enriquecimento de urânio e reprocessamento de material fissil usado). Essa decisão veio após o anúncio do presidente Carter, ontem, da desaprovação dos projetos dos reatores fast breeder e da disseminação das técnicas críticas que podem levar à fabricação de bombas. Assim, o Brasil e a Alemanha estão desafiando abertamente os EUA, ao que parece.

Agora, tudo o que poderemos pedir será que tomem todos os cuidados possíveis e imagináveis com as instalações que serão feitas no Brasil. Estamos diante de um fato concreto e consumado, acima de qualquer discussão, e não mais apenas diante de uma possibilidade.

Que Deus ajude o Brasil e o mundo, e que livre todos os povos da tentação de possuírem a bomba. Que os governos futuros sigam a diretriz do presidente Geisel, que só deseja a energia nuclear para fins pacíficos. (...) Enfim, que Deus ilumine a todos, para evitar alguma catástrofe nuclear. E que dê forças ao meu sucessor na Sema, que terá de enfrentar problemas e dilemas terríveis.

Preocupações conservacionistas

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã embarquei para o Rio, com grande atraso. Contudo, cheguei à sede da Nuclebrás somente 20 minutos após a hora marcada.

Almocei com Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, e com dois de seus assessores. Eles desejavam principalmente saber o que os conservacionistas brasileiros pensavam a respeito da energia nuclear. Contei-lhes que a preocupação principal dizia respeito a três pontos:

- A – acidentes, na operação normal;
- B – o que fazer do "lixo" atômico (resíduos);
- C – a operação, num futuro mais distante, dos reatores *fast breeders*.

Eles me consultaram sobre o que fazer: discutir ou não em detalhes as possibilidades de acidentes. Chegamos à conclusão de que entrar em pormenores seria prejudicial, pois poderia dar origem a interpretações impróprias ou a conclusões errôneas. Contudo, salientei a necessidade de divulgar

2 abril 1977

9 abril 1977

P.S. 2009: O projeto Brasil-Alemanha para enriquecer urânio fracassou.

P.S. 2009: Sempre manteve a esperança de que a grande fonte de energia para o nosso planeta será no futuro a fusão nuclear, que é a energia produzida pelo Sol. Contudo, ainda está em estágio experimental.

que a Nuclebrás está atenta ao problema da segurança dos reatores. Expliquei que, a meu ver, nossa posição deve estar baseada em dois pontos fundamentais:

- A – um País como o Brasil não pode ficar à margem da tecnologia nuclear, ou seja, precisa ter reatores;
- B – todo cuidado deve ser tomado para evitar acidentes e problemas.

Afirmei também que o Brasil tinha decidido não colocar todos os ovos no mesmo cesto energético, o que me parecia uma boa decisão. Assim, tínhamos programas para o álcool, energia solar, energia nuclear e o aproveitamento do grande potencial hidroelétrico da Amazônia. Disse isso para deixar bem claro que não considero a energia nuclear a única opção para o futuro (nem mesmo a principal).

Cálculo absurdo

15 abril 1977

A Associação Brasileira de Prevenção à Poluição Atmosférica, dirigida pelo jornalista Randolpho Marques Lobato, realizou no Instituto Tecnológico da Aeronáutica a 2ª Semana Nacional do Meio Ambiente.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP – As palestras de hoje abordaram o problema nuclear, mas visto de ângulos diferentes. O professor Cintra do Prado tratou com franqueza dos perigos dos reatores (perda do controle térmico, principalmente), mas terminou dizendo que o risco era negligível (uma possibilidade em 300 milhões). Esse cálculo, do relatório do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) (EUA), parece-me um absurdo. Muitos não o aceitam. Será que a humanidade só vai aprender depois de um acidente grave?

José Carlos Figueiredo Ferraz, ex-prefeito de São Paulo, criticou os poucos poderes atribuídos à Sema. A seu ver, deveríamos ser um Ministério. Falou também sobre o problema energético. A grande opção, segundo ele, é o potencial hidroelétrico da Amazônia. Fez sérias restrições ao uso da energia nuclear, embora dizendo que não podemos deixar de utilizá-la também. Seus pontos de vista coincidem com os meus, nesses aspectos.

Falha geológica

15 maio 1977

O Globo publicou uma reportagem sobre um relatório da Sociedade Brasileira de Física, no qual foi dito que a Usina Nuclear de Angra dos Reis foi construída perto de uma falha geológica. O jornalista Martins, de O Globo, telefonou-me a respeito. Disse-lhe que ouvira boatos sobre o assunto, mas que cuidados especiais poderiam ser tomados. Junto à falha de San Andrés, na Califórnia, foi construído um estádio esportivo (em Oakland). Esse é um assunto que vai dar margem a grandes debates, e que deve preocupar a todos.

Erro elementar

20 julho 1977

BRASÍLIA, DF – Recebi telefonema alarmante do engenheiro Rego Monteiro, do Rio de Janeiro. Técnico dos mais conceituados, trabalha agora na Binacional de Itaipu. Contou-me, preocupado, que a Nuclebrás vai construir em Rezende, perto da represa do Funil, uma usina de enriquecimento de urânio. Acontece que a água de Funil abastece o Rio de Janeiro. O processo de enriquecimento

a ser usado no Brasil é novo. É difícil avaliar com exatidão os riscos, mas eles certamente existem, pois o U-235 é material altamente radioativo. É uma loucura fazer essa usina numa localização dessas!! Haverá no mínimo um grande impacto negativo na opinião pública. É incrível cometer um erro elementar como esse. Redigi hoje mesmo um ofício ao presidente da Nuclebrás, dando minha opinião franca.

Influenciar por dentro

BRASÍLIA, DF – Fiz ao ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, um relato sobre nossa troca de ideias na Nuclebrás. Conteí que nossa grande preocupação se prendia à possibilidade de construir no futuro uma usina de reprocessamento de combustível nuclear na área de Rezende, onde será instalada a unidade de enriquecimento de urânio. O ministro confirmou que originalmente se pensou mesmo em fazer isso, mas foi antes da escolha da localização de Rezende. Tive a impressão de que para ele esse não era um ponto muito importante. Contudo, Rex Mazareth esclareceu bem que não será localizada lá a unidade de reprocessamento.

O ministro Ueki indagou nossa opinião sobre um convênio Sema-CNEN, para tratar de assuntos nucleares ligados ao meio ambiente. Respondi que achávamos interessante e combinamos que a CNEN nos apresentaria uma minuta, para discussão. A ideia tem para nós um aspecto bom, pois nos permitirá acompanhar de perto, e a tempo, a implantação das usinas nucleares e atividades correlatas. Poderemos assim participar e influir nas decisões. Afirmei ao ministro Ueki que iremos pedir sempre o máximo de segurança. Reconhecíamos a necessidade dessas usinas, mas a segurança deveria ser nossa grande preocupação. O ministro concordou conosco. Por outro lado, parece claro que o setor nuclear receia campanhas de opinião pública contra as suas usinas, e deseja nosso apoio ou pelo menos quer neutralizar uma eventual oposição pública a algum dos seus projetos. Isso não me preocupa, pois estando do lado de dentro poderemos influir muito mais que ficando de fora.

Falhas incríveis

BRASÍLIA, DF – O Estado de S. Paulo publicou boa entrevista minha, feita por Roberto Camargo, sobre os problemas nucleares brasileiros. Há alguns meses, houve um incêndio no almoxarifado da Usina Angra I, ainda em fase de construção. Esse desastre, embora relativamente pequeno, revelou falhas incríveis de segurança. Faltou água porque a chave especial dos hidrantes estava trancada em outro lugar, e o responsável, ausente. Em Angra houve vários erros que nos deixam preocupados quanto ao futuro, quando a usina começar a funcionar. Na minha entrevista, recomendei o máximo cuidado em matéria de segurança. Elogiei o pessoal da CNEN. Recomendei que as novas usinas fossem implantadas em lugares pouco povoados e que tivessem em torno um cinturão verde.

A tática do “desinventar”

PORTO ALEGRE, RS – Sábado. Pouco antes do meio-dia, quando esperava no aeroporto para embarcar para São Paulo, fui entrevistado por um jornalista. Nesse momento, inesperadamente, surgiu José Lutzenberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (Agapan). Ante meus olhos estarrecidos, ele se pôs a me criticar com veemência, dizendo que ia pedir minha demissão. “Para mim tu não és mais o secretário do Meio Ambiente.”

20 setembro 1977

14 março 1978

22 abril 1978

Respondi que pensar assim era um direito dele. Depois, disse-me que eu me desmoralizava ao defender a energia nuclear. Repeli essas palavras descabidas e afirmei que um dia se saberia o que fiz pelo meio ambiente, nesse setor. (...)

Um dos jornalistas presentes pediu a Lutzenberger para gravar algumas declarações, pelo rádio. Com isso ele se acalmou. A cena foi filmada também por uma TV. Depois, Lutzenberger continuou sua catilinária contra a energia nuclear, dizendo que eu não poderia aceitá-la. Ele gostaria de viver num mundo utópico e se esquecera das realidades do mundo moderno. Disse-lhe que infelizmente não se conseguiria mais "desinventar" a energia nuclear e que o Brasil não poderia ser o único país a ficar à margem da tecnologia desse setor. Lutzenberger não aceita a realidade. Mas ela aí está, quer isso nos seja agradável ou não. Ele cometeu um terrível erro tático, ao pedir a retirada dos conservacionistas do Governo, o que deixaria o campo livre aos que pouco ou nada se importam com o meio ambiente.

Ao me despedir, convidei Lutzenberger a um dia sentar-se comigo numa mesa de um restaurante, para tomar um chope ou um refrigerante e discutir os problemas ambientais.

Conveniência

BRASÍLIA, DF – Preparei o relatório ao ministro do Interior, Mário Andreazza. Salientei a conveniência de não instalar novas usinas nucleares a fissão, pois temos energia hidroelétrica suficiente para esperar pela fusão nuclear, bem menos poluente. Disse também que o acidente de Harrisburg mostrou o erro daqueles que pensavam serem essas usinas muito seguras. Pedi que dessem à Sema poderes para influir na escolha da localização de novas usinas nucleares, se estas forem mesmo construídas. Fiquei depois sabendo, pelos jornais, que o presidente Figueiredo declarou que manterá integralmente o acordo nuclear com a Alemanha. Isso significa construir mais seis usinas nucleares, numa época em que a opinião pública está cada vez mais contra elas.

À tarde, visitamos (eu e meus secretários Adjuntos) o ministro César Cals, das Minas e Energia. Ele deu a entender que o programa nuclear brasileiro vai se atrasar. Está animado com a possibilidade de exportar urânio enriquecido a altos preços. Achou importante cuidar bem da segurança das usinas nucleares brasileiras ao comentar uma afirmação minha de que a segurança desse tipo de instalações é preocupação universal. (...)

Tenho pensado muito nos problemas nucleares brasileiros. Cheguei à conclusão de que o Brasil, por motivos de sobrevivência, não pode deixar de entrar no campo da tecnologia nuclear e possuir reatores. A decisão, aliás, já foi adotada pelas mais altas esferas. Assim, só posso tomar duas atitudes: sair da Sema ou procurar, dentro do Governo, fazer com que a segurança dos reatores receba a maior atenção possível. A primeira alternativa não conduz a nada. A segunda pode salvar vidas e permitir que prossiga o Programa de Estações Ecológicas. É o rumo que seguirei, embora a opção nuclear de fissão não me atraia.

Recebi a visita de Azor Camargo Penteado Filho, da área nuclear da Cetesb. Ele me aconselhou pedir à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) estudos sobre o impacto ecológico dos reatores em construção em Angra dos Reis. Ele está certo. Se não fizermos isso seremos considerados

relapsos ou omissos. Agora, com o convênio Sema-CNEN em vigor, chegou a hora de entrar no campo desses estudos.

Fusão, a grande alternativa futura

NOVA JERSEY, EUA – Às 12h40, embarquei com Lucia em Pennsylvania Station e tomamos o trem que nos levou a Princeton, em Nova Jersey. Lá, um carro oficial nos esperava e nos levou até os prédios do Plasma Physics Laboratory, da famosa Universidade de Princeton.

Fomos muito amavelmente recebidos pelo professor Melvin B. Gottlieb, diretor do Laboratório. Disse-lhe, logo de saída, que via na energia a ser obtida através da fusão nuclear uma esperança para a preservação do meio ambiente. Por esse motivo estava ali, para conhecer as possibilidades reais da fusão nuclear. Queria também saber quando teríamos os primeiros reatores operacionais e se eram bem exatas as informações constantes de um artigo publicado (neste mês) pela conhecida revista Scientific American.

O doutor Gottlieb conversou comigo durante uma hora e meia. O artigo da Scientific American estava certo e fora escrito por um colega dele, do próprio laboratório. A fusão nuclear era realmente muito segura e praticamente não poluente, pois os átomos de Tritium (isótopo de hidrogênio) não saíam do aparelho onde se realizaria a fusão nuclear. Para maior garantia, estavam sendo feitas pesquisas a respeito, em Los Alamos, na Califórnia. O plasma onde se realiza a fusão é confinado num campo magnético e é praticamente uma situação de vácuo, pois contém apenas 2 gramas, em qualquer momento, dentro do aparelho. Assim, mesmo num caso de acidente total, isso pouco dano causaria. Além do mais, bastaria desligar o aparelho para cessar todo o seu funcionamento e, portanto, o perigo eventual. Só as paredes do reator poderiam ficar radioativas durante os anos do seu funcionamento e assim mesmo apenas por um período de 40 anos. Dessa maneira, a fusão nuclear realizada em aparelhos do tipo ou sistema Tokamak é muito segura e praticamente não oferece perigo para o meio ambiente. Entre outras coisas não há quase resíduos radioativos e os poucos existentes têm vida relativamente curta e não oferecem maiores problemas.

Quanto ao cronograma previsto, o professor Gottlieb explicou que em 1983 (e não em 1981, como dizem os folhetos), já estará funcionando o Reator Piloto à Fusão Tokamak (Tokamak Fusion Test Reactor). Esse será um passo crucial, pois demonstrará as possibilidades reais de fusão nuclear, produzindo cerca de 100 Megawatts de energia, utilizando pela primeira vez a fusão pacífica do Tritium e do Deutério. O caminho ficará aberto para a construção de um reator comercial entre os anos de 1990 e 2000. Portanto, a fusão nuclear será uma realidade prática que já se avizinha muito antes do que a grande maioria das pessoas pensa. Para a defesa do meio ambiente isso será extremamente importante. (...)

WASHINGTON, EUA – Pela manhã, Frederik Berle Mayerson me levou à casa do senhor Herb Spielman, do Departamento de Estado. De lá fomos juntos ao Departamento de Energia, nos arredores de Washington, em Germantown.

No Departamento de Energia, depois de preencher os cartões de segurança, falamos com o doutor Roberts. Ele fez uma boa apresentação sobre o programa norte-americano de fusão nuclear.

16 agosto 1979

P.S. 2009: Essa previsão falhou. Agora há um reator de fusão experimental em construção no Sul da França.

4 abril 1979

26 abril 1979

27 abril 1979

20 agosto 1979

21 agosto 1979

Primeiro discorreu sobre os aspectos técnicos e científicos. Estão também procurando usar a fusão nuclear para a produção de combustíveis sintéticos, inclusive óleos e gasolina. Sobre a segurança dos reatores a fusão, expôs entre outras vantagens do programa a possibilidade de substituir no futuro o Tritium por outros advanced fuels, sem produzir nêutrons. Estão também estudando como manipular com segurança o Tritium. Há todo um equipamento piloto para isso, que será experimentado em 1982. Em seguida mostraram uma série de acordos e atos de colaboração internacional. Há quatro grupos no mundo (EUA, Japão, URSS e Comunidade Europeia) trabalhando juntos e entusiasmadamente. Na Comunidade Europeia, estão cooperando a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha e a Grã-Bretanha, num esforço conjunto. (...)

Após o almoço, fomos ao Departamento de Estado e em seguida a uma construção grande e antiga, anexa à Casa Branca. Entrevistei-me lá com o doutor Frank Press, assessor especial do presidente Carter para assuntos científicos e tecnológicos. Fiz uma exposição sobre as atividades da Sema e sobre o problema energético brasileiro. Tive a impressão de que ele é um homem de ideias bem determinadas. Sobre a fusão nuclear, falou de modo peremptório que nenhuma das pessoas "sêniors" envolvidas no programa poderia dizer que essa energia estaria disponível neste século 20, pois ainda há grandes problemas tecnológicos a vencer. (...)

O senhor Thomasson, do Departamento de Energia, falou sobre os detalhes ambientais do Programa de Fusão Nuclear. É possível produzir U-233 e Plutônio num reator a fusão, se isso for feito propo-sitalmente. Por isso, salvaguardas internacionais serão necessárias. A duração da radioatividade das paredes dos reatores dependerá dos materiais usados. As paredes terão que ser removidas a cada cinco anos ou coisa semelhante. A disposição final do lixo radioativo precisa ser estudada. Não tem, porém, subprodutos radioativos, mas apenas materiais ativados radioativamente. Estão estudando em Los Alamos como monitorar Tritium. Os problemas de segurança incluem a possibilidade de va-porização de paredes, fogo no lítio, tudo isso com perda de material radioativo. A conclusão geral deles é a de que a fusão nuclear tem problemas na área ambiental, mas possui também a vantagem de que esses problemas estão sendo estudados com grande antecedência. Eles, porém, são caute-losos, dizendo que ainda é cedo para precisar o grau de segurança dos futuros reatores a fusão.

Mar grosso

18 setembro 1979

RIO DE JANEIRO, RJ – Pela manhã, fui ao CNEN, onde conversei longamente com o seu presidente, o professor Hervasio Guimarães de Carvalho. Fiz um relato de minha viagem aos EUA, no que se refere à visita à Universidade de Princeton e ao que apurei em relação à fusão nuclear. O professor Hervasio me pareceu bem mais receptivo às possibilidades da fusão, do que na visita que lhe fiz uns três meses atrás. Contudo, ainda pensa que a combinação fusão-fissão seria melhor que a fusão sozinha. Insiste, também, na segurança quase absoluta que lhe inspiram os reatores a fissão. A seu ver, o problema dos rejeitos nucleares está resolvido com a sua incorporação ao vidro ou mesmo ao cimento.

A firmeza do professor Hervasio, ao exigir grande segurança para os nossos reatores, é um aspecto muito positivo. Ele concordou que a mineração de urânio apresenta problemas sérios. Disse não ter sido ouvido (e nem o Itamaraty o foi) em certos acordos "secretos" com a Alemanha. A seu ver, estamos atravessando um período de "mar grosso", referindo-se obviamente à celeuma que esses acordos e outros fatos estão produzindo no congresso e na opinião pública.

Longe das metrópoles

À tarde, fui com Estanislau Oliveira ao Ministério da Justiça, onde fomos recebidos pelo ministro Abi-Ackel. Repeti a argumentação usada pela manhã, sobre a localização das novas usinas nucle-ares. Disse-lhe que não discutia a decisão do presidente João Figueiredo, de construir as usinas 4 e 5. Isso já fora decidido. Seria, porém, um tremendo risco político e ambiental instalá-las entre São Paulo e Curitiba. Uma população de 12 milhões de pessoas não pode ser removida, se houver necessidade. E essa população não pode ficar intranquila, à mercê de qualquer boato. O ministro concordou comigo, sobre os aspectos políticos.

Falei ao coronel Leal, do Conselho de Segurança Nacional, que não discutia a construção da 4ª e 5ª Usina (fissão) Nuclear, pois era decisão já tomada pelo presidente Figueiredo. Contudo, colocar uma dessas usinas ao sul da área metropolitana de São Paulo seria provocar uma agitação sem tamanho. Era melhor gastar mais em linhas de transmissão e fazer a usina no norte do Espírito Santo ou no sul da Bahia, áreas ainda pouco povoadas. O coronel Leal vai transmitir minha opinião ao ministro Venturini, chefe do gabinete militar.

Dentro das Estações Ecológicas

BRASÍLIA, DF – Com o coronel Sodré, do Conselho de Segurança Nacional, foram entregues ao ministro Andreazza uma Exposição de Motivos e uma Minuta de Decreto, estabelecendo que as Usinas Nucleares serão feitas dentro de Estações Ecológicas. Infelizmente só vi a minuta poucos minutos antes de ela ser entregue ao ministro. Apesar disso, afirmei a este que a redação como estava, prevendo usinas "dentro" das estações, não me parecia apropriada. Tanto o coronel Sodré como o ministro Andreazza não concordaram com minhas ponderações e os documentos foram assinados, na presença também de Urquiza. Na regulamentação do decreto, ou seja, através de portaria que pedi à Celeste para redigir, vamos ter que esclarecer a situação das Estações Ecológi-cas em relação às Usinas Nucleares. Com isso o coronel Sodré concordou. Esse decreto vai me valer muitas críticas, mas também dará muita força à Sema na área governamental.

Os jornais do Rio (*Globo* e *Jornal do Brasil*) publicaram com destaque (manchetes na primeira página) a notícia de que haverá Estações Ecológicas junto a Usinas Nucleares. Em São Paulo, só o *Estado de S. Paulo*, na página econômica, noticiou o decreto do presidente.

O que poderá acontecer?

RIO DE JANEIRO, RJ – Pela manhã, às 7h, sai do Hotel. Com Anita Gilz de Souza e Rogério Marinho, segui para Itaorna. Chegando lá, iniciamos a visita à Usina Nuclear Angra I, da Westinghouse.

Primeiro houve um briefing, no Auditório de Furnas. Um dos técnicos fez uma exposição sobre os tipos de pesquisa que eles realizam. Os estudos de Biologia Marinha estiveram a cargo da Femar, fundação presidida pelo almirante Paulo Moreira da Silva. Contudo, não fizeram nada sobre Biolo-gia Terrestre. É por aí que a Sema poderá entrar no circuito. Depois falou o presidente do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o professor Hervasio de Carvalho. Com profunda convicção

6 março 1980

29 abril 1980

21 julho 1980

30 julho 1980

15 agosto 1980

e sinceridade disse sobre as virtudes da energia nuclear. Contudo, discordo de uma série de conclusões que apresentou. Assim, os riscos não são tão pequenos como ele desejaria que fossem, em relação aos atuais reatores:

- o custo do kW não é mais baixo que o da energia hidroelétrica;
- o aquecimento da água do mar pelo sol não é igual ao aquecimento da água de refrigeração, pois um deverá se somar ao outro, na descarga da usina;
- o Brasil não tem recursos para construir os dez reatores anuais que ele desejaria;
- o problema dos resíduos nucleares não está resolvido, como afirmou etc. (...)

Visitamos a Usina Angra I juntamente com o presidente de Furnas, Licínio Seabra; com o presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) do Rio de Janeiro, Evandro Britto; com o presidente da Cetesb, Marcel Protesco; Carlos Celso do Amaral e Silva, diretor da Cetesb; coronel Noronha, secretário da Secretaria Especial da Região Sudeste (Serse); José Pedro de Oliveira Costa; Gisela, da USP; Rogério Marinho etc. A obra é gigantesca e o painel de controle impressionante. Lembrei-me do filme "A Síndrome da China". Uma dúvida me assaltou, principalmente depois que um operário desastrado quase me fez tropeçar sobre uma pá de limpeza cheia de cacos de vidro. Será que aqueles técnicos e aqueles operários (ou outros equivalentes), tão jovens, teriam a experiência e os conhecimentos necessários para operar bem uma Usina Nuclear? Milhares e milhares de vidas estão nas mãos deles. O que poderá acontecer?

Que azar!

24 novembro 1981

RIO DE JANEIRO, RJ – No final da tarde estive na CNEN, onde conversei com Rex Nazareth. Eles enfrentam uma situação difícil, com a reação geral, inclusive de ministros e governadores (BA e PE) contrários ao uso do Raso da Catarina, onde se instalara Estação Ecológica na Bahia, para guardar o lixo nuclear. Ficou mais uma vez acertado entre nós que tal depósito não ficará na Estação Ecológica. Fiquei sabendo, e vi a documentação sobre estudos que eles estão fazendo desde 1980 na região!

Saiu hoje no *O Globo* uma declaração do ministro Andreazza contra o uso do Raso da Catarina para depósito dos resíduos nucleares. No mesmo jornal, declarei que, feita pelo Brasil a opção nuclear, algum outro lugar teria que receber o lixo atômico. Para isso, a CNEN era o órgão competente, mas devíamos descartar a hipótese de colocar tais resíduos dentro de Estações Ecológicas. Aliás, justiça seja feita, os estudos que vi mostram que a CNEN sempre rejeitou a hipótese de fazer o depósito no interior de nossas Estações Ecológicas. Eles iniciaram os estudos "pente-fino" no Brasil em 1979, mas somente no ano passado "descobriram" o Raso. Que azar!

Resíduos

Visita da Comissão Brundtland ao Canadá, pouco depois de um dos mais graves acidentes nucleares da História

24 maio 1986

EDMONTON, CANADÁ – O ministro do Ambiente de Manitoba indagou o acadêmico Sokolov sobre o recente acidente nuclear em Chernobyl, Ucrânia. Ele respondeu muito bem, falando sobre a

loucura de gastar dinheiro com armamento nuclear. Em seguida, pedi a palavra. Disse que os problemas ocorridos em usinas nucleares de fissão eram apenas uma ponta do iceberg. Muito maior era a questão de saber o que fazer com os resíduos radioativos que duram centenas de milhares de anos. Sugeri que os governos intensificassem as pesquisas com a fusão nuclear, tecnologia muito mais segura.

Desastre ecológico-nuclear

Dei uma entrevista na TV Brasília sobre o desastre ecológico-nuclear ocorrido há dias em Goiânia. Ainda preocupa, devido à descoberta de novos núcleos de contaminação, novas pessoas contaminadas etc. Uma bomba de césio de uso radiológico estava abandonada devido a uma disputa judicial. Foi roubada, arrebatada, dividida e levada a várias partes da cidade. Calcula-se que umas seis ou oito pessoas foram gravemente afetadas, e outras 40 receberam doses altas. Foi, em resumo, um grave risco. Como disse na *IstoÉ*, ocorreu um desastre ecológico e um desleixo de alto nível. O que na realidade declarei foi ter havido um desleixo de alto a baixo. Os donos do equipamento foram irresponsáveis. Também falhou a CNEN, pois a meu ver eles não fiscalizam. Só licenciam. Isso é um absurdo!!! Expliquei na TV que as pessoas deviam incentivar os dentistas e médicos radiologistas a terem sempre seus equipamentos em boa ordem.

5 outubro 1987



Brincando com um antilope
Elande (*Tourotragus oryx*) amigo

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1º Grau

8 agosto 1975

Assinamos, de manhã, convênio com a Fundação Educacional do Governo de Brasília para treinar 3 mil professores do 1º Grau, a fim de que eles ensinem as crianças noções sobre a preservação do Meio Ambiente. Isso é muito importante.

1º, 2º e 3º Graus

5 fevereiro 1976

BRASÍLIA, DF – Às 15h fui ao Ministério da Educação. Com Regina Garrido, Diretora da nossa Divisão de Educação, tivemos uma audiência com o Ministro Ney Braga, Edson Machado (Diretor do Departamento de Assuntos Universitários) e Ana Bernardes (Diretora do Departamento de Ensino de 1º e 2º Graus), e o Secretário Geral daquele Ministério, Euro Brandão.

O ministro Ney Braga, cuja simplicidade e simpatia são cativantes, é um grande entusiasta da Ecologia. Com ele e com sua equipe combinamos uma série de medidas:

P.S. 2009: Infelizmente, quando mudam os dirigentes, mudam também ou se extinguem os planos. Isso acontece com certa frequência na área ambiental.

- A – Um Convênio sobre o uso das Estações Ecológicas pelas Universidades Brasileiras;
- B – O entrosamento com o MEC, no nosso programa de apoio ao ensino de Ecologia no 1º Grau, realizado em colaboração com a Universidade de Brasília e a Fundação Educacional do Distrito Federal;
- C – Orientação da Sema para a produção de pesquisas ecológicas e ambientais destinadas às 56 TVs educativas coordenadas pelo MEC;
- D – Orientação da Sema para a produção de filmes, em assuntos de meio ambiente;
- E – Treinamento de professores dos cursos de Problemas Brasileiros.

Como se vê, essa reunião com o ministro Ney Braga e seu Estado-Maior foi um amplo sucesso. Foi um encontro dos mais produtivos!

Papel das ONGs

Seminário da Sema sobre Educação Ambiental

11 dezembro 1985

Falaram vários representantes de associações conservacionistas. Embora o Seminário fosse sobre Educação Ambiental, a grande maioria das nossas ONGs estava pouco interessada no assunto. Contudo, aproveitaram a oportunidade para criticar o Governo e falar sobre os seus projetos prediletos.

12 dezembro 1985

De manhã fui à Sema e depois ao encerramento do Seminário de Educação Ambiental e Participação Comunitária, da Sema. Falei algumas palavras, dizendo que as associações (ONGs) presentes estavam preocupadas não somente com questões educacionais, mas principalmente com a solução de problemas ambientais.

Isso significa, a meu ver, que precisamos abrir um foro especial, onde as ONGs (não governamentais) possam periodicamente fazer ouvir as suas opiniões e reivindicações.

Pelo rádio

Tomei parte, na Sema, de uma reunião da Comissão sobre a Educação Ambiental. Falamos 80% do tempo sobre os grandes problemas ambientais brasileiros e 20% sobre Educação. Sugeri dar prioridade à educação pelo rádio, na Amazônia, mas ao que parece não deram a devida atenção a isso. Na maior parte da Amazônia, as pessoas moram à beira dos rios. O rádio de pilha é o seu contato com o mundo civilizado. O pessoal, ao que parece, gostou mais da notícia que lhes dei, da criação do Fórum Cultura-Meio Ambiente.

21 dezembro 1988

Professores do básico

SÃO PAULO, SP – Participei do Workshop sobre Política Nacional de Educação Ambiental, promovido pela Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Miriam Kraselchik também estava lá. Cada um de nós falou sobre as suas experiências nesse campo. Acredito ter sido mais otimista que a Miriam, em relação ao futuro. Expliquei aos presentes que minha receita básica seria treinar bem e motivar os professores do curso básico, em relação aos assuntos ambientais. Citei o caso bem sucedido do Secretário da Educação do Distrito Federal, Embaixador Wladimir Murtinho, cujo pessoal trabalhou junto com o pessoal da Sema, treinando os professores com ótimos resultados. Esse trabalho conjunto é essencial.

23 agosto 1993

Programa Nacional

Carlos Alberto Xavier, chefe de Gabinete do Ministro da Educação, me convidou e insistiu para que eu coordenasse o Programa Nacional de Educação Ambiental. Em princípio aceitei, com a condição de coordenar, num grupo de consultores. Sozinho não dá.

29 janeiro 1997

Regra geral

SÃO PAULO, SP – À tarde fiquei muito aborrecido. Mandeï podar árvores (em casa), com serra motorizada, vinda de Nogueirapis. Contudo, o motorista Ramalho se enganou e cortou um belo e produtivo abacateiro. Expliquei a ele que isso acontece porque muitos brasileiros não gostam das árvores. Realmente, essa é a regra geral. É necessário ainda um grande esforço de educação ambiental para proteger as florestas.

3 fevereiro 1997

Vídeos para professores

BRASÍLIA, DF – À tarde voltei ao MEC (Ministério da Educação) com a participação de Carlos Alberto Xavier, Nely Gonçalves Mello (assessora-chefe), Maria Lídia (roteirista) e Caetano (comunicador).

25 abril 1997

Tratamos do planejamento de uma vasta operação para fazer e distribuir uma coleção de dez vídeos sobre problemas ambientais. É para dar apoio e informação aos Professores de primeiro grau.

Esses vídeos serão distribuídos a muitos milhares de Professores. Serei o assessor-mor desse Programa.

18 junho 1997

Estive de manhã com Néli Gonçalves de Melo, Coordenadora do Programa de Educação Ambiental do Ministério da Educação. Entreguei a ela um relatório meu com sugestões sobre os roteiros de 10 vídeos sobre assuntos ambientais. Não foi fácil, pois estive muito ocupado com esse e outros trabalhos nos últimos dias. Serão produzidas 50 mil ou 45 mil cópias, para distribuição a professores e professoras de 1º e 2º graus, de toda a Federação Brasileira. É uma grande responsabilidade, acentuada com a confiança enorme que a Néli deposita em mim.

Teleconferência

Teleconferência via TV Executiva do Ministério da Educação

26 junho 1997

RIO DE JANEIRO, RJ – Fiz uma apresentação sobre a Educação Ambiental na antiga Sema, coordenada por Regina Gualda. Expliquei a importância do Desenvolvimento Auto-Sustentável, Meio Ambiente e Cidadania, erradicação da miséria pelo desenvolvimento autossustentável etc. A Teleconferência durou cerca de 3 horas e teria tido 9 mil assistentes e participantes.

Estação educativa

11 novembro 2003

De manhã houve uma reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente de SP), presidido pelo Secretário José Goldemberg. A Secretaria vai receber 12 milhões de dólares do Banco Interamericano, para as unidades de conservação da Região do Vale do Ribeira, menos a Juréia. Pensei que houvesse nisso uma armação dos que não gostam (são poucos) das Estações Ecológicas. A Juréia é uma dessas Estações. Pedi a palavra e disse ao Secretário que, ao contrário do que dizem, pode haver nas Estações Ecológicas uma visita pública educativa.

Faculdade

2 março 2004

SÃO PAULO, SP – Ao chegar, me espantei com o campus do Senac (Serviço Nacional do Comércio), onde há uns 10 prédios de pré-moldados com 2 ou 3 andares, cada um deles capaz de abrigar uma Faculdade. Vai ser uma universidade do Meio Ambiente. Acompanhado da professora Sílvia Maxwell, fui apresentado a uns 60 alunos da primeira turma da Faculdade. Na verdade, foi a primeira aula de todo esse novo conjunto das escolas de nível superior.

Falei sobre a história do meio ambiente no mundo e na Federação Brasileira. Sou um dos raros sobreviventes da implantação oficial do Meio Ambiente aqui no Estado de São Paulo e na Federação. Aliás, em São Paulo, ainda não tinha cargo oficial pago, embora fosse assistente do secretário da Agricultura Renato Costa Lima e presidente do Conselho Florestal do Estado. Gostaram da minha aula, ou pelo menos deduzi isso dos aplausos recebidos. Visitei também a nova Biblioteca da Faculdade, com ótimas instalações e orientação também muito boa.

Base: arborização e despoluição

18 junho 2005

Conversei lá com diversos professores e professoras da Universidade de São Marcos, sobre planos a seguir para aperfeiçoar a área ambiental. Vamos fazer Projetos de arborização e de controle da

poluição hídrica em bairros do Leste da Capital Paulista. Os alunos da Universidade trabalhariam, como dever escolar, junto aos alunos das escolas públicas, orientando-os nesses assuntos. Para as escolas públicas isso seria também interessante. Faríamos um programa de arborização das ruas. Também divulgaríamos os resultados da poluição dos córregos da região, para despertar as autoridades. A situação dessas águas é péssima. Para mim, esses projetos são coisas novas. É um trabalho ambiental de base.

Crianças influenciam adultos

BRASÍLIA, DF – De manhã fui a uma reunião plenária do Enca (Encontro Nacional de Colegiados Ambientais), onde um membro da mesa de nome Bocacio, ou algo assim, de Mato Grosso, falou muito bem sobre a educação ambiental infantil e sua grande influência sobre os adultos de suas famílias. Na Escola Pública, organizaram visitas às propriedades rurais, para obter dados ambientais e contar aos entrevistados o que a lei manda fazer. Os adultos infratores ficaram sem jeito diante das crianças. O resultado ambiental foi ótimo.

Paraíba

À tarde, no Palácio do Governo, fiz um discurso durante a posse, presidida pelo governador Wilson Braga, do Conselho de Proteção Ambiental (Copam). Expliquei que a defesa do Meio Ambiente era importante para que possa haver desenvolvimento. Citei o caso do Rio Paraíba do Sul. Apoiei também e mostrei os aspectos positivos da criação de uma Área de Proteção Ambiental no Vale dos Dinossauros. Ouvi muitas risadinhas, pois a boa ideia do diretor da Paraíba-Tur, de proteger as valiosas relíquias lá existentes – pegadas de dinossauros – é vista como quixotesca. Quem riu expôs sua ignorância.

Ceará

FORTALEZA, CE – Lá pelas 9h fui à residência do governador Gonzaga Mota. Falei com ele, na companhia de Renato Aragão. (...) Contei o que estávamos fazendo no Estado. Pedi que organizasse um órgão ambiental eficiente no Ceará. Renato Aragão faz o que pode, mas está muito limitado pelo seu chefe na Sudec (Superintendência do Desenvolvimento do Ceará), um político sem motivação ambiental. O governador disse que mandaria o Projeto de Lei existente à Assembleia Legislativa, se eu estivesse de acordo. O que confirmei.

De manhã fui ao Palácio do Governo, do Ceará. O governador Gonzaga Mota me recebeu amavelmente. Houve uma complexa cerimônia cívico-militar, com banda de música, revista às Tropas pelo governador, apresentação de armas etc. Eu fui convidado a hastear a bandeira brasileira, ao som do “Hino Nacional”. Consegui fazer a bandeira subir aos poucos. Com a ajuda de algumas dicas de um fotógrafo que estava ao lado, terminei de fazer subir a bandeira no preciso momento em que acabou a execução do Hino. Várias pessoas comentaram essa precisão que, confesso, foi conseguida com a ajuda do fotógrafo, que me dizia em voz baixa: mais depressa. Esse tipo de cerimônia me comove de certo modo, me lembrando dos meus tempos distantes do meu serviço militar; é um sentimento que vem do fundo do coração, suscetível às solenidades cívico-militares, algo místico e

17 outubro 2007

7 novembro 1983

21 dezembro 1984

27 janeiro 1986

difícilmente explicável. Depois, entre essa solenidade e o desfile final, pedi ao governador a criação de um órgão estadual de meio ambiente.

Distrito Federal

28 julho 1987

De manhã participei da reunião do Cauma (Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente) do DF. Fiz uma proposta que, surpreendentemente, teve grande sucesso: fazer audiências públicas, nos casos controvertidos, para ouvir a opinião dos interessados. Rejeitamos o pedido para aumentar o gabarito dos prédios de Taguatinga para dez andares, ao invés dos quatro atuais. O pedido foi unanimemente rejeitado.

15 outubro 1987

De manhã houve reunião do Cauma. Ouvimos longa, cansativa e minuciosa exposição de dados favoráveis à construção do pré-metrô. Vi nos slides que nos foram mostrados que o meio ambiente foi quase totalmente ignorado no Projeto em estudo. É incrível. Terminada a palestra fiz um protesto em termos elevados contra essa omissão na apresentação do Projeto.

19 abril 1988

Com a presença do governador e de muito povo, aprovamos o tombamento da Vila Planalto e da área non edificandi do seu entorno. Foi uma decisão sensata, que lembrará uma fase pioneira de Brasília, impedindo ao mesmo tempo a expansão, da ocupação da referida área. Esse era o objetivo.

Conselhos municipais

21 setembro 1989

FORTALEZA, CE – Falei no Congresso Brasileiro dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Con-tei um pouco da história dos Consemas. A ideia foi minha, se não me falha a memória, mas ela foi desenvolvida e executada pelo general Clovis Nova da Costa, de saudosa lembrança. Foi um dos meus principais colaboradores, pessoa boníssima, muito cordial.

Entre as atividades dos Consema, salientei que uma delas poderia ser a de propor e fiscalizar a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as ARIEs. Expliquei que elas reduzem o uso das propriedades, mas não o proíbem, pois isso seria uma desapropriação indireta.

Creio que vendi bem o meu peixe, pois umas dez pessoas, depois da palestra, me pediram os mo-delos de ARIEs.

Goiás

6 dezembro 2000

GOIÂNIA, GO – Participei da reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (de Goiás). Foi discu-tida a criação de uma APA de 950 mil ha, em torno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (60 mil ha). Por 2 vezes falei, explicando o que era e como funcionaria a Área de Proteção Am-biental. Após os debates, ganhamos a votação 12 x 5. Entre outros, a APA proposta era aprovada por Marcelo Safadi (Secretário do Meio Ambiente Adjunto), Paulo Maluhy, Lamberto Wiss Ricardo Mesquita (WWF).



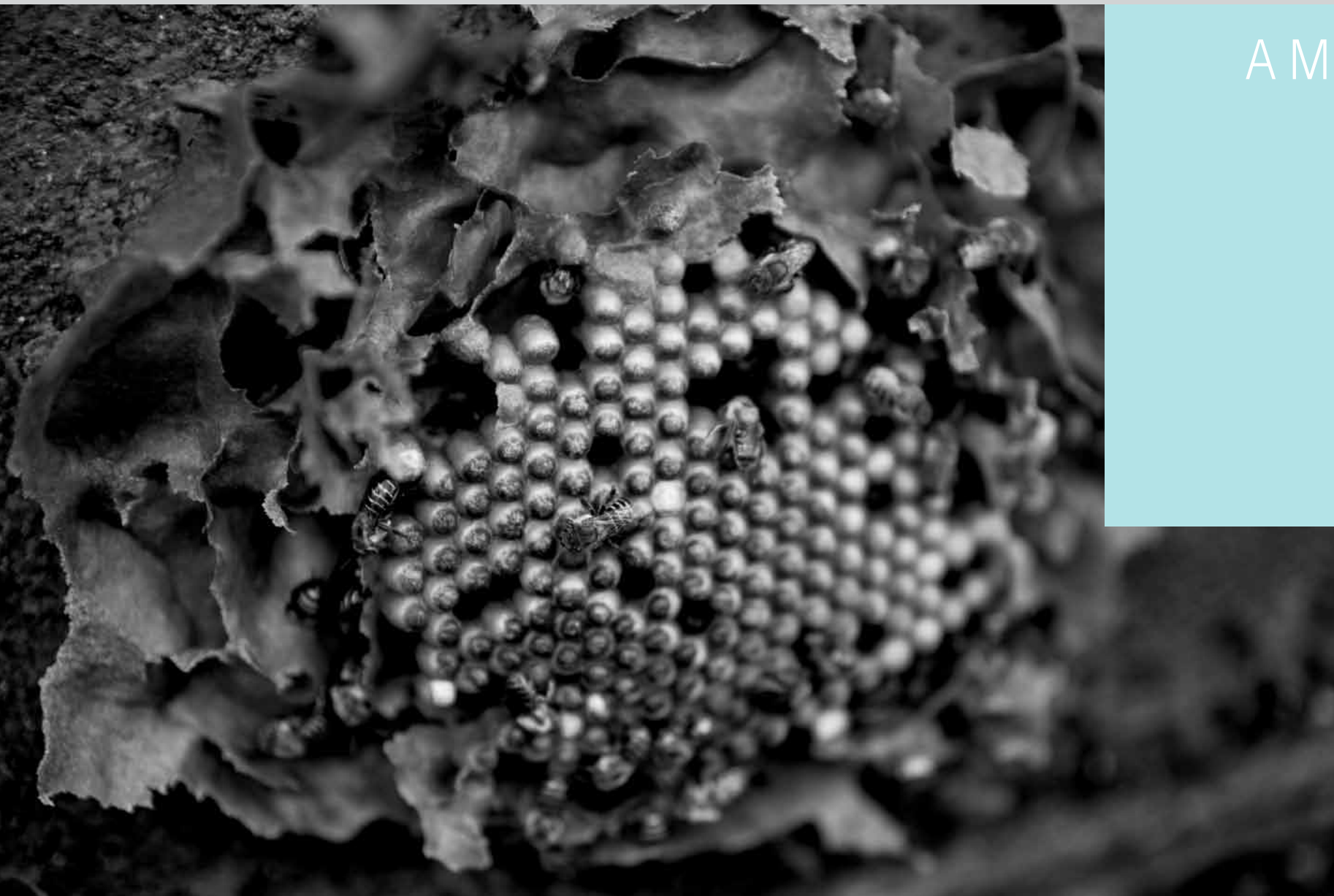
PNN – Uma das primeiras colméias racionais da abelha indígena Urucu Nordestina (Melipona scutellaris)

Amazonas

MANAUS, AM – Almocei com o secretário do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Virgilio Vianna, Tom Lovejoy (Heinz Center, Presidente), Rita Mesquita (Projetos Especiais), PNN e um técnico do Smithsonian. Aconselhei o Secretário a criar Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Parece que ele se impressionou com a minha argumentação, pois me convidou a participar do Conselho do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. O Tom Love-joy também participa. O secretário Virgilio e a Rita Mesquita, que trabalha com ele em Projetos Especiais, estão fazendo um trabalho notável, criando grandes unidades de conservação estaduais. São muito criativos e têm conseguido obter alguns milhões de dólares para esse fim.

1° julho 2004

*Favo de cria da abelha indígena Urucu
Nordestina (Melipona scutellaris). Foi um
dos pioneiros de sua criação racional*



AMBIENTE REGULATÓRIO

- Legislação ambiental
- Parlamento ambiental da Federação brasileira

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Federação e o Controle Ambiental

Articulação do esquema federativo em Minas Gerais

À noite, nossos amigos da Fundação João Pinheiro e do Centro Tecnológico me ofereceram um jantar no Automóvel Clube. Foi muito agradável, numa sala estilo clássico, onde só estávamos nós. Troquei ideias, com extrema franqueza, com o presidente da Fundação e do Centro, Luiz de Oliveira Castro, os dirigentes da Cetec, Renato Travassos e Paulo Gazzinelli, o representante do prefeito Marcos Câmara e Fernando Soares. Disse-lhes, com toda a sinceridade, que a meu ver estava diante de um impasse. Desejava ter a colaboração dos Estados não só da parte técnica (Cetec), mas também no que se refere à fiscalização e imposição de sanções aos contraventores. Em Minas, não havia ainda encontrado quem se dispusesse a isso, embora não tivesse ainda falado com a Comag (Cia. Mineira de Águas e Esgotos).

Meus anfitriões têm uma imensa confiança no poder até mesmo das simples portarias feitas pelo Governo Federal. Expliquei-lhes, porém, que a União não pode obrigar o Estado a constituir um organismo controlador da poluição. Isso seria inconstitucional. É preciso encontrar uma solução, senão o esquema “federativo” que havia imaginado poderá falhar, numa grande parte do Brasil.

Cautela e meditação

Durante a manhã, fiz nova revisão do anteprojeto da primeira Lei de Proteção Ambiental. Além disso, redigi a exposição de motivos. No final da tarde, entreguei tudo isso a Henrique Cavalcanti (secretário-geral do Ministério do Interior), para sua apreciação. Às vezes, nos últimos meses, pensei que estava demorando demasiadamente para iniciar a elaboração do anteprojeto, coisa que finalmente fiz em menos de uma semana. Hoje, porém, acredito que não poderia ter preparado bem esse trabalho, sem a experiência que adquiri nos meses passados. Uma lei dessas deve durar anos, não podendo ser reformada a cada passo. Por isso precisa ser ampla, genérica, palatável aos desenvolvimentistas e, sobretudo, eficiente, assuntos que requerem cautela, meditação e certo *know-how*. Vamos, neste momento, submeter o anteprojeto às críticas e sugestões dos técnicos, o que iniciei, hoje, apresentando para Henrique Cavalcanti, o pai da Sema. Com a experiência dos outros, espero suprir minhas falhas.

Duplicidade de funções na primeira Lei de Proteção Ambiental

De manhã, discuti com Henrique Cavalcanti os últimos pormenores da nossa primeira lei de Proteção Ambiental. Ele preferiu a modalidade de “taxa”, em vez de “contribuição”. O doutor Severino havia oferecido uma dessas alternativas, como fonte de receita e incentivo fiscal.

Antes, com Jader li o projeto de Código de Águas que tem um capítulo sobre poluição. Henrique pensa que todo o planejamento referente a águas deve ficar centralizado. Para evitar possíveis conflitos futuros entre ambas as leis, retirei da nossa lei as palavras ar, água e solos, substituindo-as por “Meio Ambiente”. Assim, a nossa completará a outra. Abrangerá os processos poluidores e não

27 março 1974

17 junho 1974

11 novembro 1974

apenas os despejos nos cursos d'água. Em nosso projeto ressalvamos expressamente a legislação da Marinha, da saúde e do uso das águas. Não queremos ter a oposição dos outros Ministérios, ou melhor, o veto deles. Apesar de tudo, não sei até que ponto poderemos evitar duplicidades entre ambas as leis e seus órgãos de execução. De qualquer modo, a poluição sonora, aérea e dos solos é de nossa alçada indiscutível. O importante é controlar a poluição. *O modus operandi* é detalhe.

Metas e prazos

12 dezembro 1974

Recebi o doutor Cícero Foz, presidente do Sindicato das Fundições. Eles estão dispostos a colaborar no controle da poluição, mas desejam prazos e facilidades. Combinei com ele e o seu companheiro de diretoria que estava presente que nos dariam uma relação de poluentes e problemas ambientais sobre os quais desejariam um pronunciamento da Sema. Depois, nós convocaríamos reuniões técnicas para debater o assunto. Expliquei que desejamos dialogar, como ele queria, mas que precisamos marcar metas e prazos para irmos avançando paulatinamente. Os cinco anos de carência que eles pretendiam eram demasiados.

Diálogo internacional mostra modelos

2 junho 1975

Começou, hoje, o 1º Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente. Com o auditório do Itamaraty cheio, o Encontro foi aberto pelo ministro do Interior, Rangel Reis. Estiveram também presentes o governador do Distrito Federal, Eleno Serejo Farias, e o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Depois da fala do nosso ministro, disse também algumas palavras de agradecimento. Em seguida, a sessão deveria ser suspensa, para a saída dos ministros, mas o ministro Rangel Reis pediu-me para prosseguir a reunião.

Falou, inicialmente, Mr. J. Smeets, da Comissão da Comunidade Europeia. Fez um resumo do que essa organização pretende fazer. Estão se preparando para estabelecer *standards* mínimos, aplicáveis a todos os nove países. O que não é fácil.

Mrs. John Quarles, vice-diretor do Environmental Protection Agency (EPA, que significa, Agência de Proteção Ambiental), disse que o Governo Federal dos Estados Unidos estabeleceu os *standards* nacionais, ficando os Estados e os Municípios com a responsabilidade da sua aplicação local. A legislação atual exige que a melhor tecnologia existente seja aplicada dentro de determinados limites de tempo. Isso garante um alto nível de controle em todos os lugares, embora possa ser desnecessário em certas áreas. (...)

Em relação aos custos, nos EUA considera-se que os danos são maiores que o preço dos controles. Virtualmente, não houve impacto desfavorável do custo da proteção ambiental no funcionamento das fábricas, em termos de seu fechamento. Não se confirmaram certas previsões pessimistas. Pelo contrário, surgiram novos setores na economia, ligados ao controle. (...)

Nos EUA, a tendência é para pesticidas mais tóxicos, mas menos persistentes. Baniram o DDT, Aldrin e Dieldrin. Querem usar pesticidas que não se espalhem pelo ambiente. (...)

À tarde, falou primeiro o representante mexicano, doutor Jorge Mungira Barcena. Contou o que estão realizando no México. A indústria do cimento estabeleceu um programa-compromisso de

três anos. Aplicam sanções progressivas e até a suspensão de trânsito dos veículos poluidores. Na Cidade do México estão correlacionando as observações atmosféricas com o monitoramento dos poluentes. Os "comandos infantis" de investigação ambiental são chamados de "promotores".

Assim, 60 mil crianças participam de campanhas de melhoramento do ambiente. O estudo de novos centros industriais é feito de modo a proteger a ecologia. Ele expôs também sobre o uso da energia solar para novas pequenas bombas d'água, o que se provou muito promissor(...)

Normalmente, têm a cooperação das indústrias. Primeiro discutem com as indústrias como elas podem diminuir a poluição. Só depois de julgar isso, recorrem a medidas coercitivas. Dão conselhos gratuitamente às indústrias, mas os serviços prestados são cobrados. Há *standards* diferentes, de acordo com o tipo de rio.(...) Nos estuários há comissões mistas das autoridades dos rios e do mar.

Após o intervalo, no qual falei com umas 20 pessoas sobre assuntos diferentes, teve início a Palestra do doutor F. Butucho, da Organização Panamericana de Saúde. A seu ver, o reexame dos *standards* precisa ser periódico, mas não frequente. Sem uma exigência legal, as indústrias geralmente não controlam a poluição. Para usar a capacidade de absorção do corpo receptor é preciso haver flexibilidade nos *standards*. (...) Várias vezes, durante a Palestra, doutor Butucho discordou da EPA.

O doutor V. B. Vouk, da Organização Mundial de Saúde, discorreu sobre o estabelecimento de *standards* em relação à saúde humana. (...) Disse que não conseguiu obter ainda a colaboração direta da indústria sobre novas substâncias potencialmente tóxicas. A OMS não vai recomendar um único método de análise para cada poluente. Contudo, haverá um método de referência ou comprovação. Há necessidade urgente de mais estudos epidemiológicos.

O doutor G. Rolich, presidente da Comissão Nacional de Qualidade da Água, dos EUA, falou sobre o assunto de sua especialidade. Quando se estabelece um critério de qualidade referente ao meio aquático, estamos na realidade lidando com ecossistemas. E estes são ainda pouco conhecidos. Os *standards* precisam ser flexíveis. Padrões sobre a água, nos EUA, já foram modificados seis vezes, pois continuamente novas informações são obtidas.. Ao estabelecer os *standards* é preciso ter em vista o uso das águas. O nível de qualidade depende também do que desejamos, levando em conta, inclusive, considerações econômicas.

O Reitor Pitaluga, da Universidade Federal de Mato Grosso, deseja fazer lá um Congresso sobre problemas de ocupação do solo.

O doutor V. H. Suasman, especialista em poluição do ar, acha que a questão chave é como regular a emissão de poluentes atmosféricos. (...) Os planos de emergência, em caso de episódios agudos, são elaborados pelos Estados. Cada fábrica tem que estabelecer o que vai fazer quando certos níveis de poluentes no ar são alcançados. Isso me parece muito prudente.

Às 9h, iniciaram-se os trabalhos do dia, no Auditório do Itamaraty. O primeiro Conferencista foi o engenheiro Carlos Celso do Amaral e Silva, diretor da Divisão de Controle da Poluição da Sema. Falou sobre os problemas do Vale do Rio Paraíba do Sul, dando ênfase ao modelo matemático de uso das águas, que está sendo estudado com a colaboração da Universidade do Texas, da Organização Panamericana de Saúde e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

3 junho 1975

4 junho 1975

(...) Em resposta a uma pergunta, Carlos Celso esclareceu que a quase totalidade dos detergentes usados no Brasil não é biodegradável.

Em seguida, falou o engenheiro Renato Delia Togna, presidente da Cetesb. (...) Citou a opinião pública conscientizada como um dos fatores indispensáveis ao bom êxito dos programas de proteção. (...)

5 junho 1975

O deputado federal da Arena-SP, partido do governo no regime (1975) bipartidário, Faria Lima, fez uma Palestra sobre a política nacional para o Meio Ambiente e outras medidas. Discorreu sobre a evolução da posição brasileira no cenário internacional, principalmente na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Retornando ao exame da situação brasileira, voltou a dizer que a Sema deveria ficar na Presidência da República. A seu ver, faltam à Sema recursos e poder coercitivo. O poder de decisão político está nas grandes cidades, que, porém, não elegem os seus prefeitos. Essas cidades estão cercadas por um "cinturão de miséria" de municípios, onde os prefeitos são eleitos. Depois examinou o II Plano Nacional de Desenvolvimento. (...)

Terminada a exposição do Conferencista e feitas algumas perguntas, discurssei, destacando a importância do I Encontro para os técnicos brasileiros que aqui tiveram a oportunidade de trocar ideias com seus colegas de outros países. Falei também sobre a situação da Sema, relatando inclusive a sua verba de 5 milhões e o fato de que temos menos de quarenta pessoas. Expliquei que há um ano e quatro meses éramos apenas seis pessoas. No próximo ano teremos verbas várias vezes superiores, conforme foi solicitado pelo ministro. Se nossas verbas não são maiores, neste momento, é porque fomos crescendo paulatinamente e não podemos digerir mais. Desejava afirmar, no que se referia às sugestões para a Sema ser um Ministério ou ir para um lugar junto à Presidência da República, que estávamos melhor no Ministério do Interior. Ali, tínhamos o apoio de toda uma infraestrutura valiosa dos órgãos vinculados: Sudam, Sudene, Sudesul, Dnos, Dnocs, BNH etc. Concluí com uma nota de otimismo a respeito do futuro. No mundo atual nenhum novo processo industrial poluente é desenvolvido, pois não encontra mercado nos países ricos. O perigo, nestes próximos dez anos, é, sobretudo, a importação de ferro-velho poluidor. Agradei a todos a presença e pedi-lhes o apoio.

À noite, no Clube das Nações, houve o jantar oferecido pela Sema aos participantes do Encontro. Estava muito bom e agradável. Procurei falar com todos.

Blefe gigantesco ou força moral da Sema

31 julho 1975

Nossa assessora jurídica, Suzana Vanderley, deu resposta ao nosso pedido sobre qual a força das normas e padrões da Sema: "Nenhuma! Não há sanção para quem desobedece-las. Assim, na realidade, a Sema está desprovida de poderes, mais do que pensávamos!" Apesar de tudo isso, a Secretaria é respeitada e ouvida. Ou somos um blefe gigantesco, ou nossa força moral significa algo. De qualquer modo, é necessário que um projeto de lei caminhe rapidamente.

De um susto, o Decreto-lei 1.413

13 agosto 1975

Após o jantar, recebi recado de Orlando de Almeida e Albuquerque, chefe do Gabinete do Ministério do Interior, para procurá-lo (tinha um número errado de meu telefone). Quando me comuniquei

com ele, disse que o ministro Rangel Reis desejava falar comigo urgentemente. Levei um susto. O que teria acontecido? Teria feito algo errado?

Telefonei para o ministro. Ele me disse que o presidente da República queria uma legislação urgente para resolver o caso da Fábrica de Cimento Itaú. Até amanhã, às 9h, o ministro precisa ter o projeto pronto. Pedi-me para estar no Ministério às 8h15. Disse-lhe que às 8 horas estaria lá.

Apesar de estar cansado, comecei imediatamente a reunir leis e projetos que tinha em casa e a pensar num Projeto de Decreto. Não ficou claro se este já estaria pronto, para ser feito por nós, ou se teríamos que redigi-lo.

A Cia. de Cimento Itaú, desde 1941, ao receber a doação de um terreno do Governo de Minas Gerais, para a construção de uma fábrica, assumiu o compromisso de prevenir a poluição. Como não o fez, apesar de insistentes intimações e pedidos, a Prefeitura de Contagem cassou o seu alvará. Isso causou grande impacto nacional, ocupando lugar de destaque nos jornais.

Às 6h30, já estava acordado. Redigi alguns artigos para um Decreto. Tomei banho, vesti-me e segui para o Ministério.

14 agosto 1975

Às 8h10, o ministro Rangel Reis me recebeu em seu Gabinete. Mostrou-me uma minuta de Decreto-Lei. Reserva ao presidente a decisão sobre a suspensão das operações industriais importantes para o desenvolvimento e a segurança nacional. Por outro lado, proíbe atividades poluidoras. Não se tratando de Decreto, mas sim, de Decreto-Lei, coisa que a princípio não havia percebido, essa nova legislação poderá reforçar extraordinariamente a ação da Sema. Bastará que a regulamentação preveja nossa ação, como é de se esperar.

O ministro pediu que opinasse sobre o Decreto-Lei. Li e reli o texto com atenção. Achei-o bom, embora não atendendo a todos os aspectos e necessidades do combate à poluição. Mas um Decreto-Lei é sempre de alcance limitado, uma vez que só pode ser baseado, como no presente caso, em razões de Segurança Nacional (do contrário teria que ser previamente aprovado pelo Congresso, não a posteriori, como será).

Sugeri apenas, e o ministro aceitou a proposta, que fosse incluído um artigo estabelecendo que o Conselho Monetário Nacional possa conceder linhas de crédito e incentivos fiscais para a aquisição de equipamento de controle da poluição. Mostrei ao ministro uma minuta para esse artigo, que havia escrito hoje cedo. O ministro gostou muito da ideia, pois há tempos já se preocupava com a necessidade de uma linha de crédito antipoluição. Ele modificou minha redação e entregou a nova minuta a sua secretária às 8h30, aproximadamente. Às 9 horas a minuta do Decreto-Lei deveria ser entregue à Presidência da República.

À tarde, encontrei o ministro de saída para o Rio de Janeiro. Disse-me que o nosso artigo sobre créditos fora aprovado. O Decreto-Lei seria assinado ainda hoje. (...)

Às 22h50, o repórter Randau Marques, do *Jornal da Tarde*, me telefonou e leu para mim o Decreto-Lei. Saíram coisas que não estavam no texto que nos foi submetido, principalmente no que se refere ao uso do solo nas áreas urbanas. Isso é ótimo, pois era muito necessário. Parece, porém, que a concessão de prazos para instalação de equipamentos ficará restrita às áreas críticas, o que é um erro.

	Transformar a situação
19 agosto 1975	Fiz algumas modificações no nosso projeto de Decreto-Lei, inclusive uma que mantém as sanções a serem estabelecidas pelos Estados. Dílson Santana de Queiroz, secretário-geral do Ministério do Interior aprovou as mesmas, mas achou supérfluo um parágrafo sobre um "termo de responsabilidade" a ser assinado pelas indústrias que devem instalar equipamentos contra a poluição.
<i>P.S. 2009: O decreto – Lei 1413 foi bastante anterior à Lei 6938/81, chamada Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta última lei (a de 1981) com algumas modificações posteriores é uma lei maior Ambiental, por sua importância.</i>	Dílson contou-me que, depois de amanhã, haverá uma reunião para tratar da regulamentação do Decreto-Lei 1413. Participarão quatro Ministérios. Serei um dos representantes do Minter. (...) A meu ver, vamos jogar nessa reunião o futuro da Sema. Possivelmente, criarão um Conselho do Meio Ambiente que poderia esvaziar a Secretaria. É o meu receio. Lutarei contra isso com todas as minhas forças. A Neylor, Carlos Celso e outros colaboradores, expus os meus receios.
	Complicando as coisas, <i>O Estado de S. Paulo</i> publicou na primeira página uma manchete inconveniente para nós: "Sema ignorará a lei". O texto dizia que só soubemos do Decreto-Lei no dia da sua publicação e que não sabíamos quais os seus autores. Aliás, isso é verdade, mas mostra o papel secundário da Sema nessa legislação. Revelou, enfim, nossa fraqueza. Mas temos que transformar essa situação.
	A Comissão para o Estudo da Poluição do Ar chegou à conclusão de que não poderia estabelecer padrões para a qualidade do ar porque, pasmem, os Estados não têm recursos para a aquisição de equipamento de amostragem! Por isso, vai recomendar apenas o uso da melhor tecnologia exequível. Pareceu-me uma conclusão acertada, mas frustrante.
	Poderes que pleiteávamos
27 agosto 1975	Antes de ir ao encontro de Miguel Colasuonno, estive com Dílson Queiroz. Eu havia entendido que primeiro teria um encontro "reservado" com Colasuonno, e que, portanto, eu iria sozinho. Obviamente, houve em tudo isso um mal-entendido. Disse-lhe que nada tinha de particular a tratar e que achava boa a presença de Silvano Bonfim, pois duas cabeças pensam melhor que uma só.
	Assim, fomos os dois ao encontro de Colasuonno, no Palácio do Planalto. Estava lá também o doutor Freitas, assessor jurídico. Apresentaram-nos uma minuta baseada em grande parte na nossa. Deram-nos poderes que pleiteávamos, sem problemas ou limitações. Até parece bom demais. Sugeri a inclusão de alguns dispositivos como a ação supletiva da Sema em relação à atuação dos Estados, como figurou no nosso projeto.
	Saindo do Palácio, voltei ao Ministério. Tive lá uma reunião de duas horas com o ministro Rangel Reis e o secretário-geral Dílson Santana Queiroz. Durante esse tempo discutimos e revimos, artigo por artigo, o projeto de regulamentação feito pela Secretaria do Planejamento. O ministro e Dílson redigem com muita clareza e precisão. A dificuldade que prevejo é que o pessoal da Secretaria do Planejamento também faz questão de redigir o Regulamento do Decreto-Lei 1413.
	O ministro pensa que a Sema precisa se aparelhar para o aumento das suas responsabilidades. Disse-me que o ministro Golbery, chefe da Casa Civil da Presidência, lhe telefonou para dizer que não sabia como fazer para que eu cancelasse minha viagem à África sem me magoar; não era hora de viajar, devido aos problemas ambientais. O ministro Rangel Reis o tranquilizou dizendo que eu

já havia desistido da viagem, o que satisfez o ministro Golbery. Acho curioso que eu mereça tanta atenção, embora isso seja muito honroso, nunca esperei isso.

Frutos amadurecem

Recebi a visita de Paulo Bastos Cruz, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Mostrou-me um ofício dirigido ao ministro Reis Veloso, do Planejamento, no qual a Fiesp considerou "inexequíveis" os padrões de qualidade do ar que pretendemos propor, baseado nos *standards* primários norte-americanos. A Fiesp está sugerindo a criação obrigatória de Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, o que tem nosso apoio até certo ponto, ou seja, é necessário não esvaziar a Sema e o Conama.

De manhã, embarquei para o Rio de Janeiro, pela Transbrasil. Chegando lá, fui à sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conversei, longamente, com o seu presidente, Isaac Katzenelson, e com o doutor Copérnico. Pedi-lhes que verificassem qual o número de indústrias poluidoras e como estas poderiam ser divididas em três categorias, segundo a sua importância econômica. Esse é um dado básico, para que possamos criar uma taxa de proteção ao meio ambiente. Calculamos, com base no censo de 1970, que cerca de 60 mil indústrias consomem óleo combustível, ou seja, são prováveis poluidores.

De manhã, juntamente com o presidente Theobaldo De Nigris, da Fiesp e mais quatro diretores e assessores, inclusive Jordão Vecchi e Paulo Bastos Cruz da Comissão de Controle da Poluição, tivemos uma audiência com o ministro Rangel Regis. Foi para mim uma reunião inesperada e muito interessante. Eles elogiaram a atuação da Sema e pediram a rápida elaboração de normas e padrões sobre a qualidade do ar, pois não desejam ficar ao arbítrio de autoridades estaduais. Sem entrar nos motivos, o fato é que essa posição representa um enorme avanço em relação a um ou dois anos atrás, quando nossa atuação era vista com suspeita. A política do diálogo começa a dar frutos.

Expliquei também ao ministro, e logo recebi o apoio dos presentes, que a indústria desejava ser ouvida nos problemas ambientais, participando dos Conselhos Estaduais a serem estabelecidos para tratar do assunto. O ministro, logo, aprovou a ideia. Expliquei o estágio em que nossos estudos se encontravam. Concordamos em que estariam prontos no fim do mês.

De manhã, fui à Cetesb, onde fiz um discurso na abertura do Seminário sobre os Padrões de Qualidade do Ar. Salientei a necessidade de manter um diálogo amplo com todos, inclusive com a indústria. Havia um ambiente geral de cordialidade, até mesmo entre Paulo Bastos Cruz (Fiesp) e Nelson Nefussi (linha-dura da Cetesb), que quase sempre discordam um do outro.

De manhã, fui à Sema, onde despachei vários assuntos. Conversei, por muito tempo, com Paulo Bastos Cruz, da Federação das Indústrias de São Paulo. Ele veio nos trazer um estudo sobre os fundos federais que poderiam servir de base para repassar recursos à Sema. Parece-me que o mais viável seria obter recursos de Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos, além de uma contribuição a ser cobrada na base das emissões líquidas, gasosas e particuladas das indústrias.

4 março 1976

8 março 1976

9 março 1976

15 março 1976

29 março 1976

2 abril 1976

De manhã, estive conosco Paulo Bastos Cruz, que apresentou um substitutivo para o Projeto de Lei Geral sobre a Poluição. Entreguei-lhe o nosso e ele o levou para apresentar novas sugestões. Esse diálogo me parece muito importante. Dificilmente haverá um acordo completo, mas acredito que poderemos concordar na grande maioria dos artigos. Isso evitará emendas que de outro modo seriam apresentadas no Congresso e poderiam desfigurar nosso projeto. Preocupada com exageros e eventuais exorbitâncias dos órgãos estaduais, a Fiesp prefere reforçar a ação da Sema. É uma política inteligente, a de colaborar conosco, sabendo que uma nova legislação é inevitável.

Distritos industriais

2 abril 1976

À tarde, mantivemos longa reunião com Franciscone, Briane e Negret, do Conselho Nacional de Política Urbana (CNPU). Apresentamos algumas sugestões ao Projeto de Decreto ou de Resolução, regulamentando a instituição de Distritos Industriais. A nosso ver, esses Distritos devem ter áreas verdes e também um cinturão verde, cobrindo porcentagem significativa da área. Essa e outras sugestões foram por nós apresentadas. A Sema estava representada por mim, Hidely, Percebon, Betty e Suely.

Poder aglutinador

20 julho 1976

Almocei no restaurante chinês Rangon, defronte ao Palácio do Planalto, com os secretários do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, e o presidente da Fundação João Pinheiro (MG).

Às 15h10, iniciou-se a reunião das autoridades que almoçaram conosco, com a presença também do professor Miguel Colasuonno, do doutor Severo (Ipea), do secretário do Interior do Paraná, do secretário Otamar, representando a Secretaria Geral do Ministério do Interior, e dos secretários adjuntos da Sema, além do secretário do Planejamento da Bahia.

A sessão realizou-se na Sema e foi presidida por mim. Fiz, inicialmente, uma exposição sobre os assuntos que seriam tratados. Desejamos a participação dos Estados num estudo a ser patrocinado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Secretaria do Planejamento (Ipea) com a coordenação técnica da Sema. Esse estudo visará instituir um Sistema Nacional de Controle Ambiental (Sinacam), que terá por principal objetivo estudar o impacto do controle da poluição na economia. Desse modo, poderemos viabilizar, ou seja, tornar mais exequíveis as medidas destinadas ao controle do Meio Ambiente, indicando como e quando fazer as coisas, dentro de um plano geral. Inicialmente, porém, iremos criar um planejamento preliminar, antes de realizar um estudo mais profundo dos problemas.

O secretário de Obras, Francisco Fernando de Barros, de São Paulo, pediu que não se fizesse nada para suspender as ações antipoluidoras já iniciadas nos Estados. Todos aprovaram a recomendação de que o estudo não teria nenhuma interferência com casos específicos examinados por autoridades estaduais.

Os Estados concordaram em prestar a sua colaboração, o que foi feito com muito interesse da parte deles. Realmente, como ressaltou o doutor Severo, do Ipea, esta é uma das poucas vezes em que todos estão juntos, federais e estaduais, trabalhando num mesmo projeto.

Às 17h, subimos para falar com o ministro Rangel Reis. Ele nos recebeu em seu Gabinete, na

presença da TV e de uns 20 jornalistas. Fiz ao ministro um rápido resumo da reunião anterior. Eu estava tenso e preocupado, pois os termos de referência do estudo a ser feito ainda se acham bastante vagos. Após as minhas palavras, o ministro discorreu sobre o assunto e fez uma proposta surpreendente: solicitou que os presentes constituíssem um grupo de trabalho para opinar sobre dois Projetos de Lei: o da preservação do meio ambiente e o do saneamento básico. Ele deseja logo encaminhar ambos.

Os resultados da reunião foram excelentes para todos, pois tivemos a nossa ação reforçada, com o apoio ministerial. E por sua vez, todos viram o poder aglutinador da Sema.

Resistências paradoxais

De manhã e à tarde, tivemos uma reunião, no ministério, com representantes dos Estados de São Paulo (Werner Zulauf); Rio de Janeiro (Roberto Mariano); Minas Gerais (Juarez Távora) e assessores. Carlos Celso, Percelom e Estanislau também estavam presentes, pela Sema. Assim, nós da Sema e três entidades estaduais de controle da poluição mantivemos um amplo diálogo sobre o projeto Sistema Nacional de Controle Ambiental (Sinacam). A reunião foi difícil e transcorreu num ambiente tenso. Roberto Mariano expôs uma série de objeções e apresentou uma nova proposta para o Sinacam. Acontece que agora é tarde para isso. Nesta semana deve sair o edital da concorrência. Os Estados, particularmente o representante da Feema, ainda não se deram bem conta da existência de uma nova realidade no setor ambiental: a ação federal. Tive que dizer, com toda a clareza, que desejamos ter uma organização de tipo federativa, mas que o Governo Federal, se quisesse, podia optar pela centralização. A meu ver, essa última opção seria desastrosa. Por isso, deveríamos aproveitar a oportunidade da nossa presença na Sema para estruturar o controle da poluição de forma descentralizada.

Na realidade, penso que a nossa linha de ação de conteúdo federativo não está sendo devidamente compreendida pelos principais Estados. Eles não entenderam que nossa disposição de colaborar, talvez, seja a última oportunidade de estruturar descentralizadamente a preservação ambiental. Ao invés de nos apoiar, apresentam, às vezes, resistências sérias, que considero paradoxais e desastrosas em relação aos seus próprios interesses.

Defesa da paisagem é dever constitucional

FLORIANÓPOLIS, SC – O governador Konder Reis me recebeu muito amavelmente e, durante longo tempo, conversamos sobre problemas ambientais. Pediu-me para me interessar junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH) para que apressem o estudo do financiamento da adutora de água para Imbituba. Solicitou, também, a obtenção de financiamento destinado à aquisição de Reservas Florestais (Parque da Serra do Taboleiro). Há possibilidades de conseguir algo do Banco de Desenvolvimento da Alemanha Federal (DEG). Tratamos ainda da defesa da paisagem à beira-mar. Está seriamente ameaçada pelas construções feitas de qualquer maneira, na orla marítima. O governador foi relator da Comissão Constitucional, de modo que buscou um exemplar, abriu-o e foi direto ao Artigo 180. Está lá escrito ser dever do Poder Público a defesa das paisagens. Na sua opinião, esse dispositivo é autoaplicável. Também nesse caso manifestei minha concordância com a ideia, que já era uma aspiração nossa, da Empresa Brasileira de Turismo, estatal (Embratur), da Sociedade de Ecologia de Itanhaém e de outros. Contudo, parece-me ser necessária uma lei.

15 outubro 1976

28 janeiro 1977

	Boa vontade x recuo
10 agosto 1978	José Ermírio de Moraes Filho, um dos donos da Votorantim, me disse ao telefone que fará o que for necessário para colocar em ordem a Fábrica de Cimento Itaú, no que se refere à poluição. Foi realmente uma grande prova de boa vontade. Telefonei a José Israel Vargas, para comunicar o fato. O que agora nos preocupa é a Magnesita, que me telegrafou “tirando o corpo”. Hoje é a maior poluidora na área metropolitana de Belo Horizonte.
	EIA com outro nome
17 novembro 1978	Redigi o Projeto de Decreto Lei sobre o Licenciamento de Atividades Poluidoras. Os Estados expedirão as licenças, mas nós poderemos invalidá-las se nossas normas e padrões não forem atendidos. Além disso, quero ver se incluo a faculdade de pedir Estudos de Impacto Ambiental e Ecológico, embora sob outro nome, para não assustar.
	Conama reduzido incomoda Estados
20 agosto 1980	BRASÍLIA, DF, BRASIL – De manhã, discutimos com Roberto Cavalcanti (da Secretaria-Geral do Ministério do Interior) o Projeto de Lei sobre o Meio Ambiente. Acertamos os últimos detalhes. Falta apenas a concordância do Ministério da Fazenda em relação a algum tipo de incentivo fiscal. Eles estão demasiado duros, pois não querem perder na arrecadação. Parece, porém, que Roberto Cavalcanti vai conseguir algo com Mario Berardi do Ministério da Fazenda. Roberto Cavalcanti acha não ser possível colocar todos os Estados no Conselho. Eles deverão tomar parte nas câmaras técnicas. Na opinião de Roberto e de outros, os conselhos grandes não funcionam (este teria 34 Membros). <i>P.S. 2009: O primeiro anteprojeto de uma Lei Ambiental ampla nasceu no Ministério do Interior, num estudo dirigido por Belizario Nunes, com a participação de Aloysio Nunes e Maria Laura Oliveira. Esse foi o anteprojeto pioneiro, que circulou em algumas áreas. Infelizmente, o texto dessa primeira iniciativa não sobreviveu, embora pareça ter sido básico e geral.</i>
21 agosto 1980	GUARAPARI, ES – Seguimos depois para Guarapari, onde nos hospedamos no ótimo Hotel Porto do Sol. Lá mesmo foi realizado o I Encontro das Entidades Ambientais da Região Sudeste, patrocinado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) do Espírito Santo. O presidente da Fema, comandante Victor Schneider Padilha e sua equipe, se desdobraram para tornar o I Encontro agradável e eficiente. Fui o primeiro a falar perante umas 60 pessoas. Abri o Encontro e, logo depois, fiz uma Palestra sobre a Nova Legislação de Meio Ambiente, em discussão nas altas esferas federais. Expus, com toda a franqueza, as linhas gerais desse documento, inclusive no que se refere à tendência das altas esferas federais de não fazer um Conselho Ambiental imenso, dominado (3/4) pelos Estados. Isso provocou uma tempestade. Evandro criticou duramente a ideia de deixar os Estados apenas nas Câmaras Técnicas. Logo depois, Armando Strambi, do Paraná (Região Sul), também presente, disse estranhar o caso, dando a entender que nós tínhamos combinado uma coisa e feito outra. Isso me deixou muito irritado, mas mantive a cabeça fria e procurei desfazer os mal-entendidos. Afirmei, com toda energia, que estávamos ali debatendo francamente o assunto, com a maior

	abertura, e que a proposta de excluir os Estados do Conselho não foi nossa. Isso acalmou os ânimos. Mais tarde, no intervalo e em caráter informal, expliquei que não há exemplo de Conselho Federal com minoria de órgãos federais, ou Conselho Estadual com minoria de órgãos estaduais. Por isso, a ideia anterior do nosso Conselhão fora vetada. Mas, também obtive a quase certeza de que poderíamos ter a concordância dos presentes ou da maioria deles, para que alguns representantes estaduais façam parte do Conselho, numa base rotativa. Essa era a proposta de Haroldo de Mattos Lemos, do Ministério da Indústria e Comércio (MIC).
	Política, Tecnologia e Direito
	O ministro Andreazza deu, hoje, uma entrevista coletiva à imprensa. De manhã mandou me chamar para indagar sobre o Anteprojeto de Lei referente à Política Nacional do Meio Ambiente. Também me perguntou sobre a proibição dos policlorados (PCB's), produtos tóxicos. Preparei memorandos sobre ambos os assuntos.
	Estiveram na Sema Nelson Nefussi, Francisco Van Acker e Fernando Guimarães, da Cetesb. Durante a manhã e parte da tarde, passamos em revista a Lei do Meio Ambiente (Projeto). Estavam também presentes: Estanislau Oliveira e Celeste Marques, da Sema. As sugestões apresentadas foram boas e quase todas puderam ser aceitas. Eu estava receoso de que eles propusessem uma reformulação completa do Projeto, porém, felizmente, isso não ocorreu. Deixaram bem claro o seu desejo, muito justo, de definir bem a competência estadual. Foi uma reunião agradável e produtiva.
	Trabalhamos hoje intensamente, com Paulo Affonso Leme Machado, presidente da Associação Brasileira de Direito Ambiental. Ele veio nos trazer importantes sugestões, quase todas aceitas, para o Anteprojeto de Lei Ambiental. Entre outras medidas, propôs a publicação dos pedidos de licenciamento, a capitulação de delitos ambientais como infrações penais, a responsabilidade civil do poluidor independentemente de culpa, o zoneamento ambiental etc.
	Consenso aprova Lei das Estações Ecológicas
	Estive, no início da noite, com o vice-líder do Partido do Governo (PDS), deputado Bonifácio José Andrada, meu primo. Descendemos ambos do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Expliquei a ele os problemas relativos às Estações Ecológicas, pois será votado brevemente o Projeto de Lei que as regulamenta. Bonifácio José foi muito atencioso e simpático. Na saída do Congresso, encontrei-me com o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, a quem contei o que tinha ido fazer lá.
	Ao chegar à Sema, tive a magnífica notícia de que o nosso Projeto de Lei sobre Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental foi aprovado na Câmara. Agora irá à sanção presidencial. O Projeto havia sido apoiado e elogiado por deputados dos três principais partidos: PDS (Governo): Bonifácio José de Andrada; PP (oposição): Herbert Levy; PMDB (oposição): Modesto da Silveira. Assim, o nosso trabalho de esclarecimentos, feito com a ajuda do nosso assessor Jurídico, Luiz Paulo Tavares, produziu bons frutos. Foi uma grande, imensa vitória da ecologia.

Mais equilíbrio nas emendas

22 junho 1981

SÃO PAULO, SP – De manhã, pelo telefone, falei com Neylor sobre as principais emendas, dentre as 42 apresentadas ao Projeto de Lei sobre Política Nacional do Meio Ambiente. Dei instruções para pedirem a modificação da que responsabiliza penalmente todos os diretores e conselheiros das empresas poluidoras. Que os promotores possam processar o responsável, está certo. Mas, processar e condenar quem não é diretamente responsável não está certo! Tem que haver mais equilíbrio, nessa questão.

30 junho 1981

Passei quase o dia todo no Senado Federal, ajudando o senador Milton Cabral a redigir o seu parecer sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Creio que as emendas aprovadas pela Comissão Mista da Câmara e do Senado, que examinou o assunto, são boas. Graças à boa vontade do senador, foi possível, através de subemendas, sanar algumas falhas de redação que poderiam ser sérias. Um dessas falhas tornaria discutível a participação dos Ministérios no Conselho Nacional do Meio Ambiente, mas o acréscimo de apenas uma palavra (“também”) resolveu o caso. Trabalhou comigo Luiz Paulo Tavares, assessor jurídico da Sema, rapaz muito trabalhador. Tive que escrever rapidamente, num clima de tensão, pois era necessário completar o parecer antes do anoitecer. Amanhã o Congresso entra em recesso, até agosto. O senador estava retido no plenário do Senado e não havia tempo a perder. Ele fez poucas modificações no que escrevi.

1º julho 1981

De manhã, estive no Congresso, onde o senador Milton Cabral, muito amavelmente, concordou em apresentar emenda dispondo sobre as penalidades de quem degradar Reservas e Estações Ecológicas, bem como Áreas de Interesse Ecológico. Sem isso, a emenda Frejat, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e, prevê que as Áreas de Preservação Permanente, fiquem com a Sema, seria letra morta. Graças à boa vontade do senador, o Projeto de Lei foi melhorado.

Nosso jeito, a favor da vida

28 julho 1981

Fui chamado ao Palácio do Planalto pelo professor Carvalho, assessor da Chefia da Casa Civil (ministro Golbery). Eles estavam muito preocupados, pois o ministro Maximiano da Fonseca, da Marinha, não queria perder as multas pela poluição marinha. É uma fonte de receita do Fundo Naval. A nosso ver, o Projeto de Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente não é suficientemente claro a respeito. Assegurei ao professor Carvalho que não tínhamos nenhuma intenção de controlar a poluição causada por navios e portos, pois somente a Marinha tem meios para fazer isso.

Juntamente com Neylor e Eduardo, que estavam comigo, fui logo a seguir ao Senado. O senador Milton Cabral estava em casa. Pelo telefone, ele mostrou a maior boa vontade em ajudar. Contudo, no Senado, disseram já não ser possível acrescentar nova matéria. Para nós a situação é má, pois certamente irão dizer que a Sema não cuidou bem da redação do Projeto de Lei. A verdade é que muita gente trabalhou nesse projeto e não viu essa falha.

Fui novamente ao Senado e falei pessoalmente com o senador Milton Cabral, juntamente com Luiz Paulo Tavares, da nossa assessoria jurídica. O senador, demonstrando imensa boa vontade, pediu de volta o seu parecer original (ainda não publicado) e vai, com a ajuda de Luiz Paulo, acrescentar uma subemenda como a Marinha deseja. Consultado, o deputado Modesto da Silveira, da oposição (PMDB) e presidente da Comissão Mista do Congresso, concordou com esse acréscimo. Como a matéria não foi votada e nem sequer o parecer do relator foi ainda publicado, ninguém será prejudicado. É o famoso “jeitinho” brasileiro em ação, aplainando dificuldades.

Pressões naturais

SALVADOR, BA – A imprensa escrita e a TV me indagaram se era verdade que as Federações de Indústrias estavam pressionando para obter a retirada do Projeto de Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, ora no Congresso. Confirmei o fato, mas declarei que num regime democrático é natural o jogo de pressões e contrapressões. Contudo, a sociedade brasileira, como um todo, deseja reforçar a legislação ambiental. Procurei, em resumo, não acuar os industriais, embora discordando deles, em alguns pontos.

Pessoalmente, considero muito grave a situação. As indústrias certamente têm um grande poder de pressão. Vamos lutar para que o Projeto de Lei não seja retirado do Congresso. Telefonei à Sema, em Brasília, e pedi para cancelar minha viagem a Pernambuco, no fim da semana. Preciso ficar para me entrevistar com os congressistas.

Estive duas vezes no Congresso falando com os deputados Nardini (PDS), Klein (PMDB), Santana (PP) e outros. Falei também com os senadores Aloysio Chaves, Nilo Coelho e Jarbas Passarinho. Pedi o apoio deles para o substitutivo da Comissão Mista do Congresso, do Projeto de Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Estiveram comigo Luiz Paulo Tavares, da Sema, e o comandante Oliveira, do Gabinete do ministro da Marinha (exceto no encontro com o Chaves). Todos nos disseram que apoiarão o substitutivo, com o qual estamos de acordo.

Severa responsabilização de poluidores

Ao anoitecer, recebi um telefonema do secretário do deputado Nardini, líder da maioria na Câmara dos Deputados. Ele queria luz verde para derrubar a emenda número 35, que estabelece que poderão ser processados e condenados à prisão membros da administração pública e o diretor responsável de cada empresa que poluir. Fiquei numa situação muito difícil, pois a emenda atual já fora bastante abrandada pelo relator senador Milton Cabral, a meu pedido. Como poderia agora ir contra a mesma? Contudo, não tenho nenhuma simpatia especial por esses dispositivos penais que, aliás, não constam do Projeto original. A ideia não era nossa. Expliquei tudo isso e senti que havia um forte movimento contra essa emenda 35.

À noite, no Hotel Eron, nas comemorações do XI de Agosto em Brasília, um advogado se apresentou a mim como membro do escritório da Fiesp, em Brasília. Deu a entender que estava fazendo um movimento contra a emenda número 35.

29 julho 1981

3 agosto 1981

10 agosto 1981

11 agosto 1981

Acordo tácito para uma lei excelente

12 agosto 1981

De manhã, fui ao Congresso, juntamente com Lucia e vários altos funcionários da Sema. Chamaram a mim e ao senador Milton Cabral, para uma reunião na sala do Líder do PDS (Partido do Governo) na Câmara dos Deputados. Meu assessor, Luiz Paulo Tavares, também me acompanhou. Lá, o vice-líder do Governo, Ricardo Fiúza, nos disse que o PDS não aprovaria a emenda 35. O senador Milton Cabral tentou argumentar, inutilmente. Luiz Paulo, entusiasta da emenda, ficou sucumbido. Fiúza se manteve firme. Diante dessa situação, disse a ele que o fundamental era a aprovação do substitutivo, dando a entender que se isso fosse feito poderia cair a emenda 35. Ficou assim estabelecido um acordo tácito, que era de interesse da Sema, pois garantia o essencial. Em poucos minutos, decidimos que a lei não mencionaria penas de prisão. Era o preço que tivemos que pagar para a aprovação do projeto. Realmente, bastaria ao líder pedir verificação de presença para restaurar o projeto original, onde não constavam penas de prisão, nem tampouco outras emendas muito importantes.

P.S. 2009: Alguns anos depois, o deputado Fabio Feldmann conseguiu, através de uma emenda, que a lei prevísse penas de prisão para infrações graves.

No plenário do Congresso (Câmara e Senado), os líderes dos quatro partidos principais (PDT, PP, PMDB e PDS) apoiaram o substitutivo, coisa muito rara nos dias de hoje. Alguns fizeram restrições, mas foram poucas. Contudo, os membros da oposição defenderam veementemente a emenda 35, que foi criticada pelo líder do PDS, Edson Lobão. O senador Milton Cabral defendeu todo o substitutivo. O senador Franco Montoro falou de modo vibrante a favor da referida emenda. Posta a matéria em votação (entre as lideranças partidárias), a emenda 35 foi rejeitada, contudo, o restante do substitutivo foi aprovado. A Sema, finalmente, vai ter uma lei excelente.

Cabeça fria e sem mágoas

Porém, nem todos pensam assim. A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes) e Ambiental Nacional me deu um voto de louvor e elogiou o Projeto de Lei. Contudo, recebi hoje um telex da Abes de São Paulo, endereçada ao ministro Andreazza, com críticas tremendamente fortes, fortíssimas mesmo, ao referido projeto. Aliás, são críticas quase todas injustas e descabidas. No fundo, essas críticas pedem a minha demissão, pois se elas consideram tão ruim a lei, isso significa que seu principal autor é inepto e incapaz.

13 agosto 1981

P.S. 2009: Os críticos se esqueceram de que a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) dá aos Estados o poder básico de licenciamento ambiental. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 reforçou o poder dos Estados, que podem ter Constituições e leis mais rigorosas que as Federais, como o Supremo Tribunal Federal confirmou, quando tratou de um caso sobre o uso de amianto.

18 agosto 1981

Às 17h, estive com Eduardo Nogueira e Paulo Bastos Cruz, na Confederação Nacional da Indústria. Houve uma reunião, presidida por Albano Franco, com a presença de advogados e diretores de

várias Federações. Fiz uma exposição sobre a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, já aprovada pelo Congresso, mas ainda não sancionada. Os debates se prolongaram por quase duas horas e transcorreram numa atmosfera construtiva. A CNI deseja conseguir alguns vetos do presidente. Eles apresentaram boas razões, em relação ao Artigo 19. Esse artigo permitirá a qualquer pessoa pedir medidas judiciais liminares contra o licenciamento de atividades industriais potencialmente poluidoras. Isso poderá significar, na prática, a derrocada do sistema de licenciamento previsto em lei, com consequências desastrosas para o meio ambiente.

Encaminhamos ao secretário-geral do Ministério do Interior, coronel Rocha Maia, os dois vetos que achamos importantes, na nova Lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Esses vetos impedirão que qualquer pessoa possa bloquear o sistema de licenciamento. Além disso, poderá evitar que a conversão da multa em obrigação de fazer determinadas coisas fique dependendo de indenizações a terceiros. Estas já estão asseguradas em outros artigos.

Redigi ofício a Rocha Maia, explicando porque era contrário ao veto solicitado pela Fiesp para tirar a palavra “criminal” dos poderes ambientais dos promotores públicos. A meu ver, é de essência da Promotoria a faculdade de processar invocando o Código Penal, inclusive no que se refere à poluição.

Continua a batalha do veto. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) enviou cópia de telex remetido à Presidência da República, pedindo treze vetos à Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Era um telex imenso, com 280 centímetros de comprimento. Fiquei perplexo, pois nós acolhemos duas sugestões importantes da indústria e eles não mudaram um só milímetro a sua posição. De nada, absolutamente nada, adiantaram os debates havidos na sede da CNI. Assim não é possível! É preciso haver boa vontade de parte a parte, para que um diálogo seja produtivo.

Imensa vitória

Finalmente o presidente João Figueiredo sancionou a Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Houve apenas dois vetos, os solicitados por nós. Essa foi uma imensa vitória. A Sema vai ter, agora, melhores condições para agir. Contudo, o trabalho e a responsabilidade que temos pela frente são de assustar. As áreas de proteção permanente, que passarão do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), subordinado ao Ministério da Agricultura, para a Sema, como as margens dos rios e as encostas inclinadas, são imensas e numerosíssimas. Como defender tudo isso? No regulamento da Lei teremos que estabelecer prioridades.

O ministro Andreazza me disse que eu preciso falar mais no Ministério do Interior. Pouca gente sabe, no seu entender, que a Sema está no Minter. Ele tem razão. Sua reclamação é um bom sinal: significa que a Sema é popular!

Aplauso dos opositores

(...) Fui a uma reunião da Diretoria e do Conselho da Abes, de São Paulo. Havia cerca de 20 pessoas,

21 agosto 1981

24 agosto 1981

28 agosto 1981

31 agosto 1981

8 setembro 1981

numa sala estreita. Foi uma sabatina sobre a Lei do Meio Ambiente. Eles fizeram uma oposição cerrada à Lei, junto à Presidência da República, em termos demasiado duros. Neste momento, pessoalmente, desfilaram as suas críticas. Acham, por exemplo, muitos dispositivos da lei inconstitucionais. No fundo, eles estão ressentidos pelo fato de que a nova Lei dá certos poderes à Sema e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Isso restringe, embora bem pouco, a autoridade estadual. É injusto, porém, chamar essa lei de centralizadora. Sou profundamente federalista. No fim me aplaudiram, por duas vezes.

Serões jurídico-ambientais

4 novembro 1981

Hoje, estive na Sema e almoçou comigo o jurista Paulo Affonso Leme Machado. Ele foi contratado por nós para trabalhar na elaboração do Regulamento das novas Leis Ambientais. Paulo Affonso é o maior especialista brasileiro nesse setor jurídico-ambiental. Entreguei para o seu exame o anteprojeto que redigi com base nas sugestões que nos enviaram e que modifiquei e adaptei às nossas necessidades. Essas mudanças me custaram noites de trabalho. Dessa forma, Paulo Affonso já encontrará uma base bem estruturada, para assim, construir e elaborar o Regulamento das novas Leis Ambientais.

Raro consenso

5 maio 1982

Finalmente, encaminhei os projetos de regulamentação das Leis de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, bem como da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. À última hora, ainda, concordei em acrescentar algo sobre a Educação e também em fazer as Comissões Técnicas dependerem das Câmaras Técnicas. Termina, com esse encaminhamento, um esforço enorme, de cerca de 6 meses, para enfim, apresentar um trabalho que obteve um consenso raro, entre as entidades estaduais de meio ambiente, a CNI, as várias Federações estaduais a ela ligadas e a Sema. Acredito que, poucas vezes, no Brasil ocorreu um consenso desse tipo, entre organizações que têm interesses bem diferentes.

Também assinei portarias criando grupos de trabalho para estudar e implantar as Áreas de Proteção Ambiental dos Tamoios (Angra dos Reis – RJ), Cairuçu (Parati – RJ), Guapemirim (Magé – RJ), Cuestas do Corumbataí e Bacia do Broa (SP) e Iguape-Cananeia (SP). Isso dará grande impulso a uma nova atividade da Sema no ordenamento de unidades de conservação federais.

Propriedade com restrições ambientais

15 junho 1982

À tarde, tive reunião na Consultoria Jurídica do Ministério do Interior (Minter). Após umas 3 horas de discussões, terminamos a revisão dos projetos de regulamentos relativos às Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Resolvemos incluir tudo num só regulamento, inclusive a parte relacionada com a Política Nacional do Meio Ambiente. A discussão foi franca. O doutor Wilton Lopes Machado e o doutor Francisco Pessoa pensam que sou muito extremado nas minhas colocações ambientalistas, cerceando demasiadamente o Direito de Propriedade. Vejo as coisas sob outro prisma, ou seja, a propriedade tem que ser mesmo exercida com muitas restrições ambientais. No fundo é mais uma diferença de grau, pois eles também admitem limitações a esse Direito. Acredito, porém, que a redação final ficou razoavelmente equilibrada.

Isenção do ITR

Às 16h tive entrevista com o ministro, general Danilo Venturini, no Palácio do Planalto. Ele é agora o ministro Extraordinário para os problemas da terra. Sugeri dar isenção do Imposto Territorial Rural às Áreas de Relevante Interesse Ecológico, o que permitiria dar algum incentivo aos que mantêm com sacrifício algumas florestas preciosas. Pedi, também, que fosse estudada a possibilidade de criar algum tipo mais eficiente de policiamento para os recursos naturais. Solicitei, ainda, certa isenção para os que colocam água encanada nas casas de seus empregados rurais.

20 setembro 1982

P.S. 2009: É estarrecedor o fato de que inúmeras casas, principalmente em áreas rurais, ainda não têm esse benefício higiênico básico.

Isenção do IPTU

De manhã, estive na Câmara dos Deputados, onde fui recebido pelo seu presidente, Flávio Mar- cílio. Para mim foi uma surpresa ver como ele me recebeu bem. Sentou-se ao meu lado no seu gabinete e, logo, veio um fotógrafo nos fotografar. Pedi que fosse retomado o andamento de um Projeto que isenta de impostos urbanos as Áreas de Preservação Permanente. O presidente da Câmara dos Deputados disse que irá atender, imediatamente, ao meu pedido. Talvez a nova lei chegue a tempo de salvar a floresta de 5 hectares do senhor Faraone, de Americana, SP. Sua mata, ao invés de subsídio, recebeu um imposto adicional da Prefeitura! Expliquei esse caso crítico ao presidente Flávio Marcílio.

11 março 1983

Grande momento: a Política Nacional do Meio Ambiente

Hoje, início da Semana do Meio Ambiente, houve importante solenidade no Palácio do Planalto. Perante cerca de 40 convidados do mais alto nível, fiquei à esquerda do presidente João Figueiredo e o ministro Mario Andreazza à direita. Primeiro falou o ministro, sobre a importância do meio ambiente. Depois, o presidente discorreu sobre a necessidade de harmonizar desenvolvimento e ambiente. Disse que, nessa tarefa, a Secretaria Especial do Meio Ambiente estava fazendo um tra- balho equilibrado e confiável. Em seguida, assinou o Regulamento da Lei sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Os presentes formaram um semicírculo em torno de nós. Após a assinatura, o presidente, o ministro e eu cumprimentamos cada um dos presentes. (...)

1º junho 1983

Esse foi um dos grandes momentos da minha vida. Representa o reconhecimento da importância de nossa luta em favor do meio ambiente. Além disso, não foi fácil preparar essa regulamentação. Senti, apenas, Lucia não estar presente, pois pensei, erradamente, que somente as autoridades poderiam estar lá.

O respeito aos críticos

Às 10h, fiz uma palestra na Cetesb, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, encerrando um ciclo de debates sobre Meio Ambiente.

10 junho 1983

Ao final da tarde, estive em casa de Rodolfo Geiser, a quem procurei para esclarecer e discutir assuntos relacionados com a atuação da Sema. A Sociedade Brasileira de Paisagismo, por ele presidida, fez fortes e injustas críticas, dando a entender que estávamos impedindo a solução de problemas ambientais. (...)

À noite, em minha casa, tive reunião com Roberto Klabin e Fabio Feldmann, diretores da Oikos, Organização Não Governamental. Também debati com eles as veementes críticas que essa sociedade fez à Sema e às APAs. Verifiquei que eles não eram contrários à ideia de estabelecer Áreas de Proteção Ambiental, mas que desejavam fortalecê-las neste ou naquele ponto. Foi também uma conversa produtiva e esclarecedora.

Tenho como norma procurar os que mais nos criticam para esclarecer as coisas e relatar nossos pensamentos e planos. Sei de antemão que não vamos fazer ninguém deixar de criticar a atuação da Sema. Mas, com debates cordiais e informais, como os que mantive hoje, tenho conseguido restabelecer, mesmo nas críticas, uma atmosfera de certa compreensão e de respeito, em relação à Sema. Isso é muito importante. A Sema atua num campo muito sujeito a polêmicas, mas ao contrário do que acontece com vários outros órgãos, existe uma enorme boa vontade sobre a nossa atuação.

Leis “pegam” com participação da comunidade

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, fui ao auditório da Pontifícia Universidade Católica (PUC), para fazer uma palestra sobre o Rio Paraíba do Sul. (...) Falei sobre os problemas ambientais do Vale do Paraíba, do macrozoneamento e dos estudos sugerindo a criação de uma Associação dos Usuários das águas do rio. Estava presente um senhor de idade, que me interpelou pelo fato de achar que eu não estava muito favorável à obediência às leis, pois dissera haver leis que “pegam” e leis que não “pegam”. Expliquei que não era bem isso, disse-lhe que as leis são melhor recebidas e aplicadas quando a comunidade realmente participa de sua elaboração e da sua aplicação. Do contrário, uma lei pode ficar letra-morta. Citei, como exemplo, a Lei das Áreas Turísticas. Fiquei, porém, muito bem impressionado com o meu interpelante, quando soube que ele era o ex-ministro da Viação, Mauricio Jopert, hoje, com 92 anos de idade. É incrível como ele ainda está forte, bem disposto e ágil na discussão.

Proposta de audiências públicas

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC – (...) Na sessão da tarde do Congresso da Abes, após a fala dos conferencistas, expliquei, entre outras coisas, a importância de obter mais dados sobre resíduos tóxicos perigosos. Ainda estamos bastante às cegas, nesse assunto. Porém, a minha principal intervenção foi propor, como sócio da Abes, a instauração de audiências públicas ambientais no Brasil. Há muito tempo tenho essa ideia, mas por um motivo ou por outro, não consegui pô-la em prática.

Ninguém gosta de ir para a cadeia

No Ministério da Justiça, fui o convidado da comissão que elabora a parte especial do Código Penal. A reunião foi presidida pelo próprio ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. Fiz uma exposição sobre a legislação ambiental. Eles me fizeram muitas perguntas. Entre tantos, participantes, estavam presentes: Miguel Reale Jr., Secretário de Segurança de São Paulo, professor Francisco de Toledo, o doutor René Ariel Dotti, o professor Everardo da Cunha Luna, de PE, e José Bonifácio Andrada, deputado federal. Eu disse a eles que terão que enfrentar a oposição da indústria, pois ninguém gosta de ir para a cadeia. Aliás, eles preveem outras penas, ou seja, a limitação da liberdade, que seria a obrigação de fazer certos serviços. A meu ver, uma das grandes vantagens dos

dispositivos penais ambientais será uma participação mais efetiva dos promotores do Ministério Público. Falei do desastre ambiental de Pernambuco, o derrame de vinhoto no ano passado, que ficou praticamente impune!

Constituinte verde
Direito natural e propostas concretas

De manhã, estive na Câmara dos Deputados, ouvindo a palestra do ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Flavio Peixoto da Silva, no seminário sobre Constituinte e Meio Ambiente. Ele propôs a criação de uma taxa pelo uso dos recursos ambientais.

À tarde, participei do mesmo seminário fazendo, inicialmente, uma série de considerações sobre programações comportamentais, assunto de meu último livro “O Comportamento Animal e as Raízes do Comportamento Humano”, e os direitos naturais e humanos. Em seguida apresentei algumas propostas concretas, relacionando questões ambientais que deveriam figurar na Constituição. Entre elas estão a proteção das áreas de relevante interesse ecológico, a isenção de impostos para áreas legalmente protegidas, os incentivos fiscais para a compra de equipamentos antipoluidores, a proteção dos animais contra a crueldade etc. (...)

Falta seriedade

SALVADOR, BA – Chegamos com algum atraso ao Centro de Convenções, onde se realizava o 4º Curso Internacional de Direito Ambiental comparado. Falaram primeiro, Maria Thereza e José Goldemberg, sobre impactos ambientais em hidroelétricas. Quando foi a minha vez de falar, disse que o Meio Ambiente brasileiro estava numa situação crítica por falta de recursos e de pessoal. Tínhamos uma legislação razoável, mas isso não era suficiente. Torna-se necessário que a sociedade encare esses problemas com maior seriedade. A meu ver, a futura Constituição deveria não somente tratar dos princípios gerais de proteção ambiental, mas deveria também estabelecer um fundo nacional ambiental, com participação direta em certos impostos e taxas, como o imposto sobre combustíveis líquidos. Disse que essa afirmação poderia chocar os constitucionalistas, mas que, por outro lado, as leis e constituições não podem estar desligadas das realidades de cada povo. Ou o Meio Ambiente obtém uma boa fonte de recursos para a sua defesa, ou ficaremos na péssima situação em que estamos.

Guardiões de florestas particulares

BELO HORIZONTE, MG – No Seminário “A Constituinte quer falar com você”, discorri sobre uma série de emendas que, do meu ponto de vista, deveriam ser propostas à Constituinte: competência sucessiva e complementar da União, Estados e Municípios; isenção de impostos para florestas protetoras e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, pertencentes a particulares; extinção de Parques, Estações Ecológicas etc., somente através de Lei etc. Deixei para o final o mais importante: como permitir algum uso das florestas protetoras particulares, para assim evitar a caracterização da desapropriação indireta. Com surpresa para mim, verifiquei que os conservacionistas mineiros apoiaram a ideia de permitir uma utilização limitada, que não descaracterize o ecossistema. Precisamos transformar os proprietários dessas áreas em guardiões efetivos das suas florestas, dando-lhes isenção de impostos e permitindo alguma utilização das mesmas, embora bem limitada, realmente reduzida.

30 junho 1983

21 novembro 1983

23 janeiro 1984

P.S. 2009: Depois, tive notícia de que o maior responsável por esse desastre ambiental foi condenado a alguns anos de prisão, coisa muito rara na Federação Brasileira.

12 junho 1985

27 novembro 1985

14 abril 1986

O futuro do Pantanal

9 abril 1987

CAMPO GRANDE, MS – No “Encontro Defesa do Pantanal e Constituinte”, afirmei que o futuro do Pantanal, ou melhor, a sua conservação, dependerá de três dispositivos que deverão ser colocados na nova Constituição:

A – Os Estados devem poder também legislar sobre flora, fauna, florestas etc. O Meio Ambiente deve figurar na Constituição como assunto de competência Federal, Estadual e Municipal. Hoje, nada consta sobre Meio Ambiente na atual Constituição. Nessas questões e em outras, os Estados devem poder ser mais rigorosos que a União, se assim o quiserem, respeitando, contudo, o direito de passagem de mercadorias e produtos industrializados.

B – A União e os Estados da região devem fazer o zoneamento ecológico e econômico do Pantanal.

C – É preciso constituir o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com recursos de um imposto sobre produtos industrializados potencialmente danosos ao meio ambiente.

Para não deixar as ideias vagas, entreguei ao presidente da Assembleia Legislativa três propostas de artigos, já redigidas. Deixei cópias com Anselmo e com o secretário Rigo, da Assembleia.

A Constituição da República Verde do Brasil

15 abril 1987

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Também hoje, trabalhamos intensamente na Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN), para emendar, aperfeiçoando, o Anteprojeto Afonso Arinos (roteiro básico de Constituição oferecido à Assembleia Nacional Constituinte). Acredito que fizemos umas 30 emendas, colocando a preocupação ambiental em todos os lugares possíveis da futura Constituição.

Disse-lhes, brincando, que estávamos estabelecendo a República Federativa Verde do Brasil.

Grupo de apoio e articulação com relatores

30 abril 1987

Almoçamos “civicamente”, no meu apartamento, com o deputado Fabio Feldmann, Benjamin Sicsu, Carlos Alberto Xavier e Luiz Paulo Tavares (Sema). A conversa se estabeleceu sobre meio ambiente e Constituinte. Fabio Feldmann deixou claro que tem as suas próprias propostas. Serão as que ele apresentará à Constituinte. Aparentemente não gostou muito da redação das que lhe mostramos. Contudo, combinamos que durante o exame e triagem que serão feitas pela Constituinte nós formaríamos um grupo de apoio. Ele discutirá conosco as propostas e a reformulação dos dispositivos sobre os quais opinará. Prevê que as discussões serão difíceis, na Constituinte.

Depois do almoço, fomos ao Congresso. Benjamin Sicsu retornou à Sematec. Procuramos o deputado Antonio Mariz, com quem conversamos sobre os direitos fundamentais e nossa proposta (Conama) de incluir neles o Direito à qualidade ambiental. Depois, estivemos com o deputado Siqueira Campos, da comissão sobre os Estados. Defendemos a ampliação da autonomia estadual e o poder dos Estados para legislar em matéria ambiental, de modo que possam ser mais restritivos que a União. Ele gostou muito das sugestões.

Em seguida, procuramos o senador Aloysio Chaves, nosso amigo, ex-governador do Pará. Ele é o relator da Comissão sobre os Municípios e Áreas Metropolitanas. Estava também presente o presidente da Comissão, mas este quase que se limitou só a ouvir. O senador Aloysio Chaves gostou muito de nossas propostas, visando engajar mais os municípios na atividade ambiental supletiva. Chegou mesmo a nos dizer que deveríamos procurar a Comissão dos Estados, para apresentar, também, nossas propostas. Aliás, já havíamos feito isso. O senador cooperou muito comigo, na redação dos Projetos de Lei sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Estações Ecológicas (Lei 6.902/81).

Conversamos também com o deputado Benito Gama, da Comissão Tributária. Sugerimos isentar de impostos as áreas em que os proprietários devem conservar a vegetação nativa. O deputado Gama não externou sua opinião. Pediu que formalizássemos o encaminhamento das nossas propostas. Estranhamos esse pedido tão “formal”, mesmo porque, nossa coleção de sugestões tinha nome e endereço (Conama) e estava assinada por mim. Contudo, escrevi a mão um cartão, encaminhando as sugestões.

De lá, fomos à Comissão do Poder Judiciário, onde estive com um velho amigo, Plínio Arruda Sampaio, que não via há anos. Ele nos recebeu muito bem e aprovou a nossa sugestão de que as ações populares e outras, contra os empreendimentos que transgredirem as leis ambientais, possam ser propostas na Justiça Estadual, ou seja, junto ao local onde ocorreu a irregularidade. Sem isso, os prejudicados dificilmente poderiam processar a União ou os Estados. O Plínio é um dos líderes do PT (Partido dos Trabalhadores), talvez o mais radical do Congresso.

Elenco ilustre e cordialidade a favor do Meio Ambiente

Dia do Meio Ambiente. Passei a manhã e a tarde no Congresso. Houve uma grande e concorrida reunião no auditório Nereu Ramos. O deputado Fabio Feldmann firmou sua liderança nacional na Constituinte, no setor ambiental, o que foi muito bom. Parabéns!! Estiveram presentes, em parte da reunião: deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte; senador Mario Covas, líder do partido do Governo (PMDB), na Constituinte; deputado Bernardo Cabral, relator de Comissão de Sistematização da Constituinte (a mais importante); senador Almir Gabriel, relator da Comissão Temática Social, que inclui o Meio Ambiente. Nunca se viu, na Constituinte, um elenco tão ilustre de pessoas, prestigiando as atividades de um setor da vida nacional. Além disso, todos fizeram discursos favoráveis à defesa do meio ambiente.

Curiosamente, eu estava numa ponta da mesa diretora e Roberto Messias Franco, atual secretário do Meio Ambiente (Federal), praticamente na outra. Durante grande parte da manhã e da tarde, os representantes de umas 15 entidades ambientalistas não governamentais, além de cidadãos e funcionários da área ambiental, falaram sugerindo modificações para aperfeiçoar o projeto sobre Meio Ambiente aprovado pela Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Às vezes, 10 ou 15 pessoas faziam fila diante o microfone para falar. Umas 200 ou 250 pessoas estavam no auditório. Tudo num ambiente de muita cordialidade, civilizadamente. Por volta do meio-dia falaram as altas autoridades.

Eu estava ao lado do deputado Bernardo Cabral. Conversei com ele e me coloquei ao seu dispor para assessorá-lo. Ele foi muito amável e disse que conhecia o meu trabalho. Não me fez nenhum convite, e, aliás, eu não o esperava, mas me deu o seu cartão e nele escreveu o número de seu telefone. Bernardo Cabral terá um papel chave, pois o texto que os constituintes votarão, no final, será o que ele irá elaborar.

Votação do Capítulo Meio Ambiente

25 maio 1988
P.S. 2009: A opinião pública brasileira é inteiramente contrária a essas armas, mas seria talvez melhor uma decisão coletiva internacional para proibição efetiva do seu uso, já havendo tratados relativos a isso que o Brasil assinou.

Quando cheguei às galerias do plenário da Constituinte, já havia sido votado em bloco o capítulo do Meio Ambiente da Constituição. Houve 405 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções. Foi uma vitória espetacular do deputado Fabio Feldmann, que conseguiu um acordo que melhorou bem o texto conservador do Centrão (grupo informal de constituintes conservadores de vários partidos). Assisti à votação dos destaques. Só foi aprovado um deles, que submete ao Congresso a localização dos reatores nucleares. Foi derrotado um destaque que proibia no Brasil as armas nucleares.

Ranço centralizador e autoritário

20 janeiro 1992

SÃO SIMÃO, SP – No caminho, estudei a proposta de Código ou Consolidação das Leis Ambientais Federais, que vou debater em Brasília com a Comissão que cuida do assunto. Vários pontos importantes estão bons, inclusive, a Lei que se refere às Unidades de Conservação. Em outros pontos, como no concernente à fauna, ao controle do desmatamento, à pesca etc., está demasiado detalhado e, portanto, está contrário ao que determina a Constituição Federal. É o velho ranço centralizador e autoritário, contra o qual sempre lutei na Sema, mas que era e ainda é comum no Governo Federal, que frequentemente, se considera o centro do mundo, aliás, velha ideia do Império da China. O Governo Federal deve ser sobretudo coordenador e supletivo, nos campos em que os Estados são deficientes ou omissos. Foi o que procurei fazer na Sema.

23 janeiro 1992
P.S. 2009: A Codificação do Direito Ambiental não ocorreu e talvez ocorra somente depois que esse Direito estiver mais amplamente estabelecido na Federação Brasileira.

De manhã cedo, fui à Brasília, onde participei de grande reunião do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) sobre a nova Codificação do Direito Ambiental. Dei várias opiniões e parece que gostaram, pois me deram uma atenção toda especial. Sugeri, basicamente, a participação dos Estados em todos os mecanismos ambientais. A legislação antiga, exceto a da Sema, era supercentralizadora. Isso fere frontalmente a nova Constituição Federal.

Autonomia na Federação Brasileira

11 dezembro 1992

De manhã, presidi um painel sobre "Federalismo e proteção ao Meio Ambiente", no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente que se realiza na Cetesb. Falaram Cleverson Andreolli, do Paraná, Ícaro Cunha, secretário-adjunto do Meio Ambiente, Roberto Messias Franco, meu sucessor na Sema, e Heloisa Dias, secretária Municipal do Meio Ambiente de Vitória.

A reunião começou um pouco tarde, devido às enchentes. Choveu 111 milímetros. Todos falaram sobre planos de política ambiental. A tônica foi destacar a autonomia Estadual e Municipal. O secretário do Meio Ambiente do Pará, dr. Ribeiro, exaltou a ampla capacidade de ação que a Constituição Federal proporciona aos Estados. Segundo ele, a União, devido à falta de Lei Complementar, não tem sequer ação supletiva, sem a concordância do Estado. Tive ocasião de falar, fazendo uma afirmação de minhas convicções federalistas. Expliquei que nos meus escritos atuais, chego ao ponto de substituir, sempre que possível, a palavra "Brasil", por "Federação Brasileira". Quase todos grandes países são federações.

Um dos pontos, muito discutidos, foi a meta de trazer os recursos hídricos para o novo Ministério do Meio Ambiente. Expliquei que deveríamos propor uma co-gestão, pois o aspecto qualidade é nosso. Além disso, como foi salientado, qualidade depende de quantidade. A meu ver, não conseguiremos mais que uma co-gestão, como já houve no passado, pois o *lobby* contrário é super poderoso: Eletrobrás, Cesp, grandes empreiteiras etc. Minha opinião, porém, foi vencida. Como disse Roberto Messias Franco, seremos David contra Golias. Ressaltei que em tese penso que os recursos hídricos são ambientais e deveríamos geri-los, mas na prática somente conseguiremos a co-gestão (que, aliás, perdemos, após a minha saída da Sema).

A reunião foi muito importante para mim, pois todos me trataram com a maior consideração, apesar do fato de que no passado a Abema, promotora do encontro, procurou uma renovação na área ambiental, o que, aliás, acabou conseguindo e já era tempo de ocorrer. Hoje, tenho amplo apoio e simpatia da Abema, o que é recíproco. É uma vitória prática dos princípios cristãos! Também apoiei a Helena Sobral, líder ambientalista do PT (Partido dos Trabalhadores), na Prefeitura Paulistana, quando ela disse que a preocupação social e meio ambiente devem estar juntos.

Cumprir a lei, doa a quem doer

À tarde, fui à Cetesb, para a reunião final do Seminário Internacional Meio Ambiente e Descentralização. O painel sobre Meio Ambiente e Revisão Constitucional foi interessante. (...)

O deputado Nelson Jobim, relator da Revisão Constitucional, fez uma declaração estarrecedora. Tive vontade de gritar "não apoiado" e por pouco não o fiz. A seu ver, deve sobrar aos Estados, em matéria legislativa ambiental, apenas aquilo que não constar das leis da União. Isso significaria uma tremenda centralização, um adeus à Federação. Aliás, nas conversas, depois desse painel, houve uma rejeição geral a essas ideias. Hoje, a legislação federal e a estadual são concorrentes, devendo a federal se ater às coisas gerais. O deputado Jobim pensa que isso não existe. Na verdade, a União não cumpre esse ponto da Constituição, mas isso ocorre apenas porque os Estados não se impõem juridicamente.

Para mim, há uma contradição angustiante: se a legislação da União predominar, ficará mais fácil defender a floresta amazônica. Por outro lado, devo ser coerente com minhas ideias e formação profundamente federalistas. Minha solução para essa contradição é reservar à União o poder coordenador e o poder de intervenção e ajudas supletivas. Assim, se o Estado membro não cumprir a legislação, a União deve ajudá-lo, cooperar para isso e, em último caso, doa a quem doer, fazer cumprir a lei. Repito: e, em último caso, doa a quem doer, fazer cumprir a lei. Foi o que procurei realizar, mas sempre com um enfoque de ajuda e cooperação. Não tive problemas, muito pelo contrário, pois hoje tenho aplausos insuspeitos, que penso sinceramente serem exagerados.

No encerramento, deram posse a uma Comissão de Juristas, na qual me colocaram, para apresentar um projeto de Código Ambiental. É uma boa ideia. O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Édis Milaré se referiu ao meu nome, elogiosamente.

Depois, assinei como testemunha um convênio Ibama - Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Ao fazer isso (assinar como testemunha) houve para mim um grande aplauso dos presentes (cerca de 150 pessoas de muitos Estados). Foi uma surpresa, pois afinal de contas estava apenas assinando como testemunha.

30 novembro 1993

	Código Florestal Mediação, princípios e ponderações	
2 novembro 1994	SÃO PAULO, SP – No final da tarde, recebi telefonema de Fernanda Colagrossi. Ela me contou que em 19 de outubro saiu publicado no Diário Oficial um Decreto regulamentando o Código Florestal. Isso me deixou preocupado, pois o assunto foi resolvido em segredo, sem passar pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Além disso, o Amapá foi deixado de fora da Amazônia e foi dito que os planos de manejo não requerem Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima). Fiquei surpreso, pois estive com o ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, no início de Outubro e não comentamos o assunto. O resultado me parece claro: o Henrique vai ser combatido pelos ambientalistas. Tenho grande estima pelo Henrique. Espero que haja um acordo com ele.	<i>Reservas Legais. A mim me parece, hoje, que deveriam poder ser integradas nas Reservas Legais.</i>
10 novembro 1994	Reunião Extraordinária do Conama que tratou da regulamentação do novo Código Florestal.. (...) Durante a discussão, a Maude, representante das Organizações Não Governamentais da Região Sul, criticou o ministro pelo Decreto que regulamentou o uso das florestas amazônicas. Depois, talvez assustada pela sua própria agressividade verbal, ela foi falar com o ministro, dizendo não ter querido ofendê-lo. (...) À tarde, fui recebido pelo ministro Henrique Cavalcanti, a quem expus com toda a franqueza minhas preocupações sobre o super poder do Ibama e o poder decrescente do Conama. Henrique explicou os lapsos havidos no Decreto, na parte referente ao Rima e na ausência à menção do Amapá, dizendo já estar publicada a correção dos lapsos. Quanto ao super poder do Ibama, logo, o ministro fará um ato exigindo que todas as portarias do Instituto sejam previamente aprovadas pelo Ministério. Haverá, assim, o controle que me parece indispensável. Em relação ao Conama, ele irá me mostrar, com antecedência, a minuta que está preparando. Assim, foram atendidas (graças a Deus!) as minhas ponderações. Por outro lado, propus a ele que os excessos verbais sejam banidos pelo novo Regimento do Conama. Dessa maneira, minha mediação nos bastidores foi bem-sucedida. A situação tensa poderia levar à extinção do Ministério no próximo governo.	
	Penas alternativas e saldo positivo	
12 fevereiro 1998	SÃO PAULO, SP – Assisti ao encerramento da reunião da Secretaria do Meio Ambiente, para discutir a Lei ambiental, hoje, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A nova lei dos crimes ambientais é boa. Tem poucos pontos duvidosos. Quando falei, disse da importância das penas alternativas (serviços à comunidade etc.). Felizmente a nova lei não inutilizou o Art. 14 (ou 15) da lei 6938/81, que estabelece o princípio da responsabilidade objetiva. Apesar de algumas pequenas falhas, como muitos observaram, o saldo é positivo: essa Lei deve melhorar a situação ambiental-florestal.	
	Precedência do Conama	
25 fevereiro 1999	Em Brasília, tivemos uma reunião prévia no Instituto Sócio-Ambiental (ISA). Capobianco, do ISA propôs e conseguiu um acordo, no sentido de que devemos pleitear do ministro Sarney Filho o	
	envio de um novo projeto de Código Florestal, em substituição às Medidas Provisórias do Executivo (com força de lei, por 30 dias, renováveis mensalmente), até sua aprovação ou rejeição. Afirmei que essa proposta era boa, mas que, a meu ver, para o caso de Reservas Legais com a área incompleta, deveria haver a possibilidade dos agricultores poderem completá-las comprando terras privadas em unidades de conservação, para integrar essas unidades. Seria uma compensação ecológica.	
	Fomos à reunião com o ministro José Sarney Filho, no Ministério do Meio Ambiente. No começo houve um silêncio geral. Tomei a palavra e disse ao ministro que estávamos ali para trocar ideias sobre Medidas Provisórias e outros assuntos ambientais. Essas questões deveriam também ser tratadas com a bancada rural para se obter um acordo. Em seguida, passei a palavra ao Capobianco. Ele apresentou suas ideias sobre nova lei ambiental, sugerindo que o Conama discuta primeiro um projeto, antes de o mesmo ir ao Congresso.	
	O ministro aceitou na hora e com entusiasmo a sugestão. Ele irá, logo, convocar uma reunião extraordinária do Conama. Isso o livrará de numerosas e fortes pressões contrárias ao Meio Ambiente, no caso das Medidas Provisórias.	
	O ministro também se queixou da falta de apoio dos ambientalistas e das tremendas pressões dos ruralistas para manter as Medidas Provisórias, que permitem considerar como Reserva Legal as Áreas de Preservação Permanente (APPs), que são beiras de cursos d'água, encostas abruptas (acima de 45º) etc. Ele também se queixou da falta de implantação das novas estruturas do Ministério.	
	A impressão dos presentes foi ótima, em relação às palavras e planos do ministro.	
	Moderação	
	Hoje, o dia foi muito importante devido a duas reuniões, para as quais fui convidado, no Ministério do Meio Ambiente, por José Pedro de Oliveira Costa, secretário de Biodiversidade e Florestas. A primeira reunião foi realizada na sala de Mary Alegretti, Secretária da Amazônia. Participaram a Mary, José Pedro, Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Hélio Pereira, Paulo Fontes, Mario Menezes, Raimundo Lilas, Analzita Muller, Deusdará.	3 fevereiro 2000
	A reunião objetivou iniciar os trabalhos desse grupo, que visa dar sustentação técnica ao Ministério na dura luta que se aproxima (março) em torno da nova lei florestal. De um lado estamos nós, ambientalistas, e de outro lado, o poderoso <i>lobby</i> agrícola-madeireiro. No meio, radicais ("xiitas") e moderados como nós. Sem essa sustentação ambiental moderada, o Ministério e nossa causa correm imenso risco. Paralelamente, o Conama promove boas reuniões nos Estados, como a de que participei no Acre. Essas reuniões nos Estados são importantes, porém, pouco profissionais, já que há muita dificuldade na redação de textos de lei. Contudo, suas ideias viáveis e boas serão aproveitadas. É indispensável, no entanto, a criação de um texto bem sistematizado.	
	Na reunião, o promotor público paulista Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, que é geralmente visto como radical, apresentou um trabalho excelente, moderado, de bom senso. Ele usou como base o relatório do deputado Micheletto, relator do assunto na Câmara dos Deputados. Desmembrou o trabalho e o remontou em seis grupos de assuntos. Além disso, ele dá ao nosso substitutivo um bom tratamento jurídico.	

Durante a reunião, apresentei uma série de sugestões que foram bem aceitas. Quando havia uma oposição frontal e de difícil solução, entre teses ambientalistas e o *lobby* agrícola, sugeri que a regulamentação do assunto fosse feita pelo Conama, que tem tempo e capacidade para encontrar soluções, com calma. No Conama todos estão representados.

Entre outros assuntos, propus que os termos de ajustes e outros acertos entre infratores e governos sejam registrados nos Registros de Títulos e Documentos. Dessa maneira, terão que ser públicos e não poderão sumir.

Firmeza e abertura à negociação

O ministro José Sarney Filho reuniu, à tarde, cerca de 15 líderes ambientalistas no seu Gabinete. Explicou-lhes a difícil situação que estava enfrentando com o *lobby* agrícola. Contudo, estava procurando reverter a situação. Ao mesmo tempo foi ao Congresso e conversou com a Frente Parlamentar Ambientalista. Vai apoiar o texto que o Conama aprovar. Eu lhe disse que devíamos ser firmes em algumas questões, entretanto, poderíamos deixar portas abertas à negociação em outros pontos. Ele também pensa assim. Todos parecem concordar.

Concessões facilitam aprovação

(...) No Ministério do Meio Ambiente, nos reunimos a um grupo presidido pelo Secretário Executivo José Carlos Carvalho, com a participação da bancada ambientalista do Conama. O assunto era como conduzir a reunião da tarde, que vai votar o Projeto das mudanças no Código Florestal. Esperava-se uma ação qualquer, dura, da Confederação Nacional da Agricultura para bloquear o Projeto.

Às 15h, no auditório do Ibama, sob a Presidência do secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, foi iniciada a reunião extraordinária do Conama para debater o Projeto de Mudanças no Código Florestal. A reunião começou tensa, mas depois se descontraiu.

A Confederação Nacional de Agricultura, através do seu representante Tibério, criticou vários pontos do Projeto. Outros dois representantes da CNA também fizeram reparos. Um deles chamou os ambientalistas de seguidores de um modismo. Depois, me pediu desculpas, dizendo que não queria me atingir. Respondi que ficasse tranquilo, pois não me sentia atingido e a sua fala era apenas uma crítica. Outro representante, mais incisivo, nos chamou de "burros" e nossa ação no Projeto de "burrice". Nós ambientalistas não respondemos com agressividade. Apenas um dos nossos afirmou que aquilo não era coisa que se dissesse. Apesar disso, a reunião prosseguiu tranquila.

A CNA obteve uma vitória, quando propôs que 35% dos cerrados na Amazônia, e não 50% como estavam no Projeto, seriam conservados. Votei contra, mas na realidade isso não faz muita diferença sob o aspecto da Agricultura. Depois o pessoal da CNA não se manifestou mais em plenário. Graças a Deus a parte referente aos extrativistas não sofreu modificações.

Quando a reunião terminou, houve um alívio geral, ambientalista. A CNA não foi radical e as concessões feitas à área agrícola parecem razoáveis. Contudo, falta agora saber o essencial: qual seria a decisão do Congresso Nacional? Ninguém sabe. A CNA vai lutar lá.

Gerenciamento Costeiro
Incrível construção junto ao mar

FORTALEZA, CE – Com toda a família aqui presente em Fortaleza, fomos à Prainha, perto de Aquiraz. É um lugar pitoresco, com dunas muito bonitas. Ainda há umas 15 jangadas, na praia. Em torno delas fervilhavam os pescadores, pois hoje era dia de venderem o peixe que pescaram em três dias no mar.

O que achei incrível foi ver uma casa em construção completamente fora do alinhamento, entre as outras residências (de luxo) e o mar. Esse desrespeito aos alinhamentos é um golpe contra as gerações futuras, às quais legaremos faixas estreitas e estropiadas de praias. Será que ninguém pensa nisso? Vou ver se elaboro um Projeto de Lei para impedir tais abusos criminosos.

Marinha pede ajuda para elaborar Lei

Estive com o almirante Marcio Bakker, no Ministério da Marinha. Ele pediu ajuda da Sema para fazer um projeto de Lei sobre Gerenciamento Costeiro. É uma iniciativa importantíssima, que terá todo apoio da Marinha. Designei o advogado Jurani e o engenheiro Bernardo para essa missão.

Um desdobramento, diferença decisiva

Discuti com o comandante Gama o novo Projeto de Lei sobre o Gerenciamento Costeiro. Ele concordou que há sobreposições com a Legislação da Sema, e que o Projeto deve ser reescrito. Na reunião havida no Rio de Janeiro, sobre Gerenciamento Costeiro, houve forte oposição das entidades conservacionistas a esse Projeto. Realmente, é preciso modificá-lo. Ieda Paixão, na Sema, insiste muito, também, nesse ponto de vista. Houve aí uma falha minha, pois inicialmente não percebi o perigo que a sobreposição acarretaria. Parei aqui.

Tive uma reunião na Sema com o doutor Inagê, doutora Iara, Cleone, Jurani e Ieda, para trocar ideias a respeito do novo Projeto de Lei sobre Gerenciamento Costeiro. Durante a reunião que houve de manhã na Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (Cirm), os doutores Inagê, Iara e Jurani, conseguiram aprovar um substituto do Projeto anterior, o qual era bastante ruim. O substitutivo é de autoria do doutor Inagê. Sugerimos apenas algumas pequenas mudanças de palavras. Dessa forma, ficará menos arranhada a área das atribuições da Sema. O Gerenciamento Costeiro passará a ser um desdobramento da política nacional do meio ambiente, e não uma política competidora. A diferença é muito grande, decisiva.

Revisão de projeto controvertido

Passei o dia no Congresso, discutindo o projeto de Licenciamento Costeiro que está sendo discutido. O deputado Fabio Feldmann está promovendo o encontro que discute a matéria. O Projeto da Cirm é muito agressivo contra as imobiliárias e por isso houve a apresentação de dois substitutivos, que limitam a atuação do Gerenciamento Costeiro. Por outro lado, o Sistema Nacional do Meio Ambiente ficará seriamente abalado, pois na zona costeira o Cirm será soberano, de acordo com

31 dezembro 1980

P.S. 2009: Não cheguei a elaborar esse projeto.

2 março 1983

3 novembro 1983

4 novembro 1983

2 março 1988

o projeto, atropelando o Conama, as entidades ambientais dos Estados, a Sema e os Municípios. Raramente vi tanta falta de habilidade. Até os limites que a Zona Costeira terá serão determinados pela Cirm. Isso quer dizer, de acordo com o projeto, que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) corre o risco de perder o controle ambiental das cidades costeiras, inclusive Capitais de Estados, Serra do Mar etc. Uma loucura!

De manhã, fiz restrições aos aspectos de delimitação da Zona Costeira. À tarde, foram criados grupos de estudos. Participei de um deles. Descobrimos, nesse trabalho, muitas outras grandes e graves falhas. Apresentamos um substitutivo, que me pareceu bom. De acordo com ele, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro terá que ser aprovado pela Cirm e também pelo Conama.

3 março 1988

Passei novamente o dia no Congresso. Foram discutidos todos os itens do Projeto de Lei sobre o Gerenciamento Costeiro. À tarde, como o deputado Fabio Feldmann tivesse que se ausentar, devido às votações da Constituinte, presidi a reunião. Com grande surpresa para mim, os pontos controvertidos foram poucos. Até mesmo a minha sugestão de que o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro devesse ser aprovado pela Cirm e também pelo Conama foi aceito pelo pessoal ligado à Cirm.

Mudança de mentalidade

25 julho 1989

Houve reunião na Coordenação de Gerenciamento Costeiro (Cogerco), no Ministério da Marinha. Faz parte do Cirm (...) Inicialmente sugeri 12 milhas para a faixa marinha e 2 km para a faixa terrestre. Depois, porém, concordei com a sugestão que prevaleceu: 5,5 km para a faixa terrestre e 6 milhas náuticas para a faixa marinha. Para mim, são distâncias razoáveis. (...)

P.S. 2009: Antigamente, o controle da costa brasileira era realizado pela Marinha, através dos Capitães dos Portos e seus oficiais. A população costeira respeitava o que ela chamava de "Terrenos de Marinha". Hoje, tenho a impressão de que a guarda efetiva de nossas praias e rochedos marinhos passou a caber principalmente às ressacas que, de tempos em tempos, demolem as construções clandestinas. Ressalvo as destacadas Prefeituras e Estados que levam a sério os problemas costeiros, visando a resguardar o turismo e a saúde.

Não pude deixar de pensar com os meus botões: "como vai longe o tempo, 4 a 6 anos atrás, quando tive que lutar contra os que, na Cirm, queriam uma faixa costeira larguíssima, correspondente, na prática, às bacias hidrográficas costeiras." Essa faixa costeira larguíssima desmantelaria os sistemas estaduais e o federal de Meio Ambiente. Muitas capitais estão na costa. Além disso, os poderes desejados pela Cirm eram enormes. Tive problemas sérios nessa luta, principalmente quando um jornalista publicou declarações demasiadamente fortes e mal-educadas atribuídas a mim. Hoje, a situação está completamente mudada. Os antigos assessores da Cirm foram substituídos, os poderes da Comissão de Gerenciamento são razoáveis e na prática o Conama não perdeu atribuições, nem os Estados. Agora me vejo na situação curiosa de insistir, até, para que a Cogerco atue com mais força, para que se possa controlar efetivamente o caos especulativo que impera nas nossas costas. A Cogerco vai, basicamente, reforçar e estimular a ação dos Estados e Municípios. A Cogerco, a princípio, não queria sequer impor penalidades. Por insistência minha, concordaram em usar o poder de polícia dos Estados e do Ibama. Como as coisas mudam!! Ao entardecer redigi um projeto de Diretrizes para o Gerenciamento Costeiro, que foi pedido pelo Comandante Enio.

Amparo à Conservação Cooperação e participação

11 janeiro 1993

P.S. 2009: Ao que me parece, essas iniciativas resultaram em nada.

No Ibama procurei o diretor de Ecossistemas, Jordan Wallauer, que nos tempos do antigo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) tinha alguma rivalidade com a Sema. Porém, essa situação faz parte de tempos passados. Ele nos recebeu muito bem. Tivemos uma conversa

amabilíssima. Sugeri que as unidades de conservação se entrosassem com associações de amigos que as ajudariam. Seria algo como a Sociedade dos Amigos do Jardim Botânico (do Rio de Janeiro), brilhantemente dirigido pela Tizinha. Jordan me disse que já está estudando uma legislação para institucionalizar esse entrosamento. Dei-lhe os parabéns. Falei muito sobre as Estações Ecológicas. Entreguei um exemplar do meu livro sobre as Estações Ecológicas. (...)

Fui recebido pelo ministro Fernando Coutinho Jorge e seu secretário executivo, que conheço há longos anos, dos tempos da Sema, Hugo de Almeida. (...) A conversa foi muito boa. Dei ao ministro meu livro sobre as Estações Ecológicas. Salientei a importância de o Governo Federal manter o controle sobre suas unidades de conservação, e ao mesmo tempo abri-las à cooperação com os Estados e as entidades não governamentais. O ministro já está trabalhando nesse sentido. Ele está procurando apoio do centro, pelo que senti.

A isenção do ITR

Ao chegar, fui com o Monsã, que me esperava, ao Senado Federal. Lá, me encontrei com o amigo senador Lucio Alcântara, que é ambientalista. Conheci o senador há uns 20 anos (acho que em 1979), quando ele era prefeito de Fortaleza. Por meio de um pedido meu, ele apresentou uma proposta de emenda, corrigindo a redação do Artigo 37 da Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (Snuc). A maneira como está configurado, esse Projeto considera as Reservas e os Monumentos Naturais como isentos de impostos por serem de interesse ecológico. Contudo, não considerou como tais as "Áreas de Relevante Interesse Ecológico", o que é um completo absurdo. A nova emenda dá também às Aries a isenção do Imposto Territorial Rural. O senador Lucio Alcântara foi muito gentil e amável, como sempre.

24 agosto 1999

P.S. 2009: Essa emenda ao Artigo 37 não chegou a se efetivar. Contudo, há outros dispositivos legais que podem proporcionar essa isenção.

Cerco aos criminosos no Dia da Árvore

BRASÍLIA, DF – O presidente Fernando Henrique Cardoso fez um discurso de meia hora, sobre assuntos ambientais, que mostrou conhecer a fundo. Disse algumas palavras amáveis sobre minha atuação no Acre, nas reservas extrativistas. Lembrou-se certamente da homenagem que me foi prestada no Seringal Cachoeira, em Xapuri, na sua presença, pelo prefeito Julio Barbosa e pelas palmas dos seringueiros e outras pessoas. O presidente falou, praticamente, de improviso. Muito aplaudido, merecidamente. Ele assinou Decretos importantes, como a regulamentação dos crimes ambientais, de enorme importância para conter os atos contra a natureza, contra a crueldade dos que afligem os animais, contra as autoridades omissas e até mesmo contra os grafiteiros que atentam contra a estética das cidades e seus monumentos. O presidente também criou, por Decreto, o Parque da Periaçu, muito importante, no Norte de Minas Gerais. Disse que não se esqueceu do Parque do Bodoquena, ainda não criado.

Depois, nas despedidas, o presidente me cumprimentou amavelmente como "doutor Paulo".

Conselhos nas UCs

Estive, longamente, com José Pedro de Oliveira Costa (secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente), antes e depois do almoço. Trabalhei apresentando uma série de

5 março 2001

artigos para um possível aproveitamento na regulamentação da Lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação. São sugestões para regulamentar diversos aspectos das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs). Também escrevi artigos regulamentando os Conselhos Deliberativos e os Conselhos Consultivos. Proponho, ainda, um Conselho com poderes ora Deliberativos, ora Consultivos, para os Mosaicos Ambientais, compostos por unidades de conservação de várias categorias.

Salvar áreas naturais

Na sede do Ministério do Meio Ambiente, a pedido do Secretário José Pedro, fiz uma revisão do Projeto de Regulamentação da Lei do Snuc. O projeto, que está sendo conduzido pelo Caminha, é muito bom. Contudo, sugeri umas 15 pequenas modificações. Repus no projeto dispositivo da Lei que isenta as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas da necessidade inicial de audiências públicas. Isso permite, quando o assunto é polêmico, economizar tempo precioso para salvar áreas naturais.

9 julho 2002

P.S. 2009: Essa reposição não constou da lei aprovada.

31 - AGOSTO - 1981
Finalmente o Presidente
José Figueiredo sancionou a Lei sobre
a Política Nacional do Meio Ambiente.
Houve apenas 2 vetos, os solicitados
por nós. Isso foi uma imensa
vitória. A SEMA vai ter agora
melhores condições p/ agir. Contudo,
o Trabalho e a responsabilidade que
temos pela frente são de assustar.
As áreas de proteção permanente,
que passaram do IBDF p/ a SEMA,
como as margens dos rios e os
encostas inclinadas, são inúmeras e
numerosíssimas. Como defendê-las tudo
isso? No Regulamento da Lei teremos
que estabelecer prioridades.

O PARLAMENTO AMBIENTAL DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Câmaras Técnicas e Conama
Consultas antecedem instalação do Conama

RIO DE JANEIRO, RJ – À tarde, fui à Feema (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente), o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Participei de uma reunião com a presença do Presidente Evandro Brito, Roberto Amaral (...) e outras pessoas. O assunto principal foi a minuta de regulamentação das leis ambientais.

16 fevereiro 1982

Inicialmente falou Roberto Amaral, criticando duramente a nossa minuta, mostrando até certa agressividade, que me deixou surpreso. Chamou o projeto de centralizador, antifederalista, unitário e cheio de erros e inconstitucionalidades. Eu me senti atingido, pois me considero profundamente federalista e, portanto, não me cabe o qualificativo de unitário. Expliquei isso e me declarei aberto às críticas e sugestões. Discutimos vários pontos do projeto e frequentemente dei razão a eles. Creio que isso os desarmou, pois o Roberto deixou de se mostrar agressivo.

Num dos pontos discutidos, sobre a composição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o Evandro me deu razão e discordou com veemência dos seus colaboradores. Ele quer um Conama grande, com todos os Estados participando e votando. Os outros desejavam um Conselho pequeno com membros votantes. Dei-lhes razão, entre outros pontos, no que se refere a prazos para órgãos estaduais (coisa inconstitucional), menções frequentes a "indústrias", quando há também degradadores não industriais etc. A reunião terminou numa atmosfera das mais cordiais. Eles devem ter verificado que eu nada tenho de unitário antifederalista. Muito pelo contrário!!!

Veto a Fundação sem fins conservacionistas

O ministro Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, através do Embaixador Álvaro Franco, me telefonou para dizer que a Fundação Roberto Marinho não pode ser membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente, pois não existe dispositivo conservacionista nos seus estatutos. Isso me causou um problema, pois a participação dessa Fundação é muito importante. Além disso, Rogério Marinho, que seria o representante deles, é pessoa cuja amizade e dedicação à causa conservacionista são fora de série, enormes e sinceros.

31 agosto 1983

Instalação e primeiras votações do Conama

Dia Mundial do Meio Ambiente. De manhã, houve grande reunião no auditório do Ministério do Interior (Minter) sob a presidência do ministro Mario Andreazza. Estavam presentes quatro embaixadores, dois senadores, sete ou oito deputados, muitos presidentes de órgãos ambientais, secretários de Estado etc. Auditório superlotado. Rádios, TVs, jornalistas. Motivo: instalação do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fiz um discurso, lido, coisa que raramente faço, pois prefiro falar sem ler. Em determinado momento, depois de muito discursar, senti a garganta inteiramente seca, e não conseguia mais falar.

5 junho 1984

P.S. 2009: O mais curioso da história é que a rigor, até hoje, o Governo Federal não tem maioria no Conama. E o mundo não acabou...

Não havia por perto nenhum copo d’água para me tirar desse aperto. Apesar dessa situação constrangedora, fui em frente, a princípio com muita dificuldade. Aos poucos, a voz foi voltando ao normal e, finalmente, superei o problema. Fiz um breve histórico da Sema, da legislação ambiental e do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Falei, com toda franqueza, que o Conama era o primeiro Conselho Federal em que o Governo Federal não tinha maioria. Ao meu lado o ministro Mario Andreazza, mas acrescentei: Os nossos conselheiros são pessoas responsáveis e os Estados estão presentes. Continuei o meu discurso. O ministro nunca mais falou sobre esse assunto. No final do discurso, quando agradei a ajuda recebida do Minter, chamei o secretário-geral Rocha Maia de “ministro”, mas logo consertei a falha. Foi para todos um momento descontraído, com muitos sorrisos, pois ao que tudo indica, em meados de julho, o ministro Andreazza se desincompatibiliza e o coronel Rocha Maia o substitui. (...)

Após o almoço no restaurante da Associação dos Servidores no Banco Central, visitamos a exposição ambiental do Ministério da Justiça e retomamos o trabalho no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Aprovamos seis resoluções, dando início ao estudo de vários problemas, como o das distâncias mínimas entre áreas residenciais e industriais; a conceituação dos parâmetros relativos às Reservas Ecológicas particulares; as limitações de uso dessas Reservas e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico; a proposição ao Poder Executivo da decretação de várias dessas áreas, inclusive a do Matão de Cosmópolis, no Morro Amarelo, em Cosmópolis (SP), da minha família etc. Todas essas propostas de resolução, algumas com emendas, foram aprovadas unanimemente. Foi uma tremenda vitória, pois o Conselho é composto de 35 pessoas e houve muitos debates. No entanto, sempre prevaleceu o bom senso e a boa vontade.

A Guerra dos Agrotóxicos
Articulação para fixar restrições

De manhã houve uma reunião na Sema com representantes de vários Estados (SP, PE, RJ, PR, RS, MS) para acertar os relógios, face ao novo Projeto de Lei sobre os agrotóxicos.

Por proposta minha, combinamos preparar uma resolução do Conama, reconhecendo expressamente o direito dos Estados de fixar restrições ao uso desses produtos em seus territórios.

Federalismo e defesa ambiental

RECIFE, PE – De manhã, às 8h30, começou, aqui no Hotel do Sol, com 12 órgãos ambientais dos Estados, um posicionamento comum em relação ao anteprojeto de lei sobre os agrotóxicos, elaborado pela Seplan. Com grande surpresa para mim, todos concordaram com a proposta de fazer uma declaração defendendo a autonomia dos Estados e reforçando a atuação do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Cícero Bley, superintendente da Surhema, órgão ambiental do Paraná, sugeriu, com a concordância unânime dos presentes, que não aceitássemos a forma de encaminhamento do anteprojeto da Seplan (Secretaria do Planejamento Federal e do Ministério da Agricultura). A comissão que elaborou o anteprojeto ou projeto não é oficial; além disso, achamos que esses assuntos devem ser discutidos no Conama. Cícero Bley tem, às vezes, posições radicais, mas o que ele disse sobre o anteprojeto está certo. Redigimos um documento afirmando esses pontos de vista e todos os presentes assinaram. Consegui fazer com que alguns de seus termos fossem um tanto abrandados, pois o que interessa é ser firme, mas sem palavras

que possam ser consideradas demasiado duras. É, sem dúvida, um documento forte que poderá despertar intensa reação contrária da Seplan. Tenho a exata sensação de que estou pondo em risco meu cargo, mas estou em ótima companhia e, se cair, cairei por duas grandes causas: a defesa ambiental e o federalismo.

Dei entrevistas aos jornais e às TVs. Vamos aguardar o que acontecerá. Sair por causa disso será muito honroso. Seria encerrar com fecho de ouro minha atuação na Sema.

Proposta dá poder aos Estados

O assunto mais polêmico do Conama foi a proposta de Resolução da Sema e dos Estados, aprovada na reunião do Recife, segundo a qual os Estados e a Sema se reuniriam para estabelecer parâmetros e critérios relativos ao uso de agrotóxicos.

Essa Resolução foi intensamente combatida pela área econômica do Governo, presente no Conama. Os representantes da Seplan (Secretaria do Planejamento da Presidência da República) (Moura Fé), Ministério da Agricultura (Renato P. Leal), Ministério da Indústria e Comércio (CDI), Ministério da Saúde etc, procuraram barrar o encaminhamento dessa proposta, muito ajudados pela Confederação Nacional da Indústria. Finalmente, Cícero Bley, representante do Paraná, já tinha pedido vistas do processo e propôs uma reunião extraordinária para tratar do assunto, em 24 de outubro. Fez isso com muita habilidade. Ele é um dos líderes ambientalistas no Conama. Pus a matéria em votação. Primeiro para saber se a votação seria nominal. Ganharam os partidários da votação simbólica. Feita esta, a vitória dos ambientalistas foi de 18 a 9. Ficou marcada a reunião extraordinária. A votação mostrou haver no Conselho uma maioria de 2/3 de ambientalistas convictos.

Crítica ao projeto do governo e defesa do Conama

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, na última página, entrevista minha criticando o Projeto de Lei sobre agrotóxicos, enviado pela Presidência da República ao Congresso. Falei sobre a falta de reconhecimento dos direitos dos Estados e sobre a perda da competência do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), sobre assuntos relacionados aos agrotóxicos. Surpreendentemente, ninguém no Ministério do Interior me chamou a atenção. Contudo, soube pelo jornalista Fernando Barros, que, no final da tarde, Leuderitz de Medeiros, chefe do grupo da Seplan (Secretaria do Planejamento da Presidência) que preparou o projeto de lei, disse que o meu plano era político: queria ser demitido para ser depois reconduzido pelo candidato à Presidência, Tancredo Neves. Disse também que, na própria Sema, técnicos importantes discordavam de mim, e mostrou uma carta comprovando isso. Respondi que Leuderitz poderia pensar o que quisesse a meu respeito, mas que, enquanto eu estiver no meu cargo, saberei defender a competência e as prerrogativas da Sema e do Conama.

Articulação de Norte a Sul

De manhã, fui ao Congresso onde falei com o líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchesan, sobre o Projeto de Lei dos agrotóxicos. Ele não estava a par do assunto. Contudo, defendeu a necessidade de uma lei nacional. Pediu-me para lhe apresentar sugestões por escrito.

27 setembro 1984

15 outubro 1984

17 outubro 1984

Tive a impressão de que Marchesan ficou mais atento, quando lhe disse que no Rio Grande do Sul, seu Estado, todos os partidos estavam muito interessados na defesa das prerrogativas estaduais.

Deixei, no mesmo sentido, um cartão para o líder da Maioria no Senado, Aloysio Chaves (PA). Na saída, me encontrei com o senador Albano Franco (SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com quem conversei sobre a inquietação da indústria a nosso respeito. Ele foi um dos primeiros a apoiar a ideia de haver uma legislação ambiental federal. Procurei tranquilizá-lo dizendo que não baixáramos resoluções apressadas no Conama. À tarde falei, no mesmo sentido, com Horácio Cherkaski (SP), representante da CNI no Conama. Pedi que ele apresentasse alternativas concretas no caso da resolução sobre a poluição das águas (por agrotóxicos), que está com ele (pedido de vistas). Cherkaski foi meu contemporâneo na Faculdade de Direito da USP. Foi meu companheiro na luta contra o Estado Novo de Getúlio Vargas.

18 outubro 1984

Falei com Magda Renner (ADCF) e com o secretário de Saúde substituto, no Rio Grande do Sul. Disse-lhes ser urgente mobilizar o governador Jair Soares e a bancada federal do Estado, para que possamos modificar a Lei dos Agrotóxicos. Relatei minha entrevista com o líder da "maioria", Deputado Nelson Marchesan, que está "por fora" do problema.

22 outubro 1984

Falei pelo telefone com o deputado Ferrari, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ele estava reunido com o pessoal da Associação Brasileira de Agrônomos, redigindo um substitutivo para o projeto (de lei) federal sobre agrotóxicos. Passei pelo telefone uma redação de artigo salvaguardando a atuação do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

23 outubro 1984

À tarde, estive na Sema o engenheiro agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado, presidente da Federação das Associações de engenheiros agrônomos do Brasil, com a vice-presidente Laura. Eles me deixaram uma minuta de substitutivo ao Projeto de Lei sobre Agrotóxicos, o qual, aliás, está sofrendo uma obstrução bem-sucedida no Congresso, a fim de que o prazo para sua votação termine já no próximo Governo. O substitutivo deixa ao Governo Federal o registro, cabendo o restante aos Estados.

A grande bomba

Finalmente estourou a grande bomba. À noite, recebi telefonema do (secretário geral do Ministério do Interior) coronel Rocha Maia, o qual me disse, amavelmente, que o ministro Andreazza queria falar comigo. Telefonei à noite para a residência do ministro. Ele falou, em tom profundamente aborrecido, mostrando-se muito contrariado com a reunião de amanhã. Queria adiar a reunião. Tive que explicar que ela não poderia ser adiada. Ele disse que a Sema era governo e governo não pode ficar contra um projeto de lei (sobre agrotóxicos) seu, enviado ao Congresso. Não podia aceitar que, amanhã, no seu Ministério, fizessem uma reunião com críticas ao governo. Expliquei que os conselheiros poderiam falar o que quisessem e que realmente eu previa críticas. Contudo, a declaração ou manifestação, que será proposta pelo representante do Paraná, eu havia lido à tarde e me pareceu moderada. Mas era também de crítica ao projeto.

O ministro não se conformava, alegando que confiara em mim e que fora colhido de surpresa. Na realidade, ele chegou ontem, ou anteontem, de uma viagem de umas duas semanas à América Central e EUA. Na sua ausência, conversei com o coronel Rocha Maia sobre a reunião. Finalmente, disse ao ministro Andreazza que faríamos a reunião fora do Ministério e que se as coisas corressem mal ele me demitiria. Disse ao ministro que amanhã cedo iria procurá-lo em seu gabinete e nos despedimos. "Vocês não podem fazer isso comigo: realizar uma reunião contra o Governo no meu Ministério", dizia ele. Aliás, não éramos contra o Governo, mas contra um Projeto de Lei. Disse-lhe que faria a reunião do Conama fora do Ministério. Isso mostraria uma atitude que salvaguardaria o ministro do Interior. Acrescentei também essa sugestão sincera e importante: se as coisas não dessem certo, ele me demitiria. De certo modo, naquela noite, eu me senti meio demitido e meio demissionário.

Telefonei a Rogério Marinho, dizendo que pensava em me demitir. Rogério me apoiou. Falei também depois com Fernando de Barros, Estanislau, dona Zélia e Henrique Brandão Cavalcanti (este está com um problema parecido). Depois, Rogério me telefonou, sugerindo que eu conduzisse a conversa normalmente, sem me precipitar no pedido de demissão, para não dar a impressão de querer abandonar o ministro pouco antes do fim do Governo que termina em 31 de março. Realmente, essa seria uma questão de devida lealdade.

De manhã cedo, estive no Ministério com o ministro Mario Andreazza. Ele me recebeu muito cordialmente. Repeti novamente a ele que a reunião do Conama se realizaria na Sema, para não haver implicações em relação ao Ministério do Interior. Ele gostou da ideia. Disse-lhe que as moções que seriam votadas eram respeitosas e de elevado teor, não implicando obrigações para ninguém. Com tudo isso, o ministro se acalmou.

24 outubro 1984

Um dia histórico para o conservacionismo brasileiro

Dona Zélia (minha secretária) não conseguiu, a tempo, um ônibus, mas os participantes do Conama, em vários carros, seguiram para a Sema, em cujo auditório fizemos a reunião que se desenrolou num ambiente tenso, com alguma agitação, mas sem qualquer atitude descontrolada. Desde logo, ficou bem clara a presença de opositores a nossa orientação Sema-Estados. Eram os representantes do Ministério da Indústria e Comércio (CDI) e o secretário geral do Ministério da Saúde, respectivamente, Estevam Anselmo e Lima Abreu. Depois das votações, eles fizeram um "protesto contra a condução dos trabalhos"; eu lhes respondi que isso constaria em ata. Tenho alguma experiência que indica que essa declaração desarma, em parte, os opositores. Em seguida, eles se retiraram, com muita surpresa de minha parte, pois procurei conduzir os trabalhos dentro do regimento. Todos falaram e votaram livremente. Esses dois conselheiros, juntamente com os representantes dos Ministérios da Agricultura, da Marinha, do Planejamento (Seplan) e da Confederação Nacional da Indústria (este saiu logo para viajar), formaram uma "bancada" de seis membros contra 19 conselheiros da "bancada conservacionista". Foram aprovadas duas moções: uma defendendo a autonomia dos Estados em relação aos agrotóxicos e solicitando que a competência do Conama, em relação ao assunto, não seja diminuída. Outra moção, apresentada pelo representante da Confederação dos Trabalhadores, pediu ao presidente Figueiredo a retirada do regime de urgência na discussão do projeto (de lei) dos agrotóxicos. Ambas as moções foram aprovada por mais de dois terços dos votos. Foi um dia decisivo na história do conservacionismo brasileiro. Pela 1ª vez um Conselho Federal oficial se reuniu livremente e se pronunciou, de modo correto e educado, contra uma iniciativa do Governo.

Firmeza e serenidade

31 outubro 1984

Luiz Carlos Ferreira disse-me ter sido procurado por Leuderitz, da Seplan-MA (Ministério da Agricultura), que lhe afirmou não ter dito nada de ofensivo contra mim, inclusive, quer se encontrar comigo. Disse ao Luiz Carlos que não guardo mágoa ou rancor de ninguém. O Leuderitz teria dito, segundo foi publicado, que eu usei de má-fé ao criticar o Projeto de Lei dos Agrotóxicos. Tudo isso parece mostrar que está dando certo minha política de firmeza e serenidade, apesar das críticas recebidas. Essas críticas, aliás, foram mínimas comparadas com o amplo apoio dos conservacionistas.

Uma vitória espetacular

19 novembro 1984

PARIS, FRANÇA – Falei (por telefone) com Estanislau e Dona Zélia, na Sema. O presidente Figueiredo retirou do Congresso o Projeto (de Lei) dos Agrotóxicos, dizendo que deveria ser melhor estudado. Para mim e para o movimento conservacionista, foi uma vitória espetacular. O presidente Figueiredo, silenciosamente, tem apoiado grandes causas ambientais e salvou as boas normas ambientais. A maior das vitórias foi aprovar a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, apenas com dois vetos com os quais concordei. Ele rejeitou os 11 outros pedidos de veto também apresentados pela CNI e com os quais não concordei. Salvou, assim, o projeto básico essencial para a defesa do Meio Ambiente (Lei 6938/81).

P.S. 2009: Depois discutimos longamente com a CNI a regulamentação da lei aprovada, que hoje é amplamente aceita.

Ministério da Agricultura proíbe organoclorados

3 setembro 1985

O ministro da Agricultura Pedro Simon proibiu o uso de agrotóxicos organoclorados, com apenas algumas exceções. Foi uma corajosa atitude, uma grande vitória numa velha luta. Para nós ambientalistas foi uma alegria e grande satisfação.

Instrumentos de Ação e Defesa
Mais poder para promotores públicos

24 julho 1985

A nota principal foi uma discussão em torno do projeto de lei já aprovado pelo Congresso e que está na Presidência para ser vetado ou sancionado. Hoje é o último dia para vetá-lo. Trata-se de projeto que amplia muito a atuação dos promotores públicos na defesa ambiental e dá às associações privadas o direito de ingressar em juízo para esse fim. É uma proposição importantíssima para o Meio Ambiente. Foi aprovada uma resolução para que o presidente da República sancione o projeto, por 42 votos a favor, uma abstenção e um voto contra. Este foi dado por Horacio Cherkasski, representante da indústria, que defendeu publicamente o seu ponto de vista.

Um escudo para exceções abusivas

12 setembro 1985

Sobre o caso Norfêtil, jazida de fosfato em Paulista (PE), Atila (Godói, secretário geral do Ministério do Interior) aprovou a minha ideia de se propor uma nova legislação que deixe a critério do Conama as exceções à legislação sobre áreas de preservação permanente. O Conama é um órgão coletivo – Conselho Nacional do Meio Ambiente – e certamente poderá resistir melhor que a Sema a pressões indevidas. Penso, principalmente, no tempo em que eu não estiver mais aqui. O que não se pode é

fazer a Sema contrariar a lei, como alguns pretendem, permitindo derrubar uma floresta em área metropolitana, como a Norfêtil quer, com o agravante de que a população local é contra essa mineração. A Prefeitura de Paulista em Pernambuco e a Câmara dos Vereadores desaprovam o plano da Norfêtil.

Estudo de Impacto Ambiental, um marco

Após o almoço, as coisas começaram a fluir melhor (na reunião do Conama) e finalmente foi aprovada a Resolução referente ao Estudo de Impacto Ambiental. Esses estudos passaram a ser obrigatórios em muitos casos. Essa Resolução evitará no futuro inúmeros problemas ambientais. Será um dos marcos na história do conservacionismo brasileiro.

Unidos, ambientalistas aprovam fiscalização "pro honore"

Hoje, das 9h30 da manhã às 19h30 da noite, com intervalo para almoço, participei da reunião do Conama. Discutimos intensamente um substitutivo para a Lei de Política Florestal da Amazônia.

Apresentei umas 12 emendas. A primeira mudava o nome do Projeto para Lei da Defesa Ecológica da Amazônia, mas foi derrotada. Foi uma pena, pois o projeto tem como base o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia. Com o nome florestal no título, a execução da lei vai acabar sendo absorvida pelo IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), ao invés de ficar sob o controle da Sema.

Contudo, acredito que mais da metade de minhas emendas foram aprovadas. A reunião decorreu num ambiente de cordialidade. Foi a primeira vez, após a minha saída da Sema, que retornei ao edifício do MDU (Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente). Fui muito bem recebido pelos colegas do Conama e pelos funcionários da Sema.

Uma das questões mais discutidas foi a minha proposta de autorizar o credenciamento de pessoas interessadas no Meio Ambiente para fiscalizar "pro honore" (sem remuneração) as áreas ambientais. Houve um empate de seis a seis, desempatado a favor de minha proposta pelo (secretário da Sema) Roberto Messias Franco, que presidia a reunião.

A reunião mostrou que a área ambiental pode se unir em torno dos objetivos que tem em comum. O clima da reunião foi bastante cordial.

Compensação é diferente de indenização

CAMPO GRANDE, MS – No I Simpósio Internacional de Legislação de Proteção à Fauna, apresentei a sugestão de que a compensação de danos ecológicos deve constar nos Rimas (Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente). Quando forem destruídas áreas naturais, o responsável pelo projeto deve entregar ao Poder Público áreas equivalentes, para a instalação ali de estações ecológicas. Essa ideia foi razoavelmente bem aceita. Expliquei que hoje as empresas que implantam hidrelétricas, mineradoras etc. destroem áreas naturais sem cuidar de compensação ecológica. Não basta indenizar os proprietários, na desapropriação. O dano ecológico é distinto da indenização a terceiros prevista na legislação.

23 janeiro 1986

P.S. 2009: A representante Yara Verocai, da FEEMA (órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro) foi a principal promotora e autora da Resolução, que teve meu firme apoio e colaboração.

11 março 1987

20 agosto 1987

P.S. 2009: O que propus referente à compensação ecológica foi mais tarde aprovado, com modificações, pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº. 9985/2000).

29 outubro 1987

Resolução implanta compensação ecológica

De manhã, fui a uma reunião da Câmara Técnica de Recursos Hídricos do Conama. Minha proposta foi discutida para que todas as novas grandes hidroelétricas sejam obrigadas a implantar e operar estações ecológicas. A princípio, a maioria dos membros da Câmara Técnica estava claramente contra a minha proposta. O presidente da Câmara, diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, fez uma tenaz oposição, dizendo que a Resolução proposta iria encarecer os custos da eletricidade. Argumentei que seriam gastos muito pequenos em relação ao valor da obra e que as usinas de Itaipu e Tucuruí já haviam feito tal desembolso de recursos para essa finalidade, embora a meu ver sem a mesma eficiência que uma Estação Ecológica permite. Citei especificamente o caso de Itaipu, que gastou enormes quantias para adquirir uma faixa de uns 150 metros de largura numa extensão de 1.800 km, junto à represa. Muito melhor teria sido adquirir blocos de matas remanescentes e fazer lá estações ecológicas.

Aos poucos, minha argumentação desfez dúvidas e mudou a opinião do pessoal da Câmara Técnica. O golpe final, na resistência do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), veio quando o Assessor Ben Hur Batalha, do ministro Aureliano Chaves (Minas e Energia), declarou que o ministro era favorável à minha proposta, confirmando o que eu já havia dito.

A Câmara Técnica não somente aprovou a proposta mas a aperfeiçoou e estendeu muito o seu alcance. A obrigação de implantar e manter estações ecológicas foi estendida a todos os grandes empreendimentos e não apenas às hidroelétricas. (...)

Foi uma das vitórias mais gratificantes e importantes nas minhas lutas conservacionistas.

3 dezembro 1987

Retumbante e contundente

Tive uma retumbante vitória com a aprovação do meu projeto, de Resolução do Conama, melhorado pela Câmara Técnica, sobre a indenização dos danos ecológicos causados pelos grandes empreendimentos, principalmente hidroelétricas. O projeto original se referia a hidroelétricas. O dano será compensado pela instalação de estações ecológicas e sua manutenção, o que será feito pelo responsável pelo dano (alagamento de florestas etc.). O diretor do DNAEE, engenheiro Goki Tsusuki levou lá o seu consultor jurídico, que procurou arrasar com o projeto, dizendo que nós estávamos impondo multas indevidas e que o dano ecológico só se configura depois de efetivamente ocorrido. Respondi que nosso projeto de Resolução não se referia a multas, mas a obrigações que os responsáveis por danos ecológicos devem assumir. Além disso, afirmei que não podia conceber que uma represa fosse construída para ficar sem água. No momento em que fossem represadas águas, estas inevitavelmente matariam as florestas ali existentes, por afogamento. Portanto, o dano ecológico não somente seria previsível, como inevitável. Fiquei emocionado mas firme, fluente e contundente na minha argumentação. Senti que estava num dia de fala boa e fácil. Recebi o apoio expresso do secretário (do Meio Ambiente de São Paulo) Jorge Wilhelm, do comandante Lucimar Luciano de Oliveira e outros. Na hora da votação vencemos integralmente por 22 ou 23 votos contra dois.

Regulamentação de ARIEs e mutirões fiscais

Duas Resoluções que apresentei e que foram melhoradas pela Câmara Técnica de Flora e Fauna, em reunião da qual participei, foram aprovadas pelo Conselho com pequenas modificações. A Resolução regulamentando as ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico) foi aprovada sem modificações. Aliás, eu me esqueci de sugerir uma melhor redação para um acréscimo feito pela Câmara Técnica, sobre o zoneamento das ARIEs. A outra Resolução aprovada, prevendo a existência de Mutirões Ambientais fiscalizadores, sofreu emendas, que aliás a aperfeiçoaram. Para mim foi uma boa surpresa essa aprovação, pois esperava muita oposição das entidades oficiais. Fui várias vezes à tribuna para esclarecer certos pontos e com isso a oposição praticamente desapareceu. O Comandante Lucimar, representante da Marinha, também ajudou muito, defendendo a Resolução.

“Atitude indébita” revela desconhecimento da lei

O assunto mais polêmico da reunião do Conama foi tratado no final da mesma. Foram gerais as queixas, nas conversas, e algumas até da tribuna, contra o fato de que o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano continua atrasando a assinatura e conseqüentemente a publicação das Resoluções do Conama. Como resultado dessa situação absurda, esse Ministério está exercendo um veto “de fato”.

A Consultoria Jurídica do Ministério devolveu ao Conama, com uma eliminação do termo “Reservas Particulares”, o projeto de Resolução baseado em proposta minha sobre os “Mutirões Ambientais”. Ao fazer isso, revelaram desconhecer o que sejam as Reservas Ecológicas Particulares. Eles não conhecem bem a legislação ambiental, o que é lamentável. O plenário não aceitou essa atitude indébita, tanto mais que o documento veio sem assinatura. Um requerimento com 19 assinaturas, entre as quais a minha (ressalvando o direito de emendar), propôs estabelecer prazos e limites para um reexame de Resoluções aprovadas. Isso será examinado na próxima reunião do Conama.

Apoio unânime a regras para ARIEs e APAs

Durante a reunião, falei sobre 3 projetos de Resolução do Conama, que, aliás, se originaram de propostas minhas. Consegui que as ARIEs sejam consideradas unidades de conservação. Regulamentamos as APAs, com pequenos aperfeiçoamentos em relação ao projeto original. (...)

A terceira foi sobre Amianto, obrigando os produtores de peças que contém esse material a colocar nas peças um aviso de advertência sobre o perigo que oferecem.

Quanto às APAs e ÁRIES, a votação foi unânime, de apoio às minhas propostas.

EIA–Rima na Reforma Agrária e cargas perigosas

A reunião do Conama foi longa, pois começou às 10h30 e, às 19h ainda prosseguia, quando tive que me retirar para pegar o avião das 20h50. Durante esse tempo, com intervalo para o almoço,

16 março 1988

P.S. 2009: Essas aprovações não tiveram, pelo que sei, conseqüências práticas maiores. As ONGs e mesmo o poder público civil em geral não se interessam em correr o risco eventual de travar luta contra contraventores que poderiam estar armados. Hoje, a ação fiscalizada mais perigosa é realizada principalmente pelo Ibama e pelas Polícias Ambientais das Polícias Militares Estaduais e pela Polícia Federal.

15 junho 1988

14 dezembro 1988

11 dezembro 1997

examinamos a Resolução sobre o Licenciamento Ambiental, dizendo o que deve ser feito em nível federal, estadual e municipal. O assunto é muito complexo. Votei principalmente no sentido de reforçar a ação dos Estados. Algumas vezes vencemos e outras vezes perdemos as votações artigo por artigo. Por apenas um voto de diferença, obrigamos os projetos da Reforma Agrária a terem Estudos de Impacto Ambiental. Tive ocasião de dizer, na tribuna, que isso melhoraria a qualidade desses projetos. Existe o perigo de não cumprirem as leis ambientais e florestais e não podemos concordar com isso.

O representante do Ministério dos Transportes teve a cara de pau de propor que os transportes de cargas perigosas ficassem isentos de Estudos de Impacto Ambiental e de Licença Ambiental, apesar do enorme perigo que esses transportes representam. A derrota da proposta dele foi saudada com uma salva de palmas!!!

EIA–Rima para projetos de mineração

29 novembro 2005

(...) De um modo geral foi aprovado que sempre que houver um “impacto ambiental” considerável, negativo, deverá haver um EIA–Rima, ou seja, um estudo de impacto ambiental. Isso se refere principalmente a Projetos de Mineração. Por outro lado, se o impacto ambiental for baixo, não haverá necessidade de “estudo de impacto ambiental”. É o caso, por exemplo, da grande maioria das pesquisas minerais. Tudo isso parece simples e claro, mas na realidade foram debatidos numerosos casos concretos, num sentido ou noutro.

Indústria tenta reduzir compensação ambiental

17 março 2006

Trabalhamos intensamente, o dia todo, praticamente sem almoço, na votação da resolução do Conama sobre as compensações ambientais. O embate entre o movimento ambientalista, juntamente com os Estados, contra a CNI (Confederação Nacional da Indústria) foi constante. Quase sempre a CNI foi derrotada, embora em quase todos os casos as divergências tenham sido pequenas. Em linhas gerais a CNI compreendeu a necessidade de haver uma boa legislação ambiental.

As discussões foram muito complexas e cansativas. Uma das principais matérias debatidas foi sobre a tese defendida por Mauricio Lobo (RJ), de que os custos ambientais normais integram os custos totais dos empreendimentos, não podendo ser descontados da Compensação Ambiental. As emendas e propostas da CNI visaram principalmente diminuir o custo das Compensações Ambientais. Isso é compreensível, mas nós ambientalistas precisamos desses recursos para salvarguardar e desenvolver as Unidades de Conservação. A CNI foi apoiada pelo Ministério dos Transportes e outros Ministérios, pois estes terão que pagar também Compensações Ambientais.

Um Conselho para o respeitável público
Atribuições, representatividade e regimento do novo Conama

10 janeiro 1989

Às 9h10 cheguei ao Conselho de Defesa Nacional, para a reunião do GT3–B. Começamos pela discussão do Conama. Primeiro definimos alguns pontos básicos. Houve concordância em que, na área federal, os órgãos representados devem ser os que têm maior interesse no assunto ambiental. (...)

Houve depois discussões sobre o grau de competência do Conama. Em princípio, todos concordaram que essa competência deve ficar restringida ao atacado, deixando de fora o varejo. Concordamos com (algumas) diretrizes principais:

- A – O Conama é órgão assessor do Presidente da República.
- B – O Conama deve estabelecer normas e critérios gerais.
- C – O Conama deverá arbitrar eventuais conflitos de jurisdição entre entidades do poder público em matéria ambiental e de recursos naturais.
- D – Opinar sobre os aspectos ambientais envolvidos nas políticas, planos e programas nacionais de desenvolvimento.
- E – Criar câmaras técnicas e designar os seus membros.

Em relação à composição do Conama, resolveu-se que todas as matérias passariam pela apreciação das Câmaras Técnicas, nas quais estarão representados órgãos e entidades setoriais do Governo Federal, vinculados ao assunto, entidades representativas do setor produtivo privado, Estado, entidades não governamentais ambientalistas e técnicos de reconhecido saber. Foi aprovado também, por sugestão minha, que as três Confederações Trabalhistas e as três Confederações empresariais escolherão quatro entidades de cada um desses dois setores para representá-las no Conama. Além disso, haverá um representante de cada Estado e do DF, e os secretários-gerais dos Ministérios ligados ao setor ambiental–recursos naturais, ou substituto por ele indicado.

Haverá no Conama uma Secretaria Executiva. O ministro-presidente, sempre que julgar conveniente, poderá pedir o reexame da matéria. As Resoluções aprovadas pelo Conama serão submetidas à aprovação do seu presidente. A Área Administrativa e Financeira do Conama será proporcionada pelo Ministério a que se vincular. Caberá às Câmaras Técnicas a análise detalhada dos projetos de Resolução a serem submetidos ao plenário do Conama.

Hoje, as minhas principais contribuições foram incluir na competência do Conama a elaboração de normas ambientais de caráter relevante, e não apenas as normas gerais ambientais, como estava no projeto. Além disso, incluí artigo onde foi estabelecido que o presidente do Conama poderá submeter as resoluções à aprovação do presidente da República: em certos casos essa aprovação reforçará muito as resoluções do Conama. Nos assuntos mais polêmicos, a decisão do presidente da República será suprema, o que evitará crises enormes se não houver um caminho para a solução das mesmas. Foram muito sérias as crises (em 1988) oriundas do conflito entre o Conama e o ministro. Quase destruíram o Conama, que ficou sete ou oito meses sem se reunir.

Conflito indesejado

(...) Afinal, à tarde, lá pelas 17h, foi apresentada uma moção contra o ministro João Alves, do Interior. Era um voto de censura, por não ter convocado antes o Conama e não ter assinado as últimas Resoluções. Hesitei antes de apor a minha assinatura, pois achei os termos demasiado duros. Porém, acabei assinando, pois o fato de o Conama não ter sido consultado antes realmente merecia um reparo.

O ministro do Interior João Alves, que tem presidido as reuniões, fez um apelo especial para que os signatários retirassem a moção proposta, dizendo que ninguém lhe havia dado para assinar as

20 janeiro 1989

3 abril 1989

P.S. 2009: Tive um bom relacionamento pessoal com João Alves, que depois foi Governador de Sergipe.

Resoluções já aprovadas. Além disso, para o Brasil seria mais um confronto. Como o ministro João Alves merece uma consideração muito grande pela importância que tem atribuído ao Conama, o autor da proposta, Ricardo Braga (PE), transformou-a em simples mensagem ao ministro ou algo parecido. Eu já estava a ponto de sugerir isso, pois realmente o ministro João Alves merece nossa consideração pela sua boa vontade. Além disso, o atraso na consulta ao Conama talvez não tenha partido dele.

Terminada a reunião, procurei, junto à mesa diretora, o ministro João Alves e lhe disse que nenhum de nós desejou um confronto e que a sua atuação no Conama era apreciada.

Desgaste inútil entre o superior e o inferior

De manhã, fui à reunião do Conama, no Ministério do Interior. Começou com atraso, pois muitos faltaram. Houve várias exposições feitas pelos relatores do Programa Nossa Natureza. A apresentação foi boa, mas, apesar disso, os conselheiros do Conama não apreciaram, pois uma das propostas visa criar um Conselho Superior do Meio Ambiente, presidido pelo presidente da República e composto por ministros e conservacionistas graduados. O Conama vai ser mantido, mas, evidentemente, como disse Fernanda Colagrossi, se um dos Conselhos é superior, o outro será inferior.

Durante o almoço, junto com Fernanda Colagrossi, Jorge Wilhelm e Joviniano, estivemos no Restaurante Florentino, um dos melhores de Brasília, a convite pessoal do representante da CNI, conforme ele nos disse. Durante o almoço, chegamos logo à conclusão óbvia, embora deprimente, que estávamos diante de um fato consumado: o Conama desceu de status e a decisão já foi tomada.

O Conselho e a Lei do Meio Ambiente em risco

Às 15h fui à Secretaria de Defesa Nacional, para falar com o coronel Da Silva, sobre a nova legislação que está sendo proposta pelo Programa Nossa Natureza, (instituído pelo presidente Sarney e) coordenado por ele. Eu tinha uma série de sugestões a fazer. Essa legislação projetada será apresentada ao Conama quando eu estiver fora, viajando. Depois, irá ao Congresso. Minha intenção era olhar esses projetos aperfeiçoados desde o início, evitando erros a meu ver sérios, que talvez pudessem passar. Mais vale prevenir.

Com certa surpresa para mim, a reunião foi expandida. O coronel da Silva chamou, para participarem da reunião, o engenheiro Florestal Antonio José, ex-presidente do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), e um coronel Expliquei que seria um erro sério revogar a Lei 6.938-81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Se fizerem isso, ficaremos sem multas ambientais no plano federal e sem um sistema comum de licenciamento ambiental. Se isso acontecer, haveria inúmeros abusos, com alguns Estados abrindo mão das licenças, para assim atrair indústrias. Felizmente eles concordaram comigo, e já haviam percebido isso, retirando do Projeto a revogação da Lei. Outro inconveniente da revogação: o Governo Federal não poderia suspender ou fechar empresas contraventoras quando isso fosse necessário. (...)

Disse aos presentes que discordava deles no que se refere à criação de um Conselho Superior do Meio Ambiente no nível ministerial. Do meu ponto de vista, o Conama deveria permanecer, embora com modificações. Deveria ser presidido pelo presidente da República, mesmo que isso fosse

apenas simbólico, pela falta de tempo dele. O presidente teria o poder legal de veto, que aliás é próprio do seu cargo e que ele exerce até em relação ao Congresso. Com isso não haveria mais o desastrosos conflito Executivo versus Conama como, às vezes, tem acontecido, ameaçando a existência desse Conselho. Contudo, o coronel Da Silva e os outros não abriram mão de seu ponto de vista, exceto no que se refere à ausência, que estranhei, do Ministério da Cultura entre os membros do projetado Conselho Superior. Dessa maneira, mandaram incluir esse Ministério.

A meu ver, esse Conselho Superior não tem a menor chance de ser aprovado pelo Congresso e menos ainda de ser apoiado pelo Conama. Vai ser um desgaste inútil do Programa Nossa Natureza. (...)

Durante a conversa, um dos colaboradores do coronel Da Silva tomava nota por escrito das minhas sugestões. Creio que minha iniciativa foi bem compreendida e bem-sucedida, exceto no que se refere ao Conselho Superior.

À noite, em casa, continuei trabalhando no subcapítulo (do projetado livro "Ecossistemas Terrestres e Mudanças Climáticas") sobre paleoclimas do Quaternário Superior Australiano.

Representação das ONGs

Outro assunto que tomou muito tempo foi a discussão sobre a maneira de eleger os representantes das entidades ambientais que participam do Conama. Isso será feito por regiões a partir de um cadastro de entidades ambientalistas, que ficará a cargo do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). Apresentei uma emenda para que o "Colégio Eleitoral" fosse constituído por entidades com mais de dois anos de registro no Registro Civil. Do contrário, às vésperas da eleição, muitas organizações "fantasmas" poderiam se registrar no cadastro apenas para votar neste ou naquele candidato. A minha proposta foi aprovada pelo plenário do Conama.

Prazo para registrar ONGs e despedida

Foi encurtado, para um ano, do registro no Conama de organizações não governamentais com direito a voto nas eleições para os representantes das ONGs das regiões no Conama. Pedi a palavra e expliquei que não haver prazo, como queriam, seria proliferar associações fantasmas nas vésperas das eleições. O prazo de um ano é bem razoável.

No final, em nome da Fernanda Colagrossi e meu, apresentei despedidas ao Conama, pois terminou nosso mandato.

Reforma fortalece Parlamento ambiental

Retornei ao Conama, o que me deu muita satisfação. A apresentação do Projeto "Repensando o Conama" foi realizada por Jair Sarmiento da Silva, secretário executivo do Conama. As reformas a serem feitas vão reforçar o Conama, no seu papel de Parlamento Ambiental. Quando o Programa começou, temi pelo pior, pois no passado houve várias tentativas para enfraquecê-lo. Felizmente, agora, ele será fortalecido. Hoje, as preocupações giraram em torno do número de membros que

P.S. 2009: Mais tarde foi aprovado o Conselho Superior do Meio Ambiente, constituído principalmente por ministros. Contudo, ele não foi e nunca será convocado, pois não interessa ao Poder Executivo Federal jogar esse Conselho contra o Conama. Seria um escândalo com repercussões internacionais. Se for necessário reformular uma Resolução do Conama, bastará fazer nova Resolução ou com competência elaborar devidamente um Decreto Presidencial ou propor uma Medida Provisória ao Congresso, pois são prerrogativas da Presidência da República (via Casa Civil).

15 junho 1989

5 dezembro 1991

11 novembre 1999

P.S. 2009: Hoje todos os Estados participam plenamente.

30 março 2000

o Conama deve ter. Ao que parece essa questão foi considerada secundária pela maioria dos que falaram sobre o assunto. Atualmente, há 72 membros. Uma das melhores propostas reduziria o número para 50. Contudo, em cada sessão somente tomariam parte nas votações metade dos Estados (14), Entidades Federais (28), Municípios (6) e a Sociedade Civil (20).

Quando pedi a palavra, sugeri manter todos os Estados, mas somente teriam direito a voto os que tivessem Secretarias de Meio Ambiente. Isso incentivaria todos os Estados a criar tais secretarias.

"Assim é a democracia, homenagens à parte"

De manhã, houve uma reunião no auditório do Ibama sobre o Projeto do Novo Regimento do Conama. O Projeto está bom, mas houve alguns pontos onde foi possível aperfeiçoá-lo.

Com surpresa geral, graças à ação firme da bancada dos Estados (Abema – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente), o número de conselheiros aumentou de 72 para 92. Aumentou também o número de representantes do setor empresarial e de outras áreas, mantendo-se estável a representação estadual, coisa que me parece muito importante. Os fatos do dia-a-dia dos cidadãos ocorrem principalmente nos Estados e Municípios. Os Municípios aumentaram sua representação. Esse número elevado (92), a meu ver, é compatível com a eficiência do Conama, graças à atuação das Câmaras Técnicas.

Propus que a qualquer momento possam ser convocadas reuniões extraordinárias, e não apenas a cada dois anos, para reformar o Regimento. Isso foi aprovado. Propus, depois, um pedido de Ronaldo Lucas Braini, para que o plenário do Conama possa ter conselheiros convidados, ao invés de convidados permanentes. Também a pedido de Ronaldo, solicitei que a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, pela sua importância e pelo fato de que há seis anos comparece às reuniões do Conama, fosse uma das entidades "convidadas conselheiras". A primeira proposta foi aprovada e a segunda foi derrotada. Ao que parece o Renato Cunha, líder ambientalista baiano, foi contra, entendendo que os conselheiros convidados devem sempre pertencer a instituições oficiais ou oficiosas. Discordo desse critério.

Para mim essa derrota foi uma total surpresa, pois no início do debate houve em relação a mim um apoio inesperado dos conselheiros. O presidente da reunião, João Sarmiento da Silva, de modo inusitado, resolveu começar a votação das emendas pelas que apresentei como uma homenagem à minha pessoa. Um dos presentes estranhou, sem saber de quem se tratava. Foi contrariado (contraditado) por muitos dos presentes. Ao saber que se tratava de mim, também se associou à homenagem.

O episódio foi realmente inesperado, surpreendente e muito honroso, mas não impediu que uma das minhas propostas fosse derrotada. Assim é a democracia, e assim deve ser. Cada um vota com toda a liberdade, homenagens à parte.

As emendas ao Regimento Interno do Conama foram relativamente poucas. Penso que esse Regimento reforçaria a ação e a credibilidade do Conama.

Direito de defesa aos infratores

No final da reunião, pedi a palavra e disse que a votação de multas, em última instância administrativa feita pelo Conama, precisa ser melhorada. Para mim causa grande desconforto ter, antes da votação, conhecimento apenas do Parecer da Câmara de Assuntos Jurídicos. É preciso ter também um resumo das alegações da parte contrária. Decidir apenas com o parecer de uma das partes (do Governo ou de uma Comissão Jurídica) não pode ser aceito. Parece que os presentes gostaram da minha opinião. A Eleonora, Secretária do Conama, disse que vai providenciar cópia também de resumo da parte vencida em reunião anterior.

Um assento para a Silvicultura

De manhã, prosseguiu a reunião do Conama. Foram discutidas algumas moções. Depois, passamos a estudar a proposta de revisão do Regimento do Conselho. Quase sempre foram pequenas mudanças de redação, aprovadas sem problemas. Contudo, uma questão provocou muitos debates. Tratava-se da aprovação da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), cujo nome não está no Decreto que traçou as linhas gerais do Conama. O promotor Hermann Benjamin fez um discurso contra, alegando que não se trata de uma grande Confederação. Pedi a palavra e disse que discor-dava do critério de somente aceitar representantes provenientes de Confederações ou Federações. Outros oradores também falaram a favor da Sociedade Brasileira de Silvicultura. No fim, a inclusão dessa entidade no Conama foi aprovada.

Fortalecimento institucional na Conferência do Meio Ambiente

De manhã começou, no auditório do Ibama, a Reunião Extraordinária do Conama. A sessão do pe-ríodo da manhã foi dedicada ao exame da proposta de realizar a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, em novembro deste ano. A princípio, esse prazo foi considerado muito curto. Contudo, o secretário executivo Cláudio Langone mostrou que a prorrogação do prazo não seria exequível, pois o próximo ano, com as eleições nas Prefeituras, será um ano eleitoral. Várias perguntas e sugestões foram feitas.

Pedi a palavra. Disse que a Conferência merecia nosso apoio. Considerei boa a participação em tor-no do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente). É necessário, a meu ver, reforçar a base do Sisnama. A ocasião poderia ser aproveitada para constituir novos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e também novos Conselhos de Gestão de Unidades de Conservação.

No início da reunião, a Ministra Marina Silva, fez um discurso a favor da realização da Conferência Ambiental Nacional.

(...) O secretário executivo Cláudio Langone explicou os quase 40 programas do Ministério do Meio Ambiente. Por ocasião dos debates e sugestões, falei ser importante completar a regulamentação do Snuc (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Sem isso, não poderão funcionar os Conselhos das Unidades de Conservação previstos na Lei do Snuc.

5 julho 2002

5 dezembro 2002

29 maio 2003

P.S. 2009: Essa regulamen-tação foi feita ainda.

Quorum para votações

12 julho 2004

Fomos ao Ministério do Meio Ambiente. Conversei com o João Batista Monsã e com a Muriel Saragoussi, a propósito de uma sugestão minha sobre a presença mínima no Conama, o grave problema da falta de quórum. Sugeri que o Conama se reúna quando houver quórum. Depois, quem sair e não aparecer nas votações seria considerado como abstenção. Quem se retira está, na realidade, se abstendo. A Muriel não gostou muito da proposta, mas não vejo outra saída. Às vezes, o pessoal dos Estados vem a Brasília com passagem paga pelo Estado respectivo ou pelo Conama, assiste a alguns debates e, muitas vezes, em seguida, se retira para tratar de outros assuntos Brasileira Capital Federal. E não retorna mais. Essa é uma situação que não pode continuar dessa maneira.

Amianto, Chumbeiros, Furanos & Dioxinas

Portaria da Sema previne contra o amianto

14 fevereiro 1986

Hoje, assinei uma portaria obrigando fabricantes e revendedores de produtos feitos com amianto ou asbestos a escreverem nos mesmos ou colarem etiquetas alertando sobre o perigo de respirar a sua poeira. Também deverá haver cartazes de alerta.

Não sei se permanecerei ou não na Sema, de modo que resolvi baixar essa Portaria agora, sem esperar pela Comissão designada pelo Conama. Esse foi um ato muito importante, dos que terão maior efeito para salvar vidas humanas ameaçadas pela ignorância dos perigos, causados pela poeira de amianto ou asbesto.

Regulamentação da Rotulagem

4 abril 1986

Durante a manhã, na Sema, esteve reunida com a Comissão do Asbestos (amianto) do Conama. O engenheiro Ferrantini representou a Abra (Associação Brasileira do Amianto). O secretário da Segurança e Medicina do Trabalho, Ryani, teve boa participação e muito nos apoiou. Discutiu-se a aplicação da Portaria da Sema sobre a rotulagem dos produtos de amianto avisando do perigo de respirar a poeira desse material. Surpreendentemente, as palavras que usei para esses rótulos foram aprovadas por todos e estão de acordo com as normas de nomenclatura do Ministério do Trabalho.

Advertência obrigatória no comércio

17 junho 1987

Hoje, passei o dia na reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Ao começar a ordem do dia das proposições, solicitei que fosse examinada, em caráter de urgência, minha proposta obrigando os que vendem objetos que contêm amianto ou asbesto a colocar nos mesmos advertências bem visíveis. O ministro Deni Schwartz, que estava na Presidência da reunião, acolheu o meu pedido depois de submetê-lo a votos. Venci por 21 a 17.

16 settembre 1987

O meu projeto sobre os dizeres de aviso, referentes aos objetos que contêm amianto ou asbestos, foi melhorado pela Câmara Técnica e recebeu também complementos de minha autoria, isto é, usar a língua oficial do país que vai receber o objeto; e a redução do prazo de impressão dos avisos para 3 meses (o projeto previa seis). Cleverson Andreolli, do Paraná, propôs que o comércio tenha 12 meses

para vender os estoques atuais, o que me parece um prazo razoável. Em resumo, o substitutivo ao meu projeto, com esses acréscimos, foi facilmente aprovado e ficou melhor, mais completo.

Descaso pela vida humana

(...) Além disso, contra a opinião do representante dos fabricantes de produtos que contêm amianto ou asbestos, neguei o pedido de maiores prazos para colocar advertências escritas nesses produtos, sobre os perigos da poeira desse material. Foi preciso argumentar com energia, sobre essa questão, dizendo que não podíamos concordar com tamanho descaso pela vida humana, pois já há dois anos havia uma Portaria minha sobre isso, e há 14 meses existia uma Resolução do Conama também sobre a mesma questão. Além disso, muitos fabricantes já estavam atendendo às exigências legais. Só houve três votos contrários à minha posição.

14 dezembro 1988

"Não respire"

Houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb. A Abra (Associação Brasileira da Indústria de Amianto) concordou com os dizeres que propus: "Não respire poeira causada ao cortar ou furar objetos de amianto. A poeira de amianto pode prejudicar seriamente a saúde". Ao contrário do que esperávamos, eles concordaram conosco sem discutir o assunto. Esses dizeres deverão constar em todos os objetos que contêm amianto.

29 maio 1996

Nova condenção ao amianto ou abstenção

De manhã, fui à reunião do Conama, no auditório do Ibama. Com surpresa para mim, o ponto principal da discussão foi um pedido meu feito, há cerca de dois anos atrás, para incluir o asbesto ou amianto como produto perigoso, entre os resíduos da construção civil que forem reaproveitáveis. Esses produtos perigosos requerem cuidados especiais para seu reaproveitamento. A Comissão Técnica que cuida do assunto deu parecer favorável à minha proposta. Contudo, a Confederação Nacional da Indústria fez uma carga severa, contrária. Disseram que o assunto não foi suficientemente estudado e que a aprovação do meu pedido prejudicaria os que trabalham com amianto ou asbesto.

7 julho 2004

No Brasil, esse mineral provém da mina de Canabrava, em Goiás. Disseram também que o produto pode ser controlado nos seus efeitos sobre a saúde. O representante da CNI no Conama chamou vários técnicos que fizeram depoimentos favoráveis ao amianto ou asbesto. Quando terminaram, pedi a palavra. Fui à tribuna e disse, de modo claro e incisivo, que todo o mundo sabe que esse produto é perigoso. Portanto, o não cumprimento de alguma formalidade é muito menos importante que a proteção da saúde humana. Esta é prioritária.

Com alguma preocupação de minha parte, umas dez pessoas se inscreveram para falar. Pensei que muitos seriam ligados à indústria do amianto, pois não os conhecia. Alguns poucos eram conselheiros meus conhecidos. Hoje, o Conama tem 107 membros.

Para minha alegria, um após o outro, quase todos inscritos citaram dados, fatos, acordos internacionais, mostrando a periculosidade do amianto ou asbesto. Um dos depoentes, porém, disse

que o Instituto Brasileiro de Normas e Técnicas, recentemente, não considerou o amianto como perigoso. Ao ouvir isso, o José Cláudio Junqueira Ribeiro, representante de Minas Gerais, foi checar a informação e verificou ser a mesma errônea. Isso desmoralizou a turma pró-amianto. O mais importante, além disso, foram os votos claros e explícitos dos representantes dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, a favor do meu ponto de vista contra o amianto. Um dos oradores melhor informados, contra o amianto, foi o Conselheiro Rodrigo Mendonça do Instituto Vidágua. Seu parecer foi arrasador.

Posta a votar, a Proposta nossa ganhou por 42 ou 43 votos contra nove da CNI e mais algumas abstenções. Os derrotados pediram uma contagem dos conselheiros presentes. Parecia que faltavam um ou dois votos, mas uma recontagem mostrou haver número certo de votantes. Foi aprovada, assim, a Resolução que considera o asbesto ou amianto como resíduo perigoso entre os resíduos da construção civil. Requer, pois, especial cuidado, o que já é uma exigência em muitos países.

Toda energia contra importação de baterias usadas

(...) Depois tratamos de um assunto sobre o qual a última edição da revista Veja criticou severamente o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente. Tratava-se de permitir a importação de baterias usadas, de veículos automotores, para o reaproveitamento do chumbo. Isso é fonte enorme de poluição, pois o interessado, uma firma de Pernambuco, não tem feito o que deveria fazer. Virou um sério caso político e ambiental.

O presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental mentiu descaradamente ao dizer que não havia problemas ambientais nessa reciclagem de chumbo. Disse, também, que a comissão havia preparado, com a aprovação de um membro da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de SP), uma proposta que permitia a importação dessas baterias sob certas condições, até 31 de dezembro deste ano. Depois, vigorará a Convenção Internacional da Basileia, proibindo a exportação e importação de resíduos perigosos. Portanto, em outros países o chumbo e outros materiais são considerados como de alto risco.

Indignado, indignado mesmo, pedi a palavra e desanquei essa proposta, mostrando os gravíssimos perigos que essa reciclagem de chumbo representa principalmente para mulheres grávidas e crianças fora das fábricas vizinhas de lugares onde elas vivem. Disse, com toda energia, que desautorizava o funcionário da Cetesb que trabalhou na Câmara Técnica, pois não era esse o pensamento da instituição. Eu estava bravíssimo por dentro, mas ao mesmo tempo calmo e didático ao falar, por fora. Penso, como já disse, que o ministro foi mal informado. Certamente não foram avaliadas as conseqüências, nesse caso.

Na hora da votação, perdemos. José Pedro tentou reverter o quadro, inutilmente. Havia um choque com pessoas do escalão federal. Muitos devem ter recebido instruções para votar a favor da importação, com base em razões formais superficiais e ilusórias, desconhecendo os graves perigos envolvidos. Foram enganados, inclusive a meu ver o ministro. A proposta vencedora poderia até ser aceita, se a "auditoria independente" proposta fosse realmente independente, mas nem sequer foi dito como ela seria. Para encher de vergonha os que votaram a favor da tal auditoria não especificada, a Greenpeace e outros mostraram, com documentos oficiais, que a importação de baterias velhas já realizada, mas ainda no porto de Suape (em Pernambuco), era ilegal e baseada em declaração falsa que pode prejudicar os que manusearem o produto. Portanto, o importador não merece nenhuma confiança. Foi uma vergonha, esse episódio.

O Conama teve na sua história páginas brilhantes. Hoje, houve um episódio para mim triste e lamentável. Mas a boa luta continua. Penso que o ministro agiu como político, imaginando ter feito uma grande coisa para o seu Estado, sem saber dos sérios perigos dessa atitude. Infelizmente houve técnicos puxa-sacos que deveriam ter atentado melhor para a gravidade da situação, que pode matar gente.

Violação da Convenção de Basileia ameaça vidas humanas

(...) À tarde, discutimos a Convenção de Basileia, sobre o transporte internacional de resíduos tóxicos, entre os países. A convenção proíbe a exportação de resíduos perigosos, pelos países do Primeiro Mundo. O conselheiro Demetris fez uma exposição desanimada sobre a Convenção, terminando por sugerir três possíveis maneiras de contornar a convenção e por dizer que havia também a atitude de não fazer nada. Ele estava claramente preocupado com a possibilidade de o Brasil não poder mais importar baterias elétricas usadas, para retirar o seu chumbo a fim de utilizá-lo aqui.

Essa exposição foi uma ducha inicial de água fria. Contudo, a Marijeane, do Greenpeace, desmontou, um a um, os argumentos e as alternativas (*waivers* etc.) propostos para contornar a situação. O engenheiro químico Trivelato, da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), fez uma brilhante e corajosa exposição mostrando os perigos da poluição causada por chumbo e a grave situação brasileira nesse campo. As nossas melhores indústrias, disse ele, têm nas suas fábricas níveis de poluição por chumbo 10 vezes maiores que os admissíveis!!! Rubens Born também fez críticas.

Pedi a palavra e disse que não podia compreender como o Brasil, tendo assinado a Convenção, procure maneiras de não cumprir o seu espírito e a sua letra (como Marijeane demonstrou)! Como cidadão não podia concordar com isso. Contudo, reconheci que o problema da importação do chumbo é sério. Além disso, como explicou o engenheiro Trivelato, hoje não é econômico refinar (reaproveitar) o chumbo, no Brasil, com a utilização de técnicas adequadas e necessárias. Assim, a meu ver, é necessário combater os chumbeiros clandestinos que fazem uma grande poluição na periferia das cidades. As indústrias boas de refino não podem competir economicamente com os chumbeiros. Assim, é preciso usar contra eles o Código Penal, pois colocam em risco a vida das pessoas. Concluí propondo a nomeação de uma comissão, pelo Conama, para propor medidas para resolver a situação, que é grave, pois coloca em perigo muitas pessoas.

Tratamento térmico de resíduos

Passei a manhã e parte da tarde no auditório do Ibama, na 39ª Reunião Extraordinária do Conama. José Pedro de Oliveira Costa dirigiu a reunião com pulso de ferro, o que impediu atrasos. Na parte da manhã aprovamos uma resolução muito importante, sobre o tratamento térmico de resíduos. Manifestei minha preocupação sobre os índices relativos a furanos (composto orgânico inflamável, tóxico e provavelmente cancerígeno) e dioxinas. Apresentei uma proposta, dizendo que o descumprimento da Resolução pode tornar o infrator incurso na Lei dos Crimes Ambientais, sem prejuízo de outras sanções legais. A minha proposta foi aprovada.

24 setembro 1997

7 agosto 1997

P.S. 2009: Como o ministro é pessoa muito bem considerada, certamente ele não foi bem informado e, dessa maneira, errou. Acredito que ele não conheça as conseqüências que envolvem o reaproveitamento do chumbo.

P.S. 2009: Infelizmente não tive notícias dessa comissão. Parece que minha sugestão não foi aceita. Certa vez, ao regressar de Fortaleza, perto do aeroporto vi um cartaz rústico dizendo: "COMPRO BATERIAS DE CARROS A 10 REAIS". Comuniquei o fato às autoridades ambientais cearense. Elas investigaram e puderam descobrir que se tratava de um chumbeiro.

29 outubro 2002

Em Defesa da Flora
Guseiros exportam floresta nativa

6 novembro 1989

No Ministério da Cultura, redigi a Justificativa e o Projeto de Resolução ao Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), criando uma Câmara Técnica para regulamentar o uso e a produção de carvão vegetal. É preciso pôr um freio na destruição da Amazônia Oriental pelos guseiros. Quem exporta ferro-gusa, como estamos fazendo, exporta floresta nativa. Não é econômico reflorestar para fabricar ferro-gusa, aos preços da ocasião.

Burocracia adia proteção a castanheiras

21 novembro 1989

Ainda não foi aprovada uma proposta minha para obrigar, nos desmatamentos aprovados, a deixar a mata num entorno de 40 metros de raio, tendo como centro as grandes castanheiras da Amazônia. Os técnicos do Ibama, incompreensivelmente, acham ser necessários muitos estudos antes da aprovação de tal medida. É a burocracia que se protege, negando as coisas, enquanto as castanheiras são mortas por falta de um mínimo de proteção. Foi aprovada solicitação para que os técnicos do Ibama apresentem uma proposta concreta na próxima reunião. A de hoje terminou lá pelas 15h.

Turismo até para mendigos nas UCs

30 março 1990

(...) Depois discutimos minha proposta no sentido de abrir as unidades de conservação ao turismo controlado. Foi contestada pelo representante da Bahia.

Várias vezes, expliquei, inutilmente, que as unidades, como as da Bahia, que naquela ocasião ainda não estavam preparadas para o turismo, não precisavam iniciá-lo já. Contudo, deveria ser aceito o princípio de que o pagador de impostos – até os mendigos pagam o Imposto de Circulação de Mercadorias – tem o direito de visitar os bens públicos. Verifiquei que esse princípio, tão lógico e evidente, não foi aceito por alguns, talvez por muitos. No texto do Projeto de Resolução, estava bem claro que somente seria permitido um turismo bem controlado, não predatório, devidamente regulamentado. O fato estava caminhando para um impasse. Nessa ocasião, alguém propôs que esse projeto de Resolução fosse anexado, para estudo, ao Projeto sobre as unidades de conservação. Isso fazia sentido. Concordei. Mais tarde, concluí que essa concordância foi talvez um erro. Teria vencido a votação.

Salvar a Mata Atlântica

18 maio 1992

Após o almoço, na sessão plenária do Conama, a frente ambientalista derrotou os contrários, que eram os Estados de São Paulo, Bahia, Paraná e mais três outros. A vitória foi de aproximadamente 26 a 6, com 9 abstenções. A ação dos Estados foi reforçada, pois eles darão as licenças florestais, mas o Conama poderá decidir em grau de recurso, se não forem respeitadas as normas protetoras federais. Sou profundamente federalista, mas no caso foi necessária uma solução intermediária para salvar a Mata Atlântica de possíveis desmandos. Além disso, era preciso impedir um precedente que poria em perigo a Floresta Amazônica.

Nova lei florestal

(...) Logo depois, participei de uma reunião, da Câmara Técnica do Conama, para debater o grande problema da proposta do relator, Moacir Micheleto, na Câmara dos Deputados sobre o Código Florestal permissivo numa Medida Provisória (as MPs são a atual versão do Decreto-Lei). Tive ocasião de fazer várias sugestões, aprovadas, dando ao Conama a missão de regulamentar a parte técnica da legislação que o Congresso fizer.

Jardins Botânicos rejeitam prêmio

Nova reunião do Conama. Um dos principais assuntos foi a regulamentação dos Jardins Botânicos. Na reunião anterior do Conama pedi vistas do Projeto. Sugeri, com insistência, que os Jardins Botânicos pudessem ser considerados ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico).

Na minha opinião está bem claro que qualquer Jardim Botânico que se preze é uma ARIE. Contudo, a representante (convidada) dos Jardins Botânicos se opôs. O Conselheiro Joels pediu a rejeição de minha proposta, que previa apenas uma possível adesão voluntária dos Jardins Botânicos às ARIEs. Fui derrotado na votação, o que me pareceu um absurdo total e completo. Ser considerado como uma Área de Relevante Interesse Ecológico é um prêmio, uma honraria, para qualquer Jardim Botânico. Mas não foi assim que entenderam!!

Ambiente confuso mantém audiências públicas sobre APPs

De manhã, houve reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Houve algo inexplicável. Ontem, no final da votação sobre o que fazer face à liminar dada pelo Supremo Tribunal Federal, por 46 votos a favor e apenas dois votos contra, venceu a Resolução que manda fazer audiências públicas em cada uma das cinco grandes regiões brasileiras, para explicar e debater o Projeto de Resolução sobre as APPs (Áreas de Proteção Permanente), permitindo usos excepcionais das mesmas quando de necessidade pública e social (por exemplo: na construção de estradas). Contudo, essa Resolução foi anulada quando, na contagem de votos, se constatou não haver quorum. Hoje, o pessoal da Abema (dos Estados), principalmente o representante do Rio de Janeiro, levantou a tese de que, apesar da falta de quorum, o assunto já estava decidido e que não deveria haver nova votação.

É uma coisa incompreensível e contraditória. Durante a noite, não se sabe por que, os Estados mudaram de opinião, na reunião da Abema. De qualquer modo, ficou decidido que, hoje, haveria nova votação, mas que a liminar do Supremo Tribunal Federal seria respeitada. A votação seria apenas para o período em que a liminar deixasse de existir, seja por reconsideração, seja pela votação (do mérito) da matéria no Supremo. Não seria, portanto, um desafio ao Supremo. Feita a nova votação, constatou-se haver quorum e uma ampla maioria a favor das audiências públicas em cada região brasileira. Os únicos votos contrários foram os 20 votos da Abema, que votaram em sentido contrário ao que eles mesmos votaram ontem. A razão dessa mudança não se sabe.

BELO HORIZONTE, BH – Acordei descansado. Fui ao prédio do Crea, onde se realiza a audiência pública do Projeto das APPs (Áreas de Proteção Permanente). Com surpresa para mim, me puseram

15 fevereiro 2000

25 setembro 2003

28 julho 2005

3 outubro 2005

na primeira fila dos participantes, no auditório do Crea. O Gustavo Trindade, dinâmico assessor jurídico do Ministério (do Meio Ambiente), me cedeu sua cadeira, muito amavelmente.

Na parte final dos debates, apareceu no telão a minha emenda ao Projeto, mandando conceder que, nas plantações de florestas nativas para repor APPs, sejam admitidas plantações com 20% de espécies frutíferas de valor comercial. Será um incentivo para o reflorestamento das APPs. Minha proposta recebeu muitos aplausos e nenhuma crítica.

Replantio com árvores frutíferas

21 fevereiro 2006 Finalmente chegou o momento de votar minha emenda permitindo, quando se replanta uma APP (Área de Proteção Permanente), o plantio de árvores frutíferas, misturadas com árvores locais. A Adriana Ramos do ISA propôs que as árvores a serem plantadas sejam nativas, mas depois abriu mão disso. Mas, no final, a palavra nativa prevaleceu.

O Vigold Schäffer, da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, SC), amigo que muito admiro pela sua defesa dos bosques de Araucaria e outras autuações, não é contra o plantio exagerado de exóticas. Isso poderia abrir caminho para o plantio de Pinus e Eucalyptus nas APPs, o que talvez seria admissível, mas apenas em espaçamentos muito extensos, ou seja, que a distância entre uma e outra árvore exótica plantada permita a ampla regeneração da mata nativa. Ele propôs que eu retirasse a minha proposta de emenda, o que não aceitei. Apenas retirei o limite de 20% para os plantios mistos.

Com isso, ou seja, com a palavra “nativa” em relação às espécies a serem plantadas em lugares alterados (pastagens principalmente), vai ser difícil plantar abacates e goiabas, mas haverá, em compensação, uma barreira forte contra o plantio de exóticas madeireiras (Pinus e Eucalyptus) nas APPs.

A minha emenda, com certa surpresa para mim, foi muito bem acolhida, derrotando facilmente os que queriam deixar o assunto para outra Resolução. Era a posição oficial, deixar para outra ocasião, mas graças ao apoio do secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, que presidia a reunião, a minha emenda foi ganhando apoio e prevaleceu. Não foi, porém, nos detalhes, uma vitória fácil.

Fiscalização eletrônica do transporte de toras

14 setembro 2006 A reunião do Conama foi para aprovar os novos planos do Ministério, para a fiscalização eletrônica das licenças de transporte de toras de madeira da Amazônia, para uso no Centro-Sul da Federação Brasileira. Há vários Estados com licenciamento próprio, de modo que há necessidade de um período de transição. Isso é difícil, mas é possível e foi aprovado, após muitas discussões.

Nomes das plantas características da Mata Atlântica

14 fevereiro 2007 De manhã, fui à reunião da Câmara Técnica da Biodiversidade e Florestas, da qual sou o vice-presidente em Exercício. (...)

O motivo da reunião foi o de complementar a Lei sobre a Mata Atlântica. Essa lei deu ao Conama 180 dias para completar a legislação, dizendo quais deveriam ser, em cada Estado abrangido por essa lei, as características dos estágios iniciais, do meio e avançados dessa floresta. Para isso, os Estados de cada região enviaram os seus conceitos para estabelecer tais estágios. Faltaram apenas Minas Gerais e Paraíba. Também são necessários os nomes populares e científicos das plantas mais características desses estágios. Os trabalhos decorreram normalmente.

P.S. 2009: Depois, fui eleito Presidente.

Resolução para Campos Elevados

De manhã, houve reunião no Ministério do Meio Ambiente, na mesma sala e com o mesmo pessoal de ontem. Hoje, a discussão foi sobre o adendo à Lei Federal, de 22 de dezembro de 2006, referente aos Campos Elevados do Brasil Sul. Esses campos poderão ser liquidados por plantações de Pinus e pela agricultura. Vigold (Schäffer, da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, SC) me contou que já estão sendo tomadas providências para salvar a área ambiental preciosa do Campo dos Padres, em Santa Catarina.

15 fevereiro 2007

Fizemos uma revisão geral do texto referente aos campos, que tem alguns problemas. Retiramos, por iniciativa minha, a palavra “possibilidade” de haver plantas raras ou endêmicas. Pusemos no lugar a expressão “probabilidade” do encontro de certas espécies endêmicas ou raras. Contudo, esse Projeto de Resolução ainda não está pronto, pois falta consultar os botânicos do Brasil Sudeste, e os de uma parte do oeste do Estado do Paraná. Lembrei que também deveriam existir esses campos, associados à Mata Atlântica, na região da Chapada Diamantina, na Bahia e em outros Estados. O prosseguimento dos trabalhos está agora no exame das altas áreas situadas em diferentes regiões, como no caso da Serra da Mantiqueira.

Roteiro sustentável para o Grupo de Trabalho

(...) Em termos concretos, como eram grandes as divergências, resolvemos formar um Grupo de Trabalho para tratar do assunto “Proteção dos Campos Naturais”. Na realidade, quase todos os membros da Câmara Técnica (da Biodiversidade) também se inscreveram no Grupo de Trabalho. A questão da proteção dos campos naturais de altitude é muito heterogênea, devido às peculiaridades de cada campo. Minha opinião é a seguinte: primeiro devemos tratar das questões gerais, envolvendo o conjunto dos campos (por exemplo, como evitar o superpastoreio, o plantio de Pinus invasores, o turismo desordenado etc.). Depois, de estabelecer as regras de uso sustentável dos campos e de sua proteção, passaríamos às peculiaridades locais, que devem ficar a cargo principalmente de Conselhos Estaduais. Esse é o meu ponto de vista, para evitar o choque agressivo entre posições pessoais ecológicas.

26 março 2007

Realizou-se uma eleição para a Presidência do Grupo de Trabalho. O meu nome foi eleito por todos.

O dissenso alternativo e o consenso que vale a pena: um final feliz

Com enorme e agradável surpresa para mim, a reunião de hoje do Grupo de Trabalho sobre a Proteção dos Campos Elevados correu bem, com todos empenhados em superar dificuldades. Nada parecido ao embate frontal verificado na reunião inicial.

26 julho 2007

	Comecei fazendo um relato sobre minha viagem recente à região serrana de Santa Catarina. Disse que estive em vários desses campos e que verifiquei que os solos eram extremamente rasos, com apenas cinco ou dez centímetros de espessura. Embaixo havia um arenito duro, onde as raízes não penetram. Vi algumas cabeças de gado nesses campos, mas não havia a meu ver outra utilidade para estes a não ser a continuação da pecuária e o ecoturismo. Na verdade, disse-lhes, o GT se destina a desbastar o terreno, procurando um consenso, mas também encaminharia um dissenso se isso for apresentado, como alternativa. Logo, porém, os possíveis dissidentes disseram que eles também procurariam colaborar dentro de uma proposta de caráter geral. Para mim, a reunião completa, durante a manhã e a tarde, foi muito cansativa, pois um gastamos um tempo enorme procurando consensos. Mas, valeu a pena esse esforço. No final, resolvemos solicitar mais uma reunião, para encerrar os trabalhos do GT. As perspectivas de um "final feliz" são boas. Veremos.	
	Em Defesa da Fauna Resolução rejeita venda de peles apreendidas	
21 novembro 1989	Houve uma proposta apoiada por uma consultora jurídica do Ibama, no sentido de vender as peles apreendidas. Unanimemente, a Câmara Técnica rejeitou a sugestão e aprovou uma proposta minha, para que as peles sejam queimadas em até 30 dias após a apreensão. Assim, não se formarão novos estoques. Foram aprovadas, também, duas propostas minhas de Resoluções. Uma instituindo a Câmara Técnica do Carvão Vegetal, no Conama, e outra sobre a criação da ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico dos Cerrados). Foi também aprovada, a meu pedido, a delimitação da área feita pela Procuradoria Judicial do Estado.	
	Lei de Proteção à Fauna	
1º julho 1997	Pude assistir mais da metade das discussões da reunião do Conama. Logo de início, apresentei uma emenda ao Anteprojeto de Lei sobre a Proteção à Fauna. Essa emenda foi aprovada. Estabelece que os animais de origem exótica podem ser considerados como pertencentes à fauna brasileira (e assim ter maior proteção), se estiverem aqui há mais de 50 anos, não forem evidentemente nocivos e se houver aprovação do Conama. O Conselho Nacional de Proteção à Fauna será apenas consultivo. O Conama permanecerá como órgão normativo e deliberativo em relação à fauna. O Projeto está bom, exceto no ponto aprovado durante a manhã, na minha ausência, permitindo que a caça amadorística possa ser exercida se houver aprovação para isso. Dependerá do Estado. O Rio Grande do Sul é o único Estado que permite a caça. Foi aprovado também que as multas referentes à fauna, para protegê-la, serão basicamente as estaduais e municipais.	

	Caça amadora, crueldade desnecessária Hoje foi dia de reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Depois de longa palestra de Aspásia Camargo sobre a Agenda 21 (século 21), começaram as discussões e votações. Perdemos a votação na qual pedíamos o reexame da Lei da Fauna, cujo projeto permite aos Estados estabelecer a caça amadorística. Perdemos por 13 a 18 votos e algumas abstenções. Não sou favorável a esse tipo de caça, pois o mesmo representa uma crueldade desnecessária. Já fui caçador, na juventude, mas não quero causar mais sofrimento desnecessário. Sei que animais feridos sobrevivem muitas vezes em situação cruel. Isso equivale a uma tortura.	7 agosto 1997
	Restrição a criadouros de camarões Na reunião do Conama, primeiro houve discussão sobre o Regimento do Conama. Em seguida, discutimos um assunto difícilimo: a criação de camarões nos manguezais brasileiros. Há dois anos se discute inutilmente o assunto. Um técnico do Ibama e seus auxiliares mostraram fotografias de uma parte do manguezal destruído no litoral do Nordeste brasileiro. A destruição é impressionante e totalmente ilegal. Estivemos horas discutindo uma Resolução do Conama, para colocar em ordem essa desordem. Sugerí, e foi aprovada, que um dos seus primeiros artigos se refere à proibição de destruir manguezais. A reunião sobre a criação de camarões ao longo da Costa, no Conama, continuou a passos de tartaruga e raiando ao absurdo pela multidão de detalhes tratados. Nunca vi nada igual. Chegou a haver cinco grupos discutindo simultaneamente, em voz baixa e amigavelmente, com a reunião suspensa, procurando um acordo. Finalmente este foi obtido. Só serão levados avante os criadouros que possam ser legalmente permitidos. Os outros, como os estabelecidos nos manguezais, serão interrompidos. Foi uma grande vitória ambientalista, que, porém, deixa aos empreendedores a possibilidade de criar camarões nos apicuns e salgados, atrás dos Manguezais. Sugerí que os apicuns e salgados de maior valor natural sejam declarados ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico).	9 outubro 2002
		10 outubro 2002
	CT estuda regulamentação dos Meliponários (...) O primeiro assunto, na Reunião da Comissão Técnica da Biodiversidade, foi a discussão de um regulamento do Conama sobre os Meliponários, para a criação de abelhas indígenas sem ferrão. Passaram-me a palavra, como técnico na questão. Expliquei que 80% da polinização das plantas superiores (angiospermas) das matas nativas dependem dos Meliponíneos, segundo estudos de Vilms e Ramalho (duas teses de doutorado). É, porém, importante incentivar a criação dessas abelhas, que no momento se faz na clandestinidade. Ficou resolvido que isso seria feito por uma comissão, com a minha presença e a presidência do secretário do Meio Ambiente do Piauí. O Ibama também participará, conforme sugerí.	18 maio 2003

P.S. 2009: Mais tarde essa regulamentação foi aprovada.

Destruição de manguezais ameaça extinguir peixe-boi

15 setembro 2005

Em Brasília, participei de uma reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade, sobre a criação de camarões e a destruição de manguezais e apicuns (terras salgadas atrás dos mangues). Falei várias vezes, com toda clareza, que é lamentável estarmos, nesses assuntos, na estaca zero. Participei de uma reunião sobre essas questões em 2002, e vejo que tudo continua na mesma, nesse setor. Enquanto isso, grandes manguezais foram destruídos no Nordeste. O peixe-boi marinho, que dá cria nos estuários, está hoje ameaçado de extinção, devido à morte das crias causada pelas destruições de manguezais.

Amor ao próximo e aos animais

20 junho 2006

Lá pelas 10h30 fui com João Batista Monsã, meu amigo e suplente, a uma reunião das Câmaras Técnicas do Conama da Biodiversidade e da Área Jurídica. Ela começou com algum atraso. Foi presidida pela professora Bety Hoffling (USP-IB), que muito admiro por suas atuações na USP, além de ser de outras entidades, como da Adema-SP. Foi uma reunião conjunta de ambas as câmaras. O assunto era o Projeto de Resolução sobre os animais de estimação da fauna nativa, ou seja, da guarda desses animais por pessoas que os mantêm em casa ou em áreas próximas.

Um rapaz do Ibama disse que esses animais devem ser retirados das pessoas que os mantêm por estimação, para que eles sejam entregues pelo Ibama a outras pessoas. Custei a acreditar nessa monstruosidade. Admito que as pessoas que maltratam os animais não sejam autorizadas a mantê-los. Mas retirar de pessoas enfermas ou idosas ou quaisquer outras esses animais de estimação, é coisa inaceitável. Muitas vezes esses animais morreriam e também os seus donos, como já ocorreu. O jovem funcionário do Ibama disse com toda desfaçatez ou "cara-de-pau", que não teria importância que muitos animais morram dessa maneira (e talvez também os seus donos, como consequência, embora não tenha dito isso expressamente). Não teria importância porque depois a situação se normalizaria. Ao ouvir essas barbaridades fiquei furioso, o que rarissimamente me acontece. Disse em voz alta e firme que não aceitava isso e que no plenário do Conama lutarei com todas as minhas forças contra isso.

O diretor de Fauna do Ibama, Rômulo Mello, pediu a palavra e relatou casos dramáticos, muito impressionantes, em que ele mandou que os animais permanecessem com os seus donos. Se não tivesse feito isso esses donos teriam morrido. Depois de ouvir isso, disse a todos, em voz alta, que o Rômulo atendeu ao mandamento do amor ao próximo.

Um final feliz e consensual

30 novembro 2006

Nessa Reunião de hoje, debatemos, no Conama, a questão do direito de posse de duas aves por pessoa, dado a quem se obrigar a mantê-las como depositário legal.

Era um assunto muito polêmico, pois alguns diziam que essa posse incentivaria o comércio ilegal (tráfico) de aves e outros animais silvestres. Para mim foi uma agradável surpresa participar desse final feliz e consensual. Houve uma ocasião, há meses, em que a ONG que combate o tráfico fez protestos bastante exagerados sobre essa permissão para manter animais silvestres nativos. Fui sempre favorável à Resolução do Conama nesse sentido, pois separar pessoas e animais de

estimação pode matar a ambos e não resolve nenhum problema sério. Graças a Deus ninguém irá me separar dos meus queridos caitetus e abelhas indígenas (tenho dois criadouros reconhecidos pelo Ibama: São Simão-SP e Luziânia-GO).

Entendimento possível, com a ajuda de Deus

Reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e Fauna. A reunião começou com um ambiente difícil. De um lado a ANDA, ONG de Minas Gerais, queria incluir no Projeto dispositivos referentes à punição de maus-tratos aos animais. Rômulo Mello, diretor de Fauna, depois presidente no novo Instituto Chico Mendes, e também o pessoal mais próximo ao grupo de criadores de animais, procuramos convencer os presentes de que o Projeto em discussão se referia à criação e venda de animais de estimação, o que alguns não aceitam.

Para mim foi uma grata surpresa ver que as discussões se tornaram mais rápidas e, sobretudo, mais compreensivas. Às 18h, o Projeto já estava pronto e acabado.

A reunião foi cansativa, mas proveitosa. Ao meu lado, estava um advogado chamado Sampaio, que repetia que ninguém devia retirar animais da Natureza, pois com isso desrespeitaria a Constituição Federal. A sua argumentação me parecia exagerada, mas inofensiva. Depois, verifiquei que não era bem assim. Ele era totalmente contrário a quaisquer capturas de aves e outros animais na Natureza, mesmo que fossem alguns poucos indivíduos para servirem como matrizes. Citei várias vezes o caso do Oryx da Arábia. Pouco mais de 10 animais foram capturados na Arábia e levados ao Arizona, nos EUA. Hoje são criados tantos exemplares que a Arábia já está sendo repovoada pelos mesmos. Eram caçados com Jipes e metralhadoras por alguns Príncipes. Hoje são protegidos. Mas o meu vizinho, o prezado advogado Sampaio, continuava com as suas ideias anticriação de animais silvestres.

No Hotel, comi a deliciosa canja que fazem lá e bebi vinho tinto chileno, bom. Mas devo dizer que estava bem cansado. A tarefa dos Grupos de Trabalho das Câmaras Técnicas do Conama é buscar, até onde for possível, um consenso, mesmo que seja relativo. Ao Presidente da Câmara (PNN com 86 anos de idade) cabe promover um entendimento sobre as questões em debate. Não é fácil. Realmente, não é fácil. Mas é possível, com a ajuda de Deus.

Criação e posse de animais silvestres

Hoje houve a 87ª Reunião Ordinária do Conama. Discutimos e votamos a Resolução sobre a criação e posse de animais silvestres de estimação. Estive o tempo todo na linha de frente dessa discussão, pois sou agora o presidente da Câmara Técnica da Biodiversidade, por onde o Projeto passou com muitas discussões. Estas se renovaram no plenário. O grupo no Conama das ONGs ambientalistas das regiões brasileiras, sob a liderança da Cristina, presidente da Anda de Minas Gerais, se opôs vigorosamente ao Projeto. Eles são contrários a qualquer posse de animais silvestres de estimação. Só admitem a criação com propósitos conservacionistas. Acontece, porém, que em milhões de casas, no Brasil, há aves silvestres em gaiolas, muitas vezes em condições precárias. É impossível evitar essa posse desordenada. É indispensável, inclusive sob o aspecto humanitário, regulamentar essa questão. Do contrário, a situação caótica atual permanecerá. Os ambientalistas radicais não vêem isso.

7 agosto 2007

18 setembro 2007

P.S. 2009: No último ano, 2008, a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo apreendeu 36.000 aves transportadas clandestinamente, em situação miserável. Isso não pode continuar. A proibição total da posse de animais silvestres significa manter a atual situação, que é horrível e desastrosa, fora de controle.

Os opositores ao Projeto propuseram coisas disparatadas, como proibir a posse de animais que se afastam das pessoas. Como controlar isso? A Resolução permite, porém, proibir a posse de animais pertencentes a espécies que não se adaptam ao cativeiro.

Para mim foi um dia difícil, muito cansativo, pois frequentemente tive que ir à tribuna para esclarecer situações disparatadas ou absurdas ou erradas, contrariando ou impossibilitando a Resolução em debate, que é uma solução de bom senso desejada pela imensa maioria das pessoas. Além do mais estamos regulamentando várias leis já aprovadas pelo Congresso.

A sessão foi suspensa por requerimento de contagem de quorum. Foi bom, porque havia uma discussão exaltada e o Conama precisa trabalhar em paz.

19 setembro 2007

Finalmente conseguimos aprovar o Projeto de Resolução sobre a Criação e Posse de Animais Silvestres. Viva!!!

**Conselheiro Independente, Pela Vida
Bom senso prevalece em reunião produtiva**

13 dezembro 1995

(...) A reunião foi presidida pelo ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente. Quando me levantei para justificar a ausência de Fernanda Colagrossi (...), o ministro me convidou para participar da mesa. Assim, fiquei na curiosa situação de ser o único membro da mesa a votar nas decisões, ou seja, exibindo a todos, ostensivamente, o meu voto, sempre que havia uma votação. Porém, nunca escondi meus votos.

A primeira votação foi em torno do Açude Castanhão, no Vale do Jaguaribe, no Ceará. Vai ser um açude imenso. Na hora de fazer comentários (discussão da matéria), disse que o assunto ainda estava no âmbito estadual, e que o processo vinha sendo conduzido por Renato Lima Aragão. Ele é um antigo e competente ambientalista. O meu voto foi contrário ao pedido de intervenção do Conama para sustar o licenciamento. No final, o Estado do Ceará teve uma justa vitória de 40 a 4. O bom senso venceu. Para o Conama foi uma vitória importante, pois mostrou que o Conselho não é radical.

Hoje, foi o dia mais produtivo do Conama nos últimos anos. Foram votadas 20 Resoluções, tudo de modo construtivo, com discussões, mas sem problemas.

Conama faz 20 anos

30 agosto 2001

Fui ao Conama, que comemorou seus 20 anos de existência. Fizeram uma homenagem especial à minha pessoa. Como prêmio, me reconduziram ao Conama, como membro efetivo e representante da Adema (Associação de Defesa do Meio Ambiente São Paulo), com mandato de dois anos. A reunião foi presidida pelo secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que me saudou e me entregou cópia do Decreto.

Abstenção na votação de norma em benefício próprio

Reunião Ordinária do Conama. Tratamos durante todo o dia do Regimento Interno do Conama. Foi uma discussão longa e árdua, presidida pelo José Pedro. No final o Regimento foi aprovado a toque de caixa, mas com a aprovação de todos. Recusei-me a apresentar uma norma sobre a eleição do membro do Conama indicado pelo plenário. Pedimos a Adriana Ramos para apresentá-la. Foi aprovada. Achei que não poderia aprovar normas de algo que mais adiante poderia me beneficiar como candidato. Estaria aprovando em causa própria. Por isso não só não propus a norma, como também me abstive de votar.

30 outubro 2002

Um basta! Produz raro aplauso

De manhã, começou a 68ª Reunião Ordinária do Conama. (...) Uma das Resoluções mais importantes foi a respeito da Senhora Lea, dona da Fazenda Cafezal. Ela está há sete anos impedindo a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (São Paulo–Curitiba) que corta a sua fazenda onde mantém uma pousada ecológica. Pedi a palavra e disse que no início fui favorável ao pedido da Sra. Lea. Agora, porém, se esgotaram os exames das alternativas possíveis. Não é possível esperar mais. Já morreram dezenas de pessoas por falta da duplicação da Rodovia. Agora o gargalo é praticamente o da Fazenda Cafezal. Portanto, é necessário impor um limite. Não devemos permitir, nem por um dia a mais, que morram pessoas na Rodovia devido à insistência da senhora Lea. Falei com muita energia. Fui aplaudido, coisa rara nas reuniões do Conama.

4 dezembro 2002

Conselheiro vitalício

Fiquei muito contente ao saber, no Conama, que agora sou membro do mesmo por nomeação permanente do presidente da República. O Fernando Henrique me nomeou sem estabelecer prazo para o meu mandato, e o pessoal do atual presidente Lula concordou com isso!!! Deus seja louvado, pois poderei assim trabalhar pelo Meio Ambiente durante o tempo que durar minha vida útil.

2 abril 2003

O meio ambiente na guerra do Iraque

(...) Na votação das Moções, o representante da ONG Asplan, de Goiás fez uma moção contra a 2ª Guerra do Golfo, que ora se desenrola, em termos que poderiam significar uma crítica ao Governo. O representante do Exército disse que provavelmente não aceitaria. Pedi a palavra e sugeri que a moção fosse dirigida ao Governo Federal, elogiando seus esforços para a paz e manifestando preocupação pelos efeitos nocivos da guerra em relação ao meio ambiente. Assim foi feito e os militares votaram a favor.

3 abril 2003

Manifestação de independência

10 novembro 2004

(...) Disse que estava preocupado com notícias de que em diversos Estados estavam plantando a soja, destruindo grandes áreas de cerrado. Expliquei que não era contrário ao plantio de soja, como também não era contra plantarem outros produtos agrícolas. Contudo, pedia ao Ibama, cujo Presidente Marcos Barros estava presente, que fizesse cumprir nessas áreas a legislação florestal com a proteção das APPs (Áreas de Proteção Permanente).

Essa fala que fiz foi, para mim, importante, pois a Yara Novelli, na última reunião da Fundação SOS-Mata Atlântica disse que eu deveria devolver o Prêmio Moinho Santista, devido à destruição que a firma Bunge estava promovendo nos cerrados do Piauí, ao instalar lá uma fábrica de processamento do óleo de soja usando lenha do cerrado como combustível. Na realidade, a Bunge fez no Piauí um acordo com o Estado, agricultores e ambientalistas e os Promotores Públicos locais. Fizeram lá um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), para usar a lenha dos cerrados que estão em fase legal de conversão para plantio de soja. Isso de acordo com a legalidade (presumo) segundo o TAC.

A minha manifestação no Conama era para que não somente no Piauí, mas também em outros Estados, haja cuidados para preservar Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, nos lugares onde isso é necessário, como manda a legislação florestal. Demonstrei, assim, que apesar de ter recebido o Prêmio Moinho Santista, hoje Bunge, mantenho minha independência de atitudes em relação às indústrias que usam a soja que está sendo plantada em muitas regiões da Federação Brasileira. Não misturo a defesa do meio ambiente com qualquer interesse da agroindústria. Esta sempre deve cumprir a legislação ambiental-florestal, podendo evidentemente apresentar propostas de lei ou de regulamentação.

Membro nato da Biodiversidade

30 março 2005

De manhã eu e João Batista Monsã, à Reunião do Conama. Houve a eleição dos conselheiros para compor as Câmaras Técnicas. Alguns foram designados como Membros natos, com acordo geral. Foi o meu caso para a Comissão de Biodiversidade, Fauna e Assuntos Pesqueiros. Cada setor do Conama, ou seja, Indústria, Governo Federal, Direito, Estados, Sociedade Civil, foram eleitos. Todos os membros do Conama tiveram o direito de votar em dois nomes de cada setor. Foi uma eleição pacífica e satisfatória.

A transposição do São Francisco

18 maio 2005

CAMPOS DO JORDÃO, SP – Reunião de Iniciativa Privada – A discussão principal, hoje, foi em torno de uma moção pedindo mais estudos sobre a transposição do Rio São Francisco. No fundo, era uma moção destinada a torpedear a transposição, que é apoiada pelo Presidente Lula e por alguns Estados nordestinos. Na hora de votar, meu voto foi de abstenção. Isso porque, de um lado, sou a favor e até me manifestei em parecer favorável à transposição. A água que for destinada à irrigação, no Rio São Francisco, deixará de produzir eletricidade. Esta, porém, poderá vir da Amazônia (de Tucuruí ou do Xingu no futuro). Contudo, por outro lado concordei com a moção por pedir maiores estudos sobre a revitalização do Rio São Francisco. É uma questão muito complexa e, atualmente, ainda não temos, me parece, propostas e estudos mais profundos.

"Somos também cidadãos do mundo"

Durante a 88ª Reunião do Conama praticamente não se falou em outra coisa a não ser a aprovação ou não de uma moção pedindo à Petrobras para usar no Equador (país) técnicas iguais às que usa no Brasil. A mim me pareceu que todas as pessoas éticas deviam fazer isso, mas no Equador a barra está pesada, na ação das Companhias Petroleiras. Um senhor teve a cara de pau de defender o ponto de vista de que a Petrobras deve apenas obedecer, no Equador, as leis desse país. É o que diz o Direito Internacional. O que deveria dizer, além disso, era salientar que a Petrobras, ou qualquer outra empresa, deve obedecer à ética e não prejudicar o bom nome do Brasil.

Certamente, o Itamaraty se preocupa com o bom nome do Brasil, pois isso é o que se espera de todos os cidadãos. A pessoa governamental que ouvimos não soube se expressar bem ou não compreendeu que salvaguardar o bom nome do Brasil é também o nosso objetivo no campo ambiental, um honrado objetivo.

A conselheira Zuleika, do Paraná, falou sobre o assunto em votação e exigiu a declaração de voto de todos os membros do Conama. Foi um equívoco de previsão eleitoral, pois como ela desejava estávamos vencendo a votação com folga, quando se constatou não haver quorum, por não terem votado alguns poucos conselheiros (ausentes). Estávamos ganhando de 19 a 16.

Nós ambientalistas nos interessamos muito pelo meio ambiente em qualquer parte do planeta. Somos também cidadãos do mundo, além de sermos prioritariamente cidadãos da Federação Brasileira, que está sob a nossa guarda mais direta. Contudo, o que afeta negativamente a Terra, em parte prejudica também a todos nós.

UM CASO CHAMADO CONAMA
Parlamento Ambiental único no planeta

À tarde, fui ao Parlatório do prédio alugado à Legião Brasileira da Boa Vontade. Auditório para umas 400 pessoas. Era uma reunião do Enca (Encontro Nacional de Colegiados Ambientais) promovida pelo Ministério do Meio Ambiente. Houve um atraso de uma hora ou algo mais, para o início da reunião. Convidaram umas 18 pessoas para sentarem-se na longa mesa que ocupou quase todo o palco. Também me convidaram para sentar lá. Sabia que iria falar sobre o Conama, mas só depois de iniciada a reunião percebi os verdadeiros rumos a seguir. Era a comemoração do 15º aniversário do Ministério do Meio Ambiente. O enfoque principal era reunir os órgãos municipais para ensiná-los a se organizar melhor e conseguir melhores resultados na defesa do Meio Ambiente. Somente no último momento, quando já estava fazendo o meu discurso, percebi isso. Assim, fiz um histórico do Conama, com suas crises e surpresas, que lhe deram suas características de Parlamento Ambiental grande, eficiente e único no planeta. (...)

Fui muito aplaudido. O pessoal gosta de contadores de casos ou de "causos", como dizem os caipiras.

27 novembro 2007

16 outubro 2007



1º Conferência Nacional do Meio Ambiente

DE 29/10 À 01/11/75 - CUBATÃO - PAÇO MUNICIPAL - SÃO PAULO - BRASIL

PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL NO PLANETA

- O Conselho Federal de Biologia e outros Conselhos com ação ambiental
- Comissão Brundtland
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Nairóbi e outros foros internacionais
- União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)
- Debate Mundial

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA E OUTROS CONSELHOS COM AÇÃO AMBIENTAL

Profissão: Biólogo Marginalizados

BRASÍLIA, DF – De manhã estive no Ministério do Trabalho, onde conversei com o secretário Carlos Alberto Chiarelli, sobre o processo de regulamentação da profissão de biólogo. Ele chamou um assessor, que disse haver uma comissão para tratar do assunto. Estão no momento elaborando a minuta de um projeto de lei. Parece, pois, bem encaminhada essa questão, de vital importância para os biólogos. Até agora estes foram muitas vezes marginalizados e passaram por situações vexatórias, por falta dessa regulamentação.

12 setembro 1974

Ecologia

Fui ao Ministério da Educação, onde conversei com o diretor adjunto professor Cavalcanti de Albuquerque (Departamento de Assuntos Universitários) sobre a demanda de especialistas para o Meio Ambiente. Disse-lhe que a meu ver as atividades ambientais vão exigir principalmente engenheiros sanitaristas. Afirmar ser preciso incentivar a pós-graduação e a formação de departamentos e centros de Ecologia.

18 setembro 1974

Contradições

À tarde, estive com o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, juntamente com meus colegas, engenheiro Teixeira de Carvalho e Sergio Melhem. Fomos pedir a ele a regulamentação da profissão de biólogo. Houve um certo mal-entendido, quando o ministro procurou saber como havíamos obtido a cópia da regulamentação da profissão de biomédico. Felizmente eu trazia na minha pasta cópia da carta do secretário geral do Ministério do trabalho, encaminhando esse documento (em resposta a um pedido meu). Não me pedira reserva. Parece que o ministro não gostou, mas esclarecemos que o documento não saiu das mãos de um grupo reduzido de pessoas. Após a audiência, conversamos longamente com a doutora Maria Alice da Silva, chefe do Gabinete do secretário geral. Foi amabilíssima e nos deu várias cópias de projetos em andamento no Congresso.

7 maio 1975

Regulamentação

Hoje, finalmente, o Senado aprovou o substitutivo do senador Jarbas Passarinho, que regulamenta a profissão de biomédico e biólogo, em conjunto. Foi uma grande vitória da minha categoria profissional, graças aos colegas Sergio e Terezinha Melhem, Noemi Tomita, Manoel Borges e outros. Os biomédicos desejavam (absurdamente) uma regulamentação separada.

13 setembro 1978

Conselho Federal de Biologia

De manhã fui ao Ministério do Trabalho, onde houve uma série de atos e cerimônias para a implantação do Conselho Federal de Biologia. Compareceram o Ministro do Trabalho Murillo Macedo e os deputados Cordeiro, Julianelli e Ghisi.

18 outubro 1983

Os conselheiros divergiram em relação à escolha do vice-presidente. Havia dois candidatos do RS e um do PE. Finalmente, eles me delegaram a escolha. Situação essa muito incômoda, mesmo porque eu ainda não conhecia a maioria deles. Finalmente tive que fazer a escolha. Escolhi Evandro Britto, que durante cinco anos teve bom relacionamento comigo, quando ele era presidente da Feema, o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Escolhi o Manoel Borges para secretário.

Almoçamos no Senado e depois fizemos a 1º reunião do Conselho. Fixamos anuidades, estabelecemos comissões de trabalho etc. Enfim, demos a partida ao Conselho Federal de Biologia, velho sonho dos biólogos. A mim coube a imensa honra de presidi-lo.

Eleição suspensa

25 janeiro 1984

Com Manoel Borges, fui ao Ministério do Trabalho, onde conversamos, longamente, com o secretário de Controle Interno, José Carlos Antônio. Ele, com muita diplomacia, disse-nos estar errada a orientação seguida pelo Conselho Federal de Biologia do qual sou presidente. É preciso, através do pagamento de uma inscrição provisória, arrecadar fundos para o CFB. Por outro lado, o Ministério indeferiu nosso pedido para a instalação de Conselhos Regionais. Assim, vamos imediatamente suspender as eleições para esses Conselhos. Essa suspensão vai ser séria em certos lugares, onde já estavam fazendo campanha eleitoral.

Recuperação

31 outubro 1984

Na hora do almoço, aqui no meu apartamento, houve uma reunião da Diretoria do Conselho Federal de Biologia. À tarde, o Conselho se reuniu das 15h às 21h. Todos estavam presentes, mais Noemi Tomita, que trouxe de São Paulo centenas de inscrições de biólogos. Finalmente o Conselho ficou em ótima situação financeira, com tantas adesões (passam de 1.200). Resolvemos comprar uma casa com 100 m² para nossa sede. As discussões giraram em torno da formação de novas Comissões, da defesa dos biólogos e dos perigos que rondam a profissão (mau ensino, escolas semi-fantasmas etc.).

Aborrecimento

6 maio 1985

Soube pelo Evandro Britto, que me substituiu na presidência da última reunião do Conselho Federal de Biologia, que um dos conselheiros criticou severamente minha ausência e minha atuação em geral, achando que eu poderia fazer mais. A ausência, como todos sabem, foi devida à greve dos aeronautas, que suspendeu os voos. Críticas todos podem receber, mas aí há algo mais. É alguém querendo me substituir na Presidência do CFB. Fatos como esse me aborrecem muito, pois o Conselho me dá trabalho e não ganho um tostão com isso. Resolvi não mais disputar a presidência, nas eleições em outubro.

Mal-entendidos

27 novembro 1985

SALVADOR, BA – Chegamos com algum atraso ao Centro de Convenções, onde se realizava o 4º Curso Internacional de Direito Ambiental Comparado. (...)

Estavam lá no 4º Curso, três ou quatro alunos da Faculdade de Ecologia de Rio Claro (SP). Um deles disse que eu era “inimigo” e que havia escrito uma carta contra a Faculdade. Na realidade eu nunca escrevi contra a Faculdade de Rio Claro, nem tenho inimigos. O que eu disse era apenas que os seus alunos não poderiam ter a sua profissão reconhecida oficialmente, por serem muito poucos. Um Conselho Federal precisa ter uns 1.500 sócios para ser viável e eles nunca obterão mais que uns 200 ou 300. Por isso, a meu ver o lógico seria eles se unirem aos biólogos, no mesmo Conselho Federal. Os biólogos, diga-se de passagem, não têm exclusividade em campo nenhum e não irão reconhecer exclusividade de ninguém no campo da Ecologia. Enfim, houve vários mal-entendidos em relação à minha posição sobre a Faculdade de Rio Claro e desejo que fique bem esclarecido que eu não sou contra ela.

Recebi carta do Warwick Kerr, alarmado com as pesadas críticas que recebeu de Rio Claro em relação à minha pessoa. Isso me aborreceu muito, pois são críticas em parte até caluniosas. Sou apresentado como inimigo dos ecólogos de Rio Claro, o homem que deseja extinguir a Faculdade de Ecologia, favorecer os países ricos (!!) etc., etc. Acontece que a ofício que enviei em maio ao ministro da Educação, objetivando evitar a proliferação de Faculdades de Ecologia, foi o resultado da decisão unânime do plenário do Conselho Federal de Biologia. Este não concorda, e não pode concordar, que o profissional formado pela Faculdade de Ecologia de Rio Claro tenha as mesmas atribuições, praticamente, que os formados pelas Faculdades de Biologia. Por que, então, não considerar a Faculdade de Ecologia como modalidade ou especialização do Curso de Biologia? O certo, a meu ver, seria conseguir um acordo para que ecólogos tipo Rio Claro e biólogos se unam no mesmo Conselho Profissional. Aí sim, poderiam ter as mesmas atribuições profissionais, sem que haja uma calamitosa luta ecólogos x biólogos, coisa que devemos evitar ferrenhamente. O curioso é que criticam a mim, pessoalmente, e não ao Conselho Federal de Biologia, que tomou a decisão unânime em defesa dos biólogos, decisão que eles não aceitam. Passei boa parte do dia preparando um ofício em resposta às acusações que recebi. Já telefonei também ao Warwick Kerr, explicando as coisas como elas são na realidade. Curiosamente, segundo disse certa vez o professor Backup, do CFB, houve biólogos que me “acusaram” de estar protegendo os ecólogos de Rio Claro. Estes, agora, me desancam!

Política ambiental

Fui a Ribeirão Preto, SP, onde fiz uma palestra na grande reunião promovida no Campus da USP, pela Sociedade Paulista de Biologia e pela regional do Conselho Federal de Biologia. Falei sobre desacertos de certas políticas ambientais. relatei os absurdos (fórmulas matemáticas etc.) da Lei dos Mananciais. Além disso, comentei os problemas mundiais causados pela explosão demográfica devido aos bolsões de miséria.

Corredores e fragmentos

Palestra no 9º Encontro de Biólogos da 1ª Região São Paulo-Mato Grosso-Mato Grosso do Sul

CAMPO GRANDE, MS – À noite, no teatro da Cidade Universitária, fiz uma palestra sobre os Corredores Ecológicos em projeto, na Amazônia e na Serra do Mar. Expliquei que tudo começou com uma proposta minha no IAG (International Advisory Group), quando sugeri fazer algumas unidades de conservação ao sul do Rio Amazonas, antes que a fronteira agrícola chegasse lá. Depois, com

9 dezembro 1985

2 abril 1996

6 abril 1998

P.S. 2009: Infelizmente, a idéia chegou tarde demais em relação a alguns corredores, como o que atravessava

de Leste a Oeste imensas extensões do Brasil Central. Moacyr Arruda, do IBAMA, e alguns outros, continuam lutando pela implantação de corredores, o que fica cada vez mais difícil, com o desmatamento existente.

20 abril 2000

os recursos de 1 milhão de dólares obtidos do PP-G7-Banco Mundial (Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, com recursos dos 7 países ricos), os professores de Ecologia Marcio Ayres e Gustavo Fonseca expandiram a ideia e propuseram a criação de grandes corredores. Isso teve o meu apoio.

SÃO PEDRO, SP – Logo que cheguei (ao Encontro de Biólogos da 1ª Região) falei sobre unidades de conservação, após ouvir uma boa palestra sobre Jardins Zoológicos. Expliquei a importância dos fragmentos florestais hoje existentes, que permitirão salvar para o futuro muitas espécies do grande planalto paulista-paranaense e áreas vizinhas.

Proteger muitas coisas

3 agosto 2003

NATAL, RN – Estou aqui convidado a participar no 5º Encontro Nacional de Biólogos e 2º Encontro Nordeste de Biólogos. Noemi Tomita, minha colega bióloga, é a maior liderança dos biólogos. Preside o Conselho Federal de Biologia, do qual fui o primeiro presidente (em dois termos) quando morei em Brasília. (...)

Em seguida fiz a Conferência de abertura dos trabalhos das Reuniões, falando no grande auditório do Centro de Convenções do Parque das Dunas, com a presença de umas 500 pessoas. A maior parte era de alunos e professores das universidades locais, principalmente da Universidade Federal. Falei da importância das unidades de conservação, da legislação agora existente (Lei do Snuc = Sistema Nacional de Unidades de Conservação). É um sistema agora com cerca de 42 milhões de hectares. Isso permitirá proteger, muitas coisas.

P.S. 2009: O Conselho Federal de Biologia está presentemente numa fase muito boa, sob a presidência de Maria do Carmo Brandão Teixeira e uma diretora atuante. Uma grande reunião em Brasília, com a presença de muitos ex-presidentes e diretores, numa bela confraternização.



PNN (professor) e duas alunas suas orientadas: Vera Lucia Imperatriz (à direita) e Suzete Ceccato (à esquerda) em laboratório do Departamento de zoologia, IB-USP, em São Paulo-SP

COMISSÃO BRUNDTLAND

Comissão Brundtland começa com divergência do Unep

Domingo. Em Madrid, tivemos a surpresa de encontrar Margarita de Botero, nossa velha amiga conservacionista, hoje, diretora da Indirena, entidade colombiana correspondente à Sema. Foi através dela que fiquei sabendo melhor da importância da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da qual ambos fazemos parte. Ela também vem para a reunião de Genebra. A comissão é do mais alto nível, e assessora, diretamente, o secretário geral das Nações Unidas. Ao que parece, o Unep (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) não ficou muito feliz com essa nova comissão, que, em parte, terá uma autoridade maior nos assuntos ambientais. A iniciativa teria sido do próprio Unep (Mustafá Tolba), que depois teria sido ultrapassado por novos ideais. Podemos entrar em cheio em questões político-ambientais das Nações Unidas, o que deveríamos evitar.

Às 20h30 houve no Hotel, no Salão Mikado, um coquetel para os membros da comissão. Todos os presentes, ao que percebi, são contra as ideias do sudanês Mansour Khalid. Deixei clara minha posição: não reduzir os objetivos da comissão; a isso poderiam conduzir as propostas de Khalid.

Maurice Strong, canadense, famoso líder conservacionista e ex-diretor do Unep, conversou comigo e elogiou meu trabalho. O mundo dá muitas voltas. Antes assim. Há 10 ou 12 anos, nós mal conseguíamos nos aproximar dele nas reuniões, é uma boa pessoa super ocupada.

Habilidade da doutora Gro Brundtland

GENEBRA, SUÍÇA – De manhã tivemos a primeira reunião da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. A presidente, doutora Gro Brundtland, dirigiu os trabalhos com muita habilidade, conseguindo contornar a oposição do sudanês Khalid. Ela não tomou muito conhecimento dos argumentos dele, evitou travar polêmicas e, com apoio quase unânime, foi resolvendo um problema após outro. Assim, a comissão foi oficialmente estabelecida, ratificamos a escolha do canadense Jim Mac Neill, para chefiar a secretaria da comissão, e foram tomadas outras providências administrativas. Genebra será a sede da comissão, e o prefeito G. O. Second, da cidade, fez um discurso na reunião.

Fiquei muito impressionado com a inteligência do guianense de origem hindu Ramphal e de outros colegas.

Fiz uma intervenção dizendo que a presidente era a pessoa indicada para escolher o chefe da nossa secretaria, pois era necessário haver um bom entrosamento na direção da comissão. Isso não deve ter agradado a Khalid, que tinha outro candidato.

Convenção da Biodiversidade

À tarde começou a nossa reunião ordinária. Quase todos os membros da comissão falaram. Disse à comissão que o trabalho-base que nos apresentaram era excelente. Contudo, a meu ver, não deveríamos nos limitar à apresentação de um relatório às Nações Unidas. Na minha opinião, era

13 maio 1984

15 maio 1984

1º outubro 1984

preciso ir mais além. Deveríamos pensar em conquistas permanentes, como, por exemplo, numa Convenção Internacional para proteger a Diversidade Biológica.

Margarita de Botero contou que nos últimos 17 anos foram destruídos 50% das florestas da Colômbia!!! No México, ocorreu coisa semelhante, nos últimos 20 anos!

Tolba relatou, na sua exposição, haver 500 milhões de pessoas da Ásia e que dentro de 20 anos, ou menos, não haverá mais madeira para queimar. Disse também que falta US\$ 1,8 bilhão por ano para conter o processo de desertificação no Sahel (sul do Saara), processo este que causa prejuízos anuais de 12 bilhões de dólares! Por outro lado, é encorajador ver países em guerra unidos nos assuntos ambientais, como Líbia, Israel, Irã e Iraque. O Unep, segundo Tolba, tem *Trust Funds* para financiar objetivos especiais.

Atenção às necessidades das gerações futuras

No fim da reunião da manhã, a discussão girou em torno da proposta simplista do hindu Singh, que desejava criar imediatamente um Tribunal Penal Internacional!

Após o *coffee break*, a presidente Gro Brundtland fez um bom resumo das propostas oferecidas. Maurice Strong disse que a palavra usada deve ser outra para não haver uma conotação com "tribunais" assim chamados.

Pedi a palavra e salientei a importância de dar especial atenção, no nosso relatório, aos problemas e necessidades das gerações futuras. Temos que nos dirigir às pessoas do nosso tempo, mas precisamos nos lembrar de que, se não houver guerras nucleares, existirão milhares de gerações futuras.

PNN espanta-se com o custo da comissão e aplaude proposta de TV

Chove muito. Na reunião da manhã, tratamos de assuntos financeiros. Foi estimado em 8 milhões de dólares o custo dos trabalhos da comissão. Isso me deixa perplexo, pois é uma cifra que resolveria muitos dos nossos problemas de aquisição de terras para proteger as mesmas em benefício das futuras gerações!!! No entanto, temo muito que iremos apenas gerar palavras. Isso seria uma loucura. Mas queira Deus que possamos obter ganhos concretos e visíveis para a causa ambiental.

Sony Ramphal fez uma proposta da maior importância, sugerindo que a comissão criasse programas de TV para divulgar os assuntos a serem tratados. Segundo informou, 70% do público dos EUA obtêm 100% de suas notícias pela TV. Citou também que o mesmo, aproximadamente, ocorre no Brasil, o que é verdade. Vários canais falaram sobre o assunto. Pedi a palavra e disse que se tratava de algo extremamente importante. Expliquei que, no Brasil, 70% das pessoas assistem à TV. Nós daremos apoio a essa iniciativa. Seria uma maneira dos países em desenvolvimento ajudarem a comissão, através das equipes de televisão que fizerem o filme. Durante as discussões, concluímos que o melhor – e Maurice Strong levantou esse ponto – seria interessar uma grande rede de TV para efetivar o Projeto. Não adianta ter um ótimo filme se a sua distribuição nas TVs do mundo não for boa (...)

Shiburo Okita, do Japão, tentou defender a caça à baleia dizendo ser necessário separar ciência e

emoções. Kenton Muller (diretor geral da IUCN – International Union for Conservation of Nature) respondeu a Okita que, além da ciência, há também considerações essenciais. Pedi a palavra acrescentando estar de acordo com tudo o que Kenton Muller disse e que, a meu ver, uma das coisas que a comissão poderia fazer seria tornar ainda maior a preocupação do público em relação ao imenso esforço necessário para proteger em grande escala a diversidade dos recursos genéticos.

NORUEGA
A defesa das Estações Ecológicas e dos bancos genéticos

OSLO, NORUEGA – Retornando ao hotel, houve um almoço com a presença de uns 30 ou 40 jornalistas. Cinco membros da Comissão Brundtland discursaram durante o almoço, entre os quais eu mesmo. Falei sobre a necessidade urgente de realizarmos pesquisas para que as pessoas campestres pudessem obter rendimentos econômicos das florestas. Não basta dizer a pessoas pobres e famintas que elas devem proteger a floresta. É preciso que possam tirar disso algum proveito.

Também é necessário, em outra linha de atuação, que áreas representativas sejam salvaguardadas como Estações Ecológicas. É preciso ter bancos genéticos, para que possamos utilizar, em benefícios das gerações futuras, a potencialidade genética que existe nas espécies da flora e fauna tropicais. Centenas de milhares de espécies estão ameaçadas nos trópicos.

Demografia, fome e desequilíbrio econômico

Depois falou Lester Brown (diretor geral da organização ambientalista World Watch Institute), explicando a extrema gravidade da situação na África. Chamou a atenção para o fato de que o uso crescente de lenha, função do aumento da população, está fazendo desaparecer as árvores em grandes regiões e até em países (como Ruanda, por exemplo). Desaparecendo as árvores, rompe-se o ciclo hidrológico (evaporação, chuvas etc.) e a agricultura é muito atingida. A população da África cresce 3% ao ano, havendo igual crescimento no consumo de lenha. Isso significa um aumento de 20 vezes em um século. É preciso regular o crescimento demográfico. Cerca de 40% da população da África vive hoje em lugares onde se colhe menos grãos do que há 20 anos. A produção per capita de grãos está hoje bem abaixo do nível de subsistência. A África tem no geral menos água doce do que a Ásia, o que torna a situação bem mais difícil para os africanos. O fundamental é restaurar os seus recursos naturais básicos: florestas, pradarias, ciclos hidrológicos. Foi uma palestra brilhante!

(...) Ramphal contou que o Banco Mundial não conseguiu levantar os 12 bilhões que tinha planejado obter para ajudar a África. Só puderam contar com 750 mil dólares dos seus próprios recursos. Disse ser incrível o fato de que sai mais dinheiro da África (pagamento de juros etc.) do que entra. Só de juros referentes à dívida, segundo Stanovnik, os africanos pagam 17 bilhões de dólares.

Após o almoço, Shaib, da Nigéria, disse que uma lei brasileira forneceu terras para camponeses e eles foram mortos quando chegaram lá, o que penso não ser verdade. Depois pedi a palavra e expliquei que a Lei de Reforma Agrária no Brasil está sendo discutida para ser melhorada no futuro, mas que já foram distribuídos um milhão de títulos de terra nos últimos quatro anos e que somente houve conflitos locais. Em relação aos problemas africanos e demográficos, disse que estávamos lidando com uma cadeia de fatos e eventos. Cada vez que um colega falava ali, parecia

2 outubro 1984

3 outubro 1984

23 junho 1985

26 junho 1985

que a complexidade dos problemas aumentava. Por isso, acho que deveríamos nos concentrar nos fatos e assuntos principais, mencionados pelo simpático esloveno Stanovnik.

Rolando Garcia, da Argentina, que não é membro da Comissão, expôs brilhantemente o fato de que não há catástrofes naturais, mas apenas dificuldades, quando o sistema sócioeconômico-político é estável. A seca somente causa catástrofes se o sistema é vulnerável. Sem segurança social no sistema (aposentadorias etc.), não há controle de população, pois as famílias necessitam ter filhos para sua segurança (citou o caso do México). Durante o *coffee break* e na reunião que se seguiu, senti um apoio geral às ideias de Garcia.

Stanovnick disse que deveríamos citar o caso da crise africana como o resultado da maior catástrofe ecológica que jamais ocorreu, que eclodiu por falta de cuidados ambientais que seriam necessários. Maurice Strong, que está dirigindo nas Nações Unidas as medidas de socorro à África, concordou com essa posição.

Maurice Strong disse que a comissão deveria ir até o ponto de dizer que este planeta é um sistema, e que as nossas instituições do mundo simplesmente não atendem às necessidades deste sistema.

Houve um agradável jantar dos membros da comissão no restaurante do Museu Naval. A senhora Brundtland me chamou para sentar à mesa principal. Assim pude conversar bastante com Maurice Strong, às voltas com a direção dos programas das Nações Unidas para salvar a vida de milhões de africanos ameaçados pela fome.

Ética em Ciência e Tecnologia

Quando falei sobre o assunto, tratei da importância dos aspectos éticos, em relação à Ciência e Tecnologia. Falei sobre o que ocorreu em Tucuruí, quando quiseram fazer uma pesquisa sobre a melhor maneira de eliminar a floresta tropical. Contei ter escrito uma carta que foi muito publicada no Brasil, dizendo que pediria demissão se tal pesquisa fosse realizada (desistiram da pesquisa). Expliquei também que, no Brasil, cerca de duas mil pessoas morrem anualmente devido ao uso impróprio de pesticidas, os quais todos sabem que não podem ser usados com segurança pelos fazendeiros. É preciso que não se usem pesticidas, cujo emprego é proibido nos países de origem. Finalmente, salientei haver pesquisas, sobre cultivo de plantas de interesse econômico, o controle biológico de pragas etc., que precisam ser desenvolvidos nos países do Sul. Geralmente não pode haver transferência desse tipo de pesquisas, do Norte para o Sul.

(...) Durante o *coffee break*, os comissários dos países de Terceiro Mundo falaram de modo muito claro sobre a necessidade de se modificar a agenda alternativa dos trabalhos da comissão. Está havendo um certo conflito entre o secretariado, influenciado pelos conservadores países do Norte, e os comissários do Sul, que desejam que o documento da comissão seja mais enérgico e positivo, no que diz respeito à proteção aos países em desenvolvimento.

Casanova e Ramphal criticaram muito a maneira pela qual a agenda alternativa foi modificada pelo Secretariado. Shamon falou no mesmo sentido, propondo apenas chamar a atenção para certos pontos que foram modificados na agenda ou plano de trabalho. No final da discussão, prevaleceu esse ponto de vista, o que não foi do agrado de Margarita Botero. Mas na realidade não havia mais lugar para grandes modificações, como ela desejaria. Uma das coisas inesperadas foi

a declaração da doutora Brundtland, de que não tinha visto ou percebido algumas modificações propostas. Posteriormente Jim McNeil também disse o mesmo, a mim e a Margarita, o que me pareceu ainda mais inesperado, pois ele é o secretário geral. Eles foram muito sinceros.

A pobreza deteriora o ambiente

No início da reunião, Ramphal criticou o fato de a agenda provisória da comissão não tratar com a devida atenção os problemas do desenvolvimento. Jim McNeil, secretário geral, respondeu de uma maneira muito profissional, dizendo que cabia à comissão indicar a orientação que desejasse.

Stanovnick falou brilhantemente sobre a importância da nova ordem econômica, da qual poucos entendem, sobre os problemas ambientais. Segundo ele, esses problemas não poderão ser resolvidos sem entendermos as questões econômicas. Assim, a explosão demográfica é o resultado do fato de que grande parte das populações não está integrada no processo de desenvolvimento. O pagamento da dívida externa exigiu também a destruição de florestas, para expandir a agricultura e as exportações. O fluxo de pessoas, tecnologias, recursos etc. tem impacto sobre o ambiente. A pobreza deteriora o ambiente e é resultado de orientações econômicas. O Mercado Comum Europeu subsidiou a produção de açúcar e também a exportação desse produto, prejudicando a economia de outros países.

Maurice Strong falou muito bem, dizendo que não somos peritos em questões econômicas, mas que nas nossas conclusões devemos mencionar, sem entrar em detalhes, a importância decisiva para o meio ambiente dos vários fatores ou questões econômicas que preocupam o mundo.

BRASIL
Comissão Brundtland em São Paulo

De manhã, às 8h30 já estava defronte à Cetesb. Atravessei a pé em grupos de grevistas, e entrei no prédio. Comigo estava uma senhora, que foi vaiada aos gritos de "fura-greve". Em frente ao portão, junto ao canteiro central da avenida, estavam estacionados um carro da Rádio Patrulha e um carro de detentos. Solicitei que os mesmos se deslocassem uns 50 metros, no que fui atendido, pois a doutora Brundtland não entraria se houvesse piquetes ou policiamento ostensivo.

Quando os membros da comissão desceram do ônibus, foram aplaudidos pelos grevistas.

À tarde, a sessão esteve muito animada, com alguns oradores entusiasmados. Houve críticas generalizadas por parte de alguns deles. Tom Lovejoy e Gus Speth, dos EUA, falaram muito bem. O seringueiro Miguel também, à sua moda, discursou eficientemente, a favor da criação de unidades conservacionistas para proteger os seringais e seus habitantes. Poderíamos chamá-las de Reservas Ecológicas Extrativistas.

Prazo para soluções e audiências públicas

De manhã houve reunião na Cetesb, apenas da Comissão Mundial. Discutimos o esquema que deverá ter o nosso relatório. Apoiei muito as propostas do iugoslavo esloveno Janos Stanovnik, que

28 junho 1985

28 outubro 1985

P.S. 2009: Mais tarde essas áreas foram criadas com o nome de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, como é o caso da Chico Mendes, no Acre, e a Mamirauá (AM).

29 outubro 1985

advogou a ideia de que deveríamos procurar enfoques diferentes dos usuais. Assim, por exemplo, poderíamos salientar que em matéria ambiental o mundo hoje pensa no curto prazo, o que prejudica as soluções a longo prazo. Devemos também destacar as questões relacionadas com a dívida externa. Já o norte-americano Bill Ruckelshaus acha importante não tocar em assuntos polêmicos, que poderiam prejudicar os resultados a serem obtidos. Suponho que sejam as questões da dívida externa e do desarmamento, esta última sugerida pelo russo Sokolov.

Pedi a palavra para dizer que apoiava Stanovnik e que o novo esquema apresentado pelo Secretariado deixava de fora questões centrais, como as de população, florestas e dívida externa. Esse segundo esquema foi depois modificado.

A senhora Agnelli, da Itália, pronunciou-se contra as Audiências Públicas, dizendo que o Governo brasileiro estava sendo atacado e que elas haviam exorbitado. Deram-me a palavra e defendi essas Audiências, dizendo que eram democráticas e que portanto tínhamos que aceitar críticas, as quais, aliás, foram feitas até ao Congresso Brasileiro (por não ter representação indígena institucionalizada).

À tarde, na Audiência Pública, recebi a paga por essas palavras. O senhor Sergio, jovem cidadão da União Ecológica, desancou-me, pedindo à comissão que me demitisse, por ter eu servido a governos autoritários. Foi entusiasticamente aplaudido, mas apenas por uns 10% dos presentes. Entre eles estava um rapaz do Rio Grande do Sul, e também Mauro Victor e alguns outros. Discordo deles, mas os respeito. A doutora Brundtland disse que eu era membro da comissão, e que continuarei a sê-lo até o fim dos seus trabalhos. Foi a única voz que me defendeu em público, embora muitos tenham depois me procurado para me dar a sua solidariedade.

Falei, após o encerramento da reunião, com essas pessoas, inclusive com o rapaz que me atacou e com Mauro Victor, para dizer que na comissão eu não represento o Governo brasileiro. Represento, com Margarita Marino de Botero, a América Latina. Os radicais têm atitudes difíceis de se compreender, e que não levam a nada. Paciência. Esse é o preço da Democracia. Confesso que fiquei momentaneamente magoado. Nunca fiz política partidária, sempre tive amigos em todos os partidos e de repente vem um rapaz me atirar essa pecha! Isso me aborreceu profundamente, pois meu estilo de vida não é autoritário! Mas tudo logo passou. Respeito os críticos sinceros, embora pense muitas vezes de outro modo.

Durante a sua permanência em São Paulo, os membros da comissão, com a presença da doutora Brundtland foram comigo a Cubatão, onde visitaram a área industrial, altamente poluidora naquela época. Como era previsível, durante a visita, as indústrias locais cessaram suas atividades. Isso me causou um problema inesperado. Uma pessoa da comissão pediu-me permissão para ir ao *toilette*. Contudo, todas as indústrias locais estavam fechadas. O que fazer? Na falta de outras opções, pedi que levassem a ilustre pessoa a uma velha e pequena estação ferroviária local, que vi apenas de longe. Não sei o que ela encontrou mas não houve reclamação.

Soluções para as florestas tropicais

De manhã discutimos o próximo encontro (Canadá, maio 1986). Depois a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento discutiu o problema das florestas tropicais. Falou Margarita de Botero, salientando um tipo de compromisso legal, pelo qual posseiros receberam títulos de

propriedade em troca da obrigação de ajudarem na guarda de um parque da Colômbia. O ministro Salim, da Indonésia, propôs uma série de medidas para tornar economicamente mais atraente a conservação das florestas.

Em seguida eu falei, expondo o que ocorre na Amazônia e o que pretendemos fazer. Disse que uma das coisas básicas a se realizar é o zoneamento econômico-ecológico. Precisamos também de mais pesquisas. E de uma rede de Estações Ecológicas, como bancos genéticos. Expliquei que a abertura de estradas era desastrosa, pois permitia a ocupação humana em novas áreas (...)

Logo depois falou Marc Dourejeanni, que comentou o que os outros disseram. Discordou de mim quando me referi ao fato de que eram necessárias mais pesquisas. Para ele o que se sabe já é suficiente para orientar a exploração da floresta. A meu ver, pode ser que Dourejeanni esteja certo, pois devemos fazer algo logo, mas acredito que ainda precisamos saber muito mais sobre a Amazônia para termos melhores resultados lá. A pesquisa, na realidade, não pode parar nunca e está muito atrasada no setor de nossas florestas.

Uma Corte Internacional para o Meio Ambiente

Margarita de Botero e o Juiz N. Singh fizeram pronunciamentos favoráveis a um Tribunal Ambiental Internacional. O juiz Singh, presidente da Corte de Haia, declarou que eles pretendem estabelecer lá uma Câmara de Meio Ambiente. Trata-se, porém, de um tribunal de arbitragem.

Sugeri que se desse um primeiro passo para um tribunal mais efetivo, estabelecendo um Registro para queixas e respostas, deixando o julgamento para as gerações futuras. Haveria, assim, pelo menos um foro para que as denúncias fossem levadas em consideração. Lembrei-me da figura do Ouvidor, dos tempos antigos, no Brasil e Portugal. Contudo, a minha proposta não encontrou eco. A opinião geral, na comissão, era a de que levaria ainda muito tempo para que existir um tribunal que receba denúncias e as julgue.

O intérprete ameniza uma tempestade amazônica

MANAUS, AM – Finalmente seguimos em um avião Boeing 737 para Brasília e de lá, num DC-9, para Manaus. A viagem transcorreu normalmente. Contudo, antes da chegada à capital do Amazonas, surgiu uma forte crise no *staff* da comissão e conosco. Estanislau avisou Lindner (secretário da comissão), no que fez bem, que o governador Mestrinho compareceria ao jantar daquela noite, que o Governo do Amazonas nos ofereceria. A doutora Brundtland e o secretário geral Jim MacNeil ficaram muito irritados e ameaçaram não comparecer. Houve repetidas consultas conosco e com o *staff*.

Alguns acharam inaceitável o discurso que o governador havia feito, depreciando os que defendiam o ambiente amazônico. Embora não tenha ofendido ninguém, as palavras que teriam sido ditas foram suficientes para causar clamor entre os jornalistas conservacionistas. O governador achava que ninguém acabaria com a Floresta Amazônica, nem daqui a mil anos, e que portanto não havia muita importância protegê-la. Esse foi o sentido geral das suas palavras.

Lindner, MacNeil, Stone, doutora Brundtland de um lado, e eu, Estanislau e José Pedro de outro, íamos de cá para lá no avião, na sua parte traseira, ora conversando com um, ora com outro, em

1º novmbro 1985

2 novembro 1985

30 outubro 1985

busca de uma solução. E o avião descendo e chegando a Manaus. Todos angustiados. Nós brasileiros procurávamos evitar um escândalo, que seria a recusa em comparecer ao jantar.

Quando tudo parecia perdido, a doutora Brundtland se reuniu, já em Manaus, num canto da sala VIP com os membros da comissão presentes. Nessa ocasião, Okita, Salim, Singh e eu dissemos que deveríamos comparecer. Lindner insistiu muito nisso. MacNeil disse que estaríamos mal em qualquer hipótese. A doutora Brundtland decidiu-se finalmente a favor do comparecimento ao jantar, durante o qual faria um pronunciamento forte. Surpreendentemente, Warren Lindner (secretário da comissão) insistiu muito para que a doutora Brundtland fosse ao jantar. Ficou assim resolvido mais um problema.

Finalmente, ao jantar no Hotel Tropical, compareceram cerca de 40 pessoas. Tive ocasião de atuar como intérprete. Mantive a conversaçoão entre a doutora Brundtland, eu e o governador Gilberto Mestrinho, a mais animada possível para criar uma boa atmosfera.

Falamos sobre os excelentes slides que foram projetados, sobre a importância das florestas para o turismo (50 mil pessoas de fora do Brasil, naquele ano), a beleza das Anavilhanas, os peixes dos rios da Amazônia etc. Após o jantar, indagado a respeito por um de seus assessores, o governador Mestrinho disse que dispensava os discursos. Tenho a impressão de que ele já sabia de alguma coisa e achou mais prudente não se engajar numa eventual discussão pública com a doutora Brundtland. Assim, terminou em paz um jantar que poderia ter sido tempestuoso.

CANADÁ
Criatividade para evitar um relatório medíocre

25 maio 1986

MANITOBA, CANADÁ – Durante a viagem de barco, conversei com MacNeil, secretário geral da comissão, pessoa que às vezes tem entrado em desacordo com outros membros do secretariado e com vários comissários. A ala mais progressista da Comissão Mundial acha as suas ideias excessivamente conservadoras e nortistas (Norte = países desenvolvidos). Disse-lhe que o nosso relatório deveria ser inovador, o que, reconheço, não é fácil. Tínhamos *a mandate for change*. Muitos esperam de nós mudanças, algo criativo.

MacNeil respondeu que não podíamos adotar ideias novas no relatório, pois estas não estavam comprovadas e iriam, no final, nos desacreditar. Ainda tentei argumentar que embora as ideias inteiramente novas eram raridades, podíamos ver as coisas com novas perspectivas. Mas MacNeil fez pé firme, resistindo às novidades. Verifiquei, assim, haver um fosso entre o que pensamos. Nunca vi pessoa tão conservadora. Janos Stanovnic, Margarita de Botero, Sahoun (Argélia) e eu estamos muito preocupados, pois a nossa comissão corre o risco de naufragar num relatório medíocre, o que seria um desastre.

Novos indicadores econômicos

26 maio 1986

OTTAWA, CANADÁ – De manhã, no Lester Pearson Building, foram instaladas as reuniões de Ottawa, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Falaram o ministro federal MacMillan, a ministra de Relações Exteriores Monique Vezima e nossa presidente (*chairwoman*) doutora Brundtland. Os discursos foram muito bons e muito diretos, referindo-se às principais

questões ambientais e mundiais. MacMillan sugeriu a criação de um grupo mundial de auditores ambientais, ideia que também tenho há tempo.

Durante a manhã falaram vários oradores, na sessão das audiências públicas. Harvey Mead e Luc Gragnon expuseram sobre a importância de estabelecer novos indicadores econômicos. O atual *Gross National Product* conta tudo o que é gasto, inclusive com a correção de males ambientais. Os índios Cree falaram sobre as compensações econômicas que esperam receber. Julian Dumanski disse que o aquecimento do planeta, devido ao excesso de CO₂, diminuirá a produção agrícola no Canadá, agravando a situação de semiaridez no Norte, devido ao excesso de evaporação (...)

A polêmica sobre resíduos nucleares

Ian Wilson disse maravilhas sobre a indústria nuclear. Janos Stanovnick contou que a Iugoslávia teve enorme prejuízo com o acidente de Chernobyl e que isso mostrava estarem erradas as conclusões dos que diziam que os reatores eram seguros.

Perguntei quem ia garantir a segurança das gerações futuras, em relação aos resíduos nucleares. Wilson afirmou que em 500 anos o nível da radiação seria o mesmo encontrado nas minas de Urânio. Mais tarde respondi estranhando isso, pois o Plutônio leva 250 mil anos para se desintegrar, e o Brasil não reprocessa seus resíduos nucleares, pois não faz bombas. Janos Stanovnick disse que se eles esperam guardar tão bem esses resíduos, a Iugoslávia teria prazer em enviá-los para o Canadá. Acrescentei, de passagem, que o reator brasileiro funciona um mês e para dois, e vice-versa. Houve risadas gerais sobre essa afirmação e a de Janos, que deixou bem clara a falácia das afirmações do senhor Wilson, sobre a confiabilidade das usinas nucleares atuais.

Depois Raymond Robinson falou sobre os estudos de impacto ambiental que o Governo Federal Canadense realiza. Indaguei por que eles não estudam também as alternativas. Respondeu que a pergunta era válida, e que não se ocupavam de alternativas para não complicarem as coisas politicamente.

Conclusões concretas no relatório

Aberta a discussão do Capítulo I, falou Janos Stanovnick. Criticou muito os conceitos gerais e mostrou vários erros de perspectiva histórica e de interpretação de estatísticas. Os países que desenvolveram mais os mercados internos, como a Tailândia e a Indonésia, resistiram melhor às crises mundiais de mercado. Desenvolvimento não é só economia: é a totalidade do ambiente. O nosso relatório deveria refletir isso melhor. Diante das críticas que ele fez, não vejo outra saída senão redigir novamente esse Capítulo I. Para Janos, os problemas são globais e a solução está no Sul.

Pedi a palavra, após o *coffee break*, e critiquei a ausência de qualquer menção ao problema da dívida externa. Disse que não mencionar o problema da dívida externa era o mesmo que falar de poluição atmosférica e não mencionar chuvas ácidas. Concluí dizendo que concordava muito com as palavras de Janos Stanovnick e que, à luz das mesmas, a meu ver, o Capítulo I precisava ser reescrito.

(...) A doutora Brundtland encerrou a reunião concordando comigo.

28 maio 1986

(...) Pedi a palavra e fiz críticas a 10 ou 12 partes do Capítulo II, sobre a conexão Ambiente-Desenvolvimento. Salientei que as conclusões do Capítulo II eram platitudes, generalidades. São necessárias conclusões mais concretas, mais fortes. Sugeri, como exemplo, propor uma conferência sobre uma nova ordem ambiental-econômica, algo parecido com Bretton Woods (que era só econômica) no passado.

(...) Falei depois sobre algumas sugestões de redação e entrei no assunto principal: o problema nuclear. Contei que há 10 anos o presidente da Comissão de Energia Nuclear me viu como um ignorante completo quando manifestei dúvidas sobre a disposição de resíduos nucleares. Para ele a vitrificação era a solução. Hoje, 10 anos depois, nas audiências públicas o representante da Comissão Canadense de Energia Nuclear nos disse que a solução ainda está em estágio experimental e mencionou a vitrificação! Falei emocionado, com muita ênfase, que a comissão deveria pedir uma moratória na construção de novos reatores, até que o problema dos resíduos seja resolvido. Disse que isso não seria aceito por todos, mas que não estávamos aqui para agradar aos outros, e sim para dizer o que deveria ser dito. Não podíamos criar problemas para milhares de gerações futuras. Sugeri redigir um parágrafo sobre a fusão nuclear, que poderia estar disponível em 30 ou 50 anos. Isso era muito pouco em termos históricos. Infelizmente parece que a doutora Brundtland saiu da sala, o que eu não percebi no momento. No final de minha exposição, fui muito favorável à criação de um ramo do Banco Mundial para a Energia. Sugeri que fosse Energia e Meio Ambiente.

Respeito à natureza e ao homem

Pedi a palavra e condenei severamente várias partes do documento. Disse que os países que aceitaram receber resíduos tóxicos, coisa que o documento registrou, estão na realidade se degradando, seja porque são desesperadamente pobres, seja devido à corrupção. Disse também que não havia níveis aceitáveis no que se refere a prejudicar a capacidade de autorregeneração do ar e da água. Temos que proteger a natureza e salvaguardar sempre essa capacidade de autorregeneração. Isso deve ser feito não apenas por considerações humanas, mas também por respeito à natureza. Apoiei a ideia, expressa no documento, de que as Nações Unidas deveriam ter um código de conduta sobre o Meio Ambiente, aplicável às indústrias.

Margarita de Botero declarou que este era o pior capítulo que já havia lido. Ela disse que no parágrafo onde dizem *environmental quality is a matter of social choice* há uma coisa totalmente inaceitável: ninguém escolhe livremente ser pobre, viver na miséria, viver em lugares poluídos. Não é uma questão de escolha. Margarita pediu que o capítulo fosse rejeitado, e que não teria problema em sair da comissão.

Surge o Sustainable Development

V. Hauff levantou uma questão muito séria. Precisamos fazer recomendações que tenham peso e importância, pois a comissão será lembrada devido a essas mensagens básicas. As sugestões deverão ser enviadas dentro de 15 dias, ao secretário geral. Ao que parece o tema central será *Sustainable Development*, ou seja, Desenvolvimento Sustentável.

(...) Pedi a palavra para dizer que, vendo agora a lista de capítulos do nosso relatório, verifiquei que estava faltando um capítulo ou subcapítulo referente à proteção da natureza, assunto também da maior importância para o meio ambiente.

ZIMBÁBUE
Energia nuclear, mudanças do clima e pesticidas

HARARE, ZIMBÁBUE – A reunião da comissão teve início com o relatório do secretário geral Jim McNeil. Tratou de generalidades. Depois falou Maurice Strong, propondo um sumário, que me pareceu muito bom e amplo, sobre os problemas ambientais do mundo (...)

Depois de muitas discussões, chegou-se ao consenso de que deveria ser dito claramente que a atual tecnologia nuclear não era aceitável, devido aos riscos que apresentava. Pedi a palavra para dizer que esse compromisso entre diferentes opiniões era bom, inclusive porque não fechava a porta à fusão nuclear. Houve uma risada geral e alguém disse que os brasileiros saem sempre ganhando com os compromissos. O fato é que todos, inclusive os colegas Sokolov (URSS) e Ruckelshaus (EUA), concordaram com o compromisso de meio termo (...)

(...) Depois do intervalo para o café, o Grupo 3 se reuniu para discutir o problema da energia nuclear. Foram feitas algumas modificações de redação, sobre o texto proposto por Hauf. Sokolov e Ruckelshaus sugeriram algumas mudanças na redação, para diminuir dúvidas. Propus também uma alteração onde se dizia que os acidentes trazem *unknown risk to future generations*. A meu ver o risco é conhecido; o que se desconhece é a sua magnitude. Minha sugestão foi aprovada. Finalmente, chegou-se a um consenso, reunindo o colega alemão, o russo, o norte-americano, o da Arábia Saudita, o indonésio, o nigeriano e a minha pessoa. Vai ser uma resolução extremamente importante, pois diz que no estágio atual o uso industrial da energia nuclear não é aceitável (em matéria de riscos).

Sugeri que a parte referente a mudanças do clima fosse mais elaborada, pois além do efeito estufa, há também o efeito contrário, causado pelo material particulado na atmosfera. Gordon Goodman atribui 50% do efeito estufa, no ano 2000, aos cloro-fluor-carbonos. Atribui também a elevação do nível do mar à "expansão térmica da água dos oceanos" e não ao degelo. Sugeri que isso fosse explicado ao público, que tem recebido até agora somente a notícia de que o degelo será a causa da elevação do nível dos mares.

Após um intervalo para o chá, iniciamos a discussão do capítulo sobre a sustentação e segurança da produção de alimentos. As discussões foram frequentes, mas construtivas. Falei muitas vezes. Expliquei que o incremento no uso dos fertilizantes químicos era necessário para aumentar a produção agrícola. Contudo, os adubos nitrogenados, em uso excessivo, causam problemas sérios. Opus-me fortemente ao uso elevado de pesticidas, que o capítulo justificava. Aceitaram meu ponto de vista.

Uma surpresa de cores no coração da África

De manhã, houve a cerimônia oficial da abertura das sessões da comissão. O primeiro-ministro Mugabe, vários ministros, deputados, senadores, o prefeito de Harare, com seu grande colar de ouro, e muitos altos funcionários estavam presentes.

15 setembro 1986

16 setembro 1986

17 setembro 1986

29 maio 1986

30 maio 1986

P.S. 2009: Foi esse tema que tornou a Comissão Brundtland famosa no mundo.

P.S. 2009: Nessa ocasião Mugabe ainda não havia mergulhado o Zimbábue num tremendo desastre humano, político e econômico.

Contudo, a grande surpresa, que para mim tornou inesquecível a reunião, foi o enorme público. No imenso auditório do Centro de Conferências, havia umas duas mil mulheres, todas com vestidos compridos e quase sempre com turbantes ou lenços coloridos nas cabeças. Muitas estavam lá com os seus filhos, alguns entre 3 e 6 anos, outros com apenas meses de idade. Os homens eram raros, nessa parte do auditório, pois estavam trabalhando e não compareceram. Elas chegaram em ônibus especiais. No dia anterior a rádio pediu, segundo me disseram, que elas se reunissem “nos lugares de costume”, para virem à cerimônia.

Sustentabilidade da população

No reinício dos nossos trabalhos (...) tratamos do capítulo sobre população. (...) Sugeri, e foi aprovado, que o objetivo a conseguir seria uma “população autossustentada”, o que agradou a todos. Foi depois também aprovado que cada país definiria esse nível autossustentado e que a família é que decidiria sobre o seu próprio planejamento familiar. A atuação dos governos seria através de educação, portanto sem coerção. Salientei o fato de que o mundo não comportará mais de 12 bilhões de pessoas e que, para atingir esse número, teríamos que dobrar a produtividade das terras agrícolas. Hoje (1986) somos cinco bilhões.

Intervalo ecológico

Na hora do almoço fui de táxi ao Jardim Botânico, de Harare, lindíssimo. Anda-se lá à vontade. Observei: *Erythrina* (duas espécies) em flor; *Euphorbia griseola* var. *mashonica*, em flor, muito atraente para *Apis mellifera* (néctar e pólen); *Ficus retusa* com frutos quase ou praticamente maduros, que colhi. Parece muito a *F. microcarpa* (benjamin); *Cordia abyssinica*: colhi frutos amarelos, grudentos.

O contra-exemplo de São Paulo

Retornei ao hotel e, sem almoçar, reassumi os trabalhos, agora sobre os debates finais do capítulo referente à população. Em seguida, após o intervalo, debatemos o capítulo sobre a urbanização. Várias vezes discuti a questão, à luz de minhas experiências de paulistano. Ficaram um tanto surpresos quando lhes disse que no Brasil não havia conflitos entre os habitantes de bairros ricos e pobres. Expliquei também que quanto mais se procura melhorar a vida em São Paulo, construindo o metrô, fazendo avenidas etc., mais pessoas são atraídas para a cidade. A solução, a meu ver, é melhorar as cidades de porte médio e pequeno, para descentralizar a urbanização, o que, aliás, já estava escrito no capítulo sobre a população.

Redação de proposta sobre Conservação de Áreas Naturais

Depois da sessão da comissão, que terminou lá pelas 19h, reuni-me com o hindu N. Desai, do secretariado. Ele é um ótimo redator e tem excelente cultura geral. Numa mesa, no bar do hotel, em menos de uma hora redigimos juntos um esquema do capítulo intitulado Conservação de Áreas Naturais. Eu o apresentei na manhã seguinte na reunião da comissão.

No início da reunião daquela manhã, mostrei a proposta preliminar que havia redigido com Desai, sobre a “Conservação de nossa herança natural”. A doutora Brundtland achou a proposta preliminar muito boa. Acredito que essa foi a impressão geral. Sokolov (URSS) sugeriu acrescentar o valor das áreas preservadas em relação à vida humana. Salim propôs acrescentar a necessidade de preservar certas áreas naturais das quais dependem algumas populações humanas. Também falou sobre a importância das zonas-tampão (*buffer zones*), em torno das áreas preservadas. A doutora Brundtland sugeriu que se preservasse o máximo possível, em cada país. Salim havia proposto preservar 30%, mas isso, como tive ocasião de dizer, para muitos países (Holanda, Bélgica, Dinamarca etc.) é demais.

Os parques africanos e a fome

NAIROBI, QUÊNIA – Jim McNeil, devido a uma sugestão que lhe fiz em Harare, disse-me que convidará Norman Meyers para escrever o projeto do capítulo sobre a conservação de áreas naturais. É uma pessoa com ideias polêmicas, mas poderá dar uma contribuição importante, que depois será revista por mim e outros comissários.

Ele acha que os parques nacionais africanos precisam estar mais integrados com as populações vizinhas, o que em certos casos é realmente muito necessário, mesmo com algum sacrifício do princípio da total intocabilidade dessas áreas. O mais importante é que os parques não sejam destruídos por populações humanas, às vezes antagônicas aos mesmos e famintas. É preciso encontrar uma solução para esses casos.

Rússia – URSS Nosso futuro comum

MOSCOU, URSS – Quando a reunião começou, falou primeiro a doutora Brundtland, em termos gerais, sugerindo que o nosso lema fosse “um futuro comum”. MacNeil em seguida referiu-se ao desenvolvimento de nossos trabalhos. Janos Stanovnick fez uma crítica severa aos capítulos do relatório, dizendo que faltava uma ênfase e um sentido mais fortes. Contudo, sempre acreditei que há um aquecimento geral da atmosfera em curso.

(...) Ana Agnelli contou que um prêmio Nobel de Física lhe disse que o efeito estufa fará o nível do mar subir 20 metros em 20 anos. Pedi a palavra e expliquei que, segundo a revista *Environment*, o nível do mar está subindo apenas 1 milímetro por ano e que os gelos da Antártida têm aumentado. Além disso, nos últimos anos houve uma diminuição da radiação solar. É preciso considerar também que o material particulado possui um efeito de resfriamento da atmosfera. Por tudo isso, precisamos ser cautelosos a respeito de previsões climáticas sobre o futuro.

As limitações do mundo

A reunião da manhã começou pela discussão do capítulo sobre demografia. De início, a doutora Brundtland disse que precisamos dizer claramente que há limites para a expansão da população humana. Ela chegou a declarar que, se for necessário, colocará no relatório um rodapé com a sua

20 setembro 1986

22 setembro 1986

6 dezembro 1986

P.S. 2009: Hoje não há mais dúvidas de que um perigoso aquecimento climático já está em curso. Emil Salim disse que os países consumidores de madeira devem pagar um preço pela destruição, também, de recursos genéticos. Pedi a palavra para dizer que apoiava o que disse Emil Salim, que é ministro do Meio Ambiente da Indonésia, além de membro da nossa Comissão, pois a preservação de recursos genéticos é importante para todos os países, inclusive para as nações desenvolvidas.

7 dezembro 1986

9 dezembro 1986

opinião. Logo que ela terminou de falar, pedi a palavra para dizer que concordava com ela e que, num mundo finito, não pode haver crescimento material infinito, portanto, tem que haver limites para o crescimento da população.

(...) Depois foi discutido o novo capítulo sobre a conservação dos recursos genéticos. A doutora Brundtland passou a palavra a Norman Meyers, que fez um resumo do capítulo, salientando a importância para o mundo de medidas destinadas a colocar um paradeiro na extinção em massa de espécies, que está ocorrendo. Depois dele, falei que essa extinção está ocorrendo no mesmo momento em que o mundo, através da Biotecnologia, pode transferir material genético de uma espécie para outra muito diferente. Há quem compare o valor da biotecnologia ao da informática. É preciso, pois, salvaguardar os recursos genéticos.

Segurança e desarmamento

Depois do intervalo para o café discutiu-se o capítulo sobre segurança e desarmamento. Sony Ramphal, da Guiana, fez um bom sumário sobre a necessidade de se aplicar um freio na corrida armamentista. A redação atual do capítulo é muito prolixa e controversa. Desagradou muito aos africanos, pois citou frequentemente a África como local de problemas referentes a guerras e refugiados, quase silenciando sobre outras partes do mundo.

Pedi a palavra para dizer que devíamos nos pronunciar fortemente contra a guerra. Os perigos da guerra nuclear são uma ameaça séria para o mundo e o Meio Ambiente, pondo em risco nossa sobrevivência. Contudo, devíamos também nos referir a países (França, por exemplo) que explo- dem bombas nucleares na superfície, poluindo a atmosfera não somente do Hemisfério Sul mas de todo o mundo.

O papel das leis

Sony Ramphal disse que não deveríamos temer ser considerados visionários, se nossas ideias fo- rem avançadas mas corretas. Pedi a palavra para falar a respeito dos direitos ambientais, que no sistema latino, derivado do Direito Romano, as leis geralmente estabelecem direitos e deveres. Portanto, não havia problemas, conosco, a respeito da declaração de certos direitos ambientais no relatório da comissão. Nossas leis já estabelecem direitos desse tipo, e nossa futura Constituição certamente os mencionará. A meu ver, expliquei, nossa comissão somente chegará a platitudes ou declarações inócuas, se nossas sugestões não forem incorporadas a leis.

Japão
A culpa pela dívida, os valores religiosos e o continente gelado

23 fevereiro 1987

TÓQUIO, JAPÃO – O problema da dívida externa foi objeto de muitas discussões. Margarita e Ram- phal propuseram uma declaração culpando os países industrializados pela situação atual e justi- ficando a moratória unilateral dos países devedores, ou a limitação dos pagamentos. Depois de alguma discussão, durante a qual justifiquei a atitude tomada pelo Brasil há dias, suspendendo o pagamento da dívida externa, finalmente foi aceita uma sugestão conciliatória de Ruckelshaus. Dei- xamos a culpa da situação com alguns países industrializados, mas não com todos. Por outro lado,

a solução brasileira foi mencionada como fato, não como recomendação a outros países. Assim, foi possível alcançar um consenso, pois, como tive ocasião de dizer, mencionar fatos não ofendem. Ok- ta e os outros “desenvolvidos” concordaram com a solução, o que me surpreendeu agradavelmente.

(...) Salim sugeriu que fosse incluída uma emenda reconhecendo a importância das religiões do mundo na formação de valores que ressaltam haver necessidade de harmonia entre a humanidade e a natureza. Salim, diga-se de passagem, é muçulmano. Imediatamente apoiei essa emenda, que foi em seguida amparada por todos, inclusive por Land (Hungria) e Sokolov (URSS)

A dívida externa da Antártida

Depois do intervalo para o café, passamos ao exame do Capítulo X, sobre a Antártida e áreas comuns do globo. Logo de início, a doutora Brundtland explicou a situação delicada da comissão frente a uma discussão sobre a futura situação da Antártida. Hoje há aqui países que participam do Tratado da Antártida (Brasil, Índia, Noruega, URSS, EUA, China), enquanto outros não fazem parte. É um assunto “quente”, na esfera internacional.

Também fiz uso da palavra explicando que o Brasil não teve problemas para ser admitido no trata- do. Cumprimos as suas exigências e, com certa surpresa, fomos admitidos sem dificuldade. A meu ver, se o tratado não satisfaz, deverá ser substituído por outro ou modificado. Contudo, não vejo como possa haver a ausência de um tratado, pois isso seria a desordem, altamente perigosa para aquele continente. No relatório da comissão deveríamos deixar de lado a questão do tratado e nos limitar às questões de desenvolvimento e meio ambiente. Ficou resolvido que seria feita nova redação do capítulo.

(...) Jantamos na sala ao lado do salão de reuniões. O pessoal é muito inteligente e demos boas risadas. Disse-lhes que haveria um novo capítulo no nosso relatório: a dívida externa da Antár- tida. Tudo o que acontece de ruim pode ser atribuído à Antártida. Foi a minha contribuição para as brincadeiras.

Lá pelas 21h nos reunimos (a comissão energética) na sala 2.430. Discutimos desta vez os problemas energéticos não nucleares. Hauff, em certo momento, comentou que para haver progresso é neces- sário também haver estabilidade de preços. “Então estamos perdidos!!”, comentei sob risadas gerais.

Os perigos do amianto

Quando tratamos dos cuidados referentes a produtos químicos e a resíduos perigosos, levan- tei uma questão: “Onde entrariam os materiais que contêm asbestos (amianto)?”. Ruckelshaus e outros me apoiaram, dizendo que realmente não havíamos escrito nada sobre tais produtos. O asbesto, como expliquei, é um mineral. Depois de muita discussão e indecisões, resolveu-se incluir no texto uma referência a tais produtos e materiais.

Emoção e amizade na despedida

À noite quase toda a comissão e o *staff* se reuniram no restaurante Garden, do Hotel Otani, aqui perto. A casa ficou reservada apenas para nós, para a nossa despedida. Degustamos uma deliciosa

24 fevereiro 1987

25 fevereiro 1987

27 fevereiro 1987

P.S. 2009: A Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento se reuniu pela primeira vez em outubro de 1984 e terminou em 1987. Além de se referir à data inicial, nossa presidente Gro Harlem Brundtland escreveu que "as questões referentes à população – pressão populacional, população e direitos humanos e os vínculos entre estas e a pobreza, o Meio Ambiente e o desenvolvimento, revelaram – se das mais difíceis dentre as que tínhamos que enfrentar. As diferenças de ponto de vista pareceram a princípio intransponíveis e foi preciso muita reflexão e muito empenho para superar distinções culturais, religiosas e regionais" (G. H. Brundtland Em Nosso Futuro Comum, 1988, p. XV).

comida japonesa, grelhada na hora, no centro de cada mesa. O ambiente era alegre e descontraído, embora pairasse no ar a tristeza da despedida.

Margarita de Botero deu um show, a princípio muito engraçado. Ficou entre Ruckelshaus (EUA) e Sokolov (URSS), dizendo que estava entre as duas superpotências. Depois fez muitas brincadeiras com Hauff (Alemanha Federal) e Ruckelshaus (EUA). Mais tarde fez um discurso ao microfone, defendendo as mulheres no mundo, contra a exploração e a discriminação. E foi por aí afora, muito emocionada. Pediu várias vezes que aclamásemos de pé Maurice Strong, o que foi feito. Também solicitou uma aclamação a Okita, o que todos fizeram com gosto. (Okita é um homem simples, modesto, eficiente, moderado e muito compreensivo. Foi quem obteve grande parte do financiamento da comissão e nunca nos exigiu nada. Limitou-se a fazer alguns poucos pedidos sobre mudanças de redação, que nem sempre atendemos. Recebeu esportivamente as pequenas contrariedades sofridas. É sem dúvida um grande ser humano.)

Na minha visão, as soluções e conclusões apresentadas sobre essas questões foram as mais interessantes e importantes estudadas pela Comissão e as que lhe deram maior prestígio internacional. Hoje, a expressão "desenvolvimento sustentável" é uma das mais usadas no mundo inteiro pelos economistas, demógrafos, biólogos, políticos etc., bem como pelo "responsável público".

Na realidade, a Comissão não inventou novos termos, mas ao agregar a palavra sustentável à palavra desenvolvimento, designou as situações práticas não predatórias e desejáveis, separando – as das situações não desejáveis, predatórias e que não tem condições de se manter. Inicialmente, a Comissão se preocupou com o rápido aumento da população em certos pontos do mundo. Isso poderia tornar o planeta inviável, pois este é finito, ou seja, tem capacidades limitadas. Os demógrafos, cientistas que estudam as populações, no caso as populações humanas, nos disseram que é nas áreas onde existe miséria (pobreza absoluta ou quase absoluta) que a população humana se expande descontroladamente. O livro *Nosso Futuro Comum* disse claramente, na página 115: "A pobreza gera altas taxas de aumento populacional: as famílias mal providas de renda, emprego ou previdência social precisam de filhos, primeiro para trabalhar, e mais tarde para sustentar os pais idosos. As taxas de fecundidade baixarão caso se tomem medidas para propiciar as famílias pobres um meio de vida adequado, para estabelecer e reforçar na legislação uma idade mínima para a mão de obra infantil e para assegurar uma providência social financiada com recursos públicos". Há divergências sobre métodos a serem usados no planejamento familiar, mas em tese esse planejamento é necessário para salvar o nosso frágil e limitado planeta.

Nos debates da Comissão Brundtland, cedo verificamos que um dos grandes perigos do excesso de população, que está ainda crescendo, era um dos maiores problemas do planeta Terra. Assim, frear o crescimento excessivo da população humana pareceu prioritário. Como fazer isso? Somente seria possível ou viável, através dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento. Mas que desenvolvimento? De que tipo? Alguém sugeriu que seria um "Desenvolvimento Sustentável ou Sustentado". E como seria este? Como ele se manteria no decorrer dos séculos? Chegamos à conclusão, chave e óbvia, que o Desenvolvimento Sustentável é o que não prejudica a geração atual nem as gerações futuras. Com os bons resultados assim produzidos, seria possível realizar uma das nossas metas principais aqui na Terra: a erradicação da miséria.

Com isso, haveria uma população equilibrada, com um planejamento familiar que prevê poucos filhos por família, para que estes possam ter melhores condições de vida e melhor educação. O número de filhos é uma decisão do casal, devido a circunstâncias que somente ele poderá avaliar

mais precisamente. Esse mundo novo e sustentado será o resultado, a meu ver, do efetivo cumprimento do mandamento do amor ao próximo, por todos os povos, culturas e religiões. Levará algum tempo, mas chegaremos lá.

Hungria Socialistas propõem Ecologização e Conferência em 1992

BUDAPESTE, HUNGRIA – Durante a manhã foi instalada formalmente, com vários discursos, a reunião de Budapeste para apresentar e discutir com os países socialistas o relatório da Comissão Mundial.

Após o intervalo para o café falou o professor Alexei Kontepov (vice-presidente do Comitê da URSS para Ciência e Tecnologia), dizendo que os vários órgãos ambientais da URSS vão "examinar" o relatório. Falou em termos muito gerais, mas elogiou e salientou nossas preocupações. Referiu-se à necessidade de uma nova legislação internacional ambiental, que exclua a violência. Mencionou as chuvas ácidas, o problema do CO² e outros fatos.

O delegado da Bulgária nos saudou como "caros camaradas". Falou sobre a intenção e importância dos problemas ecológicos. Propôs a preservação do espaço para usos pacíficos. A ecologização das economias é uma necessidade. Mostrou a obrigatoriedade de um sistema internacional de notificação dos desastres e perigos. A Bulgária vai promover um "Ecoforum para a paz". Foi, nas suas várias considerações, um discurso muito avançado.

Um representante soviético, Petrenko, disse que lá aprovavam as conclusões do relatório, citando o caso das implicações internacionais de certos problemas locais. Propôs uma Conferência Ambiental em 1992. A seu ver, desarmamento e desenvolvimento caminham juntos. Disse que algumas partes do relatório são ambíguas. As causas sociais dos problemas não foram bem explicadas, na sua opinião.

Amazônia não é o pulmão do mundo

Fui entrevistado pela TV húngara, no programa "Week". Deixaram oito minutos para a minha fala. Discorri sobre a Amazônia e o seu zoneamento ecológico e econômico. Disse que a Amazônia não era o pulmão do mundo, como afirmara o meu entrevistador, pois a produção de oxigênio é estável naquela região. O que pode alterar o clima do mundo é o desmatamento. Disse algo, também, sobre a dívida externa e o seu efeito em muitos países subdesenvolvidos, que forçam as suas exportações e destroem florestas, para obter mais dólares.

América Latina Apoio do Brasil ao relatório

BRASÍLIA, DF – (...) Fui ao Itamaraty, onde o ministro Abreu Sodré ofereceu um belo almoço aos membros da comissão. Houve discursos. O ministro referiu-se ao meu nome, numa saudação ao meu trabalho, única menção pessoal que fez. Deu também a entender que o Brasil apoiará o trabalho da comissão na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Salientou a importância do relatório. Reafirmou também a tradicional política do Itamaraty, de respeito à soberania dos países.

11 Maio 1987

12 maio 1987

31 agosto 1987

P.S. Ulysses Guimarães é um dos líderes da oposição. Tenho acesso a ele também pelo fato de que Lucia, minha esposa, é uma das maiores amigas da sua esposa. No Brasil essas coisas são importantes.

(...) Fomos recebidos pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele é um verdadeiro líder. Falou da importância do Meio Ambiente na Constituinte. Disse que os observadores parlamentares que irão à próxima Assembleia Geral das Nações Unidas apoiarão o relatório. Na despedida ele me chamou pelo nome. Fiquei de lhe enviar alguns exemplares do relatório. Tenho bom relacionamento com ele.

Quebrar o gelo na Antártida

1º dezembro 1987

BUENOS AIRES, ARGENTINA – Às 17h30 fomos à Casa Rosada, sede do Governo argentino. É um casarão antigo, que já conheceu melhores dias. Depois de pequenas conversas na antessala, fomos recebidos pelo simpático presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Ele tem um ar de modesto pai de família. O seu gabinete é relativamente simples e certamente foi construído no início do século, num estilo *belle époque* com móveis pesados e envelhecidos.

Alfonsín foi muito amável, mas ressaltou de modo firme que o nosso relatório errou ao não se referir à questão Antártida de acordo com a posição argentina. Foi realmente uma gafe da comissão ou falha dos latino-americanos (Margarita e eu). Numa das vezes que Alfonsín se referiu ao assunto, para quebrar o gelo tomei a palavra e disse no meu melhor portunhol: “Presidente, o aspecto principal das conclusões da comissão é que o desenvolvimento deve ser autossustentado, ou seja, não deve ser predatório”. Alfonsín então percorreu sobre isso, apoiando a ideia e dizendo outras coisas simpáticas sobre o Meio Ambiente. Foi muito atencioso.

Malvinas: o Meio Ambiente une

2 setembro 1987

O ministro Caputo estava com a fisionomia tensa, e fumava, durante a reunião com os membros da comissão. Mansur Khalid falou em nosso nome e quase se desculpou por ter o relatório assumido uma posição diferente da que é aceita pela Argentina, a respeito da Antártida. Disse que essa era uma questão menor e enfatizou a importância das conclusões gerais do relatório.

Ocorreu então a surpresa das surpresas, coisa sem igual nos trabalhos da comissão. Caputo disse, primeiro com extremo cuidado e depois abertamente, que era possível encontrar uma solução para o problema das Malvinas, se estas forem transformadas num centro universal de pesquisas científicas e de conservação da flora e da fauna. As questões de soberania poderiam ser deixadas de lado. As Malvinas são parte da Antártida e poderiam, como esta, ficar abertas à pesquisa científica.

A senhora Agnelli foi a primeira a responder. Disse que a sugestão era boa e que a doutora Brundtland seria a pessoa indicada para levá-la adiante, na esfera internacional. Tom Wraulsen foi extremamente cauteloso e disse que a ideia deveria ser estudada com cuidado, sugerindo apresentá-la à Comissão da Antártida. Mais tarde ele me disse achar a ideia boa. Margarita se manifestou muito favorável.

De minha parte, contei um episódio do tempo da Guerra das Malvinas. Certa noite jantei com o embaixador britânico e sugeri que o arquipélago fosse declarado como área de proteção ecológica mundial, ou algo equivalente. Com isso, encontraríamos talvez uma solução capaz de evitar a guerra. O embaixador gostou da ideia. Dias depois, encontrei-me novamente com o embaixador. Espontaneamente, ele me afirmou que achava boa a sugestão que eu lhe havia feito. Contudo,

poucos dias após esse encontro, a guerra estourou e não se falou mais no assunto. O episódio, porém, indica que os britânicos talvez possam algum dia receber bem essas sugestões.

A independência das não governamentais

Na reunião das ONGs (organizações não governamentais) no *UN Information Center*, o ambiente era calmo. Estavam presentes umas 40 pessoas. Falei duas vezes. Uma delas para dizer que o zoneamento ecológico e econômico é a grande esperança de controlar o desmatamento na Amazônia. Isso se for aprovado o artigo do respectivo projeto que proíbe aos bancos emprestar em desacordo com o zoneamento. Também afirmei que seria um erro as ONGs argentinas receberem subvenções, como uma moça propôs. Isso faria essas organizações não governamentais perderem a independência. O público presente era muito educado, do tipo europeu. Nada de agitações e acusações, como ocorreu na reunião aberta realizada em São Paulo em 1985, pela mesma comissão.

Peru

Uso do solo planejado e os descaminhos na Amazônia

LIMA, PERU – De manhã fui ao Hotel Sheraton. Lá, junto com os companheiros de comissão, segui de micro-ônibus para o Instituto Nacional de Planificação, que corresponde à Seplan (Secretaria do Planejamento da Presidência da República). Mansur Khalid, como sempre, fez uma explanação geral e teórica sobre os trabalhos da comissão. Na presidência da reunião estava o diretor substituído, pois o efetivo se encontrava numa sessão do ministério. Uma senhora, diretora de Planificação Regional, fez uma exposição muito boa. Ao que parece eles têm a preocupação, no planejamento, de respeitar o Meio Ambiente. Esta, lá, é praticamente sinônimo de recursos ambientais. A ocupação do solo e suas normas é o assunto prioritário neste instituto.

Pedi a palavra e expliquei os erros que cometemos na Amazônia brasileira: estradas mal planejadas, colonização (várias agrovilas) muitas vezes em lugares impróprios para a agricultura, grandes agropecuárias hoje em boa parte inúteis, pois estavam sendo tomadas por arbustos sem valor econômico. Salientei o grande perigo representado pelas estradas em lugares inconvenientes. Falei sobre o projeto de lei de Zoneamento Econômico-ecológico. Houve claro interesse em relação à política de crédito dirigido, a ser aplicado somente de acordo com o Zoneamento Econômico-ecológico. Assim, expliquei que a ideia é proibir os bancos de emprestar dinheiro em desacordo com o Zoneamento.

Coisas de Longo Prazo

A caminho de Bogotá

Retornamos ao Hotel Sheraton, onde me despedi dos companheiros da comissão. Voltei ao apartamento e de lá, com Lucia e Guisa, fomos ao aeroporto. Seguimos a Bogotá num avião DC-10 da Viasa, companhia venezuelana.

Devido à denúncia de bomba a bordo, descemos do avião e ficamos mais de duas horas em terra. Só retornamos após reconhecer as bagagens.

P.S. 2009: Hoje, depois de ver sucessivos fracassos, estou descrente dos zoneamentos econômicos e ecológicos para a solução dos problemas ambientais. Prefiro as soluções via Conama e também a criação de Unidades de Conservação.

3 setembro 1987

	Colômbia Crianças pelo Meio Ambiente	
6 setembro 1987	VILA DE LEYVA, COLÔMBIA – A partir das 9h houve um grande desfile com banda de música e crianças com uniformes escolares ou fantasias com motivos ecológicos. Carregavam também cartazes. Depois todos se encaminharam para o Colégio Verde de Vila de Leyva, belíssimo. Era um antigo convento franciscano do século 17. Na antiga igreja reuniram-se perto de mil crianças, seus professores e outras pessoas. Após um discurso da Margarita Marino de Botero, no qual ela me citou (fui muito aplaudido), houve números de música, canto e danças, em homenagem à defesa do Meio Ambiente e da natureza. Margarita conseguiu um grande e merecido sucesso. Foi uma lástima que a Comissão toda não tenha comparecido.	
	Aprender uns com outros na Amazônia	
7 setembro 1987	BOGOTÁ, COLÔMBIA – Estive de manhã no Senado, onde me encontrei com a Comissão IV (Relações Exteriores), presidida pelo senador Diego Uribe Vargas, ex-ministro das Relações Exteriores (...) Conversamos sobre a possibilidade de se promover uma reunião interparlamentar no quadro do Pacto da Amazônia. Eles acharam a sugestão boa. Contudo, é uma ideia inicial interessante, que a meu ver necessita de mais estudo. Eu a lancei para que fosse melhor examinada, pois poderá dar bons frutos se houver uma preparação diplomática e técnica adequada. É importante que uns aprendam com outros na Amazônia, e que haja leis eficientes para que a região não seja destruída predatoriamente.	
	Venezuela O tráfico de resíduos perigosos	
18 setembro 1987	CARACAS, VENEZUELA – Após o almoço, muito bom aqui no hotel, à tarde fomos visitar o presidente da república Jaime Lusinchi. O palácio, do início do século, é sólido e bonito. O presidente conversou longamente conosco sobre problemas ecológicos. Está zangado com a Itália, que enviou para cá clandestinamente produtos perigosos. Vieram simplesmente como importação de substâncias químicas por uma firma falsa, que desapareceu. Vão mandar de volta tais produtos. Relatei ao presidente Lusinchi os erros que o Brasil cometeu na Amazônia, para evitar que o mesmo ocorra aqui. Falei do fracasso das agrovilas da Transamazônica e do plano para estabelecer grandes pecuárias com incentivos fiscais, coisas que não deram certo. À noite jantamos na casa do embaixador da Noruega. Foi muito agradável pois pude conhecer melhor os conservacionistas venezuelanos. Vamos estabelecer um bom relacionamento com eles. Também o ministro Colmenares, do Meio Ambiente e Recursos Naturais, mostrou-se acessível.	
	Nações Unidas Críticas às restrições financeiras propostas no relatório	
20 outubro 1987	NOVA IORQUE, EUA – Fui o terceiro orador a falar na reunião da Fundação (Friederich Neumann, ligada ao Parlamento Alemão, reunindo outras ONGs) sobre o relatório da Comissão Brundtland.	

	Falei em inglês, sobre o problema central da pobreza e Meio Ambiente, como havia feito em Florianópolis em português. É impossível solucionar os problemas ambientais sem resolver a questão da pobreza. Discorri em torno desse ponto, principalmente. (...) Os países estão reclamando de parte do relatório que pede às agências financeiras que examinem, nos empréstimos, as exigências ambientais. Acho que, diplomaticamente, podem ser encontradas fórmulas que não firam a soberania. Contudo, é um total absurdo emprestar recursos para algo que vai agredir e prejudicar o Meio Ambiente, como aconteceu em Botswana. Muitos países receiam que o exame e atendimento a questões ambientais tornem os empréstimos mais caros e possam servir de pretexto para recusá-los. A meu ver é um preço que precisa ser pago. Quanto a pretextos para recusas, isso poderia ser encontrado invocando outros aspectos. (...) Fiquei surpreso, também, com a defesa quase unânime que o relatório da nossa comissão está tendo nessas reuniões. Sinceramente, não esperava tanto consenso das ONGs, que em geral são supercríticas.	
	À tarde estive nas Nações Unidas, no auditório onde está sendo discutido o relatório da Comissão Mundial. Os delegados de vários países falaram coisas geralmente irrelevantes. O representante da Índia condenou as chamadas "condicionalidades" ambientais, ou seja, o exame obrigatório, pelos bancos internacionais, do aspecto ambiental dos projetos. Pessoalmente acho que essa "condicionalidade" é excelente e evitará muitos desastres futuros. Aliás, no Brasil, os bancos federais estão obrigados a isso por lei (...) Quando chegou a vez do Brasil, o meu xará e amigo embaixador Paulo Nogueira Batista falou em inglês. Começou fazendo um elogio à minha pessoa, dizendo também que era o brasileiro da comissão e que estava ali presente. Sentei-me atrás dele. O seu discurso sobre o relatório da Comissão Mundial foi equilibrado. Não se comprometeu com os detalhes, dizendo que estavam sendo estudados. Contudo, elogiou o relatório. Fez restrições à "condicionalidade" de empréstimos internacionais, mas ao mesmo tempo salientou a importância desses empréstimos dos bancos de fora (leia-se Banco Mundial) para resolver os problemas ambientais dos países.	23 outubro 1987
	México Efeito estufa na agricultura e relações Norte-Sul	
	CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO – De manhã seguimos para o Museu Antropológico, onde se instalou a reunião para discutir o Futuro Comum, ou seja, o relatório da nossa comissão. Falou primeiro Margarita del Botero. Ela fez uma pequena conferência sobre toda a questão ambiental ligada ao nosso trabalho na comissão. Depois foi a minha vez. Referi-me a algumas questões básicas, como a deterioração da situação econômica latino-americana, o excesso de população no mundo. A futura falta de alimentos para atender a essa população é um problema sério. Falei também sobre a migração de populações da área agrícola para as regiões urbanas, migração essa que diminuiu de um terço os habitantes das áreas rurais sem que, porém, tivesse diminuído a produção agrícola. Esta aumentou. Finalmente disse que o problema mais sério, a médio ou a longo prazo, é o do aumento do efeito estufa. O	21 setembro 1988

P.S. 2009: A ideia de criar esse Centro não foi avante.

seu efeito pode ser semelhante ao de uma guerra nuclear. A ruptura e a modificação dos climas do mundo deverão prejudicar muito as áreas agrícolas produtivas, transformando-as em terras semiáridas e vice-versa. Expliquei que o relatório Nosso Futuro Comum tinha muitos estudos e conclusões. Agora era preciso ação (...)

À noite houve uma interessante reunião, num jantar para umas 12 pessoas, oferecida no hotel pelo embaixador da Noruega. Discutimos longamente o relacionamento ambiental Norte-Sul, com Margarita defendendo a tese de que eles tinham o dever de nos ajudar. Tese a meu ver antipática e inoportuna, pois obrigação moral não se impõe, se não há legislação. Esse foi o pensamento dos demais. O embaixador foi compreensivo.

Durante a reunião deixei bem claro ser favorável à continuação da ação da nossa antiga comissão, agora Centro Nosso Futuro Comum. Será para nós uma boa oportunidade de atuação no campo internacional, pois é um pessoal de alto nível e ótima qualidade.

Zoneamento Econômico-ecológico com força legal

22 setembro 1988

Abri os trabalhos da sessão que presido. Referi-me à grande queimada de 8 milhões de hectares na Amazônia. Expliquei que isso poderia modificar muito o clima do mundo, com tremendas consequências para a humanidade.

O engenheiro Gabriel Quadri fez um relato muito bom sobre a situação do México. Antes o México tinha 11% do seu território coberto pela selva tropical úmida. Hoje somente sobraram 2 milhões de hectares. A seu ver a pressão da pecuária é a grande responsável pelo desmatamento. O problema da atuação dos camponeses é o ultimo ato de uma cadeia de situações. Muitos camponeses queimam as florestas somente para fazer posse. A seu ver a proteção das florestas deve estar ligada ao planejamento do uso do território. É preciso tornar os camponeses os principais guardiões dos ecossistemas naturais, participando da sua utilização. As estradas são grandes responsáveis pela destruição da mata. Sugeriu uma moratória na construção de estradas. Os caminhos são canais de invasão. Há tecnologias camponesas aproveitáveis (...)

No final, eu disse que estava emergindo um consenso a respeito da necessidade do que, no Brasil, chamamos de zoneamento econômico e ambiental. Um zoneamento que tenha força legal, proibindo-se financiamentos em desacordo com o mesmo. Além disso, havia outro ponto grande de concordância, na necessidade de se envolver os camponeses nas medidas de proteção.

Na reunião plenária, na fase de apresentar as propostas, apresentei uma, que foi expressamente aprovada, recomendando "la preservación de areas naturales de valor cultural". Expliquei que isso era importante para o Ministério da Cultura do Brasil, que tem um programa nesse sentido.

Fiz o discurso final da reunião salientando a importância e o fato histórico do consenso na defesa do Meio Ambiente, obtido na Comissão Brundtland, apesar das diferenças ideológicas de seus componentes. Referi-me também à forma política e democrática na qual a reunião se realizou. Fui bastante aplaudido. Depois procurei me despedir pessoalmente de cada um dos presentes.

Plantação de muda de árvore, pela colega Vera Imperatriz Fonseca



A força interior do "Nosso Futuro Comum"

BRASÍLIA, DF – De manhã, tomei parte da reunião do Grupo 1. Fiquei abismado com as críticas feitas ao Relatório Brundtland numa proposta de conclusões ou de Resoluções do Seminário de Desenvolvimento e Ecologia, da CNBB. Foram críticas duras e subjetivas. Recusei-me até a participar da leitura dessas conclusões. Contudo, a redação da parte final está boa.

Na reunião do plenário, pedi a palavra inicial, pois precisava sair mais cedo. Rebati um a um os "fatos" criticados, pois não estavam de acordo com o pensamento da Comissão Brundtland. Assim, ao contrário das críticas, a comissão afirmou e destacou a gritante diferença de consumo entre Norte e Sul. A comissão também destacou a inviabilidade do pagamento da dívida externa, sem um tratamento diferenciado ou especial pelos credores. Quanto aos ataques subjetivos, disse que os respeitava, mas não os aceitava. Quando terminei de falar e saí do salão, afirmei que todos deviam ter a liberdade de criticar. Para mim, foram inesperadas as palmas que recebi nessa ocasião.

VIÇOSA, MG – Após o jantar, seguimos para o auditório da Universidade Federal de Viçosa. Fiz uma palestra sobre Problemas Ambientais do Próximo Século. É o meu carro-chefe, mas nunca fiz duas palestras iguais. Sempre há algo novo a dizer. Refiro-me, em grande parte das minhas palestras, à atividade da Comissão Brundtland, da qual participei. Foi uma das coisas mais importantes que fiz na minha vida. Hoje todos se referem a "desenvolvimento sustentável", expressão que surgiu nessa comissão. Parece que gostaram da palestra, pois me fizeram perguntas durante cerca de uma hora e meia. Fiquei muito cansado, mas sempre me mantive animado. Nas minhas palestras sinto uma força interior que me anima muito e me leva à frente, para cumprir com firmeza e determinação uma missão compatível com minha convicção sobre a existência de Deus e sobre o princípio do amor ao próximo.

20 maio 1992

P.S. Foi um erro meu ter me recusado a ler em voz alta essas críticas. Foi uma atitude arrogante de minha parte, felizmente sem consequências.

18 novembro 1999

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA) EM NAIRÓBI E OUTROS FOROS INTERNACIONAIS

Conferências da Unep em Nairóbi 1974

Delegados debatem mandato e se queixam

11 fevereiro 1974

NAIRÓBI, QUÊNIA – Uma senhora francesa, Marie Annie Martim-Sane, foi eleita por aclamação para presidente da reunião (conferência) do Unep (United Nations Environment Programme) – Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) – sobre o monitoramento (de po-luentes), objetivo de nossa permanência aqui. A delegação brasileira é constituída por mim chefe e pela diplomata brasileira Regina Castello Branco Duncan.

Logo de início travou-se uma discussão entre os que desejavam manter o programa inicial, que se referia ao monitoramento de poluentes (CO2, SO2, ozônio, material particulado...), e os norte-americanos, que desejavam estender os assuntos a serem tratados de modo a cobrir os aspectos gerais do Meio Ambiente (erosão, proteção de ecossistemas, clima, entre outros). Os soviéticos eram partidários do campo restrito. (...)

P.S. 2009: Estou hoje convencido de que a questão da Amazônia não se trata de um problema interno brasileiro. Há até um tratado, que não existia em 1974, entre os países amazônicos, com participa-ção brasileira.

Quando os trabalhos recomeçaram, a discussão se renovou. Houve nova suspensão da sessão. Em seguida, foram postas em votação duas fórmulas. Uma norte-americana se referia à inclusão, na ordem do dia, de other aspects of environmental monitoring. Outra proposta, conservadora, fa-lava em other phases of environmental aspects. Votamos em favor desta última proposição, para evitar que certas questões, como a da Amazônia, fossem discutidas aqui, uma vez que se tratam de problemas internos brasileiros. Contudo, perdemos por 11 votos a 21. (...)

O delegado francês disse não ter nenhum valor um volume que foi distribuído sobre estações de monitoramento já existentes. Outros representantes se queixaram também. Pedi a palavra e disse que a parte referente ao Brasil estava muito incompleta.

A reunião acabou lá pelas 17h. Fui à embaixada com Regina, e lá redigi um adendo ao trabalho que havia preparado no Brasil sobre o que estamos fazendo no campo do conservacionismo e do controle da poluição. Referi-me agora às atividades do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espa-ciais), do Ministério da Ciência e Tecnologia e às do Ministério do Interior, sobre o uso dos satélites Skylab e Ertz-1. Realmente, isso não poderia ficar fora do documento, principalmente porque se tratava de reunião sobre monitoramento.

Defesa pela posição brasileira pró-soberania

Às 18h30 fomos a um cocktail em homenagem às delegações. Conversei primeiro com Lee Tal-bot, da delegação norte-americana e meu velho conhecido da IUCN (International Union for Conservation of Nature). Falamos sobre vários assuntos (elandes, por exemplo). Com R. White, chefe da delegação norte-americana, primeiro na presença de Lee, e depois na de Regina , afir-meí claramente a posição brasileira: "aceitamos colaboração, auxílio técnico e treinamento, mas queremos que as decisões sejam nossas e que ninguém faça por nós o monitoramento de nossas

florestas". Ele disse compreender e respeitar a questão da soberania nacional, mas que havia também questões de interesse global. Sua posição não ficou, a meu ver, suficientemente clara, mas, pelo menos, ele já sabe com clareza o que pensamos. Isso é importante, pois, na formulação das suas propostas, provavelmente ele levará em conta que há países, como o Brasil, que não aceitarão nada que infrinja sua soberania. Isso poderá evitar atritos em plenário, ou pelo menos os atenuará, é o que espero.

No início da sessão da manhã, R. White, chefe da delegação norte-americana, propôs que a confe-rência tratasse também de questões de saúde, clima, poluição nas cadeias alimentares de animais, poluição dos oceanos, poluição nos ecossistemas terrestres, repostas ambientais e práticas agrí-colas. Houve, hoje, um consenso geral favorável, mesmo porque a orientação restritiva já havia perdido na véspera. Além disso, os países subdesenvolvidos gostaram da ideia. (...)

A Argentina falou da necessidade de implementar as consultas em nível regional, e de troca ime-diata de dados ambientais. Talvez pensasse em Itaipu, mas essa intervenção foi inócua. (...)

Regina e eu concordamos que a antiga (1971) redação de princípios era aceitável pelo Brasil, uma vez que o último parágrafo dizia claramente que "activities carried out on national territories will be the responsibility of the nations concerned" retirado de 1971 do "Intergovernmental working group monitoring". Assim, ficava resguardada nossa soberania. O importante, na ocasião, era man-ter de fato esse princípio na nova declaração a ser feita.

Logo após o final da sessão, para falar sobre esse assunto, procurei o Mr. White, chefe da delegação dos EUA, e o doutor. Lee Talbot, também pertencente a esta. Ambos concordaram comigo.

Alerta para a devastação que altera o clima, sem repercussão

Fui de manhã ao Kenyatta Center para assistir à reunião da comissão sobre os critérios e outras questões relacionadas à escolha dos poluentes a serem monitorados. Na realidade foi uma sessão plenária, pois quase todas as delegações compareceram.

A primeira discussão foi entre o Canadá e a República Federal Alemã. O primeiro dizia ser difícil medir o CO2 na atmosfera, e o representante alemão afirmou precisamente o contrário. (...)

A Argentina propôs prioridade para fatores que afetam ecossistemas aquáticos e para tratar sobre os poluentes de monitoramento mais acessível.

Pedi a palavra e disse, após breve "troca de ideias" com Regina, que deveríamos concentrar-nos em problemas globais e que, além disso, o parágrafo 30 da reunião de 1971 tinha obtido certo consenso e deveria servir de base para nossas recomendações. Isso permitiria levar em conta prin-cípios gerais aceitáveis por nós.

Os EUA disseram que um dos "goals" da reunião deveria ser o monitoramento de desastres natu-rais. A Argentina achou que também rios e florestas deveriam ser monitorados, e que se deveria evitar a deterioração dos recursos naturais. Não achei oportuno responder, porque eles se manti-veram dentro do âmbito da Declaração de Estocolmo, a qual várias vezes citaram. (...)

12 fevereiro 1974

P.S. 2009: Penso hoje que essa troca de dados é boa e que há muito tempo já vem sendo feita pelos países da Bacia da Prata, inclusive pelo Brasil. Contudo, o mes-mo não poderia ser dito em relação à Bacia Amazônica, pelo que me parece.

13 fevereiro 1974

P.S. 2009: Hoje, sabe-se muito bem que a segunda afirmação da Argentina está certa, certíssima.

Uganda e Zaire afirmaram que as secas também deveriam ser consideradas desastres naturais. A Argélia se referiu a possíveis alterações no nível do mar, devido a mudanças globais de temperatura. Disse também que a devastação de florestas tropicais poderia alterar o clima. Embora essa última afirmação não esteja comprovada, responder a ela seria vestir uma incômoda carapuça. Além do mais, a afirmação foi extremamente genérica. (...)

O Zaire falou da necessidade de proteger a natureza e defender as espécies ameaçadas de extinção. Apoiei vivamente essa recomendação, não apenas por acreditar muito nela, mas também porque esse País tem um relacionamento todo especial de simpatia e interesses comuns conosco. (...)

Sem perder tempo, procurei o relator, o canadense E. Somers. Expliquei-lhe o ponto de vista do Brasil: o monitoramento dos recursos aquáticos do mundo é muito útil, mas é preciso distinguir entre monitoramento e uso das águas. O uso desta em certos casos tem implicações políticas, e é isso o que ocorre na questão entre Brasil e Argentina. Portanto, devemos afastar da conferência qualquer aspecto político. Somers, mais do que depressa, concordou comigo, pois, numa reunião técnica, ninguém gosta de tratar de problemas políticos. Procurei também Butler, chefe da delegação canadense. Tive com ele a mesma conversa, com o mesmo resultado. Somers também pertence à delegação canadense. (...)

Argentina e Brasil têm opiniões divergentes sobre recursos compartilhados

14 fevereiro 1974

(...) Fomos convidados para participar de uma reunião dos 77, ou seja, dos subdesenvolvidos.

(...) O representante do Peru, J. Torres, que recebeu aplauso geral, insistiu muito nos poluentes radioativos resultados de explosões atômicas. Outros propuseram estudar os poluentes radioativos das usinas nucleares (...). Ajudei na redação da proposta e servi também como tradutor do inglês para o francês na pequena comissão de poluição formada pelos 77. Os trabalhos felizmente logo terminaram, e assim pude retornar ao plenário.

P.S. 2009: Nessa ocasião (1974), defendi lealmente a posição que o Itamaraty tinha, de ser contrário à posição argentina de que em Itaipu havia recursos naturais compartilhados que precisavam ser levados em conta. Contudo, no meu íntimo, com o passar do tempo cheguei à conclusão de que, de modo geral, a Argentina tinha bastante razão. Conclui também que, para o Brasil, seria imensamente melhor ceder alguns metros da altura útil de Itaipu à Argentina, do que prosseguir numa discórdia altamente prejudicial a ambos. Anos depois, a paz foi feita e todos lucraram muito. Contribuí para isso.

Não foi sem tempo, pois logo os argentinos propuseram incluir, no parágrafo referente à prevenção dos desastres naturais (item 4, princípio "g"), um adendo referente a "recursos naturais compartilhados", que deveriam ser tratados em conjunto (pelo que entendi) entre os países compartilhantes. Imediatamente eu disse que o Brasil se opunha ao adendo e que essa expressão era muito perigosa, pois daria margem a interpretações contrárias à soberania das nações. Os argentinos responderam que o contexto tornava claro tratar-se apenas de monitoramento, mas insisti no fato que essa expressão daria lugar a perigosas interpretações. Citei o caso dos campos petrolíferos, o que deve ter alertado outros países. Disse que assuntos como esse deveriam ser tratados diretamente entre os países interessados. Quando o representante do Quênia viu o conflito frontal entre as posições da Argentina e do Brasil, tratou logo de encerrar a reunião. Isso para nós foi uma vitória, pois indica que os 77 não desejam envolver-se no caso. (...)

No hotel falei com o chefe da delegação argentina, G. C. Gallopin, que se mostrou amável e cordial, expressando a esperança de que o Brasil e a Argentina pudessem solucionar suas divergências. Também procurei corresponder ao que ele disse, mas salientei ser esse um problema a ser tratado entre governos, fora do âmbito desta conferência.

Crítica à divisão do mundo para monitorar poluentes

Em plenário, a Argentina propôs a criação de um centro que ficaria encarregado de fazer os estudos das informações recebidas dos centros regionais dos países em desenvolvimento. Falando em seguida, tive a ocasião de dizer que o mundo já estava cheio de divisões e que não era desejável criar mais uma. Deveria existir apenas um centro global e não dois centros. Poderia ter dito algo a favor dos centros regionais, para não dar a impressão de que desejávamos apenas um centro global, sem centros regionais, mas, no momento, isso me escapou. Creio, porém, que minha proposta contra a existência de dois centros globais (um para os desenvolvidos e outro para os em desenvolvimento) foi bem clara como refutação à tese argentina exposta por Gallopin. Afirmar ainda que apoiávamos a proposta dos EUA, que solicitaram a criação de um pequeno núcleo para dirigir o Programa de Monitoramento Global com maior economia possível. Sem isso, o monitoramento seria letra-morta.

19 fevereiro 1974

Relato ao Itamaraty destaca defesa da soberania

À tarde dei uma entrevista ao *O Estado de S. Paulo*, sobre a Conferência de Nairóbi. Depois fui ao Itamaraty, onde fiz um relato de nossas atividades no Unep, ao ministro Mesquita, ao conselheiro Regis Novaes e ao secretário Pedro Mota. Eles procuraram saber detalhes da reunião, principalmente sobre a conceituação de centros regionais, estações locais, entre outros. Expliquei-lhes tudo o que me lembrava, dando conta de nossa atuação e elogiando o trabalho de Regina. Ainda não chegou de Nairóbi a mala diplomática com as resoluções aprovadas no Unep. O conselheiro Regis Novaes, muito amável como sempre, achou, contudo, perigosa a obrigatoriedade de comunicar sobre os desastres naturais ou não. Expliquei-lhe que, por razões humanitárias, de qualquer modo teríamos que fazer isso. O ministro Mesquita não atribuiu maior importância ao texto aprovado sobre esse assunto. Contei-lhes que a emenda brasileira que propus, e foi aceita, sobre a soberania nacional, eliminaria qualquer dúvida sobre nosso direito de decidir aqui o que desejarmos sobre monitoramento e "questões relacionadas".

28 fevereiro 1974

Unep demora um ano para apreciar resoluções de Nairóbi

À noite jantamos com Regina, que à tarde estava comigo no Ministério. Falamos longamente sobre as conferências de Nairóbi. Na última, o Conselho de Administração resolveu deixar a apreciação das resoluções da conferência sobre o monitoramento, da qual participei em fevereiro, para o próximo ano!!! A Argentina compareceu com uma delegação numerosa e conseguiu apoio suficiente para derrotar as posições brasileiras. É o velho problema da hidroelétrica de Itaipu. Os países africanos encontraram uma forma de pressionar o Brasil, devido a sua posição mundial pró-portuguesa.

9 abril 1974

É, aliás, um êxito relativo, pois em Itaipu faremos, na realidade, praticamente o que quisermos, por se tratar de território brasileiro não limítrofe com a Argentina, o que, porém, é discutível devido à proximidade e à interdependência natural no curso do rio. O Paraguai, como é um vizinho interessado na represa, nos apoia. Queira Deus que tudo se resolva sem perturbar as relações dos três países irmãos.

1975
Novamente delegado brasileiro em Nairóbi

16 abril 1975

NAIRÓBI, QUÊNIA – De manhã compareci ao Kenyatta Center, onde me registrei. Devido ao cansaço da viagem, atrasei-me um pouco. Assisti a uma reunião geral, "informal". Apesar do nome, essa reunião pouco teve de "informal", pois havia, por exemplo, mesa dirigente e tradução simultânea. Falou-se sobre a periodicidade das reuniões "informais", mas nada se decidiu. (...)

17 abril 1975

(...) Reiniciada a sessão, Maurice Strong, diretor executivo do Unep, discorreu sobre a situação geral da entidade e sobre assuntos ambientalistas. Mostrou preocupação com a destruição de espécies ameaçadas e dos recursos naturais em geral. Disse que ainda havia muito a fazer, referindo-se a numerosos problemas. Queixou-se de que tratados diversos, importantes para o meio ambiente, ainda não foram ratificados.

18 abril 1975

(...) Christhian Herter, representante dos EUA, disse que o Unep estava estendendo-se demasiadamente, havendo nada menos que 250 projetos. Aconselhou mais concentração de esforços, principalmente nas áreas de monitoramento, poluição marinha,entre outras. (...)

O representante da Índia se referiu à importância do tripé "energia, desenvolvimento e meio ambiente". Falou sobre as dificuldades dos países em desenvolvimento em relação à escolha e à execução de opções. Disse que a tecnologia referente ao meio ambiente deveria ser transferida sem custos, dos países desenvolvidos aos outros.

Apoio à Romênia e propaganda política da China e da URSS

21 abril 1975

No Unep, fiquei no Comitê 1, que trata dos programas da entidade. Até as 11h20, cuidamos apenas de assuntos de procedimentos. (...)

Vários delegados falaram sobre o documento GC-30, relativo ao Estudo do Meio Ambiente. A Romênia disse que o parágrafo sobre população (crescimento e recursos) deveria ser reescrito para melhor interpretar as conclusões da Conferência de Bucareste. Pediu também que fossem incentivadas as pesquisas e a aplicação de tecnologia, visando possibilitar maior progresso social e econômico aos países em desenvolvimento. Falando pelo Brasil, apoiei as palavras do delegado romeno. A Romênia era um dos países que mais se aproximava da nossa delegação, no caso dos "recursos compartilhados".

O delegado chinês defendeu a curiosa tese de que era preciso haver grandes populações, devidamente dirigidas, para se obter maior produção agrícola. Aproveitou a ocasião para fazer propaganda de seu país e de seu líder Mao.

O representante da Argentina fez leves críticas ao documento GC-30 e apoiou alguns delegados. Quanto à proposta da Romênia, talvez por causa das minhas palavras apoiando-a, disse que iria examiná-la mais atentamente.

A URSS afirmou que os recursos naturais deveriam ser utilizados, mas de modo conservacionista. Há aqui no hall de entrada uma exposição de cartazes sobre a proteção da natureza na URSS. Um deles afirma que Lênin tomou cinquenta providências conservacionistas.

Brasil se isola contra resolução sobre recursos compartilhados

Quando cheguei ao Kenyatta Center, procurei o delegado da Índia. Ele me disse que se absteria na votação de hoje. Deu a entender que faria uma declaração de voto dizendo que o assunto de recursos compartilhados (proposta da Argentina) estava fora do âmbito do Unep.

Retornei ao plenário, no qual se discutiram questões relacionadas com o problema do *habitat*. Votaram uma resolução, que foi adiada para 1980 ou depois, de realizar uma conferência internacional sobre o "human environment" (meio ambiente humano). Foi aprovada por unanimidade.

Conversei sobre a proposição argentina com os representantes da Indonésia e do Senegal. O primeiro país disse que se absteria. O Senegal achou que a referência que a Argentina fez à CDI (Comissão de Direito Internacional), quando emendou sua proposta, já era suficiente no entender deles.

Às 10h52 a presidente Benitez pôs em discussão a questão dos "recursos compartilhados". A resolução Argentina recebeu algumas emendas dos seus autores, para incluir expressamente a Comissão de Direito Internacional, mas sem chegar a atender o ponto de vista brasileiro.

Contudo, considero ser uma grande vitória do Brasil o fato de , de um modo ou de outro, todos os países aqui representados reconhecerem a necessidade da CDI ser ouvida no problema dos "recursos compartilhados".

O embaixador Escalante, da Argentina, falou a favor de sua tese. (...) Mencionou acordos entre os EUA e o México, bem como entre os EUA e o Canadá. Na América Latina, citou a Colômbia, que reconheceu o direito de consultar a sua legislação sobre recursos naturais. Disse que "sem pausas devemos avançar no caminho da cooperação entre Estados vizinhos", referindo-se à proteção de ecossistemas. Declarou que a Argentina deseja participar do comitê a ser designado para tratar do assunto, previsto na resolução. (...)

O embaixador Valladão, em nome do Brasil pediu votação nominal. Vinte países se abstiveram (EUA, Austrália, Nigéria, China, Colômbia, Tchecoslováquia, França, República Federal da Alemanha, República Democrática Alemã, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Malásia, Polônia, Espanha, Ceilão, Turquia, URSS e Grã-Bretanha). O Brasil foi o único voto contra. Vinte e oito países votaram a favor. Consideramos a votação como um bom resultado, pois a resolução da Argentina não obteve maioria absoluta dos países membros do Unep.

Após a contagem, o embaixador do Brasil fez uma declaração de voto. Afirmou que o problema não era apenas do Meio Ambiente, mas também político e econômico. Explicou que a Comissão de Direito Internacional era o lugar apropriado, com as contribuições de outros organismos, para definir e cuidar das questões referentes a "recursos compartilhados". O Brasil considera que a questão da soberania nacional, sujeita ao princípio de reparar danos significativos causados a outros, é um dos assuntos internacionais mais importantes de nossos dias. (...)

25 abril 1975

O delegado do Senegal disse que o Unep não era o estágio decisivo para o estudo do Meio Ambiente. A última palavra nessa questão deveria caber à Comissão de Direito Internacional. Cumpre notar que esse era também nosso ponto de vista. Contudo, o representante do Senegal opinou que a inclusão do nome da CDI entre as agências internacionais a serem ouvidas justificava seu voto.

Brasil se abstém sobre moratória da caça à baleia

2 maio 1975

De manhã cedo, o secretário do Comitê I muito amavelmente me telefonou para dizer que foi feita a corrigenda que solicitamos, em relação à Conferência sobre o Recurso Água, a ser realizada em 1975. O Brasil, nessa corrigenda, também fez ressalvas sobre a questão “Quantidade de Água”, dizendo que deveríamos evitar a duplicação de atividades em assuntos já tratados em outros organismos internacionais. Agradei a atenção do telefonema do secretário, que foi extremamente amável. Disse até que poderíamos fazer outras modificações na corrigenda. (...)

Passou-se ao Documento GC-31-Add 5. Na parte relativa aos “Water Resources”, a presidente indagou, como é usual, se havia comentários. O embaixador Valladão pediu a palavra. Disse que o Brasil reservara sua posição em relação à data, local e oportunidade da conferência prevista para 1975 em Buenos Aires.

Sobre a moratória de dez anos na pesca da baleia, aprovada unanimemente, a delegação não tinha instruções. Meus companheiros disseram que a pesca da baleia não apresentava importância para o Brasil, pois só possuíamos um navio baleeiro obsoleto, que dentro de dois ou três anos não estaria mais operando. Afirmei que deixava com eles um pedido para que o Brasil não se manifestasse contra a moratória. A decisão foi tomada pelo conselho por unanimidade. Surpreendentemente, nem o Japão nem a URSS se manifestaram contra. Essa moratória, cumpre dizer, é uma aspiração dos conservacionistas do mundo todo.

Na votação, as propostas de decisão foram todas aprovadas por consenso ou quase por consenso (no caso de nossa reserva). O Brasil foi o único país a fazer uma reserva em plenário. Após essa votação, os representantes dos vários grupos de delegados apresentaram seus agradecimentos ao secretariado. (...)

Sessão, na hora do adeus entre o pessoal das várias delegações, achei o ambiente frio em relação ao de fevereiro do ano passado. Apenas nos despedimos dos argentinos – sempre cordiais – e de mais um ou outro delegado. Parece que todo mundo está com pressa de ir embora. Mais tarde, no decorrer do dia nos encontramos com outros colegas do Governing Council e então as despedidas foram mais demoradas.

**1982
Estratégia conservacionista mundial**

10 maio 1982

NAIRÓBI, QUÊNIA – Na sessão da tarde (da Conferência do Unep – Pnuma) falaram oradores de diversos países, quase todos fazendo propaganda aberta de seus países. Lee Talbot, da IUCN, foi bastante feliz em suas colocações, embora exista um dilema difícil para sua atuação: ele prega

a adoção de uma “estratégia conservacionista mundial”. É uma orientação muito boa para os pequenos países, que não têm meios para formular boas políticas no setor ambiental. Contudo, países mais desenvolvidos, como o Brasil, ficam ressentidos quando alguém de fora lhes diz o que deveriam fazer.

De qualquer modo, porém, a IUCN é uma entidade muito séria e respeitada. É não governamental, mas conta com o apoio de muitos governos e de entidades, como a Sema, o IBDF, entre outras. Há cerca de 12 anos fui membro do seu executive board e colega de Kasas, atual presidente da IUCN.

Guerra e Meio Ambiente

Na conversa que mantive com o secretário do Meio Ambiente Juan Manoel Martinez Prieto, da Argentina, este procurou demonstrar que seu país ganhará a guerra com a Grã-Bretanha. Realmente, apesar de todo o poderio de sua esquadra, os britânicos não poderão aguentar-se por muito tempo mais, no mar agitado das Malvinas. Além disso, é difícil o desembarque em águas geladas. Hoje a Argentina fez um apelo para que as delegações latino-americanas a apoiem. Todos responderam que aguardarão instruções de seus países, embora demonstrando simpatia pela nação irmã.

Salve a rainha em meio ao silêncio malvinense

Vários oradores falaram sobre o que seus países estão fazendo. Quando o chefe da delegação britânica terminou de falar (bom discurso), bati palmas. Acontece que naquele momento eu estava sentado no meio da delegação argentina, na qual as palavras do representante de Sua Majestade foram acolhidas com glacial silêncio, ou seja, com silêncio malvinense. Os britânicos anunciaram – coisa raríssima – que aumentarão sua contribuição financeira ao Unep.

12 maio 1982

Desfazendo receios sobre o “Brasil gigante”

Conversei também com muitos amigos, sobretudo latino-americanos, sobre assuntos ambientais de nosso comum interesse. Foi para mim uma surpresa verificar que alguns deles receiam o “Brasil gigante”. Procurei demonstrar-lhes que ninguém tem nada a temer do Brasil, que de fato é grande, mas, por isso mesmo, tem espaço de sobra pra ser ocupado dentro de suas próprias fronteiras, sem atormentar ninguém.

Emoção ao expor a política ambiental brasileira

Quando chegou minha vez de falar em nome do Brasil, isso foi para mim emocionante. Passei em frente da mesa diretora, cumprimentei com um aceno de mão o diretor geral Mustafá Tolba, e me dirigi à tribuna. Li, em inglês, as 12 páginas da exposição brasileira sobre a política ambiental. Falei em termos gerais sobre o que estamos fazendo. Referi-me a uma crítica à atuação do Unep, que às vezes vai além do mandato que tem. Mas também elogiei o trabalho feito lá, destacando nominalmente o escritório regional do México.

14 maio 1982

Discussão bizantina sobre a Declaração de Nairóbi

17 maio 1982

À tarde continuaram as discussões infundáveis, que também assisti na companhia do gentilíssimo embaixador (do Brasil no Quênia) Mello Mattos. Exemplo dos debates: em certo parágrafo deveria ser usada a palavra "poderia" ou "deveria"? Isso tinha implicações importantes. Mas, francamente, não vejo grandes diferenças entre os termos "condenáveis" e "banidos" (pesticidas), ou entre "discriminação" e "discriminação sistemática". Tratava-se de condenar o racismo. Esta última polêmica durou mais de uma hora. Não vi como terminou, pois já eram 19h30 quando saí com o embaixador Mello Mattos. Mas Vera Pedroso, Henrique do Valle e Marcos Caramuru continuaram alertas, em meio a essa loucura bizantina, para não deixar a descoberto as posições do Brasil se o debate tomasse outros rumos.

Contradições da diplomacia das armas

18 maio 1982

Depois foi discutida uma proposta do México e da Suécia, que desejava o desarmamento sem distinguir os países que possuem as bombas nucleares dos que não as têm. A Argentina e o Brasil foram contrários a essa moção, por questões de coerência com suas posições em outros foros internacionais. E também por princípios. A proposta mexicana-sueca foi vitoriosa, mas muitos países se abstiveram de votar, inclusive o Canadá, a Santa Sé e a maior parte dos europeus ocidentais. O Brasil, a Argentina, o Peru e a Venezuela votaram contra. As maiores potências nucleares, como os EUA, a URSS e a Grã-Bretanha, votaram a favor do projeto, pois este visava ao desarmamento igualitário, ou seja, sem indicar os verdadeiros responsáveis. A rigor, isso seria uma contradição, pois ocidentais e orientais não se entendem entre si nas conferências sobre o desarmamento. Um marciano ficaria perplexo, se não conhecesse certas sutilezas da política internacional. O pessoal do Itamaraty conhece profundamente os quase insondáveis bastidores da política internacional.

Faltam método e recursos nas Américas
Delegados divergem sobre prioridades ambientalistas

10 novembro 1977

LIMA, PERU – De manhã fui à sede nova do Cepis (Centro Panamericano de Ingeniería Sanitaria Y Ciencias del Ambiente).

P.S. 2009: Parece-me que esses 90% foram um exagero.

Após as saudações de praxe, no ótimo salão de reuniões, o doutor F. Butrico falou sobre os objetivos deste encontro: examinar e sugerir metas, prioridades, estratégias. Passou em revista as atividades principais do Cepis, que dá mais atenção, atualmente, aos problemas de esgoto e lixo. A poluição de ar e das águas vem depois. Certas atividades, como o estudo da poluição sonora, não tiveram ainda recurso. O apoio deles é, sobretudo, técnico. (...)

Durante os debates, eu disse que os problemas da região neotropical não são os mesmos em toda parte. Assim, para o conjunto da área o problema de água de abastecimento deve ter prioridade número 1. Contudo, para o Brasil, que em 1980 terá 90% de sua população urbana bem-abastecida, cada vez mais outros problemas, como o da poluição do ar e o dos praguicidas, assumem prioridade crescente.

Reflorestamento com espécies exóticas altera qualidade da água

(...) Saenz, representante da Costa Rica, disse que os que se interessam pelos problemas ambientais de saneamento precisam entrosar-se bem com os que manejam os recursos naturais. Em seu país, há 20 anos foram construídas estações de tratamento de água, que hoje não funcionam porque mudou a qualidade da água. Isso ocorreu porque as florestas nativas foram cortadas e o reflorestamento previsto, com espécies exóticas, falhou. O resultado foi a erosão acelerada das terras, que estão em áreas montanhosas.

11 novembro 1977

Polêmica sobre dar prioridade à poluição do ar

(...) Falaram vários outros assessores, quase todos preocupados com suas prioridades. Contudo, o objetivo da reunião não era bem esse. Tratava-se de saber o que fazer com o pouco dinheiro existente, principalmente em termos de métodos de trabalho. Pedi a palavra e tive ocasião de explicar que precisamos decidir não só sobre prioridades, mas também sobre metodologia de ação, ou seja, como atuar. Disse ainda que, embora a água mereça maior prioridade, a maioria das reclamações no Brasil são sobre problemas da poluição do ar. A meu ver, não devemos restringir as prioridades. (...)

11 novembro 1977

Regressando à sessão do Cepis, entrei na sala quando falava o doutor A. Wolman, minimizando os efeitos da poluição do ar. Em seguida, respondi afirmando que estudos realizados em São Paulo mostraram o impacto da poluição do ar sobre a saúde de crianças (professor Diogo Pupo Nogueira). Disse ainda que, graças à divulgação de dados, a população se conscientizou do problema. Assim, surgiram recursos para resolver o caso. Portanto, ao contrário do que pensava o doutor A. Wolman, a coleta de dados sobre a poluição atmosférica foi muito importante em termos práticos.

O Homem e a biosfera (MAB), da Unesco
Candidatura à vice-presidência contra a Argentina

(...) Minha chefe de Gabinete, dona Zélia Azevedo Campos, disse-me, para meu enorme espanto, que o presidente da República me designou para compor a delegação brasileira que vai a uma reunião do MAB, em Paris. O Itamaraty pedia minha resposta. Para mim isso foi uma completa surpresa, aliás, agradável.

5 novembro 1979

PARIS, FRANÇA – Fomos à sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Lá, o embaixador Holanda Cavalcanti e o conselheiro Agildo Moura falaram com vários delegados latino-americanos. Um argentino era candidato à vice-presidência do programa MAB (Man and Biosphere). Nossos vizinhos do sul acabaram sendo persuadidos a desistir, pelo nosso embaixador. Imaginem minha surpresa e preocupação, ao verificar que o candidato único na nossa parte do mundo era eu! Quando o embaixador Holanda Cavalcanti começou a trabalhar neste sentido, pensei que era apenas uma iniciativa generosa, sem maiores consequências.

19 novembro 1979

Aberta a sessão, foi eleito presidente o professor R. Stlatyer, da Austrália. Depois, por proposta do delegado da Tunísia, apoiado pela Indonésia e pelo Chile, fui unanimemente eleito vice-presidente do MAB, para os próximos dois anos. Também foram eleitos os delegados da Nigéria, Indonésia e URSS. Em seguida, o secretário Di Castri fez um relatório dos trabalhos realizados nos últimos anos.

Alemães alertam sobre mudança do clima

19 novembro 1979 (...) Após ver slides e um filme sobre florestas tropicais., começou a sessão da tarde.

O representante da IUFRO (I. Univ. Fed. Rep. Germany), Dr. E.F. Bruenig, da Universidade de Hamburgo, disse que o governo da República Federal Alemã aprovou verbas para o projeto San Carlos, na Venezuela. Estão pesquisando a floresta tropical pluvial. Os pesquisadores ressentem-se da falta de material humano venezuelano e de dados sobre o balanço energético da floresta. Bruenig afirmou que o mundo não pode esperar pelas provas de uma mudança no clima da Terra, senão, quando estas surgirem, será demasiadamente tarde.

Defesa ao estímulo a programas nacionais

21 novembro 1979 Almocei no magnífico apartamento do presidente do programa MAB, o embaixador australiano Statyer. Estavam comigo os secretários Di Castri, Batise, King (EUA), El Hili (Tunísia), Sokolov (URSS) e Olaniyan (Nigéria). Durante o almoço houve uma franca troca de opiniões sobre o MAB. Expliquei-lhes que no Brasil não admitimos que nos digam o que se deve ou não fazer. Por isso é preciso muito cuidado na execução de programas internacionais. O melhor é estimular a participação dos países. É preciso haver no MAB um balanço entre atividades nacionais e internacionais. Creio que se chegou a um relativo consenso sobre isso, mas há o desejo de alguns de enfatizar principalmente os programas internacionais, reduzindo as atividades nacionais a serem patrocinadas. É o pensamento, por exemplo, do King. Salientei também a importância de usar os meios de comunicação para divulgar os trabalhos do MAB.

1981
Incrível pronunciamento metafísico

26 setembro 1981 PARIS, FRANÇA – Sábado. De manhã fui à Unesco. Houve uma reunião sobre problemas de educação ambiental.

Di Castri, com seu brilhantismo de sempre, fez um bom sumário da reunião. Ele disse que algumas opiniões contraditórias são muito boas, pois estimulam o programa a crescer. Na realidade, houve um pronunciamento metafísico, aliás, bastante aplaudido, no qual o autor “pichou” os fundamentos aristotélicos das bases de nossa civilização ocidental, para realçar a metafísica islâmica!!! É incrível. Ouve-se de tudo, principalmente comentários que não contribuem com quase nada para os assuntos da reunião. Em resumo, pouco se aproveita em termos práticos, mas sempre há alguma ideia interessante. Eu soube, por exemplo, que na Indonésia a educação ambiental está sendo bem sucedida em Jacarta.

A influência da opinião pública

Durante a manhã, na Unesco, falei sobre como influenciar os tomadores de decisões. Esse era o grande assunto em discussão. Minha “receita” é a seguinte: influenciá-los por meio da opinião pública. É o que temos feito no Brasil, com sucesso. Citei os casos da Bodoquena, no Pantanal de Mato Grosso, e da Braskraft, no Alto Rio Paranapanema. Em ambos a opinião pública impediu a instalação de grandes indústrias potencialmente muito poluidoras. Meu ponto de vista ou “approach” foi diferente do de outros debatedores, que davam mais ênfase a relatórios bem-elaborados, o que, a meu ver, por si só não basta.

28 setembro 1981

Surpresa na reeleição da vice-presidência

Hoje começou a reunião do conselho do MAB. Ao mesmo tempo, houve intensas conversações políticas sobre a eleição da diretoria. Os chilenos obtiveram o apoio dos argentinos para a vice-presidência, mas os cubanos vetaram. Em consequência do hábil trabalho do embaixador Holanda Cavalcanti e dos argentinos, o impasse foi contornado com a proposta, aprovada unanimemente pelos latino-americanos, de minha reeleição para a vice-presidência. Assim, fui beneficiado pelas divergências entre cubanos (extrema esquerda) e chilenos (extrema direita). Para mim foi uma surpresa (até ontem) ser reconduzido.

30 setembro 1981

Falei durante a reunião. Elogiei o trabalho de Di Castri. Disse que a ecologia deveria continuar sendo a área central do programa MAB, apesar da importância das ciências sociais e da economia. Sugerir que fosse dada atenção especial ao estudo dos manguezais, que fornecem alimento a milhões de pessoas nos trópicos. Disse também que um dos pontos bons do MAB é o respeito às decisões de cada país.

Oferta de estações ecológicas para pesquisas

À tarde falei na reunião da Unesco. Por sugestão de Antonio Fernando Cruz de Mello, secretário do Itamaraty, falei sobre a cooperação entre os países, principalmente a horizontal. Ofereci as estações ecológicas para serem usadas por outros países, ou melhor, por seus pesquisadores. Parece que isso soou muito bem. Na realidade essa cooperação terá de ser feita com a participação de pesquisadores brasileiros, como manda nossa lei, mas isso não será problema.

1º outubro 1981

Estados Unidos
A agência ambiental norte-americana

WASHINGTON, EUA – De manhã fui à EPA (Environmental Protection Agency), a Sema dos EUA. Falei com o vice-diretor John Hernandez, muito simpático. Ele explicou que a EPA continua atuante. Como se sabe, o presidente Reagan procurou cortar as asas da entidade. Isso trouxe um mal-estar generalizado ao mundo conservacionista, que está em franca oposição aos atuais dirigentes da EPA.

7 julho 1982

Hernandez disse-me que as mudanças nos *standards* primários dos EUA seriam pequenas e baseadas em pesquisas científicas. Ele não tem entusiasmo pelos conversores catalíticos, mas também

não falou contra estes. O problema é a duração relativamente curta dos mesmos. Procurei dizer-lhe o que fazemos no Brasil. Falei a ele sobre a nova legislação brasileira e o futuro Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), para que os EUA soubessem que outros países continuam interessados na proteção ambiental. Disse-lhe que estávamos preocupados com as notícias sobre as mudanças de orientação da EPA.

Qualidade da água exige pesquisa permanente

Visita à Environmental Protection Agency nos EUA

Falamos depois com o engenheiro Walter Hunt, nosso amigo de longa data, e que nos acompanhou nessa visita à EPA, onde ele trabalha. Embora muito cauteloso para não antagonizar-se com alguém, deu a entender que a transferência de programas federais para os governos estaduais, como está sendo feita, significa que estes programas morrerão por falta de recursos. Contudo, esclareceu que a EPA continua com suas ações básicas. Ele defendeu a ideia de que em certos lugares não é necessário continuar com programas de pesquisa sobre a qualidade de água, quando todos já sabem qual é. (Observação: Essa ideia é dificilmente defensável, pois a qualidade da água evolui, para melhor ou para pior).

BRASIL VERSUS ARGENTINA
Uma desavença

BUENOS AIRES, ARGENTINA – De manhã e à tarde, as sessões da reunião (sobre Programas Governamentais Ambientais da América Latina e do Caribe) correram bem. Contudo, no final da sessão da tarde o embaixador (argentino) Arlias propôs que todos os programas em discussão fossem considerados prioritários. Fernando Simas Magalhães (diplomata brasileiro) rebateu esse ponto de vista ardorosamente. Mais tarde o embaixador me disse ter ficado aborrecido com isso. Afirmei não ter havido qualquer intenção de magoá-lo. Arlias é um embaixador hábil, amável e experiente. Fernando é muito inteligente, competente e vigoroso na defesa dos seus pontos de vista, mas muito menos experiente. Ambos têm minha admiração e espero poder conciliá-los. Uma das minhas funções na vida, ao que parece, é aparar arestas.

O delegado da Guatemala chegou a propor a instituição de um tribunal internacional para julgar crimes ecológicos! Apesar do absurdo da proposta, esta foi discutida. Precisei dizer que éramos contrários à ideia e que não havia possibilidade de aprová-la. Acrescentei, porém, que o verdadeiro tribunal era o da opinião pública internacional.

Insignificâncias comprometedoras

ARGENTINA – (...) Quando se do projeto sobre bosques tropicais, quase se chegou a um acordo. O embaixador Arlias, da Argentina, propôs usar as palavras "fortalecer" e "aplicação", em relação a estudos sobre problemas florestais. Fernando ficou contra essas palavras, não sei bem por qual motivo. Durante a discussão, Fernando falou algo sobre "justiças e injustiças", o que provocou protestos do embaixador Arlias, reiniciando, assim, o atrito de ontem.

Procurei, depois da reunião, conciliar as opiniões, dizendo novamente ao embaixador Arlias que não houve nenhuma intenção de magoá-lo. Fernando disse algo nesse sentido para o próprio embaixador. Este respondeu, polidamente, mas ressentido, que Fernando não conhecia bem a língua espanhola, para dizer de modo velado que este havia se excedido. Assim, fiquei numa situação muito difícil. Como chefe da delegação, não posso desdizer Fernando. Por outro lado, não posso deixar de dizer que não se chegou a um acordo por causa de uma insignificância, o que, francamente, não posso entender.

Solicitei também ao chefe da delegação Venezuelana para fazer uma proposta conciliatória. A Venezuela, como o Brasil, faz parte do Pacto da Amazônia.

Conciliação como instrumento de distensão

ARGENTINA – De manhã, cheguei ao Centro Cultural San Martin quando já havia começado a reunião. Contudo, os problemas já estavam sendo resolvidos. A Venezuela havia feito sua proposta conciliadora. A Argentina sugeriu uma redação que nos pareceu boa.

Pedi a palavra e disse que o Brasil aceitava a proposta argentina. Isso quebrou o gelo. A seguir pediram para o Brasil retirar sua declaração de voto que explicava por que este não poderia aderir à proposta para pesquisar as consequências ecológicas das grandes estruturas (represas, por exemplo). Concordei também com isso, pois todos já sabiam de nossa ressalva. Declarei que, se os outros participantes achassem necessário, não seria preciso que o relatório final mencionasse o texto de nossa ressalva. Isso trouxe outro desafio.

Pouco depois, Martinez Prieto, presidente da reunião, agradeceu nossa colaboração e encerrou os trabalhos num ambiente de alegria e distensão. Minhas gestões e a compreensão de todos venceram os desentendimentos e os confrontos. Foi importante, para isso, a aceitação dos meus pedidos por parte de Fernando. Embora eu fosse o chefe da delegação, ele é do Itamaraty, e portanto, não é meu subordinado em Brasília. Fernando não somente colaborou para tornar possível a distensão, mas depois, na sessão seguinte, elogiou publicamente o embaixador Arlias e o indicou para presidir o grupo Latino-Americano, em Nairóbi.

Direção aprova 14 reservas da biosfera

Depois da sessão houve uma reunião da diretoria do programa MAB. Aprovamos 14 reservas da biosfera e recusamos uma na Grécia, porque esta reserva era muito pequena e não tinha a qualificação necessária. Após a reunião, Di Castri me disse que achava o nome Estação Ecológica melhor que o nome Reserva da Biosfera. Mas era tarde para mudar isso.

1983
Uma relação complicada

PARIS, FRANÇA – De manhã, fui à Unesco para a reunião do comitê diretor do programa MAB – O Homem e a Biosfera. Cheguei sete minutos atrasado. Todos os diretores e assistentes já estavam

15 março 1983

16 março 1983

17 março 1983

2 outubro 1981

19 abril 1983

presentes, esperando por mim. isso porque, na ausência do ministro Balla Keitha (Costa do Marfim), fui escolhido para presidir a reunião. (...)

Durante a reunião, repetidamente discutimos um problema central, que vem sendo debatido aqui há cinco anos. O programa MAB tem uma estrutura difusa e complicada, que muitas vezes, mas nem sempre, confunde-se com a Divisão de Ecologia (da Unesco). O chefe desta, doutor Francesco Di Castri, é também o secretário do MAB. Além disso, o programa passou de 24 para 38 subprogramas, com o mesmo pessoal (dez funcionários).

É preciso considerar, ainda, que muitos projetos são realizados conjuntamente com outros programas da Unesco. Tudo isso significa uma imensa confusão, aumentada pela escassez de recursos e pelo fato de que o MAB é o principal programa da área científica da Unesco. É também, sem dúvida, sua atividade mais extensa e completa. Ninguém está satisfeito com a situação, mas as soluções efetivas não estão ao nosso alcance.

Mais de 200 reservas da biosfera aprovadas pela Unesco

Passamos em seguida a discutir as reservas da biosfera (11) propostas por vários países. Votamos favoravelmente. Contudo, sugeri solicitar ao governo de Gana para aumentar a área central preservada pela Reserva da Biosfera de Bia National Park. Os 300 hectares propostos me pareceram insuficientes, pois em torno deles haveria uma área semiprotegida (...). Meus colegas aprovaram a proposta. Só ficou faltando a aprovação de uma reserva norte-americana, o que faremos amanhã. Há agora mais de 200 reservas de biosfera aprovadas.

Após o almoço, reuni-me com Yang, Baker, Bakour e os delegados da Costa do Marfim, Dossô e Konê. Rapidamente chegamos a um consenso: pedir ao diretor geral da Unesco, com firmeza, a autonomia de gestão e financeira do programa MAB.

Unidade e eficiência, objetivos distantes

De manhã, cheguei à Unesco com meia hora de antecedência. Procurei, com meus colegas do bureau, encontrar uma solução de consenso para a carta ao diretor geral. (...) O objetivo unânime dos membros do *bureau* era conseguir para o programa MAB uma unidade e eficiência de ação que hoje ele não tem, pelo fato de que alguns de seus projetos estão aceitos a outros setores (divisões) da Unesco. Também é importante que o programa MAB tenha controle financeiro sobre seus projetos. Finalmente, a discussão passou a girar em torno das palavras "unidades autônomas", propostas pela Costa do Marfim e consideradas inaceitáveis pela direção da Unesco. Não existem essas unidades na Unesco (...). Pedi que, durante, o intervalo fosse procurada uma solução.

E uma solução surgiu: Di Castri encontrou a palavra "unique" para substituir "autônoma", referente ao MAB. Todos aceitaram a sugestão. Assim se conseguiu uma saída para a crise. Quem assiste a uma reunião dessas não pode imaginar tudo o que se passa nos bastidores e o esforço que é feito para vencer as dificuldades que vão surgindo.

Quanto às reservas de biosfera, aprovamos uma na Califórnia e reunimos duas do Havaí em uma. Depois pedi a palavra e expliquei que, no Brasil, o receio de que sejam descobertos depósitos

minerais tem impedido ou dificultado que tais reservas sejam propostas ao MAB. Indaguei o que fazer, caso uma dessas jazidas seja encontrada numa área declarada reserva da biosfera. Eles me disseram que não haveria problemas em delimitar novamente a área, ou modificar o zoneamento. Contaram até que, na Austrália, no meio de uma reserva de biosfera foi descoberta a maior jazida de urânio do mundo, já em processo de exploração.

Assim não dá!

(...) Depois fui ao secretariado do programa MAB, onde estive com Francesco Di Castri, Bernd von Droste e Jane Robertson. Di Castri e Jane, com os quais conversei sobre o assunto e estão bastante preocupados com a situação do MAB na Unesco. A carta e a resolução que enviamos ao diretor geral foram, pelo gabinete deste, devolvidas a Di Castri, com um pedido para que seja preparada uma resposta. Isso significa que o diretor geral sequer viu o expediente que lhe enviamos. Assim não dá! Parece que o pessoal que rodeia o diretor geral Amadou Montar M'Bow o mantém isolado do mundo. Como o diretor até mora com a família num dos prédios da Unesco, ninguém chega até ele, a não ser por meio dos seus assessores. Estes nos fazem andar em círculos que não levam a parte alguma. Não vejo solução para o caso. Como última tentativa, pedirei a Balla Keitha para que ele fale pessoalmente com o diretor geral.

O "celacanto" da biosfera

RIO DE JANEIRO, RJ – Sábado. As reuniões de hoje sobre o Mercosul e o Brasil prosseguiram animadas. Foram projetados mapas sobre a reserva da biosfera da Mata Atlântica no Brasil, considerada a maior do mundo. Mantive contatos com argentinos e um uruguaio, que se interessaram sobre Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Dei-lhes exemplares do meu estudo a respeito disso (...). Disse-lhes que era um celacanto, fóssil vivo, junto com o almirante Ibsen Câmara.

Construções subterrâneas

ESTOCOLMO, SUÉCIA – Apesar de somente ter conseguido conciliar o sono às 3h, às 7h20 eu já estava saindo do hotel com Marcos Pougy, e, às 8h, já me achava a postos no edifício de convenções em Alavjo.

Às 8h30 começaram as discussões da Mesa Redonda sobre Meio Ambiente e Construções Subterrâneas. Como *co-chairman* (presidente) da sessão, fui o primeiro a falar, para mostrar o objetivo e a importância da reunião. Salientei o fato de estarmos fazendo um trabalho pioneiro e tracei um paralelo com a Conferência de Estocolmo, de 1972, sobre o meio ambiente (...).

Depois do intervalo para descanso, o chairman deu a palavra a uns 15 delegados que representavam países de todos os continentes. Falei em nome do Brasil. Disse que, por falta de recursos, a construção dos metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo está em marcha lenta. Além disso, tornar nossas grandes cidades mais atraentes significa agravar o problema da sua superpopulação. Contudo, há no Brasil grandes possibilidades para utilização de construções subterrâneas: emissários de esgotos, depósitos de óleo em cavernas feitas na rocha e construção de usinas nucleares subterrâneas, a meu ver.

29 abril 1983

10 junho 2000

24 junho 1980

P.S. 2009: Para mim era importante conhecer bem o assunto. Como não podia ser abertamente contrário ao programa de construção de usinas de fissão nuclear do Governo Federal, eu dizia que era necessário, por motivo de segurança, que essas usinas fossem subterrâneas. Com isso, eu poderia mostrar que não era favorável ao programa nuclear do Governo. Minha atitude era recebida como uma extravagância, mas era tolerada. Além disso, Lucia e eu éramos amigos do embaixador Paulo Nogueira-Batista e de sua esposa. Devo dizer que sempre fui

a favor do uso futuro da Fusão Nuclear. A energia do Sol é produzida pela fusão nuclear. Ela é muito pouco radioativa (de curto prazo) e é também muito segura. Trata-se da fusão de dois isótopos de hidrogênio, comuns na água do mar: tritium e deuterium, dando origem ao gás hélio.

25 junho 1980

Pouco depois, coube-me fazer um sumário das conclusões da sessão:

- A – Os governos tendem a decidir em curto prazo.
- B – Cabe aos técnicos convencê-los das vantagens do planeamento em longo prazo.
- C – Importância da construção subterrânea, em vários aspectos.
- D – Preocupação sobre a legislação.

Almocei numa cafeteria do hall de exposições e recolhi vários folhetos sobre a construção de usinas nucleares subterrâneas. (...)

Cheguei à Feira Internacional de Convenções da Suécia com algum atraso. Reuni-me com Milton Kanjii, Tord Lindbo (Manager Nuclear Power, Swedish State Power Board) e Stephen Lazergren (Sweco).

Conversamos longamente sobre a construção de usinas nucleares subterrâneas. Eles acham que há boas vantagens em matéria de segurança. É preciso, porém, colocar uma usina convencional inteira dentro de uma caverna, para poder ter acesso a todas as válvulas, encanamentos, entre outros. Isso é possível com a técnica sueca de grandes escavações. O custo seria 25% maior, mas as fundações no nosso caso seriam bem mais baratas e a rocha extraída teria bom aproveitamento na construção de um quebra-mar, por exemplo. Isso nos daria um acréscimo de apenas 10%. Além disso, há outras considerações. Se a caverna fosse inundada, com equipamento usando apenas 2 Megawatt seria possível resfriar a água, mantendo-a abaixo de 100°C. Isso no caso de um meltdown, ou seja, o pior acidente que pode acontecer. A massa derretida do combustível do reator e do equipamento seria resfriada e contida na rocha do piso da caverna. Os gases e o vapor contaminados iriam para um túnel de ventilação, com filtros de rochas. Isso aliviaria a pressão no interior da caverna e, além disso, eliminaria muito da poluição. Os túneis de filtração podem ser usados nos reatores construídos na superfície. Ainda estão em fase de pesquisa, mas serão utilizados nos reatores suecos já em 1985.

Nas apresentações da tarde, um canadense, Howard, defendeu também, muito convincentemente, a construção de usinas nucleares em cavernas.

À noite houve um grande jantar no restaurante da Opera, para os participantes do simpósio. Primeiro falou o ministro Asling, da Indústria, saudando os presentes. No final do finíssimo jantar, perante umas 200 pessoas, fiz o discurso de agradecimento. Falei sobre a reunião de Estocolmo de 1972, sobre o Meio Ambiente, a hospitalidade sueca e o muito que aprendemos. Terminei dizendo "we are returning to our countries with good memories stored in our hearts", numa referência indireta ao nome do simpósio, Rock Store. Fui muito aplaudido e um bom número de participantes veio me cumprimentar por minhas palavras. Parece que gostaram. Para mim esse foi um dos pontos altos na minha carreira – falar de improviso, em inglês, para uma plateia altamente seleta, num dos países mais desenvolvidos do planeta.

A poluição do mar
Tempos diferentes para prevenir desastres

LONDRES, INGLATERRA – Nas reuniões de hoje na Imco (International Maritime Commission) o Japão procurou – e conseguiu – estender por um ano o prazo para cumprir certas obrigações da Marpol. A Itália acabou concordando com isso, ou melhor, propondo esse período de adiamento, pois os japoneses queriam mais tempo ainda. Eles pediram tempo para poder adaptar sua legislação à convenção Marpol (Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios). Chegou-se, assim, a uma solução de compromisso. Tratava-se de problemas relacionados a navios que transportam produtos químicos.

O comandante Balthazar da Silveira me informou que a Petrobras já tem, em seus terminais, estações para o recebimento de resíduos oleosos. O Japão pediu a todos os países informações sobre essas estações, pois também pretende construí-las. É incrível, mas nisso estamos mais adiantados que o Japão. Este é considerado o país que mais combate a poluição, mas, pelo que vi aqui, isso não ocorre no que se refere ao mar. É incrível.

A Holanda reiterou sua declaração de que, quando ratificar a convenção Marpol, o que se espera acontecer em breve, não deixará entrar em seus portos navios não "marpolizados". Note-se que Roterdã é o maior porto do mundo. Durante as discussões, surgiram dúvidas sobre se um país pode fazer isso, antes que a convenção Marpol entre em pleno vigor, o que acontecerá provavelmente em 1986. Mas o fato concreto é que a guarda costeira dos EUA já não deixa entrar lá, desde junho último, navios não "marpolizados", embora, no início, não tenha aplicado muita energia nesse sentido. Outros países deverão seguir o exemplo dos Estados Unidos. Espera-se que em 1983 a convenção Marpol entre em vigor, mashaverá tolerância até 1986. Contudo, a atitude da Holanda e dos EUA antecipará as efetivação da convenção.

Brasil se equipa para atender à convenção Marpol

No final da tarde visitei o embaixador Rio Branco, na nossa embaixada, em Green Street. Ele ficou impressionado com o que lhe falei sobre a iminente entrada em vigor de dispositivos do Marpol, e sua repercussão no Brasil. Não podemos continuar dormindo em berço esplêndido. Contudo, a Petrobras está se equipando; a situação da Sunamam (Superintendência Nacional da Marinha Marcante) e a de seus navios cargueiros não é ruim. Para a Sema, é ótimo que a Petrobras e a Sunamam se equipem logo para combater a poluição.

Estive no Itamaraty onde falei com o embaixador Antonio Proença Rosa, o conselheiro Nuno e uma secretária, sobre a conferência da Imco em Londres. Expliquei-lhes que a convenção Marpol já é uma realidade irreversível e que, mesmo antes de entrar em vigor oficialmente, países como EUA e Holanda exigirão o cumprimento dos dispositivos desta. Preocupava-me mais o possível desaparelhamento dos portos brasileiros para receber esses navios. Eles também ficaram impressionados e se comprometeram a acionar a Portobrás (antiga estatal federal que administrava os portos). Eu disse também, claramente, que nós éramos a favor da rápida ratificação da convenção, mas acredito que isso não os motivou. Enfim, parece que, pela primeira vez, alguém se posicionou favoravelmente à rápida ratificação do Marpol.

2 dezembro 1981

3 dezembro 1981

9 dezembro 1981

Labirintos do planejamento
Táticas para influenciar planejadores

14 dezembro 1981

BUENOS AIRES, ARGENTINA – De manhã fui à reunião do “Seminario de Expertos sobre Planificación del Desarrollo y Medio Ambiente”, promovida pelo Cifca (Centro Internacional de Formación en Ciencias Ambientales) e o Pnuma – Unep, este pertencente à Organização das Nações Unidas e aquele ligado ao governo espanhol.

As discussões, presididas por Hector Echechuri, diretor da Cifca, estenderam-se sobre os aspectos teóricos da planificação, assunto que considero estratosférico. É semelhante a discutir “o sexo dos anjos”. À tarde, porém, as intervenções foram mais concretas. Expliquei aos participantes a estratégia e, sobretudo, as táticas da Sema para ocupar os “vazios de poder”. Nesse contexto, salientei a importância que atribuímos à opinião pública.

15 dezembro 1981

P.S. 2009: Evidentemente, o programa do álcool é muito bom, pois recicla anualmente o carbono.

Passei a manhã e a tarde na reunião do Seminário sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Falei sobre a importância de aproveitar certas alavancas, como a questão energética, para introduzir a variável ambiental no planejamento. Referi-me mais especificamente aos programas brasileiros do álcool e do carvão, que seriam inviáveis se não fossem tomadas certas cautelas ambientais.

16 dezembro 1981

De manhã, os representantes de diferentes países fizeram exposições sobre suas organizações ambientais. Falei-lhes da nossa organização, no Brasil, que é descentralizada–federativa. Contei-lhes que os Estados também estão organizando suas estruturas e seus conselhos ambientais. Disse-lhes que estávamos muito bem dentro do Ministério do Interior, por causa do apoio logístico que este pode nos dar e também porque estávamos perto dos planejadores regionais.

No México e na Argentina, a ação ambiental está dispersa por vários ministérios, o que cria problemas sérios. Luiz Sanchez Carmona, do México, mostrou-me um ótimo plano de ocupação territorial do Estado de Sonora, que tem força de lei. É um zoneamento do uso do solo.

Diferença entre planos e programas

17 dezembro 1981

De manhã houve reunião na Secretaria do Meio Ambiente. Carlos de Matos disse que, no Brasil, secretários de planejamento de quatro Estados, durante reunião que aconteceu em Brasília, não demonstraram ter interesse no meio ambiente.

Respondi a isso com uma exposição na qual afirmei que estava havendo confusão entre os planos de desenvolvimento, a variável ambiental e a questão que chamei de “preenchimento de vazios de poder”. Para mim, o problema de influenciar a elaboração dos planos de desenvolvimento era secundário, pois estes, no Brasil, não passam de declarações de intenção. Não se deve confundir planos gerais com programas. Estes, sim, são importantes, pois recebem verbas,por exemplo. Para nós da Sema, a prioridade era “preencher os vazios de poder”, por exemplo, exercer bem o sistema de licenciamento das atividades potencialmente poluidoras. Trata-se de um novo instrumento muito efetivo, e não devemos nos desgastar utilizando-o mal. Elogiei os “ecoplanos” de alguns Estados mexicanos.

Relações bilaterais
MÉXICO
Esforço para liderar a política ambiental na América Latina

Às 10h30 eu já estava na porta do Ministério (do Interior), esperando os técnicos mexicanos. Quando chegaram, subimos ao auditório do décimo andar, onde iniciamos o 1º Encontro Brasil–México sobre o Meio Ambiente. Dei a palavra ao vice-ministro Francisco Viscaino Murray, que saudou os brasileiros e explicou que estava viajando por diversos países latino-americanos e do Caribe, em busca de apoio para a formação de uma frente comum visando fortalecer esta região na Unep. (...)

À noite o embaixador Torres Lande, em sua belíssima residência, ofereceu aos participantes do encontro um jantar em minha homenagem. Durante a primeira parte do encontro, tive de trabalhar, com Mondrazon e Palomera, na elaboração do texto de um acordo entre a Sema e a subsecretaria de Mejoramiento del Ambiente. Os mexicanos se empenham muito na aprovação da cláusula que prevê a realização, no México, de uma conferência ou reunião latino-americana sobre o meio ambiente. O esforço mexicano está sendo feito, ao que parece, para alcançar uma posição de liderança nesse setor, e poderá receber nosso apoio. Não temos conflitos com o México; ele gosta dos brasileiros e, além disso, está muito adiantado no campo do controle da poluição.

Afinal aceitamos os termos de um acordo, muito geral, com os mexicanos. Pedi ao ministro Baena Soares, do Itamaraty, que lesse esse texto do acordo. Ele aprovou a redação, com duas pequenas modificações. Antes, eu já havia incluído uma cláusula segundo a qual qualquer ação ali prevista seria realizada por intermédio do Itamaraty e do ministro do Exterior mexicano. Nas relações com outros países, penso que é importante ouvir sempre o Itamaraty.

Estados Unidos
Sema estuda convênio com a EPA

WASHINGTON, EUA – (...) Fomos depois à EPA, organização norte-americana equivalente à Sema. Almocei com o diretor administrador, Douglas Castle, e os altos funcionários (...), dr. Lewis Hughes, o secretário de Estado assistente Haynes e meu amigo Frederik Mayerson. Fiz a eles uma exposição de nossos problemas e sugeri a assinatura de um convênio guarda-chuva entre a Sema e a EPA. Eles sugeriram que isso seja feito no quadro do acordo científico e tecnológico existente entre o Brasil e os EUA, portanto via Itamaraty e Department of State deste país. Outro ponto discutido foi ajudar os Estados brasileiros por meio da participação da Sema. Todos concordaram com isso. Durante a conversa, ficou claro: o corte de um auxílio que a EPA nos dava (envio de microfichas) foi feito sem o conhecimento do diretor. Houve algum embaraço entre eles sobre isso, mas sugeri que a dificuldade fosse resolvida da seguinte forma: eles nos pagariam em Cruzeiros, uma vez que sua verba havia sido cortada. Tenho a nítida impressão de que haverá um bom campo de colaboração entre a Sema e a EPA, principalmente em relação à consultoria técnica. O diretor Castle mostra muito boa vontade para isso, aliás, esta é geral lá.

À tarde estive com Frederik Mayerson e Herb Spielman no Conselho de Qualidade Ambiental, onde falamos com seu presidente, Gus Speth. Fiz a exposição costumeira de nossos problemas ambientais e ele, por sua vez, explicou que o conselho age principalmente por meio de estudos sobre o impacto ambiental. Esses estudos têm muita força, principalmente junto à justiça, pois os juizes

22 Novembro 1974

21 agosto 1979

P.S. 2009: O presidente Gus Speth fez uma carreira brilhante nos EUA.

se baseiam muito neles, quando ocorrem ações populares. O Speth é muito moço, deve ter pouco mais de 30 anos. É muito simpático.

Participação na comissão de saúde para esvaziar a Missão Press

10 outubro 1979

Depois do almoço houve uma reunião no CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) (hoje denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a finalidade de que o Brasil se preparasse para as conversações que amanhã serão realizadas com a missão de Frank Press. Este é o assistente científico do presidente Carter, dos EUA.

Ficou logo evidente, por causa do restrito e em alguns pontos até inacreditavelmente estreito temário, que a parte brasileira continua procurando esvaziar a missão. Puseram-me na Comissão de Saúde, na qual só há dois temas: Genética da Doença de Chagas e Reabilitação de Pessoas com Defeitos Congênitos. Perguntei, em voz muito alta, se eu não seria processado por exercício ilegal da Medicina, pois não sou médico.

Foram retirados do temário pelo Brasil os assuntos ligados à fusão nuclear, ao meio ambiente, à agricultura e ao espaço (satélites, por exemplo). Apesar disso, nesses assuntos (exceto o de fusão nuclear), estarão presentes altas autoridades , tanto norte-americanas como brasileiras. Houve uma insatisfação geral, entre conselheiros e convidados técnicos. Todos criticaram o ocorrido. Soubemos que o embaixador Saire, dos EUA, disse que nunca passou por nada igual em sua carreira. O presidente Mauricio Peixoto, do CNPq, também não sabia o que fazer diante dessa situação tão vexatória para a comunidade científica brasileira.

Na reunião da Comissão de Saúde, da qual faço parte juntamente com os professores Amadeu Cury, Almeida Machado (ex-ministro da Saúde), Aloísio Prata e José Rodrigues Coure, comentamos com perplexidade os fatos. Há várias explicações possíveis, mas não dá para entender as verdadeiras razões dessa política. Na reunião de amanhã, com os norte-americanos, nosso temário se esgotará em dez minutos. E depois? Será o vexame total.

Cientistas ignoram limites e ampliam agenda

11 outubro 1979

O professor Cury fez inicialmente um ótimo retrospecto da colaboração Brasil-EUA no campo da saúde, mostrando o quanto devemos a este país amigo. Em seguida me passou a palavra. Discorri sobre os problemas de meio ambiente no Brasil e a maneira pela qual ambos os países poderiam colaborar para resolvê-los. Falei também da importância que poderiam ter as pesquisas brasileiras sobre os veículos a álcool, inclusive no que se refere ao controle das emissões dos motores. Nesse campo poderíamos ajudar aos EUA. Minha contraparte norte-americana, Richard Dowd, falou da possível colaboração entre os países e disse que os EUA irão recomençar o envio de microfichas (bibliografia), mesmo sem pagamento agora. Falou também da possibilidade de colaborarem no estudo das chuvas ácidas, o que ainda não fazemos. Neste momento vi o tremendo alcance dessas pesquisas e o prestígio que poderão trazer à Sema. Aceitei o oferecimento. Falei também da importância que poderá ter um convênio guarda-chuva Sema-EPA.

Houve depois uma reunião geral de todos os grupos de trabalho. Com satisfação vimos, por meio

da palavra de seus presidentes, que todos esses grupos expandiram sua agenda de trabalho. Incluíram muitos itens novos. Nosso grupo fez mais ainda: modificou seu próprio nome para Grupo de Saúde e Meio Ambiente. O professor Cury me disse que não tem vocação para censor e precisei de certa habilidade para amenizar a redação de algumas conclusões do nosso grupo. Ficou bem claro, porém, que a comunidade científica brasileira não aceita imposições ou camisas de força. Soubemos que algumas altas esferas não gostaram da atitude do CNPq.

O esvaziamento da EPA

WASHINGTON, EUA – De manhã fui ao EPA – Environmental Protection Agency, a SEMA dos EUA. Falei com o vice-diretor John Hernandez, muito simpático. Ele explicou que a EPA continua atuante. Como se sabe, o presidente Reagan procurou cortar as asas da entidade. Isso trouxe um mal-estar generalizado no mundo conservacionista, que está em franca oposição aos atuais dirigentes da EPA.

Hernandez disse-me que as mudanças nos standards primários dos EUA seriam pequenas e baseadas em pesquisas científicas. Ele não tem entusiasmo pelos conversores catalíticos, mas também não falou contra. O problema é a duração relativamente curta dos mesmos. Procurei dizer o que fazemos no Brasil. Falei sobre a nova legislação brasileira e o futuro Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, para que eles lá soubessem que outros países continuam interessados na proteção ambiental. Disse-lhe que estávamos preocupados com as notícias sobre as mudanças de orientação da EPA.

A qualidade da água exige pesquisa permanente

Falamos depois com o engenheiro Walter Hunt, nosso amigo de longa data, e que nos acompanhou nessa visita à EPA, onde trabalha. Embora muito cauteloso para não antagonizar, deu a entender que a transferência de programas federais para os governos estaduais, como está sendo feita, significa que esses programas morrerão por falta de recursos. Contudo, esclareceu que a EPA continua com as suas ações básicas. Ele defendeu a ideia de que, em certos lugares, não é necessário continuar com programas de pesquisa sobre a qualidade de água, quando todos já sabem qual é.

Brasil X Argentina
Uma discordância sobre programas

BUENOS AIRES, ARGENTINA – De manhã e à tarde, as sessões da reunião (sobre Programas Governamentais Ambientais da América Latina e Caribe) decorreram bem. Contudo, no final da sessão da tarde, o embaixador (argentino) Arlias propôs que todos os programas em discussão fossem considerados prioritários. Fernando (Simas Magalhães, diplomata brasileiro) rebateu esse ponto de vista ardorosamente. Mais tarde o embaixador me disse ter ficado aborrecido com isso. Afirmiei não ter havido qualquer intenção de magoá-lo. Arlias é um embaixador hábil, amável e experiente. Fernando é muito inteligente, competente e vigoroso na defesa dos seus pontos de vista, mas muito menos experiente. Ambos têm a minha admiração, e espero poder conciliá-los. Uma das minhas funções na vida, ao que parece, é aparar arestas.

7 julho 1982

P.S. Essa ideia é dificilmente defensável, pois essa qualidade evolui, para melhor ou para pior.

15 março 1983

O delegado da Guatemala chegou a propor a instituição de um tribunal internacional para julgar crimes ecológicos! Apesar do absurdo da proposta, a mesma foi discutida. Tive que dizer que éramos contrários à ideia e que não havia nenhuma possibilidade de aprovação. Acrescentei, porém, que o verdadeiro tribunal era o da opinião pública internacional.

Insignificâncias comprometedoras

16 março 1983

(...) Quando se tratou o Projeto sobre bosques tropicais, quase se chegou a um acordo. O embaixador Arlias, da Argentina, propôs usar as palavras “fortalecer” e “aplicação”, em relação a estudos sobre problemas florestais. Fernando se bateu contra essas palavras, não sei bem por que motivo. Durante a discussão, Fernando falou algo sobre “justiças e injustiças”, o que provocou protestos do embaixador Arlias, reiniciando, assim, o atrito de ontem. Procurei, depois da reunião, conciliar as coisas, dizendo novamente ao embaixador Arlias que não houve nenhuma intenção de magoá-lo. Fernando disse algo nesse sentido para o próprio embaixador. Este respondeu, polidamente, mas ressentido, que Fernando não conhecia bem a língua espanhola, para dizer de modo velado que este havia se excedido. Assim, fiquei numa situação muito difícil. Como chefe da Delegação, não posso desdizer Fernando. Por outro lado, não posso deixar de dizer que não se chegou a um acordo por causa de uma insignificância, o que, francamente, não posso entender.

Solicitei também ao chefe da Delegação Venezuelana para fazer uma proposta conciliatória. A Venezuela, como o Brasil, faz parte do Pacto da Amazônia.

Conciliação como instrumento de distensão (Buenos Aires)

17 março 1983

De manhã, cheguei ao centro San Martin quando já havia começado a reunião. Contudo, as coisas já estavam se acertando. A Venezuela havia feito sua proposta conciliadora. A Argentina sugeriu uma redação que nos pareceu boa.

Pedi a palavra e disse que o Brasil aceitava a proposta argentina. Isso quebrou o gelo. Logo a seguir, pediram para o Brasil retirar sua declaração de voto que explicava por que não poderia aderir à proposta para pesquisar as consequências ecológicas das grandes estruturas (represas etc.). Concordei também com isso, pois todos já sabiam de nossa ressalva. Declarei que, se os outros participantes achassem necessário, não era preciso que o relatório final mencionasse o texto de nossa ressalva. Isso trouxe outro desafogo.

Pouco depois, Martinez Prieto, presidente da reunião, agradeceu nossa colaboração e encerrou os trabalhos num ambiente de alegria e distensão. Minhas gestões e a compreensão de todos venceram os desentendimentos e os confrontos. Foi importante, para isso, a aceitação dos meus pedidos por parte de Fernando. Embora eu fosse o chefe da Delegação, ele é do Itamaraty, e portanto não é meu subordinado em Brasília. Fernando não somente colaborou para tornar possível a distensão, mas depois, na sessão seguinte, elogiou publicamente o embaixador Arlias, e o indicou para presidir o grupo Latino-Americano, em Nairobi.

Gestão de resíduos industriais
Principal protagonista boicota o seminário internacional

1º dezembro 1985

GENEBRA, SUÍÇA – À noite, no hotel houve uma recepção para os participantes do seminário. Eu soube, com grande surpresa, que a indústria irá boicotá-lo, o que causará muitos problemas. Nosso trabalho será sobre o Meio Ambiente e as transnacionais. Por trás do pano está a rivalidade Este-Oeste e as disputas internas no sistema da Organização das Nações Unidas. (...) Somente há dois dias, a indústria europeia resolveu não comparecer ao seminário! Isso é inusitado, no mínimo. Eu disse aos meus companheiros que, no Brasil, a indústria inicialmente protesta contra nossa regulamentação ambiental, mas depois a aceita, mesmo porque procuramos agir sempre de modo razoável.

Força moral do código de conduta para transnacionais

O primeiro orador chamou a indústria de irresponsável e de ter uma mentalidade de “fortaleza”. Lamentou a confusão ainda existente sobre a falsa oposição entre indústria e Meio Ambiente. Quem fez essas observações e muitas outras energicamente conservacionistas era do Canadá, C. Coccia. (...)

2 dezembro 1985

Falei sobre a importância das leis nacionais e do esforço que as multinacionais devem fazer para reforçar as agências de Meio Ambiente locais. O código de conduta é muito importante, apesar de ter apenas força moral. Duvido que uma transnacional ouse desrespeitá-lo. É preciso também haver reconhecimento para a excelência de alguns trabalhos de transnacionais, como forma de incentivo. Falei que o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) é um bom exemplo de cooperação geral entre entidades estaduais e federais, assim como entre as entidades civis e as governamentais. Quando não há consenso, fazemos grandes esforços para conseguir pelo menos uma menor compreensão.

Suécia proíbe o amianto e estimula interesse pelo tema

O representante sueco L. Ettarp disse que, no seu país, o uso do asbesto (amianto) foi simplesmente proibido. Por isso a Suécia foi acusada por outros países de violar *standards*!

Depois da reunião, em um *cocktail* conversei longamente com Ettarp sobre o problema do asbesto, o qual ele considera afetar a todas as pessoas. O Zimbábue é grande produtor de amianto e, portanto, contra a proibição. O amianto branco é muito menos perigoso que o azul. Além de ser cancerígeno e de poder originar infecções (*asbestosis*), o asbesto pode causar "*pleural plaques*", que na Suécia afetam 20% da população. O Governo paga indenização às pessoas afetadas por essas placas. Após o *cocktail*, retornei ao Hotel preocupado com o problema do asbesto. Precisamos fazer logo um seminário sobre isso, no Brasil, como, aliás, eu já havia conversado com Carlos Celso da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) antes de sair de lá. (asbestos = amianto).

Responsabilidade da indústria com a população vizinha

Hoje fiz parte da reunião de um grupo de trabalho sobre responsabilidades de países, indústrias nacionais e indústrias transnacionais. Um representante britânico, A. F. Ellis, chamou a atenção para a correta localização de fábricas perigosas. Pedi a palavra e fiz duas sugestões: estabelecer, como parte da responsabilidade das fábricas perigosas, que estas sejam obrigadas a comprar terras

3 dezembro 1985

5 dezembro 1985

em torno de onde estiverem instaladas, para afastar as populações humanas (favelas, por exemplo), e publicar anualmente uma lista de fábricas que fazem produtos perigosos.

O doutor A. F. Ellis ficou muito interessado em minha sugestão sobre a compra de terras do entorno pelas fábricas, a qual, aliás, estava de acordo com a proposta que ele fez antes de mim. Eu apenas acrescentei que as fábricas deveriam comprar o terreno de seu entorno como parte de suas responsabilidades.

Standards dos países de origem devem balizar multinacionais

Após o intervalo para o café, as discussões entraram num emaranhado de detalhes. Falamos em obrigações. O que são elas? Pedi a palavra e disse que elas são morais e legais. Não podem ser apenas legais, pois as leis variam de país a país.

Sugeri que, nos casos em que não há *standards* oficiais, as multinacionais deveriam usar os mesmos *standards* do seu país de origem. Para minha grande surpresa, isso foi aprovado por todos. No final das discussões, quase terminamos de completar o quadro sobre as obrigações dos governos e das indústrias transnacionais e nacionais.

A importância da troca de ideias para formar uma consciência universal

Em nossa última reunião, (um dos organizadores do seminário) o brasileiro Diogo Gaspar fez uma síntese geral do trabalho e das sugestões apresentadas. Na realidade, em seminários como esse o que se consegue em termos positivos é muito pouco. Contudo, é preciso que as pessoas troquem ideias e, aos poucos, isto vai formando uma consciência universal que acaba sendo uma grande força de pressão. A partir daí os resultados começam a aparecer. Foi o que ocorreu desde que se deu o primeiro passo na Conferência de Estocolmo, em 1972. A Sema, por exemplo, é um dos resultados de Estocolmo. Esta reunião teve a originalidade de não contar com a esperada e importante presença da indústria, mas o movimento trabalhista mundial esteve muito presente e ativo.

O interesse pela Amazônia
Parlamentares norte-americanos propõem cooperação

Às 11h fui ao Itamaraty onde houve uma reunião conjunta com a delegação de parlamentares norte-americanos, chefiada pelo senador Tim Wirth. Na enorme, bela e antiga mesa de reuniões, todos nós nos sentamos em cadeiras do Século 19, estilo Dom João VI. De um lado ficaram os brasileiros; de outro lado, em duas fileiras, os norte-americanos.

Paulo Tarso (Flecha de Lima) fez uma longa e detalhada exposição, muito boa, sobre os problemas ambientais brasileiros, dizendo que estávamos procurando resolvê-los e que, para isso, aceitávamos a cooperação externa. Foi uma exposição ponderada, aberta, um grande progresso em relação a posições anteriores de nossa política externa. Por outro lado, o chefe da delegação norte-americana, senador Tim Wirth, também falou de modo moderado e amigo sobre a preocupação de defender as florestas tropicais, o que constitui parte importante do que deseja a opinião pública do seu país.

A resposta dura do presidente

Conversando comigo, o senador Wirth disse ter tido uma conversa dura com Ben Hur Batalha (então secretário especial do Meio Ambiente), que, a seu ver, informou mal o presidente Sarney sobre os índices (6,5% ou algo parecido) referentes ao desmatamento total da Amazônia, cifra que está errada. Na realidade esses números, a meu ver, estão mesmo errados, mas não foi Ben Hur quem os inventou. Ao que consta (não foram os norte-americanos que me disseram), o presidente Sarney falou hoje com eles, na audiência que lhes concedeu, de modo forte e nacionalista. Ao que parece ele não gostou da proposta feita pelo senador Wirth de constituir uma fundação internacional para cuidar do problema da destruição de florestas amazônicas. Realmente, essa fundação, para ser aceita, precisa ser reformulada.

A conversão da dívida
América Latina busca uma solução para dois problemas

Começou a reunião Taller Regional sobre el Proyecto Internacional de Financiamento de la Conservación, com a presença de representantes de associações conservacionistas dos países Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina, além do secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Jorge Wilhelm.

O professor José Goldenberg, reitor da USP, esteve lá. Disse não acreditar na possibilidade de obter recursos com uma taxa sobre combustíveis, para proteger as florestas tropicais e reduzir o uso de combustíveis fósseis. Apoiou uma sugestão minha para que, em vez de mecanismos de conversão da dívida ou da taxação, fosse criado um fundo internacional, gerido pela Organização das Nações Unidas ou por outro organismo de alto nível, com contribuições de todos os países, inclusive de países tropicais, mesmo que nesse caso estas fossem simbólicas. Acredito que poderia ser arrecadado 1 bilhão de dólares.

O difícil empréstimo do Banco Mundial

No final da tarde recebi a visita de Marita Koch-Wesser, uma das responsáveis pelos programas ambientais do Banco Mundial. Sua visita foi uma agradável surpresa.

Marita foi muito discreta nos seus comentários, mas disse claramente ser possível que um empréstimo viesse a ser feito apenas por partes, como o segmento relacionado com a Mata Atlântica. As coisas estão caminhando de modo diferente, por parte da Sema. Disse-lhe que eu era suspeito para comentar, mas falei que a impressão geral era que a Sema naquele dia estava muito desanimada. (...)

Marita conversou bastante comigo sobre as possibilidades de reconversão de parte da dívida externa em favor do Meio Ambiente. Isso é essencial, pois o Banco Mundial não empresta recursos para a compra de terras e estas são imprescindíveis para a conservação da natureza. Sugeri que isso seja feito com intermediação do WWF ou da Conservation Foundation, e com a colaboração da Fundação SOS Mata Atlântica e de outras entidades. Ela achou ótima a sugestão, pois é muito importante que as ONGs participem ou mesmo liderem a iniciativa.

7 março 1988

8 março 1988

25 março 1988

P.S. 2009: Isso ajudou muito a Sema.

P.S. Por outro lado, eu não poderia intrometer-me nas atividades sem ser convidado.

Já eram 20h30 quando terminou nossa conversa, que achei muito útil e interessante. A Sema tem me excluído sistematicamente das conversações com o Banco Mundial.

Confiança não se impõe

30 março 1988

De manhã fui ao Itamaraty, onde se realizou a 6ª Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente da América Latina e do Caribe.

Houve uma série de discursos, como o do presidente Sarney e o do ministro do Interior João Alves. A tônica desses discursos foi a tese ultranacionalista de que os países desenvolvidos são os responsáveis pelas desgraças ambientais do planeta. Realmente isso em parte é verdade, mas, a meu ver, o que realmente interessa é o que devemos fazer para cumprir nosso dever de proteger nossos ecossistemas naturais. Declarei a vários jornalistas que confiança não se impõe, mas se conquista. No dia em que cumprimos nossas obrigações ético-ambientais, as críticas contra nós desaparecerão.

Divergências diante da delegação norte-americana

1º abril 1989

SÃO PAULO, SP – De manhã estive no Hotel Maksoud Plaza, onde houve uma reunião dos senadores norte-americanos que encontrei em Brasília, com um grupo de paulistas. Fui o primeiro a falar na reunião. Expliquei-lhes por que não se poderia usar a dívida externa para trocá-la por ações em favor da Floresta Amazônica: pediriam garantias, inevitavelmente, e isso criaria um problema de soberania. Sugerí que fossem organizados fundos nacionais e um fundo internacional. Também os países subdesenvolvidos contribuiriam com verbas de seus orçamentos, pois não poderiam contribuir com dólares. Expliquei-lhes ainda outras questões. Defendi o zoneamento econômico ecológico. Roberto Klabin não deu tanta importância às questões nacionalistas. Disse, muito francamente, que, em sua opinião, a Fundação Florestal do Governo do Estado, a qual ele preside, tem dinheiro, mas não sabe como gastá-lo. Na reunião falou também um representante dos proprietários da Amazônia. Ele disse que sem incentivos fiscais estes não teriam ido para a Amazônia. Manifestou-se contra o fim dos subsídios. Foi também contra o zoneamento da região.

José Pedro pediu recursos para a Serra do Mar.

BID apresenta plano de conversão aceitável

6 maio 1989

WASHINGTON, EUA – Sábado de manhã, Tom Lovejoy e eu passamos na casa de Beatrizinha, e juntos seguimos para o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) onde, no 12º andar, tivemos uma reunião extremamente importante. Às 11h30, estavam presentes: Enrique Iglesias, presidente do banco; Margaret Daly Hayes, external relations advisor; Jerome Levinson, assessor jurídico; Rubens Vaz da Costa, gerente de operações; Tom Lovejoy, relações externas do Smithsonian Institute; e eu. Expus meu ponto de vista, o qual tenho repetido em muitos lugares: é necessário criar um fundo internacional para o Meio Ambiente, mas a conversão da dívida bilateral é politicamente inaceitável, pois o país cedente teria o direito de fazer a inspeção.

Para minha grande surpresa, Enrique Iglesias apresentou um plano detalhado e já em fase adiantada de conversação, para um tipo aceitável de conversão da dívida. Aliás, a surpresa foi em face

das grandes possibilidades de sucesso, pois dias atrás Rubens Vaz da Costa havia me falado sobre essa ideia. O plano é simples. Com recursos obtidos nos EUA a dívida é comprada com desconto. O dinheiro equivalente, na moeda do país devedor, é colocado numa conta de poupança permanente. O país devedor usa anualmente, para a defesa do Meio Ambiente, da educação, da saúde, da energia e talvez de outros âmbitos, somente os juros. O dinheiro é gasto em despesas correntes e para financiar projetos específicos. Essa proposta não é inflacionária e permitirá reduzir a dívida externa, que tanto prejudica os países em desenvolvimento.

A ideia é muito boa, embora eu não tenha gostado do financiamento de outras atividades. É preciso limitar a ajuda aos âmbitos meio ambiente, saúde e energia. Do contrário, os países poderão apenas economizar seus orçamentos, sem maiores vantagens ambientais. A intenção, porém, é reforçar certas áreas, principalmente a ambiental.

Iglesias estava realmente entusiasmado. Contudo, ele receava que, nos próximos dias, alguém apresentasse o plano como se este fosse uma iniciativa norte-americana, o que seria um desastre político. Alguns senadores já estavam a par do assunto. Eles o aprovaram, mas estavam silenciosos para, assim, facilitar as coisas. Iglesias já está em contato com vários países. O plano não é apenas amazônico. Indaguei a ele se poderia falar a respeito deste com certas autoridades brasileiras o que me parece indispensável. Iglesias disse que isso seria bom e que o assunto era urgente. Dentro de 10 ou 15 dias vai falar sobre isso com o presidente Sarney. Eu disse aos participantes da reunião que assim que possível procuraria o ministro general Bayma Denys e o secretário geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Minhas conversas poderão ajudar a preparar o terreno, pelo menos espero que isso seja possível.

Tom Lovejoy disse que foi a melhor notícia que teve nos últimos 12 meses, referindo-se à reunião de hoje. Saímos de lá alegres e muito esperançosos. Se tudo der certo, haverá uma verdadeira revolução ambiental, altamente positiva.

Time Conference

Essa conferência reuniu governantes e especialistas de vários países. Eles foram convidados, pela revista *Time*, para analisar os problemas ambientais globais e as medidas necessárias para amenizar seus efeitos.

Todos perderão com a aceleração das mudanças climáticas

BOULDER, COLORADO, EUA – Depois do *coffee break* participei da reunião do grupo sobre as mudanças climáticas. Charles Alexander, coordenador da reunião, disse que poderiam haver vencedores e perdedores em relação aos efeitos locais das mudanças climáticas. O senador Al Gore falou que com a aceleração das mudanças climáticas todos perderão. Stephen Schneider (do National Center for Atmospheric Research) disse que nem todos os efeitos serão negativos, mas que a velocidade das mudanças será negativa, pois não haverá tempo para a adaptação dos ecossistemas. Disse que somente agora estamos entendendo as mudanças que aconteceram desde o último período glacial. Jack Glantz (também do National Center for Atmospheric Research) afirmou que as previsões variam muito. Chegou-se à conclusão geral de que todos perderiam com as mudanças climáticas, caso estas ocorressem rapidamente. O senador Al Gore disse que primeiro deveríamos

11 novembro 1988

P.S. 2009: Isso não ocorreu na Federação Brasileira. Não houve lei específica e forte.

procurar soluções que estivessem ao nosso alcance, deixando para depois o que "hoje" parecesse impossível de conseguir.

Mais pesquisas sobre a queima de florestas tropicais

Fiz uma intervenção dizendo que precisávamos de mais pesquisas sobre a queima das florestas tropicais. Essa queima libera grandes quantidades de material particulado, que tem efeito contrário ao do efeito estufa. Expliquei-lhes que na época das grandes queimadas há tanto material particulado na atmosfera, que no Brasil alguns aeroportos têm de ser fechados por causa da falta de visibilidade. Stephen Schneider disse que a fuligem da fumaça pode absorver calor, o que aumentaria a temperatura e causaria inversões atmosféricas. Ele concordou comigo, porém, ao achar que precisamos de mais pesquisas nesse campo.

Alguém propôs criar uma taxa sobre a produção de CO2. Berrieu Moore defendeu bem esse ponto de vista. Gus Speth do WRI (World Resources Institute) propôs cinco metas (goals) a serem atingidas, entre as quais a proteção das florestas e o reflorestamento. (...)

O coordenador Alexander indagou o que eu teria a dizer sobre reflorestamento e plantio de árvores. Respondi-lhe que a melhor solução para o problema, em relação às nossas florestas tropicais, seria o zoneamento econômico e ecológico. Esse zoneamento, para ser cumprido, deveria estar baseado em lei que especificamente proibisse os financiamentos para atividades que estivessem em desacordo com o mesmo.

Durante o intervalo para o almoço, conversei com o senador Al Gore sobre a possível ajuda a países em desenvolvimento, para fins de manter florestas e reflorestar. Expliquei-lhe como foi a ajuda que o WWF, com Tom Lovejoy, nos deu para as estações ecológicas, na construção de casas para guardas, aquisições de barcos na Estação Ecológica da Jureia, que se firmou.

O impacto das represas na intensificação do efeito estufa

Falamos também sobre o metano (CH4), que é muito importante para o efeito estufa. ele é cerca de 20 vezes pior, molécula por molécula, que o . CO2. É produzido, por exemplo, em feedlots e fertilizantes. Sugeri acrescentar a essa lista as represas de hidroelétricas na área tropical, devido à decomposição anaeróbica da matéria orgânica submersa nessas águas. É o caso (da hidrelétrica) de Balbina, na Amazônia, mas não fiz citações específicas.

Propostas para proteger a biodiversidade

Ken Piddington (do Banco Mundial), relator do grupo sobre biodiversidade, explicou haver unanimidade sobre a importância deste assunto. Com a mudança de climas, há perda de corredores genéticos ou mudanças da altitude ocupada pelos diferentes ecossistemas (nas montanhas). Propostas:

- A - Tratados internacionais sobre a preservação de espécies e assistência em recursos para isso.
- B - Áreas protegidas.
- C - Realizar treinamento de quadros e redes de especialistas.

12 novembro 1988

P.S. 2009: Com o passar do tempo, verifiquei que havia pouca eficiência prática nos zoneamentos econômicos e ecológicos de larga escala, na Federação do Brasil. Depois de participar de várias tentativas de zoneamento, que terminaram em

- D - Criar bancos (*seed banks and zoos*) para a preservação genética.
- E - Compensação ecológica, no caso da construção de hidrelétricas. (Segundo José Pedro, essa foi uma sugestão que fiz quando eu estava no ônibus, mas ela não foi tratada no grupo).

Sugeri a importância de fazer um zoneamento econômico e ecológico em algumas grandes regiões do mundo. Além disso, ser necessário que os bancos e outras atividades obedecessem a esse zoneamento.

Al Gore lista barreiras políticas em relação à crise ambiental

Após o coffee break, falou o senador Albert Gore. Referiu-se a cinco barreiras políticas em relação a assuntos ambientais em 1988:

- A - Não há certezas básicas ainda sobre muitos assuntos ambientais.
- B - As pessoas não querem acreditar em coisas inusitadas, fora do comum, más notícias.
- C - Elas acreditam ser mais fácil se adaptar do que mudar.
- D - Também não acreditam na gravidade da situação.
- E - As pessoas acreditam que as soluções virão de qualquer modo, sem que elas se esforcem.

É preciso acontecer um sinal que provoque reação. Al Gore citou, como exemplos de desastres impactantes, a morte de crianças e casos de queima de florestas. A questão básica é esta: haverá uma mudança fundamental no comportamento humano e nos sistemas políticos?

Soviético quer sacudir os generais, dos dois lados!

O ministro Fyodor Morgun disse que 20 milhões de pessoas morreram na URSS durante a guerra. Não tiveram um Plano Marshall. Afirmou que "dormiram" em relação aos problemas ambientais. Falou da magnitude da questão ambiental. Disse ser preciso sacudir os generais, dos dois lados. Citou o Brasil como um dos países que precisa fazer parte do esforço de replantar. Contou as discussões que teve com o ministro de Indústria Química, e afirmou que vai tratar publicamente desses problemas quando retornar à URSS. José Pedro perguntou o que seria feito em relação aos tratados internacionais sobre o meio ambiente, na URSS, e Morgun disse que o primeiro-ministro Mikhail Gorbachev dá muita importância à proteção da natureza, e falou sobre a viagem que o primeiro-ministro fez à Sibéria.

Sobre resíduos atômicos, disse que os resíduos nucleares são enterrados in situ, mas que ele ainda não tem uma resposta para que possa dar detalhes. O correspondente do Pravda disse que o ministro assumiu há pouco e tem "uma espada pendente" sobre sua cabeça. É uma declaração sensacional, jamais ouvida, sobre um dos dirigentes soviéticos, feita também por um destes.

O segredo da felicidade

Depois houve um almoço durante o qual conversei longamente com Russ Hoyle, editor sênior da Time. Falei a ele sobre o programa das estações ecológicas e os planos para o futuro, relacionados com o controle da devastação na Amazônia. Parece que ele gostou muito do que ouviu, pois no final chegou a dizer que eu seria candidato ao Prêmio Nobel do Meio Ambiente, proposto hoje

fracassos, resolvi não me dedicar mais a essas iniciativas que, no Brasil, são geralmente desobedecidas e sabotadas por interesses contrários. Prefiro agir na criação de unidades de conservação, pois somente o Poder Legislativo poderá alterá-las e ele não costuma extingui-las.

P.S. 2009: Agora existem certezas básicas sobre o aquecimento climático, o que não existia em 1988, no dizer de Gore.

durante a realização da conferência. Respondi-lhe que um dos segredos da felicidade é não procurar objetivos inatingíveis ou demasiadamente altos.

Desenvolvimento e Meio Ambiente
Fundo Mundial não pode esperar

18 março 1990

WASHINGTON, EUA – (conversa informal na casa de Enrique Iglesias) Mustafá Tolba, diretor geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pregou a luta do Terceiro Mundo contra o Primeiro Mundo, para que este dê os recursos necessários para melhorar o Meio Ambiente. (Enrique) Iglesias (presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento) defendeu a opinião de que é necessário dialogar mais. São duas concepções, ou melhor, situações bem diversas entre si. Margarita Botero (que integrou a Comissão Brundtland), eu e outros participantes confiamos que pode haver uma tentativa de aproximação entre essas tendências. As coisas, porém, são profundas. É o velho conflito entre os países que têm e os que não têm. O pior é que o fosso que os separa está aumentando.

19 março 1990

Tivemos uma reunião às 9h, no salão de reuniões do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da nossa Comissão da América Latina e do Caribe para o Desenvolvimento e Meio Ambiente.

O presidente Mussael Pastrana pediu esclarecimentos sobre as finalidades mais amplas da comissão. Iglesias respondeu que a comissão teria muita influência na futura conferência de 1992. Ele explicou também que o tema “recursos internacionais (fundo) para o Meio Ambiente” não iria esperar a conferência de 1992. Seria resolvido antes.

Pedi a palavra para dizer que o documento final, sintético, deveria dar ênfase ao ordenamento territorial ligado à política de crédito. Deveríamos também dar prioridade ao combate à miséria. Quanto a incrementar a descentralização, sugestão do documento, no que se refere à Amazônia, isto seria perigoso. A visão das populações locais é imediatista, ao passo que a visão nacional (Estados do Centro-Sul, no Brasil) é mais de longo prazo, como deve ser. (...)

Há 500 anos degradamos florestas

Ao recomendar a reunião, Ramirez Ocampo se referiu ao projeto de plantar, na Bacia do Orenoco (Venezuela), grandes plantações de Pinus, para compensar áreas destruídas na Amazônia florestal. Ele considerava isso uma maravilha.

Pedi em seguida a palavra para dizer que plantações de Pinus constituem um tipo de agricultura. Era necessário, junto com esse reflorestamento, criar unidades de conservação para salvar o material genético regional. Sou o único biólogo desta comissão.

Em seguida passei aos presentes o trabalho feito por Werner Zulauf, José Goldemberg, Ab Saber e outros, sobre o reflorestamento de terras degradadas na Amazônia e em outros lugares do Brasil. Esse trabalho foi realizado no Instituto de Estudos Avançados da USP, do qual sou membro. Disse que o projeto previa o reflorestamento de 144 milhões de hectares, o que causou certo espanto. Depois reli o trabalho e fiz a retificação: eram 144 quilômetros quadrados. Contudo,

afirmei que, a meu ver, existiam mais de 144 milhões de hectares de terras degradadas disponíveis, pois isso representava 17% apenas do território nacional. Há 500 anos degradamos florestas. (...) Contudo, fiz a retificação do meu erro, que na realidade seria praticamente inviável, como verifiquei depois.

Foram apresentadas sugestões para que os estudos de impacto ambiental e as outras conquistas semelhantes a estes sejam apresentadas à conferência de 1992, como exigência necessária em todos os países. Falei sobre a “compensação ecológica”, que, devido a uma proposta que fiz, o Conama aprovou e estendeu. Assim, uma hidrelétrica que inunda uma floresta em determinada região deverá adquirir e proteger outra floresta nesta região, para nela estabelecer uma estação ecológica, ou pagar uma compensação em dinheiro ao Estado, que deverá usá-lo na compra de áreas a serem protegidas.

Correção de números e rejeição de imposições

SANTIAGO, CHILE – Pedi a palavra e falei longamente sobre cinco ou seis pontos do documento “político-ambiental”. Discordei que havia 700 milhões de hectares de terra arável disponível na América Latina, pois isso significaria arar toda a Amazônia. Dourejeani (BID) me apoiou com vários argumentos. Ele também me apoiou quando expliquei que não há, na América Latina, centenas, mas sim milhares de espécies correndo perigo de extinção.

Augusto Ramirez Ocampo também me apoiou. Ele disse também que não deveríamos dizer ao Norte do Brasil o que este deveria fazer, como está no documento político-ambiental. Poderíamos apenas dizer que o Norte poderia tentar fazer “isso ou aquilo”. Não devemos dizer, ao Norte, o que não queremos que este diga ao Sul.

A origem da palavra “brasileiro”

Discutimos também uma sugestão, de Michael Gucovsky, referente a valores históricos latino-americanos que motivaram um relacionamento quase ético e religioso entre o povo latino-americano e o meio ambiente. Expliquei aos participantes que deveríamos nos referir a um resgate de dívida histórica para com o Meio Ambiente, pois o destruimos no Brasil, há 500 anos, estamos destruindo as florestas. Conteí, para surpresa dos presentes, que a palavra “brasileiro” se refere a uma profissão, a de cortar árvores de pau-brasil para exportação. Por isso, o Brasil teve raízes históricas que não eram ambientalistas. Daí a necessidade do País resgatar essa dívida.

As missões do Fundo

SÃO PAULO, SP – Estive, de manhã e à tarde, no Regional Congress for Global Change. Participei das reuniões do comitê Tropical Forests, presidido por Phil Fearnside. Fiz várias propostas e melhorei a redação de outras. Salientei três aspectos, a meu ver, prioritários: ordenamento territorial, pesquisas científicas e fundo global para o Meio Ambiente. Aliás, este aspecto deve ser o objetivo mais importante da conferência de 1992, pois sem ele pouco se poderá fazer para controlar efetivamente o aquecimento da atmosfera, a defesa das florestas tropicais e o reflorestamento em larga escala.

P.S. 2009: No momento, está sendo estudado como fazer isso de modo a se obter recursos que serão destinados à melhoria das unidades de conservação já existentes, ou à aquisição de novas áreas a serem protegidas segundo normas gerais estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal.

9 agosto 1990

10 agosto 1990

19 junho 1990

Políticas multilaterais
Sustentabilidade para o ecoturismo

17 maio 1991

MILÃO, ITÁLIA – Reunião sobre Ecoturismo. Graças à boa vontade do professor Mario Pavan, que aceitou "na esportiva" as críticas feitas à sua Carta de Ética Turística, pudemos avançar bastante. Também a habilidade do professor Hackens foi importante. Minhas propostas foram aceitas: retificar o conceito de direito (meio ambiente é um direito em si, protegido por lei), abolir a terminologia que classificava turistas e objetivos do turismo respectivamente como agentes ativos e passivos, e incluir o conceito de turismo autossustentável.

Nova ideologia frente às mudanças climáticas

17 outubro 1991

WASHINGTON, EUA – Reunião prévia à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, promovida pela OEA (Organização dos Estados Americanos) – Pedro Torak (representante da Argentina) indagou o que poderia unir o Hemisfério (Sul), em matéria ambiental. Pedi a palavra e falei longamente sobre a questão climática, explicando que é do nosso interesse desenvolver a Amazônia sem destruir a floresta. Esse é um ótimo campo para a cooperação. (...) Existem 9 países amazônicos e um tratado meio sonolento.

Apresentei meu trabalho de modo entusiasmado, prevendo o advento de uma nova ideologia, em consequência das mudanças climáticas. Fiz uma afirmação, também, de meus princípios cristãos.

Uma rede de estações ecológicas na América Latina

18 outubro 1991

Na reunião da tarde propus a instituição de estações ecológicas, ou melhor, uma rede delas: América do Sul Temperada, Floresta Tropical Andina, Região do Baixo Rio Amazonas, Sul do México, Caribe, Floresta Boreal. Em seguida foram aprovadas muitas propostas, além das minhas.

Colaboração e soberania

29 outubro 1991

RIO DE JANEIRO, RJ – Falei (na Conferência Internacional de Direito Ambiental) sobre a importância da biodiversidade, principalmente na época da biotecnologia. Citei o caso da transferência de material genético da castanha-do-pará para o feijoeiro. Expliquei depois que a biodiversidade está seriamente ameaçada pelas mudanças climáticas, pois a rapidez destas impedirá a migração dos ecossistemas. Não haverá tempo para efetivar essas migrações. Assim, ocorrerá extinção maciça de grande parte das espécies dos ecossistemas, ou mesmo a extinção de ecossistemas inteiros. Para evitar isso, será necessário realizar grandes programas de reflorestamento. Um grande Fundo Mundial de Meio Ambiente terá de ser criado, e, por meio dele, os países deverão colaborar uns com os outros. O Brasil e os outros países tropicais não aceitam a internacionalização de suas florestas. Afirmei isso com todas as letras. Fui muito cumprimentado por isso, após a palestra. Acredito que fiz um pronunciamento de impacto.

A erradicação da miséria na ecologia social

PORTO ALEGRE, RS – Fui à reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em cujo auditório se realizou o Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre Ecologia Social. A reunião seguiu três grandes linhas: Ecologia Social, Ética e Ecologia. Primeiro falou o organizador do seminário, o vice-presidente do Cibes (Conselho Internacional de Bem-Estar Social), professor Krug. Depois discursou a presidente do Cibes, Khunying Meesoak, da Tailândia. Salientou a necessidade deles cuidarem mais dos assuntos ambientais. Falou sobre a importância da conferência Rio-92.

24 novembro 1991

Depois foi minha vez. Expliquei que os problemas sociais, como a miséria, eram importantes porque estavam relacionados ao meio ambiente. Sem erradicar a miséria, não serão resolvidas as questões ambientais. Falei como representante de Maurice Strong e special adviser. Fui bastante aplaudido. Lá estavam cerca de cem pessoas de vários países. Falei em espanhol.

A delicada gestão dos recursos
A verdade é essencial para ajudar o Brasil

Compareci às reuniões do Banco Mundial, em sua sede de Brasília. As reuniões foram presididas por Kreszentia Duer, chefe da divisão brasileira do Banco Mundial. Passamos o dia todo discutindo "policies" sobre os problemas ambientais brasileiros, seus detalhes, suas situações e as soluções possíveis para eles. A meu ver, é essencial que o Banco Mundial conheça a verdade sobre o Brasil, para que possa melhor ajudá-lo, sem distorções e numa atmosfera de mútuo respeito e cooperação. A preocupação de todos nós era saber como ajudar mais efetivamente a Federação do Brasil. O professor Enéas Salatti fez uma palestra excelente sobre os problemas climáticos.

13 novembro – 1992

(...) Em certos momentos a discussão esquentou, pois Hansen custou a entender o que expliquei para todos: a utilização da floresta não deve ser feita por meio de concessões, pois a opinião pública brasileira não aceita isso. O melhor é fazer um programa-piloto, envolvendo e beneficiando as populações locais. Inclusive devem ser criadas reservas extrativistas, como expliquei a Daniel Gross. A meu ver, mas eu só disse isso "por alto", concessão aqui no Brasil muitas vezes poderia acabar em corrupção. No final chegamos a um acordo: o melhor é fazer um projeto-piloto de exploração florestal, beneficiando as populações locais, como sugeri. A discussão da tarde girou em torno das possíveis maneiras de salvar da destruição a Floresta Amazônica, mediante seu uso racional. Este é realmente um assunto extremamente importante.

14 novembro 1992

Kreszentia Duer foi muito amável. Ela é precisa em suas intervenções. Disse-me, ao se despedir, que gostaria, no futuro, de continuar a ter minha colaboração.

P.S. 2009: Estou convencido (2008-2009) de que a permanência da floresta amazônica depende, principalmente, do subsídio que for dado às populações locais para a defesa das matas e pelo aumento do valor (subsidiado) de produtos extrativistas, como a castanha, o cupuaçu, os peixes e os óleos vegetais, estes produzidos por árvores da floresta. Como todos sabem, é o que os países da Europa fazem com sua agricultura, para manter o território ocupado. Uma experiência muito importante nesse sentido está sendo realizada no Estado do Amazonas, sob a direção de Virgílio Vianna. Também em Mamirauá, junto ao Rio Amazonas e o Rio Japurá, uma unidade de conservação de uso sustentável conseguiu ter grande sucesso público. esta é presidida por José

Galizia Tundisi e administrada por Ana Rita Alves. Sou conselheiro da entidade, e sei disso por conhecimento próprio.

Conciliação de interesses

2 março 1993

Falei pelo telefone com Daniel Gross, da Divisão Brasileira do Banco Mundial. Conversamos longamente. Ele me contou que ainda não há nada resolvido sobre o gerenciamento dos 30 milhões de dólares do GEF (Global Environment Fund). Isso significa grande prejuízo para nossos recursos naturais, tão pouco protegidos por causa da falta de recursos. Tentarei romper esse impasse.

9 março 1993

Hugo de Almeida, secretário executivo do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) me disse que serei uma das seis ou sete pessoas que fiscalizarão e administrarão os recursos do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo). Serão inicialmente 30 milhões de dólares. O Banco Mundial e o G-7 também participarão. Henrique Brandão Cavalcanti (que é meu amigo desde o Ministério do Interior) será um dos meus colegas lá. Meu nome foi aceito pelos promotores da nova comissão.

No que se refere aos 40 milhões de dólares, parte dos 850 milhões ou 870 milhões de dólares do GEF, promovido pela ONU ou pela assistência bilateral, a situação é muito complicada. (...)

No momento, há uma proposta do Governo Federal, que agora está no Banco Mundial para exame, propondo uma ação conjunta entre o Governo, as ONGs e o Banco Mundial para gerir os recursos do Fundo. Este teria inicialmente 40 milhões de dólares (sendo 20 milhões do GEF e 20 milhões do Brasil). O Fundo seria administrado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Essa é a situação geral, sem detalhes irrelevantes, em março 1993.

Contei, ao Hugo, que há dias falei com Israel Klabin (presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS), no Instituto de Estudos Avançados da USP, sobre o assunto. Indaguei se ele concordaria em tomar parte de uma nova organização. Ele e u excelente diretor executivo da FBDS Enéas Salatti, concordaram. Essa foi uma surpresa que me alegrou. Então, eu disse ao Hugo que haveria uma boa possibilidade nesse sentido. Hugo me respondeu que isso seria ótimo e até sugeriu que a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável tivesse papel relevante na área empresarial da nova organização. Também haverá participação, nessa organização, das ONGs ambientalistas clássicas, ou melhor, conservacionistas (da área de conservação da natureza). Assim, contando com o apoio de Hugo, as perspectivas trazidas por Israel Klabin e a amizade que tenho com o Fabio Feldmann e outras lideranças, tentarei fazer que as negociações avancem. Hugo me disse que o Ministério está aberto a novas ideias e sugestões.

A angústia diante da omissão
A barbaridade econômica do governo brasileiro

16 abril 1993

NOVA IORQUE, EUA – De manhã, consegui falar com a senhora Emma Torres, que chefia a Divisão Latino-Americana, no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Conversei com ela e com Ângelo, da FBDS. Todos nós estamos preocupados com a situação ambiental brasileira, porque esta está muito confusa e o Brasil possui um Governo que não permite, na prática, o uso

de recursos externos em benefício do Meio Ambiente. O dinheiro vai para fundos do Governo, nos quais não é atualizado em relação à inflação, o que é uma barbaridade econômica. Assim, os governos do exterior e as organizações internacionais (por exemplo, a ONU), que não são idiotas, deixam de enviar mais dinheiro ao Governo brasileiro. Em meio a essa situação, tenho procurado aproximar autores e atores ambientais na busca difícil de uma solução para esse angustiante problema de recursos.

Meus papéis são sugerir, pedir e implorar

WASHINGTON, EUA – De manhã fui à Divisão do Brasil do Banco Mundial, na qual conversei longamente com Kreszentia Duer e Robert Kaplan. Durante cerca de duas horas, inclusive no almoço que me ofereceram em um restaurante italiano, passamos em revista a situação ambiental brasileira e debatemos estratégias para possíveis ajudas do Banco Mundial à Federação do Brasil e às ONGs brasileiras. Eles estão com muita boa vontade nesse sentido. Salientei que existe necessidade de haver recursos para instalar novas unidades de conservação ao sul, 100 a 400 km do Rio Amazonas. A terra e a administração obviamente deverão ser do Governo, mas para as instalações o Brasil poderia receber ajuda externa. Inclusive fazer associações entre universidades brasileiras e estrangeiras seria muito desejável para todos. O que não podemos, de modo algum, é cruzar os braços e perder para sempre, por omissão, áreas naturais preciosas, insubstituíveis.

Tia (Kreszentia) Duer é uma aliada valiosa, sempre disposta a ajudar e incentivar. Só não podemos tomar as decisões finais, pois estas cabem ao Governo Federal, aos Estados e mesmo aos municípios. Meus papéis nesse caso são sugerir, pedir e, se for preciso, implorar. Sobre a falta quase total de recursos do Governo, até para manter as unidades de conservação, aconselhei a obter recursos para que as fundações e associações brasileiras confiáveis possam recebê-los e suprir as deficiências deixadas pelos Governos, com a aprovação destes. Sem a colaboração da sociedade civil com os Governos e a ajuda externa aceitável perderemos para sempre áreas naturais, que são extremamente valiosas em termos de biodiversidade. Aconselhei-os também a ajudar na realização de seminários (workshops) destinados ao debate de assuntos ambientais, para que sejam estudadas e discutidas melhores soluções.

Defesa dos interesses ambientais
Indústria quer resolver poluição e ter boa imagem perante o público

FILADÉLFIA, EUA – Às 8h30 começou a reunião do seminário numa sala do Museu da Academia de Ciências Naturais da Piladélfia. A doutora Ruth Patrick, que é uma senhora de 80 anos e bióloga, saudou os mais de 40 participantes desse seminário. Eles são, na maioria, funcionários de grandes companhias norte-americanas, como Dupont, Exxon Mobil, Merck, entre muitas outras. Basicamente, essas empresas são potenciais poluentes. Mas elas desejam resolver os problemas que podem gerar poluição e ter, assim, boa imagem perante o grande público. O título do seminário era “Balancing economic development and environmental protection around the world”, por iniciativa da Academia de Ciências naturais de Philadelphia. Essa atitude também interessa muito a nós, ambientalistas, pois nos ajuda a resolver muitos problemas ambientais. É preciso incentivarmos essas empresas a agir corretamente, mas, ao mesmo tempo, precisamos manter uma linha independente em relação aos interesses econômicos particulares. Temos que defender os interesses relacionados ao meio ambiente, sejam estes locais, regionais, nacionais ou globais. Foi isso o que procurei fazer.

23 setembro 1993

P.S. 2009: De quase toda a dinheirama pedida e oferecida pelas autoridades financeiras mundiais, o que realmente chegou aqui, salvo algum erro de minha parte, foram os recursos do Programa PP-67, do Banco Mundial. Participei desse Programa, muito útil.

3 outubro 2000

Regulamentação e descentralização no Brasil

Fui o segundo a falar. contei como surgiu a Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), do Governo Federal, que é chefiada por mim. Falei, depois, sobre a legislação ambiental brasileira e o Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), constituído por órgãos federais, estaduais e municipais brasileiros, no qual há mútua ajuda entre estes órgãos. Também falei sobre nossa organização descentralizada, cabendo aos Estados 95% das licenças ambientais. Discorri sobre o Conama. Salientei que ele tem poderes regulatórios, ou seja, suas resoluções podem regulamentar leis. Declarei que usamos quase sempre os *standards* dos EUA, ou seja, da EPA. Eles gostaram de saber disso. São os padrões melhores e mais cuidadosos.

Brasil não reduz exigências para atrair investidor

4 outubro 2000

A sessão da manhã foi uma repetição, em grande parte, do que já havia sido dito ontem. Assim, precisei repetir que poderemos fazer concessões econômicas (referentes, por exemplo, a taxas e terrenos), mas que não abaixaremos os padrões para atrair investidores. Salientei também, e nisto fui apoiado por um dos poloneses, que, às vezes, mandam para os países pobres africanos produtos (por exemplo, organoclorados) cujo uso é condenado nos países desenvolvidos. Existe uma lei, nos EUA, exigindo que os exportadores avisam os governos dos outros países que estes receberão produtos perigosos. Na Sema, recebi avisos como estes . Contudo, num país africano sem infraestrutura técnica, esses avisos podem não ser devidamente entendidos. O polonês disse que chegaram a mandar para lá PCBs (organoclorados muito tóxicos usados, por exemplo, em transformadores).



PNN no terraço da fazenda São Quirino. Em Campinas. Casa construída por seu bisavô José Paulino Nogueira

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – IUCN

IUCN
Apoio às Estações Ecológicas

GENEBRA, SUÍÇA – (...) Depois, seguimos para a sede da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza). Conversei, longamente, com o diretor científico, doutor Duncan Poore, e o chefe do setor latino-americano, Felipe Matos. contei o que estamos fazendo na Sema, sobretudo o que se refere às Estações Ecológicas. Eles se mostraram bastante interessados e indagaram no que poderiam ajudar. Disse-lhes que não precisávamos de auxílio material (a IUCN atravessa uma fase de reorganização), mas salientei que o apoio da entidade muito nos prestigiaria.

20 junho 1977

Eles irão verificar o que será possível fazer, nessa linha de pensamento. Falamos também sobre a possibilidade de traduzir para o português o folheto escrito por Duncan Poore sobre desenvolvimento de florestas úmidas tropicais. Parece-me que isso seria importante.

Duncan Poore estava, no momento, revendo os originais de um trabalho semelhante, voltado para os problemas de desenvolvimento e a Ecologia das regiões semiáridas. Disse-lhe que um dos programas da Sema se refere a estudos sobre processos de desertificação.

Informação preciosa e contatos no Clube de Roma

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Em seguida fui com Israel Klabin ao Othon Hotel, onde se realizam as Conferências do Clube de Roma. Para surpresa minha, encontrei-me com Mohamed Khasas, presidente da IUCN e meu velho amigo. Ele fez uma das palestras, mostrando que certas fronteiras políticas artificiais prejudicam a humanidade. Ouvi também Colombo, da Itália, sobre a crise do petróleo, e Lester Brown, do World Watch Institute, dos EUA. Este fez uma ótima palestra, mostrando que a utilização de vários recursos naturais e alimentos estão caindo em termos *per capita*.

2 julho 1979

À noite, convidei Khasas para jantar comigo no Leme. Rememoramos amigos comuns, falamos sobre a IUCN e contei o que fazia na Sema. Ele acha que o Programa de Estações Ecológicas precisa ser melhor conhecido em outros países. Após o jantar, caminhamos dois quilômetros e meio no calçadão da Avenida Atlântica.

Sondagem para presidir IUCN

Falei hoje, pelo telefone, com o almirante Ibsen da Câmara e com Russ Mittermeyer. Eles me convidaram, ou melhor, me sondaram sobre a possibilidade de eu concorrer à presidência da IUCN que é, junto com a WWF, a principal entidade conservacionista do mundo. Disse-lhes que poderia aceitar desde que não tenha que morar fora do Brasil. Em setembro, será a eleição. Seria, para mim, uma grande honra e, praticamente, coincide com o fim desse período de governo. Já fui sondado também por Tom Lovejoy, do WWF, por Maria José Pádua e José Pedro. Esses estiveram recentemente na IUCN.

23 março 1984

Aparentemente, terei os apoios latino-americano e norte-americano. Contudo, quem decidirá será a Europa. Fico muito preocupado com o tremendo impacto que tudo isso poderá ter em minha vida. Se for presidente da IUCN, o que muito duvido, terei que viajar continuamente, não mais pelo Brasil, mas sim pelo planeta todo. Terei forças para isso?

Candidatura

26 abril 1984

Escrevi à IUCN aceitando minha candidatura à presidência. É um grande passo no escuro, pois pouco ou quase nada sei das obrigações. Isso me deixa preocupado.

Alívio numa tarde de primavera

14 maio 1984

GENEBRA, SUÍÇA – Lá, conseguimos falar com Kenton Muller, o secretário geral. Conteí que havia apresentado minha candidatura à Presidência da IUCN para as eleições em novembro, a pedido de alguns amigos. Kenton Muller me explicou as obrigações: presidir três ou quatro reuniões por ano e representar a IUCN em congressos. Diárias e passagens a combinar. Já existiam outros candidatos: um da Arábia Saudita, o tio do Aga Khan, um das Filipinas, outro da Colômbia, um da Índia e outro ainda indeciso. Kenton foi objetivo e limitou-se a responder perguntas que lhe fiz; não deu uma palavra sequer de encorajamento à candidatura. Diante disso, verifiquei ser inteiramente inexata a impressão que me deram no Brasil, de que minha candidatura seria fácil e que teria amplo apoio. Para ganhar, eu precisaria fazer uma verdadeira campanha eleitoral, o que, neste momento, está longe de minhas possibilidades.

Além disso, já tenho compromissos para ir ao exterior cinco ou seis vezes por ano e simplesmente não aguentaria ver esse número aumentado para dez ou 12. Não sou de ferro. Sai da entrevista de Kenton Muller aliviado. Essa parada não é para mim. Era uma linda tarde de primavera, na calma paisagem cheia de casas e campos cultivados perto das margens do Lago Léman.

Radiografia das ONGs brasileiras

28 junho 1988

BRASÍLIA, DF – À noite, Carr Hill, da CI (Conservation International), me entrevistou sobre vários problemas internacionais. Conversamos no Hotel Saint Paul. Fiz um relatório verbal muito extenso, sobre a situação. Quis relatar o máximo possível, num espaço de tempo bem curto. Eles estão interessados em desenvolver atividades visando incrementar um desenvolvimento sustentável. Expliquei a extrema penúria dos recursos atuais disponíveis para a defesa do Meio Ambiente. A meu ver as organizações ambientais brasileiras, ou melhor, algumas delas, estão criando uma pequena burocracia própria, com muita gente e relativamente pouca ação. Penso que a ajuda dada a essas organizações deve ser bem "amarrada" a objetivos específicos, concretos.

Uma enorme responsabilidade

2 abril 1990

José Pedro Oliveira Costa pediu-me permissão para lançar minha candidatura à Presidência da IUCN. Agora aceitei novamente, apesar da enorme responsabilidade do cargo, coisa de meter medo! Exige muito esforço e muitas viagens pelo mundo, como já disse.

Longevidade que vem da derrota

Voltei ao hotel, onde telefonei ao José Pedro, na Suíça. Disse-me que depois de muitas *démarches* e exposições, fizeram uma votação entre o meu nome e o do Sony Ramphal, para a presidência da IUCN. Tive 40% dos votos e Ramphal, hindu da Guiana, secretário-geral da Comunidade Britânica de Nações, obteve 60%. A derrota, porém, não me aborreceu, pois essa Presidência seria um encargo muito pesado, talvez acima de minhas forças. Com essa derrota ganhei alguns anos de vida!

2 maio 1990

Memória da primeira vitória conservacionista

Recebi em casa Ana Lucia Mendonça, que está escrevendo uma tese sobre a Ilha do Cardoso. Pertenci à comissão que estudou a implantação desse parque, nos anos 1970. Conteí histórias dessa época. Ressaltei o papel de Paulo Duarte, escritor e político democrático, na criação desse Parque. Lembrei ainda minha luta solitária mas vitoriosa, na Assembleia Geral da IUCN, que em 1972 declarou a implantação dos Parques Estaduais da Ilha do Cardoso e de Vassununga como uma das medidas conservacionistas prioritárias no mundo. Contra a opinião contrária da direção da Assembleia, que alegava necessitar de maiores esclarecimentos, levantei-me na grande reunião, falei com firmeza e venci na votação que se seguiu. Foi minha primeira grande vitória conservacionista.

17 agosto 1998

Sítios do Patrimônio Natural no Brasil

Em Brasília, o Monsã me esperava. Fomos ao Ministério, onde conversei com José Pedro e outras pessoas. Almocei com José Pedro, secretário de Florestas e da Biodiversidade e com o seu convidado Pedro Rosabal, alto funcionário da IUCN. Está estudando a declaração de Sítios do Patrimônio Natural Mundial. Um deles será o Pantanal, outro o Parque Nacional do Jaú, na Amazônia. Após o almoço, tivemos um encontro, juntamente com Schenkel e o representante da Unesco no Brasil, com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Foi uma reunião muito cordial, sobre as propostas de criar os dois sítios do Patrimônio Natural. O ministro concordou rapidamente.

15 fevereiro 2000

CI – Conservation International
Faltam fundos para o Fundo Global

VICTORIA, CANADÁ – A reunião do Board do Conservation International começou lá pelas 9h15. Agora, sou membro do Board Russell Miitermeier. O presidente da organização explicou que houve na Conferência Rio-92 alguns mal-entendidos que surgiram. Um deles é que haveria dinheiro suficiente para a conservação da Natureza, devido às contribuições que os países desenvolvidos dariam. Contudo, o FGS, o programa do Banco Mundial sobre o assunto, não recebeu dinheiro dos EUA e do Japão. Diante disso, como explicou Michel Batisse, os países europeus resolveram não colaborar mais. Batisse fez um bom apanhado da situação. Pedi a palavra e disse que os 125 bilhões de dólares anuais de que falou Maurice Strong eram apenas uma referência ao que seria necessário para erradicar a miséria, promovendo o desenvolvimento autossustentável. Sem isso, não poderemos estabilizar o mundo demograficamente. (...)

2 outubro 1992

Peter Seligman disse que agora os japoneses estão mais sensíveis aos problemas ambientais. Criaram um novo fundo de conservação da Natureza, no mundo de negócios deles. A ideia dos japoneses

seria criar entidades deles, não governamentais, ligadas a esse fundo, para competir com as não governamentais de outros países. Foi uma grande vitória da CI convencer os japoneses a agirem no campo da conservação internacional, embora eles tenham também os seus próprios interesses. O fundo japonês é consequência direta de uma sugestão da CI. (...)

Almocei com Michel Batisse e outros membros do Board. Tratamos, informalmente, do problema demográfico. Batisse e eu pensamos que o equilíbrio demográfico virá com o desenvolvimento autossustentável. Disse-lhes que se falharem esses esforços e a população explodir, em consequência, virá uma enfermidade tipo gripe (*influenza*) capaz de reduzir o número de habitantes do planeta.

Perfil moderado da CI deve ser preservado

Depois do almoço, ouvimos uma exposição sobre como aumentar o número de sócios e contribuições. Houve muita discussão sobre o que e como dizer aos sócios, coisa complicada, pois o CI ocupa um nicho especial, como já foi dito nesta reunião. A meu ver, no CI somos tipicamente uma organização ambientalista de centro, ou seja, não radical nem extremada. Tem âmbito mundial, é moderada, convincente e efetiva, voltada à conservação de ecossistemas. Assim, devemos continuar. Como membro do Board, que dirige a Conservation International, essa é a minha opinião.

Pat Kelly explicou os detalhes de uma publicação a ser enviada aos sócios, muito sofisticada. A mim me pareceu pouco visível ou legível, pois o papel é de cor geral cinzenta.

Uma grande distinção

(...) No restante da reunião foram tratadas questões administrativas e institucionais. Juntamente com outra pessoa, me elegeram membro emérito do Board, uma grande distinção. Recebi palavras elogiosas de Peter Seligman e de Chuck Hedland. Respondi agradecendo. Eles me disseram que poderia comparecer às reuniões do Board. Senti como se estivesse sendo aposentado uma segunda vez. Na verdade, eles têm razão em me retirar do Board, pois em dois ou três anos, esta é a segunda vez que participo de uma reunião do Conservation International.

TNC
Conservação x Dívida Externa

BRASÍLIA, DF – À noite, no apartamento de Fábio Feldman, houve uma recepção simples a Jeff Leonard e outros altos dirigentes da The Nature Conservancy, a mais rica entidade ambientalista, de conservação da natureza, dos EUA. Fábio expôs, com muita habilidade, o seu plano de obter a implantação do grande complexo conservacionista da área lagunar e Serra do Mar de São Paulo e Paraná, em troca do resgate de títulos da dívida externa. Os líderes da The Nature Conservancy gostaram muito da ideia. Também falei a favor desse projeto. O Fábio, generosamente, me apresentou como "nosso líder". Na realidade, ele está liderando com competência, essa e outras iniciativas ambientalistas. Ele é o líder do bloco verde, no Congresso, com cerca de 43 parlamentares.

“Não podemos perder tempo para salvar florestas preciosas”

Antes do almoço, fui a uma reunião no Metropolitan Flat, com Maria Thereza, Ângela Tessinari, o embaixador Alexander Watson, vice-presidente da TNC (The Nature Conservancy), Stephen Cox, chefe das operações brasileiras da TNC e Leopoldo Garcia Brandão. Fizemos (PNN, Maria Thereza e Leopoldo) aos membros da TNC, uma exposição bem fundamentada sobre a necessidade de adquirir para salvar duas áreas de matas nativas com cerca de 20 mil hectares ao todo.

Uma das glebas está na região de Porto Seguro e a outra ao sul do Monte Pascal. Pertencem a uma firma holandesa Brasilanda, que explora com cuidado algumas madeiras e guarda bem essas florestas. A ideia é fazer um consórcio, confederação, ou melhor, um condomínio-fundação, onde os participantes adquiririam blocos de matas demarcadas num total de 12 milhões de dólares. Tive o cuidado de dizer que, entre as ONGs de origem estrangeira, escolhemos a The Nature Conservancy para liderar a ajuda externa. Essas palavras os deixaram visivelmente satisfeitos. O projeto está, pois, em marcha, com boas chances de sucesso. Ficamos de lhes apresentar, nas próximas semanas, um plano mais completo. Francamente, não esperava tanto sucesso nessa difícil iniciativa.

À noite, numa recepção da The Nature Conservancy, o embaixador Alexander Watson chegou a me dizer que estava "entusiasmado" com o projeto. Não podemos, pois, perder tempo para colocar em marcha os nossos planos para salvar essas florestas preciosas.

WRI
Honroso convite

Aceitei um honroso convite para ser um dos diretores do novo Institute of World Resources, com sede em Washington. Russell Train também participa. Aparentemente, será a instituição ambientalista mais forte, com orçamento anual de 4 milhões de dólares.

Perspectivas mais amplas

WASHINGTON, EUA – De manhã, Dean (Mayerson) me deixou na sede do World Resources Institute, onde tomei parte na reunião da Diretoria, o Board. Estavam presentes, entre outros, Robert McNamara, Russell Train, Melissa Wells, Robert Blake, o presidente Gus Speth, o *chairman* Mathew Nimetz, o diretor de operações Bowman e outros. Eles me convidaram para falar sobre problemas ambientais do Brasil.

Durante uns 15 minutos, expliquei, resumidamente, o que era a Sema e o que fazíamos em termos de controle da poluição e programas ecológicos (Estações Ecológicas etc.). Parece que gostaram, pois fizeram várias perguntas.

Um dos chefes de projeto, sobre estudos de atividades ambientais das companhias multinacionais, disse que pretendia fazer uma apreciação dos exemplos favoráveis dessas atividades. Fiz o comentário de que nem sempre era isso o que ocorria, pois também há exemplos negativos. Russell Train me apoiou.

3 outubro 1992

14 março 1988

24 junho 1997

4 outubro 1982

26 setembro 1983

Robert McNamara falou com certa energia, dizendo que era necessário apressar o andamento do projeto principal do Instituto, sobre o estado dos recursos naturais no mundo. Seu ponto de vista prevaleceu. Ele dá a impressão de ser uma pessoa pragmática, enérgica e ansiosa por ações imediatas. Aliás, como alguém comentou depois, deve ter sido por isso que ele fez uma carreira brilhante no governo e no Banco Mundial. Russell Train fez um comentário de brincadeira sobre a insistência de McNamara e este respondeu meio sério, na defensiva.

A realidade das florestas tropicais

11 junho 1984

De manhã, fui à reunião do Comitê Executivo do World Resources Institute. Passaram em revista vários projetos que estão sendo executados. Vão publicar um livro sobre a América Latina, com vários capítulos sobre problemas ambientais. Discordei da apresentação que pareceu muito uniforme em relação aos vários países da região. Na América Central, por exemplo, houve vários confrontos militares com os EUA, mas isso nunca ocorreu no Brasil.

Sobre os problemas do CO2 na atmosfera do mundo, iam apenas levar em consideração a queima de combustível fóssil. Disse-lhes que deveriam também pensar nos efeitos da queima de florestas tropicais, no que recebi apoio do professor George Woodwell, especialista no assunto. Em relação às matas dos trópicos, quando o assunto foi examinado, salientei a importância de realização imediata de pesquisas visando o aproveitamento florestal sustentado, ou seja, sem a destruição das florestas.

Ética ambiental para multinacionais

15 junho 1984

Após o almoço, houve duas palestras: a da doutora Ruth Patrick e a minha. Citei bons e maus casos do relacionamento de multinacionais com o país hospedeiro, no caso, o Brasil. A Alcoa, por exemplo, adota no Brasil os mesmos *standards* que nos EUA, o que é bom. Outras vezes, como no caso da Borregaard, a situação ficou tão ruim que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico teve que comprar a fábrica e equipá-la adequadamente. A minha conclusão geral foi a de que deveria haver um Código de Ética ou de conduta para regular as ações das multinacionais. Esse código, a meu ver, deveria ser baseado na Regra de Ouro que está nos ensinamentos de Confúcio e também no Evangelho.

Regra de Ouro na prática

12 novembro 1984

Troquei rapidamente de roupa e fui ao pequeno jantar no restaurante La Reine com os organizadores e patrocinadores (entre os quais estou) da Conferência Mundial da Indústria e Gerenciamento Ambiental. Cada um deu sua opinião sobre as linhas principais da Conferência. Disse-lhes que, a meu ver, era preciso que todos apliquem a simples e antiga regra de ouro: não fazer aos outros, o que não queremos que nos façam. Isso no lado moral. No lado prático, é, a meu ver, indispensável que a indústria se empenhe não apenas em controlar a poluição, mas que também participe do monitoramento das águas e do ar. Todos insistiam na necessidade de fazer recomendações práticas, mas ninguém fez propostas, exceto a minha.

O uso do solo

Subi ao 4º andar, onde estão os escritórios do WRI (World Resources Institute) e ali mantive demorada conferência com Jessica, Bill Burley e Marc Dourojeanni. Conversamos sobre o projeto do Instituto, sobre florestas tropicais, visando salvá-las. Marc deseja, e com razão, que o projeto leve em consideração todos os aspectos referentes ao uso do solo. As florestas amazônicas estão em perigo, devido à ocupação desordenada do solo, o que é verdade. Contei nossos planos de promover um zoneamento ecológico e econômico da Amazônia. Novamente salientei a necessidade de não querer ditar regras aos governos, mas sim oferecer formas concretas de ajuda, como, por exemplo, empréstimos do Banco Mundial.

24 setembro 1984

Recursos do desenvolvimento para a conservação

Durante a manhã e também à tarde, tomei parte nas reuniões de Comissão sobre Florestas Tropicais. Ficou claro que se trata de um esforço conjunto do WRI (Bill Burley), do Banco Mundial (John Spears) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Charles Lankester), para que os setores florestal e conservacionista tenham mais acesso a recursos destinados ao desenvolvimento. Para isso, vamos preparar um relatório-exposição, mostrando casos bem-sucedidos de proteção ambiental, reflorestamento, proteção de mananciais etc. A ideia é boa, pois existe a possibilidade de mobilizar grandes recursos para essas áreas.

À tarde, fiz uma exposição em inglês, sobre o programa de estações ecológicas. Aparentemente, gostaram muito. Consideram um exemplo muito bem sucedido de proteção ambiental.

4 dezembro 1984

De manhã e à tarde, novas reuniões da Comissão sobre Florestas Tropicais. Defendi a ideia de que deveríamos nos concentrar sobre os problemas das áreas protegidas e das áreas-tampão em torno das mesmas. Isso foi aceito. Além disso, será feito um levantamento de casos bem-sucedidos de proteção ambiental, entre os quais o nosso sistema de Estações Ecológicas. As reuniões de hoje foram do subgrupo conservacionista. Outros quatro subgrupos também se reuniram.

(...) Entre os *study cases* que serão estudados, estão as Estações Ecológicas do Brasil e as Reservas de Biosfera da Índia e México, principalmente. O pessoal está louco atrás de casos que sirvam como exemplos.

6 dezembro 1984

Exposição sobre Relatório Brundtland

Quase no final da reunião, o presidente Matthew Metz me pediu para fazer uma exposição sobre o Relatório da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, das Nações Unidas. Como membro dessa Comissão, contei o que fizemos, em linhas gerais, em três anos de trabalho. Salientei a importância da contribuição do WRI (World Resources Institute), particularmente sobre as florestas tropicais (Marc Dourojeanni), ozônio, efeito estufa etc. Contei que conseguimos um consenso mesmo na questão mais difícil, ou seja, no problema nuclear. John Cantlon me perguntou se houve consenso na questão da população. Contei que a nossa conclusão foi no sentido de que cada país deve ter a população que possa sustentar.

5 maio 1987

Quanto aos resultados do Relatório, o objetivo foi o de estudar e discutir problemas ambientais e apresentar soluções e alternativas. Com isso, municiaremos Governos e ONGs. Foi o que expliquei aos meus colegas.

Um encantador discurso verde

5 maio 1987

À noite, houve jantar do WRI, no Sheraton-Carlton, com a presença de umas 300 pessoas. Falou o novo presidente do Banco Mundial, Barber Conable. Ele anunciou a criação de um Departamento de Meio Ambiente e um aumento substancial em empréstimos ambientais e muita atenção em relação a problemas do Meio Ambiente. Foi um discurso "verde", muito aplaudido. Ficamos encantados, pois nunca se ouviu tanta perspectiva ambiental no Banco Mundial. Ao encerrar a reunião, Gus Speth falou sobre o relatório da Comissão Mundial (Comissão Brundtland) e disse que dois dos seus autores estavam presentes: Maurice Strong e eu. Nós nos levantamos e fomos muito aplaudidos.

4 outubro 1988

Às 10h15, estive com Gus Speth, diretor executivo do World Resources Institute, uma das instituições mais importantes do mundo, no campo ambiental. Eles se especializaram em questões de *policy* (política ambiental no sentido amplo da palavra). Conversamos sobre meus planos, com os companheiros da Adema, para transformá-la numa fundação com objetivos semelhantes aos do WRI. Ele disse que nos apoiaria com publicações, etc. Sou membro do Board do WRI há alguns anos, mas, pela primeira vez, dei uma contribuição, tornando-me assim também um associado (*associate*).

Cabeça fria desarma insolência

20 março 1990

Álvaro Unaña, conselheiro do Board do WRI, disse que os dados podem estar sujeitos a interpretações políticas. Citou o caso das queimadas no Brasil. Expliquei que há dados de satélites. Álvaro havia citado o Brasil. McNamara, do Board, falou que os dados deviam ser avaliados de modo independente pelo WRI e que não importava o que o Brasil pensava sobre isso. Eles (nós) podiam queimar os dados se quiséssemos. Falou num tom agressivo, o que me irritou profundamente. Contudo, de cabeça fria, respondi que concordava com ele, o que o desarmou e fez os outros sorrirem a meu favor, a favor da minha resposta. Por um segundo pensei em sair da sala, como protesto contra essa intervenção insolente, mas fazer isso teria sido um grande erro. Devemos sempre procurar a verdade, mas há maneiras e maneiras de dizer isso. Depois, o referido senhor foi indelicado em relação a um filipino que falava sobre a situação no seu país: "Não me interessam os filipinos, a não ser que seja representativo da situação geral, o que parece ser". Nesse caso, no final, ele procurou corrigir. Após o almoço, ao discutir as finanças do WRI, disse que o dinheiro poderia ser investido de "modo mais inteligente", mas logo corrigiu para as palavras "de modo mais agressivo". O temperamento dele é assim, ao que parece. De minha parte, fiquei zangado no momento, mas seguindo o mandamento cristão, perdoo pela sua atitude.

Conversas de bastidores na Comissão sobre Agenda 21

12 abril 1993

Jonathan Latsch, presidente do World Resources Institute, falou brevemente. É um rapaz simpático, que assumiu o seu cargo em fins do ano passado. Passou a palavra a Janet Brown, que está trabalhando no "North-South dialogue". Gobaldon sugeriu que esta Comissão se limitasse a assuntos referentes à Agenda 21. O ex-presidente do México, Miguel de la Madrid, opinou que deveríamos ter uma possibilidade ampla de tratar de assuntos ambientais, mas que deveríamos a cada ano escolher somente dois ou três assuntos para serem tratados pela Comissão. Assim, teríamos maior impacto. Esse ponto de vista teve apoio geral. Congratulei-me, pessoalmente, com ele após a reunião que terminou pouco após as palavras do presidente de la Madrid.

Fora da reunião tive algumas conversas interessantes. Falei com Gus Speth, convidado para o almoço. Disse que não compreendi a renúncia dele à presidência do World Resources Institute, tal como não entendi a renúncia do presidente Jânio Quadros. Demos boas risadas. Conversei com o novo presidente do WRI, Jonathan Latsch. Foi uma ótima conversa. Convidei-o, na próxima ida dele ao Brasil, para visitar a USP. Além disso, providenciaria uma reunião de ONGs. Dei livros em inglês, sobre as Estações Ecológicas, para Marc Dourojeanni, Gus Speth, Jonathan Latsch e Arnaldo Gobaldon. Falei com Dourojeanni e principalmente com Enrique Iglesias, que considero um dos grandes líderes pró-ambientais do mundo. É o presidente do Banco Interamericano. Disse-lhe que o Memorial da América Latina precisava de 20 mil dólares para completar o dinheiro que eles necessitam para publicar os anais da reunião ambientalista de 1992. Iglesias concordou. O professor Crodovaldo Pavan poderá, assim, completar o trabalho.

Mais ação e combate à miséria

WASHINGTON, EUA – (...) Todos deram as suas opiniões. Quando falei, disse que o World Resources Institute fez um excelente trabalho em matéria de *policy* (políticas ambientais no mais amplo sentido) e precisa continuar isso. Contudo, o que me preocupa é a distância entre a *policy* e a ação. É preciso erradicar a miséria (*extreme poverty*) para estabilizar a população. É necessário, também, criar novas unidades de conservação para salvar a biodiversidade. Seria preciso uma *policy* de mais ação para convencer os tomadores de decisão.

21 setembro 1993

"Inspirador do ambientalismo no Brasil" (Maurice Strong)

Acordei mais cedo, para estar numa reunião às 8h30, de um comitê do Board do World Resources Institute. Foi presidida por Maurice Strong, o *chairman* do Board. (...) Ele foi secretário-geral da Rio-92 e hoje tem posições-chaves no WRI, Banco Mundial e Nações Unidas.

24 setembro 1996

Durante a grande reunião do Board, num intervalo, ele indagou se eu estaria disposto a trabalhar fora do Brasil. Respondi que não. Tenho muita coisa a fazer no Brasil. Foi, porém, um convite muito honroso. Afirmei estar pronto a ajudá-lo. Em março de 1997 haverá no Brasil uma grande reunião para avaliar os resultados da Rio-92. Maurice Strong me disse, também, que não tinha me procurado antes por saber que a morte de Lucia, minha esposa, em 1995, que me havia atingido muito, mas que ficara satisfeito por me ver na ativa. Sabia que eu era um inspirador do ambientalismo no Brasil. Foi um grande elogio. relatei o que estava fazendo na Cetesb, no Conama, no IAG do PP-G7 (International Advisor Group do Pilot Project for Brazilian Rain Forest, com fundos do G7).

P.S. 2009: Essa minha primeira impressão do Inpe, foi precipitada. O Inpe, no decorrer do tempo mostrou ter uma ação correta e, desse modo, indispensável para conhecer a nossa realidade florestal, entre outras coisas, como o aquecimento climático.

Rede de satélites para monitorar desmatamento

(...) A meu ver, seria possível estabelecer uma rede de informações de imagens de satélites, coordenada pelo Unep, das Nações Unidas (Programa para o Meio Ambiente). No Brasil, o relatório do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não sai há dois anos e ao que parece a devastação na Amazônia aumentou ultimamente. Assim, não é possível. Os governos tendem a esconder as más notícias. Vamos ver se o Inpe divulga seus dados. O certo é haver mesmo uma rede das Nações Unidas, ou do WRI.

Memórias e recompensa

9 março 1998

WASHINGTON, EUA – Houve lá um jantar muito bom e bonito. Comemos um excelente *sea bass*. Foi prestada uma homenagem aos membros do Board (Diretoria), cujo mandato expirou. Tom Lovejoy era um deles. Ao falar no *podium*, começou a se referir ao Brasil. Pensei com os meus botões: vem aí um elogio a PNN. Depois, reagi comigo mesmo: estou muito “convencido” e cheio de mim mesmo, o que é muito ruim. Preciso ser mais modesto. Porém, o Tom continuou falando do Brasil e me fez realmente um enorme elogio, dizendo, entre outras coisas, que fui a primeira pessoa “importante” que lhe pediu uma audiência. Naquela época, eu era secretário do Meio Ambiente do Governo Federal. Na verdade, tenho muitos e bons amigos.

Poluição e mortes, assuntos delicados na China

10 março 1998

Entre os assuntos debatidos, no que se refere ao planejamento estratégico do WRI, na parte biológica, fiz algumas sugestões: falar sobre ecoturismo, bem como incluir o *agroforestry* e a defesa da Mata Atlântica como questões prioritárias.

Sobre a China houve uma extensa discussão. Daqui a 15 anos, esse país será o maior poluidor de dióxido de carbono. Portanto, é urgente fazer algo para reduzir lá a poluição. É um assunto extremamente delicado, pois dizer que os chineses devem fazer isto ou aquilo seria talvez ofendê-los. A melhor solução me pareceu a de mostrar aos chineses os males de saúde, causados pela poluição já existente. Essa poluição é de tal forma intensa, que deve estar matando gente, principalmente crianças. É preciso agir para ajudá-los amistosamente. Isso certamente os chineses entenderão. A proposta nesse sentido foi feita por um grupo do WRI.

WWF Agricultura na Amazônia

13 maio 1976

MORGES, SUÍÇA (...) Fui, após o almoço, ao WWF (World Wildlife Fund), onde falei durante duas horas, com o doutor H. Jungius, chefe da consultoria científica da entidade. Expliquei a ele os problemas existentes na Amazônia, principalmente no que se refere à agricultura nômade. Disse-lhe haver lá certo consenso sobre a necessidade de fazer da exploração florestal o ponto forte da economia regional. Exploração racional permanente, bem entendido.

Exploração racional da floresta é o grande desafio

GENEBRA, SUÍÇA (...) Visitamos em seguida o WWF (World Wildlife Fund), a entidade privada mundial que mais arrecada fundos para a preservação da natureza. Falei com o diretor-geral, doutor Fritz Wolmar, e com Pierre Portas, *Conservation Officer*. Fiz uma exposição sobre os principais programas da Sema.

No WWF, assim como na IUCN e em outros lugares na Europa, há uma grande preocupação em torno do futuro da floresta amazônica. É preciso reconhecer que se trata de uma preocupação genuína, sem qualquer coloração política. Cometeria um grande engano quem pensar que os conservacionistas do mundo têm algum propósito oculto ou dubio quando expressam seus receios de que um dia essa floresta deixe de existir como algo expressivo. Volmar disse-me ter ouvido duas correntes de opinião: os que pensam que a floresta amazônica será destruída em 30 anos e os que afirmam que ela se manterá para sempre. Nesta viagem, porém, não encontrei ninguém do grupo otimista. Expliquei que, na minha opinião, a floresta amazônica será destruída nos próximos 50 anos (o diretor do Inpa – Instituto de Pesquisas da Amazônia – só lhe dá mais 30 anos), a menos que se descubra uma maneira de explorá-la economicamente de modo permanente, racional e contínuo. Essa exploração não predatória está nos planos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). O IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) também está planejando com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) realizar pesquisas neste sentido. O maior problema é a premência de tempo, pois a devastação não para, como todos sabem. A exploração florestal racional é sem dúvida a melhor forma de o Brasil ocupar efetivamente a Amazônia e aproveitar as suas imensas riquezas naturais. É o grande desafio que os brasileiros terão que enfrentar nos próximos anos, mas pouca gente se deu conta disso.

Ecologia para a sobrevivência no Nordeste

Fui, depois, à sede do WWF. Conversei lá com Mary Grady e Álvar Unaña (...) sobre a necessidade de incluir as Estações Ecológicas nos programas do Projeto Nordeste. Podemos formular um Projeto que chamaríamos de Ecologia para a Sobrevivência ou Manejo Ecológico para a Sobrevivência. Esse projeto trataria de pesquisar como o ecossistema semiárido pode ser aperfeiçoado, com o plantio de árvores capazes de fornecer produtos florestais e folhas para o gado. Experimentaríamos plantas nativas, como o juazeiro, e outras plantas alienígenas, como as Acácias da Austrália. Todos acharam a ideia interessante.

Pesquisa conjunta sobre pastagens na Amazônia

WASHINGTON, EUA – Às 14h30, cheguei ao local onde se realizava a reunião do Board do WWF-US. Fizeram-me grandes elogios e me chamaram à mesa para uma breve palestra sobre problemas brasileiros de Meio Ambiente. Falei sobre a oficialização, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, das “ilhas florestais” do Projeto de áreas mínimas, WWF-Inpa. Perto de Manaus, essa pesquisa está verificando o que ocorre quando se implantam pastagens, deixando apenas alguns “fragmentos florestais” como amostras e casos de estudo. Expliquei também o que eram as Estações Ecológicas e os problemas das invasões no Sul da Amazônia e da destruição florestal no litoral do Nordeste. Agradei o apoio prestado à conservação da Mata Atlântica no Sul do Brasil. Todos lá foram extremamente amáveis comigo.

20 junho 1977

P.S. 2009: A meu ver, a prioridade é também claramente subsidiar, na Amazônia, a manutenção da floresta nativa, de modo a melhorar o nível de vida dos seus habitantes pagando salários suficientes para a exploração florestal sustentável e sobretudo para a instalação e proteção de Unidades Conservação. É através do subsídio dos produtos rurais e outras atividades que os europeus mantêm os seus territórios efetivamente ocupados, como se sabe. Por que não fazer o mesmo, adaptando isso às nossas circunstâncias?

27 setembro 1983

12 junho 1984

Visita à enorme sede britânica

5 dezembro 1997

FARNCOMBE, INGLATERRA – Quando chegamos a Farncombe já nos esperava de pé, na estação, o senhor Clive Wicks, chefe do Programa Internacional do WWF daqui, levou-nos de carro à sede do WWF. Tivemos, meu filho Luiz Antonio e eu, ocasião de conhecer na ampla sede do WWF-britânico numerosas pessoas. Conversamos mais com a senhora Sandra Charity, brasileira casada com um inglês. Ela é a *conservation officer* para a América Latina, especialmente para o Brasil. É competente e conhece bem os problemas brasileiros.

O WWF da Grã-Bretanha é realmente enorme e superorganizado. Arrecadam aproximadamente, neste país, o equivalente a 40 milhões de dólares anuais!!

Clive Wicks, diretor da Área Internacional do WWF, é uma pessoa superativa e dinâmica. Ele se propõe a obter fundos para promover, em São Paulo, uma conferência Britânica-Brasileira sobre tecnologias limpas. Penso que seria possível fazer isso através da Cetesb.

Articulação em busca de recursos
Sema recua de convênio com a Royal Society

21 dezembro 1986

Domingo. De manhã recebi visita do doutor John Henning, da Royal Geographic Society, e do professor Roberto Boruzzi, da Escola Paulista de Medicina. O doutor Henning estava muito preocupado com o fato de que anteontem, num telefonema, o Kleber secretário adjunto da Sema, comunicou a ele terem sido adiadas para o fim do programa as pesquisas sobre a regeneração da floresta. Para essas pesquisas seria preciso derrubar dois hectares, de um total de 100 mil hectares de matas da Estação Ecológica de Maracá. Kleber disse que essa decisão foi tomada numa reunião realizada na Sema.

P.S. 2009: O que a Sema deveria ter feito era solicitar à Royal Geographic Society um estudo conjunto sobre um possível remanejamento do Programa, ao invés de impor uma decisão que trouxe problemas à outra parte a ela associada, a qual aliás contribuiu com valiosos recursos e com muita boa vontade para o andamento da iniciativa comum.

Orientação para ajuda da Fundação McArthur

29 abril 1989

WASHINGTON, EUA – Depois, tivemos lá mesmo, na sala do Tom (Lovejoy, do Smithsonian Institute), um almoço frio de trabalho. Dan M. Martin, da Fundação Mac Arthur, ouviu os presentes sobre as prioridades conservacionistas no Brasil. A Mac Arthur quer ajudar. Estávamos lá Tom Lovejoy, Marita Koch-Wesser, Carlos Martins (WWF), Russell Mittermeyer (WWF). Todos estavam de acordo com as prioridades: reforçar o Inpa e o Museu Goeldi, as unidades de conservação, a parte ecológica no Zoneamento da Amazônia. Expliquei também como era o Programa das Estações Ecológicas.

Desinteresse material, uma raridade

Pouco depois, saí do hotel e fui a pé visitar Martha Muse, a dez quarteirões. Ela é presidente da Tinker Foundation. Relatei, em nossa conversa, os acontecimentos no Brasil e a situação ambiental confusa. Dei um exemplar do meu livro sobre o Taim. Expliquei ter sido quem estabeleceu a Estação Ecológica. No final, ela praticamente perguntou o que eu queria. Deve estar acostumada a receber grandes pedidos de recursos. Disse-lhe que apenas queria manter contato com a Fundação dela e continuar a fazê-lo no futuro. Para Martha Muse deve ser uma raridade, esse desinteresse material. Entreguei uma cópia de minha palestra na America Society. Pedi a Renata, colaboradora de Martha, para que ela me avisasse caso a palestra não fosse publicada. Assim, eu poderia enviar o meu trabalho, que possui ideias originais para publicação em outro lugar.

“A certeza de não ter vivido em vão”
National Geographic Society convênio com Sema

LONDRES, INGLATERRA – Tomei um táxi e às 12h15, mais ou menos, já estava na National Geographic Society.

É um prédio de tijolos aparentes, do século passado, sóbrio e bonito. Encontrei-me com o amigo John Hemming, que há anos recebeu uma autorização e convite meus para usar a Estação Ecológica de Maracá (Roraima) em colaboração com o Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia). Os pesquisadores brasileiros e britânicos fizeram trabalhos notáveis, dezenas deles. Hemming me deu a relação desses trabalhos. Disse-lhe que esses resultados, entre outras coisas, me davam a certeza de não ter vivido em vão. Hemming me mostrou a excelente biblioteca e a mapoteca da National Geographic Society, talvez a melhor do mundo em Geografia e Cartografia.

Comitê Internacional da Fundación Argentina

Durante o almoço, nos reunimos numa mesa separada, eu, Yolanda Kokabadse, Valenzuela Fuerzalide (Chile), Arnoldo Gobaldon, e os hospedeiros Guillermo Cano e Pedro Tarak. Somos membros do Comitê Internacional da Farn (Fundación Argentina de Recursos Naturales). A Farn nos apresentou uma série de Projetos que eles pretendem executar, nos próximos três anos, a um custo total de US\$ 6,121,217 – é uma quantia absurdamente alta, o que muito impressionou a mim, ao Gobaldon e provavelmente aos outros. Sugerimos, juntamente com Yolanda Kokabadse, uma série de medidas, visando ter uma auditoria independente (Y. Kokabadse) para reaver a proposta e a limitar e explicitar melhor os gastos e também as despesas administrativas. Como está parece inexequível.

21 março 1990

28 junho 1990

16 abril 1991
P.S. 2009: Depois não ouvi mais referências ao assunto.

DEBATE MUNDIAL

Articulação de um Debate Mundial

Soviético propõe conferência

12 maio 1987

BUDAPESTE, HUNGRIA – O representante soviético Petrenko disse que foram aprovadas em seu país as conclusões do Relatório Brundtland, citando o caso das implicações internacionais de certos problemas locais. Propôs uma Conferência Ambiental em 1992. A seu ver, desarmamento e desenvolvimento caminham juntos. Disse que algumas partes do Relatório são ambíguas. As causas sociais dos problemas não foram bem explicadas.

“Menos palavras e mais ação”

1º outubro 1989

NOVA IORQUE, EUA – (...) À noite houve um jantar para os participantes da reunião do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), no Hoover Room do hotel Waldorf Astoria. Com grande surpresa para mim, compareceram três ex-presidentes latino-americanos: Pastrana, da Colômbia, de La Madrid e senhora, do México, e Osvaldo Hurtado, do Equador. Também estava lá o presidente Oscar Arias, da Costa Rica.

Logo de saída, o físico brasileiro José Goldemberg e eu criticamos o fato de que, nos documentos preparatórios, pediam mais diagnósticos, mas não propunham nada de realmente concreto. Precisávamos de menos palavras e mais ação. Foi também uma surpresa agradável verificar que houve um apoio geral a essa ideia. Bastava de diagnósticos de problemas. Já sabíamos o que era necessário fazer. Tínhamos que agir. O Meio Ambiente não podia esperar por mais estudos, pois a situação estava se deteriorando rapidamente.

Para mim não ficou bem claro o porquê desta reunião, pois me pareceu estranho que um órgão da ONU, o Programa das Nações Unidas (para o Meio Ambiente), convoque uma reunião para estudar propostas para a Conferência de 1992. Estas devem partir dos países e não de personalidades, pois as Nações Unidas funcionam em torno de países.

2 outubro 1989

Depois foi a minha vez de falar. Inicialmente disse que os documentos apresentados são importantes, mas que, a meu ver, precisamos de mais ação e menos diagnósticos. Expliquei que no Brasil já existe uma preocupação da opinião pública a respeito de questões ambientais. Falei também sobre os problemas climáticos e o seu impacto no mundo, se a floresta amazônica for destruída. Referi-me brevemente aos aspectos técnicos desses fatos. Sobre a pobreza, expliquei que os seus efeitos não são apenas locais. Assim, a destruição da floresta amazônica por muitos milhares de pequenos agricultores repercutirá em todo o mundo. Chamei também a atenção para a necessidade de criarmos um ordenamento territorial, sem perda de tempo.

A tarefa é harmonizar Meio Ambiente e desenvolvimento

20 março 1990

NOVA IORQUE, EUA – Com Peter Thacker (sênior counselor do WRI) tive uma longa conversa. Ele está trabalhando com Maurice Strong, secretário geral da Conferência de 1992. Contou que no grupo dos 77 (com o Brasil e outros à frente) fez uma regulamentação difícil para a conferência,

praticamente excluindo as ONGs. As reuniões das ONGs ficaram a cargo dos respectivos países. O pior é que a conferência parece que será usada como terreno de confronto entre o primeiro e o terceiro mundo, procurando este obter melhores termos para o desenvolvimento. É muito justo que o terceiro mundo queira melhorar suas condições de vida, mas a tarefa da Conferência de 1992 é outra: resolver os problemas ambientais, dentro do critério de compatibilizar Meio Ambiente e desenvolvimento. Expliquei a Thacker que o Brasil do presidente Collor tem uma postura diferente da anterior, do presidente Sarney. Collor quer colocar o Brasil no primeiro mundo. Pedi a Thacker que desse minhas saudações ao amigo Maurice Strong, e que dissesse a ele que vou trabalhar, no Brasil, para que haja um bom entendimento com Maurice e outros países. Não tem sentido tornar o Brasil um campo de batalha em 1992. Devemos servir de ponte entre o primeiro e o terceiro mundo, não de ariete para confrontação.

A luta pelo poder entre as ONGs

Estiveram no meu escritório Cláudio Prado e outra pessoa. Estão trabalhando para organizar as reuniões das ONGs de 1992, durante a conferência sobre os 20 anos pós-Estocolmo. Cláudio Prado indicou meu nome para chefiar um comitê organizador. Aceitei em princípio, desde que as grandes organizações brasileiras ambientalistas venham a apoiar. Respondi que somente assumiria essa tarefa se as principais entidades ambientalistas brasileiras concordarem. Cláudio irá, dentro de alguns dias, a Genebra, onde o Centro Nosso Futuro Comum está liderando a formação de um grupo mundial, para participar e organizar a principal conferência paralela. Percebi haver uma luta pelo poder, em torno da conferência paralela não oficial de 1992. Há também interesses financeiros numa disputa pelos lucros na TV, que poderão ser proporcionados na elaboração de programas especiais.

Convite para assessorar Strong

À noite ofereci em casa um grande jantar a Maurice Strong, colega e amigo, da Comissão Brundtland. Ele é agora o secretário geral da Conferência de 1992, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas. Foi muito atencioso. Disse que gostaria que eu o assessorasse. Aceitei o convite. Acrescentou que o mesmo seria oficializado em outubro. Ficou contente por saber que no final do mês irei vê-lo em Genebra, ocasião em que vai me apresentar ao seu *staff*. Estavam presentes no jantar representantes da Oikos, da SOS Mata Atlântica, da Adema, jornalistas e muitos outros.

Reuniões preparatórias

Saímos da Fazenda Jatiara em Luziania (GO) às 9h15, chegamos à sede do edifício das Nações Unidas às 11h. Mantive, lá, boa conversa com o diretor das Nações Unidas no Brasil, Eduardo Gutierrez. Contei (ele já sabia) que Maurice Strong havia me convidado para colaborar com ele. Disse que não desejava tomar iniciativas que não estivessem de acordo com Eduardo.

Queria trabalhar em estreita colaboração. Eduardo recebeu muito bem as minhas afirmações. Contou que já estão em andamento alguns estudos preliminares. A parte principal da Conferência de 1992 será realizada no Rio de Janeiro. Em São Paulo haverá uma amostra tecnológica e uma reunião empresa-universidade, proposta por José Goldemberg, ex-reitor da USP e secretário nacional de Ciência e Tecnologia. Sugeri ordenar os trabalhos por reuniões setoriais. É preciso pôr ordem no caos.

16 maio 1990

7 junho 1990

18 julho 1990

20 julho 1990

Às 17h estive no Itamaraty, conversando com o ministro Luiz Felipe Macedo Soares sobre a Conferência de 1992 (Rio de Janeiro). Ele me explicou longamente os prováveis procedimentos. As ONGs brasileiras vão se reunir nos dias 31 de julho e 1º de agosto para a difícilíssima escolha de representantes. Contudo, no dia 11 de agosto, em Nairobi, será discutida e resolvida qual será a participação das ONGs na conferência. Estamos, pois, atrasadíssimos.

31 julho 1990

NOVA FRIBURGO, RJ – (...) Recomeçamos a reunião discutindo critérios para qualificar como ambientalistas as entidades que não têm Meio Ambiente no nome. Após muitas discussões, foram estabelecidos esses critérios, que se resumem em ter essas entidades objetivos claramente ambientalistas. Às 22h45 foi encerrada a sessão, um tanto abruptamente, por Alceo Magnanini.

Fundo Mundial entre as propostas

1º agosto 1990

Após o almoço, teve início a reunião plenária. A carta ao Maurice Strong foi modificada, como sugeriu nosso grupo, sem tratar de estruturas do Fórum ou afins. Clayton apresentou sugestões concretas para acrescentar ao documento oficial. Outros grupos também fizeram isso. Apresentei uma sugestão no sentido de que deveria ser também proposta a criação de um Fundo Mundial para a Proteção do Meio Ambiente. Ao fazer a proposta, inicialmente, tropecei um pouco nas palavras, mas foi só na justificativa, algo complexa, não na parte da proposta propriamente dita.

O professor Bechara propôs o meu nome para concorrer à eleição do representante do Fórum Brasileiro, no Fórum de Genebra. Senti-me na obrigação de dizer que já fora convidado por Maurice Strong para ser seu *special advisor* (conselheiro especial). Assim, fiquei fora da eleição. Quando esta se realizou, com seis candidatos, ganhou Rubens Born, da ONG Vitae Civilis, e como suplente, Valmiro Valverde.

Indefinição incômoda

19 dezembro 1990

Mandei um fax a Maurice Strong, solicitando saber oficialmente o que vou ser na Unced (sigla oficial da Rio-92). No momento essa indefinição é péssima para mim. Preciso saber claramente qual será meu cargo.

Apresentação para o empresariado

29 janeiro 1991

(...) Falei (na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) sobre os grandes problemas ambientalistas do mundo. Disse que a queima de óleo, pelo Iraque, irá potencializar o efeito estufa, pois os cloro-fluor-carbonos agem 100 vezes mais eficientemente quando absorvidos sobre uma superfície particulada. Falei do efeito estufa, da mudança do clima e da estratigrafia dos gelos de Vostok na Antártida. Disse que os seis anos mais quentes do século ocorreram nos últimos nove anos. Chamei a atenção para a importância do ordenamento territorial. Passei depois a falar da Conferência Unced-92, onde é importante, também, a participação empresarial, pois a Unced-92 é de Meio Ambiente e desenvolvimento. Na hora das perguntas, os empresários da Amazônia reclamaram da falta de ordenamento territorial nessa região, o que concorda com o que falei.

Brasileiro se destacou em Estocolmo-72

CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO – Reunião da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) com as ONGs. Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano, fez um histórico do movimento conservacionista, salientando o papel que teve Miguel Osório de Almeida, embaixador brasileiro, na Conferência de Estocolmo em 1972. Ao destacar a necessidade de não prejudicar o desenvolvimento, Miguel Osório fez com que ambiente e desenvolvimento fossem considerados coisas compatíveis. Fez com que ele, Iglesias, não destacasse apenas o lado ambientalista. Em relação ao Banco Interamericano, criou um Departamento de Meio Ambiente. Estão lá tratando da formação de quadros técnicos, além de projetos favoráveis ao Meio Ambiente e da redução da dívida externa.

Questões de fundo

No final da reunião, primeiro falou Margarita de Botero sobre questões gerais. Depois foi a minha vez. Concentrei-me na necessidade de se fazer um bom Ordenamento Territorial, principalmente em áreas críticas e marginais. Esse Ordenamento deve ter uma base legal forte. Como fonte de custeio, é preciso aprovar, na Conferência de 1992, um Fundo Internacional do Meio Ambiente.

A minha proposta para a Conferência de 1992, em relação ao Ordenamento Territorial, prevê que este tenha também uma base no sistema bancário. Os bancos públicos ou privados ficariam proibidos de emprestar dinheiro para atividades que estejam em desacordo com o ordenamento.

(...) O texto da declaração (...) incorporou, entre outras coisas, minha sugestão de que o ordenamento (faltou a palavra "territorial", mas isso está claramente subentendido) é um dos principais instrumentos para a proteção ambiental. No Relatório da "Reunión Regional para America Latina y el Caribe, Preparatória de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (1º al 7 de marzo de 1991)", à página 20, há um resumo de minha intervenção de ontem.

A divisão das ONGs

No Ministério das Relações Exteriores do México, logo que cheguei pude conversar com Maurice Strong, que estava modestamente sentado sozinho no fundo do auditório. Disse-lhe que o (chefe de departamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil) ministro Macedo Soares pensava que cabia a ele, Strong, dizer como deveriam ser constituídas as reuniões do Setor Independente. A isso, Maurice me respondeu ter dito a Carlos Garcia, do Itamaraty, que seria desejável formar uma comissão com representantes das ONGs para gerenciar essas reuniões pelas próprias ONGs.

NOVA IORQUE, EUA – Fui depois visitar Renata Renie, da Fundação Tinker. Trocamos ideias sobre a Unced-92. Ao que parece, as ONGs daqui estão divididas. A Tinker Foundation é uma possível ponte entre elas. Relatei à Renata a presente situação surrealista. Ninguém quer tomar a iniciativa de propor que haja somente uma reunião paralela ou várias reuniões. Se for decidido haver somente uma paralela, neste caso, o seu tamanho gigantesco a impedirá de trabalhar. Se houver várias reuniões, dirão que o movimento ambientalista foi dividido para naufragar.

O quadro político brasileiro		
28 abril 1991	RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Lá pelas 17h, o secretário geral da Rio-92, Maurice Strong, avistou-me na sala de espera e me fez entrar na sala de reuniões. Assisti a duas entrevistas concedidas por ele, a seu lado. Maurice é extremamente hábil e, além disso, infunde entusiasmo, uma combinação rara. Estava muito confiante, acreditando que a conferência poderia chegar a bons resultados nos setores das florestas, mudança do clima, obtenções de recursos (Fundo Internacional) e outras coisas. Maurice Strong fez questão de jantar comigo, sem a presença de outras pessoas, para que pudéssemos conversar melhor. Assim, jantamos no restaurante do hotel, onde aliás éramos os únicos comensais. Ele quis saber sobre a força política do presidente Fernando Collor, a situação do secretário nacional do Meio Ambiente José Lutzenberger, o prestígio do ex-governador de São Paulo Orestes Quércia dentre outras pessoas. Expliquei que Collor é minoritário no congresso, e às vezes pouco hábil; Lutzenberger é respeitado por seu idealismo e honestidade, mas não é um homem de ação prática ampla; Tânia Munhoz possui um bom desempenho à frente do Ibama, mas faltam recursos; Quércia quebrou o Estado de São Paulo, com obras caras e desnecessárias, como enormes trevos rodoviários, muito acima do que seria preciso. A democracia é o melhor regime, mas tem defeitos, como eleições caríssimas, com propaganda eleitoral paga às vezes com recursos de origem mais que suspeita. Expliquei também, além do que escrevi acima, que eu estava com recursos limitados devido à crise econômica. Por isso precisava de passagens e estadia das Nações Unidas, quando fosse viajar a serviço. Maurice Strong insistiu em que tais despesas devessem ser pagas. Falou, de modo um tanto misterioso, que estava pensando numa determinada atuação mais intensa para mim (no quadro da Unced-92). Não esclareceu o que seria, mas a atenção que ele me deu foi enorme.	
USP se concentra na Carta da Terra		
13 junho 1991	Tivemos, na vice-reitoria, uma reunião da Comissão da Universidade de São Paulo (USP) para a Unced-92. Durante as discussões sugeri uma ideia que foi adotada por todos. A USP deveria apresentar apenas, e só trabalhar nisso, uma proposta para a Carta do Meio Ambiente que será discutida e aprovada no Rio de Janeiro, em 1992. Assim, sairemos na frente e evitaremos problemas colaterais, com os Governos dos Estados e o Federal. Estes querem apresentar Relatório Nacional. Agora haverá outra alternativa, estadual. Contudo, tais relatórios não servirão para nada, ou quase nada. Pouco ou nada influirão nas decisões.	
Entrevista indiscreta		
2 julho 1991	À tarde estive na USP, onde concedi uma entrevista ao jornalista Vinicius Romanini, da revista <i>Veja</i>. Falei sobre a Conferência Unced-92. Talvez tenha sido demasiado indiscreto, ao falar sobre as negociações que darão origem a tratados. Disse-lhe, por exemplo, que os relatórios dos países terão que ser mornos, pois numa negociação ninguém mostra as cartas antes de o jogo começar. Veremos como a entrevista vai sair.	
Um raio de esperança		
	RIO DE JANEIRO, RJ – Lá pelas 11h45, ministrei uma palestra sobre Política Ambiental e perspectivas gerais dessa política: desenvolvimento autossustentado, a miséria como causa e efeito da degradação ambiental, a população e os alimentos disponíveis. Em seguida discorri sobre questões específicas: a conservação das florestas tropicais, a despoluição dos rios, a limpeza do ar das cidades e também sobre a necessidade de um ordenamento territorial. Falei também sobre realidades atuais: desestruturação do Ibama, redução de apenas 30 a 40% nas queimadas e na devastação, e a visão antiambientalista de dois ou três dos governos dos estados amazônicos, chefiados nisso pelo governador Mestrinho, do Estado do Amazonas. Depois, falei sobre a Conferência da Unced-92, aqui no Rio de Janeiro, como um raio de esperança. Provavelmente haverá um grande Fundo Internacional do Meio Ambiente. Os dirigentes dos sete países ricos já deram ontem, em Londres, uma ajuda inicial de 50 milhões de dólares, de um total de 1,5 bilhão de dólares. A meu ver, será o início do referido fundo, o que é uma boa notícia para a Unced-92. Falei também sobre os possíveis tratados ambientais a serem firmados nessa ocasião.	18 julho 1991
Grupo de acompanhamento no Parlatino		
	Fui à reunião convocada pelo professor Crodovaldo Pavan, no Memorial da América Latina. Vão formar lá um grupo para acompanhar o pós-Rio-92 e para fazer também uma reunião preparatória. É um projeto ambicioso, mas lá existe o respaldo de um "Parlamento Latino-Americano" e verbas do Governo do Estado de São Paulo. O Memorial é dirigido por Paulo de Tarso Santos, velho conhecido meu, que não via há anos.	10 setembro 1991
Relator da comissão sobre biodiversidade		
	Tomei parte na comissão sobre a biodiversidade, no seminário "A Sociedade Brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", Rio-92. A comissão sobre a biodiversidade me escolheu como relator. A coordenadora foi a Maria Thereza Jorge Pádua. Os trabalhos correram bem, sem novidades. As recomendações que foram feitas eram óbvias, ou quase.	14 setembro 1991
Restabelecer a confiança		
	SÃO PAULO, SP – Jantei com Maurice Strong. Estavam lá também o professor Jacques Marcovich (USP), Eduardo Gutierrez, Elice Macquart e Lucas Assunção (todos da ONU) (...) Durante o jantar, levantei o problema das entrevistas dadas pela alta cúpula militar brasileira, vindo com desconfiança a Conferência Rio-92 e imaginando também haver riscos à nossa soberania. Era preciso desfazer a errônea impressão existente nesse sentido.	29 setembro 1991
P.S. A publicação saiu bem razoável, felizmente.		P.S. Maurice Strong deu uma série de entrevistas na linha que recomendei. Isso deverá restabelecer a confiança na Rio-92.

"Não devemos esconder as coisas"

7 fevereiro 1992

RIO DE JANEIRO, RJ – Reunião no Hotel Gloria, do grupo de assessores especiais do secretário geral Maurice Strong: Eduardo Gutierrez (ONU), o reitor da PUC do Rio de Janeiro, Jacques Marcovitch (USP, IEA), Betinho (Fórum das Não Governamentais), Lourdinha Davies de Freitas e eu. Logo de início, Gutierrez disse que ele seria o secretário e eu, o presidente. Lorentzen não pôde vir. (Betinho=Herbert de Souza).

P.S. Não é no confronto que resolveremos estes problemas.

Cada um dos presentes fez uma breve exposição sobre o que pensam sobre a Rio-92 e seus problemas. Marcovitch salientou a questão da segurança, durante os dias da conferência. Referiu-se também à falta de articulação com a mídia e a importância de um bom entrosamento. O reitor da PUC-Rio disse que haveria uma grande reunião científica entre 25 e 29 de maio (a meu ver essa data é demasiado tardia). Betinho disse que nossa segurança nas cidades é igual à de outras cidades do mundo. Em todo o Brasil há 10 mil crianças que dormem nas ruas, o que significa que o problema pode ser resolvido pelas prefeituras, na opinião dele (concordo). Acha que não devemos esconder as coisas. Lourdinha disse que em Brasília alguns pensam que, se a conferência fracassar, o presidente Collor deveria lançar um grande projeto, para assim salvar a situação. Há também os que dizem que se o primeiro mundo não restringir o uso de combustíveis fósseis, nesse caso não devemos proteger a biodiversidade. Evidentemente os que estavam presentes não concordaram com essa visão de certas pessoas, para as quais, como costumo dizer, o Brasil é um País sitiado.

Quando chegou a minha vez de falar, disse que no Brasil, na questão da Amazônia (e em outras), o discurso é um e a realidade é outra. Referi-me ao programa na TV da Paula Saldanha (Expedições, exibido pela Rede Pública de TV), sobre a Amazônia, que mostrou enormes derrubadas e queimadas. Sugerí (todos gostaram) que as Nações Unidas promovessem no mundo atividades de monitoramento globais. Assim a opinião pública ficará sempre informada e poderá pressionar quando for necessário.

Reparos na proposta de Carta da Terra

12 fevereiro 1992

Estive na vice-reitoria, com o professor Ruy Laurentis. Sugerir evitar na projetada Carta da Terra a expressão "restaurar dano". O certo, a meu ver, seria "reparar dano", pois restaurar significaria fazer novamente o dano, deixando-o como estava. Além disso, evitei a repetição de uma das propostas, embora com palavras um pouco diferentes. Agora essas propostas já estão em condições de serem enviadas.

"Nem a maior potência do planeta pode se isolar"

3 abril 1992

Dei uma entrevista a Kirsten Ann Schulz, vice-cônsul dos EUA, sobre assuntos ambientais. Ela é moça, da idade dos meus estudantes. Critiquei a atual atitude dos EUA no Comitê Preparatório da Conferência Rio-92. O presidente Bush (pai) não quer se comprometer com números e pretende, ao que parece, contribuir com pouco. Também está com essa atitude errônea em relação a outros pontos da Rio-92. Contudo, a meu ver, os EUA terminarão chegando a um acordo sobre essas questões. Nem mesmo a maior potência do planeta pode se isolar.

A Comissão Brundtland se pronuncia

LONDRES, INGLATERRA – Os trabalhos da Comissão Brundtland começaram na sala A, pontualmente às 13h. A senhora Brundtland abriu os trabalhos e MacNeil explicou a proposta que escreveu. Conversei com Sokolov, Lang, Ramphal, todos da bancada ambientalista, dizendo a eles que era um absurdo nessa proposta o pequeno espaço dedicado às questões ecológicas. Sokolov detectou apenas sete palavras.

Pouco depois fizemos uma pausa para o almoço. Sentei-me ao lado de Maurice Strong, que me perguntou sobre o Brasil. Disse-lhe estar muito preocupado pelo fato de as obras para a reunião das ONGs não terem ainda começado! Ele vai pressionar para que comecem, mas o Governo brasileiro quer que outros países paguem. A senhora Agnelli e eu falamos com Maurice Strong sobre a atitude do Vaticano na questão demográfica. Expliquei que não se tratava de dogma e que (a meu ver) o mandamento do amor ao próximo é contrário às consequências muito ruins da explosão demográfica.

Quando a reunião começou, parecia haver um consenso de que o novo documento da comissão deve ser curto. Rocard falou sobre as limitações que o mercado deve ter. Massoud discorreu sobre a importância da ação positiva das ONGs sobre as delegações dos países no Comitê Preparatório, em Nova Iorque, em março. Margarita Botero discorreu sobre as limitações de mercado. Sokolov disse que na URSS o comunismo poderia voltar sob uma nova forma, com um homem forte, se a situação econômica não melhorar. Saburo Okita, do Japão, disse que os empréstimos para fins ambientais devem ser diferenciados no que se refere aos juros. O chinês falou com um inglês quase incompreensível.

Sony Ramphal, da Guiana, falou muito bem sobre os grandes problemas da Rio-92 e sobre o que devemos tratar lá. A seu ver, a questão demográfica é essencial. Além disso, de cada dez mil nascimentos hoje, mil são do primeiro mundo e nove mil são do terceiro. Acontece, porém, que os mil consomem três ou quatro vezes mais que os nove mil. Assim, deveria ser um compromisso do primeiro mundo o de desenvolver o terceiro mundo, e um compromisso deste de estabilizar a população. Na minha opinião, nem precisa haver compromisso, pois isto ocorrerá automaticamente.

Falei depois de Ramphal. Disse que 95% das intervenções feitas nesta tarde foram de natureza econômica, com questões muito importantes. Assim, por exemplo, para estabilizar demograficamente o mundo, é necessário erradicar a miséria ou pelo menos a pobreza aguda (*deep poverty*: miséria é palavra que não existe em inglês). Contudo, não podemos esquecer que os dois principais tratados que vão ser assinados no Rio são ecológicos: o da biodiversidade e o da mudança do clima. Por isso, entre as principais questões a serem tratadas no manifesto da comissão devem figurar as considerações ecológicas. Seria estranho se assim não fosse.

Quando foi iniciada a discussão do documento escrito e discutido durante a noite, Maurice Strong sugeriu que fossem condenados os hábitos de consumo do Norte, pois não fazer isso seria colocar no Sul a culpa maior dos males do mundo. Outros apresentaram também objeções aqui e ali, mas o novo documento foi aceito como excelente em termos gerais.

Na sessão da manhã, tive de me empenhar para retirar do texto proposto a expressão de que no futuro "as crianças não perdoarão" os que não usarem a Rio-92 para salvar o mundo da grave

22 abril 1992

23 abril 1992

situação existente. Expliquei, entre as risadas de alguns, que esse era um texto anticristão e autoritário. Finalmente, depois de alguma insistência minha, a senhora Brundtland e os outros concordaram comigo. A senadora italiana Suzana Agnelli aperfeiçoou a redação, que ficou assim: "(...) nossas crianças se lembrarão por muito tempo, se os chefes de Estado reunidos no Rio deixarem de aproveitar a ocasião".

A redação aprovada, também com o apoio da senhora Agnelli, prega a (...) "elevação do *status* das mulheres, uma melhor saúde pública, assim como o planejamento familiar". (...)

Houve depois muita discussão sobre comércio (trade) e protecionismo. Ficou decidido tratar da questão em termos gerais. Sobre as convenções, MacNeil propôs que se use uma linguagem firme para apoiar a Europa e o Japão nos seus esforços para ter uma Convenção Climática boa. Os EUA estão procurando esvaziar a mesma. Foi aprovado fazer um apelo para evitar isso.

Após o almoço, recomeçamos às 14h25. Discutimos a proposta de um novo conselho para desenvolvimento autossustentável. Foi aceita a ideia, pois nas Nações Unidas não há outra organização que possa fazê-lo.

Expectativas modestas geram satisfação e novos passos

No ônibus em que regressamos da City Livery Club, Sion College, conversei com Maurice Strong sobre a Rio-92 e as perspectivas dessa conferência. Disse-me estar "operacionalmente otimista". Foi, para mim, uma surpresa saber que ele está tão apreensivo como nós. A Rio-92 pode vir a ser bem-sucedida, mas até o momento ainda não conseguiu obter um grande consenso. Pensando bem sobre o assunto, devemos considerar como resultado válido, ou aceitável, qualquer acordo de ordem geral que represente um progresso sobre a situação atual. Não devemos esperar nada de espetacular, mas sim uma série de primeiros passos. Expectativas modestas geram satisfação e encorajam novos passos.

Faltam recursos para o Centro Nosso Futuro Comum

(...) Quando terminaram as discussões sobre outros pontos da nossa proposta de declaração, a senhora Brundtland levou ao nosso conhecimento uma imensa bomba. Segundo notícias chegadas do Rio de Janeiro, Warren (Chip) Lindner contratou serviços para erigir pavilhões para as ONGs usarem na Rio-92 para as suas reuniões. Acontece que ele não tinha recursos para isso, o Governo brasileiro não quer pagar, Maurice Strong não consegue levantar mais donativos para esse fim e o nome da comissão está envolvido no caso, pois trata-se do Centro Nosso Futuro Comum. A senhora Brundtland e Maurice Strong estavam abatidos com as notícias e os comissários lamentavam muito o ocorrido. O fato poderá representar uma ameaça séria para o sucesso da Rio-92. Os 30 mil representantes de organizações não governamentais que chegarem ao Rio irão certamente protestar e reclamar severamente. O Governo brasileiro será responsabilizado por muitos, pois indicou a Maurice Strong, e certamente também a Lindner, que as companhias estatais dariam os 5 ou 6 milhões de dólares que faltam. Estamos, enfim, numa enorme embrulhada, causada pela irresponsabilidade de alguns. Pedi a palavra, primeiro para sugerir um apelo direto ao presidente Collor, que seria também divulgado. (O ex-presidente do México, Miguel) De la Madrid se pronunciou contra a divulgação, o que foi aceito por nós, por uma questão de protocolo. Não insisti

nesse ponto, mas no Brasil as coisas não divulgadas geralmente não têm efeito. Disse-lhes que não tinha acesso direto ao presidente Collor, mas que me comunicaria por telefone com o ministro (da educação, José) Goldemberg. Falaria também com o embaixador brasileiro na Inglaterra. Por seu lado, a senhora Brundtland e Maurice Strong vão agir junto ao Governo brasileiro.

WASHINGTON, EUA – No início da tarde, o professor e ministro José Goldemberg me telefonou de Brasília, em resposta a uma ligação que lhe fiz de manhã, quando ele estava no Rio de Janeiro. Conteí que na reunião de Londres da World Commission, a senhora Brundtland, Maurice Strong e os comissários ficaram profundamente preocupados com a falta de recursos para completar a construção dos pavilhões no Aterro do Flamengo, destinados às reuniões das ONGs da Rio-92. Isso poderia prejudicar seriamente a conferência.

O ministro, muito amável, explicou-me ter recebido ordens do presidente Collor para resolver a questão, o que acabava de fazer no Rio. A Companhia Vale do Rio Doce e outra estatal forneceram 1 milhão de dólares cada. A Holanda e a Grã-Bretanha idem e a Secretaria Nacional do Meio Ambiente. Agradei muito as providências e as informações. Horas depois, passei um fax para a senhora Brundtland e outro para Maurice Strong, relatando a boa notícia.

Uma nova ideologia

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, houve a reunião do pessoal graduado do Rio Palace Hotel, da imprensa e convidados, sobre a Conferência Rio-92. Fiz a minha palestra-chave, que vou aperfeiçoando a modificando cada vez que falo. Começo me referindo ao aquecimento da atmosfera, às gravíssimas consequências que o mesmo pode ter, e passo à possibilidade de solucionar esses problemas e o que a Rio-92 pode fazer nesse sentido. Explico também as mudanças políticas que virão, com o aparecimento de uma nova ideologia centrada na erradicação da miséria, indispensável para estabilizar demograficamente o planeta. Explico também a importância disso. Tudo em termos morais e seu significado cristão no atendimento ao mandamento do amor ao próximo. Parece que gostaram, pois fizeram muitas perguntas.

Strong prepara "Conselho da Terra"

(...) Disse a Maurice Strong estar à sua disposição para trabalhar na Rio-92. Ele respondeu agradecendo e afirmando que iria ver no que poderia ser. Onde quer que vá, é assediado por uma pequena multidão, o que lhe impede de examinar mais demoradamente qualquer assunto, inclusive o meu sincero oferecimento. Ele disse, na reunião, que eu era um amigo essencial, e sempre me dá muita atenção. No momento, um dos seus projetos, como nos contou um dos seus assessores, é a constituição do Earth Council (Conselho da Terra). Teria sede na Costa Rica e o objetivo de discutir, debater e até acusar e pressionar em relação aos magnos problemas ambientais do planeta.

Imagem da miséria profunda

De madrugada, antes do nascer do sol, lá pelas 5h40, acordei com os gritos de uma pessoa que vinha correndo pela Rua Barata Ribeiro, exclamando em altos brados algo que parecia como "ca-

27 abril 1992

26 maio 1992

29 maio 1992

30 maio 1992

chorro louco", "cachorro louco". Preocupado, não consegui conciliar o sono. Vesti-me, saí e fui ver o que era. Um varredor de uma pracinha aqui perto me contou que os gritos eram de uma pessoa louca que bradava "socorro, socorro". Quase se atirou debaixo de um táxi que passava. O guarda do prédio também confirmou que eram pedidos de socorro! Andei mais um pouco, mas o louco havia desaparecido. Devia ser uma pessoa drogada.

Vi, porém, dois homens que dormiam no chão duro, em calçadas de pedras. Um deles levantou-se, estirou-se e pôs-se a caminhar. Seu único bem terreno era um calção já bastante usado. Tinha uns 30 ou 40 anos de idade. Seguiu em frente, com passos firmes, talvez em busca de um local onde poderia encontrar alimento. Perdi-o de vista. Acabava de ver a imagem viva de uma miséria profunda, que ainda assola grande parte dos brasileiros. Era o Cristo, na sua imagem de hoje, pobre e sofrido.

Decepção com instalações do Fórum Global

Fui ver o lugar das barracas do Fórum Global. Foi uma grande decepção. Aquilo mal vale 1 milhão, ou pouco mais, de dólares. Estandes pequenos, vias (caminhos) de terra, recintos-barracões quentes e apertados. Foram gastos ao todo 12 milhões de dólares, mas parece que exageraram nos preparativos e talvez nas passagens aéreas. Apresentaram relativamente pouco nas estruturas físicas e ainda se queixam da falta de 2 ou 3 milhões de dólares para completar os 12 do total do Fórum. É um desastre! Graças a Deus, não tive nada a ver com essa iniciativa. Apenas transmiti uma preocupação da senhora Brundtland e de Maurice Strong ao ministro Goldemberg sobre o dinheiro que faltava para completar as obras.

O ambiente no Centro do Debate Global
A humanidade mais solidária

O Globo publicou hoje o meu artigo "Rio-92, Aurora de um novo dia". Esse artigo diz claramente que devemos ter otimismo em relação ao que se espera da conferência. Resume o que tenho dito em minhas palestras sobre a necessidade de erradicar a miséria para estabilizar demograficamente o planeta. A humanidade terá que ser mais solidária.

Convidado sem convite

(...) Andei também grandes distâncias a pé no Riocentro (sede da Rio-92) e no seu entorno. Tudo muito cansativo. Contudo, finalmente consegui o meu objetivo de obter um convite para mim e outro para Lucia, no coquetel que o presidente Collor oferece a algumas centenas de convidados. Lucia sempre se sacrificou, vivendo muitos anos longe da família, para estar sempre ao meu lado nas lutas e trabalhos em favor do meio ambiente. Vivi 15 anos em Brasília. Agora, negarem um pedido meu para um simples convite, que daria muita alegria a Lucia, é coisa que não posso entender, embora perdoe, como cristão. (...)

Elice Macquart (funcionária das Nações Unidas) depois me entregou dois convites de pessoas que comprovadamente não compareceriam. Diga-se de passagem que se não fossem esses convites, nem mesmo eu entraria no coquetel, pois não havia nenhum endereçado a mim, apesar de ser special guest (convidado especial) da Unced.

Assim, fui ao coquetel com Lucia muito contente. Levamos conosco a professora Sylvia Campiglia, do IB-USP (com convite super legítimo). A festa tinha talvez umas mil pessoas. Conversei com numerosos amigos. Era difícil andar alguns passos sem que alguém viesse nos cumprimentar e conversar. Parecia que era candidato a alguma coisa. Na realidade, não sou candidato a nada, presentemente. Conversei, entre outros, com os ministros Lafer (Relações Exteriores), Goldemberg (Educação e Meio Ambiente), governadores Fleury e Mestrinho entre outras autoridades.

Fui de manhã ao Fórum Global, onde fiz uma pequena palestra sobre Educação Ambiental, na tenda 35.

O organizador da reunião era Walter Leal. Vão fundar uma Federação Mundial de Educação Ambiental. Disse-lhes que a Associação de Defesa do Meio Ambiente (Adema-SP) iria aderir. Fiz uma pequena palestra, em inglês, salientando a importância da educação na erradicação da miséria. Parece que gostaram (...)

Uma ONG para criar políticas ambientais

De manhã, fui à reunião da Diretoria da Sociedade Brasileira de Tecnologia Ambiental, no Hotel Meridien. Foi presidida por Henrique Brandão Cavalcanti. Contou com a presença, entre outros, de Marcelo Barreto Viana, Daniel Cavalcanti, Carlos Alberto Roxo Nobre. Propus e foi aceito, inclusive com grande entusiasmo pelo Henrique, que a SBTA passe a se chamar Sociedade Brasileira de Tecnologia e Ambiente e que o seu objetivo principal passe a ser a elaboração de estudos e trabalhos de *Policy*. Ou seja, de Políticas Ambientais. É um nicho vazio no Brasil, como disse muito bem Henrique Cavalcanti. Paulo Bastos Cruz chegou lá também.

SÃO PAULO, SP – (...) Estive no recinto de exposições Anhembi. Fiz uma palestra no Fórum Internacional sobre A Nova Ordem e a Questão Ambiental. Falei sobre a história do ambientalismo brasileiro, de Estocolmo ao Riocentro.

Faltam US\$ 2 milhões ao Fórum Global

Fui ao Fórum Global, no aterro do Flamengo. Milhares de pessoas estavam lá. Os estandes dos expositores (dezenas) foram alugados. Faltam ainda quase 2 milhões de dólares de contas a pagar, apenas do apelo feito ontem pelo próprio Maurice Strong. Ao que parece, houve administração muito imprevidente.

No Brasil, ouve-se a orquestra do Titanic

Às 14h30 chegamos à tenda nº 27, no Global Fórum, no aterro do Flamengo (...) Os trabalhos eram dirigidos por José Pedro de Oliveira Costa e versavam sobre a proposta Reserva da Biosfera da Unesco, na Serra do Mar.

Quando foi a minha vez de falar, disse que a Conferência Rio-92 constituía um grande passo adiante na defesa do Meio Ambiente. Contudo, acrescentei, no Brasil a situação não é boa. Os

31 maio 1992

1º junho 1992

3 junho 1992

4 junho 1992

5 junho 1992

8 junho 1992

9 junho 1992

11 junho 1992

madeireiros catarinenses pressionam muito para substituir o atual decreto que regulamenta o uso da Mata Atlântica, por outro muito mais permissivo. O ministro da Agricultura quer receber de volta a Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Além disso, o desmatamento continua de modo ameaçador em várias partes da Serra do Mar, como no Parque do Desengano (RJ) e no Parque do Jacupiranga (SP). Disse que às vezes me sinto como membro da orquestra que tocava enquanto o Titanic afundava.

Americanos rejeitam acordos, mas balanço é positivo

12 junho 1992

Logo após o almoço, vi na TV interna o pronunciamento do presidente Bush (pai), dos EUA. Sua fala foi moderada, mas negou-se a aprovar o tratado sobre a biodiversidade, por uma questão "de princípio" em relação a patentes. Contudo, deixou aberta a porta para a colaboração com os outros países. Explicou, de modo arrogante, que não vem ao Rio para pedir desculpas.

P.S. O acordo foi conseguido de madrugada, graças aos esforços altamente competentes e intensos do embaixador Rubens Recupero.

Logo em seguida, fui ao salão da imprensa (...). Foi uma grande surpresa ver que uns cinco ou seis jornalistas queriam me entrevistar, inclusive a TV Manchete. Expliquei que as palavras de Bush limitam o alcance dos tratados, mas que, apesar disso, estes continuam muito significativos. A meu ver, os EUA vão terminar um dia assinando os tratados ou convenções. Por outro lado, o Brasil e os demais países do terceiro mundo não podem abrir mão do seu direito de receberem grande ajuda pela cessão de material genético, mesmo que o produto deste seja depois sintetizado. (...)

Com a senhora Brundtland conversei um pouco. Disse-lhe que os resultados da Rio-92 podiam ser considerado bons. Ela me indagou por que pensava assim. Citei três argumentos:

- 1 - a convenção sobre mudança do clima estabeleceu que cada país deve fazer o que puder para restringir as emissões de CO2;
- 2 - haverá um Fundo Global Ambiental no Banco Mundial, apesar de algumas limitações;
- 3 - a declaração sobre as florestas contém bons princípios, que podem servir como *starting points*. Essa última expressão foi lembrada por uma outra pessoa ali presente, quando empaquei na tradução da palavra jornalística "gancho".

A senhora Brundtland pareceu concordar, mas logo teve que sair. Foi muito agradável e produtiva essa minha "passeata cívica" pelas dependências do Riocentro. O ambiente era animado e ao mesmo tempo ordeiro nesta maior Conferência de todos os tempos, fora de Nova Iorque.

13 junho 1992

À noite, na TV, assisti à reunião dos chefes de Estado, aliás, mais de uma. Foi um imenso sucesso, sob vários aspectos. A meu ver, o lado positivo da Rio-92 foi muito superior aos seus pontos fracos e falhas. O conjunto é que vale. A declaração sobre florestas foi aprovada. Como disse o Capobianco, é fraca, mas é uma base com pontos bons. Ainda falta um acordo sobre questões financeiras nestas últimas horas da Rio-92.

A maior oportunidade de afirmação do amor ao próximo

6 agosto 1992

SÃO PAULO, SP – A minha palestra na Adce (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa) foi sobre "A Conferência Rio-92 e suas consequências". Expus as minhas ideias sobre o efeito estufa, a questão demográfica e a erradicação da miséria, os resultados da Rio-92, dentre outros pontos. Depois, salientei o aspecto cristão importante das decisões da conferência e dos rumos futuros decorrentes da mesma. Somente poderemos estabilizar a população humana do planeta se erradicarmos a miséria existente em certas áreas ou bolsões. Para isso é preciso que se desenvolvam ações solidárias. O mandamento do amor ao próximo nunca teve maior oportunidade de se afirmar no planeta. A doutrina social da Igreja pode ser considerada como precursora, no que se refere à erradicação da miséria. Terá grande influência no futuro, nesse contexto. A Adce pode ter aqui um papel importante.

Calmaria preocupa

De manhã estive no "Seminário Meio Ambiente – Os próximos desafios para a indústria química", promovido pela Abiquim, a entidade de classe da Indústria Química. Falei sobre a Conferência Rio-92 e as suas consequências. Disse que estava preocupado com a presente calmaria, mas expliquei os graves problemas climáticos e demográficos. Contudo, manifestei otimismo sobre a solução das graves questões ambientais, mas disse que somente temos cerca de 40 anos para resolvê-las.

22 setembro 1992

Transferência de recursos, questão seriíssima

RIO DE JANEIRO, RJ – Cheguei à reunião às 9h10, quando já havia começado. O tema era "Financing the next incremental costs of implementing the Unced conventions". Quem promoveu a reunião foi a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Tratava-se de saber como os países do primeiro mundo poderiam transferir para os países do terceiro mundo recursos para impedir a degradação ambiental, inclusive auxiliando indústrias a se equiparem para isso. A meu ver isso é uma questão seriíssima. Onde entram os subsídios, entra também a corrupção. É preciso extremo cuidado para não criar uma "nova indústria das secas".

13 setembro 1993

De manhã tomei parte nas discussões do Grupo 2, na reunião da fundação, sobre ações a curto e a longo prazo. Salientei a importância de ações de curto prazo, pois sem elas não poderemos salvar áreas naturais importantes, na Amazônia.

14 setembro 1993

Strong informa arranjos para cumprir convenções

WASHINGTON, EUA – Maurice Strong disse (na reunião da direção do World Resources Institute – WRI) que arranjos regionais estão se desenvolvendo para implantar as conclusões da Rio-92, como ocorre na América Central e ocorrerá no acordo de livre comércio Nafta (América do Norte), na China etc. É necessário também haver mais disciplina em relação à ação, muito importante nas organizações. Maurice Strong está procurando, no setor de energia, levantar recursos para implementar as decisões da Rio-92.

21 setembro 1993

Patentear os produtos promissores

29 setembro 1993

De manhã fiz uma palestra, no Instituto de Química da USP. Falei sobre a Conferência Rio-92 e suas consequências. Por me encontrar no Instituto de Química, salientei o fato de que será muito difícil patentear plantas medicinais ou mesmo cultivá-las em escala agrícola. O que acontece, e isso começou com a conhecida aspirina, é que os laboratórios sintetizam quase sempre esses produtos naturais. Assim, o que é patenteado é o processo de síntese. Parece-me urgente, como se está fazendo na Costa Rica, que o próprio país desenvolva os seus laboratórios, realize pesquisas e patenteie os produtos promissores. Não adianta ficar bradando aqui contra as leis de patente em si. Podemos fixar certos limites, mas o procedimento de patentear é planetário. É como o Direito Autoral. O melhor é usar o sistema de patentes em benefício da Federação Brasileira, incentivando as nossas pesquisas científicas e as nossas instituições.

Agenda 21 em São Paulo

5 setembro 1995

De manhã fui a uma reunião promovida pelo Cades (Conselho do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável) no âmbito municipal (de São Paulo). A reunião teve por objetivo lançar a Agenda 21 na esfera do município. Fiz uma palestra mostrando como a preocupação mundial ambiental tomou corpo, na Comissão Brundtland, até chegar à Conferência Rio-92.

A Agenda 21 é um roteiro de ações ou medidas destinadas a implantar em cada país, Estado ou município, as conclusões da Rio-92.

Reunião promovida pela prefeitura de São Paulo

23 novembro 1995

(...) Os participantes foram divididos em quatro grupos. Fiquei no grupo que trata dos assuntos referentes às áreas verdes. Durante duas horas, debatemos amplamente essas questões. O que pode ser feito sobre tais assuntos foi o que procuramos listar. Fiquei surpreso com o enorme volume de informações e sugestões práticas sobre o que fazer.

No grupo de trabalho sobre áreas verdes, propus a criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental) nos mananciais ainda não protegidos. Essa sugestão e outras foram muito bem recebidas. Sugerir também fazer com que cada árvore plantada pela prefeitura tenha uma criança em idade escolar como protetora. Isso foi feito no tempo do prefeito Faria Lima.

Balanço do conservacionismo na preparação da Rio+5

20 janeiro 1997

EMBU, SP – (...) Após o almoço, foi a minha vez de expor meu trabalho sobre a biodiversidade no Brasil, após a Rio 92 (no encontro preparatório à Conferência Rio+5, convocado pela Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável e pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo). Salientei o fato de os Estados estarem agora criando mais unidades de conservação, enquanto o Governo Federal só instituiu duas ou três APAs, nesse meio tempo. Critiquei a Funai e os indigenistas, que liquidaram ilegalmente a Estação Ecológica do Iquê, no Mato Grosso, e introduziram índios de Misiones, da Argentina no Parque da Ilha do Cardoso (SP) e no Parque Nacional do Superagui (PR). Acho que esses índios (guaranis) merecem todo o respeito como

pessoas humanas, mas deveriam ter sido assentados em terras devolutas disponíveis, na região de Cananeia. Também me referi com ênfase ao Programa Piloto do Banco Mundial para Proteção de Florestas Tropicais (PP-G7), do qual participo e que poderá salvar enormes áreas naturais.

A biodiversidade e o extrativismo

RIO DE JANEIRO, RJ – A inauguração da Conferência Rio+5, no Hotel Sheraton, foi muito concorrida. Estavam presentes cerca de 500 pessoas. Recebi uma etiqueta com os dizeres: special guest (convidado especial), com foto tirada na hora. Uma grande falha foi o fato de não haver nenhuma palestra e nenhum grupo aqui estudando a biodiversidade e questões relacionadas.

Fui ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em cujo auditório assisti a algumas palestras sobre o Meio Ambiente amazônico e seus problemas. Na hora das perguntas e intervenções, pedi a palavra e sugeri que se criassem lagoas extrativistas. Conteí um episódio em que, anos atrás, o governador (do Amazonas, Gilberto) Mestrinho me convidou, com a Mary Alegretti, para um programa de TV (dirigido por Ferreira Neto). Mestrinho mostrou um filme sobre um caso famoso, em que um jacaré, numa lagoa, comeu a perna de uma pessoa.

O governador queria criar uma situação difícil para nós ambientalistas. Logo após o filme, disse ao governador: "O melhor, a meu ver, é entregar às populações locais a gestão dos recursos naturais dessas lagoas. É do interesse das populações fazer uma boa gestão, pois disso dependerá a vida dos que ali vivem!". Isso desarmou o governador Mestrinho. Contudo, durante anos essa sugestão, que repeti em diferentes lugares, não foi implantada. Contudo, mais recentemente, em Mamirauá, estão fazendo isso. (Aproveitei a ocasião para sugerir a implantação de criadouros semiextensivos, reutilizando os alimentos fornecidos pela natureza e controlando os predadores. De acordo com a minha grande experiência, não é possível criar economicamente animais silvestres vertebrados, à base de rações.)

Uma expressão insustentável

Participei de uma grande reunião destinada a chegar a uma resolução para promover o movimento a favor do desenvolvimento autossustentabilidade no mundo. É o cerne da Rio 92+5. Fizemos uma minuta para ser aprovada pela conferência, contendo um roteiro e normas para esse fim. Na página 6 da minuta, estava escrito: "Potential obstacles: 1 – Too much of environmental focus". Ou seja, disseram que o movimento pró-autossustentabilidade tinha, como obstáculo potencial, ter uma atenção demasiada em relação ao ambiente. Pedi a palavra e disse, com muito vigor, que isso era um absurdo, pois as preocupações social e ambiental são essenciais para a autossustentabilidade. Não há sentido em depreciar o ambientalismo.

É difícilimo proteger o conhecimento tradicional

SÃO PAULO, SP – À noite, lá pelas 19h, teve início outra reunião, sobre biodiversidade. Com surpresa para mim estavam presentes cerca de 200 pessoas, no auditório da Cetesb. Falei durante cerca de 20 minutos, sobre a Convenção da Biodiversidade na Conferência Rio-92, a conservação *in-situ* e *ex-situ*, as patentes e a impossibilidade prática de proteger o conhecimento das populações humanas

13 março 1997

14 março 1997

15 março 1997

3 setembro 1997

tradicionais (pois várias populações distintas podem ter os mesmos conhecimentos). Falei também sobre a necessidade das universidades patentearem processos de síntese dos produtos naturais úteis para serem comercializados, como fazem certas empresas.

MDL cria expectativa otimista

24 setembro 1997

De manhã fui com Galdino e Monsã à reunião do Conama no auditório do Ibama. O embaixador Antônio Dayrell de Lima, do Itamaraty, fez uma longa apresentação sobre a posição do Brasil na próxima reunião de Kyoto (Japão) a respeito da mudança do clima. Pela primeira vez em muito tempo, em assuntos ambientais, vi uma posição brasileira oficial inovadora, alternativa e até audaz, destinada a foros internacionais. O Brasil vai propor a constituição de um fundo internacional, a ser custeado pelos grandes países poluidores (de CO2), para pagar medidas de controle das emissões nos países em desenvolvimento (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL). Isso dentro do princípio poluidor-pagador.

Foi uma agradável surpresa, pois a postura brasileira costuma ser a de se abster ou não reconhecer a gravidade dos problemas ambientais internacionais. Para os conservacionistas presentes, foi uma lufada de ar fresco, numa atmosfera quase sempre pesada e abafada. O próprio embaixador Dayrell parecia alegre e satisfeito, em contraste com o seu aspecto habitual calado e reservado. Bons ventos!! Gibson de Almeida (Inpe), Heloiso Figueiredo (Ibama) e outro técnico ajudaram muito na formulação dessa nova política.

Avaliação do Protocolo de Kyoto

18 dezembro 1997

Na reitoria da USP, José Goldemberg (ex-reitor) fez uma ótima palestra sobre o que ele viu em Kyoto, no Japão, na grande reunião sobre o clima que houve lá. Apesar das deficiências, essa Conferência Mundial foi decisiva como primeiro passo. Os países desenvolvidos concordaram em reduzir cerca de 5% as suas emissões de CO2, de 1990. O Brasil perdeu ótima oportunidade de conseguir grandes planos de reflorestamento para retirar carbono da atmosfera. A USP, na sua cúpula ambiental presente, inclusive o novo reitor Jacques Marcovich, vai mostrar, com números, as vantagens que podemos oferecer com as nossas florestas em crescimento.

P.S. 2009: Mas não houve reunião.

Falei também sobre o assunto e expliquei que na região de Manaus, por exemplo, os antigos pastos são agora capoeiras (95% das áreas). Disse também que o reflorestamento com espécies nativas de crescimento lento e cerne denso tem mais carbono que as espécies de madeira mais leve e crescimento mais rápido. Na linha da USP está a posição argentina. Sugeri convocar uma reunião universitária ou de secretários e universidades do Mercosul. Gostaram da sugestão.

Soberania Planetária

8 novembro 2000

Houve um grande almoço no Itamaraty, para umas 100 pessoas. Assunto: O Protocolo de Kyoto e o aquecimento climático. Esperava ter a oportunidade de debater o tema, mas isso não aconteceu. A reunião foi realizada, em parte, para prestigiar Fabio Feldmann, que é o presidente do Fórum do Aquecimento Climático. Estava lá o presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Ele foi o único a falar. Sua palestra foi muito interessante. Deixou de lado o texto impresso. Mostrou o

profundo interesse pelos assuntos ambientais. Conhece bem a matéria. É a favor da ideia de que exista também uma “soberania planetária” e que precisamos colaborar com os outros países. Isso, dito no Itamaraty, tem especial importância, pois ainda existe lá a ideia de uma soberania muito mais restrita. Felizmente, porém, hoje o Itamaraty é mais aberto ao mundo do que era antes.

Relato sucinto de repórter-cientista

Sábado. Hoje de manhã fui ao Memorial da América Latina, na Barra Funda, para uma reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Esse fórum tem como presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando cheguei ao Memorial, esperava encontrar lá umas 20 ou 30 pessoas. Era sábado e o clima em São Paulo era frio. Para minha surpresa, estavam lá 770 pessoas, segundo me disse o organizador Fabio Feldmann. O Fabio é o secretário do Fórum e merece aplausos.

O interesse dos que estavam lá, entre os quais muitos amigos ambientalistas, era grande. Falaram umas 20 pessoas. Os principais conferencistas foram o professor José Goldemberg (USP) e o doutor Luiz Gylvan Meira Filho (Inpe). Goldemberg disse que o homem primitivo gastava em média duas mil calorias por dia = a um copo de petróleo, em energia. Os romanos tinham água limpa e esgotos nas suas cidades. Um hectare de floresta absorve a quantidade de CO2 produzida por 10 automóveis. A Academia de Ciências confirmou as conclusões do IPCC (sigla em inglês para o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), composto por 1.500 cientistas. Goldemberg falou com simplicidade e firmeza. É um grande ambientalista.

Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), explicou que os gases do efeito estufa estão no lado infravermelho do espectro. Retêm parte do calor devolvido ao espaço pela superfície do planeta. Hoje não há mais dúvidas em saber que existe uma atividade relativa ao efeito estufa. A perda da floresta do norte do Canadá representa um resfriamento da Terra, pois a floresta escura absorve calor ao passo que ela é substituída por neve, boa refletora de calor para o espaço. Cenários são hipóteses com maior possibilidade de conter erros, pois dependem de estudos mais subjetivos, estudos por exemplo de economia, demografia e outras ciências. O aumento de 0,6°C de temperatura média, já verificado no planeta, é extremamente provável, estatisticamente, que seja devido à humanidade. Isso consta do Relatório do IPCC, que conta com o apoio de 1.500 cientistas. Outros conferencistas falaram sobre muitos aspectos ligados ao efeito estufa. A reunião terminou às 19h50, aproximadamente.

O fator biodiversidade no deslocamento dos ecossistemas

De manhã fui ao Itamaraty, onde participei de uma reunião sobre o aquecimento climático, presidida por Fabio Feldmann. É o Fórum sobre a mudança do clima.

Foram convidadas umas 70 pessoas. Eu fui um dos representantes da Sociedade Civil.

Numa mesa grande, em forma de U, colocaram-me numa das extremidades, ao lado de Maria Thereza Jorge Pádua. A reunião foi presidida por Fernando Henrique Cardoso, presidente da república. Inicialmente foram ouvidas muitas pessoas, cada uma dando a sua opinião. (...) O professor Enéas Salati disse que o aquecimento será, na média, entre 1,5°C e 6,0°C, com um aumento do nível do mar (anunciado por outro participante) de 90 centímetros em 100 anos.

30 junho 2001

4 julho 2001

P.S. 2009: A meu ver ela se equivocou. Hoje, oito anos depois, possivelmente sua opinião seria diferente, com os novos dados existentes.

O professor Salati passou a palavra ao também competente doutor Carlos Nobre, (climatologista) do Inpe. Este declarou que haveria grande perda da biodiversidade, devido às mudanças de temperatura nos ecossistemas. Era mais ou menos o que eu pretendia falar.

Finalmente, Fabio Feldmann me deu a palavra para dizer algo sobre a biodiversidade. Fui o último a falar. Disse que o doutor Carlos Nobre se referiu a uma questão muito importante. Expliquei que os ecossistemas têm um componente biológico, as comunidades de plantas e animais. Além disso, possuem um componente físico, constituído pelo clima e pelo solo, este em grande parte uma consequência do clima. Assim, quando os grandes cinturões climáticos e os climas locais se deslocam da região do Equador para as regiões mais próximas dos polos, as plantas e animais têm que acompanhar esse deslocamento. Contudo, isso normalmente se faz através de milhares de anos. Agora, essas migrações teriam que se realizar em algumas dezenas de anos, o que importaria na extinção de muitas espécies, por falta de tempo para se deslocarem. Acrescentei que, mesmo que o aquecimento seja em grande parte controlado, teriam que ser estudadas maneiras de auxiliar a migração dos ecossistemas.

Depois da minha fala, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma excelente e firme exposição. Criticou abertamente o presidente Bush (filho), dos EUA, por não assinar o Protocolo de Kyoto. Bush disse a ele que não assinaria, porque os EUA eram os grandes impulsionadores da economia mundial e que por isso não poderiam aprovar o referido protocolo. Contudo, essa posição desagradou a ele e a muitos outros líderes do mundo. O Brasil vai assinar o Protocolo de Kyoto. Além disso, procurará estudar, com os EUA e os outros países, o que poderia ser realizado fora do Protocolo (os EUA assinaram também uma convenção geral sobre os climas, sem obrigações concretas, mas podendo dar margem a estudos e outras medidas). Sobre as medidas a serem tomadas no Brasil, referiu-se às termoelétricas, mas salientou a energia eólica (ventos) disponível. A maior fonte futura imediata será, porém, a hidroelétrica. Nessas questões concordo com os expositores. Houve um consenso geral, excetuando-se a Berta (Becker, que disse não haver certeza sobre o impacto do fator humano na mudança do clima).

A fala do presidente Fernando Henrique foi muito importante, pois ele está agindo como um líder ambientalista faria. Isso representa uma enorme mudança governamental, desde os meus tempos de secretário da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), quando éramos frequentemente vistos com desconfiança. Agora o Itamaraty está, com firmeza, orientando no sentido de obter um bom acordo mundial para o Meio Ambiente. No passado, havia no Itamaraty um número crescente de diplomatas favoráveis às medidas de proteção ambiental mundial. Acredito ter colaborado para isso. Recebi até duas sucessivas condecorações da Ordem do Rio Branco. Agora, porém, essa orientação foi estrondosamente adotada, graças principalmente à firmeza, boa vontade e visão do presidente Fernando Henrique. Deus seja louvado! Quero também felicitar os nossos aliados dentro do Itamaraty, instituição que muito admiro e respeito pela sua cultura e importância na história brasileira. Aliás, o Visconde de Sepetiba, meu antepassado, foi ministro das Relações Exteriores.

Depois do almoço, cumprimentei pessoalmente o presidente Fernando Henrique Cardoso, agradecendo e salientando a liderança que ele assumiu em relação ao controle do aquecimento climático.

Áreas restritas para acompanhar migrações

CACHOEIRA PAULISTA, SP - Fui a Cachoeira Paulista, a uma das dependências do Inpe (Instituto

de Pesquisas Espaciais). São umas três horas de São Paulo. Havia lá um Seminário sobre Mudança do Clima e seus efeitos sobre os Ecossistemas. Reunião promovida pelo Inpe e Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, do Israel Klabin, para preparar um estudo de dois anos sobre os efeitos dessas mudanças nos ecossistemas. Ouvi várias palestras interessantes. Contudo, não havia ainda uma orientação segura. A Victoria propôs um estudo geral dos biomas brasileiros. Coisa interessante, mas constitui um projeto caro e imenso. O professor Enéas Salati era o coordenador do projeto. Contudo, pareceu-me que Carlos Nobre dá mais diretrizes. Surpreendeu-nos ao dizer que o projeto durará dois anos, que soubemos depois serem prorrogáveis. É um tempo curtíssimo para estudar mudança do clima em ação.

Quando foi a minha vez de falar, referi-me ao prazo extremamente curto. Sugerir estudar esse efeito em plantas e animais endêmicos, portanto vivendo apenas em áreas restritas. Haveria um acompanhamento do que iria ocorrer. Disse-lhes que as migrações de ecossistemas poderiam ser melhor acompanhadas na direção norte-sul, e nas encostas das montanhas, na Serra do Mar. A Serra da Mantiqueira oferece também boas perspectivas para esses estudos.

Rio+10
Pregação: a miséria é o maior problema ambiental

Às 15h já estava no Palácio do Planalto, para uma reunião convocada pelo Fabio Feldmann, na presidência da república. Estavam lá 25 pessoas de alto nível, de algum modo ligadas à causa ambiental. A reunião se destinava a colher sugestões para a Delegação do Brasil à Conferência de Johannesburg, África do Sul, a se realizar em agosto. A reunião começou com o propósito de separar, em Johannesburg, os assuntos sociais dos ambientais. Essa separação iria no sentido contrário ao que desejam os países africanos, cuja pobreza é aterradora, catastrófica.

No fim, porém, como resumiu um dos presentes, chegou-se a uma unanimidade de que ambos os assuntos são compatíveis e necessários. Creio ter contribuído para isso, quando afirmei que a Comissão Brundtland das Nações Unidas, da qual participei, verificou que o problema demográfico era um dos maiores do planeta. (...)

Tive ocasião de dizer, também, muito claramente, que nas minhas palestras pelo Brasil afora digo que "o problema da erradicação da miséria é o problema ambiental maior". A tônica geral foi como ajudar os pobres e ao mesmo tempo tratar dos problemas ambientais, como dois assuntos correlatos.

Um jornalista queixou-se de que alguns consideravam os pobres como os maiores poluidores. Depois da reunião eu o procurei para dizer que não estávamos acusando os pobres como autores de poluição, mas que os considerávamos como vítimas de uma situação que não podia ser mantida, que precisava ser erradicada. Ele compreendeu. Fabio pediu que todos lhe escrevessem, com sugestões concretas.

Presidência de "Encontro de Gerações"

RIO DE JANEIRO, RJ – Aproximadamente às 15h iniciou-se a conferência preparatória da Rio+10 numa grande construção provisória, de madeira, com ótima aparência. O início foi realizado no auditório das reuniões plenárias, com a presença de umas 500 ou mais pessoas. (...)

25 fevereiro 2002

2 maio 2002

23 junho 2002

Após esses discursos, foi aberta a sessão “Encontro de Gerações”, presidida por mim. Minha escolha pelo Fabio Feldmann foi uma enorme surpresa, pois não esperava tanta honraria. Foi muito agradável essa presidência. Fiz um pequeno discurso introdutório, lembrando a criação da Sema, os 3.200 mil hectares de Estações Ecológicas e 1.500 mil hectares de APAs então criadas. Falei da Comissão Brundtland e de seus objetivos de erradicar a miséria através do Desenvolvimento Sustentável. Também fiz referência aos grandes objetivos da Rio-92: proteger a biodiversidade, enfrentar o problema da mudança do clima, criar a Agenda 21.

Rede mundial de florestas secundárias protegidas

24 junho 2002

P.S. 2009: Felizmente, em 2008, foi criado, pela ministra Marina Silva, o Instituto Chico Mendes com o meu inteiro apoio e da grande maioria das ONGs ambientalistas brasileiras.

RIO DE JANEIRO, RJ – Após o almoço, houve uma reunião plenária, no grande auditório, com a presença de umas 800 pessoas. Falaram diversos chefes de Estado ou seus substitutos, do Brasil, Suécia, Reino Unido e África do Sul. Depois houve uma série de pequenos pronunciamentos. De manhã já me havia inscrito com o Fabio Feldmann. Ele e Maurice Strong apresentaram e controlaram o tempo dos inscritos. Quando fui chamado, Maurice Strong me elogiou como um dos principais ambientalistas brasileiros. Esse foi um dos grandes momentos de minha vida. Afirmei: “Vou apresentar uma proposta concreta”. As florestas primárias estão em equilíbrio no que diz respeito ao oxigênio e ao carbono. Contudo, as florestas secundárias, ao crescerem, sequestram carbono. Assim, sugeri que em Johannesburg fosse criada uma rede mundial de florestas secundárias protegidas. No que se refere ao Brasil, propus a criação do Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação).

Citação honrosa na entrega da Agenda 21 brasileira

16 julho 2002

À tarde fui ao Palácio do Planalto, onde se realizou uma reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O motivo do encontro, que contou com umas 150 ou 200 pessoas, foi a entrega da Agenda 21 do Brasil. Trata-se de uma das Resoluções da Conferência Ambiental Mundial Rio-92. É uma coleção do que pensam pessoas e instituições sobre o que deve ser realizado para ter um desenvolvimento sustentável.

Aspásia Camargo foi a arquiteta maior desse grande esforço cívico. Rubens Born, da ONG ambientalista Vitae Civilis, fez o discurso de entrega do documento. Citou três ou quatro nomes representativos de Defesa Ambiental brasileira, inclusive o meu. Isso foi para mim uma grande honra, pois o Rubens é pessoa independente e séria.

Energia nuclear não é sustentável

2 setembro 2002

JOHANNESBURG, ÁFRICA DO SUL – (...) Perambulei pelos amplos corredores do Centro (de Convenções onde se realizou a Rio+10), até que me encontrei com o Fabio Feldmann. Em seguida me encontrei também com o Carlos Joly, professor de Botânica da Unicamp (Universidade de Campinas). Ficamos quase que o dia inteiro juntos. (...)

Fiquei também por algum tempo na sala onde se discutia o problema da energia. Uma delegada, de um país nórdico defendeu a posição do Brasil, iniciativa do professor José Goldemberg. Trata-se de propor uma resolução estabelecendo que 10% dos projetos energéticos sejam realizados com

fontes alternativas, autossustentáveis e não nucleares. Aliás, a meu ver a energia baseada na fissão nuclear não é autossustentável. Contudo, no futuro prevalecerá a fusão nuclear controlada, ainda em fase experimental. É a energia produzida no Sol.

Saímos com antecedência da reunião e seguimos, no outro lado da rua, para a sede da IUCN (International Union for the Conservation of Nature). Ficamos numa sala, cedida gentilmente pela presidente da IUCN, Yolanda Kakabase. Estávamos lá Fabio Feldmann, Carlos Joly, Fernando Lyrio, Yolanda Kakabase, Bruno Proscheilashi. Escrevemos uma sugestão de discurso para o presidente Fernando Henrique fazer à tarde. Salientamos a posição brasileira sobre energia, contamos a criação do Parque Nacional de Tumucumaque e a necessidade de ter na gestão das Unidades de Conservação a participação das populações do entorno.

Mandela lança Congresso Mundial de Parques

Às 18h30, perto da sede da IUCN, realizou-se num lugar coberto, grande, pátio interno de um banco local, a reunião que lançou o 4º Congresso Mundial de Parques, pela IUCN. Quando cheguei lá o local já estava cheio de gente, mas por uma sorte incrível fui andando até junto à frente do *podium* (plataforma dos oradores). Lá me fizeram sentar na primeira fila, no último lugar vago, o que para mim foi uma surpresa. Quando a reunião começou, falou em primeiro lugar Nelson Mandela, o grande herói sul-africano e ex-presidente, a apenas seis metros de mim. Foi muito aplaudido. Falou claramente que é preciso auxiliar e obter a cooperação das populações que estão no entorno das áreas protegidas. Ele está aparentemente com algum problema de saúde, pois anda com certa dificuldade, apoiado numa bengala. Mas a sua voz está firme e com entusiasmo.

Persona grata

Fomos depois à reunião do Projeto Arpa, da WWF brasileira, junto à Convenção Mundial. Novamente uma simpática funcionária do WWF me colocou na primeira fileira. Foi muito bom, pois isso facilitou o meu reconhecimento pelos maiores lá presentes. O discurso de Fernando Henrique, de improviso, foi ótimo como sempre. Também falou Claude Martin, *chairman* da WWF-International. A grande surpresa, para mim, foi que um dos membros da mesa, Mohamed Ashry, reconheceu-me e logo após a reunião veio me cumprimentar alegre, como velho amigo. Ele é o *chairman* do GEF (Global Environmental Fund), o mais rico dos organismos das Nações Unidas ou próximos a ela. Recebeu há pouco cerca de 2 bilhões de dólares.

A esperança na vigência do Protocolo de Kyoto

LUZIÂNIA, GO – Lá pelas 18h, segui com o motorista Juvenal para a minha Fazenda Jatiara, mas antes fomos à cidade de Luziania. Ali, no Teatro Municipal, perante umas 600 pessoas, fiz uma palestra. Falei sobre a Conferência de Johannesburg, a Comissão Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável destinado a erradicar a miséria e proteger as gerações futuras. Expliquei o perigo que poderia representar um descontrole demográfico por falta de planejamento familiar, a ser feito pelos próprios familiares. Conteí sobre esperanças que surgem, decorrentes da adesão da Federação Russa ao Protocolo de Kyoto. Com o protocolo em vigor, teremos grandes mudanças no mundo tropical, sobretudo. Iniciaremos o sequestro pago de carbono (talvez 12 dólares por

2 setembro 2003

20 setembro 2002

tonelada de carbono), o que será feito por reflorestamentos. Para lugares como Luziânia, com solos pobres, essa perspectiva é ótima. Haverá necessidade de muito emprego (mão de obra simples, não qualificada, principalmente).

Ricos rejeitam pagar solução para o aquecimento

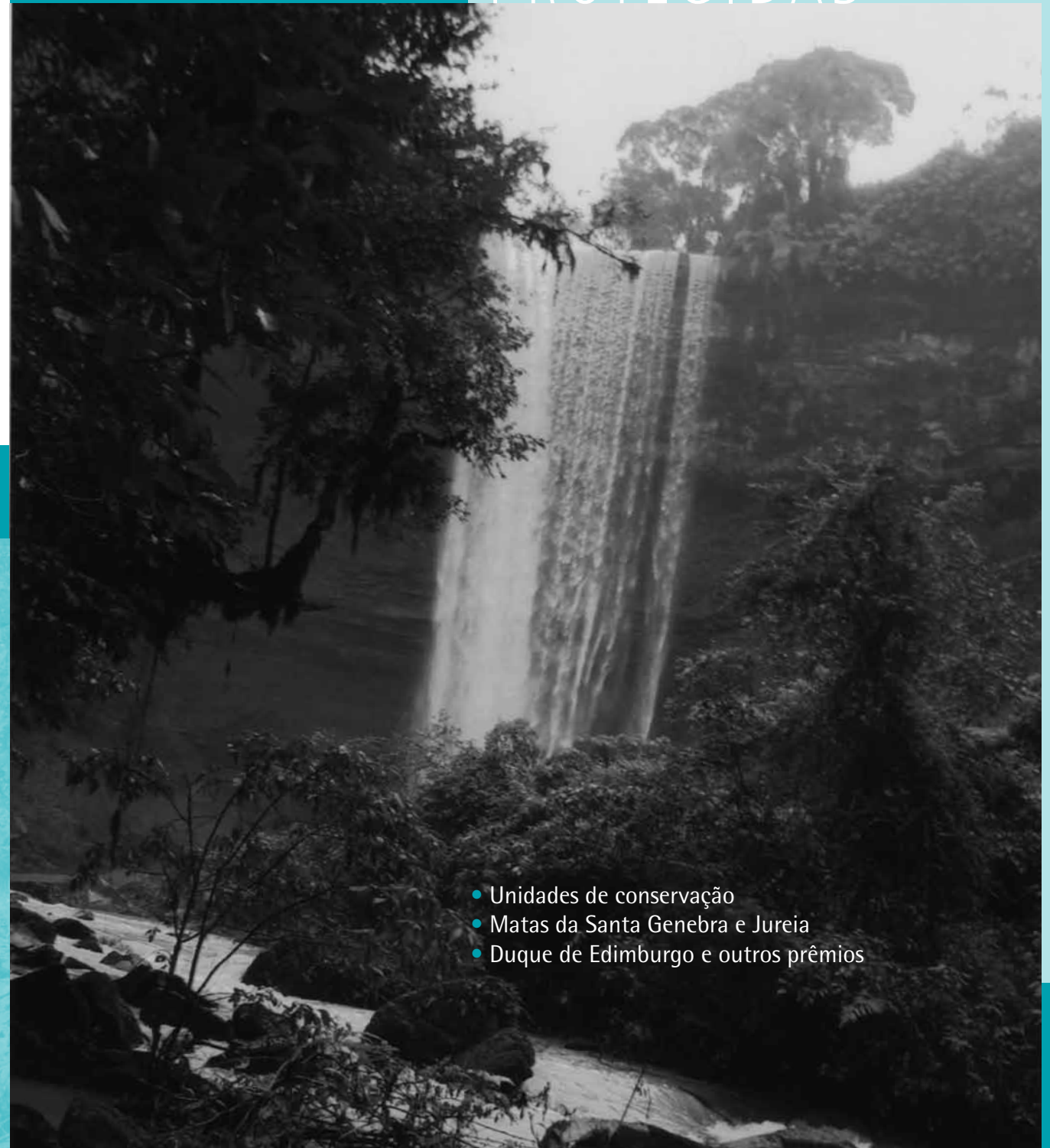
8 dezembro 2005

Recebi um telefonema do secretário (José) Goldemberg, do Meio Ambiente (de São Paulo). Esteve em Montreal, numa das conferências oficiais periódicas sobre o Protocolo de Kyoto. Disse-me que os resultados foram medíocres. Na verdade os países desenvolvidos não querem gastar grandes recursos para resolver os difíceis problemas referentes ao aquecimento climático.



Cachoeira junto ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Goiás

RECONHECIMENTO DE TERRAS PROTEGIDAS



- Unidades de conservação
- Matas da Santa Genebra e Jureia
- Duque de Edimburgo e outros prêmios

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Via conciliatória

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui ao IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) para me encontrar com o seu presidente, Joaquim Francisco de Carvalho. Fui com o secretário geral do Ministério do Interior, Henrique Cavalcanti. A reunião iniciou-se numa atmosfera bastante tensa. Logo de saída o Joaquim investiu com ardor contra a ideia de passar à Sema os Parques Nacionais. Disse-lhe que desejávamos isso, mas que queríamos conhecer a sua opinião. Poderia ser, por exemplo, que ele considerasse os Parques como um estorvo. Já que ele não pensava assim, procuraríamos outra solução. Ele insistiu para que cuidássemos da poluição e depois me contou ter feito estudos e um projeto de lei sobre o assunto. Henrique precisou retirar-se na metade da conversa, mas esta se prolongou por duas horas.

1º fevereiro 1974

No sábado de manhã, antes de embarcar para São Paulo, depois de pensar longamente na situação, telefonei à casa do Joaquim Carvalho para lhe fazer uma proposta capaz de salvar – em parte – a ação conservacionista da Sema. Disse-lhe que, diante de sua oposição, não iríamos insistir na questão dos Parques Nacionais. Contudo, pretendíamos estimular a criação e o funcionamento de Estações ou Reservas Biológicas, das Universidades ou do IBDF. Teríamos, assim, também atividades no campo conservacionista. Joaquim imediatamente concordou com a ideia.

2 fevereiro 1974

Referência

BELO HORIZONTE, MG – Carlos Gilberto Loureiro, chefe do Centro de Recursos Naturais da Fundação (João Pinheiro), falou dos trabalhos que ele fez para o levantamento do Parque Nacional da Serra da Canastra e outras áreas. Num serviço que fizeram para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Arinos, sobraram 37 mil hectares de matas, numa área acidentada. Isso poderia ser uma Estação Ecológica da Sema, a meu ver. Vou mandar examinar a área.

28 março 1974

Almocei no Restaurante Monjolo, muito agradável, ao lado da TV Itacolomi. Estavam lá os conservacionistas professor Hélio Werneck, professor Aníbal, professor Helio Spindola e Maria Inês Ferola. Depois apareceu também Mucio Guimarães. Contei-lhes das minhas atividades na Sema. Pedi-lhes para escolher dois ou três sítios bons para o estabelecimento de Estações Ecológicas. Ficaram de pensar nas Serras da Caraça e do Cipó, que lhes sugeri.

Vizinhança ecológica

BRASÍLIA, DF – À tarde estive com Henrique, reunido com a direção da Funai (Fundação Nacional do Índio). Explicamos as finalidades das Estações Ecológicas da Sema e o nosso desejo de aproveitar, para as mesmas, terras excedentes de Reservas Indígenas. Se isso não for feito, a União poderá no final perder essas terras, pois há poucos índios e as áreas reservadas são imensas. As Estações Ecológicas e os postos indígenas poderão se utilizar de equipamentos comuns (campos de pouso, rádio etc.). Além disso, as Estações proporcionariam também empregos a índios. Tenho a impressão de que a Funai compreendeu assim nossos objetivos e vai cooperar. Ela precisa de aliados, como

15 maio 1974

P.S. 2009: Mais tarde essas áreas foram protegidas, mas de outras maneiras.

disse Henrique, em outras palavras, para se defender do verdadeiro assalto às terras da União na desenfreada corrida para o Oeste que hoje se verifica. Citei duas áreas que nos interessam: Cadi-veu, no Sul do Pantanal, e Tumucumaque, na fronteira do Suriname. Expliquei que desejaríamos receber 10 mil a 50 mil hectares para cada Estação.

Terceiro Setor

Ligação para Alberto Rocha, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

14 junho 1974

Propus estudar um convênio para a elaboração dos projetos de várias Estações Ecológicas, exceto o Taim. Disse também dos meus contatos de hoje de manhã em relação ao Ceará, mas isso não impedirá um acordo geral em relação à Estação do Taim.

Com Naylor, conversei longamente sobre a maneira de obter ajuda externa para a vinda de especialistas estrangeiros para fazer parte nas equipes dos projetos das Estações Ecológicas.

Pus em dia toda a longa correspondência que se acumulara durante a minha ausência na semana passada. As cartas estão aumentando assustadoramente.

Auxílio externo

27 junho 1974

Redigi carta à IUCN (International Union for Conservation of Nature) solicitando o seu auxílio (passagens etc.) para o envio, aqui, de especialistas que poderão ajudar o Brasil na feitura de projetos sobre as futuras Estações Ecológicas. Nosso plano é fazer com que os técnicos de fora e os brasileiros (estes contratados pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) trabalhem juntos. Estamos também escrevendo à FBCN para lhes propor um convênio, excluindo, porém, as Estações do Rio Grande do Sul. Ali, o convênio será com a Sudesul.

Sete Áreas na Amazônia

14 maio 1975

BELÉM, PARÁ – Passei a manhã no Projeto Radam, onde conversei longamente com Otto Bittencourt Neto, superintendente técnico operacional; Luiz Guimarães Azevedo, chefe do departamento de Uso Potencial da Terra; Antonio Luiz Sampaio de Almeida, secretário executivo; Sergio Santos e Aquiles Leal, ambos do Departamento de Uso Potencial da Terra. (...)

P.S. Ao que me parece, trata-se de Mamirauá.

Examinamos, longamente, os locais mais promissores para Estações Ecológicas na Amazônia, tendo diante de nós um enorme mosaico de imagens de radar e os ótimos mapas preparados pela equipe do Projeto Radam. Selecionamos, como áreas mais promissoras, indicadas por mim: Ilhas de Solimões-Japurá, Ilhas Anavilhanas (AM), Serra das Alpercatas (MA); Campos de Roraima. Por sua vez, eles sugeriram a área do Cabo Maguari (Marajó); PT-22-NA 1920 (Canabori) e Jurucuçu (sul da Bahia). As áreas por mim indicadas foram também consideradas boas por eles. A grande Ilha Solimões-Japurá Mamirauá me foi sugerida primeiro por Paulo Vanzolini e depois por Russell Mittermeyer (da IUCN).

Aí estão sete excelentes áreas para estabelecer Estações Ecológicas.

Financiadora

À tarde troquei ideias com o secretário geral (do Ministério do Interior) Dílson Queiroz e com o presidente da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República). Este é o órgão que faz empréstimos e movimenta recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Expus nossa atuação e a necessidade de recursos para pesquisas sobre a poluição e a instalação de Estações Ecológicas. Com grande surpresa minha, ele se interessou mais e achou viável obter recursos para as Estações Ecológicas. Pediu-me um plano completo para estas. Acha possível solicitar ao presidente da República cerca de 25 milhões de cruzeiros!

25 junho 1975

Eureka!

Falei ao ministro sobre as Estações Ecológicas. Sugeri que começássemos a estabelecê-las onde a terra nos é oferecida. Contei o oferecimento da gleba de Uruçuí-Una, no Piauí. O ministro me pediu detalhes. Falei do interesse do governador e mostrei recortes de um jornal local. Citei as estações de Roraima, Anavilhanas, Uruçuí-Una, Raso da Catarina e Taim, como as áreas que seriam prioritárias dentro do novo critério. O ministro disse que a experiência ganha nessas Estações serviria para as demais. Fiquei extremamente satisfeito, eufórico. Eureka! Finalmente estou com luz verde para o programa das Estações Ecológicas. Viva! Três Vivas! Dei graças ao bom Deus. Não mereço tanta alegria! Mais uma vez rendo homenagem por isso aoministro Rangel Reis.

24 novembro 1975

Sonho

O secretário adjunto da Sema, Estanislau de Oliveira, voltou do Rio com uma ótima notícia: a Finep vai nos dar 30 milhões de cruzeiros (cerca de 3 milhões de dólares) para estabelecer as Estações Ecológicas do Taim, Esmeralda, Uruçuí-Una e Maracá. Esse dinheiro, juntamente com 7 milhões do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica) para outras Estações e 5 milhões de nossas próprias verbas darão ao todo uma soma quase igual à que o IBDF terá para regularizar a situação dos 16 Parques Nacionais do Brasil!

Parece um sonho. É tão maravilhoso poder realizar um programa conservacionista desse vulto que decididamente não posso acreditar ainda ser verdade!!! Valeu a pena ter vivido para isso. O pessoal da Sema está entusiasmado também.

2 julho 1976

Burocracia

Procurei hoje dinamizar nossa atuação na implantação de Estações Ecológicas. Há às vezes fatos desconcertantes. Assim, fizemos nova concorrência em Roraima, estabelecendo que as empresas com capital de \$ 500 mil poderiam entrar também. Pois bem: alegando erro de datilografia, foi mantida a exigência de capital mínimo de \$ 1 milhão, mencionado no edital anterior. Resultado: nova concorrência anulada. E o tempo vai passando. E o dinheiro se desvalorizando.

28 fevereiro 1977

Magnífica oportunidade

14 dezembro 1977

BRASÍLIA, DF – Hoje presidi, de manhã e de tarde, a I Reunião dos Dirigentes de Órgãos Estaduais de Controle e Preservação do Meio Ambiente. Estamos promovendo esse encontro para trocar ideias e experiências. Os resultados de hoje foram bem interessantes. Basta dizer que os trabalhos terminaram às 19h. César Cals, diretor da Eletrobrás, fez uma boa palestra sobre fontes não convencionais de energia. Brevemente experimentarão na Amazônia uma nova turbina capaz de gerar eletricidade com desníveis de apenas 1.50 m. Também a energia dos ventos, do sol e das marés vai ser utilizada.

Incentivo

Reunião na sede da Financiadora de Estudos e Projetos

18 agosto 1978

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui à Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Encontrei-me lá com Paulo Dutra. Falamos longamente sobre os projetos de Estações Ecológicas da Sema, com nosso amigo e incentivador Reynaldo Jesus de Araújo. Ele nos deu a boa notícia de que o presidente da República aprovou 32 milhões de cruzeiros para nosso Programa, ainda neste ano. É, porém, para ser aplicado só nas Estações cuja terra já é do Governo. Combinamos também apresentar à Finep um programa no setor do controle da poluição (levantamentos).

Expedição aérea Brigadeiro Frazão

Excursão de reconhecimento de áreas para preservação

23 agosto 1978

Estamos embarcando para a Amazônia: Brigadeiro Frazão, Burle Marx, Luiz Emydio de Melo Filho, Hermes Moreira de Souza, Mario Fagundes, Adilson Godoy e Helmuth Tropmaier. Tripulação: Capitão Seráfico, Capitão Mark, Sargento Arend. (...)

25 agosto 1978

Acordamos de madrugada e fomos à Base Aérea. Pouco antes das 7h levantamos voo no avião Bandeirantes.

Voamos ao longo do Rio Negro, vendo o maravilhoso Arquipélago das Anavilhanas. Uma das ilhas tem umas três ou quatro casas e o solo está limpo, pronto para ser plantado, numa extensão de cerca de 4 mil m x 500 m, ou menos. No meio, as ilhas que sobrevoamos estão sem gente, embora haja umas 20 ou 30 capoeiras, aqui e ali, indicando antigas ocupações. Mas é quase nada, no total do arquipélago. No meio do emaranhado de ilhas, certamente o peixe-boi encontra muitos lugares para sobreviver. O doutor Robin Best, ontem, disse que ainda há muitos exemplares desse simpático sirenídeo nas Anavilhanas. Só isso já justifica a instalação da Estação Ecológica. (...)

9h25 – Chegamos à Ilha de Maracá (RR). Subimos o braço direito do Rio Uriracoera, até o arquipélago formado pelos braços encachoeirados desse rio. Tudo intacto. Depois atravessamos a ilha de lado a lado (de sul a norte). A mata é linda e de grande porte. Em seguida descemos o rio sobre o seu braço esquerdo. Não vimos posseiros, exceto os poucos que existem perto da sede. Nenhuma derrubada nova, graças a Deus. Próximo à sede da Estação existem alguns campos pequenos e

uma lagoa muito bonita rodeada por buritis. Sobrevoamos a sede da Estação e o aterro de acesso. Tudo em ordem, exceto uma passagem das águas, onde não foi feito ainda um pontilhão, já perto das margens do rio. Felizmente o aterro aguentou bem e o campo de aviação não foi inundado, embora deva ser prolongado. O Ceará, posseiro localizado na ponta da ilha, não fez mais nenhum estrago. Tudo isso foi uma agradável surpresa. Há dias foram apreendidas 174 toras de cedro, cortadas na ilha, mas não vi nenhum sinal desse estrago.

14h03 – Pousamos em Manaus, na Base Aérea. (...)

À tarde fui ao Incra. Tive lá uma reunião com o doutor Iguatemi (setor fundiário), Abigail Passos (executora fundiária) e o assistente Alfredo Goulart Sade. Fiz um breve relato de minha viagem de hoje e pedi toda a área disponível, imprópria para agricultura, do Projeto Agropecuário de Caracará (...). Na Ilha de Maracá, o Incra vai nos ajudar a realocar os posseiros. Com grande surpresa minha disseram haver três títulos definitivos em Maracá, mas no total é pouca coisa. Só um desses "proprietários", o Ceará, já apareceu. Vamos acertar com ele uma permuta. Nas Anavilhanas, o Incra precisa de uns dois meses para um diagnóstico preliminar da situação fundiária. Ainda estão quase na estaca zero. Precisam de uma ajuda nossa em apoio logístico, que vamos dar logo. Talvez no início do ano possam nos transferir a área.

Boa vontade

BRASÍLIA, DF – Com Paulo Dutra e Eugenio Bruck, fui ao Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Tivemos lá uma reunião com o assessor do presidente, José Carlos Martins, e com o secretário de Planejamento, Geraldo Luiz Horta de Alvarenga.

Eles concordaram com os nossos pedidos de receber todas as áreas não destinadas à colonização, no Projeto de Rio Tinto (Mamanguape). Acham também possível nos entregar uma área maior em Caracará (Roraima), conforme solicitei. Pedi que as principais áreas montanhosas, mesmo as isoladas, nos fossem entregues, além do nosso pedido inicial de Rio Ajanari-Rio Branco. Isso deverá aumentar a Estação Ecológica de Caracará em cerca de 50 ou 60% (uns 150 mil hectares ao todo). Também ofereceram, para mais tarde, uns 70 mil hectares em Bom Jesus da Lapa, com belas grutas, e mais 25 mil hectares numa outra região, num vale a Oeste da Belém-Brasília. Desse modo, cresce rapidamente o número de Estações Ecológicas, graças à boa vontade do Incra.

Rio Acre (AC): Drama dos índios

RIO BRANCO, AC – À noite jantei com os simpáticos professores da Universidade Federal do Acre (Departamentos de Ciências da Natureza e Geografia) e depois fui assistir a uma palestra sobre os índios, também promovida pelo Movimento de Defesa do Meio Ambiente, que me trouxe até aqui. Falaram várias pessoas, como os antropólogos Terri Valle de Aquino, da UnB, e João Pacheco, do Museu Nacional. Também vários índios expuseram suas histórias e seus pontos de vista. Para mim esse foi um debate muito instrutivo.

Os promotores da palestra e todos nós desejamos que os índios preservem parte substancial de sua cultura, mas ficou bem claro que os Caximaná e outros já estão irreversivelmente aculturados. Eles falam e agem como quaisquer outros seringalistas. Já entraram nas engrenagens da "civilização" e dali não sairão mais. Terri procurou fazer uma cooperativa para substituir o "patrão" do seringal,

1° setembro 1978

29 março 1979

mas os índios ficaram devendo demais e a iniciativa me pareceu um fracasso. Contudo, os Caxi-maná talvez mantenham sua identidade tribal, pois têm terras próprias. Já o índio Raimundo, de outra tribo, sem terras, não passa de um empregado, no próprio solo de seus ancestrais. É um se- ringueiro prestes a ser expulso de suas terras, como tantos outros o foram, por não terem o título de propriedade. Aceitaram as regras dos brancos, tornaram-se arrendatários e agora não têm mais saída, pois a terra foi vendida aos "paulistas", como dizem aqui. Esta é uma expressão depreciativa, que se refere aos homens que vieram de fora e compraram as terras dos donos dos seringais.

SOS

12 julho 1979

Fui com Neylor Calazans e Monsã visitar o diretor Domingos Martins, do Inera (Instituto de Coloni-zação e Reforma Agrária). Fiz um verdadeiro SOS. Pedi que ele apressasse os trâmites burocráticos para que a Sema possa receber seis áreas para Estações Ecológicas. Estamos com grande pressa, principalmente em Anavilhanas e Rio Acre, pois corremos o risco de perder verbas por falta de aplicação. E não podemos aplicar recursos se não recebermos a terra. Falta muito pouco para que eles nos passem a posse definitiva.

Hoje me sinto muito cansado, quase exausto. O serviço na Sema é ininterrupto, pesado e tensio-nante. Mas me fascina.

Oportunidade

16 outubro 1979

Estamos preparando nossos pedidos de verbas para 1980, na Finep, Poloamazônia, Polonordeste, Polocentro. Se nos derem o que pedimos, seremos uma grande entidade. O número de nossas Es-tações Ecológicas está aumentando mais que nossa capacidade de mantê-las. Isso me assusta, mas pior seria não aceitar ou não adquirir essas áreas antes que sejam destruídas.

Rede mundial

20 novembro 1979

PARIS, FRANÇA – O doutor Lendon, do Programa MAB (Homem e Biosfera, da Unesco), elogiou o nosso Programa de Estações Ecológicas. Disse que deveria haver uma rede mundial de Estações Ecológicas, a exemplo do que existe com a Rede Metereológica Mundial.

Neotropical

15 janeiro 1980

PORTO ALEGRE, RS – No Auditório do Plaza San Rafael Hotel abri o 1º Encontro Sobre Áreas Natu-rais Preservadas da Região Neotropical, patrocinado pela Sema e pela Unesco (agência das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), com a presença de representantes de dez países latino-americanos. A sessão inaugural foi presidida pelo governador em exercício do Rio Grande do Sul, Otavio Germano, com a presença do secretário da Saúde Germano Bonow e do representante da Unesco no Brasil, Gustavo Lopes.

Li mensagem do ministro Mario Andreazza e depois expliquei os propósitos da reunião: saber o que os outros países estão realizando e trocar idéias e experiências no campo da preservação de áreas naturais.

P.S. 2009: Às vezes, aceita-mos oportunidades únicas para salvar áreas ecológicas importantes como em Uruçui, no Piauí, que esta-riam perdidas para sempre se fossemos fazer estudos profundos e demorados.

PELOTAS, RS – À tarde fiz longa palestra, com projeção de slides sobre as Estações Ecológicas. contei muitos casos pitorescos e afirmei, enfaticamente, que em certos casos, as áreas escolhidas o foram por serem as que estavam disponíveis, não sendo fruto de altos estudos ecológicos. Isso foi um erro em relação à imagem da Sema, segundo críticas da Regina Gualda, funcionária da Sema. A meu ver, o erro foi salientar algo que só ocorreu em algumas de nossas Estações. Parece, porém, que o pessoal gostou, ou pelo menos riram com os casos pitorescos que contei.

17 janeiro 1980

Valores

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) enviou ofício negando os recursos que pedimos para a implantação de Estações Ecológicas. Isso foi um desastre. Contudo, em princípio, deram recursos para várias pesquisas. Ao todo concederam menos da metade do que pedimos. Rogério Marinho ficou indignado. Fiquei também aborrecido, mas me concentrei em imaginar como con-tornar a situação, solicitando reconsideração para um pedido de recursos modificado em relação ao projeto original.

12 maio 1980

Soube que a Finep alegou que a Sema quer dinheiro para comprar terras. Isso teria levado ao corte no nosso pedido. É um absurdo fazer tal alegação. Como fazer pesquisas ecológicas e biológicas sem adquirir terras e evitar que ecossistemas únicos sejam destruídos? É uma ignorância total do que seja a Natureza e a necessidade de salvá-la. Gastam-se milhões em equipamentos e não se importam em proteger para sempre áreas naturais, que ao contrário dos equipamentos só aumen-tam em valor com o tempo.

13 maio 1980

Houve reunião da Comissão de Energia, no CNPq. No início e no fim da mesma falei com Marcelo de Paiva Abreu, da Finep. Ele vai reestudar os nossos pedidos referentes às Estações Ecológicas, desde que se trate de despesas de apoio e pesquisas. Assim, a manutenção e as desapropriações ficarão fora do esquema. Isso nos abre novas perspectivas.

14 maio 1980

De vento em popa

Rubens Costa, diretor da Eletrosul (estatal energética da Região Sul), apareceu na Sema nos ofere-cendo uma Estação Ecológica de 1.200 hectares, numa ilha da Represa de Salto Santiago, perto do Rio Cavernoso (no Estado do Paraná). Ofereceu-se, também, para construir lá duas casas! Ofertas como essa não aparecem todos os dias.

4 agosto 1980

Com Vera Fonseca e Neylor Calazans, estive com o diretor do CNPq José Duarte de Araújo. Eles vão reservar à Sema certo número (calculamos que 30 ou 40) bolsas de Mestrado e Doutorado para trabalhos em Estações Ecológicas. Ótimo!

6 agosto 1980

Estive com Estanislau, no MEC (Ministério da Educação e Cultura). Tarcisio Della Santa, secretário de Ensino Superior, vai continuar a nos ajudar, com verbas do MEC, no próximo ano. Poderemos assim continuar a movimentar as Estações Ecológicas.

14 agosto 1980

No Minter (Ministério do Interior) conversei com o novo coordenador de Programas Especiais do Pólo Nordeste, Antonio Bernardo. Ele vai apoiar 100% o Programa de Estações Ecológicas.

Pedi pelo telefone, ao governador Augusto Franco, de Sergipe, o seu apoio para a Estação Ecológica de Itabaiana, junto ao Minter. Ele vai nos dar essa ajuda, telegrafando ao ministro Andreazza.

Recebi a visita do doutor Esequias, coordenador do Polo Amazônia. Também vai nos dar a sua ajuda para que a Sema consiga mais recursos no próximo ano, para as Estações Ecológicas da Amazônia.

Tenho a nítida impressão de que vamos de vento em popa, apesar dos tempos serem de vacas magras. As Estações Ecológicas caíram no gosto de todos. Deus está nos ajudando muito.

Escrituras

17 agosto 1980

MANAUS, AM – De manhã fui à Delegacia de Manaus do SPU, com Ronaldo e Joaldo. O delegado Alfredo Couto Valle nos recebeu muito amavelmente. Passamos a escritura referente às glebas Abismo (Rio Acre, AC, com 80 mil hectares); Caracarái (80 mil hectares, Roraima) e Maracá (100 mil hectares, Roraima). Daqui a dois anos é preciso ratificar essas escrituras.

Urgência para lei

11 novembro 1980

Estive na Câmara dos Deputados, onde falei com o líder da maioria, deputado Nelson Marchezan. Pedi apoio para o nosso Projeto de Lei sobre Estações Ecológicas, agora novamente na Câmara, depois de aprovado pelo Senado (substitutivo Aloísio Chaves). Ele me recebeu muito bem e vai conceder ao Projeto regime de urgência.

Sustentação

11 dezembro 1980

Estive no Conselho de Segurança Nacional, onde falei com o novo secretário geral, coronel Fernandes, juntamente com o coronel Leal. Eles vão continuar a nos apoiar, o que para nós é muito importante. Com isso poderemos resolver muitos problemas ambientais, pois todos respeitam o CSN.

Estive também no CNPq, onde falei com Moura Fé, diretor da Área de Ambiente e Recursos Naturais. Ele vai nos dar um apoio maior do que nunca. Começará pela montagem de um laboratório ambiental no Ceará. Esse será o começo. (...)

Na Sema, Bernardo Lima esteve conosco. Conseguiu nos garantir, junto com seus companheiros na secretaria geral, 70 milhões de cruzeiros no Polo Nordeste. Isso tornará possível iniciar a implantação de três Estações Ecológicas nordestinas: Itabaiana (SE), Foz do São Francisco (AL) e Caicó (RN). Hoje o senador Dinarte Mariz me telefonou, desejoso de saber notícias sobre essa Estação potiguar. O ministro Delfim Netto assegurou recursos para implantar Caicó, mas quer que o Ministro Andreazza pague a conta.

Caminho aberto

RIO DE JANEIRO, RJ – À tarde estive na Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). O seu presidente, Gerson Ferreira Filho, o diretor Arlindo Almeida Rocha e o coordenador Reynaldo Araújo discutiram comigo durante cerca de hora e meia os problemas da Sema. Acredito que está aberto o caminho para conseguirmos recursos para os nossos projetos. Eles mostraram muito boa vontade e compreensão.

10 fevereiro 1981

Anavilhanas (AM): Um dos lugares mais belos do mundo

MANAUS, AM – De manhã fui ao SPU (Serviço do Patrimônio da União), onde falei com o delegado Paulo Serejo. É um rapaz novo, simpático, prestativo, que a princípio tomei como auxiliar da Delegacia. Como, porém, trato bem todo mundo, não houve problemas. Finalmente, depois de anos de expectativa e insistência, assinei as duas escrituras que cederam à Sema a posse das Ilhas Anavilhanas e a maior parte da terra firme da Estação Ecológica. Deus Seja Louvado, para sempre Louvado!! As gerações futuras terão garantida a conservação de um dos lugares mais belos do mundo. Glória a Deus!! E dou graças a Ele por ter vivido este dia. A área se tornou Parque Nacional, por lei.

12 fevereiro 1981

Com a ajuda sempre prestimosa do delegado Paulo Serejo, fomos à presença do procurador geral da República no Estado, doutor Câmara. Ele pediu a averbação de outra escritura (referente à área cedida pelo Estado do Amazonas) no Registro de Imóveis. O Estado havia registrado a mesma, por equívoco, no Registro de Títulos e Documentos. Agora, porém, o Estado concordou com o pedido do doutor Câmara ("Diário Oficial do Amazonas", de 7-nov-1980). (...)

Fui depois ao Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), onde conversei com o delegado. Estavam presentes Joaldo e Ana Emilia Vazoler, antiga colega do curso de História Natural. Ele abriu boas perspectivas para que possamos reassentar, na margem direita do Rio Negro, os 30 ou 40 posseiros que hoje estão na Estação Ecológica das Anavilhanas. O Incra poderá colaborar muito nesse reassentamento, pois tem áreas disponíveis ali, no antigo Projeto Integrado de Colonização Bela Vista.

Pesquisa avançada

Hoje, na Sema, junto com Paulo Dutra e Eugenio Bruck procuramos encaixar nos Projetos de Pesquisa solicitados à Finep alguns "Postos Avançados de Pesquisa" para as Estações Ecológicas de Anavilhanas, Caracarái, Juréia, Taim, Serra das Araras e Três Marias. Foi o jeito de pedir recursos para casas de guardas em lugares onde não as havia, ou onde elas eram necessárias, longe das sedes das Estações. A Finep não gosta de financiar (a fundo perdido) construções.

16 fevereiro 1981

Imensa vitória

Hoje o presidente Figueiredo sancionou a Lei das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Para nós essa foi uma vitória realmente imensa. Senti-me muito feliz. Longe vão os dias em que receávamos que o Programa das Estações Ecológicas não tivesse luz verde.

27 abril 1981

29 abril 1981

O Globo publicou na primeira página um editorial elogiando a nova Lei das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Mencionou meu nome e o do ministro Andreazza. Foi um apoio muito importante para os nossos programas.

Oito Estações Ecológicas

2 junho 1981

Hoje foi um grande dia para mim e para a Sema. O presidente assinou mensagem ao Congresso estipulando 45 dias para que seja aprovada (ou não) a Lei sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. A solenidade foi realizada às 17h30 horas no Palácio do Planalto, perante umas 70 autoridades rigorosamente selecionadas pelo protocolo do Minter. Fiquei junto com (o presidente do IBDF) Mauro Reis, o governador do Maranhão e três ministros: Andreazza, Stabile e Venturini, numa fila logo atrás do presidente.

Dei várias entrevistas à TV e rádios. O ministro Andreazza discursou sobre o Projeto de Lei e sobre o Decreto criando oito Estações Ecológicas, que o presidente também assinou ali.

Longe vão os tempos em que, meio clandestinamente, planejei e comecei a executar o Programa de Estações Ecológicas, em 1974.

Escassez e Fartura

17 setembro 1981

BRASÍLIA, DF – De manhã fui com Neylor e Monsã visitar o presidente do Incra, Paulo Yokota. Ele estava bastante irritado com o Banco Mundial, que a seu ver pedia coisas inexequíveis para conceder empréstimos. A posição da Sema é diferente, pois graças ao Banco Mundial e suas exigências, vamos ter recursos para instalar duas Estações Ecológicas (Serra das Araras e Cuniã) e melhorar outras duas (Taiamã e Iquê). Depois desse desabafo, ele concordou em nos ceder as terras (100 mil hectares) para a Estação Ecológica de Cuniã.

Acordo para pesquisas

26 outubro 1981

À tarde, com a presença do ministro Andreazza, do chefe de Gabinete Urquiza, do secretário geral Rocha Maia e muitos outros funcionários do Minter, assinamos um protocolo com a Finep. De agora em diante, Sema e Finep estudarão em conjunto os projetos de pesquisa ecológica, que eles financiarão. Isso representará uma imensa ajuda para a Sema, que poderá movimentar as suas Estações Ecológicas e outras atividades. Representando a Finep, vieram do Rio José Adeodato de Souza Neto, Arlindo de Almeida Rocha e Reynaldo Jesus de Araújo. Durante a reunião fiz uma breve palestra e apresentei uns 20 slides sobre Estações Ecológicas. Pedi ao ministro Mario Andreazza que as inaugurasse e parece que ele concordou.

Aries – Área de Relevante Interesse Ecológico

13 outubro 1982

O doutor Francisco Pessoa, da Consultoria Jurídica, aprovou a ideia da Sema fazer portaria declarando uma área como prioritária para a sua atuação. Isso nos permitirá "reservar" terras, enquanto cuidamos dos trâmites para a implantação de Estações Ecológicas. Antes, ele e a nossa Assessoria

Jurídica concluíram que só o presidente da República pode declarar áreas como de relevante interesse ecológico. Para alguns casos, em que não temos o domínio das terras e não podemos consegui-lo tão cedo, essa declaração pode ser boa solução, como em certos casos de APPs.

Bancos genéticos

BRASÍLIA, DF – Visitei o Cenargen, da Embrapa (Empresa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária), encarregado da instalação e guarda de bancos genéticos, classificação (taxonomia) botânica, exames fitossanitários, clonagens, engenharia genética etc. É um mundo. Nunca pensei que estivessem tão bem equipados. Fui lá com o biólogo Garo Batmanian, nosso novo Coordenador de Estudos Ecológicos. O diretor é o doutor Delmar. Fui acompanhado pelo doutor Sergio Coutinho, chefe técnico, e pelo doutor Jairo Silva, chefe adjunto técnico. Conversamos longamente sobre uma estreita articulação entre a Sema e o Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargen), nas nossas Estações Ecológicas. Estas terão, assim, uma nova e importantíssima função, a de guardar material genético relativo às plantas nativas. Aliás, isso será apenas a operacionalização de uma função para a qual, em grande parte, as Estações e Reservas Ecológicas foram criadas.

Juami–Japurá, Niquiá, Caracaraí

BRASÍLIA, DF – O ponto alto das comemorações (da Semana do Meio Ambiente), para mim de imensa importância, foi a assinatura pelo presidente Sarney, na presença do ministro (do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) Flávio Peixoto da Silveira e de quarenta autoridades ambientais dos Estados, de cinco Decretos sobre o Meio Ambiente. Um deles estabelece a Estação Ecológica de Juami, compreendendo toda a bacia hidrográfica desse rio, afluente do Japurá, no Estado do Amazonas. Outro Decreto criou a Estação Ecológica de Niquiá (RR) e redelimitou a de Caracaraí (RR), aumentando em 3 vezes a área local protegida (agora de 250 mil hectares). Ao todo, hoje recebemos uns 850 mil hectares.

Também foi criada a APA da Serra da Mantiqueira e a Área de Relevante Interesse Ecológico de Capetinga, aqui no DF. Valeu a pena ter lutado para permanecer no cargo, mesmo que fosse só para obter esses Decretos. Penso que eles não teriam sido assinados, se eu estivesse fora do Governo. Louvado seja Deus, pela salvaguarda dessas áreas ecológicas.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA TAIM
Taim (RS): Primeiro contato

Voo de reconhecimento da área indicada para a Estação Ecológica do TAIM

Vão conosco William Belton, Anselmo Caldasso, professor José Leite de Souza, Nelson Jorge e (o jornalista) José Maria Mairink (...).

14h03 – Levantamos voo (de Porto Alegre) (...).

15h37 – Estamos sobrevoando os extensos banhados da margem Leste da Lagoa Mirim. Junto à lagoa há extensas praias de areia. Além dos banhados estendem-se numerosas áreas cultivadas.

21 outubro 1983

3 junho 1985

5 junho 1974

15h42 – Passamos pela Vila do Taim, onde há uma dúzia de casas. Passamos sobre a BR-471, que vai ao Chuí. Sobrevoamos o banhado.

Entre o banhado e o mar há umas cinco propriedades, com áreas estreitas de pasto, que precisam ser desapropriadas para a futura Estação. (...) Vimos bandos de cisnes brancos Coscoroba, no Banhado Del Rei. Esse Banhado está junto de terras muito boas. Ao longe, do outro lado da Lagoa Mirim, vimos o Uruguai.

16h15 – Estamos sobre a Lagoa da Mangueira, indo para a restinga entre ela e o mar. (...) O canal e estrada que o DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) tentou abrir deveria ser, segundo Caldasso, a divisa Norte da Estação. Está logo ao Norte da Lagoa Nicola.

Continuamos subindo a costa. Ao norte da região de Taim há imensa extensão de terras alagadas, entre o mar e o rosário de lagoas que se estendem na direção N-S, mais a leste da Lagoa Mirim. (...)

Taim (RS): Beleza impressionante – I

16 outubro 1974

Recebemos do professor Tuiskon Dick, diretor do Instituto Central de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o relatório e a delimitação da Estação Ecológica do Taim. O "álbum" de fotografias coloridas é espetacular. Nunca vi relatório fotográfico tão bonito. Vendo do avião, não imaginei que o Taim fosse tão bonito. As árvores de corticeira, e as dunas, são de uma beleza rara. Superou a expectativa.

Taim (RS): Medidas para posse

Viagem por rodovia, a partir de Pelotas, para reconhecimento da área

31 janeiro 1976

Na viagem entre Pelotas e Taim, há imensos arrozais. Frequentemente veem-se garças e maçaricos. Nas áreas em descanso e pastagens, há grande número de cupinzeiros. Em muitos lugares a terra é quase totalmente arenosa. Apesar disso o pasto está verde e viçoso. Na planície sem fim, há inúmeros charcos. Por toda a parte vejo pequenos bosques de eucaliptos. Há também arvoredo nativo muito novo. (...)

11h14 – Chegamos à Vila do Taim. É uma dúzia de casas, entre as quais um posto da Polícia Militar, uma escola e algumas casas (boas) do DNOS. Logo adiante chegamos às nossas terras da Sema (2 ou 3 hectares).

A casa de bombas (as quais não chegaram a ser instaladas) pode ser facilmente adaptada para um laboratório. O piso precisa ser elevado uns 50 cm para ficam acima das enchentes. Ao lado há lugar, embora não muito amplo, para aterrar e construir uma casa de hóspedes. (...)

Seguimos depois para o sul. O Banhado do Taim é imenso. Junto ao canal que vem da Lagoa do Jacaré há umas seis casas, precaríssimas, de pau-a-pique, de caçadores e pescadores clandestinos. Entre a rodovia e a Lagoa Mirim há um prolongamento do Banhado do Taim, no centro do qual está um arroio. A vegetação e aspecto geral são iguais, nos dois lados da estrada. Trata-se do mesmo Banhado. Essa área junto à Lagoa Mirim também será incorporada à Estação Ecológica. (...)

Passamos atrás de grandes dunas, que, segundo Averbek, nos últimos anos têm avançado rumo ao sul. Já estão perto da estrada. Seguindo por esta, passamos por fora de um mato que estará na área da Estação. Logo a Este derrubaram árvores e instalaram um arrozal de uns 40 hectares. À beira do caminho estão troncos de árvores que foram arrancados há alguns meses, ainda cheios de orquídeas *Cattleya* e outras epífitas. Mais adiante entramos em outro mato, depois de deixar a estrada de terra arenosa. A floresta é baixa e aberta, aqui e ali. É muito bonita, pois as árvores têm o tronco retorcido e há muita barba-de-velho (*Tillandsia usneoides*) pendurada nos galhos. (...) Outros pássaros podiam ser vistos, inclusive um preto com o peito vermelho, cantos do bico amarelos: muito bonito. Perto da casa que o DNOS nos cedeu, quando chegamos a esta região ouvi canários-da-terra (*Sicalis flaveola*) cantarem.

Pelo que tive ocasião de ver, a demarcação do perímetro, feita sob a orientação do professor Venâncio Flores, da UFRS, foi realizada com muito critério. Evitaram-se ao máximo gastos inúteis com desapropriações. Assim, apenas uns 20 hectares de arrozais estão incluídos na Estação. Além do banhado, há áreas de albardões (pastagens), praias, dunas perto do mar, lagoas e quatro florestas de figueiras e corticeiras (árvores dominantes). Assim, teremos diversos ecossistemas representados na Estação Ecológica. (...)

17h30 – Levantamos voo de Pelotas, de regresso a Porto Alegre. No caminho encontramos chuva e nuvens, mas a viagem foi boa. Antes de Porto Alegre o tempo melhorou. Ainda no avião, conversei com Nelson Jorge e o professor Venâncio Flores, sobre os planos relativos à Estação Ecológica. Combinamos que o professor Flores falaria com o professor Tuiskon Dick. Depois eles nos apresentariam a relação das casas pré-fabricadas que precisamos comprar. Ainda neste ano deverão estar instaladas.

Taim (RS): Limites orçamentários

PORTO ALEGRE, RS – Almocei com o reitor Jobim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e todo o seu Estado-Maior. Estavam lá também o professor Tuiskon Dick e seus principais colaboradores no Projeto Taim. Mostraram-se muito satisfeitos com a perspectiva de um sólido entrosamento com a Sema, que já existe, mas precisa ser institucionalizado. Para eles e para nós isso é altamente importante.

Após o almoço fomos ao Instituto de Biologia da UFRS. Sobre o novo mapa do Taim, conversamos com o professor Tuiskon Dick, professor Ludwig Backup e professora Maria Luzia Porto. Eles acham importante a aquisição de 8.240 hectares da Fazenda Caçapava, entre o banhado (extremidade Sul) e o Oceano. É uma região de dunas, pastos e lagoas temporárias, com características muito sui generis.

No fim da tarde fui à Sudesul (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul), onde me reuni inicialmente com Paulo Melro (superintendente) e com Nelson Jorge (diretor de Recursos Naturais). Combinei com eles várias medidas para apressar o início das construções no Taim. Vamos fazer o encaminhamento burocrático o mais rápido possível. (...)

Com o representante da Geomapas (coronel Milton), combinamos refazer o mapa do Taim, excluindo várias propriedades na área entre o Oceano e o Banhado, mas deixando a área entre estes e a Fazenda Caçapava (numa extensão de 8.240 hectares). Assim, poderemos ficar dentro do orçamento previsto pela Finep e com o domínio de toda a área essencial. Vai ser uma joia de Estação

28 julho 1976

Ecológica. Paulo Melro deu ordens para que o mapa refeito e as modificações de cadastramento sejam executados sem demora.

Recursos para o Taim e Aracuri

25 janeiro 1977 Às 16h, com a presença de Alexandre Leal e Paulo Krahe, diretores da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), assinamos o Convênio que transfere 20 milhões de cruzeiros (= cerca de US\$ 1,4 milhões) para a Sema. Destina-se à implantação das Estações Ecológicas do Taim e Aracuri (Esmeralda), no Rio Grande do Sul. A cerimônia foi realizada no Gabinete do Ministro Rangel Reis, que a presidiu. A seu pedido, fiz uma exposição sobre essas Estações. O ministro elogiou a iniciativa e sugeriu instalar uma Estação Ecológica no Pantanal.

Recursos

28 fevereiro 1977 No Taim (RS) vamos ter que reformular a descrição da área da Estação. Nosso plano era desapropriar tudo e o que sobrasse seriam as terras públicas (sobre as quais obviamente os desapropriados não poderiam apresentar títulos). Resultado: vamos ter que gastar mais alguns meses nessa pesquisa. Mas talvez compense, nesse caso.

P.S. Depois Harry Amorim Costa me contou como foi. O presidente lhe perguntou sobre o Taim. O ministro Rangel Reis, então, explicou que estávamos instalando lá uma Estação Ecológica. O presidente gostou da ideia, mas mostrou-se cético sobre o pagamento de indenizações.

24 março 1977 Soube hoje que o *Jornal do Brasil* de sábado último publicou notícia segundo a qual, na inauguração da Barragem de São Gonçalo, no RS, o presidente Geisel indagou do ministro sobre a Estação Ecológica do Taim. Para quem, como nós, sempre temeu que a Presidência não aprovasse nossas Estações Ecológicas, isso é uma glória!!

Taim (RS): É de exasperar!

23 maio 1977 A Consultoria Jurídica do Ministério quer a exclusão, do Decreto sobre o Taim, das terras pertencentes à União. Isso vai nos dar muito trabalho. Não me conformo com essa exclusão, que nos dificultará a posse daquela área. É de exasperar!

Estamos decididos a tomar posse dos 16 mil hectares “ditos da União”, ainda que essa medida não seja tão cedo oficializada pelos “canais competentes”! Se as terras são do Governo Federal, a Sema poderá se apossar delas com a consciência tranquilíssima e é o que faremos.

Taim (RS): Atraso

11 outubro 1978 Tuiskon Dick me avisou que finalmente está pronta a avaliação das primeiras áreas a serem desapropriadas no Taim. Estamos muito atrasados. Custo provável: 19 milhões de cruzeiros (mais ou menos 1 milhão de dólares). Temos esse dinheiro, mas precisamos agir imediatamente. Esse caso das desapropriações no Taim é um exemplo de como as dificuldades burocráticas e outras atrasam as coisas.

TAIM
Entusiasmo

BRASÍLIA, DF – Hoje à tarde Dom Ivo Lorscheider, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi ao Ministério do Interior para iniciar a Semana do Meio Ambiente. Com a presença do ministro e das mais altas autoridades do Ministério, pronunciou uma Palestra, durante a qual fez um balanço da última Campanha da Fraternidade (“Preserve o que é de todos”). O ministro Andreazza também falou e eu fiz o mesmo.

Após a Palestra e os nossos pequenos pronunciamentos, foi exibido um filme, dirigido por Lionel Lucini, sobre a Estação Ecológica do Taim. Foi um documentário espetacular, lindíssimo e de ótima qualidade técnica. Dom Ivo e o ministro gostaram muito. À saída o Ministro Andreazza disse que poderíamos fazer quantas Estações Ecológicas quiséssemos. Já vai longe o tempo, no início da Sema, em que ainda era incerto o início do Programa.

Taim (RS): Inauguração

RIO GRANDE, RS – No Taim já se achava a caravana da Sema e convidados, quando lá chegamos. Pouco depois veio um ônibus, trazendo prefeitos, secretários de Estado, o governador Amaral de Souza e o ministro Andreazza, com muitos companheiros do Minter, inclusive o chefe do Gabinete, Urquiza, e o secretário geral, Rocha Maia.

Descerramos uma placa comemorativa da visita do ministro, com palavras de agradecimento à Finep, Sudesul, Subin e UFRS. O bispo de Rio Grande levou uma oração, muito apropriada, sobre a importância da Preservação da Natureza. Depois eu falei, contando o início de nossas atividades para implantar a Estação Ecológica do Taim. Relatei meu primeiro encontro com o professor Tuiskon Dick, após uma Palestra que fiz em 1974. Agradei aos que tornaram possível a Estação e disse que para assegurá-la era necessário o apoio de toda a comunidade. Falaram depois Tuiskon Dick e o Ministro Andreazza.

Em seguida, com surpresa para mim, inauguraram uma placa me homenageando, bem como a Neylor Calazans. Outra placa era em agradecimento ao professor Tuiskon Dick. Visitamos depois a sede da Estação, ótima e muito bem montada.

O prefeito da cidade de Rio Grande conversou comigo no ônibus no qual visitei o Banhado com o ministro e o governador. Ele me pediu para deixarmos lá os rebanhos e gado dos vizinhos. Fiquei de estudar o caso. Achei possível pensar numa fórmula pela qual o número de reses seria limitado e em contrapartida eles nos ajudariam na guarda da Estação. Expliquei também que precisávamos ter o domínio e o controle das terras. É incrível como há sempre gente querendo de algum modo ficar dentro do banhado. Mais tarde pensei que a melhor solução será criar lá um pequeno rebanho de gado crioulo, se ainda for possível encontrá-lo. Assim nos livraremos das pressões.

Prestígio

BRASÍLIA, DF – Falei à tarde com o coronel Paiva Chaves, no Palácio do Planalto. Ele é chefe da Assessoria Especial do presidente. Pedi – e consegui – que localizassem o Projeto de Lei sobre

4 junho 1979

6 julho 1979

10 julho 1979

Estações Ecológicas, que estava aparentemente extraviado. O coronel Paiva Chaves sugeriu – e achei isso ótimo – que o presidente João Figueiredo inaugure uma de nossas Estações Ecológicas.

Taim (RS): Beleza impressionante – II

18 janeiro 1980

Às 9h30 saímos de Pelotas rumo ao Taim. Agora estamos na estação seca, nessa região.

Na sede da Estação Ecológica do Taim ouvimos o professor Helmuth Sick, o professor Triskon Dick, e o pesquisador chefe da Limnologia. Falei também, explicando a situação fundiária da Estação e os pontos de entrada de caçadores.

Fomos depois percorrer a mata situada defronte à sede da Estação. O lugar impressiona pela beleza; árvores e gramados formam um conjunto verdadeiramente lindo. Apesar disso a visita foi desastrosa e chocante, pois encontramos latas de bebidas espalhadas, restos de acampamentos, duas árvores cortadas e até achas de lenha. O chão em vários lugares estava revirado pelos porcos do vizinho. Uma lástima. Além disso, araram um pequeno trecho de nossas terras.

Aracuri e Taim (RS): Cooperação científica

9 outubro 1980

Acertamos, com o professor Tuiskon Dick e o professor W. Goerke, Assessor do Ministério do Interior da República Federal da Alemanha, uma estreita cooperação científica. Mais especificamente serão realizados monitoramentos Ecológicos nas Estações Ecológicas do Taim e Aracuri, com a mesma metodologia que as pesquisas feitas em três Estações alemãs que estão sendo instaladas. Para o futuro, essa cooperação binacional produzirá grandes frutos, estou seguro.

Taim (RS): Consolidação

3 maio 1984

PORTO ALEGRE, RS – De manhã dei entrevista coletiva para uns 20 repórteres, inclusive para três emissoras de TV. As perguntas principais foram sobre a Estação Ecológica do Taim e sobre os agrotóxicos em Tucuruí e a linha de transmissão Tucuruí-Belém. Um dos entrevistadores da TV me disse em tom algo agressivo: – “Mas quando terminarão os problemas do Taim?” Ao que respondi: – “Nunca! Sempre haverá problemas. Pelos séculos afora, teremos que guardar a área contra os caçadores”. (...)

No fim de tarde, estive no SPU (Serviço do Patrimônio da União), onde falei com o doutor Morganti, delegado no RS. Assinei lá o recebimento de 16 mil hectares de terras no Taim! Viva!!! Graças a Deus chegou esse dia. Agora está consolidada essa importante Estação Ecológica da Sema!

Taim (RS): Logística, pesquisa e segurança

28 agosto 1985

RIO GRANDE, RS – Acordei descansado. Fomos visitar uma área vizinha à sede (da Estação Ecológica do Taim), de uns 2 hectares, que precisamos adquirir. Além de uma casa, galpões e outras benfeitorias, há lá um lindo caapão de mato de figueiras e corticeiras. Essa área é também muito

importante pois permitirá à Sema ter um porto num canal por onde se pode navegar até a Lagoa Mirim. O bosque se estende mais para W, e tem uma extensão total de uns 20 hectares, mas sua aquisição agora não é possível, por falta de recursos.

Durante a manhã dei duas entrevistas a estações de rádio e presidi as duas reuniões. Uma delas foi com pró-reitores da Fundação Universidade do Rio Grande, Pontifícia Universidade de Pelotas e Universidade Federal de Pelotas. Eles querem participar das pesquisas no Taim e chegaram a propor que essas Universidades fizessem a operação técnica e científica da Estação Ecológica. Expliquei que isso não era possível, pois outras Universidades desejavam participar. A meu ver, o melhor seria fazer um Conselho com a participação de todas as entidades interessadas nos trabalhos. Isso foi bem aceito por todos.

Na reunião seguinte, representantes da Polícia Federal, o tenente-coronel Delubio da Brigada Militar, o agente Sidney Aquino do IBDF e nós da Sema discutimos os problemas de vigilância do Taim. Eles vão reforçar a colaboração conosco.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA ARACURI
Aracuri (RS): Necessidade

Tive despacho com o ministro Rangel Regis. Expliquei longamente a ele e a Dílson (de Queiroz, secretário geral do Ministério do Interior), que estava presente, a situação da projetada Estação Ecológica de Aracuri (Esmeralda). Acredito ter convencido o ministro da necessidade de implantar essa Estação. Contudo, o custo da mesma será de 5 milhões de cruzeiros, do quais só a metade está disponível. Não se descobriu, durante o despacho, de onde poderia vir a outra metade. Vamos ver se será possível pagar parte neste ano, parte no vindouro.

23 junho 1975

Aracuri (RS): Inspeção

9h58 – Estamos junto da Estação Ecológica de Aracuri. Em torno há vários bosques bons de *arau-cária* e campos. Do outro lado da estrada há uma plantação pequena. Em geral, os bosques são de galeria. Voamos sobre a Estação. É o maior e mais compacto bosque de *araucária* da região. Uma beleza. Está à beira de uma estrada boa de terra, que vai a Vacaria.

10h07 – Pousamos na Estação Ecológica de Aracuri. Logo depois o helicóptero partiu para se abastecer. Enquanto isso fomos visitar os três chales suíços e as duas outras casas mais antigas, todas de madeira. As casas estão precisando de pintura por fora, mas por dentro estão ótimas, muito boas mesmo. O administrador Waldery Oliveira Silva e sua senhora merecem parabéns.

Demos uma volta pelo mato. O mato é de porte médio, muito bonito, limpo em baixo. Há muitas mudas novas de *araucária* crescendo. Elas são mais vigorosas nos lugares mais abertos. (...)

Em torno dos pinheirais, há na Estação campos, em grande parte cheios de vassoura (*Bacharis*) e carqueja. Perto da casa e da estrada há também um bosque pequeno, isolado, de *araucária*. Subosque relativamente limpo. (...) contei 700 papagaios chorões saindo do pinheiral de manhã, em muitos bandos!!

13 julho 1983

ESTAÇÃO ECOLÓGICA ANAVILHANAS, HOJE PARQUE NACIONAL Anavilhanas (AM): Reconhecimento

Sobrevoos do Rio Solimões a partir de Manaus

15h09 – Atravessamos o Solimões, no rumo noroeste; há tantas casas nas suas margens que com algum exagero poderíamos dizer que no local o rio mais parece uma avenida! Passamos a uns 20 km a leste de Manacapuru, pequena cidade. Atravessamos a estrada Manaus-Manacapuru. Derubadas em todo o seu percurso, em ambos os lados. Warwick Kerr contou mais de 42 derrubadas na região de Janauacá.

15h19 – Estamos na margem direita do Rio Negro, no trecho chamado de Rio da Fome. Há lindos campos naturais (5% da região) às margens do Rio Negro. Mata de grande porte. Há poucos sinais de derrubadas (2-3% da região).

15h22 – Estamos sobre a parte Este das Ilhas Anavilhanas. São compridas línguas de floresta, com matas e sem ocupação humana. Há florestas também de pequeno porte. São centenas ou milhares de ilhas compridas. Na margem esquerda há algumas ocupações e terreno mais elevado. As ocupações representam menos de 0,5% da região.

15h28 – Numa das ilhas vi seis casas, mais ou menos próximas. Mais tarde avistei outra habitação. A floresta nas Ilhas Anavilhanas vai desde a mata rala e arbustiva, nas margens de algumas ilhas, até a mata espetacular de alto porte. As ilhas raramente têm mais de uma centena de metros de largura.

15h48 – Estamos voltando, após ter atingido quase o extremo norte do arquipélago. Vimos uma jangada carregada de madeiras. Agora descem o rio ao largo da margem leste. Terreno relativamente acidentado. Há, em terra firme, uma ocupação de uns 20 há, com meia dúzia de choupanas miseráveis. Está a uns 30 km a nordeste do Grande Lago Norte. A leste desse lago, em vários pontos da terra firme, há lagos estreitos e compridos. Ali perto uma lagoa está barrada por uma ilha estreita, lembrando a corda de um arco indígena. Ao norte e ao sul há algumas ocupações, todas pequenas. Aqui poderia ser a base norte da Estação Ecológica. Uns 15 km mais ao sul está o Rio Ariaú. Nas suas imediações há mais moradores.

16h39 – Aterrissamos em Manaus. Esta viagem foi muito proveitosa, pois permitiu a mim e a Warwick Kerr avaliar melhor a real situação de Janauacá e Anavilhanas. Evidentemente trata-se de situações diversas, que requerem soluções diferentes. Janauacá, devido à intensa ocupação do solo, não pode ser Estação Ecológica, pois isso importaria em desalojar milhares de pessoas. Anavilhanas, porém, é uma área de grande beleza e pode, sem dificuldades, ser uma Estação Ecológica. Apesar de seu enorme tamanho, vive ali apenas uma dúzia de famílias. Além das ilhas, valeria a pena acrescentar uma área a NE do arquipélago, mas em terra firme. Assim, ficaria mais completa a representação ecológica.

Anavilhanas (AM): Ninguém é dono

MANAUS, AM – Depois entrevistei-me com João Bosco, vice-governador. Muito simpático, como sempre. É um grande espírito conservacionista. Ficou de nos ajudar no caso da Estação Ecológica

28 julho 1975

P.S. 2009: Hoje, por Lei Federal, Anavilhanas é um Parque Nacional. Isso está certo por sua finalidade turística, que é muito importante.

de Anavilhanas. O Estado diz que o arquipélago pertence ao Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), enquanto o Incra afirma que as ilhas pertencem ao Estado. É uma situação paradoxal, em que ninguém quer parecer dono das terras. Para que possamos ter o domínio das mesmas, precisamos, antes de mais nada, saber quem é o dono. Queremos que o Estado assuma a paternidade, para enviar à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei transferindo as ilhas à Sema.

De manhã fui ao Gabinete do vice-governador João Bosco. Estavam lá o secretário da Produção, Conagro, e o chefe do Departamento de Terras. Conversamos bastante sobre a Estação Ecológica de Anavilhanas. Eles acham que as ilhas são da União e que a única solução é um Decreto do Presidente da República, transferindo as mesmas para a Sema. Baseiam o seu ponto de vista no fato de que há um Decreto-Lei ou Lei, considerando a área como se Segurança Nacional. Além disso, a mesma está dentro da faixa do Incra, que compreende as terras a partir da rodovia federal Manaus-Boa Vista, numa distância lateral de 100 km. Teremos que gastar tempo e enfrentar grandes trâmites burocráticos, antes de receber as ilhas.

Anavilhanas (AM): Verba para implantação

Fui ao CNPq (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia), onde assinei um Convênio que nos dará \$ 1,4 milhões (cerca de 150 mil dólares), para a implantação das Estações Ecológicas de Anavilhanas e Iquê (MT). Estavam lá também o presidente, José Dion de Melo Teles, e Dantas Machado, diretor do Programa do Trópico Úmido. O CNPq está nos dando um grande auxílio. O que agora recebemos é apenas o começo.

Anavilhanas (AM): Surpresas

Recebemos um recorte do *Diário Oficial do Estado do Amazonas*. A Assembleia Legislativa aprovou Lei transferindo para a Sema 42 mil hectares de terra firme, na parte Norte das Anavilhanas, no Rio Negro. É outra grande conquista da Sema, que chegou inesperadamente.

Anavilhanas (AM): Gratíssima surpresa

Hoje houve reunião de todos os órgãos do Minter com o ministro e a Secretaria Geral. Durante o almoço que se seguiu, consegui obter 10 milhões de cruzeiros de Rui Lins, Superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) para a Estação Ecológica de Anavilhanas. Foi uma gratíssima surpresa.

ANAVILHANAS

Às 11h estive no Palácio da Justiça, onde falei com o corregedor geral, desembargador Candido Honório Soares Ferreira. Explicamos que até agora não pudemos receber escritura do Governo do Estado, em relação à Estação Ecológica de Anavilhanas (parte dela). É que o escrivão de Airão, nomeado há meses, não apareceu depois disso por lá. O desembargador se dispôs a nos ajudar. Com grande surpresa para mim, disse que iria até Airão para arrombar o cartório e passar a escritura.

14 abril 1976

13 julho 1976

21 fevereiro 1979

29 janeiro 1980

17 agosto 1980

19 fevereiro 1981

Anavilhanas (AM): Ponte

BRASÍLIA, DF – Estive hoje com Paulo Yokota, presidente do Incra. Ele recebeu muito bem nossa sugestão de reassentar na margem direita do Rio Negro os posseiros que estão na margem esquerda, na Estação Ecológica de Anavilhanas.

11 setembro 1987

Anavilhanas (AM): Estima

9h58 – Passamos sobre o arquipélago de Anavilhanas, na Estação Ecológica do mesmo nome. Foi para mim uma alegria ver as ilhas sem qualquer sinal de devastação! Deus seja louvado. Nem mesmo defronte à pequena cidade de Novo Airão havia destruição. Fui quem estabeleceu essa estação, e quem a escolheu. Por isso, tenho grande estima pelas Anavilhanas. Vi praias na margem.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA URUÇUI-UNA

Uruçuí-una (PI): Último momento

13 novembro 1975

TERESINA, PI – Às 15h fomos recebidos pelo governador Dirceu Arcoverde, juntamente com o reitor José Camilo da Silveira Filho e o secretário (do Trabalho) José Luiz Castro Aguiar. Expliquei ao governador o que eram as Estações Ecológicas e o nosso desejo de estabelecer uma no Piauí. Ele já havia me telegrafado a respeito e manifestou muito interesse no assunto. Está pronto a nos dar os 100 mil hectares de terras que precisamos, que nos seriam passados diretamente pela Codepi (Companhia de Desenvolvimento do Piauí). Passamos em revista algumas das áreas possíveis. (...)

Fomos depois à Universidade Federal do Piauí, onde nos reunimos com o reitor José Camilo da Silveira Filho e o professor José Wilson, coordenador da Área de Ciências da Natureza. Disse-lhes que desejava fazer um Convênio com a Universidade para a operação da futura Estação Ecológica. Os estudos científicos feitos lá seriam coordenados por eles e poderiam ser custeados pelo CNPq (hoje Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica) e talvez por nós também. Haveria a possibilidade de trazer professores estrangeiros. O reitor e o professor Wilson gostaram muito da idéia. Eles estão fazendo um enorme esforço para iniciar bem a nova Universidade (tem só 4 anos).

14 novembro 1975

Às 6h25, com Eduardo Maia Nogueira, cheguei ao Aeroporto.

6h38 – Levantamos voo no Piper Sêneca PT-KGK. Velocidade de cruzeiro: 280 km/h. Comandante: Borges; co-piloto: Péricles. Além de Eduardo M. Nogueira, vai conosco Waldemar L. Vilar, da Fundação Zoobotânica do Piauí. (...)

13h11 – Há extensas veredas, com bosques de palmeiras no centro e relvados em ambos os lados, em alguns dos vales ou cânions, que descem da chapada da Serra Geral. São de grande beleza e parecem intactos. Aparentemente a ocupação humana é mais rarefeita nesses vales. Estamos à altura da área cogitada para a Estação Ecológica.

13h22 – Viramos a oeste. Aqui o Uruçuí Preto tem poucas ocupações. É mais um riacho ou córrego. As encostas dos bordos da chapada são menos abruptas. Voamos sobre a chapada. É uma savana imensa, pontilhada de árvores e arbustos. Não tem água.

13h33 – Estamos sobre a Chapada da Serra Geral. Há muitos córregos ou riachos que nascem perto do Riozinho e correm para Leste, em direção ao Rio Uruçuí. Esses cursos d'água formam ravinas e cânions, nos quais há a vegetação típica da chapada ou matas. Ao contrário da região sul da futura Estação, esta parte norte é de terreno bastante quebrado e irregular, mas também há grandes áreas planas, correspondentes à chapada não erodida.

13h39 – Passamos sobre um vale, na chapada, com magníficos bosques da palmeira carnaúba. Há, porém, várias derrubadas e casas rústicas. Talvez estejamos no último momento em que será possível salvar essas lindas formações vegetais. (...)

À noite o secretário José Luiz Castro Aguiar nos levou à Rádio Clube, onde demos uma entrevista curta à TV. Salientei a importância mundial que poderá ter a futura Estação Ecológica da região do Rio Uruçuí, em terras que no passado eram dos jesuítas, confiscadas pelo Marques de Pombal.

Uruçuí-una (PI): Transferência

À tarde apareceu na Sema o secretário do Trabalho, José Luiz de Castro Aguiar, com a lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Piauí, transferindo à Sema 135 mil hectares. É para a constituição da Estação Ecológica de Uruçuí-Una. José Luiz é extremamente dinâmico e quer iniciar, nos próximos dias, as obras de construção de casas.

Providências

TERESINA, PI – Fomos recebidos no aeroporto pelo secretário estadual do Trabalho, Átila Freitas Lira e pelo médico veterinário Waldemar de Lima Vilar. Fomos ao Palácio Karnak, onde nos recebeu o governador Dirceu Arcoverde. Combinamos que o Estado abriria licitação pública para completar as obras da estrada e da ponte para a Estação Ecológica de Uruçuí-Una. Em seguida será feita licitação, por etapas, para as obras de construção civil, as quais serão pagas por etapas, parte em 1977, parte em 1978. O governador foi muito atencioso e me pareceu determinado a tocar rapidamente as coisas, tirando-as do ponto morto em que estão. Como se recorda, dificuldades administrativas, na esfera estadual, atrasaram muito os cronogramas.

De manhã fui com Nairio Simões e Átila Lira à Secretaria de Obras. O secretário Carlos Burlamaqui nos recebeu muito amavelmente. (...) Disse-lhe para ser flexível na escolha de materiais etc., adaptando nossas especificações às condições locais. Assim, em vez de fazer o piso com lajotas de cerâmica, pode ser utilizada ardósia do Piauí, muito mais bonita e melhor. (...)

À tarde visitamos o reitor José Camilo, da Universidade Federal do Piauí. Combinamos que eles lá participariam das operações da Estação Ecológica Uruçuí-Una, juntamente com a equipe do professor Vasconcelos Sobrinho, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O reitor ficou satisfeito com a idéia. (...)

29 julho 1977

O secretário Átila de Freitas Lira e o marechal Delso Fonseca foram se despedir de nós no aeroporto. O secretário reafirmou seu desejo de cuidar pessoalmente da implantação da Estação Ecológica Uruçuí-Una, o que para nós é ótimo.

Uruçuí-Una (PI): Problemas contornáveis

16 abril 1980

TERESINA, PI – O governador (Lucídio Portela Nunes) nos recebeu muito bem. Falamos sobre seu falecido irmão, ministro Petrônio Portela, a quem eu encontrava nas missas em Brasília.

Relatei os problemas que estávamos encontrando na Estação Ecológica de Uruçuí-Una e os meios de contorná-los. O governador não sabia bem o que era uma Estação Ecológica, o que tratei de explicar resumidamente. (...)

Fomos depois à Secretaria do Trabalho (...). O secretário Carvalho concordou prazerosamente em realizar um levantamento e estudo dos posseiros existentes em Uruçuí-Una. Assim poderá ser resolvido um problema que vinha se arrastando sem solução.

Uruçuí-Una (PI): Deterioração

18 abril 1986

BRASÍLIA, DF – (Os funcionários da Sema) Heloiso, Ono e Celeno, que foram a Uruçuí-Una, voltaram de lá impressionados com a deterioração da Estação, com os antigos posseiros, com um grande invasor plantador de arroz e com outros problemas. Autorizei-os a fazer um estudo para relocar os posseiros, redefinir os limites e tomar outras providências para defender o futuro da Estação. Mas isso terá que ser feito através do envio de Projeto de Lei ao Congresso, o que não foi feito.

Indigência

6 agosto 1986

A Sandra, de *O Globo*, me entrevistou. No domingo, eles publicaram longa entrevista com Roberto Messias Franco, quando secretário federal do Meio Ambiente. Hoje foi a minha vez. Conteí coisas sobre a história da Sema quando tentamos administrar as Estações Ecológicas através dos Estados. Conteí um caso curioso que ocorreu no Piauí, em que recebemos conta com 40 caixões de defunto. Como o Estado não tinha recursos para comprar os caixões que precisava para indigentes, debitou-os na conta da Estação Ecológica de Uruçuí-Una. Em troca do nosso pagamento dos caixões, o Estado organizou uma Semana do Meio Ambiente nas escolas públicas de Terezina. Todos ficaram satisfeitos. Foi uma solução *sui generis*, que planejei e deu certo. Não se repetiu.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MARACÁ-RORAIMA
Maracá (RR): Reconhecimento e decisão

26 novembro 1975

BOA VISTA, RR – Tomamos café no Palácio e depois fomos ao aeroporto. Lá conversamos com o senhor Antonio Portela, que possui terras na região, e fizemos nosso plano de voo. Seguimos no avião Islander PT-IMI, bimotor de asa alta, da Votec. Piloto: Elias.

Vão conosco o governador Fernando Ramos Pereira; o secretário da Agricultura Carlos Noskoski; Neylor Calazans Rego; Eduardo Maia Nogueira (ambos da Sema); o fazendeiro Antonio Portela e Walter Merten (imprensa do Território).

10h – Decolamos com o avião sob a pilotagem do governador. Antes de iniciarmos a decolagem, Noskoski disse em voz alta, para o governador ouvir: – "Encomendemos nossas almas a Deus!" (...)

10h26 – Chegamos à ponta Este da Ilha de Maracá. Fora da mesma está situada a fazenda do senhor Julio Lucena – Boa Esperança. Na ponta da Ilha, no seu interior, há uma ocupação com campos pouco extensos e uma derrubada de uns 10 hectares. É a ocupação do senhor Ceará. 15 km rio acima, vi oito pequenas ocupações. Estamos subindo o braço Norte do Rio Uriracoera.

10h31 – A Ilha de Maracá é coberta de florestas de alto e médio porte (98%), com pequenas áreas abertas. Superfície plana, com alguns morros aqui e ali. Há pequenas lagoas com vegetação arbustiva, na região, provavelmente restos de antigos campos. Inúmeras árvores de cedroarana, nesta época sem folhas, com as copas aparentemente secas. É madeira-de-lei. (...)

11h16 – Na várzea da ponta Leste da Ilha há restos de lagoas. A ocupação do senhor Ceará, segundo Portela, é um bom lugar para a sede da Estação Ecológica. A devastação existente é mínima: umas 3 áreas de 5 hectares ou menos cada uma. O rio tem no máximo 200 m de largura. No lado sul (fora da Ilha) há boas estradas, inclusive a Boa Vista-Tepequem, que passará perto (a cerca de 4 km). Haverá lá uma ponte de concreto. (...)

11h52 – Pousamos em Boa Vista.

A magnífica viagem nos deu uma boa ideia da Ilha de Maracá. Se ela permaneceu quase intocada até agora, isso se deve ao fato de ser quase completamente rodeada de braços encachoeirados do Rio Uraricoera.

O fazendeiro Antonio Portela contou ser a fauna abundante na ilha: queixadas, araras, onças (matam umas dez por ano) etc.

Fomos ao Palácio, onde buscamos Lucia e Carminha (senhora do governador) para navegar na excelente lancha do Território. Fizemos um belo passeio. O rio está baixando e já podem ser vistas extensas praias. Durante essa memorável excursão fluvial, acertamos com o governador a rápida implantação da Estação Ecológica de Maracá. Dentro de alguns dias o governador fará o decreto nos cedendo o uso das terras. De nosso lado vamos tomar logo providências para iniciar as obras no início do ano.

Caracará (Niquiá) Maracá (RR)

BOA VISTA, RR – (...) Depois retornamos ao Palácio, onde o governador brigadeiro Otomar de Sousa Pinto me recebeu juntamente com Rogério Marinho. Com toda diplomacia, expliquei que desejávamos unir a nossa área em Caracará com a Serra da Mocidade. O governador ficou de estudar a questão, mas disse que pretendia usar as terras próximas ao Rio Branco para plantar malva e juta. Expliquei que mais ao sul havia terras boas para isso. Ele afirmou também que não gostaria de criar novas reservas a Este do meridiano 62º. O Território de Roraima, a seu ver, já está muito

14 outubro 1980

18 abril 1988

prejudicado com tantas reservas indígenas da Funai. Surpreendentemente, porém, o governador sugeriu que a Sema estenda sua Estação Ecológica de Maracá até o Parimã. Isso significa que teremos, imediatamente, que incorporar a região entre os Rios Traida e Uraricaá e o Meridiano 62°. Vai ser preciso também pedir ao IBDF uma área a W do Meridiano 62°, para chegarmos à Serra do Paracaima, fronteira do Brasil com a Venezuela.

Maracá (RR): Emoção

BRASÍLIA, DF – À tarde visitamos a exposição de fotos sobre a Estação Ecológica de Maracá, em Roraima. Para mim foi emocionante, pois ela foi estabelecida por decisão minha, quando estava na Sema. Meu colaborador (já falecido) general Clovis Nova da Costa, ex-governador de Roraima, me sugeriu o local. Ele havia pretendido fazer lá um presidio, quando governou o território, mas felizmente a iniciativa não foi avante.

A Estação Ecológica recentemente serviu de base para um levantamento conjunto da Royal Geographical Society (da Grã-Bretanha) e do Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia).

A exposição de fotos era da mais alta qualidade.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA RASO DA CATARINA
Raso da Catarina (BA): Famoso cânion

26 março 1976

PAULO AFONSO, BA – De manhã recebemos amável telefonema do doutor Antonio Ávila, da Direção da Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Em seguida fomos ao aeroporto, onde Celso Didier já nos esperava. Tomamos um Helicóptero Bell, de cinco lugares: Eduardo Nogueira, Manoel Alves dos Santos (guia), Vilmar Barros Cavalcanti, o piloto, Lucia e eu. O aparelho é da Chesf.

8h32 – Partimos, rumo ao Raso. Passamos por uma área com muitas glebas pequenas, agrícolas, boa parte com dispositivos para recolher água (cacimbas). Deixamos, à direita, o povoado de Juá.

8h45 – Sobrevoamos o povoado de Várzea, com um grande açude no centro. Na direção em que vamos, mais à esquerda, está o povoado de São José, e à direita, o povoado de Juá. Pouco além (8 km) de Várzea, há um terreno acidentado, algo erodido, com ocupações humanas na parte baixa. Depois começa o Raso imenso, a perder de vista.

8h50 – Seguimos a estrada local da Petrobrás, até o poço que foi perfurado. Hoje não há mais nada lá. Há algumas áreas queimadas, aqui e ali (2 a 3% da superfície). A estrada da Petrobrás passa por alguns vales secos. A topografia do Raso é ondulada. Vegetação de arbustos e pequenas árvores.

Visitamos as instalações que o Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) vai nos transferir. As casas e galpões são bem recuperáveis, mas estão em mau estado. A água da chuva danificou os forros. Faltam telhas num galpão.

11h25 – Sobrevoamos o segundo poço da Petrobrás. A uns 20 km começa o vale do Rio Vaza Barris, que é o bordo da chapada. Pouco adiante do segundo poço descemos um vale, defletindo à direita.

P.S. 2009: Lampião e seus cangaceiros, segundo consta, bebiam a água acumulada na base das folhas de bromélias.

Tem uma vegetação um pouco melhor desenvolvida, mas não possui água perene livre (inexistente em todo o Raso).

11h30 – Neste centro do Raso, vê-se uma imensidão, a perder de vista, sem qualquer sinal de ocupação humana. A 12 km à direita está o primeiro poço da Petrobrás. Na vegetação, destaca-se a numerosa presença dos mandacarus. A 40 km a norte do primeiro poço vejo pequena roça e fumaça. Está mais abaixo do vale que começa perto do poço da Petrobrás, ou melhor, num vale tributário.

Almoçamos com o engenheiro agrônomo José Severino de Oliveira, representante da direção da Chesf e chefe da Piscicultura. Também almoçou conosco Celso Didier, pai da idéia de preservar o Raso da Catarina, e chefe da apicultura da Chesf. Didier explicou que o Juá, junto ao Raso, é um centro de comércio de peles de animais silvestres, tão abundante é a caça lá (cotias, caitetus etc.).

A ideia de fazer uma Estação Ecológica no Raso da Catarina surgiu em 1973, quando Didier me procurou num Congresso de Apicultura, em Piracicaba, SP, para me contar maravilhas da região e sugeriu sua preservação.

Retornamos ao aeroporto.

14h43 – Levantamos voo no avião que nos trouxe até aqui. Logo a seguir rumamos para o Raso da Catarina. Fiquei atrás dos pilotos, orientando-os sobre a direção a tomar, pois desejava ver o famoso cânion do Raso. Passamos sobre Várzea. Ao longe, à esquerda, avistei São José. Hesitei um pouco antes de distinguir Várzea de Juá, mas logo acertei. Juá é o povoado, ou melhor, aglomerado de glebas cultivadas que está a uns 7 km de Várzea.

Passamos sobre Juá. Uns 10 km adiante há um vale à esquerda, com escarpas nas bordas dos pequenos vales tributários. A uns 5 ou 6 km além de Juá não existem mais glebas cultivadas.

14h58 – Logo depois das escarpas descritas atrás, começa um cânion de bordos elevados, no vale principal adiante de Juá. De ambos os lados há escarpas de uns 10 m de altura, com paredes abruptas de arenito. No fundo há uma floresta de melhor porte que nas chapadas. Antes da garganta mais profunda, num lugar em que o vale entre as escarpas é mais longo, há uma caatinga mais densa de uns 10 ou 15 hectares. Não vi, porém, casas. O avião deu uma volta e depois seguimos viagem.

Da margem direita do cânion para diante, continua o Raso. Em outras palavras, o vale do cânion está encravado no Raso. Vendo-o de longe, calculei que seria interessante incorporar o cânion na Estação Ecológica, numa extensão de uns 130 km.

Durante aproximadamente 30 ou 40 km prossegue o Raso, imenso, sem ocupação. Glebas ocupadas, ou povoados, só podem ser vistas ao longe.

Raso da Catarina (BA): Avanços

Na Sema tive de manhã uma reunião sobre acertos dos projetos de várias Estações Ecológicas. Fiz uma alteração na planta-mapa do Raso da Catarina, para proteger melhor seu principal acesso, via estrada da Petrobrás. A Estação Ecológica de lá terá 236 mil hectares.

4 agosto 1976

P.S. 2009: No acerto final, a área ficou com cerca de 100 mil hectares, devido em parte à criação de uma Reserva Indígena.

6 dezembro 1976

Raso da Catarina (BA): Comodato

SALVADOR, BA – (...) Estive com o coordenador do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) na Bahia, engenheiro agrônomo Demóstenes Ângelo de Lima. Parece haver algumas dificuldades burocráticas a sobrepujar, para a Sema receber construções que o Incra possui perto do Raso. Contudo, o coordenador mostrou muita boa vontade.

De lá fomos ao Palácio Ondina, onde falei à imprensa e à TV. Depois, eu me reuni com o governador (Roberto Santos) e vários auxiliares, expondo a situação do Raso da Catarina e explicando o documento que iríamos assinar. Em seguida firmamos um Convênio, pelo qual o Governo do Estado dá à Sema um comodato por cinco anos, renováveis. Além disso, o Governo Estadual se comprometeu a enviar mensagem à Assembleia, pedindo a transferência definitiva do Raso à Sema.

17 maio 1977

Raso da Catarina (BA)

Mandei iniciar os serviços de topografia no Raso da Catarina, mesmo antes de chegarmos a um acordo com a Funai. Não é possível perder uma área de 220 mil hectares devido à presença de 26 pessoas (dez adultos e 16 crianças), caboclos descendentes de índios.

Vamos deixar de lado uma área de 60 a 50 mil hectares, onde eles estão para discutir o caso com a Funai. De maneira nenhuma, porém, concordaremos em abrir mão de um extensão maior que essa, pois isso seria um absurdo total. O critério que seguimos foi passar a linha divisória, no lado sul, a 6 km (1 hora de marcha a pé) das casas dos caboclos. Mais que isso, seria cometer um crime contra as gerações futuras, liquidando com uma joia da natureza.

11 março 1979

Raso da Catarina (BA): Ararinhas azuis

À tarde estiveram na Sema dois assistentes do professor H. Sick, do Museu Nacional. Eles descobriram que o Raso da Catarina é um dos locais onde procriam as ararinhas azuis, *Anodorhynchus leari*, espécie que se considerava extinta na Natureza!! Vamos logo redefinir os limites do Raso, para incluir outros criadouros naturais dessa raríssima ave. Também localizaram exemplares do quase extinto macuco do Nordeste, na projetada Estação Ecológica de Murici, em Alagoas. Infelizmente, porém, não há mais lá o mutum de McGrave, que parece ainda habitar restos da mata dos tabuleiros de São Miguel. Está, porém, no fim.

6 maio 1981

Raso da Catarina (BA): Prorrogação

SALVADOR, BA – Ao chegar fui recebido por Flora Cerqueira. Tivemos depois uma reunião com o secretário do Planejamento, Osório Batista Menezes, e seu chefe de Gabinete, Alfredo. Eles foram muito amáveis e atenciosos.

Fui depois, com Osório, à presença do governador Antonio Carlos Magalhães. Longe estão os dias de nosso confronto. Felizmente a recepção, depois da concorrida posse do novo secretário de Comunicação Social, foi das mais cordiais. Acertamos prorrogar o comodato referente às terras do

Raso da Catarina, que vai vencer proximamente. Haverá prorrogação por cinco anos renováveis sucessivamente se não houver denúncia.

O governador estava disposto a renovar o comodato por dez anos, mas a meu ver as renovações sucessivas e praticamente automáticas são melhores, pois nos asseguram a Estação Ecológica por tempo praticamente indefinido. Osório calcula que o assunto poderá estar resolvido dentro de uma semana.

Relato sobre o confronto está registrado em “Os desafios da Sema”.

Raso da Catarina (BA): Quase um passa-moleque

Verifiquei hoje que cometi um erro monumental, há alguns anos. Pensei que estávamos a descoberto, sem um comodato, no Raso da Catarina. Pedi ao Governo da Bahia para nos dar um comodato. E o governador, junto com o secretário de Planejamento da época, nos deram um comodato por apenas cinco anos (até 1986) renováveis mediante termo aditivo. Acontece que o documento me foi apresentado durante uma solenidade, para assinatura, quando não podia ler seu texto. Assinei. Hoje descobri que tínhamos um comodato anterior assinado pelo governador Roberto Santos, por tempo indeterminado!! E o novo comodato revogava expressamente essa cláusula. Esse foi um passa-moleque incrível, o maior que já sofri na Sema!!! Mas nem tudo está perdido. O comodato consta de um convênio, ao passo que há um decreto anterior, portanto de maior categoria, que reserva a área para uso da Sema, sem prazo. Convênio não pode revogar Decreto. Respirei aliviado. Além disso estamos firmemente instalados no Raso. Vamos imediatamente pedir a criação de uma Reserva Ecológica lá, por Decreto do Presidente da República. Venceremos.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA IQUÊ Iquê (MT): Mata-cerrado

Sobrevoo da região de Iquê, próximo ao Rio Aripuanã (MT)

14h47 – Passamos sobre um acampamento, junto ao Rio 21, o qual aparece a Este, já na área que pretendemos para a Estação Ecológica. Mata de grande porte e também de baixo porte, em grandes blocos de um tipo ou de outro. Algumas “ilhas” de vegetação arbustiva podem ser vistas.

14h51 – Na área escolhida há topografia acidentada. São morros cobertos de florestas de bom porte. Há 20% de árvores decíduas, agora sem folhas, em certos lugares; noutros vejo menor concentração.

14h57 – Após a região acidentada, a topografia é apenas ondulada. Há pequenas áreas com arbustos e algum solo avermelhado aparece. Grandes áreas de cerrado ou mata fina, com línguas de floresta de grande porte. Ao longe, dentro da futura Estação, avisto “serras” baixas e compridas.

14h59 – Imensos cerrados, com matas em florestas ciliares. Ótima amostra da transição ou justaposição mata-cerrado.

15h05 – Passamos sobre uma pequena “serra”, dentro da área da futura Estação Ecológica. No alto há campos. Há nas encostas cerrados ou matas de grande ou médio porte. Em vários lugares

vejo solo exposto, junto a arbustos. Mais adiante há cerrados imensos, alternados com florestas de médio e grande porte. Estas geralmente são ciliares. Do outro lado da estrada está a Reserva Indígena (Aripuanã) da Funai (índios cinta-largas).

15h13 – Já perto do final da área da futura Estação Ecológica, há uma grande região de campos sujos. Alguns quilômetros além terminam as terras que estamos pedindo. Logo depois há várias derrubadas. Mais adiante, numa fazenda, o solo vermelho está exposto devido a uma imensa queimada.

15h20 – Passamos ao largo de Vilhena, mas não pude ver a cidade. Seguimos agora direto a Cuiabá. Atravessamos imensas extensões de florestas de grande porte, às vezes também de médio ou baixo porte. Há cerradões. (...)

17h16 – Pousamos em Cuiabá. Fomos ao hotel e de lá seguimos para o Palácio Paiaguás.

Junto com Eduardo Nogueira e Nairio Simões, da Sema, fomos recebidos pelo governador Garcia Neto, com vários diretores e técnicos da Codemat – Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (presidente Antonio Moyses Nadaf; superintendente Guilherme Abreu Lima, Jair Rodrigues Carvalho e outros). Fiz uma exposição ao governador sobre o que era uma Estação Ecológica. Pedi a área do Iquê-Juruena. O doutor Guilherme explicou que o valor da área era baixo para a Agricultura e a Pecuária. O governador indagou sobre o tamanho que teria a Estação Ecológica. O doutor Guilherme disse andar por volta de 400 mil hectares. Fiz um relato sobre o tamanho das diferentes Estações Ecológicas que estamos instalando. Disse-lhe que na área pretendida existiam campos, cerrados e florestas ciliares. O governador Garcia Neto de imediato mostrou apoio à ideia de instituir uma Estação Ecológica. Ele enviará uma mensagem à Assembleia Legislativa, solicitando a cessão da área. O doutor Nadaf sugeriu colocar uma cláusula de reversão, caso seja dado destino diferente à área. Concordei com a ideia, que afinal representa garantia de continuidade para a própria Estação Ecológica.

O dia foi dos mais intensos e felizes de minha vida. Voar até o sertão bruto, ver florestas de alegrar o coração e finalmente conseguir (com a ajuda da Codemat) uma área de 400 mil hectares não é coisa que acontece todos os dias. Senti que estava falando com facilidade e segurança ao governador Garcia Neto, o que me ajudou muito.

Recursos para implantação da Estação Ecológica do Iquê

BRASÍLIA, DF – À tarde estive na Sudeco, onde falei com o superintendente Julio Landier e seu assessor Gilberto. Pedi-lhes apoio (7 milhões de cruzeiros = 500 mil dólares) para implantar a Estação Ecológica de Iquê. Acredito que depois da visita as possibilidades de obter esse auxílio melhoraram muito e conseguiremos o pretendido.

Iquê (MT): Equilíbrio

CUIABÁ, MT – No aeroporto éramos esperados por Guilherme de Abreu Lima e Gabriel Muller. Fomos direto ao Palácio do Governo, para marcar audiência com o governador (Garcia Neto).

Com grande surpresa nossa, o governador nos recebeu quase em seguida. Explicamos a ele, diante

de um mapa, nossa sugestão de reduzir a área da Estação Ecológica, de 480 mil hectares para cerca de 270 mil hectares, e a possibilidade de aceitarmos uma cessão ao invés de uma doação. Guilherme já havia mantido entendimentos nesse sentido com o deputado que mais se opunha à doação. Com isso pretendíamos salvar a Estação Ecológica, garantindo a aprovação do Projeto pela Assembleia Legislativa. A cessão, como expliquei ao governador, teria o inconveniente de impedir que fizéssemos construções definitivas. Isso, porém, não me assustava, pois poderíamos fazer lá casas desmontáveis e mais tarde pleitearíamos a doação definitiva. Além disso, o Estado nunca iria rescindir uma cessão feita ao Governo Federal. O governador, porém, manifestou-se favorável à doação, com a área reduzida para 270 mil hectares.

Durante o jantar, conversei com (Nairio) Simões sobre a possibilidade de rever os limites da Estação Ecológica, incluindo uma área na região coberta pela floresta amazônica e retirando outra de campo-cerrado no lado Oeste (limite com Rondônia). Simões trouxe o mapa grande que tinha consigo e verificamos ser isso possível, sem alterar a área total da Estação, que já havia sido combinada com o governador.

Após o jantar fomos à casa de Guilherme de Abreu Lima, que também gostou muito da ideia de aumentar a área da Estação coberta pela mata amazônica. Com o mapa na mão, acertamos os detalhes. Agora a Estação vai ficar bem mais equilibrada, ecologicamente.

Iquê (MT): Revogação e retorno

Manuel Vieira, de Cuiabá, me telefonou, preocupado, para dizer que o governador Frederico Soares Campos, de Mato Grosso (do Norte), expediu Decreto anulando a doação de 266 mil hectares que aquele Estado nos fez. Isso é um absurdo completo!! Foi para mim um choque. Recebemos a doação, investimos cerca de 9 milhões de cruzeiros para cumprir as cláusulas da doação e agora esta é anulada sem que sejamos ouvidos!!! É o fim do fim da picada!

Telefonei para o secretário Ivo Scaff, em Cuiabá. Ele confirmou o fato, mas disse que estava já trabalhando para que a situação fosse revista. Tudo começou porque a Funai, em Outubro, pediu a exclusão de 56 mil hectares da nossa Estação Iquê-Juruena, por ser uma reserva dos índios Salumã. Ao invés de excluir essa área da doação, o Governo de Mato Grosso simplesmente revogou a doação inteira!!! E a Funai não nos disse uma única palavra!!!

Parece que o caso da Estação Ecológica de Iquê-Juruena vai ser bem resolvido. O Governo de Mato Grosso (do Norte) faria um Decreto restabelecendo a doação, com exclusão da área da Reserva dos índios Salumã (Nhambiquara). O caso assume, na imprensa, proporções nacionais.

CUIABÁ, MT – O governador Frederico Soares Campos nos recebeu muito amavelmente e logo concordou em fazer novo Decreto, conforme a Minuta que apresentamos. Contudo, surgiu uma séria dificuldade. O diretor do Serviço de Patrimônio da União, Manuel Vieira, não queria aceitar as ponderações do governador, sobre a necessidade de incluir no contrato de doação uma cláusula da Lei Estadual, sobre a reversão das terras ao Estado caso venham a ter outra destinação. Finalmente prevaleceu, sob outra forma, o ponto de vista do governador: a Lei Estadual

30 junho 1977

6 abril 1979

P.S. O Estado do Mato Grosso foi dividido, com a criação do Mato Grosso do Sul.

9 abril 1979

11 abril 1979

25 janeiro 1977

29 junho 1977

será transcrita no contrato. Durante todas as discussões o governador foi extremamente gentil e compreensivo. Ficou assim praticamente resolvido o grave problema da Estação Ecológica Iquê-Juruena, que teve há dias sua doação revogada por um lapso. Tudo terminou bem, Graças a Deus, pois só perderemos a área da Funai.

Iquê (MT): Salumã

15 outubro 1979

P.S. 2009: Essa ameaça contra a Estação Ecológica do Iquê era ainda vaga e parece se referir a outros índios (salumão) e não índios Enauene, mas isso pode não ser exato.

Iquê (MT): Escritura

26 agosto 1980

CUIABÁ, MT – Às 8h30 horas visitei o doutor Manuel Vieira, Delegado do SPU. Ele foi extremamente amável e vai apressar o andamento do Processo referente ao recebimento das terras da Estação Ecológica do Iquê.

Iquê (MT): Transferência

27 novembro 1980

CUIABÁ, MT – À tarde fui ao Palácio Paiaguás, onde o governador Frederico Soares Campos assinou escritura transferindo ao Serviço de Patrimônio da União cerca de 210 mil hectares de terras para constituir a Estação Ecológica do Iquê. Por parte do SPU, quem redigiu a escritura foi o doutor Manuel Vieira, que muito nos tem ajudado. Assim, depois de muitas dificuldades causadas por um ato da Funai (que ficou com 50 mil hectares de terras que eram nossas, para os índios Salumã), finalmente essas terras doadas pelo Estado de Mato Grosso passam à União.

Iquê (MT): Zona-tampão

Conversei pelo telefone com o João Batista Monsã, da Sema. Combinamos que eu o ajudaria, anonimamente (para evitar ciúmeiras na Sema), a formular uma solução para ser discutida com a Funai, para resolver o caso da Estação Ecológica do Iquê, ameaçada injustamente de desaparecer para se transformar em área indígena (260 mil hectares para 180 índios). Nossa idéia é dar uma parte aos índios e deixar, entre a Sema e a área indígena, uma zona-tampão de preservação ecológica utilizável pelos índios só para a caça e pesca.

P.S. 2009: A nova entidade federal que reúne as unidades de conservação da União, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, está estudando a maneira de reaver parte da Estação Ecológica do Iquê.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MARACÁ-JIPIOCA Maracá-Jipioca (AP): Identificação

Sobrevoo do Litoral do Amapá em busca de área para Estação Ecológica

10h24 – Estamos próximos a Macapá. O Rio Amazonas é muito longo e tem numerosas ilhas. Vimos dois em processo de formação. Já possuem pequenas árvores numa área pequena e muito capim surgindo das águas barrentas, no restante da ilha. A floresta marginal é de porte médio, ao que parece. Passamos depois sobre Macapá. É uma cidade de uns 30 mil habitantes, com muitas árvores e palmeiras (coqueiros?) nos quintais.

10h30 (aproximadamente) – Pousamos em Macapá. Pouco antes mandei uma mensagem ao governador do território do Amapá, Henning. Em resposta, ele avisou pelo rádio que uma viatura nos esperaria no aeroporto. Seguimos nela rumo ao Palácio do Governo.

O governador Henning nos recebeu muito amavelmente. Conversamos sobre a possível localização de uma Estação Ecológica no Amapá. Tenho a impressão de que seria muito interessante estabelecer uma aqui, provavelmente na área litorânea. O governador pensa que ainda existem terras devolutas nessa região.

11h22 – Levantamos voo rumo à Ilha de Maracá. Sobrevoamos o forte (muito antigo e bonito) e a simpática cidade.

11h37 – A Oeste de nossa rota, sobrevoamos uma bonita região com 50% de florestas e outro tanto de campos-cerrados, irregularmente dispostos. (...)

12h13 – Estamos chegando ao Canal do Carapaporis, que separa a Ilha de Maracá do continente. Há 70% de campos de um verde vivo e 30% de matas de baixo porte. Não vejo sinais de ocupação humana. Grandes manguezais na costa e bancos de lama.

12h17 – Estamos sobre a Ilha de Maracá! Há 70% de campos, em geral alagados, e 30% de matas. Na Ilha do Norte, no meio dos campos surgem muitas ilhas de mato, provavelmente pontos mais altos. Vimos uma fazenda (duas casas) na Ilha do Norte e três ou quatro na Ilha do Sul. Não há praias, mas muitos bancos de lama podem ser vistos, principalmente no lado do Oceano aberto. As florestas das ilhas estão concentradas no lado oceânico. São de aspecto uniforme. A mim e aos meus companheiros pareceram ser manguezais. As áreas alagadiças da Ilha são imensas, a tal ponto que o comandante Pinto não achou nenhum lugar suficientemente seco para fazer um campo de pouso. Meus companheiros viram garças, maguaris, colhereiros, guarás etc., enquanto eu me preocupava mais com outros aspectos da biota.

Maracá-Jipioca (AP):

Fiquei agradavelmente surpreso ao saber que na nossa projetada Estação Ecológica de Maracá-Jipioca, na costa do Amapá, a Eletrobrás está trabalhando num projeto de aproveitamento das marés. É uma magnífica oportunidade para implantar nossa Estação em conjunto com a Eletrobrás.

28 abril 1977

14 dezembro 1977

	MARACÁ–JIPIOCA
24 agosto 1980	Escrevi uma carta ao senador (Jarbas) Passarinho e disse que provavelmente o juiz federal do Amapá decidiria por estes dias sobre a emissão de posse. Relatei, também, o envio para lá do Luiz Paulo Tavares. Depois escrevi um cartão, para o senador, sobre o encontro que tive no Incra. Os próximos dias serão decisivos para resolver o caso da Ilha Maracá e de certo modo vou estar colocando em jogo minha própria permanência à frente da Sema. É um jogo de xadrez, no qual tenho também os meus trunfos.
	Maracá–Jipioca (AP): Representação
22 setembro 1980	Hoje recebemos pedido para enviar um representante da Sema ao Amapá, para receber a Ilha de Maracá–Jipioca. O autor do pedido foi o procurador geral da República naquele Território. O Luiz Paulo Tavares lhe telefonou, após recebermos recado do governador via coronel Decio Alvarez (chefe do Departamento de Segurança Institucional do Ministério do Interior).
	Maracá–Jipioca (AP): Dificuldades para posse
9 julho 1981	Embarcamos no avião bimotor Piper Navajo PT-FDA, do Governo do Território (do Amapá). Vão conosco também Luiz Paulo, o nosso administrador William, o governador (Aníbal) Barcellos e o deputado (Antonio) Pontes.
	8h – Levantamos voo (de Macapá). (...)
	8h51 – Sobrevoamos a Ilha de Jipioca. Metade Sul: areia e lodo. Do restante, a metade Este é coberta por um manguezal de porte médio. E a outra metade apresenta manguezal de baixo porte, com árvores pequenas, piramidais, com o formato de pinheiros jovens; mas não eram coníferas e sim plantas de mangue, de espécie que não identifiquei.
	8h55 – Grandes bancos de lodo. Depois, chegamos à ilha de Maracá Sul. Vamos sobrevoá-la pelo meio.
	8h57 – 70% de alagadiços, 30% de florestas de baixo porte. Muita mata aberta, "moruré", "manchas" de taquara. Grandes manguezais, em boa parte de alto porte. Também vejo transição mangue–floresta.
	9h – Passamos sobre o igarapé do Inferno. Na ilha Norte, imenso alagadiço, com algumas pequenas "ilhas" de floresta. Também há "manchas" de taquara. (...)
	9h38 – Descemos numa antiga base americana, do tempo da guerra, (na localidade de Amapá). (...)
	Fomos primeiro ver a sede da Sema no Amapá. Está muito bem instalada, numa casa recentemente reformada. Em seguida vimos a "caravela" (traineira) da Sema, que a maré vazante deixou a seco. É um belo barco, com lugar para dormir e três tripulantes. Semanalmente faz a volta da ilha. (...)
	À tarde fui ao Palácio do Governo (em Macapá), onde conversei com o procurador Edmundo Coelho, com o coordenador do Incra Ubiraci, o deputado Antonio Pontes, Luiz Paulo, o governador

Aníbal Barcellos e nosso representante William. (...) Quanto ao procurador Edmundo Coelho, está fazendo o possível para o juiz reconsiderar a cassação da liminar de emissão de posse em favor da Sema. Essa cassação nos impede de ter a posse de cerca de metade das Ilhas Maracás. Uma perspectiva de acordo extrajudicial existe, pois o coordenador do Incra concorda em realocar Renato Coutinho e João Batista, fazendeiros que não querem sair das ilhas. (...)

Fizemos também uma visita ao Juiz Oswaldo, no Fórum local. Ele estava no seu gabinete com o Juiz de Amapá. Nos recebeu muito amavelmente, mas foi logo dizendo que não poderia falar sobre o processo, pois se o fizesse teria que se considerar sob suspeição. (...) Apenas expliquei o que era uma Estação Ecológica e falei sobre os trabalhos da Sema. (...) Apenas no final da conversa ele me disse que compreendia bem a utilidade pública de uma Estação Ecológica e afirmou que estava estudando o assunto com toda atenção.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA AIUABA Aiuaba (CE): Apoio estadual

FORTALEZA, CE – De manhã fomos (Elisimar e PNN), visitar Paulo Lustosa, secretário do Planejamento. Ele vai nos proporcionar todo o apoio moral do Governo do Ceará à ideia de criação da Estação Ecológica de Aiuaba. Estamos precisando disso, para que o Decreto a ser levado pelo ministro (do Interior Rangel Reis) não venha eventualmente a ser vetado pelo presidente.

Aiuaba (CE): Reconhecimento

Seguimos para Campos Salles, de onde iremos à futura Estação Ecológica de Aiuaba, num avião Piper Navajo PT-JLZ, da Táxi Aéreo Fortaleza. (...)

9h29 – Pousamos na estreita pista de Campos Salles. De lá fomos à cidade que tem o nome do meu bisavô. Logo em seguida rumamos para Aiuaba, pela Estrada da Confiança. Numa chapada, pouco antes da estrada descer a serra, foi colocada uma tabuleta anunciando a Estação Ecológica de Aiuaba. Começam ali as suas terras. Na chapada, a vegetação é uma capoeirinha degradada, mas na Serra já pode ser vista a mata. Tenho a impressão de que, nas partes mais baixas do grande vale que passa nessa parte da Estação, a mata é secundária. Contudo, nas encostas da Serra, Renato Lima Aragão garante que ela é primitiva. Em todo caso, as suas árvores, pelo que pude ver, são de porte médio a baixo (predominante). No vale, destaca-se o grande número de arranha-gatos em flor. O ar chega a ficar perfumado.

É curioso notar que nos leitos úmidos ou com água empoçada, dos cursos d'água da região – todos eles intermitentes – há muitas plantas características do meio aquático ou ribeirinho, como o chapéu-de-couro e vários outros. Vi até mesmo ninfeas, plantas cujas folhas bóiam sobre a água. Não sei o que ocorre com elas durante a seca. (...)

Fomos depois à Câmara Municipal, onde havia muita gente esperando. Recebi lá o título de Cidadão de Aiuaba, juntamente com meu companheiro de Sema, Eduardo Maia Nogueira. Fiz um pequeno discurso, agradecendo. Também expliquei o que era uma Estação Ecológica, o que pretendíamos fazer e o que representaria tudo isso para a cidade. (...) Depois expliquei a todos que já tínhamos os recursos para a construção e que possivelmente ela seria iniciada em três meses.

3 janeiro 1981

Anunciei que a sede da Estação seria feita na área próxima à cidade (3 ou 5 km), o que foi recebido com aplausos. (...)

16h15 – Estamos voando sobre a Estação Ecológica de Aiuaba. Ela corre ao longo da Serra Nova, coberta de matas quase intactas. A Serra se divide em dois ou três ramos paralelos. Tanto ali, como na direção Norte, a vegetação é uma floresta com árvores de porte médio. As áreas que já foram cortadas alguma vez são poucas. Contudo, nas proximidades de Aiuaba e na região nordeste da Estação Ecológica, há derrubadas antigas e algumas novas (inclusive uma recentíssima). É nessa área, relativamente próxima à estrada Aiuaba–São Nicolau–Antonina do Norte, que deverá ser feita a sede da Estação Ecológica. Passa por lá também uma linha de alta tensão, cujo traçado retilíneo é bem visível na faixa que atravessa as matas da Serra Nova.

Aiuaba (CE): Compensação aos expropriados

De manhã segui com Renato Lima Aragão, para a Estação Ecológica de Aiuaba, da Sema. Fomos pela rodovia Fortaleza–Brasília. A viagem é longa (500 km mais ou menos) e o dia estava quente, mas foi também muito interessante. (...)

A Estação Ecológica de Aiuaba foi uma agradável surpresa. Limpa e muito bem cuidada, tem, contudo, um movimento pequeno de pesquisas. Renato Lima Aragão está cuidando da Estação com muita eficiência, amor e carinho. Na tarde mesma da nossa chegada, fomos por um caminho precário conhecer a Lagoa do Rosilho, dentro das terras da Sema. Está quase seca. Só há uma extensão d'água de uns 10 x 10 m, com uma curiosa planta aquática, com a forma de um trevo-de-quatro-folhas.

Fomos depois, a pé, conhecer o bebedouro que deu origem ao povoamento de Aiuaba. Está a uns 200 m nos fundos da Estação, no leito do Rio Umbuzeiro. Existem ali apenas umas duas ou três poças d'água, pois o restante do rio está seco. Decidi fazer ali um açude capaz de permitir, no paredão de terra, a passagem de um caminho. É urgente ligar a sede da Estação à Serra do Rosilho, onde estão as suas melhores matas. Hoje só pude vê-las de longe. Esse açude permitirá fazer essa ligação, muito necessária.

4 janeiro 1981

Domingo. De manhã fomos a Aiuaba e de lá à Estrada da Confiança, rodovia asfaltada, que liga Campos Salles a Tauá. Pude assim conhecer a parte oeste da Estação Ecológica. Há um problema com o Incra (Instituto de Reforma Agrária), pois este fez com que vários dos seus lotes cheguem ao sopé da Serra do Rosilho, estrangulando a Estação Ecológica. Precisamos resolver com urgência o caso dos limites das áreas do Incra e da Sema, que além disso talvez conflitem em alguns pontos. Confusões topográficas prejudicaram muito a Estação Ecológica, permitindo fazer lotes num local que deveria ser preservado. Apesar disso, porém, a Estação Ecológica, vista da Serra da Confiança, é linda.

Almoçaram conosco, na Estação, o prefeito de Aiuaba, Antonio Americano Brito, o ex-prefeito Jader Braga, os funcionários da Sema, Argeu Alves Lima e Francisco Elder Braga, Renato Lima Aragão e o motorista Nogueira. Todos estão de acordo em que a avaliação das terras, que está sendo agora paga, é muito pequena em relação ao que elas valem hoje. A inflação de 110% ao ano, os incriveis atrasos e complicações de um juiz federal e a correção monetária insuficiente do ministro Delfim (metade da real desvalorização da moeda), foram os responsáveis. Verbas nós tínhamos, mas não

podemos usá-las para pagar a tempo os 136 proprietários da área da Estação, devido às causas que aponte. Tudo isso foi desastroso. Para compensar de algum modo os infelizes proprietários, quase todos pessoas humildes e pobres, decidi permitir que todos plantem e colham neste ano. Além disso, poderão levar todo o material de suas casas e cercas.

Essas medidas, que anunciei, ao ver dos presentes vai melhorar bem a situação dos expropriados. Contudo, na viagem de volta, em conversa com Renato Lima Aragão, que achou boa a ideia, estive pensando numa outra medida compensatória, ainda melhor. Eles continuariam a cultivar suas roças (15% da área expropriada), com a obrigação de plantar ali e cuidar das mudas de árvores que a Estação forneceria. Assim, os antigos proprietários poderiam ficar plenamente compensados e nós ganharíamos pequenos bosques de alto valor ecológico, para nossas pesquisas.

Além das medidas compensatórias que anunciei, insisti fortemente, várias vezes, para que eles reclamasse na Justiça o valor das desapropriações. Contudo, ninguém quer fazer isso. É incrível. Eles têm medo que o juiz federal que cuida do caso complique ainda mais as coisas. Expliquei que, enquanto reclamam, podem levantar 80% do depósito feito. Mas a explicação caiu no vazio. Chegaram até a pedir ao bispo de Igatu para não reclamar, e o bispo concordou (a Diocese tem terras lá).

Maracá (RR): Estação segunda

ILHA DE MARACÁ, RR – (...) Perto do campo de pouso, chegamos a pé ao Rio Uriracoera. Tomamos uma ubá (canoa escavada em tronco de árvore) e chegamos à outra margem. Ali subi no carro Volks (adaptado) do empreiteiro Golba e chegamos à sede da Estação Ecológica. São cinco prédios, muito bem construídos e funcionais. Fiquei muito contente ao ver nossa pequena "cidade" numa clareira na mata, junto ao campo da margem Sul da Ilha de Maracá. O povo da região, umas 100 pessoas, estava lá presente, inclusive uma família de índios Macuxi, já aculturados.

Começou a chover com intensidade. Isso não impediu José Alves, fazendeiro vizinho, de hastear a bandeira brasileira, a meu pedido. Ele ajudou muito na implantação da Estação.

Debaixo de forte chuva, chegou o helicóptero da FAB trazendo o Ministro Rangel Reis; o superintendente da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), Hugo de Almeida; o superintendente da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Aloísio Campelo; o governador Fernando Ramos Pereira etc. A aproximação do helicóptero, na estreita área destinada ao seu pouso, entre a casa e a floresta, foi feita de modo algo precário. Felizmente, porém, não houve acidentes.

Ao descerrar a placa de bronze, comemorativa da inauguração, fiz um pequeno discurso. Expliquei o significado das Estações Ecológicas e agradei a todos os que mais nos ajudaram a implantar esse programa, principalmente ao ministro Rangel Reis.

Falou depois o ministro, entusiasmado com o que viu. Para mim esse foi um momento de glória. Lembrei-me dos meus receios iniciais, quando temia profundamente que o programa não fosse aceito.

Debaixo de intensa chuva mostramos as instalações da Estação ao ministro e à sua comitiva. Depois eles tomaram o helicóptero para regressar. No meio do caminho tiveram que pousar no cerrado, até que o tempo melhorasse.

29 abril 1978

ESTAÇÃO ECOLÓGICA MAMANGUAPE
Mamanguape (PB): Oferta e visita

3 agosto 1978

BRASÍLIA, DF – Fomos hoje ao Incra: eu, a doutora Celeste Brito Marques, Eugenio Bruck e Paulo Soares Dutra. Procuramos o doutor Cristiano Machado e o doutor José Carlos Martins, todos muito atenciosos. Pedimos para nos darem algum tipo de papel nos autorizando a ocupar as Anavilhanas e Taiamã, principalmente. Este último caso poderá ser resolvido mais rapidamente. Também solicitamos licença para ocupar a área sul do Projeto Caracará, que não serve para a agricultura. Outros Ministérios deverão se pronunciar, o que talvez atrase nossa ocupação ali.

P.S. 2009: A Estação Ecológica Mamanguape foi a única estabelecida por Lei Federal. As outras o foram por Decreto Federal.

Inesperadamente, José Carlos Martins e depois o próprio presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, nos ofereceram uma área de aproximadamente mil hectares, em Mamanguape, Paraíba. Mesmo sem ver o local (vegetação de “restinga”), aceitamos. No mesmo dia encaminhamos o pedido oficial.

Viagem de reconhecimento no Litoral Norte da Paraíba

17 agosto 1978

Após o almoço passamos pela mata úmida, de porte médio, situada atrás das cidades de Rio Tinto e Mamanguape. É incrível que essa floresta tenha sobrevivido. Certamente devem ter tirado muita madeira, mas o fato é que a mata é densa e está em bom estado. As árvores são de porte médio (5 a 7 m de altura).

Depois percorremos a rodovia BR-101 até o antigo Engenho Piabuçu, no Vale do Rio Camaratuba. Passamos assim por um grande tabuleiro, cujas terras em grande parte (cerca de 1.300 hectares) passarão para a Sema. Esse tabuleiro aparentemente foi muito mexido, principalmente nas proximidades da estrada. Contudo, tem a vegetação muito ramada, desde savanas até Matão de baixo porte.

A meu ver, as áreas do Projeto Rio Tinto, excedentes da colonização, prestam-se muito bem para o estabelecimento de uma Estação Ecológica. Somam cerca de 2.500 hectares. Se a isso somarmos 1.500 hectares de manguezais, teremos 4.000 hectares, a apenas 45 km de João Pessoa, por estrada asfaltada.

Já era noite quando chegamos ao campus da Universidade Federal da Paraíba. Éramos esperados lá pelo reitor Linaldo Cavalcanti e seu Estado-Maior, e por Satoko Iwana, minha orientada na USP. Todos ficaram encantados com a perspectiva da próxima instalação da Estação Ecológica. A operação científica será deles.

Mamanguape (PB): Ampliação

4 dezembro 1979

JOÃO PESSOA, PB – Ao chegar à Paraíba fomos recebidos pelo professor Francisco de Assis Fernandes de Carvalho. Muito gentilmente ele nos levou ao SPU (Serviço do Patrimônio da União), onde nos recebeu a delegada doutora Berenice. Explicamos que era nosso desejo ampliar a área de fugura Estação Ecológica de Mamanguape até o mar. Assim, incorporáramos o estuário do Rio Mamanguape, com os seus manguezais e até praias. Na foz do rio há um pequeno vilarejo, de umas 50 casas, segundo nos disse o professor Francisco de Assis.

A doutora Berenice, que nos contou ser uma entusiasta amiga da Natureza, vai fazer o possível para que essa área seja incorporada à Estação Ecológica. Será, porém, uma corrida contra o tempo, pois na praia já estão começando os loteamentos.

Fui ao Palácio da Redenção, e lá me avistei com o governador (Tarcísio) Burity. (...) Eu estava algo preocupado, pois o jornal *O Norte*, de João Pessoa, publicou com destaque declarações minhas muito incisivas, dizendo que não havia o que conversar sobre as baleias, pois o Governo Federal já havia proibido a sua caça. Acontece que o governador Burity está fazendo campanha para rever essa decisão.

Apesar das perspectivas prévias algo difíceis, a conversa se desenvolveu num clima de muita cordialidade. Comuniquei a instalação no próximo ano da Estação Ecológica de Mamanguape e trocamos ideias sobre o controle da poluição causada pelo vinhoto. O governador também falou sobre o seu plano de implementar o Parque Estadual do Cabo Branco. (...)

Falei também com o reitor (da Universidade Federal da Paraíba), Linaldo Cavalcanti, grande partidário da Estação Ecológica de Mamanguape.

Mamanguape (PB): Área explosiva

O dia na Sema começou bem, com várias providencias para minha viagem a Manaus. À tarde, contudo, surgiu um problema seríssimo. José Bonifácio, nosso representante na Paraíba, comunicou haver uma situação insustentável na área da futura Estação Ecológica de Mamanguape. Ele foi ameaçado de morte, pois apreendeu um caminhão com madeira, peixeiras e revólveres. Houve briga e socos, com um dos seus companheiros. A Polícia Federal da Paraíba, chamada a dar garantias, disse que o caso era com a Policia Estadual. E esta é tão inoperante que está sumindo a madeira apreendida na área da futura Estação e depositada na frente da Delegacia de Policia de Mamanguape. (...)

Certamente a coisa poderá terminar em mortes. Valeria a pena morrer por uma área cada vez mais degradada, sem esperanças quanto ao futuro? Com cerca de 50 lotes do Incra vizinhos, como agüentaremos a pressão, naquela área explosiva? (...)

Refletindo melhor, parece-me que a primeira coisa a fazer é um novo levantamento da área, para verificar se vale mesmo a pena morrer por ela. Pelo que recordo de ter visto, as terras da Estação já se acham demasiado degradadas, mas não vi todas. Penso retornar em dezembro, para um sobrevôo. Não vou permitir que ninguém morra por uma extensão degradada. Por uma área natural ecologicamente valiosa, eu arriscaria a própria vida com satisfação, como tenho feito em certas viagens aéreas por esse Brasil afora, em aviões precários etc. Arriscar a vida dos outros, inutilmente, não permitirei.

Mamanguape (PB): Avaliação

RECIFE, PE – A viagem a Mamanguape mostrou a existência de uma grande mata de tabuleiro, na área da Sema, que merece ser salva. Para isso, porém, é necessário fazer uma estrada perimetral, para demarcar bem o seu contorno. É necessário, ainda, abandonar as “pontas” de mata que estão embutidas na área loteada pelo Incra, pois trata-se de extensões indefensáveis. É preciso, enfim, planejar

5 dezembro 1979

5 novembro 1982

29 novembro 1982

a estrada de contorno e a respectiva cerca e valeta protetora, de modo a impedir invasões. A estrada circular deve ter no máximo duas entradas e em ambas é preciso fazer casas de guarda. É preciso deixar bem claro que a vegetação ali existente não é mata atlântica, mas floresta de tabuleiro.

Os manguezais da foz e do estuário do Rio Mamanguape poderão ser salvos se agirmos com rapidez. Os poucos – são três ou quatro – canais abertos ali, um deles com uns 5 km de extensão e outros com 500 m, ainda não oferecem maiores problemas, mas terão provavelmente que ser indenizados. O pequeno (uns 5 hectares) coqueiral existente ao sul da foz deve ser deixado de lado, ou seja, fora da área que será da Sema, a não ser que haja dinheiro para comprá-lo.

Tabuleiro

BRASÍLIA, DF – Conversei com Roberto Cavalcanti sobre um absurdo da Funai: demarcar uma área imensa para os índios Potiguara, abrangendo lugares onde não há indígenas. Isso nos fará provavelmente perder, em Mamanguape, uma das últimas reservas expressivas de mata de tabuleiro do Nordeste!

ESTAÇÃO ECOLÓGICA RIO ACRE
Rio Acre (AC)

À tarde fui ao Incra, em Rio Branco, onde falei com o coordenador regional, general Fernando Moreno Maia. Expus a ele o Programa de Estações Ecológicas. Concordou com o nosso desejo de estabelecer uma no Acre e indicou uma gleba disponível, de 77 mil hectares. É uma região remota e desabitada, no Alto Rio Acre. Ao Norte, a Funai pediu a criação de uma reserva indígena de uns 110 mil hectares, ao longo do Rio Iaco. Fiquei muito contente e agradeço a Deus por mais esta oportunidade de criar uma Estação Ecológica. Fomos depois visitar o delegado do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), Kleber Dias, que recebeu muito bem a notícia da provável cessão, pelo Incra, da Gleba Abismo.

Rio Acre (AC): Gleba Abismo

Fui à sede do Ibama onde fui amavelmente recebido pela representante regional, Ideleide Rodrigues de Lima. Está há dois meses no cargo. Veio da área ambiental estadual. Falei lá com o simpático chefe da Estação Ecológica do Rio Acre, criada por mim. Disse haver uma área vizinha disponível, a Gleba Abismo, do Incra. Vou tratar da sua incorporação no Ibama, como Estação Ecológica.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA ITABAIANA
Itabaiana (SE): Reconhecimento

ARACAJU, SE – Após o almoço, com Luiz Carlos Rezende, Sergio Barreto, Edvaldo Rosa, o Botânico Marcelo e Ivo das Chagas, rumamos, de carro, para a Serra de Itabaiana.

Chegamos lá em pouco menos de uma hora, depois de passar pelas terras onduladas e muito férteis de “massapé” negro. Existem ali ótimos canaviais e excelentes pastagens. As matas remanescentes,

porém, são praticamente todas secundárias e de baixo porte, com inúmeras embaubas (Cecropia sp).

Ao entrar na futura Estação Ecológica, passamos por dois córregos de águas límpidas. Correm dentro de uma floresta de porte médio, com muitas bromélias. Certamente as árvores grandes foram retiradas, mas não é mata secundária. Logo entramos numa área muito arenosa, com vegetação típica de restinga. Esta tem apenas 2-3 m de altura e muita areia branca entre os tufo de vegetação. Mais adiante há um cerrado, com características próprias. Parece-se muito com a vegetação dos campos e cerrados de Roraima, com muitos cajueiros selvagens e lixeiras. Uma das diferenças é o fato de que as árvores do cerrado têm aqui regular quantidade de bromélias crescendo sobre os troncos e galhos. Vi também muitas mangabeiras, mas estas têm formato diferente das que vejo no Brasil Central. São mais altas e esguias aqui. (...)

Na encosta rochosa de quartzito, pouco adiante da vegetação de restinga, há um ribeirão de águas límpidas que corre pela encosta muito inclinada. Formou alguns pequenos lagos, como o Poço das Moças. A água despenca e escorre por entre as rochas brancas de quartzito. Nas proximidades há pequenas árvores, de troncos geralmente esguios.

Vimos depois o lado Oeste (voltado para a cidade de Itabaiana) da Serra. Nas encostas inclinadas, abaixo da escarpa abrupta, há florestas de porte médio. De longe não pudemos ver bem as árvores individuais.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA JARI
Jari (PA): Crítica e recompensa

BRASÍLIA, DF – De manhã participei de longa reunião com o ministro Andreazza, no seu Gabinete. Dessa reunião participaram também Paulo Dante Coelho, Décio Álvares, Urquiza Nóbrega, Wilton Lopes e outros. Discutimos o problema da Agroflorestal Jari, na Amazônia. O ministro Andreazza vai depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito e desejava discutir os principais aspectos desse polêmico empreendimento. O doutor Wilton e eu apontamos alguns problemas sérios. Disse ao ministro que na minha opinião o Ministério do Interior deveria atuar, junto à Jari, de duas maneiras: urbanizando as favelas do Beiradão e outras, ou melhor, resolvendo esse grave problema humano, e além disso estabelecendo na região uma Estação Ecológica, para estudar e acompanhar os impactos ambientais da grande floresta homogênea que ali está sendo formada.

O ministro gostou muito das sugestões. E assim ganhamos mais uma Estação Ecológica.

Jari (PA): Controlar a região

BELÉM, PA – Tive uma ótima conversa com o almirante Roberto Gama e Silva, do Conselho de Segurança Nacional. Ele é o encarregado da área do Projeto Jari. Ficou entusiasmado quando sugeri fazer lá uma Estação Ecológica. Pedi 200 mil hectares e 20 milhões de cruzeiros, que ele achou possível obter. Há uma boa possibilidade de que o almirante Gama e Silva consiga os recursos necessários. Foi providencial que eu tivesse me sentado a seu lado, na Delegação Brasileira (à reunião dos Chanceleres do Pacto Amazônico em Belém), sem saber de quem se tratava. Deus está conosco, tenho certeza. A intenção do Governo é controlar efetivamente a região do Jari, hoje nas mãos estrangeiras do senhor (Daniel) Ludwig, numa extensão de uns 600 mil hectares. Uma

12 janeiro 1983

30 março 1979

1° fevereiro 2000

11 maio 1979

4 setembro 1979

23 outubro 1980

Estação Ecológica ao norte do Projeto JARI é o que o Governo necessita para barrar o avanço do Ludwig mais para cima.

Jari (PA): Coisa rara

5 novembro 1981

BELÉM, PA – Estive também no Iterpa – Instituto de Terras do Pará. O seu presidente, coronel Helio Jesus Fonseca, e os seus principais auxiliares me receberam muito bem e mostraram o Decreto, assinado há pouco pelo governador, transferindo terras entre os Rios Jari e Paru, para estabelecer lá uma Estação Ecológica. São 195 mil hectares. Fiquei muito contente. Apesar de rompido com o Governo Federal, o governador Alacid Nunes, do Pará, foi muito compreensivo e nos cedeu as terras. Coisa rara no Brasil.

12 novembro 1981

BRASÍLIA, DF – À tarde fui, com Neylor, ao Conselho de Segurança Nacional. Lá o almirante Gama e Silva nos deu 40 milhões de cruzeiros, para implantar a Estação Ecológica do Jari, com 200 mil hectares. Há tempos estamos nos entendendo sobre isso. Contudo, descobri que os limites meridionais da Estação estavam errados no Decreto. A palavra “austral” precisava ser substituída por “setentrional”.

Aproveitando a ocasião, depois de uma boa troca de ideias, conseguimos a concordância do simpaticíssimo almirante para que os limites ficassem a 1 km mais ao Norte, pois antes estavam nas bordas de uma longa escarpa que desejamos incluir na Estação Ecológica. Teremos boas condições para fazer ali no alto a nossa sede. Vai ser uma ótima Estação Ecológica. Deus seja louvado e proteja o almirante Gama e Silva!!

ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERIDÓ
Seridó (RN): Primeiros contatos

6 dezembro 1979

NATAL, RN – De manhã visitei o Reitor professor Diógenes Cunha Lima, juntamente com o professor Angelo Machado, Alcides Ribeiro Teixeira, do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) e a estudante Selma Jerônimo. O reitor, muito simpático, ficou contente com a idéia que lhe expus, de fazer uma Estação Ecológica na região Acari-Seridó, no Rio Grande do Norte.

Com o reitor, visitei em Palácio o governador Lavoisier Maia. Sugeri que a preservação das dunas de Natal fosse feita mediante a criação de um Parque, localizando-se as construções de apoio nas suas extremidades. Sugeri também que a Universidade, e em especial os estudantes, fosse chamada a opinar e colaborar. (...) Ele também apreciou a notícia de que estamos cogitando de criar uma Estação Ecológica no Seridó.

Seridó (RN): A pedidos

25 fevereiro 1981

BRASÍLIA, DF – O secretário geral Rocha Maia me chamou. Disse ter recebido um pedido do ministro (da Agricultura) Delfim Netto, sobre a Estação Ecológica do Seridó (RN). Indagou alguns detalhes, que fornecerei amanhã. Parece que vamos ganhar, inesperadamente, uma interessante Estação Ecológica!

SÃO PAULO, SP – À noite Estanislau me telefonou para dizer que o ministro Andreazza reservou 35 milhões para adquirir as terras da Estação Ecológica do Seridó. Ganhamos assim uma nova Estação.

17 março 1981

ESTAÇÃO ECOLÓGICA PRAIA DO PEBA
Praia do Pebas (AL): Visão do alto

Voo de Natal com destino a São Paulo

(...) Deu para ver muito bem a Praia do Pebas, na Foz do Rio São Francisco, onde pretendemos fazer uma Estação Ecológica. A praia continua intacta. Na península norte, há uma estrada que vai até lá, mas não pude ver as casas da colônia de pescadores. No lado de Sergipe, a praia forma quase que uma ferradura bastante aberta, voltada pra o Oceano na extremidade Este da margem direita.

7 dezembro 1979

Praia do Pebas (AL): Imensa e belíssima

De manhã fomos ao Rio São Francisco, com Sergio Mello, Luiz Carlos Rezende, Eugenio Bruck e Lucia. (...)

13 janeiro 1981

A praia do Pebas, que vai do Rio São Francisco até a vila de pescadores existente na sua ponta norte, tem uns 20 km de extensão e uns 500 m de largura. É linda, espetacular, primitiva, intacta. Precisamos salvá-la com urgência. As dunas, na região da foz do Rio São Francisco, estão cobertas de vegetação nativa herbácea ou arbustiva, mas isso somente no limite oeste da área de areia. Logo após as dunas, junto ao Rio, existe um manguezal de porte baixo ou médio. Mais para dentro podem ser vistas plantações irregulares de coqueiros, entremeadas de banhados e mangues. Penso ser interessante incorporar pelo menos uma parte dessa área à futura Estação Ecológica.

A Praia do Pebas, com os seus 20 km de extensão, é imensa e belíssima, no estado primitivo em que se encontra. Quem está perto do Rio São Francisco, subindo numa duna mais alta, somente no horizonte pode ver, com dificuldade, o seu limite Norte. (...)

Rumamos para a cidadezinha de Piaçabuçu. Lá, com Eugenio Bruck, procurei o prefeito Manoel Capitulino, que não estava. Falamos com a secretária da Prefeitura e com o senhor João Soares de Góis, que reside lá há 70 anos e conhece a fundo as propriedades da região. Ele também trabalha na Prefeitura. Disse-nos que a Praia do Pebas não tem dono. Somente no local chamado Batinga há propriedades que avançam na praia, mas muito pouco. Contou que, no tempo do presidente Juscelino Kubistcheck, grupos paulistas quiseram uma concessão para explorar areia monazítica, mas isso foi indeferido. Uma comissão se manifestou contra.

Praia do Pebas (AL): Aquisições

MACEIÓ, AL – De manhã fui ao Palácio do Governo de Alagoas, onde houve uma sessão solene do Conselho de Proteção Ambiental. Foi presidido pelo governador em exercício, José Tavares. Durante a sessão, recebi a medalha Floriano Peixoto, alta distinção do Estado. (...) Finalmente, anunciei a próxima criação da Estação Ecológica do Pebas e a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Assinei escritura da aquisição de 120 hectares junto à praia, de propriedade da Mitra Diocesana

6 junho 1983

de Penedo. Agradei ao bispo José Constantino, lá representado por um padre. Compramos a área por 4,5 milhões cruzeiros. Recebi também do SPU – Serviço de Patrimônio da União, a faixa de 33 metros (mais de 16 km) da Praia do Peba. (...)

Na viagem de volta, o tempo estava fechado, com um tapete de nuvens. Contudo, bem sobre a Praia do Peba, o tempo se abriu. A visibilidade boa me permitiu ver a magnífica praia e as dunas, em todo o seu esplendor. É realmente um lugar magnífico para instalar uma Estação Ecológica. Pude ver também uma sucessão de antigas linhas da costa, atrás da praia, o que prova ser ela um terreno acrescido de marinha. Resta saber quando isso ocorreu.

Praia do Peba (AL): Mapa na Holanda

19 setembro 1983

HAIA, HOLANDA – De manhã, com o embaixador Aloysio Regis Bittencourt e Lucia, fomos aos arquivos nacionais, o Rijkarchivaris. O seu diretor, Mr. Ribberink foi amabilíssimo e nos mostrou as ótimas e modernas instalações dos arquivos. A sala dos mapas é imensa, com móveis de aço para guardá-los, numa atmosfera de temperatura controlada. Vimos vários mapas do tempo de Mauricio de Nassau. Conforme expliquei, se pudermos mostrar ao Serviço do Patrimônio da União (SPU) que a Praia do Peba, na Foz do Rio São Francisco, aumentou no decorrer do tempo, receberemos esses acrescidos de marinha. Podemos assim, mais facilmente, implantar a Estação Ecológica do Peba. Um dos mapas originais de um dos cartógrafos do príncipe Mauricio, mostra muito claramente que a costa realmente aumentou ali. (...)

AMSTERDAM, HOLANDA – Finalmente chegamos à casa do senador Willem Russell, em Beethoven-sstraat 169, 1077 2D, em Amsterdam. Ele, a esposa, a filha e o filho foram extremamente simpáticos. Mostraram a belíssima e importante coleção de mapas que possuem, da costa brasileira no tempo do Príncipe Mauricio de Nassau. Pedi para fazerem cópias de uns 10 mapas. Um deles, de cartógrafo Blaweu ou nome semelhante, pronunciado "blau", é de grande valor, para mostrar que a Foz do Rio São Francisco se modificou muito, do Século 17 para cá. Houve um grande acréscimo, com a forma de um cone, de lá para cá. Parece-me que poderemos defender muito bem a nossa solicitação de novas áreas para a Sema na Praia do Peba. O senador Russell, que é também Cônsul Honorário do Brasil, vai nos enviar as cópias que pedi.

Praia do Peba (AL): Nova descrição

6 novembro 1983

Às 12h08 sobrevoamos a Estação Ecológica da Praia do Peba, com ótima visibilidade. Aparentemente não há cercas ou vestígios de ocupação na praia propriamente dita, mas logo atrás chegam pequenas propriedades. A franja de vegetação de dunas é estreita. Há uma pequena estrada, cujo revestimento de terra chega até perto da parte de trás do saliente de areia que avança para o interior, na região noroeste da Estação. É um ramal da estrada principal, revestida de terra, que vai até o vilarejo do Peba.

Notei que o traçado da praia é quase retilíneo, e que o "cone" na foz do rio São Francisco é, na realidade, um baixio no lado norte da foz. No saldo sul, porém, uma "ponta" de areia avança para o oceano. Na metade da praia, entre o oceano e o interior, há uma região comprida, escura, que talvez fique alagada periodicamente. Deve haver ali uma vegetação rasteira especial. Nos limites noroeste da praia, vi duas ou três pequenas lagoas. No lado sudoeste, junto ao Rio São Francisco,

os limites da areia estão apenas um pouco acima da ponta E da última ilha fluvial. Esta é pequena. Notei no Oceano, defronte à região norte da Estação Ecológica, e do Pontal do Peba, a existência de vários e grandes recifes de coral. Eles ultrapassam, para o norte, a área do Pontal, onde está o vilarejo de pescadores.

Bancos de Coral

Após levantarmos voo rumo a Maceió, sobrevoamos a Praia do Peba. Fiquei muito interessado em marcar os bancos de coral cuja posse estamos pedindo. Junto ao Pontal do Peba há uns 12 desses bancos próximos entre si. Alguns outros, que não marquei bem, estão situados entre esse pontal e a foz do Rio Coruípe.

Praia do Peba (AL): Uma joia Atlântica

MACEIÓ, AL – À noite houve jantar no Palácio do Governo. (...) Sugerir ao governador (Divaldo Suruagy) que ele criasse a Estação Ecológica Estadual da Praia do Peba, atrás da nossa Estação Ecológica. A administração de ambas poderia ser conjunta. O governador gostou muito da ideia e eu fiquei de apresentar a ele uma proposta concreta nesse sentido. Na realidade o aumento imprescindível da área da Estação Ecológica estava esbarrando no fato de que provavelmente o governador encontraria forte oposição política se cedesse uma área estadual desse porte ao Governo Federal.

**ESTAÇÃO ECOLÓGICA NIQUIÁ
Caracará e Niquiá (RR): Proteção ao Parque Ianomami**

BRASÍLIA, DF – A chamado do coronel Leal, fui ao Conselho de Segurança Nacional. Lá estiveram também o coronel Claudio, da Funai, um representante do IBDF, o doutor Pessoa, da Consultoria Jurídica do Minter (Ministério do Interior), e o doutor Philadelpho, do CSN. O coronel Leal, que se revelou um conservacionista, propôs criar o Parque Indígena Ianomami, em Roraima, em colaboração com a Sema e o IBDF.

Sugeri estabelecer um mosaico de áreas, cada uma dirigida por um desses órgãos, pois não via como fazer uma administração conjunta para o Parque Indígena. O Estatuto da Funai não permite. Essa sugestão não foi aceita.

Sugeri depois que a Sema e o IBDF ocupassem áreas-tampões, nos vales que darão acesso ao Parque Indígena. O IBDF teria o Parque Nacional (Pico da) Neblina (com limites modificados, pois há índios lá) e a Sema, além da atual Estação Ecológica de Maracá-Roraima, estabeleceria duas outras: uma entre Caracará e Maracá e outra nas baixadas do Rio Cotrinani. Esta sugestão foi aceita.

Fui ao Conselho de Segurança Nacional, em reunião presidida pelo coronel Leal. Estavam presentes Maria Thereza Pádua (IBDF), coronel Claudio Pagano (Funai), doutor Philadelpho (CSN). Foi ratificada a sugestão anterior, de criar áreas-tampões em torno do Parque Indígena Ianomami. A princípio Maria Thereza queria deixar como estão o Parque Nacional do Pico da Neblina, mas ponderei que isso não era possível, por existirem índios ali. Ela aceitou minha sugestão de

24 novembro 1983

P.S. 2009: Ainda é tempo de criar a Estação Ecológica do Peba.

21 agosto 1985

29 abril 1980

2 maio 1980

aumentar a área do Parque, até encontrar a Estação Ecológica de Caracarái-Cotrinani (depois chamada Niquiá). Esta será imensa.

9 maio 1980

O diretor do Museu de Zoologia da USP, Paulo Vanzolini, em resposta a um telex meu, me telefonou para dizer que a projetada Estação Ecológica ao Sul do Parque Ianomâmi, entre Caracarái e o Rio Araçá, será ótima. Não há praticamente ninguém lá.

Caracarái e Niquiá (RR): Continuidade e pesquisa

20 maio 1980

Ao meio-dia tive uma reunião na Sema com o coronel Cláudio Pagano, da Funai; doutor Pessoa, da Consultoria Jurídica; Paulo Vanzolini; Neylor Calazans e Ivo das Chagas. Expliquei, sobre um mapa da região, que a Sema poderia estabelecer duas grandes Estações Ecológicas dentro da área Ianomami, sem quebrar a continuidade desta. As Estações da Sema seriam um prolongamento da Estação Ecológica de Maracá e de outra a ser criada do Rio Araçá ao Rio Anajari, com limites também no Rio Negro e Rio Branco.

A primeira Estação Ecológica teria cerca de 1 milhão de hectares e a segunda uns 3 milhões. Paulo Vanzolini gostou muito da ideia e se propôs a trabalhar numa dessas Estações, com o pessoal do Museu de Zoologia da USP, do qual é diretor.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA SERRA DAS ARARAS
 Serra das Araras (MT): Devolutas

27 agosto 1980

Paulo Pitaluga me avisou ter sobrevoado uma magnífica área de terras devolutas, com uns 6 mil hectares, na Serra das Araras (MT). A seu ver é um ótimo lugar para uma Estação Ecológica. Vou pedir logo as terras para a Sema.

Serra das Araras (MT): Muito bonita

25 setembro 1980

CUIABÁ, MT – Ao chegar fui recebido pelo coordenador do Meio Ambiente, Sebastião Carlos Gomes, por nosso representante, Paulo Rezende, e pelo professor Marco Antonio, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). (...)

Almoçamos no Restaurante Flutuante e fomos ao Aeroporto. Embarcamos no avião bimotor a pistão, Piper Apache PT-IIH, da Scala Aero Táxi. Foram comigo o comandante João Boldi, Paulo Rezende, Sebastião Carlos Gomes e o professor Marco Antonio. (...)

14h32 – Levantamos voo. Passamos o Rio Cuiabá e fizemos uma curva, seguindo rumo à Serra das Araras. Aproximamos para 300°. Há muita névoa seca, causada pela fumaça. (...)

14h51 – Estamos sobre os primeiros contrafortes da Serra das Araras. Além de campos e cerrados há matas com árvores de porte médio e outras de porte baixo. Vejo grandes manchas negras, de queimadas recentes.

Entre as várias cristas de serras, vejo à minha direita um maciço rochoso, com uma chapada pedregosa em cima. Grandes blocos de pedra e floresta de porte médio com palmeiras, nas encostas. Há também escarpas abruptas. Fumaça de queimadas aqui e ali, nos vales, campos e cerrados.

15h – Voltamos. Passamos outra vez sobre o maciço rochoso, que pertenceria à futura Estação Ecológica. No vale seguinte, há uma grande fazenda, onde o cerrado foi enleirado para arar a terra, nas partes mais baixas e planas. Outras áreas aradas e enleiradas contornam o maciço rochoso. Nas encostas, porém, há cerrados e matas.

Na chapada nasce um vale, que corre para leste. Outras serras paralelas ou subparalelas, com os seus vales, estão também na área da futura Estação Ecológica. Nos vales mais largos, ou melhor, num lugar onde eles se encontram, há manchas de campos e de cerrados, muito bonitos, junto a florestas de porte médio. (...)

Esse aspecto de serras rochosas, com florestas nas encostas, se repete na região da Serra das Araras. Não pude ver bem se a floresta é um cerrado ou mata semidecídua.

15h25 – Passamos junto a um platô, com mata ciliar, campos e rochas expostas. Há uma pista de pouso do avião Mario Furquim.

Toda essa região serrana é muito bonita, mas está com 50% das árvores com folhas secas e muitos sinais de queimadas. (...)

Serra das Araras (RS): Mar de morros

CUIABÁ, MT – Com Paulo Rezende, Sebastião Carlos Gomes Carvalho e Paulo Leite, fui ao Incra, onde conversei longamente com meu amigo Paulo Pitaluga Costa e Silva. Graças a sua boa vontade e dinamismo, vamos receber uma boa gleba, talvez com uns 18 mil hectares, na Serra das Araras. Consegui localizar a área no mapa do Radam.

23 janeiro 1981

De manhã bem cedo, às 6h30, já estava saindo no Jeep Toyota da Sema, com Paulo Rezende, rumo à Serra das Araras. (...)

24 janeiro 1981

Chegamos a Porto dos Bugres, pequena cidade à beira do Rio Paraguai, agora muito cheio. Depois retornamos um pouco e seguimos para Porto Estrela. Antes de chegar a esse povoado, durante uns 20 km, passamos por algumas magníficas manchas de terra roxa. (...)

Uns 10 km adiante de Porto Estrela (onde comemos bolachas, nosso almoço), entramos por uma estrada vicinal, no rumo de uma bocaina na Serra das Araras. Essa estrada tem uns 20 km. É interessante ver, na vegetação natural remanescente, uma sucessão espacial, e as respectivas transições, da mata de terra roxa, mata da terra de fertilidade média (de árvores de porte bem menor), do cerrado e cerrado. Uns 60% ou 70% dessa área são agora pastagens artificiais.

Finalmente, após abrir numerosas porteiras debaixo de chuva e com os pés na lama, chegamos à bocaina (abertura na serra, a qual ali se interrompe). Começam lá, no lado oeste, as terras da

futura Estação Ecológica da Serra das Araras. Até onde pude ver, é um “mar de morros” coberto por uma floresta de porte médio, com muitos babaçus. Devido à chuva não pudemos chegar a menos de 300 m dessa mata. (...)

Com a grande melhora que vai haver com o asfaltamento das estradas, a Estação Ecológica da Serra das Araras ficará facilmente acessível. Além disso, trata-se de lugar ainda com muitas florestas, e pelo que me disseram com muitos cerrados e campos. Ecologicamente é uma situação muito interessante.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA TAIAMÃ
Taiamã (MT): Inspeção

15h53 – Voamos ao largo da famosa Fazenda Descalvado. Aproamos na direção 150°. Avisto bem a Ilha de Taiamã e as suas construções. Logo voamos sobre a ilha. Passamos sobre o aterro da ponta Norte, as pequenas matas dos bugios, a sede da Estação, o lago das embaúbas vizinho à grande “mata” da Ponta do Boi. Esta tem pequenas árvores de 2, 3 ou 4 m e é bem aberta. Disse-me Paulo Rezende que é um pouco mais alta que as áreas vizinhas e ali os cervos se refugiam nas enchentes.

16h02 – Pousamos em Taiamã. A pista é de areia, ainda não bem consolidada, mas o avião não teve dificuldade em descer (nem depois em subir). (...)

A Estação Ecológica é boa e está bem-cuidada. É preciso apenas melhorar algumas coisinhas, como a colocação de trincos etc. A capacidade da Estação é para 15 pessoas. Falta plantar árvores por perto, pois das que existiam lá só uma das grandes sobreviveu ao aterro.

Não há caminhos ou estradas para outras partes da ilha. Tudo tem que ir de barco, para qualquer ponto. Estamos agora encomendando seis pequenos botes.

Vi alguns cascudos pulando n’água, no nosso porto e um jacaré tomando sol a uns 30 m de nós, impassível. Por toda parte, no aterro, vi dejetos de capivaras, que parecem ser muito abundantes lá.

Fui informado de que existem muitos bugios (*Alouata sp*) nas matas da ilha, o que foi uma completa surpresa para mim.

16h45 – Levantamos voo de Taiamã muito bem. Em frente à sede da Estação Ecológica existe uma pequena mata. Valeria a pena adquirir essa área, pois está muito próxima e parece interessante. Passamos novamente sobre a mata da Ponta do Boi. Junto à mesma há capinzais de cor verde escura intensa, nos quais Paulo Rezende disse pastarem cervos.

Taiamã (MT): Calamitosa

CUIABÁ, MT – Fomos recebidos pelo amigo e ex-colaborador da Sema Paulo Rezende. Relatou a calamitosa situação em que se encontram as Estações Ecológicas da Sema em Mato Grosso. Em Iquê há dois funcionários e em Taiamã, apenas um. (...)

De manhã conversei com o botânico Nagib Saddi, que está estudando a flora da Estação Ecológica de Taiamã. Está encontrando falta de apoio da Sema. É o curador do herbário da Universidade Federal do Mato Grosso.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA CUNIÃ
Cuniã (RO): Na última hora

Sobrevoo de reconhecimento

(...) Chegando a Porto Velho, fomos à Secretaria do Planejamento de Rondônia. De lá seguimos para o aeroporto, onde embarcamos num helicóptero Bell a jato, para quatro passageiros. Vamos com Paulo Rezende, o secretário da Agricultura William Cury e seu assistente Reginaldo Vieira de Vasconcelos. (...)

16h27 – Voamos sobre uma floresta de porte médio a alto, a alguns quilômetros a oeste do Rio Madeira. Vejo açais e outras palmeiras, estas com folhas de folíolos finos muito numerosos. Mata linda.

16h31 – Avistamos o Lago Cuniã, uns 15 km à frente. Floresta de porte médio. Algumas áreas de mata de baixo porte. Passamos sobre o Rio Cuniã, de águas negras. Junto, mata cujo aspecto lembra os manguezais. Há ali um morador. Muitas aves voavam de uma árvore para outra. Muitas pareciam pombas, voando isoladamente; avistei um bando de 15 marrecos. Vi também um pirarucu com cerca de 120 cm e um boto com uns 150 cm. Nesse ponto o rio já é largo.

16h40 – Descemos junto a um grupo de umas quatro ou cinco casas.

Conversamos com o senhor José Ferreira Lopes e outros moradores, na casa do primeiro. Moradia simples, de madeira, mas limpa e razoavelmente arrumada. (...) Entre os animais nativos há pacas, cotias, queixadas, caitetus, antas, onças pintadas e pardas, alguns peixes-bois, tamanduás-bandeira (este no campo), araras vermelhas etc., segundo nos disseram. Vi uma pomba *Columba cayennensis* e várias jandaia voando perto da casa.

Disseram residir por ali, na área que inclui a Lagoa Cuniã, o igarapé de saída e a margem esquerda do Rio Madeira, cerca de 70 famílias. Vivem sobretudo da pesca, que vendem a pescadores matriculados na Sudepe: só dois destes residem ali. (...)

Fomos (já em Porto Velho), com o secretário do Planejamento José Renato Uchoa, falar com o governador Teixeira. Ele nos recebeu às 21h e nos atendeu muito amavelmente. Concordou em que a Sema tenha 100 mil hectares no Cuniã.

Fui à Secretaria do Planejamento, onde apresentei ao Dr. Luiz Ferreira e a dois técnicos pesqueiros, Francisco Demerval Martins e Renata Polary Maia, as minhas conclusões sobre a viagem de ontem. À tarde fiz o mesmo com o doutor William Cury, secretário da Agricultura e alguns representantes da Sudeco. Tenho a impressão de que o doutor Cury só desejaria nos ceder uma área bem menor, de uns 10 mil hectares. Demerval Martins e Renata Maia estão fazendo um bom relatório sobre os lagos de Cuniã.

30 julho 1987

24 junho 1981

25 junho 1981

Lá pelas 16h30 fomos ao Incra, onde expusemos nosso pedido ao doutor Reynaldo Modesto, delegado Regional, e a alguns de seus colaboradores. Verifiquei, com grande surpresa e desaponto, que o Incra planejava retallar a maior parte da área que desejávamos, em lotes de 2.300 hectares. ou bem menores. Não só pretendiam fazer isso, como já estavam prestes a colocar esses lotes em licitação!!! Isso significava que perderíamos a possibilidade de implantar a Estação Ecológica do Cuniã, pois declarei com toda a firmeza que não aceitaria menos de 100 mil hectares. Já considerava tudo perdido, quando o doutor Modesto concordou em ceder a terra que sobrevoamos antes, até as lagoas e os igapós (floresta lacustre) de Cuniã. Combinamos trabalhar numa solução conciliatória. Paulo Rezende vai permanecer aqui para marcar, no terreno, os pontos de referência necessários, junto com o pessoal do Incra; farão isso de helicóptero. Por outro lado, desisti da faixa densamente habitada, às margens do Rio Madeira.

Descobri, nessa discussão toda, que o Governo do Território não levou ao Incra o desejo, que expressamos há cerca de um ano, de possuir uns 100 mil hectares no Cuniã. Se chagássemos aqui na próxima semana, já seria tarde!! Penso que o pessoal local estava mais interessado em fomentar a pecuária (em terras que a meu ver são péssimas para isso) do que em ter aqui uma boa Estação Ecológica. Também não compreendi com clareza a posição do governador. Na verdade, as terras não estão na esfera dele. Enfim, está nos dando bom apoio logístico. O que faltou foi o pessoal do Território ter levado ao Incra o que desejávamos, e sem isso nada se faria. No fundo eles só queriam nos dar 10% ou 15 mil hectares, mas diante de nossa atitude irredutível estão dispostos agora a cooperar. O doutor Modesto salvou o dia.

Cuniã (MT): Proteção indispensável

Quando estava no Ministério (da Cultura), recebi telefonema do Heloiso, da Sema, dizendo que o novo secretário do Meio Ambiente, Ben Hur Batalha, queria passar para o Estado de Rondônia a Estação Ecológica de Cuniã. Isso causaria uma brecha seríssima no Programa das Estações Ecológicas. Telefonei depois ao Ben Hur e ele prontamente me atendeu, desistindo da ideia. Graças a Deus!!! Rondônia está criando 26 unidades de conservação e isso certamente absorverá suas atenções e recursos disponíveis. Cuniã acabaria ficando sem a proteção que o Governo Federal pode dar e que lhe é indispensável.

Protesto

BRASÍLIA, DF – Estive longamente com o secretário de Biodiversidade e Florestas, José Pedro, no Ministério do Meio Ambiente. Escrevi uma carta justificando a criação de unidades de conservação mais rigorosas do que as APAs (Áreas de Proteção Ambiental).

Outra carta foi sobre a Estação Ecológica de Cuniã, em Rondônia, em parte sobre uma APA estadual. Conteí a história dessa Estação, que nos foi cedida ou prometida em terras do Incra e que agora, absurdamente, querem transformar em Parque Nacional apesar de ser um local ideal para pesquisas.

**ESTAÇÃO ECOLÓGICA GUARAQUEÇABA
Guaraqueçaba (PR): Manguezais**

CURITIBA, MT – Estivemos também na delegacia do SPU (Serviço do Patrimônio da União), onde o delegado Reginaldo Reichert está fazendo todo o possível para ceder à Sema os manguezais que já pedimos, e que são os principais do Paraná. Vai dar uma ótima Estação Ecológica. Não vamos parar o andamento do nosso pedido à espera de um entendimento com a “Comissão Estadual das Ilhas”, pois isso poderia significar uma demora desastrosa para todos. Acredito que não haverá problemas, pois a comissão está mais interessada na Ilha do Mel.

Guaraqueçaba (PR): Colaboração

BRASÍLIA, DF – À noite fui com Lucia e Hazel Cavalcanti à casa de Henriqueta e Eurico Borba. Estava lá o governador José Richa, que acaba de ser eleito pelo PMDB (oposição) do Paraná. Falamos sobre vários assuntos ambientais. Expliquei o que eram as Áreas de Proteção Ambiental e disse que teríamos satisfação em colaborar com o seu Governo. Referi-me à Estação Ecológica de Guaraqueçaba, que estamos implantando no Litoral paranaense. A princípio ele estava meio caladão, ouvindo. Depois ficou mais expansivo, mais à vontade. Disse que não teria problemas em colaborar com o Governo Federal. Declarou, também, que se preocupava com os problemas ambientais.

**ESTAÇÃO ECOLÓGICA CARACARAÍ
Caracarái (RR): Ampliação**

BOA VISTA, RR – O objetivo principal da minha viagem a Roraima é renegociar com o Governo do Território a redelimitação da Estação Ecológica de Caracarái, atualmente com 80 mil hectares. Essa área está demasiado próxima á cidade de Caracarái, prejudicando seu desenvolvimento. O problema reside no fato de que, embora a Sema concorde em redelimitar a área, o Governador não deseja ceder mais terras além dos 80 mil hectares. No entanto, para nós é importante aumentar nossa área, de modo a abranger os imensos banhados da bacia do Rio Univini e chegar às encostas da Serra da Mocidade. (...)

À noite estivemos no Palácio do Governo, onde expus o problema ao governador, Brigadeiro Otomar Souza Pinto. Infelizmente, porém, este se mantém firme na sua posição de não nos ceder área maior, como compensação para a redelimitação da Estação Ecológica de Caracarái. Depois jantamos juntos, num restaurante à beira do Rio Branco, e ele chegou a me dizer: – “Pense nas gerações futuras. Roraima já tem uma parte excessiva de seu Território ocupada com reservas indígenas imensas”. Ao que lhe respondi: – “É exatamente por pensar nessas gerações que desejamos salvar guardar áreas naturais bem representativas, para que no futuro possam sempre ser feitas pesquisas ecológicas e se preservem amostras da natureza”. Para o governador, aparentemente uma reserva natural é coisa inútil. Contudo, ele deixou aberta a porta para um entendimento. (...)

Há outros dados do problema. Para fortalecer nossa posição, propusemos e o Presidente Figueiredo baixou Decreto, em 5 de junho último, instituindo a Estação Ecológica Caracarái. Assim, o território necessita o apoio da Sema para redelimitar a área. Outra informação é o fato de que o governador enfrenta seríssima crise política, pois não conseguiu anular a Convenção do PDS que derrotou (por 1 voto) os seus candidatos a deputado federal.

16 novembro 1981

25 novembro 1982

13 agosto 1982

P.S. 2009: Mais tarde chegamos lá adquirindo a área através do Incra, e estabelecendo a maravilhosa estação ecológica de Niquiá.

P.S. 2009: Embora o governador Otamar não gostasse das Unidades de Conservação, alguns de seus auxiliares nos ajudaram com alto-idealismo. Isso facilitou o estabelecimento da Estação Ecológica de Niquiá, um precioso pantanal amazônico, ao sul de Caracarái.

14 agosto 1982

Exploração Aérea Caracará – Niquiá – Maracá – Roraima: Magnífica floresta

Sobrevoo das margens dos Rios Branco, Univini e Uriracoera, no (então) Território de Roraima

Embarcamos no avião monomotor PT-JHT, Táxi Aéreo Natal. (...)

8h19 – Levantamos voo. A cidade de Boa Vista está crescendo bastante. Depois passamos por uma maravilhosa paisagem de campos, com florestas de galeria de buritis e às vezes mata heterogênea. (...)

8h47 – Estamos sempre voando ao longo do Rio Branco e da estrada (muito boa, de terra) Caracará – Boa Vista. Junto à rodovia sucedem-se as derrubadas, geralmente de 10 a 50 ou 100 hectares. Em porcentagem variável, entre 30% e 50% ou até mais, a capoeira já está ocupando o terreno.

8h51 – Estamos sobre Caracará. Deve ter uns 3 mil habitantes e uns 20 bairros com casas.

8h55 – Devemos estar sobre a atual área da Estação Ecológica. Floresta de alto porte perto do rio e de baixo porte mais longe. (...)

9h15 – Imenso buritizal. Há também ilhas de floresta. 70% da área são alagadiços, mesclados com mantas ou com árvores, sobressaindo do solo inundado. Junto do Rio Branco, os alagadiços cedem lugar a mata de porte médio, a uns 6 ou 7 km do rio. Próxima a este, a floresta é melhor. Há várias lagoas, entre o rio e a região do banhado. (...)

9h27 – (...) Vejo a oeste a Serra da Mocidade, com encostas cobertas de matas densas e o Rio Univini, serpenteando próximo dela. A leste desse Rio estão os enormes alagadiços e buritizais, entremeados de matas de baixo ou médio porte. Curiosamente, nos alagados há áreas com buritis e outras sem essas lindas palmeiras.

Viagem aérea em Roraima

9h35 – Subimos o Rio Univini, na direção da Ilha de Maracá (Estação Ecológica). Continuam os alagadiços com o sem buritizais. (...)

10h08 – Até aqui, floresta densa de alto e médio porte, sem interrupção. Nenhum vestígio de casas ou estradas. Parece que estamos algo perdidos. O piloto (Natalino) e o secretário de Agricultura (João Luiz Hatz) buscam pontos de referência.

Passamos sobre um rio largo. Vejo uma enorme ave de rapina, branca embaixo e cinza-preta em cima. Parece uma harpia, a grande águia tropical. Embaixo, magnífica floresta de alto porte, com muitas palmeiras.

10h18 – Chegamos a um rio largo, com muitas pedras no leito. Deve ser o Rio Uriracoera, mas a verdade é que não sabemos bem onde nos encontramos. Estamos descendo o rio. Assim devemos sair na Estação Ecológica, se o rio for este mesmo. Até o horizonte, em toda a volta, só se vê floresta, muito bonita. (...)

10h46 – Pousamos na pista da Estação Ecológica, no lado direito do Rio Uriracoera.

Visitamos a Estação Ecológica. Ela está muito bem cuidada, mas necessita de alguns reparos em certas paredes, rodapés etc. Com pouca coisa ficará ótima, apesar dos erros de projeto e construção. (...)

Ficamos encantados com o trabalho e o espírito de renúncia demonstrador por Debora Marcovits, que vive lá e está fazendo sua Tese de Doutorado na Universidade de Chicago. Trabalha com os jabutis da floresta, mas conhece a fundo as plantas e os animais, principalmente aves. Descobriu lá várias espécies novas no Brasil.

A floresta junto à Estação é de porte médio-alto, relativamente limpa por baixo. Não havia mosquitos e pudemos caminhar bem pela picada principal. Vimos bandos de *Pyrrhura sp*, uma alegre tiririca (periquito). Andamos apenas algumas centenas de metros pela mata, pois era preciso regressar logo. Mas deu para ver e sentir bem a beleza da floresta e sua vida tropical. Em momentos como esse eu me sinto recompensado por tantos esforços e cansaço, pela luta que travamos para implantar a rede de Estações Ecológicas.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA JUTAI-SOLIMÕES
Jutai-Solimões (AM): O buritizal

Sobrevoo de reconhecimento de florestas amazônicas

Meu despertador não funcionou e nos atrasamos cerca de uma hora, na saída. Antes das 7h, porém, já estávamos no aeroporto.

Voamos no Avião Bandeirante PT-FRE. Estão conosco Rogério Marinho, João Henrique Euler (Sema), Francisco das Chagas Figueira de Carvalho (Iteram), o comandante Athayde e o co-piloto Almir. (...)

7h40 – Levantamos voo de Manaus. (...)

10h39 – Estamos próximos a Santo Antonio do Içá. Na margem direita do Solimões e nas ilhas, principalmente no canto de uma ilha há diversas ocupações nas margens. Santo Antonio do Içá tem uns quatro ou cinco mil habitantes. Nas grandes ilhas defronte há muitas ocupações na beira d'água, todas porém de pequena extensão.

10h42 – Seguimos agora no rumo 112º E. Há pequenas ocupações nas margens do Rio Solimões, que cruzamos. Inicialmente voamos sobre uma região com milhões de pés de uma palmeira que me pareceu ser o buriti. Nunca vi tantos juntos, em formação compacta. Depois, voamos sobre a floresta de alto a médio porte, de árvores folhosas. Topografia ondulada. Quanto aos buritis, Figueira de Carvalho pensa que se trata de anajás, outra palmeira. Contudo, tenho dúvidas sobre a identidade dessa planta. (...)

10h51 – Chegamos ao Rio Jutai. Vejo 2 pequenas ocupações nas margens. Viramos e seguimos agora o Rio Jutai, na direção de sua foz. (...)

10h59 – Passamos o Lago Grande, no qual desemboca o Rio Jutazinho. Há muitos braços de rios e lagos sem ocupações humanas.

9 setembro 1982

P.S. 2009: Para mim é buriti mesmo, palmeira que conheço bem.

11h07 – (...) Fizemos meia-volta e estamos outra vez subindo o Rio Jutai. No canto formado pelos rios Solimões e Jutai, vejo muitos lagos compridos e extensas várzeas. Vegetação arbustiva, às vezes quase campestre. Pouco depois, recomeça a floresta de porte médio. (...)

11h29 – Chegamos novamente ao Solimões, quase defronte a Santo Antonio do Içá. Antes, voamos outra vez sobre um imenso e denso bosque de palmeiras, que Figueira achou serem anajás. Ao chegar ao Solimões, saímos fora da área que pretendemos pedir para estabelecer uma Estação Ecológica na região Solimões-Jutai. Esse bosque de palmeiras é de tal forma espetacular, que por si só merece ser uma Estação Ecológica. Nunca vi nada igual, em relação a palmeiras. Formidável.

11h49 – Atravessamos o Rio Jandiatuba. Vi uma ocupação às suas margens. Floresta infundável, de porte médio a grande. Depois passamos, perto de um lago, por imensos bosques de anajás ou buritizais. São milhões, mas não dá para identificar a espécie, daqui do alto. Também é uma área que merece proteção.

Jutai–Solimões (AM): Complicadores

18 outubro 1982

MANAUS, AM – Às 16h30 chegamos ao Iteram (Instituto de Terras do Estado do Amazonas). João Henrique Euler e eu fomos muito gentilmente recebidos pelo diretor Isaías. Durante quase duas horas debatemos os limites da futura Estação Ecológica Solimões-Jutai. Há um grande complicador, que é a proximidade da sede do Município de Santo Antônio do Içá. Num raio de 20 km as terras são devolutas municipais. Isso atinge a área do magnífico palmeiral que procuro preservar. Teremos que negociar a aquisição dessa área, com o prefeito e vereadores. São talvez 20 mil hectares que precisamos comprar. Além disso, o doutor Isaías não quer que a Sema ocupe as várzeas defronte a Santo Antonio. Ficariamos só com uma nesga. Nosso limite oeste seria quase que só o paraná do Javari. Isso não podemos aceitar inteiramente, pois temos que ter, em certa extensão, o Solimões como divisa. Outra grande dificuldade é o fato de os rios Copatana e Jutai terem sua foz muito longe de Santo Antonio do Içá o que dificultará a fiscalização, obrigando a cobrir enormes distâncias. Mas apesar de tudo, vamos em frente. O doutor Isaias conseguiu, ao que parece, localizar o palmeiral na imagem ampliada do Radam.

Jutai–Solimões (AM): Buriti a não acabar mais

Missão exploratória da área reservada  EE Jutai–Solimões

17 fevereiro 1984

Mais adiante do Rio Jutai, há extensas áreas de florestas de porte médio e também grandes áreas de uma vegetação arbustiva e subarbórea. Quando já nos aproximvamos do Rio Solimões, no rumo geral, começaram a aparecer palmeiras buritis misturadas a outras árvores da floresta. Estávamos seguindo nessa direção o que parecia ser o curso do igarapé P Velho. Eu estava algo preocupado, pois essa era uma floresta mista, e não a maciça que procurava, e que nunca saiu da minha lembrança. Logo, porém, surgiu a perder de vista, imensa, a floresta quase que somente de buritis. Seu tamanho era bem maior que o simples trecho que eu vira há cerca de um ano. Era buriti a não acabar mais, à esquerda (sul) do avião.

Quando chegamos perto do Rio Solimões, pedi ao comandante Homero para virar à esquerda e seguir um igarapé. Provavelmente era o Paraná Janauarizinho. Tem uns 10 a 30 m de largura, águas

escuras e está parcialmente escondido pelas árvores das margens. Mais a oeste desse paraná, há muitas palmeiras buritis. Seguimos para o sul, ao longo desse curso d'água.

 esquerda do avião, vi os imensos buritizais. Quando esses já escassearam, mandei virar novamente à esquerda (leste). Logo chegamos a um igarapé. Fiquei na dvida se era ou não o verdadeiro Janauarizinho e pedi ao comandante para virar outra vez  esquerda, para segui-lo. Pouco adiante, a meu pedido, o comandante Cohen estimou em 25 km a distância entre esse igarapé e o Rio Solimões.

Mais à frente, o comandante Homero disse que aquele deveria ser o Rio Copatana. Era ainda um curso d'água estreito, com uns 10-15 m de largura, mas o referido rio ainda estava relativamente próximo às suas nascentes. Percebi logo que o comandante Homero estava certo. Com um pequeno desvio à esquerda, aproamos para o norte, bem na direção de um grande lago, que tem junto a si um braço d'água em semicculo, facilmente identificável no mapa. O Rio Copatana e a linha que voamos, desse rio ao lago, eram os limites leste do imenso buritizal. O limite norte é uma linha que vai, aproximadamente, de uns 2 ou 3 km antes de chegar ao lago, até a ilha bipartida existente no Rio Solimões, a oeste.

Eu deveria, nesse momento, tomar uma decisão. O ideal seria virar à esquerda até a Foz do Java-rizinho, no Solimões, para ver se o local serviria como sede da Estaça Ecológica (Jutai–Solimões). Mas dentro do avião a situação era desoladora. Heloiso (Figueiredo) e Peter estavam muito mareados. Mary (Grady) não se sentia bem. Tom (Lovejoy) estava firme, mas muito pálido. Apenas (Homero) Bierregard e eu estávamos realmente bem. Por isso, pedi ao comandante que rumasse para Tefé. O objetivo principal da missão fora atingido.

Jutai–Solimões e Juami–Japurá

Hoje foi anunciada pelos jornais a assinatura, pelo presidente em Exercício Aurélio Chaves, dos Decretos instituindo as Estaçaes Ecológicas de Jutai–Solimões e Juami–Japurá. Foi uma imensa vitória! Agora temos na Sema mais de 2 milhões de hectares de áreas naturais protegidas.

22 julho 1983

ESTAÇ ECOLÓGICA JUAMI–JAPURÁ
Juami–Japurá (AM): Puru–Içá

MANAUS, AM – De manhã, com algum atraso, cheguei ao Palácio Rio Negro com o engenheiro Isaias Pereira Guimarães, presidente do Iteram (Instituto de Terras do Amazonas). O governador Paulo Pinto Nery nos recebeu imediatamente. Foi extremamente amável e logo despachou favoravelmente o processo. Não somente fez isso, mas nos acompanhou pessoalmente à sala do doutor Coronado, chefe da Casa Civil, a quem recomendou a imediata publicação do Decreto cedendo as terras para a Reserva Ecológica Juami–Japurá. Agradei muitíssimo toda essa gentileza. Fiquei felicíssimo com mais essa aquisição (gratuita) da Sema, com área de 273 mil hectares.

Fomos em seguida ao Iteram (Instituto de Terras do Estado do Amazonas), onde conversei longa-mente com Isaias Guimarães e Bernardo Lindoso, sobre a criação, em terras da União vizinhas às que estamos recebendo, da grande Estaça Ecológica de Içá–Japurá, com área de cerca de 1 milhão de hectares ou muito mais.

25 fevereiro 1983

Hoje de manhã, examinando bem o mapa da região, cheguei à conclusão de que a minha ideia de proteger a bacia hidrográfica do Rio Juami, e parte da bacia do Rio Puruê (rio indicado por Paulo Vanzolini), poderia ser estendida para chegar também ao rio Içá. Examinei um mapa da área ao longo desse rio, trazido por Isaías para meu exame. Desde logo verifiquei ser muito fácil ter o rio Içá como limite sul, pois numa extensão de uns 60 km só há um título de terras bom, com pequena área. Acertei na mosca. Isaías vai preparar um mapa e um memorial descritivo, com os limites da futura Estação Ecológica Içá-Japurá. Preciso sobrevoar a região do Rio Içá, para fazer um reconhecimento melhor. No ano passado, somente cruzei o rio, num voo de Tabatinga.

Içá–Japurá

28 março 1983

P.S. 2009: Depois da Estação Ecológica de Juami-Japurá teve novos limites e não se falou mais do Rio Içá. Essa nova Estação Ecológica de Juami-Japurá está longe de Mamirauá-Amanam, mas ambas são em parte banhadas pelo Rio Japurá.

10 setembro 1984

P.S. 2009: Essas iniciativas, principalmente feitos por Marcio Ayres, resultaram no qual é hoje a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

11 setembro 1984

BRASÍLIA, DF – Fui com Ieda ao Conselho de Segurança, onde conversamos primeiros com os coronéis Amado e Tigre Maia. Prestei informações sobre a projetada Estação Ecológica do Içá-Japurá, com 903 mil hectares. Expliquei que havia, com esse pedido, pretendido ampliar a área anteriormente solicitada, aumentando-a mais para o Sul, até chegar ao Rio Içá, e mais para o oeste, para proteger toda a bacia do Rio Juami. Eles disseram estar de acordo com meu pedido.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA JAPURÁ–SOLIMÕES – MAMIRUÁ–AMANAM
Japurá–Solimões (AM): Mapas da mesopotâmia

MANAUS, AM – À tarde fui ao Iteram, onde conversei bastante com o seu presidente, João Mendonça. No meio da conversa resolvi pedir mais terras para a Sema, e me lembrei que a mesopotâmia Japurá–Solimões seria um bom local para uma Estação Ecológica. Pelo menos tenho recebido vários pedidos, de Mittermeyer, Rolim, Best, Paulo Vanzolini, e principalmente de Marcio Ayres (Mamirauá), para proteger a área.

Fiz algumas compras na Zona Franca de Manaus e depois fui, com o João Carlos Ribeiro, novamente, ao Iteram. Examinamos mapas da mesopotâmia Japurá–Solimões, onde há muitos lagos, igarapés, florestas e banhados. Uns 80% da região estão vazios. O Iteram precisa de uns 15 milhões de cruzeiros (mais ou menos 6 mil dólares) para fazer um levantamento da área para cedê-la à Sema. É de graça. Como a Sema está pobre, vou procurar obter esses recursos no WWF.

P.S. 2009: Depois a Sema cedeu a área a Marcio Ayres, que ali instalou Mamirauá (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) excelente, hoje dirigida por José Galiza Tundizi e Ana Rita Alves. Sou membro do seu Conselho de Administração. A grande área vizinha de Amanam também aderiu à Mamirauá. Ambos, em conjunto, são relativamente um pouco menores que Portugal.

Pelo Brasil
Alagoas

06 junho 1983

MACEIÓ, AL – De manhã fui ao Palácio do Governo de Alagoas, onde houve uma sessão solene do Conselho de Proteção Ambiental. Foi presido pelo governador em exercício, José Tavares. Durante a sessão, recebi a medalha Floriano Peixoto, alta distinção do Estado. Fiz uma pequena palestra,

expondo a necessidade de declarar a Lagoa de Mondaú como área crítica de poluição. Isso daria a Alagoas um assento permanente no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Também me referi à necessidade de controlar o problema relativo à poluição causada pelas águas de lavagem da cana, hoje a questão ambiental mais importante do Estado, no que se refere à poluição. Finalmente, anunciei a próxima criação da Estação Ecológica do Peba e a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Assinei escritura de aquisição de 120 hectares juntos à praia, de propriedade da Mitra Diocesana de Penedo. Agradei ao Bispo Dom José Constantino, lá representado por um Padre. Compramos a área por 4,5 milhões de cruzeiros. Recebi também do SPU (Serviço de Patrimônio da União) a faixa de 33 m (mais de 16 km) da Praia do Peba.

Jericoacoara

Hoje Jericoacoara é uma das áreas turísticas litorâneas mais famosas e procuradas. Vale a pena contar um pouco da sua história, que ainda permanece praticamente desconhecida.

Em 1982, era meu plano escolher e proteger no Nordeste um bosque de palmeiras carnaúbas, antes que os seus últimos conjuntos importantes fossem extintos. Para isso, encontrei a colaboração decidida e amiga de Renato Lima Aragão, que foi superintendente de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Sabedor da existência de um grande bosque de carnaúbas no município de Acarau, procurou o prefeito local, João Jaime. Este lhe informou que o bosque de carnaúbas não estava disponível, pois era conservado pela Paróquia Católica da região, que se mantinha com a cera produzida. O bosque não estava em perigo. Contudo, o prefeito sabia de uma área muito interessante, no litoral. Não tinha carnaúbas, mas valia a pena protegê-las por suas extraordinárias características naturais.

Renato Lima Aragão conseguiu obter um helicóptero do Governo do Ceará e lá fomos nós, rumo a Jericoacoara. Quando chegamos vi que se tratava de um pequeno vilarejo, com algumas dezenas de casas pobres. O helicóptero desceu perto de uma escola primária. Ainda me lembro do olhar curioso das crianças e de uma certa alegria por parte da professora. A vegetação local era simples, caatinga já muito usada. Havia também coqueiros e uma linda paisagem marinha, com uma enseada e em parte águas rasas. Ali perto havia uma formação geológica terrestre, perto do mar, com um grande buraco ou abertura redonda, uma característica rara e peculiar.

O resultado dessa viagem de helicóptero foi que nós nos entusiasmos com a paisagem local. Para preservá-la, pedimos ao Estado do Ceará o estabelecimento ali de uma APA (Área de Proteção Ambiental), o que foi feito. O resultado foi muito bom. O Governo Estadual continuou com a sua APA e o Governo Federal, mais tarde, criou lá um Parque Nacional. E, o que também é muito importante, o "respeitável público", como se dizia antigamente, encontrou ali um centro turístico em pleno desenvolvimento, com pousadas e outros apoios. Fala-se até na construção de um moderno aeroporto para receber melhor os turistas, inclusive de outros países. Quanto a nós três (Renato Lima Aragão, João Jaime e eu), fomos homenageados lá com pequeno um monumento de alvenaria, onde estão os nossos nomes e agradecimentos. Nem sempre é possível iniciar uma estrutura de proteção ambiental tão importante. Ainda mais raro é receber agradecimentos por isso. Aliás, por princípio nunca espero agradecimentos. Mas para mim é sempre uma satisfação cumprir uma missão boa para o Meio Ambiente.

21 janeiro 2010

MATAS DA SANTA GENEBRA E JUREIA

Santa Genebra
Pelos séculos afora

12 novembro 1974 Depois do almoço recebi o professor Paulo Burnheim e outros dois professores da Universidade Estadual de Campinas. Vieram pedir apoio a um projeto para a criação de uma área de ecologia, com auxílio das Nações Unidas, de 3,5 milhões de dólares. Disse-lhes, talvez com uma franqueza demasiada rude, que nunca iriam conseguir tanto dinheiro. Só de equipamentos, pediram mais de 1 milhão de dólares. Eu considero projetos como esse totalmente inviáveis, além de representarem tempo e esforço perdidos.

13 novembro 1974 Estiveram também nos visitando na Sema o arquiteto Benjamin Reif, das Nações Unidas (Programa de Habitação) e o doutor Manzur Zaide, da representação das Nações Unidas no Brasil. (...)

Sobre o pedido da Unicamp, que me foi encaminhado ontem, falei francamente ao doutor Zaide. Disse que apoiávamos o projeto, embora a quantia solicitada fosse muito alta. Contudo, a meu ver o PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento) deveria exigir, em contrapartida, a aquisição pela universidade da mata da Fazenda Santa Genebra. A meu ver, não tem sentido gastar enormes importâncias com equipamentos de laboratório, que em 15 anos ficarão em geral obsoletos, deixando-se de adquirir por muito menos uma floresta primitiva que será insubstituível nos estudos da ecologia, pelos séculos afora. É um tanto difícil dizer isso a um representante das Nações Unidas, mas o que nos interessa é o bem da federação brasileira, ainda que certas autoridades locais tenham que ser alertadas através do pessoal de fora. Só assim alguns ouvem.

Salvação da relíquia

13 dezembro 1980 À noite, na Fazenda São Quirino, jantei com três diretores de uma Associação Conservacionista de Campinas, a Aproam: Manoel Affonso Ferreira Filho, professor Hermógenes Leitão (Unicamp) e Alfredo Sestini. Falamos sobre vários problemas ambientais e principalmente sobre a magnífica mata da Fazenda Santa Genebra. Dona Jandira, a proprietária, há um ano disse que doaria as terras a uma fundação a ser estabelecida pela Prefeitura de Campinas. Esta, porém, não está agindo e o prefeito parece não ter motivação ambientalista. Diante disso, combinamos que eles sondarão a Prefeitura e, se não houver problemas maiores, a Sema pleiteará a área para instalar uma Estação Ecológica. Eles acham que de outro modo perderão a área, que vale uma imensa fortuna e é muito importante sob o aspecto de relíquia ecológica.

Finalidades científicas

2 fevereiro 1981 Almocei no São Quirino com José Roberto Magalhães, vice-prefeito de Campinas, e José Pedro Oliveira Costa. Fomos depois à Fazenda Santa Genebra, onde mantivemos uma reunião com a sua proprietária, dona Jandira Oliveira, e seu advogado Heitor Regina. Dona Jandira continua decidida a constituir uma fundação que receberia a maravilhosa mata da sua fazenda. Ela deseja fazer a doação a Campinas e não à Sema. Contudo, ela está de acordo em que a Sema participe

do Conselho Diretor da Fundação. Sugerí também a participação da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), que foi bem recebida. Dona Jandira disse que nenhum neto dela gosta de caçar. Não havendo interesse da família pela mata, ela resolveu fazer a doação. Timidamente, sugeri que ela doasse mais uns 2 ou 3 mil m², para permitir a construção de casas de guardas. Dona Jandira não aceitou a sugestão, dizendo que só doaria a mata, e que as construções necessárias poderiam ser feitas em clareiras existentes dentro da floresta. Ela faz muita questão de que a mata seja destinada apenas a finalidades científicas. Ficou muito aborrecida com uma tese de mestrado que previa também usos recreativos. Após a conversa, dona Jandira nos levou até uma janela para mostrar um lindo jequitibá vermelho existente numa pequena mata próxima à casa.

Nova administração

Compareci às 9h na reunião da Proesp, entidade dedicada à preservação da diversidade das espécies. Ministrei no Círculo Militar uma palestra sobre a nova Lei de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Compareceu o novo prefeito em exercício (talvez definitivo), José Roberto Magalhães Teixeira. Ele se dispôs a aceitar a doação da mata da Fazenda Santa Genebra, a ser feita por dona Jandira Oliveira, abnegada senhora. O prefeito efetivo queria passar os encargos para a Sema. Estava também presente o vereador Sérgio Barreto. Houve unanimidade no sentido de que a Prefeitura deve aceitar rapidamente a doação e fazer lá uma Estação Ecológica Municipal.

16 maio 1981

Fundação recebe doação

Pela manhã, fui à Fazenda Santa Genebra, onde presenciei a cerimônia de doação da mata pertencente à dona Jandira Pamplona de Oliveira, para uma fundação especialmente criada pela Prefeitura de Campinas. São 300 hectares de mata de porte médio, em terra roxa. Portanto, é uma floresta única, em toda a região. Durante a solenidade, sob as árvores, houve missa e música interpretada pela Orquestra Sinfônica de Campinas.

14 julho 1981

P.S. 2009: O que muitos não sabem é que essa mata é também uma Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico) Federal, por iniciativa minha, para garantir melhor a conservação da área. Num momento em que, a meu ver, a mata estaria em certo perigo, não hesitei em tomar essa iniciativa, como fiz também com o cerrado Pé-de-Gigante, em Santa Rita (SP). Contudo, quero deixar bem claro que todo o mérito da doação da Mata Santa Genebra à Prefeitura de Campinas cabe a dona Jandira, de saudosa memória. O que fiz foi apenas dar uma garantia também Federal à vontade da dona Jandira.

Barreiro Rico
Encantamento

Viagem de automóvel de São Paulo a Botucatu, no interior do Estado, para duas palestras na Faculdade de Medicina e no Congresso de Engenheiros e Arquitetos da região.

Ao passar hoje pela represa de Barra Bonita, vi as grandes florestas da Fazenda Barreiro Rico. Outras matas, próximas, foram cortadas. Nas Serras de Botucatu e São Pedro, nas encostas ainda existem florestas em muitos pontos.

8 novembro 1975

28 anos depois, a compensação

12 novembro 2003

Conversei com Pedro Stech, chefe do Daia, que trata das Compensações Ecológicas (na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo). A secretaria vai propor que parte da compensação a ser paga pela Belgo-Mineira (metalúrgica) por causa da ampliação da fábrica Dedini comprada por ela, em Piracicaba, vai ser gasta para pagar a desapropriação de parte das matas de Barreiro Rico, pois os recursos disponíveis são limitados. A floresta está junto à confluência dos Rios Tietê e Piracicaba, na Represa de Barra Bonita. Ele me pediu para procurar a área viva!!! Deus seja louvado!

Audiência pública

1º dezembro 2003

PS. 2009: A proteção de uma área local já foi até decretada, mas ainda não pertence ao Estado devido a uma série absurda, absurda mesmo, de dificuldades burocráticas por parte de entidades estatais não ambientais.

Fui à Audiência Pública do Projeto de Ampliação da Siderúrgica da Belgo em Piracicaba. Foi realizado no auditório local do Sesi. Estava superlotado, mas me encontraram um lugar na primeira fileira. Falaram dezenas e dezenas de pessoas, a grande maioria a favor do licenciamento da ampliação da Siderúrgica Belgo. É impressionante o número de instituições de caridade assistidas pela Belgo. Quando tomei a palavra, disse que a compensação ecológica deveria ir para implantar a Estação Ecológica de Barreiro Rico. O prefeito é contra.

2 dezembro 2003

Conversei com Pedro Jens e com o secretário do Meio Ambiente José Goldemberg. Este me deu a boa notícia de que a Belgo vai contribuir para instalar Barreiro Rico como Estação Ecológica!

Coisa certa

22 dezembro 2003

À noite falei com um porta-voz da família. Ele me disse, francamente, que eles não pretendem vender nenhuma área, nem mesmo para corredores, pois todas as suas terras já têm destinação certa. Quanto à área de matas (80 hectares) que ainda não é reserva, acham que não é interessante ter uma pequena área alheia lá dentro de Barreiro Rico. Disse-lhe que pensava o contrário, pois a presença do Governo poderia ser importante para a defesa contra caçadores e outros invasores. Ficou claro, para mim, que minha missão de assegurar a proteção das matas de Barreiro Rico fracassou. Numa última tentativa, sugeri que as matas de Barreiro Rico fossem declaradas Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Ele não refugou a ideia, que poderá dar mais proteção às florestas de lá. Disse que pensaria no caso, com a família. Toda a conversa foi muito cordial. Uma coisa é certa: não desistirei de dar uma proteção legal a pelo menos uma parte das matas de Barreiro Rico.

Área mais importante

16 fevereiro 2004

PS. 2009: A Belgo Mineira foi adquirida pela Arcelor Mittal.

À tarde, fui à Fundação Florestal, onde me encontrei com Fidias de Miranda, da Belgo, gerente corporativo de Meio Ambiente, e também com José Pedro de Oliveira Costa, Lelia Marino para falar sobre as matas de Barreiro Bonito. Felizmente a Belgo Mineira se adiantou, mas num momento em que o grupo Passareli parecia pedir preço demasiado na minha opinião inicial, e obteve dele uma promessa de venda firme. Depois de conferenciar longamente com o meu travesseiro durante uma madrugada de insônia, cheguei à conclusão de que o preço pedido pelo grupo Passareli era perfeitamente justo, pois se trata da área ecologicamente mais importante do interior do Sudeste brasileiro. Prova disso é o fato de que nenhuma área particular da região teve tantos estudos,

inclusive teses sobre primatas e livro valioso sobre aves. Além do mais, se me oferecessem área florestal cinco ou mais vezes maior do que os 50 hectares que vamos comprar em Barreiro Rico, nem assim aceitaria a troca. Nesses 50 hectares, instalaremos uma Estação Ecológica e uma sede da rede de Aries que dará ao Estado um relativo controle e supervisão (mas não a propriedade) das matas ou parte delas que abrigam outras preciosidades, cinco espécies de primatas e vários outros animais. A área que ficará na Estação Ecológica será a de uma floresta tropical semidecídua que engloba um cerrado, caso raríssimo no Estado de São Paulo. Assim, considerando tudo isso, aprovei a decisão da aquisição de 50 hectares do grupo Passareli nas matas de Barreiro Rico. Fiz isso firmemente, sem hesitação.

Na mesma tarde, em telefonema, consegui o apoio também firme do Pedro Tech, diretor do Daia da Secretaria do Meio Ambiente. Todos os presentes na reunião concordaram comigo.

Manda a lei

Fui à casa de meu filho Luiz Antônio, cuja esposa Paula comemorou o seu aniversário. Lá, conversei muito com ele, com Luiz Alves e com Victor Teixeira Brandão, sobre a compra que estamos fazendo (o Governo do Estado), de uma gleba na Fazenda Barreiro Rico. Eduardo e Leôncio, filhos do meu falecido e fraternal amigo José Carlos Reis de Magalhães, aparentemente, não gostaram que eu dirigisse as operações iniciais para essa compra. Eles não quiseram vender terras. Fiz uma oferta de compra que recusaram. Assim, tive que comprar terras de outra pessoa, Passareli. Aliás, quem iria comprar seria a Belgo Mineira, como compensação ecológica.

Será uma Estação Ecológica do Estado, que receberá da Belgo a doação da área de mata a título de compensação ecológica, conforme manda a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A "categoria" Compensação Ecológica é uma ideia minha aprovada primeiro pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que, aliás, a ampliou e mais tarde tornou-se lei.

Quebrando resistências

Pela manhã, fui ao Instituto Florestal do Estado, onde conversei longamente com a diretora M. Cecília Brito (Ciça) e seu *staff* (...). A princípio, fui recebido com cautela. Mas depois expliquei a eles o meu interesse pela preservação do Barreiro Rico, (...) área coberta de florestas de valor inestimável. (...)

O pessoal do instituto abriu-se mais, finalmente vão ajudar nos trabalhos para implantar uma estrutura ambiental que proteja a mata de Barreiro Rico. Pelo que percebi, o apoio a essa iniciativa foi unânime. A única dúvida era saber como poderia ser paga a presença, na futura Estação Ecológica, de um guarda. Disse-lhes que pelas conversas anteriores com o Fideas, chefe da área ambiental da Belgo, embora ainda não houvesse um compromisso formal sobre essa guarda, eu penso que essa colaboração será possível. A Belgo está com enorme boa vontade.

Mais compensação

De manhã fui ao prédio da Cetesb para uma reunião da Câmara de Compensação Ecológica, presidida pelo engenheiro Cláudio Alonso. Foi uma agradável surpresa que o Daia havia reservado

18 março 2004

1º abril 2004

20 agosto 2004

mais 1 milhão de reais para a aquisição de terras em Barreiro Rico. Também achei interessante a quantia reservada a umas três APAs, que são atravessadas por uma das rodovias do Estado de São Paulo. Vão receber bom dinheiro, mas o difícil é fazer com que o dinheiro chegue às APAs, pois a legislação dificulta. As compensações gerais não abrangem as APAs. As APAs paulistas se estendem por vários municípios.

Lá no céu!!

Almoço oferecido pelo governador Cláudio Lembo à Academia Paulista de Letras, no Palácio dos Bandeirantes

19 dezembro 2006 Agradei o apoio do governador aos meus pedidos ambientais. Disse-lhe que o Poiares, seu assessor, já tinha a minuta do decreto criando a Estação Ecológica de Barreiro Rico. Soube depois que naquela mesma tarde ele assinou o decreto. Viva! José Pedro foi um lutador incansável, para vencer dificuldades burocráticas.

Essa foi uma grande vitória, pela qual também batalhei. Meu grande amigo e ambientalista José Carlos Reis de Magalhães deve estar contente lá no céu! Ele foi um dos donos e protetores da Floresta do Barreiro Rico, a meu ver, a mais preciosa joia ecológica do Estado de São Paulo, com suas cinco espécies de primatas, além de outros animais e plantas valiosas. Está na confluência dos Rios Tietê e Piracicaba. A parte agora a ser salva (Gleba Passareli) é de cerca de 300 hectares, de um total de aproximadamente 2.500 hectares.

Aprovada a compra

10 maio 2007 Passei o dia em reunião, bastante extensa mas proveitosa, da Comissão da Compensação Ambiental, na Cetesb.

P.S. 2009: Contudo, essa aprovação não se efetivou.

Nas obras da Refinaria de Paulínia haverá uma compensação ambiental de 6 ou 7 milhões de reais (4 milhões de dólares) a ser paga pela Petrobras.

Finalmente foi aprovada a compra da Mata do Barreiro Rico (parte, com 290 hectares), pela qual venho lutando há anos, junto com o José Pedro de Oliveira Costa.

Pé-de-Gigante
Situação legal

23 outubro 1978 Pela manhã, com o professor Cláudio Froelich, estive no Centro da cidade de São Paulo, onde não ia há anos. Falamos com a dra. Ana Cândida Ferraz, procuradora-chefe do Estado de São Paulo. Falamos sobre as terras (1.004 hectares) da Estação Biológica de Mangaíba, que ainda não foram incorporadas ao patrimônio do Estado e transferidas à USP. Essas terras foram arrematadas antes da falência da Usina Vassununga e sua situação legal ainda não está definida, nove anos depois! A doutora Ana Cândida estava a par do assunto. Foi muito simpática, e creio que o assunto vai agora andar, depois dos esclarecimentos que lhe prestamos. Deixei com ela cópias dos documentos sobre o assunto, em meu poder.

Só interessam as terras

Ao fim da tarde, fui à USP discutir com o professor Hely Lopes Meirelles, grande juriconsulto, o caso das terras da futura Estação Biológica de Mangaíba. A Usina Vassununga está usando a área que não lhe pertence, pois foi arrematada pelo Estado. Contudo, está difícil de localizá-la exatamente. Falando pela USP, além de mim, estavam lá o procurador Fabio Prado, o doutor Siqueira e o professor Leopoldo Magno Coutinho, atual chefe do Departamento de Ecologia. Acredito que contribuí muito para esclarecer o caso. A usina quer pagar ao Estado 5 milhões por uma área que vale 80 milhões (1.004 hectares às margens da Via Anhanguera). Para a USP, só interessam mesmo as terras. No fim, combinamos que o professor Hely vai procurar os proprietários para um acordo que dê à USP as terras que lhe cabem. Ele compreendeu que só podemos aceitar isso.

Estação Ecológica

Lá pelas 8h já estava no gabinete do professor Luiz Edmundo Magalhães, diretor do Instituto de Biociências. Mostrei a ele uma minuta que preparei, de um projeto visando à implantação de Estação Ecológica de Mangaíba-Pé-de-Gigante. Ainda hoje, o professor Luiz Edmundo vai mandar telex à Sema e à Seplan, enviando o projeto e solicitando recursos no quadro do empréstimo em estudo com o Banco Mundial. Luiz Edmundo redigiu também um projeto sobre treinamento de recursos humanos para a área ambiental. Ele e o reitor da USP, José Goldemberg, são muito atuantes e parece que terão sucesso nesses pedidos.

Estive na Diretoria do IB-USP, onde consultei durante duas horas o Processo 5999-71, que trata da gleba Pé-de-Gigante, onde a USP deverá instalar (foi ideia minha) a Estação Ecológica de Mangaíba. Eu era presidente da Comissão da Área de Vassununga, no governo Abreu Sodré.

Raríssimo cerrado

Viagem de automóvel, pela Via Anhanguera, entre Ribeirão Preto e Porto Ferreira

SANTA RITA DO PASSA QUATRO, SP – Tive a grande alegria de encontrar intacta a área de cerrados da gleba Pé-de-Gigante. É basicamente um meso-cerrado denso (80%). Parte é macro-cerrado aberto. Conheço essa área há cerca de 40 anos. Nunca estive melhor. Antes dessa época, os cerrados da região eram cortados para lenha a cada 10 anos. Vai ser uma magnífica e preciosa Estação Ecológica. Neste Estado (São Paulo), sobraram raríssimos cerrados dessa extensão. Fiz uma volta em torno do cerrado, exceto no seu lado sul, onde havia um varjão que me barrou o acesso.

Instruções para medição

Às 15h estive na Fundusp (Fundação USP), na Prefeitura da Cidade Universitária. Conversei lá com o senhor Carlos e depois também com o engenheiro Sérgio Assumpção e uma engenheira. Expliquei a eles, detalhadamente, o caso das terras situadas em frente aos quilômetros 355-358 da Via Anhanguera e que pertencem ao Estado, reservadas para a USP realizar uma Estação Ecológica. Agora é necessário medir a área. Discutimos a estratégia a seguir. Esse cerrado, que há anos venho

22 maio 1980

13 fevereiro 1987

P.S. 2009: Felizmente, foi possível receber essas terras, cerca de 1.059 hectares, penhoradas e arrematadas pelo Estado. Essa foi uma longa e difícil história, como posso a contar em detalhes. Contudo, a área vai constituir parte do Parque Estadual da Vassununga. Foi também uma maneira de salvá-la.

9 setembro 1988

10 dezembro 1988

25 abril 1989

procurando salvar, é, talvez, o único desse tamanho ainda não protegido no Estado de São Paulo. Aqui, o cerrado somente é encontrado fora de duas ou três reservas públicas, em pequenas manchas. Para decretar a área como de Relevante Interesse Ecológico é preciso medi-la e descrevê-la com precisão. O pessoal daqui está disposto a ajudar, bem como o reitor José Goldemberg.

Relevante Interesse Ecológico

21 agosto 1989

Fui à USP, onde conversei com o reitor José Goldemberg sobre a minha proposta de declarar a gleba Pé-de-Gigante como Arieç (Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural). Com essa declaração vai ficar difícil à Usina Santa Rita deixar de reconhecer que essa gleba pertence ao Estado; até aqui o problema consistia em que a usina não fez o reconhecimento dos limites da gleba, e com isso vai ganhando tempo. Inutilmente, pois quando a Usina Santa Rita adquiriu a massa falida da Usina Vassununga, reconheceu expressamente que uma gleba de cerca de 1 mil hectares, às margens da Via Anhanguera, pertencia ao Estado, pois fora dada em pagamento de uma dívida fiscal. E só sobrou a gleba Pé-de-Gigante, como área natural.

P.S. 2009: Realmente a Gleba Pé-de-Gigante foi declarada, por minha iniciativa, como Arie Federal, bem como parte do Parque Estadual de Vassununga.

A proposta foi aprovada.

Para levar avante meu plano, precisava de uma declaração do reitor da USP, dizendo que esta pretendia estabelecer ali uma Estação Ecológica e um Centro Cultural. O professor Goldemberg concordou. À noite mandou me entregar em casa uma carta nesse sentido. Deus seja louvado! Isso vai me tornar possível criar a Estação Ecológica, uma das raríssimas áreas grandes de cerrado no Estado de São Paulo.

Artimanhas

13 novembre 1989

Em Ribeirão Preto, conversei longamente com o doutor Wolney Ceneviva, procurador do Estado, na sede da Procuradoria Regional. Ele é um herói ambientalista. Há anos vem evitando que a Usina Santa Rita tome conta, indevidamente, da última gleba de cerrados de certa extensão (1.060 hectares) ainda não protegidos no Estado. Graças ao seu destemor, esse cerrado ainda está lá, pois não faltaram artimanhas jurídicas para se apropriarem do que não lhes pertence. Disse-lhe que apresentei ao Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) um Projeto de Resolução para que a área seja declarada como Arie. Com isso, a Usina Santa Rita não poderá mais negar a validade dos limites da gleba (Pê-de-Gigante).

P.S. 2009: A proposta foi aprovada.

7 dezembro 1989

Reunião do Conama. Propus sob aprovação a Arie do Cerrado Pé-de-Gigante, em Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro, SP). Viva!

Intacto

11 settembre 1990

Fomos todos, juntamente com o engenheiro agrônomo, e meu amigo, Hermes Moreira de Souza, para a gleba Pé-de-Gigante, contornando-a quase completamente. O cerrado está praticamente intacto. No lado Sudoeste, conseguimos, de um ponto da divisa, avistar o vale interno, muito grande e amplo, da gleba Pé-de-Gigante. O córrego que vem de lá tem bastante água. Vimos, em uma de suas margens, de longe, um macro-cerrado com árvores muito altas, talvez de *Adenanthura falcata*. Não vi, porém, o buriti-solitário que avistei na última vez que estive lá. Não consegui compreender bem o porquê disso.

Em seguida, na gleba Capetinga Oeste do Parque Estadual de Vassununga, vimos de perto o imenso jequitibá vermelho mor, talvez de três mil anos de idade. Os jequitibás estavam quase todos com suas folhas novas verdes claras.

Maravilhas do diálogo

Fui à USP, onde visitei o professor A.G. Ferri, da Comissão de Orçamento e Patrimônio da USP. Na minuta de proposta de decreto, apresentada pela Consultoria Jurídica do Processo, há uma cláusula que diz que todos os recursos para a Estação Ecológica Pé-de-Gigante, para "edificações e implementos", devem vir da Fazenda do Estado. Isso significa que a USP não quer gastar, na Estação Ecológica, recursos próprios. Disse ao professor Ferri que aquela área era a "joia da coroa", mais de quatro vezes maior que o campus da Cidade Universitária, e também o melhor cerrado do Estado. O professor Ferri mostrou boa vontade. Não removeu o obstáculo, mas concordou em contorná-lo. É o que vou fazer, apresentando uma redação atenuada e que permita receber doações e auxílios, expressamente. O diálogo faz maravilhas.

7 janeiro 1991

Sinal verde

O secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fabio Feldmann, deu sinal verde a mim e ao Carlos Joly (seu vice-secretário) para passar à USP a gleba Pé-de-Gigante, na Via Anhanguera, em Santa Rita do Passa Quatro. Foi uma ótima decisão, pela qual luto há anos!!

12 agosto 1995

Recursos

Ao professor João Morgante (novo diretor do Instituto de Biociências), contei termos obtido a adesão de Fabio Feldmann e Carlos Joly, para o projeto da USP estabelecer na gleba Pé-de-Gigante, junto à Via Anhanguera, uma Estação Ecológica para pesquisar o cerrado. Ofereci, em nome da Adema (Associação de Defesa do Meio Ambiente) de São Paulo, recursos para as despesas iniciais de construção de casas e laboratórios no local.

17 agosto 1995

25 anos

À tarde, elaborei um parecer no processo da Secretaria do Meio Ambiente sobre a Arie da gleba Pé-de-Gigante (...). Há 25 anos (desde 1970), luto pela conservação desse cerrado de mais de mil hectares. Propus um convênio USP-Secretaria do Meio Ambiente, e depois um projeto de lei criando uma Estação Ecológica da USP.

9 outubro 1995

Condomínio

Estive à tarde no IF (Instituto Florestal), numa reunião IF-IB-USP, sobre o destino da gleba de cerrado Pé-de-Gigante, que confronta com a Via Anhanguera. Disse a todos que a USP era dona da área, pois a ela cabia, por decreto, a área de 1 mil hectares. A gleba era oriunda de executivos fiscais. Essa tese não foi aceita por Marcos Aidar, diretor do Instituto Florestal. Contudo, penso ter atingido o

16 abril 1996

meu objetivo de mostrar que o IB-USP não estava esperando um favor do IF, mas que tinha direitos sérios sobre a gleba. No final prevaleceu a opinião geral, com meu apoio, inclusive, de que a área deveria ser um condomínio IF-IB-USP. Acertado esse ponto, deixamos para uma reunião futura, mas ainda sem data, estabelecer atribuições e as redações de um convênio e uma minuta de decreto.

Co-gestão

13 novembro 1996

Segui para o Instituto Florestal, onde conversei com o seu novo diretor, Oswaldo Ferreira. Falamos sobre a Gleba Pé-de-Gigante. Havia um mal-entendido, pois a Comissão do Florestal que estudava o assunto fez um parecer contrário à entrega da gleba à USP, como primeiro eu havia solicitado. Depois, porém, mudei de ideia, pois não conseguiríamos vencer o espírito corporativo do IF. Propusemos então, através de minuta preparada pela Consultoria Jurídica da USP, a elaboração de um convênio de co-gestão USP-IF. Assim todos ficariam satisfeitos. Na verdade me parece que a USP é a detentora do domínio da gleba, mas o Instituto Florestal não aceita isso. Numa briga, todos perderiam. Assim, a co-gestão permitirá que ambos os lados se considerem donos. No final, a gleba acabará sendo administrada pela USP, que é a única que tem recursos para construir laboratórios, casa de pesquisadores, refeitórios, cercas. É só dar tempo ao tempo. Sou também velho amigo do IF, mas o fato concreto é que a USP pode cuidar muito melhor da gleba.

Conserto

23 junho 1997

Às 9h houve, na Reitoria da USP, uma reunião entre mim, o reitor Fava de Moraes, o diretor do Instituto de Biociências João Morgante e a advogada da USP Maria Garcia. Discutimos a questão da gleba Pé-de-Gigante, pela qual luto há 30 anos. Decidimos aceitar o convênio com o Instituto Florestal, como está, e construir no local casas tipo containers, removíveis. É quase uma humilhação para a USP, mas depois consertaremos a situação com uma nova lei estadual. Ficou acertado que redigirei o projeto e o submeterei à apreciação da Maria Garcia. Em seguida ele será apresentado ao reitor e ao secretário Fabio Feldmann. Ambos têm enorme boa vontade.

Para durar

4 julho 1997

Almocei como o reitor Fava de Moraes, na USP, juntamente como secretário Fabio Feldmann e o diretor do Instituto Florestal, Poffo Ferreira (...). Logo no início da reunião, o diretor do IF disse que o convênio não podia ser assinado por faltar autorização do governador. Ao ouvir isso fiquei chocado, irritado e muito zangado. Imediatamente respondi: "Deveríamos ter sido avisados antes, pois viemos aqui para assinar o convênio. Realmente, nos dizer isso na hora da solenidade, é uma enormidade surrealista."

Felizmente, porém, o secretário do Meio Ambiente, Fabio Feldmann, consertou a situação, pois afirmou ter autorização do governador para assinar convênios. Alívio geral. Além disso, sugeriu que a parte relativa à indenização deveria ficar para um acerto futuro. Como estava, a USP ficaria em sérias dificuldades, pois teria que ceder as construções imóveis sem indenização. Fabio Feldmann encontrou, como advogado, uma saída momentânea. Contudo, a meu ver, isso não resolve situações futuras, pois o Código Civil manda que as benfeitorias sigam o principal, ou seja, o domínio da terra. Aliás, a USP já estava disposta a construir apenas instalações móveis na gleba Pé-de-Gigante. (...)

Depois de contornados esses problemas, afirmei que iria fazer um projeto de lei para solucionar em definitivo as questões pendentes e evitar o prazo máximo de seis anos que podem ter os convênios. Alguém lembrou que Projetos de Lei levam anos para serem aprovados. Disse-lhes que isso não tinha importância, pois as catedrais da Idade Média levaram séculos para serem construídas. Uma unidade de conservação é feita também para durar.

Invasão

Hoje finalmente ficou esclarecido que a gleba Pé-de-Gigante não foi invadida. Contudo, de uma fonte confiável, soubemos que alguns sem-terra (há vários movimentos diferentes) do Pontal do Paraná pretendem invadir a área e também a Estação Ecológica Jataí (próximo de lá), no fim do mês.

Durante parte da noite não consegui dormir, planejando uma ação nacional e internacional para retirar possíveis invasores. Trata-se de uma área de relevante interesse ecológico federal (decreto redigido por mim) e, além disso, parque estadual. A professora-dra. Vânia Pivelo, muito atuante, está dirigindo, pela USP, a instalação de pesquisas ecológicas. O Decreto Federal 99.275 de 06/06/90 criou essa Arie.

Histórico

À tarde houve o lançamento, pelo secretário do Meio Ambiente José Goldemberg, do livro sobre a gleba Pé-de-Gigante. Sou o autor do prefácio, no qual relato o histórico da gleba, que hoje faz parte do Parque Estadual de Vassununga. Estava presente também no evento a professora-dra. Vânia Pivelo, a heroína que lutou e ainda luta para a realização de pesquisas e a boa manutenção desse cerrado. É dos poucos protegidos no Estado. Acompanhei, durante muitos anos, a luta jurídica do procurador Wolney Ceneviva para salvar o parque dos que queriam se apossar dele.

Jureia
Voo de inspeção

ITANHAÉM, SP – Domingo. Pela manhã, o ambientalista, professor Ernesto Zwarg veio me buscar em casa para me levar ao Aeroclube de Itanhaém.

Visitei lá o modelar hangar de John Brasfield (gerente da GM). Depois embarquei com ele, o co-piloto Gato e o fotógrafo Araquém Alcântara, no avião Cessna 182, monomotor Skilane, PT-DNQ.

10h16 – Decolamos de Itanhaém. Passamos pela foz do rio local, com as suas águas negras misturando-se às do oceano, inclusive em frente à Praia do Sonho e mesmo mais adiante. Entre Peruíbe e Itanhaém, de ambos os lados do ribeirão que desemboca defronte à Ilha das Gaivotas, há uma vasta área não loteada. Dizem estar em litígio.

(...) Na extremidade norte da Praia do Una há algumas casas e até um restaurante. A Praia do Una tem dezenas de quilômetros. Ainda está quase intacta com poucas casas de caíças. Estas encontram-se uns 200-300 m atrás do início da vegetação praieira. Para trás, a perder de vista, vejo uma floresta de portes baixo e médio, cobrindo a planície. É provavelmente, mata de restinga. Não há sinais de existência de antigos bananais. Não vi capoeiras de mata secundária.

3 fevereiro 1998

15 fevereiro 2006

P.S. 2009: A gleba Pé-de-Gigante acabou sendo parte do Parque Estadual de Vassununga. A ideia de ser um condomínio do Instituto Florestal com o Instituto de Biodiversidade da USP terminou naufragando silenciosamente, no mundo real.

8 janeiro 1978

P.S. 2009: Acredito que essa minha descrição foi a primeira da então Estação Ecológica da Jureia.

10h36 – Chegamos ao Rio Verde, semiencravado na Serra da Jureia. Essa possui uma cobertura florestal variada. Há uma extensão na serra, perto da praia, revestida de arbustos, talvez mata de restinga. Junto ao mar, a vegetação é herbácea, rasteira. Em área, porém, predomina a floresta tropical pluvial de alto porte.

Do outro lado do costão, estende-se a Praia da Jureia. Na sua extremidade norte vi alguns carros e um acampamento. Seguimos depois ao longo da praia. Sobrevoamos uma pequena vila de caiçaras chamada Prelado. Logo após, há alguns loteamentos. A vegetação estava bem mais devastada que a das praias anteriores (desde Peruíbe), mas só junto ao mar. Para o interior, na grande planície, há sinais de áreas que foram cortadas no passado, agora cobertas de capoeiras.

O costão da Serra da Jureia está coberto, em baixo, por uma vegetação herbácea-arbustiva e logo depois por uma floresta de árvores de alto porte. Seria um belo lugar para uma Estação Ecológica. Os seus limites poderiam ser o início da Praia da Jureia, até ambas as margens do Rio Verde e a sua foz. O vale desse rio é muito interessante, pois está coberto por uma bela mata atlântica, inteiramente intacta.

A Ilha do Guaraú já tem uma casa! Nem as ilhas escapam! Contudo, em baixo, a mata ainda está preservada. No alto, porém, há um desmatamento. Soube, depois, que estão fazendo um clube no local!

Pacote de tombamento

SÃO PAULO, SP – Pela manhã, participei da reunião plenária da Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de São Paulo). Fiz uma exposição sobre as Estações Ecológicas da Sema. Falei em seguida sobre nossos planos para estabelecer a Estação Ecológica da Jureia. Salientei a necessidade de um plano para a ocupação da área entre a Jureia e o Rio Una, antes da abertura da estrada que iremos solicitar para o acesso à estação. Do contrário, estaremos favorecendo a ocupação desordenada da região. O professor Nestor contou ter convocado, por meio de edital, todos os ocupantes da área para cuidar do assunto. (...) O professor Aziz Ab'Saber, como os demais conselheiros, gostou muito da ideia da implantação da Estação Ecológica da Jureia. Todo mundo está feliz!

À tarde estive no Palácio dos Campos Elíseos, em visita ao secretário da Ciência e Cultura, Max Feffer. Estiveram lá também José Carlos Reis de Magalhães (meu convidado), Nestor Goulart Reis Filho (presidente do Condephaat), Carlos Teles Correa e Raul Luna, proprietários da área. Discutimos a situação do Maciço da Jureia, em vias de ser tombado. Chegamos a um consenso, diante de uma proposta do secretário Max Feffer: tomar em conjunto e anunciar, publicamente no local, uma série de medidas relacionadas (doação da área à Sema, construção da estrada, tombamento do maciço, plano diretor dos loteamentos). Este, porém, será implantado antes, em lei do Município de Iguape. Carlos Teles Correa e Raul Luna, inicialmente, foram contra o tombamento, mas depois concordaram. Falei sobre a estrada, dizendo que ela deveria fazer parte do “pacote Jureia”, sem constituir uma iniciativa isolada, embora necessária. Se a estrada sair primeiro, ninguém mais segura os loteadores da região. É preciso, antes, ter o plano diretor aprovado.

Unidade nuclear

BRASÍLIA, DF – Telegrafei ao meu xará Paulo Nogueira Batista (presidente da Nuclebrás), pedindo para que não seja construída uma unidade nuclear (reprocessamento ou usina) na Jureia, onde estamos implantando uma Estação Ecológica. Disse que a mesma seria usada por vários institutos da USP, inclusive o de física, que combate frontalmente a Nuclebrás. Vamos ver se ele desiste. No jornal O *Globo* há uma declaração de Paulo Nogueira Batista ao senador Dirceu Cardoso, dizendo que uma das unidades nucleares em estudo seria feita em São Paulo. Leia-se Jureia, que é o único local já estudado e cogitado para esse fim, no Estado. Tenho comigo cópia dos estudos da Kaiser Engineering.

Polêmica

Hoje, o *Jornal do Brasil* noticiou que a área federal deseja forçar a Cesp (Companhia Energética de São Paulo) a construir no Estado uma usina nuclear, para assim poder movimentar a fábrica de equipamentos da Nuclep. Exatamente como eu previra. Contudo, o presidente Souza Dias, da Cesp, deu claramente a entender que não deseja tal usina, pelo menos agora, por motivos econômicos. Tenho a nítida impressão de que a coisa vai pegar fogo quando a população souber o que se pretende fazer lá.

A *Folha de São Paulo* e O *Globo* publicaram declarações do professor Aziz Ab'Saber contra a instalação de uma usina nuclear na região de Peruíbe-Iguape. Ele disse ter sido informado por uma “alta fonte federal”. Isso vai me causar complicações bem sérias, mesmo porque não sei realmente o que o Ministério das Minas e Energia está decidindo. Apenas disse ao Paioli para que ele vá ao litoral ver o que havia, diante da inegável possibilidade de fazerem ali uma usina nuclear. Isso foi feito e, segundo os jornais, os engenheiros da Cesp disseram à população local que estavam estudando essa localização. Por outro lado, o governador de Minas Gerais, Eurico Rezende, declarou, ao *Jornal do Brasil*, ser contra a construção de instalações nucleares em seu Estado, o que complica ainda mais as coisas.

Lucia e eu tivemos a nítida impressão de que o problema nuclear acabará me derrubando – e logo.

Hoje, a *Folha de São Paulo* publicou ampla matéria sobre a usina nuclear que seria construída em Paranapuã, uns 12 Km ao sul de Peruíbe. A coisa está esquentando.

Almoçaram em casa o secretário do Planejamento Rubens Vaz da Costa e o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Celso Pastore, com sua senhora.

Conversamos sobre o problema da construção da quarta usina nuclear no litoral paulista. Ambos se manifestaram inteiramente contrários, mesmo porque não há verba para isso. Receberam um aviso do ministro Delfim Neto, por alto, de que a área nuclear federal pretende vender uma usina a São Paulo. Eles estão dispostos a resistir às pressões, o que me pareceu muito positivo. (...)

Hoje prosseguiu a publicação de notícias sobre mais uma usina nuclear. Um artigo do *Estado de S. Paulo* declarou que o governador Paulo Maluf é totalmente contra. Parece que o movimento contrário está ganhando força.

13 março 1978

20 março 1978

9 novembro 1979

1º fevereiro 1980

2 fevereiro 1980

4 fevereiro 1980

5 fevereiro 1980

	Círculo fechado
11 fevereiro 1980	Pela manhã, encontrei-me com o general Octavio Medeiros, ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações). Expus franca e sinceramente os principais problemas ambientais brasileiros e sua repercussão na opinião pública: Jarí, Projetos Agropecuários, futuro da Amazônia, Poluição das fábricas CCC e FAE, caça às baleias e finalmente as novas usinas nucleares em estudo. Afirmei que a localização destas, entre Iguape e Peruíbe, iria intranquilizar 12 milhões de pessoas. Sugeri que o assunto fosse bem estudado e resolvido no mais alto nível. Disse que os técnicos nucleares conversam entre si, num círculo fechado, e se convenceram de que as usinas nucleares são muito seguras. Contudo, o que ocorreu em Three Mile Island mostrou que o Relatório Rasmussen, que falava em segurança praticamente total, estava errado. Citei o caso do maior desastre na história da aviação nos Açores, quando dois Jumbos se chocaram em terra. Sugeri o reestudo da localização das usinas entre Peruíbe e Iguape; em desespero de causa, cheguei a falar em outras localizações, menos perigosas. Insisti várias vezes nos meus principais argumentos, até o ponto de parecer, talvez, demasiado repetitivo. Afirmei, também, que a esfera de competência não era nossa, mas da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). Contudo, disse que a meu ver expressar preocupações não ofende. Salientei o quanto a população paulistana é sensível ao assunto poluição. O ministro general Medeiros, ouviu minha argumentação em silêncio, mas prestando muita atenção. Falou muito pouco, embora o suficiente para me informar que não há outras opções e que novas usinas serão mesmo construídas no Litoral Sul de São Paulo. Ao se despedir, deu a entender que voltaria a falar comigo sobre o assunto.
	Posse
20 fevereiro 1980	Às 15h30, fui ao SPU (Serviço do Patrimônio da União), onde conversei com o delegado Ronaldo Vinocur e com o engenheiro Ciro. Falamos sobre as áreas de marinha da Jureia e, possivelmente, também dos manguezais do Rio Una, em Peruíbe e Iguape. Eles foram muito amáveis e vão fazer o possível para que a Sema receba essas terras. Contudo, terão que verificar se elas já estão ocupadas ou com a posse compromissada. Isso no que se refere aos manguezais, pois no costão da Jureia-Rio Verde não há problemas.
	Voz real
25 fevereiro 1980	A DSI reclamou sobre o fato de o Projeto de Decreto-Lei sobre controle de energia nuclear estar conosco há quase dois meses. Na realidade eu ainda não havia visto esse projeto, que chegou aqui nos últimos dias de dezembro. O trabalho, feito no Conselho de Segurança Nacional, está bem feito e vê-se que foi minuciosamente estudado. Dá grandes (e difíceis) atribuições à Sema, que vai ser um dos órgãos principais do sistema nuclear brasileiro. Aprovei o Projeto de Decreto-Lei e seu regulamento, sem alterações, porque ele nos dará uma voz real nesse difícil assunto. É melhor estar por dentro do que por fora, para que sejamos ouvidos.

Erro sério	
	Eloir Castilho esteve por um longo tempo comigo. Veio dizer que o convênio que propusemos, e foi inicialmente aceito pela Secretaria da Cultura de São Paulo, era inviável pelas obrigações que continha e por restringir a futura atuação da Secretaria da Cultura. Essa interpretação é muito diferente da minha. Mais uma vez Castilho está se amarrando a detalhes. Eu lhe respondi que era amigo pessoal do secretário Cunha Bueno e que não queria criar dificuldades a ninguém. Vou propor um novo convênio, apenas em termos muito gerais. Não nos interessa entregar a Estação Ecológica da Jureia à administração do Castilho, pois a meu ver ela deve permanecer com José Pedro de Oliveira Costa. Contudo, é para nós importante que o Castilho ou alguém da Secretaria tome conta efetiva da área tombada no Maciço da Jureia. Essa atitude do Castilho, derrubando o convênio que já estava pronto, deixou-me bastante aborrecido. É um erro sério da Secretaria da Cultura.
	Desapropriação
	Hoje estourou a notícia, no fim da tarde, de que o presidente Figueiredo desapropriou terras entre Iguape e Peruíbe (23 mil hectares) para implantar um centro de usinas nucleares. Essa área compreende a nossa Estação Ecológica da Jureia. Momentos antes, o José Pedro havia comunicado que o material de construção chegara ao local e que o movimento de terra para preparar o lugar já estava pronto. Agora a doação que recebemos irá caducar, e não sabemos ainda se iremos avante ou não no projeto. Penso que devemos prosseguir se as usinas forem construídas a alguns quilômetros da estação, ou a sede ficar em local bem protegido. Caso contrário esta terá os seus dias contados. Dei várias entrevistas aos jornais, sobre esses problemas. Disse não poder falar em nome do Programa Nuclear, mas que a minha grande esperança é a fusão nuclear, que estaria disponível em fins do século. Afirmei, também, estar preocupado com o futuro de nossa Estação Ecológica. Se alguma palavra sair errada, ou se não gostarem do que eu disse, terminarão os meus longos dias (mais de seis anos) como secretário especial do Meio Ambiente. É preciso ter coerência e não estou nada feliz com essa solução nuclear.
	Convivência
	No Ministério, chamei meus três secretários adjuntos e fomos falar com Roberto Cavalcanti (vice-secretário-geral) e depois com Urquiza (chefe do gabinete). Explicamos a posição da Sema, face aos últimos acontecimentos: não queremos nos comprometer com a escolha dos locais (Jureia-Paranapuã) e vamos defender a continuidade da Estação Ecológica da Jureia. Todos concordaram. Urquiza vai avisar com urgência o ministro Andreazza. Aparentemente este se encontra adoentado, pois não tem aparecido e, segundo Urquiza, vai tirar umas férias no próximo mês. Isso é mau sinal. Passei um telex a Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, dizendo que precisávamos de esclarecimentos para saber o que fazer na Jureia, pois tínhamos três alternativas: A) prosseguir na construção da sede da Estação Ecológica; B) mudar a sede de lugar; C) extinguir a estação. A última alternativa não convém a ninguém, mas fará o meu xará refletir bem e nos dará certo trunfo. Terminar com a estação faria as críticas redobram em relação à Nuclebrás. Levantar essa possibilidade nos favorecerá nas negociações.

2 junho 1980

4 junho 1980

6 junho 1980

Falei pelo telefone e expus nossos problemas a Rogério Marinho. Ele pensa que será para a Nuclebrás uma grande oportunidade para nos ajudar, pois isso seria bem recebido pelo público. Dez minutos depois, Paulo Nogueira Batista, contatado por Rogério, telefonou-me e se mostrou favorável à continuação da Estação Ecológica da Jureia. Combinamos um encontro para tratar dos detalhes. Ao que parece a estação está salva, mas faltam muitos obstáculos ainda a vencer. Para começar, não podemos deixar que a Nuclebrás nos ponha na gaveta, pois isso nunca aceitaremos. Ninguém vai nos fazer mudar de ideia por interesse. Mas é possível chegar a um acordo sobre a operação e a manutenção da Estação Ecológica, que afinal já estava no local.

À noite, a TV Globo transmitiu, para o Brasil todo, minhas declarações dizendo que a escolha de locais para usinas nucleares não é nossa atribuição, mas que esperávamos continuar com a Estação Ecológica, na Jureia.

Ampliar a estação

11 junho 1980

MADRID, ESPANHA – Neylor Calazans, meu substituto, telefonou-me do Brasil. Teve uma reunião hoje no Conselho de Segurança Nacional, com a participação de Rex Nazareth, da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Tomaram uma decisão muito importante: continuar e ampliar a Estação Ecológica da Jureia, com o apoio da CNEN e do CSN. Dei-lhe a minha aprovação, pois já havia deixado orientação no sentido de prosseguir com a estação. Mas não esperava, francamente, um apoio tão amplo e tão rápido. Rex Nazareth não perdeu tempo. Quer que façamos estudos ecológicos lá. Vamos aceitar. Recusar seria errar gravemente por omissão; qualquer coisa que no futuro não andar bem ali, sob o aspecto ecológico, diriam que fomos responsáveis pela falha.

Nossa posição na questão nuclear deve ser clara e coerente:

- A – não gostamos da fissão nuclear, mas somos entusiastas da fusão nuclear. Portanto, não somos antinucleares por princípio;
- B – no Brasil, não opinamos publicamente sobre o Programa Nuclear, que está fora de nossa alçada;
- C – estamos sempre prontos a colaborar com as entidades nucleares para aumentar ao máximo a segurança ecológica e por consequência a segurança das populações.

Segunda fase

17 junho 1980

BRASÍLIA, DF – Tomei parte numa reunião com o engenheiro Souza Dias (presidente da Cesp); Paulo Nogueira Batista (presidente da Nuclebrás); Rex Nazareth (vice-presidente do CNEN); Marcel Protesco (presidente da Cetesb); Gelásio Rocha (diretor da Cesp – Companhia Energética de São Paulo); Luiz Roberto Tommasi (Instituto de Oceanografia da USP); Camal Rameh (Cetesb); coronel Sampaio Maia; coronel Sodré; e coronel Ludwig (que ficou parte do tempo). Por unanimidade, decidiu-se preparar um Projeto de Decreto prevendo medidas de proteção ecológica em torno de todas as usinas nucleares. Na Jureia, a Estação Ecológica será continuada e ampliada. Fiz uma exposição sobre o que é uma Estação dessas e o que seria uma Área de Proteção Ecológica. Tommasi salientou a importância de preservar toda a área. Contudo, senti claramente que essa não era a intenção de Paulo Nogueira Batista. Aparentemente ele deseja uma desapropriação parcial, por motivos econômicos. Tive a impressão de que os outros participantes da reunião querem uma proteção ecológica extensa. Enfatizei a necessidade de desapropriar e proteger todo o maciço e a

praia da Jureia (em parte), além da região dos manguezais do Rio Una e a Ilha do Ameixal. Paulo Nogueira Batista disse que poderia fazer conosco um bom comodato se o BNH ajudasse nas casas que ele precisa para as usinas. Não gostei dessa colocação.

Em certo momento, afirmei em alto e bom tom, que, como vários dos presentes sabiam, eu era contrário à localização de usinas nucleares na região da Jureia. Entre outros motivos, porque intranquilizaria a população de São Paulo. Agora, porém, após a decisão do presidente da República, procuraríamos tornar a área a mais segura possível, colaborando na sua proteção ecológica. A primeira fase tinha passado. Entrávamos numa segunda etapa. Sugerí que poderia pedir sugestões às entidades conservacionistas, sobre a proteção da área. Essa sugestão, porém, não foi aceita, sob a alegação de que primeiro deveriam ser tomadas medidas concretas, como o decreto conservacionista que será logo preparado. No final da reunião foi feito um pedido para que ninguém desse declarações fora das suas atribuições, o que achei ótimo (no meu íntimo). Durante a reunião elogiei muito a capacidade técnica da Cetesb para fazer estudos na área, inclusive usando a nossa Estação Ecológica.

Pesquisas ecológicas

Tivemos de manhã uma produtiva reunião no Conselho de Segurança Nacional sobre a Estação Ecológica da Jureia. Estavam presentes Rex Nazareth (CNEN), Celso Sodré e Sampaio Maia, dra. Celeste Marques, professora Vera Fonseca (USP) e José Pedro de Oliveira Costa (Sema). Vamos implantar um programa de pesquisas ecológicas pela USP, complementadas pela Cetesb.

6 agosto 1980

Infinita paciência

Após uma defesa da tese na USP, teremos uma reunião no Laboratório das Abelhas, sobre a Estação Ecológica da Jureia. Não é fácil vencer os entraves burocráticos que se sucedem. E além desses problemas, que são numerosos, existem os criados pela Nuclebrás, que não gosta de jornalistas e restringe os movimentos dos pesquisadores que trabalham na área da Estação. É problema que não acaba mais! Para vencer, precisamos de paciência, muita paciência, diplomacia e determinação, e ainda mais paciência!!

8 novembro 1982

Maravilha da natureza

Excursão com familiares e amigos à Estação Ecológica

Fomos à Estação Ecológica da Jureia. O tempo estava bom e a estrada, ótima. Em Peruíbe, paramos no escritório da Nuclebrás, onde conversei bastante com o coronel Loredano, junto com José Pedro de Oliveira Costa. Aplainamos algumas dificuldades. Assim, daqui por diante, será possível ao nosso pessoal e aos pesquisadores tomarem banho de mar na Praia do Rio Verde, até a 500 metros da sua foz. (...) Raro privilégio.

A Jureia estava lindíssima, intacta, selvagem, uma maravilha da natureza. Nadamos no poção junto à cachoeira. Participaram da excursão Lucia, Mariana Haenel, João Haenel Filho, Miguel Von Behr, Eduardo Manoel Nogueira e Rubens Vidigal.

13 janeiro 1984

P.S. 2009: Em fins de dezembro de 1985, soube pelo presidente Lício Seabí, da Nucleobras, que o Governo Federal havia decidido a saída da empresa das áreas que estavam sendo desapropriadas na Jureia. Isso significava a provável volta de loteadores, um retrocesso. Mas, felizmente, o governo Montoro agiu a tempo.

Disseram-nos que as antas e as capivaras estão procriando. A Nuclebrás possui no local 18 guardas e nós, apenas três. Manter as pesquisas lá não era fácil.

Transferência

16 setembro 1985 BRASÍLIA, DF – À noite, no Restaurante Florentino, (...) Kenton Muller foi homenageado e José Goldemberg (presidente da Cesp). Combinei com ele e José Pedro que Goldemberg pedirá a Licínio Seabra, presidente da Nuclebrás, a transferência de parte das terras (no Maciço da Jureia) para a Cesp (Companhia Energética de São Paulo).

P.S. 2009: O objetivo dessa transferência era facilitar nossa ação ambiental.

Os jornais noticiaram que a Nuclebrás vai abrir mão de toda a área de Iguape I e II (onde seriam construídas usinas nucleares). Isso significa que essa área maravilhosa será loteada e destruída, se algo não for feito para manter a Estação Ecológica.

Corrida contra o tempo

10 janeiro 1986 Na conversa com o coronel Loredano, concordamos que é indispensável manter o sistema de controle existente, até o último momento. Precisamos de tempo para obter recursos e manter os controles da Sema e do Estado, que substituirão os da Nuclebrás, se possível com o aproveitamento do pessoal deles. Do contrário, a área será rapidamente devastada e destruída para sempre, pelos interesses imobiliários, posseiros, grileiros, aventureiros de diversos tipos. Foi uma conversa amistosa durante a qual falei respaldado por uma posição mais forte que a do coronel. Pela primeira vez isso ocorreu. O coronel Loredano sabe que os seus dias estão contados (na Nuclebrás) e eu sei que a Sema tem apenas três ou quatro meses para salvar a Estação Ecológica da Jureia. É uma corrida contra o tempo.

Na Jureia, estive na sede da estação e na cachoeira. Andei também pelo mato, entre a cachoeira e as casas da sede da estação. Subi e desci o rio. Chovia um pouco, mas isso não chegou a atrapalhar. A Jureia está intacta e lindíssima. Até quando? É a pergunta angustiante que paira no ar. Mas temos boas razões para esperar pelo melhor, devido ao apoio do Estado de S. Paulo, O Globo, Folha de S. Paulo, Governo do Estado, ministros Sayad e Flávio Peixoto e sobretudo da opinião pública, que está do nosso lado. José Pedro e seu pessoal em São Paulo estão lutando intensamente. O apoio do governador Franco Montoro tem sido precioso

Jureia–Itatins

19 janeiro 1986 ILHA DO CARDOSO, SP – (...) Depois que os oradores da reunião terminaram de falar, o governador Franco Montoro assinou o decreto que cria a Estação Ecológica da Jureia-Itatins em terras devolutas e manda desapropriar o resto. São 80 mil hectares entre as praias da Jureia, Rio Verde e Una, estendendo-se até o alto da Serra dos Itatins.

Campus avançado

10 junho 1990 Fui com os professores Silvia Campiglia e Miguel conversar com o reitor Leal Lobo, da USP. Ele foi

muito amável e concordou com o pedido que lhe fizemos, para que permitisse a instalação de um pequeno Campus da USP na Estação Ecológica da Jureia. Gostou muito da ideia e disse que teria facilidades para obter, para esse fim, cerca de 2 ou 3 milhões de dólares, no Banco Mundial.

Populações tradicionais

Fui às 21h à Assembleia Legislativa, que comemorou o 18º aniversário da SOS Mata Atlântica. Depois, no coquetel, transmiti a Roberto Klabin e Fabio Feldmann o meu alarme em relação à situação precária e perigosa relativa à Estação Ecológica da Jureia. Concordaram comigo que é urgente fazer algo a respeito. Expus meu plano de criar um mosaico ambiental. (...) Depois conversei longamente com Plínio Melo, que reside em Peruíbe e é membro do Conselho Consultivo da Jureia. A seu ver, as populações tradicionais de lá estão separadas umas das outras e não se dão muito bem entre si. A maioria é de aposentados. Os mais jovens foram para as cidades grandes e não voltarão, a não ser que tenham grandes vantagens. Acha que as pessoas podem permanecer onde estão. São umas 300 famílias ou 500 pessoas. Mario Mantovani apeia a ideia de fazer um acordo com a população local.

Audiência pública da Jureia

SÃO PAULO, SP – (...) Fui à Câmara Municipal, onde se realizou uma audiência pública sobre a organização de um mosaico ambiental na Jureia, Estação Ecológica que estabeleci há uns 20 anos, no Maciço da Jureia. Estende-se também aos banhados regionais, às praias e à Serra dos Itatins.

O grande Salão da Câmara dos Vereadores ficou lotado de moradores da Jureia e pessoal das ONGs (Organizações Não Governamentais). Falaram umas 20 pessoas, sob a Presidência de Germano, do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Fiz um pequeno discurso, salientando um pouco da história da Estação Ecológica, que estabeleci lá quando eu era secretário federal do Meio Ambiente. Fui bastante aplaudido e elogiado por vários oradores.

Ao contrário do que se esperava, quase todos os oradores foram favoráveis ao mosaico de unidades de conservação que José Pedro de Oliveira Costa desenhou para resolver a implantação definitiva da grande área protegida. Tudo correu bem, civilizadamente. Houve uns 80% de consenso.

Primeiro mosaico

À tarde, fui com José Pedro ao Palácio dos Bandeirantes. Houve lá uma reunião de ocupantes tradicionais e outros posseiros da Estação Ecológica da Jureia, hoje mosaico ambiental, com áreas que continuarão ocupadas, mas com uso limitado, não destrutivo. Graças a José Pedro de Oliveira Costa, foi possível negociar um acordo com a maior parte dos ocupantes, cerca de 300 pessoas ou mais. Estavam no Palácio umas 50 pessoas, vindas da Jureia, com o prefeito de Iguape e o líder dos ocupantes, Arnaldo, com o qual tive, há tempos, contatos buscando uma solução socioambiental. A área total do mosaico da Jureia foi aumentada, com a anexação de matas vizinhas, baixada e atlânticas, todas intactas.

Para mim, foi emocionante ver aquelas pessoas simples, apoiando com entusiasmo a solução de mosaico, uma ideia minha que defendo há anos. A Jureia será o primeiro mosaico paulista e talvez

23 maio 2005

27 abril 2006

26 dezembro 2006

P.S. 2009: A Jureia é hoje, por Lei Estadual, um mosaico ambiental, categoria que figura também na Lei Federal do SNUC, em parte por sugestão minha. Infelizmente o Judiciário anulou essa lei por falta de audiências públicas, mas há outra lei a caminho.

também brasileiro. A reunião foi presidida pelo governador Cláudio Lembo, com a presença do secretário José Goldemberg, José Pedro e minha. Todos fizemos discursos curtos, mas saudando a ideia do mosaico que permitiu um acordo ambiental de fundamental importância. O mosaico compreende terras de desenvolvimento sustentável para a população tradicional e outras áreas sem pessoas, de proteção integral. Estas, na maior parte, continuarão sendo Estações Ecológicas. Haverá também um parque aberto ao turismo.

A Mata Santa Genebra está sob a guarda eficiente da Fundação da Mata Santa Genebra, dirigida com eficácia pelo seu presidente Ayres.

Prêmio dado pelo Estadão e pelo Centro de Integração Empresa-Escola



Prêmio ambiental entregue à PNN por Marina Silva, ministra



DUQUE DE EDIMBURGO E OUTROS PRÊMIOS

Oficial da Ordem do Rio Branco

BRASÍLIA, DF – Fui com Lucia ao Itamaraty, onde recebi as insígnias da Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial. A solenidade já havia sido realizada em abril, durante minha estada em Nairóbi, no Quênia. Foi como receber o diploma na secretaria, em vez de fazê-lo na cerimônia de formatura. Para não deixar o acontecimento passar em brancas nuvens, à noite ofereci um jantar em casa, a um grupo de amigos, o pessoal do Itamaraty, conselheiros da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente): Alberto Muylaert e sua esposa; e Maria Henriqueta Gomes (Severo, marido desta, estava viajando). Deixei um cartão no hotel onde o governador Paulo Egydio estava hospedado, convidando-o. Foi uma agradável surpresa vê-lo comparecer. Não foi possível, porém, avisar a tempo o conselheiro Marcos Azambuja e o secretário Pedro Mota, que apareceram em trajes esportivos.

20 junho 1975

Comendador trabalha ao receber Ordem Judiciária do Trabalho

À tarde fui ao Tribunal Superior do Trabalho. Recebi, numa solenidade, a condecoração da Ordem Judiciária do Trabalho, no grau de comendador. Estava lá o ministro do Interior Rangel Reis, também condecorado. Contei a ele sobre o auxílio da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para as Estações Ecológicas de Taim e Esmeralda, ambas no Rio Grande do Sul. Falei da minha viagem ao Mato Grosso e dos entendimentos que mantive lá com o governador e a Codemat (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso), para estabelecer uma Estação Ecológica. O ministro recebeu com satisfação essas notícias.

24 setembro 1976

Comenda do Instituto Histórico e Geográfico, com Burle Marx

SÃO PAULO, SP – À noite, no grande auditório da Escola de Engenharia da Universidade Plesbiteriana Mackenzie, houve uma sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga, presidida por Lucia Falkenberg. Ela se destacou por sua luta em defesa da paisagem e das relíquias históricas das áreas de Guarujá e Bertioga, no litoral paulista. Ao assumir a presidência da sessão, realcei o trabalho pioneiro de Lucia Falkenberg e falei sobre o movimento conservacionista. Em seguida, o famoso paisagista Roberto Burle Marx fez uma conferência. Eu e ele recebemos, do instituto, a comenda Martim Afonso de Souza, que é muito bonita. Meu irmão José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário da Educação do Estado de São Paulo, fez parte da mesa, assim como diretores dos antigos alunos da Universidade Plesbiteriana Mackenzie, promotores da sessão.

27 setembro 1976

Um singelo agradecimento anônimo

LUZIÂNIA, GO – Domingo. Recebi hoje um buquê de gladiolos brancos e ramos de ciprestes. Junto ao buquê veio um cartão, no qual estava escrito em letra de forma: "Eu e o País temos muito o que agradecer ao senhor. Muito obrigado". Não havia assinatura. Essa homenagem anônima, totalmente inesperada, muito me fez pensar. É algo que compensa muitas incompreensões. Mas, ao mesmo tempo, pergunto-me o que eu teria feito para merecer tanta gentileza?

25 junho 1977

9 junho 1978

Personalidade do Ano do Rotary Club de São Paulo

SÃO PAULO, SP – Fui muito especialmente homenageado durante um almoço no Rotary Club de São Paulo, como a personalidade do ano. Outras dez pessoas também receberam distinções. Foi uma das maiores homenagens que já tive. O presidente do Rotary Club é Carlos Alberto Bueno Netto. Fui saudado por Durval Rosa Borges, com expressões de elogio, mas com sobriedade e classe. Ele tem o dom da palavra.

16 junho 1978

Uma pequena vela pela qualidade de vida

À noite, a ADCE-SP (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa de São Paulo) realizou um jantar no qual figurei como o principal homenageado. Fui saudado por Martha Junior, ótimo orador. Respondi à saudação em meu nome, e no dos demais (cinco) homenageados, lembrando o início da ADCE-SP (fui um dos fundadores) e a necessidade de cada um de nós fazer pelo menos um pouco – acender uma pequena vela – em benefício da qualidade de vida, preservando o Meio Ambiente. A ADCE tem preocupações sociais e visa educar os empresários nessa linha de pensamento, dignificando e melhorando a posição do trabalhador na empresa.

22 abril 1979

Cidadão de Itanhaém em sessão surreal

ITANHAÉM, SP – (...) Houve depois uma sessão da Câmara Municipal, no Cine Castro, com a presença de aproximadamente 200 pessoas. Essa sessão foi surrealista, uma das mais curiosas que já assisti. Primeiro entrou uma banda de música escolar, fazendo um ruído ensurdecedor. Depois cerca de 200 outras pessoas se sentaram na plateia de um amplo cinema. Permaneceu vazia a maior parte das poltronas. Chamaram para a mesa, armada no palco, entre 30 e 40 pessoas, e não anunciarão os nomes dos homenageados (Faria Lima, José Lutzenberger e eu). Finalmente nos chamaram. Cada um de nós recebeu o diploma–título de Cidadão de Itanhaém e fez um pequeno discurso, exceto Lutzenberger, que falou mais e desancou as usinas nucleares. Falaram também o senador Evandro Carneira e o físico Mário Schenberg.

A sessão já estava terminando quando Lutzenberger se levantou e disse em alto e bom som ao embaixador soviético Dimitrov, que estava na cabeceira da mesa: “Desejamos que reuniões como esta sejam possíveis um dia também na União Soviética”. Houve um visível mal-estar geral, pois o embaixador fora colocado numa situação constrangedora. Dos vários embaixadores convidados, ele fora o único que aceitara o convite. Eu soube depois, por meio do secretário (Estadual de Obras) Silvio Fernandes Lopes, que estava ao seu lado, que o prefeito Dias Simões, de Itanhaém, indagado pelo intérprete sobre o pronunciamento de Lutzenberger, disse que este saudara o povo da União Soviética... Assim não houve problemas, mas Lutzenberger mostrou que a manifestação ecológica não era comunista. O vereador e professor Ernesto Zwarg me deu um São Francisco de Assis, de madeira.

Houve depois um alegre almoço no Hotel Cibratel, durante o qual cantaram o embaixador soviético e o vereador professor Ernesto Zwarg (que propôs os títulos de cidadãos de Itanhaém), e declamaram a atriz Cacilda Lanuza e o senador Evandro Carneira. Em seguida Zwarg, Cacilda, Carneira, Paioli, Lutzenberger e Schenberg foram a minha casa, onde conversamos e tomamos café e chá, em ambiente de cordialidade conservacionista.

À noite, João e Mariana Haenel, que assistiram à memorável sessão da Câmara no Cine Castro, estiveram em minha casa para comentar este dia surrealista.

Prêmio Roquette Pinto

À noite, fui à TV Record onde recebi o Prêmio Roquette Pinto de Ecologia. Durante a solenidade, tive a oportunidade de dizer algumas palavras. Eram 15 os premiados, em vários campos de atividade.

Comenda da Ordem do Ipiranga

SÃO PAULO, SP – (...) À tarde, viajei para São Paulo. Fui com Lucia ao Palácio dos Bandeirantes. Ali, durante uma cerimônia presidida pelo governador Paulo Maluf, recebi a comenda da Ordem do Ipiranga. Estavam lá também alguns novos comendadores, como Firmino Rocha de Freitas, Thomas Magalhães, Celestino Rodrigues, Baby de Almeida, Horácio Cherkasski, Fernando Cardoso , e outros amigos e conhecidos, politicamente independentes. Eram 166 os agraciados. *O Estado de S. Paulo* tem criticado muito o recebimento de tais comendas, pois não poupa o governador Maluf. Penso, porém, que é importante manter boas relações com *O Estado de S. Paulo*.

Homenagem no Vale do Paraíba

JACAREÍ, SP – (...) Segui depois para Jacareí, onde participei de uma reunião dos prefeitos da área, reunidos no Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba). Eles me prestaram uma homenagem muito especial, entregando-me uma placa de prata com uma inscrição alusiva ao fato. Fiquei bastante sensibilizado e, ao agradecê-los, lembrei da figura de meu pai, que, como deputado federal, tinha no Vale do Paraíba seu principal núcleo de eleitores. Falei também da imensidão dos problemas ambientais que temos pela frente. O prefeito de Jacareí, Benedito Sérgio Lencioni, foi muito amável na saudação que me fez. Também o presidente do Codivap, o prefeito de Lorena Arthur Balerini, foi muito gentil comigo. Mais tarde, no almoço, o prefeito de Resende Noel de Carvalho se referiu a mim em termos muito honrosos (ele faz parte da oposição).

PAUL GETTY O maior prêmio conservacionista do mundo

Recebi um telefonema de Tom Lovejoy. Da Califórnia, ele me informou que eu e Maria Thereza Pádua, do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) havíamos ganho o Prêmio Paul Getty, a maior premiação que existe no mundo para homenagear conservacionistas. Seu valor em dólares (50 mil) era o dobro do que era pago ao ganhador de um Prêmio Nobel. Para mim, essa foi uma surpresa total. Estanislau e a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) me inscreveram, embora eu não o quisesse, e nunca pensei que realmente pudesse ganhar esse prêmio. Acredito que deve ter pesado muito na balança o fato de que eles estavam premiando dois brasileiros e, por conseguinte, o Brasil. Se apenas um de nós estivesse concorrendo, talvez o resultado tivesse sido o mesmo. Lucia e os filhos ficaram muito contentes. Falei pelo telefone com Maria Thereza Pádua, que está com a família em Sorocaba (SP). Ela também está muito satisfeita com minha premiação.

30 março 1982

Presidente da República entrega o Prêmio Paul Getty

BRASÍLIA, DF – Às 16h15, no Palácio do Planalto, realizou-se a solenidade de entrega do Prêmio Paul Getty (50 mil dólares), que ganhei juntamente com Maria Thereza Pádua, chefe do Departamento de Parques Nacionais do IBDF. Fui à solenidade com meus filhos; minhas noras; Lúcia; meus netos, Paulo e Luciana; meu irmão, José Bonifácio; minha cunhada; Maria Thereza; além de meus amigos e companheiros de trabalho. A solenidade obedeceu ao protocolo presidencial. Maria Thereza e eu ficamos em lugares marcados, um pouco à frente dos convidados. Em nossa frente, em linha, postaram-se o presidente João Figueiredo, os ministros Andreazza, Amaury Stábile, Baena Soares, os diretores do WWF (World Wildlife Fund) e o embaixador Anthony Motley, dos EUA. Primeiro falou Maria Thereza.

Depois, foi a minha vez. Falei sobre um cartão que recebi do antigo prefeito de São Paulo, Abrahão Ribeiro. Ele me agradeceu dizendo “nos ombros dos outros a gente vê mais longe”. Baseado nessas palavras, fiz uma série de agradecimentos. Agradei desde ao falecido Almirante Belart, até ao próprio presidente Figueiredo. Referi-me à educação que recebi de meus pais e avós, “durante a longa noite do Estado Novo”. Expliquei-lhes o que era o programa de estações ecológicas, cujo gênero era único no mundo. Referi-me também à poluição que ocorre em diversas partes do País, salientando que esta está recuando em quase todos estes lugares. Finalmente, elogiei Maria Thereza e agradei aos que nos concederam o prêmio.

Durante esse discurso, salientei várias vezes o trabalho e o apoio do Ministério do Interior, pois há certa queixa de que não costumo referir-me a este. Quase tudo correu muito bem. Infelizmente, porém, cometi o lapso de não me referir ao meu amigo Baena Soares, entre as autoridades que saudei no início do discurso. Simplesmente não me lembrei que ele era o ministro interino das Relações Exteriores. Foi, sem dúvida, uma gafe.

Depois foi a vez dos cumprimentos. Acompanhei o presidente João Figueiredo, apresentando-o a vários amigos e conservacionistas. Maria Thereza pediu a ele um favor: que este figurasse em uma foto junto com os três filhos dela. Imediatamente chamei meus netos, Paulo e Luciana, que também foram fotografados ao lado do presidente. Eduardo Manoel, meu filho, também pediu ao presidente para ser fotografado ao lado deste, e foi atendido.

Há ainda um ponto ao qual devo referir-me: o discurso do presidente, que teve muitas referências elogiosas ao meu trabalho e ao de Maria Thereza.

O recebimento do Prêmio Paul Getty foi realmente um dos momentos culminantes de minha vida. Várias vezes, quando falou comigo depois dos discursos, o presidente agradeceu meu trabalho. Isso tudo compensa amplamente as canseiras e aflições que sofri ao longo desses últimos anos. Lembro-me bem dos tempos em que procurei desenvolver, quase às escondidas, o programa de estações ecológicas.

Medalha de Liderança Ambiental

13 dezembro 1982

BRASÍLIA, DF – Às 18h, no Itamaraty, recebi do Unep (United Nations Environment Programme), entregue por (Jaime) Urtubia (representante deste programa no Brasil), uma linda medalha de prata comemorativa dos 10 anos (da Conferência) de Estocolmo. Ela me foi dada pela Unep por outstanding environmental leadership. Na América Latina, quatro outros ambientalistas também a

receberam. Fui saudado por Urtubia e fiz um pequeno discurso agradecendo o recebimento da medalha. A medalha comemora os 10 anos da primeira reunião mundial dedicada ao meio ambiente, realizada em 1972 na capital da Suécia, Estocolmo.

Comendador do Distrito Federal defende mata do córrego

Hoje fui condecorado, no grau de comendador, com a Medalha do Mérito do Distrito Federal. Fui recebê-la com Lucia. Após receber a linda comenda, falei com o governador sobre a mata do Córrego Capetinga, perto do Catetinho, que precisa ser salva. Ele não gostou muito do que falei, pois já contratou empresas para a construção de uma represa, com uma barragem de 300 metros de extensão e 16 metros de altura. Trinta hectares de uma preciosa floresta seriam destruídos. Felizmente esse projeto morreu, quando decretamos uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) Federal.

19 maio 1983

P.S. 2009: Designei essa mata Área de Relevante Interesse Ecológico. Isso parece ter ajudado a salvá-la, pois inviabilizou a construção da represa, que era menos importante do que a floresta nativa.

ORDER OF THE GOLDEN ARK
Notícia sobre a comenda da Holanda não era brincadeira

Recebi a visita do embaixador Krupers, da Holanda. Perguntei-lhe se era dele a carta que eu havia recebido confirmando a notícia de que, em setembro, eu receberia a *Order of The Golden Ark*. Até aquele momento, eu pensava que isto se tratava de uma brincadeira do Sarmento (da turma do Alargarrua). A cerimônia estava marcada para o dia 17 de setembro, na Holanda.

5 agosto 1983

Solenidade simples no Palácio Real

AMSTERDÃ, HOLANDA – (...) Às 16h, o casal Lessa veio nos buscar. Ele é o secretário da Embaixada (do Brasil na Holanda). Num imponente carro Mercedes-Benz com três fileiras de bancos, seguimos para o palácio de Soestdijk, que fica a quase uma hora de Amisterdã. (...) É uma bela e imponente construção branca de dois andares, com grandes janelas e uma ampla entrada. Na frente do palácio há um vasto gramado e ladeando-o existem bosques.

17 setembro 1983

Fomos os primeiros a chegar. Eram cerca de dez pessoas agraciadas, mas apenas duas eram comendadores da Order of the Golden Ark: um sueco e eu. Também estavam recebendo condecorações: meu amigo Kenton Miller, diretor da IUCN (International Union for Conservation of Nature), e pessoas deste país (da Holanda) e do exterior.

A cerimônia foi solene, mas simples. Quando chegou minha vez de receber a condecoração, leram uma declaração explicando por que eu estava sendo agraciado. Depois, o príncipe Bernardo, da Holanda colocou em meu pescoço a bela e imponente comenda, presa a uma fita amarela com uma linha azul e outra verde. Como me havia dito antes o sueco, “é sempre melhor ser o segundo a ser agraciado”, porque assim se pode ver como fizeram com o primeiro. Como fui o segundo, soube ficar no lugar certo e receber a comenda corretamente.

Rainha quer saber o que pode mudar o clima

Depois foi a vez dos cumprimentos. Apresentei Lucia ao príncipe Bernardo e à rainha Juliana, da

Holanda. Estavam lá também o embaixador e a senhora Regis Bittencourt, que já conheciam bem os monarcas. Antes de circularem entre os 50 convidados (aproximadamente), o príncipe e a rainha conversaram conosco. A rainha, que não ouve bem, queria que eu a informasse sobre a questão do oxigênio nas florestas. Procurei várias vezes explicar-lhe que as matas estão numa situação de equilíbrio, produzindo e consumindo aproximadamente a mesma quantidade de oxigênio. E a rainha não entendia o que eu falava, embora meu inglês seja bom. O príncipe Bernardo, que estava próximo a nós, já estava um pouco preocupado com essa situação. Finalmente consegui explicar a ela que os problemas e o desequilíbrio surgem quando se corta a floresta indevidamente. Embora o verdadeiro desequilíbrio esteja relacionado ao gás carbônico, e não propriamente ao oxigênio, minha nova explicação deixou a rainha satisfeita, a qual com o semblante feliz dirigiu-se aos outros convidados.

Provavelmente, durante longo tempo ela ouvira dizer que o oxigênio do mundo diminuiria, se os brasileiros devastassem a Amazônia. Essa "lenda" infelizmente circula pelo mundo afora, quando, na realidade, o verdadeiro problema é o dióxido de carbono, cuja quantidade na atmosfera aumenta cada vez mais, devido ao corte e à queima da floresta, o que, acredita-se, poderá mudar o clima do mundo. Segundo essa hipótese, o nível dos oceanos aumentará, provocando inundações na Holanda. Seria a consequência do degelo nos polos. Mas, de certo modo, também o oxigênio estaria envolvido, pois faz parte do gás carbônico. Como se vê nesta rápida exposição, esse assunto é muito complexo para ser tratado em uma rápida conversa com uma bondosa e simpática rainha, numa festividade.

Príncipe Bernardo lembra pedido publicado por Chatô

Conversei também com o príncipe Bernardo. Lembrei-lhe que ele foi nosso hóspede na Fazenda São Quirino, em Campinas, São Paulo, que é minha e de meu irmão JB. Isso aconteceu em 1961 ou 1962. Ele se lembrava bem da viagem e de um artigo escrito por Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados. O artigo dizia que o príncipe Maurício de Nassau havia feito em Pernambuco um ótimo governo, e que deveríamos pedir ao príncipe Bernardo para estabelecer lá outro governo semelhante àquele, pois o que este Estado tinha então era péssimo. O príncipe Bernardo, que não conhecia o estilo sui generis de Assis Chateaubriand, sentiu-se embaraçado. O fato é que até hoje ele se lembra do artigo (ou editorial). Expliquei ao príncipe Bernardo que nossos livros de história se referiam ao príncipe Maurício de Nassau em termos muito elogiosos.

Inesquecível despedida dos funcionários da Sema

BRASÍLIA, DF – À tardinha regressamos a Brasília. À noite houve um grande jantar em minha homenagem, oferecido pelos funcionários da Sema, no restaurante La Fornarina. Compareceram cerca de 80 pessoas. Muitas delas recebiam vencimentos modestos, por isso devem ter feito um sacrifício para comparecer ao jantar. Fiquei muito impressionado e cativado em relação a tudo isso, pois, afinal, sou apenas um ex-secretário. Eu nunca soube de um dirigente, inclusive em nível ministerial, que tenha recebido uma manifestação dessas após sair do cargo! Existe até aquela anedota, segundo a qual nos últimos dias de um governo não servem mais nem mesmo um cafezinho. Para me saudar falou Mauro Castro, meu antigo contemporâneo de São Bento, que citou o moto beneditino: ora et labora. Klever recitou, com entusiasmo, algumas poesias épicas do Rio Grande do Sul. A homenagem de hoje foi uma distinção única, da qual nunca me esquecerei.

29 julho 1986

Postura ecumênica ao receber comenda Alvorada

De manhã recebi a comenda Alvorada, outorgada pelo governador (do Distrito Federal) José Aparecido de Oliveira. Entre os homenageados havia muitos defensores de ciências ocultas, ufologia, medicina alternativa, além de espíritas, sensitivos, entre outros. O governador fez um discurso "carregado demais", em minha opinião, a favor dessas linhas. Para que não pairassem dúvidas sobre minha posição, após a solenidade procurei o governador e lhe disse que sou católico praticante. Ofereci-me para falar com dom Raymundo Damasceno ou com dom José Falcão, bispos de Brasília, para que eles participassem de alguma solenidade ecumênica, pois a igreja católica não poderia ficar de fora. Com isso, marquei bem minha posição. O governador me disse que Paulo VI promoveu ações ecumênicas.

7 novembro 1986

Agraciados com o Prêmio Fritz Müller

FLORIANÓPOLIS, SC – À noite houve a entrega dos prêmios Fritz Müller, muito bonitos, a mim, ao governador (de São Paulo) Franco Montoro, ao governador (de Santa Catarina) Pedro Ivo, e a várias outras pessoas. A solenidade foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado (de Santa Catarina). Foi uma reunião muito bonita. (O secretário do Meio Ambiente de Santa Catarina) Werner (Zulauf) me fez rasgados elogios, ao falar sobre cada um dos agraciados com o prêmio. Roberto Messias Franco (meu sucessor na Sema) estava lá, representando o ministro (da Habitação e Desenvolvimento Urbano) Deni Schwartz, que não pôde comparecer à solenidade.

7 outubro 1987

Auditório Paulo Nogueira-Neto

BRASÍLIA, DF – Lucia e eu fomos à Sema. Às 15h20, o ministro do Interior, João Alves, diante de aproximadamente 100 funcionários da Sema, chamou-me para descerrar uma placa de bronze, no auditório da secretaria. Quando expus a placa, muito bonita, apareceu à inscrição: Auditório Paulo Nogueira-Neto. Essa foi, realmente, para mim, uma emocionante homenagem, no 15º aniversário da Sema. Eu já sabia que a estavam preparando. Mas, mesmo a homenagem não sendo para mim uma surpresa, foi extremamente gratificante ver meu trabalho reconhecido pela instituição que fundei. Dona Zélia Azevedo Campos, a funcionária mais antiga da Sema, fez um discurso elogiando meu trabalho. Fui também muito elogiado pelo ministro João Alves, por Henrique Cavalcanti (que preparou o decreto criando a Sema), e pelo secretário (Especial do Meio Ambiente) Ben Hur Batalha. Acredito que, em toda minha vida, nunca fui tão elogiado. Como eu disse depois ao Carlos Alberto Xavier, "desse jeito acabarão estragando-me, tornando-me convencido e insuportável!" Em meu discurso de agradecimento, expliquei-lhes, o que é verdade, que, de certo modo, quando ouço elogios tão grandes tenho a impressão de que estão falando de outra pessoa. Essa homenagem, afirmei, era inusitada, pois geralmente manifestações como essas só ocorrem em relação a pessoas que já morreram. Além disso, pensei "com meus botões", "não tenho cargo nem favores para distribuir, e nada pedi". A homenagem foi realmente espontânea.

Em minha fala, aludi, sem mencionar nomes, à tentativa que uma instituição (o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) estava fazendo para absorver a Sema. Disse que era um absurdo "a parte querer absorver o todo". Afirmei que lutaria, onde quer que eu estivesse, em defesa da Sema. E pedi ao ministro que este também a defendesse. Quando foi sua vez de falar, o ministro disse que faria essa defesa e que podíamos ficar tranquilos. Inusitadamente, ele estendeu os elogios que

26 outubro 1988

P.S. 2009: Mais tarde o Auditório Paulo Nogueira-Neto foi destruído. Isso aconteceu, quando a Sema se mudou para outro prédio. Nem a placa foi recuperada. Ninguém mais se lembra do auditório. Sic transit gloria mundi.

me fez aos meus antepassados, que ajudaram a fundar a Nação, numa alusão ao patriarca, José Bonifácio Andrade e Silva.

Foi muito agradável conversar com todos os funcionários da Sema, e cumprimentá-los, e verificar que eles continuam amigos como sempre.

À noite embarquei para São Paulo. Foi um grande dia, antecedido por outro de igual valor. Louvado seja Deus, que me deu muito mais do que mereço. Nem sei como poderei retribuir-lhe tanta bondade.

Augusto Ruschi, exemplo de conservacionista combativo e irrequieto

1 fevereiro 1991

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 18h, na Academia Brasileira de Ciências, no centro da cidade, recebi a Medalha Augusto Ruschi (mais de 200 gramas de ouro 24 quilates). Estiveram lá cerca de 40 pessoas e aproximadamente quatro fotógrafos. Antes de receber o prêmio concedi entrevista a um repórter do O Estado de S. Paulo.

O presidente Maurício Rocha e Silva, da academia, fez uma explicação sobre a origem do prêmio. Augusto Ruschi deu à academia ouro suficiente para cunhar sete medalhas, atribuídas a cada quatro anos, alternadamente, às pessoas que se destacaram nas áreas de ecologia e conservação. Depois a Academia passaria a cunhar novas medalhas. Em seguida, o presidente da comissão julgadora, Aristides Pacheco Leão, fez um resumo dos meus trabalhos científicos publicados e das estações e reservas ecológicas que implantei. Ele está bastante envelhecido e com os cabelos praticamente brancos, mas mantém a chama viva do seu idealismo de cientista que prestou grandes serviços ao Brasil.

Finalmente foi minha vez de falar. Primeiro dissertei sobre Augusto Ruschi, que conheci há quase 30 anos. Ressaltei seu valor e idealismo conservacionistas. Como topógrafo (era também advogado), ele demarcou, pessoalmente, as principais reservas ecológicas estaduais e federais do Espírito Santo exceto o Parque do Caparaó, onde fica o Pico da Bandeira, na divisa deste Estado com o de Minas Gerais). Era um zoólogo não ortodoxo. Tinha espírito irrequieto e muito combativo.

Reação discreta no Conama

18 setembro 1991

BRASÍLIA, DF – De manhã fui à reunião do Conama na qual eu seria homenageado. Eduardo Martins, secretário Adjunto (do Meio Ambiente), abriu a sessão e me deu a palavra. Fui bastante aplaudido. Conteí aos participantes a história do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Disse-lhes, entre outras coisas, sobre a surpresa do ministro Andreazza (do Interior, 1979-84) quando soube, ao ouvir meu discurso inaugural, que o Conama era um conselho no qual o Governo Federal se colocava em minoria – caso único. Mas o ministro manteve a decisão de implantá-lo.

Tive a impressão que a proposta de me homenagearem foi de Fernanda Colagrossi. Não recebi elogios (...) e a mesa apenas se limitou a dar-me a palavra e, logo em seguida, encerrou essa parte do trabalho. Lutzenberger (então secretário Especial do Meio Ambiente) não tinha entusiasmo por mim e seus auxiliares provavelmente quiseram livrar-se logo do encargo que o Conama lhes deu. O plenário, porém, me aplaudiu bastante.

Destaque em Ecologia

RIO DE JANEIRO, RJ – Fomos à Escola Wenceslau Braz, localizada na Avenida Brasil, 9.727, não bairro da Penha. O lugar uma antiga fazenda, que se tornou escola no início do século. Hoje o local é uma ilha verde, sob a direção da Sociedade Nacional da Agricultura, presidida agora por Octavio Mello Alvarenga. A sala de reuniões, embora fora um antigo dormitório da escola cheio de ventiladores no teto e tivesse as janelas abertas, estava muito quente. E estava lotada de pessoas. Foram três horas de discursos agrícolas, a favor (geralmente), mas também contra a política agrícola do Governo. Em meio a esses discursos, fora entregue uma série de prêmios, chamados de Destaque, para nove pessoas. Coube a mim o Destaque em Ecologia.

Soldado raso se aposenta trabalhando

SÃO PAULO, SP – Hoje foi um dos dias mais importantes da minha existência. O Instituto de Biociências da USP (Universidade de São Paulo) fez uma reunião especial homenageando-me, por causa de minha aposentadoria. Foi, de certo modo, uma sessão "de adeus", que aconteceu no auditório principal do instituto. É verdade que continuarei trabalhando na USP. Contudo, agora, depois de tantos anos, será outra vez um trabalho voluntário, como no início de minha carreira. Estavam lá muitos professores, colegas, a nova geração de pós-graduados que fizeram, no passado, mestrado e doutorado sob minha orientação, além de outros amigos. (...)

Todos os outros membros da mesa falaram sobre mim, lembrando aspectos da minha personalidade. As professoras Sylvia e Vera, e o professor Ruy Laurentis disseram que eu continuaria sendo bem-vindo nos trabalhos da USP. Isso, para mim, foi importante, pois eu realmente pretendia continuar trabalhando lá, mesmo sem ganhar salário, e já havia falado com eles sobre isso. Embora eu e Lucia estivessemos emocionados, a essas palavras e o ambiente geral, sinceramente amigo, foram importantes para dissipar certo sentimento de perda ou desânimo, que me dominara nos dias que antecederam minha aposentadoria.

Quando foi minha vez de falar, agradei sinceramente às manifestações de apoio que recebi. Relembrei-me de alguns fatos do passado. Comecei dizendo que nasci em berço de ouro. Expliquei-lhes que em minha família havia duas grandes vertentes. Uma era uma linha política, que vinha do meu antepassado José Bonifácio Andrade e Silva, o patriarca; dos professores de Direito, Aureliano Coutinho e José Bonifácio Oliveira Coutinho; do ex-presidente do Brasil Campos Salles; e do meu pai, que ficou exilado durante oito anos, durante o Estado Novo do ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas. Eu poderia ter citado também o visconde de Sepetiba (Aureliando Coutinho, pai). A outra vertente era econômica: começou com meu bisavô, José Paulino Nogueira e continuou com meu avô, Paulo de Almeida Nogueira. Não entrei em detalhes sobre tudo isso, mas pretendo fazê-lo em um livro, algum dia.

Contei-lhes sobre minha passagem pelo serviço militar, no qual nunca passei de soldado raso, ao contrário do Paulo Vanzolini (que estava presente na reunião) – ele chegou a ser cabo. Disse-lhes que, na Faculdade de Direito, participei dos acontecimentos de 9 de novembro de 1943, quando fomos metralhados numa manifestação contra o Estado Novo. Houve cerca de 60 feridos e dois ou três mortos, nessa ocasião. Conteí-lhes sobre minha entrada no curso de História Natural da USP, por meio de exame vestibular. Disse-lhes que Paulo Vanzolini e Lucia foram os responsáveis por minha decisão de candidatar-me. Fiz o curso no período noturno. Até hoje prefiro dar aulas nesse

13 março 1992

14 abril 1992

P.S. 2009: Ou seja, neste livro.

P.S. 2009: Infelizmente, esqueci-me de falar sobre meus filhos e de agradecer a estes o apoio que sempre me deram. Esse esquecimento muito me aborreceu.

período, para, de certo modo, compensar os privilégios que tive desde meu berço dourado. Depois de ser escolhido pelo professor Ernesto Marcus, todos os postos que conquistei na USP foram por meio de concurso. É muito bom que essa seja a norma na universidade. A USP é para mim, como dizem os norte-americanos, a minha alma mater, no sentido de ser o centro do meu saber.

Eu lhes disse também: "quero fazer aqui uma profissão de fé cristã, católica. Os preceitos cristãos não são importantes somente para a vida eterna. Eles nos livram, nesta vida, de muitos problemas e situações 'frias'. Ajudam-nos a obter felicidade neste mundo".

Ao terminar, contei-lhes que há uma lenda nórdica segundo a qual os velhos guerreiros vão desaparecendo aos poucos nas brumas do tempo. Pensei que assim também aconteceria comigo. Mas depois cheguei a uma conclusão diferente. Não estou em um país nórdico. Não sou um guerreiro, pois o máximo que cheguei nessa área foi a soldado raso de cavalaria. Além disso, a garoa quase desapareceu de São Paulo, de modo que não há aqui muitas brumas nas quais eu possa desaparecer. Assim, eu disse, "vocês terão de aguentar-me por muito tempo, pois vamos continuar a trabalhar juntos"!

Sai da reunião com ânimo elevado. Terminava uma etapa da minha vida, e agradeço aos meus amigos e à minha querida família por esta ter existido.

Bondade excessiva

31 agosto 1993

BRASÍLIA, DF – De manhã fui ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No auditório desse instituto foi realizada uma sessão extraordinária do Conama. O ministro Fernando Coutinho Jorge fez grandes e repetidos elogios a mim. Anunciou que pretendia apresentar meu nome para receber (da presidência da República) a condecoração do Mérito Ambiental, uma nova honraria. Eu seria a primeira pessoa a ganhá-la. Os presentes aplaudiram o ministro do Meio Ambiente, o qual considerou aprovada sua proposta. (...)

Os elogios do ministro e de vários conselheiros, que recebi, deixaram-me constrangido. Foi bondade excessiva deles! Na realidade, como eu disse no final de minha fala, Deus foi extremamente generoso comigo, dando-me a oportunidade única de fazer o que realmente gosto, defendendo o meio ambiente, numa ocasião vital para a implantação do Conama. Foi muita bondade de Deus conceder-me essa magnífica oportunidade.

Oportunidades para os biólogos na tecnologia ambiental

16 outubro 1993

No início da noite, fui ao Conselho Federal de Biologia. Lá me prestaram uma grande homenagem. O presidente do conselho, Jorge, fez um pequeno discurso sobre minha atuação. Depois, Lucia descerrou um pano verde que cobria um quadro com meu retrato. Recebi, também, uma plaqueta homenageando-me.

Fiz um pequeno discurso de agradecimento. Terminei dizendo, como já fizera em outras ocasiões, que se continuassem a elogiar-me eu ficaria insuportável. Aconteceu então um fato imprevisto. O presidente Jorge anunciou, para as mais de 20 pessoas presentes na homenagem, que eu faria uma palestra. Mas nada disso estava previsto.

Tive, pois, de falar a todos improvisando. Escolhi como assunto as possibilidades que as novas tecnologias biológicas e ambientais oferecem à carreira de biólogo. Expliquei-lhes quais foram as dificuldades iniciais do conselho e que houve a decisão de estabelecer os estudos de impacto ambiental, contra a opinião dos que diziam que não estávamos, no Brasil, tecnicamente preparados. Em contraste com os adversários da ideia, uma assessora da Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) carioca, Iara Verocai, preparou um excelente projeto que foi aprovado quando eu ainda estava na Sema.

Elogios à laboriosa andorinha

BRASÍLIA, DF – (O presidente do Ibama) Eduardo Martins, que presidia a reunião, fez-me grandes elogios ao terminá-la. Recebi dele um quadro de vidro, com uma foto de uma das sessões iniciais do Conama e as assinaturas das pessoas presentes à atual reunião deste conselho. Fui aplaudido e saudado também por outras pessoas. Essa foi uma grande e honrosa homenagem. Disse a todos que uma andorinha sozinha não faz verão. Se eu fizera alguma coisa, foi porque tivera muitos amigos e colaboradores. Fernanda Colagrossi, Maude, Clarimino e outras pessoas também me saudaram. "Brincando" com elas, reafirmei que, com tantos elogios, eu ficaria in-tragável e insuportável.

18 abril 1996

Um comovente símbolo de poder

MANAUS, AM – De manhã estive numa palestra interessante dos índios xavantes, com o cacique Vaipariá e Marcus Terena. Havia uma tradutora muito simpática, mas que traduzia mal. Sobre um debatido decreto recente, que dá a todos e não apenas aos índios o direito de discutir demarcações, ela afirmou que este decreto legalizava invasões. Ante esse equívoco, não me contive, dizendo em voz alta: – "This is not true" ("isso não é verdade"). Alguns participantes olharam para mim com certo espanto, mas depois lhes expliquei do que se tratava e não houve problemas.

O cacique Vaipariá pediu dinheiro, para comprar óleo diesel. Este seria usado em uma motoniveladora da prefeitura local. Isso era necessário para que fosse consertada a péssima estrada que liga 35 aldeias xavantes ao hospital mais próximo. A mulher dele morrera de parto porque não fora transportada até o hospital. No final da reunião, vendo que as pessoas saíam sem contribuir, eu disse em voz alta, em inglês e português, que os donativos podiam ser dados à tradutora. Alguns o fizeram, inclusive eu. Talvez por isso, o cacique Vaipariá colocou em meu pescoço, como presente, uma corda especial que simbolizava seu poder sobre a tribo. Foi um gesto que me comoveu.

9 maio 1996

Candango do meio ambiente, cidadão honorário de Brasília

BRASÍLIA, DF – De manhã, pouco antes das 11h, já estávamos no auditório do Ibama: Monsã, Galdino (Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e eu. Tratava-se de uma sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual eu receberia o título de cidadão honorário de Brasília.

Com a presença de aproximadamente 200 pessoas, a sessão começou com o Hino Nacional, cantado pelo coral Ecoar, composto por funcionários e ex-funcionários do Ibama.

22 setembro 1997

Diversos oradores me saudaram, a começar pelo deputado distrital do Partido dos Trabalhadores (PT), Antônio José, o Cafu. Foi ele quem apresentou o projeto indicando meu nome para receber o título de Cidadão Honorário de Brasília. Fui também saudado por Moacir Arruda, em nome dos funcionários do Ibama. Ele trabalhou comigo na Sema.

Eduardo Martins, presidente do Ibama, foi quem mais falou a meu respeito, de modo muito cordial. Discorreu sobre minha atuação diplomática na solução de problemas difíceis. Essa fala do Eduardo Martins foi feita cerca de dois meses após eu o ter criticado com severidade por causa de uma entrevista que este dera à revista Veja. Discordei das críticas que ele fizera às organizações não governamentais. A fala de Eduardo mostrou que ele não ficou magoado comigo, o que para mim é importante. Procuro não magoar ninguém, mas naquela ocasião tive de fazer o que os teólogos chamam de "fraterna correção", dando minha opinião sincera.

Quando foi minha vez de falar, fiz um breve histórico dos meus 15 anos de Brasília, passando pela Sema, pela Sematec (Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) e, brevemente, pelo Ministério da Cultura. Nesse Ministério procurei, sem sucesso, formar um setor ambiental. Contudo, na Sema pude estabelecer, por exemplo, uma rede de estações ecológicas (3,2 milhões de hectares), outra de Áreas de Proteção Ambiental (1,5 milhão de hectares), além do Conama e da Legislação Ambiental Básica. Na Sematec fiz, por exemplo, a APA (Área de Proteção Ambiental) de Cafuringa.

Solenidade da ADVB durante premiação de projetos ambientais

17 Novembro 1997

Às 19h20, guiando meu carro Ford Escort, fui ao Clube Monte Líbano. Lá, concedi entrevistas à TV Cultura e participei de uma enorme solenidade de premiação ambiental. Era um jantar com centenas de pessoas. Foram premiados 20 projetos ambientais. Depois, subi ao palco com Paulo Romano, secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Ele me fez rasgados elogios e me entregou uma bela plaqueta. Agradei suas palavras. Expliquei a todos, como participante da Comissão Brundtland da ONU (Organização das Nações Unidas) que esta concluiu que, para estabilizar o mundo demograficamente e melhorar o ambiente, seria necessário erradicar a miséria. Para isso, a comissão concluiu que seria preciso ocorrer um desenvolvimento autossustentável, que não fosse predatório nem prejudicasse as gerações futuras. Estávamos, na solenidade, fazendo exatamente isso: difundindo e premiando projetos de desenvolvimento sustentável e de melhoria das condições ambientais. Agradei aos dirigentes da entidade promotora da festa, a ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil). Paulo e Betty Bastos Cruz organizaram muito bem a reunião. Parece que gostaram das minhas palavras.

**Prêmio Duque de Edimburgo
Descrição do Palácio de Saint James**

3 dezembro 1997

LONDRES, INGLATERRA – À tarde, Ângela passou no hotel para me levar ao Palácio de Saint James. Chegando lá, subimos ao segundo andar, onde havia um grande salão para jantar, duas salas de recepção e a sala do trono. As paredes das salas eram forradas com pano vermelho. Havia muitos quadros grandes, a óleo, de pintores famosos. Os tetos eram brancos, com madeira dourada, esculpida, muito bonita. O conjunto era lindo. Sóbrio, como convinha a um palácio, mas de grande beleza. Tudo era primorosamente bem-cuidado. Fui um dos primeiros a chegar. Haveria antes uma reunião com cerca de 20 pessoas, que seriam as principais doadoras do WWF (World Wildlife Fund).

Foto oficial com o príncipe Philip

Ângela me levou a uma sala que ficava atrás da sala do trono. Disse-me que o príncipe Philip, duque de Edimburgo, passaria por ali e que eu deveria cumprimentá-lo. Depois Ângela saiu, deixando-me lá com o fotógrafo a postos. Quando finalmente o duque apareceu a caminho da recepção, eu o cumprimentei dizendo: "Your royal highness, I am glad to meet you. I am Paulo Nogueira-Neto" ("Sua Alteza real, estou contente por encontrá-lo. Eu sou Paulo Nogueira-Neto"). Ele me respondeu, sorriu e mandou o fotógrafo bater a chapa. Tenho a impressão que ele ficou um pouco surpreso porque me viu lá.

Gafe com grande doador do WWF

Depois, o duque de Edimburgo cumprimentou, na sala de recepção junto à sala do trono, os 20 maiores contribuintes do WWF e suas esposas. Um deles era a única pessoa na recepção sem smoking (tuxedo). Procurei afastar-me desse grupo, pois não queria parecer intrometido, embora o próprio duque tivesse me dito para eu entrar na sala. Terminados os cumprimentos, cometi uma grande gafe.

Conversando com a esposa de um dos grandes doadores, disse-lhe que meus filhos não seguiram minha carreira ambientalista porque não quiseram ser (penso) a sombra do pai. Ela me disse com certa emoção, "Isso também me preocupa", certamente se lembrando de algo semelhante ao que eu lhe falara, em relação a um outro caso não muito simples. Depois, procurei consertar a gafe afirmando que o movimento ambientalista tem muitas frentes e que neste há muitas ações diferentes para se fazer. Aliás, meus filhos apoiaram sempre minha carreira ambientalista e estavam presentes no palácio de Saint James, muito satisfeitos. Tiraram fotos comigo e com o simpático duque de Edimburgo.

Cômica operação cata-papel

Em seguida fomos jantar. Sentei-me na mesa principal, com os Luc Hofman; a senhora. Lea, da Finlândia; o Sir Guillem Prance (que é um grande botânico e meu amigo); Lady Prance; três outras pessoas; e, evidentemente, o príncipe. Fiquei sentado perto do príncipe e ao meu lado estavam a senhora. Lea e Lady Prance. Ao sentar-me, guardei o texto do meu discurso debaixo da minha cadeira. Eram folhas de papel soltas. Passaram um vídeo sobre o WWF, conversamos durante o jantar sobre a Finlândia, a terra da senhora Lea. Lady Prance, em bom português e em inglês, falou-me sobre a época em que morara no Brasil e sobre uma filha sua, que era casada e morava com o marido em Pernambuco, onde ambos trabalhavam num programa de assistência social.

Terminado o jantar, o diretor-geral do WWF, Claude Martin, falou ao microfone sobre mim e meu currículo. Nessa ocasião, prevendo que eu falaria em seguida, procurei o texto do meu discurso. Com grande espanto e desolação, vi que as folhas de papel, por ação dos meus pés e dos pés dos meus vizinhos, haviam se espalhado debaixo da mesa! Além disso, estavam amassadas, pisadas, e uma das folhas havia se rasgado.

O príncipe sorriu discretamente, eu também e meus vizinhos idem. Era uma situação cômica, mas por detrás do meu sorriso havia muita preocupação. Para pegar todas as folhas, tive de entrar discretamente, até certo ponto, debaixo da mesa. Algumas folhas foram recolhidas por Lady Prance.

Terminada a operação cata-papel, o príncipe se levantou e me entregou três prêmios: uma lindíssima e grande moeda de ouro (sul-africano), um valioso Rolex e um diploma. Agradei a ele, mostrei ao público (formado por 140 pessoas) a medalha e o relógio, e me dirigi a um pequeno podium que facilitava a leitura dos textos. Havia boa iluminação e microfone. Ao ver o estado dos papéis do meu texto (escrito à mão), tomei rapidamente uma decisão que se revelou providencial. Falei espontaneamente, lendo apenas alguns trechos que tinham determinados detalhes. Deu certo. Logo que comecei a falar, adquiri mais confiança e calma. Senti que aquele era um dos meus bons dias de comunicador. Minha voz estava em ordem e meu inglês me pareceu muito bom.

Contei-lhes que procurei assessorar o Governo e a oposição, na qual eu tinha amigos. Naquele jantar estivera um neto, meu convidado, do então líder da oposição no Congresso e meu amigo pessoal, o senador Franco Montoro. O meio ambiente une as pessoas. Nossa legislação básica, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, foi aprovada quase unanimemente. Só dois votos foram contrários a esta.

Finalizei agradecendo, sobretudo a Deus. Afirmei, como cristão, que esperava reencontrar-me com Lucia na vida eterna. Expliquei-lhes, também, que nunca me envolvi com política, quando fui secretário do Meio Ambiente. Nesse cargo, jamais perguntei a outras pessoas qual era sua ideologia ou religião. Quando o Projeto Básico Ambiental estava sendo discutido no Congresso brasileiro, eu assessorava tanto o Governo, quanto a oposição.

Recebi prolongados aplausos pelo meu discurso. Muitas pessoas me cumprimentaram, não somente pelo prêmio que eu recebera, mas também pelo discurso que fizera. A meu ver, cheguei ao ponto culminante de minha carreira.

Acenos em jantar de gala com a rainha

À noite fui à Embaixada do Brasil, onde o amigo e embaixador Rubens Barbosa e sua esposa, Maria Inês, receberam 64 convivas em homenagem ao presidente Fernando Henrique Cardoso, à rainha da Inglaterra, Elizabeth II e ao marido desta, o príncipe Philip, duque de Edimburgo. Estiveram lá: o (empresário) José Ermírio de Moraes, com muitas medalhas; o presidente do Ibama Eduardo Martins, com quem conversei longamente; o prefeito de Londres, com quem também falei cordialmente; e mais algumas pessoas.

Sentei-me a cerca de 10 metros de distância, em ângulo reto, numa mesa transversal à mesa principal. Tinha, assim, por sorte, boa visibilidade em relação ao presidente Fernando Henrique e a sua esposa, Ruth; ao ministro (Luiz Felipe) Lampreia, das Relações Exteriores; e à rainha Elizabeth II e ao seu marido, o duque de Edimburgo. Sentamos para jantar. Quando me viu, o duque acenou alegremente para mim, com uma das mãos. Respondi-lhe do mesmo modo. O presidente falou com o duque e também acenou em minha direção com as mãos, duas ou três vezes. Esses gestos, não protocolares, deixaram-me muito satisfeito, pois representaram enorme consideração. Eles não acenaram para mais ninguém.

Após o jantar, conversei brevemente com o presidente Fernando Henrique e sua esposa, Ruth Cardoso, aos quais mostrei a medalha de ouro que ganhara no dia anterior. Falei também com o príncipe Philip. Durante essas conversas, nós apenas trocamos amabilidades, pois outras pessoas também queriam cumprimentar essas autoridades. Cumprimentei a rainha Elizabeth II, que está

com os cabelos 80% brancos. Sua saúde parece estar em boas condições. Também falei com o ministro da Ciência e Tecnologia José Israel Vargas, um velho amigo, o qual me felicitou pelo prêmio.

Itaú relembra Prêmio Edimburgo

Houve no Itaú um superalmoço em alto estilo, oferecido por Olavo Setúbal, em minha homenagem. Lá estavam: Fábio Feldman (secretário Estadual do Meio Ambiente), Jairo Cupertino, José Carlos Moraes Abreu, Laerte Setúbal, Luiz Moraes Barros, Augusto Rocha Azevedo, JB (meu irmão), meus filhos Paulo Jr., Luiz Antonio e Eduardo Manoel. Olavo me saudou. Respondi a ele contando como foi a entrega do prêmio que recebi e que tive de pegar debaixo da mesa os papéis do meu discurso, os quais meus pés sem querer espalharam pelo chão. Aliás, como eu já disse, falei quase sem ler e assim o discurso saiu espontaneamente e muito melhor. Olavo me mostrou que era um grande amigo. Agradei sinceramente essa homenagem.

Mérito Científico, a felicidade da busca

BRASÍLIA, DF – (...) Depois fui com o Monsã ao Palácio do Planalto. O Ministro da Ciência e Tecnologia, professor José Israel Vargas, fez um discurso muito interessante. Ele trouxe notável incremento às atividades científicas brasileiras.

O presidente da República, professor Fernando Henrique Cardoso, como sempre, falou de improviso. Ele é um scholar, profundamente culto, e fala de modo cativante e convincente. Citou um sociólogo alemão ou norte-americano, o qual disse que as pessoas procuram a felicidade, mas que para os pesquisadores esta está na busca. Isso é profundamente verdadeiro. Todos os agraciados ficaram encantados, presumo.

Minha comenda era do mais alto grau, ou seja, recebi a Grã-Cruz do Mérito Científico (da República Federativa do Brasil).

Promoção na Ordem do Rio Branco

(...) Depois fui ao Itamaraty, onde, por volta do meio-dia, realizou-se uma reunião, muito concorrida, da Ordem do Rio Branco. Fui promovido ao grau de comendador. Depois de receber as comendas, os agraciados fizeram fila e foram cumprimentar o presidente da República Fernando Henrique Cardoso. (...)

“Fiz de conta que não sabia”

Dia da árvore. Pela manhã, fui ao banco Itaú para enviar recursos à assistência médica da Asasqui (Associação Ambiental e Social São Quirino), no Acre. Almoçamos no Centro Gilberto Salomão.

No começo da tarde fui ao Palácio do Planalto, para uma audiência com o presidente da República. Após alguma espera, o residente Fernando Henrique recebeu uma delegação de altos funcionários do Ministério do Meio Ambiente e alguns convidados: José Pedro de Oliveira Costa, o ministro José

22 dezembro 1997

16 abril 1998

18 maio 2000

21 setembro 2000

Sarney Filho, João Batista Monsã, José Carlos Carvalho, Mary Allegretti, o ministro (chefe da Casa Civil) Pedro Parente, Maria Thereza Pádua, Marília Marreco Cerqueira, Antônio Renato Aragão.

O presidente assinou alguns decretos. Dentre eles, o que criou o Parque Nacional da Serra do Bo-doquena (MS), e estabeleceu uma nova carreira de funcionalismo, para novos funcionários, criou uma reserva extrativista marinha, na Bahia.

Finalmente, levantou-se, caminhou em minha direção e me entregou o livro Homenagem a Paulo Nogueira-Neto. Essa obra contém o depoimento de dezenas de pessoas, amigos e autoridades sobre minha atuação na área ambiental. É um trabalho grande, com 120 páginas, e contém também alguns escritos meus, inclusive meus trabalhos publicados na revista-jornal teológica do Instituto Ciência e Fé, sobre "Visão social da ecologia" e "Ciência, fé, meio ambiente e novos rumos". Organizar toda essa publicação foi um trabalho de paciência, realizado por José Pedro e Monsã. Este trabalho foi feito em segredo, sem que eu soubesse, embora estivesse ciente de que preparavam uma homenagem para mim. Eu sabia também, vagamente, que haveria algo escrito a meu respeito. Contudo, fiz de conta que não sabia disso.

Quando o presidente me entregou o livro, uma multidão de fotógrafos tirou fotografias. Aliás, não sei o que fizeram com tantas fotos, pois somente vi uma delas publicada no Jornal do Brasil do dia seguinte.

Agradei em poucas palavras. Lembrei-me do papel de Lucia em meu trabalho e da colaboração de muitas pessoas. Disse que uma homenagem como essa costuma ser feita depois da morte do homenageado. Estava calmo, tranquilo. Foi um dos momentos mais importantes da minha vida. Devo dizer que tomei meio comprimido de Lexotan, um tranquilizante, o que faço muito raramente. Acredito que eu ficaria calmo durante a homenagem mesmo se não tivesse ingerido esse tranquilizante.

Em seguida fomos ao Ibama, onde houve nova e grande solenidade para comemorar o livro que ganhei. O ministro Sarney discursou, saudando-me. Um dos funcionários falou durante a solenidade. O coral do Ibama cantou duas belas canções. Depois foi minha vez de falar. Agradei a todos, de modo geral, destacando, porém, a presença e o papel que tiveram, em minha vida, Lucia, José Pedro, Vera Imperatriz-Fonseca (presente na ocasião) e Henrique Brandão Cavalcanti. Foi uma falha eu não me referir à Maria Thereza Jorge Pádua e ao Renato Aragão, presentes na solenidade. Mas, evidentemente, eu não poderia mencionar todos. Foi a hora da saudade. Mostrei-lhes também a evolução do meu pensamento ambientalista, que começou voltado apenas para a proteção florestal, o que continua sendo importante, mas que hoje é mais abrangente. Considero que a erradicação da miséria é o problema ambiental número um. Defini publicamente minha crença religiosa. Disse ser cristão católico, com espírito ecumênico.

Dia ímpar, memorável, o qual não esquecerei jamais

Depois da minha fala, fiquei durante cerca de duas horas dando autógrafos no livro. Minha memória estava muito boa, pois eram dezenas os antigos funcionários da antiga Sema que me pediam para assinar o livro, o que fiz acrescentando algo. Só num caso maior me esqueci completamente do nome, mas o Heloiso Figueiredo me lembrou a tempo, sem problemas.

Foi um dia ímpar, memorável. O livro me elogia muito, como nenhum outro. Na realidade, eu pouco teria feito sem as equipes que organizei e sem as outras, que também me apoiaram sempre em todos os lugares nos quais trabalhei. A amizade de todos, e a simpatia (inclusive do residente) com que eu fui recebido, não esquecerei jamais.

Amizade é o mais importante, para o professor Emérito

SÃO PAULO, SP – À tarde fui à USP. Às 18h começou a sessão especial, no auditório do Instituto de Biociências, na qual me outorgaram o título de professor Emérito. Na USP, a concessão desse título depende de eleição dos colegas na ativa. Foi um dos momentos mais importantes da minha vida. O auditório estava repleto, com funcionários de vários setores, que trabalharam comigo durante minha vida.

Minha fala estava boa e fluente. Falei com calma, contando aos participantes, entre as considerações sérias, algumas passagens pitorescas e descontraídas da minha vida, que divertiram a plateia.

Falei muito das minhas lutas e atividades ambientais. Dei ênfase especial à Comissão Brundtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), das Nações Unidas, da qual fiz parte. Expliquei-lhes que as preocupações demográficas são grandes. Eu falei que os especialistas nessas questões disseram que a população "explode" onde há miséria. Assim, prossegui dizendo, para acabar com a miséria é que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que não prejudica a atual ou as futuras gerações. Em minha opinião, a erradicação da miséria é o principal problema ambiental. Quando terminei de falar, fui muito aplaudido de pé! Isso me impressionou.

Depois do meu discurso, feito em tom calmo e informal, falou o reitor da USP, professor Jacques Marcovich. Sua fala se prendeu principalmente à leitura e aos comentários do presidente da República e de outras personalidades sobre minha vida, publicados no livro impresso no ano passado em minha homenagem. Até eu fiquei impressionado! Ele certamente foi muito amável.

Terminada a fala do reitor, recebi os cumprimentos dos participantes. Depois fui ao Clube dos Professores, onde houve um cocktail em minha homenagem.

Foi um dia magnífico. Mais do que os elogios, o que para mim teve maior importância foi a amizade manifestada por tantas pessoas.

Emoção com novas gerações, aos 80 anos

Completei hoje 80 anos! Bendito seja Deus!

SÃO PAULO, SP – À tarde estive no Laboratório das Abelhas, do IB-USP, onde fizeram uma festa para comemorar meus 80 anos! Não aconteceram discursos. Conversei com os convidados, a contando episódios pitorescos de minha atuação na USP. Por sugestão de Mariana Imperatriz Fonseca, que organizou a pequena festa, tiramos algumas fotos usando todos um chapéuzinho cheio de desenhos coloridos. Também assopramos língua de trapo. Apaguei a vela do bolo. Cantamos a música Parabéns a você! Fiquei emocionado, pensando no que representava o apoio de novas gerações e de velhos amigos ali presentes.

18 abril 2001

18 abril 2002

Duzentos e dezesseis convidados na festa em casa

Em minha casa, depois das 20h começaram a chegar os convidados para a festa de meu aniversário. Vieram 216 pessoas! João Pedro Capps e Sousa veio de Portugal. Beatrizinha Lemoine chegara no dia anterior dos EUA. De Brasília, vieram alguns antigos companheiros da Sema. (...)

Foi incrível a quantidade de presentes que recebi. Minhas secretárias, Clemilde e Sandra, ficaram perto da porta de entrada, recebendo e identificando os presentes. Mal tive tempo de circular entre os participantes da festa, conversando apenas com um e m outro. Sequer jantei. A festa deve ter sido muito cara. Foi organizada pelos meus filhos e especialmente pela minha nora, Cristina Toledo Nogueira, que se desdobrou nos trabalhos. Paula, Luiz Antonio e Eduardo Manoel colaboraram bastante para a organização da festa, assim como as empregadas da minha casa, o pessoal do escritório e Ramalho, meu motorista. Paulo Junior também apoiou.

O canto de um pássaro diferente a cada hora

SÃO SIMÃO, SP – À noite, durante uma missa na Igreja de Bento Quirino, tive a grata surpresa de ser homenageado pelo meu aniversário. Dou à igreja um donativo relativamente grande nas missas dominicais e de feriados religiosos, por meio de cheque, em vez de ofertar somente um “dízimo” formal. No verso do cheque escrevo: “também para pedir pela alma de Lucia Ribeiro do Valle Nogueira em missas comunitárias”. Assim, há quase sete anos, em todos os sábados e domingos, em Bento Quirino e em Luziânia, Goiás, a missa começa com pedidos pelas almas de Lucia e de outras pessoas. Isso ficou bem conhecido. Assim, quando souberam do meu 80º aniversário, resolveram homenagear-me. Elogiaram minha fé e me deram de presente um caro relógio de parede com o canto de um pássaro diferente, a cada hora do dia. Muitos vieram me cumprimentar. Fiquei muito surpreso. Nunca vi algo assim. Agradei pelo microfone, dizendo que acreditava na vida eterna e um dia esperava encontrar Lucia lá. Glória a Deus!

PNN dá nome a um prêmio e traz dados teológicos e geológicos

COSMÓPOLIS, SP – À noite fui a uma grande e concorrida reunião na Câmara Municipal de Cosmópolis.. Muitas pessoas foram homenageadas, inclusive eu. Criaram um prêmio relacionado à ecologia, ao qual deram meu nome. Estavam na reunião: Lionel Rodrigues de Oliveira, Walter Garreti, Tidinho (Sidney), Antonio Rodolfo Rizzo (plantador voluntário de árvores) e muitos outros. A reunião foi presidida pelo presidente da Câmara, José Pedroso da Silva, pelo prefeito José Pivato, e pela vice-prefeita Vera Lúcia Moreli. Grande parte dos homenageados eram pastores protestantes. Quando fiz no final um pequeno discurso, salientei o fato de tantas pessoas religiosas serem premiadas e disse que eu era um católico praticante com orientação ecumênica. Afirmei que “nós, cristãos, precisávamos nos unir, na amizade e na resistência, aos que eram contrários ao cristianismo e às suas origens”.

Além disso, relatei a todos que existiam na UE (Usina Ester), no município de Cosmópolis, vestígios de geleiras e de lagos da era Carbonífera. Neste período, o Polo Sul estava em um local diferente do lugar onde está atualmente, e a América do Sul e a África ainda eram unidas. Acrescentei detalhes sobre esses vestígios. As geleiras deixaram sinais (rochas de vários tamanhos) incrustados em tilitos, em um paredão chamado Mandiçununga, junto a uma curva do Rio Jaguari. Os restos de

lagos glaciais (camadas sedimentares) alternam matéria orgânica (antigo plâncton) negra e camadas claras de sedimentos depositados no verão. Os resíduos negros foram depositados em camadas muito finas, no inverno. Essas declarações surpreenderam muitos assistentes da solenidade, que depois me pediram informações. Não conheciam os detalhes ecológicos de Cosmópolis.

Prêmio ao “ministro” no jardim das abelhas sem ferrão

SÃO PAULO, SP – Às 10h30 eu estava no parque da Águia Branca, no bairro de Perdizes. A Apacame (Associação Paulista de Criadores de Abelhas e Meliponíneos), maior entidade apícola paulista, fez uma reunião para premiar algumas pessoas, e eu estava entre elas. Marilda Cortopassi-Laurino estava também foi premiada. A sessão foi presidida pelo presidente da Apacame, Constantino Zara Filho. O orador oficial foi o meliponicultor Waldemar Ribas Monteiro, que me chamou de “ministro”. Mais tarde lhe agradei a “promoção”, o que deixou o bom Waldemar um pouco sem jeito.

Outro Prêmio PNN

CAMPINAS, SP – Ao anoitecer fui à Holambra, que é quase vizinha da Usina Ester. Houve uma reunião sobre o meio ambiente, o 5º Encontro Regional de Entidades Ambientalistas, com pessoas e autoridades dos municípios vizinhos. Estavam lá umas 120 pessoas. O organizador da reunião era o padre Nicolau, excelente pessoa. Fiz uma palestra sobre as unidades de conservação e sua importância na conservação da biodiversidade. Falei, como quase sempre faço, sem ler. (...)

Houve a entrega de um prêmio que tinha meu nome: Prêmio PNN. Enfim, saí de lá muito prestigiado e contente. É muito agradável saber que as pessoas apreciam minha atuação ambiental, embora eu não considere que mereça tanto.

Fundação Ford homenageia vida dedicada ao meio ambiente

À noite jantei no restaurante La Casserole com meus velhos amigos da turma do Alargarrua. (...) Contei a eles que fui informado hoje (pela ex-orientanda Heloisa Helena Oliveira) que ganhara o prêmio da Fundação Ford, que consagrou a pessoa que mais havia trabalhado pelo meio ambiente no Brasil. Aleluia! Esse prêmio vai aliviar minhas despesas ambientais e sociais, principalmente no Acre. Deus seja louvado, para sempre louvado.

Um fotógrafo contratado pela Fundação Ford foi à minha casa para tirar fotografias de mim, para publicações relacionadas ao prêmio ambiental que ganhei. Tirou umas 30 fotos, com uma máquina fotográfica Nikon digital, nova, usada pela primeira vez.

Hoje foi o dia da premiação da (Fundação) Ford. Criaram quatro grandes categorias. A categoria relativa à maior história de vida dedicada ao meio ambiente foi a em que concorri. Ana Rita Alves, de Mamirauá, fez parte do júri. Houve, nessa categoria, 55 candidatos. Disseram-me que, além de eu ter me inscrito, o almirante Ibsen Câmara também indicou meu nome.

20 Abril 2002

29 novembro 2002

8 março 2003

15 maio 2003

5 novembro 2003

18 novembro 2003

4 dezembro 2003

Quando falei no evento primeiro me referi à ajuda de Lucia. Também agradei aos meus filhos, noras e netos, aos colegas da Faculdade de Direito e do IB-USP, entre outras pessoas. O prêmio foi entregue a mim pelo secretário (do Meio Ambiente) professor José Goldenberg. Também falou na premiação, representando a Conservation International, meu amigo professor Ângelo Machado. Houve depois um almoço, que foi muito bom. Meus amigos do Alargarrua, ou melhor, parte deles (nem todos puderam comparecer), estavam lá. Também Roberto Klabin estava presente.

Uma andorinha só não faz verão

15 agosto 2004

Finalmente saiu hoje, no Estadão, uma notícia sobre o Prêmio Moinho Santista de Desenvolvimento Sustentável na área ecológica-biológica, que ganhei da Fundação Bunge, no setor Ecologia e Desenvolvimento Sustentável. Foi uma boa notícia.

24 agosto 2004

Esteve em minha casa um fotógrafo contratado pela Fundação Bunge. Ele me fotografou dezenas de vezes. Isso demorou cerca de duas horas.

À tarde fui a um estúdio de gravação de vídeo, onde fiz uma ampla exposição de assuntos ambientais ligados ao desenvolvimento sustentável. Depois, com base nisso, fizeram um vídeo. No resumo final, eu lhes disse que o mandamento do amor ao próximo obriga-me a zelar por um meio ambiente que possa manter uma razoável qualidade de vida para nós e para as gerações futuras.

30 setembro 2004

Durante o dia planejei o que falaria à noite, quando recebesse o Prêmio Moinho Santista. Eles disseram que eu teria três minutos para agradecer o recebimento do prêmio, mas esse tempo era muito escasso.

Finalmente, por volta das 19h cheguei ao Palácio do Governo do Estado de São Paulo, no bairro do Morumbi. Inicialmente houve um coquetel, no qual conversei com muitos amigos e com o outro premiado sênior, o geneticista gaúcho Francisco Mauro Salzano. Havia também dois pesquisadores juniores, Adriel Ferreira da Fonseca (saneamento básico) e Ana Maria Aranha Camargo (cancerologista). Fui premiado em uma categoria nova, a de Desenvolvimento Sustentável e Ecologia. Às 20h fomos ao auditório, que tinha cerca de mil lugares. A reunião foi presidida pelo governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, com a participação, na mesa, do ministro Roberto Rodrigues; do presidente da Bunge Mário Barbosa; do reitor da USP Adolpho Melfi; do residente do Tribunal de Justiça José Renato Nalini; e do presidente da comissão julgadora Miguel Reale. Primeiro assistimos a um vídeo, com declarações dos premiados e comentários.

Depois foi a vez de falarmos. Fiquei por último, o que foi bom. Em vez de falar em poucos minutos, o fiz por cerca de 15 minutos. Comecei agradecendo a Lucia e aos meus filhos, netos, bisnetos e sobrinhos que lá estavam. Iniciei minhas palavras citando Ortega y Gasset, filósofo e pensador espanhol: "nós somos nós mesmos e nossas circunstâncias". Tomei o cuidado de dizer que eu nem sempre pensava como Ortega y Gasset, pois não sei se sua metafísica é a mesma que a minha. Sobre o "eu mesmo", eu disse que era cristão, católico, ecumênico, democrata e federalista. Por um lapso deixei de falar da educação primorosa, ética, humanista e cívica que recebi de meus pais e avós. Em seguida, relatei as entidades e grupos com os quais trabalhei: Ginásio São Bento, Alargarrua, Turma de 45 da Faculdade de Direito da USP, turmas de História Natural da

USP, Departamentos de Zoologia e Ecologia da USP, Laboratório das Abelhas da USP, Instituto de Estudos Avançados da USP, Sema, Legislação Ambiental, Comissão Brundtland das Nações Unidas (Desenvolvimento e Meio Ambiente), bolsas da Fapesp, Conama, Consema, Cetesb (Conselho de Administração), Conselho Federal de Biologia (duas vezes presidente), Adema-SP-BR, Academia Paulista de Letras e Ação Social e Ambiental São Quirino (Acre). Ao terminar, elogiei: Marina Silva (ministra do Meio Ambiente), José Goldenberg (secretário Estadual do Meio Ambiente) e o governador Geraldo Alckmin. Também falei palavras corteses ao ministro Roberto Rodrigues, lembrando a colaboração que demos ao falecido secretário (da Agricultura de São Paulo) Renato Costa Lima, quando eu era presidente do Conselho Florestal do Estado. Finalizei com um ditado popular: "uma andorinha só não faz verão".

Como sempre acontece, deixei de referir-me aos meus pais e avós, aos quais devo muito. Eles, principalmente minha mãe, educaram-me como se eu fosse um pequeno príncipe. Tive professores particulares de inglês, francês, português e matemática. Ia às óperas e filarmônicas, sentando-me na parte mais longe do palco ou na parte de cima dos teatros, onde as cadeiras eram mais baratas. Lia livros clássicos de nossa literatura. Tinha governantas inglesas. A última governanta que tive, miss Annie Jered, está enterrada no túmulo da minha família, no Cemitério da Consolação, em São Paulo. Dizem que a primeira língua que falei foi o inglês. Meu pai era um político militante honesto. Teve de vender a casa para pagar dívidas do jornal oposicionista Diário Nacional. Isso aconteceu para desespero de meu avô, Paulo de Almeida Nogueira, que era o suporte econômico da família.

Também me esqueci de mencionar alguns amigos, companheiros da luta ambientalista, pois a escassez de tempo disponível me pressionou.

Depois da premiação, houve um bom jantar no grande hall de entrada do palácio.

Sede do Conselho Federal de Biologia recebe nome de PNN

BRASÍLIA, DF – (...) Inauguraram na capital federal a sede do Conselho Federal de Biologia, a qual recebeu meu nome que passou a figurar em uma grande placa de aço inoxidável, no salão maior. Houve também o lançamento de um selo especial, pelos Correios. Fiz um pequeno discurso, ressaltando a importância dos biólogos para a qualidade de vida no mundo.

3 setembro 2004

Homenagem à minha luta pela preservação das Araucaria

CAMPOS DO JORDÃO, SP – Reunião no auditório do Festival de Inverno, em Campos do Jordão. Houve uma reunião solene, pela manhã, com a presidência da ministra (do Meio Ambiente) Marina Silva e a presença, na mesa, do secretário (do Meio Ambiente) José Goldenberg, de São Paulo, de representantes dos Governos e dos Estados do Sul, prefeitos, representantes das principais ONGs (organizações não governamentais) entre outros participantes.

19 maio 2005

Quando me convidaram para sentar à mesa diretora dos trabalhos, estranhei um pouco, pois eu não era uma grande autoridade oficial, mas um modesto presidente da Fundação Florestal. Foi maior minha surpresa quando me convidaram para falar. Eu disse algumas palavras, num improviso autêntico, lembrando a importância das gerações futuras, a precariedade da situação, como a da *Araucaria*. Terminei dizendo que temos de ter fé no nosso trabalho, esperança de que resolveremos

os problemas ambientais e caridade (no sentido cristão de amor ao próximo) ao unir as soluções ambientais às sociais. Mais adiante estava reservada outra surpresa para mim. O Vigold Shaffer, que com sua esposa, Miriam, liderava (com o professor João de Deus) o movimento em favor da preservação do ecossistema da *Araucaria*, deu-me um prêmio da Rede de ONGs da Mata Atlântica, por minha atuação. Outra pessoa, de Santa Catarina, também recebeu um prêmio igual a esse. O prêmio era uma linda e artística *Araucaria* de bronze. O (secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente) João Paulo Capobianco, que estava ao meu lado na mesa, contou a todos que quando ele tinha 15 anos, seguindo o conselho de sua professora, procurou-me porque um dos seus parentes estava derrubando uma floresta em Guaranésia, Minas Gerais. Eu (que na época era Secretário Federal do Meio Ambiente) atendi ao pedido de Capobianco (e a floresta foi salva). Um ano depois esta acabou sendo derrubada “de surpresa”, ou inesperadamente, à nossa revelia. A ministra disse, depois, que esse caso a emocionou.

Placa lembra meu trabalho pela conservação da natureza

26 julho 2005

UBERLÂNDIA, MG – Fui ao Congresso Internacional da ATCB, a Association for Tropical Biology and Conservation. O título do congresso era Frontiers in Tropical Biology and Conservation. Houve a participação de muitos cientistas brasileiros, de alguns mexicanos e costarriquenses, além de 20 ou 30 norte-americanos. (...)

À noite, no amplo salão do Praia Clube houve o banquete do congresso. Estavam presentes cerca de 400 pessoas. Primeiro tocou uma “orquestra” de aproximadamente 15 violeiros, muito bons. Quando eles terminaram a apresentação, subi no palco do teatro, num dos lados do salão, juntamente com Tom Lovejoy. Ele me saudou em inglês, destacando minha atuação na conservação da natureza no Brasil. Respondi-lhe, também em inglês, dizendo que meu trabalho foi o de parte de um time muito bom. Alguns dos seus membros (Vera Fonseca, por exemplo) estavam lá. Foi uma falha minha não ter dito em português minhas palavras finais. O prêmio era um quadro bonito, de madeira, com palavras em metal elogiando minha atuação na conservação da natureza brasileira.

Guerreiro da educação

14 setembro 2005

SÃO PAULO, SP – (...) Fui depois à Universidade São Marcos. Ao chegar lá, recebi um telefonema de Luiz Gonzaga Bertelli, diretor do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), que contrata milhares de estagiários. Ele me contou que fui escolhido por eles e pelo jornal O Estado de S. Paulo para receber o Prêmio Professor Emérito do Ano, o que foi uma grande surpresa para mim. A entrega seria feita no auditório do jornal, no dia 14 de outubro às 10h. Para mim, essa foi uma notícia extremamente honrosa, pois professor é o título que mais aprecio.

14 outubro 2005

De manhã, fui à redação do jornal O Estado de S. Paulo, para participar da reunião em minha homenagem. Recebi o Prêmio Professor Emérito de 2005, Guerreiro da Educação, que me foi concedido pelo CIEE e pelo O Estado de S. Paulo, chamado carinhosamente de Estadão.

A reunião no auditório do Estadão foi maravilhosa e comovente. Fui saudado por Paulo Nathanael e por Luiz Gonzaga Bertelli, da direção do CIEE. Paulo Vanzolini, que no ano anterior ganhara

o prêmio, disse que eu nasci em berço de ouro (o que é verdade) e lembrou que ele e Lucia me aconselharam a seguir a carreira científica na USP. Paulo é muito meu amigo e fala de modo inusitado, simpático e ao mesmo tempo mostrando as ironias da vida.

O Ruy Mesquita falou, com certa emoção, e me deixou também emocionado, ao fazer-me um longo elogio. Isso para mim foi um grande “impacto de amizade”, pois o Estadão é muito severo em suas apreciações. Nunca vi ou li nesse jornal, uma prova como essa, de profundo respeito pelo que fiz durante minha vida em favor do meio ambiente. Valeu a pena viver para receber e ver toda essa demonstração superamiga e simpática.

Quando falei, fiz um retrospecto de algumas passagens de minha vida. Contei-lhes que minha primeira atividade ocorreu quando meu pai retornou de uma viagem ao Rio Grande do Sul, onde ele conspirou com seu amigo, e depois ministro da Agricultura, Assis Brasil. Isso foi antes da Revolução de 1930. Diante dos amigos, que estavam reunidos em minha casa para homenagear meu pai, minha mãe me dissera: “Paulo, conte ao seu pai a grande novidade”. Essa a dica para eu recitar uma poesia. Eu, porém, achava que poesia não era novidade. E respondi o que tinha ouvido na cozinha, dias antes: “O lixeiro passou por aqui e disse que era uma vergonha uma casa tão bonita ter uma lata de lixo tão furada”. Risada geral. Não entendi por que riam. O lixo era e é um problema ambiental, embora eu, na ocasião, não soubesse disso. (...)

Quanto à premiação, eu disse que o Prêmio Guerreiro da Educação era para mim muito importante, pois o título que mais prezo é o de professor, como já disse.

Recebi um suplemento do Estadão sobre mim, com ênfase no prêmio que recebi do CIEE deste jornal. A publicação relatou episódios de minha vida. Foi muito importante. Tinha um erro: eu não dissera que o mel era o alimento básico dos bandeirantes. Mas era um dos alimentos básicos.

19 outubro 2005

BRASÍLIA, DF – Ao abrir a reunião (do Conselho Nacional do Meio Ambiente), o secretário executivo Cláudio Langone disse aos presentes que eu ganhara um prêmio ambiental de professor emérito. Recebi muitas palmas de todo o auditório. Levantei-me para agradecer. Quando cheguei ao local da reunião do Conama, no Conselho Nacional da Educação, encontrei-me com o Langone e lhe dei um exemplar do suplemento do O Estado de S. Paulo. Para minha surpresa, com base nessa publicação ele me fez a homenagem aqui mencionada.

9 novembro 2005

SÃO SIMÃO, SP – À noite fui à missa na Igreja de Bento Quirino. No final da cerimônia, o padre André Massaro me homenageou referindo-se ao prêmio que recebi, de Guerreiro da Educação, do CIEE. Ele também falou sobre a publicação do Estadão. Quem estava assistindo à missa, cerca de 300 pessoas, bateou palmas de pé. Levantei-me e acenei para essas pessoas, agradecendo-as.

13 novembro 2005

Medalha no Distrito Federal

BRASÍLIA, DF – (...) Ao anoitecer, fui com o Monsã a uma grande reunião da Caesb (Companhia de Águas e Saneamento do Distrito Federal). (...) Durante a reunião, dezenas de pessoas e instituições receberam medalhas, referentes a um prêmio ambiental da Caesb. Recebi minha medalha.

24 outubro 2005

Depois, com a cerimônia já avançada, me propuseram falar em nome de todos os premiados. Aceitei o convite. Não havia muito a dizer, a não ser algumas generalidades e citar a atuação ambiental da Caesb. Foi isso o que fiz.

Veterano agraciado nos 20 anos do Proconve

11 julho 2006

O 20º aniversário do Proconve (Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores) foi comemorado com o apoio da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) num coquetel com champanhe à vontade, camarões... Antes do coquetel, a ministra (do Meio Ambiente) Marina Silva distribuiu prêmios (placas de prata gravadas) para mim e os outros veteranos presentes. Ela disse esperar que daqui há 20 anos possa comemorar o fim das derrubadas ilegais de florestas na Amazônia. Amém, que assim seja.

P.S. 2009: A referida APA Jericoacara agora é Parque Nacional.

Sete minutos de aplausos

31 agosto 2006

SÃO PAULO, SP – De manhã fui ao teatro do Sesc da Vila Mariana, na Rua Pelotas. Teatro lotado, com 400 ou 500 pessoas. Pouco depois da abertura da reunião, feita pela ministra Marina Silva, chamaram-me para subir no palco e me fizeram uma grande homenagem. A ministra me elogiou bastante. Finalmente me deu uma grande comenda, da Ordem do Mérito Nacional, no cargo de comendador. A comenda me foi dada por Decreto Especial da Presidência da República. Agradei a homenagem dizendo que aquela comenda era muito especial. Falei dos grandes problemas nacionais, como a falta de saneamento básico. Citei os grupos que estavam defendendo o meio ambiente nos anos 1970. Havia grupos em São Paulo, como o de Fabio Feldman. No Rio Grande do Sul, um agrupamento em torno da Agapan. O grupo da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza se destacou no Rio de Janeiro. Também havia um grupo muito atuante em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul havia discordâncias com o Lutzenberger à frente. Finalmente citei o grupo do Vasconcelos Sobrinho, no Nordeste. Não falei do pessoal de Belém do Pará, pois me esqueci de fazê-lo.

Em meu discurso, respondendo e agradecendo à Marina Silva, destaquei o fato de que o meio ambiente é capaz de unir as pessoas. Foi o que acontecera durante a discussão e a aprovação da Lei nº 6.938/81. Encerrei minhas palavras dizendo que todos nós, ambientalistas, devemos agir movidos pelo mandamento do amor ao próximo. Recebi muitos aplausos, segundo o Monsã, durante sete minutos. E o público ficou de pé.

Várias pessoas, depois, vieram dizer-me que gostaram das minhas palavras sobre a importância de unir as pessoas.

Defensor da Caatinga

23 abril 2007

BRASÍLIA, DF – (...) Em seguida rumamos para o auditório do Ibama, onde foi realizada uma solenidade, com discursos sobre trabalhos feitos na caatinga, principalmente em Pernambuco. Recebi uma bonita placa dourada com dizeres elogiando meu trabalho no semiárido. Criei no semiárido diversas estações ecológicas: a Aiuaba (12 mil hectares), a Mata Seca do Estado do Ceará; e o Raso

da Catarina, com 100 mil hectares. Quando me entregaram o Prêmio da Caatinga, contei que eu ganhara o título de Cidadão Honorário de Aiuaba. O padre da cidade, ao me dar o título, dissera que os cidadãos de Aiuaba deveriam trabalhar por ela. Foi o que fiz, e creio que também trabalhei por outras partes da caatinga. Estabeleci, sempre com o apoio de meu colaborador Renato Lima Aragão, amigo fiel e ambientalista, o início da proteção também da área costeira de Jericoacoara, hoje Parque Nacional. Estabelecemos lá uma APA (Área de Proteção Ambiental). Elogiei muito o trabalho do (secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo) Capobianco.

À noite, na Embaixada da Suíça, o embaixador Rudolf Baerfuss e sua esposa ofereceram um jantar com pratos característicos da caatinga.

Professor recebe prêmio maior da Apremavi

RIO DO SUL, SC – Na cidade de Rio do Sul descansei um pouco em um hotel novo e de ótimo nível. Depois fui ao auditório do hotel, onde estavam cerca de 150 pessoas. Era uma reunião da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida), entidade ambientalista fundada e mantida pela família de Vigold Schäffer e de Miriam Prochnow. Distribuíram muitos prêmios a ambientalistas locais. Recebi o prêmio maior, uma placa de prata. Fiz uma palestra sobre o aquecimento climático, a erradicação da miséria e a proteção das Unidades de Conservação. Contei-lhes muitos detalhes sobre esses assuntos, inclusive sobre minha participação na Comissão Brundtland das Nações Unidas. Embora eu estivesse um pouco cansado, falei sem ler e com entusiasmo, como costume fazer. Sou professor e não um leitor de textos. Os presentes gostaram da palestra. Muitos vieram falar comigo. Tive a satisfação de encontrar na reunião um membro da família Piseta, que me enviava ninhos de abelhas indígenas sem ferrão, para minhas pesquisas.

13 julho 2007

Ex-pracinha ganha medalha de grande oficial

SÃO PAULO, SP – Esse foi um dia em que fiquei sobrecarregado. De manhã, no hotel Transamérica, houve entrega de prêmios pela entidade superior dos farmacêuticos. Cerca de 15 oficiais da Aeronáutica e poucos civis foram premiados, entre eles Noemi Tomita, presidente do Conselho Federal de Biologia e eu, fundador e ex-presidente deste órgão. Ganhamos bonitas medalhas. Deram-me o título de grande oficial. Isso não é nada mal, é excelente mesmo, para um antigo praça de cavalaria. Foram muito amáveis e atenciosos.

26 setembro 2007

Ambientalista do ano fica vexado

(...) Segui para o prédio do Masp (Museu de Arte de São Paulo). Seu auditório tem grande capacidade: comporta cerca de 400 pessoas. (...)

Era uma reunião para o lançamento da 5ª Edição do Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro, para premiar as melhores iniciativas ambientais ligadas principalmente ao controle da poluição. O livro é interessante, pois mostra quais soluções foram dadas a problemas difíceis. Mostra e premia soluções.

A festa ofereceu também um prêmio e um título do melhor ambientalista do ano, ou algo assim.

Primeiro falou Haroldo Mattos de Lemos, diretor do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), na sede que eles têm no Rio de Janeiro. Também editam uma revista lá. Ele descreveu as qualidades que, em sua opinião, tinha determinado ambientalista brasileiro. Pelo jeito, parecia tratar-se de uma personalidade importante. Finalmente, declinou o nome do premiado: Paulo Nogueira-Neto. Na verdade, eu já sabia que estavam preparando uma homenagem para mim. Contudo, nesses momentos me sinto vexado porque não mereço aplausos por ter uma atitude que considero um dever, o qual me traz grande alegria: a defesa do meio ambiente. Bastava-me essa alegria íntima, pessoal. Não precisavam elogiar-me.

Ao receber o prêmio, um mapa do Brasil em forma de um vidro verde e espesso, fiz um discurso de 15 ou 20 minutos. Salientei a importância da reunião e do momento histórico-ambientalista. Disse-lhes que estamos à beira de um grande desastre – o aquecimento global da atmosfera. Falei também sobre a Comissão Brundtland das Nações Unidas e do aspecto social do desenvolvimento sustentável. Este é, em minha opinião, uma nova ideologia, cujo objetivo básico é melhorar a qualidade de vida e promover o amor ao próximo no mundo.

Quando foi feita a distribuição do livro, pediram-me autógrafos, pois fiz o prefácio deste. Dei centenas, talvez, de autógrafos, o que me deixou bastante cansado.

Cidadão honorário de São Simão

14 novembro 2007

SÃO SIMÃO, SP – Ao anoitecer fui ao grande salão paroquial de São Simão. Realizou-se, no salão, uma sessão solene da Câmara Municipal, para a entrega de aproximadamente 22 títulos de Cidadão Honorário de São Simão. Quando a reunião começou, estavam presentes cerca de 400 pessoas. (...) Houve muitos discursos e, sobretudo, muitas fotos. Meu título foi proposto pelo vereador Plínio Firmino.

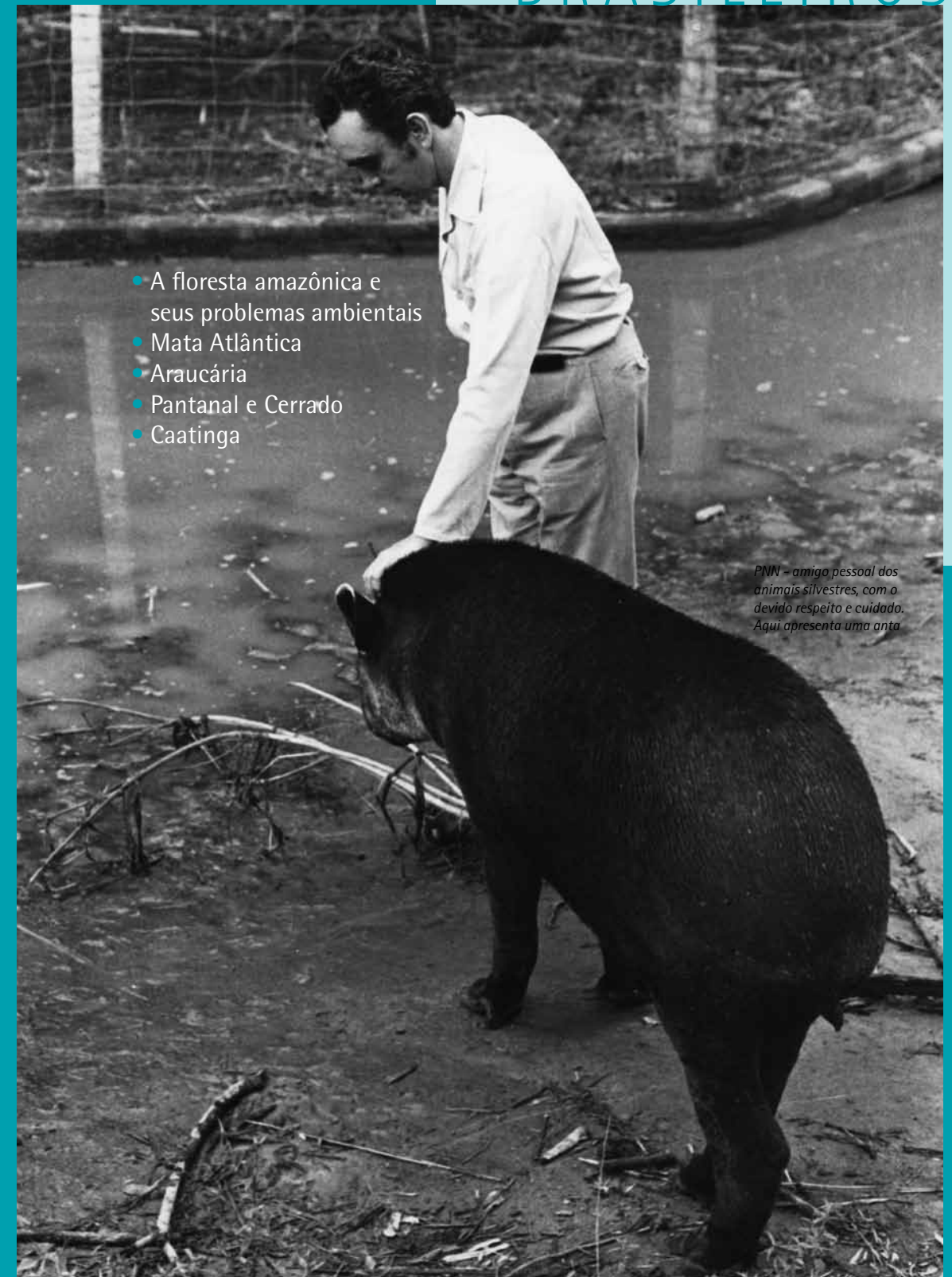
(...) Falei sobre o aquecimento climático, que era um dos assuntos do dia. Disse-lhes que eu não era catastrofista, pois acreditava que ainda havia tempo para realizar medidas que evitassem a emissão de mais carbono na atmosfera. Mas disse que o tempo era curto. Falei também que a defesa do meio ambiente poderia unir todas as pessoas.

Miséria é uma vergonha para o Brasil

14 dezembro 2007

SÃO PAULO, SP – (...) Fui ao Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo), na Rua Genebra, nº 25, no bairro Bela Vista, próximo à Câmara Municipal. O pequeno auditório estava lotado. Seis pessoas receberam o prêmio, sobre atividades em favor do Meio Ambiente, e eu estava entre elas. Quando foi minha vez de receber o prêmio fiz um discurso. Falei sobre a Comissão Brundtland das Nações Unidas, da qual eu fizera parte. Realcei a necessidade do desenvolvimento sustentável, expressão que surgiu na comissão, para erradicar a miséria. Disse aos participantes que ter entre 20 milhões e 30 milhões de pessoas em estado de miséria, é uma vergonha para o Brasil.

BIOMAS BRASILEIROS



- A floresta amazônica e seus problemas ambientais
- Mata Atlântica
- Araucária
- Pantanal e Cerrado
- Caatinga

PNN – amigo pessoal dos animais silvestres, com o devido respeito e cuidado. Aqui apresenta uma anta

A FLORESTA AMAZÔNICA E SEUS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Satélites, um trunfo

Recuperação dos registros das primeiras semanas em Brasília, depois da perda do diário, daí a imprecisão da data.

Logo nos primeiros dias visitei a Seção onde Sandor Grehs e seus auxiliares estudam e interpretam as fotos de satélites (Ertz e Skylab). É uma coisa realmente fascinante. Vi estradas na Amazônia 30 km fora do rumo, rios em lugares errados, ou melhor, em desacordo com os mapas etc. Nada escapa dos satélites. É impressionante. Até as correntes marítimas, quantidade de sedimentos nos rios e lagoas, poluições aquática e aérea etc. podem ser bem percebidas. Principalmente nas fotos do Skylab, que está a uma altura de aproximadamente 400 km. (...) A Sema precisa se preparar para usar cada vez mais as informações dos satélites. Vai ser um dos seus grandes trunfos.

Fevereiro 1974

Moderníssimo

De manhã fui a São José dos Campos, visitar o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais). Chegando lá, conversei longamente com o seu diretor doutor Fernando Mendonça. Explicou-me o funcionamento da Instituição e fiz o mesmo em relação à Sema.

Comemos ótima feijoada no magnífico restaurante do Inpe. Depois do almoço, visitamos as suas instalações. O computador é moderníssimo. É capaz, inclusive, de determinar qual a porcentagem de uma determinada cor numa foto de satélite. Assim, pode dizer qual a porcentagem de florestas etc.

As seções de arquivo dos negativos das fotos, a ampliação e montagem das imagens recebidas etc. estão primorosamente montadas. O Inpe tem mil funcionários. A seção de recursos naturais tem três geógrafos. Combinei que a Hidely Rizzo, da Sema, entrará em contato com os mesmos. O pessoal daqui, porém, só orienta e sugere. O trabalho é feito por quem recebe as fotos.

19 abril 1974

Perigo suficiente

Palestra sobre problemas ecológicos da Amazônia no Congresso Nacional de Botânica

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Disse que a uniformidade da floresta amazônica era um mito, pois existem lá distintos grupos de ecossistemas. Outra questão, que constituiu o núcleo central da minha palestra, foi o clima da região. Certos indícios geológicos, como *stone lines*, lateritas (*duricrusts*), certos depósitos de seixos, base de encostas com relevo levemente côncavo (pedimentos), indicam a presença, em outras épocas, de climas semiáridos. E todos esses indícios estão presentes na Amazônia. (...) Como disse o professor Bigarella, parece haver uma correspondência entre esses períodos secos e as glaciações das latitudes mais altas, também durante o Pleistoceno.

27 janeiro 1975

Diante disso, lancei a seguinte hipótese: se a poluição dos países industrializados, através do aumento de matéria particulada lançada às altas camadas atmosféricas, diminuir a radiação solar que atinge a superfície do planeta, nesse caso teremos um avanço da glaciação e a Amazônia

P.S. 2009: Outros fatores (do efeito estufa) predominaram. Houve e haverá aquecimento atmosférico devido a excesso de carbono.

voltará ao período semi árido. Contudo, a fumaça e o carbono das queimadas podem ter um efeito oposto, ou seja aquecedor.

Afirmar também que o homem, na Amazônia, pode destruir os frágeis solos de 90% da região, o que seria um desastre, pois depois teríamos ali apenas uma vegetação degradada de pouco valor. Isso, para mim, já é um perigo suficiente. Não é necessário dizer que a Amazônia vai virar um deserto, pois não há base para se dizer tal coisa.

Radam

BELÉM, PA – Passei a manhã no Projeto Radam, onde conversei longamente com Otto Bittencourt Neto, superintendente técnico operacional; Luiz Guimarães Azevedo, chefe do Departamento de Uso Potencial da Terra; Antonio Luiz Sampaio de Almeida, secretário executivo; Sergio Santos e Aquiles Leal, ambos do Departamento de Uso Potencial da Terra. (...) O Projeto Radam está fazendo um serviço maravilhoso de levantamento do território nacional. Graças às imagens obtidas pelo radar e pelos dados conseguidos em terra (com o emprego de helicópteros, na Amazônia), está sendo possível saber exatamente as potencialidades de uso do solo.

Invasores

Juntamente com o general Nova da Costa, conversei com o substituto do delegado do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal), pois o titular estava viajando. O engenheiro agrônomo Antonio Luiz Rediz, e também o funcionário Renato Coral, nos atenderam muito amavelmente e nos explicaram as imensas dificuldades da Delegacia.

Nas diligências que eles fazem para apreender madeiras ou proibir a atividade de invasores de florestas, vão agora com agentes armados da Polícia Federal. Há destilarias clandestinas de pau-rosa, contrabando de peles, derrubadas ilegais, vendas ou transportes proibidos de aves e outros animais etc. No Parque Nacional do Tapajós existem centenas de famílias de posseiros que precisam ser retiradas, mas que não querem sair. Há gente muito influente pedindo por elas. Sugerir que fossem dadas a essas famílias terras fora do Parque. O problema é que o Incra quer localizá-las muito longe.

Internacionalização

Diálogo durante almoço na casa do ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes

BRASÍLIA, DF – Almoçamos na casa de Severo Gomes, ministro da Indústria e Comércio. Conversei lá com o general Meira Matos, Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ele compreende bem a necessidade de controle da poluição. Contou-me que ainda há interesse num tipo de internacionalização da Amazônia, agora através de uma proposta sobre a hileia, vinda da Colômbia. Desconheço esse assunto. Expliquei que o projeto MAB (O Homem e a Biosfera), da Unesco (Agência das Nações Unidas para a Educação), não interferirá na administração de nossas Reservas da Biosfera, como o doutor Bastide me assegurou em Nairóbi. A meu ver, não existe risco de internacionalização na Amazônia, pois simplesmente não permitiremos nada que conduza a isso. E o Brasil tem plena soberania lá.

Posse

Trecho de viagem à Amazônia, na companhia do ornitólogo Dalgas Frish e de personalidades brasileiras e francesas convidadas pela companhia aérea Transbrasil.

10h22 – Levantamos voo. Carolina (MA) é uma pequena cidade às margens do Tocantins. Passamos sobre o caudaloso rio, que possui lá uns 400-500 m de largura. Vários bancos de areia podem ser vistos. Na margem esquerda, há uma enorme região com grandes massas ou chapadas. Na margem direita também há platôs, sobre os quais passou o avião. Depois também sobrevoamos a margem esquerda. As massas ou chapadas têm em cima campos, cerrados e raras florestas. As escarpas abaixo do topo são de rocha exposta, cor de rosa-amarelada, às vezes cinza. Nas encostas, mais abaixo, há savanas ou florestas. Alguns vales têm floresta úmida, uns 20% das quais foram cortadas. Grande parte da área devastada está se regenerando. As derrubadas recentes correspondem apenas a 1 ou 2% da área de matas.

10h37 – Cruzamos uma estrada asfaltada (Brasília-Belém). Há uns 50% de florestas. Destas, 30% foram derrubadas. Destes 30%, 80% estão se regenerando e só 20% se conservam como pastagens. Apesar disso, existem 2-3% de derrubadas recentes nessa imensa floresta. Só mesmo a mão-de-obra a preço vil, ou talvez o desejo de fazer "posse", pode explicar essas derrubadas que, economicamente, só serviriam para o cultivo de milho durante um ou dois anos.

Igapó

MANAUS, AM – No início do Igarapé do Ximborena, há uma casa flutuante onde aportam as embarcações de turismo, como a que estamos. Havia lá umas 20 pessoas, entre mulheres e crianças, todas com maior ou menor proporção de sangue indígena. Alguns pareciam índios puros. O presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth de Araújo, foi falar com eles, mas os mesmos negaram sua origem evidente. Não se consideram indígenas.

Compramos alguns frutos de cacau e bacuri, bem como vistosos colares feitos de sementes coloridas e escamas de pirarucu. Depois subimos numa canoa motorizada, com o grupo francês dos Ziegler. Subimos o paraná (braço de rio) do Ximborena e entramos num pequeno igarapé, no meio da canarana. Ali, numa lagoa, vimos e fotografamos algumas *Victoria regia*. Depois, retornamos ao igarapé do Ximborena, vendo trechos de floresta primitiva de grande beleza.

Em seguida, entramos num igarapé estreito, que circunscreve em parte a magnífica mata. Pouco depois, o igarapé passou a correr no interior da floresta. É um espetáculo belíssimo, pois as árvores são de enormes dimensões e o curso d'água corre quase que num túnel. Mais adiante, entramos no igapó, ou seja, na floresta inundada. A canoa percorria um caminho na mata, com cerca de 2 m ou menos de largura. Árvores gigantescas, entre as quais uma imensa samauma, com uns 6 ou 7 m de diâmetro, podiam ser apreciadas. Às vezes havia também grupos de pequenas palmeiras. Um espetáculo inesquecível. Disse-me o canoeiro que esse igapó só pode ser navegado durante três meses por ano, na ocasião da cheia. Mais adiante, próximo já ao Igarapé de Ximborena, surgiu a mata secundária, com muitas embaúbas (*Cecropia sp.*), típicas dos estágios iniciais da sucessão ecológica.

A floresta inundada (igapó) que percorremos deve ter uns 200 hectares. Junto ao mesmo há várzeas abertas e até um morro com uma pastagem recentemente limpa. Estamos na área de

14 maio 1975

1º junho 1975

25 julho 1975

27 julho 1975

Januari. Se a mata não for logo preservada, ficará perdida. Disseram-me que ela não pertence a ninguém. Isso significa que qualquer um pode cortar as árvores. No entanto, essa floresta é da maior importância para o turismo em Manaus. É absolutamente incrível o descaso das autoridades que não enxergam que estamos matando a galinha dos ovos de ouro. Vou alertar o Presidente (Said) Farah, da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo).

Sentença

4 agosto 1975

P.S. 2009: Penso agora que o melhor é criar grandes unidades de conservação e subsidiar as populações locais pagando mais por seus produtos naturais, como sementes da floresta e seus óleos vegetais etc.

13 maio 1976

P.S. 2009: Hoje penso que é necessário ter extremo cuidado com esse tipo de exploração, que em alguns países asiáticos foi em geral desastroso.

Permanente

MORGES, SUIÇA – Fui, após o almoço, ao WWF (World Wildlife Fund), onde falei longamente (duas horas) com o doutor H. Jungius, chefe da Consultoria Científica da entidade. Expliquei a ele os problemas existentes na Amazônia, principalmente no que se refere à agricultura nômade. Disse-lhes haver lá certo consenso sobre a necessidade de fazer da exploração florestal o ponto forte da economia regional. Exploração permanente, bem entendido.

50/50

BELÉM, PA – De manhã fui à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), onde falei com a doutora Clara Pandolfo, responsável pelo setor dos Recursos Naturais. Ela está muito preocupada com a devastação da Amazônia. A seu ver já não há mais tempo para fazer primeiro a pesquisa e depois explorar a floresta. Agora teremos que fazer pesquisa enquanto se explora a floresta, buscando sua utilização permanente.

Falei em seguida com o superintendente da Sudam Hugo de Almeida. Também está muito preocupado com a devastação da Amazônia e com certas medidas do IBDF, como a recente portaria ou resolução da Delegacia de Mato Grosso, de só considerar como de preservação permanente 50% da mata, e não 50% da propriedade, como seria mais racional e exeqüível.

Grande desafio

Visitamos em seguida o WWF, a entidade privada mundial que mais arrecada fundos para a preservação da natureza. Falei com o diretor geral doutor Fritz Wolmar, e com Pierre Portas, *conservation officer*. Fiz uma exposição sobre os principais programas da Sema.

No WWF, assim como na IUCN e em outros lugares na Europa, há uma grande preocupação em torno do futuro da floresta amazônica. É preciso reconhecer que se trata de uma preocupação genuína, sem qualquer coloração política. Cometeria um grande engano quem pensar que os con-

servacionistas do mundo têm algum propósito oculto ou dúbio quando expressam seus receios de que um dia essa floresta deixe de existir como algo expressivo. Volmar disse-lhe ter ouvido duas correntes de opinião: os que pensam que a floresta amazônica será destruída em 30 anos e os que afirmam que ela se manterá para sempre. Nesta viagem, porém, não encontrei ninguém do grupo otimista. Expliquei que na minha opinião pessoal a floresta amazônica poderia ser destruída nos próximos 50 anos (o diretor do Inpa só lhe dá mais 30 anos), a menos que se descubra uma maneira de explorá-la, economicamente de modo permanente, racional e contínuo. Essa exploração não predatória está nos planos da Sudam. O IBDF também está planejando com a Embrapa realizar pesquisas nesse sentido. O maior problema é a premência de tempo, pois a devastação não pára como todos sabem. A exploração florestal racional é sem dúvida a melhor forma do Brasil ocupar efetivamente a Amazônia e aproveitar as suas imensas riquezas naturais. É o grande desafio que os brasileiros terão que enfrentar nos próximos anos, mas pouca gente se deu conta disso.

Guerrilha

Recebi visita de Mauro Reis e de M. Muttoo, do Programa IBDF-FAO (Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) vieram me visitar. Eles vão começar, meio clandestinamente, um programa de pesquisas para o aproveitamento racional e permanente da floresta amazônica. Vão travar o que chamei de uma "guerrilha conservacionista", pois hoje a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas) tem o monopólio oficial das pesquisas agrárias do Ministério da Agricultura. O IBDF encontrou uma maneira de não se submeter, aliando-se à FAO (Food and Agriculture Organization). Ao fazer isso, dá a todos nós a esperança de que a floresta amazônica ainda poderá ser salva pelo seu uso cuidadoso e conservacionista. Disse ao Mauro e a Muttoo que eles terão todo o apoio que pudermos dar.

Urgências

De manhã, em Manaus, fomos ao Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia). Lá houve uma reunião do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) sobre o trópico úmido. Falaram vários oradores, inclusive o nosso assessor, general Tasso Avilar Aquino. Os oradores e debatedores mostram bem um fato que nos preocupa a todos: não há uma política única federal para a ocupação da Amazônia; as organizações governamentais, além de desunidas, são fracas. Falta um plano geral para a Amazônia. É preciso, também, fazer pesquisas florestais com urgência. É uma luta contra o tempo. As opiniões, porém, estão divididas. Alguns acham que é necessário iniciar já algumas explorações racionais piloto, da mata heterogênea. Outros pensam que precisamos aguardar primeiro as pesquisas. A meu ver, é preciso começar imediatamente a fazer tentativas de exploração racional e permanente da floresta amazônica, antes que ela seja arrasada. Isso seria também um tipo de pesquisa. Clara Pandolfo acha que as florestas nacionais a serem exploradas podem ter uns 50 milhões de hectares. Não há tempo a perder.

Destruição paga pelo povo

BELÉM, PA – À tarde houve uma Sessão Plenária, no auditório da Sudam, dos participantes da reunião do Trópico Úmido. Hugo de Almeida, superintendente da Sudam, não gostou dos termos em que foram elaboradas críticas ao sistema de incentivos fiscais e à política geral de ocupação

florestas e seus produtos anuais e permanentes, como óleos vegetais nativos.

19 dezembro 1977

31 maio 1978

1° junho 1978

da Amazônia. Ele achava que se deveria, também, explicar a situação anterior e os progressos já alcançados. Houve um consenso, no sentido de se reescrever o documento, polindo arestas. O importante, a meu ver, é salientar a importância de se fazer uma revisão geral na política de ocupação da Amazônia, à luz das experiências adquiridas. Essa revisão, aliás, deveria ser um processo contínuo, permanente. Há um excesso de destruição e isso é pago pelo povo na forma de incentivos fiscais. Precisamos, porém, reconhecer que a administração Hugo de Almeida já deu grandes passos para corrigir a situação.

Bruma

Observações feitas em diversos trechos de viagem de São Paulo à Amazônia e de volta a Brasília

23 agosto 1978 Depois voamos longo tempo sem ver derrubadas. Em seguida, novas queimadas. Já eram cerca de 17h30 (hora local) quando não pude mais ver o chão, embora houvesse sol. (...)

O que mais nos impressionou, na nossa longa viagem, principalmente em Mato Grosso e Rondônia, foi a intensa e geral bruma seca causada pelas queimadas. Queima-se a vegetação de modo intenso e impressionante, sem que haja estudos sobre os seus efeitos no Brasil Central e Amazônico.

30 agosto 1978 Em Goiânia o nosso voo (Vasp 374) sofreu enorme atraso e fiquei sem almoçar. Estou me sentindo febril. O Aeroporto de Cuiabá estava interditado devido à fumaça.

Finalmente recomeçamos a viagem. É incrível a falta de visibilidade do solo. A névoa seca não deixa ver absolutamente nada em baixo. Parece que grande parte do Brasil está queimando, para haver um efeito tão grande assim.

31 agosto 1978 Durante a viagem Cuiabá-Goiânia-Brasília fiquei muito impressionado com a intensidade da névoa seca, causada principalmente pelas queimadas. A visibilidade do solo é péssima.

Circulamos longo tempo sobre Brasília, antes de descer. Visibilidade má, devido à bruma.

Estão pondo fogo no Brasil

1° setembro 1978 BRASÍLIA, DF – Recebi telefonema do advogado Gildo Ferraz, da Procuradoria da República, indagando se sabia de grandes derrubadas no Estado do Amazonas. Lá e no Acre, estão reavendo para a União mais de 12 milhões de hectares ilegalmente apossados. Ele tinha visto uma declaração minha sobre as queimadas.

5 setembro 1978 Minhas declarações à imprensa sobre as queimadas na Amazônia tiveram boa repercussão na imprensa e TV. “Estão pondo fogo no Brasil” foi a minha frase que teve grande difusão.

Almocei no Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas), com o ministro general Tácito Teophilo Gaspar de Oliveira, o vice-chefe almirante Ibsen Câmara e outros oficiais. Falamos sobre problemas ambientais (Estações Ecológicas etc.) e sociais (desnutrição infantil, menores abandonados etc.). Referi-me também ao fato de que estamos queimando o Brasil sem saber o que isso significa, por falta de pesquisas.

Hoje o “Jornal Nacional”, da TV Globo, o noticiário mais ouvido do Brasil, noticiou que pela segunda vez em 15 dias eu disse que o Brasil estava em chamas e que só vi fumaça, numa viagem que fiz de Bauru a Manaus. São os ecos de minha entrevista em Goiânia (na tarde anterior).

Estudos de risco

A *Folha de São Paulo* de ontem publicou ampla reportagem dizendo que já estava em estudos, na Presidência da República, a criação de florestas de exploração, na Amazônia, com uma área de 56 milhões de hectares. Seriam feitos contratos de risco com grandes empresas madeireiras e com isso o Brasil poderia pagar metade da sua grande dívida externa. Quando os jornalistas me indagaram a respeito, expliquei que a exploração das nossas florestas amazônicas poderia ser boa, desde que realizada com extremo cuidado e primeiramente em escala piloto. O importante era manter a floresta produzindo, pelos séculos afora. Como estava proposto, porém, os contratos não seriam de risco, mas de desastre. Pagar em poucos anos metade da nossa dívida externa exigiria uma ofensiva relâmpago (*blitzkrieg*) contra a floresta amazônica.

Desabou uma tempestade na imprensa, contra a ideia de vender parte da floresta amazônica para pagar metade da dívida externa brasileira. *O Globo* publicou com destaque, na primeira página, minhas declarações de que não se tratava de contratos de risco, mas sim, de “contratos de desastres”. Expliquei, porém, que fazer um plano político de exploração racional, cuidadosa, seria um meio interessante de conservar a floresta. Não, porém, como disseram. No IBDF, Ceccato não quis se comprometer; Paulo Berutti se defendeu; o ministro Paulinelli silenciou e o secretário geral Paulo Romano achou a idéia “uma loucura política”. Confusão completa, nas declarações.

SÃO PAULO, SP – Continua intensa a repercussão contrária ao esquema do IBDF para explorar a floresta amazônica. Irineu Cabral, presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), considerou a proposta “inconcebível”. Deputados de ambos os Partidos na Assembleia Legislativa do Amazonas consideraram o presidente do IBDF *persona non grata* que deveria ser expulsa do país! Nesse ambiente contrário, surpreendentemente o superintendente da Sudam, Hugo de Almeida, defendeu os contratos de concessão para 12 florestas na Amazônia, totalizando quase 40 milhões de hectares.

SÃO PAULO, SP – *O Estado de S. Paulo* publicou hoje, com destaque (1/4 de página), uma entrevista que dei ontem ao redator Pedro Zan sobre os famigerados “contratos de risco” para a exploração

da floresta amazônica. Sugerir novamente constituir uma empresa estatal para esse fim, nos moldes da Companhia do Vale do Rio Doce (mineração de ferro). Disse que os contratos para exploração de concessões florestais destruíram as florestas da Indonésia (Bornéu). Operam lá 102 companhias madeiras, como me informou Mauro Reis.

Após o almoço dei uma entrevista à TV Globo, também sobre os contratos de exploração madeireira. Falei sobre a mesma tecla, salientando ser importante não ter pressa na exploração madeireira, pois do contrário poderíamos causar um dano irreparável à floresta amazônica. Referi-me, também, à necessidade de pesquisas para se saber da viabilidade da exploração, embora pareça possível realizá-la. Essa entrevista na TV foi transmitida à noite, no programa nacional da rede "Jornal Amanhã". O título "Governo pensa em estatal para a Amazônia" foi bastante além da minha esfera de atuação. Parecia que eu estava falando em nome do Governo, mas essa não foi minha intenção.

31 dezembro 1978

ITANHAÉM, SP – Domingo. À tarde fomos à missa, onde comungamos.

A *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista do ministro Alysson Paulineli, da Agricultura. Ele disse que os chamados contratos de risco para a exploração da floresta amazônica seriam executados em 12 áreas. Antes, ele só se referia a estudos! Parece que estamos diante de algo seriamente ameaçador. Vou ter que jogar todo o peso de minha influência para impedir que se consuma mais esse crime contra a Natureza e contra a Amazônia. Aproveitarei esses dias de descanso para esboçar um plano de ação. Não importa que isso arruine as possibilidades de minha permanência na Sema. O que está agora em jogo é muito maior. É o futuro do país. Vou falar com algumas pessoas-chave, numa tentativa para deter essa absurda conspiração entreguista, que parece estar em marcha no Ministério da Agricultura.

Categórico

3 janeiro 1979

O ministro Alyson Paulineli, da Agricultura, desmentiu as declarações que lhe foram atribuídas, segundo as quais seriam feitos "contratos de risco" para a exploração da floresta amazônica. O seu desmentido foi categórico.

Maratona

10 abril 1979

BRASÍLIA, DF – Os jornais, principalmente *O Globo*, publicaram com destaque minha entrevista favorável à instituição da Empresa Pública Florestal. Acredito que ela causou certo impacto. Dei também uma entrevista à TV, nessa linha. Ela foi para o ar às 23h, junto com outra de Carlos Galuf, presidente do IBDF. Este mostrou-se contrário à projetada empresa, dizendo que o problema florestal era com o IBDF. No mesmo programa, o ministro Andreazza disse que eram necessários maiores estudos.

Durante todo o dia procurei falar com o ministro, mas não foi possível. No final da tarde, pedi ao chefe de Gabinete, Urquiza, para lhe entregar um papel com minhas sugestões: Empresa Pública, nada de contratos de riscos, nada de multinacionais madeiras operando na Amazônia, industrialização por empresas privadas. O problema está fervendo e o ministro se reuniu com o

presidente do IBDF e com o superintendente da Sudam, sobre esse assunto. O ministro parece estar seguindo, de um modo geral, as nossas sugestões, mas eu precisava muito falar com ele hoje, o que não ocorreu. Talvez queira nos ouvir separadamente e seu horário estava realmente caótico.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP – Depois da palestra no Instituto de Biociências recebi um telefonema de Neylor Calazans, meu substituto, dizendo que o ministro Andreazza quer falar comigo às 8h. Acontece que isto estava completamente fora do previsto, e eu pretendia voltar a São Paulo ainda hoje. Pedi preço para um avião de São José do Rio Preto a Brasília: \$ 83 mil. Caro demais. Resolvi, pois, regressar a Brasília de carro (750 km).

Jantei com Vizotto e um assessor do prefeito de São José do Rio Preto. Às 19h30 nos despedimos e varamos a noite no carro Opala, a caminho de Brasília. O motorista Adão foi alternando, na direção, com um chofer do Instituto de Biociências. Finalmente, às 4h30 da manhã chegamos. Consegui dormir um pouco, durante o trajeto.

BRASÍLIA, DF – Às 8h e pouco fui recebido pelo ministro Andreazza e o secretário geral Rocha Maia. Falei de um consenso nacional contra as multinacionais na Amazônia, e sobre a necessidade de aproveitar a floresta sem destruí-la. Ele está de pleno acordo. Pediu-me, porém, para não dar entrevistas sobre assuntos polêmicos sem consultá-lo. Disse que eu tinha uma personalidade muito forte. Respondi que não possuía nenhum inimigo. Expliquei que, dos assuntos polêmicos, o caso da Braskraft já estava praticamente resolvido. Citei o problema da energia nuclear como centro das atenções e discussões. O ministro Andreazza disse que o problema não era do Minter, e deu a entender que o próprio Presidente não gostou de declarações na respectiva área. Mas não entrou em detalhes.

Com certa surpresa, mas isso foi para mim muito agradável, o ministro achou que o povo estava certo em não querer multinacionais na Amazônia. Quanto ao futuro, frisou a necessidade de novos estudos para determinar como seria feita a exploração florestal. O Congresso Nacional daria a última palavra nessas questões todas. Para mim tudo isso foi muito agradável, pois coincide com o que temos dito ao ministro. É ideia sua, porém, colocar o Congresso nesse circuito, o que me parece ótimo.

Às 10h, a pedido do ministro, fui à Câmara dos Deputados, onde ele fez uma exposição muito franca e sincera sobre os problemas da Amazônia. Defendeu os pontos de vista sobre os quais conversamos, saindo-se muito bem. Acrescentou que em matéria de multinacionais lá bastava a Jarí, que lhe pareceu um projeto interessante. Mas não quer outras iniciativas desse tipo. Disse que não vai de nenhum modo fazer com que seu nome seja lembrado como o do homem que estragou a Amazônia.

Política florestal

Hoje, no Gabinete do ministro, houve uma reunião para debater a formulação de uma política sobre a Amazônia, a ser apresentada ao Congresso. Como passo preliminar, vai ser baixado um Decreto constituindo um GT (Grupo Técnico) para fazer um Anteprojeto sobre o assunto. O ministro Andreazza, que presidiu a reunião, disse que a sugestão partiu do próprio presidente Figueiredo.

16 abril 1979

17 abril 1979

2 maio 1979

O ministro expôs alguns princípios gerais que a seu ver deveriam nortear a política. Baseou-se em trabalhos de Mauro Reis, Câmara Sena e Clara Pandolfo. Felizmente, a conservação da Natureza é a tônica principal de todos esses trabalhos.

Depois que o ministro Andreazza se retirou, ficamos trocando ideias sobre os pontos de uma política amazônica sobre os quais há consenso. Estavam presentes Galuf e Mauro Reis (IBDF), Clara Pandolfo e Sefer (Sudam), Paulo Dante Coelho (Minter), dois representantes do Conselho de Segurança Nacional, Paulo Yokota (Incra) e eu, da Sema.

O consenso foi fácil: sugeri que nos baseássemos na vocação de uso do solo, o que todos aceitaram. Também foi aceito que as propostas do GT a ser criado se limitassem à política florestal, pois na Amazônia tudo é consequência. Contudo, verifiquei com surpresa que a Sudam ainda é favorável ao arrendamento de áreas, para exploração, nas 12 florestas de rendimento a serem criadas. Declarei-me contrário a isso, e disse que só poderíamos admitir contratos de serviço ou, na feliz expressão de Mauro Reis, locação de serviços. Parece que a Sudam acabou concordando conosco, mas não estou certo.

3 maio 1979

De manhã fui ao Senado Federal. Durante cerca de cinco horas prestei depoimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Amazônia, presidida pelo senador Evandro Carneira. Inicialmente salientei a existência de um consenso sobre quatro pontos:

- 1 - a Amazônia brasileira deve ser explorada pelos brasileiros;
- 2 - a exploração da região deve ter caráter conservacionista;
- 3 - toda a comunidade brasileira, principalmente o Congresso Nacional, deve participar da elaboração das diretrizes para o planejamento regional;
- 4 - antes de explorar a floresta, é preciso intensificar as pesquisas sobre essa possibilidade.

Procurei desenvolver toda uma argumentação para mostrar que era possível usar economicamente a floresta sem destruí-la e que assim poderíamos salvá-la.

Soberania

22 agosto 1979

WASHINGTON, EUA – Fui depois à National Academy of Sciences, onde almocei e conversei longamente com os doutores James Talbot e Peter Raven, meus colegas da Comissão de Biologia Tropical. Antes, só os conhecia por correspondência. Expliquei a eles a situação da nossa floresta amazônica e o que estava sendo feito pelo Brasil para evitar a sua destruição. Fiz um relato, também, do que a opinião pública brasileira pensa a respeito, ou seja, das suas preocupações ambientalistas. É bom que se saiba, fora do Brasil, que temos problemas, mas que somos capazes de resolvê-los. Eles não conheciam o Pacto Amazônico. Falei ainda da preocupação do nosso país em defender a sua soberania. Qualquer pesquisa científica na região terá que ser feita em conjunto com o pessoal de nossas universidades, no que, aliás, eles estão de pleno acordo.

24 agosto 1979

WASHINGTON, EUA – (...) Assisti, no Banco Mundial, a uma Palestra de Ms. Suzana Hecht, sobre as pastagens abertas na floresta tropical. Ela fez um histórico sobre a ocupação de várias áreas na Amazônia pelo boi. Agora, mais de 70% das pastagens em Paragominas (sudeste do Pará) não

servem mais. Só 10% das terras da Amazônia são boas para a agricultura. Apesar da pobreza geral dos solos, lá o volume de biomassa é enorme, devido à reciclagem de minerais, chuvas abundantes etc.

Unanimidade

BRASÍLIA, DF – De manhã fui à reunião da Comissão da Amazônia (antes denominada GT). O projeto em discussão permitia a concessão de áreas a particulares, para exploração madeireira, nas Florestas Nacionais. Desde ontem à noite, quando refleti melhor no assunto, isso muito me preocupou. Assim, pouco depois do início da reunião pedi a palavra e expliquei, veementemente, que as concessões seriam pouco controláveis e equivaleriam a contratos de risco, repudiados por toda a opinião pública brasileira. Afinal, a própria Comissão surgira devido a esse movimento geral contra os contratos de risco na Amazônia. Caso fosse voto vencido nesse assunto, queria que isso ficasse bem claro, pois não desejava ter participação na destruição da floresta amazônica. Propunha, pois, que fossem proibidos os contratos de concessão ou outros que tivessem elementos de risco. A terra pertenceria a uma empresa pública e somente seria permitida a contratação de serviços. Com grande surpresa minha, pois esperava ser voto vencido, obtive o apoio da unanimidade dos presentes. Mauro Reis, visivelmente satisfeito, pôs logo a proposta em votação. O professor Frederico Arruda, da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), sugeriu que fosse votada a mesma redação que propus à Comissão sobre o assunto, logo no início dos trabalhos, em 19 de junho. Essa sugestão foi aceita por unanimidade. Tudo isso foi para mim uma grande satisfação. Consegui relembrar argumentos e fatos que despertaram em todos os mesmos sentimentos e a mesma resolução. Isso não acontece todos os dias.

Estudo de impacto

De manhã e à tarde tivemos reuniões da Comissão da Amazônia. Para mim foi difícil estar sempre presente. Discutiu-se muito sobre o que era a Hyleia, a extensão da Amazônia geográfica etc. O documento está ficando bom e o seu enfoque é muito conservacionista. Consegui que aumentassem as áreas destinadas às Florestas Nacionais, de 50 para 60 milhões e hectares.

Na reunião da Comissão da Amazônia, propus o limite de 15 milhões de cruzeiros, acima do qual as obras e outros empreendimentos precisariam de um estudo de impacto ecológico. Também reformulei um artigo que daria ao IBDF toda a coordenação e orientação biótica na Amazônia. Eles só ficarão com o setor florestal, que lhes cabe. A redação anterior colocava as Estações Ecológicas na dependência da orientação do IBDF, o que consegui evitar a contento de todos.

As reuniões da Comissão da Amazônia estão sendo realizadas numa atmosfera de grande cordialidade, superando assim certos antagonismos oficiais.

Melhor lei

No Ministério do Interior vi a redação final do Anteprojeto de Lei sobre a Amazônia. Ficou mais enxuto e talvez melhor redigido, mas não fez nenhuma referência a Estações Ecológicas, o que

31 agosto 1979

27 setembro 1979

28 setembro 1979

9 outubro 1979

considero uma pequena falha. De um modo geral, porém, é de longe a melhor lei conservacionista que teremos, se for realmente aprovada.

Luta dura

7 novembro 1979

BRASÍLIA, DF – Mauro Reis, do IBDF, que presidiu a Comissão da Amazônia, veio me mostrar o substitutivo preparado pelo ministro da Agricultura, por inspiração do Incra, retirando todos os aspectos relativos à colonização. Isso deixa muito desfalcado o Projeto da Comissão. A opinião dos membros desta, consultados pelo Mauro, é de que devem ser enviados ao Presidente ambos os Projetos de Lei. Ele então tomaria a decisão final. O que não é possível é modificar unilateralmente o Projeto da Comissão. Os interesses contrários à floresta amazônica já começaram a se mexer e a luta vai ser dura.

Balela

23 outubro 1980

BELÉM, PA – De manhã fui à Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), onde se realizou a 1ª Reunião de Chanceleres do Pacto Amazônico. Com grande surpresa minha, me puseram entre os três Membros da Delegação Brasileira.

Falaram os representantes, ou melhor, os chanceleres dos países da região. Três dentre eles disseram que esses países tinham grande responsabilidade perante o mundo como fornecedores de oxigênio para o mundo!! É incrível como essa balela, sem fundamento científico, criou raízes sólidas. É uma tese, aliás, que o Itamaraty nunca aceitou e com razão.

24 outubro 1980

À tarde houve, no Teatro Municipal, a sessão de assinatura da chamada “Declaração de Belém”, do Pacto Amazônico. Só a metade, ou menos, dos assentos do Teatro estava ocupada. Isso foi uma grande gafe. Além do mais, ninguém ficou sabendo dos termos dessa Declaração. Só a li nos jornais, no dia seguinte. Em compensação, o Presidente João Figueiredo fez um ótimo discurso, anunciando para breve o envio ao Congresso da nova Lei de Política Florestal para a Amazônia.

Tipos de mata

10 julho 1981

BELÉM, PA – De manhã fui à CPATUR-Embrapa (Estação Experimental Central do Trópico Úmido). O seu Diretor, meu conhecido de muitos anos, Cristo Nascimento, me recebeu com muita cordialidade e atenção. Fez uma longa explanação dos interessantíssimos experimentos que realiza lá. Eles estão também realizando pesquisas florestais, as únicas ou quase únicas em curso na Amazônia. Salientei a importância das mesmas. Segundo Cristo, apenas 10% dos solos da Amazônia legal são férteis (45 milhões de hectares), mas isso é mais que toda a área agrícola atual do Brasil (40 milhões). Existem lá 105 milhões de hectares de cerrados, 105 milhões de hectares de mata fina e 280 milhões hectares de mata densa.

Visitamos alguns campos experimentais e pastagens. Cristo me disse que poderia usar nossas Estações Ecológicas para coletar material botânico para seu herbário. Para nós isso seria ótimo.

Incentivos para devastação

Conversei bastante com Clara Pandolfo, diretora do Departamento de Recursos Naturais da Sudam. Ela está muito desanimada, pois não estão mais consultando-a nos projetos que pedem incentivos fiscais. A Sudam está aprovando projetos pecuários em áreas de floresta densa, contra o seu próprio regulamento. Isso não está certo. Se a coisa continuar, será o fim da grande floresta Amazônica. Teremos de lutar contra esse absurdo!

Adeus!

MANAUS, AM – Depois do almoço, fomos ao Iteram (Instituto de Terra do Amazonas), onde ficamos conhecendo seu atual diretor, João Mendonça de Amorim Filho. É uma pessoa muito culta e que nos recebeu muito bem. Poderia nos ajudar nas Anavilhanas e em outros lugares. Contudo, ele me preocupou muito ao nos mostrar um mapa cheio de glebas destinadas à colonização. Grande parte do Estado do Amazonas, principalmente ao norte de Rondônia, estava prevista para esse fim. Adeus Amazônia! Mais cedo ou mais tarde, planos como esse marcarão o fim da imensa floresta. Deve ser ressaltado o fato de que o Estado não pretende fazer ou pelo menos não previu a exploração florestal. Nesse mapa, no qual estão marcadas as áreas da Sema, IBDF e Funai, me alegrou apenas um aspecto: se não tivéssemos corrido e feito as Reservas Ecológicas de Jutai e Juami, teríamos em termos de Sema chegado tarde. E ainda precisamos correr, para assegurar a maior parte de Juami, junto ao Incra.

Pavimentação

WASHINGTON, EUA – Almocei no Banco Interamericano, com William Large, chefe da Divisão Brasileira, e dois de seus assistentes. Estão financiando a próxima pavimentação da rodovia Porto Velho-Rio Branco. Disse-lhes que não seria possível impedir um aumento na devastação florestal causada por novas levas de pequenos agricultores, mas que poderiam ser estabelecidas compensações ecológicas, como por exemplo o estabelecimento de novas Estações Ecológicas. Salientei que desejávamos tomar parte nos estudos ambientais a serem feitos na região. Não concordamos com a idéia, que foi proposta no Brasil, de entregar tais estudos à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

O que precisamos

BRASÍLIA, DF – À tarde recebi Rubens Vaz da Costa, agora gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, (BID). Propôs estudar o financiamento de estudos visando à utilização racional (zoneamento) da Amazônia. Achei ótimo. Kleber também assistiu à conversa. Ele poderá nos ajudar muitíssimo. Depois da fase de estudos, virá o financiamento de atividades concretas, como as de proteção ecológica. É disso que precisamos com urgência.

De manhã estive com uma missão do Banco Interamericano, que veio me procurar a pedido do seu gerente de operações, Rubens Vaz da Costa. (...) Fiz uma exposição da situação ambiental na

1° setembro 1983

16 fevereiro 1984

7 dezembro 1984

P.S. 2009: Evidentemente a Embrapa deve participar, mas em conjunto com outras entidades.

30 agosto 1985

7 abril 1987

Amazônia e dos planos de zoneamento ecológico e econômico. Expliquei o perigo representado pelos guseiros instalados ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Eles poderão destruir a floresta da Amazônia Oriental. Disse que tínhamos esperanças no zoneamento ecológico e econômico da Amazônia.

Fiscalização e multa

Debate no Conselho Nacional do Meio Ambiente

17 junho 1987

No capítulo das penalidades, na discussão do projeto de lei sobre o zoneamento da Amazônia, sugeri e foi aprovado que não somente o IBDF, mas também a Sema, pudesse fiscalizar e impor multas.

Troca da dívida

27 fevereiro 1988

O presidente Sarney, ao regressar do Japão, confirmou o que vinha dizendo antes e que é o sentimento do Brasil: não aceitaremos a internacionalização da Amazônia. Ele tem se manifestado, também, contra a conversão da dívida em troca da defesa da floresta amazônica, pois isso importaria em internacionalizar de fato aquela região. A defesa da floresta cabe a nós, sem imposições de fora, embora a ajuda desinteressada seja bem-vinda. Meu amigo José Pedro e alguns outros conservacionistas (Lutzenberger etc.) parecem não entender que nós não podemos nos colocar contra o interesse nacional brasileiro. Se fizermos isso, liquidaremos nosso movimento. Além disso, estou convencido de que a internacionalização é inteiramente inaceitável. Eu não a aceitarei jamais. Cabe a nós a defesa ambiental da Amazônia. Precisamos (refiro-me ao movimento conservacionista brasileiro e ao novo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) fazer isso com competência. José Pedro é favorável à conversão de 3 bilhões de dólares da dívida, para salvar a Serra do Mar. Penso que, por maior que seja essa necessidade, não podemos transigir na nossa oposição à internacionalização. É uma questão de princípio e também de visão política. Seria o suicídio do movimento conservacionista.

Zoneamento forte

27 setembro 1988

NOVA IORQUE, EUA – À tarde fui à Place University, onde fiz uma palestra sobre a Amazônia e seus problemas, a convite do professor Jordan Young. Cheguei ligeiramente tarde e falei perante umas 20 pessoas, todas interessadas no Brasil. Fiz uma análise histórica das várias tentativas feitas para desenvolver a região e os seus sucessivos desastres: Projeto Jari, grandes criações de gado, garimpos de ouro, Transamazônica, Agrovilas, a recente ameaça do ferro-gusa na região dos Carajás, as invasões de terra em Rondônia, norte de Mato Grosso, sul do Pará. A meu ver a melhor solução será criar novas unidades de conservação e fazer um zoneamento econômico e ecológico realmente forte. Deverá ser proibido fazer financiamentos em desacordo com esse zoneamento.

Incúria e vergonha

3 outubro 1988

WASHINGTON, EUA – Fui ao Banco Mundial, onde conversei longamente com Marita Koch-Weser sobre a situação ambiental brasileira. Marita me contou que um senador norte-americano apresentou um projeto mandando o representante dos EUA no Banco Mundial votar contra todos os

projetos brasileiros, se o Brasil fizer ferro-gusa na região de Carajás. Se esses projetos guseiros forem avante, será um desastre ambiental de catastróficas proporções. Significa dizer adeus à Amazônia Oriental. É lamentável que um senador estrangeiro tenha que nos dizer isso, face à nossa incúria e descaso. É uma vergonha para nós, o fato de que no Brasil esses guseiros estejam sendo incentivados.

Ameaças

NOVA IORQUE, EUA – De manhã, fui com Tom e José Pedro, após um café da manhã aqui no Nickerboker Club, fui à Columbia University. Perante umas 60 pessoas, no Centro Camões da Universidade, Tom Lovejoy, José Pedro, Lester Brown e eu fizemos pequenas palestras sobre problemas ambientais brasileiros. Em seguida, houve debates. O Camões Center faz parte do Research Institute for International Change.

9 outubro 1988

Na minha palestra, de uns 20 ou 25 minutos de duração, perante o mapa, fiz uma exposição sobre as regiões amazônicas mais ameaçadas de destruição: Acre, Rondônia, Norte do Mato Grosso, norte de Goiás, sul do Pará, norte do Maranhão. Salientei os três grandes riscos atuais que a Amazônia corre:

- A – Ocupação da terra pelos pequenos, médios e grandes fazendeiros, no seu afã de ocupar e fazer posses, comprar posses ("indústria" da posse);
- B – Os guseiros da região de Carajás, que precisam de muito carvão vegetal;
- C – Os garimpeiros, incontroláveis, sempre descobrindo ouro.

Como solução principal para a devastação das florestas, defendi o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia. Haveria uma proibição das atividades que estiverem em desacordo com o zoneamento. Seria também proibido financiar tais atividades.

Dados impressionantes

Assisti na USP (Universidade de São Paulo) a uma ótima conferência de Philip Fearnside, sobre a destruição da Amazônia. Apresentou dados impressionantes. Assim, entre muitas outras coisas, explicou que nas pastagens da Amazônia a erosão é dez vezes maior que a de igual área de florestas. Além disso, uma pastagem com 12 anos produz a metade de uma pastagem com apenas 3 anos. Confirmou a destruição da Amazônia Oriental, para produzir ferro-gusa.

24 novembro 1988

Diferenças

Solenidade de lançamento do Programa Nossa Natureza no Palácio do Planalto

Foram anunciados uns 15 decretos e oito projetos de lei. O presidente Sarney e o ministro (do Interior) João Alves fizeram discursos muito nacionalistas. Parecia que o presidente Sarney estava declarando guerra ao mundo. Foram feitas críticas e mais críticas aos países preocupados com a situação da Amazônia. Aliás, nenhum país foi citado nominalmente. Por outro lado, o aspecto positivo foram as medidas concretas anunciadas, como a criação dos Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e o da Chapada dos Guimarães.

6 abril 1989

	Depois dos discursos que assisti ao lado do deputado Fabio Feldmann, muito insatisfeito, fui percorrer uma exposição de fotos do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Descobri, e Fabio também o fez, que a cifra de desmatamento total de apenas 5,1% na Amazônia, referia-se à (área total da Amazônia Legal que tem) 490 milhões de hectares. Contudo, só contaram as derrubadas da área da mata tropical densa, que possui cerca de 240 milhões de hectares. Assim, o desmatamento real foi de cerca de 10% da mata tropical úmida (até hoje). O Embaixador Bernardo Pericás viu o técnico do INPE, René Novais, me confirmar esse cálculo (10%).	
	Efeito climático	
12 abril 1989	Logo após o almoço, fui ao Instituto Oceanográfico (da USP), onde houve uma reunião sobre os problemas amazônicos. O reitor Goldemberg abriu a reunião, presidida depois pela professor Luiz Roberto Tommasi, meu colega de turma. Os debatedores foram Vitória, que trabalha com o professor Salatti, o professor Bergamim (Cena), Paulo Vanzolini (Museu de Zoologia), o professor Aziz Ab'Saber (Instituto de Estudos Avançados, USP) e o professor Molion, do INPE.	
	Grande parte das exposições foi sobre questões climáticas na Amazônia e seu efeito sobre o planeta e também sobre a própria região. Todos salientaram a importância do efeito negativo das derrubadas em larga escala. Aprendi vários detalhes importantes, tais como: as matas de várzea produzem muito metano CH4, mas o mesmo é absorvido pelas florestas de terra firme. Cada hectare de floresta fixa 9 kg de carbono por ano. Em 100 anos, a regeneração da floresta a torna indistinguível da mata primitiva (Bergamim).	
	Punição para autoridades	
	<i>Reunião convocada pela Secretaria de Defesa Nacional para debater legislação proposta no âmbito do Programa Nossa Natureza</i>	
21 abril 1989	A minha contribuição maior foi no Anteprojeto de Lei sobre o Ordenamento Territorial (Zoneamento ecológico-econômico). Disse a eles que faltavam no Anteprojeto punições para as autoridades que desobedecessem ao Zoneamento. Além disso, era preciso proibir o crédito bancário em desacordo com o Zoneamento, pois não teria sentido emprestar dinheiro para coisas predatórias, como foi feito no passado. Todos concordaram comigo.	
	Burocracia	
	<i>Almoço na sede do Banco Mundial</i>	
5 maio 1989	Marita Koch-Wesser pensa que a ideia de fazer um grande fundo para o Meio Ambiente é boa, mas, a seu ver, não devemos estabelecer as quantias das participações. É preciso ficar no geral. Ela disse que o Banco poderia dispor de uns 18 milhões de dólares para uma ação imediata na Amazônia, a fim de evitar as queimadas deste ano. No entanto, até agora, a burocracia não permitiu o uso dessas quantias.	

Motosserras

Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente dirigida pelo presidente do Ibama, Fernando César Mesquita.

Na hora das comunicações e moções, propus que as motosserras somente fossem vendidas a quem já possui licença de desmatamento do Ibama. Fernando César disse que isso não seria possível, mas que ele iria aumentar a fiscalização. Poderia discutir essa questão, pois me parece que não se pode vender ou ceder algo cuja única consequência, o desmatamento, deva ser licenciada. Achei melhor, porém, pedir que a moção que apresentei seja enviada ao governador Amazonino, do Estado do Amazonas, para que ele reveja sua posição. O que realmente temo é que essas motosserras sejam utilizadas na fabricação e exportação de carvão vegetal. Isso seria uma catástrofe ecológica planetária!!! Fernando César concordou em enviar a moção ao governador.

Cortante

O governador (do Amazonas) Amazonino Mendes enviou uma resposta inaceitável, muito agressiva, condenando a moção do Conama, proposta por mim, contra a distribuição de motosserras que ele andou fazendo. Apesar disso, perdô-o pelo que escreveu, pois graças a Deus não guardo mágoa de ninguém e aceito o que está na doutrina cristã, inclusive sobre o amor ao próximo.

Fracasso da pecuária

Expedição durante Congresso sobre Necessidades, Pesquisas e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Fomos depois à Fazenda Dimona, para buscar um pesquisador e seus dois auxiliares, que estavam fazendo um levantamento das abelhas, nos segmentos florestais do WWF (World Wildlife Fund). Fiquei muito impressionado com o que vi nessa fazenda. Num espaço de apenas cerca de sete anos, as pastagens (a cerca de 100 km do centro de Manaus, por estrada) já estavam realmente decrepitas. Ainda havia muitos troncos de árvores mortas, na superfície. Por toda parte, vi arbustos e árvores brotando, no meio do capim esparso, da espécie *Brachiaria humidicola*. As folhas do mesmo estavam algo enroladas, pela falta d'água. O gado nelore estava muito magro, com as costelas à mostra. Seu tamanho era subdesenvolvido. O solo, muito desprotegido, estava sujeito à erosão. O que vi atesta o fracasso da pecuária bovina na região. Tirei muitas fotos. No momento em que cessarem os subsídios para pastagens, projetos como esse simplesmente desaparecerão.

Menos chuva

Palestra no Seminário para jornalistas sobre População e Meio Ambiente, no auditório do Banco Central em Brasília.

Falei sobre o panorama de questões ambientais que temos diante de nós no Brasil. Destaquei e me aprofundi mais sobre o problema amazônico. Falei sobre o trabalho (modelo matemático)

15 junho 1989

14 setembro 1989

29 agosto 1989

28 novembro 1989

de Carlos Nobre, (climatologista) do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Esse modelo mostra que, se for cortada a floresta amazônica, haverá um aquecimento local, uma estação seca pronunciada na região e, além disso, poderão faltar chuvas no Brasil Central, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além da Argentina. Disse que as chuvas diminuiriam 10% no Brasil Central. Mais tarde, me dei conta de que essa cifra poderia não estar correta, de modo que pedi novamente a palavra para esclarecer não estar certo sobre esse número (10%), mas que o modelo de Carlos Nobre indicava que haveria uma diminuição das chuvas no Brasil Central. Na palestra que fiz, salientei a gravidade do problema guseiro. Quem exporta ferro-gusa, exporta floresta nativa. Contei ter proposto no Conama a criação de uma Câmara Técnica para Carvão Vegetal.

Para evitar que o clima mude

16 a 20 janeiro 1990 Estive em Manaus, na reunião “Workshop 90 – Áreas Prioritárias para a Conservação na Amazônia”. Promovido pelo Ibama, Inpe, Smithsonian Institution, International Conservation etc.

Marcamos, no mapa da região amazônica, as áreas naturais prioritárias para a Conservação, com três níveis de prioridades. Para mim, esses três níveis são praticamente iguais, pois precisamos proteger 80% da floresta tropical densa. Se quisermos evitar que o clima mude, essa deverá ser a meta, a meu ver.

50% é pouco

Debate promovido no lançamento do programa “Amazônia Viva” da TV Manchete

21 abril 1990 RIO DE JANEIRO, RJ - (O professor de Geografia da Universidade de São Paulo) Aziz Ab’Saber disse, nos debates, que na Amazônia estamos estrangulados entre uma direita esclarecida, mas especulativa, e uma esquerda ainda não esclarecida. Disse que o maior erro da geração foi achar suficiente proteger 50% da floresta. (...)

P.S. 2009: Dependendo do lugar, 80% pode ser demasiado ou pode ser necessário. A meu ver, o mais importante, em relação ao futuro da biodiversidade, é o estabelecimento de uma rede de unidades públicas de conservação. É o que vai realmente sobrar, a longo prazo.

Aziz Ab’Saber disse que a devastação está sendo feita difusamente, por estradas também dentro da floresta. Hoje a fronteira não é agrícola, é madeireira. A seu ver precisamos pensar um prazo de anos e não num horizonte imediato.

Esclareci que a meu ver os 50% de área de floresta que deve ser protegida na Amazônia é uma medida legal que hoje não serve. Isso precisa ser mudado. O ordenamento territorial é uma das maneiras de mudar essa norma, estendendo-a onde for necessário. Lembrei que preconizo hoje proteger 80% da floresta amazônica. (...)

Após o almoço me despedi de todos. Aziz Ab’Saber disse que as discussões foram produtivas. Afirmei que sempre aprendo nessas reuniões e ele disse que também ocorreria isso consigo. Na realidade houve poucas discordâncias.

Crédito condicionado

Reunião da Comissão da América Latina e Caribe para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente na sede da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina no Chile).

SANTIAGO, CHILE – Primeiro houve a sessão pública de abertura. Depois, foram abertos os debates sobre os dois documentos existentes: o político, mais breve, e o técnico, mais longo e detalhado. (...)

Quando falei, salientei a necessidade de destacar o papel do ordenamento territorial na solução dos problemas da Amazônia e de outros lugares. É preciso também que o ordenamento territorial tenha força legal e que não possa haver financiamentos públicos ou privados que não estejam de acordo com o mesmo. Do contrário, será apenas um exercício teórico.

Cogumelo

Descrição de bordo do Boeing 767 no voo São Paulo-Manaus, onde se realizou a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

12h47 – Já no início da floresta amazônica, vi e fotografei nuvens de fumaça formando, acima de certa altura, um imenso “cogumelo”, isolado de nuvens esbranquiçadas, lembrando um *cumulus congestus*. Talvez a fumaça tenha condensado vapor d’água, nos núcleos de particulados de carbono. Outras queimadas mais distantes não têm esse aspecto. Há grandes clareiras, “ilhas” na floresta, na área sobrevoada.

Potencialidades

MANAUS, AM – Na hora dos debates, um engenheiro da Eletrobras fez um veemente pronunciamento em defesa de Balbina, em resposta a críticas que fiz a essa represa (construída nos anos 80 para operação de Usina Hidroelétrica no Rio Uatumã, Amazonas). Críticas unânimes no setor ambientalista. No meu pronunciamento, passei em revista as potencialidades econômicas da Amazônia, partindo do princípio de que 80% da Amazônia devem ser conservados, principalmente por razões de proteção ao clima, entre outros motivos. Entre os produtos que devem ser expandidos, estão a pupunha, piscicultura, açaí, dendê, mogno, exploração controlada da madeira, cupuaçu etc.

Clima e ordenamento

Pronunciamento no Seminário “Meio Ambiente: o empresário e o nosso futuro comum” na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

Falei sobre os grandes problemas ambientalistas do mundo. Disse que a queima de óleo, pelo Iraque, irá potencializar o efeito estufa, pois os clorofluorcarbonos (CFCs) agem 100 vezes mais eficientemente quando absorvidos sobre uma superfície particulada.

Falei do efeito estufa, das mudanças climáticas e da estratigrafia dos gelos de Vostok. Disse que os seis anos mais quentes do século ocorreram nos últimos nove anos. Chamei a atenção para a importância do ordenamento territorial. Passei depois a falar da Conferência Rio-92, onde é importante, também, a participação empresarial, pois a Rio-92 é de Meio Ambiente e desenvolvimento. Na hora das perguntas, os empresários da Amazônia reclamaram da falta de ordenamento territorial nessa região, o que concorda com o que falei.

9 agosto 1990

16 setembro 1990

17 setembro 1990

29 janeiro 1991

Perspectivas

Simpósio “Desenvolvimento Humano e Conservação da Biosfera”, preparatório da Feira Mundial de Sevilla-92

9 maio 1991

SEVILLA, ESPANHA – Com surpresa para mim, antes de começar a sessão da manhã, fui convidado a presidi-la. Aceitei. Quando (o diretor geral da Rio-92) Maurice Strong falou, ele fez grande elogio à minha pessoa.

Na sessão da tarde, me deram a palavra também de surpresa. Contudo, trazia comigo uma cópia xérox do meu pronunciamento. Falei sobre a Amazônia, seus problemas e seu futuro (“Perspectivas de la Amazonia, ahora y en la mitad del próximo siglo”).

Falei sobre os problemas amazônicos, referindo-me a dois cenários: um deles predatório e o outro autossustentado. Meu trabalho referiu-se à Amazônia atual e à da metade do próximo século. Falei das grandes agropecuárias que falharam, do garimpo, das plantas que podem dar certo: pupunha (*Bactris*), açaí (*Euterfes oleracea*), castanha-do-pará etc., e da exploração florestal racional. Acredito que falei bem.

Extrativismo

Seminário “Igualdade Social, Desenvolvimento e Meio Ambiente” promovido pelo Instituto de Estudos Amazônicos

19 julho 1991

CURITIBA, PR – (...) Após as apresentações, falou Mary Alegretti, sobre a finalidade do Seminário: levantar opiniões para traçar uma linha de ação conservacionista e social na Amazônia. Ela foi a pioneira na implantação de Florestas Extrativistas, agora com 3 milhões de hectares. (...)

Falei sobre as medidas legais, o leque legal que temos para salvaguardar a Natureza: Estações Ecológicas, APAs, Aries, Reservas Extrativistas e o que proponho também: as lagoas extrativistas. Contei um pouco de minhas lutas na Sema. Disse que éramos ao mesmo tempo, no bom sentido, oportunistas e guerrilheiros culturais. Citei alguns exemplos. (...)

Após o lanche, fiz uma intervenção dizendo que tínhamos nesta reunião duas alternativas: tratar de questões gerais e, de outro, questões pontuais. Entre estas, estão as florestas extrativistas. Se estas derem certo economicamente, a meu ver, a Amazônia estará salva.

Monitoramento mundial

Pronunciamento no III Encontro das Organizações Ambientalistas da Região Sudeste

8 fevereiro 1992

RESENDE, RJ – (...) Falei longamente sobre o Conama e também sobre a Rio-92, salientando que continuamos a destruir a floresta amazônica, apesar do discurso federal ser diferente. Para evitar isso e também outras possíveis declarações propagandistas e inexatas de muitos países, é necessário estabelecer um programa mundial de monitoramento. Assim a opinião pública seria informada imediatamente e frequentemente da extensão e dos números da derrubadas de florestas.

Domingo. De manhã, fui ao III Encontro das Organizações Ambientalistas da Região Sudeste. As composições políticas ainda não haviam terminado. Fernanda Colagrossi me pediu para assumir a direção dos trabalhos, no auditório, o que fiz em seguida.

Primeiro expus, com maiores detalhes, meu ponto de vista de que o monitoramento global das derrubadas de florestas, rios poluídos etc. é extremamente necessário. Sem isso será muito difícil levantar a opinião pública para impedir esses desastres e outras destruições ambientais. Fui aplaudido. Acredito haver um consenso sobre isso. Contudo, segundo declarou João Paulo Capobianco (da SOS-Mata Atlântica) no *Jornal do Brasil* de ontem, o Governo Brasileiro é contrário ao referido monitoramento. É o velho isolacionismo brasileiro em ação! Para contornar a situação, talvez os resultados do monitoramento devam ser anunciados por região e não por país.

Verdade essencial

Compareci às reuniões do Banco Mundial, na sua sede em Brasília. Foram presididas por Krescentia Duer, chefe da Divisão Brasileira do Banco. Passamos o dia todo discutindo *polícies* (políticas) sobre os problemas ambientais brasileiros, seus detalhes, situações e soluções possíveis. A meu ver é essencial que eles conheçam a verdade sobre o Brasil, para que possam melhor nos ajudar, sem distorções e numa atmosfera de mútuo respeito e cooperação. A preocupação de todos era saber como ajudar mais efetivamente a Federação Brasileira. O professor Enéas Salatti fez uma palestra excelente sobre os problemas climáticos.

Em certos momentos a discussão esquentou, pois Hansen custou a entender o que expliquei a todos: a utilização da floresta não deve ser feita por concessões, pois a opinião pública brasileira não aceita isso. O melhor é fazer um programa-piloto, envolvendo e beneficiando as populações locais. Inclusive reservas extrativistas, como expliquei a Daniel Gross. A meu ver, mas só disse isso por alto, concessão aqui muitas vezes acaba em corrupção. No final, chegamos a um acordo: o melhor é fazer um projeto-piloto de exploração florestal, em benefício das populações locais, como sugeri. A discussão da tarde girou em torno das possíveis maneiras de salvar da destruição a floresta amazônica, mediante seu uso racional. É realmente um assunto extremamente importante.

A senhora Krescentia Duer, chefe da Divisão Brasileira, foi muito amável. É precisa nas suas intervenções. Disse-me, ao se despedir, que gostaria no futuro de continuar a ter a minha colaboração.

Proteção das Florestas Tropicais IAG

Tivemos uma reunião na sede do Ministério do Meio Ambiente. Primeiro com Henrique Cavalcanti, Mary Alegretti, do novo órgão IAG (International Advisory Group – Grupo de Assessoria Internacional), e com a Roseana Trein. Trata-se do “Projeto piloto para a proteção de florestas tropicais do Brasil” sob a coordenação do Banco Mundial, com doações dos países ricos.

Depois nos reunimos com o secretário executivo do Meio Ambiente, Hugo de Almeida, do qual fui colega no Ministério do Interior. Com muita propriedade, ele disse que é necessário desburocratizar

9 fevereiro 1992

P.S. 2009: Outra solução: os países fariam o monitoramento em cooperação, ou seja, conjuntamente. Enviei essa sugestão à Sra. Brundtland e a Maurice Strong, por Fax.

13 novembro 1992

14 novembro 1992

26 julho 1993

e tocar para diante projetos ambientais amazônicos. A missão do IAG será de fazer uma triagem e acender luzes amarelas de advertência nos casos que forem necessários.

De minha parte, afirmei que seremos como o médico clínico do interior, que precisa tratar do doente. Se for necessário, envia o paciente ao médico especialista. Mas não pode ficar adiando sempre o tratamento. O tempo está contra nós. Temos que pensar nas gerações futuras.

Hugo disse que projetos de monitoramento e fiscalização devem ser feitos pelos Estados, com o apoio federal. Estão pensando em fazer áreas pilotos, para testar sistemas de monitoramento. Hugo citou a legislação da Sema como descentralizada, o que realmente procurei fazer lá. Discutimos depois a questão de descentralização. Expliquei que a Constituição deu aos Estados o poder da legislação concorrente. Cabe, porém, ao Governo Federal coordenar ações e intervir supletivamente, para ajudar, quando o Estado não cumpre a lei ou tem dificuldades, como é o caso na Amazônia. No Sul e Sudeste, e o Hugo lembrou bem o caso do Nordeste, já existe uma razoável estrutura ambiental. (...)

Ao abrir a reunião (depois da pausa para almoço), o secretário executivo do Ministério, Hugo de Almeida, disse que o objetivo principal do IAG, é promover a eficiência do programa. É um grupo independente do Governo Brasileiro e também dos países doadores. Afirmou isso claramente. Disse que a sociedade brasileira e as dos países doadores estão ansiosas para ver o programa em marcha. Disse que o programa será inteiramente transparente. Repetiu que não haverá informações sigilosas para o Grupo.

A senhora Krescentia Duer, ao falar, reafirmou a independência do Grupo. O Banco Mundial dará apenas o apoio necessário aos trabalhos, ou seja, não interferirá nos mesmos.

Rede de Estações Ecológicas

Após a reunião houve um *cocktail* na Asbac (Associação dos Servidores) do Banco Central. Conversei longamente com a senhora Krescentia Duer, chefe da Divisão Brasileira do Banco Mundial. Sugeri que a base da defesa da floresta amazônica fosse constituída por uma rede de Estações Ecológicas, que seriam instaladas com recursos de fora e operadas por Universidades brasileiras juntamente com Universidades estrangeiras. Assim não haveria problemas de soberania, pois seriam Estações brasileiras em terras federais ou estaduais. A senhora Duer indagou se o Brasil poderia receber compensação financeira para guardar as florestas. Expliquei que isso não poderia ser aceito, pois seria alugar território.

Demoras

Na reunião técnica, realizada na sede do Ministério do Meio Ambiente, primeiro falou Robert Kaplan, sobre os procedimentos do Banco Mundial no exame dos projetos. Inicialmente há um estudo de impactos ambientais. O processo todo é longo, pois são dois anos e às vezes mais, de estudos e discussões, antes da aprovação final. A meu ver, essa demora pode ser desastrosa!!!

Roseane Trein fez uma exposição sobre a organização do Ministério e dos projetos em andamento. Disse que novas unidades de conservação só serão feitas depois que as atuais estiverem em ordem. Isso parece sensato, mas podemos perder áreas naturais valiosas, com essa demora.

Índios

Um antropólogo moço da Funai (Fundação Nacional do Índio) expôs o projeto de demarcação de áreas indígenas. Isso é muito necessário. Contudo, Henrique Cavalcanti e eu levantamos a questão da necessidade de tomar medidas para que os índios usem as suas florestas de modo autossustentável. Do contrário poderão destruir essas florestas e serem seriamente prejudicados pelos madeiros exploradores. Por outro lado, os índios não podem viver de caridade pública.

Causa-mortis

De manhã fomos ao Ministério do Meio Ambiente, para as reuniões. Primeiro falou o doutor Herbert Schubert, que está chefiando como secretário técnico o projeto de ordenamento territorial. Schubert explicou o trabalho que está fazendo. Ele é muito competente, mas a meu ver o estudo mais parece acadêmico, pois não estão previstas outras conseqüências práticas reais a não ser fornecer informações. O objetivo de estabelecer diretrizes e fiscalizar, a meu ver, está ou estará no ar.

É uma lástima que não se dê mais ênfase a medidas destinadas a tornar efetivo o ordenamento territorial. Além disso, estão previstas apenas três áreas de trabalho na Amazônia, relativamente pequenas. Ainda se fala em montar o projeto! Schubert acha que falta integração entre os Estados. O quadro que mostrou, sobre o desmatamento existente na Amazônia oriental, revela que ela já está praticamente perdida, tal a intensidade do desmatamento!!!

Terminada a exposição do Schubert fiz uma intervenção ultraenérgica, exaltada até, dizendo que estávamos tratando desse assunto desde 1976 e que ainda estamos quase na estaca zero. Estão fazendo basicamente diagnósticos, que irão apenas mostrar, no futuro, como morreu a floresta amazônica do Brasil oriental. De diagnóstico em diagnóstico, chegaremos a tristes conclusões sobre a *causa-mortis*. Lembrei que desde 1976 já se cogita do zoneamento ecológico e econômico. Participei dessa primeira reunião. Duas vezes o Governo Federal enviou ao Congresso projetos de lei sobre o assunto e depois os retirou, sem se saber o porquê. Assim, não é possível resolver esse magno problema amazônico. Ressalvei, porém, a competência de Schubert. (...)

Marília Marreco Cerqueira (do Ibama) fez uma exposição sobre os trabalhos de controle do desmatamento. Acha que é melhor prevenir do que multar e remediar. Primeiro quer fazer levantamentos sobre a capacidade dos órgãos, dos locais de desmatamento etc. É também uma aproximação excessivamente técnica e excessivamente demorada, pois já se sabe muito bem onde estão os problemas, pelas imagens dos satélites. Perguntei sobre a possibilidade de agir com equipes móveis de fiscalização, com o uso de helicópteros etc. Marília acha que sim. Já tem uma experiência a respeito. Therry e Johnson pediram para dar prioridade à ação, em relação ao planejamento detalhado. A meu ver isso é muito importante.

Depois, conversando com Marília, ela se referiu à lentidão existente na obtenção de recursos para atuar. A Marília é uma excelente técnica e pessoa. Concordou com as ponderações feitas. Penso que ela inicialmente defendeu um projeto que não era da sua autoria.

28 julho 1993

27 julho 1993

Reserva extrativista

Visita de grupo do IAG ao Reca – Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, 150 km a Leste de Rio Branco

1º agosto 1993

NOVA CALIFÓRNIA, RO – Tivemos uma reunião com Marcio e Jean Pierre, na sede da Reca (Reserva Extrativista). Também estavam lá outros quatro ou cinco associados. A Reca é uma organização notável, pelo seu caráter muito democrático e dinâmico. É dividida em pequenos grupos, dirigidos cada um deles por um “líder”, que chefia os mutirões e por um “coordenador”. O conselho de coordenadores é quem de fato comanda a Reca. Cada associado só é admitido após um ano de experiência e testes. A ideia básica da Reca é plantar vegetais nativos, principalmente o cupuaçu (*Theobroma sp.*), a palmeira pupunha (*Bactris gasipaes*) e a castanheira (*Bertholécia excelsa*). Há, porém, dezenas de outras árvores frutíferas e produtoras de madeira, que estão sendo experimentadas.

Vimos um plantio intercalado de pupunha, castanheira e cupuaçú com ótimo aspecto. Fiquei muito impressionado com o desenvolvimento rapidíssimo das moitas de pupunha, que têm lá apenas cinco anos no máximo. Essa palmeira está crescendo ali mais depressa que *Eucalyptus* (que não há lá). É incrível. Com dois anos dão palmito. Os frutos, depois de cozidos, podem ser enlatados ou postos em vidro de conservas. Sua polpa extensa é grande, tem o aspecto de pêssegos avermelhados e é muito gostosa. Sempre achei a pupunha uma planta notável, mas aqui ela se destaca ainda mais!!!

Projetos, não pesquisas

Reunião no CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia)

2 agosto 1993

RIO BRANCO, AC – Na reunião no CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia) o representante dos índios disse que eles já estão cheios de ser pesquisados. Querem coisas mais concretas. Fez um longo e “divagoso” relato de coisas passadas. Quando terminou a reunião, coloquei-o em contato com Eduardo Britto e sugeri que este pusesse no papel projetos de interesse dos índios, para o Projeto Piloto financiar. O índio José sugeriu uma criação de peixes. Lembrei a secagem das castanhas.

Flona

3 agosto 1993

SANTARÉM, PA – No início da noite, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Carlos Dowbrovsky, veio falar conosco. Quando criaram a Floresta Nacional, já havia lá dentro cerca de 16 comunidades e até uma sede de Município (Almerim). Em abril de 1992 os habitantes da área sugeriram a criação de uma APA (Área de Proteção Ambiental). Mas ainda estão estudando o caso. Eles não sabem exatamente o que desejam como a melhor solução. As comunidades têm projetos (comunitários, é claro).

Tive ocasião de explicar a necessidade e pressa de se fazer um acordo entre as comunidades locais e a Flona (Floresta Nacional). Falei das vantagens que um entendimento desses teria para todos.

Chairman

Voo Santarém–Manaus, na expedição que integrantes do IAG a vários pontos da Amazônia para conhecimento da realidade local

A visibilidade durante a viagem não era boa. Chegamos às 9h30. Durante o voo, o doutor Dietrich Burger conversou comigo sobre a eleição do *chairman* da Comissão. Disse-lhe que não teria tempo para isso e que a meu ver o cargo deve ser exercido por um dos alemães, ele ou Gerd Kolhepp. Ambos falam muito bem o português e estão ligados ao Brasil. Além disso, a Alemanha é o maior contribuinte do Plano Piloto.

MANAUS, AM – Houve uma votação para a escolha do chairman. Antes, ao abrir a discussão do assunto, afirmei que a Presidência deveria caber a um europeu, pois este teria melhores condições para se entender com os doadores (para obter recursos e apoio). Essa premissa foi aceita. Em seguida, a professora Berta Becker sugeriu o nome de Gerd Kolhepp para o cargo, o que foi unanimemente aceito. Logo após passamos à escolha de um vice-presidente (*vice chairman*). Com grande surpresa para mim e para outros, o dr. Dietrich Burger propôs o nome de Mary Alegretti. Isso também foi aceito por todos.

Curto prazo

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã tomei parte nas discussões do Grupo 02, na reunião da Fundação (Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável), sobre ações a curto e a longo prazo. Salientei a importância de ações de curto prazo, pois sem elas não poderemos salvar áreas naturais importantes, na Amazônia.

Ao sul do Amazonas

BRASÍLIA, DF – Às 9h30, com algum atraso, começou a III reunião do IAG – Grupo de Assessoria Internacional do Banco Mundial. (...)

O Governo (Brasileiro) e o Banco (Mundial) têm um acordo geral sobre o Programa de Recursos Naturais: ajuda às organizações estaduais, Monitoramento, Zoneamento, Flonas (Florestas Nacionais) etc. Quando deram a palavra aos presentes, falei longamente e com muita veemência. Disse que deveria estar pronto o projeto sobre unidades de conservação. A falta desse projeto nos faria perder uma ocasião única para criar cerca de dez novas unidades de conservação entre os Rios Juruá e Xingu. (...)

(O ministro do Meio Ambiente) Henrique Cavalcanti explicou que o Ministério está estudando a fixação de diretrizes para a política brasileira em relação à Amazônia. É uma proposta de “Política Nacional Integrada”. (...)

Falei ao ministro Henrique Cavalcanti, refletindo o que havia dito hoje de manhã, sobre a instalação de novas unidades de conservação ao sul do Rio Amazonas, com recursos externos, inclusive de Universidades. Henrique ponderou que não há recursos (para desapropriações etc.) Sugeriu que se estabelecessem APAs. Respondi que poderiam ser usadas terras públicas. Ele pediu que apresentasse projetos. (...)

4 agosto 1993

5 agosto 1993

14 setembro 1993

29 agosto 1994

30 agosto 1994

De manhã nos reunimos no Edifício Morro Vermelho, na sede do Banco Mundial em Brasília. Roseane Trein fez uma exposição sobre os quatro projetos que ainda não estão em andamento: educação, recuperação de áreas degradadas, manejo integrado e unidades de conservação. Em relação a estas, não havia nada. Fiz uma exposição, em frente ao grande mapa do IBGE, sobre a grande área ao sul do Rio Amazonas, do (rio) Juruá ao Xingu, para ali criar várias unidades de conservação. Depois propus, de modo concreto, que 1 milhão de dólares seja reservado para estudar a localização e decretar Aries (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). O pessoal gostou. A ideia foi aprovada em princípio. Vou imediatamente falar com o Henrique (ministro). Depois falamos longamente, de modo descontraído, sobre os problemas da Amazônia. Roseane apoiou a ideia das Aries. É exequível. Vai me dar trabalho, mas vale a pena. É uma grande causa, o meu canto do cisne.

11 novembro 1994

Chris Diewald, representante no Brasil do Banco Mundial, queria uma definição clara dos objetivos do novo programa do G7-Banco Mundial sobre unidades de conservação, que consegui mobilizar há alguns meses. O programa estava semiparalisado. Era preciso ter um título e começar como projeto novo. Insisti e isso foi aprovado, que o título do projeto fosse “Novas unidades de conservação ao sul do Rio Amazonas”, por se tratar de uma grande área ainda quase intacta, mas que logo será ameaçada pela fronteira agrícola em expansão. Houve, na reunião, unanimidade favorável e Chris saiu convencido. Jamais o Banco Mundial conseguirá salvar tantas florestas com tão pouco dinheiro. Foram tomadas também medidas internas no Ibama, sobre ações, poderes e responsabilidades internas para o projeto deslanchar. Disse na reunião que era importante começar logo, para o próximo Governo encontrá-lo já em andamento. Fui tratado como o pai da ideia, ou seja, do projeto. (João Batista) Monsã vai ser contratado como assessor, por minha sugestão. Aliás, ele já está agindo nessa qualidade. As Aries voltaram a ser unidades de conservação importantes. O João Câmara está tratando disso. Viva!!!

Absurdo

29 maio 1995

Quando (secretário para a Amazônia do Ministério do Meio Ambiente) Seixas Lourenço facultou a palavra, indaguei como estava o projeto de declarar áreas de relevante interesse ecológico ao sul do Rio Amazonas, antes que chegue lá a fronteira agrícola. Isso causou certa perplexidade entre os técnicos do Ministério, mas atingiu em cheio meu objetivo de salientar a importância desse meu projeto!!! Alguém falou sobre o zoneamento ecológico-econômico, ainda em fase de estudo, pedindo sugestões etc. A meu ver, a situação de 20 anos de inoperância desse zoneamento federal, É um absurdo calamitoso!! Quando a secretária geral (do Ministério) Aspásia Camargo se referiu a possíveis problemas com o Incra, pedi a palavra para dar o meu testemunho de que o Incra foi um dos maiores colaboradores da antiga Sema, nos cedendo grandes áreas impróprias para a agricultura. (...)

À tarde fui informado por amigos que o Projeto das Aries figura agora como apêndice do Projeto PMA, que há anos está semiparado. É sabotagem, segundo me informaram. No Ibama foi difícil a aprovação, mas passou.

Exploração racional por índios

4 março 1996

À tarde (após o almoço), houve uma reunião sobre o problema da demarcação das terras indígenas. O presidente da Funai Márcio Santilli estava presente e fez uma exposição. Disse que a

população indígena representa 0,02% da população brasileira. (...) A seu ver, o garimpo está em franca regressão. A exploração de mogno tem sido terceirizada. Agora é realizada por pequenos "toreiros". A maior ação invasora é a dos movimentos dos sem-terra locais.

Pedi a palavra e expus o fato de que unidades de conservação, no Paraná (Guaraqueçaba) e São Paulo (Ilha do Cardoso), foram invadidas por índios guaranis vindos de centenas de quilômetros de distância. O presidente da Funai equiparou esses índios-nômades aos caiçaras que estão nessas unidades de conservação. Respondi que o Estado de São Paulo está disposto a ceder outras terras aos guaranis e fiz um apelo ao entendimento entre a área ambiental e a área indigenista. Ele recebeu bem o meu apelo, mas não se comprometeu em nada. Também me referi ao caso da Estação Ecológica do Iquê, de 220 mil hectares, invadida por 120 ou 150 índios enau-enês. Também não se manifestou. Contudo, quando falei que os índios devem poder explorar racionalmente as suas florestas, nesse caso ele francamente gostou da ideia.

Zoneamento e financiamento

Na reunião da manhã, falou Herbert Schubert. Pelo que ele disse, o zoneamento será realizado pelos Estados. Até agora somente treinaram técnicos estaduais e já fizeram diagnósticos, mas não todos. Estão se concentrando no diagnóstico sobre a vulnerabilidade ecológica (erosão etc.) de cada área. Segundo o Schubert, a parte normativa ainda está em discussão. Diversas pessoas falaram sobre o zoneamento. Carlos Bertão, do Banco Mundial, achou boa a ideia de colocar a área ambiental nas Secretarias estaduais do planejamento. Concordei com uma estreita colaboração entre ambas áreas. Contudo, disse-lhe que não pode haver uma subordinação administrativa, pois se isso acontecer a instituição ambiental fica sem força para discordar. Phil Fearnside e outros concordaram comigo. Depois o próprio Carlos concordou comigo.

Na parte principal de minha fala, parabenizei pelas novas informações obtidas e a avaliação das vulnerabilidades ecológicas. Contudo, disse claramente, como tenho dito em outras ocasiões, que se o zoneamento não for amarrado numa lei que proíba os empréstimos bancários em desacordo com o mesmo, se isso não for feito o zoneamento terá falhado. Seria absurdo que fossem aprovadas financiamentos em desacordo com o zoneamento. A repercussão foi boa. Concordaram.

Voo Manaus-São Paulo

Durante o voo vi enormes extensões, uma delas com alguns campos, de florestas intactas, ao sul do Rio Amazonas. É de alegrar o coração. Numa dessas áreas, imensa, a topografia é "quebrada", ou seja, tem pequenos morros a perder de vista. É nessa região e em outras que pretendo estabelecer grandes unidades de conservação, no Pilot Project for the Protection of Brazilian Rain Forests.

Caiapós

ALDEIA CAETÉ, RESERVA INDÍGENA XICRIM-CAIAPÓ (PA) - Após a chegada de avião e as apresentações de praxe, seguimos para a "Casa dos Homens". É um barracão aberto, onde a população masculina se reúne para a tomada de decisões. Estavam lá cerca de 80 pessoas, quase todos homens. Havia, também, algumas mulheres e crianças, observando do lado de fora. É a tradição deles.

7 março 1996

11 maio 1996

06 julho 1996

8 julho 1996

Durante umas duas horas, a Nely Aparecida Mello (do Ministério do Meio Ambiente) procurou transmitir aos presentes, através de alguns tradutores índios, a notícia de que estão em marcha programas destinados a melhorar a vida daquela nação indígena:

- A – Uso racional e continuado, numa rotação de 30 a 40 anos, de recursos madeireiros, sob a direção do Instituto Sócio-Ambiental;
- B – Aproveitamento melhor, através de mini-usinas preparatórias, da castanha do Brasil;
- C – Viveiro de mudas e reflorestamento.

Havia boa assistência médica por médicos de São Paulo, voluntários.

Os índios lá presentes eram educados e atenciosos, mas manifestaram a sua inquietação, pelo atraso na implantação desses programas. Mais tarde, no decorrer do dia, nós do IAG e Nely chegamos à conclusão de que é urgente implantar os programas acima relatados. Não sabemos, porém, se o Instituto Sócio-Ambiental poderá operar diretamente, pois uma exploração florestal requer muito capital. Regressamos também de avião. Contudo, a pista de voo estava debaixo de moitas altas de capim. Além disso, a pista era algo ondulada. Seu aspecto desleixado era algo assustador. Mas balançando e correndo no meio do capim alto, levantamos voo.

Tirar o máximo

MARABÁ, PA – De manhã fomos ao CAT (Centro Agropecuário do Tocantins). Está fora da cidade de Marabá, cobre um pequeno morro, coberto de mata secundária. A área é muito rica em palmeiras de babaçu (*Orbignya phalerata*). Dentro da floresta, sem sub-bosque e desbastada, mas ainda bonita, construíram todo um complexo de prédios térreos, adaptadas à região, com escritórios, locais de reunião, dormitórios etc. Ali funciona o CTA, que é um órgão de agricultores que também possuem pequenas florestas, e o Lasat, que é o Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins. Este é um pequeno grupo de técnicos multidisciplinares, formado por Agrônomos, (engenheiros) florestais e professores da Universidade Federal do Pará. Contudo, o proprietário das construções etc. é a Fata (Fundação Agrária Tocantins-Araguaia). (...)

O líder do Lasat parece ser o consultor francês Vincent de Reynal. Conversando conosco, Vincent explicou que eles reuniram os três sindicatos agrícolas regionais, que antes davam prioridade à defesa florestal. O que eles querem agora é usar a floresta para obter o máximo de dinheiro dela e depois, com os recursos assim obtidos, partir para outras atividades como a criação de gado. Em dez ou 20 anos isso poderia acontecer. Não estão necessariamente interessados na manutenção e exploração continuada da floresta. Nas discussões de ontem e hoje, manifestei minha discordância com isso. Penso que há terras montanhosas e outras com clara vocação florestal. Foi uma discussão elevada.

Destruição inútil e absurda

Voo de Marabá a Carajás (PA)

Passamos inicialmente sobre área com cerca de 30%-40% de florestas em vários estágios de degradação ou de regeneração, além de matas primitivas (dentro dessa porcentagem). Por todo lado

há pequenas áreas de 10 a 50 hectares, desmatadas, com esqueletos de árvores em pé, pastos em estado razoável e pastos degradados, com vegetação arbustiva. Há também grandes pastagens e grandes matas, em certas áreas cerca de 40%-50% dos fundos de vale de córregos, a mata foi eradicada. Os outros 50%-60% são matas ciliares secundárias. Foi uma destruição inútil e absurda. Cerca de 5% da área é de derrubadas relativamente recentes.

UCs e exploração madeireira

(...) Fomos depois ao Ibama, onde conversamos com o presidente Eduardo Martins. O Eduardo nos disse que as Unidades de Conservação devem ser participativas, com a cooperação (das universidades). Assim, tem a intenção de financiar teses de mestrado (\$ 5.000,00) ou de doutoramento (\$10 mil). Sobre as Unidades de Conservação, disse ser favorável à criação de novas unidades, na Amazônia e na Mata Atlântica. Citou o meu nome.

Disse que em toda a Amazônia há hoje exploração de madeira. Os asiáticos já investiram cerca de 500 milhões de dólares. Metade das madeiras compradas pelas empresas madeireiras é ilegal. Compraram 1,5 milhões de hectares. Adquirem empresas. O Ibama vai checar os planos de manejo, modificar o Código Florestal e mexer no esquema financeiro da exploração de madeiras.

Eduardo Martins falou também sobre a exploração pesqueira das lagoas, que teriam zonas totalmente protegidas, zonas de pesca local e zonas de pesca geral (barcos de fora).

Relatório

De manhã fomos ao Banco Mundial, onde de manhã e à tarde redigimos, em grupos, o relatório que será apresentado aos doadores do G7, na reunião que haverá em Bonn. A parte referente a Parques e Reservas foi redigida por Tom Lovejoy e por mim. Acredito que a redação foi boa. Ocupa uma página. Mostramos a importância da questão e dissemos que o melhor é utilizar para esse fim terras pouco úteis à agricultura, como certos banhados, montanhas ou serras etc. Não o dissemos expressamente, mas a ideia é evitar futuros conflitos de uso de terras. Também a ideia, dita claramente, no relatório, é estabelecer unidades de conservação em lugares onde ainda não chegou a agricultura. Uma das coisas que todos aprovam, e que foi dita ontem pelo secretário Seixas Lourenço, é que precisamos sempre dizer a verdade, se queremos ter credibilidade na reunião de Bonn.

De manhã o IAG se reuniu para debater, primeiro as questões gerais das nossas recomendações, e depois trecho por trecho do relatório. As modificações realizadas foram bem balanceadas, embora realistas. Assim, me impressionaram as críticas à situação anterior do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Foram críticas severas, como a "falta completa de planejamento estratégico" que havia antes do PP-G7 (Projeto Piloto coordenado pelo IAG). Numa das redações sugeridas, propus reforçar a participação dos Estados, o que foi aceito. Referia-se a zoneamento.

Sobre a escolha de áreas, a prioridade será para áreas de difícil acesso, ao invés de áreas impróprias para a agricultura, pois assim seriam evitadas interpretações errôneas, ou seja, sempre a escolha de terras marginais e solos pobres. A discussão sobre áreas degradadas foi confusa, pois há vários tipos de degradação que são mal definidos.

10 julho 1996

11 julho 1996

12 julho 1996

	Conferência
20 agosto 1996	CIDADE DO PANAMÁ – Às 14h fiz uma conferência para uns 20 cientistas, sobre a Ecologia da Amazônia, inclusive Biomas, regime de chuvas etc. e refúgios do pleistoceno. A meu ver a ideia desses refúgios isolados está perdendo validade. O mais lógico é admitir que junto aos rios havia água suficiente para manter uma floresta ciliar, nos períodos mais secos do Pleistoceno. contei, também, as características e as diferentes estações ecológicas da Amazônia. Parece que gostaram. Pelo menos gostei e ouvi elogios. Foi para mim agradável rememorar os velhos tempos de Sema. Falei dos projetos novos, do IAG (G7 – Banco Mundial – Governo Brasileiro), onde estou sugerindo novas grandes unidades de conservação, principalmente ao sul do Rio Amazonas.
	Corredores ecológicos
15 outubro 1996	De manhã, os presentes foram organizados em grupos. O meu é para o estudo dos corredores conservacionistas 2 a 6. Os membros do meu grupo são: Pedro Mourão (Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus), José Edil Benedito (MMA) e Crisomar Lobato (Pará). Sugerimos colocar dentro do “Corredor Ecológico 04” uma nova unidade de conservação em Maués, no Estado do Amazonas, na rota Manaus-Brasília. Sempre vejo essa área do avião. É excelente para uma Estação Ecológica. Também consegui colocar a Estação Ecológica de Niquiá no Corredor 02, o mais ao norte. Crisomar Lobato conseguiu colocar o Parque Estadual da Serra das Andorinhas e a região de Paratim e São João do Araguaia no Corredor 04. Cachimbo talvez seja um Perímetro especial. São 500 mil hectares de vegetação de escrube, que a Aeronáutica passou para o Estado do Pará. O referido Estado está agora muito interessado em criar unidades de Conservação. Para o Parque da Serra das Andorinhas já há financiamento externo, da Comunidade Europeia. O trabalho do nosso grupo foi muito útil. Na parte geral, sugeri fazer um esforço para salvar a Estação Ecológica do Iquê, que está no Corredor 05. No momento está ocupada por índios Enau-enês, do ramo Caribe. São cerca de 180 índios ocupando 220 mil hectares, o que é uma loucura e tremenda injustiça contra o Meio Ambiente. A meu ver bastaria dar aos índios cerca de 50 mil ou 60 mil hectares, para atender com folga as suas necessidades atuais e futuras por várias gerações ou mesmo por muitas gerações se houver razoável planejamento familiar. Temos que proteger a biodiversidade que Deus nos deu, de modo racional, em benefício das gerações futuras de índios e não índios.
	Conselhos gestores
16 outubro 1996	Na sessão da manhã pouco se discutiu e à tarde cada relator de grupo fez um extenso e às vezes cansativo relato das sugestões apresentadas. As divergências maiores foram a respeito da abrangência dos Conselhos que seriam formados. Disse aos presentes que o Conselho de Unidades de Conservação do Ibama, do qual faço parte, nunca se reuniu. Sugeri reformulá-lo. Manifestei-me a favor dos Conselhos de Gestão de corredor ou regionais, com a participação de entidades não governamentais, Estados e municípios. Falei também sobre o Conama e disse que ele poderia examinar a regulamentação do uso das florestas das Reservas Indígenas. Atualmente essas florestas estão fora do alcance das leis florestais e ambientais, o que é um absurdo.

	Concretamente
	Na reunião final, simplificaram enormemente as conclusões, que estavam demasiado extensas. Pedi que incluíssem a unidade de conservação de Maués, região de florestas imensas, sem gente, que há anos sobrevoo depois que o avião que sai de Manaus para Brasília e atravessa o Rio Madei- ra. Minha sugestão foi acolhida. Parece que foi a coisa mais concreta que consegui nestes anos de esforço para estabelecer novas unidades de conservação ao sul do Rio Amazonas.
	Vigilantes
	No final da reunião, pedi a palavra e reafirmei, em termos bens claros, que a finalidade do PP-G7 é o desenvolvimento autossustentável, é a preocupação ambiental ligada ao desenvolvimento. Por isso às vezes podemos parecer ranzinzas em relação a EIA-Rimas etc, mas temos que estar vigilantes. O pessoal gostou do que falei, pois às vezes o discurso que ouvimos estava demasiado desenvolvimentista sem freios, embora não fosse radical nesse sentido. Durante o almoço falei com Gerd Kohlepp, Schneider e Fearnside. Estão preocupados com o ritmo pouco cuidadoso do novo desenvolvimentismo na Amazônia.
	Projetos bilaterais paralelos
	(...) Cheguei de volta à reunião do IAG com algum atraso. Estavam lá reunidos meus colegas de IAG, ouvindo o secretário Seixas Lourenço, da Secretaria da Amazônia. Ele propôs, em nome do Governo, a criação de um Projeto Bilateral Associado do Programa Piloto, independente (ou quase) do Bando Mundial, reunindo projetos bilaterais do Brasil com diversos países. Isso enriquece muito o Projeto Piloto. O Banco continuaria a gerir o <i>Trust for the rain Forest</i> (Fundo para a Floresta Tropical Úmida). Declarei que o Projeto Bilateral Associado enriqueceria o Projeto Piloto.
	Ainda o zoneamento
	À noite houve reunião na casa do Fabio Feldmann. Conversei com a (secretária geral do Ministério do Meio Ambiente) Aspásia Camargo sobre zoneamento ecológico e econômico, salientando a inoperância dos que trabalham nesse projeto federal, que não sai do papel. Ou melhor, nem mes- mo está pronto no papel.
	Espaços vazios
	<i>Jantar com o secretário do Meio Ambiente do Pará, Nilson Pinto de Oliveira, durante expedição dos conselheiros do IAG.</i>
	BELÉM, PA – Falei com o secretário sobre a necessidade de se afirmar a autonomia estadual em relação ao Ibama, ocupando espaços do Governo Federal atual em relação aos graves problemas dos guseiros e madeireiros. (...) O secretário ouviu o que lhe disse, mas não mostrou interesse. Ficou quieto, talvez por prudência política, para não desagradar ao poderoso Governo Federal. Os seus subordinados, porém, não têm essa reserva. São relativamente poucos, mas eles têm consciência

17 outubro 1996

2 dezembro 1996

4 dezembro 1996

8 março 1997

9 julho 1997

10 julho 1997

de que é preciso fazer algo para sobrepujar a desastrosa inação real e quase geral do Ibama na Amazônia. Embora haja planos federais, poucos são os grandes resultados práticos, reais, exceto duas grandes apreensões de toras de madeira. Volto desta viagem muito desiludido em relação ao Ibama. Uma das boas coisas que o PP-G7 fez foi fortalecer a ação estadual, com a sua ajuda.

Transamazônica

Expedição de conselheiros do IAG pelo Estado do Pará

Saimos de manhã cedo, no avião Xingu do Governo do Estado, bimotor, da Embraer. Foi uma viagem, para mim, e para meus colegas de comissão, extremamente interessante e instrutiva. Voamos muito ao longo da Transamazônica, entre Belém e Itaituba. Vimos a Reserva Garimpeira, ainda remota e muito pouco modificada, e uma imensa área vizinha sem "dono", portanto devoluta, com potencial ecoturístico. Vimos o início de atividades madeireiras (porto clandestino) etc., etc. Observamos, sobretudo, o estado de ocupação ao longo da Transamazônica.

7h51 – Ainda vejo campos no meio de matas, perto de um rio. Sobrevoamos rios largos. É um lugar ótimo para proteger.

8h01 – Na imensa floresta vejo alguns pequenos campos e, pela primeira vez nesta viagem, algumas pequenas derrubadas em fase de recuperação, além de campos provavelmente naturais. É uma região que se presta muito para unidades de conservação, pois a presença humana é mínima. Há matas mais altas, outras mais baixas. (...)

Vimos a região garimpeira, que, aliás, tem agora poucos garimpos. Fora e antes da região garimpeira, há uma enorme floresta intacta e sem gente, centrada no Rio Jamanxim. Valeria a pena fazer lá uma Estação Ecológica. Na volta, verificamos que toda a região de matas, caapoeiras e pequenas pastagens que vi no caminho da ida estava no entorno da Transamazônica. As laterais eram as "espinhas de peixe" da estrada principal!! Entre cada "espinha de peixe" há florestas com 5 ou mais km de largura e comprimento a perder de vista, sem interrupção praticamente. Nas "espinhas" há alternância de pequenos pastos, caapoeiras e matas. Vi poucas fumaças de queimadas e nenhuma derrubada nova!!

Bom senso

Reunião de avaliação do andamento do PP-G7 em Brasília

15 julho 1997

Tive ocasião de dizer que acho possível compatibilizar, na Amazônia, áreas de desenvolvimento agroindustrial com áreas de proteção à natureza, baseadas na qualidade dos solos. Na Amazônia, segundo me disseram no projeto Radam, em cerca de 45% dos solos não pode haver agricultura, por serem excessivamente frágeis. Na maior parte do restante, deverá haver agro-silvicultura. Parece que ficou claro que é necessário haver mais estudos para compatibilizar as coisas, segundo a maioria dos participantes.

O representante do Banco Mundial, Bob Schneider, disse que os doadores poderão se retrair, diante das propostas de grande desenvolvimento. Eu já havia explicado que o PP-G7 se destina clara-

mente à proteção de florestas e áreas naturais. Comentei que se houvesse um bom zoneamento econômico e ecológico, não precisaria haver essa discussão. Como está a situação, temos que agir baseados no bom senso, ocupando (com unidades de conservação) as terras impróprias para a agricultura e elevando o nível de vida das populações locais (com agro-silvicultura).

Reserva Chico Mendes

Apresentei uma sugestão ao IAG, para que este declare ser importante a incorporação das terras de posseiros extrativistas, castanheiros e seringueiros, vizinhos à Reserva Extrativista Chico Mendes, na mesma. O Ibama não faz isso por falta de recursos para expropriar, mas o Diretor do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), Milton Seligman, declarou a nós do IAG ser possível fazer isso. O Incra tem recursos. Disse aos meus colegas que conheço a região e sou amigo desses posseiros. São, entre outros, os parentes e amigos da família da Jeane, menina com saúde difícil, cujo caso quase todos os colegas do IAG conheciam. Ela estava na minha casa em São Paulo em tratamento médico, felizmente. Foi numa visita do IAG a Xapuri que conheci o problema de Jeane. Sei que se trata de gente muito pobre, honesta, trabalhadora, que merece ajuda. A não inclusão desses posseiros na Reserva foi uma grande injustiça. Vamos ver se consigo ajudá-los. As possibilidades são boas.

O IAG aprovou minha proposta.

Críticas impróprias

MANAUS, AM – Anthony Hall, Presidente do IAG (International Advisory Group) ao qual pertenço, disse que o PP-G7 ainda está no começo. Foi a meu ver excessivamente cauteloso. Foi, porém, realista ao dizer que os projetos fracassarão se não houver mercado para os produtos da floresta, o que é verdade. É preciso compatibilizar o plano Brasil em Ação com os planos ambientais (corredores). É importante aprovar no Congresso o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). É necessário reestruturar o Ministério do Meio Ambiente. Foi uma crítica muito severa, mas ele não deveria falar sem antes consultar o IAG sobre esses assuntos. (...)

Almoçamos juntos Adilson Serrão, Phil Fearnside, Berta Becker, Anthony Hall e eu. Com arte e diplomacia, procuramos dizer a Anthony que ele não poderia ter dito que o Ministério precisa ser reorganizado. O ministro Krause ficou muito aborrecido. Realmente, não compete ao Presidente do IAG criticar a estrutura do Governo. Também saíram críticas numa entrevista publicada hoje no Estadão, feitas por Hall. No mesmo artigo há palavras minhas favoráveis ao PP-G7. Disse que poderíamos ter mais recursos, o que foi bem recebido. (...)

Balanço

Na reunião, foi feito um balanço geral da situação. Houve um pequeno aumento nos recursos esperados. Os EUA estão contribuindo mais, cerca de 10 milhões de dólares. Os holandeses vão dar dinheiro, mas só em 1999. Os espanhóis desejam contribuir. As crises que ocorreram em Manaus foram superadas, mas o Anthony Hall deu entrevistas geralmente na linha anterior, muito crítica ao Governo, o que não foi muito bem recebido, embora não tenha havido coisas graves. O IAG não lhe dá carta branca.

18 julho 1997

P.S. 2009: Consegui a criação de Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança. É uma Arie para proteger plantas necessárias aos seringueiros. O Presidente Fernando Henrique foi lá para assinar o Decreto.

28 outubro 1997

P.S. 2009: Para obter informações e saber nossas opiniões.

30 outubro 1997

Finalmente!

14 julho 1998

JUIÚNA, MT – Na reunião na Prefeitura, com o prefeito Moraes Sousa, a presidente Liani Elidia Zeni (FAX (065) 566-1698), do Sindicato das Indústrias Madeireiras, o senhor Altir Peruzzo (vereador) e o técnico Clayton Dutra são pessoas muito qualificadas para agir no controle do desmatamento. Expliquei a eles as possibilidades de controlar os fiscais pelas imagens de satélites e pelos Conselhos Municipais do Meio Ambiente. Discutimos também como procurar alternativas econômicas de agro-silvicultura. Para a senhora Liani Zani, madeireira preocupada em colocar essas atividades em bases permanentes, salientei nesse sentido a nova lei do Imposto Territorial Rural que isenta de impostos e permite a exploração racional dos Recursos Legais Florestais particulares. (...)

A Eulinda (de Campos Lopes, coordenadora estadual do Projeto Ambiental Regional) explicou que somente agora estavam tratando, ali, de como seria feito o licenciamento das atividades florestais pelo Estado de Mato Grosso. Na minha opinião, o Estado está fazendo isso antes tarde do que nunca, tomando (para si) felizmente uma atividade que caberia ao Ibama até o presente. Como foi dito na reunião da manhã (na Prefeitura), os fiscais do Ibama, de modo geral, são acusados de corrupção, ou a vida deles é ameaçada para coagi-los. Os municípios também estão participando da fiscalização, finalmente!!

Corredor central

20 julho 1998

BRASÍLIA, DF – Iniciamos os trabalhos, reelegendo presidente Anthony Hall e vice-presidente Bertha Becker. Houve críticas, inclusive minhas, à organização estressante das viagens de avaliação realizadas. Pedi que pelo menos tivéssemos direito, como os tripulantes dos aviões, a descansos razoáveis. contei o meu caso de ter ficado gripado e passado um dia de cama para me recuperar.

Alguns grupos do IAG tiveram contatos bem-sucedidos, como o nosso, mas em outros grupos houve visitas praticamente inúteis. Nos relatórios preliminares, foi salientada a precariedade dos assentamentos ao norte do Estado do Espírito Santo, devido à seca aguda (800 mm por ano), metade quase do que era antes. Em Rondônia, o desmatamento não sofre restrições legais (punições). Em Humaitá (AM) a soja está sendo subsidiada (calcário grátis). Em Apuaí (AM) o desmatamento está acelerado. Novas estradas clandestinas são abertas. O desmatamento no Estado do Amazonas aumentou muito devido a isso. Em Itacoatiara (AM) viram o porto novo de soja. A Prefeitura reclama que não recebe impostos ou taxas desse porto. As leis não são cumpridas na região visitada. Os geólogos do Estado dizem que os solos de Apuaí são pobres. (Roberto Smeraldi). Incra parece passar na região por cima de muita coisa. Nada foi feito lá sobre prevenção de incêndios.

Após o *coffee break*, Hervé Thery fez um bom resumo da nossa comissão. Mil famílias por mês chegam a Roraima. Na minha vez de falar, expliquei meu otimismo em relação ao que vimos em Juína (MT) e minha grande preocupação em relação à situação em Roraima, de fome iminente.

21 julho 1998

No início da manhã houve uma reunião do IAG com os doadores, principalmente os EUA. Estes desejam, segundo Ziulna Wilkonson, apoiar iniciativas mais imediatas, como, por exemplo, o combate do fogo nas florestas. Queria saber, também, o que o PP-G7 produziu em termos concretos. Respondi, de modo vibrante, que nenhum projeto alcançou já tantos resultados com tão pouco dinheiro, como o do Corredor Central Amazônico, agora no início de sua implantação.

Conselhos comunitários

(João Batista) Monsã fez uma ótima apresentação ao IAG sobre os problemas da pesca e da ocupação (pecuária, agrícola, madeireira) das várzeas amazônicas. Calcula haver na pesca uma perda de 30%, o que é inadmissível, como ele salientou. Há todo um esforço para a participação dos habitantes locais nos conselhos etc., que regularão o assunto. É o que existe, por exemplo, em Porto de Moz, no Pará, perto da Ilha de Marajó. Os Conselhos Comunitários de Pesca serão muito importantes. O vídeo de computador apresentado foi excelente. Nunca vi nada melhor, nesse campo de apresentação.

Divulgação

Nakani, diretor do Banco Mundial no Brasil, compareceu à nossa reunião. Falou sobre generalidades. Smeraldi disse que o PP-G7 precisa ser mais conhecido em termos mundiais, nos grandes foros. Outros também discutiram sobre a importância, não visível lá fora, do PP-G7. Alguém disse que se o período de transição para a fase 2 for longo, é preciso estabelecer normas especiais.

Destruição não termina...

Voo Manaus – São Paulo

Durante a viagem Manaus-São Paulo em avião Boeing 767, bimotor de grande porte, vi incêndios florestais. Parece que a destruição da floresta amazônica não termina nunca e que muito pouco se faz realmente para salvá-la.

Voo Brasília – Rio Branco

Estou viajando para lá a convite da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente. À tarde embarquei em Brasília, em avião Boeing 737, da Varig, com destino a Rio Branco. Cheguei à noite, com certa dificuldade devido à fumaça, que prejudicou a visibilidade. O comandante chegou a falar na possibilidade de rumarmos para Manaus.

Voo Rio Branco – Porto Velho – Brasília

Às 7h30 já estava saindo do hotel. Com pequeno atraso, o avião Boeing 737 da Varig levantou vôo rumo a Porto Velho e de lá a Brasília. Entre Rio Branco e Porto Velho, e mais além, da altura em que voávamos (10 mil m) não se via o solo, devido à fumaça das queimadas! O problema se agrava a cada ano. Além disso, Estados como o Acre, onde se queima relativamente pouco, são invadidos pela fumaça que vem de outros Estados.

Aceiros

No Ibama houve uma grande reunião para discutir o grave problema das queimadas, que estão assolando grande parte do território brasileiro. Ao sul do Rio Amazonas, até o Brasil Sul, há inúmeros focos de fogo.

23 julho 1998

31 julho 1999

19 agosto 1999

P.S. 2009: Trata-se da criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Nova Esperança, proposta por mim para proteger as plantas úteis aos seringueiros e castanheiros na região de Xapuri.

24 agosto 1999

9 setembro 1999

P.S. 2009: Acabei conseguindo a licença da autoridade estadual.

A reunião foi presidida pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Falaram muitas pessoas. O governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, fez uma exposição muito boa. Ele ocupou um vácuo do poder, mostrando como os Governadores podem resolver o problema em conjunto com madeireiros e agricultores. O secretário Cláudio, do RS, criticou o Decreto Federal 2661 sobre queimadas.

Tive ocasião de pedir a palavra para me queixar do fato incrível de ser proibido fazer aceiros no Estado de São Paulo, pois alegam que o Código Florestal proíbe impedir a regeneração da vegetação. Isso ocorreu comigo. Pedi licença para fazer um aceiro protetor na mata da Usina Ester, há três anos, e até hoje não deram a permissão. Também na Represa da UE não deixaram carpir o capim que estava prejudicando as mudas de árvores nativas que plantamos ali. A Adriana Moreno, do Pará, me apoiou quando falei sobre a importância dos aceiros para evitar incêndios ou para combatê-los.

O procurador-chefe Saboya, do Ministério do Meio Ambiente, disse-me que está bem adiantado o Projeto de Regulamentação da Lei dos Crimes Ambientais. Isso é uma ótima notícia, pois sem a lei fica muito difícil coibir queimadas.

1% tem manejo

Mais ou menos à 1h30, o avião 767 Boeing da Varig levantou voo rumo ao México. No Aeroporto de Cumbica (Guarulhos-SP) encontrei por acaso com o João Câmara, do Ibama (Ministério do Meio Ambiente). Conversamos sobre os incêndios florestais na Amazônia e outros problemas de lá. Segundo me disse, somente 1% de toda a madeira retirada da floresta amazônica vem de áreas com planos de manejo aprovados. Está muito preocupado.

Amazônia, 2099 d.C

PUEBLA, MÉXICO – Nas matas secundárias da região, vi muitos pés da *Calliandra sp* de flores vermelhas, da espécie que se usa muito para lenha e fixação de nitrogênio, nas Filipinas, Indonésia etc. Também já a plantei no Estado de São Paulo. Na região que percorremos hoje há uns 40 a 50% de matas secundárias, com pequenos restos de árvores de climax. A meu ver, as montanhas de Puebla de hoje têm uma situação que será predominante na Amazônia daqui a um século!

Indispensável e independente

Fizemos uma reunião inicial do IAG, no Ministério. Pelo relato da Berta sobre a última reunião sobre o PP-G7, da qual estive ausente (estava no México), o Banco Mundial está contrário ao IAG. O papel principal passa a ser o do Steering Committee.

Durante a reunião no Ministério do Meio Ambiente, após uma exposição da Mary Allegretti houve um silêncio geral. Rompi o silêncio, perguntando a ela qual o papel do IAG na nova estrutura. Foi excelente, pois a Mary disse que o papel estratégico do IAG no PP-G7 é indispensável. Isso firma o papel do PP-G7. A Mary quer também fortalecer agentes locais, como Conselhos Estaduais e Municipais. Ela quer também a ação da sua Secretaria da Amazônia com outras entidades. De todas as exposições feitas até hoje no Ministério, a de Mary me pareceu a melhor, a mais ampla e a mais consistente, no que se refere às políticas para a Amazônia, no setor florestal-ambiental. Foi a meu ver brilhante.

Depois, de volta ao Banco Mundial, o pessoal do IAG se manifestou muito favorável à fala de Mary. Ficou claro, também, que devemos manter nossa independência de opiniões. No almoço, na praça de alimentação do prédio onde está o Banco Mundial, comi excelente tigela de açai (suco e cereais).

Após o reinício da reunião, discutimos o que fazer diante da nova orientação do IAG. Por proposta minha, vamos pedir notícias sobre o projeto dos corredores ecológicos, sobre o qual não sabemos quase mais nada, apesar de ter sido nosso carro-chefe. Precisamos de informações, para traçar estratégias sobre isso e outros assuntos.

Marasmo

BRASÍLIA, DF – Discutimos com Bob Schneider e Cris Diewald a situação do Banco Mundial na nova organização estabelecida para o PP-G7. O poder maior é do Governo Brasileiro. O IAG está fora das decisões concretas e o Banco também, em grande parte. O poder agora é o Steering Committee, do Ministério e Estados. Pelas explicações do Clovis sobre cada um dos principais projetos, tenho a impressão de que há um retrocesso ou naufrágio quase geral ou marasmo. Há também, em certos casos, falta de prestação adequada de contas por entidades privadas que receberam ajuda (entidades de interesse público), o que me parece muito preocupante. Há muita falta de capacidade administrativa local.

Visitei Mary Allegretti, no Ministério. Ela é a mola-mestra, o novo poder, na Amazônia Ambientalista. Tem uma boa visão das coisas, grande persistência e superatividade. Faz o que eu fazia na Sema: ocupa espaços vazios.

Avanços

De volta ao Banco Mundial, tivemos um grande encontro com representantes de países doadores. Eles não têm pontos de vista uniformes, mas disseram que as reuniões do Steering Committee a cada 4 meses é uma impossibilidade prática, pois os que virão não poderão tomar decisões rápidas. Num clima algo derrotista, fiz uma defesa vibrante do fato de que o Brasil já progrediu enormemente nos últimos 20 anos, no campo ambiental. Temos razões para ser otimistas. Depois da minha fala "enérgica", a reunião foi encerrada (em clima amigável).

Esforços

CUIABÁ, MT – (...) Mato Grosso tem 25 milhões de hectares desmatados. Foram citados vários casos de descumprimento e até falsificação da legislação ambiental. Agora isso está difícil, pois há controles com imagens de satélites. O fiscal quando vai a campo já sabe qual a infração cometida.

Houve também uma exposição muito interessante do Corpo de Bombeiros. O maior problema deles é chegar rapidamente ao foco de incêndio, no seu início. Se isso não for feito, perde-se o controle.

Falou também o Capitão Lazara. Ter uma Força-Tarefa em Brasília é perder muito tempo. Eles aqui se ressentem de que têm pouco equipamento, mas a Força-Tarefa em Brasília tem 4 milhões de dólares.

30 novembro 1999

1º dezembro 1999

11 julho 2000

Falou-se também sobre Educação Para o Combate ao Fogo. Com quatro pessoas, deram instruções para 558 pessoas!!

Relatos e planos

Reunião do IAG para relato do que foi visto pelos vários grupos nas expedições da semana anterior pela Amazônia

17 julho 2000

BRASÍLIA, DF – (...) Falei sobre a situação do acampamento dos Sem-Terra (no Norte do Mato Grosso), situação dramática. Também falei sobre a preservação da Gleba Cristalino, como unidade de conservação na sua parte norte. Relatei o fato de que grande parte dos assentados vende seus lotes e vai pleitear terra mais adiante, pois não recebe recursos para implantar uma agricultura permanente.

19 julho 2000

Recebemos de manhã Mary Allegretti, Secretaria da Amazônia e nossa ex-colega no IAG. Ela inicialmente disse ter reunido vários personagens importantes e ouviu somente críticas, sem responder. Foi uma iniciativa inédita. A seguir ela fez reuniões para uma agenda positiva em cada Estado amazônico. Primeiro identificou as instituições representativas em cada setor. As agendas trataram de alternativas econômicas ao desmatamento. As reuniões, segundo a Mary, foram um grande sucesso, com intensa participação local. Cada Estado enviou, depois, os dez pontos principais para cada um deles. Provavelmente haverá comissões locais de desenvolvimento sustentável. Alguns Estados querem um desenvolvimento diferente do previsto nos planos oficiais federais de desenvolvimento. Pela primeira vez há um plano feito pela própria região amazônica. Ao falar sobre unidades de conservação, disse que elas devem resultar de discussões locais como foi feito intensamente em Tucuruí. Citou meu nome como tendo orientação oposta, no meu tempo na Sema. Pedi a palavra e disse que naquela época não havia outra alternativa (criar de cima para baixo), mas que ela estava certa ao criar essas unidades com amplo (apoio local).

Quando a Mary terminou sua exposição, falei que ela demonstrou há anos muita criatividade na criação das Reservas Extrativistas, e que vejo com satisfação que essa criatividade está multiplicada. Sugerí que não apenas nos Municípios, mas também em cada unidade de conservação haja um conselho de gestão com poderes de fato, e não apenas consultivo. Também sugeri que na criação de unidades de conservação sejam usados os recursos (0,5%) do valor dos grandes empreendimentos, previsto em Resolução (sobre Compensação Ambiental) do Conama. Ela gostou muito das sugestões.

Hora de sair

21 julho 2000

Este ano será o último em que participarei do IAG, por decisão minha. Ou eu ou a Berta Becker teria que sair, pelas novas regras. Achei que seria melhor a Berta continuar. Ela é vice-presidente do IAG. É preciso saber qual a melhor hora de sair. Para mim, será 31 de dezembro. Todos me elogiaram e eu agradeci, dizendo que, para mim, pertencer ao IAG foi muito importante. Mudou até a minha vida, pois hoje tenho atividades e até uma casa em Xapuri, no Acre, em consequência de uma viagem do IAG para lá, anos atrás. Se não saísse neste ano, iria criar um problema serio em relação à Berta. Saindo em dezembro, isso não causará problemas a ninguém.

Conselho do zoneamento

No Ministério do Meio Ambiente, o secretário de Desenvolvimento Sustentável, Sérgio Braga, conversou comigo sobre o Zoneamento Econômico e Ecológico no Brasil. Ele procura fazer um zoneamento federal com incentivos do protocolo verde (crédito seletivo sob o aspecto ambiental) etc. etc. É possível cuidar disso, mas não será fácil. Os Estados fariam os seus próprios zoneamentos, de caráter mais executivo. Disse ao secretário que na parte ambiental o Ministério do Meio Ambiente teria muitas possibilidades para agir. Contudo, na parte econômica, as coisas seriam diferentes, difíceis. No final da conversa ele me convidou para chefiar um grande Conselho Consultivo de Zoneamento. Aceitei. Vai ser um enorme desafio.

6 março 2001

Workshop sobre Zoneamento Econômico-Ecológico

FLORIANÓPOLIS, SC – O secretário Sergio Braga explicou a importância do ZEE (Zoneamento Ecológico e Econômico). Anunciou que no final do ano haverá o exame final das sugestões, feito por uma Comissão Especial (leia-se PNN na chefia). (...)

Falaram os representantes do Consórcio que trata da parte técnica do ZEE, com a participação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CPRN (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais), Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). Cada um dos representantes elogiou a idéia de haver um consórcio para o ZEE. Parece que vai haver uma boa colaboração entre eles. (...)

Também falei à tarde, dando uma pequena palestra, como estava previsto. Disse que o primeiro macrozoneamento nas Américas foi o Tratado de Tordesilhas. Salientei a importância das unidades de conservação para o ZEE. Algumas, como as APAs (Áreas de Proteção Ambiental), exigem até que haja nelas um zoneamento (Área de Vida Silvestre etc.). Também salientei a importância da erradicação da miséria, para estabilizar a demografia e para cumprir a exigência ética e religiosa do amor ao próximo. Gostaram.

Houve de manhã uma reunião do Grupo de Trabalho sobre o ZEE e a Biodiversidade. Disse ao pessoal ali reunido que é necessário estabelecer prioridades concretas, como por exemplo, criar novas unidades de conservação para proteger endemismos e outras espécies ameaçadas. A criação de corredores para unir fragmentos é outra prioridade.

14 março 2001

Pedi que as sugestões fossem bem objetivas, sobre as prioridades que deveríamos estabelecer.

Regionalizar

À tarde visitei o Gilney Viana, ex-deputado de MT, Petista, ex-membro da transição (do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula), no setor ambiental. Ele foi nomeado Secretário do Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (...). Relatei ao Gilney que minha experiência no setor de ZEE não foi boa. O problema é tão vasto, que não caminha. Há uma série de interesses conflitantes. Aconselhei a tratar o problema localmente, regionalmente. Fazer um ZEE para toda a Federação Brasileira tem sido inexecutível. Tenho a impressão de que os meus

17 janeiro 2003

relatórios, minhas palestras não produziram nada. Aconselhei-o a procurar a Berta Becker, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que é quem mais entende do assunto. Tal como fiz com o professor Marcus Barros (novo presidente do Ibama), sugeri ao Gilney que procurasse a colaboração dos professores universitários. Marcus Barros é professor.

Tremendo desastre

26 junho 2003

Saiu nos jornais a notícia de que o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais) de São José dos Campos verificou que na Amazônia, no ano passado, foram cortados cerca de 2 milhões de hectares. Isso é um tremendo desastre ecológico. Equivale a dois Libanos

Progredir sem destruir

4 julho 2003

De manhã estive em casa um alto funcionário da Jica, agência japonesa de ajuda externa, o senhor Mishiawa. Foi meu colega no Programa PP-G7, do qual também participei no IAG (International Advisory Group). Contudo, meu relacionamento com ele é muito respeitoso e formal: nada de brincadeiras. Veio com uma ótima tradutora. Como ele não fala (embora entenda um pouco) português e também inglês, a tradutora nos pôs em boa comunicação. Queria saber o que eu aconselharia para a Amazônia. Disse-lhe que o desafio é fazer a região progredir sem destruir as florestas. Nessa linha, aconselharia o Japão a dar prioridade, na ajuda, à conservação de alimentos para exportação, ao bom manejo da exploração florestal e também ao desenvolvimento da criação de peixes em larga escala. Ele gostou da sugestão, principalmente no que se refere à piscicultura. Disse que fui o primeiro das pessoas entrevistadas a sugerir isso. Além disso, falei sobre a importância para a Amazônia do ecoturismo, principalmente no Rio Negro, em Anavilhanas, na região de Manaus.

A entrevista acabou evoluindo para uma conversa amistosa. Ele se impressionou pelo fato de que o recebi em minha casa com toda sinceridade e cordialidade. Isso, parece, não aconteceria no Japão, onde impera o cerimonial. Mas o Mishiawa gostou muito de ser recebido assim. Ele está preparando um Congresso Brasil-Japão sobre a Amazônia.

Bombeiros

Viagem pela rodovia Xapuri – Rio Branco

28 agosto 2003

Na estrada me pareceu haver um imenso nevoeiro. Juvenal esclareceu que se tratava da fumaça das queimadas.

29 agosto 2003

No final da tarde fui à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (do Acre). O secretário Edgard de Deus não estava, pois se encontrava adoentado. Falei com o seu substituto. Logo chegou lá o coronel-comandante do Corpo de Bombeiros do Acre, que foi também chefe e amigo do cabo Aleme, que muito me ajudou no início dos meus trabalhos em Xapuri. Conversamos sobre o número inusitado de incêndios ocorridos na semana passada e nesta, no Acre. Houve um máximo de incêndios devido ao tempo seco. Além disso, ficou clara a escassez de recursos humanos. O Corpo de Bombeiros somente pode disponibilizar cerca de 20 soldados. O Estado e o Ibama têm pouca

gente disponível. O Ibama, pelo seu representante, ficou quieto quase o tempo todo. O Estado está melhor equipado, pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. São os líderes.

Perguntaram minha opinião sobre a prevenção de incêndios florestais. Respondi: abrir caminhos, na mata, para possibilitar transformá-los em aceiros, e também para permitir a chegada dos bombeiros aos focos de fogo. O coronel-comandante dos Bombeiros disse que aqui é muito mais difícil apagar o fogo nas florestas que na Europa e na América do Norte, pois nossas árvores são muito mais altas. Na minha opinião pessoal, o problema dos grandes incêndios em áreas florestais somente terá solução quando houver disponíveis os grandes aviões-tanques (com água) de tipo Boeing-747. Já há uma companhia em organização para adaptar esses aviões. É uma questão de tempo.

Mudança de mentalidade

BRASÍLIA, DF – Na despedida, a ministra Marina Silva me disse: “Preciso conversar consigo sobre o que fazer em relação ao desmatamento na Amazônia”. Fiquei muito contente e disse que a procurarei em janeiro. Será uma oportunidade excelente, pensei depois, para propor várias medidas como, por exemplo, a divisão do Ibama em dois institutos: um para o controle do desmatamento e da caça e outro para as unidades de conservação.

Às 12h15, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, me recebeu em audiência, com o secretário Bruno e outro mais jovem. Inclusive apareceu lá um fotógrafo. Apresentei à ministra várias sugestões:

- A – Divisão do Ibama, com a criação de um Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação);
- B – Salvar preferencialmente os derradeiros bosques de *araucária*;
- C – Criação de Aries (Áreas de Relevante Interesse Ecológico);

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) está grande demais. Isso prejudica muito as suas ações de controle. É uma antiga sugestão minha. Expliquei que nos EUA há quatro instituições para cuidar do que no Brasil é feito só pelo Ibama. Essa parte da conversa não teve nenhuma resposta concreta da ministra. Disse apenas que era assunto para mais tarde (no longo prazo).

Quando terminei de falar, ela me fez um pedido. Disse que o problema de desmatamento é grave e requer uma mudança de mentalidade. Pediu que eu pensasse numa forma de organização ambientalista, para debater os problemas ambientais. Eu seria, no dizer dela, membro dessa organização. Isso mostra que ela me tem em alta conta, mas vai ser difícil promover essa organização numa escala que produza impacto.

Vai ou racha

Reunião Extraordinária do Conama

CUIABÁ, MT – O objetivo foi unir esforços do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado do Mato Grosso. O governador Blairo Maggi estava praticamente rompido com o Ministério, pois metade do desmatamento havido em 2004, na Amazônia, foi realizado em Mato Grosso.

18 dezembro 2003

24 março 2004

P.S. 2009: Finalmente, 4 anos depois, foi criado, por iniciativa da Ministra Marina, o Instituto Chico Mendes, com meu entusiástico apoio.

2 setembro 2005

Cinco ou seis gerentes executivos do Ibama foram presos por corrupção. A área estadual ambiental estava destruída e era, antes, no governo estadual passado, muito boa. Agora, o governador deu uma completa marcha-a-ré. Passou o dia na reunião do Conama, dando força e prestígio ao controle do desmatamento, ao desenvolvimento sustentável etc.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério, João Paulo Capobianco, fez um ótimo relato das providências que o Ministério está tomando para colocar em ordem e salvar as florestas da Amazônia. É realmente um esforço notável e muito bem feito. As Secretarias do Meio Ambiente de todos os Estados Amazônicos estavam presentes e fizeram relatos dos seus planos. Tenho agora esperanças de que comecemos a conseguir resultados bons, enormemente necessários, para combater a grilagem de terras em larga escala e os madeireiros corruptos. Peço a Deus que nos ajude, pois agora a Amazônia vai para um bom caminho, ou racha mesmo, se destruindo!!!!

17 novembro 2005

SÃO PAULO, SP – Fiz uma palestra para convidados do movimento Paulisterra sobre problemas de poluição em São Paulo. Hoje o poluente atmosférico pior na cidade é o Ozônio (O3). Falei também sobre o desmatamento inaceitável que ocorre na Amazônia, onde em 2004 derrubaram área equivalente a quase dois Líbanos e meio. Mostrei os prós e contras das concessões florestais, projeto que está no Senado. Eu era a favor, mas depois fiquei contra. Hoje sou a favor, com extrema cautela, pois é urgente fazer algo para evitar o avanço de grileiros e a transformação da floresta em pasto. A situação é trágica e talvez a concessão florestal possa evitar o pior, ou seja, a continuação maciça das grandes derrubadas. O Capobianco (João Paulo), Secretário de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, me disse, e relatei na minha palestra, que hoje eles têm imagens de satélites no momento em que as derrubadas estão sendo feitas. Além disso, podem apreender a maquinaria usada para a derrubada e podem também evitar que os juízes mandem devolvê-la.

14 setembro 2006

BRASÍLIA, DF – A reunião do Conama foi para aprovar os novos planos do Ministério (do Meio Ambiente), para a fiscalização eletrônica das licenças de transporte de toras de madeira da Amazônia, para uso no Centro-Sul da Federação Brasileira. Há vários Estados com licenciamento próprio, de modo que há necessidade de um período de transição. Isso é difícil, mas é possível e foi aprovado, após muitas discussões.

P.S. 2010: Estou convencido de que para salvar a floresta amazônica, é necessário subsidiar a aquisição de seus produtos renováveis, como por exemplo as sementes que possam servir para extração de óleos de valor econômico. São sementes produzidas por árvores e arbustos. Devem ser adquiridas (subsidiadas) por valor bem acima do que valem atualmente. Para mim é escandaloso ver gente da floresta formando pequenos pastos para criar gado. Contudo, esses antigos seringueiros fazem isso não para devastar maldosamente, mas sim para sobreviver.

MATA ATLÂNTICA

Fúria e devastação

Madeira clandestina

Observação durante viagem aérea São Paulo-Curitiba

9h43 – Estamos sobre Jacupiranga. Há entre 50% e 60% de florestas nativas. Ao longe vejo Cananeia, a Ilha Comprida e as Ilha do Cardoso. Estão muito distantes.

26 maio 1975

Sobre o Parque Estadual de Jacupiranga havia muitas nuvens. Contudo, foi possível ver que a floresta estava aparentemente sem novas devastações, ou seja, quase toda a área estava coberta por mata. Contudo, mais a oeste e ao sul, em parte de uma gleba legal de colonização, há estradas antigas derrubadas e uma ou outra mais recente. Perto da à BR-116, partindo de uma construção grande situada no alto de um morro, começa uma estrada que se ramifica em três ou quatro, que seguem pela mata e terminam em clareiras. Devem ser caminhos usados na retirada clandestina de toras de madeira. Avisarei o Instituto Florestal.

No Paraná, na Serra do Mar, também há estradas "madeireiras", mas são poucas e o estrago é aparentemente pequeno.

Pau-brasil para violinos e postes!

PORTO SEGURO, BA – (...) Seguimos de carro por uma velha estrada, que em vários trechos acompanha uma linha de força. Trata-se de caminho que vai da entrada da Estação Ecológica do Pau-Brasil à cidade de Cabralia. Percorremos os primeiros 8 km dessa estrada. A princípio, a floresta parece ser de médio porte. E se vê que ela já fora bastante "fuçada" para a retirada de toras de madeira. Mais adiante, a mata é de alto porte, digamos, de porte gigantesco. Contudo, no lado leste (na direção do mar), um incêndio enorme, aparentemente ocorrido há cerca de dois ou três anos atrás, devastou terrivelmente a floresta. Há extensões relativamente grandes com inúmeros troncos secos, chamuscados; embaixo existe uma vegetação nos estágios iniciais de sucessão ecológica. Há também "ilhas" de mata pouco ou talvez não atingida pelo fogo. No lado oeste do caminho, o estrago causado pelo fogo foi pequeno e o mato é belíssimo. É um matão mesmo! É parecido com a floresta amazônica de alto porte. Já era noite quando regressamos à Estação Ecológica do Pau-Brasil.

22 abril 1977

Pelas informações que ouvi durante o dia, há muito pouco pau-brasil remanescente na Estação Ecológica e nas vizinhanças. Até recentemente, sua madeira foi exportada, em larga escala, para a confecção de violinos! Além disso, um dos prefeitos de Porto Seguro obrigou os proprietários de terras a entregarem postes de pau-brasil para a iluminação pública da cidade!

Por que essa fúria contra a mata?

Saimos do hotel pouco depois da 7h da manhã. No início da estrada, a área coberta de floresta abrange cerca de 70% da superfície total. A Estação ecológica está localizada a 15 km de Porto

23 abril 1977

Seguro, chegando-se a ela pela rodovia federal, que é asfaltada. Logo adiante, as matas começam a diminuir em extensão. Nos dois terços finais da estrada Porto Seguro-Eunápolis, a cobertura florestal é de apenas cerca de 5% a 10% da área total. A devastação foi tremenda. Fogo e machado destruíram a floresta. Contudo, ainda permanecem em pé inúmeros troncos de árvores altas, mortas ou moribundas. Causa espanto ver tamanha riqueza desperdiçada. Há algumas serrarias, mas poucas. Embaixo desse paliteiro indefinido, que não é mais floresta, quase nada foi plantado. Há fazendas de gado, mas raramente vi pastagens plantadas pelo homem (capim-colonião). A atividade que sobressai, ou melhor, que mais está sendo preparada, é o reflorestamento. Placas da (empresa reflorestadora) Fonibra são frequentes, e outra reflorestadora já iniciou o plantio de eucaliptos. Culturas de mandioca são comuns, mas esta não é uma atividade duradoura. Provavelmente apenas precederá o eucalipto. A topografia da região é quase sempre plana ou levemente ondulada. São os tabuleiros do Sul da Bahia, de solo do tipo latosolo amarelo (oxisol). Há ravinas e grotões, mas não muitos. Pensa-se em várias coisas: por que destruir, a ferro e fogo, uma floresta pujante, de alto porte, e logo depois plantar eucaliptos, sem aproveitar devidamente a madeira morta? Por que não deixaram ao menos os grotões revestidos da floresta primitiva? Por que essa fúria contra a mata? Por que essa burrice desastrosa?

Absurdo total

Observação durante viagem Recife-Brasília

Embarquei num Boeing bimotor 737 da Vasp, para Brasília. Fiquei impressionado com a devastação florestal na região canavieira de Alagoas. É realmente de assustar. Não sobrárá quase nada. Estão queimando até as barrocas onde existiam florestas de galeria. É um absurdo.

Vi apenas uma parte da Praia do Peba, pois logo o avião entrou nas nuvens. No centro da praia havia grandes manchas pretas. Seriam queimadas da vegetação praieira de baixo porte?

Aumenta devastação no Jacupiranga

Segui viagem em um Boeing 727 da Varig, para Navegantes, em Santa Catarina. Vi a oeste, grandes florestas intactas do Vale do Ribeira. Mais adiante, avistei o Rio Ribeira, a cidade de Registro (SP), a BR-116 e o Parque Estadual de Jacupiranga. Avistei diversas áreas queimadas e talvez nestas tenham acontecido derrubadas recentes. No total era menos de 1% da área, mas a devastação antiga, agora formando pastos ou caapoeiras, era muito maior. Na área disputada e no Paraná, há sítios e fazendas. Os cálculos de que um terço do Parque de Jacupiranga fora devastado talvez estejam corretos. Entretanto, eu calculei que a devastação era de aproximadamente 20% . O problema maior é o fato da devastação ter ocorrido em muitos lugares.

Chegar antes da motosserra

Fui a Campinas (SP), ao seminário de José Pedro sobre a Mata Atlântica e as Reservas da Biosfera. Também l havia muita preocupação em torno da uniformização de uma metodologia de estudo das formações naturais. Essa preocupação me pareceu irrealista. Eu disse aos participantes que eles não deveriam perder muito tempo com isso, pois o prioritário  salvar ecossistemas da destruição.

Afirmei que antes precisávamos chegar mais cedo do que o machado, mas que agora devemos chegar antes da motosserra. Tive, porém, redobrada preocupação em não magoá-los. O professor Hermógenes Leitão (botânico) e penso que também os outros participantes do seminário, deram-me razão quando eu disse que era suficiente a opinião de um bom conhecedor de ecossistemas, para saber onde deveríamos preservá-los.

Vulneráveis matas tropicais úmidas do nordeste

Observação durante viagem Fortaleza-Natal-Recife-Rio

Pouco depois pousamos no Recife. Perto da cidade há pelo menos três matas tropicais úmidas, que são muito boas. Acredito que sejam as melhores matas do Nordeste. Contudo, é preciso protegê-las cuidadosamente, pois são muito vulneráveis, devido à sua proximidade da cidade.

Serra do Mar

Comissão para a Defesa da Serra do Mar

De manhã houve a instalação da comissão para a defesa da Serra do Mar. O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto da Silveira, não pôde estar presente. Assim, coube-me presidir a solenidade e conceder entrevistas  televisão, entre outras atribuições. Está sendo enorme o interesse pelo assunto.

Tombamento

Dia de Corpus Christi. Fui ao Alto da Serra, na Estrada Velha de Santos (que se chamava Caminho do Mar), no Estado de São Paulo. Assisti à assinatura do decreto de tombamento da Serra do Mar. Fiz na ocasião um pequeno discurso, elogiando o governador do Estado de São Paulo André Franco Montoro pelo exemplo que este dera a todo o Brasil. Cumprimentei o governador. Conversei com muitos amigos.

Incentivo à pesquisa

Tivemos também uma reunião com Willian Penido, secretário-geral adjunto, sobre a programação da comissão para a defesa da Serra do Mar, da qual sou secretário-executivo. Em resumo, vamos incentivar os estudos sobre a Serra do Mar nos Estados que ainda não os fizeram. Os que já têm propostas concretas poderão pedir recursos ao novo Ministério (do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente), que examinará a solicitação.

Proteção efetiva

O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flavio Peixoto, me disse para sugerir medidas capazes de frear a devasto das florestas na região lagunar de Paranaguá-Iguape e em suas adjcncias.

23 abril 1984

P.S. 2009:  uma área onde já há ações iniciais para que a Praia do Peba e seus recifes próximos venham a ser uma Unidade de Conservações. Quando fui secretário Federal do Meio Ambiente, registrei a praia e uma área terrestre no serviço do Patrimônio da União. Até fizemos l uma casa.

5 setembro 1991

12 dezembro 1991

2 fevereiro 1992

4 junho 1985

6 junho 1985

5 setembro 1985

18 outubro 1985

P.S. 2009: Não sei se alguma medida foi adotada realmente ali.

Sugeri aumentar as APAs (Áreas de Proteção Ambiental), fundi-las e contratar pessoas para protegê-las efetivamente. Parece que ele vai conseguir bons recursos, pois o presidente da República José Sarney está interessado em atender aos pedidos dos Mesquita (família que controla o jornal *O Estado de S. Paulo*) nesse sentido. O *Estadão* publicara que a única entidade confiável para resolver o problema era a Sema. É necessário aproveitar essa oportunidade.

Fragmentos em Santa Catarina

2 dezembro 1986

12h – A planície é, de tal modo, ocupada e cultivada em Santa Catarina, que é difícil, sobrevoando-a de avião, saber qual teria sido sua vegetação original. Próximo ao mar há um colar de pequenas lagoas. Atrás da planície, mais adiante, vejo uma região ondulada, com muitas caapoeiras ou matas de porte submediano, entrecortadas de terras cultivadas. Mais adiante, no noroeste das três grandes lagoas costeiras, há um ramo da Serra do Mar coberto pela Mata Atlântica em 80% da sua área, mas não é possível ver se é floresta clímax ou secundária. Deve ser secundária, pois a região está próxima a centros habitados.

Impatiens sultani

9 setembro 1988

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP – Por volta das 13h30 fui à Serra do Mar para observar a mata e tirar fotos. Desci a serra, com o motorista Wilson, pela Rodovia Anchieta. Subi pela Rodovia Imigrantes. Infelizmente o ar estava com uma névoa seca, o que dificultou a tiragem das fotos. Além disso, ao entardecer, praticamente já não há mais sol na Serra do Mar.

A vegetação da Serra do Mar, que conheço também de outras viagens e excursões, tem no seu sub-bosque inúmeras pteridófitas (por exemplo, samambaias). Em alguns lugares há samambaias grandes, que têm de 2 a 3 m de altura. Nas beiras da estrada existem muitos *Impatiens sultani* (beijos), que introduzi em alguns lugares. Em outros locais esta planta já existia. É uma planta de origem exótica e de grande beleza, largamente cultivada em jardins.

Deciduidade

5 setembro 1990

Fui às rodovias Anchieta e dos Imigrantes para ver o grau de deciduidade (perda de folhas) das árvores da Mata Atlântica.

Matas quase intactas

Anotações durante viagem pela ponte-aérea Rio–São Paulo

8 junho 1992

O dia estava bonito, com céu limpo. Deu para ver bem a Serra do Mar. Elas estão praticamente intactas entre Santos e o Estado do Rio de Janeiro. Neste Estado, na ponta Sul da Restinga da Marambaia, na Ilha Grande (maior parte) e na APA (Área de Proteção Ambiental) de Cairuçu, as florestas estão 95% intactas. No Estado de São Paulo as extensões intactas da Serra do Mar são enormes, muito significativas. Na região de Cubatão, há quatro anos havia muitas cicatrizes causadas por deslizamentos provocados por fortes chuvas. Quase todas essas cicatrizes erosivas desapareceram.

Estação ecológica

Fui, à tarde, ao Instituto Sócio-Ambiental. Tive de subir cinco andares a pé, "coisa de lascar", mas aguentei bem. Com João Paulo Capobianco, Cláudio Marretti, da Fundação Florestal, e Marcos Egydio Martins, secretário-executivo dessa fundação, recomendamos ao secretário (do Meio Ambiente) Fabio Feldmann, a pedido deste, o que fazer com uma imensa área da Fepasa (Ferrovias do Estado de São Paulo) na Serra do Mar. Sugeri e minha proposta foi aceita, estabelecer na Serra do Birigui uma estação ecológica com cerca de 4 mil hectares. Capobianco sugeriu e sua idéia também foi aceita, fazer uma APA na baixada, no vale do Rio Branco, em terras do Estado de São Paulo ocupadas por pequenos agricultores. No Planalto haverá outra APA, estadual. Parte do Planalto e da Serra do Mar serão incorporadas ao Parque da Serra do Mar.

Não vamos nos silenciar

Após a reunião do Conselho (do Meio Ambiente de São Paulo) conversei com o secretário José Goldemberg sobre o horrível plano de trabalho que outros fizeram para gastar o dinheiro resultante da compensação ecológica da construção da (Rodovia dos Imigrantes. Ele recebeu bem minhas preocupações.

Após falar com o secretário, fui à reunião da Câmara Técnica dos Transportes do Consema, que estava coincidentemente examinando o assunto. Verifiquei que as preocupações desta eram ainda maiores do que as minhas. De cerca de 10 milhões de reais, recebidos pelo Instituto Florestal para o Parque da Serra do Mar, 2,5 milhões de reais já tinham sido gastos pela firma, contratada pela própria Secretaria no passado, para a vigilância. Todos sabem que no Parque da Serra do Mar a vigilância era péssima. Ainda faltava gastar 1,8 milhões de reais. Por outro lado, somente cerca de 3,4milhões de reais seriam gastos em desapropriações.

Fatos como esse, iniciado numa administração passada, são lamentáveis. Não me silencieei como presidente da Fundação Florestal.

Mais proteção ao Parque da Serra do mar

Tomei parte na reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Adriana Mattoso e outras pessoas fizeram a apresentação detalhada do grande Parque da Serra do Mar, que tem 75% de área com floresta tropical úmida primitiva. Apresentei a proposta, que foi aprovada, de que as áreas importantes fora do Parque sejam declaradas Áreas de Relevante Interesse Ecológico, fora do parque e de outras terras públicas. Isso não custa praticamente nada e pode oferecer proteção efetiva. O relatório sobre o parque foi aprovado, inclusive com emendas, entre elas algumas apresentadas por mim. O plano de manejo foi também aprovado.

Legislação e defesa

O fim da picada!

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Hospedei-me no hotel Internacional-Rio, quarto nº 802, de frente para o mar, em Copacabana. Excelente. Telefonei para Lúcia e Fernanda Colagrossi. Esta me contou

3 abril 1997

P.S. 2009: Não acompanhei o desenvolvimento dessas APAs.

23 abril 2003

P.S. 2009: Graças ao secretário José Goldenberg e membros do seu Estado-Maior foi possível cancelar os atos e contratos duvidosos feitos por autoridades.

19 setembro 2006

12 maio 1992

P.S. 2009: Esse decreto não foi feito, graças a Deus!

que estão preparando um decreto permitindo o corte de florestas secundárias de porte médio na Mata Atlântica. É o fim da picada! Isso significará uma destruição maciça da Mata Atlântica, pois é impossível diferenciar, num caminho, lenha de matas secundárias e primárias. Além disso, ações como essas abrem as portas à corrupção por parte dos fiscais. Este país não poderá ser considerado sério, se esse decreto passar. Vamos lutar com unhas e dentes contra esse absurdo!

18 maio 1992

Após o almoço, na sessão plenária do Conama, a frente ambientalista derrotou os Estados contrários – os Estados de São Paulo, da Bahia, do Paraná, além de outros três. A vitória foi de, aproximadamente, 26 a 6, com nove abstenções. A ação dos Estados foi reforçada, pois eles darão as licenças florestais, mas o Conama poderá decidir, em grau de recurso, se não forem respeitadas as normas protetoras federais.

Sou profundamente federalista, mas nesse caso foi necessária uma solução intermediária para salvar a Mata Atlântica de possíveis desmandos. Além disso, era preciso impedir um precedente que poderia colocar em perigo a Floresta Amazônica.

Autos de constatação

28 julho 1993

Ricardo Braga falou sobre a comissão da Mata Atlântica (do Ministério do Meio Ambiente). Já existe um grande número de entidades participando e apresentando projetos (ao Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Banco Mundial). Setenta entidades aderiram. Os valores dos projetos vão de 5 mil dólares a 80 mil dólares.

Sugeri a Ricardo Braga que eles revivessem a resolução do Conama, a qual foi fruto de minha iniciativa, que criou o mutirão ambiental. Este é formado por grupos de pessoas (pelo menos cinco), entre as quais um funcionário público, que lavram autos de constatação. A partir destes, o promotor público pode abrir um processo.

Matas se recuperam

15 setembro 1993

PORTO SEGURO, BA – Ao descer em Porto Seguro, verifiquei que ainda há muitas florestas na região, cobrindo cerca de 50% da área. Parece haver mais matas hoje do que há 35 anos, quando estivemos aqui, no auge da tremenda devastação florestal que ocorreu naquela época. As matas aparentemente estão se recuperando.

Diâmetro das árvores cortadas

17 setembro 1993

PORTO SEGURO, BA – A reunião da Câmara Técnica (da Biodiversidade do Conama) começou no Centro Cultural do Estado. Primeiro falou João Paulo Capobianco, propondo sugestões para aperfeiçoar o projeto de resolução do Conama sobre a Mata Atlântica. Foram feitas boas propostas.

Depois falei, sugerindo que dispositivos já existentes na legislação fossem repetidos na resolução, para fins didáticos. Também pedi que a fauna e a flora ameaçadas regionalmente e nacionalmente de extinção fossem consideradas. Referi-me às vantagens de mencionar diâmetros de material

arbóreo cortado, pois essa é a única maneira de controlar a quantidade de lenha cortada em cima de um caminho.

Alegria ao ver a regeneração

Observação durante viagem pela ponte-aérea São Paulo–Rio

Essa viagem foi boa, pois me permitiu ver bem a paisagem. Na Serra da Bocaina e na Serra do Mar (Parati), em Cairuçu, na Ilha Grande e nas serras próximas ao Rio de Janeiro, pude ver que as áreas cultivadas são relativamente poucas. As áreas desmatadas e as queimadas são mínimas. Em toda parte há caapoeiras em regeneração. Isso é de alegrar o coração. Há, é certo, cerca de 5% a 10% de campos (pastagens). São mantidos certamente pelo fogo, mas não o vi porque estamos na estação chuvosa. Nessas áreas de campos há, porém, florestas de galeria que se mantêm.

Balanço da conservação

À tarde, o almirante Ibsen Câmara, da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza fez uma excelente palestra sobre o bioma da Mata Atlântica, que ele divide em três áreas: a da floresta úmida densa, a da mata estacional e a das coníferas (*Araucaria* e *Podocarpus*). Ele já catalogou 290 unidades de conservação na Mata Atlântica, com cerca de 5 milhões de hectares (o que me pareceu demasiado).

Defender e não diminuir

Recebi um telefonema do João Câmara, do Ibama de Brasília (...) Ele me disse que eu seria chamado a opinar sobre a nova legislação que será elaborada sobre a Mata Atlântica. Deixei bem clara minha opinião: que essa mata deve ser defendida e não diminuída. Infelizmente, o que o Ibama pretende é levantar as restrições que a Constituição impôs à (definição das áreas de) Mata Atlântica, limitando a 20%, aproximadamente, a sua extensão de hoje, na definição atual, feita por meio de um decreto.

Lei estadual exemplar

SÃO PAULO, SP – Reuni-me com Fabio Feldmann, secretário Estadual do Meio Ambiente. Almocei lá com ele e Maria Cecília Brito (Ciça), sua assessora. Disse-lhe, e também ao Joly, que, no caso da redução do conceito da Mata Atlântica à Serra do Mar e proximidades, o ministro Krause terá melhores condições para conseguir o que pretende. Seu partido político (o PFL) é o esteio mais forte do presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Poderá ser criada uma medida provisória derrubando o decreto que nós defendemos. Por isso é necessário fazer logo uma lei estadual de meio ambiente, contendo o que o decreto dispõe. É a opinião de Joly, a qual coincide com a minha. Essa lei é vital para a defesa das florestas paulistas e poderá servir de exemplo para outros Estados.

Divergência federal

No início da tarde, estive na Secretaria do Meio Ambiente (estadual). Tomei parte numa reunião

14 outubro 1993

20 novembro 1993

4 julho 1995

P.S. 2009: Esse decreto me parece ser o que estabelece a área de reserva legal, fora da Amazônia, mas há também as APPs (Áreas de Preservação Permanente). Estuda-se a possibilidade das APPs também constituírem parte das reservas legais. Sou favorável a isso, para viabilizar as reservas legais de Mata Atlântica.

20 julho 1995

6 setembro 1995

P.S. 2009: A Lei da Mata Atlântica somente foi aprovada em 2006.

P.S. 2009: Esse Conselho não foi instituído.

entre Fabio Feldmann, José Pedro Oliveira Costa (presidente do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica) e Raul Jungman, presidente do Ibama. Ao contrário do que eu esperava, não houve acordo formal entre as esferas estadual e federal sobre a Mata Atlântica. Há uma profunda divergência, pois o Ministério quer reduzir a Mata Atlântica protegida, na Constituição, a 20% do que ela é na legislação atual. Agora pretendem proteger o que ficou de fora, mediante decreto, enquanto a área mais restrita, os 20%, seria protegida por lei. Falei ao presidente do Ibama sobre questões do Acre, elogiando as reservas extrativistas. Ele não me pareceu bem informado sobre a situação geral e os problemas do Acre. Foi muito amável comigo e me disse que em breve eu seria convidado para um grande conselho do Ministério do Meio Ambiente. Talvez desistam disso, após minha conversa sobre a Mata Atlântica, defendendo-a.

Stricta ombrófila ou Lata Mata Atlântica

Workshop ouve cientistas e conservacionistas, para fornecer ao Ministério do Meio Ambiente subsídios a fim de fixar a definição de Mata Atlântica

22 janeiro 1996

P.S. 2009: Hoje me parece inviável ter critérios idênticos, pois são Biomas distintos, embora semelhantes..

BELO HORIZONTE, MG – (...) Quando eu disse que a Constituição Federal (Art. 225 § 4º) considera a região costeira e a Serra do Mar como patrimônios nacionais, e ainda assim menciona a Mata Atlântica, isso significava que se tratava do restante dessa mata. Falei isso durante a apresentação dos participantes, antes do intervalo.

Capobianco (da Fundação SOS-Mata Atlântica) explicou que o projeto de lei de Fabio Feldmann sobre a Mata Atlântica está na comissão de energia e pode naufragar. Ponderei que os critérios para a Mata Atlântica não podem diferir dos critérios para a Floresta Amazônica.

23 janeiro 1996

Aberta a grande reunião, Fabio Feldmann fez uma exposição sobre os pontos em conflito, entre nós ambientalistas que desejamos uma definição lata do que seja Mata Atlântica, e a interpretação estrita que a limita à floresta ombrófila densa, como desejam os madeireiros de Santa Catarina, que gostariam de ficar mais livres no interior. Eles querem plantar *Pinus* e explorar a *Araucaria*. José Carlos Machado reafirmou a posição de autonomia de Minas Gerais, cuja Mata Atlântica já está protegida na Constituição mineira. Eduardo Martins (do Ministério do Meio Ambiente) foi até onde pôde, para deixar aberto o caminho para uma conciliação de interesses, numa nova legislação. João Paulo Capobianco interpelou em vários pontos Eduardo Martins, mas este lhe respondeu de modo calmo e ponderado.

Evidentemente, a posição dele (Eduardo) é difícil aqui, mas ele procurou mostrar uma posição de equilíbrio. Raul Jungmann (ausente nesta reunião) é presidente do Ibama e é quem diverge frontalmente de nós, nesse caso.

Erros catastróficos

12 junho 1997

José Pedro almoçou em minha casa. Juntos, examinamos o substitutivo do deputado Paulo Bornahusen (PFL), de Santa Catarina, ao projeto do deputado Fabio Feldmann (PSDB/SP), sobre a Mata Atlântica. Se esse substitutivo for aprovado como está, será uma catástrofe para a Mata Atlântica. A pedido do deputado Bornahusen, redigi uma carta expondo os principais erros do substitutivo.

Recursos o quanto antes

Reunião de balanço do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, gerenciado pelo Banco Mundial com recursos do G-7

MANAUS, AM – (...) No que se refere à Mata Atlântica, o diretor do Banco Mundial no Brasil disse que o programa ficaria para a segunda fase. Pedi a palavra e solicitei que este comesasse na fase de transição, pois a segunda fase ainda irá demorar a acontecer. Minha argumentação foi aceita.

Um bom substitutivo ao substitutivo

BRASÍLIA, DF – De manhã fui, com Monsã, a uma sala de reuniões no Centro Cultural da Câmara dos Deputados. Fui o primeiro, com o deputado do PT Luciano Zica. Depois chegaram Mauricio Mercadante (assessor parlamentar), Capobianco, Vigold Shaffer e o deputado Paulo Bornhausen (PFL - SC). Mais tarde vieram: o secretário de São Paulo, Fabio Feldmann e seus assessores Traldi e Scheik. A discussão começou um pouco tensa, mas logo se transformou numa conversa cordial, na qual todos se esforçaram para encontrar soluções. Tratava-se de redigir um substitutivo ao substitutivo do deputado Paulo Bornhausen. Em sua forma original, o substitutivo de Bornhausen constituía sério risco para a Mata Atlântica, pois permitia que Conselhos Municipais (de Meio Ambiente) autorizassem desmatamentos. Contudo, o deputado catarinense já havia desistido desse catastrófico dispositivo. Mas ainda existiam outros perigos, como a desapropriação por interesse social, uma expressão demasiadamente vaga. Isso também foi retirado. Permaneceu a desapropriação por utilidade pública e, por minha sugestão, a aprovação pelo Congresso, no caso de haver algum problema maior que exija a derrubada da mata virgem em algum ponto. A mata primitiva terá proteção praticamente total. Só constitui 1% da Mata Atlântica, segundo dizem.

30 outubro 1997

31 outubro 1997

P.S. 2009: Penso que é bem maior que isso.

Por outro lado, foi permitido o corte de árvores da mata nos estágios inicial e médio, ou mesmo avançado, da mata secundária, se esta enquadrar-se num plano de manejo. Não se permitirá, porém, a destruição da mata. Por minha sugestão, em vez de penas de prisão, haverá penas alternativas. Penas de prisão são, via de regra, desastrosas, devido às nossas horrorosas prisões. Por isso, raramente um juiz condena alguém por delito florestal ou relativo à fauna. Enfim, fizemos um bom trabalho.

A destruição e o dever do Estado

50ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

BRASÍLIA, DF – (...) A Mata Atlântica foi muito discutida na reunião. Mario Mantovani fez apresentação e exposição brilhantes, mostrando mapas feitos pelo Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), de São José dos Campos (SP), sobre as matas remanescentes. Em dez anos o Estado do Rio de Janeiro perdeu 25% de suas florestas. É impressionante! Os mapas foram pagos pela Fundação SOS-Mata Atlântica. Todos ficaram impressionados com os resultados catastróficos. Somente restaram 7,2% da mata primitiva ou em estado avançado de regeneração. Contudo, as caapoeiras não foram contadas, o que considero um grande erro. Pedi a palavra. Elogiei a apresentação de Mario Mantovani, a qual qualifiquei de brilhante. Falei também, duramente, que um Estado de Direito, ou seja, a União e os Estados da Federação, tem de exercer seu poder de polícia. A situação é a de uma casa pegando fogo. Os mapas, baseados em imagens de satélites, a meu ver, juntamente com a nova

30 junho 1998

legislação das penas ambientais, permitirão punir os infratores. Esses mapas serão editados anualmente. Bastará comparar os mapas entre si para saber onde estão os destruidores de florestas.

Golpe mortal

5 janeiro 2004

P.S. 2009: Esse dispositivo calamitoso não foi aprovado, acabou sendo retirado, graças a Deus. No final, em 2008, o projeto aprovado sobre a Mata Atlântica pareceu razoável, pois não era radical em sentido algum. Veremos, porém, se a prática justificará essa esperança.

O secretário-executivo (do Ministério do Meio Ambiente) Cláudio Langone nos contou as peripécias da discussão da lei sobre a Mata Atlântica, no Senado. Os ruralistas conseguiram colocar no projeto um dispositivo dizendo que, em todas as matas protegidas, o poder público pagará aos proprietários da terra o valor que estes poderiam ganhar se não mantivessem essas florestas. O senador (Jorge) Bornhausen, de Santa Catarina e chefe da oposição federal, é o líder dos que se opõem a nós. Esse dispositivo seria um golpe mortal na Mata Atlântica. Agora ninguém sabe o que fazer para evitar essa calamidade que poderá dar ao poder público federal e, sobretudo, ao estadual, um rombo financeiro absolutamente insuportável. O Governo tem maioria suficiente, no Senado, para derrotar o dispositivo calamitoso, mas o projeto voltará à Câmara dos Deputados, na qual os ruralistas têm maioria. Resta ao Governo o poder de veto, em defesa do bom senso. O papel da oposição deve ser o de procurar aperfeiçoar os projetos de lei, não o de estropiar o meio ambiente! Até o último momento, parecia haver colaboração geral.

Nomes das plantas e estágios da mata

BRASÍLIA, DF – De manhã, fui à reunião da Câmara Técnica da Biodiversidade e Florestas (do Conama), da qual sou o vice-presidente em exercício. A presidente da câmara, professora Betty Höfling, está em Paris, na França. O motivo da reunião foi complementar a lei sobre a Mata Atlântica. Essa lei deu, ao Conama, 180 dias para que este completasse a legislação, dizendo quais deveriam ser, em cada Estado abrangido por ela, as características dos estágios inicial, médio e avançado dessa floresta. Para isso, os Estados de cada região enviaram seus conceitos para estabelecer os estágios. Faltaram apenas Minas Gerais e Paraíba. Também foram necessários os nomes populares e científicos das plantas mais características desses estágios. Os trabalhos decorreram normalmente.

Decretos protetores

Observação durante viagem pela ponte-aérea Rio-São Paulo

7 março 2007

P.S. 2009: Desde que eu era menino, no Rio de Janeiro, aprendi sozinho a gostar dessas ilhas, olhando-os de longe.

Viagem boa. Pude ver bem a Península de Marambaia, o litoral norte de São Paulo e o Arquipélago de Alcatrazes, com sua pequena faixa de floresta tropical intacta, na ilha principal. No litoral Norte de São Paulo, fiquei impressionado com a extensão da ocupação litorânea, com casas e em alguns lugares com pequenos prédios. Essa ocupação só é interrompida praticamente por montanhas ou "ramos" da Serra do Mar. Esta, felizmente, parece ter florestas quase intactas. No passado, ao proteger parte das ilhas Alcatrazes, dei os nomes de índios Tupinambás mencionados por Hans Staden e uma meia dúzia de parcs e ilhotas do arquipélagos, qua ainda não tinham nomes. O SPU oficializou esses nomes. Ao sair da Baía da Guanabara, sobrevoamos a Ilha Redonda, com sua floresta de porte relativamente baixo, no cume. Esta é uma área protegida por decreto de minha autoria, na antiga Sema. Também as pequenas florestas das Ilhas Cagarras estão quase intactas. Estas são um conjunto de uma antiga serra, cujos cumes mais altos formam um pequeno colar de ilhas, que também protegi por meio de decreto federal.

ARAUCÁRIA

A liquidação da araucária

Sobraram os pinheiros jovens

Viagem de automóvel de Porto Alegre a Esmeralda, com José Lutzenberger (Agapan) e Nelson Jorge (Sudesul)

Vacaria já está no grande planalto. As serras dão lugar a uma topografia ondulada que fica próxima à cidade. No pequeno hotel Charrua encontramos os professores Triskon Dick, L. Buckup, Maria Luiza Porto, entre outros. Nas imediações vi quatro grandes serrarias, com enormes estoques de tábuas de pinheiros (*araucária*).

De Vacaria seguimos para Esmeralda, a 70 km de distância, já na divisa de Santa Catarina. Por toda a região há cerca de 10% de pequenos caapões, espalhados "aqui e acolá". Nessas matas há pinheiros, mas raramente se vê exemplares de porte grande. Não há mais o aspecto característico das matas de *araucária*, com as copas em diferentes alturas, formando andares, pois só sobraram pinheiros jovens. Nunca imaginei que fosse tão completa a liquidação dos pinhais. Dentro de dois ou três anos, ou provavelmente antes disso, as próprias serrarias terão de fechar por falta de matéria-prima! (...)

Fomos depois à área da estação ecológica, após uma parada na caixa d'água da municipalidade. (...)

Nos 350 hectares (aproximadamente) que constituirão a Estação Ecológica Aracuri (de Esmeralda), existem campos banhados e uma grande concentração de pinheiros. Em alguns lugares é incrível a quantidade de *araucária*. Não cheguei aos lugares onde estão as árvores maiores. Uma parte dos pinheiros não apresentava bom aspecto em suas copas, e vi pelo menos um que estava morto. Talvez isso estivesse acontecendo por causa da densidade excessiva. Contudo, havia muitos pinheiros com boa aparência. O pinheiral parecia estar em expansão. (...)

Em resumo, o aspecto da mata de *araucária* é bastante variado. Houve alguma exploração, com a retirada de árvores, mas a maioria dos pinheiros tem (tinha na época) 30 anos de idade, ou mais. A densidade é geralmente muito grande. Infelizmente o Sol já estava se pondo quando chegamos lá, de modo que desta vez não pudemos penetrar muito na mata.

Destruir, manejar

CURITIBA, PR – De manhã fui ao 1º Congresso Florestal do Paraná, no qual fiz uma palestra explicando brevemente as atividades da Sema e pedi sugestões sobre os usos que poderiam ser admitidos nas florestas de preservação permanente. (...)

Almocei com os madeireiros do Paraná, no hotel Slaviero. Foi uma reunião interessante. O senhor Saul queria ter licença para derrubar mata contra a lei, pois estava com uma grande floresta bloqueada na área metropolitana. O presidente do Instituto Florestal do Paraná, Luciano Pizzatto, uma

29 julho 1976

16 abril 1986

pessoa esclarecida, está fazendo um manejo ecológico de suas matas de *araucária*. Tem 2 milhões de pés, plantados nas terras de sua família. Outro jovem silvicultor e madeireiro, o engenheiro Cláudio Giacomet, tem 20 milhões de *araucárias* plantadas! Luciano me disse que é mais econômico deixar a gralha azul plantar *araucária* e outras aves semear o mate (*Ilex paraguayensis*). Com o manejo ecológico, reduziu-se muito a incidência de pragas e os custos baixaram.

Exemplares jovens na Bocaina

26 julho 1992
 SÃO JOSÉ DO BARREIRO, SP – Em uma excursão que fizemos até a base da mata maior (da Fazenda Vargem Grande), encontramos dois tipos de *Solanum spp*: jurubeba-roxa e jurubeba-branca. O senhor José Campos me disse que lá há abelhas guaripú, mandaçaia e mombucão. Na mata há trechos, por exemplo, com muita *Cecropia* (embaúva) e *Piptadenia sp* (jacaré). No alto da serra há campos.

Antes da parte mais alta há algumas *araucárias*, ainda com perfil quase triangular, o que indica que elas são jovens. Contudo, (o proprietário) Clemente Gomes me contou que existem pés de *araucárias* em grotas, e que uma das árvores tem cerca de 1,20 metro de diâmetro. Vi também vários pés de taiuva.

Ótima notícia!

7 julho 1993
 PORTO ALEGRE, RS – O (diretor do Instituto de Biociências) professor Thomé também me deu uma ótima notícia. A PUC (Pontificia Universidade Católica) comprou, com ajuda alemã, uma estação ecológica de 2.400 hectares vizinha ao Itambé, com 100 mil pés de *araucária* e um pouco de Mata Atlântica! Viva!

Araucárias no Museu

11 dezembro 1994
 SÃO PAULO, SP – Domingo. Fui ver, com Lucia, no Masp (Museu de Arte de São Paulo), que fica em frente ao Parque Trianon, a exposição de quadros e outros materiais de antigos artistas e cientistas viajantes, como Rugendas, Debret, Florence Taunay, Frans Post, entre outros. O que me impressionou mais foi ver um quadro em aquarela de Rugendas, mostrando a cidade de Ouro Preto (MG) ao longe. Próximas à cidade, havia 16 árvores de *araucárias*. Esta era a árvore predominante nos arrabaldes da imperial Ouro Preto de 1824! Em muitos quadros expostos, os pintores exageraram – e muito – as montanhas.

Manejar = destruir

13 agosto 1999
 ATIBAIA, SP – Segui para Atibaia (SP), onde, no Village Hotel, estava sendo realizada a grande reunião da Conservation International do Brasil e da Fundação SOS-Mata Atlântica. Jantei e tomei parte na reunião do grupo que tratou da proteção dos derradeiros bosques de *araucária*, mas só participei do final dos debates. Concluímos que o "manejo da *araucária*" significaria sua destruição derradeira pelas madeireiras locais.

Sábado. Voltei ao hotel Village, em Atibaia, onde discutimos as conclusões das diversas comissões, que trataram de diferentes áreas e problemas da Mata Atlântica e dos campos sulinos. Falei sobre algumas questões, como o fato de terem esquecido de mencionar a APA (Área de Proteção Ambiental) de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro, entre as unidades de conservação importantes deste Estado. Fui bastante aplaudido, numa homenagem que prestaram a mim, ao almirante Ibsen e ao Alceo Magnanini, três sobreviventes!

Atlas mostra destruição

Workshop sobre saneamento ecológico-econômico para a região Sudeste, no BNDES

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Em seguida o Mario Mantovani, da Fundação SOS-Mata Atlântica, discorreu sobre o importantíssimo Atlas das florestas existentes no bioma da Mata Atlântica e nos biomas associados. A situação melhorou muito no Estado do Rio de Janeiro e piorou muito no Estado do Paraná, com a destruição da maior parte de uma das derradeiras florestas grandes (relativamente) de *Araucaria angustifolia*. Foram destruídos alguns milhares de hectares dessa mata no Estado do Paraná, por invasores sem-terra, com a omissão do Incra, do Governo do Estado e do Ibama.

Espero poder salvar a araucária

Terminou a viagem a Joinville, em Santa Catarina, a qual foi muito interessante e agradável. Espero poder trabalhar para salvar as derradeiras matas de *araucária*. Segundo Vigold, Myriam e seus companheiros ambientalistas, as principais matas de *araucária* ainda intactas ou praticamente intactas, são: Palma Sala, Ponte Serrada (lugar lindíssimo), Abelardo Luz e Victor Meireles (Arie Serra das Abelhas). O filme que nos mostrou algumas dessas áreas foi editado pelo ISA (Instituto Sócio Ambiental) e é espetacular. Estamos nos últimos momentos em que ainda é possível salvar grandes e maravilhosas matas de *araucária*.

Proteção inclui floresta clímax

FLORIANÓPOLIS, SC – De manhã fui ao Instituto de Biociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou-se lá a reunião da comissão para a proteção da *araucária*, do Ministério do Meio Ambiente. Estavam presentes: o professor João de Deus Medeiros, Mauricio Reis, Eduardo Ribeiro Peixoto (IDA), Vigold Schaffer, Myriam Prochnow, Marco Da Rê e eu. Ouvi vários relatos sobre as poucas áreas disponíveis, que estão nas seguintes regiões: Abelardo Luz e Ponte Serrada; transição com *araucária* e mata onbrófila mista: Victor Meirelles, Santa Terezinha; Rio do Campo e áreas vizinhas; Parque São Joaquim; e Caçador.

Cada uma dessas regiões poderia ter florestas de *araucária* ou mistas, nos locais onde essa espécie já tenha sido muito explorada. No caso da Arie Serra da Abelha, com florestas mistas, em uma área de 4.800 hectares, poderia haver um acréscimo e aquisição de área de 10 mil hectares cujo dono não vai à região.

Estabelecemos um programa de ida a essas áreas prioritárias de helicóptero e por terra. Tenho

14 agosto 1999

15 maio 2001

26 maio 2001

15 março 2002

a impressão, pelas fotos que vi, de que a floresta de Ponte Serrada é a melhor. Trata-se de um bosque de alguns mil hectares, com uma floresta maciça de *araucária* em estágio clímax. É uma beleza realçada pelas cachoeiras ou corredeiras do Rio Chapecó. Salientei, também, a importância da preservação dos campos nativos vizinhos às florestas de *araucária*. Todos concordaram comigo.

Áreas sob proteção especial

5 dezembro 2002

BRASÍLIA, DF – (...) Pedi a palavra e elogiei o presidente do Conama e ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho, que se mostrou muito eficiente, trabalhador e merecedor de elogios e agradecimentos. Terminei fazendo um apelo dramático para que o Ministério entre em ação para impedir que os últimos bosques de *araucária* em Santa Catarina sejam destruídos. Essa destruição está ocorrendo hoje, agora, enquanto o Conama se reúne. Entreguei um pedido meu solicitando que o Governo decrete três ou quatro Estações Ecológicas em Santa Catarina.

Percebi que meu apelo não teria resultado, pois são precisos, por exemplo, dados topográficos, para instituir estações ecológicas, o que demora alguns dias, embora estas dispensem audiências públicas.

Após o almoço fui ao Ministério do Meio Ambiente. Lembrei-me que durante uma situação de urgência ocorrida na Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), fiz portarias criando Aspes (Áreas Sob Proteção Especial). Eu estava, naquela ocasião, no final da minha administração da Sema. José Pedro gostou muito da ideia. A Aspe não é uma unidade de conservação, mas indica claramente que a área deve ficar sob proteção. Isso é plenamente permitido pelo poder de polícia que uma secretaria ou ministério possuem. Com José Pedro, fomos ver imediatamente o ministro José Carlos Carvalho. Ele gostou da ideia. Aprovou o pequeno documento, um pedido meu para salvar bosques de *araucária* no município de Ponte Serrada e nos municípios vizinhos.

José Pedro pediu ao ministro para aprovar por escrito meu pedido, o que José Carlos fez rapidamente. Com esse precioso e inusitado documento em mãos, fomos ver a consultora Jurídica do Ministério, Gisela. Ela também aprovou meu pedido.

À noite, no Hotel Metropolitan, tive uma reunião com João Paulo Copobianco e o casal Vigold Schaffer e Myriam Prochinow, diretores da ONG (organização não governamental) Apremavi, de Santa Catarina. Corrigi o estilo da minuta que eles fizeram, estabelecendo a longitude e a latitude, e a área aproximada dos bosques de Santa Catarina que o ministro iria declarar, no dia seguinte, como Aspes.

25 março 2003

A reunião no Ministério começou por volta das 15h, com a presença da ministra Marina Silva. Ela logo teve de sair para ir ao Palácio do Planalto. João Paulo Capobianco presidiu a reunião, habilmente. Tratava-se de resolver o problema da sobrevivência do ecossistema da *araucária* no Paraná e em Santa Catarina. No final do Governo Fernando Henrique Cardoso (três meses antes), foram estabelecidas algumas Aspes. Acontece que estabeleceram também Áreas de Entorno com 10 quilômetros de extensão. Isso, em Santa Catarina, significou uma área total de aproximadamente 300mil hectares. Vários municípios e os Governos do Paraná e de Santa Catarina entraram em pânico, pois os agricultores locais pensaram que não poderiam fazer quase nada nessa área se proibirem plantas exóticas. Há no Paraná muitas plantações de *Pinus elliottii* e *P. taeda*, árvores

que se tornaram invasoras dos bosques de *araucária*. Não se dão bem nos campos nativos devido ao seu solo raso.

Inicialmente, deram-me a palavra para falar em nome das ONGs. Fiz uma leitura das várias conclusões da comissão sobre a *araucária*, da qual fui membro. Pedimos que várias glebas viessem a constituir estações ecológicas, principalmente em Ponte Serrada, Abelardo Lutz e Santa Terezinha, além de outros municípios. Também pedimos o estabelecimento de algumas Aries (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). A bancada ambientalista estava representada por mim, Miriam Prochnow, Vigold Schaffer, Adriana (ISA – Instituto Sócio-Ambiental) e mais cerca de dez pessoas. A bancada dos agricultores e silvicultores era formada pelo secretário Cheida, do Paraná, o secretário Bráulio, de Santa Catarina, o prefeito de Irati, entre outras pessoas. Expliquei que as áreas do entorno eram destinadas a amortecer os impactos que poderiam ameaçar os bosques de *araucária*. Fiz um pequeno histórico da questão, abrangendo desde o desastroso Instituto Nacional do Pinho, que permitiu a destruição maciça de imensos bosques de *araucária*.

Com surpresa para nós, os secretários do Meio Ambiente do Paraná e de Santa Catarina, bem como outros que vieram com eles, concordaram com a criação das unidades de conservação que pedimos. Assim, chegou-se à conclusão de que, além da criação dessas unidades, deviam ser limitadas, em termos razoáveis, as exigências previstas no entorno. Para isso formaram uma nova comissão, mas apenas com pessoas dos Estados do Sul. Isso muito me aborreceu, pois eu gostaria também de participar da comissão. Tratarei disso amanhã mesmo. Esqueceram que fui o porta-voz das ONGs na reunião, e que, aliás, gostaram da minha atuação. Além disso, há bosques de *araucária* no estado de São Paulo.

Multa de R\$ 200

A reunião do Conama foi realizada no auditório de outro Ministério, devido à greve dos funcionários federais. (...) No plenário, houve certa confusão e um fato inusitado: foram pedidas vistas de quase todas as matérias que seriam votadas naquele dia, exceto o julgamento de multas. Assim, fracassou a reunião, que custava R\$ 100 mil, segundo o secretário geral do Ministério do Meio ambiente, Cláudio Langone. Apesar desse fracasso da reunião promovida pelo Ministério, aproveitei o tempo para conversar com alguns funcionários. Assim, procurei o secretário do Meio Ambiente do Paraná, para sugerir a criação de Aries para salvar bosques de *araucária*. As Aries correspondem a tombamentos e não necessitam de desapropriação. O secretário havia falado no plenário que bosques de *araucária* centenários haviam sido cortados e que o valor das multas que foram pagas era irrisório: R\$ 200,00 – para cada *araucária* de 200 anos!

Parque em Campos do Jordão

Na hora do almoço, fui com a ministra Marina Silva, o secretário José Goldemberg e auxiliares da ministra até o Parque Estadual de Campos do Jordão. No caminho vimos muitas *araucárias* em terras particulares. No Parque há uma maravilhosa floresta de *araucárias*, já plenamente desenvolvidas, que devem ter 100 anos de idade ou mais. Essa mata é natural, mas antigamente havia nela uma serraria, na que então se chamava Fazenda da Guarda. No Parque plantei, com o secretário e a ministra, uma muda de *araucária*.

8 agosto 2003

5 maio 2005

Alerta severo

20 março 2006

BRASÍLIA, DF – Gostei imensamente do vídeo que o Vigold Schaffer (do Ministério do Meio Ambiente) fez comigo em Campos do Jordão, sobre a situação dramática das últimas florestas de *araucária* em Santa Catarina. Paisagens maravilhosas. Minhas palavras severas sobre a situação dramática desses bosques estavam muito apropriadas. Às vezes, nessas declarações, comete-se algum erro, mas o que falei estava muito certo.

Outra ameaça: SC contra a União

Reunião do Conama em Brasília

12 julho 2006

BRASÍLIA, DF – (...) O secretário de Meio Ambiente de Santa Catarina criticou as unidades de conservação federais recentemente criadas neste Estado. Pediu que fossem entregues ao Estado. Por outro lado, contou maravilhas sobre as unidades de conservação estaduais. A Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida, de Santa Catarina) fez críticas à situação lá existente. O Estado está processando a União para anular a criação de UCs federais (Parque Nacional e Estação Ecológica). Sou 100% favorável às unidades federais criadas em Santa Catarina. As gerações futuras criticarão severamente as ações do Estado contra as UCs federais. Trata-se de salvar as derradeiras florestas de *araucária* com maior extensão. Estes são ecossistemas ameaçados de extinção, se não agirmos imediata e fortemente em seu favor.

Prioridade no reflorestamento

20 dezembro 2006

SÃO PAULO, SP – Aprovamos (no Conselho Estadual do Meio Ambiente) algumas minerações de bauxita, no Estado de São Paulo, próximas a Poços de Caldas, em Minas Gerais. Essas minerações foram aprovadas com uma proposta de minha autoria, segundo a qual a *araucária*, que é nativa naquela região, deveria ter prioridade no reflorestamento que o Grupo Votorantim realiza lá.



Cervo-do-Pantanal

PANTANAL E CERRADO

O Pantanal e sua conservação
Caça e conservação

Encontro na cerimônia de cumprimentos aos novos integrantes do segundo escalão do Ministério da Agricultura

Fui apresentado também a Gabriel Muller, presidente da Codemat (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso). Demonstrou muito interesse conservacionista, principalmente no Pantanal. Expliquei o meu plano de criar "Áreas Conservacionistas", onde os fazendeiros continuariam a criar gado e a Sema estabelecerá um serviço de fiscalização da caça. Ele achou ótima a ideia e disse que vários fazendeiros estavam interessados nesse projeto. Contudo, queixou-se de que as capivaras estão aumentando de tal modo, que já constituem séria praga em certas áreas. As onças também estão aumentando. Isso ocorre devido à maior fiscalização da caça. Atribui o fato à não exportação de peles, pelo que entendi, e à fiscalização do Exército, que proíbe inclusive o uso de certas armas que eram empregadas contra as onças. Estas, agora, pelo que ele me contou, são mortas e postas debaixo d'água para ninguém ver.

Disse-me ainda Gabriel Muller que o Governo de Mato Grosso pôs em licitação 2 milhões de hectares de terras públicas, em Aripuanã, que foram arrematadas num só dia. Ainda tem 8 milhões de hectares lá para vender. Pedi-lhe para reservar à Sema terras impróprias para a Agricultura, para constituir Reservas Biológicas.

Refúgios das águas

Sobrevoo do Pantanal a pedido do ministro do Interior, Rangel Reis, para verificar a necessidade de uma operação de salvamento de animais silvestres ilhados pelas inundações

Quando chegamos a Cuiabá, já nos esperava Gabriel Muller, presidente da Cia. de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat).

10h26 – Decolamos de Cuiabá no Piper Comanche PT-CRM, pilotado por Mario Furquim. Sobrevoamos Cuiabá, vendo um bairro à beira do rio, onde 12 mil pessoas tiveram as suas casas destruídas.

Voamos ao longo do Rio Cuiabá. Passamos por cinco antigas usinas de açúcar, hoje abandonadas. Uma delas tinha uma chaminé de 110 m de altura. A mata secundária, já com árvores medianas em alguns lugares, e muitos arbustos em outros, reocupou a área.

10h47 – Passamos sobre Barão de Melgaço, protegida das enchentes por diques ou aterros.

A bacia de Chacororé, onde nasceu Rondon é uma beleza. É um lago enorme, com grandes pântanos formados por gramíneas luxuriantes. Matas (60% da área) com árvores de porte pequeno a regular. Os outros 40% são água, pântanos ou pastos na seca. Abaixo do Rio Cuiabá vimos dezenas de riachos. Na cheia, o pessoal se muda para lugares mais altos nas matas próximas. Os mais previdentes constroem casas em lugares algo elevados, a salvo das águas. (...)

15 março 1974

16 abril 1974

Fizemos uma volta sobre a Fazenda São Bento do Piquiri, perto da foz do rio de mesmo nome. Junto à sede, perto de um campo inundado, vimos centenas e centenas de garças brancas.

Sobrevoamos, em seguida, a sede de Fazenda Jofre. Nessa propriedade há 80% de matas e arbustos. Pouco depois, passamos sobre um imenso pantanal, com cavalos e numerosas vacas pastando dentro d'água. Nos poucos lugares elevados há pequenas ilhas de 200 ou 300 m² ou menores, nas quais o gado se refugia, às vezes junto com animais silvestres. Numa delas vimos emas, caitetus ou queixadas e gado.

Segundo me contou Gabriel Muller, essas ilhas secas são aterros feitos pelos índios que antes habitavam a região. Mais adiante vimos também um cervo, aparentemente um macho jovem. O gado precisa se refugiar nos lugares altos, quando não está pastando, para não morrer afogado por cansaço. Em outras palavras, necessita de um local para deitar e repousar.

Fauna

Relato de viagem entre Cuiabá e Poconé

13 novembro 1976

Durante quase toda a extensão da Transpantaneira, em ambos os lados, há escavações com uns 20-30 m de largura, de onde foi retirada terra para a construção da rodovia. O leito desta está de 1 a 2 m, ou talvez 3 m em certos lugares, mais elevado que a planície adjacente. Isso foi necessário porque no tempo da cheia o Pantanal se transforma num imenso lago, como tive ocasião de ver em 1974. Essas escavações se transformaram em longos canais ou pequenas lagoas e hoje abrigam uma fauna de vertebrados considerável. Vimos lá dezenas de jacarés; em quase todo o percurso. Aqui e ali avistamos sobre a água a cabeça de um desses répteis. Às vezes, estavam fora d'água, à beira do "canal". Na Fazenda Jofre o seu número era maior.

O mesmo pode ser dito das capivaras. Avistamos lá um bando de sete, outro de dez, além de exemplares isolados. Fora da Fazenda Jofre, vi apenas uma ou outra capivara.

Vimos a primeira ema (*Rhea americana*), num cerrado antes de Poconé. Depois avistamos somente um ou dois indivíduos, até que na Fazenda Jofre tive a satisfação de ver duas emas andando junto com 18 filhotes novos, de apenas alguns dias de idade. (...)

Diques

26 janeiro 1979

O prefeito de Poconé, Arruda Santos, esteve desesperado na Sema. Os polders construídos no Pantanal, na Fazenda São João, estão causando um verdadeiro desastre ecológico na vizinhança. Os diques perturbam tremendamente o fluxo das águas, nos períodos de cheia. O pior é que ninguém quer mexer no problema, com receio do poder econômico. Combinei com o prefeito que mandaríamos técnicos para lá, pois estamos fazendo, com a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), um estudo ecológico do Pantanal. Nosso trabalho precisa estar muito bem alicerçado e isento de emoções.

Abundância

A Transpantaneira continua, como sempre, um dos grandes espetáculos naturais do Brasil e do mundo. Graças à fiscalização do IBDF, a fauna é ali das mais abundantes. Nas lagoas e canais resultantes das escavações feitas para obter a terra necessária à construção da estrada, vi centenas de jacarés, muitos de grande porte. Eles nem se movem quando passa um carro. (...)

Após o jantar, fomos a uma das lagoas artificiais de beira de estrada e vimos lá um espetáculo muito curioso. Quando a gente ilumina a água com uma lanterna, veem-se dezenas ou talvez mesmo centenas de pontos duplos, vermelhos, brilhantes. São os olhos de jacarés, que refletem a luz. É interessante notar que a grande maioria desses pontos só é visível para a pessoa que está com a lanterna. Essa grande concentração de jacarés é explicada pela presença de peixes em enorme quantidade, que ali foram reunidos pela retração das águas do Pantanal, ora em fase momentânea de seca.

Caiu das nuvens

Diálogo durante viagem de reinauguração do barco turístico Imediato Carapa, ao largo de Belém

BELÉM, PA – Conversei longamente com o governador Soares Campos, de Mato Grosso. Ele está assustado com o plano da Edidap/Sudeco de fazer 35 represas em torno do Pantanal de Mato Grosso. Acha que estudos mais aprofundados precisam ser realizados e que existe um risco muito grave para o futuro do Pantanal. É exatamente o que penso. (...)

BRASÍLIA, DF – No Aeroporto encontrei-me com René Pompeu de Pina, superintendente da Sudeco. Disse-lhe dos meus receios sobre os planos para a construção de 35 represas e grandes polders no Pantanal. René me ouviu com um misto de espanto e desagrado. Ele acha que o estudo foi realizado por grandes técnicos, que levaram em conta os problemas ambientais. Terminou, porém, por solicitar que a Sema apresentasse por escrito suas razões. Tenho a impressão de que caiu das nuvens com as minhas objeções e pelo fato de lhe ter dito que a minha posição era também a do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) e do governador de Mato Grosso. Eu tinha pressa em lhe transmitir meu ponto de vista, pois logo o assunto vai ser objeto de um grande debate nacional e não queria que ele fosse tomado de surpresa. Não seria ético.

Bodoquena

CAMPO GRANDE, MS – Ao chegar, fui recepcionado no aeroporto por muitas pessoas, entre as quais o ex-governador e amigo Harry Amorim Costa, o secretário Adorno Sottovia, jornalistas, TV, Asturio Ferreira dos Santos e outras pessoas. Havia muita expectativa em torno da minha chegada, devido à grande controvérsia em torno do Projeto Bodoquena. Este previa a construção da maior destilaria de álcool do mundo.

Eles têm boas razões, que reconheci. Afirmei que não deveria haver indústrias poluidoras no Pantanal ou junto ao mesmo. Ressalvei, contudo, o fato de que não me referia a toda a bacia hidrográfica, mesmo porque há lá cidades como Corumbá, Cuiabá, Cáceres etc. O resultado dessas

26 setembro 1980

24 outubro 1980

23 junho 1981

declarações, somadas às do secretário Adorno Sottovia (Meio Ambiente Estadual), que disse não estar o Projeto em condições de ser aprovado, praticamente sepultou o mesmo. Deixei bem claro que a decisão deve ser estadual.

Para evitar depredação

22 outubro 1986

SÃO PAULO, SP – De manhã estive em casa Renata Maffei, redatora do Globo Rural. Ela está preparando uma reportagem sobre o Pantanal de Mato Grosso. Disse-lhe que a solução dos problemas relativos à depredação dessa imensa área requerem, entre outras coisas, a criação da Guarda Costeira, de um departamento conservacionista da Polícia Federal, de uma autorização do IBDF para a implantação de criadouros semi-extensivos de jacarés e capivaras etc.

Preservação na Constituinte

Palestra no Encontro Defesa do Pantanal e Constituinte, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul

9 abril 1987

Fui o primeiro palestrante. Inicialmente, expliquei que a luta contra os coureiros, caçadores de jacarés, era uma guerra de guerrilhas. Segundo os teóricos do assunto, as guerrilhas somente podem ganhar ou ser derrotadas se tiverem ou não o apoio da população local. Para colocarmos essa população contra os coureiros, é necessário dar aos fazendeiros algum tipo de interesse na criação dos jacarés em criadouros naturais, semi extensivos. Desde que os fazendeiros protejam e ajudem os jacarés a se multiplicarem nesses locais, poderiam ser autorizados a vender algumas peles desses animais. Uma iniciativa dessas oferece riscos e sua aplicação prática depende ainda de fatores e de tecnologia que não dominamos bem. Contudo, se não estivermos dispostos a assumir certos riscos, a vitória será dos coureiros, como, aliás, tem sido até aqui.

Afirmei, também, que o futuro do Pantanal, ou melhor, a sua conservação dependerá de três dispositivos que deverão ser colocados na nova Constituição:

1 - Os Estados devem poder também legislar sobre flora, fauna, florestas etc. O Meio Ambiente deve figurar na Constituição como assunto de competência Federal, Estadual e Municipal. Hoje nada consta sobre Meio Ambiente na atual Constituição. Nessas questões e em outras, os Estados devem poder ser mais rigorosos que a União, se assim quiserem, respeitado, contudo, o direito de passagem de pessoas, de mercadorias e de produtos industrializados;

2 - A União e os Estados da região devem fazer o zoneamento ecológico e econômico do Pantanal;

3 - É preciso constituir o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com recursos de um imposto sobre produtos industrializados potencialmente danosos ao meio ambiente.

Para não deixar as coisas vagas, entreguei ao presidente da Assembleia Legislativa três propostas de artigos, já redigidos.

O fim

Sobrevoo da região próximo a Poconé

15h54 – Passamos ao longo da Fazenda São João, com área enorme (milhares de hectares) desmatada em leiras. Arrasaram as florestas numa extensão imensa, deixando árvores isoladas, relativamente poucas. Se todos fizerem isso, será o fim do Pantanal. Ao longo das retas onde a vegetação foi enleirada, parece haver arbustos verdes. Não houve a preocupação em deixar manchas de matas no meio das pastagens artificiais. Pelo contrário.

30 julho 1987

Miranda

MIRANDA, CAIAMÃ, MS – Acordamos às 7h. Tomei banho, como faço todas as manhãs, mas desta vez às pressas. Tomamos café e partimos numa Toyota (Jeep) com uma carroceria ampla, aberta e com assentos laterais, para melhor visibilidade.

7 julho 1994

Percorremos uma região de varjões, caapões de mata e "cordilheiras" de florestas, estas compridas, muito longas, algo mais altas que os varjões. Vimos numerosas aves, de muitas espécies e alguns jacarés. Entre as aves estavam socós, garças, tuiuiús, íbis, gaviões diversos, quero-queros etc. A paisagem contrastante de varjões-campos, caapões de árvores e "cordilheiras" de mata é realmente bonita.

Chegamos a uma "cordilheira" florestal, que percorremos a pé numa extensão de alguns km. É uma floresta aberta, muito rica em palmeiras acuris, com tamborils (*Enterolobium sp.*) etc. É fácil caminhar por lá, na trilha existente. Vimos um bando de macacos-pregos (*Cebus sp.*) e outro, menor, de bugios (*Alouata sp.*). Avistamos poucas aves, mas ouvimos, no início da caminhada, muitos aracuãs (parecidas com jacus). Não consegui ver nenhum ninho de Meliponíneos ou de outras abelhas. A guia Francisca Méier foi muito amável e não se importou com os meus frequentes comentários e explicações paralelas sobre o ecossistema pantaneiro. Isso era, afinal, uma interferência no trabalho dela.

Hidrovia

Fui entrevistado à tarde pela TV CNN, dos EUA, sobre a hidrovia em estudo no Pantanal. Disse claramente que será necessário construir eclusas, para manter o nível das águas. A meu ver essa hidrovia será construída, pois é necessária ao Paraguai e à Bolívia. Contudo, se não forem construídas eclusas, o Pantanal poderá ser drenado e secar. Disse também tratar-se do maior Pantanal do mundo, do tamanho da Grã-Bretanha.

18 março 1997

Sergipano

Descrição de "pantanal" avistado durante voo de São Paulo a Aracaju

Após a desembocadura do Rio São Francisco, em Sergipe, há uma pequena região semicultivada com arroz. Mais para o sul e para o leste, há uma vegetação arbórea compacta, que cobre uns 500

20 junho 2004

hectares e parece ser Mata Atlântica ou um misto de manguezal. Há também muitas pequenas áreas abertas, mas poucas casas. Vi muitas áreas pequenas alagadiças. Deve ser o famoso Pantanal de Sergipe, para mim muito importante. É um lugar de características únicas no Nordeste. Logo depois e mais ao nordeste, começa uma imensa praia com enormes dunas, com uns 3 ou 4 km de largura e uns 35 km de extensão. É a continuação, para o sul, da Praia do Peba. O aspecto é idêntico. Fiquei sabendo, depois, que se trata da Reserva Biológica Santa Isabel, de limites imprecisos. Dizem que houve erros sérios no serviço de topografia. As praias servem ao Projeto Tamar, para a reprodução das tartarugas marinhas. Me pareceu haver também uma sub-região de dunas, cobertas por vegetação de restingas. Há, fora das praias, lagoas, rios e, parece, mais banhados, além de mini-áreas inundadas. Deve ser o Pantanal Sergipano.

Unidade de Conservação

ARACAJU, SE – Almocei com o governador João Alves, que conheço há muito tempo. Já prefaciei até um livro dele, publicado há alguns anos. Ele gostou muito de minhas ideias sobre novas unidades de conservação e principalmente de uma no Pantanal sergipano. O governador gostou da ideia e mandou imediatamente dar seguimento à sugestão. Foi um almoço agradável com a presença do Secretário do Meio Ambiente João Salgado e do secretário da Infraestrutura Luiz Durval.

CERRADO
Valorizar nossas espécies

BRASÍLIA, DF – À tarde estive na Chácara de Nery Ururai, com este, o presidente Pedro Paulo Ramos, da Radiobrás, Malu Azambuja, Lucia e nosso filho Luiz Antonio. A chácara é um verdadeiro oásis, com um micro-clima úmido nesta secura. Não faltam gigantescas touceiras de bambu imperial, vários palmitos (*Euterpe edulis*) frutificando etc. Há muitas plantas bonitas. Durante a conversa, combinamos fazer um movimento para incentivar o plantio de sucupiras (*Pterodon pubescens*) e outras árvores do cerrado, num plano que visa valorizar nossas espécies nativas. É incrível, mas hoje, em Brasília, ao invés de sucupiras, quaresmeiras roxas, copaibas (*Copaifera langsdorfi*), pequizeiros etc., que são espécies nativas, plantam-se várias *Cassia*, *Spathoidea* etc., que não têm nada a ver com a belíssima flora brasileira, a não ser, às vezes, um parentesco com nossas espécies.

Lindo espetáculo

Sábado. Fui à Fazenda Jatiara com Lucia. De lá fomos ao bairro das Gameleiras junto ao Rio São Bartolomeu. Visitamos o fazendeiro, senhor Caixeta e sua família, num interessantíssimo mergulho no passado. Eles ainda usam carros de bois. Fazem rapadura e açúcar, tirando o caldo da cana com uma moenda de madeira. As porteiras não têm dobradiças de ferro, mas giram sobre a madeira. Fazem fios de algodão e tecem lindos tecidos para o seu uso. (...)

A região entre a Fazenda Jatiara e a Gameleira é acidentada. Vimos em encostas pedregosas milhares de plantas de canela-de-ema (*Vellozia sp*) em flor. Lindo espetáculo. Há muitos caapões de uma transição Mata Atlântica – cerrado, geralmente pequenos. O meio é cerrado ou campo-cerrado, com apenas uns 5% de culturas e 10% de pastos plantados. Grandes vistas e espaços abertos, muito bonitos.

Lixeira dominante

Relato de viagem pela estrada de Cuiabá a Poconé

Perto de Livramento, Mato Grosso, antes e depois, tirei fotografias de um cerrado mediano, aberto, em uma depressão de terreno mais fértil com vegetação fechada e muitos bambus nativos (taquaras). Nesse local havia bastantes lixeiras (*Curatela americana*), a planta do cerrado que é de longe a dominante na região.

Visitamos e fotografamos também, em dois lugares diferentes à beira da rodovia asfaltada, dois cerradões de porte médio, com cerca de oito metros de altura. Havia neles muitas *Curatela americana*, de porte de mais ou menos 2 m a 8 m, árvores de bom tamanho, frondosas. Vi também um pé fino de *Copaifera* e vários de jatobá (*Hymenaea sp.*) do cerrado, além de muitas árvores semidecíduas.

Valiosíssima

Visitei, com a doutora Valmira Vieira Mecnas, a Reserva Biológica das Águas Emendadas. É de fato uma área valiosíssima de campos cerrados, cerrados, cerradões, florestas ciliares e banhados com muitos buritis. Vi lá o marco referente ao local, num grande banhado, onde parte das águas corre para a Bacia Amazônica e parte para a Bacia do Paraná. Ao lado há uma faixa de vereda, de gramíneas, seguida por uma zona de arbustos, predominantemente de uma Melastomatácea. Mais adiante, há uma pequena lagoa, onde disse o nosso guia Antonio que há muitos jacarés. Vimos pegadas de anta ou de capivara, não deu para ver bem, numa pequena área brejosa, ali perto.

Visitamos também um trecho da mata ciliar, no lado da vertente amazônica. Há grandes samambaiuçus e muitos pés de abacaxi silvestre, numa área mais aberta da mata. Era realmente abacaxi, mais ou menos idêntico ao comercial, no seu aspecto. Não deu para ver se a floresta ciliar era um transcerrado, ou seja, área também com espécies próprias do cerrado. Fotografei.

Tracajatuba

MACAPÁ, AP – Fomos depois ao Palácio do Governo, onde conversamos com o governador e diversos auxiliares. Propus, de comum acordo com Farias e Roberto Cavalcanti, a criação de uma unidade de conservação nos cerrados do Amapá. O governador achou possível. Chegou a sugerir a região de Tracajatuba. Meu neto Eduardo esteve lá e tirou uma foto com o governador Jorge Nova da Costa, ambos segurando a bandeira do Amapá.

Vista maravilhosa

SÃO SIMÃO, SP – Dei uma grande volta na Fazenda Aretuzina, com o administrador Nivaldo. Percorri parte do enorme cerrado remanescente, cerca de 160 hectares ou mais. É um Meso e Maxicerrado denso de angico do cerrado (*Anadenanthera falcata*), faveiro – ou sucupira branca em Brasília – (*Pterodon pubescens*), vinhático em Brasília (*Plathymenia*), pau-terra da folha grande (*Qualea grandiflora*), marolo pequeno (*Atta sp*), pequizeiro (*Cariocar brasiliensis*), pau d’óleo de

29 julho 1987

P.S. 2009: Aliás, encontrei a lixeira até no México. Visitamos e fotografamos também em dois lugares diferentes, à beira da rodovia asfaltada, dois cerradões de porte médio, com cerca de oito metros de altura. Havia neles muitas *Curatela americana*, de porte de mais ou menos 2m a 8m, árvores de bom tamanho, frondosas. Vi também um pé fino de *Copaifera* e vários de jatobá (*Hymenaea sp.*) do cerrado, além de muitas árvores semidecíduas.

11 agosto 1987

5 julho 1989

11 julho 1991

29 janeiro 1994

copaiba (*Copaifera langsdorffii*) etc. Segundo Nivaldo, há coatis, muitos saguis, muitos jacus, tucanos (há dias vi um voando sobre a sede: *Rhamphastos toco*). Há muitos ninhos de abelha Jataí (*Tetragonisca angustula*).

Subimos até o alto do morro atrás da sede, de carro. A vista lá de cima é maravilhosa. O cerrado ainda é grande. As terras roxas, cultivadas com o café, são extensas. (...) Na volta, vimos um coati escuro, entrando no canavial da Usina Santa Clara.

Destruição e reserva

LUIZ ANTONIO, SP – Da sede da Fazenda São Luiz avista-se uma vasta área, com dezenas de quilômetros da extensão. Cerca de 95% do que se vê são imensas áreas de canaviais, um gigantesco laranjal da Cutrale, eucaliptais para celulose e pastagens para gado. Os fazendeiros da região de Luiz Antonio não tiveram, com algumas exceções, como Lucio de Campos Seabra, nenhuma preocupação em conservar áreas significativas de cerrado. A não ser os mais antigos, como o Conde Ribeiro do Valle e seu sogro Luiz Antonio Junqueira, os quais conservaram áreas imensas de cerrados. Esses fazendeiros pioneiros faziam agricultura cafeeira apenas na terra roxa, que existe em manchas nesta região. Houve uma incrível destruição dos cerrados nos anos 1960 e 1970 e parte dos anos 1980. A mata nativa sobreviveu e está se expandindo nos contrafortes dos morros e, sobretudo, cadeias de morros. São morros de basalto e terra roxa, com florestas. Há também outros morros, mais baixos, com cerrados nas encostas e platôs. São restos do grande deserto do Mesozóico que cobria a região.

Vi um desses morros, logo atrás (ao sul) da pequena cidade de Luiz Antonio, na Fazenda América, que pertenceu ao meu falecido sogro Manoel Ribeiro do Valle. Herdei com meus cunhados essa fazenda. Fiz uma grande besteira ao vendê-la, com meus cunhados. Poderia ter ficado com 800 hectares de cerrado!! Pelo que vi ao longe, parece que um pouco do enorme cerrado da Fazenda América se salvou.

Embora hoje não a tivesse visto, a maior reserva de cerrado do Estado de São Paulo está nesta região, perto do Rio Mogi-Guaçu. É a Estação Ecológica de Jataí, em terras que pertenceram ao Conde Ribeiro do Valle.

Soja

22 abril 2004

BRASÍLIA, DF – Dia de Terra. (...) Após a reunião comemorativa da Conferência Nacional do Meio Ambiente, no seu encerramento oficial, houve um almoço no Hotel Bonaparte, com alguns convidados veteranos como eu e o Nilo, auxiliar direto da ministra Marina Silva. Todos os que estavam presentes falaram sobre o que fazer após a Conferência. Um senhor do Maranhão disse que lá os cerrados estão sendo arrasados para plantar soja. Ninguém sabia bem o que fazer lá. Sugeri desenvolver o Ecoturismo e fazer um grande mosaico ambiental para proteger os agricultores sem trabalho devido à intensa mecanização dos trabalhos agrícolas.

CAATINGA

Visão do alto

Observação durante sobrevoo do Vale do Rio São Francisco

25 março 1976

11h – Estamos voando paralelamente ao Rio São Francisco, a uns 40 km do mesmo. Passamos sobre uma região montanhosa, algo escarpada, mas sem cumes abruptos. A parte superior das serras é arredondada. A rocha, em grande parte exposta nas encostas, é de cor cinza-azulada. Já há algum tempo, na Bahia, vejo em certos lugares esse tipo de rocha exposta. Nas serras e na região quase plana circunvizinha, a vegetação natural é constituída de arbustos ou de um arvoredado baixo. Nas serras há pequenas áreas com terra vermelha, mas no geral o solo é de várias nuances de cinza.

11h16 – Passamos sobre outras serras, onde a rocha cinza azulada (ou melhor, cor de pedra-pome) está em grande parte exposta. Entre os afloramentos rochosos o solo está coberto de arbustos e pequenas árvores. Talvez uns 40% da superfície seja de rocha. São as Serras do Açuruá. Logo depois passamos numa imensa planície, ou área levemente ondulada, coberta por caatinga (90%) e alguns polígonos de terra cultivada, em parte vermelha. Após uma pequena serra, chegamos a uma planície imensa e intensamente cultivada (80%). É a região de Irecê, uma das áreas agrícolas mais importantes do Brasil semi árido. A terra cultivada, em grande parte, é de cor vermelha, e que a meu ver tem maior aptidão agrícola que as terras de cor clara (amareladas ou cinzas). Isso deve corresponder a diferenças físico-químicas. É o que tenho observado nas minhas andanças no Brasil e na África.

12h06 – Estamos agora junto ao Rio São Francisco, cheio e mostrando suas águas barrentas. Pouco depois chegamos ao local onde se constrói a barragem de Sobradinho. É uma obra enorme. As comportas de concreto já estão bem adiantadas, mas o rio não foi ainda fechado. Na jusante, na várzea, há numerosas pequenas propriedades, que certamente usam água do rio para irrigação. A algumas centenas de metros das margens, porém, já é o domínio da caatinga. Dentro desta, são poucas as áreas cultivadas. Mais adiante chegamos a Petrolina, PE, cidade que está se expandindo rapidamente. Muitos telhados novos. A caatinga chega até a cidade.

12h23 – Pousamos em Petrolina. Defronte, do outro lado do rio, está Juazeiro, na Bahia. No aeroporto há árvores de Flamboyant (de origem africana!) e algarobas. (...)

13h13 – Sobrevoamos sempre a caatinga. Às vezes o arvoredado é mais denso, outras vezes mais aberto. Em vários trechos pode-se ver muita terra exposta. A agricultura é praticada aqui e ali, em pequenas propriedades. No conjunto, as áreas agrícolas cobrem apenas 5% ou menos da superfície. Voamos quase o tempo todo entre blocos de nuvens cumulus.

13h34 – Próximo a Paulo Afonso há muitas glebas com fileiras de plantas cultivadas perenes. A região é de caatinga. Sobrevoamos a cidade e a usina hidrelétrica. A cidade é moderna, com boas casas. A usina não impressiona muito. O cânion, porém, é bonito.

	Florestas
13 julho 1976	BRASÍLIA, DF – Recebemos a visita do professor Vasconcelos Sobrinho, da Universidade Rural de Pernambuco. É um dos maiores ecólogos brasileiros. Ficou muito satisfeito com as notícias sobre a próxima implantação da Estação Ecológica de Uruçuí-Uma, no Piauí. Ele sugeriu que ela funcionasse como Campus Avançado da sua Universidade. É uma boa ideia, que não excluirá a colaboração de outras. O professor Vasconcelos Sobrinho disse que há 40 anos atrás ainda havia muitas florestas de caatinga, com árvores de 12 m de altura. Hoje, essas matas secas são muito novas, embora ainda existam algumas mais velhas.
	Densa e fechada
	<i>Observações sobre a mata durante sobrevoo da região da Estação Ecológica de Aiuaba, no Ceará</i>
29 março 1978	Seguimos para Campos Salles, de onde iremos à futura Estação Ecológica de Aiuaba, num avião Piper Navajo PT-JLZ, da Táxi Aéreo Fortaleza.
	9h29 – Pousamos na estreita pista de Campos Salles. De lá fomos à cidade que tem o nome do meu bisavô. Logo em seguida rumamos para Aiuaba, pela Estrada da Confiança. Numa chapada, pouco antes da estrada descer a serra, foi colocada uma tabuleta anunciando a Estação Ecológica de Aiuaba. Começam ali as suas terras. Na chapada, a vegetação é uma caapoeirinha degradada, mas na serra já pode ser vista a mata. Tenho a impressão de que, nas partes mais baixas do grande vale que passa nessa parte da Estação, a mata é secundária. Contudo, nas encostas da serra, Renato Aragão garante que ela é primitiva. Em todo caso, as suas árvores, pelo que pude ver, são de porte médio a baixo (predominante). No vale, destaca-se o grande número de arranha-gatos (<i>Acacia spp</i>) em flor. O ar chega a ficar perfumado.
	É curioso notar que nos leitos úmidos, ou com água empoçada, dos cursos d'água da região – todos eles intermitentes – há muitas plantas características do meio aquático ou ribeirinho, como o chapéu-de-couro e vários outros. Vi até mesmo ninfeias, plantas cujas folhas bóiam sobre a água. Não sei o que ocorre com elas durante a seca.
	(...) É preciso lembrar que a caatinga, ao contrário do cerrado e do campo-cerrado, não é uma savana. É uma floresta de características especiais, bastante densa e fechada, apesar do porte geralmente baixo (2 a 4 m de altura). Um dos motivos da caatinga ser predominantemente desse porte é o fato de que a agricultura regional está baseada na rotação cultura-descanso da terra. Ecologicamente isso é bom, pois enquanto a terra se recupera, cresce a caatinga e volta a sua fauna. Sob o aspecto agrícola também parece que os resultados são satisfatórios, pois as culturas que vi, embora individualmente pequenas, estavam geralmente em bom estado.
	16h15 – Estamos voando sobre a Estação Ecológica de Aiuaba. Ela corre ao longo da Serra Nova, coberta de matas quase intactas. A serra se divide em dois ou três ramos paralelos. Tanto ali, como na direção Norte, a vegetação é uma floresta com árvores de porte médio. As áreas que já foram cortadas alguma vez são poucas. Contudo, nas proximidades de Aiuaba e na região nordeste da Estação Ecológica, há derrubadas antigas e algumas novas (inclusive uma recentíssima). É nessa área, relativamente próxima à estrada Aiuaba-São Nicolau-Antonina do Norte, que deverá ser feita a

sede da Estação Ecológica. Passa por lá também uma linha de alta tensão, cujo traçado retilíneo é bem visível na faixa que atravessa as matas da Serra Nova.

Plantas úteis

Em João Pessoa, era esperado pelo engenheiro Guarani Marques Viana, diretor da Cagespa (Cia de Águas e Esgotos da Paraíba). Fiquei hospedado no Hotel Tambaú, bom e agradável, onde se realiza o VI Encontro dos Órgãos Estaduais do Nordeste, de Controle e Preservação do Meio Ambiente. Compareci à Sessão da tarde, na qual falou o professor Lourival Xavier, sobre plantas úteis na Caatinga. Salientou o papel da algaroba e da *Pithacolobium dulcis* nas áreas secas. Cabaceiras, no Cariri, recebe apenas 250 mm de chuva por ano! (...)

O governador Dorgival Terceiro Neto está muito preocupado em encontrar algo que torne economicamente viáveis as regiões sequíssimas do Cariri e do Sertão. Na sua opinião, isso poderá ser conseguido pelo plantio da algaroba (*Prosopis sp*). Essa planta produz vagens com tecido doce e sementes muito apreciadas pelo homem. (...)

Após a audiência, o engenheiro Guarani nos levou a ver uma enorme algaroba, com cerca de 40 cm de diâmetro a 1 m do chão (depois ela se bifurca). Foi plantada há 25 anos ou menos (data da introdução da espécie na Paraíba). Colhi sementes para plantar na minha Fazenda Jatiara, em Luziânia, GO.

Fontes de riqueza

Agora estão diariamente sendo assaltadas dezenas de supermercados, principalmente no Rio, para roubar comida. Há fome e desemprego em larga escala. Combinei pelo telefone enviar uma ajuda pessoal em leite em pó para salvar pelo menos algumas crianças cearenses, da fome que está matando cerca de 25% das que nascem agora no Ceará!! Isso me deixa preocupado e é também um problema de consciência. Temos que fazer alguma coisa para salvar mais vidas. (...) Também é preciso criar fontes de riqueza permanentes no Nordeste semi árido, ou seja, desenvolver atividades baseadas em plantas resistentes à seca. Pretendo fazer isso na Estação Ecológica de Aiuaba, adquirindo se preciso uma área vizinha, de 300 hectares, onde morava o fundador da cidade. O primeiro passo já está sendo a observação de algumas dessas plantas, na minha fazendo de Jatiara, onde temos 5 meses de seca por ano. Tenho sementes recebidas da Austrália e da Costa Rica, de plantas que parecem ser bem interessantes. Principalmente as dos desertos e regiões semi-áridas australianas.

Ecologia para a sobrevivência

Intervenção durante reunião do conselho internacional do WWF

WASHINGTON, EUA – Falei também sobre a necessidade de incluir as Estações Ecológicas nos programas do Projeto Nordeste. Podemos formular um Projeto que chamaríamos de Ecologia para a Sobrevivência ou Manejo Ecológico para a Sobrevivência. Esse projeto trataria de pesquisar como

28 novembro 1978

9 setembro 1983

27 setembro 1983

o ecossistema semi árido pode ser aperfeiçoado, com o plantio de árvores capazes de fornecerem produtos florestais e folhas para o gado. Experimentaríamos plantas nativas, como o juazeiro, e outras plantas alienígenas, como as *Acácia* da Austrália. Todos acharam a idéia interessante.

Fome e desnutrição

9 novembro 1983

SÃO PAULO, SP – Almocei com Renato Lima Aragão, da Superintendência do Desenvolvimento do CE, em casa, conversando sobre os problemas do Ceará e dos nossos planos para as Estações Ecológicas. Queremos agir mais no sentido de pesquisar plantas úteis e obter também outros dados de valor prático. Quando há na região gente morrendo de fome e desnutrição, não podemos ficar estudando pêlos em ovos de beija-flores (exemplo fictício).

Transposição e conservação

14 fevereiro 2001

De manhã, no Ministério da Integração Nacional, o secretário Rômulo de Macedo Vieira fez uma exposição sobre a transposição do Rio São Francisco. Cogita-se apenas de retirar 1,5 bilhão de m³, de um total de 90 bilhões que chegam ao Oceano. Primeiro será construído o trecho da transposição propriamente dita, desde o Rio São Francisco, no Eixo Norte do projeto. Ao Ceará chegará através do Rio Jaguaribe. 95% da água necessária ao Rio Grande do Norte virão pelo Eixo Norte. Haverá também um Eixo Leste, para a Paraíba e Pernambuco, independente do Eixo Norte. No futuro haverá um Eixo Noroeste, para abastecer o interior do Piauí.

Depois da palestra do secretário pedi a palavra e expliquei que o projeto poderia ter ao longo do mesmo uma série de unidades de conservação do tipo Aries (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Isso seria muito bem recebido pelo movimento ambientalista. Houve, por parte do Secretário e dos seus colaboradores, uma boa aceitação dessas ideias. Um dos técnicos disse, porém, que o Ibama queria gastar os 0,5% do custo do empreendimento, que a lei manda usar para o meio ambiente, em benefício das unidades de conservação já existentes. Expliquei que esse não é o entendimento dos ambientalistas, embora dentro do Ibama haja um grupo que pense assim.

Relevante interesse ecológico

14 fevereiro 2001

Após o almoço, seguimos para o Ibama. Fui recebido, com o secretário Rômulo e mais 3 colegas seus, técnicos da Comissão de Transposição do Rio São Francisco, pelo novo presidente do Ibama, Hamilton Casara. Este foi extremamente amável para comigo (diria mesmo surpreendentemente amável e cordial). Fui quem mais falou, coisa para mim inesperada. Por sugestão do secretário Rômulo, falei da importância ambiental do Projeto, na erradicação da miséria no Nordeste. Sugeri, também, a criação de uma série de unidades de conservação do tipo Arie (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), ao longo da área de 700 km dos canais e rios envolvidos. Disse haver nessa região muitas serras e montanhas com florestas nativas, de importância ecológica. O presidente achou ótima a ideia, me deu pleno apoio e pediu minha colaboração. Isso e também o apoio da Comissão da Transposição do Rio São Francisco asseguram uma excelente oportunidade de implantar Aries. Sai de lá satisfeitíssimo. Agradeço a Deus a grande oportunidade que me está proporcionando. Também falei sobre as Estações Ecológicas e APAs (Áreas de Proteção Ambiental).

Erradicação da miséria

De manhã houve reunião com o ministro da Integração Nacional, senador Francisco Bezerra. Expliquei o meu ponto de vista sobre a importância ética e ambiental da erradicação da miséria. O Projeto da Transposição do Rio São Francisco atende a esses objetivos e é muito carismático. O ministro agradeceu as minhas palavras e disse que elas o fizeram ver aspectos novos na questão da transposição.

15 fevereiro 2001

Politicamente errado

De manhã parti de carro para São José do Rio Preto. Viajei cerca de cinco horas para chegar lá. Participei do Seminário que fizeram, sobre assuntos de conservação da Natureza, na Unesp local (Universidade do Estado de São Paulo com Faculdades espalhadas pelo interior do Estado).

26 agosto 2005

Fiz uma palestra sobre a transposição do Rio São Francisco. Em resumo, expliquei que sou favorável à ideia, mas penso que o Projeto precisa ser reestruturado, pois praticamente beneficia quatro Estados (CE, PE, PB e RN) e ignora outros quatro Estados (BA, AL, SE e MG). A meu ver, o desenvolvimento sustentável do Nordeste exige essa transposição. Pode-se usar parte da eletricidade produzida pelo Rio São Francisco para utilizar a água na irrigação. A eletricidade pode vir da Amazônia, que tem ainda um enorme potencial hidroelétrico. (...) Na minha opinião o futuro do Nordeste, sob o aspecto econômico depende da irrigação e também do ecoturismo, que hoje está lá em rápida expansão, com linhas aéreas regulares ligando Salvador e Fortaleza a Lisboa e Madrid, e mais recentemente Maceió a Roma. Com a transposição do Rio São Francisco, a substituição da energia que não será mais produzida poderá ser realizada com a energia vinda de várias regiões amazônicas.

Entreguei ao Rosalvo, representante do Ministério da Integração, o meu parecer sobre a transposição do Rio São Francisco. Somos ambos favoráveis à transposição, mas penso que o projeto está politicamente muito errado, pois exclui quatro dos oito Estados do semi-árido. Isso é um absurdo.

2 setembro 2006

Mata Atlântica e escrube associados



VISÕES DA NATUREZA

PNN e uma colônia de
abelhas indígenas Jataí
(*Tetragonista angustula*)

- Paisagens
- Baleias e outros animais



PAISAGENS

África
Kilimandjaro, Zimbábue e África do Sul

Viagem realizada ao final da Conferência de Nairóbi

NAIRÓBI, QUÊNIA – Acordamos cedo. Às 7h30, já estávamos saindo do hotel. O embaixador Valladão e a diplomata brasileira Regina Duncan foram nos levar ao aeroporto, com a amabilidade que tanto os caracteriza. O embaixador Valladão, chefe da nossa delegação (apara a conferência do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), segue hoje à noite para Genebra.

3 maio 1975

9h43 – Levantamos voo num enorme Boeing 747, da British Airways. Voamos com cerca de 290 passageiros a bordo. Graças a Deus, desta vez consegui um lugar junto à janela, no lado oeste (direito) da seção traseira do avião. (...)

9h15 – Passamos pela mesma região que sobrevoamos a caminho de Ngorongoro: Rift Valley, os vulcões, as áreas verdes e as cobertas por arbustos e pequenas árvores, com o solo avermelhado aparecendo. Ao longe, um lago, provavelmente o Mogadi. Pouco adiante anunciaram que o Monte Kilimandjaro estava à vista a bombordo. Levantei-me e fui ver, com o diplomata Campelo. Curiosamente, o cume nevado podia ser avistado com as nuvens mais abaixo do mesmo. Ainda há muita neve lá, ou melhor, geleiras permanentes. Em terra, raramente se vê o cume, pois em geral as nuvens não o permitem. Mas aqui estamos bem mais alto que a montanha. (...)

11h43 – Passamos sobre uma grande represa, no Rio Zambezi. Entramos, assim, na Rodésia. Essa grande represa tem águas um tanto esverdeadas. A região é de savanas a perder de vista. Pouco depois, sobrevoamos uma região agrícola com plantações em faixas de contorno. Ainda há uns 30% de savanas. É curioso ver como muda a paisagem, pouco depois de entrarmos na Rodésia. A terra arada é roxa ou vermelha.

11h58 – Passamos sobre Salisbury (Harare), capital da Rodésia. É uma cidade bonita, com grandes bairros residenciais e boas áreas industriais. Na periferia, vimos áreas de conjuntos habitacionais populares, onde certamente mora a população nativa. A Rodésia está em negociação com os movimentos guerrilheiros. Os brancos são apenas 5% da população e, felizmente, parecem ter compreendido que precisam negociar a transferência do poder para a maioria negra. Salisbury está numa região agrícola, embora algo menos cultivada que ao norte da cidade. (...)

13h06 – Estamos no limite inferior da camada de nuvens. Vejo muitas fazendas e pastagens e alguns cultivos intensamente verdes. Terra arada: roxa ou amarelada. Sobrevoamos bairros residenciais (de Johannesburgo, África do Sul) com casas grandes e muitas piscinas. É enorme a extensão dessas áreas residenciais ricas. Nunca vi nada igual no Hemisfério Sul. O centro da cidade tem muitos arranha-céus. Logo depois entramos nas nuvens, que estavam relativamente baixas. Mal via a ponta da asa do avião.

Em seguida, avistei novamente o chão. Passamos sobre enormes “mesas” constituídas por restos das minas de ouro.

	Apartheid
4 maio 1975	JOHANNESBURGO, ÁFRICA DO SUL – (...) O centro comercial de Johannesburgo (Jo'Burg, como se diz) está se expandindo rapidamente. Vimos um prédio de 50 andares. Muitos outros estão em construção, mas não são tão altos. A arquitetura é moderna e há sempre espaço em torno dos edifícios. A cidade tem cerca de 1 milhão e 500 mil habitantes, dos quais, disse-nos o guia e motorista (que nos conduzia à capital política Pretória), um terço são brancos. PRETÓRIA, ÁFRICA DO SUL – O bairro residencial, perto do Palácio do Presidente, é muito bonito. Lá vi numerosas plantas existentes no Brasil: <i>Bougainvillea sp</i>, nêsperas, bicos-de-papagaio, <i>Salvia splendens</i>, primavera roxa, entre outras. Em matéria de palmeiras, notei tamareiras, sinal de que o clima é mais frio que o de São Paulo. Gramados lindos, bem-aparados, (bordôs) com as folhas avermelhadas. Vi também alguns arbustos, principalmente duas espécies arbustivas, com flores cor de laranja, que nunca encontrei no Brasil. Tanto em Pretória, como em Johannesburgo, o número de negros que são vistos nas ruas é relativamente pequeno. Aos negros, a não ser excepcionalmente, é proibido morar nas cidades dos brancos. Eles têm que ir e vir de suas próprias cidades e, geralmente, vão às fábricas e às minas. Em uma população de cerca de 22 milhões, 3,5 milhões são brancos, quase dois milhões mulatos, havendo ainda hindus. As raças não podem casar entre si e frequentam lugares diferentes (restaurantes, clubes, ônibus e até táxis). Os toaletes estão marcados: só para brancos ou para não brancos. Apesar de tudo, porém, essa política de <i>apartheid</i> está, felizmente, começando a abrandar-se. Todavia, existe ainda um longo caminho a percorrer, para acabar com essa situação tão contraditória em relação aos costumes e aos sentimentos brasileiros.
5 maio 1975	12h34 – Levantamos voo. Voamos sobre os bairros residenciais e, em seguida, sobre o centro da cidade, vendo seus enormes arranha-céus. Vi também as montanhas de rejeito de umas 20 minas de ouro! Os bairros residenciais são todos bons ou relativamente bons. Mesmo os que ficam junto às minas, e que aparentemente se destinam aos negros, têm casas no meio de jardins. Parecem melhores que muitos de nossos bairros de “casas populares”.
	Amazônia sem água <i>Voo do Quênia ao Zimbábue, para reunião da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento</i>
13 setembro 1986	Estou viajando bem acima da asa, junto à saída de emergência, o que também atrapalha a visão do solo. Ao longe, vejo o Kilimanjaro emergindo da camada de nuvens. Há bastante neve em seu topo. Perto há também outra montanha alta, sem neve. 13h41 – Mudei para um dos últimos lugares para ter uma vista melhor da terra. Vejo o solo cinza-amarelo, aqui e ali rasgado pelos rastros dos carros. Há florestas ciliares. Passamos junto a um maciço montanhoso: metade das encostas é coberta de vegetação arbórea. (...) 15h02 – Continua o imenso cerrado sem fim. É uma enorme raridade ver um caminho. Voamos dezenas de quilômetros sem observar um só. De quando em quando, há rios “semissecos”, praticamente sem água. Esta se acumula apenas em certos pontos do leito esturricado.

Essa imensidão desabitada parece a Amazônia, com a diferença de que aqui domina a mata tropical e lá a savana. Tenho a impressão de que lá o grande fator limitante é a falta d'água. (...)

Grata surpresa

Logo depois chegamos a Harare. (...) A cidade foi para nós uma grata surpresa. Tem uns 600 mil habitantes e está a cerca de 1.200 metros de altitude. É bonita, moderna, limpíssima, com ruas largas e bem arborizadas. Os jacarandás, de origem brasileira, estavam em quase plena florada, cobertos de flores roxas-azuis. Embora a espécie seja a mesma, eles são, em geral, mais vigorosos e maiores que os nossos. Vi também tipuanas (*Tipuana tipu*), primaveras (*Bougainvillea sp*), que são plantas brasileiras. (...) Enfim, as árvores aqui são bonitas, numerosas e vigorosas. Há manchas de terra roxa. Num corte de rua, vi basalto ou diábase caracteristicamente clivado.

A cidade tem casas ótimas, muitas com grandes jardins. Há também pequenos prédios de apartamentos e edifícios altos, com cerca de dez a 20 andares. Tudo limpo e bem-cuidado. Há um bairro industrial. Nas ruas, andando nas calçadas há somente 5% de brancos ou menos. Nos automóveis, contudo, os brancos são uns 30%. Todos convivem bem. Praticamente não vi mulatos.

Berço da humanidade

Viagem do Quênia ao Egito

13h04 – Após sobrevoarmos nuvens, vejo uma área de casas e pequenos lotes, seguida por uma região de savanas ou bosques abertos, com bastante solo exposto amarelado ou avermelhado; raras habitações humanas. Perto há um grande lago de águas lamacentas. Estamos sobrevoando como já fizemos antes, o berço da humanidade. Em seguida, as nuvens escondem o solo.

13h14 – Sobrevoamos imensas áreas desérticas ou semidesérticas sem sinal de vida humana. Os cursos d'água secos têm arbustos esparsos no seu leito de areia. Nas elevações mais a oeste há vegetação do tipo savana, ao que parece. O imenso deserto é de topografia ondulada. Disseram pelo rádio que estamos a alguns minutos de Karthoum, no Sudão. Voamos quase paralelamente a um rio, ao longo do qual há uma faixa de cerca de 1 km cheia de árvores. É uma floresta ciliar. O rio tem águas lamacentas. Não há sinal de vida humana. Depois cruzamos a “floresta” ciliar: é uma vegetação de pequenas árvores e arbustos.

14h58 – Mais abaixo, só vi o deserto plano, absoluto, vermelho, sem qualquer traço de vida. O rio ficou longe do avião e não o vejo, mesmo das janelas do outro lado. Mais adiante, no deserto vermelho, há áreas mais escuras, que devem ser afloramentos rochosos, pois nas margens de cursos d'água secos não vejo vegetação ciliar, a não ser raramente, mais para o sul.

15h27 – Cruzamos novamente o Nilo, com suas margens inteiramente irrigadas, numa faixa de cerca de 1 km em cada margem.

15h41 – Anunciaram que estamos ainda a 100 milhas da fronteira do Sudão e que a temperatura no Cairo é de 39º C!

3 dezembro 1986

15h58 – Passamos sobre uma imensa represa de águas azuis, com muitas baías e várias ilhas. Deve ser Assuam. Na beira da represa não há vegetação, apenas o deserto, sem nada verde.

16h18 – Surpreendentemente, vejo um longo canal no deserto, que vai alimentando uma série de pequenos e grandes oásis com glebas cultivadas. Ao lado, há frequentemente dunas de areia amarelo-avermelhadas.

16h47 – Estamos descendo para aterrissar no Cairo. Ao longe, a oeste, vejo o Nilo.

Baobás do Senegal

Passagem pelo Senegal a caminho de Moscou, para a reunião da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento

DAKAR, SENEGAL – Saímos de manhã com Madeleine (Sanghor, ex-embaixatriz do Senegal no Brasil) para um grande passeio pela cidade de Dakar. Ela nos mostrou os pontos pitorescos ao longo da costa, onde o mar é tranquilo e há hotéis que chegam até a beira d’água. De um modo geral, há uma pequena falésia de rochas vulcânicas no litoral, de forma que o platô onde está a cidade fica uns 30 ou 40 m acima do nível do oceano. O clima é semiárido. A vegetação é arbustiva, com muito capim e alguns baobás, aqui e ali. Essas árvores se destacam pelo seu tamanho gigantesco. Vi também muitos pés menores, inclusive com frutos grandes, compridos (medindo entre 30 e 40 cm) e pendentes. (...)

À tarde (o embaixador do Brasil) Guy Brandão nos levou para um grande passeio. Andamos uns 20 km ou mais, na direção norte, passando por muitos bairros pobres, cheios de gente e de movimento. Num lugar fora da área urbana, fotografei vários baobás enormes e o campo com capins, os quais estão secos nesta época do ano. É o Sahel. Depois fomos ver o Lago Rosa, de água salgada, muito interessante. No caminho fotografei um trecho de savana com muitas acácias de porte pequeno ou médio, com uns 5 ou 4 m de altura. Fazem lá agricultura nômade. (...)

No Lago Rosa, havia uns cinco meninos pedindo esmola, o que é muito frequente aqui. Acabei não lhes dando nada, para não provocar brigas entre eles, pois não poderia dar iguais moedas a todos. Lamentei isso, mas eles não pareciam mal-alimentados. No Senegal aparentemente não há fome e o povo, embora pobre, não é miserável. Pelo contrário, a gente se surpreende com o ótimo aspecto dos dentes das crianças e dos adultos, e também com os lindos panos multicoloridos e turbantes dos vestidos das mulheres. Os táxis, porém, estão em péssimas condições, com a lataria quase podre, penso que devido à proximidade ao mar.

Europa
Florestas permanentes

Paisagem no percurso entre Estocolmo e Uppsala

5 junho 1977

No início da tarde, a amável guia Henna Gundersby (que mora em São Paulo) veio nos buscar e nos levou à Universidade de Uppsala, uma das mais antigas e famosas do mundo, que está a cerca de uma hora distante de Estocolmo. Durante a viagem, feita como sempre num impressionante Mercedes-Benz fretado pelo Instituto Sueco, pudemos ver muitas florestas (70% da área)

e fazendas (30%). As terras aráveis estavam intensamente ocupadas com as plantas mostarda e cevada ou centeio. Também vi algumas criações de gado leiteiro, mas eram poucas. As florestas eram constituídas por bétulas (folhas largas) e coníferas de várias espécies. Estavam sempre nos lugares pedregosos e impróprios apara a agricultura, geralmente com solo muito raso. A rocha base é o granito. Um detalhe interessante é o fato de que a idade das árvores é homogênea em cada mata. O corte das árvores é feito em blocos. As coníferas constituem as espécies dominantes (80%). As florestas, vale ressaltar, são permanentes, no sentido de que se regeneram e não há cortes muito extensos. Não se vê devastação predatória, como é comum no Brasil. (...)

O Sol da meia-noite

Lá pelas 22h25 levantamos voo rumo a Kiruna. (...)

22h47 – Brilha o Sol sobre as nuvens. Abaixo vejo uma floresta bem aberta e o chão coberto de neve!!!

22h52 – Estamos descendo, ainda há muita neve no chão das florestas e bastante gelo nos lagos! Ao longe, vejo as montanhas cobertas de neve.

22h55 – Descemos em Kiruna, ou seja, no fim do mundo, em pleno Círculo Polar Ártico!

No hotel, esperamos até depois da meia-noite, para ver um fenômeno que pouca gente no Brasil já teve oportunidade de observar. A luz do dia não terminou. Pudemos mesmo escrever cartões postais, com a iluminação natural que entrava no quarto pelas janelas, até a hora em que fomos dormir, depois da meia-noite. À 1h30 acordei e abri a janela. A mina de ferro de Kiruna estava banhada por um sol forte!

Como pedi para ver renas, me puseram num avião teco-teco que me levou a uma região montanhosa. O piloto fazia curvas perigosas. O Avião apitava, sinal de perigo, cada vez que o avião perdia velocidade. Em compensação via alguns rebanhos de renas, nas montanhas selvagens do Ártico.

Mata que enfeita

Viagem por rodovia de Paris a Richemont

A paisagem é muito bonita. Há terra arada, campos, plantações novas de colza e muitas florestas. Acredito que entre Orleans e Burges existam uns 30% de florestas. São matas secundárias, que parecem cortadas repetidamente, mas enfeitam muito a paisagem. Já perto de Richemont vimos um bando de faisões na beira da estrada. A floresta de lá, segundo o professor Chauvin, há cervos, javalis e muitos outros animais.

20 novembro 1984

Medo de árvores

Passeio dominical durante visita oficial à Finlândia

Seguimos num pequeno navio de turismo, muito antigo e simpático, para a Haikko Mansion, que

30 junho1985

P.S. Com o fim da União Soviética, em 1991, a cidade voltou a chamar-se São Petersburgo, nome que recebeu do fundador, o tsar Pedro, o Grande, em 1703.

fica uns 50 km a oeste de Helsinque É um passeio muito bonito, pois passeamos ao longo de inúmeras ilhas da costa finlandesa. É muito elevado o número de casas de verão, e estas estão sempre dentro da floresta, junto às margens do Báltico. As casas estão entre as árvores, o que não ocorre no Brasil. Temos medo de que as árvores tombem sobre as casas. Receio que eles aparentemente não têm esse medo na Finlândia.

Memórias do frio

13 dezembro 1986

LENINGRADO, URSS – Fomos visitar o Palácio de Inverno dos tzares e o museu anexo, o famosísimo Hermitage. Nevara. O Rio Neva, junto ao Palácio, estava em grande parte gelado. Tiramos algumas fotos desse inesquecível espetáculo. A praça defronte ao Palácio de Inverno estava forrada de uma camada de neve, branca como um lençol de açúcar.

16 dezembro 1986

MOSCOU, URSS – Fiquei mais de meia hora andando na calçada existente na margem do rio, tirando fotos de um pescador e do Rio Moskova congelado. No princípio a gente aguenta muito bem, mas, depois de algum tempo, o nariz e o rosto ficam doloridos devido ao frio. Afinal, faziam cerca de 25º C abaixo de zero!

Alemanha

10 maio 1987

FRANKFURT, ALEMANHA – Antes da chegada, sobrevoamos uma linda região de áreas agrícolas misturadas com florestas e pequenas vilas, formando um mosaico. As florestas são, por sua vez, um mosaico de talhões de diferentes idades e espécies. Muitas vezes são florestas mistas, mas pelo que parece quase todas as matas são exploradas em regime de rodízio de talhões. Predominam as folhosas, mas também há extensas áreas com coníferas. Quanto às mortes e à decadência de árvores nas florestas alemãs, de que tanto se ouve falar, observei que há apenas cerca de 1% ou 2% de árvores mortas nos bosques de coníferas. Não vi sinais de enfermidades ou decadência nessas matas sempre verdes. Contudo, tive a impressão de que pelo menos um terço das folhosas estão com copas em cor castanho-claro. Nesta época do ano, parece-me que a cor deveria ser verde-claro. Como se sabe, na Alemanha Federal os problemas da chuva ácida, do ozônio, entre outros, são considerados muito graves. Há, na região, cerca de 50% de florestas.

Bosque de chorões

14 maio 1987

P.S. 2009: Com meu amigo e colega russo da Comissão Brundtland, o professor Sokolov, passamos alguns dias visitando as estepes (campinas) da Hungria. Foi uma surpresa ver mais "rebanhos" de gansos pastoreados do que rebanhos de cavalos.

HUNGRIA – Perto da Tiszacsege visitamos a área de Kecsá Sziget, parte (isolada) do Parque Nacional de Hortobágyi. Vimos lá uma floresta natural de chorões (*Salix sp*), junto a um braço "morto" d'água do Rio Tisza. Na água havia muitas árvores mortas. Na seca de verão essa água seca. O biólogo do Parque Fintha me disse que a morte dessas árvores secas ocorreu devido a um excesso d'água, o que é um fenômeno natural . Além dos *Salix sp* havia *Populus*, estes mais atrás, e em lugares mais secos. Na região há também carvalhos (*Quercus*) e *Fraxinus*, nesse ecossistema. Fotografei a área, embora o tempo estivesse muito encoberto. (...)

Fomos depois a outra estrada. Paramos perto de Feneyes, fora do Parque, onde fotografei pequenas lagoas e plantas do brejo e aquáticas (*Typha latifolia*, *T. angustifolia*) e os reeds (*Vimes*)

Phragmites communis, segundo informação de Fintha. Depois viemos para casa, em Magyivan. Saí logo, com Sokolov, para um passeio na estepe fronteira, pois havia sol e eu não queria perder a oportunidade de fotografar melhor esse campo. Vimos um superpastoreio e brejos pequenos, muito na superfície do solo. A água está logo abaixo. Após a reunião, passei alguns dias nos famosos estepes húngaros, onde vi mais rebanhos de gansos que cavalos. Eu e Lucia viajamos com o colega Sokolov e esposa, russos.

Croácia

DUBROVSKI, CROÁCIA – Fomos depois à cidade velha de Dubrovski. Ao descer a montanha, passamos por uma pequena vila atrás da qual há um bosque denso, meso-macro escrubelândia, provavelmente tendo como espécie dominante *Quercus sp*. Vi de longe. Também fotografei gramíneas crescendo em fendas de rochas calcárias.

Na cidade velha de Dubrovski fomos a uma igreja franciscana. Esqueci lá este caderno. Depois que saímos, a igreja fechou e somente reabriu às 17h30. Durante o dia, circulamos pela cidade velha de Dubrovski, vendo as suas maravilhosas igrejas, as interessantíssimas vielas medievais, o Palácio do Senado, sóbrio e rico, os conventos com os seus pátios, os numerosos restaurantes e lojas, o excelente aquário, o ótimo estado geral da cidade, a preocupação com a conservação e a restauração, as belas muralhas, o lindo porto, tudo, enfim, tornou esse dia memorável. Para coroá-lo, às 17h30 retornamos à Igreja de São Francisco, onde reencontrei este caderno. Dubrovski está na Croácia, no Mar Adriático, parte do Mediterrâneo.

Dunas na Espanha

Sábado. De manhã seguimos para o Parque Nacional de Doñana, a menos de uma hora de Sevilha. (...) Entre as diversas "serras" de dunas, há vales nos quais crescem bosques de *Pinus pinea*, que produz pinhões comestíveis. As dunas perto da praia avançam cerca de 5 m por ano e vão aos poucos soterrando os Pinus pinea dos vales. Estes são chamados de corrales. Contudo os vales "caminham", pois as dunas do lado interior (oposto ao mar) também se deslocam. Novos Pinus pinea nascem ali, plantados por uma ave. No fundo dos corrales, em certa época do ano se formam lagunas transitoriais. Tirei muitas fotos.

(...) Depois subimos com grande esforço uma duna íngreme de uns 40 ou 50 m de altura, com areias algo escorregadias (...). No alto, o professor Francisco Garcia Novo indagou como poderiam ser salvos aqueles 7 km de dunas a oeste de Matalascañas. O local foi vendido por um particular a uma companhia que deseja lotear pelo menos 3 km ou pouco mais. A opinião geral foi a de que o lugar deveria ser destinado à pesquisas. Referi-me ao Programa Estação Ecológica, que é brasileiro, e dei cópia do artigo que escrevi. O problema lá é que a população local quer algo lucrativo para ela. Contudo, essas são as últimas dunas praticamente intactas, à beira mar, da Europa. Se não forem salvas, serão destruídas.

Calábria

COSENZA, ITÁLIA – (...) Fomos depois ao Parque Nacional da Calábria, na Serra de Silla, junto com a Camilliatela (vila). O Parque é muito bonito e tem áreas compactas de *Pinus laricio* e de folhosas. Há bosques para o público passear, estradas, um grande lago artificial que parece natural.

23 outubro 1989

11 maio 1991

11 outubro 1994

22 fevereiro 1987

Abastece, de água, Cosenza. Apesar do envolvimento humano, o Parque é grande e possui cervos vermelhos, raposas, alguns lobos, lontras, lebres, javalis e outros animais. Entre as plantas, há pés grandes e muito altos de *Pinus laricio*, *Rosa canina*, *Castanea sativa*, *Abies alba* e *Fagus sylvatica*. Na parte que visitamos há várias construções administrativas.

Na mesma serra, em altura mais baixa que a da área do Parque onde estivemos, passamos por grandes castanhais nativos, com castanhas ainda verdes.

Pacífico

Tudo apertado

TÓQUIO, JAPÃO – Às 7h25, saímos do hotel para uma excursão ao Monte Fuji, que escolhi para ver um pouco a floresta boreal japonesa. (...)

Atravessamos a área central e depois as áreas residenciais. As casas são muito pequenas, mas frequentemente há um jardim ou horta minúscula. As ruas, ao menos muitas das que vimos de cima, no elevado onde o ônibus transitou, mal dão passagem a um carro. Há também muitos (prédios de) apartamentos de poucos andares, cheios de varandas onde secam roupas , tudo muito apertado. Disse-nos a guia que, nesses apartamentos, cada pessoa ou casal tem apenas um quarto, havendo um só banheiro (privada) por andar. Para tomar banho, há casas públicas. Quando progridem na vida, os jovens passam a morar em apartamentos de um ou dois quartos com banheiro. (...)

Florestal niponico

Pouco depois do posto de pedágio, a vegetação diminuiu de altura. Misturadas com os pinheiros estão as bétulas. Há umas duas ou três espécies de pinheiros. Chegamos à parada nº 1, que fica a 1.400 m de altura. Na parte de cima a estrada estava fechada. As árvores maiores (pinheiros) têm uns 10 m de altura. (...)

Mais adiante passamos por uma extensa floresta de folhosas e coníferas misturadas, com subosque arbustivo e plantas novas, tanto coníferas quanto folhosas. Parece, pois, um bosque natural. Contudo, as árvores não eram velhas. Chegamos depois ao Lago Yamanaka. Suas margens estavam cobertas de neve. Também nos bosques havia muita neve cobrindo o chão. Espetáculo lindo. Nevava bastante. (...)

Vi, num bosque natural de folhosas, diversos pinheiros crescendo aqui e ali, mais baixos que as folhosas. É a sucessão ecológica. Um dia os pinheiros suplantarão as folhosas em altura, pois estão crescendo bem.

Espetáculo lindíssimo!

Atravessamos uma grande floresta natural de folhosas com pinheiros em alguns lugares e muito subosque, ora de arbustos (alguns com folhas verdes), ora de bambus do tipo pequeno. O subosque, muitas vezes, era uma mistura de bambus pequenos e arbustos sem folhas. (...) Essa floresta, disse a guia, faz parte do Parque Nacional de Hakone. Contudo, na beira da estrada há lugares

com casas particulares. A floresta mista e até os bambus pequenos do subosque estão carregados de neve, até nos galhos pequenos. Espetáculo belíssimo!!! Nunca vi nada igual!!! O subosque de bambu pequeno está por toda a parte. As folhas dessa espécie têm margens amarelas.

Onde mais chove no mundo

WAIMEA, HAVAI – A 2.500 pés está um belvedere com uma vista magnífica para o Cânion de Waimea. É um espetáculo notável, embora de proporções menores que as do famoso Grand Canyon do Arizona (EUA). É difícil imaginar como as chuvas locais, que hoje não são tão intensas, puderam escavar tanto. Boa parte das encostas, porém, apresenta vegetação, inclusive o fundo dos vales, onde o guia Kimura me chamou a atenção para as hastes novas de sisal, visíveis de longe.

Um pouco mais acima chegamos a um outro belvedere, o de Kalabaua, também no Kokee State Park. Nessa região, que é o grande planalto da região do Cânion de Waimea, há menos árvores mortas. As que estão vivas encontram-se com folhas verde-escuras e são viscosas. As árvores são de porte médio e a mata é densa, fechada. O belvedere permite ter uma visão extraordinária. Vê-se todo um vale intacto, sem sinais de ocupação humana, ladeado por serras de encostas invariavelmente abruptas. Tem à frente o Oceano Pacífico e ao fundo a serra onde está o belvedere. Este se encontra a uma altitude de 3.500 pés. Ao longe as nuvens encobriam o Monte Waialeale, que dizem, aqui, ser o lugar onde mais chove no mundo.

América do Norte
Bombus selvagens do Canadá

PATRICIA BAY, CANADÁ – Almoçamos no Le Chalet, restaurante ótimo, à beira- mar, com vista linda. Tudo aqui é bonito. As montanhas terminam no mar e a água mansa e azul parece ser a superfície de um lago cheio de ilhas e de braços estreitos ou largos, em todos os lados. Vi muitas abelhas selvagens do gênero *Bombus* e nenhuma abelha europeia, nas flores de trevo branco de um gramado. O dia estava lindo, ensolarado e com temperatura primaveril. Só mais tarde fez algum calor.

Visitamos os Butchart Gardens, antiga mina de calcário transformada num lugar lindíssimo, cheio de flores. Estas são renovadas constantemente. São centenas de canteiros floridos, paisagisticamente muito bem planejados e tratados. Nunca vi coisa tão bonita em matéria de jardins floridos. Observei muitas *Bombus* em certas flores e vi também umas poucas *Apis mellifera*.

Chuva ácida mata

SAINT MARIE, QUEBEC, CANADÁ – Finalmente chegamos a uma pequena floresta de bordo (= *maple*), chamada aqui de *érablière*. As árvores mais antigas estão morrendo. Secam os galhos de cima. Há cada ano, a copa brota menos e acaba morrendo. Os técnicos acham que isso é devido às chuvas ácidas, que se originam principalmente em Ontário e nos EUA. Não são somente os *maples* que morrem, mas também as outras folhosas. Por enquanto as coníferas estão resistindo, mas me informaram que já estão observando nelas os primeiros sintomas. Perguntei por que não experimentam fazer uma clonagem. Disseram que isso já está em fase de pesquisas, desde o ano passado.

6 março 1987

5 agosto 1979

1º junho 1986

James Bay

Viagem de Quebec a James Bay, para audiência pública da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Canadá

2 junho 1986

(...) Perto de James Bay, quando o avião começava a baixar, pude ver uma paisagem algo diferente, com campos, florestas verde-escuras de coníferas e muitas áreas cinza-claras (granito exposto e fraturado) pontilhadas de coníferas. Dentro dessas áreas cinza-claras há bosques ciliares e outros, densos, verde-escuros. Confirmado: as áreas cinza-claras são mesmo granito-gneiss exposto. A paisagem é linda: bosques de coníferas, rochas expostas, solo coberto por líquens verde-claros ou avermelhados, pinheiros variando desde um palmo de altura até uns 3 ou 4 m apenas. Há poucos bosques de folhosas. Há muitos pequenos lagos e brejos musguentos. Vimos um pouco de neve, em alguns lugares, pois nevou ontem. O pouco capim existente estava quase todo ainda seco. James Bay está em Quebec, ao sul da imensa Baía de Hudson.

Lago seco mexicano

Descrição de sobrevoo do México, rumo a Los Angeles

16 fevereiro 1987

12h52 – Sobrevoamos um imenso deserto. Passamos sobre um vale muito irrigado e com plantas. Vejo retângulos bem verdes. No deserto há fileiras de dunas. Logo em seguida passamos por um grande lago, também no deserto. No lado norte do longo lago, que parece estar baixando de nível, há muitas e grandes dunas de areia pura, tipo Copacabana. As dunas de areia formam aspectos às vezes caprichosos, como se fossem escavações e altos sinuosos. É uma imensidade de areia.

Chaparral na Califórnia

Às 9h30 saímos num carro Lincoln, alugado, dirigido pelo motorista Michel. De acordo com o que planejei, para conhecer alguns importantes ecossistemas terrestres que ocorrem na Califórnia (EUA), viajamos inicialmente pela Rodovia 2. Atravessamos primeiro as Montanhas de São Gabriel, que estão logo atrás de Los Angeles. Na parte baixa dessa serra, as encostas estão revestidas por uma vegetação relativamente densa, de porte arbustivo e com pequenas árvores. É o famoso chaparral. Em alguns lugares há restos secos e semicarbonizados de pequenos troncos, mostrando que antigos incêndios devastaram a área. Também há muitos lugares onde o solo rochoso pode ser visto exposto. A estrada corre quase toda dentro da Angeles National Forest, portanto dentro de uma área protegida. (...)

17 fevereiro 1987

Já na parte alta da Serra podem ser vistos grotões de pinheiros grandes, muitos dos quais são agora simples troncos mortos e semiqueimados. Esses pinheirais estavam misturados à vegetação do chaparral. (...) Em altitudes mais baixas, já nas proximidades da região de Palmdale, surgem na vegetação esparsa muitos exemplares de uma conífera (talvez piñon) baixa, com 1 a 3 m de altura. Suas sementes estão em "cápsulas" azul-esverdeadas. Logo adiante, descendo um pouco mais, essa conífera passa a predominar. Após uma zona de transição em que se mistura ao sage bush, à joshua (*Yucca brevifolia*), e aos raros pés de creosote bushes, chegamos a uma altitude mais baixa. Lá, a perder de vista, estende-se um deserto quase plano, onde a vegetação tem três plantas fundamentais: joshua trees, creosote bush e sage bush. O creosote bush tem folhas pequenas, esclerófilas, com algum revestimento brilhante e forte cheiro de produto químico quando a gente

as esmaga. O sage bush tem folhas de textura fina e cheiro de erva tipo labiata. É muito curiosa a rápida transição do chaparral de baixo porte arbustivo para a área da conífera de cápsula verde-azulada, para o Deserto de Joshua. São três regiões e biomas sucessivos. Essa conífera só se estende numa faixa de 3 a 4 km de largura e numa diferença de cerca de 100 m de altitude, ao longo do sopé leste das Montanhas de São Gabriel.

Savanas desaparecem

VERA CRUZ, MÉXICO – (...) O grande objetivo da viagem era ver e fotografar as savanas de Vera Cruz, assinaladas por vários autores, por exemplo, relatadas por Red em seu livro sobre a vegetação do México. Esse objetivo fracassou, pois essas savanas, parece, desapareceram quase todas. Além disso, na pequena amostra que vi, falhou minha máquina fotográfica!!!

23 setembro 1988

Ao norte de Vera Cruz a paisagem é menos tropical. Predominam pastagens de colônião e um escrube misturado com árvores de porte médio. (...) Fotografei, logo atrás de uma grande duna, perto do mar, um lindo bosque com grandes árvores e palmeiras altas, tipo *Atalea* grande. Milhares e milhares de borboletas amarelas, continuamente, cruzaram a estrada voando em direção ao mar, no rumo sudeste. É incrível.

24 setembro 1988

Cidade dos Jardins no Canadá

Visita à capital da Província Colúmbia Britânica, apelidada *City of Gardens* (Cidade dos Jardins), para reunião da *Conservation International*

VICTORIA, CANADÁ – (...) A região é uma série de ilhas, baías e braços de mar. Noventa por cento da área é florestal. Vi muitas plantações de coníferas, geralmente dezenas de hectares de cada uma, em vários estágios de crescimento. As praias estão cheias de troncos de árvores retilíneas. Certamente quase todas eram de coníferas, que as correntes marítimas deixaram ali. Chegamos sem novidades. Tomamos um táxi e fomos a Victoria. A cidade está longe do aeroporto. No caminho há por toda parte florestas secundárias, com árvores folhosas. (...)

30 setembro 1992

Andamos a pé pelas ruas principais de Victoria, capital da Colúmbia Britânica. É uma cidade limpíssima, bonita, com ótimo comércio e povo muito atencioso. O dia estava lindo, ensolarado e de céu azul, apenas ligeiramente friorento. Gostosamente friorento, ao contrário de São Paulo, quando está úmido e algo frio.

1º outubro 1992

Devastação nas serras americanas do oeste

Viagem de Seattle a Nova Iorque

Sobrevoamos depois, nas serras, a incrível devastação feita pelas madeiras, em muitos lugares. Cortaram encostas tão abruptas como as da serra do mar. Em enormes distâncias são vistas as estradas madeiras. Deixaram áreas de florestas, mas tenho a impressão de que derrubaram mais

7 outubro 1992

da metade destas, segundo dizem, numa corrida contra o tempo, pois as madeiras temem que o novo Governo ponha um paradeiro nisso. Daqui há um mês haverá eleições. A Time desta semana, que comprei no aeroporto, diz que a questão dessas derrubadas será um item eleitoral importante contra o presidente Bush (pai). A área devastada nas serras estava coberta de neve, em grande parte, mas isso não escondeu a destruição. Logo depois não pude mais ver o solo, devido às nuvens. É uma vergonha o que está ocorrendo aqui nesta região.

11 outubro 1992

ORLANDO, FLÓRIDA, EUA – (...) Fomos depois ao The Land, onde vimos um filme sobre os progressos da agricultura e da exploração florestal. A parte sobre o reflorestamento apresenta uma enorme queimada florestal como se isto fosse algo comum ou normal. Nada diz sobre as tremendas e desastrosas erosões que essa prática provoca. Apenas mostra essas queimadas como preparatórias para o reflorestamento.

Blue Mountain Adirondack

Visita à maior área protegida dos Estados Unidos, ao norte do Estado de Nova Iorque

23 agosto 1995

O Parque Estadual Adirondack foi criado em fins do século 19. A região foi tremendamente devastada na última metade do século passado e início deste (20). Contribuíram muito para isso a mineração e a fabricação de ferro-gusa. Contudo, neste século o ecossistema local se recuperou, embora grande parte ainda esteja no estágio de capoeira mista de folhosas e coníferas. (...)

Tomamos um grande barco que percorreu o lado Eagles Nest, passou por um pequeno canal e entrou no lago que está no sopé da Blue Mountain. A paisagem é linda. O lago chega a ter 30 m de profundidade. Há algumas ilhas cobertas de floresta mista de folhosas e coníferas. As margens do rio, também cobertas por essa mata, dão ao local um aspecto natural de clima temperado. As águas azul-marinho transparentes aumentam a beleza do lugar. Na margem próxima a Blue Mountain, e no prosseguimento do vilarejo, há dezenas de casas. Contudo, esse casario está em grande parte escondido no meio de árvores, ou disfarçado por elas.

Desastre ecológico, no México

27 outubro 1999

ZACAPOAXTLA, MÉXICO – Passamos pelo vasto altiplano semiárido, com várzeas agora alagadas, grandes plantações entremeadas com muitas yuccas e pastagens. Finalmente descemos na direção da cidade de Zacapoaxtla. A partir dessa cidade, nas encostas muito íngremes, houve grande desastre ecológico. Ocorreu no início de outubro, mas até agora está muito presente. Na referida cidade vi grande fila de pessoas, sobretudo mulheres e crianças, para receber comida. Muitas casas desabaram ou estão a ponto de cair. Era dia de feira, mas reinava o caos, com muitas pessoas procurando vender sua produção agrícola nas apertadas calçadas da velha cidade. Depois, na área rural, andamos dezenas de quilômetros pela estrada asfaltada, em péssimo estado. Em muitos pontos os aterros deslizaram deixando metade da pista à beira do abismo; as barreiras que caíram foram precariamente afastadas; abriram-se clarões nas florestas e nos cultivos. Tudo isso devido a quatro dias de chuvas fortes. O fundo do vale está aterrado e as encostas muito erodidas. Nunca na minha vida vi desastre ecológico pior. Mais adiante, depois de trechos incrivelmente precários, a estrada melhora antes de chegar a Cuetzalan.

PUEBLA, MÉXICO – Almoçamos tarde. Despedimo-nos e seguimos para Santa Rosa. Não pudemos chegar lá, pois o Rio Tecuantepec transbordou e destruiu considerável parte da planície costeira e das barrancas. A camada de terra de aluvião da planície foi em grande parte removida, ficando apenas uma camada inferior de grandes e médios seixos rolados. Foi uma destruição em escala geológica, inacreditável. (...)

Nas matas secundárias da região, vi muitos pés da *Calliandra sp* de flores vermelhas, da espécie que se usa muito para lenha e fixação de nitrogênio, nas Filipinas, na Indonésia, entre outros países. Também já a plantei no Estado de São Paulo. Na região que percorremos hoje há entre 40% e 50% de matas secundárias, com pequenos restos de árvores de clímax. A meu ver, as montanhas de Puebla de hoje têm uma situação que será predominante na Amazônia daqui há um século!

29 outubro 1999

SAN ANDRÉS, MÉXICO – Do outro lado da encosta, nessa região montanhosa de valas abruptas fizeram uma plantação de café a céu aberto, de uns 10 hectares. O terreno é muito inclinado. Esse plantio constitui uma cicatriz na paisagem, pois cortaram a floresta. Não há limites legais para as agressões que são feitas à natureza, aqui e ali, inclusive plantando milho morro abaixo. Apesar disso, ainda há 60% de florestas, e, nessa região do cafezal, 80%. As matas quase sempre estão muito alteradas, tendo se transformado em agroflorestas, que mantêm uma população humana densa, de índios nahuatl, o que é muito interessante. Mas é preciso corrigir os abusos.

31 outubro 1999

Outono na América, entre Nova Iorque e Pittsburg

Nas áreas terrestres cultivadas há muitas florestas ciliares e também faixas estreitas de mata entre áreas agrícolas. Possivelmente são divisas entre propriedades. É um tipo de floresta estreita-ecótona que praticamente não temos no Brasil, mas que é ecologicamente muito útil e desejável.

Depois de grande espera no Kennedy Airport, às 12h20 levantamos voo em um avião da Eagle Airlines, subsidiária da American Airlines. É um avião Saab turbo-hélice. Existem perto de Nova Iorque imensas florestas pontilhadas de casas. Estamos na direção de Connecticut. Estou sentado na frente, junto à porta de emergência. Já sei como operá-la, se for preciso.

12h41 – Sobrevoamos o Rio Hudson. As florestas, sempre (aqui) entremeadas de casas, já apresentam nas copas as cores amareladas ou avermelhadas do outono. Essa região praticamente não tem agricultura. Mais adiante, porém, aparecem às vezes pequenos cultivos ou pastos, e muitos lagos de dimensões reduzidas. Devem ser consequência do último período glacial, que terminou há aproximadamente dez mil anos.

Vi também, em certos lugares, muitas pastagens verdes entre as florestas outonais. Também há tiras estreitas de florestas, entre as pastagens. Depois sobrevoamos nuvens, abertas aqui e ali, deixando ver abaixo as florestas. Durante o dia de hoje não vi áreas predominantes de coníferas.

13h36 – Imensas florestas com as cores do outono. Casario na beira de um rio. Terreno algo montanhoso.

Perto de Pittsburg a paisagem é um lindo mosaico de florestas, pastagens e casas.

14h13 – Descemos em Pittsburg. Paulo V (meu neto) e sua esposa Luciana me esperavam no aeroporto, que é grande e fica longe da cidade. Estou no Hotel Doubletree, muito bom.

8 outubro 2000

Domingo. Acordei cedo. Sai do hotel, com Luciana e Paulo V, que vieram buscar-me no seu automóvel Dodge.

Saimos por uma estrada ao longo do Rio Ohio. Há uma encosta escarpada, ocupada por uma floresta decídua, agora com as cores de outono nas folhas: amarelas, vermelhas, avermelhadas e outras ainda verdes. (...) Passamos depois por extensas florestas decíduas secundárias, com as cores outonais. Parece que a terra não é boa para a agricultura. O mapa rodoviário da região mostra dezenas de parques estaduais, dezenas de florestas estaduais e outras tantas áreas estaduais para caça. No Aeroporto, me despedi de Paulo V e de Luciana, muito amáveis, atenciosos, formidáveis. Que Deus os abençoe para sempre.

12h17 – Levantamos voo no avião Saab turbo-hélice da Eagle Airlines. Levava 30 passageiros. Por sorte, pois havia lugares vagos, consegui ir junto à janela, ao lado do meu assento designado. Contudo, há uma cobertura de nuvens. Chegamos às 14h41 em Nova Iorque.

Costa Rica

9 outubro 1988

Visitamos a Estação Biológica Holdridge, cujas edificações datam de 1984. Ela foi estabelecida por Holdridge com 700 hectares e depois aumentada. Tem agora cerca de 1.800 hectares de mata virgem. Vai ser uma ilha intacta no meio da ocupação humana da baixada. Passa lá o Rio Puerto Viejo, que pouco adiante se une ao Sarapiquí. Andamos em algumas picadas, vendo árvores de alto porte e o subosque. É um bosque tropical belíssimo. Nas picadas, para não pisar no solo, a gente caminha sobre tábuas de madeira, com uma tela em cima, para não escorregar. Os prédios e casas da Estação são simples, mas muito bons. Vimos duas iguanas sobre as árvores. Nós as avistamos depois de atravessar uma ponte suspensa, junto à sede da Estação.

América do Sul

A mais rica catedral

13 novembro 1977

CUZCO, PERU – Fomos ver as ruínas incaicas de quatro ou cinco diferentes sítios arqueológicos. O primeiro e o mais importante é uma imensa fortaleza. É incrível como os incas puderam colocar lá imensas pedras, encaixando-as sem deixar frestas (pelo menos originalmente). Acho que há ainda muito o que fazer para reconstruir esse sítio, pois numerosas pedras caíram ou foram derrubadas pelos caçadores de tesouros, entre outros. Devem ser recolocadas em seus lugares, para reconstruir, na medida do possível, essa impressionante fortaleza, e as outras também.

Depois de visitar essas surpreendentes ruínas, fomos ver a Catedral de Cuzco. É uma das principais do mundo. Pelo menos, é de longe a mais rica que já vi até hoje. O altar tem uma tonelada de prata. Há vários altares laterais muito ricamente trabalhados em cedro e folheados a ouro. É incrível o que os artesãos nativos fizeram, instruídos pelos espanhóis.

Passamos também pela parte colonial de Cuzco. Há várias ruas nas quais as casas foram edificadas sobre paredes incaicas, de pedra talhada. Sobre essa base, os espanhóis construíram suas casas, com balcões de madeira lindamente trabalhados. Cuzco é um grande monumento histórico.

Civilização inca

MACHU PICCHU, PERU – Finalmente o trem chegou à pequena estação ferroviária de Machu Picchu, onde desembarcaram os 400 turistas que, como nós, vinham de Cuzco. A estação está no fundo do vale do Rio Urubamba, entre encostas abruptas de rochas, revestidas de musgos e bromélias. Em sua frente, a montanha está coberta por uma capoeirinha secundária. Na encosta fortemente inclinada, sobe em zigue-zague a estrada de terra que leva às ruínas, uns 500 m acima do nível do Rio. (...)

Machu Picchu foi construída pelos incas pouco antes da chegada dos espanhóis, como uma cidade sagrada ou fortaleza. Foi posteriormente abandonada, não se sabe por quê. Uma coisa, porém, é certa: nunca fui conquistada. Sua grande importância reside no fato de tratar-se da única cidade incaica que chegou praticamente intacta até os nossos dias. Foi redescoberta pelo norte-americano Bingham (Universidade de Yale, EUA) em 1911, já escondida pela floresta. É incrível como foi possível fazer tantos muros, terraços e edificações de pedras, num lugar tão montanhoso e difícil.

Favelas, ruínas e o deserto

Visita à região desértica do Peru, na escala do retorno de Moscou

Seguimos (de Lima) rumo ao sul, para Paracas, pela Carretera Panamericana. Fora da capital há favelas. As paredes das casas são de esteira de bambu ou outro vegetal. As pessoas ocupam terras públicas e depois vão construindo aos poucos suas casas. Aliás, pela cidade toda elas geralmente edificam o andar térreo e aos poucos vão fazendo o segundo piso.

Passamos pelas Ruínas de Pachacamac, que visitei há cerca de 40 anos. Antes as ruínas eram distantes da cidade, em pleno deserto. Agora, são quase um arrabalde. Estão junto a uma grande área irrigada com água que vem dos Andes. Produzem verduras nessas terras. (...)

Finalmente chegamos à Reserva Nacional de Paracas, que possui 335 mil hectares. É uma imensa área desértica, com morros de várias cores. Não há nenhuma vegetação. Na costa, primeiro nós passamos por Lagunilha, uma pequena enseada utilizada por alguns barcos pesqueiros. Depois subimos por um promontório, com penhascos de aproximadamente 100 m de altura, sobre o mar. Na base dessas falésias há rochedos batidos pelas ondas e também pequenas praias. Nos rochedos vimos centenas de lobos-marinhos (*Arctophalus australis*) e leões-marinhos (*Otaria flavescens*). Num espaço de 2 ou 3 km de costa, há muitas colônias desses animais marinhos. Na maioria dos locais é um pouco aflitivo chegar até a borda dos penhascos para ver os lobos e leões-marinhos lá em baixo, pois apenas num lugar há uma mureta especial de apoio. Na maioria dos mirantes basta um escorregão para terminar os dias aqui na Terra. Vimos um majestoso condor, voando a baixa altura sobre as "loberias". Disse-nos nosso motorista e guia Clímaco que eles se alimentam de filhotes pequenos de lobos-marinhos. Deu para fotografar o condor, que passou a apenas uns 50 m de nós, despreocupado e majestoso. (...) É incrível que não façam praticamente propaganda deste lugar maravilhoso.

14 novembro 1977

18 dezembro 1986

Andes

6 agosto 1990

13h30 – Vejo ao longe os Andes nevados. Estamos sobre Mendoza. Ao longe, ao sul, vejo um lago. Logo começam os Andes. As encostas são desérticas. Muita turbulência outra vez.

13h35 – Sobrevoamos os Andes nevados. (...) Muitas geleiras, neve, terra roxa exposta, vales suspensos, nenhuma vegetação. Muita turbulência. O avião balança como há anos não acontecia comigo, quando entrou nas nuvens. Depois que saímos das nuvens, voou normalmente. As áreas nevadas são uma beleza. Algumas geleiras parecem amplos depósitos de neve. Uma grande geleira, pelos seus vestígios frontais, parece estar recuando.

Chile

7 agosto 1990

De manhã, Angel Lazo veio nos buscar e nos levou à Reserva de Los Carrillos. Está a cerca de uma hora de Santiago. Ocupa toda uma bacia hidrográfica, com três tributários. As montanhas ao fundo estavam com a parte superior coberta de neve.

A Reserva Los Carrillos tem uma vegetação de baixo porte arbórea, com muitos arbustos e escrubes. Há dias nevou lá, o que causou a quebra dos galhos de muitas árvores pequenas e arbustos.

Las Leñas

"Encontro de los Andes", preparatório da Rio-92, na famosa estação de esqui

15 abril 1991

MALARGÜE, ARGENTINA – Ao acordar, abri as cortinas da janela do meu quarto. Fiquei admirado com o belíssimo panorama que descortinei. Vi toda uma imensa cadeia de montanhas, na sua maior parte coberta pela neve que caiu há dias nesta região, a primeira nevada do outono. (...)

Após o almoço andei um pouco a pé perto do hotel. O céu estava azul. Das montanhas cobertas de neve, partiam, dos seus cumes, pequenas e agitadas nuvens brancas, produto da evaporação da neve. Havia um vento frio.

Reserva argentina

13 outubro 1995

CAMPANA, ARGENTINA – Seguimos depois por uma estrada rural, em Otamendi. Com surpresa para nós, passamos pela Reserva Natural Estrita de Otamendi. Entramos lá. Vimos imensos ombús (*Phytolacca dioica*) baixos, mas larguíssimos; a pequena árvore comum na região, com folhas miúdas, a *Celtis tela*; e outras plantas. Há lá também um bosque de árvores baixas numa pequena encosta. Uma das principais funções dessa Reserva é a proteção do cervo do pantanal (*Blastocerus dichotomus*), que existe ali e em áreas próximas. Está também presente no nosso Pantanal, entre outros lugares. A Reserva tem 3 mil hectares, grande parte dos quais é um banhado muito semelhante ao do Taim.

Federação Brasileira Superpastoreio e Campos-cerrados

Observações durante voo São Paulo-Manaus

Região de Cuiabá – 13h25 – Parece que estamos tangenciando o Pantanal, no rumo de Cuiabá. Há grandes extensões (50% talvez) de campos-cerrados, em grande parte pontilhados de árvores. Também há muitas florestas de formato irregular. (...) Já perto de Cuiabá, vejo que, às vezes, as áreas claras são simplesmente o areião exposto, que surge devido provavelmente ao superpastoreio em solo onde a areia domina. Aqui as antigas lagoas têm um fundo verde intenso. Curiosamente só em um lugar vi lagoas com água. Suas águas azul-escuras contrastam com as dos rios lamacentos. (...)

Rio Madeira – 17h – Vejo uma grande estrada, aparentemente asfaltada, que se entronca com outra próximo a uma cidade (Humaitá) às margens do grande Rio Madeira. Do outro lado deste, a rodovia prossegue: deve ser a Transamazônica. A região a oeste do Rio é de grandes campos e florestas. Na margem direita, pelo menos na faixa pararela a uns 10 km do Rio Madeira, não vi campos. Logo adiante, também a oeste, desapareceram as campinas, substituídas por florestas. As áreas naturais de campos na Amazônia, como a Humaitá, são cerrados.

Encontro das águas

MANAUS, AM – De manhã fomos de barco ver o encontro das águas do Rio Negro e do Rio Solimões. É um espetáculo muito interessante. Vimos ali vários botos. Depois rumamos para um igarapé onde havia um barco restaurante. É uma região de ilhas que merece ser preservada, embora, nas cheias, grande parte da floresta igapó fique debaixo d'água. Na viagem de ida, o barco (de dois andares) quase bateu num navio que lhe cortou a frente. Foram momentos de apreensão, pois nossa embarcação teve que fazer um giro de 360°. A princípio, o piloto esterçou para o lado errado!

Clímax na Tijuca

RIO DE JANEIRO, RJ – Percorremos de carro parte da Floresta da Tijuca, dentro e fora do Parque Nacional. A área desta é relativamente pequena, mas a floresta é muito bonita, com grandes árvores. Trata-se de mata secundária, com pequenos bolsões de floresta primitiva. Como, porém, a regeneração se faz há cerca de 100 anos, a mata já se recompôs e pouco falta para atingir novamente o clímax. Na região leste do Alto da Boa Vista e de São Conrado, há numerosas propriedades privadas. A quase totalidade procura conservar as árvores, mantendo assim o aspecto típico florestal. Contudo, junto ao Túnel São Conrado-Leblon ou Gávea existe uma imensa favela subindo o morro. É um feio aglomerado de casebres de madeira, mas já com alguns de alvenaria. Ali praticamente não há árvores.

Santarém

SANTARÉM, PA – Percorremos de ônibus o bairro comercial e o porto. Há ainda algumas casas antigas, bonitas, com azulejos na fachada. O comércio é pobre. Cerca de 80% da população têm traços indígenas nas suas feições, mas a grande maioria é uma mistura das raças branca e indígena, raramente com alguma característica negra. Não vi negros nesta cidade. (...)

27 novembro 1973

29 Novembro 1973

20 julho 1975

25 julho 1975

O clima é quente, mas, no entardecer, a temperatura estava ótima. Vimos o pôr-do-sol dos jardins do Hotel Tropical, num ambiente muito agradável, junto à piscina, aos gramados e coqueiros, de onde se avista o Rio Tapajós. Um tucano imenso, com faixa verde junto à base do bico, andava solto andando de um lado para outro, junto às mesas e cadeiras.

Na cidade de Santarém grande parte da arborização é feita com *Cassia siamea*. Há muitas árvores de chapéu-de-sol (*Terminalia catappa*), cajuzeiros (*Anacardium occidentale*), entre outras espécies. Os coqueiros (*Cocos nucifera*) são numerosos e estavam carregados de frutos. Vi três pinheiros tropicais (*Pinus caribaea*) com aspecto vigoroso. Teriam talvez cinco ou seis anos. O solo daqui é arenoso.

Joia

PARATI, RJ – Parati é uma verdadeira joia, reliquia de séculos passados. Compara-se a Ouro Preto, MG, embora seja bem mais pobre. As ruas estreitas, onde agora é proibido o tráfego de veículos, estão margeadas de lindas casas coloniais. Um fato me chamou muito a atenção: cerca de 60% das casas estão em reforma ou foram reformadas há pouco tempo. Possivelmente o Governo está pagando parte da conta, pois nunca vi tanta atividade restauradora. Todas as casas conservam seu lindo estilo antigo. A cidade foi em boa hora tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Hoje é moda, entre pessoas ricas, ter uma casa lá. Parati, porém, praticamente não possui belezas naturais junto à área urbana.

Uma bela viagem

Voo de Curitiba ao Rio de Janeiro

Durante todo o percurso o tempo estava ótimo e a visibilidade boa. Voamos a pouco mais de 9.000 metros de altitude.

Pude ver muito bem a encosta oriental do Maciço do Marumbi, com suas espetaculares montanhas e lindas florestas e campos, com rochas expostas. Essa grande serra é dividida por um vale por onde passa a Rodovia Curitiba-Paranaguá. A parte norte é menor em extensão e menos expressiva paisagisticamente. Na área sul, uma estrada sobe até certo ponto, onde parece haver mineração, mas trata-se de uma cicatriz muito pequena. No meio, as montanhas estão quase intactas, ainda. (...)

Passamos sobre a área metropolitana de São Paulo. Tive a raríssima oportunidade de vê-la quase inteira, desde a (Represa Billings até Jundiaí. É um dos grandes espetáculos na face da Terra. Sobre o centro da cidade, com seu impressionante aglomerado de arranha-céus, e também sobre alguns bairros, pairava uma névoa avermelhada de poluição. No litoral norte de São Paulo não vi sinal de mancha de óleo, no oceano ou sobre as praias. Na Ilha Anchieta, calculo que 50% da superfície está coberta por florestas. Na península onde está a casa do governador Paulo Egydio, no lado sul da Enseada do Flamengo, calculei que somente existem uns 5% de matas. Elas estão localizadas nos grotões. Picinguaba está quase intacta, bem como o vale do seu rio!

No litoral sul, verifiquei o acerto da escolha da Serra da Jureia para uma estação ecológica. Havia

nuvens sobre as montanhas, mas deu para ver que os limites da estação devem ir até o Rio Comprido, atrás do maciço. A Serra da Jureia está praticamente intacta.

Voando sobre a Ilha Grande (RJ), achei um lugar bom para uma estação ecológica. No lado este da ilha há uma praia, com dois lagos atrás. Depois, a oeste, a área compreende montanhas cobertas pela mata atlântica. A Ilha Grande é um dos poucos lugares do litoral fluminense ainda mais ou menos bem preservado, talvez devido ao famoso presídio que lá ainda existe. A Restinga da Marambaia daria uma estação ecológica quase ideal. Algumas edificações das Forças Armadas quebram o caráter primitivo da área, mas, no mais, são maravilhosas as suas praias, as montanhas cobertas de mata, a planície arenosa semirrevestida de arbustos, entre outros atrativos. Há ali uma variedade ecológica dificilmente encontrada no Rio de Janeiro. Infelizmente, porém, os exercícios de tiro, as granadas não explodidas, entre outros riscos, tornam a área perigosa, como mais tarde Harold Stang observou. Esta foi uma das viagens mais belas que realizei em minha vida. Pude ver pelo menos cinco áreas ótimas para estações ecológicas: Marumbi, Jureia, Picinguaba, Ilha Grande e Marambaia, embora esta seja demasiado perigosa.

Ilha Grande

ILHA GRANDE, RJ – De manhã, Antonio Maia, chefe do Setor Florestal da Secretaria da Agricultura no Estado do Rio, e um dos seus auxiliares vieram nos buscar no Hotel Glória. Seguimos de carro para Mangaratiba, onde tomamos a lancha de Israel Klabin, rumo à Ilha Grande. Chegamos lá por volta do meio-dia. Em frente à sua propriedade, Israel e Hermelindo Matarazzo subiram a bordo. Pouco mais adiante chegamos ao povoado de Abraão, onde o coronel Gurget nos esperava. De camioneta seguimos por uma estrada de terra, empedrada, rumo ao presídio. No caminho soube-mos que havia um alerta na ilha, motivado pela fuga de nove presos. Aparentemente, porém, tudo estava calmo nessa ilha paradisíaca. Perguntei o que fariam os fugitivos. Responderam-me que procurariam roubar um barco, para chegar ao continente. Mas ninguém parecia preocupado com a possibilidade de cometerem algum desatino visando obter meios para completar a fuga.

Da estrada entre Abraão e o presídio, descortina-se uma paisagem maravilhosa, das mais belas do mundo. Cercadas por altas montanhas verde-escuras ao fundo, estendiam-se aos nossos pés as águas azul-marinhas da imensa Baía de Sepetiba. Ao sul da estrada vimos a Serra do Bico do Papagaio, que chega a 970 metros de altitude. Está coberta por florestas primitivas, em sua maior parte. Há também muitas caapoeiras nas vizinhanças da estrada, atrás do presídio e junto à vila de Abraão. De modo geral, as áreas da Ilha Grande que vi hoje estão 60% cobertas com matas primitivas, 30% com capoeiras e 10% com campos e alguns pequenos bananais. (...)

Para a Ilha Grande, com algumas exceções, são enviados os criminosos mais perigosos. Contudo, como os custos de manutenção do presídio são muito elevados, o Governo do Estado do Rio de Janeiro pensa em desativá-lo em setembro. Israel Klabin sugeriu que estudássemos uma maneira de usar as instalações do presídio para uma universidade ou algo semelhante, que se ocupasse de estudos ecológicos. Seria também a forma de preservar as matas em um quarto da Ilha Grande. O governo tem lá cerca de 4 mil hectares de terras, compradas no passado pelo Império. Penso que a ideia é boa e precisa ser apresentada sob a forma de projeto, para que se possa pleitear sua efetivação. O prédio do presídio deve ser um pardieiro de difícil recuperação, mas as casas dos guardas e outras edificações constituem uma infraestrutura bastante boa. É também a conta certa para o que sugiro chamar de Instituto de Ecologia Tropical.

P.S. 2009: Mais tarde, o limite leste passou a ser principalmente o alto da Serra dos Itatins.

26 maio 1978

P.S. 2009: Já foi no passado presídio político. Hoje não é mais prisão. É basicamente um parque estadual do Rio de Janeiro.

P.S. 2009: Sua transformação em parque estadual está certa, mas poderia também abrigar o referido Instituto.

Natureza primitiva

6 dezembro 1978

FOZ DO IGUAÇU, PR – Fui com Lucia visitar as Cataratas de Iguaçu, sempre magníficas com sua natureza primitiva. É um dos grandes espetáculos da face da Terra. Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi ver, ao fim da tarde, numerosos andorinhões preparando-se para dormir. Para isso, pousavam sobre a parede quase vertical de basalto, pouco abaixo do lugar onde as águas despençam no espaço. Voam em direção à rocha, geralmente em lugares onde não cai água, mas às vezes também atravessam voando a cortina líquida. Não sei como conseguem se fixar às rochas praticamente verticais. É impressionante!

Castanheiras e garimpos

Sobrevoo de área próxima ao Projeto Carajás, no Pará

15 abril 1984

16h39 – Viramos para o leste. Vejo um grande castanhal. Lindo! Bosques de açaí em vários vales. Área sem ocupação. Estamos no rumo 120°C. Belíssimas e gigantescas castanheiras. Estamos chegando à Serra Cururu, onde há ametistas. Há um roçado no sopé da Serra das Ametistas. É uma clareira de 6 hectares. Há ali garimpeiros de ametistas. Há sinais de antiga queimada, mas são poucos. Mais adiante, viramos à direita e vemos outro garimpo de ametistas. Estamos no rumo 230°, seguindo para N1. Muitas castanheiras. Passamos por um garimpo de ouro. À esquerda, há uma clareira de 50 hectares, abandonada. Mata de porte médio a alto. Passamos sobre uma estrada abandonada “do cobre”.

Canela-de-ema na Gameleira

27 abril 1985

LUZIÂNIA, GO – Sábado. Fui à Fazenda Jatiara, com Lucia. De lá fomos ao bairro das Gameleiras, junto ao Rio São Bartolomeu. Visitamos o fazendeiro senhor Caixeta e sua família, num interessantíssimo mergulho no passado. Eles ainda usam carros de bois. Fazem rapadura e açúcar, tirando o caldo da cana com uma moenda de madeira. As porteiras não têm dobradiças de ferro, mas giram sobre a madeira. Fazem fios de algodão e tecem lindos tecidos para o seu uso. Usam monjolo para descascar o arroz e fazer fubá. Não podem plantar muito milho porque os caitetus não deixam. (...)

A região entre a Fazenda Jatiara e a Gameleira é acidentada. Vimos, em encostas pedregosas, milhares de pés de canela-de-ema (*Vellozia sp*) em flor. Lindo espetáculo! Há muitos capões de transição mato-cerrado, que geralmente são pequenos. O meio é cerrado ou campo-cerrado, com apenas uns 5% de culturas e 10% de pastos com plantas. Grandes vistas e espaços abertos muito bonitos.

Gasogênio

30 julho 1989

TERESÓPOLIS, RJ – A região montanhosa entre Itaipava e Teresópolis tem muito escrube (área arbustiva) nas partes altas, com pouco solo acima da rocha de granito-gneiss. As rochas expostas estão salpicadas por grandes bromélias. Há, nas encostas mais altas de terra, matas de porte pequeno a mediano. Muito raramente, a não ser no grande entorno de Teresópolis, podem ser vistas

matas primitivas de alto porte ou de porte alto a mediano. Mas, mesmo em Teresópolis, predominam largamente as matas secundárias. Tudo isso aconteceu devido ao corte em imensa escala de florestas, durante a Segunda Guerra Mundial, para o uso da madeira na fabricação de carvão destinado aos carros particulares. Não havia então nem álcool nem gasolina para abastecer esses veículos. Sou desse tempo. Os carros tinham um equipamento traseiro volumoso, o gasogênio, que fabricava gás a partir do carvão vegetal.

Itatiaia

ITATIAIA, RJ – O Parque Nacional do Itatiaia, na região baixa e média do maciço montanhoso onde estivemos, está ocupado por uma floresta nativa secundária, na fase capoeira-capoeirão. Há muitos pés de palmito. Vi também numerosas *Vochysia sp* em flor. Suas copas cheias de flores amarelas se destacam na paisagem. Há também muitas samambaiuçús. Na beira do caminho vi exemplares jovens de *Acnistus sp* (marianeira). Suas flores são muito atrativas para abelhas. Num pé arbustivo com flores amarelas, vi um lindo *Bombus* (abelha indígena) muito amarelo, com algumas listras pretas. Ele é uma das nossas mamangabas.

Recuperação da Bocaina

AREIAS, SP – Domingo. De manhã cedo fazia frio, mas o céu estava inteiramente azul e o Sol banhava a paisagem. Atrás da casa (da Fazenda Vargem Grande) erguia-se um contraforte da Serra da Bocaina, em semicírculo. Estas montanhas estão 70% cobertas de mata, de porte baixo ou mediano. Na última guerra quase tudo, ao que parece, foi cortado para fazer carvão (ver trecho Gasogênio, acima). Felizmente, porém, a recuperação foi muito boa. Há caapoeiras e caapoeirões em 70% da área desse trecho da Serra, como eu disse acima, e, dos restantes 30%, boa parte é caapoeirinha, ainda pastagem, mas já crescendo rumo à fase de caapoeira. (...) No total da grande região, talvez haja 80% de pastos e 20% de matas. Refiro-me à paisagem que se avista desde a Fazenda Vargem Grande até Areias ou nas proximidades. O proprietário, Clemente Gomes, disse que nas matas da Fazenda Vargem Grande há coatis, caitetus, onças sussuaranas (pardas), tucanos, periquitos, papagaios, entre outros animais. Os jardins da casa são belíssimos, feitos e projetados por Burle Marx. Há muitos muros de pedra e água em abundância vinda da serra. Num dos lagos há uma grande vitória-régia, além de muitos arbustos, bromélias, orquídeas terrestres, *Jusciaea*, *Cordia lutea*, cássia imperial, *Bomlax malabaricus* (em flor) entre outras vegetações.

(...) Os pastos das encostas mais inclinadas estão cheios de uma melastomácea arbustiva-baixa, com frutos pretos.

Guaporé

Sobrevoo da floresta no voo São Paulo-Rio Branco

Vi novamente a bela e confortante paisagem do Guaporé (Acre), com seus campos, florestas e pequenos lagos, aparentemente quase intactos. Voando sobre a Bolívia também a paisagem é desse tipo. Perto do Rio Madeira, as florestas tropicais úmidas são imensas e praticamente intactas.

9 fevereiro 1992

26 julho 1992

27 julho 1995

Litoral paulista

Retorno de São Sebastião a São Paulo pela Rodovia Rio-Santos

3 maio 1998

Na viagem de volta, pela mesma estrada, pude ver à tarde que existem cerca de 80% de matas e 20% de campos antrópicos na região. Há alguns raros bananais pequenos, em vias de desaparecer, integrados às florestas. Há matas primitivas (a maior parte) e outras secundárias. Não vi nenhuma mata derrubada. Há também florestas de restinga, atrás das praias de Boraceia e Bertioga. É uma vegetação arbórea de baixo porte e semiarbustiva, em solos muito arenosos.

Rio Formoso

Viagem à fronteira de Goiás-Minas Gerais-Bahia, para reunião do Conselho Diretor do WWF-Brasil

12 abril 2002

De manhã, em avião Pilatos, monomotor, segui para a fazenda do José Roberto Marinho, presidente do WWF-Brasil. Viajei e conversei longamente com o colega de Conselho Diretor, Roberto Paulo Marinho, nosso anfitrião naquele dia. Na Fazenda Trijunção, próxima à fronteira entre Goiás, Minas Gerais e Bahia, almoçamos na sede. Depois visitamos as áreas naturais. Os demais conselheiros chegaram numa segunda viagem do avião. Vimos os grandes cerrados, os campos limpos e as lagoas nas nascentes do Rio Formoso. É uma das paisagens mais bonitas do Brasil. Também há um bosque de enormes e antigas árvores de pequi (*Caryocar brasiliensis*), que merece ser uma Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie). Existe uma lagoa na fazenda.

Oásis no Sul

30 agosto 2004

ITAJAÍ, SC – Lauro Bacca me levou para conhecer parte do novo Parque Nacional de Itajaí, que tem cerca de 55 mil hectares e está próximo a Blumenau, e de suas imediações. A área que visitamos tem algumas residências de fim de semana e algumas pequenas propriedades produtivas, fora do Parque, e é conhecida como a Nova Rússia. No Parque mesmo, vi propriedades de fim de semana um pouco deterioradas. Há muita mata secundária nova na região da estrada. Mas há também vistas espetaculares de florestas em desenvolvimento. Esse vai ser um Parque muito importante por causa de sua biodiversidade. Contudo, o solo tem poucos centímetros de profundidade nas encostas. Terra pobre. Felizmente não serve para outra coisa. A floresta é secundária, mas, nos próximos 50 anos, retornará ao clímax. Visitamos também o Parque São Francisco de Assis. São 23 hectares de floresta clímax, com muitos pés de palmitos-juçara de grande altura. Tem muitas cotias. Vi uma delas. É um belíssimo oásis dentro da cidade de Blumenau.

O mais belo pôr-do-sol

Viagem de São Paulo a Brasília

19 junho 2006

Durante o voo, vi o pôr-do-sol mais bonito de minha vida. Em todo o horizonte oeste, sobre um céu nublado, havia uma linha em cor vermelho vivo e brilhante. Logo acima, havia um clarão avermelhado numa enorme extensão. Coisa linda, lindíssima! Chamei a atenção dos meus dois companheiros de fileira de assentos. Eles concordaram que o espetáculo era mesmo maravilhoso.

BALEIAS E OUTROS ANIMAIS

Ameaças da incúria

Baleias

Áreas protegidas

BRASÍLIA, DF - Pela manhã, fui ao Ministério da Marinha, onde conversei longamente com o contra-almirante Ibsen de Gusmão Câmara. Ele é conservacionista. Concordamos na necessidade de defasar a caça à baleia no Brasil (Rio Grande do Norte) e estabelecer áreas protegidas em Rocas e Trindade. Ficou de me enviar cópia da legislação antipoluição da Marinha. O problema das baleias preocupa, pois as espécies maiores já foram seriamente dizimadas no Brasil. Agora, a caça se concentra sobre a baleia minke, ainda relativamente abundante. Vamos estudar uma maneira de colocar a Marinha na fiscalização. Não é possível continuarmos a nossa política de arrasar recursos naturais. Felizmente ainda há esperança, enquanto existirem homens como o almirante Ibsen.

18 junho 1974

Antes do desastre

(...) Telefonei também a Luiz Emygdio de Mello Filho, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Vão entrar na luta em defesa das baleias. Além disso, pedi para que estudassem, com David Cavalcanti, um plano para o contrato de um biólogo, a fim de fiscalizar para nós a base baleeira em Cabedelo, na Paraíba. Nessa guerrilha vamos perder as primeiras batalhas, mas esperamos ganhar a última, antes que haja um desastre final para as baleias.

18 fevereiro 1976

Lutaremos

RIO DE JANEIRO, RJ - À tarde, das 14h às 19h, estive no Ministério da Marinha, para a reunião do Cirm (Conselho Interministerial dos Recursos do Mar). Já antes, Pela manhã, fui procurado pelo segundo-secretário Koji Nitta, da Embaixada do Japão, que desejava saber qual a nossa posição no caso das baleias. O Japão, como se sabe, é grande potência baleeira. Pouco lhe disse, além da minha opinião contrária à caça, pois se trata de assunto interno brasileiro, no que se refere ao nosso mar territorial.

9 março 1976

Às 15h, com a chegada de Bautista Vidal, começou a reunião da Cirm, inicialmente sob a presidência do ministro da Marinha, almirante Azevedo Henning, e depois sob a direção do almirante Marcio Lyra. O assunto principal foi a pesca da baleia. Primeiro falou o diretor da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), Josias Guimarães, defendendo o Acordo Internacional. O Brasil é um dos seus únicos quatro membros que pescam a baleia. A seu ver, se não capturarmos esses animais, outros o farão, por serem bichos migratórios. Além disso, um técnico da Sudepe, Solonci José de Moura, fez a defesa do novo Acordo Internacional da Caça à Baleia. As quotas de captura são agora distribuídas por áreas e calculadas de modo a manter os estoques desses animais. A bordo dos navios baleeiros há observadores de outros países, para fiscalizar.

P.S. 2009: Realmente ganhamos a derradeira batalha, como será visto adiante.

Quando foi a minha vez de falar, disse que não podia admitir o princípio de que se deve pescar ou caçar porque senão os outros iriam fazê-lo! Isso seria o fim de vários de nossos animais, se os caçadores tiverem a mesma ideia. Além disso, admitida a caça à baleia, teremos uma política de dois pesos e duas medidas. Proibimos por lei a caça comercial dos animais continentais e fazemos

27 abril 1976

o oposto em relação à baleia. Quanto ao Acordo Internacional, a história demonstrou sua ineficácia e não creio que agora seja diferente. Aliás, o próprio Solonci admitiu que a URSS e o Japão estão desrespeitando o novo limite de quotas, que a seu ver seria agora ultrapassado. O Brasil, em matéria de quota, só recebe uma parte ínfima (1,8%). Afirmei que somos uma potência mundial, reconhecida como tal pelo secretário de Estado Kissinger, e que não poderíamos nos contentar com as migalhas da mesa dos outros.

É princípio conservacionista básico proibir a captura de animais na sua época de reprodução, pois é isso o que estamos fazendo aqui!

Vários países importantes, como os EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Argentina etc., deixaram de caçar a baleia, e deveríamos fazer o mesmo. Além disso, a opinião pública mundial e nacional era contrária a essa caça. Esses e outros foram os argumentos que usei durante minha intervenção e nas longas discussões que se seguiram.

Duas coisas me surpreenderam e me entristeceram nesses debates. Foi trazido ao nosso conhecimento o fato de que uma outra companhia (subsidiária dos japoneses) deseja pescar baleias no Brasil (que loucura!). Assim, o problema tende a se agravar.

Outra coisa que me aborreceu foi verificar que, durante as discussões, não recebi apoio de ninguém. Fiquei inteiramente sozinho. Não contava com isso.

Apesar de tudo, porém, nada se resolveu hoje. A decisão foi deixada para a próxima reunião, quando provavelmente não estarei presente. De certo modo, isso é uma vitória moral. Além disso, terei tempo para me documentar melhor (o que foi um ponto fraco na minha argumentação) para depois voltar à carga. Sei, por informações de Lee Talbot, ambientalista norte-americano, então integrante da Comissão Internacional Sobre a Caça à Baleia, que há grandes falhas na avaliação dos estoques baleeiros. Penso que essa situação não se alterou, mas não conheço os detalhes.

Todos os anos lutaremos a favor das baleias, até estarmos convencidos da sua efetiva preservação, ou até que elas tenham praticamente desaparecido pela incúria da humanidade.

Quem perde é a humanidade

À tarde fui ao Ministério da Marinha, onde se realizou uma reunião da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (Cirm). Falei várias vezes, sempre defendendo a moratória à caça à baleia em nosso mar territorial. Voltei a reafirmar minha atitude cética em relação à Comissão Internacional da Baleia, que acumulou grandes fracassos nos seus três ou mais anos de funcionamento. Além disso, deveríamos nos lembrar de que nós caçamos baleias no seu local de reprodução, ao longo do Nordeste (baleia minke). (...)

A Sudepe alegou que proibir a pesca de um recurso não ameaçado agora seria um perigoso precedente. Respondi que precedentes eram o que não faltavam, como a interdição da pesca da lagosta pela Sudepe e a proibição de caça profissional dos animais terrestres pelo IBDF.

Durante toda essa discussão, tive apenas o apoio do engenheiro Antonio Seabra Moggi, diretor do Centro de Pesquisas da Petrobras. Ele demonstrou cabalmente que o valor da caça à baleia para

o Brasil era muito reduzido. A carne desse animal serve somente para alimentar 12 mil pessoas, numa população de 110 milhões!

O almirante Mario Hermes, que presidia a reunião, fez um resumo dos debates. Em seguida, foi nomeada uma comissão de três membros para redigir uma resolução. Ficou claro que minha posição era a vencida. Pouco depois me despedi cordialmente de todos e retornei à Sema, pois como convidado não tinha direito a voto. Mais uma vez perderam os conservacionistas uma batalha, mas quem vai perder a guerra é a humanidade.

Faltam estudos

Entrevista de mais de uma hora à TV Nacional de Brasília

Expliquei que as baleias não têm o dom da ubiquidade, pois não podem estar ao mesmo tempo no Nordeste do Brasil e na Antártida. No Nordeste elas são caçadas de junho a dezembro, e na Antártida, de outubro a março. Isso significa que se protegemos a baleia aqui, o mesmo estoque será pouco ou talvez até não seja caçado nos mares austrais. É possível que se trate de duas populações diferentes da mesma espécie. No decorrer do dia e da noite, quando li partes do livro *The blue whale* (A baleia azul), de George L. Small, foi se firmando em mim a convicção de que está errada a teoria de que se não capturarmos baleias no Nordeste, elas serão caçadas na Antártida. Isso é muito importante, pois o principal argumento dos que desejam explorar esse animal é precisamente essa teoria. Contudo, fui prudente nas declarações que prestei aos jornalistas.

Até tarde da noite, redigi um ofício ao contra-almirante Mario Hermes, secretário do Cirm, recapitulando os argumentos já apresentados em defesa da baleia e expondo minhas novas conclusões sobre a proibição unilateral da pesca desse cetáceo pelo Brasil e a proteção da nossa população da espécie minke. Também redigi carta ao professor Heitor Ferreira, secretário particular do presidente da República. Assim, embora muito cautelosamente, vamos recorrer à instância superior.

Com surpresa para mim, *O Globo* publicou com destaque, na segunda página, uma entrevista minha sobre as baleias.

Falei pelo telefone com o almirante Ibsen Câmara, com quem troquei algumas ideias sobre as baleias. Conversei, também, com o biólogo da Sudepe, Soloncy Moura. Esclareceu-me que não há estudos sobre as migrações de nossas baleias. Disse que a área onde elas dão cria está na altura da Bahia; no Nordeste elas se acasalam. A velocidade “de cruzeiro” é de cerca de 20 km por hora. Esses dados são importantes. Como se pode dizer com firmeza que nossas baleias migram para a Antártida se isso não foi pesquisado?

Na realidade, estou numa posição difícil. A Cirm é a favor do prosseguimento da caça às baleias e já decidiu isso há dias. A Sema, porém, continua a sua campanha, em sentido contrário, com amplo apoio da TV e da imprensa. Para o funcionalismo federal isso é inconcebível, coisa nunca vista. A meu ver, porém, a questão ainda não está decidida de todo, pois existe uma possibilidade da presidência rever a decisão da Cirm. Essa possibilidade, porém, seria talvez remota. Na realidade, estamos caminhando para um desastre ou impasse. Mas vale a pena ir até o fim. Na opinião pública, venceremos, ou melhor, já vencemos.

29 abril 1976

30 abril 1976

Símbolo de paz e liberdade

2 maio 1976

O *Jornal de Brasília* publicou uma entrevista minha sobre a necessidade de proteger as baleias. Por outro lado, *O Globo* publicou com destaque, na segunda página, as opiniões do superintendente da Copesbra, única companhia baleeira no Brasil. (...) A Copesbra afirmou que se não pescarmos as baleias aqui, outros o farão na Antártida. É o velho argumento que estou procurando "desmistificar".

À tarde, redigi uma nota da Sema, em resposta à Copesbra. Calmamente, expus nossos pontos de vista. No final, escrevi: "Em um pequeno planeta onde o Meio Ambiente é acossado diariamente, de todos os lados, as baleias simbolizam, de certo modo, os perenes ideais de paz, liberdade e universalidade, pelo tipo de vida que elas levam, singrando os oceanos. Se desaparecerem as baleias, desaparecerá também um pouco de cada um de nós. Chamar isso de romantismo não importa. Nações muito pragmáticas também chegaram à mesma conclusão. Uma delas propôs, até, que as baleias fossem consideradas um bem comum da humanidade, a salvo da destruição."

Sabemos que nada sabemos

10 maio 1976

LONDRES, INGLATERRA – Às 9h40 o senhor Powley, como de costume, veio me buscar. Primeiro fomos ao Marian Research Department, aqui em Londres. Conversamos lá com o senhor Burn e o doutor Gambell, este membro do comitê científico da Comissão Internacional da Baleia.

O doutor Gambell disse que a expedição americana que foi marcar as baleias minke, em 1975, falhou no seu objetivo. Há variações na estrutura da população da baleia minke, na Antártida. Pode haver uma população só, mas partes diferentes das populações (machos, fêmeas com crias etc.) poderiam não ser vistas em áreas diferentes. Não se sabe ainda aonde vai nossa população. A marcação das baleias é essencial em estudos, para saber para onde elas vão e também averiguar se estamos ou não caçando demais. As minke são caçadas até a margem dos gelos permanentes na Antártida.

13 maio 1976

MORGES, SUÍÇA – Pela manhã, fui ao Hotel Mont Blanc, onde o Executive Board, da International Union for Nature Conervation (IUCN) está tendo as suas reuniões. Almocei lá com o doutor Lee Talbot (EUA), John Perry (EUA), sir. Peter Scott e uma outra pessoa. Contei a eles os nossos esforços e as boas perspectivas do Programa de Estações Ecológicas. Com Lee Talbot, conversei sobre as baleias. Ele foi membro da Delegação dos EUA em reuniões da Comissão Internacional Sobre a Caça à Baleia (CIB). Conhece bem o assunto. A seu ver sabemos apenas que quase nada sabemos das migrações e outros hábitos desses animais. Por isso, não pode haver base científica para se dizer se a caça está dentro de limites toleráveis ou não. Quanto às nossas baleias minke, pode ser que se trate de uma população distinta de outras, mas na realidade faltam dados para uma afirmação. Em relação ao fato de que não tem diminuído o número de animais caçados, isso pode significar que na realidade as baleias minke são agora menos numerosas, pois o equipamento dos barcos baleeiros é cada vez melhor. Assim, podem pegar igual número de baleias, mesmo que estas estejam diminuindo. Acredita que a emenda australiana (à convenção internacional sobre a caça) será boa se os dados científicos disponíveis forem bons, o que não ocorre. As informações de Lee Talbot são importantes para mostrar que apesar dos novos acordos, corremos o risco de ver as nossas baleias minke ameaçadas de extinção.

Um passo

BRASÍLIA, DF – O almirante Ibsen me telefonou para dizer que temos agora boas chances de proibir a pesca da baleia. O presidente Geisel não aprovou a ida de um observador brasileiro à Austrália, em contrapartida à vinda de um observador australiano ao Brasil. Deixamos, assim, de cumprir a convenção internacional que rege o assunto (caça à baleia). Mais um passo e deixaremos de caçar esses animais.

Argumentação firme

BRASÍLIA, DF – À noite fomos à Embaixada da Noruega, com Mariana Haenel e madame Schneider. Encontramos lá o brigadeiro Frazão, comandante do CTA (Centro Tecnológico da Aeronáutica) e grande conservacionista. Na sua presença cumprimentei o ministro Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores. Disse ter recebido "um papel" sobre a reunião amanhã do dia seguinte, relativa às baleias. Era contra a proibição da caça desses animais, mas não tomaria atitude contrária. Criticou vários de nossos argumentos. Disse que se nossa quota não for utilizada, outros a usarão. Falou que a Paraíba era contrária à proibição. Respondi que a pesca da baleia em atividade é economicamente inexpressiva. Ele retrucou com o caso da exportação da banana para a Argentina, que embora pequena, era importante para as regiões produtoras. Finalmente disse que eu teria que assumir a responsabilidade da proibição da pesca das baleias. Respondi afirmando, mais de uma vez, que assumia essa responsabilidade. O brigadeiro Frazão me apoiou várias vezes. O tom da conversa foi cordial, mas também ficou claríssimo que o ministro era a favor da caça à baleia. Fiquei impressionado com a "importância" que o Itamaraty atribui ao assunto.

Após o almoço fui à reunião da Cirm, no Ministério da Marinha. A reunião foi aberta pelo almirante Geraldo Cravo, que em seguida me passou a palavra. Falei sobre a necessidade de se extinguir de forma gradual (prazo de alguns anos), a caça à baleia. Expliquei por alto alguns argumentos contra essa atividade e passei a palavra ao professor Hugo Castelo, cientista argentino da Fundação Universidade do Rio Grande. Ele fez uma exposição detalhada do que tem sido a caça à baleia minke no Brasil e no mundo. Salientou as enormes falhas existentes nos conhecimentos atuais sobre esses cetáceos. Nem sequer sabemos se as baleias fêmeas se reproduzem a cada ano ou a cada dois anos. Foi uma exposição muito erudita, mas feita de modo acessível. Falou depois o professor Luiz Roberto Tommasi, do Instituto Oceanográfico de São Paulo, também assessor da Sema nessa reunião. Ele condenou severamente os que dizem que se não caçarmos as baleias outros o farão. Passei depois a palavra ao almirante Ibsen Câmara, presidente do Conselho da Sema. De modo veemente, pediu o fim da caça à baleia, dizendo que esta não tem expressão econômica. Muitos outros argumentos foram também expostos.

O almirante Geraldo Cravo passou depois a palavra ao superintendente da Sudepe, Josias Guimarães. A sua exposição foi simplista. Ao invés de argumentos técnicos, falou mais sobre aspectos do tipo "gostamos das vacas, mas também precisamos comê-las". Referiu-se à importância da caça à baleia para os habitantes de Costinha (distrito do município de Lucena, na Paraíba) (no que tem certa razão) e como fornecedora de carne (no que não tem quase razão).

Em resumo, levamos enorme vantagem, no que se refere às exposições feitas contra e a favor da caça à baleia. (...) O ambiente lá era francamente favorável a nós. Na reunião anterior de que

26 agosto 1977

5 abril 1978

P.S. 2009: Um dia meu amigo Olavo Setúbal me disse que o ministro Azevedo da Silveira comentou com ele que tinha que lidar com dois missionários: o ex-presidente dos EUA, Carter, e Paulo Nogueira-Neto.

6 abril 1978

participamos, a atitude foi totalmente diversa. Desta vez, por exemplo, o atual representante do Itamaraty, embaixador Lindenberg Sette, não defendeu a Sudepe.

Hora decisiva

5 junho 1979

Hoje, Dia do Meio Ambiente, estive na nova e bela sede do IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal). O presidente Figueiredo esteve presente e assinou decretos criando os Parques Nacionais do Pico da Neblina (AM), Serra da Capivara (PI) e a Reserva Biológica do Atol das Rocas. Encontrei-me com muitos conservacionistas. Ubirajara Timm, diretor da Sudepe, deu a mim e ao almirante Ibsen Câmara a boa notícia de que o Brasil vai deixar de caçar baleias! Chegará, pois, ao fim, nossa grande luta com esse objetivo.

13 julho 1979

Os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* publicaram entrevistas minhas sobre a esperada proibição da caça à baleia. Luiz Cássio Werneck, chefe da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, já deu parecer favorável à proibição, aprovado pelo ministro Delfim Netto. Pediu para a Sudepe reformular a Minuta da Portaria, salientando as possibilidades de reconversão da empresa Copesbra para outras atividades. Contudo, não posso divulgar esses detalhes.

Enquanto a portaria não sai, montei um esquema de contrapressão. Telegrafei às entidades conservacionistas pedindo para se manifestarem junto ao ministro Delfim, pois Ubirajara Timm, superintendente da Sudepe, disse-me que o Governo da Paraíba está incentivando as entidades do Estado para se pronunciarem contra a proibição à caça. O governador Tarcísio Burity, segundo os jornais, falou com o presidente Figueiredo e com o ministro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, pedindo a continuação da caça.

A Comissão Internacional da Baleia, com a abstenção do Brasil e de poucos países, e os votos contrários do Japão e da URSS, proibiu a atividade de navios-fábrica, exceto em relação a uma espécie, provavelmente a minke. É a que ocorre aqui. Na luta pela preservação das baleias, estamos na fase decisiva.

Proibição

Abertura do Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca

24 julho 1979

P.S. 2009: Como eu havia previsto há alguns anos, ganhamos a última batalha. Viva!!!

BRASÍLIA, DF – Finalmente foi anunciada a proibição da caça à baleia, a partir de 1º de janeiro de 1981, em Portaria da Sudepe. O ministro Andreazza presidiu a sessão e tem dado todo apoio à decisão. Apenas o governador da Paraíba ofereceu resistência, mas a decisão prevê a conversão da Copesbra para outras atividades pesqueiras. Termina assim uma de nossas mais árduas e difíceis lutas conservacionistas.

Recuo embaraçoso

18 dezembro 1980

Hoje tomei posse no Cirm (Conselho Interministerial dos Recursos do Mar). O ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, deu a entender que a manutenção da caça à baleia já estaria decidida no Palácio do Planalto, devido a pressões políticas (da Paraíba). Ele estava tentando ainda

uma solução intermediária, mas sem muita esperança. Pedi a palavra e disse que certas coisas eram simbólicas, e que a baleia era um destes casos. Um país após o outro estava abandonando essa atividade predatória. Para os conservacionistas brasileiros a manutenção dessa caça seria um problema terrível. Além disso, o ministro Andreazza ficaria mal, pois publicamente havia aplaudido a Portaria da Sudepe que havia proibido a caça à baleia após 1º de janeiro de 1981.

Para mim, tudo isso foi uma ducha de água fria. Senti-me bastante deprimido e isso só foi de algum modo compensado pela satisfação de dizer, perante o ministro, o que eu pensava. À saída, pensando no que fazer, disse ao almirante Orlando Afonso, secretário do Cirm: “Nem tudo está perdido. Talvez seja possível mudar as coisas”. Ele concordou comigo.

Hoje foi um dia calmo na Sema, pois grande parte das autoridades de Brasília viajou para passar o Natal nos Estados.

Falei ao telefone com o coronel Paiva Chaves, numa última tentativa de salvar as baleias. Ele vai ver o que poderá fazer, mas sugeriu que eu procurasse as autoridades que decidem, levando-lhes dados concretos. Aceitando essa sugestão, escrevi cartões pessoais, acompanhados de um ótimo resumo sobre a situação das baleias no mundo. Esse trabalho foi escrito pelo almirante Ibsen Câmara, o maior especialista brasileiro no assunto. Escrevi esses cartões para o coronel Paiva Chaves; professor Heitor Ferreira de Aquino (ambos secretários pessoais do presidente); para o doutor Rocha Maia e o próprio presidente da Sudepe, Ubirajara Timm.

Controvérsia

O Globo publicou declarações do ministro da Agricultura Amaury Stábile dizendo que a caça à baleia será prorrogada por mais dois anos. Afirmou haver “um consenso no Governo” sobre isso! Felizmente saiu junto uma nota da redação, escrita por Rogério Marinho, sob o título “Derrota”. Disse que a decisão pode ter agradado a algumas poucas centenas de pessoas, mas desagradou aos conservacionistas e deixou mal o nome do Brasil no âmbito internacional. Foi uma nota muito corajosa, pois a notícia dizia que o presidente Figueiredo era favorável à prorrogação, achando que só um acordo de todos os países salvaria as baleias.

A situação dos conservacionistas brasileiros, ou melhor, do conservacionismo no Brasil, é muito séria. Ela nos dá poucos recursos e ainda por cima temos que amargar uma derrota dura como essa. A conclusão é óbvia: o lado econômico das coisas tem precedência sobre o Meio Ambiente. Isso restringe nosso campo de ação e mostra que o futuro é precário e incerto para nós. Mas apesar de tudo não podemos nos deixar levar pelo desânimo. Temos que continuar a lutar, até o fim.

Fui à reunião do Cirm. Sem novidades. No entanto, o ministro da Marinha contou que se estabeleceu que as cotas de caça à baleia seriam paulatinamente reduzidas. Isso foi feito por ocasião da portaria que revogou a proibição à caça à baleia.

Sábado. Hoje o *Jornal do Brasil* publicou notícia sob o título: “Secretário contradiz ministro”. Fiquei intrigado e quando comecei a ler o texto verifiquei espantadíssimo que o secretário era eu,

22 dezembro 1980

29 dezembro 1980

15 janeiro 1981

17 janeiro 1981

e o ministro era o Amaury Stabile, da Agricultura. A notícia dizia que eu afirmara, ao contrário do ministro, que a Portaria da Sudepe que revogou a proibição à caça à baleia não estabeleceu nenhum prazo. Dizia também que agora eu iria pedir a redução da quota das baleias a serem caçadas. *O Estado de S. Paulo* publicou uma notícia mais ampla, dando, porém, menor sentido de contestação aos meus esclarecimentos sobre o assunto.

Pouco depois que terminei a leitura, o chefe de gabinete, Urquiza, telefonou-me. Estava alarmado, desolado e horrorizado. Onde já se viu contestar um ministro? O ministro Andreazza iria ficar aborrecido. Ele o procuraria e depois me telefonaria de volta. De fato, uns dez minutos depois me telefonou novamente, dizendo que o ministro Andreazza me receberia às 8 horas de terça-feira próxima. Urquiza foi amável, mas não escondeu que a seu ver a notícia foi "horrível". Afirmei aos jornalistas que eu apenas havia dito a verdade, em resposta a uma indagação deles sobre a Portaria da Sudepe referente à caça à baleia. Ao que ele retrucou que o ministro Andreazza não quer comentários sobre portarias de outros ministérios. Disse-me também que eu ficarei mal se o ministro Stábile disser que vai complementar a Portaria da Sudepe, dando-lhe um prazo de dois anos. Não comentei essa afirmação para não entornar o caldo, mas fiquei com vontade de dizer que me sentiria muito contente se ele fizesse isso.

Após essas conversas com Urquiza, comentei com Lucia ter a impressão de que havia chegado ao fim a minha permanência na Sema. Vou lamentar não ter executado ainda todo o meu programa, mas, por outro lado, sairei moralmente muito bem, defendendo a causa das baleias. Não poderia sair melhor. Afinal, estarei deixando o cargo por dizer uma verdade.

18 janeiro 1981

Domingo. Descansei. À noite visitei Hazel e Henrique Cavalcanti, a quem contei o ocorrido. Henrique já havia lido o *Jornal do Brasil*. Ele me aconselhou a relatar ao ministro as repercussões internacionais do caso das baleias.

Também falei ao telefone com Rogério Marinho. Ele queria telefonar amanhã ao ministro Andreazza. Pedi que não o fizesse. Quero ter uma conversa franca com o ministro, sem que este pense que estou pedindo a proteção de outras pessoas. Depois ele poderia falar, mas não agora. Rogério disse-me que faço bem em ter essa postura e mostrar que possuo coluna vertebral. Afinal, apenas contei a verdade aos jornalistas.

19 janeiro 1981

Pela manhã, reuni o meu Estado-Maior e expus a situação em que estávamos. Todos ficaram impressionados com as possíveis consequências das notícias publicadas no dia 17.

Falei com o secretário-geral Rocha Maia sobre os últimos acontecimentos. Mostrei os recortes de jornais, inclusive o estranho fato de a Portaria da Sudepe, levantando sem data-limite a proibição à caça à baleia, ser do dia 22 de dezembro; as declarações do ministro Amaury Stábile falando em proibição por dois anos eram do dia 28 de dezembro. Rocha Maia me ouviu atentamente e me disse para não me preocupar. A seu ver, não tenho culpa do cabeçalho malicioso que foi publicado no *Jornal do Brasil* ("Secretário contradiz ministro"). Além disso, falei a verdade. Aconselhou-me a procurar as altas autoridades do Ministério da Agricultura.

Telefonei ao secretário-geral do Ministério da Agricultura, Pedro de Moura Maia. Pedi que dissesse ao ministro Amaury Stábile que não tive a intenção de contradizê-lo. Apenas procurei

esclarecer aos jornalistas um fato que eles queriam saber ao certo. Moura Maia respondeu que não me preocupasse.

Pouco antes das 8 horas da manhã, fui recebido pelo ministro Andreazza. Logo fui dizendo que ocorrera algo de muito desagradável e expus os fatos relacionados com a revogação da portaria que proibia a caça à baleia. Conteí como se deu a entrevista com os jornalistas, na qual lhes mostrei cópia deste documento, para esclarecer dúvidas. Com grande surpresa minha, o ministro Andreazza disse que leu a notícia publicada no *Jornal do Brasil* e não viu nela nada de mais. Apenas o título ("Secretário contradiz ministro") não estava bom. Contudo, me pedia uma atenção especial para evitar choques com outros ministérios. Assenti, acrescentando que mesmo tomando cuidado, poderia haver problemas com as notícias publicadas. Ele concordou.

Maior ainda foi minha surpresa quando o ministro Andreazza me cumprimentou "pelo excelente trabalho que estamos fazendo na Sema". Desse modo, um encontro que parecia, no mínimo, sombrio terminou com o fortalecimento de minha atuação na Sema. Reuni meu Estado-Maior, que respirou aliviado.

CUIABÁ, MT – Saiu no *Estado de S. Paulo* uma reportagem na qual aplaudi declarações do Ministério da Agricultura afirmando que a caça à baleia terminará em 1983. Para isso abriram um crédito especial destinado aos pescadores que ficariam desempregados. Na realidade não estou certo de que essa promessa será efetivada, mas temos que lhes dar um voto de confiança, pois isso é um constrangimento a mais para que eles cumpram o anunciado.

Estoques

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui depois à sala da Sema, na Serse (Secretaria Especial da Região Sudeste). Tive uma movimentada entrevista com o general Joaquim Francisco de Castro Jr. e Guilherme Rabay, da Copesbra. É a multinacional que caça a baleia na Paraíba. Eles tentaram me convencer de que a CIB é muito boa e eficiente; mas as fotos de 30 anos mostram o contrário. Contudo, se eles tiverem razão, ou seja, se graças à CIB o número de baleias tiver aumentando, não terei dúvidas em aplaudi-la. A IUCN publicou, em agosto, que a população da baleia minke está aumentando. Vamos ver, porém, se isso se confirma.

Moratória internacional

A CIB proibiu a sua pesca por cinco anos, contra o voto dos poucos pescadores baleeiros, entre os quais o Brasil. Não acredito, porém, que o Japão irá sujeitar-se a esta proibição.

Símbolos não se negociam

À tarde recebi a visita do general Castro Jr., assessor ou diretor da Copesbra e do senhor Luciano da Hora, presidente da Associação de Pesca de Pernambuco. Vieram defender a continuação da caça à baleia, sob alegação de que haveria um problema social para os que trabalham nesse setor (são uns

20 janeiro 1981

23 janeiro 1981

12 março 1981

23 julho 1982

6 agosto 1985

360 trabalhadores). Tiveram a coragem de dizer que cada emprego na Paraíba equivale a três mil em São Paulo! Disse-lhes que a baleia era um símbolo e que não se negociam símbolos. contei o caso das "experiências cívicas" de Flavio de Carvalho (arquiteto e pintor), que numa das ruas de São Paulo sapateou sobre a bandeira nacional só para ver a reação das pessoas: foi espancado e preso.

Moratória brasileira

Cerimônia de assinatura do Decreto que proíbe a caça por cinco anos

20 dezembro 1985 O presidente Sarney foi extremamente atencioso para comigo, pois começou a sua fala dizendo: "Senhores ministros, dr. Paulo Nogueira-Neto, doutor Marcos Vilaça". Estavam presentes uns cinco ou seis ministros.

Minha gravata vermelha, com pequenos desenhos de baleias fez sucesso e foi televisionada.

Proibição

16 dezembro 1987 Hoje o Senado Federal aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que proíbe, no Brasil, a caça à baleia e a outros cetáceos. Vitória ambiental plena. Viva!!!!

Caça e contrabando
Matança

3 abril 1974 CAMPO GRANDE, MS – Durante o jantar, o piloto Mario Furquim contou ter visto no ano passado uma turma de apoio do Projeto Rondon matar em Vila Velha, no vale do Guaporé, oito cervos! Trata-se de um animal raro, ameaçado de extinção. Disse ter chamado a atenção desses caçadores, que para a sua matança se utilizaram de um helicóptero do Projeto Rondon! O fato merece abertura de inquérito ou sindicância, o que solicitei em Brasília.

Convenção

5 dezembro 1974 O secretário Pedro Mota, do Itamaraty, esteve comigo para me mostrar a Convenção de Proteção às Espécies Ameaçadas. Foi traduzida e será enviada ao Senado para ratificação. Fiz apenas duas sugestões sobre essa tradução. É importante que a convenção seja aprovada logo.

Migração

2 julho 1975 BRASÍLIA, DF – Pela manhã, fui ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) da Secretaria do Planejamento da Presidência da República., onde conversei com Eduardo Martini sobre um projeto de cooperação Sema-Canadá, para o estudo de aves migratórias em Taim (RS). Graças aos esclarecimentos que prestei, o projeto ficará em condições de ser aprovado. Ele quase foi recusado, pois na sua justificativa figurava o controle da caça, que evidentemente não é um objetivo científico.

Mecanismo de controle

Seminário Sobre a Caça Amadorística, promovido pelo IBDF

Fiz uma palestra sobre conceitos básicos relacionados com a caça, nas suas diversas modalidades: predatória, subsistência, controle (de pragas) e esportiva. A meu ver, a caça só se justifica quando se trata de animais próprios para alimentação, quando não é imposto um sofrimento desneces-sário aos animais e também quando não venha a constituir ameaça à conservação da natureza. Além disso, para aperfeiçoar o controle, os caçadores deveriam obrigatoriamente se filiar a clubes de caça. Estes seriam credenciados pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), formando um dos elos do mecanismo controlador da caça.

17 novembro 1976

Contrastes

CAMPO GRANDE, MS – Pela manhã, fui ao Inamb (Instituto de Preservação e Controle Ambiental), onde me reuni com o seu diretor, coronel Fábio Américo dos Reis, e com todo o seu Estado-Maior. Eles estão tendo uma ótima atuação, surpreendente mesmo, principalmente no que se refere ao controle da pesca, caça e reflorestamento. O coronel Fábio Américo dos Reis é uma personali-da de fora do comum. Profundamente militar nos seus hábitos e maneira de ser, luta com extrema energia e intensa motivação pela causa da conservação ambiental. Isso tem lhe valido muitos problemas, pois a diplomacia não é o seu forte.

31 outubro 1979

Durante a reunião, enquanto se falava sobre a proteção à fauna, discretamente matei um carrapa-to, que certamente veio comigo do Pantanal do Rio Negro. São os contrastes da vida.

Peles apreendidas

MANAUS, AM – Pela manhã fui com Neylor e Jodoaldo ao IBDF, onde visitamos o novo delegado e acertamos informalmente uma colaboração proveitosa para todos, no Amazonas. O Delegado nos mostrou uma grande quantidade de peles de animais silvestres apreendidas pela fiscalização. Vi centenas de couros de jacarés e dezenas de peles de jaguatiricas e onças. Ninguém sabe o que fazer com esse material, de alto valor monetário. Só uma pele de jaguar vale uns \$ 8 mil.

21 dezembro 1979

Leões-marinhos

BRASÍLIA, DF – Relatei em seguida ao chefe do Departamento das Américas do Itamaraty, o em-baixador João Hermes de Araújo, a forte suspeita de que os uruguaiois estivessem exterminando os leões-marinhos. Esse simpático animal se reproduz no Uruguai, mas vive também em nossas águas. O embaixador vai entrar em contato com o Governo daquele país.

11 fevereiro 1981

	Contrabando <i>Entrevista no Bronx Zoo com famoso pesquisador de mamíferos</i>
10 dezembro 1982	NOVA IORQUE, EUA – O doutor Schaller conhece bem o Mato Grosso do Sul, onde estudou os jaguares. Disse-me que todos conhecem os caçadores profissionais e os contrabandistas, mas que quase nada é feito contra eles. Ele deve estar certo, o que é deprimente para nós. Contou-me, entre outras coisas, que as araras azuis grandes (<i>Andorhynchus</i>) vêm quase todas do Mato Grosso, via Bolívia, e são vendidas aqui nos EUA. Vieram tantas que o seu preço (alguns milhares de dólares) caiu ultimamente.
	Nenhuma caça
20 junho 1983	BRASÍLIA, DF – O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, enviou-me um telex desaforado, levantando a dúvida de que eu estaria a serviço de países desenvolvidos que querem prejudicar o Brasil. Tudo porque dei uma entrevista dizendo que em dois anos a fauna estaria dizimada se fosse permitida a sua comercialização. Respondi britanicamente, sem cair nessa provocação. Reafirmei meus pontos de vista, mas escrevi também que estarei sempre pronto a discutir os problemas ambientais.
21 junho 1983	Hoje os jornalistas do Minter e da TV Manchete vieram me entrevistar sobre o telex do governador Gilberto Mestrinho Raposo. Procurei ficar na linha da cabeça-fria, mas não sei se os jornais me interpretarão dessa maneira. Sou contra a caça comercial. Aliás, não gosto de nenhuma caça. Contudo, sugeri que se estudasse a velha ideia dos Criadouros Semiextensivos, permitida na Lei da Proteção à Fauna.
	Combate aos coureiros
23 junho 1983	Na Fazenda Santa Izabel (MS) foi oferecido um grande churrasco ao presidente João Figueiredo, ao governador Wilson Martins (MS), a Julio Campos (MT) e a sua comitiva de vários ministros. Eu estava lá. Num pequeno palanque, debaixo de uma mangueira, discursou o ministro da Justiça, Abi-Ackbel. Falou da importância da ecologia e dos convênios que ali estavam sendo assinados e que irão proporcionar meios aos Governos estaduais do Pantanal para combater contrabandistas de peles. São os famosos "coureiros", que matam os jacarés e outros animais para roubar o couro. Este é levado em aviões para a Bolívia e Paraguai. Hoje é o início de uma grande campanha para começar o combate a esses contraventores. Será uma árdua "guerra de guerrilhas", na vastidão do Pantanal. Somente no Mato Grosso calcula-se existirem quatro mil coureiros.
	Tática de guerrilha
9 abril 1987	CUIABÁ, MT – Fui o primeiro palestrante. Inicialmente, expliquei que a luta contra os coureiros (caçadores de jacarés) era uma "guerra de guerrilhas". Segundo os teóricos do assunto, as guerrilhas somente podem ganhar ou ser derrotadas se tiver ou não o apoio da população local. Para

	colocarmos essa população contra os coureiros, é necessário dar aos fazendeiros algum tipo de interesse na criação dos jacarés em criadouros naturais, semiextensivos. Desde que os fazendeiros protejam e ajudem os jacarés a se multiplicarem nesses locais, poderiam ser autorizados a vender algumas peles desses animais. Uma iniciativa dessas oferece riscos e sua aplicação prática depende ainda de fatores e de tecnologia que não dominamos bem. Contudo, se não estivermos dispostos a assumir certos riscos, a vitória será dos coureiros, como, aliás, tem sido até aqui.
	Proibição da caça marinha
	À tarde, fui à Sudepe, onde conversei, juntamente com Monsã e o comandante Henning, com o superintendente Ubiraja Timm. É um amigo muito simpático que vai nos ajudar a solucionar o problema dos pescadores do Taim (RS), que não podem mais pescar na Estação Ecológica. Vai formar um embrião de cooperativa, proibindo também a caça de lobos e leões-marinhos em Torres (RS), a nosso pedido.
	Pesquisa
	Após o almoço estive com o amigo professor Crodowaldo Pavan, novo presidente do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas). Comigo falaram com ele o jurista Paulo Affonso Leme Machado e o Kleber, da Sema. Defendi fortemente o Projeto do WWF-US, que estuda perto de Manaus as áreas mínimas de florestas necessárias à sobrevivência de diferentes populações de plantas e animais. Alguém do CNPq está atrapalhando a renovação do projeto. Pavan tomou as primeiras providências para resolver rapidamente a questão.
	Miséria dos índios
	ITANHAÉM, SP – Disse-me o diretor local da Estação Ecológica da Jureia, Ítalo Mazzarella, que os índios guaranis causam problemas com a caça que fazem. Foi o que ocorreu com o macaco-mono e com uma onça, cujo couro tiraram. Ninguém os controla, o que é preocupante. Consegui para esses índios uma reserva e terras na Serra de Itariri (Itatins), em 1962. Eles vieram do Rio Grande do Sul e talvez também do Paraguai. Lembro-me do seu chefe, o capitão Branco, homem bem falante, que se referia a Pedro Álvares Cabral como o causador de problemas aos índios, o que não é exato, a não ser indiretamente. Comprei pessoalmente para eles um lote vizinho ao seu aldeamento. É uma pena que estejam destruindo animais raros no Itatins. Deve ser devido à situação de miséria em que estão.
	Cercas que dizimam
	<i>Depoimento durante reunião da Conservation International</i>
	VICTORIA, CANADÁ – Durante o jantar falou a jovem Karen Ross, que está lutando em Botswana, na África, no delta interior do Rio Ookambo. Há no local 70 mil elefantes e muitos outros animais, mas a construção de cercas para gado eliminou em certos lugares 99% dos gnus, no Kalahari ocidental, pois esses animais na estação seca migravam para o delta, onde sempre há água.

7 junho 1984

15 abril 1986

29 dezembro 1991

2 outubro 1992

Mico-Leão
Estalo

17 settembre 1975

À tarde conversei com Haroldo de Matos Lemos, pelo telefone. Disse-lhe estar disposto a ajudar a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), do Rio de Janeiro, a adquirir uma área para salvar da extinção o mico-leão (*Leontopithecus rosalia*). Não me conformo com a lentidão do Ministério da Agricultura (Incra, IBDF etc.) nesse caso.

Como iremos explicar às gerações futuras que esse lindo animal desapareceu por descaso, inépcia e burrice de nós todos, que nos prendemos a detalhes burocráticos, enquanto o bicho desaparece diante de nossos olhos? Algo precisa ser feito, e já, para evitar o descalabro, ainda que isso tenha que seja contra todas as formalidades da burocracia.

A desapropriação das terras está entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que nada fez ali devido à suas dificuldades gigantescas em outras partes do País. O IBDF, por sua vez, aguarda a ação do Incra. E nós ficamos chiando do lado de fora, sem saber o que mais fazer, além de enviar ofícios sobre o assunto.

Mas hoje me deu um "estalo". Vamos tentar uma ação de emergência.

Proteção dos mananciais

4 novembre 1975

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui ao DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), onde estive com o seu Diretor, Harry Amorim Costa. Expus a situação dramática do mico-leão (*Leontopithecus rosalia*), lindo animal ameaçado de extinção. Talvez sobre uns 100 ou 200 exemplares apenas, na natureza. Não temos mais esperanças na atuação do Incra ou do IBDF na aquisição das terras do Vale do São João, no Estado do Rio de Janeiro. A burocracia fará com que as desapropriações, urgentemente necessárias, só se efetivem, possivelmente, quando tiver morrido o último desses bichos!

Felizmente – Graças ao bom Deus! – Harry imediatamente compreendeu a situação. Como o DNOS vai construir uma represa na região, propôs comprar mais terras, de modo a conservar matas protetoras junto aos mananciais d'água. Com isso, o mico-leão poderá ser salvo. Será a sua última chance. Combinei com Harry que Ademar Coimbra Filho o procuraria logo, para tratar dos detalhes das desapropriações. Harry é uma ótima pessoa.

Aventura

Reunião do Comitê do Mico-leão-caiçara na Reserva Poço das Antas

20 maio 1993

SILVA JARDIM, RJ – Apresentei-me para ver um bando de micos-leões reintroduzidos na floresta. Fomos a numa fazenda particular de propriedade de Paulo Freire, talvez um antigo contemporâneo do Ginásio São Bento. Eu estava acompanhado de dois técnicos, uma moça e um rapaz, um fotógrafo e um jornalista da revista Globo Ciência. Desgraçadamente os micos-leões não estavam no lugar habitual. Tivemos que procurá-los na mata, com a ajuda de um rádio. Um dos micos tinha uma coleira com um micro-rádio-emissor.

Subimos um morro, talvez com uns 150 m de altura e depois, perto do cume, descemos um pouco. A floresta é uma capoeira já bem-desenvolvida. A inclinação da encosta era tão forte que em muitos lugares não podíamos propriamente andar. Tínhamos de ir subindo obliquamente, agarrando-nos quase sempre aos troncos de pequenas árvores. Na verdade, adotei a técnica de me atirar na direção de um tronco para agarrá-lo, o que deu certo. Se não me agarrasse numa árvore ou arvoreta, escorregaria e cairia, o que raramente me aconteceu. Numa dessas vezes, apoiei minha mão sobre uma folha de palmeira com espinhos. Precisei depois tirá-los.

Fiquei muito cansado, mas, graças à ginástica que faço diariamente, aguentei o grande esforço sem problemas. O coração está ótimo, graças a Deus. Quando já estava em dificuldade para prosseguir, vimos um pequeno bando de cinco micos. São lindos animais avermelhados, que se destacam na floresta. Belo espetáculo. A volta na floresta foi mais fácil, pois era morro abaixo.

Incrível balé

SILVA JARDIM, RJ – Visitamos e também sobrevoamos, na chegada e no regresso, a Reserva Biológica de Poço das Antas. Tem mais ou menos 5 mil ha. É constituída de morros cobertos por mata secundária (80%) e campos costeiros (20%). Às vezes, os morros são "ilhas" de mata, sobressaindo do campo turfoso.

5 março 1999

Fomos de van (veículo para umas 12 pessoas) a um ponto da mata secundária, numa estrada de terra. Andamos a pé e depois entramos na floresta. Vimos, então, por longo tempo, um espetáculo incrível: um bando de sete ou oito micos-leões-dourados correndo e pulando nas árvores, sem se importarem conosco. Um dos micos chegou a um metro de um fotógrafo. Era um verdadeiro balé de correrias e brincadeiras, incrível. Foi um espetáculo como nunca vi igual. Há na Reserva cerca de 300 micos-leões (a população total da espécie é de mais ou menos 800 indivíduos). Esse bando era o mais manso.

Milésima criatura

BRASÍLIA, DF – Monsã me esperava no aeroporto. Levou-me à Reunião da WWF do Brasil. Foi presidida por José Roberto Marinho, presidente da entidade. Primeiro foi feita uma exposição sobre o mico-leão-dourado, em Poço das Antas (RJ). Foi comemorado o milésimo mico-leão, com muitas publicações, alguns vídeos e fotos, primeira página da revista Time etc. Falei que tudo isso estava bem, mas que me haviam dito, na Reunião do Conama em Joinville, que os predadores estavam diminuindo a população desse mico. O diretor-executivo Garo Batmanian explicou que havia predação em algumas áreas com muitos micos, mas que a situação geral era boa.

2 julho 2001

Mico-Leão-Preto

RIO DE JANEIRO, RJ – No intervalo de uma reunião internacional, eu, José Pedro de Oliveira Costa e Cláudio Pádua apresentamos ao secretário do Meio Ambiente de São Paulo, o professor José Goldemberg, uma declaração pela qual o Governo do Estado transfere ao Ibama a propriedade da Estação Ecológica do Mico-Leão-Preto, no Pontal de Paranapanema. A rigor, esse documento é criticável. O professor Goldemberg hesitou em assinar, mas José Pedro disse que eu assinaria também, o que foi feito. Estava lá perto a sra. Nilza Pinheiro de Athayde Lieli, presidente da Academia

24 junho 2002

Brasileira do Meio Ambiente, que pediu licença e assinou como testemunha. Mais tarde Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica, também assinou. Embora o documento seja criticável, ele é necessário para salvar a área, contornando a burocracia burra. O mico-leão-preto é uma espécie ameaçada. Sua proteção é prioritária e ninguém contesta isso. Apenas apressamos a permissão protetora evitando um atraso perigoso.

Estratégias de Ação
Ararinha

26 maio 1993

SÃO PAULO, SP – Marcos Da-Rê, do Projeto Ararinha, 48930-000, Curaçá BA, fez-me uma exposição dramática sobre a ararinha spixii. Só há um exemplar solto, em Curaçá, a 100 quilômetros de Juazeiro. Há 10 anos havia lá dezenas. Agora falta dinheiro para construir um viveiro e soltar lá uma fêmea para formar um casal. Há 23 exemplares em cativeiro no mundo. Vou escrever ao Peter Berle, da Audubon Society, pedindo ajuda.

Áreas com maior diversidade

Reunião do Conselho da Conservation International

21 fevereiro 1997

UNA, BA – Hoje foi o dia maior, das reuniões aqui na Ilha de Comandatuba. Durante a manhã e por toda a tarde houve exposições técnicas muito interessantes. Russell Mittermeier explicou a estratégia básica da Conservation International. Consiste em preferencialmente concentrar atividades na proteção das áreas com maior biodiversidade. Segundo ele, 1,5% das terras emersas concentram 40% da biodiversidade existente nessas áreas (isso não inclui a fauna e o plâncton marinhos).

Na Reserva de Biosfera de Peten, na Guatemala, há 2 milhões de hectares de florestas tropicais úmidas.

Proteger endemismos

14 março 2001

FLORIANÓPOLIS, SC - Houve Pela manhã, uma reunião do Grupo de trabalho sobre o ZEE (Zoneamento Econômico-Ecológico) e a biodiversidade. Participei dos trabalhos. Disse ao pessoal ali reunido que é necessário estabelecer prioridades concretas, como, por exemplo, criar novas unidades de conservação para proteger endemismos e outras espécies ameaçadas. A criação de corredores para unir fragmentos é outra prioridade.

Pedi que as sugestões fossem bem objetivas, sobre as prioridades que deveríamos estabelecer.

Dia da Biodiversidade

22 maio 2003

BRASÍLIA, DF – Pela manhã, fui com o Monsã ao Parque Nacional de Brasília, para a primeira comemoração do Dia Internacional da Biodiversidade. Foi uma reunião agradável, com umas 100 pessoas, debaixo de um amplo toldo. A ministra Marina Silva presidiu a sessão, tendo à mesa João Paulo Cabobianco (secretário de Biodiversidade), Marcus Barros (presidente do Ibama) e outras autoridades.

O forte da reunião foi a apresentação de uma lista de mais ou menos 380 nomes de animais ameaçados de extinção aqui no Brasil. A ministra fez uma menção muito honrosa e agradável a mim, dizendo que durante a solenidade havia pensado no simbolismo de estarem ali presentes, quase juntos, Paulo Nogueira, representando a história ambiental, e um "menino", representando o futuro do Meio Ambiente. Ângelo Machado, organizador da lista de animais ameaçados, falou com o seu peculiar senso de humor, que os animais ali constantes pensariam de nós.

Excelente ideia!

SÃO PAULO, SP – Ao anoitecer fui ao Horto Florestal da Cantareira. Junto com Eduardo e Lélia Marino, visitei longamente o Cena, o Centro da Fundação Florestal que se dedica à reabilitação e à reintrodução de animais silvestres apreendidos. Hoje é dirigido pelo Fausto.

Foi fundado pela bióloga Ângela Branco, para tratar e reabilitar os animais que o Ibama e o Estado apreendem de contraventores. A finalidade da reintrodução é da nova administração. Excelente ideia! Vi vários Psitacídeos, saguis e bugios tratados cirurgicamente, para se recuperarem de graves lesões e maus-tratos de pessoas desalmadas, que depois os abandonam. Vi centenas de papagaios jovens (*Amazona aestiva*) e periquitos-da-caatinga (*Aratinga cactorum*) em gaiolões, bem tratados e mansos. Devido à sua mansidão não podem ser soltos em qualquer lugar.

Socorro aos cervos

Estive com o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, pedindo a ele socorro para os novos Parques do Iguapec e do Peixe, onde estão os últimos cervos do Pantanal do Estado de São Paulo. Entreguei a ele a mensagem angustiada do professor Maurício Barbanti, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), nesse sentido. Ele me atendeu muito bem e vai entrar em contato com a Cesp (Companhia Energética de São Paulo) pedindo ajuda para salvar os cervos. O problema é que a Cesp está profundamente mergulhada em dificuldades financeiras.

Arara-azul se recupera

Excursão de participantes da reunião de Diretoria do WWF-Brasil

MIRANDA, MS – Pela manhã fomos todos dar uma volta na região, fora da RPPN (Reserva Particular de Proteção Natural), onde estão alguns ninhos de araras-azuis (*Andorhynchus hyacinthinus*). É uma área de vegetação primitiva, onde há uma rede enorme de áreas baixas, quase sempre interconectadas, de lagoas pequenas e de relvados extensos. Cerca de apenas meio metro mais alta, há uma imensa mata seca, subdividida em ilhas grandes e pequenas, onde há árvores e arbustos. Parte dessas ilhas tem vegetação de cerrado, principalmente constituída por árvores pequenas e médias de lixeira (*Curatella americana*). É um ecossistema único, constituindo boa parte do Pantanal. Nessa área existem também árvores maiores. Ali há, às vezes, ocos grandes onde a arara-azul nidifica. Vimos dois ninhos e ouvimos as explicações de Neiva Guedes, responsável maior pela recuperação da arara-azul. Fiz parte da banca que aprovou a sua tese de doutoramento sobre essa ave. Neiva conseguiu quase dobrar a população dessa espécie, que era de aproximadamente 2.500 ou algo maior, e que agora é de cerca de 4.800 exemplares. É uma pessoa extraordinária!!

12 junho 2003

1º agosto 2003

5 setembro 2004

Em 45 fazendas da região, ela trabalha colocando ninhos artificiais que atraem não somente essas araras, mas também patos-do-mato, gaviões, abelhas africanas e talvez Meliponínios. Os ninhos que vimos tinham filhotes vivos (dois em cada ninho), ainda sem penas, mas com bom aspecto. Hoje os fazendeiros da região colaboram com a Neiva, o que permitiu que a ameaça de extinção fosse afastada.

Zoológicos
Primatas raríssimos

23 novembro 1972

GOIÂNIA, GO – Pela manhã fomos ao Ministério da Agricultura, em cujo auditório fizemos uma palestra sobre Princípios Básicos de Ecologia. Logo a seguir falei sobre Elandes. Depois de um intervalo de uns 15 minutos, passamos slides. Após a palestra, fui procurado por Judith e outros alunos da Universidade Católica para falar à noite, mas no meu programa não havia possibilidade de encaixar essa visita. Ficou para outra oportunidade. Indagaram-me também sobre biosfera, biomas e livros de ecologia. Estavam bastante interessados.

Almoçamos no hotel. Após o almoço fomos com Rocha Pombo visitar o Parque Estadual de Goiânia. O veterinário Lázaro Ronaldo Ribeiro Puglia e o diretor Silvio Barbosa, gentilmente, mostraram-nos os vários recintos. Ficamos agradavelmente surpreendidos pela limpeza e também pela variedade de primatas raríssimos, alguns dos quais nunca havia visto antes em cativeiro. Tirei muitas fotos e anotei outros bichos brasileiros que criaram: veados, jacarés, cágados, antas e onças.

Buenos Aires

30 março 1973

BUENOS AIRES, ARGENTINA – Pela manhã, lá pelas 10 horas, saí rumo ao Jardim Zoológico. Caí na asneira de contratar um carro “remis”, que me cobrou quatro vezes mais que um táxi. O motorista, porém, era simpático.

No Zoo, procurei o diretor, sr. Raul Coroleiro, que me atendeu muito amavelmente. Disse-me haver interesse em fazer perguntas sobre o Zoo de São Paulo. Aqui, o jardim tem entrada franca e pertence à municipalidade. Acredito que por isso não vendem animais Eles me afirmaram categoricamente que só lhes interessa trocar. O diretor (que havia recebido o meu telefonema) estava muito ocupado e solicitou à dra. Julia di Sena que me acompanhasse. Ela é quem dirige os cuidados com os animais. O Jardim Zoológico de Buenos Aires tem uma ótima coleção de bichos.

A dra. Julia me contou que o Jardim Zoológico de Buenos Aires se interessa em receber os seguintes animais brasileiros: sagui, jiboia, sucuri, veado campeiro e mateiro, jaboti, jaguatirica e outros felinos, ariranha, coelho-do-mato, urso sul-americano, macacos menos Cebus, pato-do-mato, mutuns, psitacídeos (menos cotovia e papagaio comum), jaguar macho ou casal, tucanos, jacus etc.

A dra. Julia me disse, também, que eles poderiam ceder para troca: garça (abutarda), mará (lebre-da-patagônia), bisões, *Capra hircus* (cabra-preta-anã-africana), lhamas (dois casais), veado axis (três ou quatro), bisão-do-cáucaso, elandes (um casal) e (antílopes) *Cervicapra* (dois casais).

Existem três casais de elandes, que criaram bem. Os recintos, porém, são pequenos e os machos adultos estão separados uns dos outros. Do casal disponível para troca a fêmea tem quatro meses e o macho, um ano. Os exemplares todos estão bem tratados e com bom aspecto. Achei-os, porém, um pouco pequenos em comparação com os nossos. Um dos machos grandes, o reprodutor de reserva, é considerado “nervoso”.

A dra. Julia disse-me que os bisões são aparentemente mansos, mas os tratadores não entram no seu recinto. Vistos do lado de fora das grades, realmente parecem dóceis. O bisão, contudo, é considerado bicho imprevisível, nos EUA. Ela me afirmou ainda que os veados axis são muito difíceis de lidar, devido ao seu temperamento nervoso. Para o público parecem muito mansos, mas não se deixam pegar dentro do seu recinto. (...)

O jacu estava num pequeno viveiro, sob o nome de Jabuticaba! Contei que essa era a denominação de uma fruta, não de uma ave.

As lebres-da-patagônia, marás, vivem soltas no Zoo e criam. A dra. Julia contou que esse belo animal, de porte entre uma cotia e uma capivara, está ameaçado de extinção devido ao avanço das lebres europeias (introduzidas) no seu território. (...)

Vi também um pequeno rebanho de quatro exemplares de bisões-do-cáucaso. Nunca pensei que existisse semelhante animal. Tem uma corcova (cupim) maior que os dos bisões europeus, mas o resto do aspecto é do gado europeu. A cor básica é negra e o porte é semelhante ao do gado Jersey. Disse-me a dra. Julia que receberam os animais do Zoo de La Plata.

Defasagens

ROMA, ITÁLIA – O Zoo tem animais interessantes, mas as suas instalações deixam a desejar. Nos recintos abertos em cima há lama. Além disso, quase todos os que vi são do tipo antigo. Não está à altura da grande capital da Itália.

Vi nada menos de 13 elandes, em três ou quatro recintos vizinhos. Estes mediam cerca de 10 x 30 metros cada um, tinham poucas riscas brancas, estavam gordos e muito peludos, mas o seu tamanho era pequeno. Bem menores que os meus em Nogueirapis. A parte volumosa da ração era constituída apenas por feno de gramíneas, que aqueles animais comiam bem.

Havia no Zoo alguns zebus, incrivelmente ruins e bastante peludos. Vi também vários búfalos, mas eram da raça carabao! Isso é bastante estranho, pois os búfalos da raça italiana são bem diferentes. O carabao é da Indochina. Esses animais estavam fortes e bem nutridos.

Programa Fauna

BRASÍLIA, DF – Durante a manhã estive reunido com uns 15 colegas zoológicos no CNPq, para estudar as bases do Programa Fauna, que visa salvar coleções zoológicas em perigo e dar impulso aos estudos da taxonomia dos animais, ora em crise.

26 fevereiro 1974

19 maio 1980

	Tratamento
10 dezembro 1982	NOVA IORQUE, EUA – Às 11h30 tomei um táxi e fui ao Bronx Zoo. A distância é maior que a relativa ao Aeroporto La Guardia. No Zoo era aguardado pelo diretor, o doutor Wilson Conway, que estava com o doutor Schaller, famoso pesquisador da etologia dos grandes mamíferos (tigres, onças, pandas etc.). Almoçamos juntos e conversamos sobre assuntos conservacionistas. (...) Visitei, depois, a criação de Nyalas do Zoo, acompanhado pelo doutor McNamara. Eu desejava saber como tratar os bernes dos meus elandes e como amansar mais esses antílopes. Sem isso é difícil tratá-los. O veterinário disse-me que os elandes reagem mal aos tranquilizantes. Contudo, o dr. McNamara me deu um catálogo de produtos e aplicadores veterinários que poderá ser muito útil.
	Elandes
27 dezembro 1983	SÃO PAULO, SP – Pela manhã, fui ao Jardim Zoológico, onde conversei bastante com o diretor, o professor Adayr Saliba, e com o colega Ladislau Deutsh. O Zoo paulistano continua excelente. É um dos mais belos e melhores do mundo. Combinei com eles trocar um macho elande por uma fêmea jovem, de minha criação. Meu rebanho está sem machos. O Zoo tem 15 elandes, da raça do Cabo, com riscas brancas. Estão lindos. Não conheço outro rebanho tão bom.
	Elefantes raros
14 abril 1986	BELO HORIZONTE, MG – Foi uma ótima visita. Com verbas reduzidas conseguiram fazer muita coisa. A parte veterinária é simples, mas limpíssima, e dá ótima impressão. É notável a presença de um casal de elefantes africanos, coisa raríssima nos zoológicos do mundo. Os antílopes Kobs estão criando bem e com bom aspecto. Os elandes (sete) são bonitos e bem-desenvolvidos. Na coleção de psitacídeos, os <i>Amazona vinacea</i>, jandaia, arara-canindê (<i>Ara ararauna</i>), criaram.
	Dieta vermelha
1º março 1987	HONG KONG – Visitamos primeiro o Jardim Botânico, aberto ao público. É pequeno, mas bem tratado. Abriga também um mini-Zoo, com uma boa colônia de flamengos e guarás tão vermelhos como nunca vi iguais, nem na natureza. Devem comer uma dieta especial, enriquecida com esse objetivo. Vi também periquitos de cauda longa, voando soltos. As plantas do Jardim Botânico são francamente subtropicais: paineiras-da-india (<i>Bombax malabaricus</i>) em início de florada; <i>Aglaia odorata</i>, diferente das plantas em São Paulo, pois o pé é menor e as folhas têm folíolos maiores e não crespos. É preciso ver se as nossas estão corretamente identificadas, pois a espécie é chinesa. Vi também áreas classificadas como <i>Chrysalidocarpus lutescens</i>, a magnólia amarela (aqui <i>Michelia alba</i>). <i>Lagerstroemia cheflera</i>, hibisco da praia (<i>Hibiscus tiliaceus</i>), <i>Holmskioldia sanguinea</i>, lantana de flores roxo-claras (<i>Lantana montevidensis</i>). <i>Ixora murta</i> (Murraya). É preciso checar o nome pelos quais estamos classificando as <i>Areca aglaia</i>. Vi flamboyants (<i>Delonix sp</i>), agora sem flor, mas com bom aspecto.

	Pequenas populações
	<i>Palestra no XXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Zoologia</i>
	ITAJAÍ, SC – Para um auditório cheio, com cerca de 300 pessoas, falei sobre os fragmentos florestais e a sobrevivência de pequenas populações. Expliquei os problemas genéticos, decorrentes do princípio de Sewall Wright, também chamado princípio da deriva genética. A perda de genes alelos, devido a essa deriva, ocorre ao acaso. Assim, fragmentos territoriais vizinhos podem manter material genético diferente, que é possível reunir através das matas ciliares. Além disso, expliquei o efeito <i>bottle neck</i>, ou seja, as populações que diminuem de tamanho até chegarem a um gargalo e depois começam a aumentar, novamente. A reposição prática de genes alelos que são perdidos quando a população era pequena, e que foram praticamente repostos por mutações selecionadas pela ação das condições ecológicas locais, foi também por mim abordada. Trata-se de fato comprovado, mas pouco conhecido pelo "respeitável público" em geral. Estava num dia de fala boa e segura, sem ler qualquer texto. Parece que gostaram. Referi-me, também, à viagem de ontem, de avião monomotor com Lauro Bacca. Salientei a importância genética dos fragmentos que depois poderão ser reunidos através de corredores de matas ciliares e de matas de cumeadas de serras.
	Criadouros e Viveiros Frutas para aves
	Sábado. Fui à Fazenda Jatiara. As despesas foram muito grandes. Fizemos as últimas plantações de árvores nesta estação chuvosa. Comecei a preparar um novo bosque de árvores atraentes para as aves, numa das capineiras. Perto da sede estou preparando um bosque deste tipo há uns dois anos. Hoje tirei dali algumas plantas frutíferas de consumo humano, para deixar o local apenas com árvores para aves. Hermes Moreira de Souza me disse, há dias, que não sabia de bosques plantados só com árvores atraentes para aves.
	CAMPINAS, SP – Passei boa parte do dia na fazenda Jatibaia completando a plantação de um bosque (ainda muito aberto) destinado às aves. Plantamos 32 mudas, de 17 diferentes espécies.
	Plantei outro bosque de árvores atraentes para aves, na área oeste do cafezal de Jatibaia, no início e lados de uma gruta. Aliás, coloquei com Adão Benacchi as mudas no lugar, para plantio amanhã.
	Fera <i>Visita a Wildlife Ranching, fazenda de criação extensiva de animais selvagens próxima à capital do Quênia.</i>
	NAIROBI, QUÊNIA – A casa-sede da fazenda é sui generis. Tem uma grande área central, cônica, de teto alto, coberta de papiro seco. No centro da sala há uma imensa lareira, com um funil de ferro invertido para receber a fumaça. As paredes externas são quase todas de vidro. A grande surpresa, porém, estava reservada para a volta do passeio. Mansamente, devagar, veio chegando um cheetah (também conhecido como guepardo), pintado, do tamanho de uma onça parda. Ele

foi se dirigindo para o meu lado, o que despertou em mim negros pensamentos. Do tipo: “Vim de tão longe, sempre defendi os animais e logo agora vou terminar meus dias aqui, nos dentes desse bicho...” Mas a fera era realmente mansa e não ligou muito para ninguém, nem para os três cães bull terriers, que foram brincar com ela.

O dono do grande criadouro, um britânico nativo, contou que tentaram matar alguns dos seus animais, mas os invasores foram mortos. Horrorizado com essa violência, arrisquei-me a lhe questionar se não seria possível prender os invasores. Ele me respondeu, rispidamente, que eu não entendia sua cultura. Fiquei horrorizado. Em outra ocasião, numa viagem de helicóptero no Zimbábue, perguntei a um alto funcionário o que eles faziam quando encontravam caçadores nas Unidades de Conservação. Ele respondeu que atiravam primeiro. Também fiquei horrorizado ao saber que não procuravam prender.

Divisão interna

28 março 1986

Sexta-Feira Santa. Hoje andei bastante pela minha Fazenda Jatiara, em Luziânia (GO), vendo algumas coisas e planejando outras. O cerrado dos elandes (divisão interna de 1 hectare) ficou ótimo, muito bem feito. Vi um bando de papagaios comuns, outro de periquito Aratinga aurea, um tucano, uma saracura, um bando da ararinha-maracanã etc. Medi as plantas do bosque grande para as aves.

Elandes na África

18 setembro 1986

MASVINGO, ZIMBÁBUE – (...) A instalação, em torno da qual vi cerca de 23 elandes adultos, é um curral circular, feito com madeira tratada de eucaliptos. Há também um tronco circular, em volta do curral, para pesar, tratar e distribuir os animais, inclusive dirigi-los ao banheiro carrapaticida. Havia três recém-nascidos ou muito novos. Esses elandes são mantidos junto ao curral, logo que nascem. Quando chegarem as mães, começarão a dar de mamar. O administrador Norman, como eu também faço, dá ração para atrair os elandes e mantê-los mansos. Além disso, dão também alfafa, que plantam ali perto e é tremendamente apreciada por esses animais. (...)

O rebanho de elandes é o antigo, que foi de Posselt, pioneiro na domesticação desses animais.

Eles também criam ou manejam o antílope Sable, muito bonito, grande, com longos chifres recurvados para trás. É um animal manso (criaram os primeiros desde filhotes). A criação é feita também desde os tempos de Posselt. Além disso, manejam búfalos silvestres, dos quais vi um, bastante manso. Os elandes são imunes à aftosa, o que não ocorre com os búfalos. Não vi carrapatos nos elandes. O seu couro é liso e bonito. É curioso notar que a solução de trazer os filhotes para o curral, logo que nascem ou pouco depois, foi executada por mim e por eles aqui mais ou menos na mesma época, e por motivos diferentes. Mas em ambos os casos foi uma medida de decisiva importância para a criação semiextensiva desses antílopes.

Egito Antigo

CAIRO, EGITO – Vi no Museu Egípcio dois altos-relevos mostrando antílopes e *Ibex sp*, um carneiro selvagem das montanhas. Os antílopes poderiam ser o *Oryx* e as gazelas do deserto e o elande (*Taurotragus oryx*). É a conclusão a que se chega examinando a forma dos chifres desses animais, nos baixos-relevos do Velho Reinado, que estão expostos nos locais 36, 41 e 46 do andar térreo do museu. O elande não parece muito típico, mas a forma dos chifres não é a de outros animais. Poderia ser, contudo, um *Oryx*, pois os chifres estão mais finos que os do elande, e o animal é mais baixo. A postura dos homens, com uma das mãos segurando o chifre, e com a outra dando de comer, e o fato de haver uma coleira no pescoço, mostra que se tratava de antílopes domesticados.

Papagaios e saguis

LUIZIÂNIA, GO – Sábado. Fui à Fazenda Jatiara, onde pernoitei. Semeamos *Vitex negundo*, *Inga edulis*, *Erythrina verna* etc. Plantamos *Russelia equisetifolia*. Uma das coisas mais bonitas e interessantes da Fazenda Jatiara é o bando de mais ou menos 20 papagaios-de-cara-amarela (*Amazona xanthops*), procurando os frutos das *Mutingia calabura*, cujas árvores foram plantadas próximas à sede. Parece que esses frutos constituem na fazenda o seu principal sustento. No viveiro de plantas da sede, há 27 árvores de calabura. Outras tantas estão espalhadas em vários lugares (principalmente em volta da capela), também na sede da fazenda. Estou agora fazendo umas 130 mudas dessa planta formidável, que alimenta as aves o ano todo. Hoje vi também, no bosque-viveiro de plantas, quatro saguis nativos, da espécie *Callithrix pennicilata*: também aparentemente se alimentam dos frutos de calabura.

Fazenda de caça

Sábado. Fui à Fazenda Jatiara com Lucia e também com Trajano Silva, criador de antílopes elandes e diversos outros ruminantes silvestres em Dourados (MS). Somente eu (desde 1969) e ele criamos elandes no Brasil. Foi uma conversa muito agradável. Ele achou que os animais do meu rebanho estavam um pouco menores do que os dele, e com pelagem inferior. É possível, pois nas fotografias que ele nos mostrou, seus animais estavam super em forma. A meu ver a razão básica para isso é o fato de as terras serem muito mais férteis em Dourados. Apesar disso, porém, o estado dos meus elandes é normal, ou quase.

BRASILIA, DF – Almoçamos no Fritz, com Trajano Silva e depois o levamos ao aeroporto. Ele está criando elandes e outros animais para fazer uma fazenda de caça. Cobrará US\$ 2 mil por elande macho morto. A minha concepção do uso de elandes é diferente. Penso em mantê-los domesticados, como estão, vendendo reprodutores. Comercialmente, Trajano fará sucesso. Estive em sua fazenda, em Dourados (MS), mas depois perdi contato.

LUZIÂNIA, GO – Domingo. Percorri também coleções experimentais (de plantas da Fazenda Jatia- ra), observando os efeitos da seca, agora no fim. Uma ema macho está chocando dez ovos. Nasceu um filhote de ganso, em ovo chocado por uma galinha. As araras botaram ovo! Vi um bando de umas dez maracanãs.

27 setembro 1986

25 abril 1987

16 julho 1988

17 julho 1988

10 setembro 1989

Mutum

22 fevereiro 1991

BELO HORIZONTE, MG – Juntamente com Roberto de Avelar Azevedo, fui visitar a sua extraordinária criação do quase extinto mutum *Crax blumenbachi*. Ele já possui cerca de 260 exemplares a partir de apenas 11.

Cria os mutuns em pequenos recintos de 3x3x3 metros de alvenaria, exceto na frente. Há uma abertura de 1 x 0,60 m, aproximadamente, no teto com tela. O piso é de terra batida, o que Roberto acha muito importante para não prejudicar as patas dessas aves. Há um só poleiro, embaixo do qual existe uma tela para acolher possíveis ovos. Estes são sempre chocados em chocadeira. Os indivíduos defeituosos, poucos, ao que parece, são eliminados. A criação é um sucesso e prova que, mesmo a partir de poucos exemplares, é possível refazer uma população quase extinta.

Lagoas extrativistas

Intervenção durante sessão de palestras da Conferência Rio+5

14 março 1997

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em cujo auditório assisti a algumas palestras sobre o meio ambiente amazônico e seus problemas. Na hora das perguntas e intervenções, pedi a palavra e sugeri que se criassem lagoas extrativistas. contei um episódio em que, anos atrás, o governador (do Amazonas, Gilberto Mestrinho) me convidou, com a Mary Allegretti, para um programa de TV (dirigido por Ferreira Netto). Mestrinho mostrou um filme, sobre um caso famoso, em que um jacaré, numa lagoa, comeu a perna de uma pessoa. O governador queria mostrar uma situação difícil para nós ambientalistas, para saber nossa resposta.

Logo após o filme, disse ao governador: “O melhor, a meu ver, é entregar às populações locais a gestão dos recursos naturais dessas lagoas. É do interesse das populações fazer uma boa gestão, pois disso dependerá a vida dos que ali vivem!” Isso deve ter surpreendido o governador Mestrinho. Contudo, durante anos essa sugestão, que repeti em diferentes lugares, não foi implantada. Somente agora, em Mamirauá, estão fazendo isso. (Aproveitei a ocasião para sugerir a implantação de criadouros semiextensivos, reutilizando os alimentos fornecidos pela natureza e controlando os predadores.) De acordo com minha experiência, não é possível criar economicamente animais silvestres vertebrados, à base de rações, fabricadas comercialmente por indústrias.

Viveiro espetacular ameaçado

25 junho 2003

SÃO LUIZ DO PARAITINGA, SP – Fui com Lélia Marino e Daniela Coutinho ao criadouro da Cesp, em São Luiz do Paraitinga. Em outro carro, foram Fausto Campos, Eduardo Boulardin e um outro engenheiro agrônomo. Nunca em minha vida vi tantos mutuns juntos num viveiro espetacular, cerca de 40 casais, também, inclusive soltos; há numerosos jacus-guaçus, jacus-pembas, jacus comuns etc. Criam também muitos macucos-da-serra-do-mar. Os mutuns (*Crax fasciolata*) estão todos presos. Os jacus grandes que vi foram criados lá: alguns estão presos e outros (cerca de 40) soltos.

A barragem de São Luiz do Paraitinga é espetacular, pois tem 90 m de altura. Na sua base, junto à barragem há muitos e grandes tanques de criação de peixes. O criador-chefe da Cesp é o Paulo Rodolfo César. Está fazendo um trabalho notável, que vive, porém, dias decisivos. As hidrelétricas estão sofrendo grandes prejuízos. Não se sabe ao certo se a Cesp vai continuar esse trabalho valiosíssimo.

Exigências burocráticas

BRASÍLIA, DF – Estive, com Monsã, também no Ibama. Conversei com Ricardo Soavinski, do Setor de Fauna. Reclamei da demora incrível na aprovação do meu criadouro em São Simão (cerca de dois anos), tendo eu atendido todas as exigências que me fizeram, inclusive algumas absurdas. É o caso da declaração humilhante, que tive que fazer, de que conhecia a legislação ambiental (que ajudei a fazer!). Depois tudo se normalizou satisfatoriamente.

15 setembro 2005

P.S. 2009: Os meus criadouros de São Simão (SP) e Luziânia (GO) já estão registrados.

Caos no licenciamento

SÃO PAULO, SP – Cheguei a tempo de participar da Semana Temática de Biologia, promovida no Instituto de Biociências da USP, no auditório principal. Juntamente com o professor Miguel Trefaut, da Zoologia, pessoa muito competente e ambientalista, passamos a examinar a difícil situação então existente no Ibama, na concessão de licenças para captura de animais silvestres.

26 setembro 2005

Estava presente um rapaz do Ibama. Ele disse ser favorável a conceder licenças mais rapidamente e com mais facilidade. Contudo, seus argumentos, na minha opinião, caíram por terra quando nos disse que apenas duas pessoas davam essas licenças em todo o Brasil: ele e uma colaboradora sua. O rapaz do Ibama mostrou boa vontade, mas havia certamente um inegável caos. A sala estava cheia de jovens cientistas e estudantes da USP. Sai de lá pessimista com relação as licenças para capturas de animais silvestres existentes na Federação Brasileira, para fins científicos.

Dois anos sem licença

Pela manhã, em Brasília, fui ao Ibama onde conversei com o biólogo João Pessoa e outro companheiro de seus trabalhos. Sob a direção de Ricardo Soavinski, amigo meu, eles cuidam dos Criadouros de Animais Nativos do Ibama. Já havia requisitado de São Paulo o processo de meu criadouro, que mantenho em São Simão na Fazenda Aretuzina. Tive que atender a umas 13 exigências, inclusive a uma absurda declaração de que conheço a legislação ambiental. Participei da sua elaboração e ainda participo!

1º dezembro 2005

Elande, o retorno

LUZIÂNIA, GO – Após almoçar com outras pessoas, Beatrizinha Meyerson saiu para passear a cavalo, na estrada principal de acesso à minha fazenda Jatiara. Voltou com uma grande novidade: viu, perto do final da grande reta da estrada interna, no planalto, uma elande. Imediatamente fomos para lá na perua Ford Ranger com tração nas quatro rodas. Confirmamos: havia mesmo uma

29 março 2006

20 junho 2006

elande, grande, bonita, sem bernes visíveis, junto com gado (umas 20 cabeças) e alguns cavalos, nos pastos da entrada. Essa elande quebrou um galho de uma árvore e comeu suas folhas, tran- quilamente. Fiquei muito contente, mas algo receoso, pois a elande e o gado estavam em cercado da fazenda, mas na área vizinha à que foram libertados. O principal, porém, valeu a pena ver: uma elande mansa e solta, ok!, em Jatiara. Há lá um bando.

Vi também um bando de alguns jacus (*Penelope sp*), algumas saracuras e mutuns, perto das casas da sede da fazenda. Foi muito interessante mesmo!

Criação e posse de animais silvestres

BRASÍLIA, DF – Lá pelas 10h30 fui com Monsã a uma reunião das Câmaras Técnicas do Conama da Biodiversidade e da Área Jurídica, que teve início com algum atraso. Foi presidida pela professora Bety Hoffling, que muito admiro na USP e em outras entidades. Era uma reunião conjunta de am- bas as câmaras. O assunto foi o Projeto de Resolução sobre os animais de estimação da fauna na- tiva, ou seja, da guarda desses animais por pessoas que os mantêm em casa ou em áreas próximas.

Um rapaz do Ibama disse que esses animais devem ser retirados das pessoas que os mantêm por estimação, para que eles sejam entregues pelo Ibama a outras pessoas. Custei a acreditar nes- sa monstruosidade. Admito que as pessoas que maltratam os animais não sejam autorizadas a mantê-los. Mas retirar de pessoas enfermas ou idosas, ou quaisquer outras, esse animais de esti- mação é coisa inaceitável. Muitas vezes esses animais morreriam e também os seus donos, como já ocorreu. O jovem funcionário do Ibama disse com toda desfaçatez, ou “cara-de-pau”, que não teria importância que muitos animais morram dessa maneira (e talvez também os seus donos, como eu entendi). Não teria importância porque depois a situação se normalizaria. Ao ouvir essas barbaridades fiquei furioso, o que rarissimamente me acontece. Disse em voz alta e firme que não aceitava isso e que no plenário do Conama lutarei com todas as minhas forças contra isso.

O então competente diretor de Fauna do Ibama, Rômulo Mello, pediu a palavra e relatou casos dramáticos, muito impressionantes, em que ele mandou que os animais permanecessem com os seus donos. Se não tivesse feito isso esses donos teriam morrido. Depois de ouvir isso, disse a todos, em voz alta, que o Rômulo atendeu à norma do amor ao próximo.

Um final feliz e consensual

30 novembro 2006

Nessa reunião de hoje, debatemos no Conama a questão do direito de posse de duas aves por pessoa, dado a quem se obrigar a mantê-las como depositário legal.

Era um assunto muito polêmico, pois alguns diziam que essa posse incentivaria o comércio ilegal (tráfico) de aves e de outros animais silvestres. Para mim foi uma agradável surpresa participar desse final feliz e consensual. Houve uma ocasião, há meses, em que a ONG que combate o tráfico fez protestos bastante exagerados sobre essa permissão para manter animais silvestres nativos. Fui sempre favorável à Resolução do Conama nesse sentido, pois separar pessoas e animais de estimação pode matar a ambos e não resolve nenhum problema sério. Graças a Deus ninguém irá me separar dos meus caitetus, aliás, por ter dois criadouros reconhecidos pelo Ibama: São Simão (SP) e Luziânia (GO).

Entendimento possível, com a ajuda de Deus

Reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e Fauna. A reunião começou com um ambiente difícil. De um lado a Anda, ONG de Minas Gerais, queria incluir no projeto dispositivos referentes à punição de maus-tratos aos animais. Rômulo Mello, diretor presidente no novo Instituto Chico Mendes, e também o pessoal mais próximo ao grupo de criadores de animais e eu procuramos convencer os presentes de que o projeto em discussão se referia à criação e venda apenas de animais de estimação.

Para mim foi uma grata surpresa ver que as discussões se tornaram mais rápidas e, sobretudo, mais compreensivas. Às 18 horas o projeto já estava pronto e acabado.

A reunião foi cansativa, mas proveitosa. Ao meu lado estava um advogado, Sampaio, que repetia que ninguém devia retirar animais da natureza, pois com isso desrespeitaria a Constituição Fede- ral. A sua argumentação me parecia exagerada, mas inofensiva. Depois verifiquei que não era bem assim. Ele era totalmente contrário a quaisquer capturas de aves e outros animais na natureza, mesmo que fossem alguns poucos indivíduos para servirem como matrizes. Citei várias vezes o caso do *Oryx* da Arábia. Pouco mais de dez animais foram capturados na Arábia e levados ao Arizona, nos EUA. Hoje são criados tantos exemplares que a Arábia já está sendo repovoada pelos mesmos. Eram caçados com jipes e metralhadoras por alguns príncipes. Hoje são protegidos. Mas o Sampaio continuava com as suas ideias anticriação de animais silvestres.

No hotel, degustei a deliciosa canja que fazem lá e tomei um bom vinho tinto chileno. Mas devo dizer que estava bem cansado. A tarefa dos Grupos de Trabalho das Câmaras Técnicas do Conama é buscar, até onde for possível, um consenso, mesmo que seja relativo. Ao presidente da Câmara (eu) cabe promover um entendimento sobre as questões em debate. Não é fácil. Realmente, não é fácil. Mas é possível, com a ajuda de Deus.

Criação e posse de animais silvestres

87ª Reunião Ordinária do Conama. Finalmente discutimos e votamos a resolução sobre a criação e posse de animais silvestres de estimação. Estive o tempo todo na linha de frente dessa discussão, pois sou o presidente da Câmara Técnica da Biodiversidade, por onde o projeto passou com muitas discussões. Estas se renovaram no plenário. O grupo das ONGs ambientalistas das regiões brasilei- ras, sob a liderança da Cristina Chiodi, presidente da Anda de Minas Gerais, se opôs vigorosamente ao projeto. Eles são contrários a domesticação de qualquer tipo de animal silvestre. Só admitem a criação com propósitos conservacionistas. Acontece, porém, que em milhões de casas, no Brasil, há aves silvestres em gaiolas, muitas vezes em condições precárias. É, porém, possível evitar essa posse desordenada. É indispensável, inclusive sob o aspecto humanitário, regulamentar essa ques- tão. Do contrário a atual situação caótica permanecerá. Os ambientalistas radicais não veem isso. No último ano, a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo apreendeu 36 mil aves transportadas clandestinamente, em situação miserável. Isso não pode continuar. A proibição total da posse de animais silvestres significa manter a atual situação, que é horrível e desastrosa, fora de controle.

Os opositores ao projeto propuseram coisas disparatadas, como proibir a posse de animais que se afastam das pessoas. Como controlar isso? A resolução permite, porém, proibir a posse de animais pertencentes a espécies que não se adaptam ao cativeiro.

7 agosto 2007

Em 2009 fui eleito no Cona- ma presidente da Câmara Técnica de Unidades de Conservação.

18 setembro 2007

19 setembro 2007

Para mim foi um dia difícil, muito cansativo, pois frequentemente tive que ir à tribuna para esclarecer situações disparatadas ou absurdas ou erradas, que contrariavam ou impossibilitavam a resolução. Esta é uma solução de bom senso desejada pela imensa maioria das pessoas. Além do mais estamos regulamentando várias leis já aprovadas pelo Congresso. A sessão foi suspensa por requerimento de contagem de quorum. Foi bom, porque havia uma discussão exaltada e o Conama precisa trabalhar em paz.

Finalmente conseguimos aprovar o Projeto de Resolução sobre a Criação e Posse de Animais Silvestres.

Apreciação da natureza
A cratera Ngorongoro

19 abril 1975

NGORONGORO, TANZÂNIA – Pouco antes de chegar à entrada da Área Conservacionista de Ngorongoro, vimos na estrada um bando de uns 40 macacos babuínos. Mais adiante, outro bando menor. Eles são relativamente mansos, mas quando o nosso lory (perua Land Rover) se aproximou, prudentemente eles se afastaram, internando-se no matagal ao lado do caminho.

No início, dentro da Área Conservacionista de Ngorongoro, o caminho passa por uma floresta onde há grupos de árvores gigantescas, no meio de uma vegetação densa, secundária, de uns 2 ou 3 m de altura. No outro lado de um vale, a floresta primitiva era muitas vezes compacta. Adiante, a vegetação era mais aberta, com áreas de capim kikuio, arbustos e plantas herbáceas. Assim, chegamos ao Lodge Hotel, de onde se vê do alto toda a linda cratera de Ngorongoro, com seus 30 ou 40 km de diâmetro. É rodeada por elevações de cerca de 600 metros de altura. No fundo, um bosque de *Acácia*, pequeno, e uma grande planície coberta por campinas, com um lago maior (com grande praia de areia a descoberto) e outros lagos menores.

Comemos um lanche no carro mesmo e descemos ao fundo da cratera, junto com um guarda-guia masai e o motorista. Nas encostas há Euforbiáceas grandes, de uns 4 ou 5 metros de altura e apresentando uma forma que de longe lembra a da nossa *araucária*. Nas planícies da cratera há grandes manadas de gnus e zebras. Vimos vários chacais e uma meia dúzia de hienas. Estas eram tão mansas que mal se afastavam do caminho. (...)

As campinas têm uns 2/3 de gramíneas. O resto são plantas herbáceas rasteiras. Vi 2 bandos de elandes, um com 42 exemplares e outro com 18. Também havia cerca de uma dúzia, algo isolado, mas não muito longe entre si. Todos estavam em ótimo estado e fortes. Distância de fuga: cerca de 100 m. Alguns poucos exemplares (machos provavelmente) sobressaíam-se por seu tamanho um pouco maior.

O Land Rover quase encostou num casal de leões e depois num leão macho isolado, machucado nas costas. Não mostraram ter nenhuma distância de fuga do nosso veículo. Chegaram até a se refestelar na nossa frente. Vimos também de perto quatro enormes elefantes, comendo junco, num brejo. Avistamos outros, mais ao longe, inclusive nas encostas da cratera. As árvores do bosque de *Acácia* mostravam cicatrizes causadas por esses animais. Avistamos muitas gazelas, das espécies maior (*grant*) e menor (*thompson*). Também vimos meia dúzia de hipopótamos, inclusive dois filhotes, nadando numa lagoinha junto a um charco. No lago da cratera havia algumas centenas de flamingos e outras espécies. Nessa viagem estava conosco o embaixador e amigo Marcos Azambuja.

Parque Nacional de Serengeti

Também na Tanzânia, perto de Ngorongoro, sobrevoamos, em pequeno avião monomotor, as imensas planícies de Serengeti. Foi o maior espetáculo possível de vida animal mamífera. Sobrevoamos bandos, com centenas ou mesmo milhares de gazelas, gnus, zebras, antílopes diversos, seguidos de perto por grupos de leões, hienas e outros animais em menor número como girafas e chacais.

Visita ao Parque Nacional de Tsavo, no Quênia

26 abril 1975

Logo na entrada, vimos alguns esquilos mansos. Em seguida, a uns 200 metros da porteira, avistamos alguns gordos *waterbucks* (antílopes), contrastando com o magro gado que vimos fora do parque. Distância de fuga: cerca de 50 metros, apenas. Os waterbucks estavam numa savana seca, ainda sem capins verdes. Contudo, o solo estava úmido, pois já haviam caído as primeiras chuvas da estação. (...)

Almoçamos no Kilaguni Lodge, avistando às vezes nesgas do Kilimandjaro, quando as nuvens o permitiam. Dezenas de pássaros vinham até o parapeito do terraço do hotel para comer pedaços de pão. Um bando de babuínos bebia água no lago defronte. Alguns quase entraram na janela de um quarto. Almoçamos nesse ambiente agradável. Saímos do hotel e rumamos para Mombasa, dentro do parque. Vimos vários bandos de elefantes, um deles com 15 exemplares. Encontramos um bando de impalas: umas 20 fêmeas e um só macho. Avistamos dois bandos de hartebeest e alguns rinocerontes.

Perto de um arroio, pastando nos arbustos, vimos cerca de seis girafas. À sombra de árvores, dois pequenos bandos de zebras descansavam. Mais adiante estavam uns dez hartebeest. Os baobás do parque estão bastante estragados pelos elefantes, que os usam para limpar suas presas de marfim. (...)

Paramos o carro junto a dois rinocerontes negros. No dorso de um deles estavam duas aves, que comiam seus parasitas. O motorista não quis se aproximar muito, pois às vezes os mamíferos investem contra o carro. Contudo, chegamos a uns 20 m de distância. Os rinocerontes comiam as folhas de um arbusto. (...)

O Parque Nacional de Tsavo é realmente imenso. Seguramente é um dos maiores do mundo. Embora o lado oeste da rodovia, mais além de Voy, na direção de Mombasa, esteja fora da área protegida, é mínima a diferença com a parte leste, pertencente ao parque. Apenas em alguns lugares há algumas casas, quase todas muito pobres, como a nossas choupanas de pau-a-pique. (...)

Atravessamos Mombasa às 17h45, aproximadamente. Ruas estreitas, muita gente caminhando, tráfego movimentado de veículos. Nenhum branco andando a pé. Mangueiras frondosas, muitos coqueiros. Chegamos ao Serena Beach Hotel, e logo saímos para ir à missa na Catedral Católica. Infelizmente o horário não conferia com o que estava afixado no hotel, de modo que perdemos a viagem. Num cruzamento, passou por nós o presidente da República Kenyata, precedido e seguido por batedores e carros da polícia. Há dias jogaram aqui algumas bombas. (...)

Retornamos ao hotel, por volta das 19 horas. Fizemos um passeio a pé pela praia. A lua cheia espelhava-se nas águas mansas do Oceano Índico. Não havia arrebentação. Parecia que estávamos à beira de um lago. Na praia, junto ao mar, caranguejos corriam de um lado para outro. Entre nosso quarto, num hotel ou casa pequena, e a praia, os coqueiros balançavam suas folhas ao vento brando vindo do mar.

Lavei minhas mãos no Índico. Agora já conheço os três grandes oceanos da Terra: Atlântico, Pacífico e Índico. Olhando para aquelas águas banhadas pelo luar, pensei em Vasco da Gama e nos nossos ancestrais lusitanos, que daqui partiam para a Índia. E pensei também na extensão da Federação Brasileira, tão distante, extremamente distante...

Jantamos no hotel, comemos peixe com vinho Chably, num ambiente bonito, com arquitetura inspirada na estrela árabe. Depois ouvimos música instrumental, com uma excelente orquestra. Músicas muito bonitas, inclusive música popular nordestina. Dancei com Lucia, embora dançar não seja o meu forte. Ao contrário, dizem os amigos.

Fauna amazônica

27 julho 1975

MANAUS, AM – (...) Durante todo o passeio de hoje não vi nem fui mordido por nenhum mosquito. Isso, apesar de termos percorrido regiões florestais e lacustres. Acredito que a cheia do rio, espalhando peixes por toda parte, tenha acabado com os insetos. Também é necessário considerar que as águas do Rio Negro impedem a criação de mosquitos.

P.S. 2009: Como tirá-lo de lá e soltá-lo? Não encontrei solução, pois a Sema não poderia apreendê-lo. A fauna era do IBDF.

No que se refere à fauna aquática, vimos uma piranha amarrada pela cauda, na casa de um caboclo; um boto no "encontro das águas" do Solimões e o Negro. Observei papagaios; três garças, um martim-pescador, quatro ou cinco gaviões, muitos anus pretos (*Crotophaga ani*), inclusive um bando deles perseguindo um gavião. Vi algumas outras aves. Passamos por uma grande tartaruga morta. Além disso, na mesma casa de caboclo onde se achava a piranha, havia um filhote de jacaré amarrado pelo pescoço. Perguntei o animal estava à venda, e a menina que o exibia disse que não. Certamente obteria mais dinheiro fazendo o jacaré "posar" para os fotógrafos turistas.

Garça-do-gado

Excursão pela Rodovia Transantaneira

13 novembro 1976

POCONÉ, MT – Na Fazenda Jofre, e apenas ali, registrei um fato importante, sob o aspecto zoo-geográfico. Vi a formosa garça-do-gado (*Bulbucus ibis*), de origem africana. É a quarta vez que a ave é constatada no Brasil, fora da Ilha de Marajó. Willian Beton a viu no Rio Grande do Sul em 1974, e José Carlos Reis de Magalhães a avistou na Fazenda Barreiro Rico (perto da confluência dos rios Tietê e Piracicaba), em São Paulo. José Cândido de Melo Carvalho a observou, em 1979, no Nordeste, no médio Rio São Francisco.

Essa ave é de origem africana. Apareceu em Marajó nos fins do século passado e depois surgiu na América do Norte, onde hoje é numerosa ao Sul de Nova Iorque. Vi aqui na Fazenda Jofre dois bandos dessa garça a uns 3 km um do outro. Num deles estavam seis exemplares e no outro 12. Acompanhavam o gado (para comer insetos por ele afugentados), tal como vi fazerem nos EUA. (...)

Entre as aves aquáticas, na Fazenda Jofre, vimos muitos jaburus, há chamados tuiuiús (*Mycteria mycteria*). Desci do carro, com o engenheiro Rodolfo, para fotografar um bando de dezenas deles, junto a uma pequena lagoa, num banhado. (...)

Vimos ainda outra ave parecida, a cabeça-seca (*Tantalus americanus*), além de numerosos pernaltas ibis negros (*Mesenbrinibis cayennensis*), socós e garças (*Ciconiformes*) e inúmeros ferrões (*Jacana spinosa*), estes aos pares ou isolados. Os ibis destacam-se pelos grandes bicos encruzados, próprios para retirar invertebrados (oligoquetas, minhocas etc.) da lama.

200 periquitos

LUIZIÂNIA, GO – Do aeroporto fui à fazenda (Jatiara), onde devido às chuvas intensas está surgindo água em inúmeros lugares. Os trabalhos de plantio estão um tanto atrasados. Vi um bando de 200 periquitos (*Aratinga aurea*), lindo espetáculo. Procuravam comer sementes de uma planta herbácea.

15 janeiro 1977

Ararinhas azuis

BRASÍLIA, DF – À tarde estiveram na Sema dois assistentes do professor H. Sick, do Museu Nacional. Eles descobriram que o Raso da Catarina é um dos locais onde são procriadas as ararinhas *Anodorhynchus leari*, espécie que se considerava extinta na natureza! Vamos logo redefinir os limites do Raso, para incluir outros criadouros naturais dessa raríssima ave. Também localizaram exemplares do quase extinto macuco-do-nordeste, na projetada Estação Ecológica de Murici, em Alagoas. Infelizmente, porém, não há mais lá o mutum-de-marcgrave, que parece ainda habitar restos da mata dos tabuleiros de São Miguel. Está, porém, no fim.

11 março 1979

P.S. 2009: Dizem que os plantadores de arroz matam esses periquitos. O fato é que nos dias atuais, essa espécie não é mais abundante na região sul de Luiziana.

Aquidauana

AQUIDAUANA, MS – A fauna também merece destaque. Vimos numerosas aves aquáticas, como garças, socós, tuiuiús, mergulhões e uns dois patos-do-mato. O que, porém, mais me chamou a atenção foram os numerosos jacarés, muito mansos, que viam o barco passar sem se assustarem. Alguns eram de grande porte, alcançando 2,5 metros ou mais. A distância de fuga dos jacarés era de apenas uns 30 ou 40 metros. Contudo, os exemplares maiores pareciam ser um pouco mais ariscos, mas sua reação à nossa passagem se limitava a entrarem na água, parcialmente. Avistamos umas duas ou três capivaras, mas estas procuraram fugir.

30 outubro 1979

Vi também um lindo tucano-açu (*Rhamphastos toco*), perseguido por dois bem-te-vis. Atravessou o rio voando, com as penas da cauda levantadas. Um dos bem-te-vis estava praticamente colado às suas penas traseiras. Provavelmente o tucano destruiu o ninho dos seus perseguidores.

Grande espetáculo natural

Viagem de Cuiabá a Porto Jofre (MT) para conhecer a área de cooperação da Sema-IBDF

A Transpantaneira continua, como sempre, um dos grandes espetáculos naturais do Brasil e do mundo. (...) Avistei três tucanos (*Ramphastos toco*); numerosas arancuãs; rolinhas (com penas brancas na cauda) e juritis (*Laptotilla sp*); inúmeros canários-da-terra (*Sicalis sp*); três galos-da-campina (*Paroaria sp*); duas pombas asa-branca (*Columba picazuro*); umas 60 (principalmente num grande bando) pombas do ar (*C. cayennensis*); seis periquitos verdes com pele branca em

26 setembro 1980

23 junho 1983

Menos animais

Retorno de viagem à Fazenda Santa Izabel, para o lançamento oficial do Programa Federal de Combate aos Coureiros.

Na viagem de volta a Cuiabá, vimos, como na ida, um bom número de jacarés à beira das lagoas que margeiam a Transpantaneira. Eram muito menos numerosos que há um ano e meio, última vez que passei por aqui. Vimos também uma capivara, um cobra enorme (de uns dois metros de comprimento), dois arancuãs, inúmeras garças, gaviões caramujeiros, tuiuius (jaburus), alguns bandos de papagaios, dois bandos de garças-vaqueiras, vários bandos de rolas, algumas pombas e, finalmente, uma enorme fêmea do cervo-do-pantanal. Linda e imponente, estava à beira da estrada. Quando o carro chegou perto, correu para se afastar e passou através de uma cerca de arame farpado com a maior facilidade.

Milhares de papagaios

Visita à Estação Ecológica Aracuri-Esmeralda

13 julho 1983

ESMERALDA, RS – Segundo o administrador Waldery, a fauna é abundante e mansa. Veados e cotias chegam perto das casas. Os papagaios *Amazonas petrei* vêm dormir aos milhares (cerca de 30 mil), em certas épocas. Também às vezes há umas mil pombas silvestres. Vi um casal ou dois. Para ver as pombas carijós, a melhor época é fevereiro, quando há colheita de grãos. As que vi eram aparentemente *Columba cayennensis*. Há bastantes capivaras, gralhas, cotias, abelhas, indígenas etc., segundo me disse Waldery.

No final da tarde retornei ao chalé do administrador. Ao terraço, vi passar uns 30 bandos de papagaios, variando cada qual em número de uns 30 a 40 exemplares. Calculo que passaram uns 500 papagaios. Outros devem ter chegado por trás da casa. Vi também dois veados no gramado defronte às casas, bem mansos. Observei ainda algumas curicacas que vieram dormir no pinheiral. Os papagaios chegaram principalmente voando aos pares, nos bandos. Pude ver isso muito bem, nos bandos menores e nos que passaram mais próximos às casas.

12 fevereiro 1986

LUZIÂNIA, GO – Antes de sair da Fazenda Jatiara, a uns 50 m da casa, vi uns 16 papagaios, que estavam ali para comer goiabas, que existiam em profusão! Maravilha!

Aves colombianas

BOGOTÁ, COLÔMBIA – Vi um pássaro preto do tamanho do canário-da-terra, procurando néctar na base das flores de um Abutilon. Também vi um pássaro fazendo o mesmo nas flores amarelas de um hibisco, parecido com o *H. tiliaceus*, mas sem cor escura no centro interno da corola. Não vi nenhum pardal (*Passer domesticus*) em Bogotá. No gramado tenho sempre visto vários tico-ticos (*Zonotrichia capensis*). Cheguei a ver oito no mesmo gramado, o que é surpreendente, pois no Brasil são muito territoriais.

Crotalus durissus, uma cascavel

GUANACASTE, COSTA RICA – Um dos administradores do Parque Nacional de Guanacaste, o biólogo Randall Garcia, levou-me para percorrer uma trilha, atrás da antiga sede da fazenda. (...) Estávamos perto do término do caminho, quando Randall chamou minha atenção para um intenso ruído de guiso. Era uma imensa cascavel (*Crotalus sp*), bem ao lado da trilha, dentro da mata baixa. A alguns metros havia um capinzal. Ficamos ali algum tempo, a uns seis ou sete metros da cascavel, maravilhados com o inesperado espetáculo. Ela mantinha a sua cabeça erguida a uns 50 ou 60 centímetros do solo. Também a sua cauda estava erguida, partindo dali a intensa vibração de alarme. Na verdade essa cascavel nos alertou do perigo, com o barulho que fazia. De certo modo ela nos salvou de um acidente sério, pois se permanecesse silenciosa, poderíamos facilmente nos atingir com um ataque. Depois, vendo que não avançamos na sua direção, a cascavel ficou quieta. Demos uma volta, fazendo um semicírculo, e mais adiante retomamos à trilha. Deixamos a cobra em paz, como se deve fazer num parque nacional. Foi a maior cascavel que Randall e eu jamais vimos. Várias vezes, disse ao Randall que ele deveria interditar a trilha, pelo menos hoje. Acredito que ele terminou se convencendo, principalmente depois que um colega dele afirmou ter visto a cascavel mais ou menos no mesmo lugar, durante uma excursão de professores. Por ali, passam às vezes grupos de crianças, que vão para conhecer melhor a floresta. Aconselhei Randall a capturar a cascavel e soltá-la em outra área do parque. Parecia não se importar muito, ao contrário da minha opinião.

Susto

DUBROVSKI, CROÁCIA – Em certo momento, vi grande agitação em alguns arbustos e literalmente saltou uma cobra de tamanho relativamente grande (uns 70 ou 80 cm) de cor castanha escura. Depois ela se esgueirou na vegetação e sumiu. Levei um grande susto, mas, aparentemente, a cobra se assustou ainda mais. Tudo isso a apenas uns 40 ou 50 metros da entrada de um dos mais conhecidos e frequentados hotéis (Belvedere) de Dubrovski. Se isso ocorresse no Brasil, poderia virar notícia, pois temos fama no exterior de possuir muitas serpentes (o que não é bem verdade).

Psitacídeos

CAMPINAS, SP – Trabalhei intensamente no artigo-palestra que apresentarei na Argentina, em Las Leñas, sobre mudanças climáticas e seu impacto.

P.S. À tarde vi um bando de mais de 30 Psitacídeos maiores que tirivas ou Aratinga aurea, voando na direção norte-sul, talvez para dormirem em Nogueirapis. Nunca vi isso antes, na região de Campinas!

8 setembro 1987

11 outubro 1988

24 outubro 1989

6 abril 1991

	Viva a ecologia	
21 junho 1991	LUIZIÂNIA, GO – À noite Joana, a empregada, viu e eu confirmei, junto com Miguel: havia uma cobra coral relativamente grande, na grama defronte ao lugar onde guardamos o carro. Após alguma hesitação a deixamos ir embora. Viva a ecologia! É muito difícil distinguir uma coral falsa de uma coral verdadeira. O soro antiveneno das corais só existe no Brasil no Instituto Butantã, em São Paulo, e em poucos outros lugares.	
	Bico-de-lacre	
24 maio 1998	ITANHAÉM, SP – Domingo. Andei a pé ao longo da linha da já antiga Fepasa, vendo bandos de bicos-de-lacre, ave que introduzi na região há uns 35 anos. Também vi flores visitadas por abelhas. Tenho procurado, sempre que possível andar a pé, pois isso é essencial à saúde.	
	Ariranhas	
31 julho 1999	TEFÉ, AM – Sábado. Pela manhã, acordei bem cedo, na casa um tanto lotada (do Instituto Mamirauá) e me preparei para a viagem. As muito simpáticas ariranhas estavam lá. Tiramos fotos, compramos artesanato (muito modesto) dos empregados. Fotografamos o grupo todo e nos despedimos gratos por aqueles dias naquela natureza tão bela. Partimos, eu já com saudades das ariranhas espetaculares e super-simpáticas. Também dos amigos "fundadores" do "Estado Ecológico de Mamirauá". Que Deus abençoe a todos.	
	Assustador	
14 julho 2000	RIO CRISTALINO, MT – À noite, altas horas, um bando de macacos bugios (<i>Alouata sp.</i>) fez um berreiro tão intenso que parecia uma tempestade, junto à clareira onde estávamos hospedados. Nunca vi nada assim. Era assustador.	
	Avis rara	
26 maio 2002	CAMPINAS, SP – Nesta tarde vi coisas muito raras. Um bando de umas 20 maritacas (periquito grande) comendo nozes que agora estão maduras, nas nogueiras-pecãs do pomar do São Quirino. Vi também um casal do psitacídeo de tamanho médio, <i>Pionus</i> . Talvez o bando todo fosse desta espécie. Vi depois, às 17 horas aproximadamente, um bando de sete papagaios (<i>Amazona sp.</i>), voando na direção da Fazenda Bela Esperança, ou para os grotões do Sampaio, lá perto. Vi ainda um casal do tucano grande, de bico amarelo, <i>Ramphastos toco</i> . E por último, sobrevoando a casa, uma ave que me pareceu um jacu (<i>Penelope sp</i>) escuro. Na minha infância e mocidade essas aves todas não existiam aqui no São Quirino.	
	Cordilheira	
6 setembro 2004	MIRANDA, MS – Pela manhã,, juntamente com Claude Martin e Roberto Paulo César de Andrade	

(do WWF), fizemos uma excursão para ver uma "cordilheira". No caminho vimos pegadas de onça, avistamos um coati (<i>Nasua nasua</i>) numa árvore, vimos diversos tuiuius (jaburus). Quando estávamos descendo do caminhão de excursão, vimos um bando de umas 30 queixadas. Aos poucos atravessaram o caminho à nossa frente. A meu ver eram mesmo queixadas (<i>Tayassu pecari</i>), pois a parte inferior do queixo era amarela.	
Cerrado Jatiara	
LUZIÂNIA, GO – Ontem, ao chegar à sede da Fazenda Jatiara, vi, junto ao gado e a um saleiro, uma magnífica fêmea elande (<i>Taurotragus oryx</i>). O bando de sete exemplares, machos e fêmeas, que eu tinha na fazenda, foi solto nesse cerrado. Nunca vi uma fêmea elande tão bonita. Foi para mim uma grande alegria. Ela ficou parada a uns 30 metros do carro.	16 fevereiro 2007
Hoje vi, ao anoitecer, no meu regresso à sede da Fazenda Jatiara, um excelente exemplar de lobo-guará. Também ficou por algum tempo, dentro de um mesocerrado, a uns 30 ou 40 metros do carro, parado.	
Ouvi, perto da casa-sede, na mata ciliar, o canto de dezenas de pássaros-pretos (viras). Cantoria maravilhosa, que não ouvia há muito tempo. É uma ave muito perseguida, pois come sementes de arroz. Há uns 20 anos, apareciam aqui centenas deles.	20 fevereiro 2007
Tenho visto também cotias, perto da casa-sede. Hoje vi, sobrevoando a área, um bando de aproximadamente 50 papagaios-de-cara-amarela, típicos dos cerrados.	
Amigos do homem Dálmata Clube	
SÃO PAULO, SP – Sábado. Pela manhã, fui ao Parque da Água Branca, com Lucia, onde recebi uma homenagem do Dálmata Clube do Brasil, em comemoração aos seus 20 anos, dos quais durante os primeiros 15, fui seu presidente.	24 maio 1980
Fujões	
BRASÍLIA, DF – Desapareceram do apartamento o gato-baio rajado André e o papagaio Juquita. A gente cria estima pelos bichos e sente sua falta.	19 dezembro 1980
O gato André foi encontrado num quarto do apartamento vizinho. Passou 24 horas sem comer, o fujão.	20 dezembro 1980
Domingo. Descansei. O papagaio Juquita reapareceu, numa árvore aqui perto. Vieram me chamar, mas Joana já estava lá. Depois ele voou da jardineira de um apartamento para outro. Às vezes ia longe e regressava. A meninada e alguns adultos dos apartamentos aqui da rua acompanhavam	21 dezembro 1980

curiosos toda a movimentação. Juquita estava barulhento e parecia bem satisfeito, mas devia estar com fome. Finalmente Joana o capturou. Ela é inexcedível na arte de cuidar dos xerimbabos.

Garota–propaganda

Episódio gravado na entrevista ao telejornal "Bom Dia Brasil"

21 setembro 1984 Hoje acordei antes das 5 horas para uma entrevista ao "Bom Dia Brasil". Antes das 6 horas, a equipe da Globo já estava no meu apartamento. Fiz a entrevista tomando café com Beatriz Thielmann. A papagaia Quinzinha, que estava perto, no seu galho–poleiro, a horas tantas pulou no meu ombro e ficou brincando comigo. Ela já está famosa por aparecer na TV nas minhas entrevistas. As pessoas comentam mais sobre a papagaia do que sobre a minha fala. Mas tudo é propaganda do meio ambiente.

Bicadas

13 outubro 1986 A papagaia Quinzinha, que está à procura de um ninho, ficou com a cabeça presa numa abertura próxima ao forro do banheiro. Consegui salvá-la, com bastante dificuldade, mas recebi forte bicada do João Victor (papagaio), que também atacou a Quinzinha. Esta, por sua vez, bicou-me também logo que a libertei. Em conclusão, foi uma confusão geral, na qual levei a pior.

Luanda e Toy

6 janeiro 1992 CAMPINAS, SP – Os cães Luanda (dálmata) e Toy (labrador) querem sempre brincar comigo, o que dificulta o meu trabalho com as abelhas na Fazenda São Quirino.
P.S. 2009: Todas as minhas aves silvestres foram soltas na minha fazenda Jatiara, Luziânia.

Em liberdade e mansos

9 abril 1992 LUZIÂNIA, GO – É uma beleza ver ou simplesmente ouvir, nas proximidades da casa-sede da Fazenda Jatiara, uma porção de bichos soltos e mansos. Cotias, pombas asa-branca, pombas de bando (*C. cayennensis*), mutuns (*Crax fasciolata*), saracuras, jacus, papagaios, tucanos, pássaros–pretos e muitas outras aves, calangos verdes (répteis), saguis (*Callitrix pennicilata*) etc.

Simpático

1º julho 1992 LUZIÂNIA, GO – O tamanduá–bandeira que mantenho num grande recinto da Fazenda Jatiara, criado desde filhote, é lindo, muito carismático e manso. Bebe leite e come cupins. Um dia se internou no cerrado e não retornou.

Oásis de paz

22 maio 2003 Segui depois para a Fazenda Jatiara, oásis de paz para mim, no cerrado maravilhoso cheio de vida. Onde me entendo bem com as abelhas indígenas sem ferrão e com outros animais amigos. Tenho lá um criadouro registrado no Ibama.

A caetetu Joaninha, mansíssima, é um animal doméstico muito amigo, que entra em casa à vontade!!

Vi um bando de uns 30 papagaios–de–cara–amarela, que voam quase sempre aos pares. Vieram de algum lugar e pousaram aqui para dormir. Em certa época vivem em bandos.

Trabalhei no Dicionário das Abelhas Indígenas Sem Ferrão da Federação Brasileira. É um trabalho fascinante e experimental.

Ao anoitecer vi a caetetu Joaninha namorar um caetetu selvagem. Há um bando deles solto na fazenda. Escaparam há alguns anos. Tenho também um bando manso num cercado amplo.

Sábado. Continuei com as atividades de ontem: lidando com as abelhas indígenas, admirando um bando de umas 15 maracanãs, entretendo-me com a caetetu Joaninha e com um papagaio, uma maracanã e uma maritaca soltas.

O Dicionário das Abelhas Indígenas já está bem adiantado.

Homem–caetetu

É uma satisfação reencontrar na Fazenda Jatiara a minha caetetu (porca–do–mato) Joaninha. Ela, de longe, reconheceu-me e quando a chamo, vem correndo e alegre. É um animal que muito estimo. Anda solta quando estou aqui. Está novamente esperando filhotes.

Ela me considera, seguramente, parte do seu bando. Faz questão de me agradar a seu modo, como fazem entre si, no seu bando, os caetetus. Também sou amigo deles, aqui na Fazenda Jatiara, no Brasil Central, em Luziânia (GO), e também na Fazenda Aretuzina, em São Simão (SP) onde de certo modo faço parte do bando caetetu mantido no criadouro registrado no Ibama..

Joaninha, a principal

Lidei com as minhas abelhas e com a caetetu de estimação, a Joaninha e seu filhote. Ela me reconhece de longe e vem correndo para perto de mim. Dos meus vários animais de estimação, ela é para mim a principal. Somos bons amigos.

Diálogo compreensivo

No fim do dia, procurei a caetetu de estimação Joaninha. Ela estava escondida com seu filhote num caapão de napier, magnífico, com cerca de três metros de altura, perto dos viveiros. Quando me viu se aproximou e deu o sinal de amizade dos caetetus. Eles agradam esfregando a sua cabeça em nossas pernas. É o sinal da amizade. Disse-lhe: "Você não é mais um bicho do mato. Você não deve ficar escondida". Ela me olhou compreensivelmente, deu grunhidos de paz e voltou para as moitas de capim, sempre acompanhada por seu filhote. À noitinha, porém, já estava de volta à civilização, acompanhada do filhotinho.

23 maio 2003

24 maio 2003

9 outubro 2005

22 junho 2006

4 dezembro 2006



DIÁLOGOS EM PROL DO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

- Renovar, proteger e conservar
- Administração Ambiental Paulista
- Algumas ONGs ambientalistas e sua ação
- Viagens diversas e refeições memoráveis

RENOVAR, PROTEGER E CONSERVAR

“Governantes serão lembrados pelo que preservaram”

ITANHAÉM, SP – Hoje o *Estadão* publicou uma entrevista minha sobre os problemas ambientais. Queixei-me da falta de recursos. Disse que os governantes serão lembrados, no futuro, não pelo que construíram, mas pelo que preservaram.

8 janeiro 1978

Áreas de Proteção
Letra da lei

Ao chegar à Sema, tive a magnífica notícia de que o nosso Projeto de Lei sobre Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental foi aprovado na Câmara. Agora irá à sanção presidencial. O Projeto foi apoiado e elogiado por deputados dos três principais partidos: PDS (Governo): Bonifácio José de Andrada; PP (oposição): Herbert Levy; PMDB (oposição): Modesto da Silveira. Assim, o nosso trabalho de esclarecimentos, feito com a ajuda do Assessor Jurídico Luiz Paulo (Tavares), produziu bons frutos. Foi uma grande e imensa vitória da Ecologia.

8 abril 1981

Parque Arrabida: exemplo

SETUBAL, W – (...) Fomos ao Castelo de Palmela, em cuja “Pousada” almoçamos. É um lugar lindo, não só pelas ruínas restauradas, mas também pela magnífica vista que se descortina do alto das muralhas. O Castelo de Palmela está no início das terras do “Parque Natural da Arrabida”, que em seguida visitamos. Foi inspirado nesse parque que criei as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) na Federação Brasileira.

8 outubro 1981

Seguimos por uma estrada que percorre uma serra litorânea. Entre os blocos brancos de pedra calcárea, crescem arbustos de várias espécies. Em alguns lugares, há sobreiros (*Quercus suber*) e outras árvores, que ali chegam a uns 3 m de altura, formando um bosque denso, baixo e fechado. É muito bonito. Em certo trecho, perto do mar, há casas isoladas e, na encosta, um antigo mosteiro, muralhas e uma pequena “vila” de casas, não mais habitadas.

A direção do Parque está procurando adquirir esse trecho, do Marquês de Palmela que, aliás, é o dono de grande parte da serra. Numa pequena praia há umas 40 ou 50 casas, feitas clandestinamente, ou seja, sem licença das autoridades do Parque. Deverão ser demolidas dentro de dois ou três anos. (...)

Cansados, mas satisfeitos pela belíssima excursão, retornamos ao hotel. Apesar das dificuldades, como as construções clandestinas, o “Parque Natural da Arrabida” (20 mil hectares) é uma realidade. Poderá servir de exemplo e treinamento de pessoal técnico da Sema, nas Áreas de Proteção Ambiental que logo começaremos a implantar, em decorrência de nossa nova legislação.

Solução para lanomami

O coronel Décio Alvarez, do DSI (Departamento de Segurança Institucional do Ministério do

14 janeiro 1982

Interior) e um dos seus colegas estiveram longamente na Sema, onde discutiram comigo os problemas da Área Ianomani. Eles saíram convencidos de que a solução será o estabelecimento de Áreas de Proteção Ambiental, entre os quatro ou cinco blocos previstos de Áreas Indígenas. Realmente, nossa legislação sobre as APAs vem a calhar, em benefício dos índios e também da integridade da Federação Brasileira.

Cairuçu: Sobrevo

15 fevereiro 1982

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã fui à Representação da Sema, junto à Serse (Secretaria Especial da Região Sudeste do Ministério do Interior). Resolvi aproveitar o bom tempo para sobrevoar a Península do Cairuçu, em Parati.

16h – Estamos no avião Islander PP-IMI da Votec. Vão conosco Anita Gilz e as técnicas da Sema Manuela Rueda, Thereza Gouveia, Sarah Azevedo Castro e Sonia Gimenes. (...)

16h55 – Estamos sobre a Ponta da Joatinga, na Península de Cairuçu. Algumas casinhas, capoeiras, trilhas, campos com arbustos (10%). Adiante da Ponta, vejo uma praia maravilhosa com matão nas encostas. Ótimo local para sede de Estação, mas de acesso difícil. (...) Depois, um vale, com uma aldeia de caiçaras. Há uns 20% de campos nessa região. No alto, o Pico do Cairuçu. Nas encostas, mata compacta. Nota: o Pico do Cairuçu é também chamado Jamanta. (...)

17h25 – À esquerda vejo o Pico do Cairuçu, coberto de matas de alto porte. Há um vale ou bacia florestada, bem junto ao pico.

17h26 – Rumamos para a Ilha de Sandri. No lado W do avião, vejo vários *fjords* e ilhas.

17h31 – Passamos sobre a Ilha de Araraquara, desabitada. 90% são florestas de caapoeira e 10% são campos. Boa para sede de Estação Ecológica. No lado voltado para o continente, não seria difícil fazer um trapiche. No lado oceânico, há um pequeno campo. Em dias como hoje, de mar tranqüilo, seria fácil o desembarque. (...)

18h24 – Aterrissamos no Aeroporto Santos Dumont. Volto muito contente com a viagem. A Península do Cairuçu é um ótimo lugar para fazer uma Área de Proteção Ambiental. Poucos lugares, no Brasil, seriam tão próprios para isso. Vamos iniciar logo o processo visando a sua implantação.

Revisões

24 abril 1991

(...) Já no Estado do Rio de Janeiro, vi a APA (Área de Proteção Ambiental) de Cairuçu aparentemente igual à que vi há cerca de nove anos atrás, quando foi estabelecida após um sobrevo que fiz com Anita Gilz, Maria Thereza Gouveia, Manuela Rueda e outras técnicas da Sema. O grande matão central ainda está lá, intacto, na parte alta da grande península.

9 junho 2000

Embarquei em Boeing 737 da Varig, para o Rio de Janeiro. Na viagem vi a região de Cairuçu, perto de Parati, onde criei uma APA. É uma área montanhosa a beira-mar, com uns 30% de “campos” formados por caiçaras, na sua agricultura primitiva, e 70% de florestas.

Petrópolis: Rigor para proteger

BRASÍLIA, DF – Com Ivo, Márcia, e depois com Maurício Nogueira Batista do CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), conversei sobre o problema de Alcobaça, na APA de Petrópolis. Precisamos fazer exigências rigorosas, na minuta de Decreto, em relação a áreas de uso especial, entre as quais estaria Alcobaça. Necessitamos de um dispositivo legal que sirva, também, em relação a outras áreas a serem urbanizadas no futuro, dentro das APAs. É preciso que essas urbanizações levem em conta a necessidade de proteger o ambiente, de modo bem mais rigoroso que o comumente exigido.

8 fevereiro 1983

Solenidade

PETRÓPOLIS, RJ – Com Maria Thereza Gouveia, Rogério Marinho e Anita Gilz de Souza, subimos a serra. Após magnífico almoço em casa de Fernanda Colagrossi, fomos à Prefeitura Municipal de Petrópolis.

30 maio 1983

Na Prefeitura tive agradável surpresa. Perante um auditório dos mais seletos e representativos da cidade, com uma banda muito boa tocando marchas e hinos, o prefeito Paulo Rattes deu início a uma sessão solene. Primeiro ele falou, saudando a APA de Petrópolis como um acontecimento bom para o Município. Para nós isso era muito importante, pois estávamos incertos da sua atitude. Minha iniciativa de pedir a realização da solenidade na Prefeitura foi em grande parte para estimulá-lo. Depois, o prefeito Rattes salientou a importância, para o município, da construção de casas populares, referência indireta de crítica aos conservacionistas que bloquearam o Projeto Alcobaça.

Em seguida, falei, salientando a importância da APA e do apoio da comunidade. Expliquei também que nós, conservacionistas, desejamos compatibilizar o desenvolvimento econômico com a qualidade de vida e a defesa do meio ambiente. Falei dos esforços do ministro Andreazza para construir casas populares e do seu novo plano para criar associações de usuários de água, como se faz na Europa. (...)

Finalmente, após a palestra, assinei Portaria declarando implantada a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, em cumprimento a um Decreto Presidencial do ano passado, sobre o Macrozoneamento do Vale do Paraíba.

Nova estratégia

De manhã, na Sema, tratei com Cleone e Márcia de problemas que estão emperrando a instituição de novas APAs. Houve pequenos mal-entendidos, sanados. O que me preocupa, porém, é que preciso desenvolver uma nova estratégia para que possamos ter uma legislação aceitável para os fazendeiros conservadores e também para os conservacionistas. Não vai ser nada fácil. À noite, em casa, redigi alguns artigos de um projeto de lei, tentando essa difícil conciliação. Ou fazemos isso, para sobrar 50% de nossas florestas em lugares de terra cara, ou perderemos tudo. É um desafio.

6 setembro 1984

Autoridade

GOIÂNIA, GO – Fui ao Simpósio Nacional de Direito Ambiental, promovido pela Sociedade Brasileira de Direito Ambiental. O assunto “agrotóxicos” e o Projeto de Lei federal sobre a matéria estavam

19 outubro 1984

concentrando as atenções. Houve várias palestras e tive a ocasião de rever amigos e falar com eles. Mais uma vez constatei que muita gente ainda não se deu conta de que Áreas de Preservação Permanente são agora responsabilidade da Sema.

Iguape: Freio na devastação

18 outubro 1985

O ministro (do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) Flavio Peixoto me chamou para sugerir medidas capazes de pôr um freio na devastação das florestas na região lagunar de Paranaguá-Iguape e adjacências.

Sugeri aumentar as nossas APAs, fundi-las e contratar gente para uma proteção efetiva. Parece que ele vai conseguir bons recursos, pois o presidente Sarney está interessado em atender aos pedidos nesse sentido dos Mesquita (família que controla o jornal *O Estado de S.Paulo*). O jornal publicou há dias que a única entidade confiável era a Sema, para resolver o problema. Vamos aproveitar essa oportunidade única.

Fernando de Noronha

5 junho 1986

O presidente José Sarney assinou decreto dando 10 milhões de cruzados à Sema, 45 milhões para uns 40 projetos apresentados pelos Estados e 30 milhões para projetos de outros Ministérios. Além disso, foi instituída a APA de Fernando de Noronha.

Gama: Extinção e restituição

29 julho 1988

BRASÍLIA, DF – Graças a Deus!! Foi publicado o Decreto que corrige outro anterior e restabelece a APA do Gama-Cabeça-de-Veado. Ela foi inadvertidamente extinta quando criamos um novo Conselho Supervisor das Unidades de Conservação do GDF (Governo do Distrito Federal).

Blumenau: Antigo manejo

7 setembro 1991

BLUMENAU, SC – Durante a excursão sugeri a Lauro Bacca e ele concordou com entusiasmo, que nos dois procurássemos estabelecer uma Área de Proteção Ambiental, abrangendo as grandes reservas ecológicas Artex, Spitzkof e Heringer (de um primo dos industriais desse nome). São cerca de 5.000 hectares de áreas de floresta tropical úmida, em Blumenau e Gaspar. Bacca quer estender a área para 60.000 ha. Receio que isso inviabilize a idéia, pela oposição maior que irá levantar.

Na área da projetada APA, que hoje percorremos, há várias antigas estradas madeireiras. Quase todas as canelas negras (*Ocotea sp*) e outras árvores de valor comercial foram retiradas no passado. Foi um corte seletivo que poupou inúmeras outras árvores e até algumas canelas negras, como Lauro Bacca me mostrou. Isso significa que esta floresta vai se recuperar quase completamente e mesmo hoje só se nota bem pouco estrago ou alteração.

BRASIL – ARGENTINA – Uma das coisas mais importantes na minha trajetória ambiental não foi encontrada nos meus diários, aparentemente devido a um extravio. Será possível, porém, datar o fato principal mediante uma consulta às coleções da *Folha de S. Paulo*. Periodicamente havia uma reunião dos países da Bacia do Prata para uma troca de informações hidrológicas. Por volta do início dos anos 1980, em ocasião de uma reunião dessas em Brasília, declarei ao jornal que se o Brasil cedesse cerca de uma dúzia ou meia dúzia de metros de altura, ou algo assim, à Argentina na construção de Itaipu, isso possibilitaria ao referido país a construção da Represa de Iaceretá, logo abaixo. Os problemas existentes poderiam assim ser resolvidos. Antes disso, em várias reuniões internacionais segui as instruções oficiais brasileiras, que eram contrárias ao uso de recursos naturais compartilhados entre o Brasil e a Argentina. Contudo, no fundo eu pensava que seria razoável atender à proposta argentina, que afinal se concretizou. Com esse acordo, passou a haver uma situação de maior entrosamento, na economia de ambos os países. A *Folha de S. Paulo* atribuiu minha declaração a “uma alta autoridade federal”. Imediatamente procuraram saber quem teve a ousadia de proferir essas conclusões. Diante do silêncio do jornal (a meu pedido) ninguém ficou sabendo, ou fingiu não saber, mas o fato é que mudou radicalmente a política oficial brasileira sobre o assunto. Fui até promovido pelo Itamaraty em 2006, na Ordem do Rio Branco, ao grau de comendador. Decorrido algum tempo, nos anos 1980 o Brasil fez exatamente o que eu havia sugerido. Passou a haver um melhor entendimento entre os dois países e em consequência se desenvolveu o Mercosul. Aumentou muito o comércio entre Brasil e Argentina. Houve uma paz verdadeira, também na área nuclear. O Brasil desistiu em 1985 de construir oito unidades nucleares. A região de Jureia-Itatins deixou de ser uma futura área nuclear que já estava em estudo. E assim podemos esperar que ambos os países vivam felizes, amigos e mais prósperos. Pelos séculos afora.

Pode ter sido apenas uma coincidência, mas acredito que o choque produzido pela minha declaração calou fundo e pode ter feito o Governo Brasileiro reagir favoravelmente ao bom entendimento Brasil-Argentina na Bacia do Prata e nas áreas econômica, energética e outras.

Várias vezes o presidente Figueiredo apoiou o lado ambientalista, contra uma opinião oficial dominante. Isso ocorreu também no caso da não aprovação do projeto de lei que regularia os agrotóxicos e na proibição final à caça às baleias em mares brasileiros e ainda na não aceitação de 11 pedidos de vetos pela área industrial federal à Lei Básica Ambiental (Lei 6938/81). O presidente Figueiredo também devolveu o poder à Democracia plena, permitindo a eleição de Tancredo Neves. Cumpre lembrar que o pai do presidente, o general Euclides Figueiredo, foi o comandante militar da Revolução Constitucionalista de 1932.

Rio Pilões

Tive uma reunião, primeiro com Nunes e Van Acker, sobre o empreendimento do Rio Pilões. Concordamos que os lotes deverão ter 5.900 m² cada um, sendo 800 a 1.000 m² de loteamento e o restante como área comum de condomínio, com proibição de derrubar a floresta. Essas restrições e proibições devem ficar bem claras e registradas no Registro de Imóveis. Depois tomaram parte na reunião outras duas senhoras, representantes de outros órgãos (Daia e outro), que também concordaram. Assim, resolvemos um problema que parecia a princípio insolúvel, seguindo a minha proposta legal e conciliatória, combinando loteamento com o condomínio da mata.

15 junho 2010

29 maio 1996

Aprovação

30 julho 1997

À tarde, às 13h30 estive no auditório da Cetesb para a reunião decisiva do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) para tratar do caso da urbanização da bacia do Rio Pilões. O projeto estava muito bom, bem apresentado pelo engenheiro Jorge Wilhelm. Foi aprovado.

Monos–Capivari: Prevenir

14 março 1996

SÃO PAULO, SP – De manhã fui ao Cades (Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Paulistana), onde presidi uma reunião para a criação da APA de Parelheiros, incluindo a cratera causada pela queda de um corpo celeste. Tomamos uma série de decisões por consenso. Contudo, ficou para mim bem claro que é impossível disciplinar o uso do solo na região dos mananciais, uma vez que haja ocupação clandestina. Ninguém vai retirar uma família de um lote em situação irregular para jogá-la debaixo de uma ponte. Isso seria inaceitável. O que se pode fazer é apenas prevenir, impedindo a abertura de ruas clandestinas etc.

Mananciais perdidos

12 abril 1996

SÃO PAULO, SP – Apresentei, em nome da Comissão que presido no Cades (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), uma moção pedindo maior entrosamento das autoridades municipais na área dos mananciais. Aliás, para mim, a causa da proteção desses mananciais já está perdida em 90% dos casos. O jornalista e ambientalista Randolpho Marques Lobato relatou haver, na região da represa do Guarapiranga, 240 favelas, 200 loteamentos clandestinos e praticamente nenhum policiamento preventivo!!! É o fim da picada, pois bebemos essa água.

Relatei os trabalhos em andamento para criar a APA dos Rios Monos e Capivari (na área de mananciais).

Labirintos

8 setembro 1997

Fui à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Prefeitura de São Paulo. Examinamos, na Comissão que presido, a implantação da APA de Monos–Capivari, perto de Parelheiros. Decidimos, por minha sugestão, manter a Comissão até que o Projeto seja aprovado. As perspectivas são boas, mas se não há um responsável, no caso a Comissão, o Projeto poderia se perder na burocracia.

Projeto aprovado

27 maio 1996

SÃO PAULO, SP – De manhã, na reunião do Cades (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), aprovamos o Projeto de Lei sobre a APA (Área de Proteção Ambiental) dos Rios Monos-Capivari, em Parelheiros (principalmente). Foi ótimo!!

As voltas do mundo

BRASÍLIA, DF – Fiquei hospedado em casa dos amigos Maria Thereza Jorge Pádua e Marc Dourojeani. Eles me hospedaram muito amavelmente, no seu ótimo apartamento. Maria Thereza me disse que eles recomendaram a criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental) no Paquistão. Além disso, o Dourojeani está chefiando um programa do Banco Interamericano de apoio a 2 APAs do Governo da Bahia, na Região da Chapada Diamantina.

Ela comentou que o mundo dá muitas voltas, pois houve um tempo em que era contrária às APAs.

Comitê Gestor

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP – Durante a reunião no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o presidente do Ibama, Eduardo Martins, criticou as APAs (Áreas de Proteção Ambiental). A seu ver só uma meia dúzia delas presta. Isso me aborreceu. Pedi a palavra e fiz uma defesa dessas Unidades de Conservação. Fui, inclusive, o redator do projeto de lei, aprovado, que estabeleceu as APA. O senador Aloysio Chaves, ex-governador do Pará, trabalhou comigo nessa questão. O que faltou, como tenho dito em várias ocasiões, é determinar a existência e as funções, nas APAs, da Comissão de Gestão. Aliás, a principal crítica de Eduardo Martins se refere também a isso. Após a reunião o procurei e disse esperar vê-lo como defensor das APAs, após o projeto que pretendo apresentar à próxima reunião do Conama, para a implantação da Comissão de Gestão.

Proposta interessante

IGUAPE, SP – Visitei a sede (excelente) da APA Cananeia-Iguape-Peruíbe, que criei na Sema. O seu diretor, Wilson Almeida Lima, é ótimo. Tive muito boa impressão. Eles têm um interessante projeto de Comitê Gestor, que pode ser em parte aproveitado (com os devidos créditos) no meu Projeto mais amplo que apresentarei ao Conama.

Corumbataí: Objetivo alcançado

Paisagem revista no retorno de Céu Azul, Norte do Paraná, pela Rodovia Castelo Branco

Km 205 – Serra de Botucatu. No paredão da Serra há muitas florestas e nenhuma derrubada. Talvez seja o resultado da APA de Rio Claro (Corumbataí)–Botucatu, que criei na Sema e transferi ao Estado de São Paulo. Parece que as caapoeiras estão aumentando muito mais e revestindo a serra, estendendo-se a partir dos restos das matas primitivas. Deus seja louvado. Hoje me convenci de que meu objetivo aqui está sendo realizado. Foi muito acertado transferir essa APA ao Estado.

Regeneração e expansão

BOTUCATU, SP – Há muitas florestas nativas, geralmente pequenas, com alguma vegetação de cerradão. Na Serra de Botucatu existem matas extensas, dos tipos caapoeirão, caapoeiras e remanescentes da antiga floresta climax. Essas matas, que observo há anos, estão se regenerando

23 junho 1997

22 maio 1998

23 maio 1998

25 julho 1991

7 junho 1998

bem e se expandindo. Foi por causa delas que nos anos 1970 criei na Sema a APA de Corumbataí-Botucatu (...).

25 anos depois

Viagem de automóvel de Campinas a São Pedro (SP)

20 abril 2000

Fiquei impressionado ao rever a extensa linha de cuestras, no Oeste de São Paulo, onde criei nos anos 70 a APA de Corumbataí-Botucatu. (...) As vastas encostas estão cheias de florestas nativas em regeneração. Há também áreas de mata mais antiga. Vai ser uma das principais unidades de conservação do Estado, no futuro.

Chapada dos Veadeiros: Ótima ideia

22 novembro 1999

No Ministério do Meio Ambiente houve uma reunião, na sala do José Pedro (que está em Marrocos, Unesco). Assumi praticamente a direção dos trabalhos. Estavam presentes o Paulo Maluhy, da OCA, e o Prefeito Jair, de Alto Paraíso (GO).

O motivo da reunião era verificar o que se poderia fazer para ampliar a área protegida, no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Decidimos que seria uma grande APA ou ARIE. Marcelo (Safadi) prefere uma ARIE, pois a seu ver as APAs estão muito desgastadas perante os fazendeiros, que não as apreciam. Para minha agradável surpresa, o prefeito Jair estava muito a favor e disse que vai criar diversas ARIEs municipais. Dei a ele meu estudo sobre a criação de APAs, que tem até um modelo de decreto para criar essa unidade de conservação. O resultado da reunião foi muito produtivo. Marcelo, em Goiânia, vai preparar um mapa. Sugere apresentar as novas unidades como passos para estabelecer lá uma Reserva da Biosfera da Unesco. Ótima ideia.

Ganhamos

6 dezembro 2000

GOIÂNIA, GO – Participei da reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (de Goiás). Foi discutida a criação de uma APA de 950 mil hectares, em torno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (60 mil hectares). Por duas vezes falei, explicando o que era e como funcionaria a Área de Proteção Ambiental. Após os debates, ganhamos a votação 12x5. Entre outros, a APA proposta era apoiada por Marcelo Safadi, Secretário do Meio Ambiente Adjunto, Paulo Maluhy, Lamberto Weiss, Ricardo Mesquita, WWF.

Conspiração a favor

14 dezembro 2000

PETRÓPOLIS, RJ – Lá pelas 9h30 começou a reunião (sobre "Ecoturismo na Mata Atlântica: Pólo Petrópolis).

Durante o dia, a chefe da APA de Petrópolis, Iara Valverde Pagani, e a bióloga Célia Lontra, ambas do Ibama, conversaram comigo sobre a situação crítica das APAs nessa região. Disse-lhes que iria "conspirar" a favor das APAs, que parecem estar muito abandonadas no Ibama. A meu ver,

o grande problema das APAs é o fato de que funcionam com eficiência somente se há um bom e enérgico sistema de licenciamento de atividades e de construções a serem feitas nesses locais.

Santa Rita: Coqueirais e rendeiras

MACEIÓ, AL – Fomos almoçar na APA da Ilha de Santa Rita. Tem uns 10 mil hectares. Está na sua maior parte ocupada por lindos coqueirais. Há caapões de coqueiros incrivelmente altos e bonitos, os mais lindos que já vi. Há também manguezais primitivos e muitas casas de veraneio, além de um vilarejo de rendeiras, fabricantes de lindas rendas. No contrapeso possui ruas ou caminhos demasiado estreitos. Não vi florestas, mas disseram-me que há fragmentos.

8 março 2001

Chapada dos Veadeiros: Dever e prestígio

SÃO PAULO, SP – À noite estiveram em casa o Marcelo Safadi, Secretário Adjunto do Meio Ambiente de Goiás, Paulo Maluhy e Lamberto Wiss, ambos da OCA, entidade não-governamental de Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros. Eles me pediram para escrever com urgência a justificativa para a criação de uma Estação Ecológica junto às nascentes do Rio Preto, que corta o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Terá cerca de trinta mil hectares. Escreverei com muita satisfação.

Também me pediram para escrever sobre a APA (Área de Proteção Ambiental) da Chapada dos Veadeiros, coisa importante. Todos eles disseram que a minha intervenção (palestra) durante a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente foi decisiva para a aprovação dessa APA. Cumpri apenas o meu dever e não penso que tenha tanto prestígio quanto falam os meus amigos. O fato é que essa APA foi aprovada. Depois que sai da reunião, duas outras APAs não foram aprovadas.

21 maio 2001

Detalhe: a Biota

COLOMBO, PR – A manhã foi cheia de atividades. Esta reunião de APAs (Áreas de Proteção Ambiental) foi patrocinada pela TNC (The Nature Conservancy), representada por Denise e pela Fundação Boticário, esta representada por Sandro. Estavam também lá a Gisela, do grupo mineiro e outras não-governamentais. Havia dezenas de gerentes de APAs e representantes de Estados. Discutiram principalmente problemas de gestão. Vão publicar um livro com os trabalhos e me convidaram a escrever sobre essa unidade de conservação.

11 outubro 2002

Entre as boas lideranças das APAs, cito a Célia Lontra, a Iara Valverde, de Petrópolis, Gisela (do Boticário), a Gisela de Minas Gerais, além de outras pela Federação Brasileira a fora. A Célia e a Yara querem que eu resolva o problema das compensações ambientais, pois a lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) prevê que as compensações somente se destinarão às unidades de conservação de uso integral. Penso que a solução seria criar Estações Ecológicas junto com as APAs.

Também preocupa o problema das superposições de APAs, entre si e com outras unidades de conservação. As paridades (Governo-Sociedade Civil) deverão ter características próprias em cada APA.

Quando foi a minha vez de falar, contei como nasceu a ideia: trouxe a mesma de Portugal, onde o Vasconcellos, funcionário português que trabalhou no Brasil, me mostrou o Parque Nacional da

Arrábida, perto de Lisboa. A primeira APA brasileira foi a de Petrópolis, onde a Fernanda Colagrossi era muito atuante. Aproveitamos uma carona na lei que trata dos Comitês de Bacias. A criação foi feita num parágrafo e por isso não se referiu aos limites. Isso a Yara pôde acertar no começo deste ano ou no ano passado (2001).

O Projeto de Lei que fiz inicialmente não foi aceito, pois mexia muito com o Direito de Propriedade. O segundo Projeto, que fiz em colaboração com o senador Aloysio Chaves, foi aprovado unanimemente. Isso depois que o líder da Minoria, Modesto da Silveira, indagou um detalhe do líder da Maioria Bonifácio de Andrada, meu primo, também descendente do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. Perguntou o que queria dizer a palavra BIOTA. Bonifácio não sabia. Ninguém lá sabia. Retiraram o Projeto de pauta e mandaram me chamar. Perguntaram-me o que queria dizer BIOTA. É a fauna e flora. "Só isso?" - indagaram. "Só." Então o Projeto foi unanimemente aprovado. Nós na Sema não usávamos a palavra floresta, para não desgostar o pessoal do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

Corumbataí: Situação calamitosa

Viagem de São Paulo a Bernardino de Campos (noroeste do Estado)

No caminho, na Rodovia Castelo Branco, em muitos pontos há florestas nativas em regeneração, crescendo em lugares que eram pastos. Destaca-se a encosta que se estende de Itirapina a além do Botucatu, uma APA que ajudei a criar. Hoje é estadual, mas sua criação foi decidida por mim na antiga Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente, Federal). Repassamos a idéia e os estudos ao Estado de São Paulo, que, pensávamos, teria melhores condições para implantá-la. Isso porém (a implantação) somente foi feito de modo precário, pois as APAs paulistas infelizmente estão agora em situação calamitosa, com apenas 5 funcionários ao todo.

Sem estrutura

SÃO PAULO, SP – De manhã houve uma reunião da Câmara Técnica de Unidades de Conservação. Aprovamos o fim da Resolução que dispunha sobre o Manejo Ambiental da Ilha do Cardoso, no Sul do Estado. Essa Resolução está em desacordo com a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Critiquei muito a atual situação das APAs no Estado de São Paulo, onde só havia cinco pessoas para tratar de quase 30 APAs!! Isso é um absurdo, por mais que esse grupo tenha trabalhado. A saída parece ser que eles estão implantando Comitês Gestores Paritários (metade governo, metade das ONGs). A Lucia Sena, chefe do setor na Secretaria do Meio Ambiente, com certa surpresa para mim gostou de minhas críticas e considerações Pró-APAs. Ela deve sentir de perto as deficiências.

Baturité: Situação social ameaça

BATURITÉ, CE – (...) Passamos por Baturité e subimos a Serra, até Guarapiranga. É uma APA (Área de Proteção Ambiental) de 30 mil hectares. Foi uma surpresa agradável ver a extensão e qualidade

dos terrenos da APA cobertos em 90% pela floresta. Além disso, há muitas áreas de café sombreado e também de bananeiras desimpedidas. Há uns 25 anos estive lá. Hoje a situação está bem melhor. Há muitos bananais e cafezais sombreados, em bom estado. Segundo Geraldo Farias, dono da antiga e tradicional Fazenda São Roque, ponto final da viagem pela Serra do Baturité. Hoje, apesar do bom aspecto da área, os agricultores vendem parte das terras aos turistas para sobreviver.

São Simão: Orientação

SÃO SIMÃO, SP – Na fazenda (Aretuzina), durante a tarde recebi o Chefe do Departamento de Meio Ambiente (da Prefeitura Municipal de São Simão), Paulo Petzel. É um rapaz simpático, que estava com uma professora da Escola Agrícola local. Mostrei a eles a mata ciliar que plantei (muito invadida pelo capim napier, muito alto). Mostrei também a Estação Ecológica da invadida Estação Experimental de Santa Maria. Depois percorremos os cerrados, o meu e o dos cunhados e sobrinhos. São alguns quilômetros, no caminho que percorre esse cerrado grosso. Em seguida, na Via Anhanguera, perto do trevo para Luiz Antonio, mostrei da rodovia a Mata Atlântica de encosta, da Fazenda Santa Terezinha ou da Fazenda Fortaleza. De lá voltamos à Aretuzina, passando por dentro de São Simão. Durante essa excursão, salientei a eles a vantagem de fazer ali uma grande APA (Área de Proteção Ambiental), abrangendo essas florestas todas. O Paulo Petzel gostou da idéia. Vou orientá-lo nesse sentido. Pedi para obter, na Internet, imagens de satélite da região.

Crise institucional

BRASÍLIA, DF – (...) Durante todo o dia debatemos uma enorme crise ambiental, a maior que o Conama já enfrentou. O presidente (Nelson) Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu uma liminar que bloqueia todas as ações do Conama direta ou indiretamente ligadas às Áreas de Proteção Permanente. Segundo denúncia do Procurador Geral da República, provocada e apoiada em parte pelos membros do Ministério Público Federal e Estadual, a Constituição diz que só por lei essas áreas podem ser modificadas. Isso, na prática, prejudica o Conama e paralisa o Meio Ambiente. É uma catástrofe. Sugerí ao Conama apresentar recurso contra a liminar. Ao João Paulo Capobianco, disse ser necessário que a ministra Marina Silva procure pessoalmente o presidente Jobim, do STF para que eles encontrem uma solução. A Lei 6938/81, do Congresso, deu poderes ao Conama para dar licença em relação ao uso de recursos naturais.

Cafuringa: Livro

BRASÍLIA, DF – À noite fui ao Teatro Nacional, em cujo foyer foi feito o lançamento do livro "APA de Cafuringa, A Última Fronteira Natural do Distrito Federal". Quando era secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) do DF, no Governo José Aparecido (1985-1988), criei essa APA. O livro, preparado pela Botânica Valmira Mecnas e com o meu prefácio, está excelente.

No lançamento desse livro me encontrei com muitos antigos companheiros de trabalho e de ideal conservacionista. Foi muito agradável e dei muitos autógrafos, a começar pela Adriana Ramos e vários novos funcionários concursados do Ibama.

27 março 2005

P.S. 2009: O que não foi feito. A sugestão não foi adiante.

27 julho 2005

12 abril 2006

Abandono em SP

18 dezembro 2006

Assisti lá (na USP) à defesa da dissertação de Iraci Xavier da Silva sobre as Áreas de Proteção Ambientais (APAs) paulistas. Como fui quem criou as APAs na Federação Brasileira, ela fez questão que eu estivesse presente. Fui muito bem tratado por todos, mas nada me perguntaram. Isso foi para mim bastante estranho, pois poderia contar muita coisa interessante. Contudo, fiel às regras das dissertações na USP, fiquei calado. Somente depois, no corredor da Faculdade, falei alguma coisa.

P.S. 2009: Agora as APAs paulistas estão sendo bem reorganizadas, na Fundação Florestal.

Na verdade Iraci fez um bom trabalho, mostrando com cuidado a situação lamentável das APAs paulistas, com o que estou de acordo. Há umas 23 APAs e apenas cinco pessoas para fiscalizá-las e orientá-las, e mesmo assim em tempo parcial (algumas delas). Isso é desastroso. As APAs estão isoladas, neste Estado, num setor de planejamento, separado das outras unidades de conservação. Há alguns anos tentei ajudar as APAs, na Fundação Florestal, mas me foi dito que elas não precisavam de ajuda. Concordo com a Iraci na sua análise.

A Iraci falou também do seu projeto para criar uma nova APA Itararé-Itapeva, que é um excelente projeto. Sobrevoei essa área nos anos 1950 e me entusiasmei pelos canyons que vi e com a possibilidade de proteger lá a *araucária*.

Na Secretaria do Meio Ambiente, como disse várias vezes ao meu amigo secretário Goldemberg, preferi deixar de lado as APAs para não criar “uma guerra civil” na Secretaria. Preferi tratar de preparar uma nova estrutura para implantar outro tipo de unidade de conservação: as ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Sabotado na administração anterior da Fundação Florestal (da qual sou presidente), somente agora, após quase três anos de lutas, consegui um Decreto, com apoio do governador Cláudio Lembo e do secretário Goldemberg, para disciplinar a implantação de ARIEs. Esse Decreto constituiu uma vitória minha. Superei muitas dificuldades e sabotagens mesmo, embora todos me tratem bem, pessoalmente. Viva Cláudio Lembo!!! Agradeço igualmente a Goldemberg, que também foi sabotado algumas vezes pela estrutura falha de alguns setores.

Áreas Relevantes
Restrições de uso da terra

27 fevereiro 1975

NATAL, RN – Às 9h já estávamos no local da conferência do 1º Simurb (Simpósio sobre Urbanismo). Fiz uma palestra sobre problemas relacionados com o uso da terra. Lancei a idéia de se fazer uma legislação criando Áreas de Controle Ecológico. Essas áreas teriam limitações de uso, nas propriedades, de modo a proteger recursos hídricos, solos, paisagens, flora e fauna etc. Disse que já estávamos estudando essa legislação. De fato, ainda ontem no avião estudei o anteprojeto de lei que redigi e que o (assessor jurídico do Ministério do Interior) doutor Severino Oliveira modificou. Mostrei-o ao Franciscone (arquiteto e secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Urbana).

P.S. 2009: Essa iniciativa sobre Áreas de Controle Ecológico não prosperou.

Incentivos fiscais

20 setembro 1982

Às 16h tive entrevista com o ministro (general Danilo) Venturini, no Palácio do Planalto. Ele é agora o ministro Extraordinário para os problemas da terra. Sugeri dar isenção do Imposto Territorial

Rural às Áreas de Relevante Interesse Ecológico, o que permitiria prestar algum incentivo aos que mantêm com sacrifício algumas florestas preciosas. Pedi, também, que fosse estudada a possibilidade de criar algum tipo mais eficiente de policiamento para os recursos naturais. Solicitei, ainda, certa isenção para os que colocam água encanada nas casas de seus empregados rurais.

P.S. 2009: A situação de inexistência de água encanada, em muitas casas rurais, é uma vergonha e um perigo à vida humana.

Mata da Cicuta

VOLTA REDONDA, RJ – Visitei a famosa Mata da Cicuta, da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), futura Área de Relevante Interesse Ecológico. É uma floresta secundária, mas já quase no clímax. Há um grande jequitibá e outros testemunhos da mata primitiva. Vi dois ou três bugios (*Alouatta fusca*), macacos simpáticos e vegetarianos. É uma floresta que vale a pena preservar, pois é a melhor da região (pelo que sei). Está bem protegida. É uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico).

25 outubro 1984

3 vitórias conservacionistas

BRASÍLIA, DF – O governador (José Aparecido), abriu a última reunião do Cauma (Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal). Apresentou um projeto, que foi unanimemente aprovado, criando o Parque e ARIE de Taguatinga, junto ao córrego do Cortado. O governador pessoalmente sobrevoou a área. Na Sematec (Secretaria do Meio Ambiente, Tecnologia e Ciência do DF), Nelson e Valmir eram contrários, pois a iniciativa iria remover chacareiros que defenderam a região e a mantiveram em bom estado. Realmente isso parece injusto, mas é preciso dar prioridade ao interesse coletivo e estávamos diante de uma oportunidade única. Dentro de dois anos terminarão os contratos de arrendamento que esses cinco chacareiros (família Onoyama e outros) possuem. A (Fundação) Zoo-Botânica os reassentará e os indenizará se for o caso. O Cauma aprovou a proposta por unanimidade.

Aproveitei a ocasião para pedir a aprovação de uma proposta de ARIE que me chegou às mãos pouco antes. A Pró-Flores sugeriu a medida para proteger a área dos seus viveiros, junto a Taguatinga, que o Nelson vistoriou e achou muito boa. O Cauma aprovou também por unanimidade.

Por fim, pedi que uma área marcada para ser protegida, junto à Cidade da Paz e Granja do Ipê, fosse considerada ARIE. Também foi unanimemente aprovada. Obtivemos, assim, graças à boa vontade do governador José Aparecido, que presidiu a reunião, e também dos demais membros do Cauma, importantes vitórias conservacionistas.

Atividades municipais

FORTALEZA, CE – Falei no Congresso Brasileiro dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente. (...) Entre as atividades dos Consemas, salientei que uma delas poderia ser a de propor e fiscalizar a implantação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Expliquei que elas reduzem o uso das propriedades, mas não o proíbem totalmente.

21 setembro 1989

Creio que vendi bem o meu peixe, pois umas 10 pessoas, depois da palestra, me pediram modelos de ARIEs.

Paulistanas

10 junho 1994

P.S. 2009: Mas isso não ocorreu.

SÃO PAULO, SP – À tarde houve uma reunião do Cades (Conselho do Meio Ambiente Municipal). Apresentaram relatório sobre áreas municipais que poderiam ser transformadas em ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Aprovamos diversas, em áreas municipais públicas: Trianon, Morumbi, Cidade Universitária, Previdência (perto da Rodovia Raposo Tavares) e uma em Guaianases. Em relação às ARIEs em áreas particulares, vamos preparar uma legislação que compense os proprietários de matas que tiverem florestas assim declaradas.

27 maio 1996

De manhã, na reunião do Cades, (...) aprovamos o projeto do Código Municipal do Meio Ambiente, com algumas emendas, inclusive minhas. Uma delas coloca as ARIEs do Município de acordo com o conceito federal.

Excelentes medidas fiscais

14 janeiro 1998

BRASÍLIA, DF – Estive longamente, no Ministério do Meio Ambiente, com o secretário do Conama Raimundo Deusdará e seu colaborador Antônio Carlos do Prado. (...) Soube das novas e excelentes medidas fiscais. Terra improdutiva, após cinco anos, terá de pagar imposto igual ao seu valor. Contudo, se uma Reserva Legal (Natural) for registrada no Registro de Imóveis, não há cobrança do Imposto Territorial Rural.

Nova Esperança: Extensão

Reunião do IAG (Grupo Internacional de Conselheiros) do Banco Mundial para a Amazônia

23 março 1998

P.S. 2009: Por minha iniciativa, essa área foi declarada uma ARIE, para proteger a vegetação da qual dependem os seringueiros.

BRASÍLIA, DF – (Os técnicos do Ministério do Meio Ambiente) Rueda e Aragón fizeram uma exposição brilhante sobre as reservas extrativistas. Realmente estão fazendo um trabalho notável, inclusive no que se refere à regularização fundiária. Pedi a palavra e expliquei a grave injustiça do fato de que o seringal Nova Esperança está fora da Reserva Chico Mendes, embora a floresta seja a mesma. Pedi colaborações de Rueda e de Aragón para encontrar uma solução, o que eles receberam com boa vontade.

26 março 1998

Hoje o dia foi dedicado a redação do relatório do IAG. Nós nos subdividimos em grupos. Fiquei nos grupos de Parques e Reservas e Exploração Florestal, junto com Tom Lovejoy e Phil Fearnside. O Jean Dubois me ajudou muito, no Capítulo sobre Reservas Extrativistas, pois referiu-se no Relatório ao apoio que o IAG está dando para instituir a Reserva Extrativista Nova Esperança. Esse apoio vai ajudar a concretizar essa Reserva, se Deus quiser.

P.S. 2009: Veja o item anterior e seus comentários.

No que se refere a Parques e Reservas, redigi um parágrafo de apoio à criação do Corredor Central da Amazônia, com mais de mil km de extensão. Tom Lovejoy acrescentou que isso não deve impedir o apoio a outras iniciativas, no que se refere a Parques e Reservas.

Parecer favorável

Hoje foi um grande dia, muito acima do esperado. Lá pelas 10h fui com o Monsã ao Ministério do Meio Ambiente. Lá encontramos o consultor jurídico Vicente Gomes e a consultora Tania Fonseca. Juntos, fomos ao Palácio do Planalto, onde nos entrevistamos com o consultor jurídico Paulo Bessa. Este é que decide sobre os aspectos jurídicos de Decretos e Projetos de Lei governamentais. Primeiro Vicente e depois eu expusemos o caso do projeto da Reserva Extrativista Nova Esperança, em Epitaciolândia, próximo de Xapuri, no Acre. Perguntamos, basicamente, se uma Reserva Legal Florestal, privada, pode ou não ser desapropriada. O doutor Paulo Bessa, logo e com ênfase, disse que sim, pode muito bem ser desapropriada. Assim, cairão por terra as opiniões contrárias que existiam no Ibama. Viva! Viva! Viva! (...)

Fomos falar com o (presidente do Ibama) Eduardo Martins. Por uma incrível coincidência, nós nos encontramos com ele quando saía de sua sala para ir a uma reunião em sala próxima. Expliquei rapidamente o caso, falando inclusive sobre a Jeane (da qual fui tutor) e como fiquei conhecendo o Seringal Nova Esperança. Eduardo concordou em dizer que há recursos, mas sem especificar o seu montante, que lhe informei ser de cerca de 150 mil reais. Isso equivale ao preço de um apartamento bom de dois quartos, em São Paulo. A concordância do Eduardo abriu o caminho para a efetivação, a curto prazo, da Reserva Extrativista Nova Esperança. Viva! Viva! Viva! Louvado seja Deus, para sempre seja louvado.

Hoje ocorreram várias coisas boas e importantes, inclusive inesperadas ou pouco esperadas. Deus certamente nos ajudou e peço que continue a ajudar, pois a caminhada ainda não terminou. Sempre surgem dificuldades de última hora.

Vento em popa

Depois, com Monsã, fui visitar o consultor jurídico do Ministério (do Meio Ambiente), Vicente Gomes. Apresentei um projeto de criação da Área de Relevante Interesse Ecológico e Social Seringal Nova Esperança. O doutor Vicente Gomes aprovou meu projeto, que falta ainda ser ainda apresentado oficialmente por mim.

Fui de manhã ao Ibama, onde conversei com o chefe da área jurídica, doutor Ubirajara, que gostou do meu projeto sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico e Social Seringal Nova Esperança. Ficou de se articular a respeito, com o Centro das Reservas Extrativistas e seu Presidente Rafael Pinzón. Deixamos também cópia no Centro, pois o Rafael estava num auditório, numa reunião grande.

Visitamos também a (Direc) Diretoria de Ecossistemas do Ibama, onde entregamos cópia do Projeto ao Gilberto Sales. Este é diretor da Direc, e vai nos ajudar, pois o Projeto terá que ser aprovado lá. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, estava lá. Recebeu ontem uma cópia e nos disse hoje que já tomou providências. Assim, o Projeto da Arie do Seringal Nova Esperança vai de vento em popa, graças a Deus. Esperei dois meses para fazer o seu encaminhamento, pois antes o novo ministro e seu *staff* não teriam condições de aprová-lo, pois estavam em plena fase de reestruturação burocrática. Esta continua, mas já está mais tranquila. A espera deu certo.

1º julho 1998

25 fevereiro 1999

26 fevereiro 1999

	Interesse Ecológico
20 agosto 1999	EPITACIOLÂNDIA, AC – Chegamos com grande antecedência no Seringal Cachoeira, onde havia uma rigorosa triagem de entrada. Como a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso anda baixa, essas medidas visavam selecionar a entrada na reunião. Fernando Henrique e sua comitiva chegaram em três ou quatro helicópteros grandes. A reunião foi realizada num galpão semiaberto, que ao invés de telhas tinha uma cobertura de pequenas taboas espessas. Estavam presentes lá quatro ministros, o presidente da República, chefes de repartições públicas, uns 20 índios de diversas tribos, em trajes típicos, os líderes seringueiros, a Mary Allegretti, autora das Reservas Extrativistas, vários secretários de Estado, prefeitos e o governador do Acre, Jorge Viana. Numa grande clareira da Floresta Amazônica, e no Seringal Cachoeira, houve uma reunião de povos da floresta, ambientalistas, autoridades, políticos, índios, algo difícil de convocar. Era também a primeira vinda, em cerca de 20 anos, de um presidente da República ao Acre, onde agora há um governo defensor da floresta. Curiosamente, o governador do Estado pertence ao Partido dos Trabalhadores, que faz oposição ao Governo Federal. Contudo, os discursos mostraram claramente a aliança ideológica do presidente e do governador. Estava lá também a senadora Marina Silva, do PT, originária de uma família de seringueiros e destacada líder na área ambiental, minha amiga. Durante a reunião deram a palavra ao prefeito de Xapuri, Julio Barbosa, do PT. Um dos documentos assinados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi o Decreto que torna o Seringal Nova Esperança (2 mil hectares, 49 famílias) uma Área de Relevante Interesse Ecológico. Preparei sua redação (quase na íntegra) e lutei durante alguns anos para a sua aprovação. O prefeito Julio Barbosa chamou a atenção para isso, me elogiou e pediu que eu ficasse de pé. Fui então saudado por uma salva de palmas, por todos os presentes. Esse foi um dos grandes momentos da minha vida, comparável ao Prêmio que recebi do duque de Edimburgo, no Palácio de Saint James, em Londres (1997). Também foram importantes para mim as palavras do ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, que me saudou dizendo que tem me encontrado em várias partes do Brasil, trabalhando pelo meio ambiente etc. Terminou dizendo que tenho “saúde de ferro”. A sede da reunião, no Seringal Cachoeira, é uma grande clareira numa floresta tropical maravilhosa, de muitas árvores gigantescas. Algo para lembrar para sempre, com profunda alegria e respeito!! Deus seja louvado. Este foi um dos dias mais maravilhosos da minha existência. Lamento Lucia não ter estado aqui, mas acredito que de algum modo ela compartilhou da minha alegria.
	Isenção de imposto
24 agosto 1999	Ao chegar, fui com o Monsã, que me esperava, ao Senado Federal. Lá me encontrei com o amigo Senador Lucio Alcântara, que é ambientalista. O conheci há uns 20 anos, quando ele era Prefeito de Fortaleza. A meu pedido, ele apresentou uma proposta de emenda, corrigindo a redação do Artigo 37 da Lei do SNUC (Sistema Nacional das Unidades de Conservação). Como está, esse Projeto considera as RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e os Monumentos Naturais como isento de impostos, por serem de interesse ecológico. Contudo, não considerou como tais as “Áreas de Relevante Interesse Ecológico”, o que é um completo absurdo. A nova emenda dá também às ARIEs a isenção do Imposto Territorial Rural. O senador Lucio Alcântara foi muito gentil e amável, como sempre.

	Ceará
	FORTALEZA, CE – Falei duas vezes com o Governador Lúcio Alcântara sobre a decretação de ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), que pode proteger áreas impróprias à Agricultura a custo quase zero. Não se desapropriam terras para implantar uma ARIE. A propriedade continua com o dono da terra, com algumas restrições de uso. O governador ouviu, mas não se pronunciou. Disse-lhe que enviaria um estudo que escrevi a respeito.
	Mercosul
	<i>Participação no 1º Encontro sobre Reservas da Biosfera do Mercosul</i>
	RIO DE JANEIRO, RJ – Sábado. As reuniões de hoje sobre o Mercosul e o Brasil prosseguiram animadas. Foram projetados mapas sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil, considerada a maior do mundo. Mantive contatos com argentinos e um uruguaio, que se interessaram sobre Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Dei-lhes exemplares do meu estudo a respeito à Lic. Cláudio Diniele (diretor Promab) e Lic. Alicia E. Toribio – Comitê MAB, Argentina.
	Fernão Velho
	MACEIÓ, AL – (...) O professor Rodrigo Ramalho me levou a dar uma ampla volta. Vimos, nas encostas de um tabuleiro, uma boa floresta tropical úmida, pertencente à Fábrica Carmem, do Grupo Othon. É um fragmento florestal de uns 100 hectares, bem guardado, na periferia de Maceió. Está no Distrito de Fernão Velho. Merece ser uma ARIE.
	Fragmentos
	<i>Viagem de São Simão (Fazenda Aretuzina) à região de Mococa (SP)</i>
	Fiquei surpreso com a quantidade de boas florestas, de alto porte, lá existentes, principalmente em terras acidentadas. Há também cerrados, mas estes quase sempre são de transição. Será um ótimo lugar para escolher fragmentos a serem preservados em ARIEs.
	De manhã segui pela Varig, em Boeing 737, para Brasília. Viagem ótima. Deu para ver, entre Águas da Prata (SP) e Poços de Caldas (MG) uma floresta que poderá ser um dos fragmentos florestais dignos de serem decretados como Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
	À noite segui para Florianópolis, pela Varig, em Boeing 737. Descemos primeiro em Joinville (SC). Tive ocasião de verificar que as elevações a Oeste do Porto de São Francisco (do Sul), que eu já havia anotado antes quando estava do outro lado da baía, na minha última viagem a Joinville, são realmente boas para serem conservadas como ARIEs. São elevações de uns 400 m de altura, inteiramente cobertas por matas. Não tem presença humana. Mais adiante, antes de pousarmos no aeroporto de Joinville, passamos sobre manguezais e, mais para dentro, sobre bosques úmidos com

muitas palmeiras Jerivás (*Syagrus romanzoffianum*). São dois ecossistemas ainda praticamente intactos. É urgente salvá-los, criando ali uma ARIE.

5 julho 2005

SÃO PAULO, SP – À tarde fui à Reitoria da Unesp (Universidade do Estado de São Paulo), que possui uma grande rede de Faculdades no interior. Conversei durante uma hora com o simpático reitor Marcos Macari. Pedi que a mata da Edgardia, com cerca de 500 hectares, nas encuestas de Botucatu, seja conservada com a decretação lá de uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico). Ele é simpático à idéia. Há notícias de que cortariam parte da mata para criar carneiros, mas não confirmaram isso.

Reservas Naturais
Piranha: Desenvolvimento Sustentável

1º *Simpósio Internacional sobre Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável nos Países da Bacia Amazônica*

25 setembro 2001

MANAUS, AM – Hoje me chamou muito a atenção uma palestra sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Lago do Piranha, instituída pela Prefeitura Municipal de Manacapuru, Amazonas. A apresentação foi feita por Antônio Mesquita e, em parte, pelo prefeito. Eles fizeram lá uma Unidade de Conservação grande, que tem 48 pescadores servindo de guardas, com salário mínimo. Além disso, somente os pescadores locais podem pescar lá. Mostrou um vídeo muito interessante, sobre a enorme riqueza e potencialidade dos campos inundáveis e do igapó (floresta inundada) local. Há lá uma imensidão de aves aquáticas. Estão construindo um hotel flutuante, de três andares.

Eles estão interessados em estudar a possibilidade de implantar lá ARIEs.

Silêncio geral

13 março 2002

BRASÍLIA, DF – (...) Fomos ao Gabinete do ministro, onde o José Carlos Carvalho já estava em plena atividade. Falamos sobre as unidades de conservação. Disse-lhe que nós desejávamos a autonomia da Direc (Diretoria de Ecossistemas) onde elas estão no Ibama. Sugerimos um novo Instituto ou uma Agência. José Pedro explicou que prepararíamos um Projeto e depois retornaríamos para discuti-lo. José Carlos pediu segredo sobre o assunto, para evitar críticas prematuras, pois o Projeto é polêmico.

P.S. 2009: Como foi visto, depois da ARIE Seringal Nova Esperança foi depois aprovada.

No final, sugeri que também fossem regularizadas como Resex (Reserva de Seringueiros e Extrativistas) as ARIEs extrativistas Seringal Nova Esperança, em Xapuri-Brasileia, Acre. Silêncio geral. Entendi, com isso, que o assunto ainda não está maduro. Mas não vou desistir. (...) A reunião quebrou um gelo potencial, tornando mais fáceis as comunicações futuras nossas com o ministro José Carlos.

Gama: Alta tensão

Em Brasília o Monsã me falou e mostrou mapas de uma Área Protegida do Gama, no DF, onde o Ibama não quer deixar passar uma linha de transmissão ali. Parece-me que o caso poderia ser resolvido sem derrubar árvores debaixo da linha. Amanhã veremos *in loco*, se isso é ou não possível, na realidade local. Estarei nesse caso como consultor, em busca de uma boa solução ambiental e social.

11 maio 2005

De manhã estive no hall do hotel, com Monsã e Joaquim Braga, aos quais transmiti minha opinião sobre a Reserva Ecológica do Gama. É necessário que os cabos de alta tensão fiquem acima da mata, com torres de suporte dos cabos mais altas. Em seguida fomos aos escritórios das empresas que estão construindo a Represa Corumbá-4.

12 maio 2005

A Reserva Ecológica do Gama é uma Unidade de Conservação anterior à lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Daí o seu nome inusitado e a proibição de passagem de caminhos ou linhas, com a menção, na Lei, da Reserva Ecológica do Gama.

Pessoalmente, o que está ocorrendo é importante, pois a criação da Reserva do Gama foi aconselhada por mim, quando eu era o secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, no Governo de José Aparecido de Oliveira. Não tive, porém, participação na redação do Decreto de 1988, que foi assinado apenas pelo governador. Vejo, agora, uma das minhas iniciativas ambientais no Governo do Distrito Federal no centro de uma discussão de importância social e pública.

Era para mim importante ver a área em causa, antes de propor soluções de fato e de execução possível.

Entramos no Helicóptero Esquilo, francês, muito bom, o Monsã, eu, o Helton Fernandes e o piloto. Voamos das 12h20 às 13h04. Fomos diretamente ao Gama, onde logo ao Sul da cidade-satélite está o Parque Recreativo do Gama e a reserva que ajudei a criar.

No conjunto, a área da Reserva está deteriorada em 30%, mas tem 70% das áreas naturais pouco ou nada destruídas. Vi, perto de uma das casas, árvores que foram cortadas em época relativamente recente, mas já secas. Contudo é pouca coisa. Em resumo, vale a pena lutar pela preservação da Reserva.

Em relação à passagem das linhas de alta tensão, ela somente exigirá uma torre de suporte. A mata ficará intacta debaixo dos fios de alta tensão. Não há outro lugar para passar as linhas. A existência de loteamentos ou favelas densas, no planalto junto à cidade do Gama, impedirá a construção das linhas em outro lugar. Se isso for feito, teriam que ser derrubadas dezenas ou centenas de casas, sem nenhuma vantagem, muito pelo contrário. Retornamos a base do helicóptero da Voetur. Fomos almoçar.

Com a situação agora bem clara para mim, fui com o Braga e o Monsã visitar após o almoço o Luiz Felipe Kuz Junior, diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama. Foi ele que negou a licença para a passagem das linhas de alta tensão. Com surpresa para nós, ele disse que fez isso por motivos apenas jurídicos, devido aos termos do Decreto que criou a Reserva. Contudo, sugeriu uma solução, que nos pareceu ótima: re-classificar a unidade. Mostrou muito boa vontade e também acha importante salvar a reserva!! Dentro de quatro dias haverá uma reunião, com a presença do Braga e do Monsã, para tratar dessa abençoada re-classificação. Viva o diálogo!!

Compensação Ecológica
Rodovia em SP

14 setembro 1990

SÃO PAULO, SP – De manhã foi realizada a sessão do Conselho Estadual do Meio Ambiente para discutir o Rima (Relatório de Impacto Ambiental) referente à Rodovia Carvalho Pinto. Essa estrada será construída entre a Via Dutra e o Alto da Serra do Mar (no Leste do Estão de São Paulo). (...)

Consegui a aprovação de uma proposta que determinou o cumprimento da Resolução número 10 de 1987, que estabelece uma compensação de 0,5% do valor da obra a ser aplicada em unidades de conservação na área. O secretário do Meio Ambiente, Jorge Wilhelm, estava indeciso a respeito. O diretor do Instituto Florestal, Helio Ogawa, queria aplicar os recursos em “reflorestamento de uso múltiplo”. Não concordei e meu ponto de vista prevaleceu. Randau Marques me alertou para a importância de especificar expressamente “unidades de conservação”, pois temia que a Dersa (Cia. de Estradas de Rodagem do Estado) gastasse os recursos em paisagismo da faixa da própria estrada. Isso deve ser cuidado, mas com outros recursos. Foi uma vitória conseguida no final com o apoio de todos os conselheiros. Expliquei, durante as discussões, ter sido o autor dessa Resolução do Conama, que, aliás, foi por este ampliada e aperfeiçoada.

Benefício para municípios

25 outubro 1993

SÃO PAULO, SP – Às 12h15, fui ao Palácio dos Bandeirantes, onde o governador Fleury assinou mensagens de projetos-de-lei ambientais, o principal deles dando compensações econômicas aos municípios com grandes áreas de unidades de conservação. Primeiro falou o ministro do Meio Ambiente, Rubens Ricupero. Ele me viu e me fez um baita elogio, logo depois falou o governador, que me elogiou e me convidou para ficar no tablado das autoridades. Recebi muitas palmas. Foi uma homenagem inesperada.

Severa repreensão

30 junho 1994

BRASÍLIA, DF – No final da tarde houve uma palestra de dois técnicos da Eletrobras, engenheiros Jorge Trinkareich e Antonio Carlos Amaral. Falaram sobre a preocupação deles em resolver, na Eletrobras, os problemas ambientais. Perguntei-lhes sobre o cumprimento da Resolução do Conama sobre a compensação ecológica que manda as hidroelétricas gastarem 0,5% do custo da obra na implantação de uma Estação Ecológica. Um deles disse que em duas hidrelétricas eles gastaram os recursos para tratar esgotos (no RJ) e para melhorar a situação de Parques Estaduais (GO).

Disse-lhes de público que isso significava não terem cumprido a Resolução 10/1987 do Conama, mas que, dada a boa vontade deles, esperava que no futuro cumprissem a mesma. Depois, em conversa com eles, afirmei que nos próximos EIA-Rimas de hidroelétricas, procuraria, pessoalmente, ver que essa Resolução seja cumprida pela Eletrobrás, mas que confiava na boa vontade deles. Há muitos anos não fui tão severo e enérgico como hoje, mas era preciso.

O ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, assistiu à parte pública de minha bronca, que depois continuou em conversa.

Estação Ecológica tem preferência

18 abril 1996

Durante a manhã participei da 43ª Reunião do Conama. Obtive duas vitórias importantes, ao conseguir a aprovação por larga margem de votos. Discutiu-se uma nova Resolução, para substituir a minha, em vigor, sobre a compensação ecológica nas obras que causam grande impacto ambiental. Haviam tirado, no novo projeto, a menção a Estações Ecológicas, como a unidade de conservação a ser implantada como compensação ecológica. Agora as Estações Ecológicas e os Parques Nacionais serão as unidades de conservação compensatória preferencial. Outra vitória foi a aprovação de um artigo dizendo que os projetos em desacordo com a nova Resolução podem ser suspensos pelo Conama. Isso é muito importante, pois uma Resolução sem punição não seria bem obedecida, como mostra a experiência.

Diagnóstico dos mananciais

SÃO PAULO, SP – De manhã fui a uma reunião promovida pelo ISA (Instituto Sócio Ambiental) dirigido por João Paulo Capobianco. Apresentou um diagnóstico, resultado de um seminário sobre a região das Represas Billings e Guarapiranga. É uma base para a criação de unidades de conservação em 15% da área e também faz a recomendação de outras medidas boas, de conservação dessa região de enorme importância ecológica. Há um milhão de pessoas que vivem irregularmente lá.

25 novembro 2002

Serra do Meio

Na USP recebi também Carlos A. M. Scaramuza e Mônica Shimabukuru (Instituto Socioambiental), que me mostraram seus projetos para salvar a natureza na Serra do Meio, no Pará, perto de São Felix do Xingu. É uma região fantástica, cercada por Reservas Indígenas e ainda quase intacta. Planejam lá, como conselho a fazer e hoje está previsto no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), um mosaico de diferentes unidades de conservação, com domínio de uma (sugeri dividir em duas) das Estações Ecológicas. Foi uma conversa interessantíssima sobre uma área fascinante.

23 janeiro 2003

Mineração e fauna

De manhã, fui à reunião do grupo de trabalho sobre as Áreas de Proteção Permanente e a mineração, presidida por Francisco Iglesias. Estavam lá muitos funcionários do Ministério de Minas e representantes de empresas mineradoras e alguns ambientalistas e funcionários do Ibama. Fiz um pronunciamento afirmando que já havia uma legislação sobre as compensações ambientais. Disse que isso é muito importante para o Movimento Ambientalista. Poderia ser a base para um entendimento entre as partes interessadas.

12 março 2004

O coordenador geral de Mineração do Ministério de Minas e Energia, José Eduardo Alves Martinez, conversou comigo. Ele se interessou pela questão da compensação, mas faltava algo. A meu ver, pelo caso do gasoduto a que ele se referiu. Pareceu-me interessado em obter grandes permissões do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) para explorar extensas áreas de APPs (= Área de Proteção Permanente). Um acordo com os mineradores não é fácil, pois lhes interessam grandes concessões. Tenho agora que propor algo que não vai agradar ao Ministério das Minas e da Energia. Trata-se de exigir que não sejam interrompidos os corredores naturais pelos quais a fauna circula pelo território.

16 março 2006

Fundo de compensação

CURITIBA, PR – A reunião (extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente) foi em parte uma celebração do contrato Ministério do Meio Ambiente–Caixa Econômica Federal. Foi criado um fundo para receber, em nome dos empresários e manter lá em nome deles, com direito de uso pelo Ibama, nas suas unidades de conservação, do dinheiro pago pelas Compensações Ecológicas. Foi, como disse à ministra Marina Silva, ali presente, um “Ovo de Colombo”. O Ibama não é um banco, ao passo que a Caixa, com toda a transparência, pode guardar o dinheiro, pagar juros e deixar as quantias lá, em nome dos empresários, até o seu uso pelo Ibama. Assim, o Tesouro Nacional não poderá confiscar esse dinheiro, que poderia desaparecer nas suas entranhas se posto lá em nome do Ministério.

Todos, inclusive a ministra Marina Silva, em conversas informais comigo, concordaram que assim o Tesouro não poderá “confiscar” essas quantias. A Compensação Ecológica, diga-se de passagem, é uma invenção minha feita há cerca de 20 anos atrás, aproximadamente, e aprovada pelo Conama. O Clarismundo Luiz, de Goiás, lembrou isso.

O presidente do Ibama, Marcus de Barros, no início de sua fala, me fez elogios, dizendo que logo que assumiu o cargo, eu lhe expliquei a importância de apoiar as Unidades de Conservação.

17 março 2006

Custo ambiental

Trabalhamos intensamente, o dia todo, praticamente sem almoço, na votação da Resolução do Conama sobre as compensações ambientais. O embate entre o movimento ambientalista, juntamente com os Estados, contra a Confederação Nacional da Indústria foi constante. Quase sempre a CNI foi derrotada, embora quase sempre as divergências tenham sido pequenas. As discussões foram muito complexas e cansativas.

Uma das principais matérias debatidas foi sobre a tese defendida por Mauricio Lobo (RJ) de que os custos ambientais normais integram os custos totais dos empreendimentos, não podendo ser descontados da Compensação Ambiental. As emendas e propostas da CNI visavam principalmente diminuir o custo das Compensações Ambientais. Isso é compreensível, mas nós ambientalistas precisamos desses recursos para salvaguardar e desenvolver as Unidades de Conservação. A CNI foi apoiada pelo Ministério dos Transportes e outros, pois estes terão que pagar também Compensações Ambientais.

24 junho 2006

Transmissão de energia

LUZIÂNIA, GO – Sábado. O Monsã almoçou aqui na fazenda (Jatiara). Ele trouxe ao meu conhecimento um fato grave. No projeto de licitação das grandes redes de transmissão de energia elétrica, não há nenhum item referente ao Meio Ambiente na composição dos preços. (...) Será um desastre ambiental, que certamente os EIA–Rimas dos Estados licenciadores procurarão corrigir, com imensas discussões causadoras de atrasos de execução etc. É preciso discutir já o que fazer.

Um Instituto para a Conservação Atribuições

SÃO PAULO, SP – No final da manhã fui à reunião do Instituto Sócio-Ambiental sobre as Unidades de Conservação. Falei sobre a importância das ARIEs, sobre a necessidade de incluir no projeto as atribuições das APAs, sobre a boa notícia da substituição das Reservas Biológicas pelas Estações Ecológicas, feita pelo deputado Fernando Gabeira (relator do projeto-de-lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) no seu projeto, e mais algumas coisas. Dei ao deputado Gabeira cópia da legislação sobre as ARIEs e sobre as APAs.

O trem da História

MANAUS, AM – Conversei longamente com Carlos Miller, presidente da Fundação Victoria Amazônica, sobre os problemas da região. Ele teme os malaíes. Está em desacordo com as idéias do grupo da Maria Thereza Jorge (Sergio Brandt, principalmente) sobre unidades de conservação. Esse grupo considera prioritário fazer planos de manejo, coisa que eu e o Carlos Miller não consideramos então como preferencial.

É incrível que ainda exista no Ibama um grupo, que entrava o estabelecimento, como venho propondo, de novas unidades de conservação na Amazônia!!! É difícil compreender que alguém não se preocupe (parece) com o futuro da conservação nesta região!! Estão perdendo o trem da história, mas me parece que a força desse grupo diminuiu muito ultimamente, com a nomeação do novo presidente do Ibama Eduardo Martins. Este me trata e me considera de modo muito especial, como se eu fosse o pai do ambientalismo brasileiro. Na verdade não mereço tanto, mesmo porque sozinho pouco teria podido fazer.

“Contras”

BRASÍLIA, DF – Sábado. Almocei no Restaurante Fritz, com o Marcio Ayres e o João Batista Monsã. O Marcio está com um mega-projeto, visando reunir Anavilhanas, Mamirauá, Jau e outra área, através de grandes corredores. Ao todo seriam 6 milhões de hectares interligados, a maior área tropical protegida do mundo. É uma idéia interessante, mas o aconselhei a fazer um mosaico. O Parque Nacional do Jau tem cerca de 1.200 habitantes. A solução é fazer várias APAs (Áreas de Proteção Ambiental), onde as pessoas podem morar. Também os tais corredores terão que ser APAs.

O Marcio está bem a par das dificuldades existentes no Ibama, que na realidade são hoje muito menores, pois o presidente Eduardo Martins pensa como nós. Os do “contra” são poucos. Mas são cabeçudos e têm influência, pois nos últimos 5 anos, segundo Marcio, o Ibama não criou nenhuma unidade de conservação. Mas, se Deus quiser, isso vai mudar, com o Eduardo Martins, o Marcio Ayres, o Rômulo Melo Barreto, o Ricardo Soavinski, e outros.

Independência administrativa

BRASÍLIA, DF – Conversei longamente com Suely San Martinho, pessoa chave no Ibama em relação à Unidades de Conservação. Ela me pintou uma situação de caos. Envia recursos a essas unidades

26 abril 1996

8 maio 1996

P.S. 2009: Mudei de ideia quando percebi que o sucesso da fiscalização depende muito da existência de um plano desse.

13 julho 1996

7 novembro 2000

via representantes ou superintendentes do Ibama. Estes, porém, muitas vezes desviam esses recursos para usá-los para outros fins. Isso não quer dizer que o dinheiro é roubado, mas é usado para outras finalidades públicas. Além disso, esses representantes desafiam abertamente as suas ordens. Sugeri instituir auditorias ou algo assim, móveis. Trata-se de um caos que deve vir de longe, ou seja, de outras administrações, mas na nossa conversa não tratamos disso. Minha proposta para a solução: usar a regulamentação da nova lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) para estabelecer que essas unidades terão os seus próprios centros de pagamento, fora do alcance dos Representantes (ex-Superintendentes).

Sinal verde para um novo Instituto

Diálogo durante a Conferência Preparatória da Rio+10

24 junho 2002

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Caminhei conversando com muitos dos presentes. Assim, cheguei perto do presidente Fernando Henrique, que estava ao lado do ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Afirmei ao presidente: "Gostaria de explicar melhor a minha proposta. É preciso estudar a criação do novo instituto das unidades de conservação no Ministério do Meio Ambiente, se o senhor estiver de acordo". O presidente respondeu: "Seria dar autonomia?". Disse-lhe algo assim: "É necessário estudar". O presidente afirmou: "Estou de acordo". O ministro José Carlos, ali presente, também concordou. Logo depois apareceram outras pessoas e a conversa terminou.

Para mim foi um momento histórico, pois se acendeu uma luz verde no caminho para o Ibuc (Instituto Brasileiro das Unidades de Conservação).

27 junho 2002

P.S. Essa notícia teve grande repercussão.

O *Estadão* publicou, na pág. 12 do primeiro caderno, com certo destaque, uma entrevista minha a Liana John, sobre o Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação). Sugeri que essa almejada Instituição seja estabelecida. Relatei a luz verde que recebi do presidente Fernando Henrique.

Apoio sigiloso

Diálogo na Cabine reservada do Airbus presidencial, na volta da Rio+10 realizada em Johannesburgo

3 setembro 2002

Com o ministro José Carlos Carvalho, combinei que faríamos uma reunião daqui a uns dez dias, para tratar da implementação do Ibuc. Ele quer que eu fique até lá "na surdina". Disse-lhe que no dia 27 haverá uma reunião promovida pelo Boticário, em Fortaleza, onde a questão será publicamente debatida. O José Carlos concordou em que há pressa, para o encaminhamento do Ibuc. Ele me deu a impressão de que está realmente interessado na retirada das unidades conservação de dentro do Ibama. Contudo, quer andar com demasiado cuidado e em segredo, o que a meu ver pode causar o fim do Projeto, pois procedendo assim não teremos o apoio da opinião pública, que é essencial.

Passo a passo

24 setembro 2002

FORTALEZA, CE – No almoço, contei ao Marc Dourojeani e a Maria Thereza Pádua minha nova concepção do Ibuc. Está sofrendo resistências sérias. Quase ninguém quer enfrentar as barreiras

existentes, ou seja, o *establishment*. Assim, penso que devemos proceder por etapas, até chegar ao Ibuc ou Infeuc (Instituto Federal de Unidades de Conservação). A primeira etapa é estabelecer um forte Conselho Federal de Unidades de Conservação, com poderes de orientação administrativa. Depois poderemos ter um Fundo, manejado pelo Conselho, ou um subfundo do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Isso tornará fácil a criação, posterior, do Ifeuc. Eles concordaram. (...)

“Realinhamento”

Recebi cópia FAX de uma Portaria Interministerial (Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento) para o “realinhamento estratégico” do Ibama no Projeto de Revisão Institucional e Organizacional do Ministério do Meio Ambiental.

De manhã fui com Renato Aragão ao Centro de Convenções. Na sala VIP encontramos José Pedro de Oliveira Costa. Ele me disse que falou com o ministro José Carlos Carvalho, que lhe explicou que a questão do Ibuc ficará para o próximo governo. José Pedro ainda não sabia da Portaria Interministerial 442 de 20/09/02 que abre a possibilidade de estudar uma solução que permitiria, ao menos em parte, abrir caminho para a aprovação de uma entidade que reúna as Unidades de Conservação Federal. É um balde de água fria. Mas vou em frente.

26 setembro 2002

Autonomia prometida

Tive audiência com o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Ele me recebeu muito bem, no seu Gabinete. Fui direto ao assunto que me levou lá: a organização de uma nova entidade pública autônoma, incorporando as unidades de conservação que hoje estão no Ibama. Já havia conversado antes com ele e até com o presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Entreguei ao ministro cópia da moção que apresentei no III Congresso de Unidades de Conservação (em Fortaleza), do seguinte teor: “Os participantes do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação manifestam ao senhor ministro do Meio Ambiente os seus aplausos ao discurso que pronunciou na abertura dos trabalhos e a sua esperança de que a recente Portaria 442 de 20 de setembro último venha finalmente a resultar na maior autonomia e maior poder de ação que deve ter o conjunto das Unidades de Conservação”.

O ministro me surpreendeu, pois foi além do que eu esperava. Disse que a nova entidade deve ter um Conselho de Administração. Afirmou que até o último dia do ano o Governo é governo e pode aprovar coisas. Indagou se eu concordaria com o nome do Ricardo José Soavinski para coordenar as providências necessárias. Imediatamente concordei, pois o Soavinski já há uns dois anos ou mais tem conversado comigo sobre a autonomia que devem ter as unidades de conservação. O ministro mandou vir um fotógrafo para retratar a minha presença. Enfim, foi uma cooperação notável. A iniciativa está em marcha! Deus seja louvado! Haverá, segundo combinamos com o ministro, um comitê de notáveis.

Ao sair do Ministério, junto com o Monsã procuramos o Ricardo Soavinski. Ele ficou muito contente, mas pedi que guardasse sigilo até que o ministro anuncie o que está já acontecendo e o convidasse oficialmente.

1º outubro 2002

Autorização

16 outubro 2002

SÃO PAULO, SP – Finalmente o Ricardo Soavinski me telefonou de Brasília. O ministro José Carlos Carvalho o autorizou a tocar para frente, comigo e alguns outros, o Projeto de uma nova entidade federal para as unidades de Conservação. Quer muita "discrição" (o ministro). Agora vamos mesmo tocar para frente essa luta indispensável a favor das Unidades de Conservação com autonomia em conjunto, fora do Ibama!! Viva!!!! Deus seja louvado.

Novo governo

13 novembro 2002

Monsã me esperava no aeroporto em Brasília. Seguimos para a Câmara dos Deputados, onde fizemos uma visita ao deputado Gabeira, líder ambientalista de esquerda, com muito prestígio, ex-guerrilheiro urbano nos anos dos governos em que eu era secretário do Meio Ambiente Federal. É uma pessoa muito simpática. Ele está inteiramente de acordo com a ideia de criar uma nova entidade federal para cuidar das unidades de conservação. Vai falar com outras pessoas do PT, para que possa ser criado no próximo governo o Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação). Foi um encontro muito bom.

28 novembro 2002

De manhã, juntamente com Monsã e Ricardo Soavinski, fomos ao Senado Federal. Conversamos com a senadora Marina Silva, que nos atendeu muito amavelmente. Procuramos convencê-la da necessidade de criar o Ibuc. A Marina não se manifestou abertamente e não esperávamos isso. Contudo, era visível a sua simpatia pela nossa causa. Foi muito simpática. Ao contrário de alguns boatos, a sua saúde parecia excelente. Dissemos a ela que o movimento ambientalista deseja que ela seja a Ministra do Meio Ambiente. Declarei também que eu não era candidato a nada. Realmente, não almejo nenhum cargo.

Do Senado fomos a um prédio novo do Banco do Brasil. É lá que se reúne o pessoal do Governo Lula. Conversamos longamente com o deputado estadual do Mato Grosso Gilnei Viana, que está chefiando a assessoria ambiental do novo Governo, no grupo que prepara a transição. Inicialmente, o deputado Gilnei disse que não poderia manifestar a sua opinião, pois precisava ouvir todos. Contudo, aos poucos foi mostrando a sua franca simpatia por nossa causa. Concordou comigo que a instituição do Ibuc deve ser comunicada ao futuro presidente do Ibama, quando ele for convidado para o cargo. A meu ver será uma cautela de profunda importância. Saímos do Edifício da Transição bastante alegres e esperançosos. Também declarei ao Gilnei Viana que não sou candidato a nada.

Autonomia

16 janeiro 2003

Às 11h, tive, com o Monsã, uma boa conversa com o novo secretário executivo (vice-ministro) (do Ministério do Meio Ambiente), Cláudio Langone, do RS, ex-colega no Conama. Ele me recebeu muito bem. Disse-lhe ser importante reorganizar o Ibama. Se não fosse possível fazer agora o Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação), deveríamos pelo menos dar autonomia interna, no Ibama, ao conjunto das Unidades de Conservação, no que se refere ao manejo dos recursos financeiros, que às vezes são desviados para outros fins. Sem que o Ibama tenha credibilidade no uso das ajudas recebidas, não haverá novos recursos além dos 18 milhões de dólares do Projeto Arpa, já a caminho. Ainda há 86 milhões de dólares que poderão ser obtidos. Langone se interessou por

minha argumentação e perguntou como os gerentes executivos do Ibama, recém-nomeados pelo novo Governo, poderiam ajudar. Disse-lhe que devíamos ter soluções definitivas e que as principais unidades de conservação das várias regiões poderiam receber o dinheiro e encaminhá-lo às outras unidades. Isso já está sendo feito com sucesso em Foz do Iguaçu. Na saída ele disse que em breve teríamos agradáveis surpresas. Durante a reunião o Monsã sugeriu a criação de uma Comissão para controle etc., numa gestão geral das unidades de conservação. Pareceu-me uma sugestão excelente.

Reestruturação

Com o Monsã, tive uma boa conversa, no Ministério do Meio Ambiente, com o Mercadante, braço direito do (novo secretário de Biodiversidade e Florestas) João Paulo Capobianco. Falei com ele sobre a necessidade de implantar lá um Ibuc (Instituto de Unidades de Conservação). Ele e o Capô são favoráveis ao Ibuc, mas não sei se a Ministra Marina Silva concordaria em agir já. Fomos depois ao Conama, onde conversamos longamente com o seu diretor Nilo Diniz. Ele não crê muito na criação de um Ibuc, mas concorda com a necessidade de uma grande reestruturação do Ibama e do próprio Ministério.

Instituto Chico Mendes

50ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

RIO DE JANEIRO, RJ – A ministra Marina Silva fez um excelente e vibrante discurso a favor das reformas feitas agora no Ibama e no Ministério do Meio Ambiente. Em certo momento ela defendeu o fato de que o novo Instituto das Unidades de Conservação tenha o nome de Chico Mendes. Ela acrescentou: seria o mesmo se daqui a 20 anos tivesse dado ao Instituto o nome do Paulo Nogueira-Neto. Bateram palmas. Em outra ocasião, quando citaram o meu nome como pioneiro do Conama, também bateram palmas. Para mim isso teve o sabor de uma grande vitória, pois lá estavam presentes também muitos grevistas do Ibama, com cartazes contra a divisão desse órgão. Há dias *O Globo*, um dos principais jornais do Rio de Janeiro, publicou o meu artigo a favor da divisão do Ibama e do novo Instituto Chico Mendes. Ao terminar sua fala, a ministra Marina Silva recebeu uma das maiores salvas de palmas que já ouvi, durante vários minutos seguidos. O pessoal do Ibama que estava lá, após o discurso de uma funcionária contra a divisão, recebeu modestas salvas de palmas, incomparavelmente menos que a ministra Marina Silva. Hoje foi certamente um dia glorioso. Agora já estou vendo que nossa causa será vencedora. Viva o Instituto Chico Mendes!!!! Viva, viva, viva!!!! Mas ainda não houve a aprovação final no Congresso.

Gestão

BRASÍLIA, DF – De manhã, tive uma reunião no Hotel das Américas, com o Lázaro e o Aluísio. Com surpresa para mim, vieram me trazer cópia escrita e esclarecimentos verbais sobre melhorias no Decreto feito pela presidência da República. Não discutiram a criação do novo Instituto Chico Mendes. O Monsã organizou a conversa deles comigo e também participou da Reunião. O Decreto é para a gestão do novo Instituto. Isso significa que eles já consideram o Instituto uma realidade, embora continue em votação (no Congresso) a questão da aprovação do Instituto Chico Mendes. A proposta que me foi apresentada é praticamente igual à que me foi enviada antes. O Aluísio, o Lázaro e o Monsã foram da antiga Sema, onde trabalharam comigo.

25 abril 2007

29 maio 2007

5 julho 2007

Reforço

9 julho 2007

LUIZIÂNIA, GO – De manhã recebi na Fazenda Jatiara a visita do Monsã e do advogado Vicente Gomes, da Câmara dos Deputados. Ele é amigo dos Sarney (do ex-presidente da República e do seu filho ex-ministro do Meio Ambiente). A seu ver o Senado vai aprovar a Medida Provisória que cria o Instituto Chico Mendes, das Unidades de Conservação e da Biodiversidade. Contudo, ele gostou do que lhe disse sobre a necessidade de também reforçar o Ibama. (...) Expliquei ao Vicente que para se obter uma solução “pacífica”, é necessário oferecer ao Ibama algo valioso, como seria o caso da sua reestruturação e reforço, que é muito necessário. O Vicente gostou da minha proposta, mas ficou de conversar com os Sarney.

Indispensável

10 julho 2007

Fui a Brasília. Às 11h já estava no Senado Federal, para uma audiência pública sobre a Medida Provisória referente à criação do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade. Ao chegar lá, com o Monsã, vi um grande número de funcionários grevistas do Ibama. Pensei que fosse ser hostilizado e vaiado, pois a greve deles é contra a criação do Instituto Chico Mendes. Contudo, eles se portaram respeitosa e não tive problemas.

A Audiência Pública foi presidida pelo Senador (Leomar) Quintanilha, que se portou amigavelmente com todos. No lado do Ministério do Meio Ambiente sentaram-se à mesa a ministra Marina Silva, o secretário executivo João Paulo Ribeiro Capobianco. Tiveram também assento à mesa três representantes dos grevistas do Ibama. A ministra Marina Silva fez um bom discurso, salientando a necessidade de ter mais elementos para proteger e dirigir as Unidades de Conservação. O Capobianco também falou longamente, mostrando a importância do novo Instituto. Quando foi a minha vez, falei energicamente, com voz alta e boa, sobre a importância do Instituto Chico Mendes. Disse-lhes também que as Instituições nascem, crescem, se dividem e às vezes morrem. Para tomar conta das Unidades de Conservação era indispensável ter o novo Instituto.

O pessoal do Ibama passou a palavra à Ana Maria Cruz, que falou longamente sobre a necessidade de fortalecer o Ibama, apresentando quadros a respeito disso. Ela trabalhou comigo na Sema e merece toda consideração e amizade. Estavam presentes apenas cerca de seis senadores, entre os quais o atencioso e simpático Eduardo Suplicy. A Ministra me elogiou no seu discurso.

Articulação

26 julho 2007

BRASÍLIA, DF – (...) Estive com o João Paulo Capobianco. Disse-me que a votação da Medida Provisória criando o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade será efetuada pelo Senado em agosto, mas o resultado é ainda incerto. Pediu-me para procurar os líderes da oposição, senadores Arthur Virgílio e José Agripino Maia, o que procurarei fazer.

PS. 2009: Finalmente a criação do Instituto Chico Mendes foi aprovada no Congresso, sem dificuldade. Deixo aqui 3 vivas pela grande vitória. E os meus profundos agradecimentos a todos e sobretudo a Deus.

ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL PAULISTA

Pedido inócuo

SÃO PAULO, SP – De manhã fui ao Departamento de Zoologia, na Cidade Universitária. (...)

18 março 1974

Passei pelo escritório e, sem almoçar, fui presidir uma reunião do Conselho Florestal do Estado. Antes, na sala ao lado, conversei com o doutor Rubens de Araújo Dias, secretário da Agricultura. Falamos sobre Jacupiranga (entreguei o relatório da Comissão), Ilha do Cardoso (o secretário pediu ajuda para o Centro de Pesquisas) e outros assuntos. Disse-lhe que precisaria me afastar da Presidência do Conselho Florestal. Falei sobre a constituição de uma Secretaria Estadual do Meio Ambiente, como lhe havia sugerido. Não encontrei qualquer receptividade. Pedi que ao menos fosse acrescentado o nome “Recursos Naturais” ao de “Secretaria da Agricultura”. A isso, o secretário afirmou haver resistência por parte dos elementos tradicionalistas. A conversa foi muito cordial e amiga, mas pobre em resultados.

Para valer

O governador preocupa-se com o problema crescente da poluição em São Paulo. Segundo disse, há no momento uma neurose coletiva que está lotando os hospitais. Paulo Egydio ficou satisfeito ao saber que a Cetesb (Companhia de Engenharia e Tecnologia de Saneamento Básico) e a Secretaria de Obras e Serviços têm feito tudo para nos ajudarem (na Sema). Ele lembrou que fui eleito para a Presidência do Conselho da Cetesb e disse esperar que eu atue lá para valer.

Consema

BRASÍLIA, DF – À noite Lucia e eu fomos à missa e depois à casa do ministro Severo Gomes, onde ele e Maria Henriqueta homenagearam o embaixador e a embaixatriz da França.

20 junho 1976

Conversei demoradamente com o secretário de Planejamento de São Paulo, Jorge Wilhelm. Expus a ele a ideia de se criar um Conselho do Meio Ambiente ou dos recursos naturais, em São Paulo. Wilhelm achou a sugestão boa. Disse-lhe que amanhã trataria do assunto com o secretário da Agricultura Pedro Tassinari. Essa luz verde é da maior importância, pois o Planejamento é a única Secretaria que no momento poderia abrigar tal Conselho devido a suas características multissetoriais.

SÃO PAULO, SP – Às 12h cheguei à Secretaria da Agricultura, onde o secretário Pedro Tassinari, José Carlos Reis de Magalhães e eu conversamos sobre a unificação dos setores ligados a recursos naturais e Meio Ambiente no Estado de São Paulo. Sugeri a criação de um Conselho, primeiro passo para uma futura Secretaria. Todos concordamos com esse esquema e com a colocação do Conselho na Secretaria do Planejamento. Nesta, o secretário Wilhelm está muito consciente da importância do Meio Ambiente. De tudo isso poderão surgir novas e valiosas perspectivas. José Carlos vai elaborar um esquema, com a colaboração de José Pedro de Oliveira Costa, do Planejamento.

21 junho 1976

	Recursos Naturais
9 maio 1977	Falei depois com o secretário do Planejamento do Estado, Jorge Wilhelm. Sugeri a ele mudar o nome da Secretaria da Agricultura para Secretaria da Agricultura e dos Recursos Naturais. De manhã já havia telefonado ao secretário dessa pasta, Pedro Tassinari, que me disse ter enviado há tempos um Projeto de Lei nesse sentido. Assim, sugeri ressuscitar essa iniciativa. Para nós conservacionistas isso é importante, pois se trata do primeiro passo para uma futura Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. Sugeri também ao secretário Jorge Wilhelm instituir logo, por Decreto, as Áreas Conservacionistas das "linhas de cuestras". A principal seria a Corumbataí – Botucatu. Ele pode fazer isso considerando tais florestas como protetoras. Assim, várias linhas de encostas abruptas, ainda revestidas por matas, poderão ser salvas no Estado de São Paulo. Wilhelm achou boa a idéia (que era um velho plano dele) e vai tocá-la para frente.
	GAP
22 março 1979	Embarquei pela Vasp (de Brasília) para São Paulo, de manhã cedo, para atender a um apelo que ontem à noite me fez Nelson Nefussi. É que hoje vão se instalar os GAP (Grupos de Assessoramento aos Projetos) do novo Governo do Estado. Serei o Presidente do GAP na Cetesb. (...) À tarde fui ao Palácio dos Bandeirantes, onde revi velhos amigos e cumprimentei o novo governador Paulo Maluf. Tomei posse, juntamente com umas cinquenta outras pessoas, na Presidência de um dos GAP.
	Conselho Ambiental
27 dezembro 1979	À tarde fui à Cetesb, onde falei bastante com o seu presidente, Marcel Protesco. Ele me dá ótima impressão como administrador firme e competente, que sabe o que quer. Deseja estreitar o relacionamento com a Sema e corrigir distorções lá existentes. Presidi uma reunião do GAP-Cetesb, espécie de Conselho extra-oficial da entidade. Foi unanimemente aceita a ideia da constituição de um Conselho de Proteção Ambiental, reunindo entidades privadas e várias Secretarias de Estado. Terá funções normativas, consultivas e fiscalizadoras. Tudo correu bem, exceto na hora da indicação da entidade que representaria os conservacionistas. Chegou a haver quase que um consenso de que a Adema (Associação de Defesa do Meio Ambiente) seria essa entidade. Contudo, a professora Nanuza Menezes se opôs, dizendo que as outras entidades conservacionistas se sentiriam preteridas. Imediatamente declarei e José Carlos Reis de Magalhães também o fez, que me sentia impedido de pleitear o nome da Adema, pelas ligações que tenho com esta (na condição de sócio-fundador e ex-presidente). Ficou apenas a indicação vaga de que o Conselho teria a presença de uma entidade conservacionista. O resultado prático foi a meu ver desastroso, pois jamais as entidades conservacionistas chegarão a um acordo entre si sobre esse ponto e possivelmente perderão a representação. Por outro lado, fiquei numa situação delicada e decidi não insistir na indicação da Adema, para não ser acusado depois de dividir os ambientalistas.

	APAs – Áreas de Proteção Ambiental
	<i>Instalação do Consema no Palácio dos Bandeirantes</i>
	O governador André Franco Montoro instalou o Conselho Estadual do Meio Ambiente, com a presença de vários secretários de Estado e conservacionistas. O Governador agradeceu minha presença e relembrou nossa ação em favor do ambiente. Quando ele se retirou, começaram a discutir sobre as APAs (Áreas de Proteção Ambiental). Quase todos os presentes desconheciam o assunto. Junto com José Pedro tive que explicar os pormenores. No final, aprovaram a criação das APAs de Corumbataí-Botucatu, depois que fiz um histórico mostrando todo o trabalho realizado pela Sema e pelas Faculdades de Ciências Biológicas de Botucatu e Rio Claro. Chaves, do <i>O Estado de S. Paulo</i>, e outros, criticaram veladamente o fato de não terem tido tempo para estudar o assunto, pois este só fora apresentado durante a reunião. Mas terminaram aprovando. José Pedro dirigiu a reunião magnificamente, com muito tato e diplomacia.
	Transmissão
	De manhã assisti à "desposse" do José Pedro de Oliveira Costa, no cargo de secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e à posse (transmissão do cargo) ao arquiteto Jorge Wilhelm. O novo secretário, com o qual tenho bom relacionamento, me fez um elogio ao saudar no seu discurso os membros da mesa. A transferência de cargo foi muito amigável, pois o José Pedro já trabalhou com o Jorge Wilhelm no Governo Paulo Egydio.
	Grau de tratamento
	Reunião do Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), na qual tomei posse como representante da USP (Universidade de São Paulo). Aprovamos os planos para esgotos e emissários submarinos na Praia Grande, embora não fossem projetos detalhados. Mas eram urgentes. Pedi a inclusão de ressalvas, a serem registradas em ata, obrigando que a conclusão de estudos técnicos determinem o grau de tratamento necessário.
	Audiências públicas
	De manhã fui à reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Houve uma discussão intensa, em torno do problema das audiências públicas. O secretário Jorge Wilhelm fazia questão de que elas somente fossem realizadas no quadro dos licenciamentos ambientais. Os movimentos ambientalistas, os representantes das Universidades Estaduais, entre os quais Paulo Affonso Leme Machado e eu, e alguns outros, queríamos que as audiências públicas pudessem ser convocadas em relação a qualquer matéria ambiental importante. Ganhamos por 14 x 13, mas o secretário tentou ainda deixar nossa decisão dependendo de nova regulamentação, à parte da que estava sendo discutida. Perdeu novamente por 14 x 13. O assessor Augusto, do Consema, disse-me que considerava a decisão vencedora um retrocesso. Respondi que a meu ver era um avanço democrático.

27 maio 1983

18 março 1987

2 fevereiro 1990

15 maio 1990

	Lamentáveis desastinos
29 novembro 1990	Debatemos longamente um Rima (Relatório de Impacto Ambiental) de uma pedreira em Guarulhos, só o aprovando em parte. Depois foi debatida a agressiva atitude das entidades ambientalistas com assento no Consema. Estão em guerra com o secretário Jorge Wilhelm. Este fez um relato minucioso da estranha situação. Pedi a palavra e lamentei a rara agressividade das entidades ambientalistas com assento no Conselho. A juventude inexperiente de alguns, aliada a um ânimo inusitadamente agressivo, os levou, embora alguns deles tenham se recusado a participar dessa atitude, a uma posição descabida que prejudica seriamente o movimento ambientalista. Faz o nosso movimento cair no descrédito e cria inimigos. Ofendem sem cerimônia os outros, dão ultimatoss com prazo marcado ao governador e cometem outros desastinos. Lamentei tudo isso, quando fiz uma análise da situação. Contudo, é preciso lembrar que, das 45 entidades cadastradas, apenas umas 5 ou 6 estão nesse caminho prejudicial, ao que me parece.
	Gasoduto
26 fevereiro 1991	Passei a maior parte da manhã e boa parte da tarde em reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Aprovamos o gasoduto Santos-São Paulo, que vai utilizar o gás natural descoberto na Bacia de Santos. Apesar da evidente vantagem em usar gás natural ao invés de óleo combustível, na área metropolitana de São Paulo, o assunto foi discutido durante horas, nos mínimos detalhes. Sugeri, e foi aceito, que as normas técnicas nacionais e estrangeiras mais exigentes, aplicáveis ao caso, fossem adotadas.
	Eficientes, com princípios
26 fevereiro 1991	Durante as reuniões do Consema, de hoje, gostei de ver a Presidência hábil da reunião feita por Augusto. Gostei muito, também, de ver a posição surpreendentemente moderada do Chico Luz e outros ambientalistas que antes eram demasiado agressivos e pouco construtivos! Graças a Deus, eles parecem ter compreendido que precisamos, todos nós, lutar construtivamente e de modo cordial, sem o que seremos marginalizados pelos outros segmentos da sociedade. Temos que ser firmes nos princípios, mas educados, eficientes e hábeis na nossa ação.
	Função normativa
4 junho 1991	À noite houve grande reunião na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O secretário Alaor Café Alves fez uma ótima exposição. O Antonio Carlos Macedo propôs a transformação do Consema em órgão apenas consultivo. Pedi a palavra e expliquei que nós, ambientalistas, não podíamos perder uma grande conquista, que é a nossa participação num Conselho normativo. Concordei, porém, com a retirada das EIA-Rimas (decisões sobre os Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente), do Consema, a não ser em grau de recurso. Realmente isso é necessário, para desafogar o Conselho.

	Almoços cívicos	
	O secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Edis Milaré, está sendo combatido por um grupo ambientalista, que antes o apoiava; a meu ver, as críticas têm sido injustas e muito exageradas. Aconselhei várias vezes, nessa conversa, que o secretário fizesse o que fiz na Sema: procurar os críticos, convidá-los para "almoços cívicos", para ouvir pontos de vista contrários e explicar e debater idéias e problemas. Isso evita numerosos atritos. Transforma críticos ferozes em críticos compreensivos. Foi assim que me tornei amigo de Fabio Feldmann, Mauro Victor, Roberto Lange e outros.	5 novembro 1993
	Vice	
	Antonio Carlos Macedo, futuro Presidente da Cetesb (o órgão Paulista de controle da poluição) me convidou para ser o vice-presidente do Conselho da Instituição. Para mim foi uma grande surpresa. Aceitei, é claro, pois será um conselho efetivo.	11 janeiro 1995
	Reforma	
	De manhã, fui à 2ª reunião do Conselho Administrativo da Cetesb. Discutimos sobre a estrutura administrativa, que vários Conselheiros (minha proposta anterior) preferem ver transformada de Sociedade Anônima em Fundação. Há impostos atrasados, não pagos, retidos, devido à lamentável quebraadeira do Estado ocorrida nos anos passados. Combinamos preparar um ofício ao Secretário do Meio Ambiente, expressando nossa grande preocupação.	8 fevereiro 1995
	Presidente	
	À tarde fui à reunião dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, sobre a Agenda 21, das Nações Unidas, e a organização da Secretaria e seus programas. O secretário Fabio Feldmann e o novo presidente da Cetesb, Nelson Nefussi, me convidaram para presidir o Conselho de Administração da instituição. Aceitei. Vai dar trabalho, mas poderei ser útil lá. É o canto do cisne, talvez, mas iremos em frente, com a ajuda do Espírito Santo, ao qual peço que me oriente.	25 abril 1995
	Modelo	
	<i>Visita de um grupo de brasileiros a convite da empresa norte-americana de consultoria ambiental</i>	
	BUFFALO, EUA – Saímos do hotel às 9h15, rumo aos laboratórios da Ecology and Environment. Eles estão instalados numa área semirural, onde há florestas secundárias e muitas flores silvestres, estas principalmente à beira das estradas. Os laboratórios são supermodernos e bem equipados. Não temos, na Federação Brasileira, nada de parecido. É o que a Cetesb deveria ter e não tem mais. Há muitos dispositivos de segurança, para análises de produtos tóxicos.	21 agosto 1995

	Tragédia
6 dezembro 1995	Reunião do Conselho de Administração da Cetesb. Há boas perspectivas futuras da Cetesb fazer muito dinheiro com consultoria ambiental. Agora, porém, está demitindo gente e em crise. Almocei com José Pedro Oliveira Costa. Disse-me que na Secretaria do Meio Ambiente (estadual) há uma situação difícil e um profundo receio de demissão. O secretário Fabio Feldmann está estressado, o presidente da Cetesb, Nelson Nefussi, ontem desmaiou etc., etc. Estão demitindo numerosas pessoas; agora, os já aposentados. É uma tragédia. Há um receio de que o nosso amigo Fabio não se mantenha no cargo por muito tempo.
	Incêndio
23 dezembro 1995	Hoje de madrugada, os quatro ou cinco últimos andares da SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado) pegaram fogo. A hora do incêndio me parece suspeita. Fui até lá, à tarde, mas não havia por perto ninguém da SMA. Isso vai trazer grandes dificuldades, pois muitos processos devem ter sido destruídos. Além disso, o pessoal de lá terá que se instalar na Cetesb, onde o espaço disponível é mínimo.
	Caminhões poluidores
9 agosto 1996	Ao regressar a São Paulo, fui à Cetesb, onde conversei longamente com o secretário Fabio Feldmann sobre a "Operação Rodízio". Ela vai bem, mas é preciso esclarecer melhor o público sobre as fortes multas que têm tido os caminhões poluidores. O respeitável público não sabe disso e detesta esses caminhões poluidores, provavelmente pensando erradamente que estão imunes às multas.
	Catástrofe à vista
12 dezembro 1996	Houve na Cetesb uma inusitada reunião conjunta do Conselho de Administração e da Diretoria. Tratava-se de evitar a prisão e o bloqueio dos bens de todos nós, por não pagamento, pela Cetesb, do Imposto de Renda. A Cetesb é uma empresa. Acontece que a Secretaria da Fazenda suspendeu as remessas de dinheiro destinadas a pagar esses impostos e a Cetesb não tem como pagá-los com rendas próprias. É um total absurdo que os Conselheiros, ganhando uma ninharia, fiquem com todos os seus bens comprometidos. Vamos nos movimentar para evitar a catástrofe imerecida. Falamos muito, de brincadeira, sobre nossas futuras prisões... mas o problema é sério e preocupante. Incrível.
	Recondução
15 abril 1997	Fui reeleito presidente do Conselho de Administração da Cetesb por mais dois anos. José Pedro foi eleito vice-presidente. Os outros membros foram reeleitos, bem como um novo membro. O ex-vice, Benjamin Steinbruch, não foi reeleito, pois não compareceu a quase todas as reuniões. É super-ocupado como empresário.

Poluições

Presidi reunião do Conselho de Administração da Cetesb. Nelson Nefussi disse ter encontrado, na Cetesb, resistência à determinação de divulgar amplamente os dados da poluição atmosférica de São Paulo. Apoiei claramente essa determinação de divulgar, que é também a do Secretário Fabio Feldmann. Pedi esclarecimentos sobre o uso de chumbo de baterias velhas: é feito muitas vezes clandestinamente na periferia das cidades. Isso é muito perigoso. O assunto vai ser tratado no Conama. Levarei a opinião da Cetesb. Também perguntei ao Eng. Serpa se as fábricas de telhas, vãos etc. de cimento amianto, estão obedecendo à Portaria do Conama sobre a impressão nesses objetos de dizeres de advertência. Vão verificar. Gaspar disse que a Eternit está obedecendo.

Inspeção veicular

Às 18h presidi uma movimentada reunião do Conselho de Administração. Discutimos a proposta de licitação de oito centros de inspeção veicular, no Programa IM (Inspeção e Manutenção). O valor do programa é de cerca de 30 milhões de dólares!! O Detran (Departamento Estadual de Trânsito) quer dominar essa inspeção. Numa reunião técnica o Engenheiro Olimpio, da Cetesb, chegou a ser ameaçado de lhe acontecer algo se criasse dificuldades. Parece clara a intenção de algumas pessoas do Detran e talvez um ou dois da própria Cetesb, de fazer as coisas unilateralmente, nesse programa de inspeção de veículos. Isso causou uma imensa preocupação ao Conselho de Administração da Cetesb. O Conselho decidiu ir até o fim, para esclarecer a situação e evitar o pior. Há muito dinheiro envolvido. Ao que parece poderia haver uma patifaria em andamento.

Licenciamento

Depois fui à Cetesb, onde durante quase duas horas discutimos a Resolução do Conama sobre o Licenciamento Ambiental. Sugeri várias emendas, que foram aceitas. Entre outras coisas previ que em casos de periculosidade, as licenças ambientais podem ser canceladas. Também sugeri que se dois Estados vizinhos estiverem de acordo, eles poderão conceder uma licença ambiental conjunta, para empreendimentos com impacto interestadual. Isso poupa trabalho ao Conama e reforça a Federação.

Poder de Polícia

Estive à tarde na Cetesb, numa reunião com o jornalista Milton da Rocha Filho, Nelson Nefussi e um grupo de técnicos. Prestamos a ele uma série de esclarecimentos sobre a situação da Cetesb, que é surpreendentemente boa. Contudo, o balanço parece preocupante, pois em virtude de uma lei absurda, o produto das multas é apresentado como dívida ao DAE (Depto. de Águas e Esgotos), embora o dinheiro seja gasto em investimentos. O Milton gostou muito da minha opinião de que é preciso, logo, que a Cetesb deixe de ser empresa, pois esta tem por objetivo o lucro e não deve ter poder de polícia. A Cetesb evidentemente não procura o lucro e não pode dispensar o Poder de Polícia. Sugeri que a nova estrutura seja uma Organização de Controle Ambiental (OCA).

25 junho 1997

8 outubro 1997

P.S. 2009: Contudo, somente agora, 2009, começa a haver um licenciamento ambiental de veículos, que, aliás, caminha normalmente, ao que parece.

10 outubro 1997

28 abril 1998

27 maio 1998

Diálogo construtivo

À tarde presidi reunião do Conselho de Administração da Cetesb. O assunto foi o Programa da instalação e funcionamento das Câmaras Técnicas, para debater questões ambientais com em-presários de diversos setores. O chefe do Programa, Paulo Vaz, foi infeliz ao dizer que esse Pro-grama é contra a cultura da Cetesb e que não sabe se a iniciativa continuará no futuro. Repli-quei energicamente, dizendo que o Programa era necessário e que teria de ser implantado e as resistências vencidas. Os demais membros do Conselho disseram que os funcionários contrários ao Programa deviam deixar a Cetesb. Francamente, não compreendo que esteja à frente de um Programa alguém que não acredita nele. A meu ver, o diálogo com industriais e outros setores é indispensável para que a Cetesb mantenha suas ações sem agressões. Conversando, muita coisa pode ser resolvida.

19 agosto 1998

Crise ambientalista

Presidi reunião do Conselho de Administração da Cetesb, com a presença de quase todos os membros. Há uma grave crise dividindo os ambientalistas. Mantovani (Mario), João Paulo Ca-pobianco e outros se insurgiram contra a Medida Provisória que prorrogou prazos para o li-cenciamento ambiental. A MP realmente tem pontos absurdos, como prazos teóricos de até 10 anos e aplicação a madeiras, mineradoras etc. Foi uma agressão à área ambiental em alguns pontos, mas era necessária para evitar o colapso de indústrias, devido a exigências da Lei das Penalidades Ambientais (9.605). Discutimos longamente os prós e os contras. A solução, a meu ver, é editar nova Medida Provisória.

25 agosto 1998

A secretária do Meio Ambiente Stela Goldenstein, que é ótima pessoa, pediu uma "medida provi-sória" para estabelecer uma fase de transição antes da plena vigência da nova Lei sobre os crimes ambientais (Lei 9.605/98). Acontece que a medida estabeleceu prazos de até 5 anos, podendo ser dobrados. Isso provocou enorme descontentamento nos meios ambientalistas, pois é mesmo um absurdo. A Stela foi criticada, embora nada tenha a ver com esses prazos. Ontem, em reunião do Consema, não foi permitida a leitura de um manifesto de crítica, o que provocou a retirada dos ambientalistas e o fim da reunião por falta de quorum. Foi um erro fazer essa proibição.

5 fevereiro 1999

Cumprimentos

À tarde, fui à posse do novo secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Trípoli. É líder ambientalista e ex-presidente da Assembleia Legislativa. Nunca vi o auditório da Cetesb tão cheio. Discursos normais. Meu nome foi citado pelo Trípoli. Após a sessão, nos cumprimentamos. O Trípoli me recebeu muito bem, fez questão de ser fotografado comigo e marcou audiência para 2ª feira.

10 março 1999

Honras de estilo

Houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb, presidida por mim. Foi um encontro me-lancólico, pois tive que dizer que o secretário Trípoli vai nomear um novo Conselho e que me pediu

para ficar. Todos estão de acordo em sair, mas querem que isso seja feito dignamente, ou seja, com todas as honras de estilo. Disse-lhes que assim seria feito. Apenas o Nelson Nefussi estava alegre, diria mesmo muito alegre. Fora da Cetesb poderá ganhar muito mais na sua carreira de consultor.

Decano

Recebi telefonema do Galdino, dizendo que o secretário Trípoli convocou reunião pública para apresentar a nova Diretoria e o novo Conselho de Administração da Cetesb. Sou o presidente desse Conselho. Solicitei dizer ao secretário que não poderei comparecer. Isso não vai repercutir bem, mas estou na idade e na situação de não me preocupar com isso. Na realidade, seria quase im-possível chegar a tempo, trocar passagens etc. Os meus trabalhos no Acre ainda não terminaram.

Às vezes, podemos

Houve reunião do Conselho de Administração da Cetesb. Visitamos os Laboratórios de Biologia, superusados. (...) Tive muito boa impressão do pessoal com quem conversei lá.

Após a visita almoçamos no Restaurante Rubaiyat, na Avenida Faria Lima perto da Avenida Cidade Jardim. É um dos restaurantes mais famosos pelas carnes que vendem. Comi, porém, uma exce-lente feijoada. Chegou lá também, com algum atraso, o secretário Ricardo Trípoli. Foi simpático e atencioso. Praticamente não tratamos de assuntos técnicos com ele. Achei importante consolidar relações amistosas com meus colegas de Conselho, pois o que fazemos lá pode às vezes salvar vidas humanas.

Missão difícilima

O secretário Ricardo Trípoli, do Meio Ambiente, muito criticado pelas Organizações Não Govern-amentais, me pediu para ir à próxima reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). Quer que eu desanuvie o ambiente. Para mim, essa é uma missão difícilima, mas disse-lhe que iria.

Demissão

Às 16h estive na Cetesb, onde me encontrei com o secretário-adjunto Paulo Ferreira. Depois se juntou a nós o secretário Ricardo Trípoli. Criticamos a maneira muito agressiva, que não é do meu estilo, com que foi redigida a mensagem da SOS-Mata Atlântica ao Governador Geraldo Alckmin. Contudo, disse ao secretário que estava pronto a cessar as minhas atividades na Secre-taria. Respondeu enfaticamente que não pensasse nisso. Na realidade fui nomeado Conselheiro da Cetesb e Coordenador do Projeto de Unidades de Conservação no Programa de Políticas Públicas, respectivamente pelo governador e pelo presidente da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo). Mas, apesar disso, na prática minha presença lá depende da difícil concordância do secretário. O Trípoli se considera inocente dos erros e falhas que lhe atribuem. A conversa foi, porém, amistosa. Ele não entende o motivo das críticas, que pensa erradamente terem origem política.

17 março 1999

15 dezembro 1999

19 outubro 2001

P.S. 2009: Era meu dever ir à reunião para votar as decisões que me parecessem justas e necessárias. Pelo que me lembro, foi uma reu-nião sem problemas sérios.

30 outubro 2001

P.S. 2009: Mais adiante pedi demissão, solidário com a SOS-Mata Atlântica. Dias depois, o secretário Trípoli se demitiu, em consequên-cia das críticas recebidas.

Corrupção nos mananciais

16 abril 2002

Estive na Secretaria do Meio Ambiente. O chefe de Gabinete, João Gabriel Bruno, concorda comigo que é preciso combater a corrupção que lá se instalou em alguns setores. O secretário José Goldemberg demitiu umas quatro pessoas suspeitas. Contudo, no caso de um deles fizeram tanto barulho na Assembleia Legislativa que o Governo pressionou o Goldemberg a criar uma outra comissão, com o pessoal antigo, para resolver o problema fundiário nos mananciais, onde há também imensos interesses políticos. Em outubro haverá eleições. A SOS-Mata Atlântica concorda que a questão deve ser resolvida, pois envolve 1,2 milhão de pessoas que lá vivem, mas é obviamente preciso impedir que isso seja feito mediante propinas. Todo o movimento ambientalista pensa que a corrupção na área dos mananciais deve ser energeticamente combatida.

P.S. 2009: Essa sempre foi a minha opinião, mas nem sempre há claros indícios de corrupção. É necessário ser firme, mas justo.

17 abril 2002

Fui de manhã à Secretaria do Meio Ambiente. Falei francamente com o secretário e amigo José Goldemberg, que a manutenção sob outra estrutura de um grupo suspeito precisava ser corrigida, colocando pessoas sérias na mesma comissão. A repercussão de uma aparente vitória dos corruptos (que seriam mantidos) seria catastrófica. Goldemberg, evidentemente, é contra a corrupção, mas esta não pode ser agora provada. Por outro lado, parece haver interesses eleitorais. Embora se trate de atender a reivindicações populares geralmente legítimas, é preciso terminar com o sistema de propinas, que muitos dizem existir nos mananciais.

P.S. 2009: Parte dessas sugestões foi aceita.

O secretário Goldemberg me deu cópia de uma Portaria, a ser publicada, mantendo com outro nome o grupo suspeito. Disse-lhe que ainda hoje entregaria a ele uma proposta de solução para o espinhosíssimo caso.

De fato, entreguei ao chefe de Gabinete João Gabriel Bruno uma proposta acrescentando ao Projeto de Portaria mais dois artigos, pelos quais o secretário poderia nomear, na Comissão dos Mananciais, outros membros representando associações civis. A presença majoritária de pessoas sérias numa comissão é o melhor remédio para vencer a corrupção. Além disso, a Comissão teria que apresentar relatórios semanais ao secretário. Seriam maneiras de coibir abusos.

Descentralização

Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Cidades Industriais, organizado pelo Instituto Ambiental Biosfera.

22 maio 2002

PAULÍNIA, SP – Falei várias vezes sobre questões ambientais. Na minha palestra, salientei a necessidade e também a oportunidade atual favorável, para que os Municípios participem mais ativamente dos trabalhos e controles ambientais. Disse que a Cetesb, que controla cerca de 100 mil indústrias no Estado de São Paulo, não agüenta mais esse volume de trabalho. Precisa fazer logo parcerias com as Prefeituras. Disse-lhes da minha condição de membro do Conselho de Administração da Cetesb, onde essa questão tem sido ventilada. O Conselho considera tais parcerias uma necessidade em vários setores.

Independente

De manhã fui à reunião do Conselho de Administração da Cetesb. A atmosfera estava tensa, pois a ata da última reunião tinha termos impróprios ou excessivos. A ata repudiou uma reportagem do *Estadão* que reproduziu uma entrevista do secretário Goldemberg, o que o aborreceu muito. A reunião de hoje foi presidida por Rubens Lara, nosso presidente efetivo e chefe da Casa Civil do governador. Com habilidade, ele conseguiu uma solução intermediária na qual a palavra “repudiamos” foi substituída por “contradizemos”. Tive ocasião de falar várias vezes, embora não tenha participado da reunião problemática transcrita na ata. Disse que o “apoio irrestrito” dado ao presidente da Cetesb não era adequado, pois o Conselho deve ter uma posição independente.

Ridículo

Antes da reunião, falei com Lúcia Sena (alta funcionária da SMA – Secretaria do Meio Ambiente) e com o secretário José Goldemberg, sobre a necessidade de salvar as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) paulistas. Essas APAs só têm cinco funcionários ao todo, o que é desastroso e ridículo. Acredito que a situação será revertida.

Fragmentos

No Auditório Ruschi, houve um grande seminário sobre águas e florestas, presidido pelo secretário José Goldemberg. Com certa surpresa, fui convidado para ficar na mesa. Deram-me depois a palavra. Aproveitei a ocasião para lançar o programa Pecanei, do qual sou o coordenador. Expliquei que procuramos salvar parte dos 485 fragmentos florestais entre Jundiá e as barrancas do Rio Paraná, numa distância de 800 km. A única floresta grande (relativamente) é o Parque do Morro do Diabo, com cerca de 34 mil hectares, junto aos Rios Paraná e Paranapanema. É urgente salvar esses fragmentos, que contêm muitas populações viáveis (não entrei em detalhes). Citei os nomes da diretora executiva (da Fundação Florestal) Antonia Pereira de Ávila Vio e do meu braço direito lá, a Lelia Marino. Parece que gostaram da idéia. O secretário José Goldemberg, na sua fala, se referiu favoravelmente, ao Pecanei e seus fragmentos. Também Roberto Messias Franco falou favoravelmente a meu respeito.

Grafiteiro cívico

Houve uma reunião no Auditório da Cetesb, para comemorar os 20 anos do Consema. (...) Primeiro falou o José Pedro de Oliveira Costa. Contou o difícil nascer do Consema e o apoio recebido do então governador Franco Montoro. (...)

Depois foi a minha vez de falar. Falei algo sobre minha participação inicial, até na primeira reunião do Consema, que foi presidida pelo governador Franco Montoro. Depois fui representante da USP no Conselho. Contei por alto as grandes discussões havidas entre o então Secretário Jorge Wilhelm e o ambientalista João Paulo Capobianco, hoje secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. relatei os meus esforços para consolidar e descentralizar o Meio Ambiente na Federação Brasileira, o que valorizou e incentivou a participação ambiental dos Estados. Contei que, quando era um jovem estudante, fui “grafiteiro cívico”, pintando a bandeira paulista principalmente numa

03 julho 2002

25 novembro 2002

P.S. 2009: Em 2009, na administração do secretário Xico Graziano e quando José Wagner era diretor executivo da Fundação Florestal, as APAs foram finalmente reorganizadas e salvas, com meus aplausos.

21 março 2003

28 abril 2003

bela parede branca externa do Clube Paulistano, depois que a ditadura de Getúlio Vargas queimou as bandeiras estaduais. Edis Milaré, jurista e ex-secretário Estadual do Meio Ambiente, disse que como grafiteiro eu poderia ser condenado, se fosse hoje, pela Lei dos Crimes Ambientais. Naquela época, expliquei, poderia ser condenado a anos de prisão por crime político.

Imagem do movimento ambientalista

28 janeiro 2004

De manhã se realizou na Cetesb a sessão do Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), que discutiu sobre a Represa do Rio Biritiba, um dos formadores do Rio Tietê. Essa já estava quase pronta. Gastaram lá 70 milhões de reais. Fornecerá cerca de 4 m³/segundo para abastecer de água a Área Metropolitana de São Paulo. Isso será vital para aliviar o racionamento de água que poderá ser implantado aqui dentro de alguns meses, pois as reservas de água da Área Metropolitana são agora de míseros 5%. Apesar disso, a Bancada Ambientalista do Consema, mais os Promotores Públicos e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pediram a não utilização da Represa (580 hectares), devido aos animais e plantas ali existentes, que não são realmente raros. Isso é uma coisa inacreditável, devido às conseqüências humanas que teria essa proibição de uso da barragem.

Pedi a palavra, a pedido do secretário José Goldemberg, e disse que a escassez de água em São Paulo (18 milhões de pessoas) significará um aumento da mortalidade infantil na Área Metropolitana. Além disso, desperdiçar 70 milhões de reais, numa situação de falta de recursos para a área ambiental, seria incrível. Contudo, a título de compensação ambiental, poderia ser sugerida a criação de uma unidade de conservação local. O professor Goldemberg gostou da minha proposta. Pôs, com certa energia, a matéria em votação e os ambientalistas do Consema tiveram derrotada sua proposta por 20 a 11. É de se notar que a proposta de construção da Represa teve, há três ou quatro anos, a aprovação do Consema. Propostas como a que foi derrotada podem desgastar profundamente a imagem do movimento ambientalista, embora não sejam aprovadas pela maioria do mesmo. É uma iniciativa demasiado radical.

Observador

14 abril 2004

À tarde estive com o secretário José Goldemberg, para tratar de assuntos referentes à Fundação Florestal. No que se refere ao meu pedido para participar da Câmara de Compensação, vai me nomear como "observador", pois sou membro do Consema, que vai apreciar o que foi decidido na Câmara de Compensação.

Uma armação

16 junho 2005

Às 14h falei com o secretário José Goldemberg. Mostrei a ele o absurdo de cobrarem R\$ 403 mil pelo plano de manejo de uma Estação Ecológica que já tem um plano feito há cerca de 2 anos, aproximadamente. É demasiado caro, a meu ver, embora o plano de manejo seja necessário. É um abuso, possivelmente realizável com recursos provenientes de compensações ambientais. Fui o autor dessas compensações, no Conama, hoje na Lei do Snuc (Sistema Nacional das Unidades de Conservação), mas nunca pensei que pudessem usar isso para fins aparentemente discutíveis no que se refere a preço. O secretário também se espantou. Penso que haverá tempo para desmanchar essa armação.

Decisão desumana

Reunião do Conselho Administrativo da Cetesb. Quando o assunto das demissões de funcionários foi exposto pelo presidente da Cetesb Rubens Lara, fiz uma intervenção das mais severas de minha vida. Disse que em toda a minha longa vida pública (em órgãos oficiais) nunca vi uma atitude tão desumana como a demissão de 128 funcionários não concursados, alguns com muitos anos de trabalho na Cetesb. Foram demitidos bruscamente, sem receber praticamente nada. Do dia para a noite, esses 128 funcionários ficaram sem ganhar nada, sem dinheiro sequer, em muitos casos, para pagar a prestação mensal da casa, os remédios que tomam etc. Era necessário dar a eles um tempo antes da demissão, para não ficarem destroçados nas suas vidas. Os membros do Conselho me apoiaram algo discretamente. A parte jurídica da demissão, porém, é irremovível, pois a Constituição Federal exige concursos. O presidente Lara ficou um tanto agitado, mas felizmente também concordou. O secretário Goldemberg deu um apoio à minha manifestação.

3 agosto 2005

Sobre a crise na Cetesb, com a demissão de cerca de 400 funcionários, 180 dos quais declarados como nomeados de modo nulo e sem direitos de despedida, disse-me o secretário Goldemberg que falou a respeito com o governador Alckmin. Este aconselhou a ir estendendo o prazo para a demissão. Isso dará pelo menos tempo para que os demitidos possam encontrar novos empregos. Fiquei satisfeito por saber que o secretário e o governador estão preocupados com a situação humana dos funcionários que serão demitidos devido à exigência de concurso que está na atual Constituição Federal (1988). O secretário me disse, também, que a seu ver o presidente da Cetesb deveria ter consultado o Conselho Administrativo, do qual sou membro.

25 agosto 2005

Hoje houve reunião do Conselho Diretor da Cetesb. O presidente do Conselho, secretário José Goldemberg, nos contou que obteve, do procurador geral do Estado, franco apoio para dilatar o prazo de demissão dos funcionários contratados há tempos, na Cetesb, sem concurso público. Poderá obter até mesmo dois ou três anos de prazo para as demissões, o que quase todos os Conselheiros receberam com satisfação. Contudo, o presidente secretário Goldemberg precisou sair. Em seguida o presidente da Cetesb, Rubens Lara, ficou mais à vontade para dar a entender, claramente, que discordava do secretário Goldemberg. Mandou até chamar um diretor, da Cetesb, que é considerado o arquiteto da linha dura. Eles são favoráveis à demissão, em 8 meses, dos 400 funcionários sem concurso. Para isso estão providenciando concursos e acham que essa deve ser a solução. Eles, porém, se esquecem ou parecem esquecer que não se substitui um funcionário antigo e eficiente, da noite para o dia.

22 novembro 2005

Galdino me telefonou de São Paulo para dizer que o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), sobre a saída do pessoal não concursado na Cetesb, foi prorrogado por dois anos!! Viva!! Grande vitória, sobretudo do secretário Goldemberg.

17 março 2006

Risco de morte

23 novembro 2005

De manhã houve reunião mensal do Consema. A principal discussão foi sobre a morte de uma pessoa devida ao gás metano produzido pelo aterro sanitário do município de Vargem Grande (SP). A relatora do caso achou que a morte foi devida ao frágil pulmão do morto. Acontece que há nesse aterro, ou melhor, nas suas proximidades, muitas casas de pessoas modestas. Essa proximidade é proibida, mas está lá.

Pedi a palavra e disse ser necessário escrever às Secretarias da Saúde do Estado e do Município pedindo e indagando sobre o que deveriam fazer os habitantes próximos ao aterro sanitário. Este somente será desativado em março do próximo ano. O Conselho, por unanimidade, aprovou a minha proposta. Não se pode deixar aquela população desamparada, em risco de morte.

Rodoanel

22 fevereiro 2006

De manhã houve a reunião do Consema para discutir a Licença Prévia do famoso Rodoanel, ramo Sul. A reunião foi bem ordenada e pacífica. Falaram todos os Conselheiros que quiseram fazer uso da palavra.

Foi divulgado, no Consema, que uma promotora que estuda a questão, iria pedir o cancelamento do Processo do Rodoanel, sob a alegação de que o mesmo não fora ainda bem estudado. Essa petição contrária, a meu ver, não terá seguimento, pois ouvimos longamente, e muito bem, um amplo resumo do Projeto, detalhado e convincente.

Um membro do Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), Marcelo, listou uma série de argumentos favoráveis ao Rodoanel:

- 50% da carga geral do Estado passam pela cidade de São Paulo;
- 10 grandes rodovias desembocam na cidade de São Paulo;
- 30% dos caminhões que passam por São Paulo vão para Santos;
- Está prevista uma redução de 67% no número atual de acidentes;
- Em Osasco, o Rodoanel está fazendo surgir uma nova cadeia produtora;
- Haverá uma redução de 22% nas viagens de caminhões;
- Haverá uma redução nas emissões dos veículos automotores;
- Produtos perigosos não passarão mais por dentro da cidade de São Paulo;
- 1,63% do valor do empreendimento está destinado à compra de matas.

Esse conjunto de dados inegáveis e favoráveis é impressionante.

Na minha intervenção, sobre o Projeto do Rodoanel, declarei que já era favorável ao mesmo, mas que agora sou muito mais favorável. Sugeri, contudo, mais duas medidas:

A – Aprovar o Projeto da Polícia Florestal Ambiental de construir uma nova base em São Bernardo do Campo. Afirmei que ainda havia muitas matas nas margens da Billings, em vários lugares. Essa ideia consta também das propostas no que se refere à apresentação de outros lugares para a construção de uma base com barcos para navegar na Represa Billings. O secretário também ouviu essa proposta de outros, e deverá ser aceita.

B – Outra proposta que fiz é a compra de seis hectares da mata onde está o Instituto de Botânica, hoje propriedade particular. O secretário também vai pedir isso à Dersa, empresa rodoviária do Estado.

Foi também feita uma explicação, muito boa, sobre o traçado do Rodoanel no Sul. Somente terá ligação com vias públicas, nos cruzamentos da Via dos Imigrantes e da Via Anchieta. Assim, não influirá no adensamento de favelas e loteamentos. Contudo, não vejo inconvenientes em melhorar a comunicação da região com o Centro de São Paulo, se isso for bem feito. Seria, para a região, uma melhora na qualidade de vida. Dificultar o trânsito não deveria ser o grande objetivo de um bom urbanista em relação a uma região que, no caso dos mananciais, tem mais de um milhão de habitantes ilegais, com situações que clamam por vias de trânsito que melhorem a vida precária dos que ali vivem.

O secretário do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, Eduardo Jorge, disse que no território da Prefeitura Paulistana o Rodoanel será uma Estrada-Parque, que servirá também como corredor ecológico. Declarou-se amplamente favorável ao Rodoanel.

Posto a votos, o Projeto do Rodoanel foi aprovado pelo Consema, com aproximadamente 18 votos a favor e uns 5 votos contra.

Reserva Legal

De manhã estive na Reunião Mensal do Conselho de Administração da Cetesb – CAD. O presidente do Conselho, o secretário do Meio Ambiente, professor José Goldemberg, relatou a existência de uma forte reação dos ruralistas contra a decisão estadual de tornar obrigatório o estabelecimento de 20% de Reservas Legais em cada propriedade rural. O Decreto dá uma grande facilidade aos proprietários que têm matas em quantidade insuficiente, permitindo que eles comprem o que falta em outros locais. Apesar disso, muitos querem até derrubar o Código Florestal. O secretário pediu a minha presença numa reunião em palácio que vai haver sobre o assunto. A meu ver, poderia ser estudada uma decisão conciliatória, considerando-se que parte das APPs (Áreas de Preservação Permanentes) seja também considerada Reserva Legal, nos lugares de agricultura intensa. Há, porém, extremistas nos dois setores que desejam um confronto, no qual todos perderão.

À tarde houve uma reunião no Palácio do Governo, entre os líderes ambientalistas, o secretário José Goldemberg e o governador Cláudio Lembo. Este baixou um Decreto pondo em prática o dispositivo do Código Florestal que manda averbar em cartório a área da Reserva Legal (20% da propriedade rural). Os ruralistas, principalmente os canavieiros, são muito contra. Alguns deles querem até revogar o Código Florestal. O Mario Mantovani, da SOS-Mata Atlântica, disse que nós estávamos lá para apoiar o Governo. No mesmo sentido falaram o Roberto Klabin e outros.

Pedi a palavra e fiz o mesmo. Salientei o fato de que o Decreto do governador dá várias alternativas para os donos de fazendas. Estes poderiam adquirir áreas que não sirvam para a agricultura, podem “alugar” terras florestadas (Servidão Florestal). Podem também, como prevê o Projeto de Decreto que ajudei a fazer e que já está no Palácio, criar na Reserva Legal uma Ecopousada para

26 julho 2006

7 agosto 2006

P.S. 2009: Apesar da reunião e de outras sugestões, o assunto reservas legais ainda não tem solução definitiva.

desenvolver o Ecoturismo. Disse que é necessário dar aos fazendeiros algum tipo de incentivo. Conteí que já localizamos 109 fragmentos florestais que merecem ser conservados, conforme trabalho do Kronca, do Instituto Florestal, que mapeou 485 fragmentos maiores de 100 hectares, dos quais escolhemos 109, em pesquisa que coordenei, financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O governador Cláudio Lembo gostou. Disse que ia apressar o andamento do projeto das Aries-Ecopousadas (Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico). Foi uma reunião muito bem-sucedida. O governador vai manter o Decreto da Averbação das Reservas Legais. É uma grande vitória.

Transição

11 novembro 2006

SÃO PAULO, SP – Estive na Rua Boa Vista 170, 12º andar, no antigo Banco Itaú. Fui ao escritório do Governo de São Paulo, para a transição que haverá em relação ao Governo do recém-eleito governador José Serra. Conversei com os funcionários Marcelo e Dilma, que me fizeram muitas perguntas e aos quais apresentei uma proposta minha para a futura estrutura da Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Estava também presente a Diretora Helena Carrascosa von Glen, da Secretaria do Meio Ambiente.

P.S. 2009: O que atrapalha esse programa de Ecopousadas é o excesso de capivaras no interior do estado. Elas constituem ainda um risco à saúde humana.

A senhora Dilma, que me pareceu ser a chefe dos que me receberam, gostou das minhas sugestões. Disse que elas poderiam fazer parte das ações de emergência a serem tomadas nos primeiros 120 dias de Governo. Falei abertamente, inclusive relatando casos como as dificuldades que tive para finalmente, há dias, ver aprovado o Decreto criando, em tese, as Ecopousadas, como ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Ou seja, agora há um roteiro a seguir, para criar um novo Programa Ecológico, estabelecendo o que poderá ou deverá ser feito para salvar fragmentos florestais no Estado.

Substituições

1º fevereiro 2007

José Pedro me telefonou para dizer que não sou mais membro do CAD (Conselho de Administração da Cetesb). Substituíram todos os conselheiros por nomes que desconhecemos. Para mim isso foi muito desagradável, nos primeiros momentos. O Secretário Adjunto havia dito ao José Pedro que ele (José Pedro) iria sair e eu continuaria no Conselho. Contudo, se eu sair isso basicamente não muda a minha atuação a favor do meio ambiente. Sou bem recebido como membro do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e como membro atuante de várias ONGs. Sou também presidente da Fundação Florestal do Estado e membro honorário do Consema.

Matas abandonadas

22 maio 2007

Fui a uma reunião do Parque Tizo, do qual sou presidente do Conselho. Estamos preocupados com matas vizinhas, sem proteção mas pertencentes ao Estado. Isso é um absurdo, pois o Estado não pode abandonar matas que já são suas. Uma dessas áreas é o Parque das Nascentes, em Cotia, que o município não quer receber. É outro absurdo.

Parque-modelo

De manhã fui à Reunião da Câmara de Compensação Ambiental (do Conselho Estadual do Meio Ambiente). Rejeitamos uma proposta da Prefeitura de Paulínia, que apresentou mal o Projeto de Criação de um Parque de Cerrado com 25 hectares.

Aprovamos uma verba de 12 milhões de reais para o Parque da Serra do Mar se estruturar bem, inclusive com 2,3 milhões para serviços de vigilância. Haverá dez postos novos, modernos, para sediar essa vigilância móvel. A verba para vigilância dá apenas para um ano, com cerca de 300 vigilantes. Apesar do risco de o programa não ter continuidade em fins de 2008, mesmo assim a verba foi aprovada. Este será o Parque maior e modelo. Dificilmente o Governo do Estado não o apoiará mais no futuro. É um risco que terá que ser corrido.

Biota

À noite, apesar do meu cansaço e da dificuldade, às vezes, de andar, tomei parte da Reunião no Auditório Augusto Ruschi, onde foi feita uma apresentação do Programa Biota, para mostrar a seleção das melhores áreas para fazer unidades de conservação. Estavam lá uns 200 funcionários da Secretaria do Meio Ambiente e o pessoal de muitas ONGs. As áreas escolhidas estão bem designadas. Coincide com minhas prioridades de conservação: Japí, Cajuru, Serra do Mar, Rio Paraná, Mantiqueira e Serra de Botucatu-Corumbataí (perto do Rio Claro). Me puseram na mesa diretora. O José Wagner Neto, competente Diretor Executivo da Fundação (Florestal), me confirmou os estudos sobre as Reservas Legais. Cogita-se de incluir nas mesmas as matas ciliares, inclusive as que serão plantadas. Cogita-se de obter um consenso com os agricultores, o que seria bom.

Fundação Florestal do estado
Previsão calamitosa

Conversei longamente com Luiz Henrique Oliveira, então Diretor Executivo da Fundação Florestal. Esta já ocupa um espaço próprio que me parece irreversível, junto à iniciativa privada, e também no reflorestamento com espécies nativas etc. Disse-lhe que precisamos encontrar uma fórmula para reunir a Fundação Florestal e o Instituto Florestal. Em princípio, Luiz Henrique está de acordo. Disse-lhe também que a situação entre o Instituto e a Fundação tende a se agravar e poderá conduzir ao desastre. A Fundação necessita dos recursos procedentes das florestas (reflorestadas) do Instituto. Contudo, não tem nesta época de crise econômica meios para devolver ao Instituto o resultado da venda do que este produz. Isso desespera o Instituto, que está hoje, segundo afirmei, em situação de mendicância. Até combustível para seus veículos o Instituto tem que pedir às Prefeituras. É uma situação calamitosa.

1) Sem condições

Estive na Secretaria do Meio Ambiente. Disse ao secretário Alaor Caffé Alves que não tenho condições de aceitar a Presidência da Fundação Florestal, devido à sua péssima e conflitante estrutura, e também à situação ilegal em que a Fundação se encontra. O secretário disse concordar comigo "em gênero, número e caso". Aconselhei-o a fazer um levantamento completo da Fundação e a

10 outubro 2007

10 outubro 2007

27 agosto 1991

10 setembro 1991

P.S. 2009: Hoje, a situação, desde há vários anos é muito diferente.

reorganizá-la ou mesmo substituí-la por outra estrutura. Cheguei a dizer que, sob certos aspectos, o diretor-executivo da Fundação é mais forte que o próprio Secretário, pois tem, por lei, mandato de 4 anos. Há cerca de 700 funcionários pagos pela Fundação. Esta é, na realidade, um monstro que pode devorar o Secretário. Tenho boa impressão do Alaor.

2) Mudar a lei

Lançamento do livro Plano de Ação para a Mata Atlântica, do Almirante Ibsen Câmara, na sede da Fundação SOS-Mata Atlântica em São Paulo

2 agosto 1992
P.S. 2009: Não podia então imaginar que um dia seria presidente dessa Fundação, depois que ela foi semeada.

Encontrei-me lá com muitos amigos ambientalistas. Lino Clayton sondou-me sobre o cargo de presidente da Fundação Florestal do Estado. Expliquei que não poderia aceitar. Aquilo é ainda um buraco negro, ao que parece com irregularidades que devem ser sanadas.

3) Caixa-preta

19 agosto 1993

O secretário Edis Milaré me convidou para presidir a Fundação Florestal, que será reformulada, mas isso não me entusiasmou. Essa Fundação é uma caixa-preta cheia de problemas. Fiquei de estudar o convite e dar uma resposta. Terá que ser reformulada.

Posse

14 março 2002

Antes das 9h já estava no Auditório Ruschi. Depois houve lá uma cerimônia de posse da nova direção da Fundação Florestal. Sou o novo presidente. A nova diretora executiva é Antonia Pereira de Ávila Vio. Falou primeiro, na reunião presidida pelo secretário José Goldemberg, o diretor Executivo que se retira, José Roberto Fernandes. Disse ter feito o que pôde. Falou depois a nova diretora executiva Antonia, me elogiando e dizendo palavras de esperança em relação ao futuro. Na minha exposição, expliquei que o trabalho pesado ficava com a Antonia. As minhas funções eram mais light. Expliquei o que já estava fazendo na Fundação, no Projeto da Fapesp sobre políticas públicas. Defendi a necessidade de proteger os fragmentos florestais remanescentes. Parece que gostaram da minha fala.

Salvar fragmentos florestais

2 abril 2002

Fui à Fundação Florestal, onde tomei posse efetiva da Presidência. Conversei com a diretora executiva Antonia Pereira D'Ávila Vio. Ela concorda em receber lá as APAs (Áreas de Proteção Ambiental). Isso para mim é fundamental. Lélia Marino fez a ela uma exposição sobre o Projeto Parâmetros (Fragmentos, na realidade). Antonia gostou.

3 abril 2002

(...) Estive na Secretaria do Meio Ambiente, onde conversei com Maria Thereza Jorge Pádua e depois com o secretário José Goldemberg. Eles concordaram com a minha proposta de passar as

APAs para a Fundação Florestal. Sinto que essa passagem está a um passo de ser aprovada, pois até agora todos estão a favor. Não vou perder essa oportunidade, ótima e rara. Com as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) irão também as ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico).

3 maio 2002

No fim da tarde estive na Secretaria do Meio Ambiente. Primeiro falei com a chefe da Consultoria Jurídica, Silvia Helena. Ela me recebeu muito bem. Sobre a reunião de ontem disse-lhe que entendia a posição dela e do promotor Marcelo Soares de Camargo, no sentido de que a Fundação Florestal não podia, legalmente, cuidar das APAs. Contudo, um dos itens do Art. 3º da Lei 5.208 de 01/07/86, que instituiu a Fundação, permite expressamente examinar áreas naturais particulares e preparar o processo de sua desapropriação bem como elaborar planos que visem à utilização de áreas naturais etc. Isso serve para fundamentar a constituição de um Grupo de trabalho para cuidar do assunto na Fundação Florestal. Com isso, (abre-se um caminho para) o meu plano de salvar muitos dos fragmentos florestais do Estado, estabelecendo ali ARIEs ou até Estações Ecológicas e Parques. A doutora Silvia Helena se entusiasmou com esse enfoque que, segundo ela, é muito necessário para criar unidades de conservação ou melhorá-las, com recursos das compensações ecológicas (estas foram uma idéia minha, aprovada há anos pelo Conama e hoje parte da lei do Snuc). Assim, consegui, finalmente, um sinal verde para salvar os fragmentos ambientais.

Plano de fusão

Fui depois à Secretaria do Meio Ambiente, onde falei com o secretário Goldemberg. Foi anunciado pelo governador Geraldo Alckmin que ele foi mantido no cargo. Dei-lhe os parabéns. Ele me disse que vai reunir a Fundação Florestal e o Instituto Florestal. Penso que quase todos os ambientalistas concordam com isso, pois o Instituto é considerado muito corporativo e fechado, não tratando devidamente as unidades de conservação. Disse-lhe que fez bem em anunciar agora, no início de seu novo mandato, essa importante e necessária decisão.

27 dezembro 2002

Motivos

De manhã fui à Cetesb, onde se realizou uma reunião do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), onde represento uma Secretaria do Estado.

16 abril 2003

A reunião começou com fortes críticas às unidades de conservação estaduais, principalmente ao Parque do Petar, ao Parque da Serra do Mar, à Ilhabela e a outros. Quando terminaram as críticas, pedi a palavra e disse que os críticos tinham inteira razão. E disse-lhes: poderiam ser feitas também outras críticas, como dizer, por exemplo, que há dois milhões de hectares nas APAs (Áreas de Proteção Ambiental) do Estado, mas para gerir essas unidades só há cinco pessoas!!! E acrescentei: por causa dessa péssima situação, o secretário José Goldemberg quer reestruturar o Instituto Florestal e a Fundação Florestal. Essa reestruturação é um grande objetivo do secretário Goldemberg. As críticas foram feitas por uma senhora e pelo Bocuí, que é o principal líder do setor ambientalista opositor no Consema. Elogiei, mais adiante, a Sra. Malu Ribeiro Gandra, Coordenadora, na Fundação Faria Lima, de assistência aos Municípios. Ela disse que as unidades de conservação precisam ter apoio popular, coisa que há anos venho dizendo.

Dinamite

29 abril 2003

Fui à tarde à Fundação Ambiental e Florestal do Estado, da qual sou presidente. Conversei longamente com a Diretora Executiva Antônia Pereira de Vio e com a sua assistente. Elas me mostraram grande número de documentos da Vigilância Ambiental contratada pela empresa construtora com dinheiro da compensação ecológica resultante da construção da Via dos Imigrantes (2ª pista) na Serra do Mar. São documentos que mostram falhas gritantes (os que vi). São parte, a meu ver, de uma operação de furto de dinheiro público.

P.S. 2009: O difícil é comprovar a intenção criminosa, mas é possível, e isso foi feito pela administração Goldenberg, anular contratos suspeitos.

Falhas gritantes

7 maio 2003

Sai mais cedo e fui ao Consema, para uma reunião com o Instituto Florestal (Waldir de Cicca) e três colegas, João Gabriel Bruno (chefe de Gabinete), Antonia Pereira de Vio (diretora Executiva da Fundação Florestal), Germano Seara (secretário do Consema). Com certa surpresa para mim, demonstrei, sem oposição, junto com a Antonia de Vio, as falhas gritantes do Termo de Compromisso assinado em 2001, em nome da Secretaria do Meio Ambiente. Além disso, chamamos a atenção para o fato de que o número de invasões do Parque Estadual da Serra do Mar aumentou consideravelmente após o início da vigilância paga pela empresa construtora!!!

Houve um consenso (aparente) entre os presentes sobre a necessidade de implantar um novo sistema de vigilância. Terminou assim a reunião.

Mitigação não é compensação

2 julho 2003

Fui de manhã à Reunião da Comissão de Transportes do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente). O Instituto Florestal prestou contas, entregando uma pilha de documentos atestando atividades de vigilância na Serra do Mar, na região dos "bairros-cota". Trata-se de invasões do Parque Estadual da Serra do Mar. O meu raciocínio, após ver muito brevemente esses papéis, foi o seguinte: formalmente os documentos existem e atestam a vigilância. São boletins de ocorrência, mas aparentemente inúteis. Foi, portanto, acertada a decisão do secretário José Goldemberg, de cancelar os contratos da empresa construtora suspeita com a firma de segurança também suspeita. Contudo, para não deixar em branco a tremenda ineficiência (para dizer o mínimo) da "Vigilância", sugeri que o Consema pedisse ao secretário para estudar a possibilidade de desclassificar gastos que eram de mitigação ao invés de compensação. Assim, por exemplo, tornar o fluxo de veículos na estrada mais rápido, como diz um documento da própria suspeita, é mitigação e nada tem a ver com compensação ao Parque. Essa minha proposta foi aprovada pela Comissão, havendo apenas uma abstenção. O Instituto Florestal apresentou também uma relação de estudos

a serem feitos com o novo dinheiro resultante do cancelamento do contrato entre a Secretaria do Meio Ambiente e a empresa contratante. Discordei dos orçamentos, que me pareceram muito altos, principalmente um tópico que destina quase a metade dos recursos (250 mil) para estudar a "fragilidade" das trilhas na Serra do Mar (Parque). Afirmei que qualquer guarda-parque ou diretor do Parque já conhece o assunto, não havendo necessidade de verba para isso. Sugeri que aprovássemos apenas o total dos recursos destinados a estudos e outras ações, sem entrar nos detalhes. Não teria cabimento aprovar pormenores que não tínhamos tempo para estudar e nos comprometer com eles, pois nos foram rapidamente mostrados na própria reunião. Também essa sugestão foi aprovada pela Comissão.

Para mim foi uma surpresa verificar que coube a mim, quase sozinho, enfrentar uma situação de descalabro resultante do Termo de Compromisso da Administração anterior. Minhas sugestões foram aceitas, porém. Sem provas concretas, o mau uso do dinheiro público ficou caracterizado apenas em indícios constituídos por resultados gerais muito insatisfatórios. Isso, contudo, não dá para pedir a abertura de sindicância ou de processo judicial sobre a corrupção.

No início da tarde estive com o secretário professor José Goldemberg, no seu gabinete. Relatei a ele o resultado da reunião do Comitê de Transportes do Consema. Ele achou boa a proposta que apresentei ao Comitê e que foi aprovada, segundo a qual deve ser feita uma verificação do que foi gasto com mitigação e do que foi gasto com compensação ecológica. Dei ao secretário a minha opinião sobre as divergências existentes entre a Fundação Florestal, com a secretária executiva Antonia Pereira De Vio e o Instituto Florestal. Disse-lhe que a meu ver ele está certo com o seu plano de reunir ambas instituições numa só. Goldemberg respondeu que continua disposto a fazer isso, com a Antonia à frente da nova instituição. Fiquei satisfeito e disse isso claramente. Elogiei a atuação da Antonia. Sobre uma possível corrupção no caso da "Vigilância" no Parque da Serra do Mar, na opinião dele os corruptos têm alta habilidade em não deixar pistas, o que na prática pode impedir o controle. Também penso assim. Infelizmente é o que costuma ocorrer nos casos de corrupção no Serviço Público. Mas isso não impede que os contratos sejam cancelados quando eles não atendem aos seus verdadeiros objetivos, entre outras razões.

A favor

Após a reunião do Conselho de Administração da Cetesb estive com a Antonia de Vio, Diretora Executiva da Fundação Florestal. O diretor do Instituto Florestal foi demitido há dias. O Secretário quer nomear a Antonia também como Diretora do Instituto Florestal. Isso seria ótimo, para iniciar a unificação de ambas as instituições. Infelizmente, porém, os estatutos da Fundação Florestal não permitem isso. Aliás, a Antonia também não queria o cargo, pelas dificuldades inerentes à direção do Instituto Florestal. Assim, o Secretário Goldemberg nomeou a Ciça (Maria Cecília Wey de Brito) como Diretora do Instituto Florestal. Imediatamente dei os parabéns a ela. Sugeri que, como fiz na antiga Sema (secretaria Especial do Meio Ambiente), coloque a seu lado um auditor severo, para examinar todos os papéis que ela deva despachar. Isso foi essencial para a minha administração da Sema. Tenho muito receio de que a Ciça não aguente as fortes pressões internas do Florestal. Aliás, ela está muito preocupada. Que Deus a ajude. Para os meus objetivos de salvar fragmentos florestais sobreviventes, a nomeação da Ciça vai ser muito importante.

3 julho 2003

23 julho 2003

Quase o fim

18 março 2004

Fui à Fundação Florestal, no Horto da Cantareira. Conversei longamente com a Secretária Executiva da Fundação, a Antonia Pereira de Vio. Nessa ocasião, a venda de madeiras e resinas saiu da Fundação e passou para o Instituto Florestal, a meu ver, claramente contra a letra da Lei que regula essas vendas. O Instituto somente poderia vender produtos "inservíveis". Não vejo como a madeira da floresta possa ser considerada "inservível". Essa decisão foi necessária para acabar com o desacerto entre a Secretaria (Instituto Florestal) e a Fundação. Contudo, foi quase o fim da Fundação. Ela somente tem recursos para este ano.

P.S. 2009: Goldemberg é uma pessoa séria e competente, como são também o seu sucessor Xico Graziano, o seu Secretário Adjunto Pedro Ubiratan de Azevedo e o Diretor Executivo da Fundação Florestal Wagner Neto.

Renovação

13 abril 2004

À tarde, na Fundação Florestal, fiz uma palestra para uns 80 funcionários, que estão muito preocupados com o possível fim da Fundação no ano próximo. Fiz várias sugestões sobre possíveis novas atividades, no setor da Fauna. Havia na atmosfera do auditório um boato sobre a não continuação da Fundação no próximo ano. Disse-lhes que não havia conversado sobre isso com o secretário, mas a meu ver era necessário procurar novas linhas de trabalho para a Fundação. Isso mostraria a necessidade da Fundação prosseguir.

Ir e vir

26 maio 2004

A Lélia Marino, meu braço direito na Fundação Florestal, quer retornar ao Instituto Florestal. É para mim uma lástima. Ela é ótima pessoa e muito competente, tem ajudado muito nosso trabalho com os fragmentos florestais. Imediatamente concordei com o seu pedido, embora o lamente. Quem trabalha comigo sempre teve toda liberdade de ir e vir, por princípio. Ela é ótima pessoa e funcionária. Vai fazer muita falta.

Conflito

23 agosto 2004

Fui à Fundação Florestal, onde tive uma conversa difícil com Antonia Pereira de Vio, diretora executiva, que regressou de férias. Existe lá um ambiente contra o pessoal do Cemas (Centro de Estudos de Animais Silvestres). Ela não gostou da minha atitude mandando dar licença de viagem a uma veterinária. Receio que a Fundação acabe num conflito desastroso. Isso me aborrece muito.

Reorientação

Reunião com o secretário José Goldemberg. Sugerir que ele me mande um memorando solicitando elaborar uma proposta de reorientação da Fundação Florestal. Eu sou o presidente da Fundação e cabe a mim enviar ao Conselho da Fundação a proposta de novas orientações. O Conselho é quem decidirá o que fazer. Antes de enviar uma proposta, irei submetê-la ao secretário José Goldemberg. Contudo, já estamos de acordo que à Fundação caberá propor novas Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Sobre tudo, começaremos realmente a salvar da destruição preciosos fragmentos de áreas naturais. Isso é extremamente importante.

Verdadeiramente incrível

No final da manhã fui à sede da Fundação Florestal, na Cantareira, para falar com a diretora Executiva Antonia Pereira de Vio. Ela queria conversar comigo. Achei que o melhor seria nos encontrar na sede da Fundação, por se tratar de assuntos oficiais.

Fui lá na qualidade de presidente da Fundação Florestal. Comecei a conversa falando do meu encontro com o secretário, dizendo que eu era favorável a uma reorganização da Fundação e do Instituto Florestal, e depois falei do fato de que há mais de dois anos não consigo fazer andar o Projeto das Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Com enorme surpresa para mim, ela me disse que já não era mais a diretora executiva da Fundação. Logo depois me revelou uma outra coisa que me pareceu incrível, verdadeiramente incrível: há cerca de dois meses eu não sou mais presidente do Conselho da Fundação!!!! O prazo de exercício lá estava vencido!!!

Foi chocante saber que ninguém, na Fundação, me falou sobre isso. O que mostra o extremo pouco-caso com que eu era tratado lá, nessa época. Contudo, resolvi calar a surpresa que me deixou pasmo. A Antonia estava numa situação difícil. Por princípio ético e cristão, resolvi silenciar, ao invés de criticar quem estava saindo. Desejei a ela, sinceramente, felicidades. E saí da sala calado. Ela, por sua vez, aceitou sua saída como algo que pode ocorrer a todos os que estão no serviço público, como me disse com tranquilidade.

Estive com o secretário Goldemberg. relatei a ele, em poucas palavras, a minha passagem pela Fundação Florestal, com crescente desprestígio e desgaste, até terminar agora com minha destituição da Presidência do Conselho de lá, por decurso de prazo. Ele não sabia desse detalhe e ficou impressionado. Há poucos dias havia levado ao governador do novo Conselho. Ele disse que o governador Cláudio Lembo, ao ver meu nome, observou "que se trata de um homem de bem".

Aconselhei ao secretário fazer a reforma projetada, fundindo a Fundação e o Instituto Florestal. Sugerir dar à Antonia Pereira de Vio um cargo, com objetivo de fazer um "Relatório sobre a situação madeireira no Estado". Expliquei que a Antonia gosta do assunto. Ele me disse que a saída dela da Fundação ficou implícita na conversa que tiveram há dias. Salientei a importância que terá a chefia executiva da Fundação, ao ficar com a Maria Cecília (Ciça). Quanto à oposição que ela terá no Instituto Florestal, referente à fusão das duas entidades, disse-lhe que isso seria natural por parte de alguns técnicos, mas que na minha opinião isso não teria maior importância. A Maria Cecília (Ciça), Bióloga, já sofreu essa oposição quando passou a dirigir o Instituto Florestal, mas ela superou essa oposição e o mesmo ocorrerá agora na Fundação.

2 setembro 2004

20 abril 2006

26 abril 2006

6 julho 2006

Nova estrutura

Fui à Cetesb e à Secretaria do Meio Ambiente estadual. Conversei lá, longamente, com a nova diretora executiva Maria Cecília Wey Brito (Ciça).

Ela está transferindo as unidades de conservação do Instituto Florestal para a Fundação Florestal e Ambiental. A Ciça é a Diretora Executiva e eu sou o presidente da Fundação. Dentro do Instituto Florestal há um grupo que se opõe à Ciça, mas aos poucos ela vai se mantendo firme e conquistado terreno. Pedi à Ciça (Maria Cecília) para organizar um setor capaz de receber dois tipos de unidades de conservação que ainda estão órfãs: as RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural) e as ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Pretendo ficar à frente de uma comissão para tratar da questão. O Projeto de Decreto das ARIEs está indo hoje para o Governador assinar, criando uma categoria de Ecopousadas, para administrar as ARIEs. A Ciça está travando uma luta decisiva, com meu apoio, para criar uma nova estrutura para as unidades de conservação do Estado. Ela quer a minha ajuda.

26 julho 2006

Duas etapas

À tarde presidi o Conselho Curador da Fundação para a Conservação e Produção Florestal = Fundação Florestal. O Conselho, por unanimidade, aprovou uma moção favorável à criação do Sistema Florestal Estadual, que visa unir o Instituto Florestal e a Fundação Florestal. Há um grupo grande, no Instituto Florestal, que é contrário a isso. Eles se queixam, basicamente, que não foram suficientemente ou nada ouvidos, embora não sejam contrários a uma reorganização geral. Disse ao Conselho que a meu ver deveria haver duas etapas. Uma, agora, criando uma união, mas sem fusão. Outra, no próximo Governo, que começa em janeiro, que seria o envio de um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa estadual, reformulando ambas instituições e unindo-as de maneira mais estreita. Nessa etapa, todos poderiam fazer sugestões e debater suas restrições. É o exercício da Democracia. A reforma agora proposta é limitada, sendo necessária uma nova lei para resolver a situação. Ao que parece o grupo de oposição, no Instituto Florestal, aceita esse ponto de vista, segundo conversei em Florianópolis, há dias, com o Mauro Victor.

Ainda a fusão

Almoço com o novo secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano

9 janeiro 2007

A comida veio de fora e era horrível, à base de carne de porco. A conversa, porém, foi boa. Disse que meus cargos obviamente estavam à disposição. Ele, porém, me confirmou como Presidente da Fundação Florestal. Contudo, a crise Instituto x Fundação Florestal está se agravando.

Alguém de lá (estavam em reunião) perguntou pelo telefone ao meu primo José Carlos Bolliger Nogueira, de que lado eu estava. Respondi que, na minha opinião, que expus ao secretário, era necessário preparar um Projeto de Lei unificando Instituto e Fundação. O secretário gostou dessa idéia. A meu ver isso permitirá reunir todos os pontos de vista. Ou melhor, permitirá que todos tenham chance de opinar. Além disso, acabará o longo desencontro entre ambas instituições.

Estive na Fundação Florestal do Estado de São Paulo, no Horto Florestal da Cantareira. Conversei lá longamente com o simpático novo Diretor Executivo José Wagner Neto. Ele está conseguindo unificar o Instituto com a Fundação Florestal.

12 setembro 2007

À noite houve reunião do grande grupo ambientalista paulista de centro, na casa do Rodrigo Mesquita. (...)

11 dezembro 2007

Discutimos assuntos gerais. O secretário (do Meio Ambiente, Xico Graziano) comunicou ter chegado à conclusão de que é necessária uma lei para unir o antigo Instituto Florestal e a Fundação Florestal. Desde os tempos do Secretário José Goldemberg, fui a favor dessa medida, que apoiiei e elogiei perante todos. Realmente, não é possível administrar bem o Meio Ambiente paulista com o pessoal do Instituto Florestal altamente descontente.

Outro assunto muito debatido foi o Projeto apresentado pelo José Pedro, com patrocínio do secretário Graziano e do diretor executivo da Fundação, José Wagner Neto, criando grandes APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e diversas ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico) ao longo da costa paulista, no mar territorial.

P.S. 2009: No dia 10 de dezembro de 2009 assisti a um completo relatório de atividades desenvolvidas por José Wagner Neto na Fundação Florestal, na Cantareira. Estavam presentes mais de 100 pessoas, da Fundação e do Instituto Florestal, todos juntos e irmanados. Nunca, na história do setor ambiental paulista ouvi um relatório com tantas e tão promissoras notícias e exposições de fatos que estão ocorrendo nessa área. É uma das coisas que mais me chamou a atenção foi ver, unidos e colaborando juntos o pessoal do Instituto Florestal e da Fundação Florestal. Fiquei agradavelmente pasmo, pasmo mesmo. Também estava lá o secretário adjunto Pedro Ubiratã Azevedo, que muito tem feito pela causa ambiental e o jovem novo diretor do Instituto, Rodrigo Victor.

Fapesp Biodiversidade

Recebi em casa a visita do professor Carlos Joly, que me convidou para prefaciar a coleção de livros que será editada pela Fapesp, sobre a Biodiversidade no Estado de São Paulo. Estão fazendo um trabalho enorme e meritório.

4 junho 1998

Unidades de Conservação

À tarde, me reuni com o Cláudio Marretti, grande conservacionista da Fundação e com o Marcos Egydio Martins, Secretário Executivo da Fundação Florestal. Tenho ótima relações com ambos. Conversamos longamente, estabelecendo as diretrizes de um pré-projeto da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), sobre Unidades de Conservação. Sou o orientador do Projeto. Vai ser muito interessante. O âmbito é o Estado de São Paulo. Além de um levantamento sobre o que existe, vamos sugerir medidas para aperfeiçoar essas Unidades.

15 janeiro 1999

	Engessamento
7 abril 2000	À tarde tive uma reunião com a Ana Lucia Mendonça e a Lelia Marino, sobre o Seminário que elas preparam, comigo, sobre unidades de conservação. É parte do Programa de Políticas Públicas, da Fapesp. A coisa se complicou quando o Roberto Fernandes, Diretor Executivo da Fundação Florestal (órgão da Secretaria do Meio Ambiente), me telefonou. Ele me disse ser melhor adiar o seminário, pois o Secretário não quer ficar "engessado" com as conclusões da reunião, "como aconteceu com a fauna". Desconheço esse caso, mas lhe disse que não queríamos engessar ninguém. Sugerir marcar logo uma reunião com o secretário, o que será feito. Essas informações do Roberto Fernandes parecem indicar que o Secretário não deseja apoiar o Projeto do qual sou o coordenador. Acontece, porém, que o Programa de Políticas Públicas tem o apoio oficial e foi até lançado no Palácio do Governo, pelo governador. Atinge 38 órgãos estaduais. Vamos ver no que vai dar. Com essa crise, eu não contava!! Era o que faltava!
	Seminário útil
19 maio 2000	Hoje foi o dia final do Seminário sobre Unidades de Conservação. A reunião foi presidida pelo secretário do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli. Na verdade, encaminhou os trabalhos. O secretário elogiou o seminário, bem como minha pessoa, que definiu como tranquilo e moderado. (...) O professor Carlos Joly falou salientando a importância das unidades de conservação para a proteção da biodiversidade. Ele, na Fapesp e na Unicamp, dirige um amplo programa de estudos sobre a biodiversidade no Estado. (...) A reunião terminou com bom público e foi muito útil. A Inelzita Muller, do Ministério, está muito interessada em iniciativas que visem criar novas unidades de conservação. Quando estive no Ibama, fez um excelente trabalho nesse sentido. Ajudou a criar diversas dessas unidades, inclusive o Parque de Paraguaçu em Minas Gerais e uma unidade de mais de 500 mil hectares, na caatinga do Piauí. Para mim, este Seminário foi uma grande e favorável surpresa. Falei com numerosas pessoas e iniciei ou reavivei muitas amizades. Lucia teria ficado contente.
	2ª Fase
6 junho 2000	Fui hoje à tarde à Fundação Florestal, onde estabeleci com Ana Lucia Mendonça e Marcita as linhas gerais do plano para a 2ª fase do Projeto de Políticas Públicas para as Unidades de Conservação. Sou o Coordenador do Projeto. De um modo geral, investigaremos a atual situação dessas Unidades e proporemos as mudanças ou alternativas para melhorar a situação delas. Além disso, haverá um setor dedicado à instalação de novas Unidades em fragmentos florestais existentes no grande planalto paulista. Essa parte do Projeto terá sua apresentação redigida por mim. É o meu <i>pet-project</i>.
	Avanços
27 março 2001	Hoje comprei computadores com dinheiro da Fapesp, para o grupo de trabalho que coordeno, no Programa de Políticas Públicas alternativas. As compras foram realizadas pela Lélia Marino e pagas com cheques meus, da Fapesp.

Por insistência minha, haverá duas linhas principais. Uma visando declarar umas 30 ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). A outra linha será promover workshops sobre os principais grupos de Unidades de Conservação. Também haverá um workshop sobre ARIEs. Temos para tudo isso apenas R\$ 86 mil. Mas pediremos mais recursos, mais adiante, quando já tivermos algo para mostrar.

Fui à Fundação Florestal, na Cantareira. Tive longa reunião com o pessoal do Projeto de Políticas Públicas sobre Unidades de Conservação do Estado. Salientei três linhas de trabalho: reestruturação das UC, poderes e ação dos Conselhos das UC e a conservação dos cem principais fragmentos do Planalto (ARIEs), principalmente florestas nativas remanescentes.

Medicina da USP

De manhã fui à Faculdade de Medicina (da Universidade de São Paulo). Sou membro do Conselho Consultivo da Fundação da Faculdade. Ela recebe cerca de US\$ 1,2 milhão por mês e complementa os salários dos professores e do Hospital das Clínicas etc. O professor Silvano Raia explicou a importância de manter a atual estrutura da Fundação, ameaçada por pessoas demagógicas. No final, unanimemente, elegemos conselheiros o próprio professor Silvano Raia e o professor Magalhães, radiologista.

Zoológico Pequenas populações

À noite fiz uma palestra no auditório do Parque Zoológico de São Paulo. Falei sobre a viabilidade das pequenas populações, tanto nos zoológicos como nos fragmentos florestais. Mostrei dados, com exemplos de pequenas populações à beira da extinção e que, no entanto, depois cresceram normalmente: hamsters, bisões, Oryx da Arábia, cervo Pere David, *Anadorhynchus spixii*, mico-leão etc. Falei também sobre a deriva genética (princípio de Sewall Wright) e o efeito gargalo (bottleneck) etc.

Com gosto

O secretário Marcos Arbaitman (do Esporte e Turismo do Estado), pessoa muito amável, me convidou para ser Conselheiro do Parque Zoológico de São Paulo, o que aceitei com gosto.

Ciência e educação

De manhã fui ao Parque Zoológico para uma reunião do Conselho Diretor, do qual sou membro. Houve lá uma clara e profunda diferença de pontos de vista. Juntamente com a professora Betty Holfing e o doutor Alvarenga, defendi o ponto de vista de que era necessário obedecer a lei que criou a Fundação Parque Zoológico e estabelece que todos os seus diretores devem ser zoólogos de reconhecida competência. Acontece que o Presidente da Diretoria, que também presidiu a reunião, declarou, sinceramente, não ser um zoólogo. Trata-se do doutor Gutglass, pessoa muito simpática, empresário. Ele e o secretário de Turismo e Esportes, Marcos Arbaitman, querem, ao que parece, transformar o Zoo num tipo de Parque de Diversão, o que nos desagrada profundamente. Também o representante da Faculdade de Medicina Veterinária está conosco. Talvez tenhamos a maioria do Conselho de 15 membros.

28 junho 2001

13 setembro 1990

18 agosto 2000

24 janeiro 2001

21 fevereiro 2001

O *staff* administrativo e o diretor que se retira, professor André Pierandini, (Instituto de Biociências-USP) concordam com nossas ideias, de dar ao Zoo somente uma função científica e educativa.

Após a reunião e o almoço, redigimos uma moção ao Presidente Gutglass reiterando nossos pontos de vista. Cooperei nessa redação, para que ela fosse diplomática, moderada e até cordial, evitando bater de frente com nossos opositores, pois essa trombada poderia ser desastrosa para o Zoo.

Salvaguardas

19 dezembro 2002

P.S. 2009: Desisti da idéia, pois poderia ser mal interpretada. Aliás, não houve leilão.

De manhã fui ao Jardim Zoológico para a reunião do Conselho Diretor ao qual pertenço. Presidui a reunião o Dr. Paulo M. Bressan. O Zoo paulista vai muito bem, sempre se aperfeiçoando. Contudo, houve um fato grave, relatado pelo Diretor Bressan. A WASA, União Internacional de Jardins Zoológicos, ameaça cessar a filiação do nosso zôo se este fizer um leilão de animais que permita que estes sejam vendidos para donos que os maltratam. Sugeri colocar na nossa licitação uma cláusula assegurando que os animais somente sejam comprados por pessoas que tenham recursos para tratá-los bem. Em fevereiro haveria novo leilão, pois o anterior foi suspenso, por uma liminar judicial. Conteí ao Conselho que pretendia participar do leilão como simples particular. Ninguém fez objeção. Mas o leilão não se realizou.

Envenenamento

4 março 2004

De manhã, fui à reunião do Conselho Superior do Parque Zoológico de São Paulo. Reunião cordial, mas dominada pela convicção, de todos os presentes, de que as mortes misteriosas de animais que ali vêm ocorrendo (61 mortes) são devidas a atos criminosos cometidos por funcionários do próprio Zoo. Além do seu Presidente Executivo e do Conselho, veterinário Paulo Bressan, estava lá também seu vice, o veterinário Catão, o delegado de Polícia Guilherme e quase todos os Conselheiros, exceto a Betty Hofling, que está em Paris. Agora o Zoo tomou providências severas, como o afastamento de todos os que estavam trabalhando na preparação da comida fornecida aos animais.

O veterinário Catão disse que parte dos animais de uma espécie (cujo nome não me lembro) estava na quarentena do Zoo, fora do contato com os visitantes, e outra parte desses macacos tinha contato com os visitantes. Eram duas bandejas de comida. Os animais visados pelos criminosos eram os vistos pelo público. Pois bem, houve uma troca de bandejas e morreram somente os macacos que estavam na quarentena. Depois disso, o veterinário Catão afirmou não ter dúvidas de que se tratava de crime mesmo.

Tive que me retirar mais cedo, e disse que iria a um almoço. A risada foi geral, quando alguém disse que eu ia almoçar fora por estar com medo da comida do Zoo. Após as reuniões, eles oferecem sempre um agradável almoço.

Diretoria reconduzida

17 junho 2004

P.S. 2009: Em março, 2009, o Juiz competente mandou arquivar o Processo, pois o mesmo estava prescrito.

De manhã houve reunião do Conselho Superior do Jardim Zoológico. Terminará em poucos dias o mandato da Diretoria. O presidente Paulo Bressan (competente) passou a Presidência a mim. Ele e os demais funcionários, como é de praxe, se retiraram. A sós, os Conselheiros resolveram unanimemente reeleger a Diretoria, com voto de louvor. Ela lutou bravamente para proteger os animais

do Zoo dos funcionários (alguns, não se sabe quais) covardemente mataram muitos animais. Os diretores e os funcionários leais conseguiram salvar o Zoo da destruição. Fizemos também algumas sugestões: recintos novos, animais novos, um aquário etc.

Contudo, declarou que se tratava de um crime, como de fato era.

Sucessão

De manhã estive em Reunião do Conselho Diretor do Parque Zoológico de São Paulo. Elegemos a Bety Hofling membro do Conselho de Orientação, por 7x2. Ela é ótima. Trata-se de um Conselho Técnico importante. Devido ao sistema de rodízio, esta é a minha última reunião no Conselho Diretor. Fizemos uma homenagem a mim e bateram palmas. Discursei, brevemente, agradecendo. Tenho recebido uma sucessão de homenagens.

9 dezembro 2005

P.S. 2009: Fui depois eleito Conselheiro Honorário do Zôo.

Reunião internacional

À noite fui ao Memorial da América Latina, com seus imensos auditórios para 800 pessoas ou mais. Houve lá uma reunião das entidades brasileiras e latino-americanas de Jardins Zoológicos. Fui um convidado de honra, saudado com grandes elogios pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente Xico Graziano. Quando subia ao palco, onde me sentei na grande mesa diretoria, caí de lado na pequena escada, por falta de força numa perna e também devido às pesadas pastas de papéis que carregava. Nunca me aconteceu isso. Felizmente pessoas que estavam perto me ajudaram. No palco, pude caminhar bem até a mesa. Contudo, essa falha momentânea de musculatura me preocupou.

27 maio 2007

Com surpresa para mim, umas 500 pessoas ou mais estavam lá. Foi um grande sucesso.

Conselho Municipal de SP
ARIEs

SÃO PAULO, SP – À tarde houve uma reunião do Cades (Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, municipal). Apresentaram relatório sobre áreas municipais que poderiam ser transformadas em ARIEs (Áreas de Relevante Interesse Ecológico). Aprovamos diversas, em áreas municipais públicas: Trianon, Morumbi, Cidade Universitária, Previdência (perto da Raposo Tavares) e uma em Guaianases. Em relação a ARIEs em áreas particulares, vamos preparar uma legislação que compense os proprietários de matas que tiverem florestas assim declaradas.

10 junho 1994

Contaminador público

Reunião da Câmara Técnica de Uso do Solo

Hoje passei a tarde na Câmara Técnica de uso do solo do Cades. Sou o vice-presidente dessa Câmara. Discutimos o Plano Diretor do Parque Ibirapuera. O mesmo está sendo muito ameaçado e cobiçado por numerosas iniciativas, que desejam se instalar no Parque por inúmeros motivos diferentes. É freqüentado por multidões. O Plano prevê a demolição de várias construções. É o que se chama de remar contra a maré, mas é necessário barrar as iniciativas que podem deteriorar o Parque Ibirapuera. Apoio esse Plano, mas fiz uma crítica cerrada ao canhão d'água, que no lago

16 junho 1994

principal atira às alturas um tremendo jato d’água, cujas partículas caem sobre o público, como uma garoa. Como a água do lago está muito contaminada por esgotos, via Córrego do Sapateiro, chamei esse tal jato d’água de “contaminador público”, pois é o que é.

Código Municipal

27 maio 1996

De manhã, na reunião do Cades, aprovamos o Projeto de Lei sobre a APA (Área de Proteção Ambiental) dos Rios Monos-Capivari, em Parelheiros (principalmente). Foi ótimo!!

Também aprovamos o projeto do Código Municipal do Meio Ambiente, com algumas emendas, inclusive minhas. Uma delas coloca as ARIEs do Município de acordo com o conceito federal.

Águas pluviais, marginais e poluição

Conselheiros do Cades debatem polêmico projeto de forte impacto ambiental

06 agosto 1999

Discutimos um projeto para fazer nova pista ou melhorar as existentes nas marginais do Pinheiros e do Tietê. O conselheiro Wagner Costa Ribeiro (Geografia USP) sugeriu exigir desde já medidas para que as águas pluviais sejam absorvidas pelos solos. Pedi a palavra e disse que os problemas de drenagem não eram os únicos a sobressaírem. Assim, era necessário fazer com que o assunto fosse tratado de um modo geral. Randau Marques salientou que deveríamos, mesmo “chovendo no molhado”, pedir para que a lei municipal em estudos na Câmara dos Vereadores, sobre uma via expressa nas marginais (Tietê e Pinheiros), levasse na devida conta as questões ambientais. Apoiei essa ideia de marcar posição. A proposta, nesses termos amplos, foi unanimemente aceita. O Wagner não quer outra via nas marginais. Pensa o contrário. Os veículos em marcha lenta, devido aos enormes congestionamentos atuais, poluem mais. Confirmei esse fato. Interessa a todos tornar São Paulo menos poluído.

Mineração urbana

8 outubro 1999

Discutimos lá a mineração urbana (produção de brita de pedra e extração de areia). É incrível, mas existe um *lobby* a favor dessa atividade, a meu ver incompatível com o bem-estar urbano. O engenheiro Kurt Stuermer, um dos técnicos mais lúcidos da Prefeitura, se preocupa com o fato de não haver leis mais fortes para obrigar os mineradores a recompor bem a área. Na Alemanha ele viu, recentemente, belas paisagens assim recompostas.

Durante a reunião critiquei a simples idéia de se fazer uma exploração mineral dentro de área urbana.

Códigos no Interior

5 outubro 2001

À noite fui ao Haras Paulista, em Santo Antônio de Posse (SP), onde houve reunião dos prefeitos, vereadores e ambientalistas da região, sob a direção do Padre Nicolau. Ele quer que os municípios

locais tenham Códigos Ambientais. Falei várias vezes, apoiando essa idéia. Estavam lá umas 100 pessoas. O prefeito de Santo Antônio da Posse relatou os perigos que existem lá, devido ao depósito de lixo tóxico Mantovani. Houve, no final, uma sopa e um concerto de violões e cavaquinhos, de Jaguariúna.

Fiesp Posse

De manhã fui à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), para a reunião de posse do Conselho de Meio Ambiente. Faço parte do mesmo juntamente com umas trinta personalidades do mundo ambientalista, empresarial e cultural. Havia dois conferencistas: eu e Antonio Ermírio de Moraes.

Não esperava falar, mas fiz, acredito, uma palestra que começou algo hesitante e terminou firme e vigorosa. Falei uma porção de coisas que talvez causassem desgosto na Fiesp de outros tempos, mas que agora foram recebidos com aplausos e, depois, com elogios. Referi-me às coisas que costumo expor e discutir, com ênfase na necessidade de erradicar a miséria para estabilizar a população humana mediante a melhoria das condições de vida. Salientei também as questões referentes ao desenvolvimento auto-sustentável e à necessidade de incorporar no seu conceito a prática democrática. Falei das conquistas ambientais, como os estudos de impacto, a licença ambiental etc. Disse da importância do papel da indústria no desenvolvimento autossustentável.

Falou depois o Antonio Ermírio de Moraes, sem dúvida o maior líder industrial brasileiro. Deu uma verdadeira aula sobre a interface energia e meio ambiente, referindo-se sempre ao meu nome e à palestra que proferi pouco antes.

Homenagem ao Conama

À noite houve um jantar festivo, homenagem da Fiesp ao Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), depois de uma exibição do excelente filme do ex-Vice-Presidente Al Gore, dos EUA, sobre os imensos perigos do aquecimento climático que já começou e ameaça muito o Planeta Terra, nossa morada. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, me elogiou, e a ministra Marina Silva também. Ela disse que tem por mim grande consideração, o que é recíproco. Ela é uma pessoa extraordinária, capaz e ponderada, que está conseguindo grandes coisas (unidades de conservação etc.) para o Meio Ambiente.

Licenças mais rápidas

SÃO PAULO, SP – No final da tarde, participei de uma reunião no escritório de Walter Lazzarini (consultor e diretor de Meio Ambiente da Fiesp), com a presença dele e do professor Carlos Celso, Antonio Fernando Pinheiro Pedro, Simone e do senhor Alberto Ninio (do Banco Mundial). O Banco quer saber como deveria fazer para conseguir que os países examinem mais rapidamente os Projetos, no Processo de obtenção da Licença Ambiental. Sugerí que as entidades licenciadoras consultem também especialistas que trabalham nas Universidades e nos Institutos técnicos. Todos concordaram.

10 julho 1992

29 novembro 2006

8 junho 2006

ALGUMAS ONGS AMBIENTALISTAS E SUA AÇÃO

ADEMA-SP
Adeflora

16 outubro 1974

P.S. 2009: Fiz parte de várias entidades ambientalistas tipo ONG. É claro que não poderia divulgar segredos. Acontece, porém, que as entidades às quais pertenço são abertas e francas. Não tem segredos a esconder. O estilo pode ser diferente. O objetivo, porém, é claro e honesto. Muitas ONGs ambientais estão fortemente unidas por ter em comum uma grande causa. Contudo, possuem personalidades e características próprias, que geralmente se completam e que são respeitadas pelo seu alto padrão ético.

Presidência

24 março 1987

Durante o almoço, em casa, houve uma reunião da Adema-SP (Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo). José Carlos Reis de Magalhães me passou a Presidência, que reassumi. Vera I. Fonseca retornou à Diretoria. Eduardo Manoel, Beatriz Hoffling, Astrid K. Giovani e Clayton Lino são novos diretores. Estava presente a doutora Penélope, dos EUA, especialista em abelhas silvestres Halictidae.

Autonomia

19 setembro 1988

Discutimos (eu, Sandra Camerata, Fausto Elias e diretores da Adema, em almoço na minha casa) longamente a ideia de Paulo Bastos Cruz, de transformar a Adema em Fundação de alto nível, com apoio forte da indústria. Não chegamos a nenhuma conclusão, pois receamos que isso nos coloque na dependência de indústrias que possam ter pontos de vista diferentes dos nossos. Esse problema aflige as principais organizações conservacionistas brasileiras, pois elas necessitam de apoio financeiro. É verdade, como disse Paulo Bastos Cruz, que somos independentes e sempre podemos dizer não. Mas não seria fácil manter independência e depender de contribuições.

Estação Ecológica da USP

17 agosto 1995

Ao professor João Morgante, diretor do Instituto de Biociências, contei termos obtido a adesão do secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fabio Feldmann, e do professor Carlos Joly, para o projeto da USP de estabelecer na Gleba Pé-de-Gigante, junto à Via Anhanguera, uma Estação Ecológica para pesquisar o cerrado. Ofereci, em nome da Adema-SP, recursos para as despesas iniciais de construção de casas e laboratórios lá.

P.S. 2009: Infelizmente a persistente oposição de alguns elementos do Instituto Florestal acabou impedindo a execução do projeto da instalação de uma Estação Ecológica da USP em colaboração com o Instituto Florestal, na Gleba Pé de Gigante.

Encontros ambientais

Houve aqui em casa a Assembleia Geral da Associação de Defesa do Meio Ambiente-São Paulo. Compareceram Vera Imperatriz Fonseca, Manoel Figueiredo Ferraz, Geraldo Vidigal, Mariazinha Concilia, Isabel Alves dos Santos, Dick Kodean, Crodowaldo Pavan, Marilda Cortopassi Laurino, Sandra Camerata e Elisabeth Hoffling.

Elegemos os diretores: Crodowaldo Pavan e Marilda Cortopassi Laurino.

Durante a reunião, discutimos sobre os principais problemas ambientais ora existentes: o novo projeto de Código Florestal; o projeto de políticas públicas referentes às unidades de conservação, com financiamento da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e apoio da Fundação Florestal; a questão do Parque das Nascentes do Ipiranga, que está parcialmente invadido; a questão das licenças para pesquisas sobre a fauna; e um possível convênio entre a USP e a Fundação Florestal para pesquisar em unidades de conservação e outras questões.

Nova diretoria

À noite, em casa, estiveram umas 25 pessoas, em reunião da Assembleia Geral da Adema-SP-BR (Associação de Defesa do Meio Ambiente). Fundada em 1956, com o nome de Associação de Defesa da Flora e da Fauna, é a mais antiga ONG ambiental (Organização Não Governamental) em existência no Brasil. Foi também uma noite de queijos-pães-vinhos de amigos. Falei sobre a História da Adema-SP-BR, sobre o que ela fazia em termos ambientais, promovendo Projetos ambientais educacionais, dando bolsas de estudos, participando de Conselhos (Conama e outros) e de outras atividades ambientais. Elegemos por minha sugestão uma nova diretoria, com a participação de elementos antigos como a professora Vera Imperatriz Fonseca e de novos dirigentes como a Advogada Flavia Frangetto, co-autora de um interessante livro sobre o Protocolo de Kyoto e suas implicações jurídicas, referentes ao controle do efeito estufa climático.

Balanço

SÃO PAULO, SP – À noite, em casa, houve uma reunião anual da Associação de Defesa do Meio Ambiente, de São Paulo (Adema-SP). (...)

Fiz um relatório sobre a situação geral do meio Ambiente no Brasil e no Estado. Na área federal contei como foi árdua a luta para a aprovação do Instituto da Biodiversidade Chico Mendes. Somente agora é que está sendo feita a transferência do pessoal necessário, do Ibama para o Instituto. Aumentou em 8% o desmatamento na Amazônia, o que é preocupante. relatei a difícil aprovação, pelo Conama, da Resolução sobre a criação de animais silvestres destinados ao comércio. A situação era muito difícil, pois esse comércio era quase todo clandestino. (...)

19 janeiro 2000

29 julho 2003

18 outubro 2007

P.S. 2010: A Adema-SP, muito prestigiada sobretudo ao nível Federal, irá brevemente estudar uma reorganização para aumentar sua capacidade de ação.

No Estado de São Paulo, preocupa muito a projetada construção de um novo e grande porto privado, na praia entre Itanhaém e Peruíbe. Seria um porto construído principalmente em pilotis no mar. Pode haver grande risco de poluição marítima, se não forem tomadas as difíceis medidas de controle. Infelizmente são muitos os perigos e nos falta, na Federação Brasileira, experiência para cuidar dessas questões marítimas, uma vez que o novo porto terá condições únicas.

Esses assuntos foram amplamente discutidos, não havendo manifestações contrárias à atuação da Associação, embora todos desejem que as soluções sejam encontradas para resolver os problemas existentes.

FBCN
Guerrilheiros

18 fevereiro 1976

Telefonei a Luiz Emygdio, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Vão entrar na luta em defesa das baleias. Além disso, pedi para que estudassem, com David Cavalcanti, um plano para contratação de um biólogo, a fim de fiscalizar para nós a base baleeira em Cabedelo, na Paraíba. Nessa guerrilha vamos perder as primeiras batalhas, mas esperamos ganhar a última, antes de um desastre final para as baleias.

Convênio

9 março 1976

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Fui depois à sede da FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) e de lá segui para o restaurante Albamar. Junto com Luiz Emygdio de Mello, presidente, e Mario Donato Amoroso, secretário executivo da FBCN, almoçamos e trocamos idéias. Comi um excelente polvo com arroz e brócolis. Vamos renovar nosso Convênio da Sema com a Fundação. Agradei o valioso apoio que nos deram na luta para preservar as baleias. Falamos também sobre as Estações Ecológicas, das quais esperamos implantar cinco, neste ano.

Corrida eleitoral

29 outubro 1987

No final da tarde, Rogério Marinho me telefonou para dizer que Eliezer Batista saía da disputa eleitoral na FBCN-Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Me aceitou para substituí-lo como candidato. Eram cerca de 20 horas antes da eleição. Há responsabilidades difíceis, na vida, que a gente não pode recusar. Sei que a derrota é quase certa, com seu inevitável desgaste, e que a vitória iria me trazer problemas imensos, pois não residio no Rio de Janeiro. Não posso abandonar meus companheiros de lutas, na derrota ou na vitória. Seja o que Deus quiser.

P.S. 2010: Na realidade, junto com Rogério Marinho e outros amigos, verificamos que o Eliezer Batista não alcançaria o número de votos necessários para se eleger, pois Valderbuilt Duarte de Barros era o nome preferido pelo eleitorado local. Para Eliezer Batista, grande nome nacional, seria um enorme desgaste essa derrota, que ele não esperava. Para evitar isso, às esperas da eleição, me ofereci para substituí-lo. E assim foi feito. Para mim, essa derrota não teria grande significado. Para Eliezer, porém, e para nós que o convidamos para o cargo que parecia certo, essa derrota teria grande impacto nacional, que era necessário evitar.

Às 13h15, cheguei à Fundação Getúlio Vargas, no local da eleição da FBCN. Cumprimentei a todos e procurei falar com muitos, como se espera de um candidato. Chegou muita gente de fora para votar: uns 20 de São Paulo, com Fábio Feldmann, Rodrigo Mesquita, Randau Marques à frente. Quando vi tanta gente de fora, tão movimentada, tive uma sensação de vitória. Foi, porém, uma sensação curta. Depois de um começo algo tenso, com várias questões de ordem sendo discutidas, finalmente começou a apuração. Em certo momento, na minha contagem, cheguei a empatar. Mas depois veio o inevitável: tive 33 votos contra 42 dados a Vanderbilt Duarte de Barros. Nossa chapa de conselheiros e o nosso candidato a Vice, José Pedro, também perderam. Aliás, o Vice e o Presidente tinham votações vinculadas.

Quando soube o resultado fiz um pequeno discurso felicitando os vencedores e conclamando todos a apóia-los. Enfim, reconheci a vitória deles e me despedi cumprimentando-os um a um. Apesar de estar preparado para a derrota, a verdade é que esta tem um gosto amargo. Mas não fiquei muito abalado. Fiz o que tinha que fazer, ao lado de meus companheiros de luta.

Fábio Feldmann me disse: – Quando poderíamos imaginar que um dia nós viríamos de São Paulo para votar na sua pessoa! No passado, quando eu estava iniciando os trabalhos na Sema, ele se considerava meu opositor, embora sempre nos respeitássemos. Também Randau Marques, que às vezes me criticava, estava lá me apoiando. Ângelo Machado, Célio Valle e outros vieram de Minas para votar em mim. Tudo isso foi gratificante. E também me consolou muito o fato de que minha vitória seria para minha vida e carreira na USP um grande desastre. Seria difícilimo, morando fora do Rio, exercer ali a presidência da FBCN, ser o Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, dar aulas na USP e escrever livros, tudo na mesma época.

Pensando bem, esta derrota foi bem-vinda, como Lucia ponderou. E minha luta continuará, sempre, possivelmente com o apoio dos vencedores de hoje, pois nós conservacionistas no fim nos entendemos. No passado lutamos juntos e o mesmo haverá de acontecer no futuro. O que ocorreu na FBCN foi uma divergência passageira sobre métodos, estilos de atuação e personalidades. O regionalismo também influenciou muito contra mim e José Pedro, que éramos de fora, o que é compreensível.

Comissão Brundtland

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã fui à Fundação Getúlio Vargas, onde fiz uma palestra sobre os trabalhos da Comissão Brundtland, ou seja, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da qual fui membro enquanto ela existiu. A Fundação GV e a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) estão fazendo um seminário de uma semana para discutir o Relatório da Comissão. Conteí várias histórias, sobre os nossos trabalhos, como, por exemplo, o fato de que os naturalistas-conservacionistas eram 4: o acadêmico soviético Vladimir Sokolov, o botânico chinês Maa, cujo inglês era difícil de entender, o Ministro da Indonésia Emil Salim, que não era naturalista mas se preocupava com as florestas, e eu próprio. Falei durante uma hora.

Conselho

Jairo Costa me telefonou para dizer que ganhou essa eleição na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Faço parte do novo Conselho da FBCN.

30 outubro 1987

28 outubro 1988

3 dezembro 1990

	Transposição
3 novembro 1994	BRASÍLIA, DF – (...) Conversei também com o almirante Ibsen Câmara e o presidente Jairo Costa, sobre a necessidade de o Conselho Diretor da FBCN se posicionar sobre certos riscos. A FBCN está promovendo um estudo sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. Sugeri uma resolução do Conselho estabelecendo que a FBCN somente se ocupará dos aspectos técnicos. O Ministério que trata do caso será naturalmente substituído no próximo governo.
	<i>P.S. 2009: Posteriormente, junto com o grupo de técnicos internacionais de alto nível, pediram a minha opinião sobre essa transposição. Em tese, sou a favor, pois não há bom desenvolvimento sem bastante água disponível. Atualmente, a água do Rio São Francisco serve principalmente para produzir eletricidade e esta poderia vir da Amazônia. Contudo, fui conta o Projeto existente, que contém erros, inclusive políticos. São oito os Estados da macro-região. Mas apenas quatro seriam beneficiados. Basta isto para condenar o Projeto original, que deve ser substituído por outro, mais completo e amplo.</i>
9 novembro 1994	Paulo Bastos Cruz, a meu conselho, escreveu carta à FBCN se desligando do programa de preparo do EIA-Rima para a transposição do Rio São Francisco. O Jairo quer fazer esse trabalho em três meses, e contratou isso com o Ministério da Integração Regional. Paulo Bastos Cruz pensa, com razão, que um trabalho bom levará dois anos. Ele estava preocupado e ansioso sobre o que fazer. Ontem disse-lhe que o melhor seria ele se afastar, o que fez com toda a elegância.
7 dezembro 1994	De manhã cedo passei em Luziânia, fiz pagamentos e segui para Brasília. Quando cheguei falei brevemente com Jairo Costa, presidente da FBCN. Disse-me que minhas propostas, que lhes enviei para a reunião do Conselho, foram bem recebidas. Sobre o Rio São Francisco, propõe-se a continuar os estudos do EIA-Rima até 1995, como sugeri.

SOS–MATA ATLÂNTICA
Ata de fundação

8 janeiro 1987	SÃO PAULO, SP – Regressando de Araras, fui ao escritório de Fabio Feldmann, onde me encontrei com ele e Roberto Klabin. Assinei também a ata de fundação da Fundação SOS Mata Atlântica.

Recursos

6 maio 1987	Reunião na sede do WWF (World Wildlife Fund), de onde partira com Oyens para entrevista com Robert Goodland no Banco Mundial.
	WASHINGTON, EUA – De volta ao WWF, conversei bastante com o Pieter Oyens sobre os pedidos de Vera Fonseca para o Laboratório das Abelhas da Universidade de São Paulo, e da Fundação SOS–Mata Atlântica. A Vera logo será atendida. A SOS-Mata Atlântica poderá receber recursos para a aquisição parcial de suas bases de operação.

Não se omitir

SÃO PAULO, SP – Participei do lançamento da Fundação SOS-Mata Atlântica. Houve uma entrevista coletiva à imprensa. Quando falei, referi-me à destruição das matas na fronteira São Paulo–Paraná. Disse que era necessário prever na Constituição o dever do cidadão de cumprir a lei, inclusive o dever de não se omitir. Hoje há muita omissão.	19 novembro 1987

Estatutos

Ao anoitecer fui à reunião do Conselho de Administração da Fundação SOS-Mata Atlântica. Quando cheguei discutiam modificações nos estatutos. Propus, e foi aceito, que a Fundação pudesse também proteger outros ecossistemas brasileiros. O presidente Rodrigo Lara Mesquita ficou visivelmente satisfeito com isso. Contudo, foi aprovado, também, que a Fundação se dedicará preferencialmente à Mata Atlântica, o que certamente é razoável. Também contribuí para que a Fundação, eventualmente, participe do Consema (Conselho Estadual) e do Conama (Conselho Federal).	16 maio 1988

Agir

Diálogo durante voo São Paulo–Brasília

Viajei com o jornalista e amigo Randau Marques. Contou que o <i>Estadão</i> vai lançar suplemento ambiental e que serei convidado para o seu Conselho. Ele concordou comigo que a SOS–Mata Atlântica precisa de mais ação imediata. Hoje de manhã, ao telefone, disse isso ao seu Presidente, Rodrigo Mesquita, da família proprietária do <i>Estadão</i> . Afirmei a ele que é preciso fazer menos estudos e partir para uma ação de luta: é combatendo que se aprende a combater, disse textualmente ao amigo Rodrigo. A SOS-Mata Atlântica, segundo este, encontra-se numa fase de capacitação e preparo. Expliquei que minha experiência, na Sema e na Sematec (Secretaria do Meio Ambiente, Tecnologia e Ciência do Distrito Federal), foi a de logo agir, a princípio mesmo com o pessoal inexperiente. A experiência chega depois. No caminho a gente vai corrigindo os erros. Penso que o maior erro é não agir desde o início, pois lutamos também contra o tempo. Que adianta preparar, por exemplo, ótimos especialistas em zoneamento e planejamento, enquanto as florestas vão sendo destruídas para sempre? Na luta devemos ser providentes e moderados. Mas, sem luta pela nossa causa conservacionista, nunca adquiriremos a posição de força que nos é vitalmente necessária. Espero poder convencer a SOS-Mata Atlântica dessas verdades.	23 maio 1988

Mulheres na diretoria

Reunião do Conselho Diretor no Hotel Village

ATIBAIA, SP – Jantamos e depois houve uma longa reunião. Tratamos de assuntos referentes à reforma dos estatutos e à eleição de novos membros. Insisti para que um dos eleitos fosse do sexo feminino, pois só temos lá uma colega, a Silvia. As conservacionistas têm uma atuação muito destacada nos meios ambientalistas. A Direção da SOS está desbalanceada a esse respeito. Minha sugestão foi atendida com a eleição de uma senhora, de Vitória–ES. Fabio Feldmann pediu demissão, mas face aos apelos para que continuasse, acedeu. Disse estar muito sobrecarregado.	1º março 1989

28 maio 1991

Despoluição do Tietê

Fui à reunião do Unibanco, onde foi assinado um acordo com a SOS-Mata Atlântica, para despoluir o Rio Tietê. Disse a vários dos presentes que era necessário fazer um plano prevendo etapas que possam ser cumpridas. Cada etapa cumprida seria uma vitória estimulante. Sem isso, o programa terminará singelamente, pois a vitória final (despoluição do rio) levará muitos anos para ser obtida.

10 junho 1991

Incompatibilidade

À noite houve reunião do Conselho de Administração da SOS Mata Atlântica. Rodrigo Mesquita deixou a presidência, como estava previsto. Foi eleito para o cargo o Roberto Klabin, unanimemen- te. Este me convidou para ser o vice-presidente, mas não aceitei, dizendo que, como presidente da Adema-SP (Associação de Defesa do Meio Ambiente), haveria incompatibilidade para o cargo, pois ambas associações disputariam as mesmas fontes de recursos. Klabin aceitou a recusa. O cargo será preenchido depois.

P.S. 2009: Acabei mesmo sendo o vice-presidente. Pensando melhor, a SOS tem fontes de recursos bem dife- renciados dos da Adema-SP.

Sem recursos

Almoço na casa de José Pedro de Oliveira Costa, com Fabio Feldmann

Passamos em revista a situação ambiental, em fase de recessão e de dificuldades. Como disse o Fabio Feldmann, passou a época em que defender o Meio Ambiente era algo glamouroso, atraen- te para o público. A SOS-Mata Atlântica, "maior não governamental paulista", está às portas da insolvência. Nos últimos três ou quatro anos, gastaram o equivalente a uns 700 mil dólares. Tem 21 funcionários e agora os recursos acabaram. (...) A quebra da SOS é lamentável, mas queira Deus que seu presidente, Roberto Klabin, possa reformulá-la em bases mais realistas.

P.S. 2009: Felizmente essa previsão de insolvência estava errada.

23 novembro 1994

Presidência

SÃO PAULO, SP – Às 19:30h estive em casa o Roberto Klabin, presidente da SOS-Mata Atlântica. Veio me convidar para presidir a fundação, a maior Organização Não Governamental brasileira. Foi uma surpresa enorme. A principio estava decidido a não aceitar. Contudo, o Roberto Klabin foi aplainando as dificuldades. Agora a SOS está equilibrada financeiramente. O próprio Klabin permaneceria para angariar donativos e ser o vice-presidente. Um grande problema é o fato de que já estou lotado de trabalhos, inclusive os dois livros sobre as abelhas.

25 novembro 1994

Disse à Vera Imperatriz Fonseca que fui convidado para presidir a SOS-Mata Atlântica. Ela não se surpreendeu com a notícia. O único que se preocupa sou eu.

Pontos de vista

23 dezembro 1994

Na hora do almoço fui a um churrasco na SOS-Mata Atlântica. Fui recebido amavelmente, como futuro presidente, por Ana Maria, Mario Mantovani, Fredmar, Clayton Lino, o presidente Roberto

Klabin e outros. Expus meus pontos de vista, de mais ação, mais visibilidade, mais união entre os ambientalistas e mais atenção às APAs (Áreas de Proteção Ambiental).

Saúde

Fui à SOS-Mata Atlântica e conversei longamente com Ana Maria Fonseca, Diretora Executiva. Disse-lhe que não poderia aceitar o cargo de presidente da entidade, devido aos problemas de saúde de Lucia e às preocupações que isso me causa. Escrevi, nesse sentido, uma carta ao atual Presidente da SOS-Mata Atlântica, Roberto Klabin.

Novo convite

Às 21h30 horas estiveram em casa Rodrigo Mesquita e José Pedro, para me convencer a aceitar a presidência da SOS-Mata Atlântica. Em parte conseguiram. Mas só aceitarei se tiver uma sólida retaguarda.

Lutas

À noite participei de uma boa reunião do Conselho da Fundação SOS-Mata Atlântica. Há uma grande luta dos ambientalistas contra o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, e também contra o Raul Jungman, presidente do Ibama. Estes querem reduzir a extensão da Mata Atlântica, pressionados por políticos do PFL de Santa Catarina (com interesses madeireiros). Fabio Feldmann, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, lidera essa luta em defesa do Meio ambiente e já tem conversado a respeito do assunto com o presidente Fernando Henrique. A Comissão do Meio Ambiente da Câmara Federal aprovou um projeto do Fabio Feldmann sobre a proteção da Mata Atlântica. Durante a reunião propus um encontro do novo presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) e a SOS-Mata Atlântica, para tentar um acordo sobre as invasões de índios em unidades de conservação. É um problema seríssimo, que está se agravando.

Ecoturismo

Houve à tarde reunião do Conselho de Administração da SOS-Mata Atlântica. A situação da enti- dade é ótima. Está executando cerca de R\$ 3,4 milhões de projetos. Aprovamos hoje a implanta- ção, com a ajuda da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), de um circuito turístico no Lagamar Paulista (Cananeia, Iguape, Pariquera-Açu). Isso ajudará a preservar as matas da região. Vale a pena incentivar o Ecoturismo.

Ruidosamente

Na minha vez de falar, disse que o Projeto Tietê mostrou que todos os projetos devem ter começo, meio e fim, e que todas as vitórias devem ser comemoradas ruidosamente. Aliás, é o que a SOS- Mata Atlântica está fazendo ultimamente. O Projeto Tietê falhou por não ter fim. Aos poucos as pessoas foram se desinteressando. Disse, também, que precisávamos nos preparar para fazer par- cerias com o Governo do Estado de São Paulo, na gestão das unidades de conservação.

Vice-presidência

24 novembro 1996

P.S. 2009: Essa previsão sobre a extensão da minha vida felizmente falhou. Já tenho 87 anos e minha expectativa é de alcançar os 90. Amém.

Lá pelas 10h recomeçamos a reunião. Discutimos reformas a serem feitas na estrutura da SOS–Ma-ta Atlântica. Vou ser vice-presidente, de uma pequena diretoria. Aceitei. Não aceitaria a Presidên-cia, que, aliás, me foi oferecida insistentemente há dois anos, pois quero preservar a maior parte do meu tempo para estudos, fazer livros, viajar. Não terei vida longa pela frente. Já tenho 74 anos!!

Eficiência

23 maio 1998

IGUAPE, SP – Houve reunião na Câmara Municipal. Estavam presentes umas 100 pessoas. Era uma homenagem da Prefeitura de Iguape à SOS–Mata Atlântica, que está promovendo o desenvolvi-mento ecoturístico da Região do Lagamar. Estavam presentes, entre outros, o prefeito de Iguape, Jair Young Fortes, o prefeito da Ilha Comprida, Décio Ventura, e o prefeito de Pariquera–Açu, Orlando Milan. Todos têm interesse em fomentar o ecoturismo. Fiz uma pequena palestra sobre as unidades de conservação e a necessidade de ter um mecanismo de gestão que permita fazer das mesmas um mecanismo muito mais eficiente que o atual. Depois visitamos a sede local da SOS–Mata Atlântica. Há lá uma excelente maquete histórica de Iguape.

Parceria

27 janeiro 1999

SÃO PAULO, SP – De manhã houve reunião na SOS Mata–Atlântica, dessa entidade e da Conserva-tion International do Brasil. Está sendo selada uma parceria entre ambas entidades, para a defesa da Mata Atlântica. Vai ser ótimo. Todos são amigos. Haverá nessa parceria grande vantagem para a proteção à Natureza. Gostei de ver minha ex-orientada da pós-graduação, Heloisa Helena de Oli-veira, com uma atuação cada vez maior na Conservation International. Estavam lá também meus amigos Roberto Brandão Cavalcanti e Russ Mittermeier, da Conservation International.

Fragmentos

27 março 2000

À tarde, na SOS–Mata Atlântica, fizemos a primeira reunião da Aliança Conservation International e SOS–Mata Atlântica. Foi uma boa reunião. Estabelecemos que todos os recursos arrecadados pela Aliança serão 20% para despesas administrativas, repartidas pelas 2 entidades (10% para cada uma).Salientei a importância de estudar os fragmentos florestais no Sudeste e Sul. Há 7.500 fragmentos com mais de 25 hectares cada um, no Estado de São Paulo, segundo Márcia Hirota. Para minha surpresa, Mittermeyer e os outros acharam muito importante estudar os fragmentos!!! Deus seja louvado, pois este é um caminho importante ao qual venho me dedicando ao estudar as pequenas populações Meliponínias.

Motivação

26 março 2001

A SOS obteve também notável vitória no Estado do Rio de Janeiro. Há dois anos, suas imagens de satélite denunciaram imensa destruição de florestas, na Região do Vale do Rio Paraíba do Sul, atrás de Petrópolis, Teresópolis etc. Agora, a imagem mostrou uma perda mínima de somente 2 ou 3 mil hectares por ano!! Ao que nos pareceu, na reunião, isso se deve ao fato de que o povão rural

se motivou com as denúncias da SOS e muitas pequenas organizações passaram a agir em defesa das florestas. Márcia Hirota sobrevoou o Vale do Paraíba e outras regiões, constatando apenas duas ou três derrubadas com algumas centenas de hectares. As derrubadas restantes foram apenas de “fundo de quintal”.

Moderador

Na reunião, Klabin e Capobianco discutiram bastante, sobre administrações passadas. Cada um dos presentes opinou sobre como vê a organização ideal para a SOS–Mata Atlântica. No total as divergên-cias foram pequenas. Os presentes salientaram a contribuição financeira e administrativa de enorme valor do presidente Roberto Klabin, mas acham que a SOS precisa ter rumos mais intensos, em matéria de política ambiental. No final, com enorme surpresa para mim, todos me escolheram para conver-sar com eles e propor uma reorganização na SOS, que venha a traçar rumos mais consistentes para o futuro. Data da reunião: 3 a 4 de julho. Durante o encontro, disse que era necessário fazer novas campanhas (muito bem-sucedidas no passado), para galvanizar e atrair novos diretores e associados.

Mídia

(...) Representei a Diretoria na reunião da outorga de prêmios de jornalismo, sobre a Mata Atlân-tica. Foi muito interessante. Os seis jornalistas premiados têm valor. Fizeram bons trabalhos. Fiz breve discurso sobre a importância da mídia para o meio ambiente.

Forte rompimento

Às 14h15 já estava no Palácio dos Bandeirantes. Depois chegaram os outros membros do Conselho Diretor da Fundação SOS–Mata Atlântica. No grande salão de despachos houve a reunião, sob a Presidência do governador Geraldo Alckmin. Estavam também lá os secretários Ricardo Trípoli, do Meio Ambiente, e Antonio Carlos Mendes Thame, dos Recursos Hídricos. No tocante à SOS–Mata Atlântica, os presentes eram: Roberto Klabin (presidente), eu (vice-presidente), João Paulo Capo-bianco, Fabio Feldmann (ex-secretário), Mario Mantovani, Maria Antonia Magalhães.

Mario Mantovani leu um documento criticando severamente diversas ações do Secretário Trípoli. Assim, por exemplo, disse que foi permitido ao Município de Bertioga dar licenças de desmata-mento e ocupação, ilegalmente. O Convênio com o Estado, segundo Capobianco, só foi cancelado depois que as licenças foram dadas. No Projeto de Lei sobre os Mananciais, o secretário ficaria com o poder de “negociar” livremente com os proprietários a desocupação de terras, o que poderia dar lugar a muitos abusos etc. O documento disse que a SOS–Mata Atlântica rompe com a direção da Secretaria do Meio Ambiente. O secretário Trípoli procurou se defender moderadamente, mas logo os debates foram encerrados, quando o Governador disse que estudará o assunto. O ambiente da reunião era de intenso constrangimento. Contudo, muito civilizadamente, ninguém levantou a voz ou se irritou. Se houvesse moscas voando, elas poderiam ser ouvidas. Foi tudo muito civilizado e penoso, mas as críticas à Secretaria foram muito fortes.

Embora eu não tivesse lido o documento antes da reunião, declarei, na sala de espera, que acompa-nharia a decisão do Conselho da SOS. Capobianco foi o autor do documento, que está bem escrito.

17 maio 2001

7 junho 2001

25 outubro 2001

P.S. 2009: Poucos dias depois, o Secretário pediu demissão.

686

687

Com o "rompimento" com a Secretaria, minha posição de "Conselheiro" de administração da Cetesb fica insustentável. Disse ao Roberto Klabin e a outros que pedirei demissão do Conselho. Minha posição tem que ser clara, diante de meus colegas ambientalistas, apoiando-os.

Ética científica

9 novembro 2001

À noite houve uma reunião do Conselho Diretor da SOS-Mata Atlântica. Discutimos principalmente o Atlas, ainda em preparo, sobre a Mata Atlântica. O João Paulo Capobianco disse que os novos mapas, ora numa escala maior (50.000:1 ao invés de 200.000:1) estavam falhos, pois não mostravam as matas que estavam no estágio médio da sucessão ecológica. Após muitos debates, ficou claro que o Capô estava certo. Em consequência, os mapas dos Atlas, quase prontos, terão que ser refeitos. Mais vale reconhecer o erro, que mantê-lo. O desgaste será menor e é, sobretudo, o que manda a ética científica.

15 anos

16 novembro 2001

Estive na sede da SOS-Mata Atlântica. Dei uma entrevista sobre a Mata Atlântica, para um vídeo que será exibido na festa dos 15 anos da SOS, na próxima quinta-feira.

22 novembro 2001

Hoje houve enorme reunião no Memorial da América Latina, para comemorar o 15º aniversário da SOS-Mata Atlântica. Estavam lá umas 500 pessoas, a maioria estudantes e outras pessoas de Iguape e Cananéia, e de outros lugares do Lagamar Iguape-Paranaguá. Recebi um prêmio comemorativo e fui bastante aplaudido. A reunião foi boa e animada. Praticamente não se tratou de assuntos político-partidários ou algo assim. Conversei bastante com Milu Villela, chefe do Programa do Voluntariado, também homenageada. Admiro muito sua atuação cívica. Receberam prêmios, entre outros, José Pedro, almirante Ibsen Gusmão Câmara, Roberto Klabin (presidente), Padre João 30, Ruy Mesquita etc. todos pessoas de alto nível.

Sem conflito

10 abril 2002

À noite estive na reunião do SOS-Mata Atlântica, sobre a reorganização da Fundação. Foram escolhidos nomes para quatro Câmaras Técnicas. O presidente Roberto Klabin indagou sobre o meu novo cargo, de presidente da Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Disse-lhes que não ganhava nada lá, mas que eles tinham toda a liberdade de decidir a respeito. A SOS não quer participar de governos. Eles aceitaram minha permanência no Conselho da SOS sem problemas. Klabin me pediu para formalizar os convites a outras pessoas escolhidas para o Conselho e Câmaras da SOS-Mata Atlântica, pois vai viajar.

Revitalização

22 março 2004

No início de tarde, estive na SOS-Mata Atlântica, onde o Plínio e o Fábio Feldmann, principalmente este, me mostraram um grande programa de ações destinadas a revitalizar a SOS-Mata Atlântica. Programaram uma série de grandes eventos. A meta será ter cerca de 300 mil associados. A meu ver,

isso será muito útil e vale a pena pôr em prática esse plano. No momento, a SOS está sem muito movimento. Há algumas poucas atividades sobre o Rio Tietê, lançamento de livros e coisas similares.

Falta entusiasmo

EMBU DAS ARTES, SP – A Reunião final foi aberta a todos. Falaram para os já ambientalistas, com sugestões variadas para a atuação a favor do meio ambiente, que anda meio desmilingüida. Sugeri um esquema concreto de atuação: escolher assuntos prioritários, levar umas vinte ou trinta pessoas para falar com governadores e Ministros, comunicar-se com eles perante a TV. Se isso não servir, nada se conseguirá.

Penso que oferecendo aos governantes listas de questões ambientalistas, não conseguiremos nada, ou muito pouco. Temos que escolher apenas uns três ou quatro assuntos e agitá-los perante o "respeitável público" e os governantes. Falta impacto. Falta entusiasmo. (...)

O que me parece é que uma associação que tem 100 mil associados, que usam o cartão de crédito Bradesco-Visa-SOS-Mata Atlântica, poderá programar também grandes campanhas públicas ambientalistas, como, aliás, já fez no passado em relação à Jureia e ao Rio Tietê..

Ebulição

Fui depois ao aniversário do José Pedro de Oliveira Costa, na residência dele. Estavam lá o Fábio Feldmann, o Roberto Klabin (SOS-Mata Atlântica), Roberto Smeraldi (Amigos da Terra), Rodrigo Mesquita (ex-Estadão), Mario Mantovani (SOS-Mata Atlênatica), Fredmar (Cetesb), Adriana Mato-so (Instituto Florestal), Clayton Lino (Reserva da Biosfera) e eu.

O grupo é o cerne da SOS-Mata Atlântica. A conversa foi intensamente sobre política-ambiental e liderada pelo Rodrigo Mesquita, que agora não trabalha mais no *Estadão*, mas que continua no campo das comunicações. Ele nos convenceu, a todos nós, que o mundo atual está em subterrânea ebulição política e cultural. Não sabemos o que poderá ocorrer no meio disso tudo. Contudo, deveríamos contratar um profissional de nível superior com experiência e dinamismo, para movimentar campanhas ambientais e despertar mais a atenção do povo, através de mídia, para os nossos ideais. Fiquei com a impressão de que a SOS-Mata Atlântica poderia financiar essa nova campanha ambiental. Tive ocasião de dizer que ultimamente houve no mundo grandes desastres (tsunami com marés gigantescas que mataram 250 mil pessoas, assassinato da ambientalista freira Doroty no Pará, aquecimento climático etc.) que sacudiram o mundo e mostraram, com as derrubadas enormes na Amazônia, a necessidade de proteger o meio ambiente.

Substituição

Almoço com o presidente da fundação SOS Mata Atlântica no Restaurante Parigi

A conversa, que era algo difícil, também correu bem. Roberto Klabin militou na antiga Oikos, uma entidade ambiental linha-dura, no período militar, contrária à situação então vigente. Até hoje ele é linha-dura. Pensa que devemos pressionar duramente o Governo, para conseguir algo. Ele me disse que eu prefiro agir negociando soluções, no bom sentido, é claro. Não acredita na eficácia da minha linha.

20 janeiro 2005

15 março 2005

8 fevereiro 2006

Como fecho da minha conversa, mas alegando apenas a minha idade (83 anos), pedi que ele me substituísse por outra pessoa como vice-presidente da SOS-Mata Atlântica. Disse-lhe, também, que não estou saindo da SOS-Mata Atlântica, da qual sou um dos raríssimos fundadores sobreviventes. A SOS, embora eu não lhe tenha dito isso na conversa, faz muita coisa boa. A conversa, repito, terminou bem, amigavelmente. Como sempre, entre nós. Ele concordou em me substituir por outra pessoa, na Vice-Presidência da SOS-Mata Atlântica, mas disse que isso será feito mais adiante.

Manguezais

28 agosto 2006

Aprovamos o nome de Yara Noveli, professora aposentada do IB-USP, especialista em manguezais, para chefiar um programa destinado a proteger áreas importantes ao longo da costa da Mata Atlântica. Haverá um Fundo Especial para esse fim. Conversei depois com a Yara Noveli sobre o meu projeto de salvar o maior manguezal do Estado de São Paulo, atrás da cidade de São Vicente e parte de Santos. Ela também é favorável a isso.

Mais divulgação

8 outubro 2007

Fui a uma reunião geral da SOS-Mata Atlântica, com umas 25 pessoas presentes. (...)

Quando foi a minha vez de falar, disse-lhes que a meu ver há dois grandes assuntos com os quais devemos nos preocupar. Um, eram as questões administrativas, que já haviam sido expostas. O aumento do número de associados, 1/3 a mais, mostra que estamos bem. São 150 mil associados, com o cartão Visa como comprovante de ser sócio da SOS Mata Atlântica.

Contudo, salientei haver outra questão. Temos que divulgar mais nossas atividades no campo da política ambiental. Tivemos duas grandes vitórias. Uma foi a aprovação da Lei da Mata Atlântica. Outra foi a vitória da divisão do Ibama e a criação do Instituto Chico Mendes, extremamente importante, ao qual dediquei meus esforços, e o Mário Mantovani e a Marcia Hirota da SOS também. Contudo, a participação da SOS nessa luta passou despercebida pelo grande público. Isso foi um erro, pois nossas atividades referentes à política ambiental devem ser da maior importância. Marcia Hirota relatou e salientou, a respeito da criação do Instituto Chico Mendes, as atividades dela. Merece parabéns, mas só agora fiquei sabendo. Eu também trabalhei muito no mesmo sentido.

WWF–Brasil
Monos

Reunião na sede do WWF (World Wildlife Fund) estreita relações com a Sema – Secretaria Especial do Meio Ambiente.

26 setembro 1983

WASHINGTON, EUA – (...) Conversei lá com Mary Grady, Álvaro Uñana, da Costa Rica (que recebeu com um colega o prêmio Paul Getty de 1983) e com Russel Train. Eles me deram a boa notícia de que aprovaram a aquisição da Reserva de Caratinga-MG, onde existe uma população de monos e outros macacos. Era um velho sonho dos conservacionistas mineiros. Disse a eles que o preço era razoável (500 dólares por hectare), o que os deixou aliviados.

Carnaúba

FORTALEZA, CE – Antes do almoço, conversei com o presidente do Banco do Nordeste, Camilo Calazans, com Renato Lima Aragão da área ambiental da Superintendência do Desenvolvimento do Ceará e com Enéias, subchefe de Gabinete do BNB. Solicitei recursos para a compra de terras em Russas-CE, destinadas à Estação Ecológica da Carnaúba, por 15 mil dólares. Entreguei a Calazans o nosso pedido de fundos ao WWF-US, para esse tipo de ajuda, dizendo que o melhor seria o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) comprar a terra (aproximadamente 500 hectares); o WWF-US ajudaria na instalação. Em tese, parece que ele concordou.

20 dezembro 1984

P.S. 2009: Infelizmente a compra não se efetuou.

Urgência

WASHINGTON, EUA – Almocei com Tom Lovejoy no Restaurante Nora, muito bom. Conversamos sobre problemas conservacionistas brasileiros. Sugeri que a ajuda a ser dada à implantação de Estações Ecológicas etc. fosse condicionada a uma participação brasileira nos recursos a serem dados. Dessa maneira, ficará mais difícil aos nossos burocratas cortar verbas brasileiras destinadas a essas unidades. Não podemos deixar de implantar com urgência as Estações Jutai, Juamí e Niquiá, mas sempre esbarro no problema de que os recursos em cruzados são disputados por outras áreas da própria Sema, o que cria constrangimentos e resistências.

27 junho 1986

Jóias das Coroa

BRASÍLIA, DF – Assisti a um ato, no Palácio do Planalto, de lançamento do mapa com a localização das unidades de conservação federais. Conversei brevemente com o presidente da República, Itamar Franco. Eduardo Martins, chefe da WWF no Brasil, disse ao presidente que eu era responsável pela criação de muitas das unidades que constam do mapa. Respondi que uma andorinha sozinha não faz verão. O presidente é uma pessoa simpática, de fala mansa. Falei também com o ministro do Meio Ambiente, Henrique Brandão Cavalcanti, que estava lá. Ele disse ao presidente que eu estava planejando a criação de novas unidades. Foi uma reunião breve, mas interessante. Eduardo Martins, que patrocinou o mapa, junto com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), citou também uma frase minha sobre as unidades de conservação: – “São as joias da coroa”.

5 dezembro 1994

Conselho Técnico

SÃO PAULO, SP – Almoçaram comigo José Roberto Marinho, diretor de *O Globo*, e Garo Batmanian, ex-funcionário da Sema. Fui convidado por eles para chefiar o Conselho Técnico da World Wildlife Fund – WWF brasileira. Aceitei. Tivemos uma conversa ampla e agradável.

17 abril 1996

Vice-Presidente

Reunião de fundação do WWF-Brasil no L’Hotel

SÃO PAULO, SP – Estavam lá umas 15 pessoas, entre as quais José Pedro de Oliveira Costa, Christina

30 agosto 1996

Carvalho Pinto etc. O presidente é o José Roberto Marinho. Fui eleito vice-presidente. O diretor executivo é o Garo Batmanian, meu ex-funcionário na Sema.

Por sugestão minha, não apenas os sócios, mas também os membros do Conselho Diretor e do Conselho Consultor, não responderão pelas obrigações da sociedade. Não teria graça nenhuma ter que pagar se a sociedade for mal gerida. Vou, porém, propor o estabelecimento de sistemas severos de controle, para evitar erros de gerência. Será injusto pagar por coisas fora do nosso controle, mas é necessário tomar medidas para evitar erros. Já na próxima semana vou cuidar disso na sede do WWF brasileira, em Brasília.

Mosaico

18 junho 1997

BRASÍLIA, DF – À tarde houve reunião da Diretoria do WWF-Brasil. A reunião foi principalmente sobre como aumentar a receita da entidade, que trabalha em 45 projetos ambientais. Já tem uma receita anual de milhões de dólares, mas ainda necessita de mais dólares. Como tive ocasião de dizer, isso é bem mais do que o orçamento anual da SOS-Mata Atlântica!!

Após votos e discussões, ficou acertado que se faria uma cobrança a 200 pessoas, para que cada uma contribua com muitos recursos.

Houve a apresentação de temas, ou seja, de metas. A deste ano vai ser o reforço das unidades de conservação, com ênfase no Parque do Jaú.

Durante a reunião, tive ocasião de me queixar da Rede de entidades tradicionalistas (Funatura, FBCN e outras) que estão bloqueando o projeto do Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) na Câmara dos Deputados. Esse projeto estaria parado na Casa Civil, fora da Câmara, o que parece estranho.

O pessoal que trabalha no WWF gostou muito de minhas intervenções. A Sandra, que mora na Inglaterra, me deu parabéns e perguntou como eu era tão evoluído, ao contrário de outros, da minha idade, que são conservadores e querem retirar as populações tradicionais das Unidades de Conservação. Proponho a solução do mosaico, ou seja, deve haver em cada lugar protegido, em que houver populações humanas, um mosaico de diferentes tipos de unidades de conservação. Assim, essas populações ficarão protegidas, com certas restrições de uso, enquanto em outras áreas sem gente a proteção será mais estrita.

Falta de carisma das ONGs

24 março 2000

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui à sede da Globo, junto ao Jardim Botânico, onde se realizou uma reunião da direção da WWF Brasil. A WWF tem um orçamento anual, umas duas ou três vezes maior que o da SOS-Mata Atlântica. O poder executivo está nas mãos de Garo Batmanian, que trabalhou comigo na antiga Sema. Tenho bom relacionamento com ele. José Roberto Marinho é o presidente, amável e cauteloso, como deve ser um presidente. Mario Frering é o 1º vice-presidente, muito eficiente. Sou 2º vice-presidente. Cristina Carvalho Pinto, conselheira e publicitária, é brilhante. Fez ótimo relato sobre tendências, marketing etc. É um pessoal sério e muito bom.

Contudo, como ficou claro na reunião, falta mais ação ambientalista. Deixamos passar excelentes oportunidades há dias, quando o povo carioca protestou em grande número, junto à Lagoa Rodrigo de Freitas. Houve lá grande mortandade de peixes devido a esgotos. Sugerir criar uma *task force* (força-tarefa). Também propus fazer algo para a criação da Guarda Costeira, velha ideia minha e de outros, até agora sem resultado. Também José Roberto Marinho tentou algo, inutilmente. Essas ideias vão dar em nada. Contudo, a WWF tem feito coisas boas, com bons projetos, mas falta dar mais carisma a essas iniciativas. José Roberto gostou quando lhe disse que precisamos aproveitar “acontecimentos carismáticos”, como a morte de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas. Aliás, a mesma sugestão é válida em relação às outras ONGs de centro.

Ruralistas pela Biodiversidade

SÃO PAULO, SP – De manhã, com Rubens Resstell fui ao Aeroporto de Congonhas, onde recebemos o Garo Batmanian, diretor do WWF-Brasil.

Fomos à sede da Sociedade Rural Brasileira, junto ao Parque no Anhangabaú. Tivemos lá uma proveitosa reunião com diretores da SRB: Luiz Hafer (presidente), Claudio Braga Ribeiro Ferreira (vice-presidente), Eduardo Pires Castanho Filho (Fundo Florestal) e o Diretor Jurídico. Vamos fazer um convênio ou algo assim, visando proteger as florestas, as águas e, por minha sugestão, também o solo. Foi uma idéia muito boa do Hafer e do Resstell, que não querem ver a Sociedade Rural Brasileira isolada dos grandes movimentos do mundo contemporâneo. Isso também interessa muito ao WWF, pois são os ruralistas os que mais defendem ou podem defender a biodiversidade nas suas terras.

Além de micos, matas ciliares

BRASÍLIA, DF – Monsã me esperava no aeroporto. Levou-me à Reunião da WWF do Brasil. Foi presidida por José Roberto Marinho, Presidente da entidade. Primeiro foi feita uma exposição sobre o mico-leão-dourado, em Poço das Antas (RJ). Foi comemorado o milésimo Mico-Leão, com muitas publicações, alguns vídeos e fotos, primeira página da revista Time etc. Falei que tudo isso estava bem, mas que me haviam dito, na Reunião do Conama em Joinville, que os predadores estavam diminuindo a população desse mico. O diretor executivo Garo Batmanian explicou que havia predação em algumas áreas com muitos micos, mas que a situação geral era boa.

Garo Batmanian fez uma exposição detalhada de um plano para que a WWF-Brasil venha a apoiar e incentivar os comitês de bacia e outros aspectos da nova lei de recursos hídricos. Sugerir que a WWF-Brasil apresente nos comitês projetos para o plantio de matas ciliares. Vai haver muitos recursos financeiros para saneamento básico (importantíssimo) e outros aspectos do uso da água e da proteção das bacias hídricas.

Cervo e lobo-guará

De manhã fui à sede da WWF do Brasil (World Wildlife Fund), em Brasília, atrás de Igreja do Perpétuo Socorro. Sou o 2º vice-presidente da entidade. Juntamente com o Roberto Messias Franco chefiamos uma Comissão da Diretoria para rever aspectos científicos dos programas. O doutor Garo Batmanian e também Leonardo Lacerda fizeram uma apresentação geral dos Programas da entidade. Depois,

19 abril 2000

2 julho 2001

13 junho 2002

com outros técnicos, expuseram os detalhes. Os Programas estão bem feitos. Contudo, Roseli Ma-deira se queixou que a ação de proteção não tem mais recursos, embora até há pouco tivesse muita atividade na Chapada dos Veadeiros, no Município de Alto Paraíso e Municípios vizinhos. Disse a ela que propomos uma atuação maior na Chapada dos Veadeiros. Acrescentei que ela deveria escolher a proteção do Lobo-Guará como bandeira de ação para angariar recursos. Estamos vivendo numa época de bandeiras ambientalistas: o Panda, o Tigre, o Elefante, os Rinocerontes etc. Deveríamos eleger o Cervo como bandeira no Pantanal, e o Lobo-Guará como bandeira nos cerrados.

Educação e comunicação

Irineu Tamaio fez uma exposição muito clara e incisiva, sobre as diferenças entre Educação-forma-ção nas escolas e comunicação educativa (nas TVs e jornais). A educação-formação seria feita em escolas, nos entorno das unidades de conservação. A comunicação educativa teria como público principal as populações urbanas e se utilizaria da mídia (TV, revistas, jornais). Roberto Messias e eu concordamos e até acrescentamos argumentos favoráveis a essa orientação, que levaremos à Diretoria da WWF-Brasil.

Movimentação institucional

13 novembro 2002

No WWF-Brasil a situação está algo rarefeita. José Roberto Marinho se afastou da Presidência, de-vido às suas múltiplas atividades. Mário Frering está aqui, mas deve retornar à Inglaterra. Isso me deixa, pois sou o segundo vice-presidente, como o diretor mais graduado. Recebi um telefonema de Paulo Cezar Andrade, também diretor, dizendo que as mudanças na parte executiva foram tomadas sem uma reunião da Diretoria. O Garo foi substituído pelo Roberto Messias Franco. Todos os funcio-nários (50) fizeram um manifesto a favor do Garo, embora respeitando o Roberto Messias Franco.

14 novembro 2002

Seja como for, a situação é tensa e, a meu ver, algo difícil. A WWF-Brasil deverá receber uma ajuda de milhões de dólares para instalar “de fato” novas unidades de conservação na Amazônia.

Disciplina ambiental no Brasil

20 novembro 2002

SÃO PAULO, SP – De manhã, até o começo da tarde, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Diretor da WWF do Brasil.

Roberto Messias Franco, meu sucessor na antiga Sema, será o novo secretário executivo. Acon-selhei que o Roberto tenha plenos poderes para negociar uma nova estrutura administrativa. Ele recebeu esses poderes e se saiu bem.

Durante essa reunião, conversei longamente, em inglês, com o doutor Peter Kramer, da área cen-tral do WWF. Contei como as coisas funcionam aqui, em matéria de Poder Público, Ministério do Meio Ambiente, Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), Legislação Ambiental. Eles não têm lá fora, em geral, noção do quanto estamos adiantados aqui, no setor ambiental

Dentro de dias, o Projeto Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) de Unidades de Conservação na

Amazônia enviará ao Brasil cerca de dezesseis milhões de dólares. Contudo, a crise econômica, neste momento, deve ter assustado o WWF na Europa e nos EUA.

Congraçamento

BRASÍLIA, DF – Passei o dia na sede do WWF-Brasil. Passamos em revista e discutimos quase todos os Programas da entidade e suas metas, com os técnicos que cuidam deles.

A princípio havia algum tipo de respeitosa atmosfera, por parte desse pessoal. Depois, porém, o gelo se rompeu e houve uma animada troca de ideias. Houve um congraçamento geral. Isso foi muito bom. Eu estava lá representando o Conselho (sou o Vice-Presidente da WWF-Brasil). O Roberto Messias Franco, novo Secretário-Executivo, também participou. No final, comentei perante todos um fato, que muito me impressionou e que antes eu desconhecia. Na área ambiental, o WWF-Brasil é como se fosse um Governo paralelo, colaborador, que ajuda muito e complementa o Governo real.

Opiniões

Houve, de manhã e à tarde, a reunião da Diretoria do WWF-Brasil. Estavam lá todos. Durante ho-ras os técnicos do WWF expuseram os seus programas. Tive a impressão, e disse isso novamente, que a entidade é um Governo paralelo, tal a imensidão teórica de seus programas. Várias vezes o novo presidente, Mário Frering, pediu minha opinião sobre os assuntos em discussão. Sobre o Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação), o Roberto Messias Franco, secretário geral, disse que deveríamos ver se era possível dar mais autonomia às Unidades de Conservação dentro do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).

Minha proposta ao Conselho Diretor do WWF-Brasil foi sugerir que a entidade seja favorável ao Ibuc, mas com moderação e cuidado. Essa proposta foi aprovada, com o franco apoio do José Ro-berto Marinho e do Mário Frering, além dos demais diretores.

Apoio

Conversei com o secretário executivo Roberto Messias Franco sobre várias questões ambientais. Ele é simples e alegre, bem disposto com a vida. Ficou muito contente ao saber da minha proposta referente à criação de um Comitê Assessor (ou Auxiliar) das Unidades de Conservação do Ibama. A meu ver seria um primeiro passo para o Instituto da Biodiversidade.

Responsabilidade

SÃO PAULO, SP – De manhã fui à Câmara de Comércio Brasil-EUA (Amcham), onde me encontrei com Guilherme Leal. Houve uma teleconferência internacional, a primeira da qual participei. As relações do WWF-Brasil com o WWF-US e também com a direção do WWF-internacional na Su-íça são extremamente importantes. Hoje há maior tentativa de aproximação de opiniões. Se não houver acordo, o WWF-US vai repassar cerca de 18 milhões do Projeto Arpa diretamente para o Funbio. Se, por outro lado, o Projeto correr bem, a Fundação Moore (dos EUA) poderá depois enviar mais de 80 milhões de dólares, ao que parece.

3 dezembro 2002

18 dezembro 2002

P.S. 2009: O IBUC seria o Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação. A idéia levou cerca de 7 anos para amadurecer. Mas terminou vitoriosa com a criação do Instituto Brasileiro de Biodiversidade Chico Mendes, por iniciativa da Ministra Marina Silva.

18 fevereiro 2003

15 abril 2003

O Projeto Arpa é para a criação de novas unidades de conservação na Amazônia. Para o WWF do Brasil é extremamente importante participar do Arpa, mas não podemos ceder num ponto crucial: não podemos ser responsabilizados por erros e falhas de terceiros (no caso o Ibama e o Funbio), sobre os quais não temos controle. (...)

Os primeiros debates mostraram as diversas opiniões existentes. Bill Reilly, presidente do Board da WWF-US, participava do debate pelo telefone apenas, enquanto os outros tinham suas imagens projetadas ao vivo, pois estava em outra parte dos EUA. Finalmente, por proposta do Claude Martin, resolveram ouvir cada membro da “delegação” brasileira. Quando falei, disse com a maior franqueza algo que nós no WWF-Brasil não admitíamos abertamente aos outros WWF por se tratar também de um assunto muito pessoal. Afirmei francamente que não podíamos nos responsabilizar pelas ações de terceiros porque poderíamos ser responsabilizados pessoalmente e perder nosso patrimônio pessoal “como manda a legislação americana”. Essa extrema franqueza deu resultados.

Com grande e feliz surpresa, Bill Reilly declarou: – “Se é assim, retiraremos a responsabilidade pessoal dos diretores brasileiros. Ficará apenas a responsabilidade da instituição WWF-Brasil”.

Foi um alívio geral. Todos concordaram e passamos a discutir a redação da respectiva cláusula sobre a Responsabilidade no Projeto Arpa. Xico Mussnich obteve a isenção de responsabilidade também para os Conselheiros e funcionários do WWF-Brasil.

Terminou assim, muito satisfatoriamente, uma tremenda e angustiante questão da maior importância para a Amazônia, para os vários WWF e para nós pessoalmente. Trabalhamos de graça (os Conselheiros e Diretores) e não teria sentido perder nosso patrimônio pessoal (e familiar) por possíveis erros e falhas do Ibama.

Entidade-mãe

Reunião da Diretoria do WWF-Brasil com representantes do WWF-Internacional

FERNANDO DE NORONHA, PE – De manhã fomos ao Centro de Visitantes do Projeto Tamar (de proteção às tartarugas). O Peter Kramer, representante do WWF Internacional, fez uma palestra sobre a complexa organização da entidade-mãe. No board dirigente há três grandes doadores de recursos, ou melhor, seus representantes, no caso o WWF-US, WWF-UK (Reino Unido) e WWF-Holanda. Há também outros doze membros, representando outros países associados ou parceiros. No final das contas, eles têm as mesmas dificuldades e problemas a resolver, como qualquer governo ou empresa de grande porte.

Amém, amém

Conferência realizada durante viagem da Fazenda Jatiara, em Luziânia (GO), a Brasília.

VALPARAÍSO DE GOIÁS – No caminho, em Valparaíso, paramos o carro para que eu participasse de uma conferência telefônica com José Roberto Marinho, Mario Frering (Presidente), Roberto Paulo Andrade e Peter Kramer, sobre o novo Secretário Executivo da WWF-Brasil. Usei meu telefone

celular, cuja nova pilha agüentou cerca de meia hora de conversas. Manifestei-me a favor da contratação da Denise Hamu. Ela foi aceita por 5 votos contra 1 favorável ao Leonardo.

O Leonardo tem pela frente um ótimo futuro, no WWF internacional, na Suíça. Como diz o ditado, entre mortos e feridos todos se salvaram (ou vão se salvar). Amém, amém. Nós brasileiros somos conciliadores por nossa cultura, graças a Deus!

Correção

BRASÍLIA, DF – De manhã saí do Hotel, após o café, e fui à sede da WWF-Brasil. Cheguei algo atrasado à reunião. O Conselho Diretor estava quase completo e em certo momento chegou a ficar completo, coisa raríssima. Passamos em revista as finanças e outros aspectos da administração do WWF-Brasil. A situação é boa, embora tenha ficado algo tensa com essa troca de ideias com o WWF-US, assunto principal (parece) da viagem do diretor geral Claude Martin ao Brasil. Durante a reunião fui ficando preocupado com o fato de que sou Vice-presidente da WWF-Brasil e Coordenador do Setor de Conservação, sem que tenha opinado e discutido as decisões (numerosas) nessa área, por parte do Staff da entidade. Em certo momento, falando muito calmamente, comentei esse fato e cheguei até a dizer que estaria pronto a passar o meu cargo a outra pessoa. O setor de finanças e o setor de marketing já estão funcionando muito bem, enquanto o setor de conservação apenas começou a funcionar em termos de ações e acompanhamento por sua parte no Conselho Diretor. Imediatamente o Presidente Mário Frering, os diretores José Roberto Marinho, Francisco Mussnich e outros me deram razão. Combinei depois com a Denise Hamu e com a Rosa que teremos brevemente uma reunião do Setor de Conservação. Disse a elas que estavam fazendo um trabalho muito bom, mas que era necessário resgatar minha parte do setor de Conservação da Natureza. Todos concordaram comigo e com a “correção” da falha existente. Com essa posição firme saí prestigiado, sem prejuízo do pessoal do staff técnico. De fato, como disse ao Conselho, não posso aceitar um cargo apenas simbólico(...)

Acordo sobre Arpa

Quando chegaram o Claude Martin, o Guilherme, o Mário Frering, a Denise Hamu e a Rosa, fomos recebidos pela Ministra Marina Silva. Havia uma tradutora para traduzir o inglês do Claude Martin. Todos se puseram de acordo sobre a enorme importância do Projeto Arpa para o Brasil e para o Planeta, pois através dele poderemos criar na Amazônia muitas unidades de conservação integralmente brasileiras. Foi um encontro importante, selando uma concordância “de fato” entre o Ministério do Meio Ambiente, o WWF-Intenacional e o WWF-Brasil.

Antes de terminar o encontro me perguntaram o que eu tinha a dizer. Pensei rapidamente e disse: o Arpa vai proporcionar a oportunidade para fazer mosaicos de unidades de conservação, com a presença, no mosaico, de Reservas Extrativistas (ao lado das unidades integrais do Arpa). Isso dará um caráter social ao mosaico, a meu ver. Parece que a Ministra gostou da idéia.

100 projetos

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, houve uma reunião num dos escritórios da Globo, no Bairro do Jardim Botânico. A Rosa de Sá Moreira fez uma longa exposição sobre os mais de 100 projetos

18 dezembro 2003

P.S. 2010: Na conversa por telefone internacional de 15 de abril de 2003, as questões mais difíceis com o WWF-US já haviam sido resolvidas. Mas adiante, em 5 de setembro de 2004, Claude Martin, presidente do WWF-internacional, fez grandes elogios aos membros do WWF-BR

20 junho 2003

21 agosto 2003

05 março 2004

da WWF-Brasil. Como já lhes disse, a WWF-Brasil é um verdadeiro Ministério paralelo. Ao final da exposição, perguntei se havia recursos para pagar tudo aquilo. A eficiente secretária-executiva Denise Hamu disse que checkou tudo cuidadosamente e que somente foram incluídos os projetos com financiamento assegurado. A WWF-Brasil recebe recursos, na grande maioria dos casos, de fora do Brasil. Isso não tem, a meu ver, maiores problemas, pois o que recebe do exterior é proveniente de grandes Fundações muito conhecidas por sua seriedade. Além disso, os resultados todos ficam aqui. Ninguém pode nos acusar de favorecer qualquer país ou instituição perigosa ou pouco séria. O Projeto Arpa, o maior deles, tem por objetivo adquirir ou equipar novas unidades de conservação na Amazônia, onde a terra é de propriedade do Governo Federal ou Estadual, ou a eles será logo transferida. Assim, a WWF-Brasil é bem vista, pois favorece claramente a Federação Brasileira, sem qualquer problema de soberania com o Brasil.

Durante a reunião, interessei-me, principalmente, no Projeto Araupel, destinado a salvar o ecossistema da *araucária*. Eram 12 mil hectares, que há alguns anos foram invadidos, no Paraná, pelos sem-terra. Constituía a maior floresta de *araucária* no Brasil. A Rosa garante que sobraram lá grandes áreas de *araucária*, embora eu tenha ouvido notícias de que foi enorme a destruição havida ali. Não está muito longe do Parque Nacional do Iguaçu, que está mais a Oeste.

O José Roberto Marinho faz, agora, parte desse grupo de Diretores na Área de Conservação, reforçando muito o time.

Preferências

BRASÍLIA, DF – Passei o dia na sede do WWF-Brasil, para um workshop sobre o Cerrado. Estavam lá umas 20 pessoas, de umas quatro ou cinco entidades. A maioria era de gente da WWF-Brasil. Durante a reunião tive a oportunidade de discutir vários assuntos. A prioridade maior é conseguir implantar novas unidades de conservação. Estive sempre perto do Almirante Ibsen Câmara, com quem concordo ao pedir novas unidades de conservação, mas discordo ao achar ele, ao que parece, que as questões sociais podem ser menos importantes que as ambientais. Na minha opinião, a erradicação da miséria é o problema ambiental número 1. A miséria é incompatível com a boa qualidade de vida.

A situação dos bosques de *araucária* é muito preocupante. A região da empresa madeireira Araupel, junto ao Município de Quedas de Iguaçu, ainda tem uns 6 mil hectares de bosques de *araucária*.

Durante a reunião foram amadurecendo as ideias sobre a preservação em terras privadas. Soube que vários Estados também estão interessados em ter programas exequíveis e já partiram para isso!!! Boa notícia.

Projeto Arpa

Solenidade comemorativa à Semana do Meio Ambiente no Palácio do Planalto

Estavam presentes umas 150 pessoas. Assinei, em nome do WWF-Brasil, o Projeto Arpa, que visa criar 18 milhões de hectares em unidades de conservação. Assinaram também a ministra Marina

e Pedro Leitão, pelo Funbio. O dinheiro virá dos EUA pela Fundação Moore, WWF-US, WWF-Brasil, Funbio, Ibama. Todos os recursos do Projeto Arpa serão aplicados no Brasil. 50% em Reservas Extrativistas e Unidades de Desenvolvimento Sustentável e 50% em unidades de conservação do tipo integral (Estações Ecológicas e Parques), com a participação também de Estados.

Polinização

(...) Às 10h da manhã fui à sede da Cia. de Propaganda e Divulgação da Cristina Carvalho Pinto, a Full Jazz, para a Reunião do Setor de Conservação da Natureza do WWF Brasil. A doutora Rosa Lemos de Sá fez uma excelente exposição sobre o que está sendo feito no WWF Brasil. Estou de acordo, mas insisti em colocar como subprograma o projeto da Polinização. Pode dar um pouco de trabalho, mas no fim dará certo. A doutora Vera Imperatriz Fonseca, líder do Programa de Polinização na Federação Brasileira, estava presente. A polinização significa mais empregos na criação de abelhas e mais sementes e frutos nas árvores de interesse agrícola e também nas árvores das florestas nativas.

Acordo a cumprir

MIRANDA, MS – (...) Depois do almoço, falou o presidente do WWF-Internacional, Claude Martin, eologizando a atitude despojada e idealista dos membros do WWF-Brasil.

Cláudio Marretti falou sobre o grande Projeto Arpa. Esse Projeto vai receber inicialmente cerca de 18 milhões de reais. A agência alemã KfW vai também colaborar. Marretti foi bastante aplaudido após fazer uma descrição do que era planejado nesse Projeto. Com os progressos realizados, apresentou um resumo bom do que está previsto no informe.

O prezado amigo Claudio Marretti exagerou, a meu ver, no que se refere à capacidade de criar novas unidades de conservação. Disse também que no Projeto Arpa farão menos unidades de conservação de uso sustentável, que unidades de uso integral. Contudo, ele se esqueceu que teriam que ser 50% de áreas para cada um desses tipos de unidade de conservação. É um acordo que a Ministra Marina fez e que terá que ser cumprido.

Diversificar

SÃO PAULO, SP – De manhã houve reunião da Comissão de Biodiversidade da WWF-Brasil. Foi realizada na sede da agência de publicidade Full Jazz, cedida gentilmente pela Christina Carvalho Pinto.

Insisti, com apoio dos conselheiros, na necessidade de reduzir o número e extensão dos nossos trabalhos. Também o eficiente e cordial novo presidente Álvaro Souza, da WWF Brasil concordou. Aparentemente, porém, a Rosa insistiu na necessidade de ter atividades na Serra do Mar, na Mata Atlântica de São Paulo, onde o Estado opera com razoável eficiência.

Propus também que a defesa das matas de *araucária* passe a ser uma das prioridades da WWF-Brasil. É um ecossistema misto ameaçado no Sul e em pequena parte do Sudeste.

12 agosto 2004

5 setembro 2004

28 fevereiro 2005

08 junho 2005

Título de emérito

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, às 9h, começaram as reuniões do WWF-Brasil, na sede das Organizações Globo, no andar térreo.

Reuniu-se primeiro o Comitê de Nomeações chefiado por Mario Frering, com a participação do presidente Álvaro de Souza, José Roberto Marinho e eu. Eles me disseram, sobre a carta de demissão que enviei por estar próximo meu tempo de rodízio, que eu seria designado Presidente Emérito. Isso eu não esperava. Disseram, também, ter consultado o Claude Martin, na Suíça. Ele é o diretor geral do WWF Internacional. Imediatamente aceitei esse prêmio inteiramente, totalmente inesperado. Terei também ampla oportunidade de comparecer e trabalhar em qualquer setor do WWF-Brasil.

No meu lugar, como coordenador do setor de Conservação Ambiental, foi escolhido, também com o meu voto favorável, o Cláudio Pádua, presidente da ONG Ipê, que tem tido grande sucesso. Mais tarde disse a ele que eu iria começar hoje um sistema de recomendações ou sugestões à área técnica. Assim, na próxima reunião poderíamos perguntar o que foi realizado. É que as minhas indicações anteriores, sobre a preservação das áreas de florestas de *araucária*, ultra-ameaçadas, foram ignoradas. Em outras áreas, como a Chapada dos Veadeiros, parece que o mesmo vem ocorrendo. Como deixei de ser o coordenador, essas novas decisões cabem agora ao amigo Cláudio Pádua, mas continuamos a oferecer ideias.

Reestruturação do Ibama

Durante a reunião, manifestei, e outros diretores também, grande preocupação pela organização do Ibama. Cinco ou seis dos seus gerentes executivos foram presos, e um Diretor do Ibama também. O presidente do Ibama, Marcus Barros, é ótima pessoa, mas não é sempre obedecido pelos gerentes-executivos, nomeados por políticos locais. São eles que administram as unidades de conservação de seus territórios. Isso é ultra-perigoso e desastroso com certa frequência. É um cargo em comissão, de nomeação geralmente política. Evidentemente há gerentes executivos bons, mas outros são péssimos ou inexperientes.

O Presidente Álvaro de Souza pediu ao Cláudio Pádua para contratar um estudo sobre o Ibama e sua organização, para oferecer sugestões às autoridades e ao Congresso. Para o WWF-Brasil, que se ocupa muito da criação e desenvolvimento das unidades de conservação, a reestruturação do Ibama é de capital importância. contei que em anos anteriores propus a divisão do Ibama, com a criação do Ibuc (Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação). Falei a respeito com a ministra Marina Silva, mas naquela ocasião ela não se convenceu da necessidade dessa divisão, ou não achou a ocasião oportuna.

Desempenho

12 dezembro 2005

BRASÍLIA, DF – De manhã fui á sede do WWF-BR. Primeiro houve uma reunião do Comitê de Nomeação que avaliou o desempenho dos diretores e conselheiros da entidade. Para mim foi uma agradável surpresa saber que fui classificado por 13 votantes, entre os quatro conselheiros que receberam mais votos como um dos melhores. Talvez tenha sido o 2º mais votado.

No final da reunião, depois de muita discussão, foi concluído que dois dos conselheiros mais antigos devem deixar o cargo, para cumprir o rodízio estabelecido nos estatutos. Estou fora desse rodízio, pois já saí e hoje sou presidente emérito com assento e voto nas decisões. Assinei hoje o termo de posse. Saí na hora certa. Agora o Roberto Andrade, pessoa muito simpática, indicou que vai se demitir.

Saudável competição

Após a reunião do Conama, de manhã, fui à reunião de final de ano da WWF do Brasil. Sou presidente emérito, com direito a comparecer a qualquer reunião da entidade, o que faço com muito gosto. A WWF-Br quer ajudar a preservação do meio ambiente no Brasil, sem ter, por princípio, nenhum palmo de terra no país.

Houve um debate sobre a competição que existe, em vários lugares do planeta, entre as grandes ONGs. Isso não impede a existência de uma boa camaradagem entre elas. Mas cada uma quer ser a melhor, a que mais trabalha e a que tem maior prestígio. Essa competição me parece saudável. A WWF-Br tem bom poder de fogo. Deve receber no próximo ano uma boa quantia de origem alienígena, mas importante para o meio ambiente da Federação Brasileira.

OUTRAS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS

Appande

De manhã embarcamos para o Rio, onde chegamos com grande atraso, Lucia e eu. Assim, já começara a reunião da Appande (Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica), quando finalmente entramos no auditório da Universidade Católica. Falava José Lutzenberger sobre as suas teses referentes à incongruência do PNB (Produto Nacional Bruto) e outros cálculos e estruturas do mundo de hoje. Foi bastante aplaudido.

A horas tantas o Fuad Atala, de *O Globo*, Coordenador da reunião, cortou a palavra de Lutzenberger, por haver ultrapassado de muito o seu tempo. Sem pestanejar, Lutzenberger retirou-se da reunião, no que foi seguido por muitos dos presentes. Nesse momento de confusão, antevi o fim do Seminário. Mas Fernanda Colagrossi, presidente da Appande, teve a brilhante idéia de chamá-lo de volta, para terminar a Palestra. Felizmente ele atendeu ao pedido e assim o Seminário foi salvo de uma desastrosa cisão.

Falei logo a seguir, sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, salientando a necessidade de fazer ambos caminharem juntos. Falei também da importância da pesquisa básica ecológica e do que estamos fazendo nesse sentido. (...) Várias vezes fui aplaudido, principalmente quando afirmei que a Amazônia brasileira devia ser deixada para os brasileiros.

Greenpeace

Recebi a visita, ontem, do senhor Palácios e um companheiro, da Greenpeace, organização conservacionista muito ativa e cujos métodos são às vezes agressivos. Querem se instalar no Brasil e a conversa deles foi de caráter conservacionista pouco radical.

27 novembro 2007

29 junho 1979

13 março 1987

	Manifesto
28 março 1989	RIO DE JANEIRO, RJ – Fui à Sociedade Nacional de Agricultura, onde tomei parte na reunião dos ambientalistas "históricos". Vamos redigir um manifesto sobre a situação do meio ambiente no Brasil, principalmente no que se refere à Amazônia. Estavam lá o anfitrião Octavio de Mello Alvarenga, Luiz Emygdio de Mello Filho, almirante Ibsen Câmara, Vanderbilt Duarte de Barros, Fernanda Colagrossi (autora da iniciativa), professor João José Bigarella (Adea, PR). Almoçamos lá. Quando sai, às 16h45, já estava pronto um esquema de documento, contendo os fatos que nos deixam preocupados sobre a Amazônia, tais como o desmatamento desregrado que lá existe e que pode trazer um grande mal (para os climas etc.). Dissemos, finalmente, o que pode ser feito para controlar a situação. A esse propósito, sugerimos principalmente fazer um bom e efetivo zoneamento ecológico-econômico. Foi uma reunião muito agradável, em que todos colaboraram para a proposta a ser publicada nos jornais, nos próximos dias.
	Biodiversitas
21 fevereiro 1991	BELO HORIZONTE, MG – À tarde visitei a sede da Fundação Biodiversitas. Fiquei muito bem impressionado com o nível e a intensidade dos trabalhos que lá são realizados. A meu ver, é uma das melhores organizações conservacionistas brasileiras. Foi uma agradável constatação.
	Premiação ambiental
5 maio 1992	RIO DE JANEIRO, RJ – Participei de uma reunião do grupo do Selo Verde, presidida pelo João Fortes. A reunião foi muito produtiva, pois estabelecemos critérios mais severos para conceder a "indicação verde" e o "destaque verde" ao invés do "selo verde". Além disso, vamos tomar mais cuidado com as indicações ou sugestões que nos forem feitas para essa verdadeira premiação ambiental. O doutor Mauro Ribeiro Viegas ajudou muito nesse sentido. Algumas das propostas aceitas sobre a mudança de critérios foram minhas.
	Contemplados
28 outubro 1993	De manhã fui ao Rio de Janeiro, onde participei dos trabalhos do Selo Verde. Escolhemos os últimos contemplados, sem maiores problemas. Por proposta minha, a Fundação Boticário foi aprovada pelo apoio que tem dado a bolsas de estudo e pela ajuda a projetos ambientalistas.
	Krajcberg
28 julho 1992	COSMÓPOLIS, SP – No final da tarde fui ao escritório da UE (Usina Ester), onde me encontrei com Benjamin Sicsu, velho colega da Sematec (Secretaria do Meio Ambiente Tecnologia e Ciência) do DF, e Idiralcy Martins, assessor do governador do Espírito Santo. Conversamos longamente sobre uma nova entidade conservacionista-artística naquele Estado. Querem que eu participe do Conselho. Para mim é difícil assumir responsabilidades no Estado do Espírito Santo.

VITÓRIA, ES – A razão da minha viagem à Vitória é para discutir com o Governo do Estado a criação de uma Fundação ou Instituto destinado a guardar o acervo artístico do escultor Franz Krajcberg. Ele trabalha com troncos de árvores, raízes lenhosas e outros materiais naturais. Uma das suas esculturas, exposta no Palácio, mostrava um tronco queimado, semi-oco, vertical, todo talhado como se fosse uma seringueira, com os sulcos pintados de vermelho no fundo. É uma obra artística que me encantou. (...)	19 agosto 1992
Estão comigo em Vitória o industrial José Mindlin e senhora, talvez os maiores colecionadores particulares de livros do Brasil. O governador Albuíno Azeredo e sra. formam um casal simpático. Ele é um governador inteligente e capaz, que pôs em ordem as finanças do Estado.	
12h39 – Pousamos no alto do morro onde vai ser a sede da futura Fundação e Centro Cultural do artista Krajcberg.	20 agosto 1992
A construção do Centro Cultural Krajcberg vai exigir a derrubada da residência de verão do governador. Os postes com aparelhos para gerar energia elétrica a partir do vento, que seriam colocados sobre rochedos no mar, a meu ver constituirão uma agressão à natureza e são inteiramente desnecessários. Falei a respeito com o arquiteto Claudio Bernardes. A casa de verão não fará falta, mas os postes-ventoinhas no mar não devem ser aceitos. O arquiteto parece que concordou comigo.	P.S. 2009: Não tive mais notícias dessa nova entidade.
De lá fomos de carro, com o casal Mindlin, até o Palácio do Governo, onde houve uma reunião com o governador, solenidade semi-solene, em torno de uma grande mesa. Falamos sobre o evento. Depois o simpático Governador Albuíno nos nomeou membros de uma comissão para implantar uma entidade ambiental-cultural.	
Acqua	
RIO DE JANEIRO, RJ – Fui ao Rio-Atlântica Hotel, onde almocei com José Roberto Marinho e seu tio, meu velho amigo Rogério Marinho, Haroldo de Mattos Lemos, o Prof. Carlos Hartmann (UF Rio Grande), Martha Vanucci e mais umas 30 pessoas.	12 fevereiro 1993
Após o almoço, por proposta de José Roberto Marinho, fundamos o Instituto Acqua, destinado a proteger e pesquisar a natureza nas áreas úmidas terrestres e marítimas. Vai ser excelente, pois essas áreas precisavam de maior cuidado. Apresentei sugestões. Recebi uma atenção muito especial. Foi muito bom também conhecer o reitor Carlos Hartmann, da Univ. do Rio Grande. Ele me convidou para pronunciar lá a aula inaugural.	
Fernando Lee	
À tarde fui ao Instituto de Biociências-USP, onde falei com o diretor, meu colega professor Eurico Cabral de Oliveira. Está disposto a estudar uma colaboração com a Fundação Fernando Lee. Depois fui ao apartamento de Maria Rezende Lee, onde se realizou uma reunião do Conselho Diretor da Fundação Fernando Lee. A Fundação possui a Ilha dos Arvoredos, perto da Praia de Pernambuco, no Município do Guarujá, onde o meu falecido amigo Fernando Lee desenvolveu projetos e criou aves. Segundo me disse Aparecido, a colmeia de Jataí que lhe dei, há cerca de dois anos, está muito bem lá.	16 novembro 1994

P.S. 2010: Não tive comunicação da decisão final.

Houve uma difícil discussão sobre o prosseguimento ou a extinção da Fundação. Maria Lee não tem condições pessoais e financeiras para tocar a Fundação. Por outro lado o tesoureiro (agora vice-presidente) Bauer espera obter os recursos necessários à sua manutenção, com contribuições mensais de grandes firmas amigas do Fernando Lee.

Combinamos nos reunir dentro de 45 dias, aproximadamente, para ver se os donativos serão ou não suficientes para evitar a extinção da Fundação.

Paulista Viva

13 novembro 1995

À tarde fui à primeira reunião da Comissão Paulista Viva, presidida por Olavo Setubal. As discussões iniciais foram interessantes, mas houve uma tendência à dispersão de ideias. Olavo, porém, por ser superpragmático e enérgico, conseguiu estabelecer uma ordem de precedência de assuntos. Primeiro definiremos os limites territoriais de atuação da “Paulista Viva”. Sugi que considerássemos como nossa área de ação a avenida e os seus quarteirões lindeiros. Olavo gostou da sugestão.

Planeta Verde

20 novembro 1995

Estive na USP e na Faculdade de Direito (USP), para autógrafos do livro sobre Ação Civil Pública. Me puseram no Conselho do Planeta Verde, entidade dos promotores.

ISA – Instituto Sócio–Ambiental

26 abril 1996

SÃO PAULO, SP – No final da manhã fui à reunião do Instituto Sócio–Ambiental sobre as Unidades de Conservação. Falei sobre a importância das ARIEs, a necessidade de incluir no projeto as atribuições da APA, bem como sobre a boa notícia da substituição das Reservas Biológicas pelas Estações Ecológicas, feita pelo deputado Fernando Gabeira no seu projeto, e sobre mais algumas coisas. Dei ao deputado Gabeira cópia da legislação sobre as ARIEs e sobre as APAs.

Mananciais

25 novembro 2002

De manhã fui a uma reunião promovida pelo ISA (Instituto Sócio–Ambiental), dirigido por João Paulo Capobianco. Apresentou um diagnóstico, resultado de um seminário sobre a região das Represas Billings e Guarapiranga, base para a criação de unidades de conservação em 15% da área e na recomendação de outras medidas boas, de conservação dessa região de enorme importância ecológica. Há um milhão de pessoas ou mais, que vivem irregularmente lá.

História do ambientalismo

24 março 1997

CURITIBA, PR – Promovida pela Fundação Boticário, começou uma reunião, no próprio hotel, para colher dados sobre a história do ambientalismo moderno, na Federação Brasileira. Estavam presentes eu, almirante Ibsen Câmara, Thereza Jorge Pádua, Alceo Magnanini e Ademar Coimbra, entrevistados. Como entrevistadores estão Miguel Milan e Thereza Urban, principalmente esta

jornalista. A reunião é promovida pela Fundação Boticário.

P.S. 2009: Foi uma reunião extraordinária, muito agradável. Cada um de nós falou longamente sobre suas ideias ambientalistas e relatou fatos importantes, alguns até pitorescos. O livro resultante, “Saudades do Matão”, é uma fonte importante de informações sobre as origens do ambientalismo na Federação Brasileira. Foi extremamente agradável rever velhos amigos. Parabéns à Thereza Urban!! Ficamos alguns dias juntos num bom hotel, conversando, lembrando, rindo!!! Muito grato, Thereza Urban!!!

Bocaina

SÃO PAULO, SP – A Diretoria da Associação Pró–Bocaina veio aqui. Tivemos uma ampla conversa. Fui há dias eleito presidente, mas não gostei do sistema da operação, demasiado dependente do Ibama. Adriana Mattoso está contra a nova Diretoria, embora ressalve o meu nome. Os diretores são simpáticos, mas, repito, o sistema não é bom. Conversamos algumas horas. Disse que iria proximamente a Brasília, colher informações sobre possível ajuda à administração das ONGs.

13 abril 1998

Pensei muito e estou resolvido a não tomar posse da Presidência da Pró–Bocaina.

14 abril 1998

Finalmente foi enviada a minha demissão da Presidência da Associação Pró–Bocaina. Realmente, daqui de longe não poderia exercer essa Presidência. Além disso, não quero assumir novas responsabilidades, além das muitas que já tenho.

20 agosto 1998

A kombi

Comentário feito durante pronunciamento em Seminário sobre Água e Florestas na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo

21 março 2003

Quando falei também disse que nos anos 50 os ambientalistas de São Paulo cabiam numa kombi (carro para 10 pessoas). Agora, via diante de mim um auditório superlotado!! Encerrei minha fala dizendo que nós ambientalistas não podemos nos queixar de uma coisa: – De monotonia!!

Tamanduá

SÃO SIMÃO, SP – Recebi, na Fazenda Aretuzina, a visita de Armando Benedito, Maria Aparecida Pires Chilen e Silvia e Belizário. São pessoas muito interessantes e animadas. Fundaram aqui em São Simão uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) para lutarem pela motivação ambiental. É a Tamanduá Organização Civil Simonense. Têm ideias interessantes no setor de Meio Ambiente. Aconselhei-os a fazerem aqui uma Área de Relevante Interesse Ecológico, em convênio ou cooperação com a Fundação Florestal. Gostaram muito de ver o Totó, caitetu manso que acompanha a gente no pomar.

17 agosto 2003

Vai ser bom lidar com eles.

Ecoforça

12 dezembro 2003

CAMPINAS, SP – De manhã estive no Hotel Sleep Inn Galeria, onde houve a reunião de fundação da BF (*Biodiversity Force*) do Brasil ou Ecoforça, presidida pela Liana John e Evaristo Miranda. Estavam lá também o Garo Batmanian, Aroldo Hygert (Ciência e Fé, Instituto de Curitiba), Murilo Damata, Romeu Benatti Junior (Instituto Agrônomo Campinas). A ideia é certificar propriedades agrícolas que protegem a Flora e a Fauna.

Terra da Gente

19 março 2004

Fui a Campinas, à EPTV, que pertence aos meus sobrinhos. Discutimos lá o que publicar na nova revista de assuntos ecológicos "Terra da Gente". Foi uma reunião do Conselho Editorial, com a presença dos sobrinhos Toni e Boni, do pessoal da TV, da Liana John e da Suzana Pádua (da ONG Ipê). Foi uma conversa agradável, durante a qual dei muitas ideias. Depois almocei em Campinas com a Liana e a Suzana, duas ambientalistas muito competentes. A revista é um grande sucesso.

P.S. 2010: Desejo aqui falar sobre a ONG chamada OCA, presidida por Paulo Maluhy, com colaboração também eficiente de Lamberto Wiss. A OCA é uma organização com sede em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros, no Planalto central, em Goiás.

Ele possui um núcleo religioso, com base numa religião da Índia. Outra parte da OCA luta para preservar a natureza no Planalto Central. Presentemente está empenhada nos estudos e ações destinadas a aumentar e re-delimitar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Seu presidente, Paulo Maluh, é também presidente da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

A re-delimitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está baseada em decisão do Supremo Tribunal Federal. Brevemente, o Ministério do Meio Ambiente, assessorado pela OCA, pela Adema-SF e por outras ONGs estará habilitado a apresentar ao STF um projeto devidamente estudado e pronto para aprovação final. Nessa ocasião terei muitas oportunidades para contribuir novamente, a fim de que o projeto se torne uma realidade. Não participo das atividades religiosos indianos da OCA, pois sou católico praticante. Mas, repito, colaboro em suas atividades ambientalistas.

Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

Almoço do Conselho Diretor do Funbio

28 março 2005

RIO DE JANEIRO, RJ – O Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) recebe e vai receber recursos do GEF – Global Environment Facility, da ordem de 20 milhões de dollars, para ajudar o Ministério do Meio Ambiente a instalar Unidades de Conservação. O projeto Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) é em parte montado pelo Funbio para criar e construir (sedes etc.) de Unidades de Conservação na Amazônia. Houve eleição de novos membros. Votei na professora doutora Elizabeth Hoffling, do IB-USP (ex-diretora), membro do Conselho do Zoo-SP, ornitóloga de repercussão internacional etc., sócia da Adema-SP.

Discutimos a questão de indicadores da qualidade e eficiência das Unidades de Conservação. Além da preferência pública, equipamento etc., há outras coisas a considerar. Sugeri que nas Estações

Ecológicas, sejam indicadas as atividades científicas ali desenvolvidas. Também é importante, a meu ver, a atividade dos Conselhos Gestores e Conselhos Consultivos. Expliquei que um Conselho, mesmo sendo Consultivo, tem que aprovar ou não relatórios, orçamentos e acaba orientando mesmo as atividades, o que é bom e costuma ser uma boa ajuda.

Sou apenas um suplente de conselheiro no Funbio, mas lá eles consideram os suplentes como membros efetivos. Não tive problemas nesse sentido, aliás em nenhum sentido.

Risco ambiental

BRASÍLIA, DF - Pelo telefone, o diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia, Warwick Kerr, me disse, de Manaus, que 6% dos seus pesquisadores no Instituto de Pesquisas da Amazônia morreram em acidentes; 18% contrairam leishmaniose; 56% malária; 100% enfermidades entéricas!!!

12 novembre 1975



VIAGENS DIVERSAS E REFEIÇÕES MEMORÁVEIS

Medalhas

Festa de posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República

15 março 1974

À noite, lá pelas 22h, fomos ao Palácio dos Arcos, do Itamaraty, para a recepção em homenagem ao presidente Geisel. Foi uma festa muito bonita, num ambiente espetacular. Apenas uns 20% dos homens (inclusive eu) não tinha condecorações sobre as suas casacas. (...) Havia comida à vontade e também fartura de bebidas, para os 4 ou 5 mil convidados (foram distribuídos mais de 3 mil convites).

Voltando às condecorações, tenho a impressão de que quem tinha alguma medalha, que não fosse prêmio de colégio, a colocou no peito. O único pedaço de metal que apresentei, dependurado de um lado a outro do colete, era a corrente niquelada (devem ter pensado ser platina) do relógio de bolso que uso na fazenda (o outro, dourado, está no conserto). Minha casaca alugada portou-se bem. Ninguém deve ter notado o tom preto ligeiramente diferente da calça. Voltamos para o hotel às 2h da manhã, em companhia do casal Dinah e Alberto Mulayert, nossos amigos.

Pavões

15 março 1975

SÃO PAULO, SP – Chegamos ao Palácio dos Bandeirantes com alguma antecedência. Sentei-me no auditório ao lado de Olavo Setubal, José Henrique Turner e Oswaldo Silveira. De um lado do palco estavam os novos secretários e de outro os antigos. No centro, o novo governador Paulo Egydio Martins e o que saída, Laudo Natel. Durante o discurso de despedida de Laudo, cada vez que ele dizia alguma coisa que fosse mais retumbante, a maioria da plateia se levantava e aplaudia de pé. Nós, porém, permanecíamos sentados, indiferentes ao "oba-oba". O discurso de Paulo Egydio, propondo a criação de um modelo político brasileiro, democrático, foi a de um verdadeiro estadista. (...)

É surpreendente o número de pessoas que vêm falar comigo, dizendo que estão acompanhando minhas atividades. O poder coloca seus membros no palco. Não tenho, porém, ilusões: um escorregão e a plateia vaia.

No momento estou numa fase boa, graças a Deus. A todos procuro retribuir as gentilezas. Faço questão de mostrar que sou o Paulo Neto de sempre. Tenho plena consciência de que o poder é passageiro e que a humildade é a única atitude digna face aos outros. Acho profundamente ridículos os que se mostram como pavões.

Receita anticrise

24 março 1976

BRASÍLIA, DF – Pelo telefone, tive ampla conversa com o secretário da Saúde, Jair Soares, do Rio Grande do Sul. Ele estava muito amável e impressionado com a polêmica dos últimos dias com

a Sema. Disse que não teve a intenção de polemizar conosco [sobre a atuação da Sema no Rio Grande do Sul]. Respondi que não se impressionasse, pois cada um pode ter as suas opiniões. Comentei, porém, que o que foi publicado no jornal Zero Hora, como declaração dele, era coisa de assustar. Contudo, eu já havia dado o devido desconto para as interpretações do repórter. (...) Resumindo, terminou bem um dos mais sérios confrontos públicos da Sema com uma Secretaria Estadual. Creio que minhas declarações de ontem publicadas no *Estadão* e na *Folha de São Paulo*, rebatendo de modo elevado e calmo as críticas duras que chegaram do Seminário de Porto Alegre, muito contribuíram para isso.

Uma mistura de cabeça fria, paciência, firmeza e sobretudo espírito cristão, aberto ao diálogo, constitui uma receita insubstituível para superar com sucesso qualquer crise. Mais uma vez os fatos mostraram isso.

Futuro

BELO HORIZONTE, MG – Assisti à reunião do Conselho Técnico do Cetec (Centro Tecnológico de Minas Gerais), presidido pelo secretário de Ciência e Tecnologia José Israel Vargas. Este fez uma conferência sobre o Cetec, que me deixou entusiasmado. Estão fazendo lá pesquisas altamente importantes, sobre o aproveitamento de minerais, carvão etc. Propus – e foi aceito – um voto de louvor à atuação de José Israel Vargas e sua equipe. (...)

Disse a José Israel Vargas que previa para ele um cargo no futuro governo federal, como ministro de Ciência e Tecnologia. Penso que há uma boa possibilidade de se criar esse Ministério. Israel seria a pessoa indicada para ocupá-lo.

Linha de frente

RIO DE JANEIRO, RJ – Almocei com Israel Klabin, Rogério Marinho, Matheus Schneider e o chefe de gabinete do prefeito, no Palácio São Clemente, sede da Prefeitura do Rio de Janeiro. Durante o almoço, num dos lindíssimos salões lá existentes, Israel mostrou-se algo desanimado diante das tremendas responsabilidades suas como prefeito e da angustiante carência de recursos. Aconselhei-o a ir para a linha de frente, visitando inesperadamente os serviços de consertos de ruas, limpeza urbana etc., para levantar o ânimo e incentivar os trabalhadores, mostrando também à população, ao mesmo tempo, que algo estava sendo feito. Quem possui um só canhão, precisa levá-lo de uma frente de luta para outra, para dar a impressão de que tem toda uma artilharia. Já fizemos isso na Sema e de certo modo ainda continuamos a fazê-lo. Foi uma das táticas paulistas da revolução de 1932. Israel Klabin está muito preocupado em conseguir que a máquina municipal realmente funcione.

Roupa esporte

De manhã fui ao Ministério do Interior de roupa esporte, coisa que as autoridades nunca fazem. Como é bom trabalhar assim! Os colegas estavam até me invejando. A burocracia é retrógrada e obriga o uso de trajes arcaicos, como o paletó e a gravata.

17 janeiro 1978

2 julho 1979

3 agosto 1979

	Motivação <i>Diálogo durante voo de Brasília ao Rio de Janeiro</i>	
16 novembro 1979	No avião, conversei longamente com o senador Tancredo Neves, líder de uma ala dissidente do partido da oposição (PMDB) e ex-primeiro-ministro do Brasil. Ele está bem motivado em relação ao Meio Ambiente. Conteí que nunca perguntei de que partido era uma pessoa. Assim, escolhi Aiuaba para ser sede da nossa Estação Ecológica, no Ceará, e só depois vim a saber que lá os vereadores eram, 6 a 1, do partido da oposição. O que não os impediu de me darem o título de cidadão honorário, que aceitei muito honrado.	
	Autoestima <i>Observação ao fim do primeiro dia do Encontro Nordestino Sobre Sistema de Licenciamento de Atividades Poluentes</i>	
2 dezembro 1980	BRASÍLIA, DF – Mais do que nunca, tenho sido intensamente bajulado. Isso me constrange. Enfim, enquanto eu estiver reconhecendo o que é bajulação, tudo bem. Pior seria se realmente acreditasse ser o tal. Estou satisfeito comigo mesmo, mas é preciso vigiar para que isso não se transforme em autoestima excessiva. É necessário não perder o espírito crítico e reconhecer as falhas, sobretudo as omissões. O evangelho sobre o fariseu e o publicano deve sempre ser lembrado. Até mesmo escrever sobre isso pode ser, no fundo, pretensioso.	
	<i>P.S. 2009: Essa parábola encerra o ensinamento segundo o qual "quem se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado".</i>	
	Pompa	
10 fevereiro 1982	BRASÍLIA, DF – À noite fui ao jantar oferecido pelo Itamaraty ao Chanceler de Angola. Surpreendentemente, este era um branco! Encontrei-me lá com bons amigos, o que é sempre agradável. À saída, passei por duas longas filas de soldados perfilados. Logo que cheguei à altura do primeiro, começaram a bater continência e a se perfilar, batendo as botas com estrépito. Levei um susto tão grande que quase pulei de lado. Depois, já refeito, mal contive o riso. Ao mesmo tempo, ao passar pelos soldados em seus uniformes de gala, fiquei filosofando sobre as honras e pompas do mundo. Mas que o espetáculo é belo, isso lá é. Já imaginaram uns 60 soldados batendo continência para o ex-soldado raso de Cavalaria Paulo Nogueira-Neto? Seria a glória, se eu me deixasse levar por tais coisas.	
	Na praça vermelha <i>Passeio à Praça Vermelha num intervalo da reunião da Comissão Brundland na capital da então União Soviética</i>	
7 dezembro 1986	MOSCOU, URSS – Passamos defronte ao túmulo de Lênin e dos muros do Kremlin onde estão enterrados os grandes vultos do regime. Contudo, a construção mais bonita da Praça Vermelha é a linda Catedral de São Basílio, com as suas torres redondas, diferentes e coloridas.	

De lá fomos – sempre no carro da Embaixada do Brasil – até o interior dos muros do Kremlin. As sentinelas faziam continência e eu respondia, sentado no banco de trás do carro Mercedes. O embaixador Ronaldo Sardenberg ia no banco da frente. Dentro do Kremlin, numa praça grande, descemos do carro. Ventava e nevava bastante. Existem lá três lindas igrejas ortodoxas de torres douradas e arredondadas, muito bonitas. Foi um espetáculo grandioso ver tudo isso no centro do poder socialista do mundo.	
Censura Na Academia Paulista de Letras, ainda candidato, ajudado nas apresentações pela Ligia Fagundes Telles, cumprimentei todos os acadêmicos e conversei com diversos. Fui tratado com muita amabilidade. Um dos acadêmicos, quando expliquei que estava sem gravata por tê-la esquecido em Campinas, me disse: “A última pessoa que esteve aqui sem gravata, um padre, não teve sua entrada (na sala) permitida”. Disse isso muito amavelmente, mas, provavelmente, também me censurando. Não era esse, porém, um sentimento majoritário lá.	28 fevereiro 1991
Falha À tarde fui à Academia Paulista de Letras. Esqueci-me novamente (às vezes isso acontece) de usar gravata, o que na Academia era no passado considerado obrigatório. Escondi essa “falha” levantando até o pescoço a pasta plástica cinza, com elásticos, na qual levo sempre papéis diversos, para consulta ou para escrever. Ao presidente Israel Dias Novaes, amigo e contemporâneo na Faculdade de Direito, mostrei a minha “falha”. Ele deu risada. Muitos costumes estão mudando.	20 setembro 2001
CENÁRIOS DE GUERRAS Êxodo de Saigon NAIROBI, QUÊNIA – Hoje lemos as últimas notícias, publicadas nos jornais, sobre o êxodo de Saigon (Vietnam do Sul), que há dias caiu em poder do Vietcong [Vietnam do Norte]. Poucas vezes, na História, houve uma retirada tão dramática, com centenas de milhares de pessoas procurando fugir desesperadamente. No livro de viagem que publiquei em 1969 (<i>Animais Alienígenas, Gado Tropical, Áreas Naturais</i>, pág. 32) escrevi com precisão sobre a grande encrenca dos EUA no Vietnã, embora sem entrar em detalhes.	2 maio 1975
Angola <i>Registro de impressões na escala do voo entre Johannesburg, África do Sul, e o Rio de Janeiro</i> 15h42 – A partir das várzeas verdes, há uma região de savanas cortada de caminhos. A oeste, o Togo. Sobrevoamos os arrabaldes de Luanda. Na periferia estão os bairros operários, com as casas cobertas por telhados corrugados de folhas de flandres (zincados). Cada casa tem um quintal grande, e muitas vezes árvores frondosas. Não são, portanto, favelas. Crianças brincavam nos quintais. Tanto nestes, como nas ruas, todos eram negros. Vi também bairros do tipo “casas populares”, com apenas reduzidos jardins. Ao longe se via o centro da cidade, com os seus edifícios altos.	5 maio 1975

15h47

Pousamos em Luanda

Ficamos algum tempo no avião e depois no saguão do aeroporto local. Infelizmente dali não se podia ver quase nada da cidade. Tivemos a impressão de que o aeroporto está algo descuidado, já tendo conhecido dias melhores. Ainda há poucos dias, os dois principais movimentos guerrilheiros angolanos lutaram a tiros, nesta cidade. Morreram uns 200 e outros 800 ficaram feridos, segundo o noticiário. Angola está em plena efervescência. Quando os portugueses partirem, a guerra civil se agravará. Além disso, há um mês um avião da South Africa Airways foi alvejado quando se preparava para pousar neste aeroporto. Agora, de acordo com o que li na imprensa de Johannesburg, falta comida em Luanda. Estão se preparando para trazer alimentos por via aérea. Como se vê, a situação aqui não está nada boa, como diria o conselheiro Acácio.

Selvageria

Houve, no Líbano, terrível massacre de palestinos, por parte de direitistas, com aparente compli- cidade das tropas israelitas de ocupação. Houve protestos no mundo todo, inclusive em Israel. É incrível que tais coisas ocorram nos nossos dias. A gente fica descrente da humanidade, que parece às vezes tão selvagem como há milênios.

Tecnologia

Os EUA bombardearam os pontos estratégicos do Iraque. Israel ficou tenso e de sobreaviso, pois o ditador Saddam Hussein disse que iria atacá-lo com gases venenosos. É, a um tempo fascinante, espetacular e trágico ter notícias e imagens (que vimos em casa pela TV) que chegam imediata- mente até nós, vindas de um mundo a milhares de quilômetros de distância. O poder e a tecnolo- gia das comunicações atingiram um nível jamais visto. Bagdad teve alvos estratégicos que foram bombardeados. O presidente Bush (EUA) falou pela TV o que vimos já em casa.

Ninguém atirou em ninguém

Memórias de guerra dos colegas da Universidade de São Paulo

25 outubro 2000

Compareceram 14 membros da turma de 1945 da Faculdade de Direito. Esse almoço foi notável, pois o Fernando Rocha, que, na guerra, pilotou aviões de caça, fez um relato de suas atividades. Metade dos aviadores da sua unidade morreu em combate. Ele recebeu dos EUA a *Distinguished Flying Cross*, medalha que somente os heróis recebem. Contou como, num dos combates, destruiu um caminhão e foi também atingido seriamente em várias partes do seu avião durante o combate. Falou também outro expedicionário da turma, o Naldo Caparica, que várias vezes correu perigo de morrer na guerra. Em outra ocasião falou também Geraldo Vidigal sobre sua participação na guerra. Dizem que ele exclamava contra o Getúlio quando caía alguma bomba por perto.

Fomos depois, alguns de nós, à casa de Naldo Caparica. Ele nos contou um episódio altamente humano e interessante. Certa vez, na Itália, na frente de batalha, viu mais adiante dois soldados alemães. Todos os três estavam armados, mas não se mexeram. Ninguém atirou em ninguém.

Esperança

Recordação antes da solenidade de entrega do Prêmio de Professor Emérito de 2005 no auditório do jornal O Estado de São Paulo

Antes da grande reunião, houve outra menor na sala VIP do *Estadão*. Conversei lá com o Ruy Mes- quita, sobre um aspecto do meu passado e do dele, para nós importante. Em Buenos Aires viviam o meu pai Paulo Nogueira Filho, o pai do Ruy, Julinho Mesquita, o ex-governador Armando Salles de Oliveira, também fundador da USP, Luiz Piza Sobrinho, ex-secretário da Agricultura, Paulo Du- arte, político e intelectual, incentivador e pesquisador antropólogo da USP. Eram exilados políticos (1938 – 1945), da ditadura de Getúlio Vargas.

Numa das visitas minhas e do Ruy, aos nossos pais exilados, fomos de navio de Santos a Buenos Aires. Era um navio norte-americano de porte médio, da Moore McCormack. Numa noite, em que a orquestra de bordo tocava a música "South of The Border", o comandante do navio anunciou aos passageiros ter havido, naquela parte do Atlântico Sul, um grande combate naval, entre o couraça- do leve Graf von Spee e três navios de guerra ingleses, entre os quais o Cruzador Exeter. Os outros dois eram barcos menores. Gravemente atingido, o Graf von Spee se refugiou em Montevideú. Depois partiu novamente e foi afundado pela própria tripulação e incendiado. A tripulação se re- fugiou em Montevideú e de lá foi logo a Buenos Aires. Horas depois do anúncio do comandante de nosso navio, já de manhã, passamos perto do Graf von Spee, semi afundado e incendiado. Grande quantidade de fumaça saía dele. Quando chegamos a Buenos Aires, onde os navios de guerra britâ- nicos tinham aportado, levando muitos feridos e com graves avarias feitas pelos canhões do navio alemão, o mais interessante, para mim, foi ver os marinheiros ingleses e alemães se encontrando, aos grupos fardados, nas ruas de Buenos Aires. Quando isso ocorria, os marinheiros que pouco antes se combateram intensamente, agora se saudavam, batendo continência uns aos outros.

Isso me impressionou profundamente, pois mostrou que apesar da luta que houve, eles se cum- primentavam como seres humanos, sem rancor. Mostrou que a humanidade também se entende entre si. Uma prova de que a paz se sobrepõe à guerra. Uma esperança no entendimento final entre os povos. Essa conversa com o Ruy, de certo modo comoveu a mim e a ele. Foi uma volta ao nosso passado.

TENSÃO NAS ALTURAS
Perdidos sobre a selva

Trecho de viagem à Amazônia, com o ornitólogo Dalgas Frish e personalidades brasileiras e francesas convidadas pela Transbrasil

8h02 – Estamos voando baixo, seguindo um rio. A floresta é espetacular. Vi à frente uma derruba- da recente junto ao rio. Nesse momento o Dalgas Frish, que estava com o comandante Omar Fon- tana, na cabine de comando, voltou de lá e anunciou no rádio de bordo que teremos que voltar. O rádio de Tiriós está desligado e não há visibilidade para vôo visual seguro.

Em seguida, falando comigo, Dalgas contou que na realidade estamos perdidos. Segundo a bússola rumamos para o norte. Contudo, tanto o Dalgas, como eu, notamos, pela direção das águas, na turbulência das corredeiras do rio, que estávamos descendo seu curso. Ora, acontece que os rios do

14 outubro 2005

26 julho 1975

Parque correm para o sul. Portanto, estamos em pleno Suriname, aonde as águas vão para o norte. Contamos o que vimos. Imediatamente o comandante da aeronave a dirigiu para o sul.

137 mil km

30 dezembro 1975 No fim da tarde tomei o avião em Brasília para São Paulo. Ficamos rodando perto de meia hora, antes de descer em Congonhas. Com esta viagem aérea, a última do ano, completo em 1975 nada menos de 137 mil km percorridos de avião!!

Aprendiz no manche

Voo Fortaleza-Tauá-Fortaleza, para identificar localização de possível Estação Ecológica na caatinga

31 março 1976 9h54 – Pousamos em Tauá. Pista de terra, mas boa. Logo que descemos do avião, o comandante Supupira descobriu que uma das rodas afundara um pouco no pátio de estacionamento. Pouco depois, “desencalhou” o avião. (...) Conversamos com o prefeito, o médico Domingos Gusmão. A princípio desconfiado, logo mostrou-se satisfeito com a perspectiva de ter em Tauá um Centro de Ecologia.

16h15 (aproximadamente) – Levantamos voo. Quem pilota o avião é um aviador que está treinando. Aparentemente é a primeira vez que está no comando de um avião Bandeirante, pois está recebendo instruções detalhadas do comandante. Isso provocou certa preocupação entre os passageiros. Graças a Deus a decolagem foi boa. (...)

17h17 – Estamos sobrevoando Fortaleza. Nas proximidades da cidade, como já notei antes, há inúmeras e belas carnaubeiras. O comandante Sucupira vai animando em voz alta o piloto que está treinando, dizendo-lhe também o que deve fazer. Renato Lima Aragão não achou graça nenhuma. Animei-o, afirmando que este não seria o seu último pôr-do-sol.

17h33 – Pousamos em Fortaleza, vivos.

Oxigênio

Retorno a São Paulo, depois do I Congresso de Toxicologia Tropical, realizado em Manaus

14 abril 1976 Fui depois ao aeroporto, onde me encontrei com Helio Belluomini (Instituto Butantã e Zoológico). Tomamos o Boeing 737, PP-SMX, da Vasp. (...)

14h52 – Estava lendo quando de repente vi muitas máscaras de oxigênio balançando, pendentes do teto do avião. Logo a seguir o aviso, dado um tanto nervosamente pelas aeromoças: apaguem os cigarros, usem as máscaras. Houve grande movimentação das aeromoças, que mesmo sem se protegerem devidamente procuravam acudir os passageiros. Elas apenas respiravam nas mascaras de oxigênio quando era possível. Quase todos os passageiros usavam as máscaras, mas alguns as colocavam por pouco tempo. Helio Belluomini, a meu lado, mais examinava a máscara que a utilizava. Curiosidade científica. Uma criança de colo chorava e a mãe desistiu, ao que parece, de forçar o uso da máscara. Talvez por ver aeromoças sem esse equipamento. Estas, várias vezes,

avisavam para não fumarem a bordo. (PS: Mais tarde chegamos à conclusão de que não havia oxigênio! Ninguém sentiu o fluxo desse gás!).

Passados uns dez minutos, o avião baixou e o uso das máscaras foi suspenso. Houve alegria geral a bordo. Os jogadores do Fluminense riam e brincavam em voz alta. Um deles dizia que era preciso ter “nervos de aço”, visivelmente satisfeito por ter superado bem a provação.

Começaram a servir o almoço, mas este foi logo interrompido. Acontece que até agora estou em jejum, pois não tomei o café da manhã. Apenas comi uma bala que uma aeromoça ofereceu. Recorri mais tarde às barras de chocolate que carreguei na minha mala para emergências. Infelizmente, porém, o chocolate estava estragado. Após ouvir ontem várias palestras sobre a substância tóxica aflatoxina, desisti dessas barras. Pode estar presente também em amendoim e cereais e em outros produtos colhidos úmidos ou afetados por umidade e atacados pelo fungo aflatoxina.

15h06 – Anunciaram pelos alto-falantes que retornaremos a Manaus. Não entendo por que não fizemos isso antes!

Porta aberta

Voo Porto Alegre-Pelotas, para visitar canteiro do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento)

Embarquei com Marcos Barth, Otamar Carvalho e Mauricio Lobo, no avião do DNOS, PT-FVM, Piper Azteca, pilotado pelo comandante Ivan.

8h17 – Levantamos voo de Porto Alegre. Estávamos já a uns 300 m de altura, quando subitamente ouvi um estampido e um vento forte entrar no avião. A porta direita tinha se aberto logo à minha frente. Mauricio Lobo, que estava no banco dianteiro, ao lado da porta, agarrou-se firmemente a um suporte junto ao painel do avião. Otamar e eu seguramos a porta pelos ferros da cortina, para mantê-la semifechada. Como esses ferros eram muito precários, passei minha mão esquerda para fora do avião, a fim de agarrar melhor a extremidade da porta. O piloto pediu pouso de emergência, que nos foi concedido. Imediatamente retornamos. O avião pousou em sentido contrário ao da decolagem para descer mais depressa (não havia praticamente vento). Antes das rodas tocarem o chão, retirei a minha mão que segurava a porta, para evitar que um impacto pudesse machucá-la. Continuei, porém, a segurar pelos ferros da cortina.

Em terra, fechamos bem a porta. E prosseguimos viagem no mesmo avião.

Teleférico

SUIÇA – Fomos a Diablerets, por um caminho diverso do que percorremos na ida. Lucia queria passear num teleférico incrivelmente elevado, entre montanhas muito altas. Felizmente – pensei naquele momento – já estava fechado; aquelas casquinhas de nós não me inspiravam confiança e as nuvens já envolviam o alto da geleira, onde terminava o teleférico.

Depois fiquei matutando sobre esse meu receio, pois não recusava nunca uma viagem em avião

teco-teco. Na próxima viagem faço questão de andar de teleférico, pois soldado velho de cavalaria não refuga cavalo bravo ou manhoso.

Parou o motor

Voo Brasília–Niquelândia (GO) para visita ao Projeto Agropecuário Rio Cristalino, da Volkswagen

11 agosto 1977
P.S. 2009: Passei um telegrama ao Antônio Ermírio de Moraes, dando parabéns por seu pai ter feito um campo de aviação em Niquelândia. Providencial idéia.

Seguimos no bimotor a pistão Navajo PT-2RP. Vão conosco Lucia, o professor Carmine Dianese, Klotz, Paulo, estes da VW (Volkswagen), comandante Ritter. Há também um co-piloto.

6h53 – Levantamos voo. Devido à bruma seca, a visibilidade não era das melhores. Passamos depois por uma imensa região de cerrados, mas não anotei os detalhes.

7h20 – Um dos motores está falhando. Parou o motor direito. Hélice embandeirada. Vamos pousar em Niquelândia. Estamos sobre uma região muito montanhosa. Altitude: 7 mil pés. Situação inquietante. Leve cheiro de queimado no avião. Cessaram as conversas a bordo, os pilotos procuraram sinais da rota certa e acabaram achando. De minha parte, tentei avistar algum campo de pouso, mas só via serras e mais serras.

7h26 – Felizmente ultrapassamos a Serra do Passa Nove. Altitude: 6.100 pés. O piloto disse que isso lhe acontece pela primeira vez em 12 anos. Agora passamos sobre uma região de cerrados e sobretudo de campos com pequenas matas ciliares. Estamos sobre Niquelândia. Há também outras pequenas florestas (cerradões) aqui e ali. Mais adiante vejo o campo de pouso, no meio de um imenso cerrado-cerradão. Vamos descer. Estamos chegando. Pousamos bem. Louvado seja Deus!. Tocamos o chão às 7h33.

Durante nossa permanência em terra, andei pelo cerrado próximo na companhia do professor Carmine Dianese. Vimos uma *Vernonia sp* em flor. Nessa florada vi uma *Tetragona sp*. Em outra, constatei a presença de *Oxytrigona tataira*. São abelhas sem ferrão (*Melipomini*).

Embarcamos de volta no avião bimotor PT-BX6, Piper Azteca. O outro aparelho (Navajo) ficou consertando. O distribuidor e os magnetos de um motor estavam inutilizados. Por isso, achamos melhor trocar de avião, mesmo porque os reparos poderão ser demorados. Vamos, porém, regressar, devido ao adiantado da hora.

10h47 – Pousamos em Brasília, após um voo excelente. Como é maravilhoso o zumbido dos motores funcionando bem!

Ato de contrição

Voo Boa Vista–Ilha de Maracá (RR)

29 abril 1978

O dia amanheceu encoberto. Às 7 horas já estávamos no aeroporto de Boa Vista, onde embarcamos num avião Islander bimotor, rumo à Estação Ecológica de Maracá. Desta vez vou no lugar do co-piloto, ao lado do piloto Ângelo. No caminho encontramos chuvas e nuvens. Tempo ruim, às vezes sem visibilidade e com sacudidelas. Para mim, porém, a grande preocupação era a chegada. Teria ficado pronta a pequena pista de pouso, cuja construção continuava pela noite adentro? Neylor

saiu de lá às 23 horas, de carro, e os serviços prosseguiam. Ele vai comigo no avião. Disse-lhe, brincando, que minha garantia era a presença, a bordo, do responsável pela construção do campo de aviação. Na verdade, eu estava bastante temeroso, pois o estado da pista deveria ser precário, ainda mais com a chuva que caía. A aviação moderna não comporta aventuras, e era exatamente uma o que estávamos fazendo. O ministro Rangel Reis talvez descesse naquela pista. Era meu dever descer primeiro para verificar possíveis problemas. O ministro, porém, veio depois de helicóptero.

Finalmente sobrevoamos a ponta da ilha, logo depois o campo de pouso. Fiquei assustado com o que vi. A pista era relativamente curta (menos de 700 m) e somente 2/3 já haviam sido terraplenadas com piçarra e compactadas. No terço restante as máquinas ainda trabalhavam. O piloto Ângelo, após voar baixo, examinando a situação, achou que dava para pousar. Em seguida, fizemos outra volta e nos preparamos para descer. As máquinas saíram da pista. O avião se aproximou, enquanto eu rezava o ato de contrição, preparando-me para o pior. Voamos baixo, sobre a parte incompleta da pista e logo tocamos o solo. Este não cedeu. O avião correu uns 300 ou 400 metros e parou, normalmente, pouco antes do fim da pista. Alegria geral. Como é bom pisar no chão, outra vez!

Viagem rara

Ponte–Aérea Rio–Brasília, voo das 16h30

Foi uma viagem rara, pois o Brasil jogava contra a Polônia na Copa do Mundo. Quase tudo parou, em todo o Brasil, devido à importância do jogo. A horas tantas o comandante anunciou, pelos alto-falantes de bordo, que Nelinho marcou um gol. Isso foi saudado por uma salva de palmas, neste avião hoje meio vazio. Depois, a notícia do empate foi recebida em silêncio. Veio o segundo gol e o avião já estava aterrissando quando os clarões de milhares de fogos anunciaram o terceiro gol. 3 x 1 foi nossa a vitória.

Mau lugar

Sobrevoou da região serrana de Roraima, para visualização de área para extensão da Estação Ecológica de Caracaráí

12h13 – Cruzamos a Perimetral Norte, perto do local onde ela segue para passar por trás (a Oeste) da Serra da Mocidade.

12h16 – Sobrevoamos a Serraria do Ajanari, perto da ponte do Rio de mesmo nome. Há uma pastagem de uns 100 hectares. Seguimos depois no rumo norte.

12h21 – Sobrevoamos pequenas áreas alagadiças e matas de baixo porte, entremeadas de outras de porte médio. Estamos agora no rumo Este 40°. Deixamos as grandes serras para trás. À esquerda do avião vejo um maciço montanhoso com rocha exposta e floresta de porte médio ou baixo. Esse maciço tem uns 950 m de altura. O avião está com os dois motores ou um deles rateando um pouco. Até agora, desde a Perimetral Norte, não há nenhum sinal de ocupação humana, a não ser bem à frente. É um mau lugar para uma parada de motores do avião.

12h37 – Passamos pelas primeiras clareiras (pequenas) após a Perimetral Norte. Depois cruzamos uma estrada nova.

21 junho 1978

14 outubro 1980

12h40 – Estamos agora sobrevoando os campos de Boa Vista, com as suas maravilhosas matas ciliares de buritis. O solo claro, arenoso, aparece entre as moitas de capim, sinal de super pastoreio. O comandante Celso informou à torre de comando que o nosso motor direito está com problemas e pede a presença de um mecânico.

P.S. 2009: Outra vez, saí de Manaus em avião monomotor. Dali a pouco, o motor começou a falhar. Disse ao piloto para regressar. Ele me respondeu: “Não se preocupe. Esse avião é assim mesmo. Ele dá umas falhadinhas.” O que até hoje admiro foi não ter transformado o pedido em ordem. Com o motor dando umas “falhadinhas”, chegamos a Boa Vista!!!

Numa das viagens de Boa Vista a Manaus, em avião monomotor, eu estava ao lado do piloto. No banco de trás viajava meu amigo Rogério Marinho. A horas tantas o piloto disse: “Não sei bem onde estamos”. Respondi: “Continue rumando para o norte. Você encontrará o Rio Uriracoera. Depois é só seguir o Rio para o leste até Boa Vista.” Para matar o tempo, conversei com o piloto: “Se tivermos que descer agora, o que faríamos?” Discutimos as possíveis alternativas: “Pousar na mata ou descer no rio? Eis a questão.”. Contudo, o Rogério ficou muito preocupado, pois pensou que faríamos uma descida de emergência. Levou um grande susto. Mas, felizmente, logo verificou que se tratava de uma “discussão acadêmica”. Chegamos bem a Boa Vista, como previ.

12h50 – Pousamos em Boa Vista.

Vencer o medo

DOURADOS, MS – Fomos visitar as lagoas da região do Secador. Fotografei a Lagoa do Secador e as três lagoas com sua criação de jacarés anexa. (...) Paramos perto de um mirante colocado no alto de dois postes, onde só se sobe usando ferros cravados nos postes. Trajano subiu logo. Em seguida subi apenas parte da altura dos postes. Mais tarde, porém, pedi para retornar ao mirante. Dessa vez, subi até a parte superior do mirante sobre uma plataforma de madeira. Para mim não foi fácil fazer isso. Mas achei que, se não subisse até lá, teria sido vencido pelo medo. Não poderia deixar que isso acontecesse. Portanto, subi até em cima. Foi um dos princípios que aprendi como soldado de cavalaria: é preciso vencer o medo.

Consultor aeronáutico

Voo Buenos Aires-Iguazu-São Paulo

Levantamos voo às 15h15, bem no horário, coisa extremamente rara nos aviões de carreira. Estamos num Boeing 727 da Aerolíneas Argentinas, voo 242, para Iguazu e São Paulo. (...)

Há algumas *cumulus nimbus* e muitas *cumulus congestus* (nuvens). Depois não vejo mais o solo.

16h20 – Estamos descendo, sem visibilidade. Depois voamos entre uma nuvem *stratus* mais baixa e outra mais alta. Em seguida entramos por muito tempo na *stratus* mais baixa.

16h26 – Vejo a região de Iguazu, suas matas e áreas cultivadas entre leiras escuras de vegetação. (...) Nuvens baixas. Avião balança. Visibilidade ora desaparece, ora reaparece. O tempo está mau para

voar. Vejo um rio. Avião acelera e faz curva para a direita. Depois ficamos sem visibilidade. Calculo que estamos a mais ou menos 300 metros de altura. Situação muito ruim. Avião balança muito. Finalmente ultrapassamos a frente fria. Estamos sobre o Parque Nacional de Iguazu, na Argentina.

16h44 – Pousamos, graças a Deus. Foi um susto. Chove. Tomamos um ônibus e fomos à estação do aeroporto argentino. Pouco depois chegou a violenta frente fria, com tempestade, a que ultrapassamos há poucos minutos. Ventos fortes, a ponto de vergar pequenas árvores do jardim da estação de passageiros. Caiu um raio bem perto. A meu ver foi uma grande imprudência do comandante do avião, descer nessas circunstâncias. Deveria ter deixado passar a tempestade, provavelmente um pequeno ciclone, o que é comum logo atrás das frentes frias. Ensino isso aos meus alunos, no curso sobre Ecossistemas e Mudanças Climáticas, na aula de Meteorologia.

18h04 – Levantamos voo, sem problemas. Está escurecendo. Pouco depois o chão não era mais visível.

18h14 – Forte estouro e clarão à esquerda do avião. Um raio atingiu o avião, mas este continuou a subir. Apesar do susto geral, as aeromoças continuaram a conversar, normalmente. Nunca vi, nas minhas viagens, uma coisa dessas. Tive a impressão que uma bomba tinha explodido no avião, embora sem fumaça. Por um princípio de Física, a eletricidade do raio fica só na parte externa da fuselagem e pode descer à terra.

18h17 – O avião balançou muito. Nada há o que fazer, a não ser rezar. É o que uma senhora russa está fazendo. Vejo o clarão de um relâmpago, mais abaixo do avião. Também rezo, pedindo a Deus que nos proteja. Pouco depois passou a turbulência. A senhora russa foi com a filha a Buenos Aires para encontrar uma parenta, que veio da Ucrânia, onde a situação está muito difícil: três horas na fila para comprar pão. É a segunda vez que a senhora voa de avião. Sou o consultor aeronáutico dela! Procurei tranquilizá-la. As três devem estar bem assustadas.

Piruetas

Retorno da festa de inauguração da Hidrelétrica Corumbá

Na viagem de volta a Brasília, chegou um helicóptero ao lugar do pouso, fazendo piruetas no ar. Coisa de assustar. Quando embarcamos nele, Monsã e eu, fiquei com a nítida impressão de que estava embarcando para não demonstrar medo, mas que o risco era muito grande. Um casal de possíveis passageiros, que estava na nossa frente, nos cedeu o seu lugar na fila e desistiu do voo. Lembrei-me dos meus tempos de cavalaria (no Exército) onde a gente nunca demonstrava medo por fora, embora o sentisse por dentro, antes de vencê-lo.

Surpreendentemente, a viagem de volta foi muito tranquila.

REFLEXÕES
Desencanto

PORTO ALEGRE, RS – (...) Fui depois ao aeroporto, onde jornalistas me entrevistaram. Queriam principalmente saber o que pensava sobre declarações de Dalgas Frish, contrárias à taxa de Orientação e Fiscalização do Controle da Poluição. Infelizmente houve uma incompreensão generalizada

1º junho 1989

23 abril 1991

5 fevereiro 2006

30 julho 1976

sobre a projetada taxa. Os jornais de Porto Alegre, bem como os de Rio e São Paulo, deram enorme destaque às minhas declarações sobre essa taxação. A reação foi muito desfavorável. Na verdade, ninguém gosta de gastar dinheiro, e o controle da poluição não se faz de graça. O assunto é controvertido e compreendo a posição contrária. O que me aborreceu muito, porém, foi um editorial do Jornal do Brasil, de ontem, sob o título "Faturando o vício". Além de outras considerações agressivas, terminou dizendo: "É óbvio que além da despoluição a verba remunerará também esses técnicos e burocratas que fazem do delito uma fonte de sobrevivência à sombra cúmplice da lei". Pensar que possamos ter nisso tudo um desejo de nos "remunerar", ou que pretendemos fazer "do delito uma fonte de sobrevivência", é profundamente injusto. É desconhecer totalmente o que significa para nós a luta pela melhoria do ambiente. É despejar na nossa cabeça uma lata de pixe. Fico pensando se não seria melhor ter permanecido em casa, para evitar tanta injustiça. O que me anima a continuar lutando é sentir que estou sendo útil. Mas há momentos em que um certo desânimo e desencanto invadem o pensamento da gente.

Analfabetismo

9 outubro 1976

LUZIÂNIA, GO – Sábado. Fui à Fazenda Jatiara. Cortou-me o coração ver um menino de 12 anos, que olhava embevecido enquanto eu escrevia num caderno. Ele me disse como deveria ser bom saber escrever, mas que já tinha 12 anos e estava passando da idade. É absurdo que a 100 km de Brasília isso aconteça! Algo precisa ser feito. Como pode um país pensar que está em vias de se tornar uma potência mundial, quando deixa um menino sem qualquer instrução? Só na região da fazenda há umas 35 crianças nessa situação. Vou quebrar a cabeça até achar uma solução. Já escrevi antes ao prefeito de Luziânia, mas nem sequer recebi resposta.

Pobre educação

8 maio 1988

P.S. 2009: Hoje, há lá uma escola moderna e grande. Os alunos são transportados de ônibus.

LUZIÂNIA, GO – (...) Fomos ver também a escola da região próxima à Fazenda Jatiara. O professor e a mulher têm um pequeno quarto ao lado. O casal e uma filha de meses de idade ocupam também uma parte da sala de aula, que separaram com um plástico preto, para servir de dormitório. Pobre educação no interior do Brasil!!

Sem miséria

10 junho 1977

ESTOCOLMO, SUÉCIA – Uma das coisas que mais surpreende na Suécia é o alto padrão de vida de seu povo, aliás, o mais elevado do mundo (cerca de 10 mil dólares/ano per capita). A diferença entre o que ganha um diretor de uma companhia e um operário da mesma é de apenas três vezes, depois de pago o imposto de renda. Na União Soviética, me disse um sueco que a conhece, a diferença é de cerca de 20 vezes. Devido a isso, e ao fato de que a assistência social que as pessoas recebem na Suécia é das mais completas, não se vê aqui o menor – repito, o menor – sinal de miséria. Todos vivem bem e tudo é muito democrático no seu modo de vida. Um problema, neste maravilhoso país, é o elevado custo da mão-de-obra e suas repercussões nos produtos exportados.

Para contrabalançar essa possível desvantagem econômica, a Suécia fabrica produtos de alta qualidade e padrão tecnológico elevado. O povo é muito simpático e só ouvi palavras amáveis. Todos se esforçaram para tornar agradável minha estadia. Assim, foi com o coração grato e também com

certa tristeza que nos despedimos no aeroporto do senhor Peter Bjorling, do Swedish Institute. Ele nos trouxe para o embarque, na enorme e imponente Mercedes-Benz que nos serviu várias vezes. Adeus, mordomia sueca! Vai nos deixar saudades.

Música

BRASÍLIA, DF – Jantamos na casa dos embaixadores da Suíça, May e Gotrie. Jantar magnífico. Comi fondue de carne e supergostosos queijos suíços. Durante a conversa fiz uma pergunta que geralmente embatuca as pessoas e que é um excelente assunto para conversação: – Qual o valor adaptativo da música, para a espécie humana? Por que gostamos de música, em todas as culturas?

22 fevereiro 1981

Pintura

Passeio dominical em Tuileries

PARIS, FRANÇA – Visitamos a espetacular exposição impressionista da Jeux de Pommes. Cheguei a ficar emocionado, ao ver as obras de Monet, Pizarro, Gauguin, Degas, Van Gogh, Renoir e alguns outros. É o ponto máximo de história da pintura!

17 abril 1983

Arquitetura

Uma das coisas que hoje me surpreendeu foi a região de Pont de Neuilly, junto ao Sena, numa grande avenida em linha reta do Arco do Triunfo. Existem lá prédios imensos, alguns moderníssimos com a fachada inteiramente de vidro. Aliás, acho essas fachadas vitrais um absurdo, pela falta de segurança e pelo desperdício de energia que acarretam. Outros prédios, ao contrário, estavam pintados com duas ou três tonalidades de azul e apresentavam, assimetricamente, poucas e pequenas janelas. Outro absurdo ambiental! Existiam lá, também, prédios com fachadas modernas mas normais, com concreto e vidro.

23 abril 1983

Gafe sem concerto

WASHINGTON, EUA – Fazia um calor amazônico. Jantar finíssimo com salmão poché. Fiz uma gafe ao dizer que um determinado quadro mostrava bisões no inverno. Eram *yaks* e a pintora era Christine Stevens, a dona da casa, com quem eu conversava. Uma das coisas mais desesperantes sobre gafes é que geralmente não há concerto.

12 junho 1984

Festas e hierarquias

LIMEIRA, SP – A festa de Paulo Jr. (na Fazenda Tabajara), com mais de 100 convivas, foi muito bonita. O tempo estava ótimo. As mesas no gramado, sob as árvores, a feijoada onde todo mundo comeu à vontade, a presença dominante da geração quarentona, com alguns sessentões como nós e certo numero de crianças, além de dona Lavínia e tia Mirinha com os seus 80 anos, tornaram essa festa um elo entre gerações da burguesia paulista. Predominava a burguesia rural. Todos à

22 março 1986

vontade, em roupa esporte, sem protocolos. Até quando haverá uma festa como esta? A burguesia tem resistido muito mais que o previsto nos anos da década de 1970. Camadas dominantes sempre haverá na sociedade, em decorrência das hierarquias, que existem até mesmo entre as populações de inúmeros animais. Mas será, no futuro, outro tipo de "burguesia", menos hereditária e mais executiva. Aliás, a maioria dos quarentões lá presentes tinha cargos executivos, na área rural ou industrial. Estamos num mundo em rápida transformação, mas festas e hierarquias haverá sempre, embora com novas roupagens.

Existência terrena

Retorno sangrento de longa viagem ao Oriente com a Comissão Brundtland

9 março 1987

No final da manhã cheguei a Brasília. Tomei um táxi e fui ao meu apartamento. Já estava a uns 20 m do elevador, quando acidentalmente escorreguei no piso encerado e molhado (chuva) do pavimento térreo (pilotis). Cai violentamente no chão. Duas garrafas de vinho do Porto que eu carregava numa sacola se quebraram e minha perna esquerda bateu nos cacos de vidro. Resultado: corte profundo abaixo do joelho. A calça se rasgou. Saiu sangue e tratei de comprimir o ferimento para combater a hemorragia. Larguei no chão os livros e outros objetos que carregava, deixei para trás duas valises e tratei de subir ao apartamento.

Depois pedi um táxi e fui com Joana ao Pronto Socorro SOS, do hospital Santa Lucia. O doutor Cavalcanti lavou bem o ferimento e o costurou com 11 ou 12 pontos. Tomei reforço de vacina antitetânica. Voltei para o apartamento, telefonei para São Paulo e dormi o resto da tarde.

Terminou assim, inesperadamente, uma viagem maravilhosa. Graças a Deus tudo correu bem e o acidente final não empanou o sucesso da longa travessia até o longínquo Oriente. O ferimento recebido serviu para lembrar o quanto é precária a nossa existência terrena. Foi uma lição de humildade. Deus seja louvado.

Paz e sossego

7 abril 1992

Tenho sido enormemente paparicado e saudado, até por gente que mal conheço ou desconheço, devido às notícias de que novamente sou forte candidato a secretário federal do Meio Ambiente (com *status* de ministro). O poder, ou a simples possibilidade de um futuro poder, atrai muita gente em torno das pessoas com essa chance. Contudo, estou cada vez mais desejando paz e sossego.

História

12 setembro 1992

SÃO PAULO, SP – Coloquei em ordem muitas pastas de papéis: a gente vai deixando para depois. Arqueei grande parte. Não gosto de jogar fora papéis, pois muitos deles contêm fatos sobre o meio ambiente do Brasil, que talvez poderão, mais tarde, interessar aos que nos sucederem. Cada época tem os seus problemas e as suas características. Gosto muito de ler as coisas do passado. Talvez, no futuro, alguém se interesse, também, por nossas lutas, tristezas e alegrias.

Ameaça

SÃO PAULO, SP – Em casa, fiz uma limpeza na enorme papelada que vem se acumulando há anos. É uma papelada enorme, ameaçadora. Contudo, ainda há muito que fazer.

12 dezembro 1994

Caprichosamente

SÃO PAULO, SP – Passei parte da tarde e da noite pondo em ordem a vasta correspondência que recebi, sobretudo em dezembro. Quase toda essa correspondência era constituída por e-mails eletrônicos. Respondo escrevendo à mão. Depois as secretárias (Clemilde, Sandra e Alessandra) passam os escritos para os e-mails eletrônicos.

9 janeiro 2005

Comemoração

Excursão de sete dias do International Advisory Group, do Banco Mundial, por várias localidades na Amazônia, por terra e ar

Mais ou menos 14h30, pousamos em Brasília. Felizmente terminou muito bem esta longa excursão pela Amazônia. Quando iniciei a viagem, fiquei com receio de não agüentar o tranco, pois tenho 74 anos. Contudo, agora fico contente por saber que agüentei muito bem as dificuldades, canseiras etc. desta longa excursão. Agüentei tão bem como companheiros de viagem que têm a metade, ou algo assim, da minha idade. Viva!!!

8 julho 1996

Falar

Palestra no 9º Encontro de Biólogos da Região São Paulo – Mato Grosso – Mato Grosso do Sul

CAMPO GRANDE, MS – À noite, no teatro da Cidade Universitária, fiz uma palestra sobre os Corredores Ecológicos em projeto, na Amazônia e na Serra do Mar. (...)

6 abril 1998

Nessa palestra, referi-me também aos crimes ambientais, na nova lei que entrou em vigor há dias. Cometi, porém, o erro de falar cerca de uma hora e meia, no total dos dois assuntos, o que é demasiado para qualquer respeitável público. O teatro estava cheio. Essa fala prolongada me cansou.

O professor Aldo Rebouças, da USP (assuntos hídricos), me disse que eu sou uma pessoa quieta e tímida, mas que depois que começa a falar nas palestras se transforma e fica cheia de entusiasmo e vigor. Também sinto que sou algo assim, mas com a idade fico mais cansado que antes, depois de falar. Mas agüento bem.

Forma

Excursão pela Reserva do Patrimônio Particular Natural de Cara Preta com grupo da ONG Oca

ALTO PARAÍSO, GO – Depois de andar pelo campo, fomos a uma das colinas que o margeiam. Subimos por esse morro, um campo rupestre, cheia de pedras e com muitos arbustos e arvoredos,

31 março 1999

	entre as quais o cinzeiro (<i>Vochysia sp</i>), característico desse ecossistema. A subida do morro, entre as pedras, não foi fácil. Passamos por uma pequena gruta-túnel, entre as rochas. Depois havia uma parede de 2 a 3 m, quase intransponível, com apenas alguns centímetros menos inclinados, e um possível apoio de 10x5 cm. Havia um tronco pequeno, próximo. O pessoal que me acompanhava, umas quatro pessoas, pensava que eu não aguentaria subir. Aguntei e subi, com alguma dificuldade, tal como fizeram os outros. Mais acima havia um platô com rochas largas, sempre com marcas de uma erosão de milhões de anos. A vista era bonita e tirei fotos. A volta foi também difícil, na apertada passagem entre as rochas íngremes, tal como na ida. Foi uma enorme vitória, pois a opinião geral era que seria para mim uma subida problemática e uma descida talvez ainda mais precária! Louvado seja Deus. Estou em plena forma física, com quase 77 anos! Na gruta-túnel pela qual passamos, havia algumas inscrições rupestres vermelhas, traços se cruzando e alguns círculos. Impossível saber do que se trata. Nas poucas flores lá existentes, não vi abelhas.
18 abril 2007	Celacanto Faço hoje 85 anos de idade. Estou com a cabeça lúcida e com a saúde boa, exceto às vezes dores nas pernas e nas costas-baixas, devido a problemas na coluna vertebral. Às 14h30, no Laboratório das Abelhas do IB-USP houve uma concorrida reunião com cerca de 30 professores e alunos da pós-graduação. (...) Fiz um discurso de improviso, sobre algumas reflexões referentes à data. Disse que era um sobrevivente, um <i>Celacantho</i> (peixe quase fóssil). Acrescentei que ninguém maltrata um sobrevivente. Contei que ao receber o prêmio (Duque de Edinburgh, na Inglaterra no Palácio Saint James), disse que "uma andorinha sozinha não faz verão". Trauduzi andorinha por <i>swallow</i>, o que também significa "engolir". Isso deve ter dado um nó na cabeça dos meus ilustres ouvintes. Falei também sobre a importância dos biólogos no novo mundo em ebulição etc., etc.
9 junho 1988	SABORES Pitus e queijos BRASÍLIA, DF – Fomos, Lucia e eu, à grande Embaixada de Portugal, à recepção em homenagem ao primeiro ministro português, Cavaco Silva. Estavam lá umas 300 pessoas. Cumprimentei o ministro Abreu Sodré, o embaixador de Portugal Adriano de Carvalho e o simpático e jovem (cerca de 40 anos de idade) primeiro ministro de Portugal. Conversei lá com inúmeros amigos. Comi camarões e pitus a valer, com um molho cor-de-rosa gostoso. Comi também muito queijo da Serra da Estrela, um dos melhores do mundo.
16 junho 1988	Camarões Na recepção, feita na Embaixada do Japão para cerca de 120 pessoas apenas, concentrei minhas atividades nos deliciosos camarões empanados tipo tempurá. Penso que nunca na minha vida comi tantos e tão bons camarões.

	Cupuaçu MANAUS, AM – Almocei sozinho na cafeteria do Hotel Amazonas. Tomei um delicioso milk shake de cupuaçu, comi pirarucu grelhado com batatas e sorvete de cupuaçu, tudo muito bom. Melhor que sorvete de cupuaçu, só mesmo milk shake de cupuaçu. (...) À noite, jantei novamente no Hotel Amazonas: um filé de pirarucu com batatas e dois deliciosos milk shakes de cupuaçu. Preço: 5 dólares!!! Baratíssimo para algo tão bom.	26 maio 1989
	Morreu pela boca! Viajei para Brasília pela Transbrasil, em Boeing 737. Comi a bordo ótima feijoada. Quarta-feira é dia de feijoada na Transbrasil, o que me agrada. Se o avião cair, poderão dizer: morreu pela boca!	9 agosto 1989
	La Fondue <i>Preferido em Nova York</i> À noite jantamos no tradicional e típico restaurante La Fondue, onde tantas vezes comemos em viagens passadas. Saboreamos um excelente fondue de queijos gruyère e emmental, com vinho chardonay.	5 julho 1990
	O melhor cabrito BELO HORIZONTE, MG – Comi excelente cabrito, o melhor que já provei em minha vida, num restaurante próximo à Universidade Federal de Minas Gerais. Fomos até lá para almoçar.	20 fevereiro 1991
	Cajuína FORTALEZA, CE – No almoço comi excelentes camarões, bom peixe (pargo), sorvete misto de graviola e sapoti. Bebi muita cajuína. Não é possível querer nada melhor! Com isso nos atrasamos e cheguei ao aeroporto em cima da hora.	2 fevereiro 1992
	Fritz BRASÍLIA, DF – Almocei com o João Batista Monsã no restaurante austriaco Fritz, onde comi excelente salsichão com batatas douradas. Quando venho a Brasília gosto de comer no Fritz.	1° julho 1996
	Moqueca SÃO PAULO, SP – Sábado. Almocei com os meus três filhos no Restaurante Bargaço. Comemos excelente moqueca de camarão. Coloco bastante pimenta na moqueca. É um dos melhores, se não o melhor prato do mundo!!	12 outubro 1996

	Germana
1° julho 1998 <i>P.S. 2010: Não existe mais.</i>	BRASÍLIA, DF – Almocei com o Monsã na Pizzaria Germana, da qual sou freguês há uns 23 anos. É onde se come a melhor pizza do Brasil.
	Milk Shake
13 maio 2000	Depois da missa fomos a um McDonald's onde comemos excelentes cheeseburguers e milk-shakes de morango, uma das mais importantes invenções dos EUA. Uma invenção muito melhor que a da bomba atômica.
	Ginger Ale
11 outubro 2000	NOVA IORQUE, EUA – Quando saí do Hotel Lowes, segui a pé para o simpático bistrô francês, La Bonne Soupe. Pedi o meu tradicional <i>ginger ale</i>.
	Dose dupla
20 junho 2004	ARACAJU, SE – Algo cansado, mas em bom estado, retornei ao Hotel Beira-Mar depois de participar de uma Audiência Pública. Antes de dormir, comi no restaurante uma excelente moqueca de camarão, o meu prato predileto.
21 Junho 2004	Acordei mais tarde, já refeito do dia anterior cheio de atividades. Almocei com Fred Ferreira e sua namorada Adriana, num restaurante de praia italiano, excelente, onde comi uma gostosa moqueca de camarão.
	Apreciação
	<i>Ano–Novo na Fazenda São Quirino</i>
1° janeiro 2006	A passagem do ano foi comemorada com saudação "tim-tim" de taças com champanhe nacional e algum francês (apenas levemente melhor). Houve um excelente almoço, sempre com muita champanhe brasileira, que dizem ser a segunda melhor do mundo.
	SITUAÇÕES Reputação
27 junho 1975	BRASÍLIA, DF – À noite, na grande Festa dos Estados, jantei no restaurante da Barraca São Paulo. Lucia está trabalhando na parte de "secos e molhados" (bazar). Durante o jantar cometi uma

enorme gafe. Ao meu lado, Lia Vaz, viúva e irmã de Maria Henriqueta Gomes, conversava com um coronel do Exército, casado. Ele e ela discutiram. A horas tantas, o coronel disse: – "Ela tem mania de mandar em mim!". Senti-me na obrigação de dizer algo, e respondi: – "Isso acontece em todos os lares". Ao que Lia retrucou: – "Mas nós não somos casados! Somos apenas primos!". Diante dessa gafe, eu não sabia o que dizer. O que vale é que tenho sólida reputação de ser superdistraido.

Pindura!

BRASÍLIA, DF – À noite fui à Churrascaria do Lago, onde comemorei a data (150 anos dos cursos jurídicos) com mais 15 colegas. Foi um jantar muito alegre. Cantamos as velhas canções acadêmicas. Diante do meu olhar atônito, o senador Franco Montoro fez o clássico discurso do 'pindura', explicando a tradição de não se pagar contas de restaurante nesse dia. E terminou de modo sensacional, dizendo que "os estudantes eram a glória da Academia e a desgraça do empresariado!" Após esse "pindura" simulado, pagamos a conta, mas o gerente nos brindou com champanha.

Vexame cômico

Saída do jantar em homenagem ao colunista de Política do *Jornal do Brasil*, jornalista Carlos Castelo Branco, no late Clube de Brasília.

Embora de linha oposicionista (moderada), a maioria dos figurões presentes era do Governo. Entre eles vários ministros e até um ex-ministro, Severo Gomes, velho amigo, com quem conversei bastante.

À saída, vi o ministro Said Farhat e senhora, esperando o seu carro sem encontrá-lo. Ofereci-me para levá-los e eles prontamente aceitaram. O que se passou depois foi um misto de vexame e de comédia. Os trincos das portas do meu velho Ford Corcel só abrem do lado de fora. Foi difícil ao ministro sair do carro e mesmo a entrada não foi fácil, pois eu não conseguia abrir bem a porta. Além disso, o chão estava forrado de jornais e o aspecto do automóvel, com seus 110 mil km, não era dos melhores.

Bugigangas

Desembarque no retorno de longa viagem à Amazônia

Pouco após chegar a São Paulo deu-se um fato inusitado. Eu estava saindo, no corredor do avião, quando um senhor bateu involuntariamente com a perna, na minha maleta. Esta se abriu, esparramando no chão do corredor todo o seu volumoso e variado conteúdo: cliques, apontador, canetas, lápis, inúmeros remédios, borrachas, sabonetes, lanterna a pilha, máquina de calcular, papéis sem conta, folhetos etc. Rogério Marinho e uma aeromoça, com os passageiros vendo surpresos, alguns ajudando um pouco, e eu aflito, procuramos reunir, todos rindo, esse variado e vasto estoque de bugigangas e celulose. Não foi fácil. Eu só dizia: que vexame! E a aeromoça, cordial e sorridente afirmava que não era nada. Rogério estava às gargalhadas. Ainda no começo da viagem ele me dissera que um dia escreveria no jornal *O Globo* sobre a minha maleta e o seu conteúdo.

11 agosto 1977

28 março 1979

11 setembro 1982

Acordar Cedo

20 outubro 1982

RIO DE JANEIRO, RJ – Lá pelas 6h20 da manhã, o engenheiro florestal Iran Suarez da Mota me telefonou, dizendo estar na portaria do hotel, com os originais da minha palestra de Campos do Jordão, para serem corrigidos. Tive que reunir toda minha educação disponível, para não responder algo desagradável. Detesto acordar cedo e detesto igualmente ser pressionado. O engenheiro Florestal Iran estava lá cumprindo ordens (muito infelizes), pois havia um prazo exíguo para entregar os originais à tipografia. O resultado de tudo isso é que lamentei ter feito uma palestra extensa, em Campos do Jordão, e passei o resto da manhã corrigindo os malditos papéis datilografados, obtidos através da gravação de minha palestra.

Como viemos ao mundo?

20 dezembro 1982

BRASÍLIA, DF – À noite estive no grande jantar-banquete oferecido ao ministro da Educação general Rubem Ludwig. Estiveram lá umas 500 pessoas, em boa parte minhas conhecidas. Ao chegar levei um susto tremendo, pois no final da escada rolante havia uma massa compacta de pessoas. Como a escada não para de rolar, e atrás de mim vinham outros convidados, com grande aflição tive que me atirar para diante e abrir caminho na massa, ou seja, aos empurrões e pedindo desculpas aos empurrados. Reflexão: não será assim que a gente chega ao mundo?

Lógica

26 julho 1984

Fui procurado por um senhor aparentando uns 35 anos, que se apresentou como pertencendo a uma entidade do Rio Grande do Sul. Logo percebi que era uma pessoa perturbada, pois que tinha estudos sigilosos sobre o Meio Ambiente. Estudava as áreas de contato entre a poluição e a área não poluída, tendo chegado a uma fórmula que precisava desenvolver. Além disso, a seu ver, um Meio Ambiente somado a um Meio Ambiente davam um ambiente inteiro. Conclusão lógica, como se vê. Tratei-o com toda a consideração a que tem direito uma pessoa humana, e o encaminhei ao nosso coordenador de Estudos e Projetos, Garo Batmanian, que também o recebeu com atenção e lhe pediu um Projeto. Ele deve ter saído satisfeito e talvez isso possa contribuir para melhorar a sua condição.

Glória

Passagem por Nova York depois de reuniões no Banco Interamericano e World Resources Institute em Washington

26 setembro 1985

No hotel, fiquei impressionado com as notícias da TV sobre o furacão Glória, que agora subiu para o Norte e está a caminho de Nova Iorque. Várias áreas aqui perto estão sendo evacuadas. Grandes ondas já atingem a costa da Carolina do Norte. Pelo jeito, vamos ter amanhã problemas muito sérios, pois este é um dos piores furacões do século. O World Trade Center, onde estive de manhã, e as escolas ficarão fechados amanhã.

27 setembro 1985

Acordei às 6h. A TV prevê que o furacão Glória estará aqui perto por volta do meio-dia. Long Island, onde está o Aeroporto Kennedy, será atingida em cheio. Os comentaristas mostram cenas

das praias atingidas por ondas gigantescas. Várias localidades estão sendo evacuadas. As escolas de Nova Iorque não funcionarão. As pessoas que vivem nos lugares mais baixos estão sendo acolhidas em escolas, etc. É como se um grande desastre fosse se aproximando em câmera lenta, coisa que nunca vi em minha vida. (...)

Por volta das 13h todos esperavam pelo pior, pois o furacão passaria diretamente sobre o Aeroporto Kennedy. Foram momentos de grande expectativa. Contudo, nada de extraordinário aconteceu, felizmente. O impacto do Glória foi relativamente pequeno. Da minha janela do hotel não vi nenhum vento maior. A TV também não mostrou grandes estragos. Contudo, três ou quatro pessoas morreram em consequência de acidentes indiretamente ligados ao furacão. Muitas árvores foram derrubadas e postes caíram. Umas 450 mil residências ficaram sem luz. No total, porém, o furacão foi um blefe, e sobretudo um susto. Curiosamente, às 14h30, quando saí à rua depois de almoçar, o céu estava azul, com poucas nuvens. A temperatura era amena e as pessoas circulavam aliviadas pelas ruas.

Advertência, 12 anos depois

Atenção: a letra ruim muitas vezes é devido ao fato deste diário ter sido escrito em veículos em movimento.

Encher a sala

O governador do Distrito Federal José Aparecido deu uma medalha Grã-Cruz da Ordem de Mérito a Sam Nujoma, presidente em exílio da Namíbia. Foi uma recepção desajeitada, na qual havia pouca coisa concreta para falar (pois desconhecemos muito a situação de lá) e um público demasiado reduzido: umas 30 pessoas. Não se pode expor o visitante e o governador a uma situação dessas. Quando o público é minguado, o remédio clássico e fácil é mandar virem funcionários para encher a sala. Isso foi feito várias vezes na Sema, com proveito para todos. Pode parecer algo desproposado, mas pior é a sala vazia, a qual constitui uma desatenção ao homenageado.

Convencional

PERUÍBE, SP – Domingo. Estive na ponta norte da Praia de Peruíbe, procurando nas rochas (*gneiss*) vestígios de locais escavados por ouriços marinhos (*Echinata*). Talvez tenha encontrado esses vestígios, a cerca de 4-5 m de elevação em relação ao Oceano. Não são, porém, vestígios claros. Fotografei. Uma menina, junto com outras, vendo minha máquina fotográfica, indagou quanto custava uma foto. Disse que era “fotógrafo particular”. Arrependi-me de não ter tirado a fotografia para lhes dar essa alegria, pois a enviaria de graça para o endereço que me dessem. Infelizmente, porém, tendemos a dar respostas convencionais, o que depois me entristeceu.

Polidez

BRASÍLIA, DF – De manhã estive na Sematec (Secretaria do Meio Ambiente Tecnologia e Ciência do DF) onde tive reunião com Fernando Quadrado Leite e outro representante dos espeleólogos

2 maio 1987

13 março 1987

26 março 1988

3 maio 1988

de Brasília. O apoio que poderemos dar-lhes é conferir *status* de Áreas de Relevância Interesse Ecológico a algumas cavernas de Brasília. Recursos não temos. Expliquei que só podemos dar: bom dia, boa tarde, muito obrigado e até logo.

Cartas na fila

10 maio wx1990

SÃO PAULO, SP – Estive nada menos que 1h25 na fila do Banespa (Banco do Estado) apenas para poder receber mais um talão de cheques. Mesmo em pé, aproveitei o tempo para escrever cinco cartas.

Haja tempo!

30 março 1993

Depois, no Instituto de Estudos Avançados da USP, o professor Umberto Cordani sugeriu algumas entrevistas minhas com pessoas que participaram da última reunião, para redigir o capítulo referente aos solos, às mudanças climáticas e aos ecossistemas. Estou lotado de trabalhos.

Fui dormir às 2h, para colocar em dia meus papéis. Ainda falta alguma coisa, antes de começar o livro sobre o Taim-Chuí e o livro (que não saiu) das mudanças climáticas. Concluí agora um capítulo sobre os machos diploides no livro sobre as abelhas indígenas. E há sempre correspondência a responder e providências a pedir. Haja tempo, haja tempo...

Sempre viajando

28 julho 1994

À tarde rumamos de Itanhaém, no Litoral Sul, para São Paulo. Jantei com Lucia e em seguida viajamos para o São Quirino. Estou sempre viajando, de um lado para outro.

Sequência

30 julho 1999

TEFÉ, AM – À noite, no deck defronte à casa, houve uma longa conversa sobre o passado e o futuro de Mamirauá. Estava muito cansado e cochilei um pouco, quando Marcio Ayres me passou a palavra, dizendo: "Paulo... questão fundiária". Acordei. Repeti automaticamente: "A questão fundiária é importante". Logo cai em mim e completei: "Naqueles tempos iniciais isso era de grande importância. Hoje dá-se ainda maior atenção à presença das populações tradicionais etc. etc." Senti-me aliviado por ter dado sequência lógica à conversa, sobre o início de Mamirauá, que foi muito ajudado pela Sema, junto ao Iteram (Instituto de Terras do Amazonas). Pretendíamos fazer lá uma Estação Ecológica por sugestão do Marcio Ayres, pai da ideia. Fui o braço governamental que logo o apoiou.

Táxi gigante

11 outubro 2000

NOVA IORQUE, EUA – Lá pelas 17h30 saí do hotel. Me arrumaram um carro imenso, mais de 10 m de comprimento. A princípio fiquei aborrecido, pois era o único passageiro. Havia um "sofá" no sentido de comprimento do carrão. O motorista, porém, era simpático e o preço, quase razoável. Fui de táxi gigante (10 m ou mais de comprimento) ao Aeroporto Kennedy.

Provável

Na USP, conversei com um rapaz de Jundiaí que deseja fazer mestrado, sobre hábitos de Coereba (sebinho). Ele é ferroviário e me parece dedicado, com boa vocação. Nome: Edson Prado ou Eugênio Santos de Moraes (provável).

5 agosto 1999

Popstar

BRASÍLIA, DF – Em certo momento de sua fala, na Convenção Nacional sobre o Meio Ambiente, o presidente Lula fez um longo e grande elogio à minha pessoa, dizendo que eu era um exemplo a seguir. Houve muitos aplausos. Levantei-me então e agitei as minhas mãos, agradecendo. Foi para mim um acontecimento muito tocante e inesperado. Lembrei de que Lucia teria gostado muito de ouvir o que ouvi. O fotógrafo Soares me fotografou ao lado de Lula e do ministro da Educação Cristovam Buarque. (...)

27 novembro 2003

Uma das coisas que mais me impressionou foi a procura de muita gente pelo meu autógrafo ou para uma pequena conversa. Foram dezenas de pessoas. Dezenas mesmo, a ponto de ter alguma dificuldade para andar. A todo momento, aqui e ali, isso acontecia.

Chapéu kaki

SÃO SIMÃO, SP – Domingo. Hoje é o dia do aniversário do Município de São Simão. Às 08h15 já estava, com o motorista Gilberto, nas ruas onde ocorrerão os desfiles. Fiquei inicialmente abrigado na sede da Associação da 3ª idade, que eles chamam lá carinhosamente de "Melhor Idade". (...)

28 outubro 2007

A horas tantas vieram me buscar para participar do desfile. Embora houvessem rumores a respeito, não escapei. Não havia alternativa. Subi sem problemas numa pequena carreta e me sentei numa poltrona que lá estava. Nos lados, na frente e atrás, mudas de plantas ornamentais. Na frente eram mudas pequenas de uma Ericácea, para não atrapalhar a visibilidade. Atrás de mim, parte do tempo, um caridoso senhor segurava um guarda-chuva grande, aberto. Levei comigo também um chapéu kaki pequeno, dobrável, de bolso. (...)

Procurei ficar sorridente e alegre, embora tenha ficado preocupado quando li, numa faixa que ia à frente da carreta, os dizeres: PNN, REI DA ECOLOGIA. Felizmente não havia por perto nenhum colega ecólogo. Se houvesse, como iria dar explicações? Várias vezes batiam palmas e acenavam alegres para mim, pequenos grupos que assistiam ao desfile. Quando isso acontecia, PNN, o Rei da Ecologia, republicanamente acenava de volta, com um sorriso meio murcho. Afinal a carreta parou diante do palanque das autoridades. Alguém, num alto-falante leu o meu curriculum, onde se dizia que eu tinha realizado feitos gloriosos e protegido milhões de hectares de florestas. Enquanto eu meditava sobre o assunto, pensando nas oportunidades que recebeu de Deus, duas pessoas audaciosamente subiram na pequena carreta e, sem caírem, me saudaram com abraços. Eram o prefeito Celão e sua esposa. Retribui essas cordiais saudações, com modestos abraços e dizeres de agradecimento, sob as palmas do pessoal que estava no palanque. O prefeito e a primeira-dama saíram da carreta, os aplausos cessaram, a carreta saiu do local. O "Rei da Ecologia" retornou à Fazenda Aretuzina. Outras entidades, escolas e bandas de cidades vizinhas, muito bem treinadas, receberam também os seus aplausos. Era um ambiente de felicidade. Na fazenda, o Rei da Ecologia pôde descansar do seu breve reinado.



*Estudos sobre abelhas
indígenas e sua criação*

CIÊNCIA E VIDA

- Trajetórias acadêmicas
- Algumas considerações científicas e sócio-ambientais

TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

Dedicação e franqueza
Prioridade à carreira universitária

BRASÍLIA, DF – Às 15h10, juntamente com (o secretário geral do Ministério do Interior) Henrique Cavalcanti, avistei-me com o ministro do Interior, Costa Cavalcanti. Confirmou o convite feito para ser o secretário especial para o Meio Ambiente. Disse-lhe que procuraria compatibilizar con-servacionismo e desenvolvimento. (...) Conteí que era professor no departamento de Zoologia da USP, onde dou um curso sobre Preservação da Natureza e outro sobre Comportamento Animal. Disse-lhe que passaria ao Departamento de Ecologia, em formação.

24 novembro 1973

O ministro falou que ficar apenas quatro meses como Secretário seria pouco (considerando ser esse o período que restava àquele governo). Respondi estar disposto a ficar se necessário cerca de dois anos. Afirmei que não desejava deixar minha carreira universitária. O ministro foi muito amá-vel e simpático. Avisou que na nomeação terei ainda que correr certos trâmites e que possivelmen-te o presidente Médici desejaria me conhecer. Retornando ao gabinete do Henrique Cavalcanti, este me levou à sala, grande e confortável, que reservou à Sema.

P.S. 2009: Contudo, não fui um secretário de meia semana. Mudei-me de verdade, com minha espo-sa, para Brasília, na qual fomos muito felizes.

No fim da manhã fui chamado ao Gabinete do ministro, onde Henrique Cavalcanti me apresentou ao novo titular, Maurício Rangel Reis. É um homem decidido, firme. Disse-me que tinha muito boas referências a meu respeito e que desejava me convidar a permanecer à frente da Sema. Acei-tei o convite, mas expliquei que frequentemente teria que estar às segundas-feiras em São Paulo, devido aos meus alunos de pós-graduação. Ele não viu inconveniente nisso. Pelo contrário, gostou da minha franqueza, dizendo que era assim que se devia agir.

5 março 1974

Valores de Paraninfo

PORTO ALEGRE, RS – (...) Passei brevemente no Hotel Plaza San Rafael e em seguida fui com o pro-fessor Tuiskon Dick à Universidade, para a festa de formatura da área de Ciências Naturais. Vesti uma imponente beca. Entrei no grande salão desfilando com os professores, em coluna por dois, logo atrás de Tuiskon, que ia à frente. Depois atravessei de volta o salão, para regressar à frente de uma coluna dupla de uns 40 formandos. Com minha imponente beca sentia-me como se estivesse atravessando a nave de uma igreja em dia de casamento.

18 dezembro 1975

O professor Tuiskon Dick, líder autêntico, dos mais dinâmicos que conheço, comandou a solenidade do começo ao fim. Após a oradora da turma, fiz o meu discurso de paraninfo. Falei sobre a impor-tância do trabalho para vencer na vida e sobre o valor das normas cristãs para se ter paz e felicidade.

Exposição aos estudantes

BRASÍLIA, DF – Fiz uma Palestra na UnB (Universidade de Brasília) e dei entrevistas, em come-moração ao Dia do Meio Ambiente. Os 300 estudantes presentes me aplaudiram muito. Fiz uma exposição com a maior franqueza possível, sobre os problemas ambientais brasileiros, de Norte a

5 junho 1978

Sul do país. Considerando-se que o meio estudantil é em geral contra o Governo (militar), acredito que a *performance* foi boa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Teses, concursos e docências
Comportamento das pombas e periquitos

12 outubro 1974 CAMPINAS, SP – À tarde percorri a fazenda e ainda achei tempo para fazer observações sobre o comportamento de pombas e periquitos (para minha tese de livre-docência).

29 dezembro 1974 Durante cerca de duas horas observei o comportamento de pombas, rolas e periquitos. Preciso acumular material para a minha Tese de livre docência.
P.S. Fiz também muitas outras observações.

O folclore da asa-branca

27 fevereiro 1975 NATAL, RN – (...) Fomos depois à sede do Clube América, onde assistimos, com o prefeito (Jorge Cascudo Rodrigues), a uma excelente e muito interessante exibição de grupos folclóricos. Um deles, a "Sociedade de danças antigas e semi desaparecidas Araruna", apresentou bailados de 100 a 150 anos atrás, que ainda sobreviveram devido à tradição familiar de um dos fundadores do grupo. Disse-lhes que era preciso filmar essas danças, para preservá-las para o futuro. Explicaram-me que a TV alemã os filmou. Outro grupo, o Asa-Branca, tinha uma canção para mim muito interessante, pois estudo o comportamento da pomba desse nome. "Asa Branca voou, levou a pena no bico".

18 março 1975 (...) Fui depois à Universidade, onde entreguei a Cláudio Froelich cópia das observações que fiz sobre o comportamento social de pombos silvestres e psitacídeos. Pedi-lhe que opinasse sobre esse material, como base de minha Tese de Livre Docência.

A criação do Departamento de Ecologia

11 agosto 1975 Às 17h avistei-me, no Palácio dos Bandeirantes, com o governador Paulo Egydio Martins. Pedi a ele, por escrito, apoio para criar, no Instituto de Biociências, o Departamento de Ecologia e um curso dessa especialidade. Calculei em 2 milhões de cruzeiros (250 mil dólares) a verba necessária para isso. Expliquei a difícil situação em que estamos no Departamento de Zoologia, sem espaço e num prédio decrépito. O governador despachou minha carta para a Secretaria do Planejamento. Manifestou apoio à ideia e pediu para eu dizer amanhã, ao reitor, qual o despacho dele. Paulo Egydio foi muito amável, como sempre. É uma ótima pessoa.

12 agosto 1975 De manhã, às 10h30, estive na Reitoria da Universidade de São Paulo, com o reitor Orlando Marques de Paiva. relatei meu encontro, ontem, com o governador, e pedi apoio à criação do Departamento e depois do Curso de Ecologia. O reitor se associou entusiasticamente à ideia. Deu apoio de modo amplo e franco. Fiquei realmente surpreso, aliás, muito agradavelmente, a essa acolhida que superou todas as expectativas. Falei também sobre a falta de espaço com a qual lutamos. Ele

vai ceder o antigo biotério, onde é hoje o Fundusp (encarregado da construção da Cidade Universitária). (...)

Às 13h, após me despedir do gentilíssimo reitor, tive um reunião com o professor Antonio Brito da Cunha, diretor do Instituto de Biociências. Foi também muito amável e disse estar de acordo com a iniciativa de se criar um Departamento de Ecologia. Sugeriu até, se não houver até lá espaço disponível, a permanência do pessoal nas salas que hoje ocupa, nos diversos Departamentos. Vai tomar as medidas ao seu alcance, logo que receber o relatório-justificativo a ser entregue pelo professor Cláudio Froelich.

Estive depois com a professora Diva Diniz Correa, a quem contei as minhas atividades em favor de um Curso de Ecologia. Embora o novo Departamento signifique uma grande perda de pessoal para a Zoologia, ela recebeu a ideia com muita compreensão.

Depois, reuni-me brevemente com Cláudio Froelich e Vera Fonseca, relatando minhas atividades e pedindo pressa para o Relatório que visa solicitar a criação do novo Departamento.

Concurso para efetivação

De manhã estive no escritório e à tarde fui à Universidade. Conversei com amigos e colegas. Vou ter mesmo que prestar concurso para me efetivar (ainda no Departamento de Zoologia), junto com vários outros professores. À noite, até as 2h do dia seguinte, preparei o Memorial de Atividades, um curriculum vitae comentado. É para minha inscrição no tal concurso. Que perda de tempo!

À tarde Lucia e eu rumamos para São Paulo, onde fui logo à Cidade Universitária. Conversei longamente com os colegas sobre as provas do concurso que terei que prestar no próximo mês, junto com vários deles. Já estou estudando, mas o meu tempo é curto. Por outro lado, não posso dar vexame e ser reprovado. Saí de lá algo deprimido, com uma ponta de angústia.

À noite Vera Fonseca me telefonou, dando a lista de pontos para o Concurso de nossa efetivação na USP. Tenho que estudar, nesta altura dos acontecimentos, a anatomia interna e externa de insetos, crustáceos, minhocas etc., entre outras coisas. Vai ser duro achar tempo para estudar. Também terei que estudar bastante Ecologia.

Abelhas, baratas, aranhas, escorpiões. Sem asneiras

À tarde fui ao Departamento de Zoologia da USP, onde a Banca Examinadora do Concurso de Efetivação me indagou sobre qual a minha pesquisa que me pareceu mais importante e também sobre qual o trabalho dos meus orientados que eu achava ser o principal. Assim, discorri sobre minhas pesquisas objetivando a criação de uma colméia racional para meliponíneos, coisa que me deu como subprodutos vários trabalhos científicos. Falei também sobre as descobertas de Vera Fonseca, com o comportamento de rainhas de *Paratrigona subnuda*, abelha social indígena. Terminei, assim, a primeira prova de meu concurso na Universidade de São Paulo, necessário à minha efetivação. Depois, com três dos outros quatro candidatos, fui treinar dissecação de barata!

8 dezembro 1975

5 janeiro 1976

15 janeiro 1976

19 fevereiro 1976

P.S. 2009: Cá entre nós, prezado leitor, parece uma atividade importante para um Secretário do Meio Ambiente, não é mesmo?

	À noite estudei para as provas que me aguardam nesse concurso.	
23 fevereiro 1976	Fui ao Departamento de Zoologia da USP, para sortear o ponto da aula teórica. O candidato Antonio Sérgio Ditadi fez o sorteio. Caiu o ponto “Introdução ao estudo dos Chelicerata” (aranhas, escorpiões, ácaros etc.). Foi uma falta de sorte, pois há uns dez anos que não dou esse tipo de aula, nem estudo tais bichos. Passei a tarde e a noite estudando. Fiquei satisfeito por verificar que estou em forma. Não creio que um rapaz de 20 anos possa aprender mais depressa. Deve ser o treino na USP e depois na Sema, onde estou sempre estudando e aprendendo, tendo que fazê-lo com rapidez.	
24 fevereiro 1976	De manhã estudei e depois fui à USP, preparar com Vera Fonseca os slides para minha aula. Finalmente, às 15h entrei em combate, dando a aula teórica sobre os Chelicerata. Estava bastante tenso e certamente não fui brilhante na minha exposição, sobre esse assunto ultracomplexo. Mas acredito que me saí razoavelmente bem e não disse asneiras, o que já é algo.	
26 fevereiro 1976	À tarde, finalmente, fiz o meu exame prático, no concurso que estou fazendo na USP. Durou perto de quatro horas (estrelas e ouriço-do-mar e também produção primária marinha). Fui muito bem e a banca tratou os candidatos do melhor modo possível.	
	A criação do Departamento de Ecologia	
4 setembro 1979	Fui à USP ao cair da noite. A professora Vera Fonseca está muito preocupada com a situação caótica e desesperadora do nosso Departamento de Ecologia, devido à falta aguda de recursos. Vou me pôr a campo para evitar que o Departamento encerre suas atividades melancolicamente.	
1º outubro 1979	À noitinha cheguei a São Paulo e fui direto à Cidade Universitária. Troquei idéias com o professor Cláudio Froehlich, chefe do nosso Departamento de Ecologia. A situação lá é de penúria. Estão até pensando em desistir do Departamento, mas procurei demonstrar que este é irreversível. Não podemos voltar atrás em relação ao mesmo, por maiores que sejam as atuais dificuldades.	
8 outubro 1979	Às 14h fui à Reitoria da USP. Juntamente com os meus colegas professores Cláudio Froehlich e Vera Fonseca, do Departamento de Ecologia, tivemos longa entrevista com o reitor Waldyr Oliva e o vice-reitor Antonio Britto da Cunha. Falamos das graves dificuldades que atravessam o nosso Departamento. O reitor se mostrou muito compreensivo e disse que encontrará meios para nos ajudar.	
	O esforço para escrever a tese de livre-docência	
20 abril 1980	ITANHAÉM, SP – Domingo. Descansei. Fui à missa, com Lucia. Comunguei, como faço quase sempre nas missas. Comecei a escrever, com base nas fichas de campo, a parte de observações de minha tese de Livre Docência na USP, sobre alguns aspectos do comportamento social de uns 12 Psitacídeos e outros tantos Columbídeos brasileiros.	

LUZIÂNIA, GO – Domingo. Descansei (na Fazenda Jatiara). Fui à missa. Adiantei a Tese de Livre Docência.	1º junho 1980
MADRI, ESPANHA – À tarde trabalhei, no Hotel, na minha Tese de Livre Docência para a USP. Era um antigo hotel belle époque.	13 junho 1980
MADRI, ESPANHA – Sábado. De manhã fiquei no Hotel tratando da minha Tese de Livre Docência.	14 junho 1980
De manhã fui ao Instituto de Biociências, tratar com o secretário Rubens Pilla, dos assuntos de minha Tese de Livre Docência. Tirei uma abreugrafia e fiz o requerimento à Direção do Instituto.	28 julho 1980
À tarde trabalhei intensamente na correção dos originais datilografados da Tese. É uma corrida contra o tempo, pois ela ainda não está pronta e o prazo para a entrega termina dia 8 próximo!	
BRASÍLIA, DF – Trabalhei à noite, até às 2h, na minha Tese de Livre Docência. Terminei com a Bibliografia. Agora só falta rever o resto.	31 julho 1980
Um minuto	
SÃO PAULO, SP – Trabalhei intensamente no preparo de minha Tese de Livre Docência. É uma tese algo mais detalhada e complexa que uma tese de doutorado. Na Federação Brasileira, só existe no Estado de São Paulo. É uma tradição que veio da Alemanha. À noite escrevi sobre uma ideia muito importante que me ocorreu: o estabelecimento de ordens de dominância de três níveis.	7 agosto 1980
Corri contra o tempo, com a secretária Sandra Camerata, para terminar a apresentação da minha Tese de Livre Docência, sobre a ecoetologia de alguns psitacídeos e columbídeos. Finalmente, quando faltava apenas um minuto para as 18h (hoje era o último dia do prazo), entreguei um exemplar da Tese e outros documentos ao senhor Rubens Pilla, secretário do Instituto de Biociências da USP.	8 agosto 1980
Migrações, altruísmo e um “cardume de aves”	
De manhã, na Secretaria do Instituto de Biociências, reuni-me com a Banca Examinadora do meu Concurso de Livre Docência. São eles: Warwick Kerr, Carminda da Cruz-Landim, José Tundizi, Cláudio Froehlich e Erasmo Garcia Mendes, este presidente. Elaborada a lista de pontos da prova escrita, o professor Erasmo entregou o papel ao secretário do Instituto, Pilla, e disse: – “Pode mandar bater (datilografar)”. Imediatamente respondi: – “Não precisa mandar bater. Confesso tudo!” Assim, num ambiente descontraído, começaram os trabalhos. Foram também elaborados os pontos da prova didática. Foi sorteado o ponto sobre Migrações e Efeitos Ecológicos, para a aula a ser dada amanhã.	18 novembro 1980

19 novembro 1980

De manhã fiz a prova didática, dando uma aula sobre Migrações e Ecologia. Senti que estava num dia bom para falar. Além do mais, estava muito calmo. Acredito que falei bem. O tópico central da aula foram as migrações de mamíferos na planície de Serengeti, África, onde estive em 1975.

À tarde fiz a prova escrita. Ponto sorteado: A Evolução da Ecosociabilidade nos Insetos. Ao dis-correr sobre o assunto, critiquei as teorias de Hamilton, em grande parte adotadas por Kerr (um dos examinadores). Segundo Hamilton, na evolução o altruísmo é favorecido como meio para pro-pagar os próprios genes através da parentela. A meu ver isso está errado, pois a natureza procura evitar a consanguinidade (*inbreeding*). A existência de sexos, nos animais e plantas, é uma prova disso. Critiquei as teorias de Hamilton com bastante ênfase.

De manhã fiz a prova prática. Ponto sorteado: Planejamento de estudo sobre as atividades internas das abelhas (dentro do ninho).

Na prova, sugeri que os alunos fizessem a marcação de abelhas recém-eclodidas e seguissem suas atividades no transcurso da vida delas. Fariam, assim, um bom estudo sobre a relação divisão de trabalho-idade.

Terminada a prova prática, li a prova escrita, na presença do professor Tundizi. Antes, tinha pre-venido o professor Kerr que ele não iria gostar dos meus pontos de vista. No final, porém, ele não se importou muito.

À tarde, finalmente, foi a vez da defesa de tese. Vários amigos, colegas e a família estavam lá pre-sentes. Ao todo eram umas 50 pessoas, número elevado para uma prova dessas. Tudo transcorreu, felizmente, numa atmosfera de cordialidade. Poucas críticas foram dirigidas a pontos específicos da Tese. A crítica maior, feita por quase toda a Banca Examinadora, foi a de que a estrutura da Tese era pouco ortodoxa, ou seja, a disposição de capítulos e subcapítulos não seguiu a sequência lógica usual. Contra-ataquei dizendo que nada impedia que se desse a uma Tese uma disposição diferente. Diante da insistência do professor Cláudio, afirmei que para ir de Cubatão a São Paulo existia a moderníssima Via dos Imigrantes, mais retilínea. Contudo, era também possível fazer a viagem pela velha estrada da Serra do Mar, cheia de curvas, mas em compensação apresentando uma bela paisagem. A minha tese estava nesse caso. O professor Cláudio, depois da defesa de Tese, ria às gargalhadas, com essa minha argumentação, mas no bom sentido.

O fato é que eu estava calmo, tranquilo, rebatendo as críticas com segurança. Os reparos à Tese foram sem importância e a Banca se mostrou muito cavalheiresca. Ao terminar a arguição de cada um, fiz o elogio do examinador, lembrando fatos e acontecimentos ligados ao nosso relacionamento. Lem-brei, por exemplo, que o professor José Tundisi foi meu aluno. Isso para mim era uma grande satisfa-ção, pois mostrava que ele fizera uma carreira rápida e brilhante. O professor Erasmo Mendes, antigo professor meu, nas conversas depois das aulas, mostrava agradavelmente uma vasta cultura huma-nística. O professor Kerr se iniciara nas abelhas ao mesmo tempo que eu, começando desde então um ininterrupto entrosamento. A professora Carminda fora uma contemporânea dos velhos tempos da Alameda Glete, onde um antigo casarão e algumas dependências abrigavam o que hoje são dois Institutos (Biociências e Geologia). O professor Cláudio era para mim uma espécie de orientador. Por sua vez, os examinadores disseram palavras amáveis a meu respeito. Quanto a aspectos concretos, a única coisa difícil de responder foi uma misteriosa citação das palavras “cardume de aves”, que teria sido escrita por Goeldi. Fiquei na dúvida: seria erro de Goeldi ou erro de datilografia, que me escapou?

P.S. 2009: Hoje penso que às vezes ele pode estar certo nesse particular, inclusive em parte dos insetos. Mas ape-nas meio certo, nem sempre.

No fim da arguição, elogiei e recordei fatos ligados a outras pessoas que estavam ali presentes. Disse, por exemplo, que graças ao meu irmão José Bonifácio pude seguir a carreira universitária, enquanto ele dirigia os negócios da família.

Depois da reunião secreta da Banca, veio o resultado: média final 9.86. Aprovado com distinção.

À noite, em casa de Paulo Jr. houve uma recepção. Compareceram umas 200 pessoas, entre paren-tes, colegas e amigos. Foi muito agradável. Eu estava cansado, mas feliz.

Professor Adjunto

De manhã fui à USP, onde se realizou meu concurso de professor Adjunto. Os membros da banca foram os professores Ronaldo Zucchi, Aziz Ab’Saber, Luiz Edmundo Magalhães, Lionel Seguy Gon-çalves, Edison Pereira. Fui aprovado com um relatório da banca altamente elogioso.

14 abril 1983

Primeira aula em 12 anos

À noite (19h), após minha saída da Sema e o regresso pleno à USP, iniciei no Departamento de Ecologia, do Instituto de Biociências da USP, o meu curso sobre Degradação e Proteção dos Gran-des Ecossistemas. É a primeira aula que dou após 12 anos e meio de ausência na USP!! Estavam lá cerca de 30 alunos, inclusive uma antiga colega de turma, Myriam.

19 agosto 1986

À noite dei aula na USP sobre a degradação das águas. (O então repórter) Randau Marques e um fotógrafo do Jornal da Tarde tiraram fotos e conversaram comigo. Para os alunos deve ter sido algo muito inusitado. Expliquei, depois, a importância da imprensa na defesa da causa ambientalista.

26 agosto 1986

Grandes Ecossistemas

Hoje iniciei o meu curso noturno na USP, sobre Grandes Ecossistemas terrestres, destinados a alu-nos de Pós-Graduação. É uma turma simpática, de umas 13 pessoas.

17 março 1987

Concurso para professor Titular

Fui à tarde à USP, onde conversei com vários colegas. O Conselho do Departamento de Ecologia Geral pediu hoje a abertura de concurso para preenchimento do cargo de professor Titular. Come-ça a contagem decrescente para o grande concurso de minha vida!

1º dezembro 1987

Elegância e seu resultado inesperado

Durante parte da tarde estive na USP, onde participei de reunião do Conselho do Departamento de Ecologia Geral do IB-USP. Na discussão sobre plano de trabalho, que apresentei à CERT, pedi

7 março 1988

licença e sai da sala. Fiz isso para que os presentes tivessem mais liberdade, inclusive para discutir também o meu pedido para ser assessor do Minc (Ministério da Cultura), aprovado pouco antes. O resultado prático dessa minha elegância foi que fizeram duas exigências apresentadas de modo descabido, ou seja, através de Resolução do Conselho: deverei anexar uma Metodologia e uma Bibliografia ao meu Plano de Trabalho. Deviam ter feito isso informalmente. Pedir uma metodologia e uma bibliografia para trabalhos de assessoria me parece difícil e desnecessário.

Oposição velada ao “medalhão”

10 março 1988

P.S. 2009: Graças a Deus, foi isso o que depois ocorreu.

Estive longamente na USP. O chefe do Departamento de Ecologia, professor Edson Pereira dos Santos, me disse, algo constrangido, que a exigência de completar meu plano de trabalho com metodologia e bibliografia foi do pessoal mais moço do Conselho. Entreguei a ele o que me foi pedido, em três folhas datilografadas. Assim, espero que o caso esteja encerrado. Luiz do Prado me contou, também, haver certa oposição a mim entre o pessoal mais jovem da Congregação do Instituto, um grupo que questiona as coisas. Mas não chegaram a criar dificuldades. Não tenho nada a esconder nem a temer. É apenas o preço que pago por estar ficando velho e ser, infelizmente, um “medalhão” nacional e internacional. Talvez eles pensem que é divertido contestar uma pessoa que está na minha posição, mas nunca me disseram nada pessoalmente. Tenho certeza de que, se vier a fazer parte da Congregação, me tornarei respeitado, pois sempre foi assim na minha vida.

Inscrição à última hora

20 junho 1988

Ao reler o Edital do Concurso para professor Titular, verifiquei surpreso ao saber que o prazo estabelecido era de 180 dias corridos e não de seis meses, como eu pensava. Resultado: hoje é o último dia!! Isso foi de manhã. No escritório, corremos para aprontar a documentação. Pouco faltava, felizmente. Quanto ao livro “Ecossistemas Terrestres”, ainda precisava acertar alguma coisa e datilografar o último capítulo. Acrescentei à mão algo, em dois ou três pontos, e deixei o livro numa pasta. O último capítulo foi copiado (xérox) como estava, ou seja, algo datilografado e a maior parte dele manuscrito. Às 15h, aproximadamente, entreguei tudo na Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Pedi recibo escrito, que me deram.

Banca examinadora

24 outubro 1988

De manhã fui ao Instituto de Biociências, onde estive com a banca do meu concurso para professor Titular: professor Walter Marchi (IB-USP, Presidente); professor Ronaldo Zucchi (Ribeirão Preto); professor Jesus S. Moure CMF (UFPR); professor Samuel Murgel Branco (Faculdade de Saúde Pública, USP); professor Eurico Cabral de Oliveira (IB-USP). Sorteiei o ponto da prova didática: Ecologia Humana: Poluição. Tive muita sorte, pois este era, para mim, um dos melhores pontos. Após a reunião, apareceu por lá o meu velho amigo e colega dos tempos da Faculdade de Direito e do Ginásio de São Bento, Manoel Martins de Figueiredo Ferraz. Hoje ele é professor de Direito Romano da USP. Muito brincalhão, contou à banca histórias de “terror” dos concursos na Faculdade de Direito. Aconselhou a terem o máximo rigor comigo.

Nota 10

Às 10h e pouco dei a aula sobre a Poluição. O assunto era vastíssimo, e precisei falar com certa rapidez sobre cada tópico: poluição atmosférica, hídrica, do solo, resíduos nucleares; eu estava calmo e até me dei ao luxo de contar alguns casos pitorescos. Falei durante uma hora. Após terminar, fui muito cumprimentado. Parece que gostaram.

Às 14h começou a arguição sobre o Memorial de Atividades. Fizeram muitas perguntas e também muitos elogios. Indagaram o que eu pensava sobre as linhas de pesquisa do Departamento e outras questões referentes à Universidade. Consideraram como inusitado o fato de ter apresentado um volumoso trabalho ainda não publicado ou divulgado, sobre os ecossistemas terrestres. Pelo regulamento, não era obrigado a apresentar tese, pois já havia feito uma para a Livre Docência, há seis anos. Fizeram várias considerações sobre esse trabalho.

No final, obtive nota 10. Cada examinador deu notas em cinco quesitos. Eles disseram que foi um dos concursos mais agradáveis de que participaram, pela troca de ideias e pelo debate cordial que houve. Ouvir isso, deles e do pessoal que assistiu ao concurso, foi muito honroso para mim.

Representante dos titulares

Fui à USP da manhã. Por 4 a 3 votos, fui eleito representante dos titulares na Congregação do Instituto de Biociências da USP. Mandato de dois anos. A eleição foi na semana passada, mas só hoje soube o resultado. Aliás, não votei devido à viagem ao Acre e Manaus.

Guerrilheiro ambientalista

Fiz à noite uma palestra na USP sobre “Conservação Ambiental no Brasil”, última palestra do curso de Difusão Cultural “Ecologia e Conservação Ambiental”. Passei em revista o histórico das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental no Brasil. De todas as palestras que já fiz até hoje, foi a mais franca e descontraída. Contei numerosos episódios pitorescos sobre a história de diversas estações ecológicas. Senti, apenas, que meu neto Paulo V tivesse que se retirar antes. Foi uma pena, pois ele teria conhecido um lado do avô mais descontraído e guerrilheiro-ambientalista (sempre pacífico).

Mais alunos

Iniciei o curso sobre “Conservação Ambiental”, de pós-graduação, no Instituto de Biociências da USP. Dei aula sobre a Poluição da Atmosfera. Tenho 28 alunos!! No curso que dei no 1º semestre somente havia dois alunos. Era sobre Ecossistemas terrestres e mudanças climáticas. São cursos noturnos. Mesmo que fosse para um só aluno, teria dado o curso.

25 outubro 1988

30 maio 1989

8 junho 1990

19 agosto 1991

Burocracia absurda

13 dezembro 1991

Estive na USP, onde assinei um despacho no qual me comunicavam minha aposentadoria em 18 de abril próximo. É a compulsória. Acho um absurdo ter que solicitar uma coisa que é compulsória. Mas a burocracia tem vida e ideias próprias.

Melhor do que nunca

3 abril 1992

O ambiente de camaradagem entre mim e os alunos se consolidou. Diversos, inclusive Amyr Klink (que não era aluno), insistiram em fazer o meu curso previsto para o segundo semestre. Estava pensando em não realizá-lo para me dedicar mais às pesquisas, mas tive que mudar de ideia. Às vésperas da minha aposentadoria compulsória, isso é consolador, pois mostra que, como professor, estou em plena forma. Aliás, melhor do que nunca, na minha imodesta opinião.

Visita à “metrópole do universo”

4 abril 1992

COSMÓPOLIS, SP – Sábado. Hoje foi o dia da excursão de meus alunos a Cosmópolis, a metrópole do Universo, como expliquei (cosmos + polis). Como o microônibus do IB-USP (Instituto de Biociências) já estava reservado antes para uma excursão da Botânica, fomos em veículo igual da Usina Ester. Viagem boa na ida e na volta, graças a Deus.

Mostrei a mata reflorestada à beira do Rio Jaguari, na Cachoeira do Funil. Vimos também os varvitos do fundo de um lago glacial, a uns 300 m ao Sul da Ponte de Ferro, perto da margem esquerda do Rio Jaguari, na base de um morro junto a uma antiga estrada que havia ali. Além disso, examinamos os depósitos de tilito glacial (restos de morainas consolidados), na curva do Mandiçununga, no Rio Jaguari.

USP – Última aula como professor

10 abril 1992

À noite, dei a minha última aula do semestre e também como professor (da ativa). Mostrei slides sobre o Parque Nacional do Tsavo, na África; florestas tropicais e a caatinga. Houve também uma exposição do aluno Osvaldo, sobre manguezais, com debates. No final, os alunos me fizeram elogios, disseram que gostaram do curso e vão se inscrever no próximo, no 2º semestre. Para mim, isso foi altamente gratificante.

Termina uma etapa

14 abril 1992

Hoje foi, para mim, um dos dias mais importantes da minha existência. O Instituto de Biociências da USP fez uma reunião especial em minha homenagem, por motivo de minha aposentadoria. Foi, de certo modo, uma sessão do adeus no auditório principal do Instituto. É verdade que continuarei trabalhando na USP. Contudo, agora, depois de tantos anos, será outra vez um trabalho voluntário, como no início de minha carreira. Estavam lá muitos professores, colegas, a nova geração dos pós-graduados, os que fizeram no passado o mestrado e o doutorado sob minha orientação e outros amigos.

Todos os outros membros da mesa da reunião de despedida foram falando sobre mim, lembrando aspectos da minha personalidade. A professora Sylvia, a professora Vera e o professor Ruy Lauren-tis disseram que eu continuaria bem-vindo nos trabalhos da USP. Isso, para mim, foi importante, pois realmente pretendo continuar lá e já havia falado com eles sobre isso. Embora eu estivesse algo emocionado, e Lucia muito, essas palavras e o ambiente geral, sinceramente amigo, foram importantes para dissipar certo sentimento de perda ou desânimo que me dominava nestes dias que antecederam a minha aposentadoria.

Quando foi a minha vez de falar, agradei sinceramente as manifestações de apoio que recebi. Relembrei alguns fatos do passado. Comecei dizendo que nasci em berço de ouro. Expliquei que na minha família havia duas grandes vertentes. Uma delas era uma linha política, que vinha do meu antepassado José Bonifácio, o Patriarca; professores de Direito, Aureliano Coutinho e José Bonifácio Oliveira Coutinho; o presidente Campos Salles e o meu pai, que ficou exilado oito anos durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Poderia ter citado também o visconde de Sepetiba (Aureliano Coutinho, pai). A outra vertente era a econômica, que começou com meu bisavô José Paulino Nogueira, e continuou com meu avô Paulo de Almeida Nogueira. Não entrei em detalhes sobre tudo isso e outras coisas mais, o que pretendo fazer num livro, algum dia.

Contei minha passagem pelo serviço militar, onde nunca passei de soldado raso, ao contrário do Paulo Vanzolini (que estava presente na reunião), que chegou a cabo. Disse que na Faculdade de Di-reito participei dos acontecimentos de 9 de novembro de 1943, quando fomos metralhados numa manifestação contra o Estado Novo. Houve cerca de 60 feridos e alguns mortos, nessa ocasião.

Contei da minha entrada na História Natural da USP, em exame vestibular. Disse que o Paulo Van-zolini e Lucia foram os responsáveis por essa decisão de me candidatar. Fiz o curso noturno e até hoje prefiro dar aulas nesse período, para, de certo modo, compensar os privilégios que tive desde o meu berço dourado. Depois da minha escolha pelo professor Ernesto Marcus, todos os postos que conquistei na USP foram por concurso e é muito bom que essa seja a norma na Universidade. A USP é para mim, como dizem os norte-americanos, a minha Universidade-Mãe.

Disse também: quero fazer aqui uma profissão de fé cristã, católica. Os preceitos cristãos não são importantes somente para a vida eterna. Eles nos livram, nesta vida, de muitos problemas e situações “frias”. Ajudam a nossa felicidade neste mundo. Relatei o caso da demissão de um alto funcionário da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), providência que tive de tomar devido à sua orientação e ao seu caráter inusitado, que conflitava com os outros funcionários. Ele brigou comigo a ponto de terem tido que reforçar minha segurança na Sema. Fiquei diante de um problema novo: tinha um inimigo. Mas não queria ter inimigos. Assim, comecei a lhe escrever cartas para fazer as pazes e reconhecer alguns erros meus na condução da sua demissão. Também fiz a ele consultas técnicas. As respostas, a princípio, eram bravas e duras, mas foram se abrandando. Mais tarde, encontrei-me com ele e ao se despedir disse-me: “tudo de bom para você”. Também me convidou para almoçar. Assim, agora não tenho mais inimigos. Considero isso uma grande vitória.

Ao terminar, contei que há uma lenda nórdica, segundo a qual os velhos guerreiros vão desapare-cendo aos poucos nas brumas do tempo. Pensei que assim também seria comigo. Mas depois cheguei a uma conclusão diferente. Não estamos nos países nórdicos. Não sou um cavaleiro notável, pois o máximo a que cheguei nessa área foi a soldado raso de cavalaria. Além disso, a garoa quase desapareceu de São Paulo, de modo que não há aqui brumas nas quais se possa desaparecer. Assim, disse, vocês vão ter ainda que me agüentar por muito tempo, pois vamos continuar a trabalhar juntos!

Fiquei muito contente com a presença de meus filhos e noras, além de muitos amigos.

Sai da reunião com ânimo elevado. Terminava uma etapa da minha vida.

Professor até o último momento

15 abril 1992

Fui ao Instituto de Estudos Avançados da USP, onde conversei com o seu Presidente, professor Jacques Marcovich. Ele acha que a minha admissão, lá, é provável. Preciso completar o curriculum e também fazer uma proposta de trabalho a ser realizado no Instituto.

Fui à Secretaria do Departamento de Ecologia Geral e entreguei, como faço sempre antes de viajar, o meu pedido de afastamento para ir ao Exterior. Como me aposento compulsoriamente no dia 18, a rigor isso parece desnecessário. Contudo, viajo amanhã dia 16 e quero cumprir à risca o regulamento referente a esse tipo de afastamento. Quanto mais não seja, para ter o gosto, até o último momento, de agir como professor em atividade na USP.

“Meu mundo não acabou”

17 abril 1992

LONDRES, INGLATERRA – (...) Quando escrevo estas linhas, faltam poucas horas para entrar em vigor a minha aposentadoria, o que vejo com tristeza.

18 abril 1992

Sábado. Finalmente chegou o dia “fatal” da aposentadoria. Hoje completei 70 anos! Dormi cerca de 10 horas e acordei bem disposto. (...)

Passou, assim, o meu 70º aniversário. Foi um dia agradável. O meu mundo não acabou. A homenagem que a USP me prestou, as boas perspectivas de trabalho que ainda tenho lá, o apoio familiar, especialmente de Lucia, filhos, noras e netos, os amigos, os dias agradáveis que estou passando em Londres, as cerimônias religiosas de que participei e minha fé cristã, as possibilidades internacionais e talvez nacionais, que abrem novos horizontes ambientalistas para mim, tudo isso superou o desânimo que também rondava meus pensamentos. Louvado seja Deus, para sempre louvado!

Extensão sobre abelhas

7 outubro 1996

Iniciei o curso de extensão sobre abelhas, no Instituto de Biociências da USP. Falei sobre generalidades, classificação e distribuição geográfica das abelhas. Há uns 20 alunos, o que me parece muito pouco para um curso de extensão. Deveriam ter feito maior divulgação.

Ultimatos

6 fevereiro 1999

Recebi correspondência do Departamento de Zoologia da USP, que me deixou pensativo. Foi um ofício seco, ameaçando me cortar como orientador de Pós-Graduação se não der um curso. Minhas

atividades na pós-graduação me dão muito trabalho, não ganho nada com isso e não merecia ser tratado secamente. Mas nós, mais velhos, precisamos estar preparados para essas coisas. Até que a área ambiental brasileira, a paulista e o grupo das abelhas na USP me tratam excelentemente. A carta da Zoologia pode até estar certa no fundo, mas poderia ao menos ter algumas palavras amáveis e de estímulo. Vou pensar no que fazer, pois não posso abandonar meus orientados de pós-graduação. Não tem cabimento me darem ultimatos secos, nesta altura da vida, depois de tudo o que tenho feito pela USP. Mas não guardarei mágoas.

Número recorde de alunos

Hoje foi a primeira aula do Curso de Pós-Graduação, no auditório principal do Instituto de Biociências da USP. São cerca de 60 alunos. Penso que é um número recorde no IB!! A aula foi sobre os seguintes assuntos: Histórico do Meio Ambiente no Brasil e no mundo, a Conferência de Estocolmo, a Comissão Brundtland, o GEF, PP-G7, o Banco Mundial e o suporte do Ministério do Meio Ambiente. A Conferência Rio-92. O problema demográfico. O problema energético. A aula começou às 14h e terminou às 17h30. Houve um intervalo. Falei quase que durante todo o tempo disponível. Não foi fácil, pois isso requer muita atenção e boa disposição física. Sobrevivi bem, graças a Deus. Os alunos estão muito interessados e fazem perguntas.

Chave de ouro

COSMÓPOLIS, SP – Sábado. Excursão dos alunos à Fazenda São Quirino. Saímos às 10h15 do Instituto de Biociências, no ônibus do IB-USP, rumo a Campinas. Pelo caminho fui mostrando coisas interessantes, como por exemplo, o estágio de sucessão ecológica das florestas secundárias e algumas poucas primárias, estas algo mexidas, mas ainda com jequitibás. (...)

Talvez tenha sido o meu último curso, encerrado com chave de ouro. Agora os aposentados da USP não poderão mais dar cursos, devido a uma ação judicial na Politécnica, sobre honorários.

Na volta da excursão a pé, ficamos longo tempo aqui na casa do São Quirino, batendo um bom papo ambiental.

Instituto de Estudos Avançados
Ideologia ambiental

ITANHAÉM, SP – Trabalhei intensamente escrevendo um capítulo para o novo livro do Instituto de Estudos Avançados da USP. É sobre o surgimento da nova ideologia ambiental do desenvolvimento auto-sustentável.

Ótimo convite!

Passei na sede do Instituto de Estudos Avançados da USP. Lá me entregaram um convite para ser, durante dois anos, professor Visitante. Vou aceitar. Para mim será ótimo!

P.S. 2009: Mais tarde a USP proibiu professores aposentados de dar aulas nessa Universidade, por motivos burocráticos. Em outra instituição havia problemas.

10 abril 2000

14 setembro 2002

15 janeiro 1992

22 junho 1992

Denúncia da devastação no Chile

17 setembro 1992

Depois segui para São Paulo, onde almocei. Passei a tarde no Instituto de Estudos Avançados, onde comecei a minha função de professor Visitante. Participei de uma reunião sobre o Projeto Floram, de reflorestamento. Vai haver uma reunião em Vitória, para rever o Projeto. Fiz uma intervenção, em resposta a um elogio florestal ao Chile, feito por um dos convidados presentes. Expliquei que estavam destruindo os bosques do Sul do Chile, transformando-os em chips para exportá-los ao Japão, de uma maneira inaceitável. Ouvi isso dos chilenos ambientalistas, quando estive nesse país há uns dois anos atrás.

Ecossistemas e Mudanças Climáticas

7 dezembro 1992

Durante a manhã, no Instituto de Estudos Avançados, nos reunimos os professores Umberto Cordani, Crodovaldo Pavan, Vera Imperatriz Fonseca, Benevides e Franco Levi. Por insistência do Pavan, a conclusão se encaminhou no sentido de se fazer uma série de publicações, sem prejuízo de uma publicação minha. Apresentei a eles um resumo do meu trabalho (projeto de livro), sobre as "Mudanças Climáticas e os Ecossistemas Terrestres". Tenho a impressão de que eles não sabiam da dimensão (extensão) desse trabalho. Foi uma reunião viva e agradável.

Futuro

7 abril 1995

Estive no Instituto de Estudos Avançados da USP, com a Claudia Regina, com o Presidente Umberto Cordani e com o secretário executivo. Todos me trataram muito bem e perguntaram muito por Lucia. Deixei lá um artigo meu, que estava devendo a eles. É sobre serão as tendências positivas e negativas do meio ambiente, em meados do próximo século. É um exercício de futurologia. Vai sair na revista do IEA.

Passado

10 junho 1997

Hoje dei as minhas duas últimas aulas (palestras), no curso sobre a parte histórica da defesa ambiental no Brasil e no mundo. Falei sobre o Programa PP-G7 e a implantação dos grandes corredores ecológicos. Discorri sobre os principais problemas ambientais do mundo: população, efeito estufa, energia, desertificação e o que poderia ser feito para equilibrar o ambiente planetário em meados do próximo século. Ao que parece, gostaram muito. Por outro lado, penso que falei bem e à vontade. Não é falta de modéstia. Há ocasiões em que a gente fala melhor. Penso que essas palestras, com os resumos que escrevi, poderão dar um novo livro.

Perda maciça de biodiversidade

5 setembro 1997

De manhã fui à Faculdade de Economia e Administração da USP, em cujo auditório o Instituto de Estudos Avançados e a École Normale Supérieure (da França) fizeram um "Colóquio Natureza e Sociedade", seminário de bom nível, conduzido pelo professor Umberto Cordani (IEA) e professor Thierry Hervé (França), ambos meus amigos. (...)

Na Sessão da tarde fiz uma palestra sobre as perspectivas ambientais do próximo século. Conteí a espetacular diminuição da taxa brasileira de natalidade, agora quase equilibrada (na média): cerca de dois, três filhos por mulher. É preciso, porém, ter uma confirmação oficial, do IBGE, sobre isso. Fiz considerações sobre a erradicação da miséria, a necessidade de um equilíbrio demográfico. A fonte mais provável de energia futura, a meu ver é a fusão nuclear. Com isso poderemos obter hidrogênio mais barato. Relatei a perda maciça de biodiversidade que haverá com o aquecimento climático, pois os ecossistemas não poderão migrar na velocidade necessária. Creio que falei razoavelmente bem. Os aplausos foram bons.

Mais atividades na USP
Global Changes

Às 9h já estava no Gabinete do reitor da USP, professor José Goldenberg. Sob a sua presidência intermitente, ou seja, muito interrompida por telefonemas, fizemos uma reunião para examinar o apoio que poderia ser dado ao Programa Global Changes, de âmbito internacional, preocupado com a mudança do clima e suas consequências. Ficou resolvido fazer um Seminário em 12 de dezembro. Para mim será uma oportunidade ótima para expor as teorias que desenvolvi, sobre alternâncias climáticas, refúgios e compensações ecológicas (balanceamento ecológico) etc. O promotor dessas atividades é o professor Umberto Cordani, da Geociências.

27 outubro 1988

Comissão de Meio Ambiente

De manhã fui ao Instituto Ocenográfico, onde tomei posse como membro da Cema (Comissão de Estudos sobre o Meio Ambiente) da USP. Estiveram lá Manuela Rueda, antiga colaboradora da Sema, e a senhora Coutinho, ambas da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos do governo federal). Propuseram estabelecer um programa de estudos sobre os Rima, Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente. Foi uma proposta altamente interessante e importante.

30 novembro 1988

Retornei a São Paulo. Às 17h aproximadamente participei de uma reunião com o vice-reitor Ruy Laurentis e demais membros da Comissão de Meio Ambiente da USP. Estamos respondendo ao Itamaraty que iremos colaborar com eles em matéria de apoio e consultoria ambiental. Precisamos, porém, ter uma reunião para saber melhor o que pretendem.

5 novembro 1992

Estação Experimental na Serra do Navio

Participei da reunião da Congregação do Instituto de Biociências. Falou o professor Enei, que fez uma exposição sobre a instalação de uma Estação Experimental da USP, na Serra do Navio, Amapá. A (companhia mineradora) Incomi vai desocupar suas instalações, pois os depósitos de manganês estão ali no fim. A idéia é interessante, mas salientei a necessidade de dar um status legal permanentemente à área a ser protegida. A ideia foi bem recebida.

21 dezembro 1990

P.S. 2009: A USP não se estabeleceu na Serra do Navio.

Lideranças

9 julho 1992

Às 14h estive na Faculdade de Administração da USP, onde o professor Henrique Ratner está promovendo um Seminário sobre “Formação de Lideranças, Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Durante cerca de duas horas falei e discuti com uns doze participantes desse curso na USP. Eram pessoas de 30 a 40 anos de idade, já numa posição de liderança nas suas carreiras universitárias e em setores ambientais. Havia pessoas de outros Estados também. Falei sobre a minha experiência e sobre as perspectivas do pós Rio-92.

Minha palestra foi excepcionalmente longa, pois primeiro discorri sobre as dificuldade que enfren-tei na Sema. Depois de falar quase uma hora, o professor Rattner me pediu para discorrer sobre a Rio-92. Foi mais meia hora de palestra.

Ao mostrar as dificuldades que tive que vencer na Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), minha idéia foi mostrar como situações muito difíceis podem ser contornadas. É o que as lideran-ças ambientais freqüentemente têm a fazer neste país. Afinal, o Seminário é para líderes do setor.

Licenciamento das termoelétricas

7 agosto 2001

À tarde estive no Instituto de Física da USP, com o professor José Goldenberg, sua orientada Luz Dondero, um estudante da Politécnica, Marilda Cortopassi-Laurino, Márcia Ribeiro e Sérgio Hilário. Discutimos as linhas gerais do Projeto que vamos fazer para o licenciamento das Usinas Termoelétricas. Haverá um chefe do setor físico, uma recém-chegada doutoranda da Venezuela.

8 agosto 2001

Estive no laboratório das abelhas da USP, estudando com meu grupo da área biológica o se-questro do carbono lançado à atmosfera pelas termoelétricas e também as nossas atividades de campo e outras.

2 julho 2001

Estive hoje com a professora Vera Imperatriz Fonseca e a doutora Marilda Cortopassi-Laurino, na sede da Fundação USP, com o professor Antônio Massola. Estabelecemos com ele o Programa sobre as conseqüências e o controle das operações das termoelétricas no Brasil. Faremos a parte biológica. Haverá também uma parte físico-química, coordenada pelo prof. Massola. A mim cabe-rá a coordenação biológica. O Programa será custeado pela Petrobrás, mas temos total liberdade de pensamento e pesquisa.

Solução biológica

29 julho 2002

Tive uma reunião no Laboratório das Abelhas, com o grupo que coordeno, sobre o efeito estufa a ser agravado pelas novas termoelétricas no Brasil. Vamos apresentar uma solução biológica, a proteção às matas nativas secundárias enriquecidas com o replantio de espécies de árvores boas para o seqüestro de carbono da atmosfera. Termoelétricas sim, mas com o plantio de bosques de árvores para compensá-las, retirando do ar os compostos de carbono por elas produzidos.

Reverência aos índios no Viveiro PNN

Às 14h30 fui ao viveiro de plantas da USP, na Cidade Universitária. Com o comparecimento de umas 60 pessoas, deram ao Viveiro de Plantas da USP o meu nome. Mandaram fazer uma enorme “placa” de madeira com o meu nome entalhado, mostrando a denominação do viveiro. Para mim isso foi surpreendente, pois a USP não dá nomes de áreas ou de estabelecimentos com a indicação de pessoas vivas. O professor Massucato, Prefeito da Cidade Universitária, juntamente com os es-tudantes que organizaram a Semana do Meio Ambiente, foram os autores da iniciativa.

No meu discurso, saudei a Vera Imperatriz-Fonseca, a Elizabeth Hoffling, os meus filhos e Lúcia, minha saudosa esposa. Expliquei que devo os postos que alcancei ao apoio de outras pessoas. O pro-fessor Massucato leu o meu currículo, cheio de coisas que fiz. Isso me deixou sem jeito diante dos dez ou doze índios xavantes ali presentes. No meu discurso, porém, disse-lhes que eles sabiam mais do que eu, sobre a natureza, com seus animais e plantas. Contei também que havia plantado, no decorrer dos anos, cerca de dez árvores no Campus da USP, clandestinamente. Do mesmo modo que as aves haviam semeado centenas (talvez milhares) de pés da palmeira *Archontophoenix sp.* ali na área dos viveiros. Lembrei também que pertenci a uma das primeiras turmas da USP a ter aulas na Cidade Universitária. Era um curso noturno de quatro alunos e do professor Erasmo Mendes, pessoa muito culta. Depois da aula, no edifício ainda inacabado da Zoologia e da Fisiologia, ficávamos con-versando sobre arte, literatura, teatro, música e coisas assim, da cultura. Belos e saudosos tempos.

**Orientador e examinador
A sucessora**

Hoje de manhã foi a defesa de Tese de Doutorado de Vera Imperatriz Fonseca, minha orientada na USP. Presidi a banca examinadora, composta pelos professores padre Jesus Moure, Carminda da Cruz Landim, Walter Hugo da Cunha e Fernando Leite Ribeiro. Vera saiu-se muito bem, respon-dendo com calma, objetividade e acerto às perguntas e pontos discutidos. Afirmei que o trabalho dela era melhor que os meus. Por sua capacidade científica e outras qualidades, vejo na Vera uma sucessora minha no terreno da Ciência, com um belo futuro. Teve nota 9,6, com distinção e louvor.

Comportamento do canário-da-terra

Presidi na Unicamp a Banca de Doutorado de Luiz Octavio Marcondes Machado, sobre o com-portamento do canário-da-terra. Foi aprovado com nota 10 e distinção. Ele era meu orientado, especialista em aves. Sempre foi extremamente firme, nos seus trabalhos e conclusões.

Combustíveis tóxicos

Às 9h30, na Faculdade de Medicina, participei de Banca Examinadora de Daniel Nuñez. Assunto da Tese: toxicidade do álcool aditivado e outros combustíveis. Orientador e Presidente da banca: professor Gyorgi Bohm. Comecei minha arguição dizendo: “Muitos médicos já me examinaram, mas esta é a primeira vez que examino um médico”. Tese muito boa. O resultado das pesquisas indicou que o álcool é muito menos tóxico que a gasolina, quando inalado. Sugerir caracterizar o tipo de gasolina e óleo diesel usados nas experiências.

6 junho 2003

31 março 1975

11 agosto 1980

P.S. 2009: Fiquei satisfeito com esse ótimo resultado.

30 junho 1987

O início dos Conselhos Municipais

29 junho 1988

BRASÍLIA, DF – Na Universidade de Brasília, onde cheguei com algum atraso, tomei parte na Banca do exame de mestrado de Maria Luiza Nogueira Paes, sobre “Os Consemas e o Caso Divinópolis – MG – Gestão Ambiental Participativa”. A Banca foi constituída por mim, pelo professor Mario Julio Kroger e presidida pelo professor Benicio Viera. Para mim essa tese foi muito interessante, pois a ideia da criação dos Condemas (Conselhos de Defesa do Meio Ambiente) e a sua implantação foram iniciadas por mim e pelo saudoso General Clovis Nova da Costa, no início da Sema. Hoje há centenas de Condemas pelo Brasil afora, auxiliando, com menor ou maior sucesso, as administrações municipais. Estão articulados com os órgãos ambientais estaduais.

Mico-leão-caiçara

18 março 1993

P.S. 2009: O bando de micos que ela estudava desapa-receu. Talvez tenha sido eliminado. Foi necessário mudar o assunto da tese. Passou a ser sobre as matas da região. O estudo foi bom e ela foi aprovada.

Estive no Apiário do Instituto de Biociências, onde conversei com minha orientada na USP, Márcia Gonçalves Rodrigues. O projeto dela, referente ao estudo do comportamento do Mico-Leão caiçara (*Leontopithecus caissara*) sempre enfrentou muitas dificuldades. Ela sofreu ameaças de morte por parte de palmiteiros ilegais. Esses bichos são muito difíceis de encontrar. De todas as pós-graduações que orientei, essa foi de longe a mais complicada, perigosa e inusitada. Será uma sorte se não terminar com alguma encrenca maior. Até disputa com outra equipe de pesquisas (invasora) ocorreu. Tive que pedir à polícia garantias de vida a ela, pois alguns palmiteiros clandestinos pensavam erroneamente que ela poderia ser informante da Polícia Militar Ambiental.

Loteamentos na APA São Bartolomeu

18 novembro 1993

BRASÍLIA, DF – À tarde houve o concurso do biólogo João Batista Câmara. A sua dissertação foi sobre a Área de Proteção Ambiental do São Bartolomeu, aqui no Distrito Federal. Faziam parte da banca o orientador, José Maria e um professor de Viçosa. A tese, muito volumosa, mostrou à vontade como se multiplicam lá os loteamentos clandestinos, sob os olhos indiferentes (diria até mesmo suspeitos de serem coniventes) do atual governo do Distrito Federal. É incrível. Nos últimos cinco anos dobrou o número de casas construídas, dobrou também a extensão dos desmatamentos. Há lá mais de 40 loteamentos clandestinos (irregulares). A APA foi feita na minha administração para proteger uma represa cuja água reforçaria o abastecimento do DF. Contudo, só as casas já construídas na APA consomem 70% da água disponível lá. Assim, as futuras represas a serem construídas já são inviáveis sob o aspecto de mananciais para o Distrito Federal. A água terá que vir de fora do Distrito Federal.

P.S. 2009: Duas represas no Rio Corumbá terão esse objetivo (Corumbá 3 e 4). Já foram construídas.

Ecologia da Mata Atlântica

Hoje foi o concurso de doutoramento da Liege Petroni. Ela recebeu muitas críticas da banca, mas também teve um enorme elogio do professor Mario de Vivo, que disse ser este o melhor trabalho existente sobre a mata atlântica. Referia-se à Ecologia, com ênfase na parte Botânica, mas também suporte para a Zoologia. Quando falei, salientei os pontos excelentes da tese e expliquei alguns dos defeitos encontrados, como a divisão em capítulos sem continuação fácil entre si. É consequência da decisão de incentivar a publicação de trabalhos antes da publicação da tese. A Liege é minha orientanda.

A poluição em SP

De manhã, na Faculdade de Medicina USP, participei da banca de Doutorado de Marcelo

Foi uma experiência muito interessante, pois lá os membros da banca vestem becas, com rendas e faixas verdes. Por ser o único professor Titular da banca, a minha beca era a mais vistosa, imponente mesmo!! A tese foi boa e muito interessante. Ele examinou o pulmão (fez cortes histológicos bons) de 84 pessoas mortas por assassinatos e desastres. Em São Paulo, em Guarulhos, mesmo os não fumantes tinham problemas no pulmão. Isso é atribuído à poluição que existe na cidade. Participaram da banca examinadora a professora Vera Luiza Capelozzi (orientadora), o doutor Daniel Romero Muñoz, o doutor Luiz Alberto Amado Pereria, e o doutor Chin Au Lin. Lembrei-me do meu falecido Tio Nicolau Moraes Barros, que foi professor Catedrático dessa mesma Faculdade de Medicina. Era um médico importante, que tinha uma casa na Avenida Paulista. Havia lá um enorme viveiro com vários mutuns (*Crax fasciolata*) que eu, ainda menino, admirava. Crio, há anos, essa grande ave, solta, em São Simão (SP) e Luziania (GO).

Mineração em APP

À tarde fui a Campinas, na Unicamp, no Departamento de Geologia. Fiz parte da Banca de Mestrado de Mariel Silvestre, orientanda do professor Hildebrando Hermann. Outro membro da banca foi o Fernando Rei, presidente da Cetesb. A dissertação foi sobre as APPs (Áreas de Proteção Permanente) e a mineração, que para a Mariel é coisa prioritária quando se choca com a Legislação Ambiental. Ela não é contra a proteção ambiental, mas prioriza a mineração. Evidentemente não posso concordar com isso, mas ela defendeu bem o seu ponto de vista. Considera que somente as leis podem impor restrições de uso. Ela é advogada. Expus o meu ponto de vista de que o Conama está certo ao regulamentar as atividades permitidas nas APPs. Lembrei que o Congresso Nacional, na Lei 6938/81, deu expressos poderes ao Conama para fazer normas sobre o uso de recursos naturais. Ou seja, deu ao Conama poder para regulamentar as leis ambientais. Concordo com ela, porém, que o Conama pode regulamentar, mas sem desrespeitar as leis. A meu ver, a regulamentação dessas leis importa em estabelecer algumas restrições, o que a candidata não aceita. Foi uma discussão interessante. Aprovamos a Mariel Silvestre.

27 abril 2000

8 junho 2000

29 agosto 2006

P.S. 2009: Depois, Fernando Rei voltou a ser novamente Presidente da Cetesb.

8 dezembro 2006

Fascinante tese sobre Reservas Legais

Às 8h sai de casa na minha perua Parati (Volkswagen), rumo a Araraquara. Vou participar lá de uma banca de mestrado, na Uniara (Centro Universitário de Araraquara). É uma universidade privada, em formação.

Fui lá para constituir a Banca de mestrado de André Luiz Oliveira, sobre as Reservas Legais e as pequenas propriedades. Também Emerson Clayton Rodrigues é candidato, com breve dissertação sobre esse assunto, mas evidentemente com outros dados.

A Banca é constituída pelo professor doutor Hildebrando Hermann (Unicamp, geólogo), professora doutora Maria José Brito Zaquia (Zezé) da (Escola Superior de Agricultura) Luiz de Queiroz e PNN. Formamos um grupo muito animado, numa defesa da dissertação que era na realidade um "exame geral de qualificação". No final todos estavam debatendo as Reservas Legais, inclusive os examinadores entre si. Tudo muito cordial. Não foi apenas um simples exame, mas uma valiosa troca de idéias sobre o assunto ambiental do dia, ou seja, sobre as Reservas Legais. O examinado escreveu um trabalho que na realidade poderia ser uma tese de doutorado, com 130 páginas mais ou menos. Ficou claro que as pequenas propriedades não comportam Reservas Legais, mesmo sendo maiores que 30 hectares. Este é o limite atual de isenção. A professora Zezé é uma pessoa muito determinada e conhece bem os bastidores ambientais. Ela sabe discutir de modo sui-generis, interessante e conclusivo. O professor Hermann tem também um bom background e sabe expor bem seus pontos de vista. O candidato André Luiz de Azevedo conhece a fundo o assunto. Assim, com esses ingredientes, achei o exame fascinante. Ao mesmo tempo aprendi e me diverti muito. contei a eles alguns casos que fizeram todos rir e também ri do que a Zezé relatou sobre outros casos.

SBPC
Meio ambiente une

12 julho 1982

SÃO PAULO, SP – À noite participei da mesa de reunião sobre os problemas ambientais de Cubatão, promovida pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Altas esferas federais me haviam aconselhado a não participar, para evitar prováveis problemas devido à forte carga política de muitos setores da sociedade. Contudo, resolvi correr esses riscos e participar. No início da reunião fiquei chocado com a colocação, pelo presidente da mesa e por um professor de Geografia da USP, da tese de que os problemas de Cubatão eram de importância secundária face a outro aspecto. O que realmente importava, era mudar a estrutura do país. Para eles o país deveria passar por uma transformação radical, de esquerda. O Presidente da sessão ressaltou minha atuação, mas fez críticas muito fortes ao Governo. A maioria dos 300 jovens que superlotaram o auditório apoiava, com palavras, essa posição radical. Isso me deixou numa situação bastante difícil, pois não poderia deixar de responder a essas críticas, num ambiente antigovernamental.

Quando foi a minha vez de falar, disse que nas reuniões internacionais de que participei, países das mais diversas ideologias se uniram em defesa do meio ambiente. Com grande surpresa minha, fui aplaudido por um número apreciável de participantes, embora menor que as palmas dedicadas aos oradores radicais. Mas eu já estava feliz por não ter sido vaiado.

Respondi, depois, a uma série de perguntas e considerações, sempre admitindo com franqueza as deficiências da Sema e explicando nossa atuação aberta, sem segredos e sem política partidária.

A atmosfera da reunião foi se modificando e terminou numa atmosfera de certa cordialidade e mútua compreensão, muito diversa da existente no seu início. Com os membros da mesa e algumas outras pessoas fomos depois a uma pizzaria, onde ficamos conversando amigavelmente até as 3 horas da madrugada.

Sustentabilidade e democracia

SÃO PAULO, SP – Às 14h voltei ao auditório para fazer a palestra de encerramento da área ambiental da Reunião (da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Fiz a minha Conferência básica, com os acréscimos, diferenças de ênfase e aperfeiçoamentos que meu raciocínio me indicava. O título da palestra foi 'A erradicação da miséria como preocupação da Conferência Rio-92'. A tese principal que expus era a de que o planeta não suportará por mais de 30 a 40 anos o aumento atual da população à taxa de 2% ou algo a mais ao ano. Para estabilizar demograficamente a humanidade é necessário erradicar bolsões de miséria. Randau Marques, amigo e jornalista, questionou o objetivo de fazer um desenvolvimento auto-sustentável, que poderia favorecer certos setores industriais. Respondi que esse tipo de desenvolvimento deve ser feito num contexto democrático, com a consulta das populações locais e nacionais. A democracia corrigirá erros e traçará rumos a seguir.

120 bolsas nas Estações Ecológicas

FLORIANÓPOLIS, SC – (...) Quando foi minha vez de falar (na Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), relatei a história de criação das Estações Ecológicas, da antiga Sema. Os Parques Nacionais pertenciam ao antigo IBDF. Assim, para protegermos outras áreas nativas importantes criamos na Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente) 18 Estações Ecológicas com 3,2 milhões de hectares. Essas Estações tinham 120 bolsas de mestrado e doutorado de pesquisadores. Estes nos ajudavam muito na guarda e bom uso das Estações. Durante a fase de perguntas, um senhor Paulo disse que as Unidades de Conservação somente deveriam ser criadas após grandes e extensos períodos de estudo. Respondi que às vezes a criação tem que ser rápida, para que a Unidade não seja destruída. Citei vários casos.

O presidente Marcos Barros, do Ibama, me elogiou, o que costuma fazer quando me encontra. Fui também bastante aplaudido na minha palestra. Isso me surpreendeu, mas antes assim.

Academia Paulista de Letras
Mudança do clima

Às 18h fiz uma palestra sobre os impactos das mudanças climáticas no planeta, nos próximos 50 anos. Falei com bastante fluência. Depois recebi muitos elogios, o que me deixou satisfeito, ou aliviado, não pelo elogio em si, mas pelo fato de que entenderam o que falei. Realmente, não foi fácil sintetizar um assunto tão complexo e torná-lo acessível a um público leigo.

15 julho 1992

18 julho 2006

17 maio 1990

P.S. 2009: A mudança do clima, em 1990, ainda era objeto de muita descrença, pelo respeitável público.

Estratégia

17 outubro 1990

Geraldo e Mariazinha Vidigal estiveram aqui, com um plano astucioso. Há uma vaga na Academia Paulista de Letras. Devo telegrafar a todos acadêmicos lançando minha candidatura. Já se sabe, porém, que Inácio da Silva Telles, excelente intelectual, vai ser eleito. Após pedidos gerais, retiro minha candidatura, que será reapresentada, então com boas possibilidades, na próxima vaga. O Geraldo é um excelente estrategista. Não fazia parte, porém, dos meus planos, candidatar-me à Academia. Enfim, vamos ver no que dará.

Articulação

10 novembre 1990

Estou telefonando para pedir votos para a eleição à Academia Paulista de Letras, à qual pretendo me candidatar. O Geraldo Vidigal é quem teve a idéia e está me cutucando para andar mais depressa nessa campanha. O presidente da Academia, Péricles Eugênio da Silva Ramos, me deu hoje luz verde. As possibilidades de vitória são boas, com surpresa para mim.

11 novembre 1990

Domingo. Passei praticamente o dia todo telefonando aos membros da Academia Paulista de Letras, comunicando minha candidatura. Recebi o apoio quase total. Foram poucos (dois ou três), entre os 18 contatados, que não deram um voto explícito, mas mesmo estes foram simpáticos à candidatura. Há mais seis ou sete com os quais ainda não pude falar, mas que são considerados votos praticamente certos.

Eleição

14 março 1991

Pouco mais tarde me deram a boa notícia de que fui eleito membro da Academia Paulista de Letras por 24 votos a meu favor, 11 dados a Henrique Alves e nenhuma abstenção. Assim, ganhei por mais de 2/3 de votos. (...)

Aparentemente, o meu currículo impressionou os membros da Academia. Eduardo Ramos disse que eu teria tido mais votos se tivesse enviado antes o currículo.

Primeira sessão

4 abril 1991

À tarde fui à Academia Paulista de Letras, na minha primeira visita após a eleição. Eles me receberam muito bem. Pela primeira vez participei da sessão da Academia, que antes era considerada por mim como coisa algo misteriosa. Falaram sobre literatura, sobre a morte de Graham Greene, e de um autor suíço alemão. O professor Reale fez uma palestra improvisada sobre o movimento filosófico brasileiro. Fui saudado pelo Presidente Soares Amora e respondi. Lembrei meus tempos de Academia de Letras da Faculdade de Direito da USP. Disse que cada um via as coisas pelo seu ângulo (fui apresentado como cientista) e será assim que trarei à Academia a minha contribuição. Gostaram da minha breve fala.

Bem no alto

À tarde, às 17h15, houve a minha posse na Academia Paulista de Letras. Fiz o meu discurso de pouco mais de 30 minutos, primeiro tratando dos meus antecessores na Cadeira nº 10. São eles: Cesário Mota Junior (patrono), Eduardo Guimarães, Paulo Setubal, Gustavo de Paula Teixeira, Afonso Schmidt e Edmundo Vasconcelos. Falei sobre a vida de todos eles, elogiando-os nos seus muitos aspectos positivos. Depois, referi-me à ideologia nova que está se formando no mundo, a do desenvolvimento auto-sustentável. Expliquei a influência do filósofo Leibniz, no otimismo prudente que tenho, ou pelo menos o paralelismo entre minhas idéias e as dele. Mais adiante, afirmei que o parnasianismo deixou aqui muita influência. Assim, no Brasil as pessoas até hoje procuram a elegância da frase, ou seja, não repetir palavras, etc. A meu ver, o belo está, não na elegância das frases, mas sim na sua precisão e exatidão. Disse, para finalizar, que a civilização auto-sustentável conduz ao amor ao próximo e à erradicação da miséria, e assim aproxima os homens a Deus. (...)

A sala de reuniões estava cheia, com cerca de 100 pessoas. Fiquei muito surpreso com a quantidade e qualidade dos meus amigos que foram até lá para me cumprimentar. Fato interessante foi o número de pessoas que disseram que gostaram de meu discurso. Esse número foi relativamente muito maior que o de qualquer outro lugar onde tenha falado até hoje.

Sinto-me como se estivesse bem no alto de minha vida, no ponto culminante.

Confederação

Conversando, surpreendi-me com o apoio recebido para uma idéia que venho expondo há algum tempo: a formação de um Centro ou Associação cultural paulista, para cultivar nossas tradições e desenvolver a personalidade paulista. Isso é importante, para que a nossa cultura possa sobreviver. Acredito que as autonomias estaduais continuarão se ampliando. Um dia seremos uma grande Super-Federação. Não bastará, no futuro, ser uma simples Federação. É o que prevejo, pois quando falo sobre isso, encontro muita receptividade.

Reforma ortográfica

Propus que a Academia fizesse uma sessão para debater a nova Reforma Ortográfica, que acaba de ser aprovada pelo Senado. Contudo, o Presidente Rubem Scavone achou melhor esperar. Perdeu assim uma ocasião ótima para projetar a Academia.

Timor Leste

Tive ocasião de propor a doação de livros para constituir uma biblioteca em Timor. Seria uma homenagem nossa a esse valeroso povo, tão sofrido e massacrado em grande número por extremistas da Indonésia. A proposta foi aceita. Fui designado, com o Hernani Donato, para tratar da execução da proposta. No momento Timor Leste está ocupado por milícias indonésias cruéis, ou pelo exército indonésio, que cruza os braços. A minha proposta é de execução difícil, mas representa um símbolo de nosso apoio aos timorenses.

15 agosto 1991

4 fevereiro 1993

20 abril 1995

16 settembre 1999

9 novembro 2000

Bandeira

Em São Paulo, à tarde, fui à Academia Paulista de Letras. Propus que a Academia pusesse a bandeira paulista em algum lugar de destaque na entrada da Academia, como foi feito com a bandeira brasileira. Ambas merecem destaque. O Presidente Israel Dias Novaes concordou e disse já haver providenciado um mastro para a bandeira paulista. Contudo, eu queria mais que isso, e sugeri que o acadêmico Paulo Bonfim fizesse uma poesia cívica, que seria colocada ao lado da bandeira, no hall de entrada do prédio. Essa última sugestão ficou com a aprovação indefinida.

24 abril 2003

Maravilhosa aventura ecológica

Na Academia Paulista de Letras fiz uma palestra sobre a Proteção da Biodiversidade. Eu estava num dia animado. Coloquei na minha exposição não somente assuntos básicos sobre a Proteção da Biodiversidade, mas também contei fatos pitorescos sobre minhas atividades de exploração aérea na Amazônia. Às vezes usei aviões que voavam para garimpeiros. Um deles tinha uma porta amarrada com arame. Em outro avião, um motor falhava com certa frequência, mas saímos de Manaus, sobrevoamos a Estação Ecológica de Niquiá e chegamos a Bela Vista. Contei também os vôos nos quais descobri uma das maiores, senão a maior floresta de palmeiras (Buritizal) do mundo (Estação Ecológica Jutai-Solimões). Também exploramos a bacia hidrográfica do Rio Juami (Estação Ecológica de Juami-Japurá) onde também não havia sinal de presença humana. Além disso, o banhado de Niquiá, onde cerca de sete rios desaparecem nos alagados, mereceu minha especial atenção. Isso para mostrar que identifiquei áreas maravilhosas, ainda hoje inexploradas. Para mim, tudo isso, e muito mais, constituiu uma maravilhosa aventura ecológica, apesar dos perigos enfrentados.

8 março 2007

Melhor sessão

Estive à tarde na reunião semanal da Academia Paulista de Letras. Foi a melhor sessão a que já assisti lá, a mais densa em conteúdo cultural de alto nível. Mário Chamie, José Pastore, Ives Gandra Martins, Luiz Carlos Lisboa, durante 15 minutos cada um fizeram críticas, elogios e comparações entre 3 brasileiros considerados gênios no estudo das raízes do Brasil: Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A meu ver, este último foi o melhor, na apreciação das nossas raízes. Deu mais atenção aos aspectos ambientais de nossa cultura. Referiu-se até à criação da abelha Jataí pelos índios e caboclos. Caio Prado Jr. era um ideólogo de um tipo de esquerda superada no mundo. Gilberto Freyre elogiou Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo, pelo que me lembro, embora tenha valor cultural (não valor científico) a sua “Casa Grande e Senzala”. Esses aspectos, porém não foram lembrados.

22 março 2007

Roda Viva

Foi enorme o número de acadêmicos que viram o Programa Roda Viva, da TV-Cultura. O Presidente da Academia, Desembargador José Renato Nalini, elogiou publicamente meu desempenho, respondendo a perguntas difíceis, que, aliás, não me pareceram difíceis quando me foram feitas durante o Programa.

Milésima vez

No final da tarde fui à Academia Paulista de Letras. O secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, falou sobre os principais problemas ambientais de nossos dias. Eles estão com 21 novos projetos em andamento.

Quando foi a minha vez de falar, expliquei (pela milésima vez) que é necessário equilibrar a situação demográfica preocupante, erradicando a miséria. É lá que ocorre a explosão demográfica. Quando a miséria é erradicada, ao invés de as famílias serem grandes, a prioridade passa a ser ter poucos filhos, para poder educá-los bem. Falei da volta das florestas, nos lugares onde não podem trabalhar os tratores, nos lugares acidentados. É um caso raro, em que a Economia favorece a recomposição das florestas. Procurei ser breve.

Pai patrono

Às 16h fui ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, onde fui recebido como membro efetivo. Meu patrono foi o meu pai, Paulo Nogueira-Filho. Fiz um pequeno relato de minhas atividades ambientais e sobre a História do extremo Sul Brasileiro e da sua fronteira com a América Espanhola. É a região do Rio Grande (cidade) – Taim (Estação Ecológica criada por mim) – Chui.

Universidade São Marcos
Consultoria remunerada

SÃO PAULO, SP – Tive uma reunião muito importante na Universidade São Marcos. Conversei com a Vice-reitora, Luciene Miranda de Paula, com o Reitor Hernani de Paula, e com outros dirigentes. Ficou combinado que serei Consultor da Universidade. O reitor é uma pessoa simpática, tal como a sua filha Luciene. A Universidade tem vários cursos ligados ao Meio Ambiente, inclusive uma Faculdade de Engenharia Ambiental. Vão abrir cursos em Paulínia e talvez em Alto Paraíso, com apoio do Paulo Maluhy. (...) Para mim foi extremamente confortante saber que, apesar dos meus 82 anos de idade, ainda há instituições que me oferecem trabalho remunerado e honroso.

Pesquisa e defesa ambiental

Sábado. Às 10h houve reunião na sede da Universidade São Marcos. Estavam lá umas 30 pessoas, entre professores e alunos da área ambiental. Também estavam presentes o Gustavo, da SOS-Mata Atlântica, bem como os professores Therezinha, Alessandra Stona e Roberto. Fiz uma breve palestra, contando o início da história da proteção ao Meio Ambiente. Depois trocamos idéias sobre como melhorar os cursos ambientais, proporcionando aos alunos a oportunidade de exercerem atividades de pesquisa e de defesa ambiental. Salientei a importância, para os alunos, de terem certificados dessas atividades, para os seus currículos, na hora de procurarem emprego. Há na mocidade um desejo geral para realizar trabalhos ambientais.

Acredito, e disse isso, que a minha participação como consultor é no sentido de reforçar, em algo mais, os cursos que eles têm lá sobre o meio ambiente. Tudo correu bem.

18 abril 2007

7 abril 2004

25 novembro 2004

P.S. 2009: Mais tarde, essa Universidade tomou outros rumos e praticamente se dividiu em três ramos. Continuo, porém, como amigo e admirador da área sob a direção de Luciene, que está organizando uma nova instituição de extensão e pós-graduação.

7 maio 2005

6 junho 2005

P.S. 2009: Essa entrevista-bomba, aqui também mencionada, pode ter sido o ato mais importante da minha vida, em relação a possíveis consequências econômicas e históricas. Ela pode ter despertado as altas esferas federais, ou pode ter reforçado uma consciência já existente, no sentido de que brigar com a Argentina por causa de cerca de 5 ou 6 metros era um completo absurdo econômico e até mesmo ético. Esses metros eram essenciais para que a Argentina pudesse construir, rio abaixo, a Represa de Iacaré. Hoje (2008-2009), o comércio Brasil-Argentina é cerca de 30 bilhões de reais anuais. O Mercosul, apesar das dificuldades, é uma realidade. Outra boa consequência foi o fim da corrida nuclear entre o Brasil e a Argentina. Imediatamente, a Nucleobrás saiu da Jureia, que hoje é um importante mosaico ambiental, no Estado de São Paulo.

5 setembro 2005

Falei também sobre os mutirões ambientais, para dar aos promotores públicos documentos de testemunho de irregularidades, no desmatamento, através da elaboração de autos de constatação.

Diplomacia e Relações Exteriores

No final da tarde fui ao centro Jardins, da Universidade São Marcos, entre a Avenida 9 de Julho e a Rua Pamplona, no Colégio Assunção. Fiz lá uma palestra, no curso sobre Diplomacia e Relações Exteriores, a cargo do prof. José Augusto Guilhon, da Sociologia da USP. Falei sobre a minha experiência como Secretário Federal do Meio Ambiente, em contato freqüente com o Itamaraty. No começo eu era visto com desconfiança, pois pensavam que o Meio ambiente fazia parte de uma conspiração dos países desenvolvidos para dominar o Brasil. Aos poucos fui desfazendo essa idéia, que hoje está quase abandonada. (...) contei vários episódios desses meus contatos com o Itamaraty, onde fiz bons amigos como os Embaixadores Marcos Azambuja, Baena Soares, Rubens Barbosa, Paulo de Tarso e muitos outros. contei que havia um confronto com a Argentina sobre “recursos naturais compartilhados”, expressão que o Itamaraty da época (anos 1970) não aceitava. A discordância era por causa de aproximadamente 5 ou 6 metros de altura em Itaipu. Durante uma das periódicas reuniões dos quatro países da Bacia da Prata, num encontro realizado em Brasília, para expor dados hidricos e coisas semelhantes, dei uma entrevista dizendo que o Brasil deveria ceder esses poucos metros porque o bom relacionamento com a Argentina valia muito mais. A entrevista foi dada à Folha de São Paulo, que não revelou a fonte. Se revelasse, eu seria demitido. Meses depois, o Brasil cedeu os referidos metros e assim normalizou suas relações com a Argentina. Foi uma experiência muito interessante essa palestra. Pela primeira vez comentei publicamente esses fatos. Fizeram várias perguntas. Eram uns 30 alunos, muito interessados. No final o professor José Augusto Guilhon me deu uma bela comenda da Fundação São Marcos.

Audiência pública

À noite fui à Universidade São Marcos, para falar aos alunos de Engenharia Ambiental e Turismo. Estavam lá uns 40 estudantes, além de mim, a professora Terezinha e professora Alessandra Stona. O professor Gustavo, da SOS-Mata Atlântica, discorreu sobre a metodologia de coleta de declarações, entre as pessoas da população. Parece-me um pouco deslocada essa coleta de opiniões, pois estaria mais própria num curso de jornalismo. Durante a fala do Gustavo, que se exprime muito bem, me ocorreu a idéia de fazer uma audiência pública simulada, como os estudantes de Direito, que fazem júris simulados. Essa idéia foi muito bem aceita por todos. Durante as declarações de Gustavo, ele atacou o Projeto da parte Sul do Rodoanel, considerando-o desnecessário. Não me contive e disse que o Rodoanel é necessário, para uma área urbana que já é cinco vezes maior que o Uruguai em população. É só ir à Avenida Bandeirantes e ver as imensas filas de caminhões que se formam e interrompem o fluxo de veículos locais. Creio que minha fala me deu mais ânimo e convocou o desejo de ir pelo caminho da preparação de uma audiência pública simulada.

9 março 2006

O grande acontecimento de hoje foi a audiência pública, coordenada por mim, no principal auditório da Universidade São Marcos. Assunto: o ramo Sul do Rodoanel. O projeto deste foi aprovado há dias no Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente). Contudo, há muitos detalhes que poderão ser acrescentados ou modificados pelo Consema. Quando cheguei ao auditório às 19

horas, só estavam lá uns doze “gatos pingados”. Contudo, às 20h10 quando começamos, estavam presentes quase 700 pessoas, com o grande auditório quase lotado. Foi um enorme sucesso. O Carlos Bocuhi, convidado por mim, apresentou restrições ao empreendimento. Por outro lado, procurei mostrar as vantagens do Rodoanel. Tudo em alto nível, amistosamente. É assim que deve ser uma audiência pública.

Fim da Amazônia

Fui à sala da vice-reitora Luciene Miranda de Paula, onde já estavam o (ambientalista norte-americano que já pertenceu ao Smithsonian Institute) Tom Lovejoy, o reitor Hernani Brandão de Paula e um representante da TV Cultura. Fomos juntos ao auditório novo, no prédio da Santa Paulina, onde esta religiosa morou e estudou.

Estavam lá umas 350 pessoas. O Tom Lovejoy falou em inglês, lendo a sua Conferência. Fez um relato amplo sobre os problemas ambientais que perturbam o mundo. Na sua fala, e nas suas entrevistas que foram publicadas com destaque pela Folha de São Paulo há alguns dias (meia página) e hoje pelo Estadão (outra meia página), ele critica muito a política ambiental dos USA, traçada pelo presidente Bush. Pensa que o Brasil é um dos países onde o meio ambiente é mais discutido e tem maior repercussão na opinião pública. A seu ver nós mesmos devemos resolver os nossos problemas ambientais. Contudo, o aquecimento climático pode destruir praticamente a Floresta Amazônica se esta for reduzida a uma determinada porcentagem. Não sabemos qual é essa porcentagem, mas ela existe e poderemos estar perto do ponto sem retorno. A partir desse ponto a floresta se transformará em algo diferente, sujeito a queimadas mais fáceis. Esse foi o núcleo ecológico de sua palestra. Depois, selecionei as perguntas, algumas interessantes, outras burras, como também sempre acontece. Falei em português e um pouco em inglês.

Realidade Em matéria de títulos

De manhã, às 10h, foi realizada no Ministério do Meio Ambiente, a primeira reunião do Grupo de Trabalho da Mata Atlântica. É principalmente consultivo, mas também tem certa importância, por discutir e propor iniciativas importantes no campo de atividades do Ministério e principalmente da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Represento lá o “Setor Acadêmico”, título que inicialmente me surpreendeu um pouco, mas que corresponde também à realidade. Para mim, o título que mais aprecio é o de professor. Porque ele é a pessoa que educa e prepara as novas gerações.



Auditórios cheios

8 setembro 2005

1° março 2000

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CIENTÍFICAS E SÓCIO-AMBIENTAIS

Desacelerar, estabilizar e recuperar São Paulo

11 outubro 1974 Em São Paulo, no auditório da Federação do Comércio, em reunião promovida pela Associação Brasileira de Preservação, pronunciei uma palestra sobre "A Situação Ambiental e as Perspectivas Futuras, na Área Metropolitana de São Paulo".

Defendi a tese de que é preciso desviar da cidade as migrações que para ela se dirigem e ao mesmo tempo retirar as indústrias poluentes. Preconizei, para salvar a nossa cidade, três fases ou metas: desacelerar, estabilizar e recuperar. Para isso, é indispensável a ação do Estado e da União, pois o município da Capital não está preparado para autolimitar-se.

Conhecimento e exploração econômica

29 novembro 1976 BRASÍLIA, DF – O ministro do Interior Rangel Reis, quando já havia umas 150 pessoas no auditório, abriu o Seminário. Foi muito feliz ao expor os nossos objetivos. Paulo Vanzolini falou sobre Zôogeografia e Paulo de Tarso Alvim sobre o mapeamento do Sul da Bahia. Vanzolini, entre outras coisas, explicou que não se pode, utilizando a fauna, fazer um mapeamento ao nível do que é possível realizar com levantamentos florísticos. Discorreu sobre "ilhas" úmidas em períodos secos (teoria de Haffler) na Amazônia e sua importância na formação de espécies animais. Em aparte, o professor Aziz Ab'Sáber falou sobre a importância do estudo de "áreas de tensão" (transição) e "áreas núcleo" (core areas), para estabelecer Reservas Naturais. Essas áreas núcleo seriam: floresta amazônica; cerrado; caatinga; mata atlântica mata de Araucaria; campos do Sul.

Paulo de Tarso Alvim falou sobre Mapeamentos e Ocupação Econômica da Amazônia. Previu para a Amazônia uma ocupação com pecuária, agricultura e reflorestamento. Em aparte, salientei a importância de explorar a floresta heterogênea, mantendo-a. Isso seria possível com mais pesquisas e aproveitando-se as árvores segundo tipos de uso, ao invés de só retirar uma dúzia de espécies para madeira, como se faz hoje. Essa exposição me valeu uma salva de palmas.

Gestão ecotecnológica

22 junho 1995 De manhã fiz uma palestra na Colmeia 7 (auditório) da USP, sobre os Problemas Ambientais e suas Perspectivas no Próximo Século. Referi-me à questão básica da Explosão Demográfica e como controlá-la através da erradicação da miséria, por meio do desenvolvimento autossustentado. Em seguida falei sobre os problemas técnicos, como o efeito estufa, a proteção da biodiversidade, o reflorestamento como meio de sequestro de carbono, a fusão nuclear como perspectiva ambiental boa, a futura civilização do hidrogênio, etc. Falei calmamente. Gostaram. Os assistentes são do Seminário Latino-Americano sobre Biotecnia.

Tive ocasião de falar sobre o Brazilian Tropical Rain Forest Pilot Project e sobre APAs (Áreas de Preservação Ambiental), que são mini-reservas da Biosfera. O conceito de Ecotecnia foi muito debatido. A meu ver, é uma palavra infeliz, pois se limita a técnicas ecológicas. O melhor seria "gestão ecotecnológica".

COMPORTAMENTO & GENÉTICA

Ecoetologia

BRASÍLIA, DF – Sábado. De manhã fui ao Congresso da SBPC, onde fiz uma Palestra sobre Ecologia e Etologia – Ecoetologia. Mostrei os enfoques atuais desses ramos da Ciência. Considerei a Sociobiologia como ramo da Etologia e expliquei as dificuldades que o seu fundador, Ed Wilson, enfrenta nos EUA. Para ele, Sociobiologia são as bases biológicas da Sociologia. Wilson dá demasiado valor à programação genética do comportamento humano, e isso poderia em outras mãos levar ao racismo. Sobre a Ecologia, procurei mostrar ser tempo de prestar mais importância à influência do comportamento animal sobre o meio ambiente; hoje ocorre o inverso. Sugeri uma nova disciplina, a Ecoetologia.

Wilson, o famoso autor da Sociobiologia

À noite, demos em nosso apartamento, um jantar em homenagem a Edward C. Wilson, o famoso autor do controvertido livro "Sociobiology". Há 26 anos não nos víamos. No saguão do hotel, onde fui esperá-lo, imediatamente nos reconhecemos. Contei para ele as minhas variadas atividades no campo ambiental e universitário. Falei sobre o livro que finalizei sobre o comportamento animal. Disse que usando os princípios da sociobiologia cheguei a diferentes conclusões.

Teologia em ordem

BRASÍLIA, DF – Almocei no meu apartamento com monsenhor Raimundo Damasceno de Assis. É uma pessoa muito simpática e muito culta. Estudou quatro anos na Universidade Gregoriana, em Roma. Ele leu a parte teológica do meu livro sobre Comportamento Animal e a achou em ordem. Isso, para mim, foi muito importante. Conversamos longamente sobre assuntos teológicos e a situação da Igreja.

Sai o Livro "Comportamento Animal"

BRASÍLIA, DF – Fiquei hoje contentíssimo por ter visto o primeiro exemplar impresso do meu livro "O comportamento animal e as raízes do comportamento humano." Foi uma grande alegria. A capa de Cláudio Rocha está belíssima. Imediatamente comecei a fazer correções nesse único exemplar, visando a uma segunda edição do livro. Dei vários telefonemas à Bisordi, UE e à Nobel, para acertar detalhes sobre a distribuição do livro etc. É o primeiro livro de comportamento animal escrito por um brasileiro.

Discordâncias

NOVA IORQUE, EUA – Fui depois ao American Museum of Natural History, no Central Park. Almocei lá com a doutora Ethel Tobach, chefe do of Animal Behavior Department. Conversamos sobre o meu livro sobre "O comportamento animal e as bases do comportamento humano" (Nogueira

10 julho 1976

23 março 1983

8 março 1984

20 junho 1984

26 setembro 1985

Neto, 1984) e outros assuntos. Ela não aprecia certas ideias de Wilson, Lorenz, Eibl-Eibesfeld, Hinde, discordando bastante de seus trabalhos. Não gosta da palavra Etologia. Prefere "Animal Behavior." Quanto ao meu livro, acha que a sua tradução poderia interessar a pessoas ou entidades de fundo religioso, no que está certa. A dra. Ethel pensa que os genes somente produzem enzimas, produtos orgânicos etc., mas não comportamento. Discordo desse ponto de vista, no sentido de que os genes a meu ver preparam as bases do comportamento. Com isso parece que ela concorda. Contido também podem determinar detalhes, como na arquitetura dos ninhos de diferentes espécies, como verifiquei em experiências com colônias contendo duas espécies de abelhas Meliponini (Nogueira Neto, 1950). A meu ver, o comportamento animal tem bases genéticas geralmente muito estritas, ao passo que na humanidade a base genética comportamental é muito mais geral e ampla. Nós temos um vasto livre-arbitrio, o que os animais não tem. Tenho a impressão de que a doutora Ethel mantém até hoje (1985) a aversão que o professor Schneirla tinha em relação aos genes, no que se refere ao comportamento.

Bancos genéticos e sustentabilidade

18 agosto 1986

BRASÍLIA, DF – (...) A minha palestra foi a aula inaugural do II Curso de Advocacia do Estado, promovido pela Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Salientei a importância dos Bancos Genéticos, face às tremendas possibilidades da Biotecnologia. Nenhuma espécie de planta ou animal pode ser perdida sem prejudicar as gerações futuras. Hoje é até possível transferir material genético de uma planta para um animal e vice-versa. Disse que o professor Crodowaldo Pavan ali presente, me reprovaria se eu lhe dissesse, quando fui seu aluno, que essa transferência seria possível. Expliquei também que outro princípio importante era o de que o Desenvolvimento deve ser auto-sustentável, ou seja, deve respeitar a base de recursos naturais sobre os quais ele se assenta.

Depois entrei em detalhes sobre a legislação de proteção de áreas naturais.

Florestas de galeria e controle biológico

19 julho 1988

IPERÓ, SP – No XVIII Congresso Nacional de Engenharia Agrícola, participei de uma mesa redonda, sobre as microbacias integradas. Falei da importância da preservação das florestas ciliares, inclusive visando ao controle biológico de pragas, feito pelas aves. Expliquei que as aves fungíferas se alimentam de frutos como fonte de hidratos de carbono, e de insetos como fonte de proteínas. É preciso, como eu disse, reconstituir e enriquecer as matas ciliares com árvores frutíferas destinadas à fauna, como a *Mutingia calabura*, as *Cecropia spp* (embaúvas) e até mesmo as goiabeiras.

A importância dos fragmentos florestais

5 abril 2001

SÃO PAULO, SP – À noite fiz uma palestra na SOS-Mata Atlântica, sobre os pequenos fragmentos florestais e sua importância genética, que o "respeitável público" desconhece. Há dez anos pesquisei esse assunto, usando como instrumento as abelhas indígenas sem ferrão. Com apenas uma, duas ou três colônias fundadoras, pude reconstituir pequenas populações dessas abelhas, o que muitos pensam ou pensavam não ser possível.

Expliquei a importância genética da preservação dos fragmentos florestais, para mais tarde reconstituir o patrimônio de biodiversidade de muitas espécies. Também procurei esclarecer algo que em geral se ignora aqui: o fato de que as mutações tendem a fazer surgirem genes muito próximos dos que foram perdidos. A seleção natural trabalha neste sentido. Conteí também muitos casos de pequenas populações de espécies quase extintas, que novamente voltaram a ser grandes populações.

O grande biólogo e matemático Sewall Wright constatou que nas pequenas populações de animais há em sucessivos cruzamentos uma grande perda de genes. Isso torna essas pequenas populações rapidamente muito homozigotas, ou seja, com genes basicamente iguais em cada um dos seus diferentes caracteres.

Assim, se esses genes remanescentes são letais ou deletérios a população pode desaparecer. Se, porém, não há problemas com genes deletérios, a população sobrevive, como constatei em várias espécies de abelhas indígenas (Meliponini) (Nogueira Neto, 2002).

Discreta semeadura

Conversei com o Diretor do IEA (Instituto de Estudos Avançados), professor Jacques Marcovich, e também com o vice-reitor da USP, professor Ruy Laurentis, ambos amigos e interessados nas questões ambientais. Conteí a eles que há dias plantei às escondidas diversas mudas de árvores, defronte ao Instituto: pés de *Dombeya burgesiae* e outros de *Mutingia calabura*. O vice-reitor ficou impressionado e se prontificou a falar com o chefe do setor de parques da Cidade Universitária, para solicitar que ele me ajude. Devo dizer que não me alegrei muito com essa amável oferta, pois quero fazer os plantios à minha moda e nos lugares que convêm às minhas pesquisas. Um dos meus objetivos é verificar o raio de ação das abelhas do Apiário. Outro é saber quais as abelhas e aves que vivem na Cidade Universitária e que poderiam se beneficiar dessas plantas.

28 setembro 1992

CERRADO, SOLOS & FORRAGEIRAS

Trevo branco em terra ruim

SÃO PAULO, SP – Do aeroporto fui ao início da Rodovia dos Imigrantes. Entre o começo da Avenida José Estefano e a ponte sobre a Lagoa da Aliperti, colhi mudas de trevo branco (*Trifolium repens*). É a principal forrageira do Hemisfério Norte. Apesar da terra ruim, estava se espalhando com bom aspecto e em flor. Quem sabe temos aí uma variedade adaptada ao nosso clima paulista e à consorciação com grama batatais (*Paspalum notatum*), no meio da qual estava crescendo bem. Isso pode ser de grande importância para nossa pecuária. Plantei algumas mudas na minha casa em São Paulo e pretendo fazer o mesmo em Campinas e Brasília.

11 novembro 1975

Experiências agrícolas

Sábado. Fui à Fazenda Jatiara. Já plantamos lá uns 15.000 pés (covas) de café. Choveu bem durante a semana. Estamos fazendo experiências sobre plantio de *Brachiaria humidicola* e *Pueraria sp* no cerrado.

18 fevereiro 1978

P.S. 2009: Todos esses pés de cafeeiro foram erradicadas há anos e nos locais onde estavam a Natureza se recuperou bem.

Ao gado na seca

7 setembro 1985

Sábado. Fui à Fazenda Jatiara, onde fiz experiências sobre a palatabilidade de várias plantas que estão enfolhadas nesta época extremamente seca do ano. O gado come bem as folhas de *Copaife-ra langsdorffii* e *C. racemosa*; como medianamente folhas de *Ficus elastica* e do que me pareceu ser uma magnólia. Rejeitou praticamente folhas de *Acácia ap* cultivadas em Brasília, bem como suas vagens, e folhas de Jambolão.

Salinização no Egito

26 setembro 1986

FAYOUN, EGITO – Junto ao lago Karum (Fayoun, Egito), pude ver e fotografar para os meus alunos uma fina camada de sal na superfície do solo, em certos lugares que haviam sido irrigados. É a famosa salinização, que tem destruído inúmeras áreas irrigadas. A água vai trazendo sais e estes vão se acumulando no solo, até torná-lo praticamente inútil para a agricultura usual. É um problema gravíssimo e desconfio que o aspecto pouco vigoroso de alguns milharais de Fayoun se devem a isso, pois aqui e ali a superfície do solo arado e irrigado é levemente branquicenta, devido ao sal.

Furos nas teorias vigentes

26 outubro 1986

Trabalhei muito preparando a aula de hoje, sobre cerrados e savanas. Descobri furos nas teorias vigentes sobre os cerrados, o que me animou muito a apresentar novas idéias (mostrando que o fogo realmente seleciona a favor de estruturas xeromorfas, nos cerrados).

À noite, dei aula e projetei slides sobre cerrados e savanas, no Departamento de Ecologia da USP. Talvez tenha carregado demais nas críticas técnicas ao explicar novas idéias sobre os cerrados.

Laboratório Jatiara

13 março 1988

LUZIÂNIA, GO – Dei uma grande volta pela parte sul e central da Fazenda Jatiara. Há lá microcerra-dos muito interessantes, e campos associados. Há também muito mesocerrado aberto. Todas essas excursões pelos cerrados de Jatiara têm sido muito importantes na formulação de minhas teorias sobre a classificação dos cerrados e campos associados.

Bom resultado com Hibiscus

6 agosto 1988

Sábado. Fui à fazenda Jatiara. Tive a grande satisfação de verificar que uma das minhas pesquisas lá está dando resultados surpreendentes, O gado e os elandes comem com avidez as folhas de *Hibiscus tiliaceus*.

Estudo paralelo na Costa Rica

8 outubro 1988

TURIALBA, COSTA RICA – Estive depois com o doutor Arnim Bounnemaun, da GTZ, que traba-lhou algum tempo perto de Curitiba. Ele está estudando agroflorestamento, assunto hoje muito

considerado. Acha esse tipo de agricultura útil para as pequenas propriedades, no que está certo. Curiosamente, está fazendo pesquisas semelhantes às minhas na Fazenda Jatiara, com plantas cujas folhas são atraentes para o gado. Está, porém, trabalhando apenas com uma das plantas das várias que eu estou experimentando. Trata-se da *Erythrina poeppiajana*, a planta usada aqui nos som-breamentos de cafeeiros. Disse-lhe que achava importante examina o teor de proteína das folhas verdes e também das folhas secas. Podia ser também o exame do Nitrogênio. Ele não faz comentá-rios. Fiquei de lhe mandar meus trabalhos e o livro de Pimentel Gomes: Forragens Fortes na Seca.

Classificação fisionômica

Às 14h começou a arguição sobre o Memorial de Atividades no Concurso para professor titular da Universidade de São Paulo. (...) Consideraram como inusitado o fato de ter apresentado um volu-moso trabalho ainda não publicado ou divulgado, sobre os ecossistemas terrestres. (...) O professor Samuel Murgel Branco disse que seria importante colocar ali informações e considerações sobre a parte química dos ecossistemas. Isso me parece muito difícil dada a tremenda complexidade do assunto, pois há nos ecossistemas terrestres uma infinidade de relações químicas entre as espécies animais e vegetais que os constituem. Contudo, disse que seria possível escrever sobre a química dos solos e a biota, como, por exemplo, no caso de plantas tolerantes ao alumínio, que existem nos cerrados. O professor padre Jesus Santiago Moure, um dos melhores taxonomistas e sistematas brasileiros, achou um tanto primitiva ou imprecisa a minha classificação dos cerra-dos. Ela deveria ser mais quantitativa. Expliquei que só num cerrado de 3 hectares, em Brasília, o professor George Eiten encontrou cerca de 400 espécies de plantas. Faltam sistemas capazes de fazer as identificações necessárias. Por isso, nessa classificação me limitei ao aspecto fisionômico da vegetação dos cerrados. Estávamos ainda no estágio de Lineu, ou seja, no começo, no que se refere à classificação de ecossistemas.

Nova taxonomia latinizada

Trabalhei muito ampliando e remodelando uma publicação sobre a taxonomia (classificação) de cerrados. Foge aos padrões usuais. Estabeleci nomes para os cerrado e outras savanas, categorias com nomes latinizados: microcerrado, mesocerrado, macrocerrado. Esta última classe é dividida em dois: macrocerrado grosso, principalmente com plantas do mesocerrado, mas de porte maior, e macrocerrado florestal, com espécies próprias, peculiares, e também com outras do mesocerrado.

Micro e mesocerrado

Na viagem por Goiás e pelo Triângulo Mineiro, vi que os solos pedregosos, com espessas linhas de pedras, os solos com slates ou folhetos e mesmo os solos muito pobres, compactos, têm vegetação de micro e mesocerrado muito abertos. Seguimos para São Paulo. À noite dei aula sobre solos.

Fracassa experiência com pastos

VOO DE SP PARA BRASÍLIA, DF – Após sobrevoar muitos cerrados, às 16h passamos sobre a Fazen-da Jatiara. Ainda dá para ver, infelizmente, algumas áreas (poucas) onde abri faixas no cerrado

25 outubro 1988

4 janeiro 1991

1º abril 1991

5 maio 2001

há aproximadamente 20 anos. Foi uma tentativa frustrada de mostrar que pastagens e faixas de cerrado poderiam conviver bem, economicamente (pastos) lado a lado. De fato, há convivência, mas o preço em termos de cerrado perdido não compensa. Contudo, as faixas mais estreitas que abri no cerrado do Chapadão já não aparecem. Só as faixas mais amplas podem ser visualizadas.

Teoria dos cerrados

11 setembro 2002 Dei aula no Centro Didático da USP, sobre Mudanças climáticas, períodos glaciais e interglaciais, teoria dos cerrados, etc. A meu ver, os cerrados (savanas) são devidos a mecanismos de resistência à seca. As características xerofíticas deles são consequência da necessidade das raízes de suas plantas se aprofundarem nos latossolos, até atingirem o lençol d'água. Durante esses anos as plantas precisam ter resistência às secas.

Os solos e a resistência à seca

10 abril 2006 ALTO PARAÍSO, GO – Hoje foi o dia de minha atuação no curso de extensão universitária da Universidade São Marcos.

Lá pelas 14h30, no auditório, com a presença de umas 40 pessoas, falei por mais de uma hora sobre o cerrado. Critiquei muito a teoria dos professores. K. Arens, M. G. Ferri e outros, talvez com o patrocínio do professor Ravitcher, de que as características xeromorfas (de resistência à seca) das plantas do cerrado são devidas à pobreza do solo em nutrientes, à sua acidez e também ao acúmulo de alumínio pelas plantas desse bioma. Para mim esse foi um erro grande. Os mecanismos estruturais de resistência à seca são devidos, na minha opinião, à seca mesmo. Até na Amazônia, secas curtas são agravadas extremamente pelos solos rasos ou arenosos (nas caapinaranas) e pelo sol intenso desses período. Uma placa de limonita (minério de ferro), por exemplo, a 10, 20 ou 30 cm abaixo do nível do solo, impede as raízes de buscar água. Na região de Humaitá, no Estado do Amazonas, há centenas de áreas pequenas de cerrado em plena floresta pluvial (rain forest) o que atribuo a uma camada de limonita, no subsolo, mas é preciso nesse caso verificar a causa do estresse. contei o que vi, a esse respeito, no Amapá, na Costa Rica e em outros lugares. Escrevi sobre isso há anos.

Enfim, transmiti meus conhecimentos sobre o cerrado, inclusive minha classificação de campo limpo, minicerrado, mesocerrado, maxicerrado e cerradão.

CLIMA E ECOSSISTEMAS
Uma contribuição nova

4 janeiro 1988 SÃO PAULO, SP - Continuei trabalhando firme no meu livro sobre ecossistemas terrestres, no capítulo que trata da conceituação dos diferentes tipos de ecossistemas e na relação regiões-ecossistemas. Não é fácil.

10 janeiro 1988 ITANHAÉM, SP – Quase conclui os três primeiros capítulos (parte geral) do meu livro sobre ecossistemas terrestres e mega-regiões ecológicas do globo. Foi muito difícil, mas penso que darei nesse

trabalho uma contribuição nova, em certos pontos. Principalmente, no que se refere a ecossistemas associados. Não foi fácil trabalhar algumas horas por dia nesse projeto, pois nesta temporada de férias, diariamente, havia reuniões sociais, ou seja, amigos vinham bater papo. Mas era agradável receber pessoas como Eduardo Junqueira, que se tornou um amigo muito especial por representar toda uma cultura agrícola tradicional, mas moderna.

Palestra instrutiva

CURITIBA, MT – De manhã assisti a uma excelente palestra do professor Aziz Ab'Saber, sobre Paleoclimas brasileiros e a teoria dos refúgios. Tomei muitas notas e entendi melhor as suas idéias, expostas em vários trabalhos. Falou muito do período glacial seco de 13 mil a 20 mil anos atrás, o principal que tivemos. Nessa época só 30% da Amazônia permaneceu com florestas. O restante eram extensões cobertas por vegetação de clima seco. O nível do mar baixou cerca de 100 m. Após a palestra conversei com ele e indaguei sobre pedimentos (encostas em rampas), "stone lines" e outras relíquias de épocas secas, etc. Foi muito instrutivo para mim e para meu próximo livro sobre ecossistemas.

3 fevereiro 1988

Paleopavimento

CAMPINAS, SP – No caminho municipal, entre a Rodovia Dom Pedro I e a Fazenda Martins, descobri nos barrancos um paleopavimento com seixos rolados e outros não rolados, em duas ou três camadas bem distanciadas. São paleopavimentos diferentes dos existentes em Jatibaia.

2 abril 1988

Trabalhei muito, todos esses dias, no capítulo sobre "Paleoclimas e migração de Ecossistemas".

Supermarés

SÃO PAULO, SP – Durante a viagem de avião, nos deslocamentos de carro à tarde, e depois da aula, em casa, até perto de 3h da madrugada, trabalhei com afinco para terminar o último capítulo do meu livro sobre Estruturas, Características e Deslocamentos de Ecossistemas Terrestres. Aliás, depois o título mudou para "O Estudo dos Ecossistemas Terrestres a nível geral e neotropical"

7 junho 1988

De manhã, em casa e no escritório, trabalhei intensamente para terminar o meu livro, o que praticamente consegui. Acredito que ficou ótimo (modéstia à parte), com as limitações impostas pela pressa. Quero entregá-lo por ocasião do meu Concurso para Professor Titular, embora não seja obrigado a defender tese, pois já o fiz na minha livre-docência.

8 junho 1988

Ontem à noite e hoje de manhã desenvolvi um conceito que me parece muito interessante, o da supermaré ecológica ou, penso agora, supermaré ambiental, mas ainda não me decidi sobre o nome. Faltam ainda alguns detalhes de acabamento, tais como completar a Bibliografia.

Ocorre-me agora que "Ecossistemas Terrestres: Estruturas e Supermarés Ecológicas" seria um bom título para o livro. Receio apenas que possa parecer algo sensacionalista. Talvez seja melhor falar em Condições Ambientais, colocando as supermarés ecológicas como subtítulo.

Todos perdedores

12 dezembro 1988

Fiz uma pequena palestra, nesse Seminário da Universidade de São Paulo, sobre Mudanças Globais, explicando rapidamente as Ecomarés, os mecanismos de compensação ecológica, as alternâncias climáticas diferenciadas e o fato de que a rapidez das mudanças tornará todos os países e regiões perdedores, economicamente, no que se refere às mudanças climáticas em curso.

Aprendizado sobre devastação

12 abril 1989

Logo após o almoço, fui ao Instituto Oceanográfico, onde houve uma reunião sobre os problemas amazônicos. O reitor José Goldemberg abriu a reunião, presidida depois pela prof. Luiz Roberto Tommasi, meu colega de turma. Os debatedores foram Vitória, que trabalha com o prof. Salatti, o professor Bergamim (Cena), Paulo Vanzolini (Museu de Zoologia), o professor Aziz Ab'Saber (Instituto Estudos Avançados, USP) e o professor Molion do INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais). Grande parte das exposições foi sobre questões climáticas na Amazônia e seu efeito sobre o planeta e também sobre a própria região. Todos salientaram a importância do efeito negativo das derrubadas em larga escala. Aprendi vários detalhes importantes, tais como: as matas de várzea produzem muito metano CH4, mas o mesmo é absorvido pelas florestas de terra firme. Cada hectare de floresta fixa 9 kg de Carbono por ano. Em 100 anos, a regeneração da floresta secundária a torna indistinguível da mata primitiva (Bergamim).

Floresta, alegria nas nuvens

24 maio 1989

ACRE (Sobrevoo) – Na floresta há muitos restos de um antigo rio, cujo leito é agora de cor verde clara, sem árvores. Deve ter vegetação aquática. Floresta imensa, sem fim, densa, verde escura. Coisa de alegrar o coração. Fotografei: cumulus baixos, altos cumulus, cumulus congestus, pequenos stratus e cirro–stratus. Passamos por um rio grande, barrento, talvez o Beni. Grandes praias de cor amarela suja, inclusive ilhas. Não há sinais humanos.

Estufa: ruptura e fome

7 junho 1989

PORTO ALEGRE, RS – Participei do Painel “Nosso Patrimônio Ambiental: a questão dos Recursos Naturais” na II Conferência Estadual do Meio Ambiente. Éramos 9 panelistas. Fui o primeiro a falar. Disse que o clima era um recurso natural de enorme importância e que falaria sobre o mesmo. Expliquei os mecanismos do efeito estufa e de transferência de calor e umidade das regiões equatoriais para a Amazônia. Discorri sobre os problemas causados pela destruição das florestas tropicais e pelo uso de combustíveis fósseis. Falei sobre as implicações disso tudo na ruptura dos climas e na fome que poderia causar.

Reflorestamento e controle

6 setembro 1991

BLUMENAU, SC – Fiz uma palestra, no Seminário “O Ministério Público e o Meio Ambiente”. Falei sobre os problemas energéticos, populacionais e alimentares, e o seu impacto ambiental. Expliquei o que era o efeito estufa e como reduzi-lo, através do reflorestamento e do controle das emissões de CO2.

Disse que o efeito estufa provocará consequências climáticas que agravarão a situação demográfica-alimentar. Referi-me à migração de ecossistemas e aos efeitos genéticos. Parece que gostaram muito.

Aquecimento motivou Rio-92

PORTO ALEGRE, RS – De manhã, com bastante atraso, embora tivesse chegado na hora, começou a V Confema (Conferência Estadual do Meio Ambiente). Fui o primeiro conferencista. Falei sobre a questão do aquecimento climático (efeito estufa) e suas consequências ambientais. Expliquei que isso levou à convocação da Conferência Rio-92. Discorri também sobre outros graves problemas ambientais, como a perda maciça de biodiversidade que ocorrerá devido à impossibilidade dos ecossistemas acompanharem os seus climas, que se deslocarão de modo demasiado rápido.

Ecossistemas e mudanças do clima

Hoje fiz uma palestra no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, sobre meteorologia, clima e ecossistemas terrestres. Para minha surpresa, estavam lá umas 25 pessoas, inclusive estudantes. Dos debates com o Prof. Massambani, Pedro Dias, Pavan, Aziz Ab'Saber, Franco e outros, me pareceu claro que a complexidade do assunto vai necessitar um esforço tremendo de minha parte para organizar um ou dois capítulos dessa matéria para o projetado livro sobre “Ecossistemas e mudanças climáticas”. Minha ideia era incluir algumas coisas básicas para que os biólogos e outros pudessem avaliar melhor a parte física dos ecossistemas, como estou procurando fazer em relação aos solos. Mas há uma barreira tremenda, que é o desejo dos especialistas de ampliar as considerações sobre o seu próprio campo. O resultado geral da reunião foi bom, pois havia um nítido interesse em cooperar.

Seca já é efeito

SÃO PAULO, SP – De manhã fui à TV-Globo, onde participei, como o único interlocutor de São Paulo, de uma reunião sobre a crise energética. Era um programa da Globo News. Havia cinco participantes no Rio de Janeiro, eu em São Paulo e dois em Brasília. Os demais participantes se concentraram exclusivamente nas questões referentes a um possível racionamento de energia elétrica. As represas estão muito vazias. Este tem sido um ano bastante seco, com muitas chuvas locais, mas com poucas e fracas frentes frias. Nas minhas falas, referi-me às situações de médio e longo prazo. Atribuí a falta de chuvas ao efeito-estufa, ou seja, ao aquecimento climático. Tive que explicar isso e outros detalhes. Disse que a fusão nuclear era uma grande esperança. As pesquisas estão adiantadas. Expliquei que o combustível do futuro seria o hidrogênio. Sua combustão produz água. Falei também que a fissão nuclear, hoje existente, era inaceitável, por ter que lidar com materiais altamente radioativos durante muitos anos.

Termoelétrica agora, intensificação do efeito estufa depois

No auditório da Escola Politécnica, houve a reunião da USP sobre o problema da energia elétrica em crise. Falaram vários oradores, como o José Goldemberg, Aldo Rebouças, José Tundisi, secretário de Recursos Hídricos, etc. Na minha palestra salientei haver um curto prazo e um longo prazo

12 maio 1992

13 maio 1993

29 março 2001

21 junho 2001

bem diversos. No curto prazo, há necessidade de instalar logo unidades termoelétricas, sem o que a Economia naufragará. Contudo, termoelétricas produzem dióxido de carbono, que a longo prazo causará um aumento muito danoso do efeito estufa, catastrófico para o meio ambiente. Isso já ocorre aqui e nos EUA, lá em enorme escala.

O gelo que não derreterá

16 julho 2001

BRASÍLIA, DF – Estive no Congresso Internacional de Espeleologia. Vários oradores falaram. O mais interessante foi o senhor Adolfo Irarezu, que disse que o gelo da Antártica, se derretido, aumentaria o nível dos oceanos em 69 metros. O gelo do Ártico, derretido, aumentaria esse nível em sete metros. As outras geleiras, derretidas, aumentariam um metro. Contudo, não falou no aumento causado pela dilatação da água tornada mais quente. Além disso, é preciso considerar que a Antártica tem montanhas de mais de 4 mil metros de altura, que sempre terão muito gelo que não se derreterá neste episódio, o que não ocorrerá no Ártico (Polo Norte).

Fator água

13 setembro 2002

A aula na USP foi sobre os fatores geohídricos que em grande parte regem ecossistemas na parte física dos mesmos. Entre outras coisas salientei a questão da disponibilidade de água no solo, nas regiões desérticas, semi áridas e chuvosas tropicais. Além disso, enveredei pelo terreno político-ambiental, contando minha participação e as questões básicas referentes à transposição de águas do Rio São Francisco, para irrigar o Nordeste. Procuro sempre ir além do objetivo principal das aulas, para dar aos alunos conhecimentos além dos técnicos. Faço isso para que tenham uma idéia do mundo maior em que vivemos e do seu futuro.

"Tempo está visivelmente alterado"

4 junho 2003

SÃO PAULO, SP – De madrugada, às 3h, acordei. Às 7h embarquei para Brasília em Avião da TAM, Airbus 230. Viagem sobre nuvens. O tempo está visivelmente alterado, ultimamente. Agora em Brasília seria tempo seco e sem nuvens, o que não tem acontecido. Hoje choveu em Brasília.

DEMOGRAFIA E MISÉRIA

O principal problema ambiental humano

6 agosto 2000

SÃO PAULO, SP – Domingo. À tarde fui à PUC (Pontifícia Universidade Católica), nas Perdizes. No auditório Alceu Amoroso Lima, realizou-se o I Fórum sobre O Ensino Social Cristão. (...)

Quando realizei minha palestra, disse que era muito importante conseguir logo esse objetivo (uma Civilização do Amor Cristã, mencionada anteriormente), pois em 50 anos a população mundial chegará ao seu limite de 12 bilhões de pessoas. Para que esse limite não seja ultrapassado, é necessário erradicar a miséria. Esse é hoje o principal problema ambiental. Tecida considerações em torno disso. É necessário conseguir força política, através dos programas de TV que mostram a triste realidade na África e em outros lugares. Só então virão os recursos necessários para erradicar a miséria, ou seja, após intensa exposição de muitas verdades contidas no mandamento do amor ao próximo.

INTIMIDADES NO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

- Ética, ajudas e princípios diversos
- Atividades religiosas
- Algumas passagens marcantes
- Caminhando juntos nas estradas da vida
- Algumas Políticas Internacionais



O filho Luiz Antonio, ao ser batizado, nos braços do seu bisavô Paulo de Almeida Nogueira e de Dona Maria Biolchini, padrinhos. Vê-se também o avô Paulito

ÉTICAS, AJUDAS E PRINCÍPIOS DIVERSOS

Clama aos céus!

Na entrada de Brasília fiquei desapontado por ver ainda, na antiga "Cidade Livre", muitos barracões de madeira, geralmente de dois andares, feios e minúsculos. É um verdadeiro crime permitir a existência dessas habitações sem jardins, quando há tanto espaço disponível na região. Aliás, durante a viagem à Brasília fiquei impressionado com o baixíssimo nível de vida das pessoas – crianças principalmente – que vivem nos miseráveis casebres de beira de estrada. Clama aos céus a situação desses infelizes! Quando seremos, afinal, um país desenvolvido? É preciso trabalhar para que isso não demore.

25 novembro 1972

Fiscalização

PORTO ALEGRE, RS – Após chegar ao Hotel Plaza San Rafael quarto 904, dei uma longa volta a pé pelo centro da cidade, sozinho. No mercado notei haver forte cheiro de desinfetante (peixe conservado com algo perigoso), numa das bancas. Como o peixeiro não respondeu às minhas indagações, comuniquei o fato à fiscalização.

10 julho 1974

Subindo em árvores

SALVADOR, BA – Antes de viajar, dei uma entrevista em Brasília apoiando alguns estudantes gaúchos que subiram numa árvore antiga, que ia ser cortada numa rua em Porto Alegre, para fazerem lá um alargamento de uma avenida. A prefeitura concordou em poupar a árvore, mas os estudantes quando desceram foram presos e espancados. Disse aos jornalistas que a ação dos estudantes era meritória e que se tivesse 20 anos estaria também nessa árvore.

26 fevereiro 1975

P.S. 2009: A árvore foi poupada até hoje.

BRASÍLIA, DF – Voltando à Sema, recebi vários visitantes e sobretudo uns sete ou oito jornalistas. Perguntaram o que eu tinha a dizer sobre o noticiário de hoje, de que sócios e diretores da Agapan (sociedade conservacionista gaúcha), além dos estudantes que subiram na famosa árvore acácia, estavam sendo interrogados e fichados pelo Dops (Departamento de Ordem Política e Social, da Polícia). Expliquei que a mocidade e mais outras pessoas procuram melhorar o mundo. Uns buscam fazer isso destrutivamente e de modo condenável, através do terrorismo. Outros, construtivamente, lutam por causas boas, como a da conservação da natureza. Isso é louvável. Aos 20 anos, as atitudes são algo radicais às vezes, como essa de subir na árvore para salvá-la. Aos 50 anos procuramos agir através do diálogo, para convencer os outros. Essa foi, em síntese, minha entrevista.

5 março 1975

Procurei depois o coronel Catunda, da DSI (Departamento de Segurança do Ministério do Interior), a quem relatei os fatos e expus a situação. No Rio Grande do Sul, estão citando minha atitude de apoio aos estudantes para condenar a ação do Dops. Isso poderá me trazer dificuldades, mas não será por isso que irei voltar atrás. O Jornal do Brasil publicou um comentário condenando a atitude do Dops, que está confundindo defesa da natureza com subversão.

6 março 1975

Horas depois recebi um telefonema do almirante Carvalho Chagas, subchefe do Serviço de Informações da Marinha. Pensei que fosse me convocar para depor, ou coisa semelhante. Com grande surpresa minha, porém, ele me deu os parabéns pela entrevista. Disse que se tivesse 20 anos também subiria na árvore e que era capaz de fazê-lo mesmo com a idade dele. Fiquei satisfeito e me senti altamente honrado. Vou procurar esse amigo e aliado inesperado, conservacionista sincero.

Sem mágoas

14 março 1975

Hoje telegrafei a Rubens de Araújo Dias, secretário de Agricultura de São Paulo, e ao governador paulista, Laudo Natel. A ambos disse que divergira deles em questões técnicas, mas ao mesmo tempo agradecia as atenções que recebera. Eles deixam o Governo amanhã. Nos últimos tempos discordei várias vezes e publicamente de ambos. Antes disso, porém, eles haviam me designado presidente de Comissões Florestais, inclusive, do Conselho Florestal. Faço questão, por um princípio cristão, de não levar as divergências para um terreno pessoal. Graças a Deus não guardo mágoas de ninguém.

Distorção

6 junho 1975

BRASÍLIA, DF – *O Estado de São Paulo* publicou, na última página, uma manchete enorme dizendo que o Meio Ambiente seria Ministério. Referia-se à Palestra de ontem do engenheiro Julio Cerqueira César Neto. O texto inicial dos comentários afirmava, em letras maiores que os do tipo usual, que a meu ver seria melhor para a Sema ficar junto à Presidência da República, ao invés de ser Ministério. Na realidade, eu não afirmei isso. Disse que preferia ficar no Ministério do Interior. Prevejo grandes complicações em torno desse assunto.

À tarde falei com o ministro Rangel Reis e com Orlando, contando-lhes o ocorrido. Eles não se importaram, pois expliquei o que acontecera. Além disso, a Stela Maris, repórter do jornal, mostrou ao Orlando o texto enviado à redação, que estava correto. Em São Paulo, ao resumirem e reescreverem a notícia, houve o engano que poderia ter abalado seriamente a minha posição. Fiquei bastante preocupado.

9 junho 1975

Hoje trabalhei intensamente para pôr em dia minha correspondência, atrasada pelas atividades dos últimos dias. O trabalho foi intenso, entrecortado pelo atendimento ao pessoal da Sema e pelas entrevistas aos jornalistas. Estes estão alvoroçados com as notícias sobre uma criação de um Ministério do Meio Ambiente.

Acrescentei hoje, aos jornalistas, que tenho um cargo de confiança; seria desleal propor algo contrário ao ministro, à sua revelia. É preciso considerar, também, que não há ainda infraestrutura para um Ministério do Meio Ambiente. Todas essas declarações são contrárias, eu o sei, à marcha da História. Mas não sou nem desleal, nem suicida. Não quero ser decapitado antes do tempo. Ainda há grandes possibilidades de atuação dentro do Ministério do Interior, e devemos utilizá-las. Um dia o Brasil terá o seu Ministério do Meio Ambiente, mas a iniciativa não será minha. Nem serei eu o seu titular. Não tenho ilusões a respeito.

Vergonha nacional

SÃO PAULO, SP – De manhã cedo recebi em casa a visita de Dom Agostinho Duarte, frei Beneditino Olivetano, muito meu amigo, dos tempos em que trabalhávamos na OAF (Organização de Auxílio Fraternal). Juntos lutamos, com apoio de Arrobas Martins, que neste dia se demitira da Casa Civil do governo paulista, contra as atividades do odioso Esquadrão da Morte, tolerado num dos Governos Estaduais anteriores. Isso foi há uns sete anos atrás. Esse Esquadrão cometeu numerosos assassinatos de marginais. Pretendia, com isso, diminuir o crime. Vale lembrar que, embora hoje não exista mais o esquadrão, a incidência de crimes é menor! Na realidade, o Esquadrão da Morte era o crime organizado e semi-oficializado.

Tenho a impressão de que o máximo que conseguimos na luta contra o Esquadrão foi adiar por dois meses o assassinato de dois homens (Galo e Gaúcho), que sequer conheci pessoalmente, e não sei até hoje do que eram acusados.

Após uma interferência minha, para salvar-lhes a vida, cerca de 60 dias depois li num jornal que esses dois homens foram encontrados mortos à beira de uma estrada qualquer, crivados de balas. Vergonha nacional!

Agora, Dom Agostinho queria uma nova entrevista com Arrobas Martins, para discutir problemas de violências cometidas contra menores contraventores. Trata-se de uma questão que certamente merece atenção, pois é imenso o número de menores abandonados, criminosos em potencial. Contudo, sob o aspecto humano, o problema é menos grave que o antigo e maldito Esquadrão da Morte. Hoje há ambiente muito melhor para tratar desses assuntos. O governador Paulo Egydio é um homem de formação cristã.

Gentileza anônima

LUZIÂNIA, GO – Domingo. Recebi hoje na Fazenda Jatiara um bouquet de gladiolos brancos e ramos de ciprestes. Junto veio um cartão escrito em letra de forma: “Eu e o país temos muito que agradecer ao senhor. Muito obrigado”. Não havia assinatura. Essa homenagem anônima, totalmente inesperada, muito me fez pensar. É algo que compensa muitas incompreensões. Mas ao mesmo tempo pergunto: o que teria feito para merecer tanta gentileza?

Primos

RIO DE JANEIRO, RJ – Almocei no Edifício da Editora Bloch, com o ministro do Turismo da Venezuela, Diego Arria; com o presidente da Embratur, Said Farah; como o diretor também da Embratur, Altino Augusto Pinho de Carvalho; com os irmãos Bloch e muitas outras pessoas. (...) Said Farah (de origem árabe) saudou Adolfo Bloch (de origem judaica) e o ministro venezuelano. Bloch chamou Farah de “primo”. Só mesmo no Brasil isso é possível (graças a Deus aqui todos podem conviver bem).

16 março 1976

25 junho 1977

8 novembro 1977

Deslumbramento

3 julho 1978

À tarde estive no Palácio do Planalto, onde assisti à solenidade de assinatura do Pacto Amazônico. Estive lá com Warwick Kerr, Maria Thereza Pádua e muitos outros amigos do Segundo Escalão. Disse ao ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira e aos embaixadores Dario Castro Alves e Baena Soares, que aquele era o tratado mais ecológico que já vi. Realmente, a preocupação pela Ecologia e Meio Ambiente era uma constante, no texto hoje firmado. Mas infelizmente não teve a importância que poderia ter.

P.S. 2009: Infelizmente o Pacto Amazônico teve poucas consequências práticas, a meu ver.

Guardiões do Éden

29 setembro 1978

CURITIBA, PR – Durante a manhã, no Teatro Guaíra, superlotado com umas 2.700 pessoas, fizeram palestras o comandante Alimart, do Instituto Oceanográfico de Mônaco, e o capitão Jacques Cousteau, a estrela do Seminário (1º Simpósio Nacional de Ecologia).

Finalmente falou o ambientalista gaúcho José Lutzenberger, sobre as suas idéias favoráveis a uma transformação profunda da sociedade. Ele combate tanto o comunismo como o capitalismo, achando que ambos dão demasiada importância à Economia, em prejuízo do meio ambiente. Também criticou o cristianismo e outras religiões, exceto o budismo. A sua posição radical foi exposta com boa didática e até com senso de humor, mas divirjo muito dessas suas ideias.

Depois de um breve intervalo, foi a minha vez de falar. Ao invés de usar a tribuna, falei bem à frente do palco, sem consultar notas, o que me disseram depois ter causado impressão favorável. Inicialmente, fiz a defesa do cristianismo, explicando que na imagem bíblica do Paraíso, os primeiros homens eram os guardiões do Jardim do Éden, não os seus destruidores. Também defendi os missionários, que haviam sido criticados por Lutzenberger, dizendo o que vi na Missão Cururu, no sul do Pará. Expliquei que os índios munducurus viviam muito bem lá e sua língua era respeitada. Discorri sobre problemas enfrentados pela Sema e em várias ocasiões citei nominalmente Lutzenberger, nos pontos em que estava de acordo com ele, no que se refere à crítica de abusos cometidos contra a Natureza. Concitei todos a unir esforços, na causa conservacionista, sem esperar que o Governo a tudo providencie. Fui bem aplaudido e acredito ter sido este o maior público (umas 1.800 pessoas) que me ouviu.

Idealista

28 maio 1985

Com Regina e Mauricio Lobo, tratei da programação da Semana do Meio Ambiente. Vão ser distribuídas umas dez medalhas. Indiquei, para uma delas, o nome do José Lutzenberger, que certa vez pediu publicamente minha demissão. Mas ele merece um prêmio, pelo seu idealismo e por suas lutas ambientais.

Procede

Seminário sobre a Amazônia da Young Presidents Organization

MANAUS, AM – De manhã ouvi uma excelente palestra, nos seus aspectos econômicos, de José Lutzenberger. Realmente, não tem cabimento o atual sistema que conta o Produto Nacional Bruto de acordo com o total dos gastos efetuados. Assim, se houver uma grande epidemia, com grandes despesas médicas, subirá o Produto Nacional Bruto. Lutzenberger é um orador brilhante, mas fica nas esferas teóricas. Discordo dele quando desconsidera as unidades de conservação e quando se mostra panteísta, dizendo que a natureza é sagrada ou quase. Sou fiel a Deus. Lutzenberger reclamou do pouco público presente.

Direito à informação

BRASÍLIA, DF – Telefonei ao presidente da Feema (Fundação Estadual da Engenharia do Meio Ambiente), do Rio de Janeiro. Tivemos uma discussão bastante tensa, pois no Convênio para pesquisa de metais pesados, em estudo, ele e outras autoridades do Rio fazem questão fechada de poder vetar a divulgação dos resultados, se assim o desejarem. Isso não podemos aceitar nunca! O povo tem o direito de ser informado sobre os assuntos importantes para a sua saúde. Essa mentalidade de segredo, a meu ver, diminui muito as possibilidades de resolver os assuntos ambientais. Sem o apoio da opinião pública pouco poderemos fazer. Depois dessa conversa transferi os fundos para a Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária). A Feema irá fazer os estudos sozinha e terá também que arcar sozinha com as responsabilidades. Quanto à Sema, com a Abes, vamos ver quem poderá fazer para nós as pesquisas na Baía da Guanabara, para trazer tudo à luz do sol.

P.S. 2009: Nosso relacionamento com a FEEMA foi bom e construtivo, sempre respeitoso, nas divergências eventuais.

Desmatamento

Observação durante voo São Paulo–Ilhéus (BA)

Uns 10 km ao Sul da Estrada São José dos Campos–Caraguatatuba, trecho do Planalto, a contar do local próximo a uma grande barragem, estão desmatando centenas de hectares. Vou comunicar o fato à Coordenadoria dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo.

Aflição e alívio

RIO DE JANEIRO, RJ – Já era noite no Rio. Num canteiro da Avenida Brasil vi um homem atropelado, cercado de gente. Foi difícil encontrar um guarda. Falamos com um, mas ele disse que a área não era do seu Batalhão. Finalmente, deixei um aviso na PM do Aeroporto, que tomou providências. Logo em seguida embarquei para Brasília com a alma aliviada.

Cacos de vidro

FORTALEZA, CE – De manhã andei com Lucia pelo calçadão da Praia de Iracema, aqui defronte ao Hotel. Em frente ao Clube Náutico vimos inúmeros e perigosos cacos de vidro no chão, oriundos de

6 maio 1996

15 janeiro 1979

20 janeiro 1980

15 agosto 1980

1º janeiro 1981

uma garrafa que se quebrou. Centenas de pessoas andavam por ali, muitas delas descalças. Lucia e eu nos abaixamos para catar esses cacos de vidro perigosos. Fiquei pasmo ao ver que várias pessoas pararam para olhar nossa atividade protetora, mas nenhuma veio nos ajudar!!! A tanto podem o egoísmo e a estupidez humana!!

Cuidado

1° junho 1982

No dia de hoje recebi inúmeros e rasgados elogios pela minha atuação ambientalista. Isso me deixa muito sem jeito e preocupado. Sei que não mereço tanto. O que será que está acontecendo? Como terminará tudo isso? Como poderei ser digno de tanta confiança?

Trombadinhas

26 junho 1982

PARIS, FRANÇA – Numa galeria subterrânea do metrô fui abordado por duas mocinhas de uns 14 anos e um menino de 11 anos. Eles me pediram esmolas. Como costume fazer, fui logo tirando do bolso algumas moedas, para dar aos jovens que pediram ajuda de modo insistente. Tão insistente que eles avançaram sobre mim, me empurrando e pedindo. Procurei dar mais moedas, mas os empurrões continuaram. Um pedaço de papelão era forçado sobre o meu peito. Nesse momento percebi que não se tratava de pedidos de ajuda, mas algo diferente. Vi que um dos bolsos de minha japona esporte, onde estava uma das minhas carteiras, se achava vazio. Imediatamente dei o alarme agarrando os braços do menino e de uma das meninas. Em voz alta pedi aos passantes que chamassem a Polícia. Não havia nenhuma por perto, mas uma senhora veio ajudar (apoio moral) e alguns curiosos se juntaram, sem saber o que fazer. Nessa altura caiu ao chão um pedaço da minha carteira, onde havia fotos da família. Prova cabal de que eles estavam com a carteira. Vi algo volumoso debaixo do suéter de um deles, mas depois nos mostraram o interior de suas vestes, para que vissemos não terem nada consigo. Ou esconderam muito bem ou passaram a carteira a algum comparsa.

P.S. 2009: Mais tarde verifiquei que o prejuízo foi de uns 500 dólares.

Segurei fortemente o braço do menino e Lucia fez o mesmo com uma das meninas. Seguimos então em direção à saída do metrô, em busca de alguma autoridade. Mais adiante, perto da saída, uma das bilheteiras veio em nosso auxílio e chamou a Polícia. As meninas escaparam de Lucia e correram, subindo as escadas da saída, debaixo de chuva, e desapareceram. A prestativa senhora que desde o início nos acompanhou continuou conosco. Durante uns 10 minutos segurei meu jovem prisioneiro, até que, finalmente, a Polícia chegou. Terminara de chover.

Entramos num carro de presos: dois policiais gendarmes, Lucia, eu e o menino. Este ficou sentado no fundo do camburão. Umas três vezes foi cutucado com o pé por um dos gendarmes. Ficou com um ar muito assustado e às vezes chorou um pouco. Lucia e eu ficamos com muita pena dele, mas não precisamos intervir em sua defesa, pois o pé do policial não chegou a machucá-lo. Respondendo ao guarda, disse chamar-se Alexandervitz ou algo parecido. Informou o nome dos pais (Amanda) e sua nacionalidade lugoslava.

Depois de rodar alguns quarteirões, o camburão parou. Descemos todos e fomos ao Commissariat de Police du Quartier des Halles; Rue des Bons Enfants 24. Registrei lá minha queixa: roubo de documentos (identidade funcional, cerca de 200 dólares e carta de motorista). Os policiais foram muito atenciosos. Não acusei o menino em particular, mas disse a um gendarme que os três agiram juntos. Não sabia qual deles efetivamente roubou. Um dos gendarmes, porém, afirmou ter sido

o menino, o que este negava. Para mim, porém, tratava-se de um detalhe irrelevante, pois sem dúvida ele participou do roubo.

Depois, saímos da Delegacia. Nesse infeliz episódio, fiquei muito penalizado com o menino ladrão. Por outro lado, deixá-lo impune seria mau para ele mesmo pois o encorajaria a continuar roubando. O provável é que o soltem, após localizar o pai. Como disseram a bilheteira do metrô e a prestativa senhora, eles são menores e não podem ser mantidos presos. Os gendarmes e outros policiais fizeram questão de dizer, várias vezes, que esses roubos são comuns, salientando que os seus autores não são franceses, mas iugoslavos (ciganos).

O que me entristeceu foi o fato de ter prendido um menino da idade do meu neto Paulo. Para este, a vida está correndo tranquila e protegida. Para o ciganinho iugoslavo as perspectivas futuras são terríveis. Que Deus o proteja e às meninas também, na sua infinita misericórdia.

Sem jeito

Sessão de entrevistas depois da apresentação do Plano de Zoneamento do Vale do Paraíba do Sul

RIO DE JANEIRO, RJ – (...) Na entrevista aos jornalistas, ele (ministro Andreazza) me fez um grande elogio, dizendo que eu era "professor de todos nós".

Também falou o ministro Costa Cavalcanti, presidente da Eletrobras. Entre outras coisas, fez o histórico da Sema, criada quando foi ministro do Interior. Fez referências muito elogiosas a minha pessoa, saudadas por uma salva de palmas. Fiquei muito sem jeito, com essa homenagem inesperada, para mim difícil de entender. Realmente, não vejo nas minhas atividades ambientais nada de extraordinário. Sinceramente.

Indigentes

BRASÍLIA, DF – Fui aos baixos dos viadutos da Rodoviária procurar novamente uma mulher e cinco ou seis crianças muito pequenas, que sexta-feira à noite encontrei dormindo junto ao relento. Quando retorno da Sema, freqüentemente encontro casos como esse. Eles não estavam mais lá, mas havia outras pobres pessoas, inclusive crianças, na situação angustiosa de abandono. Não sei mais o que fazer. Para mim, isso representa a falência de uma sociedade, cujas estruturas precisam ser revistas. Enquanto existirem abandonados como estes, não se pode dizer que exista aqui justiça social. Que Deus proteja esses indigentes!

Ramo de oliveira

De manhã, embarquei para o Rio. Lá, fui à Sema, onde houve um mal-entendido com Anita. As pessoas têm reações inesperadas. Eu estava falando das boas possibilidades de uma promoção dela, muita merecida, quando recebi, como resposta, um surpreendente pedido para não falar mais no assunto. Apparently ela se aborreceu por terem falhado, antes, outras tentativas que fiz para promovê-la. Embora surpreso e desapontado, como tenho Anita na mais alta conta, no fim do dia dei a ela uma linda flor de orquídea. Disse-lhe que era o meu ramo de oliveira.

3 agosto 1982

10 abril 1983

P.S. 2009: Escrevi depois ao Governo do Distrito Federal, sobre esse problema. Recebi uma resposta compreensiva do Secretário da área social. O fato é que, depois disso, raramente vi famílias de indigentes debaixo dos viadutos da Rodovia Central.

25 agosto 1983

Atarantado

Viagem de São Miguel do Aleixo a Aracaju

25 novembro 1983

No caminho, parei à beira da estrada para comprar mangas e caju, agora em plena produção. Desejava boas sementes para plantar na Fazenda Jatiara, em Luziânia,GO. Quando o carro parou, fomos rodeados por dezenas de crianças e algumas senhoras, que traziam frutas para vender. Fiquei atarantado e com o coração aflito, pois eram pessoas pobres, que precisavam ganhar algum dinheiro. Procurei atender a todos e ao que parece consegui esse objetivo. Em resultado, o portamalas do carro recebeu uma boa carga de frutas e a minha carteira ficou quase vazia. (...) A horas tantas uma moça nos perguntou se estávamos ali vendendo caju...

Livros

6 fevereiro 1984

COSMÓPOLIS, SP – Visitei a Biblioteca Pública de Cosmópolis. Estavam lá duas simpáticas bibliotecárias e o prefeito Orlando Perucci, muito atuante. O prédio é ótimo e está no meio de um pequeno parque. Há quase 5 mil livros e estantes razoáveis. Faltava uma boa mesa para consulta. Falei sobre isso francamente. O prefeito, imediatamente, mandou colocar lá uma ótima mesa, a das antigas reuniões da Câmara dos Vereadores. Acredito que minha visita prestigiou bem o trabalho das bibliotecárias. Tenho enviado para lá muitas revistas e um certo número de livros. A bibliotecária-chefe era a senhora Ivonete.

Compadecimento

31 agosto 1984

BRASÍLIA, DF – Vi, com grande dor no coração, a demolição de casas da favela vizinha à Sema, na SQN-310. Vi uma família, com crianças, ao lado dos restos de sua casa. Creio que nunca irei me esquecer disso. Como são injustas as tremendas desigualdades sociais existentes no Brasil!!! Procurei ajudá-los com alguma coisa, mas era tão pouco o que tinha para dar no momento! A opção preferencial da Igreja pelos pobres está rigorosamente certa.

Contribuição

30 junho 1986

NOVA IORQUE, EUA – Às 19h paguei a conta do hotel. Junto à portaria estava uma senhora idosa, vestida com muita simplicidade. Um dos empregados do hotel lhe deu uma nota de 20 dólares. Pensei que se eles podiam fazer essa caridade, eu também poderia contribuir. Assim, coloquei uma nota de 10 dólares na bolsa dela, que estava aberta em cima do balcão. Imediatamente um dos empregados do hotel retirou a nota da bolsa e me devolveu a mesma. Chamou-me de lado e explicou que se tratava de uma senhora riquíssima, hóspede do hotel desde 1946. Aparentemente estava com arteriosclerose. Todos a tratavam com compreensão. E foi assim que eu quase dei uma esmola a uma senhora imensamente rica.

Imagem

NAIROBI, QUÊNIA – À noite houve um cocktail na residência do embaixador do Brasil, João Sosa de Médici. Fui buscar Lucia e Margarita de Botero no hotel. Lá, quando voltava para o carro, três meninos pobres, vestidos com camisolões miseráveis e escuros, me pediram esmolas. Tinha apenas duas moedas, de modo que um ficou sem. Pensei em lhe dar uma nota, mas fiquei com receio de que eles brigassem entre si ao disputá-la. Fiquei profundamente triste e preocupado com a situação desses pobres meninos.

Resolvi fazer um donativo ao cardeal, em benefício da infância abandonada de Nairobi. Mas durante muito tempo não me saiu da lembrança a imagem daquelas crianças.

Número 1

ITANHAÉM, SP – Durante a tarde, preparei um capítulo para um livro que vai ser publicado pela Fundação Getúlio Vargas, sobre o seminário que eles fizeram em 1988, sobre o relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a que pertenci. Escrevi a história informal dos trabalhos da Comissão. Não é fácil falar a verdade e ao mesmo tempo não ferir ninguém, mas creio que o consegui. Mesmo porque o padrão moral da Comissão era muito bom. Houve, é certo, algumas atitudes criticáveis, mas não pelo lado moral. De qualquer forma, quando escrevo sobre os outros, meu principio nº. 1 é não prejudicar a reputação moral de ninguém, seja lá quem for. Quase sempre há uma maneira correta de dizer as coisas sem ofender. Se não houver, é melhor calar. Para mim foi uma grande satisfação participar da Comissão.

Exigências descabidas

Durante parte da tarde estive na USP, onde participei de reunião do Conselho do departamento de Ecologia Geral do IB (Instituto de Biociências). Necessitava de permissão para trabalhar no Minc (Ministério da Cultura). Na discussão sobre o plano de trabalho que apresentei, pedi licença e saí da sala. Fiz isso para que os presentes tivessem mais liberdade, inclusive para discutir também o meu pedido para ser assessor do Minc (Ministério da Cultura), aprovado pouco antes. O resultado prático dessa minha elegância foi que fizeram duas exigências apresentadas de modo descabido, ou seja, através de Resolução do Conselho: deverei anexar uma Metodologia e uma Bibliografia ao meu Plano de Trabalho. Deviam ter feito isso informalmente. Pedir uma metodologia para trabalhos de campo, neste caso, me parece desnecessário. Quanto à Bibliografia, realmente a mesma deveria figurar lá, o que, aliás, faço sempre. Mas não era um Plano para ser publicado. É preciso, porém, aceitar esses exageros com humildade.

Estética sem eixo

O *Correio Braziliense*, depois de quase um ano, publicou meu nome com destaque num artigo sobre os perigos do Eixão, ou seja, na avenida que atravessa Brasília. No Brasil, segundo expliquei, dá-se mais valor à estética que à vida. O Eixão mata e fere muitas pessoas, mas faltam medidas melhores para evitar isso. Finalmente estão fazendo uma cerca de tela, para impedir a passagem de pedestres.

22 setembro 1986

7 janeiro 1988

P.S. 2009: Esse trabalho infelizmente desapareceu. Tive que refazê-lo, com ajuda do meu diário.

7 março 1988

30 abril 1988

P.S. 2009: Essa cerca foi retirada.

Polícia de Trânsito

Deslocamentos desde San José a vários pontos da Costa Rica

8 outubro 1988 Retornamos de Turialba a San José pelo mesmo caminho. Adiante de Cartago, avisei um policial “de trânsito” (rodoviário) que havia animais soltos na pista à altura do vilarejo de Viñes. Ele me agradeceu muito e tomou providências pelo rádio. A Costa Rica não tem exército e possui apenas policiais. O guarda “de trânsito” com o qual falei nem sequer possuía uma farda propriamente dita. Era mais uma japona escura sobre a camisa. É incrível, único no mundo, o grau de desmilitarização deste país.

10 outubro 1988 Antes de Orsi vi duas vacas caminhando perto da estrada, mas não cheguei a avisar a Polícia de Trânsito, pois estavam num lugar de muito pouco trânsito, de risco reduzido. Não compensaria deslocar para lá um carro da polícia.

11 outubro 1988 Na saída da cidade (Rua 13) há dois grandes hotéis, loteamentos muito bons, indústrias, casario diverso, depósitos, comércio, pequenas chácaras. Passamos pelo aeroporto. Mais adiante, parei para avisar a Polícia de Trânsito que havia duas vacas soltas, na beira da estrada. (...)

Almoçamos em Liberia, pouco depois das 15h. Em seguida, rumamos para San José, onde chegamos às 19h. Telefonei à Polícia de Trânsito, comunicando os pontos onde vi gado solto na faixa da estrada.

Fogo em Brasília

17 outubro 1988 Embarquei para São Paulo no Boeing 767, da Transbrasil. Antes de embarcar, vi dois pequenos focos de incêndio (fumaça) na mata do Riacho Fundo, junto ao Jardim Zoológico de Brasília. Ao chegar a São Paulo, do aeroporto telefonei à Valmira Mecnas, pedindo que ela avisasse o Corpo de Bombeiros de Brasília, sobre os focos de incêndio que vi na mata do Riacho Fundo.

Licença não concedida

6 junho 1989 À tarde, participei da reunião do Conselho do Depto. de Ecologia. Negamos licença a um grupo para trabalharem na área federal de monitoramento ambiental por satélite. O pedido foi unanimemente negado, pois as circunstâncias e regulamentos não nos permitiram atendê-los, embora fossem pessoas de alto padrão.

Rasgados

Participação na II Conferência do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

7 junho 1989 PORTO ALEGRE, RS – O jurista Paulo Affonso Leme Machado me fez rasgados elogios, que me deixou sem jeito. Embora ser elogiado seja agradável, por outro lado me sinto em situação incômoda e me lembro logo das historietas que se contam sobre os que são seduzidos por elogios e terminaram desastrosamente.

Perigo!

Avisei a Polícia Rodoviária Federal de um cavalo solto perto do km 118, na baixada fluminense. Também avisei de duas árvores e um galho grande, caídos na parte alta da estrada Itaipava-Teresópolis.

30 julho 1989

Consideração

Fui ao Ibama, onde acertei com Célio Valle e Vânia Campos o novo trabalho que esta fará lá, num Programa de Cooperação com as Organizações Não Governamentais. Chegamos à conclusão de que ela deve começar a trabalhar desde já, pois, como dizem os norte-americanos, a posse é 9/10 da lei. Ainda levará algum tempo para oficializar a nova função dela. Tenho dedicado muita atenção à situação da Vânia, como fiz com outras pessoas que trabalharam comigo em várias ocasiões, pois entendo que o chefe deve retribuir, com lealdade e dedicação, a lealdade e a dedicação do serviço recebido. Devido a isso, até hoje o pessoal da Sema, Sematec e USP me proporciona sempre demonstrações de estima e consideração.

6 abril 1990

Confiança

CABO FRIO, RJ – No Seminário Memória e Ambiente, da Icomos, Apende, Apedema, o professor Julio César Monteiro Martins (...) disse que está surgindo uma ideologia ambiental, pensamento que há poucos dias defendi no seminário do Ibram, em Brasília. Fernando Chacel disse que todos os partidos devem se preocupar com um novo modelo de desenvolvimento. Ele elogiou expressamente a minha atuação ao trabalhar para estabelecer a legislação ambiental, o que teria sido possível graças à ignorância dos que decidiam na época. A meu ver, havia conhecimento, embora talvez limitado, e havia também confiança na minha atuação. Confiança que acredito ter honrado, pois penso que foi uma legislação boa para o país, orientando o desenvolvimento num bom sentido sustentável.

9 agosto 1991

Puxão de orelha

O amigo Geraldo Vidigal me telefonou bravo, dizendo que no meu discurso de posse na Academia Paulista de Letras falei pouco de meus antecessores e demasiado de mim mesmo. Inicialmente pensei até em desistir da Academia, pois não estou na idade de sofrer puxões de orelha. Mas ele tinha razão. O resultado é que trabalhei até altas horas da noite, refazendo o meu discurso, que ainda não fora pronunciado.

12 agosto 1991

Jamais

BRASÍLIA, DF – Discuti com certa veemência com Julio César Bicca Marques, da Diretoria de Ecossistemas do Ibama, onde ele trata dos problemas da fauna. Ele acha de modo intransigente, que os animais apreendidos não podem ser soltos em regiões diferentes dos seus habitats nativos.

24 janeiro 1992

Disse ao Julio César, depois que a conversa se amenizou, que pensava ser ele mais radical do que realmente é, pois em outros assuntos mostrou ser mais aberto. Assim, é a favor dos criadouros semi-extensivos, velha reivindicação minha (e de outros). É um bom-praça e me arrependi, a

certa altura da discussão, de invocar o argumento de ser autoridade no assunto, coisa que jamais eu deveria ter alegado. Jamais. O Julio César é um jovem biólogo que certamente fará uma boa carreira. Invocar o argumento da autoridade é extremamente antipático, principalmente para os que estão se iniciando.

Cristo hoje

30 maio 1992

RIO DE JANEIRO, RJ – De madrugada, antes do nascer do sol, lá pelas 5h40, acordei com os gritos de uma pessoa que vinha correndo pela Rua Barata Ribeiro, exclamando em altos brados algo que parecia como “cachorro louco”, “cachorro louco”. Preocupado, não consegui conciliar o sono. Vesti-me, saí e fui ver o que era. Um varredor de uma pracinha aqui perto contou-me que os gritos eram de uma pessoa louca que bradava “socorro, socorro”. Quase se atirou debaixo de um táxi que passava. O guarda do prédio também confirmou que eram pedidos de socorro! Andei mais um pouco, mas o louco havia desaparecido. Devia ser uma pessoa drogada.

Vi, porém, dois homens que dormiam no chão duro, em calçadas de pedras. Um deles levantou-se, estirou-se e pôs-se a caminhar. Seu único bem terreno era um calção já bastante usado. Tinha uns 30 ou 40 anos de idade. Seguiu em frente, com passos firmes, talvez em busca de um local onde pudesse encontrar alimento. Perdi-o de vista. Acabava de ver a imagem viva de uma miséria profunda, que ainda assola grande parte dos brasileiros. Era o Cristo, na sua imagem de hoje, pobre e sofrido.

11 vezes

9 dezembro 1992

SÃO PAULO, SP – No fim da tarde fui à Cetesb, onde se realizou a abertura do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (Abema).

Durante a sessão vários oradores fizeram uso da palavra. Estava sentado na primeira fileira e, assim, podia ver e ser visto bem pelos que se sentaram na mesa diretora e fizeram discursos. O primeiro a falar foi Haroldo Mattos de Lemos, meu amigo e representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Ele mencionou de modo especial o meu nome. Depois disso, todos, ou quase todos os oradores fizeram uma honrosa menção ao meu trabalho na área ambiental. O ministro do Meio Ambiente Fernando Coutinho Jorge fez grandes elogios a mim, chamando-me de pioneiro do meio ambiente no Brasil etc., etc. Sinceramente fiquei encabulado. Numa das vezes que me mencionaram recebi uma salva de palmas, iniciada pelo jornalista Randolpho Marques Lobato. Este me disse que 11 vezes falaram o meu nome. Para mim, essa homenagem espontânea, não programada, inesperada, foi uma grata surpresa. Como disse alguém, “cuide-se porque estas homenagens costumam ser dadas para gente que já morreu”. Depois das palestras, Cleverson Andreolli me disse: fui um dos seus principais críticos, mas reconheço hoje o valor do seu trabalho. Respondi: A crítica é necessária e você sempre a fez em alto nível. De fato, muito elogio é coisa perigosa.

Comoção

25 abril 1993

SÃO PAULO, SP – À noite fui à missa na Igreja São José. Ao regressar, na esquina da Av. 9 de julho e Av. Cidade Jardim, ao invés de dar mil cruzeiros a um menino de rua, por engano dei uma nota de 100 mil. Ele ficou tão contente, gritou tanto de alegria que isso me comoveu.

Responsável

Fomos à Câmara Federal, onde se realizou no auditório da Comissão de Relações Exteriores, a sessão de lançamento do livro Estratégia Global da Biodiversidade, do World Resources Institute, na sua tradução em língua portuguesa. Para surpresa minha, o auditório ficou cheio. Contudo, o que realmente me surpreendeu foram os elogios feitos pelo Ministro Fernando Coutinho Jorge, do Meio Ambiente, à minha pessoa. Esses elogios foram seguidos pelos aplausos das 120, ou mais, pessoas ali presentes. Foram aplausos gerais e prolongados, que agradeci com acenos de mão e sorrisos. Para quem, como eu, está hoje desligado do centro de poder, e que trabalhou como Secretário num período político muito difícil, aplausos como esses são totalmente inesperados. Como se isso não bastasse, Maria Thereza Pádua me elogiou também, assim como Fabio Feldman, quando falaram. Fiquei sem jeito, encabulado.

Tudo isso me deixou pensativo e, de certo modo, preocupado, pois estão me colocando muito alto, o que é, para mim, uma imensa responsabilidade. Por outro lado, é agradável ver tanta boa vontade.

Símbolo

SOS-Mata Atlântica apresenta mapa das áreas remanescentes do bioma produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

A reunião contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal Rubens Ricupero e do Secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Edis Milaré. No final, o Presidente da SOS-Mata Atlântica, Roberto Klabin, me fez um grande elogio público, o que foi uma surpresa para mim, pois há 2 anos pedi demissão do Conselho de Administração da SOS. Hoje sou apenas membro do Conselho Consultivo. É uma história repetida: são demasiadamente generosos em relação à minha pessoa. Digo sempre, rindo amarelo: vocês me elogiam tanto que vou ficar insuportável!! Estou me tornando uma espécie de símbolo, e isso me incomoda. Aumenta tremendamente as responsabilidades, e de certo modo restringe a rapidez das ações. Na verdade me sinto como um tio mais velho, que todos respeitam e muitos ouvem. Isso é uma tarefa útil, mas que requer redobrada reflexão, nos pronunciamentos e nas ações que devo fazer.

Audiência

WASHINGTON, EUA – Houve lá um jantar muito bom e bonito. Comemos um excelente sea bass. Foi prestada uma homenagem aos membros do *board* (diretoria), cujo mandato expirou. Tom Lovejoy era um deles. Ao falar no podium, começou a se referir ao Brasil. Pensei com os meus botões: vem aí um elogio a mim. Depois, reagi comigo mesmo: estou muito “convencido” e cheio de mim mesmo, o que é muito ruim. Preciso ser mais modesto. Mas o Tom continuou falando do Brasil e me fez realmente um enorme elogio, dizendo, entre outras coisas, que fui a primeira pessoa “importante” que lhe pediu uma audiência. Naquela época eu era secretário do Meio Ambiente do Governo Federal. Na verdade, tenho muitos e bons amigos.

6 maio 1993

30 novembro 1993

P.S. 2009: Depois, fui eleito vice-presidente da SOS-Mata Atlântica.

9 março 1998

	Polícia de Trânsito
	<i>Deslocamentos por várias localidades do interior do México</i>
24 outubro 1999	VERA CRUZ, MÉXICO – Na viagem de volta vi um jumento solto. Consegui telefonar do hotel à Polícia Carretera (Rodoviária) e comunicar o fato.
25 outubro 1999	No km 66 ou 67 havia um jegue solto em plena estrada. Mais adiante pedimos a um soldado, que estava fiscalizando o trânsito, que comunicasse o fato à Polícia Federal de Caminos.
31 outubro 1999	CUETZALAN, MÉXICO – Ao entrar na cidade, um bêbado caiu, quebrando a garrafa que trazia na mão. Fiquei preocupado com o fato de que transitam por ali muitas mulheres que andam descalças. Mais tarde voltamos lá para catar os cacos de vidro, mas eles, felizmente, já haviam sido retirados. Em Cuetzalan, uns 15% das mulheres andam descalças, o que não ocorre com nenhum homem. Por outro lado, elas andam geralmente com bonitas roupas brancas, com bordados vermelhos, ao passo que os homens vestem roupas comuns, sem beleza.
1º novembro 1999 <i>P.S. Escrevi carta ao prefeito.</i>	Na região de Equimita (povoado), a cerca de 1 km do cemitério de lá, vimos um aviso de advertência fora do lugar, quase caído. Está no Município de Tuzamapa de Galeana.
	Em Sacapoaxtla almoçamos e depois prosseguimos viagem. Alguns km antes de São José vimos cavalos medianos, de cor castanho-ferruginosa, oferecendo óbvio perigo aos que transitam por lá na estrada. Isso me preocupou bastante. Quando cheguei ao Hotel Camino Real, na Cidade do México, enviei um telegrama ao prefeito (lá se chama presidente municipal) alertando-o para o grave perigo.
2 novembro 1999	CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO – Ao sair da cantina, após o almoço, vi perto da estrada um burro em situação que poderia ser perigosa para o mesmo e para os motoristas e passageiros. Escrevi carta à administração do bosque.
	Perigosíssimo
20 novembro 1999	Sábado. De manhã me despedi e segui de Viçosa, MG para Belo Horizonte. Em quatro pontos da estrada estadual encontramos cavalos e vacas. É perigosíssimo. Não há por lá qualquer posto rodoviário para reclamar. Vou escrever cartas a várias autoridades, esperando sensibilizá-las. Na Federação Brasileira, em muitos lugares aparentemente a vida humana não vale praticamente nada. O motorista, porém, era prudente.
	Tomei o avião da Vasp, para São Paulo. Cheguei muito cedo ao Aeroporto da Pampulha. Aproveitei, no restaurante, para escrever cartas sobre animais na pista etc.

Espírito cristão

BRASÍLIA, DF – (...) Conversei longamente com Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama. Ela trabalhou comigo na Sema. Somos bons amigos. Ela ficou muito contente com a minha possível futura posição como consultor do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas a serviço do Ministério do Meio Ambiente. Foi uma conversa muito importante e cordial que me impressionou. O pessoal da antiga Sema tem grande consideração e amizade para comigo. Atribuo isso e as homenagens excepcionais que tenho recebido ao fato de que trato todos como amigos, com espírito cristão.

Infração ambiental

SÃO SIMÃO, SP – Sábado. Ao acordar recebi a visita de dois soldados da Polícia Militar Florestal. Me multaram porque há dias cerca de 15 hectares de cerrado queimaram, de um total de 80 hectares de cerrado existentes nas quatro glebas dos herdeiros de dona Lavínia Ribeiro do Valle, minha sogra. Isso me aborreceu profundamente, pois o incêndio foi provocado por invasores que chegaram de caminhão, despejaram lixo no cerrado e puseram fogo. Na ocasião meu pessoal foi à Polícia e fez um Boletim de Ocorrência, depois de apagar o fogo com muito esforço.

Não merecia, de nenhum modo, receber uma multa injusta como essa.

RIBEIRÃO PRETO, SP – Depois do almoço fui a Ribeirão Preto, onde há uma Regional do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais). Como tenho lá um processo ainda não resolvido, chegando lá esperei algum tempo para ser atendido. Finalmente o engenheiro agrônomo Local responsável veio falar comigo. Ele me tratou algo friamente, mas de modo correto. Contudo, ele me disse que eu precisava assinar um compromisso de deixar a parte queimada do cerrado se recuperar, o que fiz sem problemas. Essa regeneração já está ocorrendo, muito bem. Deixei lá algumas fotos, prova disso. Quando pensei que a questão estava encerrada, ele me disse que 90% da multa não seriam cobrados, como prevê a lei. Aliás, esse dispositivo legal foi de minha sugestão aos deputados, quando se fez a Lei 6.938-81, da Política Nacional do Meio Ambiente. Contudo, eu teria que pagar 10% da multa (ou seja, aproximadamente R\$ 350,00 reais). Nesse momento eu me exaltei um tanto e fiquei profundamente aborrecido. Lhe respondi, com ênfase: "Essa multa eu não pago. Vou recorrer. Não foi eu quem causou o incêndio".

Ele me disse para voltar outro dia e que precisava atender quem tinha ido lá. E eu me retirei, me despedi normalmente por fora, e indignado por dentro, com o caso da multa. Mesmo que esta valesse apenas 1% do valor cobrado, eu não a pagaria. Fazê-lo seria confessar uma agressão ao Meio Ambiente que não cometi. Lutarei até o fim contra a falsidade que alegaram contra mim.

As palavras no auto de infração, que me acusam de "causar dano ambiental por meio de fogo", são inaceitáveis e mentirosas, o que me aborreceu muitíssimo.

SÃO PAULO, SP – (...) Depois fui à Secretaria do Meio Ambiente, onde conversei com o senhor Fuzaro, do DPRN (Departamento de Proteção dos Recursos Naturais), na presença do Galdino dos Santos Neto. Contei a ele o meu caso, onde me acusaram falsamente de "causar dano ambiental

7 novembro 2000
P.S. 2009: Essa possível consultoria não se materializou.

6 novembro 1999

6 maio 2002

7 maio 2002
P.S. 2009: A orientação do DPRN mudou. Depois foi incorporado à Cetesb.

por meio de fogo"! Relatei, também, a minha ida ao escritório do DPRN (Departamento de Proteção dos Recursos Naturais). O senhor Fuzaro ficou abismado com a injustiça que sofri. Na minha presença e do Galdino, solicitou a um dos seus auxiliares que encontrasse uma maneira de pôr fim a esse processo incrível. Ficou mesmo chocado com o que relatei. Deixei com ele duas cópias dos relatos de minha defesa. O senhor Fuzaro é subchefe do DPRN, instituição que tem uma missão muito espinhosa e difícil, que na administração passada cometeu muitos e graves erros.

12 maio 2003

Recebi documento importante sobre a multa e autuação de 1999, que dizia que eu pus fogo no cerrado. Em última e segunda instância o DPRN me absolveu!!! Fiquei muito contente. Fez-se justiça. Foi decisão de uma Câmara de Julgamento do DPRN. Fui absolvido por unanimidade! Viva! Viva! Viva! Sofri muito por causa dessa autuação injusta, que me acusou de destruir cerrado por meio de fogo!!! Tive que esperar quase quatro anos, pelo julgamento que me absolveu. Se essa demora aconteceu comigo, imaginem o que deve estar ocorrendo nesta imensa e complexa Federação Brasileira, com os nossos caboclos e caiçaras, sem recursos para se defenderem!

Causa própria

Reunião Ordinária do Conama em Brasília

30 outubro 2002

Tratamos durante todo o dia do Regimento Interno do Conama. Foi uma discussão longa e árdua, presidida pelo secretário de Biodiversidade e Florestas, José Pedro de Oliveira Costa. No final o Regimento foi aprovado a toque de caixa, mas com a aprovação de todos. Recusei-me perante o Herman Benjamin (então Promotor Público de São Paulo) a apresentar uma norma sobre a eleição do membro do Conama indicado pelo plenário. Pedimos à Adriana Ramos para apresentá-la. Foi aprovada. Achei que não poderia aprovar normas de algo que mais adiante poderia me favorecer como candidato. Estaria aprovando em causa própria. Por isso não só não propus a norma, como também me absteve de votar.

No escuro

Viagem de Brasília para Alto Paraíso (GO)

23 julho 2004

Vimos na estrada, estreita por falta de acostamento e perigosa, um caminhão parado, com luzes apagadas, bloqueando uma das pistas. Pedi ao pessoal da pousada, e fui atendido, que avisassem a Polícia Rodoviária. O caminhão estava, pelos meus cálculos, no km 134.

Prontidão

3 outubro 2005

BELO HORIZONTE, MG – No final da reunião o Nilo, diretor do Conama, me fez vários elogios. Ao que parece, o pessoal se admira de minha atividade ambiental, na minha idade (83 anos). Para mim, porém, isso não requer nenhum esforço extra e não tem nada de extraordinário. Louvado seja Deus, que tornou possíveis as minhas ações no setor ambiental. Para sempre seja louvado.

Ação Social em Xapuri

Doentes na selva

XAPURI, AC – Conversei com um caboclo, que me parece suspeito de ter câncer de pele, no lado direito do rosto. Falei com ele sobre isso. Já foi operado, mas os sintomas voltaram. Os médicos não querem fazer outra operação. É um drama ter uma enfermidade desse tipo na selva, onde o tratamento é difícil. Contudo, há anos tem o problema, que não seria de perigo grave imediato. Vou pensar no seu caso.

Mais grave é o caso de uma menina M.J.N.N, que os médicos daqui do Acre não podem operar. Tem seis anos e a mãe, na sua pobreza, luta para mantê-la e tratá-la. Pedi um relatório médico, para levar o caso a São Paulo, o que foi feito.

Ela recebeu toda a ajuda necessária, através da Santa Casa de São Paulo, e sempre contou com meu apoio.

Sertão

CAPIXABAS, AC – Finalmente, lá pelas 11h30 partimos rumo a Rio Branco. Guiei o tempo todo, sem problemas. Não me cansei. Na altura da Fazenda Campo Lindo, perto de Capixabas, havia ao longe uma grande queimada, na orla ou um pouco dentro da floresta, certamente numa derrubada. Vou comunicar o fato ao Ibama ou à Secretaria do Meio Ambiente do Acre.

Vi cerca de cinco animais soltos na estrada (BR-318) em diversos pontos. Comuniquei o fato ao posto policial de Capixabas e ao posto da Polícia Rodoviária a uns 30 km de Rio Branco. Contudo, apesar da boa vontade, tal como aconteceu na ida, no posto policial de Xapuri, eles claramente não têm condições de tomar providências. Isto aqui ainda é sertão!

Providência

Viagem de Xapuri ao Seringal Nova Esperança, onde mora a família da menina J., que voltava de nova operação em São Paulo.

Seguimos rumo à colônia de Jubaia, através de uma belíssima floresta de gigantescas castanheiras, camarús-ferro etc.

Em Jubaia (dois casarões de madeira) estavam cerca de 20 pessoas, inclusive crianças. Havia um rapaz jovem, casado, com dois ou três filhos, que aparentava estar exausto, abatido, muito enfermo. Parecia estar com malária. No nosso retorno, ele viajou conosco. Deixamos o Manoel Rodrigues da Silva no Hospital em Xapuri, com uma ajuda.

31 julho 1993

29 julho 1995

13 janeiro 1997

P.S. Diagnóstico: Infecção nos rins.

Quase nada

26 junho 1997

RIO DE JANEIRO, RJ – No Aeroporto Santos Dumont, ao procurar onde comer algo, fui abordado por dois meninos pobres, engraxates. A princípio achei-os inoportunos. Depois pensei: eles estão procurando ganhar a vida honestamente e ninguém os atende. Resolvi, então, engraxar os sapatos antes de almoçar. Quis me sentar nas cadeiras de espera do Aeroporto. Ledo engano. Ali eram proibidos os engraxates. O jeito foi sair do Aeroporto e ficar de pé no portão de entrada do pessoal da Aeronáutica, mais tolerante, ou seja, mais humano. Nada disseram, ou fingiram não ver aquele senhor respeitável que ali estava tendo seus sapatos engraxados. Conversei com os meninos. Eles queriam saber se havia também meninos engraxates em São Paulo. Paguei dez vezes mais que o usual. Para mim era quase nada. Para eles foi uma felicidade. Também fiquei feliz ao vê-los alegres. Que Deus os proteja.

Óculos

13 agosto 1997

XAPURI, AC – Fui procurado, na Casa Amarela, onde está a família da J., por uma jovem mãe, que deseja um par de óculos. O número de pessoas que me pedem ajuda está aumentando muito, o que me preocupa. Até o Genaro me fez um pedido, para um idoso pobre com problema provável na próstata. Minha ação tem sido a de dar alguma ajuda, como um encaminhamento, ou algo mais, mas a situação me preocupa, pois as necessidades do povo são imensas. Até agora pude ajudar, mas até quando? Peço a Deus que me oriente.

Retribuição

7 julho 1998

P.S. 2009: Nunca, porém, condicionei a qualquer tipo de auxílio ao recebimento de alguma coisa, como por exemplo, colônias de abelhas. A grande maioria das pessoas assistidas não teria como retribuir com coisas materiais. Se me agradece-rem simplesmente com palavras já fico muito satisfeito, mas nem isso espero.

XAPURI, AC – Esteve aqui a Francisca Ferreira da Silva, trazendo seu novo filho (nascido neste mês) e notícias sobre cinco ou seis colônias de abelhas a caminho. Me oferecem colônias em número de espécies que são algo mais do dobro das que existem em São Paulo. Com a pobreza e a miséria aqui existentes, estão me enviando muitas colônias. Por outro lado, caminho para auxílio médico em Rio Branco e outras ajudas. Dona Antônia de Sousa já está me enviando mais dez colônias. Há pouco lugar para tantas abelhas no meu meliponário, mas elas são muito interessantes. Pertencem quase sempre a espécies que não temos no Centro-Sul. Além disso, o recebimento dessas abelhas é uma maneira não paternalista de ajudar os extrativistas, freqüentemente paupérrimos. Para eles seria humilhante não retribuir a ajuda que lhes dou promovendo consultas em médicos, diárias para hospedagem em centros médicos, remédios etc. Ou proporciono essa ajuda ou algumas dessas pessoas morrerão. Não há alternativa. É também uma maneira de retribuir a Deus.

Apelo

23 julho 1998

BRASÍLIA, DF – Fomos depois falar com o ministro Krause: Nely, Derek, Hervé, Lovejoy e eu. Participou da reunião o Seixas Lourenço, Secretário da Amazônia. Expliquei ao ministro do Meio Ambiente que estávamos lá porque era urgente enviar cestas básicas de alimento a algumas populações de Roraima, onde há fome. O ministro imediatamente fez alguns telefonemas e obteve o que pedimos. Acredito que, assim, salvamos algumas vidas humanas.

Hóspedes

36

O número de pedidos de assistência médica de seringueiros no Acre já passou dos meus limites. Tenho que reestudar com urgência essa questão, pois não posso, obviamente, substituir o Governo. Não posso ser um Ministério ou Secretaria da Saúde paralelo. Por outro lado, não posso abandonar esses seringueiros à própria sorte. A solução, que é difícil, seria talvez diminuir a ajuda a cada um e torná-la mais racional.

Consultoria

De manhã, atendi a muitos telefonemas do Acre, me pedindo ajuda para consultas médicas etc. O dinheiro anda curto, mas deu para atender. Minha nova consultoria vai me proporcionar recursos para isso, pois ela será paga pelas Nações Unidas. Graças a Deus!!!

38

Continuo enviando recursos, quase que diariamente, para ajudar seringueiros e seus familiares enfermos, no Acre. Isso me preocupa muito. Até agora, neste mês, já atendi a 38 pedidos. Acontece que meus recursos são finitos, a UE (Usina Ester) não está dando dividendos e minhas economias estão se acabando. Por outro lado, se não ajudo, as pessoas podem morrer ou ficar ainda mais enfermas.

Organização

XAPURI, AC – O número de pessoas que na minha casa em Xapuri veio pedir ajuda para tratamento de saúde foi de umas dez. Agora, porém, tenho um programa mais definido, com a participação do doutor Carlos Beiruth. É, porém, uma missão difícil, pois quase todas as famílias têm alguém que necessita de assistência médica. Contudo, felizmente hoje os governos nos seus três níveis participam incomparavelmente mais do que no passado (digamos, há dez anos) na ajuda à saúde. Apesar disso, todos preferem a medicina particular, paga. Como meus recursos são bastante restritos, é necessário limitar a minha ajuda a certos casos, dentro de certa metodologia. O difícil, para não dizer impossível, seria simplesmente negar qualquer auxílio. Esse é o grande desafio: como ajudar. Estou planejando fundar uma associação, a Ação Social e Ambiental São Quirino.

50 a 60

SÃO PAULO, SP – R. M. C. esteve em casa. Vai trabalhar lá meio período, de manhã, quatro dias por semana. Depois desistiu. Estou muito sobrecarregado com o programa de ajuda a pessoas que estão na miséria. Meus gastos precisam com urgência ser diminuídos e racionalizados. Ajudo umas 50 / 60 famílias por mês. Os números variam de um mês a outro. A Clemilde, ex-secretária do escritório, não agüentou compartilhar o trabalho.

20 novembro 2000

30 novembro 2000

23 janeiro 2001

P.S. 2009: Essa consultoria não se efetivou, mas veio outra, a da Represa Corumbá 04, perto de Brasília.

12 maio 2001

P.S. 2009: Fundei a ação Social e Ambiental São Quirino, devidamente registrada e contabilizada.

6 setembro 2001

P.S. 2009: Agora sou auxiliado por minha secretária Alessandra Gomes Muniz, que faz um difícil, mas excelente trabalho a 3.000 km de distância.

Seja o que Deus quiser

26 maio 2002

CAMPINAS, SP – Domingo. À tarde tive ocasião de "saborear" um maravilhoso pôr-do-sol, no Parque da Fazenda São Quirino, que foi de meu bisavô José Paulino. Tudo tão tranquilo, tão em paz, tão bonito, tão verde e o céu tão azul. Muito diferente das tempestades que estão por vir e que poderão me levar a uma situação difícil e à incertezas quanto ao futuro, neste outono de minha vida. Seja o que Deus quiser. Uma das possibilidades de futuras crises que mais me preocupam é que, por falta futura de recursos, poderei ter que deixar de ajudar pessoas que se encontram, no Acre, em Rondônia, em situação de miséria. O que será delas? E minhas pesquisas com abelhas indígenas, onde poderei fazê-las se perder os locais onde estão os meus meliponários, cerrados e matas atlânticas? E os dois grupos de caitetus? E as emas?

Não abro mão

24 março 2003

P.S. 2009: Palavras dramáticas que escrevi em 2003. Felizmente, graças à Deus, a situação da UE melhorou, sobretudo, com um providencial apoio do amigo Olavo Setúbal e do Itaú.

O dinheiro que recebo ainda da UE é limitado e poderá terminar em breve. Assim, para minha vida futura tenho que pensar de modo realista e duro. O que recebo de aposentadoria é pouco e está destinado ao pagamento de minhas ações de caridade. Pago 80% dessas ações e disso não abro mão para pagar outras coisas, pois várias pessoas que ajudo morrerão se não puderem mais receber esse auxílio. Prefiro até morrer do que cessar essa ajuda. Intimamente desesperado com essa perspectiva, sugeri vender minha casa, que é muito valiosa devido ao tamanho do terreno (4 mil m²). A princípio os filhos refugaram essa ideia, penso que porque muitos velhos sucumbem quando fazem isso. Contudo, embora com enorme dor no coração, sugeri vender a casa e meus filhos acabaram concordando. É o único bem valioso que temos e que pode ser vendido logo. É uma terrível lástima para mim saber que a pequena mata que eu e os pássaros plantamos seria quase que certamente destruída para fazerem aqui 4 casas. Vou precisar de todas as forças que ainda tenho aos 80 anos de idade. Graças a Deus possuo ainda forças. Valha-me, Deus!!

Ação Social e Ambiental São Quirino

1º abril 2003

SÃO PAULO, SP – Acabo de organizar e registrar em cartório a Ação Social e Ambiental São Quirino, onde trabalha (em minha casa, num escritório) a secretária Alessandra Gomes Muniz. Ela é muito competente. Sem a sua colaboração profissional seria impossível manter essa rede de ajuda à pobreza, operada principalmente com fundos das minhas aposentadorias. Mas também entram recursos que recebo da empresa mãe familiar. A Sandra Comerata me ajuda no setor administrativo e na minha digitação de trabalhos.

P.S. 2009: A recuperação da empresa que está há mais de 100 anos na família, a Usina Ester, foi devida basicamente à ação do amigo Olavo Egídio Setubal, e valeu muito, também uma diretoria composta por Felicio Cintra do Prado, Edecio Aolio, Tiago Santos, e de um Conselho de Administração composto por meus filhos e sobrinhos. Também contribuí, como presidente do Conselho, até janeiro de 2010. Se meu irmão JB estivesse vivo teria ficado satisfeito. Também, nessa empresa, é muito valiosa a colaboração dos trabalhadores e dos demais funcionários.

120 famílias

CAMPINAS, SP – Hoje, na Fazenda São Quirino, houve reunião do *board* (Conselho Diretor) da Usina Ester. A situação econômica da empresa está melhorando. Haverá lucro. Pela primeira vez na história da Usina Ester recebemos um Jeton, aliás, razoável e muito importante para reforçar minhas atividades de ajuda a pessoas necessitadas, no Acre. Envio lá, mensalmente, auxílio a dezenas de famílias cadastradas. Parte recebe ajuda todos os meses, outras esporadicamente, mas são umas 50 ou mais remessas por mês. É a maior fonte dos meus gastos. Se essa ajuda fosse interrompida, várias pessoas morreriam por falta de remédios etc. Graças a Deus, consigo manter esses auxílios, mas não é fácil. A Alessandra Gomes Muniz é a minha secretária que cuida dessa ação social. É uma ótima auxiliar. Fundei e organizei uma "Ação Social e Ambiental São Quirino", para por em melhor ordem nossa atividade assistencial. Quase todos os dias, de manhã, com a Alessandra decidimos qual a solução a dar aos pedidos de ajuda que nos chegam do Acre e alguns de Rondônia, a cerca de 3.000 km de distância. E agimos dando a todos alguma orientação ou socorro. Em São Paulo temos o apoio e os conselhos de meu sobrinho médico Manoel Joaquim Ribeiro do Valle, pessoa imensamente bondosa. Também a Sandra Camerata nos ajuda. No Acre, a dona Liete e algumas outras raras pessoas colaboram.

Satisfação

XAPURI, AC – Recebi a visita do Raimundo, pai da Edinalva. Ele foi meu hóspede, em minha casa em São Paulo, há cerca de dois anos, com uma grave infecção na vista e muitas dores nos olhos. Perdeu uma vista que já estava comprometida, mas salvou a outra e as dores passaram. Ele me agradeceu muito. É para mim uma satisfação saber que pude ajudar o próximo com sucesso.

Contentamento

XAPURI, AC – No caminho paramos na colaboração de um senhor Teixeira Nogueira, onde a sra. Dena Teixeira Nogueira disse-me que a sua filha estava gravemente enferma, anêmica e com malária falciparum. Eles estavam sem dinheiro para levar a criança, com cerca de 12 anos, ao médico. Dei-lhe uma ajuda para pagar essas despesas. Além disso, me prontifiquei a lhes enviar os remédios que fossem necessários. Eles me agradeceram muito. Fiquei contente por poder dar essa ajuda.

XAPURI, AC – A colocação onde reside a família da Jeane é muito bonita. Tem uma linda vista para a mata de alto porte. É uma clareira de cerca de 20 hectares, com trechos de caapoeira que eles derrubam a cada 5 anos para plantar. Tem também um pouco de pasto, algumas cabeças de gado e cavalos (poucos). A casa é grande, de madeira, bem feita, bastante aberta, com ótima cozinha, o que foi uma boa surpresa. Pedi ao Genaro que iniciasse imediatamente a construção de instalação que ainda faltam. Deixei recursos para serrar a madeira desde já e pedi um orçamento dos equipamentos necessários. Quero que a Jeane viva em condições razoáveis.

A família de Jeane é muito simpática. Todos ficaram emocionados e alegres ao revê-la, forte e bem disposta. A Jeane não parou um segundo, para falar e cumprimentar os numerosos parentes, muitos deles meninos e meninas, que estavam lá para saudá-la.Tirei algumas fotos deles, inclusive da família de dona Antonia de Sousa, que acompanhou Jeane em São Paulo, grande parte do tempo.

25 julho 2003

18 janeiro 2005

P.S. 2009: Neste livro estou me aferindo a apenas alguns dos muitos casos em que minha ajuda foi importante. Na realidade, colaborei em centenas de casos. Aqui apenas me referi a alguns exemplos, escolhidos ao acaso.

29 julho 1995

29 julho 1995

P.S. 2009: Após novos tratamentos médicos, e ainda se tratando, estudou em Campinas, onde vive há alguns anos. Agora passou num exame vestibular. Estuda psicologia na Universidade Anhanguera, nessa cidade.

ATIVIDADES RELIGIOSAS

2010 – Há uma questão muito interessante, ligada a valores religiosos e costumes, que a meu ver merece mais atenção, nos meios cristãos. Trata-se de saber se as coisas naturais, como por exemplo a vida e suas legítimas manifestações devem ou não ter precedência sobre coisas artificiais e suas modalidades como remédios, cirurgias, muitos tipos de alimentos preparados etc., das quais também pode depender nossa existência. Quando Jesus Cristo estabeleceu a Eucaristia escolheu como substâncias a serem consagradas para recebê-lo: o pão e o vinho, ambos produtos artificiais.

Não vou entrar aqui em outros detalhes, mas estes serão objeto de minhas considerações, no futuro livro “Evoluindo para Deus”. Não se trata de simples curiosidades. Trata-se de discutir raízes culturais, recursos e objetivos visando encontrar normas para lidar com mudanças de importância causadas pelo aquecimento climático. O que posso oferecer são sugestões para estudo, pois as decisões religiosas cabem à Igreja Católica, na sua esfera de ação. Outras religiões também cuidarão desses assuntos, pois os mesmos interessam a todos.

Há uma necessidade premente de encontrar novas normas e aperfeiçoar conceitos necessários para assegurar uma razoável qualidade de vida às populações humanas no caso, por exemplo, do desenvolvimento sustentável e suas boas conseqüências, como o bom planejamento familiar e a erradicação da miséria. Infelizmente o Mandamento do Amor ao próximo, em muitos lugares e em variadas circunstâncias, não é verdadeiramente obedecido em algumas das suas verdades. Basta dizer que segundo Washington Novaes (*O Estado de S. Paulo* 22/01/10), que é bom conhecedor do problema, mais de 1 bilhão de pessoas, vão dormir diariamente ainda sentindo fome. Como se isso não bastasse, o aquecimento climático provocado pela Humanidade, em muitos lugares causa e causará grandes catástrofes climáticas e ambientais, com muitas mortes e pessoas feridas e desabrigadas. O aquecimento atmosférico significa mais energia na atmosfera, com suas conseqüências perigosas. Diante dessas situações não é possível cruzar os braços e pensar que a solução compete somente aos outros.

Atividades Religiosas

1993 – Participei também de dois eventos importantes patrocinados pela Igreja Católica. Um foi o “Seminário Sobre la Promocion Humana em la Gran Ciudad”, organizado pela Celam (Conferência Episcopal Latino – Americana) em 1993. Convidado, escrevi sobre uma questão importante, relativa ao êxodo rural. A meu ver uma das justas causas do êxodo rural é a busca de melhores condições de vida, inclusive na educação e na assistência médica que existem nas cidades. Parece-me claro que a solução é aparelhar e equipar melhor as pequenas cidades. Evitaríamos assim, em grande parte, o crescimento ainda maior das grandes cidades, onde a vida é mais difícil e, sobretudo, mais perigosa. Essa descentralização é alias o que está ocorrendo em geral, em inúmeros lugares, onde os ônibus rurais levam cedo os trabalhadores para as atividades rurais e regressam ao fim da tarde. Certamente as escolas estão com mais alunos e as Paróquias com mais freqüentadores nas missas. É o que se pode notar e esperar, a meu ver, no interior do Estado de São Paulo e provavelmente em outros Estados. Inúmeras fazendas demoliram grande parte ou mesmo totalmente as suas casas de empregados rurais. Ou as fecharam. Esse tipo de êxodo nas cidades do interior permite um melhor atendimento cívico e religioso ao povo interiorano. Naquela ocasião eram idéias um tanto novas, pois o êxodo rural era então geralmente mal visto.

Também foi muito honrosa para mim a participação em 1978/1979 no preparo da Campanha da Fraternidade de 1979, que recebeu o tema muito bem escolhido de “Preserve o que é de todos”. Tive ocasião, e isso constituiu para mim algo inesperado, de fazer uma palestra sobre assuntos de Ecologia e Meio Ambiente, ouvida com atenção, por 7 ou 8 bispos e muitos padres e leigos, na CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nessa ocasião, após a minha palestra, foi para mim emocionante ouvir os presentes rezarem em conjunto a minha Oração Ecológica, que vai aqui reproduzida. Essa Oração foi aprovada por Dom José Newton, então Arcebispo de Brasília (9/03/78). Estavam presentes na reunião (30/05/78) entre outros, Dom Ivo Lorscheider, o Cardeal Aloísio Lorscheider, Dom Falcão, o bispo de Santo André, o Bispo de Curitiba, entre outros. Para mim, a reunião foi muito emocionante. Constituiu, mesmo, algo que jamais esperei ver e sentir em minha vida.

Oração Ecológica

"Senhor, perdoai nossas faltas contra vós.

Daí-nos sabedoria para entender que devemos também respeitar a Natureza, Vossa maravilhosa criação que a humanidade teima em destruir;

Perdoai nossas faltas contra os outros homens, todos eles nossos irmãos.

Daí-nos sabedoria para compreender que a qualidade da vida humana depende da contribuição de cada um de nós na preservação do Meio ambiente.

Perdoai todas as nossas faltas.

Daí-nos sabedoria para contribuir de algum modo para que as águas sejam mais puras, o ar menos poluído, os solos menos erodidos, a vida silvestre melhor preservada e as pessoas mais felizes."

Ideologias e sua óptica

FORTALEZA, CE – Às 11h fui à residência do Arcebispo de Fortaleza e Secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Aloísio Lorscheider. Agradei a atenção que a CNBB tem dado aos problemas do meio ambiente. Ele disse que estaria pronto a cooperar conosco nesse setor, que considera importante. Vai nos visitar em Brasília. Aproveitei também a ocasião para felicitá-lo como católico praticante que sou pela sua posição centrista e de bom senso, eqüidistante dos extremismos. Dom Aloísio disse-me que precisamos ver as coisas com a óptica católica, sem usar os instrumentos de análise próprios de ideologias políticas. Apoiei esse ponto de vista de muito bom senso. Criticou também os que pregam a violência, o que não resolve os problemas. Acrescentei que a violência gera violência. Em resumo, essa entrevista me deixou satisfeito e certamente há de produzir bons frutos. Dom Aloísio aparenta uns 40 ou 50 anos. É simpático e franco, na sua aparência saudável e germânica.

Quase afogado

RIO DE JANEIRO, RJ – Por volta do meio-dia fui tomar banho de mar defronte ao Leme Palace Hotel, depois de andar pela praia.

30 março 1976

20 agosto 1978

Primeiro nadei. Quando já estava um pouco cansado, me aproximei mais da praia. Já estava de pé na areia quando furei mal uma onda grande. Ela me fez rolar violentamente. Tentei ficar outra vez de pé, mas não consegui. Por mais algumas vezes isso se repetiu. Os turbilhões das ondas revoltas me jogaram de um lado para outro. Eu mal conseguia às vezes subir à tona para respirar um pouco e logo outra onda me jogava debaixo da superfície. Bebi água; sentia-me perdido. Achei que ia morrer, que não havia meio de sair daquela situação. Num ato de contrição resumido, pedi a Deus perdão de meus pecados. Pensei, também, que estava morrendo sem que ninguém percebesse, sem receber ajuda. Momentos antes, vi Lucia sentada na areia, lendo jornal. Portanto, ela não poderia pedir socorro. E os outros também não me veriam debaixo d’água.

Num determinado momento, porém, as ondas se acalmaram um pouco. Consegui ficar de pé, embora a correnteza não me permitisse caminhar logo. Agitei os braços para pedir socorro a um rapaz moreno que estava perto. Mas antes que ele se dirigisse a mim, pude andar em direção à praia. Ao passar pelo rapaz, este me disse: “Tudo bem?”. Realmente já estava fora de perigo. Respirando ofegante, fui até onde estava Lucia e me estirei muito cansado, na areia. Passara o perigo. Vivera de novo. Como é bela a vida! Como Deus é bom! Nunca estive tão próximo da morte. Como é precária nossa existência na face da Terra!

Evoluindo para Deus

Pretendo, mais tarde, escrever outro trabalho: Evoluindo para Deus. Essa ideia surgiu de um projeto antigo, de elaborar um livro sobre religião, para transmitir a outros minha profunda fé em Deus. Além disso, a polêmica sobre as programações genéticas do homem, foi assunto que tratei no meu livro sobre a Ecoetologia (“O comportamento animal e as raízes do comportamento humano”). Toca muito de perto na problemática religiosa. Penso mesmo que o homem está programado para atender a Deus. E, além disso, vale a pena reexaminar as idéias de Teilhard de Chardin, reformulando-as no que for necessário, ou buscando em outras passagens uma fonte de inspiração para novas concepções evolucionistas-religiosas. Sinto que esse livro “Evoluindo para Deus” seria uma boa realização, para um final de vida que vai certamente se aproximar. Todos nós teremos um encontro inexorável com Deus, mais dia, menos dia.

Teologia

BRASÍLIA, DF – Almocei no meu apartamento com monsenhor Raimundo Damasceno de Assis. É uma pessoa muito simpática e muito culta. Estudou quatro anos na Universidade Gregoriana, em Roma. Ele leu a parte teológica do meu livro *O Comportamento Animal e as Raízes do Comportamento Humano* e a achou em ordem. Isso, para mim, foi muito importante. Conversamos longamente sobre assuntos teológicos e a Igreja.

Ecumenismo

De manhã recebi a Comenda Alvorada dada pelo governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira. Entre os homenageados havia muitos defensores de “ciências ocultas”, “ufologia”, medicinas alternativas, espíritas, sensitivos, etc. O governador fez um discurso carregado demais, na minha opinião e incompleto. Para que não pairassem dúvidas sobre minha posição,

após a solenidade procurei o governador e lhe disse ser eu católico praticante. Me ofereci para falar com Dom Raymundo Damasceno ou com Dom José Falcão, bispos de Brasília, para participarem de alguma solenidade ecumênica, pois a Igreja não poderia ficar de fora. Com isso marquei bem a minha posição. O governador concordou e me disse que Paulo VI promoveu ações ecumênicas. (...)

Sou a favor da união de todas as religiões em torno de objetivos comuns, mas acho que cada uma pode ser ecumênica sem que isso signifique sua substituição por uma média geral sincrética. Em outras palavras sou a favor do ecumenismo, mas não renunciarei nunca à minha fidelidade à Igreja. Para mim, o ecumenismo é o diálogo, a compreensão, a amizade, o trabalho em comum, o respeito mútuo. Não sou a favor de uma salada sincrética qualquer.

Como católico, há cerca de 65 anos vou sempre às missas de domingo e dias santos. Durante esse tempo somente faltei a uma meia dúzia dessas missas. Faltas involuntárias, pelo que me lembro. Também fiz uma palestra para um grupo ecumênico em Curitiba e para um Centro Presbiteriano, na USP.

Vida eterna

SÃO SIMÃO, SP – À noite, na missa, na Igreja (do bairro) de Bento Quirino, tive a grata surpresa de ser homenageado pelo meu aniversário. Nas missas dominicais e de feriados religiosos escrevo uma pequena mensagem “para pedir pela alma de Lucia Ribeiro do Valle Nogueira em missas comunitárias” Acrescento também variados nomes de parentes e amigos falecidos. Assim, há quase sete anos (Em 2010 são 15 anos) em todos os sábados e domingos em Bento Quirino e também em Luziânia, Goiás, uma das missas tem um pedido pela alma de Lucia, além da alma de outras pessoas. Agradeço, entre outros, ao Padre André Massaro, de Bento Quirino, muito atuante e querido.

Assim, quando em Bento Quirino souberam do meu 80º aniversário, em 2002, resolveram me homenagear. Elogiaram minha fé e me deram de presente um belo relógio de parede com o canto de pássaros diferentes, a cada hora do dia. Muitos vieram me cumprimentar depois da missa. Fiquei muito surpreso. Nunca vi algo assim. Agradei pelo microfone, dizendo que acreditava na vida eterna e um dia esperava encontrar Lucia lá na eternidade. Glória a Deus!!

Ato de fé

BRASÍLIA, DF – Na audiência da manhã com o governador do Distrito Federal José Aparecido, o conselheiro Fontana disse e repetiu várias vezes, na presença do arquiteto Oscar Niemeyer, que a construção da Catedral de Brasília somente poderia ter sido um ato de fé. Niemeyer, que é comunista, ouviu calado.

Algumas ideias para um novo livro

2010 – Durante a minha vida desenvolvi e tomei parte em atividades religiosas. Elas serão novamente lembradas num outro livro, em preparo, que estou ainda escrevendo, no qual sugiro à

20 abril 2002

P.S. Contribuo também para iniciativas paroquiais.

14 abril 1988

P.S. 2010: Como o leitor interpreta o silêncio de Niemeyer?

6 janeiro 1982

8 março 1984

P.S. 2009: Mais tarde ele se tornou bispo em Brasília e depois Arcebispo de Aparecida e um dos dirigentes da CNBB.

7 novembro 1986

Igreja o reestudo de algumas questões. Esse reestudo num sentido amplo poderia ajudar muitas pessoas a se firmarem na fé e também a melhorar a qualidade de vida. Aqui, neste livro, menciono e comento apenas algumas de minhas atividades religiosas, para que o leitor possa saber que me preocupo com os assuntos de Deus, junto com os assuntos humanos, ambientais. São coisas interligadas. O novo livro terá um relato muito mais completo dessas atividades, e das preocupações com um planeta finito, limitado e que atravessa uma grave crise ambiental. Nesse quadro, o planejamento familiar assume especial importância, mesmo porque as famílias bem estruturadas são um objetivo cristão básico. A maternidade e a paternidade responsáveis são muito importantes. Para conciliar tudo isso são necessários estudos e debates, inclusive troca de idéias e comentários. Sem dúvida, são assuntos muito importantes, diria mesmo vitalmente importantes para todos, inclusive para erradicar a miséria e assim equilibrar a população em vastas regiões. Trata-se de contribuir para o futuro da Humanidade e da sua qualidade de vida, bem como para a nossa sobrevivência planetária. Temos que estudar possíveis caminhos para compatibilizar o cumprimento dos mandamentos e a necessidade de vencer as dificuldades causadas pelo aquecimento climático e outras ameaças à vida existentes no planeta. Sou otimista quanto aos resultados. A simples existência do Mandamento do Amor ao Próximo e das suas muitas verdades indica que soluções serão encontradas. Também devem ser lembradas as animadoras palavras de São Paulo (RM 10.8-13) aos Romanos: "Não importa a diferença entre judeu e grego: Todos têm o mesmo Senhor, que é generoso para com todos que o invocam. 13 – De fato, todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo". Assim, São Paulo pode ser considerado como o pai do verdadeiro ecumenismo cristão. Precisamos também nos unir na defesa de um mundo mais irmão e livre do aquecimento climático e suas consequências nefastas.

O título desse próximo livro será “Evolução para Deus” (nosso início - nossa grande meta, nosso grande fim).

Rotina

SÃO PAULO, SP – Acordei de madrugada, ainda escuro. Como faço às manhãs, fiz ginástica ao mesmo tempo em que rezei. Depois tomei banho e me vesti. É a minha rotina matinal.

Sua Vontade

SÃO PAULO, SP – Estou preocupado com minha operação amanhã. Por mais que a gente queira ser otimista, o receio é um fato. Considero, com fé e firmeza, que nossa vida é eterna. Coloco-me nas mãos de Deus. Faça-se a Sua vontade. É humano ter receios e preocupações, mas é preciso superá-los. Sinto-me algo deprimido, mas vou em frente.

Não senti nenhuma dor ou sequer um mal-estar, antes, durante ou depois da operação, que graças a Deus correu muito bem. Médicos excelentes. Com a nova técnica cirúrgica, fizeram apenas cinco pequenos cortes no meu abdômen e retiraram a vesícula biliar, que estava inflamada, segundo me disse o doutor Joaquim Gama Rodrigues. A anestesia geral foi completa e muito bem dosada, pois, como disse, acordei sem sentir qualquer enjôo, dor ou mal-estar.

Jejum

ITANHAÉM, SP – 4ª Feira de Cinzas. Choveu de manhã. (...)

Fiz jejum. Já estou dispensado, pela idade, mas felizmente estou com saúde muito boa. Não tem sentido evitar o jejum, no meu caso.

Deus-Criador

SÃO PAULO, SP – Corrigi um artigo meu, "O Nosso Criador", para *O Estado de S. Paulo*. Foi uma resposta a um artigo do professor José Goldenberg, no qual ele disse que o início da vida na Terra "dispensou um criador". Tive que medir, pensar e repensar muitas palavras, para não dizer coisas teologicamente erradas. Basicamente, considere que os processos de criação (evolução, etc.) são instrumentos usados pelo Deus-Criador. Contudo, a criação deriva necessariamente de Deus. A Ciência tem limites, mas ajuda também na revelação. Ela nos mostra os processos de criação. O cientista é, às vezes, um profeta incompreendido. Como disse, tudo isso e outras palavras tiveram que ser pensadas e repensadas.

Hoje o professor José Goldenberg escreveu um artigo, no *O Estado de S. Paulo*, sobre "Ciência e Religião". É a sua resposta ao meu artigo "O Nosso Criador", publicado no início de Outubro, no qual critiquei um artigo seu em que ele procurava mostrar, numa frase e no sentido geral, que não precisávamos de Deus para explicar o mundo. No final daquele artigo, contudo, o professor Goldenberg foi menos enfático nas suas afirmações. No seu artigo de hoje, o professor Goldenberg (que é físico) se referiu às minhas críticas, mas fez questão de mostrar que acredita em Deus, que criou as grandes leis que presidem o mundo material. Para mim foi ótimo, pois assim a polêmica termina ecumenicamente, todos prestigiando a ação de Deus. Foi um final inteiramente inesperado para mim, mas feliz. Nas conversas na USP, soube que meu artigo teve boa repercussão. Recebi várias cartas de apoio e o Estadão publicou outras.

Alegorias e parábolas

Hoje foi um dia muito especial. De manhã o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou meu artigo sobre Ciência e Religião, novamente. O seu objetivo foi responder ao professor Goldenberg, que num artigo anterior disse que relativamente poucos cientistas mais avançados, nos Estados Unidos, acreditavam em Deus. Na média geral, 40% das pessoas e 40% dos cientistas, acreditavam em Deus. Conteí uma experiência minha, num jantar à luz de velas, onde menosprezavam a religião, ao passo que eu procurei defender minha crença em Deus. Isso se passou numa associação universitária, muito antiga, perto de Boston.

Nesse artigo, mostrei que Ciência e Religião eram conciliáveis e que devíamos procurar essa conciliação, interpretando de modo alegórico certas passagens da Bíblia, como no Gênesis. Jesus também frequentemente falava por parábolas e explicava que isso era feito para que entendessem melhor os seus ensinamentos.

A Encíclica Humani Generis, do Papa Pio XII (1950), disse expressamente (item 35): "não poucos rogam insistentemente que a Religião Católica tenha em máxima conta a tais ciências (ciências

24 fevereiro 1993

6 outubro 1994

1° novembre 1994

7 janeiro 2000

P.S. 2009: No campo das relações básicas Ciência – Religião, é interessante fazer algumas considerações sobre Evolução e Religião.

positivas) o que é certamente digno de louvor quando se trata de fatos na realidade demonstrados, mas que não de admitir-se com cautela, quando se trata de hipóteses ainda de algum modo apoiados na Ciência Humana, que tocam a doutrina contida na Sagrada Escritura ou na tradição". Com referência a essas afirmações, Pio XII permitiu que "nas investigações e disputas entre homens... de ambos os campos se trate da doutrina do evolucionismo, que busca a origem de corpo humano em matéria viva preexistente (pois a fé nos obriga a reter que as almas são diretamente criadas por Deus)". Embora o próprio Papa Pio XII não tenha considerado uma Encíclica como infalível, com cautela ele permitiu que católicos possam ser também evolucionistas, o que hoje ocorre em larga escala. Sou evolucionista e cristão, ancorado em inúmeras provas fósseis apresentadas pela Geologia como Ciência e pela Biologia Genética, também como Ciência fundamental. A meu ver, e certamente muitos pensam assim. Deus usou a Evolução como instrumento para a criação da vida, com a biodiversidade e a rumos que ela apresentou através dos tempos. Penso até que a misteriosa eliminação dos dinossauros foi um passo decisivo do Criador para permitir a evolução dos mamíferos e chegar à Humanidade, através de "matéria viva pré-existente". Parece claro que os primeiros mamíferos eram pequenos animais, dominados pelos Dinossauros. Estes foram extintos há cerca de 100 milhões de anos. A evolução, como instrumento do Criador, levou os mamíferos e agora os seres humanos, os quais são desse grupo, a dominar o Planeta. Essa nova dominância, porém, trouxe graves problemas, que precisam ser logo resolvidos. Houve uma enorme poluição nos últimos 200 anos e isso ameaça desestabilizar a Terra, através do aquecimento climático. As consequências desse imenso desastre já estão em marcha.

Para remediar a catástrofe ambiental que está chegando às nossas portas, temos uma norma que nos foi dada pelo próprio Jesus Cristo: amar a Deus e Amar ao Próximo. A Deus tudo devemos. Imprimiu no DNA genético de todos nós os sentimentos éticos que devem reger a nossa vida em qualquer época e em qualquer parte do Planeta. A Jesus Cristo, que também participa de Deus, devemos os Evangelhos. Foi Ele quem disse que os mandamentos podem ser resumidos em dois: amor a Deus e amor ao próximo. Como o Planeta é finito, evidentemente um crescimento desregrado, ou o crescimento além de limites difíceis de determinar, representa um agravamento sério das condições existentes, prejudicando, pois o nosso próximo e a nós mesmos. Não vou repetir aqui as conclusões da Comissão Brundtland das Nações Unidas, da qual fiz parte (1981-1983), segundo as quais a miséria pode ser erradicada pelo desenvolvimento sustentável. Isso está escrito em outra parte deste livro.

Para chegar ao Desenvolvimento Sustentável, é necessário: A – estabilizar o crescimento da população, passando pelo planejamento familiar; B – evitar as explosões demográficas; C – dar subsídio aos agricultores e aos extrativistas que mantêm e guardam as florestas.

No contexto geral planetário me parece essencial incentivar o planejamento familiar. Isso tem o apoio da Igreja, mas infelizmente o método que ela recomenda (Método Natural) parece praticamente ter pouco apoio da população. É necessário e urgente que a Igreja Católica reestude o problema, tendo em vista entre outras coisas as verdades do mandamento do Amor ao Próximo. O método que ela aceita parece ter dificuldades e parece também ser pouco utilizado. Não conheço estatísticas e estudos mais amplos e profundos. Isso me preocupa muito.

A medicina como graça

Hoje completei 78 anos!!! Nunca pensei que fosse viver tanto. Dou graças a Deus. Ele permitiu que a medicina moderna estenda a vida das pessoas de nossa geração. Inclusive a minha.

Fé

SÃO PAULO, SP – À noite fui ao Centro Presbiteriano, na Rua Afrânio Peixoto, 457, na Av. de entrada da Cidade Universitária. Fui convidado pelo prof. Luiz Carlos Salomão. Estavam lá umas 60 pessoas, a grande maioria alunos da USP. Após um lanche, a reunião começou numa sala, com um bom músico tocando músicas de Bach. Depois foi minha vez de falar. Expliquei os fundamentos de minha fé cristã e afirmei ser católico romano, ecumênico. Disse acreditar em Deus, infinito, acima de nossa plena capacidade de compreensão. Contudo, na Ressurreição de Cristo, Ele nos mostrou ser verdadeira nossa Fé. Falei cerca de uma hora. Depois houve muitas perguntas e debates. Eles gostaram e me aplaudiram. Disse-lhes da minha alegria de estar ali, coisa que não seria possível há 30 ou 40 anos atrás, quando havia muita rivalidade e incompreensão entre diferentes crenças religiosas.

Big Bang

Workshop "Ciência e Religião", promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no auditório da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Na sessão de comunicações diversas, falei sobre vários assuntos. Disse que a Ciência tem limites e só pode trabalhar com coisas materiais, medindo, pesando, experimentando, observando. Não pode explicar coisas como o infinito, o começo e o fim de tudo, a eternidade, o espaço sem fim etc., etc. Isso está acima da capacidade humana de entendimento. Está na esfera de Deus. Deus, porém, veio até nós. Penso que temos no DNA uma parte que corresponde à tendência universal, na espécie humana, para o misticismo e a religião. Isso provocou alguma discussão entre os presentes, mas recebi apoio geral.

Falei também que a Ciência mostrou, através dos estudos sobre o Big Bang, que o ato de criação do universo foi uma realidade. Precisamos ter uma data no ano, para comemorar o Big Bang, como fazemos com o Natal. Hoje poucos sabem do Big Bang. Além disso, sugeri que os cientistas às vezes sejam vistos também como os profetas de nossa era, quando fazem previsões para o futuro. Creio que fui bem recebido, na exposição dessas idéias.

Academia Paulista de Letras

Recomeçaram as sessões da Academia Paulista de Letras. Depois da reunião, um grupo de acadêmicos se reuniu para conversar sobre Deus e a Humanidade: Pavan, Ligia, Chaib, Lisboa e alguns outros. A conclusão geral foi favorável à ideia da existência de Deus e da nossa limitação intelectual, que não pode compreender totalmente os grandes mistérios da nossa existência. Mas devemos reconhecer a existência de Deus, de um ordenamento superior, sem o que não explicaremos nunca nossa presença neste mundo.

P.S. 2009: Mais tarde, em 2009, a Academia, por unanimidade elegeu como um dos seus membros, o Bispo Católico de Santo Amaro, Dom Fernando Antonio Figueiredo. Tem uma vasta cultura e uma fé ampla e imensa, capaz de atrair verdadeiramente milhares de pessoas. Isso a Academia teve ocasião de constatar numa noite de quarta-feira, quando rezou uma missa na nossa presença.

30 junho 2000

17 agosto 2001

3 fevereiro 2006

Mandamentos maiores

6 setembro 2007

Às 8h15 eu já estava no Clube Alto de Pinheiros, junto à Marginal. Perante umas 30 pessoas, da organização católica Fides, participei de uma reunião sobre o Meio Ambiente e Religião. (...) De um modo geral, não planejei minha apresentação. Disse, entre outras coisas, que não vejo oposição entre criacionismo e evolucionismo, pois a evolução foi o instrumento usado por Deus na criação. Falei também que nós católicos e muitos outros não seguimos muito bem os 2 mandamentos maiores: amor a Deus e amor ao próximo. Não lhes damos a devida atenção.

P.S. 2009: A situação deverá se agravar com o aquecimento climático, que em muitas regiões poderá mudar rápida e perigosamente o clima. Isso pode prejudicar seriamente os ecossistemas naturais e a produção agrícola. Além disso, os fenômenos atmosféricos, com violência maior por receberem mais calor, ou seja, mais energia, matam mais gente. Matam mesmo. Isso além de outros males.

Planejamento Familiar

Planeta finito

22 abril 1976

Hoje *O Globo* publicou uma declaração minha, que dei em São Paulo, sobre a necessidade de controlar a explosão demográfica. Expliquei que nas favelas a falta de planejamento familiar é causa de condições miseráveis que levam ao crime e a outros males. O que dá resultados moralmente maus, não pode ser moralmente bom. Como católico praticante, acho que é necessário o planejamento familiar. Em certas circunstâncias, o imoral seria não controlar a natalidade. Também acho que num mundo finito, não pode haver crescimento infinito da população.

Acesso à informação

28 outubro 1976

SÃO PAULO, SP – À tarde fui ao Anhembi, na XX Assembleia Médica Mundial, onde fiz uma Palestra sobre “Desenvolvimento e Qualidade do Meio Ambiente”. Preparei um texto escrito, mas não me ative muito ao mesmo. Falei sobre os problemas da poluição em países ricos e em países pobres. Relatei o esforço que o Brasil está fazendo em relação ao saneamento básico (o equivalente a 100 milhões de dólares por mês) em 1975-76, aproximadamente. O principal aspecto, porém, que abordei, referiu-se a áreas de miséria, onde ocorre explosão demográfica. Falei mais abertamente do que nunca, sobre este assunto. Expliquei (dados de Rubens Costa) que o Brasil crescia então à razão de 3 milhões de habitantes por ano. Eramos a 4ª nação do mundo em crescimento demográfico, somente superados pela China, Índia e Indonésia. O Brasil já é a 6ª Nação do mundo em número de habitantes. Além da explosão demográfica em áreas pobres, o êxodo rural está aumentando explosivamente nossas grandes cidades. Assim, o Planejamento Familiar é necessário ao país. Ele não deve ser imposto de cima, mas as famílias precisam ter acesso às informações necessárias. Disse ainda ser injusto acusar a Igreja Católica de ser contrária a esse Planejamento. Ela é contra quase todos os métodos de controle da natalidade, menos um chamado de natural. Essa é a posição oficial da Igreja, mas salientei não se tratar de dogma.

29 outubro 1976

Os jornais publicaram com destaque minhas declarações e a Palestra de ontem, na parte referente à explosão demográfica e suas conseqüências sobre a poluição. Infelizmente, porém, o *O Globo*

disse que eu teria afirmado que a falta de planejamento familiar acarreta grandes males sociais e que “até mesmo o aborto é uma arma válida, embora seja contrário a esta prática no combate ao aumento populacional”. Na realidade, penso que o aborto não é uma “arma válida” para coisa alguma. Sou contrário ao aborto seja lá para o que for. Tive que publicar um desmentido, pois não posso permitir que um mal-entendido de um repórter coloque na minha boca algo que é contrário aos meus princípios católicos. Fatos como esse me deixam muito preocupado.

Sábado. De manhã fui à sucursal de *O Globo*. Pedi ao chefe de Redação, José Carlos Andrade, para dar nova entrevista a fim de corrigir os erros da anterior, no que se refere ao aborto. Dormi mal, preocupado com o caso. Como católico não posso aceitar o que o repórter pôs na minha boca. Dar escândalo ou propagar o erro é muito grave. Felizmente encontrei a melhor compreensão do pessoal de *O Globo*. José Carlos Andrade concordou imediatamente com o meu pedido. O simpático repórter setorista do Ministério do Interior, José Ronildo Oliveira Lima, me entrevistou. Expliquei claramente minha oposição ao aborto. Ao mesmo tempo falei sobre outros assuntos referentes ao problema demográfico, para dar também à entrevista um conteúdo maior. Disse que precisávamos de um crescimento demográfico ordenado. A sua ausência e o êxodo rural causam a proliferação das favelas e degradam de várias maneiras o meio ambiente. O êxodo rural não pode ser evitado, mas o crescimento demográfico pode ser planejado pelo próprio casal e incentivado. Classifiquei o aborto como “uma prática que desrespeita a vida humana”. Após a entrevista, fiquei conversando com a rapaziada da redação. Como sempre, nota-se que os jovens jornalistas estão ansiosos por melhorar o mundo. Embora eles pendam geralmente para a esquerda, e eu seja homem de centro, sinto claramente que simpatizam com minha luta pela preservação do ambiente.

Dom Aloísio Lorscheider

FORTALEZA, CE – Às 15h, com Eduardo Bezerra, fui falar com o cardeal-arcebispo Dom Aloísio Lorscheider (presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Falamos longamente sobre o Planejamento Familiar. Ele ontem fez uma palestra sobre o assunto, na Assembleia Legislativa do Ceará. Nossa conversa foi uma agradável surpresa. A imprensa dava a entender que a Igreja no Brasil era contra o controle da natalidade. Isso me preocupava muito, pois não só esse controle no sentido de planejamento é necessário, mas é até uma exigência do grande mandamento cristão do amor ao próximo (como declarei antes aos jornais). Era um assunto que desejava abordar com Dom Aloísio com toda franqueza Essa missão – que me impus a mim mesmo – foi enormemente facilitada pela palestra que ontem o Cardeal fez sobre o assunto, na Assembleia Legislativa. Já de início disse-lhe que gostei do enfoque que ele deu (li no jornal *O Povo*) sobre a importância da paternidade e da maternidade responsáveis. A partir daí a conversa decorreu muito facilmente, pois ambos somos a favor do planejamento familiar sério, honestamente feito. Falei da explosão demográfica e seus perigos. Disse que o elevadíssimo número de menores abandonados é em grande parte uma decorrência da falta de planejamento familiar. Pessoas sem possibilidades para educar crianças, colocam estas no mundo, irresponsavelmente.

Dom Aloísio Lorscheider é uma simpatia. Pessoa digna, amável, compreensiva, tem a estatura de um estadista e de um verdadeiro “Príncipe da Igreja”, como se dizia. Disse-lhe que a meu ver talvez Deus queira chamar nossa atenção para pontos de vista diferentes dos nossos. Cristo previu os antagonismos entre irmãos. Dom Aloísio respondeu que às vezes ele também pensa assim.

30 outubro 1976

P.S. 2009: Na Federação Brasileira, a situação mudou muito, em relação ao aumento da população. Segundo dados que vi recentemente (2008) estamos relativamente próximos à média de 2 filhos por mulher. Atribuo isso ao aumento do nível de vida, à melhor educação da população e ao uso generalizado de anticoncepcionais. Nem todos anticoncepcionais podem ser aceitos pela Igreja. Assim, por exemplo, os medicamentos abortivos jamais serão aceitos pela Igreja.

18 agosto 1977

Em resumo, como católico e como ambientalista, saí alegre e feliz dessa entrevista. Eduardo Bezerra, que também é católico e estava lá, gostou muito.

Sínodo

9 outubro 1980

P.S. 2009: Apesar de cordial comigo, Dom Ivo pode ter achado meu telex inoportuno ou pode ter discordado do mesmo. É além de tudo assinai um telex "teológico" como Secretário do Meio Ambiente, o que foge a todas as regras administrativas. O certo seria assinar como simples cidadão, não como autoridade pública, mas ninguém reclamou. Nem sei se ele recebeu o telex.

29 março 1987

Passei um telex a Dom Ivo Lorscheider, no Sínodo dos Bispos em Roma. Eles estão discutindo problemas da família e o controle da natalidade. Meu telex era bastante audacioso, pois me manifestei pedindo que alguns métodos de controle não “naturais” não fossem considerados falta grave. Contudo, ultimamente houve manifestações oficiais da Igreja que foram feitas em sentido contrário, embora não obriguem dogmaticamente. Não são dogmas. Pedi ao Espírito Santo que me inspirasse nesse telex.

Menor Abandonado

Na Igreja Cura D’Ars, em Brasília, nas missas das 18h30 e 20h, fiz uma prédica sobre o menor abandonado. É o tema da Campanha da Fraternidade desta quaresma. Desenvolvi a tese de que o problema do menor abandonado é devido principalmente ao subdesenvolvimento, à miséria, e também tem como causa o atual desregramento moral da sociedade. Falei, entre outras coisas, da importância do Planejamento Familiar, sem entrar nos detalhes deste. Disse que era preciso um trabalho com maior profundidade, poupança e investimento para sairmos do subdesenvolvimento. Precisamos também escrever cartas para os jornais, como forma de lutar contra a degradação moral de certos meios de comunicação. Quanto aos menores, é preciso ajudá-los no seu pequeno comércio de jornaleiros, engraxates, etc. É preciso que cada um de nós acenda uma pequena vela ao invés de amaldiçoar a escuridão. como dizem os chineses. Elogiei a coragem das mães solteiras, ao evitar o aborto, mas é preciso que elas tenham ainda mais senso de responsabilidade, não gerando filhos que não podem criar bem. Citei o caso de uma moça solteira que às vezes trabalha conosco e que já tem 7 filhos!

Missão evangélica

29 novembro 1987

LUZIÂNIA, GO – Domingo. Choveu muito na fazenda [Jatiara]. Reuni nove crianças, e lhes dei uma aula de religião. Não sei até que ponto entenderam, mas procurei explicar de modo bem simples a criação do mundo por Deus, que se utilizou da evolução para isso. Falei também sobre a missão de Cristo e o mistério da Santíssima Trindade. Pretendo dar essas aulas como uma pequena contribuição minha à missão evangélica (“Ide e ensinai a todas as nações”) que Cristo nos deu.

13 dezembro 1987

Domingo. Dei aula de Religião à criançada da fazenda. Falei sobre o Natal, o nascimento de Jesus, os Reis Magos, a fuga para o Egito. Fico sinceramente emocionado ao ver aquele grupo de meninas e meninos entretidos pelas minhas palavras. E eu ali, nesse trabalho missionário, cumprindo uma tradição cristã de quase 2 mil anos! É realmente emocionante e gratificante.

1º maio 1988

À tarde dei aula de religião. Alguns adultos também assistiram e me convidaram para pregar na comunidade católica do Surucucu. Ide e pregai a todos os povos, disse Cristo no evangelho.

Emoção de catequista

Domingo. Hoje foi para mim um dia dos mais importantes. Quatro meninas irmãs, filhas de Didi e Antonio (Zico) Pereira Cardoso, fizeram a sua Primeira Comunhão na Igreja Matriz de Luziânia. Estavam vestidas a caráter, de branco com grinalda, na moda tradicional. O padre fez por duas vezes, na missa, o elogio da minha pessoa, como o catequista que preparou as meninas. Depois pediu uma salva de palmas para elas. Foi muito emocionante. Não esperava essa repercussão.

Para mim, a cerimônia de hoje representa uma coisa da maior importância: o cumprimento do preceito de Jesus Cristo, no Evangelho, quando ele disse aos seus discípulos: “ide e ensinai a todas as nações”. Durante cerca de dois anos preparei as meninas para a primeira comunhão, explicando a elas os princípios básicos da nossa religião Católica Apostólica Romana. Queira Deus que elas guardem sempre esses princípios e eduquem neles as suas futuras famílias.

Sem dogma

Diálogo durante o Seminário “Ecologia e Desenvolvimento” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

BRASÍLIA, DF – (...) Ainda durante a manhã, tive importante, muito importante conversa com um bispo da CNBB. Fiz perguntas a ele sobre a atual proibição do uso de métodos artificiais no planejamento familiar. Ele me respondeu que há duas tendências possíveis por parte da Igreja. Segundo uma delas, continuaria a proibição atual, simplesmente. Outra tendência seria desenvolver um raciocínio mais amplo, tendo em vista uma melhor compreensão da situação das pessoas diante de um quadro amplo, num desenvolvimento teológico de idéias.

Dom Demétrio Valentim (bispo católico) me disse, claramente, que o magistério (que trata dos ensinamentos) da Igreja (em certos casos) pode ser modificado. Concordou que a questão não envolvia dogmas.

Reflexão

Seminário sobre La Promoción Humana en la Gran Ciudad, da Celam – Conferência Episcopal Latino-Americana

BRASÍLIA, DF – (...) Na hora das perguntas, levantei duas questões fundamentais: os casais recasados, em situação irregular na Igreja, podem receber a eucaristia? Há uma Pastoral para eles? Outra questão: é preciso reestudar a proibição do uso de contraceptivos artificiais, pois ao que parece a grande maioria dos casais, católicos ou não católicos, os utilizam. Expus esses problemas claramente, mas com o cuidado de dizer que não se tratava de colocá-los nas nossas conclusões do Seminário, mas de refletir sobre eles. Esperava forte reação contrária. Contudo, com surpresa, houve claro apoio de uma freira, de um padre e de outras pessoas . Até um Bispo da alta hierarquia mostrou compreensão, como matéria de estudo. Consegui em parte o que pretendia e que parecia difícil: fazer com que a questão da limitação da natalidade por alguns meios artificiais e até certo ponto também a outra questão sejam reestudadas. Não se zangaram comigo. Pelo contrário!!! Penso que esse reestudo poderia ser realizado também à luz do mandamento do amor ao próximo.

30 agosto 1992

20 maio 1992

P.S. 2009: Graças a Deus, pensei. Lembrei-me do caso de Galileo, felizmente revisto pela Igreja, como era necessário.

17 maio 1993

P.S. 2009: Viva!!! Mas ainda temos que pedir mais estudos.

Bento XVI

1º abril 2005

*P.S. 2009: No que me for
adequado.*

SÃO PAULO, SP – Está muito enfermo o Papa João Paulo II. Este é o assunto do dia. A sua popularidade é enorme e seu carisma imenso. Todos o respeitam e o apreciam. Foi conservador em varias questões. É preciso que o próximo Papa permita uma atualização de alguns pontos onde isso for possível e necessário. É o caso do planejamento familiar mais efetivo, além do caso do casamento de futuros padres em países onde a Igreja não permite isso, etc. São coisas que afastam muita gente da Igreja. É preciso também aumentar e incentivar o movimento Ecumênico.

24 abril 2005

P.S. 2009: Acredito que todos cristãos concordam com essa base geral, pois o próprio Cristo salientou a importância máxima do amor a Deus e ao próximo, entre os mandamentos.

Li, como tenho feito todos estes dias, sobre o que os jornais e a TV dizem sobre o novo Papa Bento XVI (ex-cardeal Ratzinger). Temos a esperança e confiança de que ele não seja tão conservador como diz a Midia. A Igreja precisa se atualizar, pois o seu papel é salvar almas e não afastar almas. Ela precisa decidir com base no amor ao próximo como Cristo mandou, a todos nós, juntamente com o amor a Deus.

Mãe de muitas preocupações

7 junho 2007

SÃO SIMÃO, SP – Hoje, dia de Corpus Christi, fui à missa à noite na Igreja de São Simão, repleta. O Padre, ainda jovem, criticou as pessoas que na Igreja de lá não se comportam devidamente com seus gestos displicentes ao fazerem o sinal da cruz etc.

P.S. 2009: Métodos abortivos ou perigosos, é claro, devem ser rejeitados sempre.

Essas críticas me parecem descabidas. Me preocupa muito mais a falta de padres e o pouco cuidado com os problemas fundamentais por falta de melhor adequação aos tempos presentes, sem a devida atenção ao amor ao próximo. Me preocupa o afastamento de muitas pessoas por proibições demasiado rígidas, desnecessariamente rígidas no âmbito do planejamento familiar, por falta de amor ao próximo e descaso aos males que virão do excesso de habitantes num planeta finito. Acredito que o desastroso aquecimento climático que já começa, poderia convencer a Igreja a estudar alguns métodos mais eficientes, mais viáveis e aceitáveis pela própria igreja para limitar a explosão demográfica, que é mãe de muitos pecados.

Oração Ecológica

Momento culminante

9 março 1978

Recebi carta de Dom José Newton, Arcebispo de Brasília, aprovando e elogiando a "oração ecológica" que lhe enviei. Isso me deu muita alegria. Ele também comunicou que no próximo ano a Campanha da Fraternidade da Igreja terá como tema a Ecologia. Ótima notícia!

30 maio 1978

BRASÍLIA, DF – De manhã retornei à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), onde fiz uma palestra sobre Problemas Ecológicos, apresentando algumas definições e depois expondo exemplos e comentando a situação. Distingui a poluição originada da pobreza da poluição causada pela riqueza. (...)

Quando foi a vez do Padre Ávila, ele apresentou, de forma brilhante, uma série de considerações teológicas sobre a conservação da natureza e a proteção ambiental. Fez a apologia das restrições

sociais ao direito de propriedade, tão necessárias a uma melhor qualidade de vida. A seu ver, o grande desafio ecológico é a convocação à fraternidade. É preciso encontrar novas formas de realização humana a baixo custo ecológico. (...)

Após o intervalo passamos à fase das perguntas. Falei sobre a ocupação da Amazônia, admitindo erros cometidos. Expliquei que poderíamos dar ênfase, na Campanha da Fraternidade, à luta contra o desperdício, à necessidade das comunidades participarem na defesa do meio ambiente, etc.

O final da reunião foi para mim emocionante, ao ouvir os sete ou oito Bispos presentes e os 40 ou 50 Padres e Leigos, que ali também estavam, rezando todos a minha "Oração Ecológica". Para um simples católico como eu, "soldado raso da Igreja", foi esse um dos momentos culminantes de minha vida. Lá estavam, entre outros, Dom Ivo Lorscheiter, o Cardeal Aloisio Lorscheider, Dom Falcão, o bispo de Santo André, o bispo de Curitiba, etc.

Campanha da Fraternidade

À tarde fui visitar o padre Alfredo Novak, na CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Está ótimo o cartaz que fizeram para a Campanha da Fraternidade de 1979: "Conserve o que é de todos". Fiquei muito alegre ao ver o cartão que fizeram com esse cartaz e que tem no verso a minha "Oração Ecológica".

13 settembre 1978

Às 15h houve, na CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a solenidade do lançamento da Campanha da Fraternidade.

28 fevereiro 1979

Falou primeiro Dom Ivo, em termos bem incisivos, sobre o meio ambiente. Depois ele me passou a palavra. Referi-me à importância universal dos problemas ambientais. Disse que a presente crise do petróleo mostra a necessidade de evitar o desperdício dos recursos naturais e que isso tornará os homens menos egoístas e mais fraternos. Falei sobre a importância da conservação da floresta amazônica. Finalmente, agradei a CNBB pela nova campanha, cujo lema é muito feliz: "Preserve o que é de todos".

À noite, em Rede Nacional de TV (todas as Estações), o Papa João Paulo II leu em português uma mensagem sobre a Campanha da Fraternidade, referindo-se à importância de proteger o meio ambiente. Foi excelente.

ORAÇÃO ECOLÓGICA

Senhor, perdoai nossas faltas contra vós. Dai-nos sabedoria para entender que devemos também respeitar a Natureza, Vossa maravilhosa criação, que a humanidade teima em destruir;

Perdoai nossas faltas contra os outros homens, todos eles nossos irmãos. Dai-nos sabedoria para compreender que a qualidade da vida humana depende também da contribuição de cada um de nós na preservação do Meio Ambiente.

Perdoai todas as nossas faltas.

Dai-nos sabedoria para contribuir de algum modo para que as águas sejam mais puras, o ar menos poluídos, os solos menos erodidos, a vida silvestre melhor preservada e as pessoas mais felizes.

Motivação

25 abril 1983

Sob o ponto de vista cristão, é essencial que as pessoas se arrependam de seus pecados, e todos nós os temos. E é isso o que pretende a minha Oração Ecológica, mostrando nossas responsabilidades para com os outros homens e para com o Criador de toda a Natureza. Quando alguém relacionado comigo, ou às vezes que nem mesmo conheço, está passando mal, envio essa oração com a esperança de que o enfermo possa ler ou ouvir palavras que o aproximem de Deus.

Amor ao próximo

Prédica de Natal

11 dezembro 1981

Hoje foi a festa de Natal da Sema, que interrompeu todo o trabalho à tarde. Houve uma cerimônia muito bonita, oficiada pelo padre Ruy. Houve cânticos religiosos, leitura de um trecho do Evangelho, reza do Pai Nosso e uma "prédica" feita por mim, sobre o significado do Natal. Expliquei que o nosso próximo não é constituído apenas pelos que estão ao nosso lado, mas também pelas gerações futuras, pois elas precisam de nós. Cabe à Sema lutar igualmente por estas, para que possam ter um ambiente e uma vida de melhor qualidade. Salientei a importância da humildade, bem exemplificada no nascimento de Jesus, num estábulo, em contato com a natureza rude.

P.S. 2009: Devemos sempre nos lembrar que as Gerações Futuras dependem de nós.

Critica injusta

9 agosto 1991

CABO FRIO, RJ – No Seminário Memória e Ambiente, da Icomos, Apende, Apedema, o professor Julio César Monteiro Martins citou a Bíblia como exemplo de antropocentrismo, o que penso não ser uma crítica justa, pois a imagem bíblica considerou, como uma das primeiras culpas do homem, uma agressão ao Jardim do Éden. Além disso, o amor ao próximo (inclusive às gerações futuras) impõe claros limites aos abusos do antropocentrismo.

Gerações futuras são o próximo também

Recomendações da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Comissão Brundtland para a Rio-92

24 abril 1992

LONDRES, INGLATERRA – Na entrevista coletiva à imprensa, a senhora Brundtland fez um resumo do nosso trabalho, colocando sempre a expressão "planejamento familiar" tal como aprovamos. Viva!!!

Dejeso que a Igreja, que também aceita o planejamento familiar, estude mais profundamente a questão em termos efetivos, práticos, pois o mundo será prejudicado se a explosão demográfica não for detida. O mandamento cristão de amor ao próximo, nas suas verdades, deve prevalecer sobre outras considerações, é o que penso sobre esse assunto vital. As gerações futuras, repito, também são o nosso próximo.

P.S. 2009: As gerações futuras dependem de nossas ações.

Penitência

SÃO PAULO, SP – Sexta-feira Santa. Confessei-me com um Padre moço e alegre. Parece, porém, que ele me deu uma penitência demasiado ampla. Deve ter havido um equívoco, pois seria muito difícil falar com as pessoas que dormem nas ruas, todas que encontrar. Essas pessoas merecem e precisam de ajuda, mas já auxílio dezenas de pessoas no Acre e outras sete ou oito aqui e seis em Porto Velho, Rondônia. Se esse número aumentar, teria que deixar outras atividades, também úteis a muita gente, na USP, na área ambiental, etc. Vou procurar novamente o Padre Rubens. Por essa não esperava, mas acima de tudo sou cristão, católico apostólico romano.

21 abril 2000

Estive na Igreja da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde conversei com o simpático e jovem Padre Rubens. A penitência de falar e ajudar uma pessoa que estivesse deitada na rua não era extensiva a todas as pessoas nessa situação. Fiquei muito aliviado, pois já pratico intensa assistência social no Acre e seria muito difícil, para mim, fazer simultaneamente o mesmo em São Paulo. Seria impraticável, embora a ajuda ao próximo, em qualquer lugar, seja importante. Mas preciso me concentrar no Acre e em lugares onde sou quase a única ajuda voluntária tipo ONG (Organização Não Governamental). Disse ao Padre Rubens que sou uma ONG de uma pessoa, em alguns lugares do Acre.

25 abril 2000

Erradicar a miséria

No almoço da ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa), da qual sou um dos fundadores, fiz uma palestra sobre Ciência, Fé e Meio Ambiente, semelhante à que pronunciei em Curitiba em fins de 1999. Parece que gostaram. Expliquei, em resumo, que o maior problema ambiental era a erradicação da miséria, e que esse era também o maior problema social. Sem erradicar a miséria não resolveremos o problema demográfico e sem isso não obedeceremos ao preceito do amor ao próximo. Se o planeta ultrapassar sua capacidade de suporte, a vida na face da Terra será péssima, desastrosa, para bilhões de pessoas.

Disse-lhes com toda clareza que era necessário estudar meios aceitáveis e eficientes, para tornar mais efetivo o planejamento familiar. Isso é uma exigência do amor ao próximo. Parece que todos concordaram.

3 maio 2000

P.S. 2009: Falei sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a Comissão Brundtland das Nações Unidas, da qual participei.

P.S. 2009: É claro que esse tipo de planejamento terá que ser voluntário, além de ético. Voluntário no sentido de que não deve ser imposto pelo Estado, embora possa ser incentivado de várias maneiras, no setor familiar, sem ferir a ética. É importante que o próprio casal, pai e mãe, decidam quantos filhos poderão ter e sustentar bem. Somente eles podem decidir isso.

15 dezembro 2005

Bem simples

Houve almoço de cerca de vinte colegas, que falaram a meu respeito. Foi uma homenagem a mim, por ter recebido o Prêmio de Professor Emérito 2005. Jaime Augusto Penteado da Silva Telles, o 582 do Ginásio São Bento, disse que eu era uma pessoa incompreensível, pelas minhas diferentes atividades. Não podia me compreender. Discordo disso, pois é só pensar em alguém que segue as normas cristãs, com ênfase no amor a Deus e no amor ao próximo. Em alguém que, além disso, defende a natureza e que ama os animais e implanta unidades de conservação. Me parece bem simples. Também procuro seguir minha consciência, que é exigente.

	Missas e outros atos cristãos
7 julho 1974	CAMPINAS, SP – Hoje meu avô Paulo de Almeida Nogueira faria 100 anos. Bela data. Devo-lhe muitíssimo. Para mim e para meu irmão José Bonifácio, foi um verdadeiro segundo pai. Meu pai (Paulo Nogueira-Filho) durante muitos anos esteve fora, como exilado político. Meu avô Paulo gostava muito da Natureza e de animais silvestres, influenciando sem dúvida na minha vocação para essas coisas. É com muita saudade e com enorme gratidão, que evoco a sua figura de homem firme, austero e amigo dos netos. Demos na Fazenda São Quirino (Campinas) uma festa para comemorar o acontecimento. Entre parentes e amigos estiveram presentes cerca de 200 pessoas. (...) Às 17h30 houve missa na Igreja em Cosmópolis, oficiada pelo arcebispo de Campinas, Dom Antonio Siqueira Alves. Na entrada da Igreja houve dois pequenos discursos e foi lida uma relação de doações que a Usina Ester fez à Paróquia. Disseram que iriam transcrever essa lista num livro especial, etc. Fiquei muito irritado com isso. Não me contive e fui ao microfone para agradecer as referências feitas à família e à empresa, mas disse que precisávamos nos lembrar de certas normas. Por isso, pedia que não fizessem o tal livro de benefícios. Não é cristão, francamente, fazer doativos para receber honrarias e isso não devia ser patrocinado pela Paróquia. Tomei cuidado, porém, para não ofender o bom pároco de 86 anos. Provavelmente ele nem percebeu a minha irritação, tanto mais que pensava estar fazendo uma gentileza.
	Universalidade
27 abril 1975	MOMBASA, QUÊNIA – De manhã, fui com Lucia à Catedral Católica de Mombasa. A igreja estava superlotada. Éramos dos poucos brancos, ao todo uns dez. A missa foi longa e cantada em língua swahili. Foi uma das mais emocionantes a que já assisti. As canções, um misto de arte sacra e popular, eram de grande beleza sonora. Vimos aqui a catolicidade no seu verdadeiro sentido de universalidade.
	Oferta litúrgica
11 julho 1976	BRASÍLIA, DF – Domingo. À noite fui à Igreja do Perpétuo Socorro, onde pedi permissão ao padre Tito para falar aos fiéis. Assim, após o Evangelho, falei uns sete minutos sobre a importância da contribuição dos fiéis, dada nas missas, para o sustento da Igreja, para dar uma vida digna ao Padre e também para os pobres. Essa oferta faz parte da liturgia. Não deve ser, porém, vista pelos fiéis como apenas simbólica. O resultado foi bom, pois a coleta dobrou!
	Paulo VI
	<i>Missa solene de Sétimo Dia na Catedral de Brasília</i>
14 agosto 1978	Estavam presentes o presidente Geisel e Senhora, os ministros, o Corpo Diplomático, muitos oficiais das Forças Armadas, autoridades e povo. A missa foi oficiada pelo Nuncio Apostólico Dom Biaggio. Foi muito bonita, com música sacra e coros. Comunguei, como quase sempre faço nas

missas. Lembrei-me da visita que fiz em 1963 ao Vaticano, quando o Papa Paulo VI passou por mim na nave de São Pedro e me olhou diretamente nos olhos. Seu olhar me pareceu penetrante, frio e severo. Hoje acredito que aqueles olhos azuis refletiam as angústias e preocupações que tanto marcaram seu pontificado. Que Deus o tenha. Foi um homem puro e santo, de quem divergi em algumas questões relativas ao método de controle da natalidade. Mas não se tratava de pronunciamento dele. O próprio Papa Paulo IV pediu ajuda à ciência médica para obter esclarecimentos na sua Encíclica sobre o assunto. Novos conhecimentos sobre hormônios humanos poderiam ser úteis num sentido ainda mais amplo, para um planejamento familiar mais efetivo e também cristão, se a igreja aprovar, após os necessários estudos.

Nova igreja

Domingo. Fomos à Usina Ester, em Cosmópolis, onde o bispo Dom Tarcisio Amaral consagrou a nova Igreja, feita com muito esforço pela comunidade local, com a ajuda da empresa. O importante foi a participação de todos. A cerimônia foi muito bonita, havendo Primeira Comunhão e Missa com a presença de umas 500 pessoas.

À tarde visitei, com Lucia, as obras sociais das Irmãs Calvarianas, em Cosmópolis. Elas são grandes lutadoras e abnegadas, sem dúvida.

Centro das atenções

SÃO PAULO, SP – Fui com Lucia à missa na Igreja do Perpétuo Socorro, às 19h. O padre Daniel fez um belo sermão sobre o tema da Campanha da Fraternidade: "Preserve o que é de todos". Falou da importância de não destruir a obra da criação. Com enorme surpresa minha, já no fim da missa o Padre Daniel disse que eu estava presente lá e me passou a palavra. Subi ao altar e falei o mais rapidamente possível, dizendo verificar com satisfação e humildade já haver uma conscientização em torno das questões ambientais. Concluí afirmando que o Padre Daniel já havia falado com brilhantismo sobre o assunto. Recebi uma salva de palmas, coisa então inusitada numa Igreja, o que me deixou bastante sem jeito. Pouco antes eu rezava pedindo a Deus para me ajudar no meu trabalho e também para me dar mais humildade. E ao invés de ficar humildemente no meu canto, eu me vi no centro das atenções.

João Paulo II

Missa de domingo oficiada na Praça de São Pedro, Vaticano

ROMA, ITÁLIA – Foi muito bonito e emocionante. O papa rezou em latim e pude me recordar um pouco dos meus conhecimentos escolares dessa língua e responder *et cum spiritu tuo*. Pedi ao Espírito Santo que iluminasse o Papa sobre os problemas da limitação da natalidade. Por coincidência, imediatamente ele começou a falar sobre a importância da vida. Estamos aqui na Semana do sim à vida (contra o aborto). Estou de acordo com as suas preocupações contrárias ao aborto e a favor da preservação da vida, mas peço a Deus que a Igreja encontre uma maneira de pôr em prática efetiva a ideia aparentemente já aprovada pelas pessoas em geral, da paternidade e da maternidade responsáveis.

21 janeiro 1979
11 março 1979
23 maio 1982
<i>P.S. 2009: Inclusive no planejamento familiar.</i>

Fervor no bairro negro

29 junho 1986

WASHINGTON, EUA – Com Beatrizinha e Gláucia Baena Soares, fomos a uma missa na Igreja Católica no bairro negro de Georgetown. Foi uma das missas mais emocionantes e interessantes que já vi. Desde a procissão da entrada, havia cânticos ritmados com palmas, música de jazz e discretos passos de dança, com um fervor e religiosidade intensos. Gostei muito.

Emocionante

Missa na Catedral Católica de Nairobi

21 setembro 1986

NAIROBI, QUÊNIA – Na realidade assistimos ao final de uma missa e a outra inteira. Havia pouquíssimos brancos e uns 800 nativos, em cada missa. As crianças e jovens eram numerosos. A Catedral estava cheia. Aqui, a Igreja Católica é muito forte e tem metade dos cristãos. A missa foi rezada em inglês, mas os cânticos, lindos, eram em swahili. Foi emocionante, para mim, ver a religiosidade daquele povo todo e ouvir as canções, às vezes acompanhadas de palmas ritmadas.

Em terras soviéticas

7 dezembro 1986

P.S. Em outro domingo assisti missa em Leningrado, numa igreja católica romana. Na comunhão, o padre caminhou pela nave (caminho central de entrada e saída) distribuindo a hóstia consagrada, aos que de pé esperavam por ela.

MOSCOU, URSS – Num domingo, por gentileza do embaixador do Brasil. Ronaldo Sardenberg, seguimos, em pleno regime comunista, para a pequena mas bonita igreja católica romana de São Luiz. Assistimos missa e comunguei, com Lúcia. A igreja estava cheia de gente, inclusive muitos jovens. A missa foi rezada parte em russo, parte em latim, com o padre geralmente dando as costas ao público, como no rito antigo. Contudo, a liturgia era a atual, com os fiéis em certo momento se cumprimentando etc. Portanto, havia uma mistura de coisas do passado com as novas. Para mim essa missa teve um profundo significado.

Oriental

1º março 1987

HONG KONG – Ao anoitecer, fui a pé à missa, numa igreja em Chatham Road, a uns 15 minutos de caminhada de distância do hotel. Lucia não foi por estar muito resfriada e não estava se sentindo bem. Cheguei uma hora antes. Por isso, dei umas voltas pelo bairro, vendo as pequenas casas comerciais.

Às 19h começou a missa, em inglês. Igreja bem cheia, mas não lotada. A metade, ou pouco mais, era de europeus e alguns hindus. O resto eram chineses. Muita gente jovem e crianças. Na hora dos fiéis se cumprimentarem, uns se inclinam diante dos outros, como no Japão. É a saudação oriental. Apenas um europeu, provavelmente recém-chegado, cumprimentou seus vizinhos dando a mão.

Praticante

2 julho 1989

BELÉM DO PARÁ – Fomos à Basílica da Nossa Senhora de Nazareth, onde assistimos missa e onde comunguei (como quase sempre faço aos domingos). Quanto à missa, nos últimos 30 anos só falei a uma, quando estava na Ilha de Jaguanum (RJ), onde não havia nenhuma igreja ou encontro católico que eu soubesse.

Mundo Novo

Cerimônia ao final do Seminário “Ecologia e Desenvolvimento” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

BRASÍLIA, DF – Após o jantar, houve uma cerimônia ou celebração religiosa *suí generis*, bonita e emocionante até. Houve comunhão com pedaços de pão comum, partidos pelos presentes e por estes embebidos em vinho. Houve declarações de perdão, genéricas.

Pedi perdão pelas faltas contra a Natureza e faltas contra os outros homens e mulheres. Pedi também forças para lutar por um mundo novo. Na hora das oferendas em espécie, ofereci um clip dizendo ser um modesto instrumento de trabalho que une papéis. Solicitei que Deus me ajudasse a unir pessoas.

Após belos cânticos e uma oração do Pai Nosso em swahili, feita pelo Padre Ângelo, foram feitas considerações gerais. Disse aos presentes, que nas minhas palestras constatei a falência das ideologias tradicionais. Agora, no Seminário, sinto o nascer de um Mundo Novo. Deus seja louvado.

Agradecimento

Na Usina Ester, às 15h, houve uma grande missa, rezada dentro do galpão das moendas. O padre, o coro de senhoras e eu ficamos numa área 3 m mais alta, olhando para o povo (umas 400 pessoas) e, no fundo, para a mata ribeirinha do Rio Pirapitingui (que conheci como caapoeira) e a paisagem mais longe. Uma situação linda, de grande paz, de beleza e calor humano. O padre Ângelo, é muito simpático e de linha moderada. Nesse ambiente acolhedor, fiz um pequeno discurso, antes da missa. Fui informado, uns cinco minutos antes, que iria falar. Procurei dizer algo da importância de estarmos ali celebrando o fim da safra. Agradei aos operários e dirigentes que tornaram possível à UE bater o seu recorde máximo de produção. Salientei que todos nós devíamos agradecer a Deus pelos sucessos alcançados. Estávamos contribuindo para o progresso do país que atreversava uma fase de crise.

Segunda procissão

SÃO SIMÃO, SP – Fomos à missa às 17h. Após a missa campal, houve uma grande procissão, com muita gente. Andamos uns 3 km. Havia uns 400 m de gente na rua, participando. Muitas casas estavam enfeitadas. Foi uma cerimônia bonita. É a segunda procissão de que participo em minha vida.

Paz de espírito e felicidade

Em Cosmópolis almocei na Usina Ester e fui depois à missa celebrada junto à moenda principal, numa plataforma elevada. Alguns metros abaixo, no grande galpão vazio da antiga moenda da Five-Lille, estavam uns 300 ou 400 operários. Soprava um vento brando, agradável. Na plataforma onde o padre ia rezar a missa, me deram a palavra. Enquanto falava, fiquei sincera e bastantemente emocionado, ao ver todos aqueles operários me ouvindo, enquanto soprava um vento carinhoso e podia ver ao longe a mata ciliar do Rio Pirapitingui e mais além laranjais, canaviais e eucaliptais. Foi um dos momentos mais felizes da minha vida. Agradei a colaboração de todos e, sobretudo a

20 maio 1992

26 novembro 1993

2 junho 1994

17 novembro 1994

Deus, pela maior safra da história da Usina Ester. Minha paz de espírito e a felicidade que sentia, não podem ser traduzidas em palavras, senão incompletamente. Deus seja para sempre louvado.

Celebração de missa por mulheres

10 novembro 1996

SERRA AZUL, SP – Ao entardecer fomos à missa em Serra Azul, às 19h. Era na realidade uma celebração, oficiada por uma freira. Aliás muito bem celebrada. Sugiro que a nossa Igreja Católica use mulheres como diáconas. Penso que seria um reconhecimento à ação das mulheres e de Nossa Senhora. Desejo que isso seja uma realidade, algum dia.

Sermões

7 agosto 1999

CAMPINAS, SP – A missa no São Quirino foi uma celebração. Algumas senhoras e dois senhores vieram celebrar a liturgia que substitui a missa clássica quando não há padre presente. Me escolheram como co-celebrante. Preguei sobre o mau tempo no lago e a falta de fé de São Pedro ao caminhar sobre as águas, quase afundando. Cristo, porém, o salvou bem como aos demais apóstolos, que estavam na barca. Disse na minha predica, principalmente que Jesus ajudou a São Pedro e também nos ajudará se Dele precisarmos. Foi uma experiência muito boa, pregar sobre um evangelho.

31 outubro 1999

P.S. 2009: É uma região onde há muitas Nahuas, de língua Azteca. Alguns criam abelhas indígenas.

CUETZALAN, MÉXICO – Fomos à missa às 19h, na grande e bonita igreja matriz de Cuetzalan. Igreja com bastante gente, pintada por dentro recentemente. O padre, com quem conversamos na sacristia depois da missa, fez um excelente sermão sobre os perigos de não respeitar o meio ambiente e a favor do replantio de árvores e cuidados ambientalistas.

Casamento dos padres

24 dezembro 2000

P.S. 2009: Trabalho esse que realizei em Brasília e que nos levou a outros países.

Domingo. Natal. Fui à missa das 12h na Igreja São Pedro e São Paulo, onde o padre Luiz Antônio da Silva rezou a sua primeira missa. Foi muito bonito, mas ligeiramente desconstrada por falta de treino, aparentemente, dos vários oficiantes. Era uma missa solene, com incenso, etc. Que Deus proteja o novo sacerdote.

Não dá para entender que não se permite ainda o casamento dos padres, com exceção dos Maronitas e também de outras ordens católicas no Líbano, na Ucrânia e em outros poucos países. Cada novo sacerdote católico é um herói, coisa rara neste mundo cheio de comodidades, tentações, solidão etc., etc. No seu mister religioso, uma esposa dedicada poderia ajudar muito a missão de um padre, como Lucia me ajudou em relação ao meu trabalho diplomático-ambiental.

Vida eterna

20 abril 2002

P.S. Participo também de muitas iniciativas paroquiais.

SÃO SIMÃO, SP – À noite, na missa, na igreja do bairro de Bento Quirino, tive a grata surpresa de ser homenageado pelo meu aniversário. Nas missas dominicais e de feriados religiosos escrevo "para pedir pela alma de Lucia Ribeiro do Valle Nogueira em missas comunitárias". Acrescento também variados nomes de parentes e amigos falecidos. Assim, há quase sete anos, em todos os

sábados e domingos, em Bento Quirino e também em Luziânia, Goiás, uma das missas começa com um pedido pela alma de Lucia, além de pedir também pela alma de outras pessoas.

Assim, quando em Bento Quirino souberam do meu 80º aniversário, resolveram me homenagear. Elogiaram minha fé e me deram de presente um belo relógio de parede com o canto de pássaros diferentes, a cada hora do dia. Muitos vieram me cumprimentar depois da missa. Fiquei muito surpreso. Nunca vi algo assim. Agradei pelo microfone, dizendo que acreditava na vida eterna e um dia esperava encontrar Lucia lá na eternidade. Glória a Deus!!

Também a Constituição Pastoral Gaudium et Spes disse: "Os cientistas, particularmente os especialistas nas ciências biológicas, médicas, sociais e psicológicas, podem prestar um grande serviço para bem do matrimônio e da família se, juntando os seus esforços, procurarem esclarecer mais profundamente as condições que favorecem a honesta regulação da procriação humana". Está claramente escrito lá que os conhecimentos existentes sobre "a honesta regulação da procriação humana" precisam ser esclarecidos "mais profundamente", em benefício da "regulação da procriação humana. Também "essa honesta procriação" necessita ser melhor entendida.

A Constituição Pastoral Católica do Concílio Vaticano II, é rica em trechos que se preocupam com o matrimônio. Um deles se refere a "critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e da procriação humana. Tudo isso só é possível se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal. Segundo este princípio, não é lícito aos filhos da Igreja adaptar, na regulação dos nascimentos, caminhos que o Magistério, explicitando a lei divina, reprová". Quanto à castidade conjugal", a meu ver ela deve ocorrer em certas circunstâncias de saúde, mútuo respeito e outras. No que se refere a "caminhos", isso quer dizer, claramente, que o Magistério da Igreja pode estabelecer para o matrimônio cristão novos caminhos, desde que sejam respeitados os princípios da lei divina, como é de se esperar.

Há também a questão das decisões tomadas pela consciência de cada pessoa. Desde os tempos do Apóstolo São Paulo, foi ressaltada a importância da consciência humana. É um dos temas teológicos mais estudados. Na área religiosa católica, a liberdade de ação só existe, verdadeiramente, no bom sentido ou seja, se estiver sendo utilizada dentro de um contexto de verdades. As balizas, digamos assim, que delimitam uma área ou setor de verdades, são os mandamentos, principalmente. Os mandamentos foram estabelecidos por Deus. Foram em conjunto mencionados diretamente por Jesus, no Evangelho em que um jovem lhe pediu para dizer o que era necessário para obter a salvação. A consciência bem formada é a que age de acordo com as verdades cristãs. No decorrer da nossa vida, temos que agir nos casos concretos obedecendo às verdades de nossa religião. A Encíclica Splendor Veritatis, de João Paulo II trata longamente dessas questões.

A Constituição Pastoral Gaudium et Spes, do Concílio Vaticano II (1965) afirmou que "o Evangelho de Cristo"... "anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus; rejeita toda espécie de servidão, a qual tem a sua última origem no pecado; respeita escrupulosamente a dignidade da consciência e a sua livre decisão".

Em outra passagem, a Gaudium et Spes afirmou que entre outros direitos, a pessoa humana tem "o direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção de sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa".

Entre muitas outras passagens de alto conteúdo religioso, moral, humano, a Gaudiun et Spes

P.S. 2009: Paulo VI, na Encíclica Humanae Vitae (1968), citando a Constituição Gaudium et Spes, do Concílio Vaticano II, disse: "Queremos agora exprimir o nosso encorajamento aos homens de ciência, os quais podem dar um contributo grande para o bem do matrimônio e da família e para a paz das consciências, se esforçarem por esclarecer mais. Estou aqui atendendo a uma convocação de Concílio Vaticano II e de Paulo VI. É certo que este tomou um rumo determinado chamado "Método Natural", embora pedindo que "a Ciência médica consiga fornecer uma base suficientemente segura para a regulação dos nascimentos fundada na observância dos ritmos naturais". Isso consta da Encíclica Humanae Vitae. Eu me considero apenas um pequeno grão de areia na grande praia da Igreja Católica, mas pertencço também à comunidade científica brasileira. A convocação feita por Paulo VI, pedindo a colaboração dos homens de ciência deve ser atendida. É encorajadora assim como também a sua menção a "estudos convergentes", para "esclarecer mais profundamente, as diversas condições favoráveis a uma honesta regulação da procriação humana". A meu ver, esses "estudos convergentes poderiam ser baseados nas verdades profundas que estão no mandamento do amor ao próximo. O matrimônio cristão está certamente centrado no amor ao próximo. O casal católico que não puder usar o Método Natural para o Planejamento Familiar, devido a um ciclo feminino irregular, poderia a meu ver encontrar um novo caminho nas profundas verdades cristãs contidas no mandamento de Amor ao Próximo. Contudo, na Igreja Católica, isso ainda não é (2009) uma posição oficial. Mas tenho esperanças. Além do mais, o Aquecimento Climático, que já está em andamento, torna cada vez mais necessário o planejamento familiar, para salvar o planeta de grandes perigos devidos ao excesso de população em vastas regiões.

afirma: “o nosso respeito e amor devem estender-se também àqueles que pensam ou atuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa. Aliás, quanto mais intimamente compreendermos, com delicadeza e caridade, a sua maneira de ver, tanto mais facilmente poderemos com eles dialogar”.

A meu ver, não somente as condições naturais, mas também certas condições artificiais devem ser consideradas validas na defesa da vida. Lembro que milhões de vidas são salvas devido a transplantes e medicamentos, coisas artificiais plenamente permitidas pela Igreja e até incentivadas (em hospitais, Universidades etc.).

Quanto à situação do meio ambiente no mundo, ela está se agravando perigosamente. Assim, em resumo, em 2 de outubro de 2009, o Estadão publicou um artigo do abalizado jornalista Washington Novais, em que ele se referiu a um apelo dramático do secretário geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, em favor de ações imediatas para conter o aquecimento climático do planeta. Ele disse, em Relatório que “sintetiza 400 estudos científicos recentes, que o tempo para hesitações acabou”. Inegavelmente, o excesso de consumo ou de gente, em vastas regiões da terra, atenta perigosamente contra o bem estar planetário, o qual tem limites que estão sendo ou já foram ultrapassados. O planeta não é infinito. Tem limites.

Ao que me parece, novos caminhos poderiam ser abertos se cientistas e teólogos indicarem novas possibilidades, tão sérias e dignas como as do Método Natural e aperfeiçoar o Método, se isso for possível. Vale a pena lembrar que quando Cristo estabeleceu a Eucaristia, escolheu o pão e o vinho, elementos artificiais. Assim, há muitos produtos artificiais que merecem ser considerados. Devem também ser consideradas as verdades matrimoniais que existem no Mandamento do Amor ao Próximo. O pedido que faço à Igreja, é que ela promova um re-estudo das questões aqui expostas tendo em vista o planejamento familiar, pois isso interessa a milhões de jovens casais, e ao mundo. É uma solicitação de um fiel católico, viúvo e com 88 anos de idade, que ao fazer isso não está pedindo nada para si.



Desejo na parte final do relato de minhas atividades religiosas, deixar aqui algumas palavras de otimismo, confiança e esperança. Nos seus mais de 2 mil anos de existência, a Igreja Católica Romana atravessou graves crises e situações difíceis, mas soube vencê-las e sobreviver a elas.

O autor com sua sobrinha ambientalista, Cristina Mesquita Nogueira, que mora e estuda na Catalunha

ALGUMAS PASSAGENS MARCANTES

Lucia Retorno ao mar

PORTO SEGURO, BA – Antes da minha chegada, Lucia comprou por \$ 50,00 uma tartaruga marinha que estava à venda. Ela a soltou na praia da Coroa Vermelha, o que muito me alegrou. Depois de caminhar um pouco na areia, a tartaruga mergulhou no mar, segundo Lucia me contou.

22 abril 1977

Tempo de corais rosados

Hoje foi aniversário de Lucia. Eu lhe dei um belo colar de corais rosados, que comprei para ela com parte do dinheiro (honorários) que ganhei em Genebra na Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Comprei-o lá mesmo.

18 outubro 1984

40 anos

Hoje Lucia e eu fazemos 40 anos de casados!! E bem casados!!

3 abril 1985

Colar de ouro

NOVA IORQUE, EUA – Resolvi também comprar um bom presente para Lucia, um colar de ouro 14 kt. Acontece que o vendedor, filho de proprietário da loja (5ª Avenida), era um professor na arte de pressionar. Tanto fez que acabei gastando mais que o previsto e levando, além do colar, uma pulseira de tipo igual. Vai ser meu presente para Lucia, de aniversário e fim de ano. Ela merece muito mais. Como eu resisti muito, o vendedor fez uma grande redução. Não vou dizer aqui o preço final, mas quero salientar que há uns 20 anos não dava presente igual a Lucia, tanto em valor quanto em beleza.

15 novembro 1988

Estado de saúde

Lucia passou mal à noite. Às 10h30 ela se internou no Hospital Oswaldo Cruz. Falamos antes com o doutor Emil Sabbag, que nos apresentou seus colaboradores (...). Ouvi-o dizer que no caso de Lucia ele vê três possíveis causas de seu estado de saúde. Ela se internou no quarto nº 131. Fez vários exames. Felizmente o de ultra-som não indicou nenhum tumor.

26 dezembro 1994

Chances

Passei o reveillon com Lucia, minha esposa, no Hospital Oswaldo Cruz. Ela tem um sério problema nos rins, que não estão quase funcionando. É o que chamam de “vasiculite de Wagner”. O estado de saúde dela é sério. Segundo o doutor Estevan, tem 50% de chance de recuperação dos rins. Faz diálise.

1º janeiro 1995

Breve melhora

8 fevereiro 1995

À tarde, fui ao acupunturista Hong Jin Pai. De lá segui, com o motorista Ramalho, para o Hospital Oswaldo Cruz. No caminho, pedi fervorosamente a Deus: "Por favor, dai-me hoje uma boa notícia". Quando cheguei à UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Adelia Almeida, a fiel e eficiente amiga empregada portuguesa, que há 40 anos está conosco, me disse, contente, que Lucia, agora sem equipamento de respiração artificial, falou com ela!!! Chorei de alegria!!!

Declaração

10 fevereiro 1995

P.S. 2009: Um médico, primo de Lucia, me disse que ela teria apenas poucos dias de vida. Fiquei arrasado. Poucas horas depois, tinha programada uma aula na Faculdade de Arquitetura da USP, sobre o Meio Ambiente. Reuni todas as minhas forças e dei a aula. Era a minha missão de professor. Infelizmente, a previsão se realizou.

Vida eterna

5 junho 1995

P.S. 2009: De manhã, Lucia foi levada a uma sala do hospital, para ser vestida para o enterro. Aconteceu lá uma coisa inteiramente inesperada. Pela janela aberta da sala, uma rola (pequena pomba silvestre) entrou e pousou ao lado da cabeça de Lucia. Lembro que a pomba é o símbolo do Espírito Santo. Isso me faz pensar num aspecto religioso. Lucia recebeu o Sacramento dos Enfermos e era católica praticante. Faleceu no dia mundial do Meio Ambiente.

Às 4h30 ouvi o telefone tocar, apesar de haver duas portas fechadas. Era do Hospital Alemão Osvaldo Cruz, dizendo que Lucia tinha tido uma grande piora. Imediatamente chamei meu filho Eduardo e Adélia. Eduardo veio nos buscar de carro. Fomos ao hospital Lucia havia falecido. Ainda era noite. (...)

Durante as longas horas desse dia tão emocionante, foi com certa surpresa que me vi capaz de aguentar firme as cerimônias e os inúmeros abraços de pêsames, embora com os olhos lacrimejantes. Estive profundamente triste e emocionado, arrasado com o fato de que hoje Lucia desapareceu de minhas vistas materiais, embora permaneça sempre no meu espírito. Um dia a reverei na Vida Eterna, junto a Deus. É o pensamento e a certeza que mais me consola. Que Deus seja louvado pela felicidade que me proporcionou no meu casamento com Lucia. Para sempre louvado!!!

Saudade intensa

Hoje completo 74 anos. Estou com boa saúde e em plena atividade, embora às vezes sinta um pouco de sono, quando na noite anterior dormi menos. Isso acontece durante palestras e reuniões menos interessantes, o que é natural. A memória está razoável. A saudade de Lucia continua intensa e raro é o dia em que lágrimas não me venham aos olhos. Seja feita a vontade de Deus. Espero um dia me reunir para sempre com Lucia.

Creche Lucia Nogueira

9 julho 2005

SÃO SIMÃO, SP – No início da tarde houve missa e em seguida uma solenidade para a inauguração da creche Lucia Ribeiro do Valle Nogueira. A creche está linda. Não sei como o Padre André consegue fazer tantas coisas. No final, ele leu um resumo da vida de Lucia e descerrou uma placa de metal, com o nome de Lucia e também de Nino Pacheco, que deu seu nome ao grande salão

Pedaço do Céu. A creche recebe 60 crianças, com uma cama para cada uma, salas de aulas, salas de brincar, chuveiros para banhos diários etc. Depois ele passou a palavra para mim e para o Nino, ótima pessoa. Na minha fala, disse que fui membro da Comissão Brundtland das Nações Unidas. Chegamos à conclusão de que é necessário erradicar a miséria no mundo, pois nesses lugares há toda uma série de problemas graves. As Nações Unidas informaram à Comissão Brundtland que seriam necessários 250 bilhões de dólares por ano para erradicar a miséria em 15 ou 20 anos ou algo assim. Na época da guerra fria, o mundo gastava 1 trilhão de dólares por ano, em armamentos. Ou seja, quatro vezes mais que o necessário para erradicar a miséria. Hoje são gastos cerca de 600 bilhões por ano. Assim, dinheiro há. O que falta é uma decisão política. As Forças Armadas são necessárias, mas os gastos com armamentos são excessivos. Assim, surgiu na Comissão a decisão de definir que tipo de desenvolvimento deveria ser feito. Surgiu então a expressão Desenvolvimento Sustentável, que foi definido como o Desenvolvimento que não prejudica a geração atual e as gerações futuras. Isso está de acordo com a creche que estamos inaugurando, pois ela beneficiará as gerações futuras que estão já chegando ao mundo. No final, pedi uma salva de palmas ao Padre André, o que foi feito por todos os presentes. Disse-lhes que em três anos de sacerdócio o Padre André fez mais que muita gente durante toda a vida. Foi uma belíssima e para mim comovente reunião, que terminou com um lanche especial.

Lutas Cívicas
Mausoléu de 32

De manhã fui ao Cemitério da Consolação. Os restos mortais de meu pai foram exumados e postos numa urna de latão. Carreguei a mesma nos meus braços até a capela do cemitério. É a primeira parte das solenidades programadas para sua transferência ao monumento dos mortos de 1932. Ao levar a urna nos meus braços, muito pensei nas coisas da vida e da morte. Rezei pelo meu pai, que se fosse vivo teria hoje 82 anos. Quando somos pequenos, nossos pais nos carregam nos braços. Hoje foi a minha vez de levar meu pai, nas minhas mãos.

Os restos mortais de meu pai foram trasladados do Cemitério da Consolação para o Quartel da Polícia Militar, Batalhão Tobias de Aguiar. Ao chegar lá, a sua urna foi carregada por mim, meu irmão José Bonifácio, seu filho Martim Francisco e o meu neto Paulo de Freitas Nogueira. A música da banda, tocando marchas militares, o desfile das urnas perante a tropa formada, a chamada dos mortos (eram quatro os trasladados), foi muito emocionante e mal pude conter as lágrimas (algumas escaparam). Fiquei bastante emocionado e os amigos e parentes lá presentes também sentiram o mesmo. Paulo Freitas Nogueira, apesar de ter apenas nove anos, aguentou firme o peso da urna no transporte da mesma até o pátio do quartel. O percurso maior, perante a tropa, foi feito com soldados carregando os despojos. Depois, a urna ficou guardada numa sala, onde permanecerá até amanhã.

De manhã, com grande solenidade, chegaram ao Parque Ibirapuera as urnas de meu pai e de seus três companheiros. Havia muita gente, entre parentes, amigos, autoridades e veteranos de 1932. Ao som da marcha fúnebre, acompanhamos o cortejo que conduziu as urnas à cripta do Monumento aos mortos que se distinguiram na Revolução Paulista. Na belíssima cripta, os restos mortais de meu pai repousarão para sempre ao lado de seus companheiros de ideal. Foi também muito emocionante. Depois, ao ar livre, assistimos a um desfile militar e de várias escolas. Foram momentos de grande emoção que não esquecerei enquanto viver. A vontade de meu pai foi cumprida.

Caudilho

3 outubro 1980

PORTO ALEGRE, RS – Quando chegamos ao City Hotel para almoçar, encontramos Batista Luzardo, o último dos caudilhos. Hoje faz 50 anos que estourou aqui a Revolução de 1930, da qual ele foi um dos líderes. Quando me apresentei, como filho de Paulito Nogueira, indagou de meu irmão José Bonifácio. Mas, associando meu pai à Revolução de 1932, contou um episódio de um combate no qual ele e outros, com 200 homens, derrotaram uma coluna de 150, chefiados por Borges de Medeiros. Os derrotados, que deixaram vários mortos no campo da luta, apoiavam a nossa Revolução de 1932. Apesar dos seus 88 anos, Batista Luzardo estava lúcido e bem disposto, almoçando com um amigo. Parecia ter bem menos idade.

Movimentos

22 dezembro 1985

Domingo. Às 11h fui à missa em Cura D'Ars, onde congueuei. Em casa vi várias coisas e praticamente terminei a leitura do livro "Olga", de Fernando Morais. É a biografia da mulher de Luiz Carlos Prestes e a história da revolução de 1935. Eram pessoas muito idealistas, mas aparentemente desligadas da realidade, o que acarretou inúmeros sofrimentos para milhares de seus seguidores (e outros) com o fracasso do movimento. O livro é muito interessante e prende a atenção. Minha avó Sophia Salles de Oliveira Coutinho, que residia no Rio de Janeiro, aparentemente morreu do coração (enfarto) em consequência do susto que levou com a revolução de 1935. É o que diz a crônica da família. Entre 1938 e 1945, conheci em Buenos Aires, onde meu pai estava exilado (por conspirar contra a ditadura de Getúlio Vargas), o capitão Dinarte, que tomou parte no movimento de 1935 e tornou-se amigo de meu pai durante o exílio de ambos. Participaram de conspirações diferentes e a consequência foi o exílio. O capitão Dinarte, apesar das dificuldades com que vivia, tinha dentro de si uma chama de entusiasmo e idealismo, mas o seu mundo não era exatamente o da realidade brasileira. Não se tratava, porém, de um exaltado ou fanático, conseguindo conviver bem com o meu pai. Este também não era propriamente um realista, e se classificava como um "burguês progressista". Pelo capitão Dinarte fico a imaginar como seriam os outros conspiradores de 1935. O livro reforça em mim essa comparação, embora os principais personagens fossem muito mais "linha dura" que o amável capitão Dinarte. Também no movimento ambientalista há muitos que defendem posições pouco realistas, o que às vezes causa problemas e prejudica a causa. Ambientalistas, porém, são pacíficos por formação. Eu sou um deles, mas dos que procuram andar com os pés no chão.

Golpe

10 novembre 1987

Hoje, há 50 anos do malfadado golpe do Estado Novo, lembrei-me da noite em que, na casa do meu avô Paulo Nogueira, ouvi com a família, pelo rádio, a notícia de que havia no país um novo regime político. Regime que levou meu pai ao exílio e contribuiu assim para conturbar a vida da família. Grande parte de minha mocidade girou em torno das lutas contra o Estado Novo. Getúlio Vargas não nos deixou saudades.

Um líder e estadista

24 dezembro 1987

De manhã fui à missa do centenário de nascimento de Armando Salles de Oliveira, grande estadista, fundador da Universidade de São Paulo, ex-governador do Estado de São Paulo e candidato

à Presidência da República quando Getúlio Vargas deu o Golpe de Estado de 1937. Era o líder da corrente política de meu pai. Eu o conheci no exílio, em Buenos Aires, sempre preocupado com os grandes problemas do país. Era um homem íntegro, idealista e competente.

Guerra cívica

Finados. Visitei com Lucia o túmulo de meu pai, no Mausoléu do Soldado Constitucionalista, debaixo do Obelisco do Parque Ibirapuera. Meu pai foi o principal historiador da Revolução de 1932, que galvanizou São Paulo. Dedicou os últimos anos da sua vida a escrever a história da nossa "Guerra Cívica", segundo o nome dos seus livros. Consultou também os arquivos do Exército Brasileiro. Realmente foi uma guerra cívica.

2 novembre 1988

Conversas no exílio

BUENOS AIRES, ARGENTINA - À tarde, andei muito a pé pelo centro de Buenos Aires. Passei pela Plaza San Martin, onde andava com o meu pai conversando, durante o exílio político dele aqui em Buenos Aires, onde permaneceu de 1938 a 1946.

20 abril 1991

Anos JK

RIO DE JANEIRO, RJ – Em seguida fomos ao centro da cidade, onde visitamos no Museu de Arte Moderna uma exposição sobre os Anos de Juscelino (circa 1960). Foi interessante, mas muito incompleto. Deu, porém, para viver uma hora da saudade, embora eu fosse, politicamente, adversário do Juscelino. Mas ele tinha seu valor. Foi muito amigo de meu pai, quando não era mais Presidente.

14 março 1992

Palácio do Catete

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, com a apresentadora Irene Cristina Gurgel, da TV Educativa, gravei um programa sobre desenvolvimento auto-sustentável. Isso foi feito nos jardins do Palácio do Catete, à sombra de árvores imensas. Imagino que elas ainda eram pequenas quando o meu bisavô, o presidente Campos Salles, morou nesse Palácio (1898-1902). Minhas tias Leonor e Helena diziam que de manhã bem cedo tomavam banhos de mar junto aos fundos do jardim do Palácio. Parece que existia ali um píer no mar.

28 maio 1992

Barbáries

Há 50 anos, com meus colegas de Faculdade de Direito, participei (1943) de uma passeata contra a ditadura de Getúlio Vargas. No Largo do Ouvidor, perto da Faculdade de Direito, surgiu um carro de assalto e contingentes da Polícia Especial. Com meus colegas, formamos fileiras barrando a praça. Eu estava na primeira linha. Helio Mota, presidente do Centro XI de agosto, foi parlamentar com o chefe da Polícia Especial, Anísio Miranda. Helio foi agredido. Nesse momento demos um passo à frente. Abriram fogo contra nós. Não tínhamos um canivete sequer. Nesse momento procuramos escapar das balas correndo na direção oposta, ou seja, na direção do Largo São Francisco,

9 novembre 1993

onde está a faculdade. Para conseguir dobrar a esquina dos Largos do Ouvidor e São Francisco, precisei correr uns 50 metros. Foi difícil. Outras pessoas caíam no chão, à minha frente (antes do tiroteio estavam atrás de mim). Tropeçava neles e me esparramava do chão. Depois me levantava, corria e tornava a cair. Via à minha frente o piso de paralelepípedos dos largos, riscado por numerosas faíscas. Já era de noite. A cápsula de aço das balas, ao bater nos paralelepípedos de granito-gneiss, tirava chispas. Finalmente consegui dobrar a esquina, totalmente exausto e surpreso por estar vivo. Custei a acreditar não ter sido ferido. Encontrei um colega, Roberto Almeida, filho do professor Almeidinha. Juntos entramos num bar e fomos até o fundo, num pequeno pátio com um telhado baixo junto. Ali aguardamos os acontecimentos. Lá, vi pessoas correndo pelos telhados das casas térreas. Não sei para onde poderiam ter ido.

Surgiu um guarda-civil, fardado. Ele fingiu que prendia a mim e ao Roberto Almeida. Nos levou, assim, passando por soldados da Polícia Especial. Caminhamos na direção da Praça da Sé. Quando não havia mais perigo, esse guarda, verdadeiro anjo da guarda, nos soltou. Na Praça da Sé, tomamos o primeiro bonde que encontramos. Ia em direção ao Brás, ou seja, para longe do local da barbárie. Descemos do bonde defronte a um cinema. Tomei um táxi e fui à casa de tia Helena Campos Salles, onde me hospedei durante alguns dias. Não me lembro onde ficou Roberto Almeida. Tenho uma vaga lembrança de que nos despedimos e ele tomou outro rumo. O perigo maior já havia passado.

Houve, segundo soubemos, três mortes, entre os quais Jaime Silva Telles, homônimo de um amigo e colega que estava ao meu lado quando a Polícia Especial começou a atirar. Disseram que houve cerca de 60 feridos. Soubemos com certeza de uns 20, mas havia lá muita gente do povo, no meio de nós, estudantes. O Governo se assustou com o vulto dos acontecimentos e resolveu não perseguir nem nos prender. Lúcia, que era minha namorada, foi me visitar no meu refúgio, na casa da tia Helena.

Hoje, cerca de 50 ou 60 dos sobreviventes da passeata nos reunimos. Às 10h30 houve missa e às 11h30 aproximadamente houve uma assembléia na Sala de Congregação da Faculdade de Direito. Falaram Francis Selwyn Davies (hoje desembargador) e o advogado criminalista Valdyr Troncoso Perez. Falaram bem. Geraldo Vidigal foi o organizador da reunião. Reconheci grande parte dos presentes, todos já envelhecidos, uns mais, outros menos. Contudo, estavam aparentemente em boa forma e com boa disposição também.

O que nós todos estranhamos foi a "recepção" que tivemos na Faculdade de Direito, pelos alunos e alunas. Era o dia da despedida dos quinto-anistas. Eles jogavam água uns nos outros em quantidade. O pátio interno da Faculdade mais parecia uma laje no mar ou um ambiente de praia. Quando subimos para o 2º andar, provavelmente sem saber quem éramos, uns nos aplaudiam, outros (poucos) nos vaiavam e muitos, quase todos, gritavam palavrões!!! No nosso tempo, semelhante espetáculo nem sequer seria imaginado.

Relíquia de 43

À tarde fui à Faculdade de Direito da USP, para assistir à entrega de uma "relíquia" do massacre de 09 de novembro de 1943. Trata-se de uma foto de Ligia Fagundes Telles (que estaria hoje lá) e de outras moças da Faculdade, pouco antes do início da passeata, após a qual houve o massacre. (...) Estava lá e contei aos presentes como consegui escapar, correndo, tropeçando nos que estavam provavelmente feridos, caindo, me levantando, correndo novamente e me esparramando outra vez no chão, até que consegui dobrar a esquina do Largo do Ouvidor e entrar no Largo de São

Francisco, completamente exausto e surpreso por não estar ferido. Nessa corrida para escapar da morte, já era noite e via as chispas que as balas revestidas de aço causavam, ao baterem nos paralelepípedos de granito, do calçamento das ruas.

Imensas voltas

BRASÍLIA, DF – (...) Ao meu lado, na mesa, sentou-se a Celina Vargas Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, que combati durante a sua ditadura do Estado Novo, como estudante.

Não disse a ela que era adversário, politicamente, do seu avô. Ela mantém uma assistência social e agrícola no Estado do Rio de Janeiro. Relatei a assistência que faço no Acre. Ela colabora com o Sebrae, entidade que apoia as pequenas empresas. Disse que vai pedir a eles para me ajudarem no Acre. Já fizeram isso há alguns meses, mas a coisa não teve seguimento. Fiquei pensando cá com meus botões: como o mundo dá imensas voltas! Tivemos aqui uma conversa muito cordial e há quase precisamente 57 anos os policiais do seu avô quase me mataram!!! O mundo das conversas cordiais é incomparavelmente melhor que as trevas e violências do Estado Novo, do qual as novas gerações ignoram até o nome. Felizmente venceram a Federação e a Democracia, às quais Getúlio Vargas era contrário.

Depoimentos

Em São Paulo, à tarde, fui à Academia Paulista de Letras. Propus que a Academia pusesse a bandeira paulista em algum lugar de destaque na entrada da Academia, como foi feito com a bandeira brasileira. Ambas merecem destaque. O presidente Israel Dias Novaes concordou e disse já haver providenciado um mastro para a bandeira paulista. Contudo, eu queria mais que isso, e sugeri que o acadêmico Paulo Bonfim fizesse uma poesia cívica, que seria colocada ao lado da bandeira, no hall de entrada do prédio. Essa última sugestão ficou com a aprovação indefinida, mas voltarei a insistir.

Propus também que ficasse assinalada a data do aniversário, hoje, dos acontecimentos de 9 de novembro de 1943. A proposta desencadeou uma série de depoimentos preciosos, pois 4 acadêmicos participaram das manifestações que terminaram em massacre, com pelo menos um morto e dezenas de feridos a bala. A Polícia Especial do Estado Novo de Getúlio Vargas metralhou estudantes e populares no Largo do Ouvidor, junto ao Largo São Francisco, onde está a Faculdade de Direito da USP. Nós tínhamos terminado uma passeata cívica pelo centro da cidade. Estávamos totalmente desarmados. Os acadêmicos que participaram desses acontecimentos foram, Geraldo Vidigal, Ligia Fagundes Telles, Israel Dias Novaes e eu.

Pai e Mãe

(...) Fui depois à Academia Paulista de Letras, da qual estive ausente durante quase um mês. (...) O grande e notável poeta paulista Paulo Bonfim, não sei bem por que, me pediu para dizer qual foi a minha participação no 9 de julho, a Revolução Constitucionalista.

Eu tinha, em 1932, 10 anos de idade. Conteí que meu pai, Paulo Nogueira Filho, ex-membro da Academia Paulista de Letras, era alto funcionário Federal, no Rio de Janeiro, onde morávamos.

8 novembro 2000

9 novembro 2000

6 julho 2006

P.S. 2009: Naquele tempo não havia balas de borracha.

Meu pai se disfarçou de pescador e, com outros paulistas, num pequeno barco de pesca saiu do Rio e desembarcou em Ubatuba ou vizinhanças. Fiquei no Rio com minha mãe Regina e meu irmão José Bonifácio. Passeávamos no calçadão à beira da praia de Copacabana, com distintivos mostrando a bandeira paulista. Minha mãe, um dia, junto com várias mulheres paulistas, pediu uma audiência ao ministro da Marinha. Este as recebeu e elas pediram que ele aderisse à Revolução Constitucionalista. O ministro deve ter levado um susto, mas foi cavalheiro e não as prendeu. contei também que meu tio Adolfo Oliveira Coutinho, que morava no Rio, tinha contatos com a rede de rádio-amadores paulistas que do Rio contatava os de São Paulo. Tenho uma vaga idéia a respeito, mas essa rede de rádios realmente existiu.

Usina Ester
Tradições

18 abril 1980 Dia de meu aniversário. Completei 58 anos! Eu me sinto como se tivesse apenas 30 anos. Graças a Deus, nunca estive tão bem.

Fui com Lucia à Usina Ester, em Cosmópolis, onde almoçamos. A insuperável cozinheira Conceição já se aposentou há anos, mas Neuza apresentou uma deliciosa galinha-de-angola desossada, digna das grandes tradições culinárias da Usina Ester.

História centenária

10 setembro 1997 De manhã, no São Quirino, recebi a visita de 40 senhoras, que vieram de ônibus, de São Paulo. Eram pessoas da 3ª idade, muitas das quais já conhecia ou que eram conhecidas de minha família. Alda Nogueira Ferraz, por exemplo, era uma prima que eu não conhecia. Não via Madalena Morato Cardoso há muitos e muitos anos.

Fiz uma palestra na sala de jantar. Falei primeiro sobre a Biodiversidade e indiquei que elas poderiam fazer algo para protegê-la, mantendo coleções de plantas. Discorri também sobre o aquecimento climático. Em seguida contei a história do São Quirino, que meu bisavô José Paulino Nogueira comprou de Bento Quirino, lá por 1880, para recolher ali a família durante a grande epidemia de febre amarela. Ele, porém, ficou na cidade para acudir os enfermos, pois era o Presidente da Câmara e Intendente (prefeito). Ficou doente, dessa febre, mas sobreviveu. A casa da fazenda deve datar dos anos 1890. Foi reformada em 1913, outra vez em 1952 e agora, neste ano de 1997. O parque da sede é de 1926, quando eu tinha 4 anos de idade.

Bisavô prefeito

9 fevereiro 2007 CAMPINAS, SP – Estou hospedado no São Quirino, fazenda tradicional da minha família. Cheguei ontem à noite, depois de falar em Paulínia (que tem o nome do meu bisavô paterno José Paulino Nogueira), grande chefe de empresas e intendente (prefeito) de Campinas. Na epidemia de Febre Amarela que devastou a cidade, ficou lá e até pegou essa enfermidade.

100 anos

COSMÓPOLIS, SP – Fomos, pelas 21h00, ao Cosmopolitano Futebol Clube. Há lá um grande salão. Levou algum tempo, mas finalmente umas duzentas ou mais pessoas estavam ali. Meu irmão José Bonifácio, JB, fez um discurso historiando uma série de fatos ligados à formação e ao desenvolvimento da UE (Usina Ester). Falou muito bem, durante uns trinta minutos. Disse, acertadamente, que a futura UE terá sempre dirigentes profissionais, não somente da família.

Depois foi a minha vez de falar. Chamei a atenção para o fato de que todos os dirigentes da UE, exceto o Guilherme Nogueira, exerceram cargos públicos. A meu ver isso foi importante, pois abriu os horizontes da empresa e deu a ela uma melhor compreensão social. contei também os meus problemas na Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), federal, para combater a poluição e evitar que o Pró-Álcool pudesse naufragar por falta de disposição apropriada do vinhoto, muito poluente, resultante da produção de álcool. Enfim, de certo modo, foi uma hora da saudade.

Terminados os discursos, JB e eu autografamos dezenas de exemplares de livros, sobre a história já centenária da Usina Ester. Foi trabalhoso e cansativo, mas valeu a pena. Um grande dia!!! Louvado seja o Senhor!!!

Reestruturação da Usina Ester

CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO – Recebi e-mail longo de JB, com algumas restrições à carta que lhe enviei sobre reestruturação da Usina Ester, que me parece necessária. Foi, porém, uma carta amável, graças a Deus.

P.S. 2009: A ideia de ter um controle não pegou. Contudo, os novos estatutos constituíram uma diretoria administrativa executiva com três representantes do grupo PNN e três representantes do grupo JB.

Na reunião da Diretoria da Usina, foram expostos os planos para salvá-la. O Banco Itaú emprestou recursos para pôr em dia os pagamentos, até o final do ano. Antes disso, vai ser necessário pagar grande parte de empréstimos (securitização de vendas de açúcar) com a venda de terras, inclusive em Cosmópolis. Está sendo procurado, para contratá-lo, um controler, que vai avaliar melhor.

Velhos funcionários

(...) Conversei com os velhos funcionários do São Quirino, o Candola, o Ademar Capovila e um outro, que foram demitidos (são dez ao todo) de modo brusco e até contrário ao que foi combinado na última reunião da Diretoria da UE. Fiquei indignado com isso e disse-lhes que não assinassem um "acordo" de permanência nas casas por somente um ano, o que me parece absurdo. Esse caso pode me dar muita dor de cabeça, mas não vou permitir que funcionários que trabalharam na fazenda 40, 50 ou 60 anos sejam tratados de modo profundamente injusto!

Nessa reunião de diretoria, defendi intensamente a proposta de tratar melhor os velhos do São Quirino, que agora perderão seu trabalho, pois a Usina Ester não plantará lá mais cana.

2 março 1998

25 outubro 1999

26 maio 2000

19 agosto 2000

P.S. 2009: Esta era a decisão da UE naquela época.

1º setembro 2000

P.S. 2009: Por influência de pessoas de fora, nem todos aceitaram a proposta, o que sinceramente me pareceu um equívoco deles.

Felizmente acabou prevalecendo, por unanimidade, a proposta de que eles poderão ficar mais dois anos nas suas casas. Se ficarem mais tempo, isso traria problemas legais para a empresa. Contudo, ficou estabelecido que, após saírem, receberão o equivalente a um salário mínimo mensal como ajuda para alugarem uma casa. Com isso, e com o salário que eles já recebem na aposentadoria, não ficarão "na rua". Se as suas mulheres sobreviverem a eles, ganharão meio salário mínimo mensal de ajuda, além do que receberem do Governo.

Primeira Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico)

Dia da árvore. Entrada da primavera. Dia friorento em São Paulo

21 setembro 2001

Logo de manhã segui para Cosmópolis. Na Usina Ester houve uma cerimônia para comemorar o plantio de alguns hectares de árvores nativas, a uns 500 metros da fábrica, junto aos tanques de depósito de álcool. Na baixada há uma faixa ribeirinha de mata secundária nativa. A plantação das mudas foi feita em curva de nível, o que não ocorre em florestas naturais.

Durante a cerimônia, ao ar livre, junto à nova floresta plantada, falou o Prefeito Finoto, um funcionário da Usina Ester e depois eu. contei alguns fatos das lutas ambientais das quais participei e ainda participo. contei, por exemplo, que certa vez a Usina Ester foi multada porque estourou um tanque de melado. Em consequência, a água de Limeira ficou doce e tiveram que fechar a captação. Esta se encontra a 11 km de distância, rio abaixo. Quando o Presidente da Cetesb de então, Werner Zulauf, me telefonou aflito, disse-lhe simplesmente: – Multe como se fosse qualquer outra empresa. E assim foi feito, sem privilégios. Também falei sobre a Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico) do matão da Usina Ester. contei que essa foi a primeira Arie decretada no Brasil, pois quis começar em terras de minha família. Antes conversei com meu irmão, José Bonifácio, que concordou plenamente.

Setubal

28 maio 2002

SÃO PAULO, SP – (...) Sobre a Usina Ester tive uma boa conversa com o Olavo Setubal, após o almoço. Expliquei a ele toda a delicada e difícil situação da Usina. (...)

Em certo momento da entrevista, Olavo ficou calado e sério. Chamou a secretária e me disse: "Marque uma entrevista amanhã, aqui, com o Sergio Freitas". Tratarão dos assuntos da Usina Ester. Pouco depois eu me despedi. Ele me disse: "Somos amigos há 60 anos. No início de minha carreira vocês me ajudaram. Agora é a minha vez". Vamos cuidar disso" (ou algo assim). Embora nossa amizade seja fraternal, as suas ações foram além do que eu poderia esperar. Ele procurou mesmo uma saída para a nossa situação crítica. Fiz questão de salientar, na conversa, a boa vontade do Sergio Freitas, que no Itaú acompanhou nosso caso, ou melhor, tratou do mesmo. Também recebemos sábios conselhos de José Carlos Morais.

Comitiva australiana

Acordei bem cedo, para ir à Usina Ester, onde recepcionei uma comitiva do Governo da Austrália. Cheguei três minutos atrasado. O pessoal já estava tomando café com o grupo da Usina Ester. Não me disseram antes que haveria café com os visitantes.

A comitiva australiana era chefiada pelo ministro da Agricultura, o Honorable (deputado) Warren Truso. Aliás, é também ministro da pesca e das florestas. Estavam também lá o Embaixador da Austrália no Brasil, John Sullivan, Cônsul da Austrália em São Paulo, Gerard Seeber, o Consultor Paul Holden. Da parte da Usina Ester estavam presentes, o gerente geral Felício Cintra do Prado; o chefe do Setor Agrícola, Tiago Santos e o chefe do Setor Industrial, Edécio Daólio.

Expliquei aos ilustres visitantes alguma coisa sobre a Usina Ester e sobre a importância da produção açucareira e alcoleira, na Federação Brasileira e no Estado de São Paulo. É difícil saber porque eles escolheram a Usina Ester para essa visita. Talvez tinha sido pela proximidade com a cidade de São Paulo, ou talvez por ser uma usina tradicional e independente de grandes grupos, ou ainda por ser a maior produtora de álcool neutro (de primeira qualidade) no Brasil.

Visitamos a parte industrial da Usina Ester, que realmente estava muito bonita e muito limpa, como os visitantes salientaram. Fiquei muito impressionado com o fato de os três técnicos e chefes principais da UE falarem com os australianos em inglês, como eu. É a globalização em marcha também no idioma comum da humanidade: o inglês.

Depois da visita à fábrica fomos à Tabajara ver o corte mecânico da cana, com as máquinas da Comeco, que tem tecnologia australiana.

Na despedida, eles agradeceram muito a recepção que lhes demos e as informações prestadas (sem reservas). É bom que eles saibam que a Federação Brasileira, maior produtor mundial de açúcar, é competitiva em alto grau. Nos dias de hoje, o Brasil, a Austrália e a Tailândia, os maiores produtores de açúcar, se uniram para pedir juntos à Organização Mundial de Comércio a quebra dos enormes subsídios da União Européia ao seu açúcar. Este é mais de três vezes mais caro que o produto brasileiro.

Convergência de fatores

Na Fazenda São Quirino foi realizada uma reunião da Diretoria da Usina Ester. A situação financeira da UE está rapidamente melhorando, o que foi possível devido a diversos fatores favoráveis: A) Preços bons. B) Apoio do Banco Itaú; C) Boa administração do Executivo Felício Cintra do Prado; D) O programa Refis, Federal, que deu prazo de 18 anos para pagar dívidas oriundas de impostos. Esses fatores todos foram igualmente importantes, pois se qualquer um deles tivesse falhado, a UE teria falido!

Emoção

Participei da missa de Ação de Graças pelo término da safra da Usina Ester. Como é tradicional, falei no fim da missa, com a Igreja repleta de trabalhadores e chefias. Agradei a Deus e aos nossos colaboradores. Referi-me com saudades ao meu falecido irmão José Bonifácio. Destaquei o fato

8 julho 2003

19 setembro 2003

14 novembro 2003

de que a Usina Ester bateu neste ano os seus recordes de produção industrial e agrícola, com 2,3 milhões de sacos de açúcar de 50 kg, 58 milhões de litros de álcool e uma produção de 90 t de cana por hectare. Salientei também a necessidade de erradicar a miséria no mundo.

Com surpresa para mim, recebi intensas salvas de palmas, o que não esperava e é raro, da parte de operários em relação a um Diretor de uma empresa. Fiquei até emocionado. Ganhei uma placa de prata de agradecimento dos operários e uma deliberação unânime de aplauso, por parte da Câmara Municipal de Cosmópolis, cidade da qual sou Cidadão Honorário. Foi realmente uma surpresa completa para mim.

Projeto de Ramos de Azevedo

Segui para a Usina Ester, onde almoçamos no velho e tradicional sobrado (Casa de hóspedes e da diretoria para eventos sociais). É uma casa construída com planta do Ramos de Azevedo, no estilo de um chalé suíço. Eu tinha um quarto ali, onde me hospedava com certa frequência. Fiquei lá com Lucia durante alguns meses, no início dos anos 1950, por ordem médica (problemas de tuberculose no pulmão, da qual me curei totalmente, graças a Deus). Comi hoje excelente pato no almoço.

Fundadores e funcionários

No início da tarde houve uma missa de Ação de Graças, na ampla Igreja da Usina Ester. Estava cheia de empregados da UE. Como costuma fazer nas missas anuais da Usina Ester, no final o padre Brian me deu a palavra.

Agradei a Deus a boa safra e as boas condições da Usina Ester. Citei os nomes de alguns fundadores, como meu tio-bisavô Arthur Nogueira, meu bisavô José Paulino Nogueira, meu avô Paulo de Almeida Nogueira, meu irmão José Bonifácio. Disse que a Usina não é constituída só pelos seus canaviais e pelas suas máquinas industriais, mas é, principalmente, representada pelo seu corpo de funcionários.

Disse que no Brasil precisamos erradicar a miséria, que aflige no país 20 milhões de pessoas. Fiz também um apelo para que o pessoal da Usina proteja a Natureza. As matas e banhados da UE correspondem a cerca de quarta parte da área da empresa. Lembrei que o desmatamento da Amazônia é problema sério. Ao terminar, salientei a importância dos preceitos do Amor a Deus e do Amor ao Próximo, inclusive no que diz respeito às gerações futuras. Parece que gostaram, pois fui bastante aplaudido pelos 300 funcionários (número que estimei) da Usina Ester.

Recuperação

De manhã fui à Usina Ester, para a Reunião do *Board* (Conselho de Administração). Reunião boa, normal. A situação econômica e financeira da Usina melhorou muito neste ano. Batemos vários recordes de produtividade, o que significa administração excelente!! No almoço bebemos champagne para comemorar. Pagamos 1/3 da nossa dívida aos bancos e vão aumentar bastante os dividendos aos acionistas. O Felício Cintra do Prado (diretor superintendente), o Tiago dos Santos (diretor agrícola) e o Edecio Daolio (diretor industrial) merecem parabéns, pela recuperação da UE.

24 novembro 2006

P.S. 2010: Além dos três diretores, todos os meses há uma reunião deles com o Conselho de Administração, constituído pelos acionistas ou seus representantes. Foi presidida por mim até janeiro de 2010. Essa nova organização revitalizou a Usina Ester.

Aposentados

Estive também na Usina Ester, em Cosmópolis, onde pedi ao superintendente Felício Cintra do Prado Jr. para solicitar dos nossos melhores advogados um estudo do caso dos funcionários aposentados que continuaram trabalhando na UE, face a uma nova Resolução do Supremo Tribunal Federal. Não vou admitir que esses empregados sejam prejudicados. Encontrei a melhor boa vontade do Felício para encontrar uma solução justa.

Decisão histórica

Com meu filho, Luiz Antonio, segui para a Usina Ester. Na reunião de hoje tomamos uma decisão histórica: fazer uma nova usina de açúcar e álcool, financiada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Pretendemos comprar em Mato Grosso do Sul, inicialmente, uns 7.700 hectares e receberemos cana de uma área muito maior (arrendamentos). É um ato de grande pioneirismo. Procurei examinar, na fotografia aérea disponível, a situação da Reserva Legal e de outras áreas da região. Vamos fazer uma opção de compra válida por um ano. Haverá um dispositivo, por sugestão minha, mandando deixar intacta a Reserva Legal constituída por matas e cerrados. Pretendo ir lá para ver a flora e a fauna.

Situação preocupa

De manhã fui à reunião mensal do board da Usina Ester, juntamente com o Luiz Antonio. A reunião foi de certo modo preocupante, pois devido à queda do dólar e fortalecimento do real, as exportações brasileiras, como o açúcar, caíram muito de preço. Este ano o lucro da Usina Ester deve ser pequeno, o que dificultará alguns dos meus projetos, como o da criação de nossas abelhas indígenas. Não recebo recursos do Governo (Federal e Estadual) para esses projetos e para outros, de defesa do meio ambiente (Unidades de Conservação). O Conama me paga apenas as passagens aéreas e a estadia nos hotéis. Pelos meus serviços no Conama não recebo nenhum salário ou jeton. Os meus programas de assistência social, no Acre e em outros lugares, são custeados por mim.

O Projeto de fazer uma nova Usina de Álcool em Santa Rita, Mato Grosso do Sul, já está em dificuldades, sem recursos previsíveis e indispensáveis.

Genealogias Comoção

Hoje fui às posses dos secretários do governo Paulo Egydio em São Paulo Pedro Tassinari, Nelson Gomes Teixeira e meu irmão José Bonifácio. Fiquei comovido quando este saudou, entre as autoridades presentes, "o secretário do Meio Ambiente, meu irmão Paulo Nogueira-Neto". (...)

Curiosamente, vários amigos se espantaram por estar eu na fila para cumprimentar JB Não vejo nada de extraordinário nisso, pois embora sendo meu irmão, nem por isso iria desrespeitar uma fila. Esse pequeno fato mostra que o poder é, às vezes, confundido com toda sorte de privilégios, na imaginação de muitos.

5 fevereiro 2007

20 abril 2007

P.S. 2009: Esse programa foi depois deixado de lado, pois as terras não eram suficientemente boas e a grande crise econômica mundial não nos deixou recursos disponíveis.

20 julho 2007

17 março 1975

A República e o Edifício Ester

24 novembro 1975

A *Folha da Manhã* publicou na primeira página, e também com destaque numa das páginas interiores, uma entrevista que dei ontem sobre o problema da estação da Praça da República, na nova linha do Metrô. Na mesma página saiu a minha declaração, outra do compadre Olavo Setúbal e ainda uma de JB, meu irmão. Olavo quer construir a estação pelo menor custo. JB deseja desocupar a escola Caetano de Campos e não se definiu por uma alternativa. Quanto a mim, declarei que a prioridade número 1 era salvar a Praça da República. A meu ver, a Escola Caetano de Campos deveria ser um dos 100 prédios tombados da cidade. Quanto à terceira alternativa, ou seja, o tombamento do Edifício Ester, declarei-me suspeito para opinar, pois sou proprietário de pequena parte do mesmo. Na realidade, todos nós estamos numa situação difícil. O que mais importa, porém, é salvar a Praça da República. Curiosamente, vários técnicos declararam ser mais importante preservar o Edifício Ester (na esquina da 7 de Abril) que o prédio da Caetano de Campos. Foi o primeiro edifício moderno do Brasil. Lembro-me, quando era menino, das críticas, às vezes algo maldosas, que o público fazia daquele edifício cheio de colunas de sustentação.

História do Edifício Ester

23 julho 2001

SÃO PAULO, SP – Estive na USP, onde fui entrevistado pelo aluno da pós-graduação, arquiteto Fernando, da USP de São Carlos. Queria saber detalhes do Edifício Ester, construído junto à Praça da República por iniciativa do meu pai Paulo Nogueira Filho e do meu tio José Paulino Nogueira-Neto. É um prédio tombado, de valor histórico, pois foi um edifício de características novas, no meio dos anos 30. Era lá o escritório da UE em São Paulo. Moravam no prédio meu pai, Marcelino de Carvalho, Sebastião Camargo etc.

A natureza e o colégio

14 maio 1976

CHATEAU D'OEX, SUÍÇA – (...) Seguimos por uma estrada que serpenteia um estreito vale, geralmente no meio de florestas, rumo a Chateau D'Oex. Finalmente, alcançamos essa pequena cidade, onde passei vários meses de minha infância num colégio. Lá estavam as florestas e os campos onde fiz muitas excursões com meu irmão e os colegas. Revi as campinas cheias de narcisos brancos em flor, que minha memória não esqueceu jamais, no meio de outras flores, amarelas e brancas, que eu também colhia e examinava com amor nos tempos de menino. Foi aqui, acredito, que surgiu com maior intensidade, ou pelo menos se confirmou, meu interesse pela Natureza.

Inutilmente procuramos o colégio de minha infância. Dessa vez ainda não o encontramos. Chateau D'Oex cresceu extraordinariamente nestes últimos anos. Agora já é quase uma pequena cidade, cheia de hotéis e chalets novos. Mas ainda conserva o seu ar campestre.

19 junho 1977

De Diablerets fomos novamente a Chateau D'Oex, num outro vale. Quando era menino estudei lá algum tempo, junto com meu irmão José Bonifácio. Por esse motivo, Chateau D'Oex está para sempre ligada às minhas memórias de infância. Conseguimos, por um golpe de sorte, localizar o meu antigo colégio, Clos Riant. Agora, porém, não se dedica mais a atividades educacionais, sendo atualmente, ao que parece, uma espécie de templo ("local de reunião") evangélico. O terreno de frente, onde brincávamos, está agora loteado e 3 chalets grandes ocupam o seu lugar. Clos Riant

está quase ao lado da Igreja Católica, passando-se uma rua. O bosque de coníferas, atrás do colégio onde fiz muitos passeios quando menino, ainda se encontra lá. Como também estão os campos no fundo do vale, onde colhia flores, e as florestas do outro lado, onde fazíamos excursões que nunca saíram de minha memória. Estamos agora também no tempo das flores. Reconheci algumas dos tempos da infância, e tirei inúmeras fotografias a cores, como recordação.

Férias na infância

Recordação durante visita à casa do filho Eduardo Manoel

CAMPOS DO JORDÃO, SP – (...) Fomos depois a Capivari e de lá ao Loteamento Simonsen. No caminho, passamos pela antiga casa, modesta e pequena, onde morava minha mãe (tinha uma enfermidade causada por um fungo num pulmão). Ela se curou. Passei lá várias férias, quando era menino. Tenho a impressão de que o número de árvores de *araucária* não diminuiu ali por perto no decorrer dos anos. Vi o barranco atrás da casa, onde procurei fazer uma mini-mina d'água.

Esquina Coutinho Nogueira

CAMPINAS, SP – À tarde fomos à TV Campinas, dirigida e parcialmente propriedade do meu irmão José Bonifácio. O prefeito Francisco do Amaral fez a entrega oficial das placas das ruas com os nomes de ambos os meus pais: Paulo Nogueira Filho e Regina Coutinho Nogueira. As ruas formam uma esquina, junto à qual está a TV de meu irmão.

Almocei na Fazenda Bela Esperança. Meu irmão José Bonifácio e Maria Thereza ofereceram um almoço para Roberto Marinho e seus filhos, diretores da TV Globo. Estavam lá também o ex-governador de São Paulo, professor Carvalho Pinto, Olavo Setubal, Augusto Rocha Azevedo, Thomaz Magalhães etc. Falei com o presidente da TV Globo, Roberto Marinho, sobre nossas preocupações a respeito das usinas nucleares.

José Paulino em filme

SÃO PAULO, SP – Houve em casa o tradicional almoço de Natal da família e afilhados. Muito concorrido. Tia Bebê passou um filme tirado na casa de José Paulino Nogueira, meu bisavô, em 1910. Verificamos satisfeitos que cinco gerações de Nogueiras, a partir dele, tiveram um muito bom nível de vida, coisa rara no Brasil.

O retrato de Campo Salles

BRASÍLIA, DF – A secretária, dona Zélia, colocou o retrato de Campos Salles, meu bisavô, em posição mais baixa que o do Presidente João Figueiredo. À noite, pensando sobre o assunto, recoloquei meu bisavô no lugar onde estava. Dona Zélia teme alguma investida contra mim, pelo fato de ter posto ambos retratos na mesma posição. Como se diz, vou pagar para ver. Se vier a investida burocrática, baseada num decreto que existe por aí, vou recorrer ao próprio Presidente Figueiredo.

18 novembro 1995

30 setembro 1979

1º outubro 1979

24 dezembro 1980

11 novembro 1981

	Estou certo de que ele se sentiria honrado pela companhia de Campos Salles. Chego a desejar que alguém caia na asneira de me denunciar sobre isso. O caso irá para a Presidência e para os jornais, diga-se de passagem, pois não vou ficar calado se isso ocorrer. Pago para ver.
	Glória de avô
1° novembro 1983	LIMEIRA, SP – Jantei com Lucia e a família Paulo Jr, na Fazenda Tabajara. Percebi que virei contador de histórias, sobre problemas ambientais. Os netos me ouviram embevecidos até tarde. Luciana, a horas tantas, dormiu no colo da mãe. Paulo continuou disposto. Haverá glória maior, para um avô?
	Tio José Paulino
28 dezembro 1984	Ao anoitecer fui com Lucia visitar o Tio José Paulino Nogueira Neto. Com 83 anos, ele está inteiramente lúcido e acompanha de perto a política nacional.
	Um Andrada na Academia de Ciências
3 julho 1990	LISBOA, PORTUGAL – Chegamos à vetusta sede da Academia das Ciências, quando estavam encerrando o expediente. Uma das senhoras ali presentes e um guarda mostraram-se muito solícitos, após ouvirem a minha explicação de que fora até lá para estabelecer contatos com vistas à grande Conferência Mundial de 1992 sobre o Meio Ambiente. Deram-me o nome do presidente da Academia, professor doutor Manuel Jacinto Nunes. Vou lhe escrever. Também nos mostraram a grande biblioteca e os antigos salões e salas, inclusive o vasto plenário. Datam de cerca de 200 anos ou mais. Foi um antigo convento franciscano. Enquanto via tudo aquilo, meditava sobre o fato de que, no início do século passado, meu ancestral José Bonifácio de Andrada e Silva tinha ali uma posição de destaque. Ele foi Secretário da Academia nessa época, antes de retornar ao Brasil. É uma das coisas que me prende à Academia das Ciências de Lisboa.
	Destaque entre os Andradas
23 novembro 2000	Fui à tarde à Academia Paulista de Letras. Fiquei de pé, junto ao meu assento, para indagar se uma referência na hora das efemérides (eu pensava que era uma leitura da ata) se referia a mim ou ao meu pai, que também foi acadêmico (Paulo Nogueira Filho). Era realmente o meu pai, citado nas efemérides. A confrade Ana Maria Martins, minha prima Andrada, fez uma palestra sobre os Andradas. Ela me citou, com bastante destaque, como um dos Andradas que mais se destacou na época atual. Não esperava tanto elogio. Depois da interessante palestra, agradei à prima. Lembro-me muito bem, quando menino, que as tias Dora e Wanda, suas primas Andradas, estavam entre as maiores amigas, de minha mãe Regina Coutinho Nogueira.

Árvore

RIO DE JANEIRO, RJ – Visitei Tia Vera Coutinho Nogueira e o Tany, seu ótimo filho. Estão bem, graças a Deus. Ela me deu os 3 volumes de "Os Andradas", muito interessantes. Sou descendente de José Bonifácio de Andrada e Silva, Alexandre Vandelli (botânico) e do Visconde de Sepetiba, entre outros, como relatei no início deste livro.	2 fevereiro 1991

Homenagem ao Patriarca

SANTOS, SP – Foi um dia muito bom, dedicado à figura extraordinária de José Bonifácio Andrada e Silva, meu antepassado e herói da independência brasileira. (...) Lá fomos ao auditório principal da Universidade Unisantos, que é a PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Santos.	12 junho 2006

Com o auditório quase cheio, houve diversas palestras. Fiz a principal Conferência. Narrei a vida de José Bonifácio de Andrada e Silva. Disse-lhes que não é possível falar isoladamente das preocupações científicas, ambientais, biológicas, mineralógicas e conservacionistas de José Bonifácio, sem ao mesmo tempo me referir às suas atividades políticas e aos fatos que ocorreram ao longo de sua vida. Ele foi muito querido e bem recebido em Portugal. Combateu no Batalhão Acadêmico, no posto de Tenente-Coronel, contra os franceses ocupantes. Foi eleito por unanimidade, depois da saída das tropas napoleônicas, Secretário Geral da Academia de Ciências de Lisboa. Por dez anos viajou por diversos países da Europa, principalmente Suécia, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Hungria, França e outros países.

Protetora

Lá pelas 11h saímos da Fazenda Aretuzina, rumo a Cosmópolis. Antes disso, porém, a pedido da sobrinha Fernanda de la Rocca mandei suspender uma derrubada de grandes eucaliptos, perto da sede. Havia uma ordem do Clovis, mas não existia uma resolução dos herdeiros de Dona Lavínia. Infelizmente he sitei um pouco antes de intervir, pois não faço parte da administração da fazenda. Mas a Fernanda prestes a fazer 15 anos me convenceu. Assim, uns 30 pés foram salvos do machado. Isso foi muito bom para as minhas abelhas.	28 janeiro 1994

SÃO SIMÃO, SP – Domingo. Comemoramos hoje o 15º aniversário de Fernanda Martins de la Rocca, filha da cunhada Vevica. Plantamos 5 mudas de diversas Cassia, e amanhã serão plantadas outras dez. As mudas vieram de Nogueirapis, como presente meu.	30 janeiro 1994

Permuta

SÃO PAULO, SP – À tarde estive na Secretaria do Meio Ambiente, onde conversei com o Ávila Coimbra, juntamente com meus sobrinhos Clóvis Soares Camargo e Geraldo Haenel, sugerindo a troca dos cerrados da Fazenda Aretuzina (São Simão, SP) por eucaliptais do Horto Florestal de Santa Maria. É uma área vizinha. Isso permitiria salvar cerca de 260 hectares de excelente cerrado.	28 novembro 1994 <i>P.S. 2009: Essa permuta não chegou a se efetuar.</i>

Seria uma permuta boa para todos. Após a devida avaliação, o Estado mandaria projeto de lei à Assembleia Legislativa, para autorizar a permuta. Assim, a permuta seria inteiramente transparente, como deve ser.

Tabajara

25 agosto 1997

P.S. 2009: A casa e os grandes jardins verdes da Tabajara foram desativados. Já não tenho mais como me sentir como se fosse um cidadão britânico num parque estiloso da Índia, que um dia ele sabe que vai perder e perdeu. Retirei de lá minhas abelhas. Virei essa página de minha vida.

A Fazenda Tabajara tem uma magnífica horta, primorosamente cuidada pelo Paulo Jr. Minhas abelhas lá estão ótimas. A casa térrea, grande e acolhedora, o parque estilo inglês, com gramado e matas circundantes, e as ótimas refeições preparadas pelas empregadas me fazem sentir lá como os últimos administradores britânicos antes de saírem da Índia, por ocasião da independência. Depois da geração de meus filhos, desaparecerão para sempre esses restos do São Paulo agrícola-grande burguês, que ainda sobrevive na Tabajara e em algumas poucas fazendas e Usinas açucareiras.

Foi um longo e grandioso dia, um mergulho num passado que desaparece rapidamente, que as novas gerações não conhecerão. O mundo futuro será mais justo, com menos privilégios, mas perderá a beleza dos grandes jardins particulares.

Visita ao neto

7 outubro 2000

PITTSBURG, EUA – (...) Saí com Lucia para dar uma volta. Fomos à Universidade Carnagie-Mellon, onde o neto Paulo V faz sua pós-graduação em Siderurgia (PhD). Luciana, sua esposa, se prepara para um curso de Linguística. Estão bem adaptados e felizes. Comemos lá um bom frango com ervilhas verdes. Visitamos parte do campus, sólido, sóbrio e não muito extenso.

Uma época que se encerra

4 março 2001

CAMPINAS, SP – Domingo. De manhã cedo, com o meu cão labrador preto, dei uma volta pelo pomar da Fazenda São Quirino. Quando retornava, já a uns 120 m do cercado de tela metálica existente atrás da casa-sede, encontrei subitamente um homem de uns 30 anos, armado com uma enorme faca e semibêbado. Procurei acalmar o cão, para não provocar o homem. Deixei-o ir embora, sem lhe dizer reprimendas, para não provocá-lo. Mantive-me calmo. Regressei à casa e alertei os guardas. Estes prenderam o invasor e depois o soltaram com a advertência de que não voltasse. Felizmente o episódio terminou sem violência. Contudo, para mim isso foi o fim de uma época. Durante meu passeio pelo pomar, pensei que era o último Nogueira a fazer o passeio preferido por meu avô, num lugar que hoje está algo abandonado. Decadência de um "império", ou melhor, de uma época. Como aconteceu na Tabajara e em milhares de fazendas paulistas antigas. Mas a vida rural mais simples tem seus encantos, como acontece na Aretuzina, em São Simão, onde crio abelhas, emas e caitetus.

Não imaginava, porém, que minutos depois tivesse a prova disso, com minha vida sujeita a uma situação perigosa.

Primo mateiro

SÃO SIMÃO, SP – No início da tarde, inesperadamente, recebi a visita do meu primo José Carlos Bolliger Nogueira e de um estagiário seu, do Horto de Bauru. Foi uma visita muito interessante, pois ele é o último mateiro paulista, profundo conhecedor das matas decíduas do planalto e de sua fauna. Andamos a pé pelo arboreto da Fazenda Aretuzina, ouvindo as histórias e estórias que ele conta de modo cativante. A seu ver a melhor madeira nativa é a Cabreúva (*Miroxylum*). O Amendoim (*Pterogyne*) se equivale. O Jatobá (*Hymenaea*) não é madeira de primeira. A Farinha Seca também não dá madeira de qualidade. Mostrou-me lá Tamanqueiras e Mamicás de Porca.

9 junho 2001

Praça Buenos Aires

SÃO PAULO, SP – Domingo. Almocei em casa dos co-sogros Edgard e Thereza Toledo. São os sogros do meu filho Eduardo e pais de minha nora Christina. Era aniversário do Edgard. Como sempre ocorre no apartamento deles durante o dia, a vista da Praça Buenos Aires, hoje quase uma floresta alta e viçosa, me faz lembrar dos meus tempos de menino. Ia sempre lá, acompanhado de minha governanta inglesa, Annie Jered. Naquela ocasião a praça era um morro gramado, com um observatório astronômico no alto e árvores ainda pequenas, ao lado dos caminhos.

1° julho 2001

JB, irmão

Recebi um telefonema da secretária de meu irmão José Bonifácio dizendo que ele estava passando mal, na UTI do Hospital Einstein. Depois disso tratei de voltar logo da Fazenda Aretuzina, em São Simão.

15 outubro 2001

Em São Paulo fui ao Hospital Einstein. Contudo, não era hora de visitas. Tive que voltar sem ver JB. Falei com a cunhada Thereza, pelo telefone. JB teve problemas no esôfago, em consequência da situação no fígado (hepatite C). Está sedado na UTI do Hospital. Seu estado é gravíssimo.

Estive à noite visitando JB. Ele melhorou muito e já está falando. Conversamos ligeiramente, sobre a doença dele, para animá-lo.

19 outubro 2001

Bosques

De manhã fui ao Novotel, Ibirapuera, onde se realizou uma reunião do Grupo Florestar, chefiado pelo Castilho. Cheguei um pouco atrasado e não sabia exatamente o que eles pretendiam. Na mesa estava o novo secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, que eu não conhecia pessoalmente. Fui muito bem tratado e me puseram na mesa. Estavam lá umas 40 pessoas. Falei, de uma maneira geral, que as matas nativas deviam ser protegidas, mas que também era necessário plantar árvores para a produção de madeira. Disse que meu avô Paulo de Almeida Nogueira foi um dos pioneiros nesse sentido. Plantou bosques de Eucalyptus. Contei, também, que meu irmão José Bonifácio plantou bosques de *Pinus*, os primeiros cultivados aqui, para testar sua viabilidade. Mas acrescentei que em alguns lugares o *Pinus elliotis* tornou-se praga, invadindo campos e brejos. Durante minha permanência na reunião, fui percebendo que eles lá eram silvicultores para produzir madeira.

19 dezembro 2006

Homenagem

Jantar da Academia Paulista de Letras no Palácio dos Bandeirantes oferecido pelo governador José Serra

12 abril 2007

SÃO PAULO, SP – O jantar foi muito bonito, em dois salões anexos, no apartamento do governador José Serra. Quando cumprimentei o Serra, disse-lhe que minha família estava grata por ele ter dado o nome do meu irmão José Bonifácio a um dos viadutos da Marginal do Rio Pinheiros. Ele me disse que gostava muito do meu falecido irmão.

Bisneto Gabriel

1º agosto 2002

Nasceu hoje meu primeiro bisneto, Gabriel Pupo Nogueira Filho, cujos pais são o primo Gabriel e minha neta Luciana Freitas Nogueira. Para mim é um acontecimento importantíssimo. Lamento que minha esposa Lucia não esteja viva. Deus seja para sempre louvado, pelo Gabriel. Peço a Ele que guie os passos, oriente e proteja o bisneto Gabriel e toda a família. Paulo Jr. e Ana Maria são os pais da neta Luciana. Não a visitei hoje, pois ela não estava bem ainda.

À tarde, na sessão da Academia Paulista de Letras, comuniquei o nascimento do meu bisneto Gabriel. Foi saudado com uma salva de palmas.

Festa de sonho

17 setembro 2005

Retornei a São Paulo e fui, à noite, com os demais convidados, festejar em minha casa uma grande festa comemorativa do casamento de minha neta Paula Toledo Nogueira, com o Marco Túlio.

Nestes últimos dias a minha casa e, sobretudo o jardim, virou um imenso tablado dentro de uma construção enorme, com altas colunas de ferro trançado (torres), para apoiar uma estrutura de ferro e grandes extensões de plástico transparente. Esse teto era para proteger os convidados de uma possível chuva, no clima inconstante de São Paulo-Capital. Acredito que o “teto” da construção estava a uns 20 metros do chão. Tudo isso, inclusive um tablado de madeira a cerca de dois metros do solo, entrou para dentro da mata que plantei há uns 45 anos no jardim. As árvores dessa mata já são muito grandes, “seculares” pelo tamanho, como dizia um antigo governador. Fizeram da minha floresta, com as suas grandes árvores intactas, um verdadeiro palácio no meio do mato e também do meu grande gramado. Coisa de sonho. Estavam lá umas 700 pessoas. A meu ver foi uma festa espetacular. As despesas foram pagas pelo Eduardo e Cristina. Fizeram um acordo com meus vizinhos para terminar a festa às 6h da manhã.

Baependi

24 novembro 2005

Após minha palestra, num Congresso de Ecologia em Caxambú (MG), que foi bastante aplaudida, regressei a São Paulo, com minha ex-orientada doutora Denise Mouga. Visitamos, perto de Caxambu, a pequena cidade de Baependi, de onde vieram os Nogueira, meus antepassados. Eles se espalharam, desde o século 18, por Minas Gerais e São Paulo. Ainda há lá igrejas antigas e casas coloniais. Está na encosta de um morro. A região de Caxambu é uma grande morraria, muito

acidentada, com pastagens bastante inclinadas. Há uns 10% de florestas, agora respeitadas. A tendência é o aumento das florestas, mas ainda aram a terra para reformar pastos que deveriam ser matas nativas. Estas, em vários lugares, estão se expandindo aos poucos. Em alguns lugares há pequenos grupos de *araucária*, provavelmente naturais. A estrada tem uma imensidade de curvas, mas o pavimento está bom.

Bisneto Paulo VI

VITÓRIA – Vou visitar, com meu filho Paulo Jr. e Daniela, que vieram hoje de Campinas, o meu neto Paulo de Freitas Nogueira e sua esposa Luciana, que há dez dias tiveram o filho Paulo Henrique Nogueira. É o sexto Paulo Nogueira em linha reta de descendência masculina. Isto é, sem dúvida, uma grande raridade. Viva o Paulo VI!

27 janeiro 2006

Bisneta Marina

SÃO PAULO, SP – No final da tarde fui ao Hospital e Maternidade Einstein, onde nasceu minha bisneta Marina, filha da neta Luciana e do primo Gabriel. É uma menina calma e bonitinha. Que Deus a abençoe.

17 março 2006

Os netos mais jovens são André e Orlando.

Os seus pais Luiz Antonio e Paula foram os últimos da geração de meus filhos a se casarem. Por isso, seus filhos são meus netos mais novos. São, porém, os que tem maior número de amigos, com os quais passam os fins de semana em fazendas de colegas, ou na fazenda de seus pais. Há algum tempo descobriram, na internet, que o seu avô tem lá uma biografia. Aliás, saber que fatos de minha vida estavam lá, para mim foi uma grande surpresa. Esses netos estão no São Paulo School, que ensina em grande parte a língua inglesa. O inglês se tornou a grande língua mundial da ciência, do comércio e de um modo geral é vitalmente importante para a comunicação entre as pessoas de diferente ideias e entre os mais diversos países.



PNN, sua esposa Lucia e os netos Paula, Luciana, Eduardo e Paulo, em Brasília, nos anos 80.

CAMINHANDO JUNTOS NAS ESTRADAS DA VIDA

Na vida, estamos constantemente subindo escadas e às vezes também descendo, sempre no bom sentido moral. Neste capítulo escrevo sobre alguns dos muitos amigos e ambientalistas que me ajudaram mais de perto. A rigor, todas as pessoas citadas neste livro auxiliaram de algum modo em grandes causos ambientais. A todos sou muito grato.

Subimos juntos nas escadas da vida. Vamos continuar a subir, até chegarmos mais perto do Senhor.

Os primeiros que me ajudaram foram os membros da minha família, mencionados no capítulo inicial. Durante toda minha existência sempre considerei minha família como meu baluarte inicial, junto com os colegas dos cursos elementar, mediano e superior. Às vezes, é verdade, demos algum trabalho aos nossos professores. Hoje, o título de professor é mais do que aprecio, pelo seu significado fundamental para a nossa federação Brasileira.

Alargarrua
Senso de humor

12 dezembro 1981

SÃO PAULO, SP – À noite, em casa de Fabio Moraes Abreu, realizou-se o jantar anual dos meus amigos dos tempos de mocidade, e suas mulheres. É a turma do “América” ou do “Alargarrua”. É sempre bom revê-los. Os homens vão ficando, ano a ano, mais barrigudos e de cabelo mais branco. De um modo geral, porém, somos cinquentões ainda em razoável estado de conservação. E sobretudo não perdemos nosso senso de humor, apesar de que alguns companheiros já faleceram deixando muitas saudades.

Tiroteio no Largo

9 novembro 1983

SÃO PAULO, SP – À noite jantei no Casserole, no Largo do Arouche, com os velhos amigos do grupo de Alargarrua, companheiros desde os anos de 1940. Relembremos, hoje, os 40 anos do episódio de 9 de novembro de 1943, quando a Polícia Especial, da Ditadura do Estado Novo, abriu fogo de metralhadoras contra os estudantes, no Largo do Ouvidor, próximo à Faculdade de Direito. Sou o único membro do Alargarruma que estava lá presente no Largo do Ouvidor, pois o episódio era totalmente inesperado. Nessa ocasião houve uns três mortos e 60 feridos. Escapei ileso, até hoje não sei como, pois várias vezes caí e tropecei sob o fogo das metralhadoras, antes de conseguir dobrar a esquina do Largo de São Francisco e de me colocar a salvo. Foi um duro episódio da nossa luta contra a Ditadura de Vargas. Nós não tínhamos qualquer arma, exceto nosso entusiasmo e a coragem da mocidade.

Coisa rara

3 fevereiro 1993

Nessa outra reunião, como inúmeras vezes, jantei com meus velhos amigos da turma do Alargarrua. Sete estiveram presentes, hoje coisa rara: Olavo Setúbal, José Carlos Moraes Abreu, Augusto Rocha Azevedo, Guilherme Rudge, Carlos Sarmiento, Geraldo Vidigal e eu. Comemos do bom e do melhor, comentando a situação do país, aspectos da economia e brincamos uns com os outros, no Restaurante La Casserole, no Largo do Arouche, ao lado da Academia Paulista de Letras.

50 anos

À noite, fui jantar com os companheiros da turma do América ou do Alargarrua. Jantamos juntos uma vez por mês há 50 anos! Hoje foi o nosso cinquentenário!!! Estavam lá Olavo Setúbal, Guilherme Rudge, Marcelo e Geraldo Vidigal, Augusto Rocha Azevedo, José Carlos Moraes Abreu, Carlos Sarmiento e eu. Já faleceram: Herman Revoredo, Paulo Figueiredo, Gilberto Silveira, Fabio Moraes Abreu, Caio Caiubi. Faltaram: Eduardo Assumpção e José Bonifácio Coutinho Nogueira (meu irmão). Como sempre, comentamos os assuntos do dia, como a “quebra” (intervenção federal) no Banespa, com 7 ou 8 bilhões de dólares de déficit. Lembramos também os companheiros falecidos, falamos sobre a enfermidade de Lucia etc.

Fui dormir muito preocupado com a saúde de Lucia. Chorei.

Origem do nome

SÃO PAULO, SP – Hoje o Alargarrua completou 60 anos de existência, com o nosso jantar no Restaurante Casserole. Relembremos os velhos tempos. Tiraram de nós muitas fotos. Conversamos os assuntos de sempre, econômicos, políticos, ambientais. Comentamos as terríveis ondas gigantescas que devastaram o litoral de muitos países na Ásia e um pouco na África. Foram 150 mil mortos, inúmeros feridos, milhões que ficaram desabrigados, sem casas.

Recordamos o início da turma do Alargarrua, quando nosso amigo falecido Herman Revoredo correu pela estreita Rua São Bento, perto da Praça Patriarca, gritando com os braços abertos: alarga a rua; alarga a rua; alarga a rua!!! Naquele tempo o prefeito Prestes Maia derrubava muitas casas para alargar ruas, como a Rua São Luiz, a Rua da Consolação, a Avenida Tiradentes, a Avenida Rebouças, as Marginais em início, a 23 de maio etc. Bebemos excelente champanhe francesa Boringier, dada pelo Olavo. Ótima mesmo! Fizemos vários brindes coletivos à nossa nova meta: chegar aos 90 anos. Estavam lá: Olavo Setúbal, Guilherme Rudge, Geraldo Vidigal, José Carlos Moraes Abreu, Carlos Sarmiento e Augusto Rocha Azevedo. Só faltou o Marcelo Vidigal, que estava fora de São Paulo. Estamos todos com mais de 80 anos, com saúde (quase todos) razoável, graças à medicina moderna que Deus nos proporciona.

América

Almoço em casa, com a presença de Betty Vidigal. Ela está fazendo um mestrado comentando o antigo jornal *América*, da turma do Alargarrua, nos anos 1934-1940!! Foi uma hora da saudade. Ela é filha de Geraldo Vidigal, que era um dos membros da redação do América.

Às 9h compareci aqui perto às Faculdades Metropolitanas Unidas. Sobre a publicação mensal América, criada e desenvolvida pela “Turma do Alargarrua”, a Betty Vidigal Hastings escreveu uma valiosa tese de mestrado. Elogiei a sua dissertação, muito bem feita. A Betty tirou do esquecimento uma parte muito importante da minha mocidade. Seu trabalho mostrou também a rara capacidade de crítica da Turma do Alargarrua e da ação pronta que sempre demonstrou.

4 janeiro 1995

5 janeiro 2005

5 setembro 2006

6 dezembro 2006

Direito, 40 anos

16 novembro 1985

Com Lucia, Geraldo e Elsie Vidigal, fui ao almoço campestre que comemorou o 40º aniversário de formatura na Faculdade de Direito. Estavam lá, na Chácara do Zacchi, na Rodovia Régis Bittencourt (estrada para Curitiba), uns 30 ou 40 colegas, com as suas esposas. Quase todos muito envelhecidos, grande parte com os cabelos totalmente brancos. Idades entre 62 e 70 anos. Tive dificuldade em reconhecer muitos deles. Modéstia à parte, juntamente com Alexandre Thiollier, José Bueno de Aguiar e Manuel Ferraz, era dos que pareciam mais jovens. Pelo menos não estava barrigudo e os cabelos eram apenas grisalhos. Essa é a face melancólica dessas reuniões, onde a gente encontra colegas que não vê há anos. Mas também houve o lado alegre e brincalhão, dos tempos da velha academia.

Cinquentenário

24 novembro 1995

De manhã houve missa e depois uma reunião no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP (Largo do São Francisco). Comemoramos o cinquentenário da formatura!

Os colegas (metade já morreu) presentes estavam em variados graus de saúde, todos, porém, com cabelos brancos ou grisalhos. Todos estavam com mais de 70 anos de idade.

Após a missa, durante a qual comunguei como sempre costumo fazer, houve discussões rememorando fatos do nosso curso, e principalmente a nossa luta contra a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Quando alguém lembrou que o colega Domênico Martirani apanhou da polícia, quando foi preso, houve muitas palmas. O momento, porém, me pareceu dubio, pois alguém de fora poderia pensar que essas palmas eram de aplausos à ação da polícia, quando, na realidade, o que aplaudimos foi a ação antiditadura do Domênico...

P.S. 2009: Mas não houve esse erro, evidentemente.

À noite houve um grande jantar de comemoração dos 50 anos de formatura. Foi realizado no Jockey Clube, no prado. Muitos colegas levaram lá os seus familiares. Fiquei na mesma mesa dos bons e velhos amigos Alexandre Thiollier e Elisa, Manuel Figueiredo Ferraz e Mariazinha, um filho do Alexandre e outro do Manuel. Quem organizou os festejos foram o Ruy Álvaro Pereira Leite e o Benjamin Pereira de Queiroz. (...)

Foi uma agradável hora da saudade.

Um mundo paulistano

19 dezembro 2000

Almocei no São Paulo Clube, na Avenida Higienópolis, um dos últimos baluartes do paulistanismo tradicional, surpreendente vivo, quatrocentão em grande parte. Foi um agradável encontro, com brincadeiras e palavras agressivo-brincalhonas. Posso afirmar que são poucas as ocasiões em que a amizade permite essa liberdade.

Foi o último almoço mensal deste ano, da turma de 1945 da Faculdade de Direito da USP. Nesse reencontro de antigos colegas, estavam lá também os 341 (Thiollier), 548 (Manuel Ferraz), 517 (eu) (números do Colégio São Bento). O São Paulo Clube é um reduto do antigo paulistanismo, pois foi residência de dona Veridiana Prado. Segundo meu pai, a família Prado representava algo semelhante à uma aristocracia, no sentido intelectual.

De lá fui me encontrar na USP com alguns colegas de outro setor, o ecológico. Vivo entre vários mundos distintos: o dos antigos colegas da Faculdade de Direito, o dos velhos amigos da mocidade ("Alargarrua"), o do meio ambiente, o da Academia Paulista de Letras, o dos que estudam as abelhas (USP) etc.

Olavo Setubal
Irmão prefeito

Os jornais de hoje anunciaram, com destaque, a indicação oficial do nome do grande amigo e compadre Olavo Setubal, para prefeito de São Paulo. Estou muito satisfeito, pois é também membro de nossa irmandade do Alargarruma.

Inspecção conjunta

SÃO PAULO, SP – Após percorrer o Parque do Ibirapuera com o nosso amigo prefeito Olavo Setubal, tomamos o helicóptero da prefeitura. Antes, havíamos examinado o Projeto Burle Marx para o Parque. Achei a sua execução seria demasiado dispendiosa devido ao seu valor cultural. Melhor gastar o dinheiro na compra de áreas verdes, onde eles ainda estão em risco de desaparecerem.

11h47 – Levantamos vôo. Passamos sobre o Parque, com gramados meio pelados. Passamos sobre a Avenida 23 de Maio. A área junto à Rua Vergueiro, entre esta e a Avenida 23 de Maio, está demolida e se presta a um bom tratamento paisagístico. Voamos ao longo da Avenida Alcântara Machado. Subimos o Rio Aricanduva, onde vai ser feita uma avenida de quatro pistas. Há uma grande área ainda desocupada. Mais adiante, na Fazenda do Carmo, há uma grande área verde (150 hectares), 50% coberta com floresta nativa secundária; 30% com eucaliptos e 20% vegetação nativa, terra exposta etc. (...).

12h04 – Descemos numa península, gramada, no lago da Fazenda do Carmo.

Subimos um morro a pé. No alto, entramos na casa-sede da Fazenda. Construída em estilo colonial, pelo seu antigo proprietário (falecido), engenheiro Oscar Americano, é lindíssima. Tem soalho de tábuas largas e móveis antigos genuínos. A meu ver, presta-se muito bem para abrigar um Museu. Ao lado da casa-sede há um pomar aonde vimos lindos pessegueiros em flor. Num vale ali perto há árvores grandes, embora sejam apenas restos de uma floresta secundária.

12h17 – Levantamos vôo e sobrevoamos a região da sede da Fazenda do Carmo. A Cidade já está quase englobando o futuro Parque. Passamos sobre outra área grande da Prefeitura, ainda vazia. É um campo pelado. Mais adiante, no lixão de engenheiro Goulart, vi fogo no entulho. No Piqueri há uma área arborizada, cuja desapropriação foi decretada pelo Prefeito Paulo Maluf. Será um interessante, embora pequeno Parque.

A Lagoa de Vila Guilherme está quase toda coberta por aterro sanitário. Em entulhos industriais há pequenos focos de fogo. Descemos o Rio Tietê. Este tem águas barrentas, ao passo que o Tamanduateí apresenta águas negras. Perto do início da Via Anhanguera há uma grande área verde da Cia. City. Olavo Setubal está em negociações com ela.

14 fevereiro 1975

9 agosto 1975

10 agosto 1975

Legenda

A *Folha de São Paulo* publicou uma boa reportagem, com uma bonita fotografia minha e do amigo e prefeito Olavo Setúbal, no helicóptero da Prefeitura, sobrevoando os rios Tietê e Tamandateí. Quando foi tirada, ele dizia: "Imagine nós aqui ...". E eu disse: "Imagine se nós cairmos nessa água poluída".

8 julho 1976

Embrulhada cordial

Hoje, a *Folha da Manhã* publicou na primeira página uma entrevista de Olavo Setubal. Manchete: "Prefeito defende a lei do verde e desmente críticas feitas pelo Secretário do Meio Ambiente". Disse que eu lhe telefonara desmentindo "... a versão publicada na imprensa, dizendo que absolutamente não se referira daquela forma ao projeto. Tivemos oportunidade de discutir amplamente o assunto, disse Setubal". O que Olavo não explicou é que eu me referira ao substitutivo, não a ele. Além disso, minhas declarações foram baseadas em informações errôneas que recebi de São Paulo e que foram publicadas num outro jornal pouco lido. Na realidade, eu disse mesmo que o projeto era um retrocesso. Depois do que Olavo me falou pelo telefone no dia, verifiquei que as coisas não eram realmente preocupantes e que eu fora mal informado. Enfim, estou numa embrulhada terrível. Este caso me servirá de lição. É preciso sempre checar e recheckar as informações, mesmo as que parecem seguras. Também é importante começar uma ação manifestando apenas preocupação para depois tomar pé do problema.

P.S. 2009: Tratava-se basicamente de um projeto referente à proteção efetiva de áreas de mananciais de água. Uma lei completamente defasada, estabelecia lotes mínimos de milhares de metros quadrados em cada lote. A ideia era ter em áreas de mananciais pouca gente morando. Foi um desastre, pois frequentemente os lotes se tornaram loteamentos clandestinos, favelizados. O novo projeto propunha lotes pequenos, mas bem estabelecidos. Pensando melhor sobre o assunto, concluí que o projeto estava certo nas suas propostas centrais para evitar uma situação extremamente calamitosa em novas áreas. Olavo estava certo. Fabio Feldmann calcula que cerca de um milhão e 200 mil pessoas vivem em áreas de mananciais. É um imenso problema ambiental.

19 setembro 1976

O maior parque de SP

Domingo. Fui com Lucia à inauguração do Parque do Carmo, em Itaquera. Tem cerca de 1,5 milhões de m² e o prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal, pretende quase duplicar essa área. Era a antiga Fazenda do Carmo, que durante séculos pertenceu aos padres Carmelitas. Tem um lago muito bonito, eucaliptais, algumas matas secundárias, um grande lago, gramados etc.

Havia enorme afluxo do povo, talvez umas 30 mil pessoas. O governador e o prefeito fizeram discursos e foram bastante aplaudidos. A imensa maioria dos que estavam lá era de pessoas dos modestos bairros da região. Olavo Setúbal lavrou um grande tento e entrou na história de nossa cidade como o primeiro Prefeito que adquiriu uma área considerável para dela fazer um Parque, o maior da cidade de São Paulo.

Tide

Domingo. Vi os bichos do meu criadouro Nogueirapis e descansei bastante. À noite retornamos a São Paulo, onde jantamos com Lila e Carlos Sarmiento. Estamos todos profundamente impressionados com a saúde de Tide Setubal, que se encontra gravemente doente. Olavo, nosso grande amigo, compadre e prefeito, vai ter dias difíceis pela frente. Terá que governar a cidade, com um drama em casa. Tide é uma pessoa dinâmica, atuante, de espírito excepcionalmente forte. Já sofreu 16 operações e continua inabalável, sempre procurando ajudar os outros. Um exemplo para todos nós.

19 dezembro 1976

Dois missionários

À tarde estive em casa de Olavo Setubal. Ele jantou recentemente com o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. Este declarou que tinha que se haver com dois missionários: Jimmy Carter, nos EUA, e Paulo Nogueira-Neto, dentro do Brasil! Esse depoimento surpreendente me colocou em companhia muito honrosa. Nunca pensei que pudesse ter essa envergadura, para mim muito positiva. O ministro provavelmente não sabia que o prefeito de São Paulo era meu amigo chegado.

25 dezembro 1977

Compadre

À tarde fui à inauguração do Parque do Piqueri, no bairro do Tatuapé, antiga chácara dos Condes Matarazzo. Custou à Prefeitura 250 milhões de cruzeiros, ou seja, umas oito vezes o orçamento da Sema. Tem área de 10 hectares. Estavam lá umas 20 mil pessoas, que aplaudiram bastante o Prefeito Olavo Setubal, meu compadre e velho amigo. É a prova de que realmente o povo gosta das áreas verdes para o lazer. Olavo foi o primeiro Prefeito de São Paulo a comprar grandes áreas para transformá-las em Parques Municipais (6).

16 abril 1978

Fomos depois à casa de Olavo, que faz hoje 55 anos. Ele está na iminência de ser conduzido ao cargo de governador de São Paulo. Até agora, porém, nada foi anunciado de definitivo. Estamos todos, os seus amigos, aflitos para saber a decisão do presidente Geisel.

À noite estivemos em casa do 548, Manuel M. Figueiredo Ferraz, meu velho colega, que também aniversaria. Olavo esteve lá.

Criação das Estações Ecológicas

Jantamos com os velhos amigos. Olavo Setúbal, numa atitude rara nele, elogiou muito nosso trabalho para criar Estações Ecológicas.

1º outubro 1978

Lealdade

Domingo. De manhã descansei. À noite jantamos com os Sarmentos e com o prefeito e compadre Olavo Setubal. Este não acredita que uma Estação Ecológica possa funcionar bem em São Paulo, pois o Governo Federal não gosta de investir aqui. Discuti com ele com certa veemência, dizendo que estava sacrificando minha vida em favor desse Programa e que o mesmo iria para frente.

20 maio 1979

Devo ter falado com muita ênfase, pois depois Olavo procurou mostrar que não estava me criticando. Assim, tudo terminou bem, felizmente, pois tenho profunda admiração pelo compadre.

Combate à miséria

3 março 1989

Recebi cartão do Olavo Setubal me cumprimentando em termos muito elogiosos, pelo meu artigo na revista informativa semanal americana, *Newsweek*. Na realidade, devo ao Olavo o fato dele ter me mostrado que o que mais impressiona no Relatório da Comissão Brundtland, de que fiz parte, é a demonstração de que a miséria é o maior inimigo do Meio Ambiente. Como ele é um líder intelectual do empresariado e pessoa profundamente culta, a sua opinião é representativa de um largo setor das lideranças nacionais na área econômica. Passei a destacar esse aspecto do Relatório Brundtland, com grande repercussão favorável.

Instituto de primeiro mundo

1º dezembro 1995

Às 21h30, em São Paulo, houve a inauguração do formidável Instituto Cultural Itaú. Olavo Setubal fez um discurso muito emocionado. O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, falou de improviso, muito bem. É um instituto de primeiro mundo, formidável.

Recepção

2 dezembro 2005

O grande acontecimento do dia foi a bonita recepção que os meus amigos Olavo e Daisy Setubal ofereceram pelos 25 anos do seu casamento. Estavam lá, no vasto salão do Buffet França, cerca de 1 mil convidados. Traje a rigor: *smoking*. Tive ocasião de me encontrar com alguns velhos amigos que raramente vejo, como o embaixador Marcos Azambuja, alegre como sempre.

Perfil do Amigo

31 outubro 2006

SÃO PAULO, SP – Após o almoço conversei longamente com o jornalista (excelente) Ignácio de Loyola Brandão, Jorge Cubaro e uma senhora publicitária. Estão fazendo um livro sobre Olavo Setubal e me entrevistaram a respeito. Falei longamente sobre o temperamento reservado do Olavo, seu raciocínio claro, sua passagem como ministro do Exterior e também como Prefeito de São Paulo. Faço parte, como ele, há cerca de 60 anos, da turma da América, depois chamada de Alargarrua.

Reserva particular

31 outubro 2007

SÃO PAULO, SP – No fim da tarde houve uma reunião na sede da Duratex, com cerca de 40 convidados. Conversei bastante com o ex-governador Paulo Egydio Martins. Ele está bem de saúde e inteiramente lúcido, o que na nossa idade é importante.

Durante a cerimônia, feita num salão relativamente pequeno para umas 100 pessoas, vimos filmes e palestras (breves) sobre a atuação da Duratex. A produtividade dos eucaliptais é hoje três vezes maior que no início das operações, nos anos 1950.

P.S. 2009: Que ainda permaneceu como idéia.

O objetivo do encontro era dar o nome do Olavo Egidio Setubal a uma RPPN (Reserva do Patrimônio Particular Natural). Essa Reserva é a maior do gênero no Estado de São Paulo, com cerca de 600 hectares, com uma mata atlântica nativa de primeira qualidade.

Durante o seu pronunciamento, o Olavo Setubal falou com muita firmeza e bom senso, sobre os tempos iniciais da Duratex. Fez apenas dois elogios pessoais, um deles para o Renque, técnico que dirigiu os primeiros trabalhos. O outro que foi elogiado fui eu. Grande foi a minha surpresa, e deve ter sido o mesmo para muitos dos presentes. Ele disse que eu dei a orientação para a preservação dessa floresta. (...)

Após a reunião, juntamente com o diretor executivo Wagner Neto, meu colega na Fundação Florestal do Estado, e na presença do Paulo Setubal, presidente da Duratex, sugeri dar à floresta protegida também o status de uma Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico). O título seria dado em Palácio pelo governador José Serra. Todos gostaram da idéia.

Vários mundos
Henrique Cavalcanti

BRASÍLIA, DF – De manhã, ao chegar ao Ministério, Henrique Brandão Cavalcanti me chamou. Entrei na sua sala e ele em seguida trancou a porta, dizendo ter algo me falar. Fiquei pensando se eu teria feito alguma besteira séria. Com certa emoção Henrique foi me dizendo que retornará à Eletrobrás, terminando assim a sua permanência à frente da Secretaria Geral do Ministério do Interior. O ministro tinha sido cordial com ele, mas havia escolhido outra pessoa para o seu posto. Havia uma diferença de concepções quanto à organização do núcleo central do Ministério. Passado o primeiro momento de surpresa, disse-lhe que iria procurar o ministro para colocar o meu cargo à disposição. Uma vez que o Ministério do Interior será reorganizado, e dada minha profunda amizade com Henrique, outra não poderá ser minha atitude. Além disso não conheço o novo secretário geral, que pode ter outras idéias em relação à Sema.

Nem imagino a emoção que Henrique devia estar sentindo, após uma permanência de quase seis anos no cargo. Estoicamente, sem fazer uma queixa, sem alterar a voz, mas dizendo que estava com dificuldade para trabalhar naquele momento, Henrique mostrou ali toda a grandeza do seu caráter excepcional. Abalado com os acontecimentos, também fui assumir o meu posto, para o trabalho de todo o dia. Os funcionários do Ministério ainda não sabem dessa bomba. Não devem suspeitar de nada, pois hoje Henrique assume interinamente o cargo de Ministro. O ministro Rangel Reis vai à América Central, onde ficará durante uma semana.

(...) Ao fim da tarde, antes de sair do Ministério, conversei novamente com Henrique. Sugeri que ele ocupasse o cargo de secretário especial do Meio Ambiente, ficando eu como subsecretário. Ele não aceitou a idéia. Quando sair, pretende descansar um pouco e depois ver o que vai fazer.

Henrique Cavalcanti regressou do Rio de Janeiro. Ao seu desembarque compareceu todo o Estado-Maior do Ministério, exceto órgãos regionais. Isso mostra o quanto a sua saída do cargo de secretário geral está sendo sentida por todos nós. À noite ele despachou no Ministério, normalmente. Às 19h30 saiu, regressando à casa. Apenas Jader e eu ainda estávamos lá. Ele guardou a chave no "esconderijo" normal, como se fosse apenas o fim de mais um dia de trabalho. Era, porém, o seu

27 novembro 1974

6 dezembro 1974

	último dia de Ministério. Mal pude conter minha emoção. Henrique, acredito eu, também estava emotivo interiormente, mas nenhum de nós três teve ânimo de dizer algo sobre essa despedida.
9 dezembro 1974	Às 17h subimos ao 10º andar para a sessão solene de despedida. Sentaram-se à mesa o ministro Rangel Reis, o ministro Shigeaki Ueki (Minas e Energia) e Henrique Cavalcanti. Primeiro falou o ministro, explicando ter acedido ao pedido para que Henrique retornasse à Eletrobrás. Fez-lhe grandes elogios e disse que ele seria bem-vindo sempre que viesse ao Ministério. Terminada a fala do ministro, subi ao palco onde estava a mesa e fiz meu discurso, de uma página e meia. Exaltei as virtudes desse homem excepcional que é Henrique Cavalcanti. Terminei dizendo que esse navegante extraordinário leva consigo um pouco de cada um de nós. E deixa ancorados em nossos corações o seu exemplo de vida cristã, a sua fé nos destinos do Brasil. Felizmente a emoção não me impediu de concluir o discurso, como temia. Depois falou Henrique, discorrendo sobre a sua passagem no Ministério, sobre os problemas deste. Chega sempre o dia – disse – em que devemos partir. Para isso devemos ter as sandálias atadas e o cinto apertado, no dizer bíblico. Henrique se emocionou e conseguiu terminar, com certa dificuldade.
	Siderbrás
4 junho 1978	BRASÍLIA, DF – Domingo. Descansei bastante. À noite fui cumprimentar Henrique Cavalcanti, que acaba de ser nomeado presidente da Siderbrás (antiga <i>holding</i> controladora das siderúrgicas estatais).
	Relacionamento
14 junho 1994	SÃO PAULO, SP – Recebi fax do ministro e amigo Henrique Cavalcanti, com o texto da Portaria 184/94, exatamente como havíamos combinado, constituindo uma Comissão Federal para estudar aspectos relacionados com a represa que será construída no Rio Tijuco Preto, no Vale do Ribeira. Foram mencionadas expressamente a questão da pesca da manjuba e a Resolução 10/87 sobre a compensação ecológica, de minha autoria. Isso deverá melhorar o relacionamento com as entidades ONGs que se queixavam da omissão do Ministério.
	Velhos amigos
12 dezembro 2005	BRASÍLIA, DF – Jantei em casa de Henrique e Hazel Cavalcanti. Antigos amigos. Devo ao Henrique o início de minha carreira federal. São ótimos. Lucia e eu devemos muito, muitíssimo a eles. A parte mais feliz de minha vida e de Lucia foi aqui em Brasília, graças em grande parte à amizade e apoio de Henrique e Hazel.
	Rogério Marinho
5 novembro 1974	Telefonei a Rogério Marinho dizendo estar com dificuldades para obter audiência com o Ministro da Educação. Dez minutos depois, o próprio ministro Ney Braga falou comigo. Combinamos uma entrevista para as 15h.

Na hora marcada já estava no Ministério da Educação. Ney Braga me recebeu de modo extremamente amável. Expliquei o que eram as Estações Ecológicas e propus um convênio ou outra forma de entrosamento para que as universidades utilizem a infra-estrutura que vamos preparar.

No futuro

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui à Casa da Suíça, para almoçar com meu amigo Rogério Marinho, o que fazemos com certa frequência. Conversamos sobre vários assuntos conservacionistas. Prontificou-se a promover um encontro meu com Reis Veloso, ministro do Planejamento. É o homem que destina verbas equivalentes, ao que me informaram, a metade do orçamento federal. Em resumo, é quem divide o bolo e estamos muito necessitados de uma fatia razoável. Os 5 milhões que temos para 1975 são obviamente insuficientes. Rogério tem me ajudado muito, com os seus amigos na área federal. Disse-lhe que não esperava isso para os meus dias, mas que no futuro, a meu ver, haveria um subministério ou coisa equivalente, contendo entre outros três órgãos básicos: Conservação da Natureza, Controle de Poluição e Reflorestamento. Com grande surpresa minha, Rogério disse-me que desde já iria tratar do assunto e que isso deveria ser implantado já. Se não fosse minha amizade pelo Rogério, nem teria tratado do assunto, pois não quero que pensem que desejo ser ministro ou coisa semelhante. Seria tola pretensão ambicionar isso, neste momento.

Confraternização

No Rio, fui ao Rio-Atlântica Hotel, onde almocei com José Roberto Marinho e seu tio, meu velho amigo Rogério Marinho e mais Haroldo de Mattos Lemos, o professor Carlos Hartmann (UF Rio Grande), Martha Vanucci e mais umas 30 pessoas.

Apoio

BRASÍLIA, DF – À tarde telefonei à Rogério Marinho, meu velho e muito querido amigo, vice-presidente das Organizações Globo, a maior TV do Brasil e do jornal *O Globo*. Contou que era amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso e da sua família. Acrescentou que imediatamente faria um pedido para que eu fosse o novo ministro do Meio Ambiente.

Almirantes

RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã fui à FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza).

À noite estive, também, com Mario Amoroso, da FBCN, visitando o Almirante Belart. Ele pretende lançar o meu nome para continuar na Sema, o que demonstra a sua amizade e confiança. Contudo, parece-me que a FBCN não deveria falar em nomes, mas sim em planos de ação, ao futuro presidente da República.

Falei com Rogério Marinho pelo telefone. Trocamos ideias sobre a difícil situação que se prevê para o IBDF. Rogério vai pedir ao ministro Delfim para passar à Sema a parte referente à Conservação da Natureza.

11 dezembro 1974

12 fevereiro 1993

P.S. 2009: Era a solenidade de fundação do Instituto Aqua.

17 dezembro 1998

P.S. 2009: Esse pedido foi feito. A resposta foi encorajadora, mas resultou em nada. Contudo, o escolhido foi José Carlos Carvalho, pessoa amiga e de grandes méritos.

7 junho 1978

17 janeiro 1979

À tarde estive no Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas), onde o Almirante Ibsen também se preocupa com o futuro do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal).

30 janeiro 1979 Falei também com Rogério Marinho, no Globo, sobre problemas ambientais. Estamos muito preocupados com o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Depois fui à casa do Almirante Belart, na Ilha do Governador, tratar do mesmo assunto.

Em prol dos amigos

17 janeiro 1979 Falei pelo telefone com o futuro governador do Paraná, Ney Braga, pedindo para manter a equipe da ARH (Administração de Recursos Hídricos), chefiada pelo Engenheiro Labatut. O governador foi cordialíssimo.

19 janeiro 1979 Falei de manhã cedo com o governador eleito de Minas Gerais, Francelino Pereira. Conteí que permanecerêi no cargo e disse que terei muito prazer em colaborar com o seu Governo. Depois, citei pelo nome o Otávio Elísio e o Henrique Alves de Minas, fazendo-lhes merecidos elogios. Disse que toda a equipe da Secretaria de Ciência e Tecnologia estava muito bem entrosada conosco. Acredito que ajudei a manter alta a imagem daquela equipe que o Governador também elogiou.

25 janeiro 1979 Falei pelo telefone com Antonio Carlos Magalhães, governador eleito da Bahia. Elogiei a equipe do Ceped (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento). Vamos ver se assim poderemos contribuir para mantê-la.

21 fevereiro 1979 Falei com Renato Lima Aragão, no Ceará. Vamos pedir por telex, ao Governador Eleito Virgílio Távora, que o mantenha no cargo. Não creio, porém, que tenhamos real prestígio junto a este.

Telegrafei também ao governador Eleito Augusto Franco, de Sergipe, solicitando manter a equipe da Coordenadoria de Meio Ambiente de lá.

Renato Lima Aragão

21 julho 1981 SALVADOR, BA – No VIII Encontro das Entidades de Meio Ambiente do Nordeste, fiz o discurso de abertura. Estão presentes nove Estados, mais o presidente da Cetesb, Victor Leigh.

À tarde, um representante de cada Estado do Nordeste fez uma exposição sobre os seus problemas e trabalhos. Quem despertou o maior interesse foi Renato Lima Aragão, do Ceará. Ele disse que os três maiores problemas ambientais do seu Estado foram resolvidos porque: A – a fábrica de óleo de mamona pegou fogo; B – a indústria que fazia iscas para capturar lagostas faliu; C – uma fábrica muito poluente cessou suas atividades.

Maria Tereza Jorge Pádua

RIO DE JANEIRO, RJ – Às 13h30 almocei na Casa da Suíça, com Rogério Marinho, Maria Tereza Pádua e José Candido de Melo Carvalho. Passamos em revista a situação do conservacionismo no Brasil e as possíveis soluções. A situação no IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) assume aspectos dramáticos, com alguns elementos, em postos chave, fazendo guerra aberta às posições conservacionistas. Tudo isso é muito sério. Maria Tereza e eu, devido aos cargos que ocupamos, não podemos opinar publicamente sobre o assunto, mas nossa preocupação é grande diante das tensões que estão chegando ao ponto de ruptura, em relação aos anticonservacionistas do IBDF. A coisa se agravou por ocasião da autorização dada indevidamente para a invasão do Parque Nacional da Serra da Canastra. Estamos à beira de uma crise de grandes conseqüências.

Demissão no IBDF

Após o almoço fomos visitar Maria Tereza. Ela ainda estava bastante chocada com os acontecimentos. (...) O secretário geral do IBDF vinha desprestigiando Maria Tereza, que não era sequer consultada sobre a movimentação de verbas no seu setor. Assim, realmente não dava para continuar. Disse a Maria Tereza que, se ela quisesse, encontraríamos uma maneira para ela trabalhar na Sema. Ela está numa situação difícilima. Vamos procurar apóia-la, embora no momento não tenhamos verba para contratar ninguém.

Maria Tereza tem sido ameaçada seriamente pelos contrabandistas de peles. Chegaram a invadir os jardins de sua residência.

Os movimentos conservacionistas, inclusive José Carlos Reis de Magalhães, presidente atual da Adema-SP, protestaram contra os fatos que levaram à demissão de Maria Tereza.

Voltas

BRASÍLIA, DF – Fiquei hospedado em casa dos amigos Maria Tereza Jorge Pádua e Marc Dourojeani. Eles me hospedaram muito amavelmente, no seu ótimo apartamento. Maria Tereza me disse que eles recomendaram a criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental) no Paquistão. Além disso, o Dourojeani está chefiando um programa do Banco Interamericano de apoio a 2 APAs do Governo da Bahia, na Região da Chapada Diamantina.

Ela comentou que o mundo dá muitas voltas, pois houve um tempo em que era contrária às APAs.

Reatamento

CABO FRIO, RJ – Almocei com o almirante Ibsen (Câmara), sempre atuante na área conservacionista. Após o almoço vi o professor Edson Perpétuo. Cumprimentei-o e procurei falar com ele sobre generalidades. A conversa foi limitada, mas no final ele me disse – “Prazer em vê-lo”. Fiquei muito contente, pois desde os tempos que ele saiu da Sema rompido comigo, procurei um restabelecimento amistoso. Já havia conseguido manter correspondência, mas foi a primeira vez que nos encontramos pessoalmente, após sua saída.

17 setembro 1979

12 dezembro 1982

23 junho 1997

9 agosto 1991

P.S. 2009: Já há uma Resolução do Conama permitindo a posse de animais nativos de estimação, o que é muito comum na Federação Brasileira. Há porém certas condições para serem atendidas.

Pedro Paulo, Ângelo Machado e Nogueira Spínola. Trocamos ideias sobre assuntos conservacionistas. Hugo Werneck quer que o Ibama reveja sua legislação que não admite a posse de animais silvestres. Quer uma permissão para colecionadores. Acho que isso seria muito ruim. Só deveriam ser permitidos criadores.

José Pedro

7 agosto 1980

Estive no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Paisagístico do Estado de São Paulo), onde conversei com Ruy Ohtake (Presidente), Aldo Losso e José Pedro Oliveira Costa. Eles concordaram em ceder o tempo integral do José Pedro, então funcionário do Conselho, para a Sema. Não vamos mais pedir que a Secretaria da Cultura, à qual se vincula o Condephaat, assine um convênio ou protocolo conosco. Bastará um entendimento por carta.

Primeiro Secretário em SP

24 março 1986

Em São Paulo assistimos no auditório da Cesp (Cia. Energética de São Paulo) à posse de José Pedro de Oliveira Costa como primeiro secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O auditório estava cheio e aplaudiu muito o José Pedro. Fiz um dos discursos de saudação, dizendo que eu era um quarentão e José Pedro tinha pouco mais de 20 anos, quando ele começou a lutar lado a lado comigo pelo meio ambiente. Era uma questão de justiça premiar o José Pedro pela sua luta em favor da causa ambiental.

Sucessor

6 março 2001

BRASÍLIA, DF – À tarde, nos domínios da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, completei e revi, já datilografada, a minha proposta de regulamentar parte do Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), principalmente no que se refere a Estações Ecológicas, Aries, Conselhos Deliberativos, Conselhos Consultivos etc. mosaicos de unidades diferentes etc.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, José Pedro, está fazendo um excelente trabalho. Conseguiu estabelecer novas unidades de conservação e prossegue nisso. Vejo nele o continuador de minhas atividades ambientais nos anos 1970 e 1980, no setor da conservação da natureza, da antiga Sema.

Indicação

Almoço com o futuro presidente do WWF-Brasil, economista Álvaro de Souza

4 março 2004

SÃO PAULO, SP – Pediu-me para colaborar com a sua futura presidência. Disse-me que precisamos aumentar no WWF-Brasil o número de ambientalistas da área ecológica, no seu Conselho Superior. Indiquei o nome do José Pedro Oliveira Costa, ex-Secretário Federal de Florestas e Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente. Ele é professor assistente na Faculdade de Arquitetura – USP e velho colaborador meu. Quando disse-lhe que no fim do mês irei ter uma audiência com a ministra Marina Silva, pediu-me para ir junto. Foi uma conversa boa, pois estamos inteiramente entrosados.

Mais tranquilo

SÃO PAULO, SP – José Pedro veio nos visitar como sempre faz. Corre o boato, que já apareceu várias vezes, de que o secretário estadual do Meio Ambiente, Alaor Caffê Alves, vai ser substituído. Ontem, JB já me disse que tinha ouvido isso. Segundo José Pedro, falam em dois candidatos: Edis Milaré e eu. Como já havia dito ao Fábio Feldmann, não estou fazendo nada para me candidatar, absolutamente nada. Pretendo continuar ligado à USP, às minhas pesquisas com abelhas, a algumas atividades ambientais privadas e às Nações Unidas. É mais tranquilo.

25 dezembro 1991

Fabio Feldmann

À tarde, fui à posse de Fabio Feldmann como secretário do Meio Ambiente. O 1º andar da Secretaria estava repleto, com centenas de pessoas. Fazia um calor tórrido, de lascar. O secretário que deixava o cargo, Edis Milaré, fez um discurso em que falou muito da mitologia grega, para dizer que não foi possível implantar anseios ambientalistas que constituem convicções profundas, que se refletem na mitologia.

Fabio elogiou Edis Milaré e disse que esta era um transição amigável (ou algo assim). Realmente, foi uma transmissão de poderes feita de modo educado e civilizado. Fabio expôs o seu programa de ação, muito bom, dizendo que deseja transparência e colaboração de organizações não-governamentais. Contudo, não há dinheiro. O último governo estadual quebrou o Estado, que deve cerca de 20 e poucos bilhões de dólares. Uma vergonha, uma lástima! Vai ter que despedir milhares de funcionários e atrasar o pagamento do funcionalismo.

3 janeiro 1995

À tarde estive novamente na reunião do estado-maior do Fabio Feldman, secretário estadual do Meio Ambiente. Ele me deu a palavra para explicar o IAG (International Advisory Group) For the Pilot Project of Brazilian Rain Forest. Não há lá nenhum projeto sobre a Mata Atlântica. Contei o meu projeto, em andamento, para criar uma série de grandes Áreas de Relevante Interesse Ecológico ao sul do Rio Amazonas, entre os Rios Juruá e Xingu. O Nelson Nefussi anunciou a todos que fui escolhido para presidir o Conselho da Cetesb, o que recebeu muitos aplausos dos presentes. Estou sendo tratado de modo muito especial, o que me deixa sem jeito, encabulado.

26 abril 1995

À noite fui a uma “boate”, numa festa de aniversário de Fabio Feldmann e sua irmã gêmea. Fabio me disse que está se demitindo do cargo de Secretário do Meio Ambiente, pois no acordo com os funcionários da Cetesb não quer lhes dar estabilidade. Sugeri então uma solução intermediária: estabilidade por um ou dois anos. A Cetesb é uma empresa. Nestas não há estabilidade por concurso. Pedi ao Fabio que permaneça no cargo, pois do contrário haverá um enorme vácuo de poder. Isso poderá ser desastroso para o meio ambiente. (...)

14 maio 1995

Com a notícia da demissão do Fabio Feldmann, a festa teve um aspecto de baile da Ilha Fiscal. Era o assunto principal do dia. Na Ilha Fiscal, porém, os grandes do Império, ao contrário dos grandes da Secretaria, não sabiam do que ocorria.

15 maio 1995

À noite, José Pedro me disse que o governador Mario Covas rejeitou a demissão do secretário do Meio Ambiente, nosso amigo Fabio Feldmann. Antes assim. Fiquei satisfeito.

Comendadores

Comemoração do Dia da Árvore presidida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto

21 setembro 1999

BRASÍLIA, DF - (...) Após os discursos, houve a condecoração, com a Ordem do Rio Branco, do Warren Lindner, secretário executivo da Comissão Brundtland, da qual participei. Ele está gravemente doente, mas me fez muita festa. Também recebeu uma comenda igual o Russel Mittermeyer, presidente da Conservation International, de quem sou muito amigo. Foram homenagens merecidas.

Tom Lovejoy

24 agosto 1979

WASHINGTON, EUA – De manhã, no Forestry Department (Departamento Florestal do Governo dos EUA), fiz uma Palestra sobre as Estações Ecológicas. Estavam lá umas 30 pessoas. A reunião foi organizada por Thomas Lovejoy, da World Wildlife Foundation. Expliquei o estágio em que se encontravam as diferentes estações. Terminada a Palestra, a audiência me fez várias perguntas. Acredito haver um interesse real em torno das Estações Ecológicas.

Proteção dos Animais

4 outubro 1984

WASHINGTON, EUA – À saída do WRI (World Resources Institute) tomei muita chuva e gelo miúdo, à espera de táxis que não quiseram me conduzir. Retornei ao WRI e Tom Lovejoy foi me buscar lá. Com Lucia, nos dirigimos à casa de um Rockefeller, amigo de Tom. Lá nos encontramos com várias pessoas interessantes, da Sociedade para Proteção de Animais em Perigo de Extinção. Ótimo jantar. Comi excelente carneiro. Sem perigo.

Norte-americanos

29 abril 1989

WASHINGTON, EUA – No Smithsonian Institution, tive primeiro uma conversa particular com Tom Lovejoy. Comentamos problemas brasileiros e norte-americanos. Tom me contou que o senador Chaffe, na última visita de congressistas norte-americanos ao Brasil, disse-lhe que as duas pessoas que mais o impressionaram no país foram o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e eu. Para mim foi uma surpresa total. Falei sobre o filme que a Adema-SP teria que fazer para o WWF sobre a Serra do Mar. Ele quase não se lembra do assunto, que data de uns dois ou três anos.

P.S. 2009: Eu também não me recordo bem, mas penso que não houve prosseguimento dessa ideia de fazer um filme.

Volta de trem

4 outubro 2000

PHILADELPHIA, PENNSYLVANIA, EUA – (...) Cheguei atrasado à reunião-almoço, mas ainda a tempo de ouvir do Tom Lovejoy um tremendo elogio às minhas atividades.

Tom recebeu no fim da tarde uma medalha da Academia de Ciências da Philadelphia. Infelizmente não fiquei para a cerimônia, com receio de que algo não desse certo com a minha volta (sozinho) de trem para Washington. Me arrependi de ter feito isso.

Capobianco

CAMPINAS, SP – O exame de qualificação do João Paulo Capobianco, na Universidade Estadual de Campinas, foi excelente. Ele está estudando a situação ambiental e também a situação social da Bacia do Rio Ribeira do Iguape, nos Estados de São Paulo e Paraná. Temos aqui perto algo muito parecido com o Acre dos seringueiros e castanheiros. Há uma grande floresta tropical, uma população humana em situação de miséria e uma agricultura decadente. Conhecer melhor as causas e debater as possíveis soluções é um trabalho muito difícil, mas também muito importante. É um grande desafio. Ali estão 25% das florestas nativas do Estado. Certamente o Capobianco vai fazer uma excelente tese. Hoje, ele apresentou o plano de trabalho e as observações já realizadas.

Ressurgimento de amizades

Cheguei à tarde em São Paulo. À noite, em minha casa, houve uma reunião do Estado Maior ambientalista do grupo atual e passado da SOS-Mata Atlântica: Fabio Feldmann, Maria Cecília Brito, José Pedro Oliveira Costa, Sheik, Roberto Klabin, Mario Mantovani, Rodrigo Mesquita, Adriana Mattoso, eu e João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. A razão de ser da reunião foi conversar com Capobianco, que estava arredio. Era muito difícil conversar com ele. Na minha vez de falar, sugeri a divisão do Ibama. Não é mais possível admitir um órgão ambiental Federal supergigantesco e que não resolve problemas agudos, como o enorme atraso de licenciamentos. O desmatamento na Amazônia está fora de controle, com dois Libanos e meio de derrubadas por ano. A meu ver, o Ibama foi criado com uma estrutura de Ministério. Mais tarde criaram o Ministério do Meio Ambiente. Ficaram assim, juntos, dois Ministérios, o que gera enorme confusão, com o Ibama fazendo coisas que cabem ao Ministério. Com surpresa para mim, o Capobianco concordou comigo. No final, as nossas velhas amizades ressurgiram e todos saíram contentes e felizes.

Goldemberg

SÃO PAULO, SP – Na Secretaria do Meio Ambiente houve uma grande reunião para a despedida do secretário José Goldemberg e a inauguração, no 1º andar, de uma "galeria" de retratos de todos os secretários estaduais do Meio Ambiente. Estavam lá umas 300 pessoas, geralmente funcionários e ambientalistas. Os ex-secretários fizeram, um por um, um pequeno discurso sobre os seus períodos de governança. O primeiro, José Pedro de Oliveira Costa, me elogiou como pioneiro, e a maioria dos outros também disseram algo a meu respeito. Depois me convidaram a falar. Falei pouco. Tinham me convidado antes para entregar um presente ao professor José Goldemberg, mas o presente não surgiu. Elogiei o professor e secretário, dizendo principalmente que nestes anos todos que trabalhei com ele, problemas difíceis foram resolvidos, mas ele nunca levantou a voz contra ninguém. Pedi uma salva de palmas para o secretário José Goldemberg. O público presente o aplaudiu muito. Foi para mim uma satisfação saudá-lo. Estava presente o governador Cláudio Lembo, a quem também dirigi palavras cordiais.

14 novembro 2000

P.S. 2009: A meu ver, o ponto mais alto da carreira ambientalista de João Capobianco Ribeiro, foi o seu esforço, juntamente com a ministra Marina Silva, para a instituição do Instituto de Biodiversidade Chico Mendes, no Ministério do Meio Ambiente. Foi um árduo combate, no qual tomei parte, pois era também um antigo projeto meu, como relatei em outra parte deste livro.

7 junho 2004

19 dezembro 2006

O pessoal amigo na História Natural

16 março 2000

No final da tarde e à noite, tive uma agradável reunião para comemorar os 40 anos de formatura. Era a turma de 1959, da História Natural, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Foi muito bom ver os antigos colegas, todos envelhecidos, uns mais, outros menos, mas bem animados e dispostos.

Conversei bastante com Sergio e Terezinha Santana Melhem, Domenico (médico) e Zulmira Mota Modesto. Também falei com Marly de Vicente, Gilda, Maria Amália (parecida com Terezinha), Heraldo Britsky, Tsugui Tomiota, Sonia Fonseca, Moisés Rosenchan, Gilda de Fazic, Myriam Burda, Wilma Terga, Sergio Peres, Francisco Pizani (Unicamp), José Luiz Moreira Leme, Lucila Pereira, Hamilton Targa, Antonio Cestari. (...)

Esse reencontro foi uma agradável hora da saudade. Todos, evidentemente, mais velhos. Uma de minhas colegas, que era algo feinha, ficou bonita. Outras mantiveram sua beleza simpática. Outras estavam mais simpáticas do que belas. Também a antiga rapaziada tornou-se algo senhorial, tipicamente de meia idade. Todos me trataram muito bem. Descobri que, em matéria de atividades, estava na dianteira, apesar de ser o decano da turma.

Vanzolini

Reunião do Conselho Federal de Biologia – 1º Região

20 abril 2000

SÃO PEDRO, SP – (...) Na mesma hora, em outro local, falou o meu amigo Paulo Emilio Vanzolini. Devo a ele e Lucia, minha falecida esposa, o incentivo e o conselho de fazer o curso de História Natural, o que mudou a minha vida. As suas palestras e a sua pessoa sempre atraem muito, por sua vasta cultura e vida inusitada.

Professor emérito

Solenidade de entrega do Prêmio de Professor Emérito de 2004 a PNN no auditório do jornal O Estado de S. Paulo

15 outubro 2004

A reunião foi uma das mais extraordinárias que já vi. O Paulo Vanzolini é um velho amigo a quem muito devo, pois foram ele e Lucia que me incentivaram a fazer o curso de História Natural, na USP. O Paulo Vanzolini é um compositor de música popular de grande sucesso, além de ser o melhor zoólogo brasileiro, co-autor da teoria dos refúgios. O problema é que ele é extremamente franco e se indis põs com muita gente. Até na reunião criticou a orientação atual da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Contaram na reunião muitos casos interessantes e curiosos sobre a vida agitada do Vanzo. É uma pessoa realmente extraordinária. Após a reunião, disse-lhe que ele teve uma profunda influência na minha vida. Também falei novamente com o amigo Ruy Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, ao me despedir, dizendo que foi uma reunião sui generis e ótima, ótima. (repeti) O Ruy também fez um carinhoso discurso, lembrando coisas do passado.

P.S. 2009: PNN foi proclamado Professor Emérito e Guerreiro da Educação, de 2004, em solenidade promovida pelo Estadão e o CIEE.

Isso está relatado também em outra parte do livro. Nunca, ao que parece, o *O Estado de S. Paulo* fez todo um suplemento sobre um premio como este, com tanto destaque, boa vontade e extensão. Foi um ponto alto em minha existência.

80 anos

Às 13h saímos do São Quirino, com o motorista Juvenal, e rumamos para a Granja Viana, zona oeste de São Paulo, para a festa dos 80 anos de meu velho amigo Paulo Vanzolini. Estavam lá, na casa de sua filha Fernanda, umas 200 pessoas. Falei, entre outros, com Geraldo Vidigal e Mariazinha Consiglio, professor Crodoaldo Pavan, Aziz Ab'Saber, Ilze, Maria Eugênia e muitos outros. Houve gostosa feijoada. Tiraram fotos de um grupo com 80 anos ou mais, todos bem graças a Deus: Vanzo, Aziz, Pavan, Geraldo e eu. A casa, bem arborizada, com um jardim grande, é muito simpática, térrea. Havia um grupo de música, dos amigos de Vanzo, com violões, flautas, tambor etc.

Crodovaldo Pavan

À tarde fui à Academia Paulista de Letras, onde, numa sessão solene, foi recebido o novo Acadêmico Crodovaldo Pavan. Iniciando a reunião, Pavan fez uma exposição de ideias sobre ciência, desenvolvimento, meio ambiente e população, enfim sobre os grandes e graves problemas do mundo atual.

Depois foi a minha vez de saudar o novo Acadêmico. relatei a sua vida, o grave acidente que sofreu quando uma espingarda disparou por ter o gatilho enroscado numa cerca de arame farpado e o feriu gravemente na cabeça. Finalmente ficou bom, depois de operado pelo professor e acadêmico Edmundo Vasconcelos, aliás, meu antecessor na Academia. Falei longamente sobre os tempos da Alameda Glete, onde no antigo casarão de esquina da família Street, funcionava o curso de História Natural e outros cursos, que tinham também vida própria. Nós da História Natural estávamos sempre juntos, professores e alunos, pois o casarão era superpovoado. De certo modo era como se fossemos uma grande família. Fiquei amigo dos professores, que tinham mais ou menos a minha idade. O casarão era, como expliquei, um "cortiço cultural". O professor Dobzhanski, um dos maiores, senão o maior geneticista do seu tempo, passou meses trabalhando ali, num "cubículo cultural" construído nos subterrâneos do casarão sob a direção de Pavan. Aliás, toda a mansão Street era mesmo, nessa época, um "cortiço cultural", no bom sentido.

Relatei também que Pavan, com os seus trabalhos sobre a *Rinchocyara angelae*, descobriu que os genes se multiplicam quando é a sua vez de atuarem num determinado tecido e o fazem numa certa seqüência. Isso, naturalmente, é apenas um relato super-resumido. Contudo, a descoberta foi de tal modo importante que mudou certos rumos do estudo da genética. O Pavan foi convidado para instalar um laboratório no famoso Oak Ridge National Laboratory, em consequência das duas pesquisas. Foi também, durante sete anos, professor titular na Universidade de Austin, no Texas.

Professor

À tarde fui à Academia Paulista de Letras. Fiz uma conferência sobre os "problemas ambientais do próximo século". Eu estava muito bem disposto e fluente. Além disso, conhecia bem o assunto. Foi uma das melhores palestras que fiz durante a minha vida. Pena que Lucia não estivesse presente, mas esteve nas minhas lembranças. Recebi muitos elogios, inclusive do amigo e ex-professor meu, Crodovaldo Pavan, que disse estar contente por ver um ex-aluno melhor que ele, com o que não concordei. Poucas vezes, talvez nunca, recebi tantos elogios. Não gosto de me vangloriar, mas na verdade gostei do sucesso, neste outono da minha existência terrestre.

24 abril 2004

17 junho 1993

P.S. 2009: A situação física lá era precária, mas a produção foi grande, notável.

23 maio 1996

Hermes Moreira de Souza

9 abril 1988

CAMPINAS, SP – À tarde esteve aqui, na Fazenda São Quirino, o amigo Hermes Moreira de Souza, profundo conhecedor da nossa flora e de plantas ornamentais. Sempre que ele vem aqui, aprendo muitíssimo. É incrível a sua memória e os seus conhecimentos. Tomo nota por escrito dos seus preciosos ensinamentos, na identificação de plantas.

23 junho 1988

BRASÍLIA, DF – Na Sematec (Secretaria do Meio Ambiente, Tecnologia e Ciência do Distrito Federal) despachei vários processos. Escrevi ao Ministério da Cultura uma carta dando recomendação do Hermes Moreira de Souza, pessoa do mais alto gabarito moral e técnico (plantas ornamentais e motivos).

Burle Marx

22 junho 1974

GUARATIBA, RJ – De manhã rumamos para Guaratiba, a cerca de uma hora do Leme Palace Hotel onde estamos hospedados. É um ramal que sai da rodovia Rio–Santos, a uns 20 km depois do Recreio Bandeirantes. Não longe do início da estrada para Guaratiba está o sítio do grande paisagista e conservacionista Burle Marx.

Quando chegamos, pouco depois das 11h, ele estava nos ripados, junto com Luiz Correia de Araujo. Vimos primeiro as plantas que havia nesse lugar. Tem uma coleção estupenda de antúrios e filodendros, alguns de dimensões enormes. Há lá numerosos exemplares raros de espécies ornamentais que vivem à meia sombra das florestas tropicais. Durante a visita caiu uma chuva intensa, que nos obrigou a bater em retirada, primeiro para um galpão e depois para a casa.

P.S. 2009: Embora amigos, nossos estilos de vida eram bem diferentes.

A sede do sítio de Burle Marx é uma antiga casa de fazenda que ele recuperou e está aumentando com a construção de novos quartos e dependências. Está situada à meia encosta, com magnífica vista sobre o vale, outras montanhas e o mar ao longe. A casa tem muitas peças de museu: arqueologia peruana, quadros cuzquenhos, carrancas de barcos do Rio São Francisco etc. Fora, há inúmeras peças de granito ou gneiss trazidas de demolições de casas antigas do Rio: batentes, pisos etc. Está fazendo uma piscina no meio de rochas naturais. No geral, tem-se a impressão de que a casa e os jardins estão ainda muito incompletos, não tendo o caráter espetacular dos parques que ele tem feito para outros. Quando tudo estiver terminado, porém, vai ser um dia ponto de atração turística. (...)

Antes do almoço, conversei com Burle Marx sobre problemas conservacionistas brasileiros e os planos da Sema. Imediatamente ele verificou haver identidade de muitos pontos de vista nossos sobre o meio ambiente. Disse sentir-se como se fosse meu amigo há muito tempo. E de fato, dali por diante, estabeleceu-se boa camaradagem entre nós, chamando-nos reciprocamente pelos primeiros nomes. Afirmiei que ele era a tropa de choque do conservacionismo brasileiro, necessária para sacudir a opinião pública nos assuntos ambientais. Contou-me que se demitiu de dois Conselhos Oficiais, para não ser usado como figura decorativa. (...)

O almoço decorreu alegremente. Serviu-nos pato com feijoada, vinho, arroz, farofa. Às vezes, ele se levantava para imitar alegremente alguém, inclusive pessoas que estavam lá. Fez também vários brindes e cantou alguma coisa. Nunca vi pessoa tão expansiva, alegre e exuberante.

Mais tarde, após o café no terraço, Burle Marx e os que lá estavam foram ao salão onde estavam as peças arqueológicas. Sob o magnífico teto tipo forro de igreja, com o irmão Walter ao piano Burle Marx cantou magnificamente trechos de Schubert, Reznicek e Glosmov. Sua voz é muito boa.

Embora o tempo não estivesse bom, demos uma volta pelo jardim e pela mata próxima, enriquecidos pelas mudas plantadas por ele. Defronte à casa, uma trepadeira de flores vermelhas (Clerodendrum sp.) destacava-se por sua beleza, subindo numa palmeira. Vi muitos arbustos de uma linda acantácea de flores róseo-vermelhas: Aphelandra sinfleriana, que ele trouxe de Kew Gardens, Inglaterra. Além de bonitas, essas flores atraem colibris. Entre outras plantas belas e interessantes, observei ainda cupuaçus (Teobroma sp.), açais (Euterpes oleracea), Bronra grandiceps (igual à do São Quirino), Mecaranga napa (grandes folhas e inflorescência avermelhada etc., etc.) (...)

Durante a visita, Roberto Burle Marx contou que no início de sua carreira o ministro da Educação Gustavo Capanema o apresentou ao jardineiro do Ministério, dizendo: – Este moço também trabalha com jardins. Depois surgiu uma divergência entre Burle Marx e o jardineiro português. O ministro decidiu a favor do pacato lusitano. No decorrer dos anos foram se sucedendo as desilusões de Burle Marx com os governos. Isso explica a sua atitude crítica e cética, em relação às autoridades públicas. Mas no fundo, diz ele, ainda luta porque tem esperança de dias melhores. Expliquei minha atitude, que é a de um “otimismo cauteloso”. Se não fosse otimista não teria aceito o cargo. Por outro lado, sou cauteloso, pois sei as imensas dificuldades que tenho pela frente.

Vera Imperatriz Fonseca

Hoje de manhã foi a defesa de Tese de Doutorado de Vera Imperatriz Fonseca, minha orientada na USP. Presidi a banca examinadora, composta pelos professores padre Jesus Moure, Carminda da Cruz Landim, Walter Hugo da Cunha e Fernando Leite Ribeiro. Vera saiu-se muito bem, respondendo com calma, objetividade e acerto às perguntas e pontos discutidos. Afirmiei que o trabalho dela era melhor que os meus. Por sua capacidade científica e outras qualidades, vejo na Vera uma sucessora minha no terreno da Ciência, com um belo futuro. Teve nota 9,6, com distinção e louvor.

De manhã foi a parte final do concurso de livre docência da professora Vera Imperatriz-Fonseca. Fizemos a arguição, ou, como foi dito, o “inquérito” sobre a síntese dos trabalhos que ela fez e está fazendo. Essa prova e o exame do Memorial são muito semelhantes, o que traz alguma confusão. Vera saiu-se bem, como sempre. Durante a minha argüição, expliquei aos presentes como se formou o grupo dos estudiosos das abelhas e como surgiu o Departamento de Ecologia geral. Houve uma condição: durante o primeiro ano, a USP não deu nenhuma verba de manutenção. Contudo, o Instituto de Biociências, como explicou o professor Cláudio Froelich, socorreu o novo Departamento com alguma coisa e com muita compreensão. Mostrei também como o grupo das abelhas procurou fazer, e o conseguiu, uma etologia muito ecológica, a eco-etologia.

Warwick Kerr

De manhã viajei de São Simão (Bento Quirino) a São Paulo. Não almocei. Comi algumas bolachas (mel e aveia) e fui à Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Congresso de Ciência) para

31 março 1975

P.S. 2009: Quero também lembrar o papel importante de Betty Hoffling, na área de política biológica de minha carreira. Foi diretora do Instituto de Biociências da USP e dirigente de várias entidades científicas.

12 outubro 1989

P.S. 2009: O grupo do laboratório das abelhas da USP, que teve entre os seus colaboradores e seus fundadores PNN, Vera e Mariana Imperatriz Fonseca, Marilda Cortapassi, Laurino, Sergio Hilário, Isabel Alves, Astrid M. P. Kleinert, Denise Alves, Maria Augusta Oliveira, Mauro Ramalho, M. F. Ribeiro, teve para mim grande importância.

14 julho 1992

assistir à reunião sobre abelhas indígenas. Como não tivesse listada nas atividades do dia, foi difícil chegar à sala respectiva. Lá, encontrei o professor e velho amigo Warwick Kerr, que recebeu, comigo, uma homenagem pela nossa aposentadoria. A dele será em setembro. A professora Vera Imperatriz Fonseca presidiu a sessão. Falaram vários pesquisadores, relatando seus trabalhos: Mauro Ramalho, Luciana Piva, Kátia e outros.

Padre Moure

13 julho 2006

Fui, depois, ao Hotel JP, em Ribeirão Preto, no VII Encontro Sobre Abelhas. Estavam prestando uma justa homenagem ao padre Jesus S. Moure, que tem 93 anos de idade. É o fundador maior dos estudos sobre os Meliponini, na Federação Brasileira. Tiramos muitas fotografias com o Padre Moure, o Warwick Kerr de um lado e eu de outro lado. Foram, literalmente, centenas de fotos, com as novas máquinas de fotografia eletrônica digital. Conversei com o professor João M. F. Camargo, que estava também ao meu lado e é igualmente um bom amigo, com enormes conhecimentos técnicos biológicos sempre disponíveis.

Jorge Ardigó

30 março 1973

BUENOS AIRES, ARGENTINA – À noite fomos à Igreja de San José, para o casamento de Alexandre, filho de Jorge e Betty Ardigó, com Martha Inês (...). Quando Jorge e Betty nos viram, eles vinham vindo no cortejo, após os noivos. Nunca me esquecerei da expressão dele, quando se deparou comigo. Parou e quase nos abraçou ali mesmo! A surpresa, tal como Lucia e eu havíamos planejado, foi completa.

14 dezembro 1981

À noite fomos jantar com Betty e Jorge Ardigó, na sua residência no 13º andar de um prédio no bairro de Olivos (Calle Cabildo, 96). Estavam lá os seus filhos Alexandre e Maria Inês, casados respectivamente com Martha Inês e Gonzalo. Eles são velhos e muito queridos amigos. Conheci Jorge há uns 40 anos, quando meu pai residia aqui como exilado político. Todos estão muito desanimados com a situação político-econômica da Argentina.

14 outubro 1995

Às 15h30, com a pontualidade britânica de Jorge, ele veio nos buscar. Demos uma imensa volta, em Palermo, Vicente Lopes, Olivos etc. (...) Depois fomos ao apartamento de Domingos e Miriam Pereira, velhos amigos. Minhas netas Luciana e Paula foram com Betty e Miriam às compras num shopping novo. Fiquei com Jorge e Domingo, discutindo problemas argentinos e brasileiros, como a economia, o Mercosul, o combate à inflação etc. Também falamos sobre assuntos religiosos, como a vida eterna, a existência de Deus e outros. Somos todos católicos praticantes.

José Carlos Reis de Magalhães

21 agosto 2002

Faleceu (somente soube depois) um grande amigo: José Carlos Reis de Magalhães, vice-presidente da Adema-SP. Era meu amigo há mais de 40 anos. José Carlos morreu de enfisema. Foi uma grande perda. Era profundo conhecedor da Biologia das Aves. Escreveu um livro importante sobre isso. Era católico praticante e pessoa culta e honesta. Certamente está junto a Deus!!! Vai fazer muita falta.

Confidente

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma belíssima página, muito boa e justa, sobre a morte de meu amigo José Carlos Reis de Magalhães. Saiu também uma fotografia minha, pois juntos fundamos a Adema-SP e juntos travamos lutas em favor do meio ambiente. Vai fazer muita falta. Era um confidente meu e vice-versa. Pessoa séria, pragmática, amiga, experiente na vida. Muito católico.

25 agosto 2002

Dula

SÃO PAULO, SP – Na Cetesb encontrei, no corredor, a irmã de Janete Dente (Dula), que me contou que esta faleceu recentemente. Fiquei muito triste, pois a Dula foi muito minha amiga de infância, entre os cinco e os dez ou 12 anos. A minha governanta inglesa (Annie Jered) era muito amiga da governanta alemã dela. Há muitos anos não via a Dula. Senti que uma parte bonita de minha infância se foi, agora para sempre. Mas fica a lembrança. Que Deus a tenha. O pai dela era um advogado famoso, colega de turma do meu avô. Teve mais duas irmãs. Primeiro nos encontrávamos para brincar na Praça Buenos Aires. Mais tarde ela, com suas irmãs, a fraulein e a mãe viveram numa casa de esquina, Avenida Brasil x Rua Augusta, e minha família estava morando ali perto, na esquina Rua México x Av. Brasil.

15 dezembro 2006

Monsã, fiel amigo e colaborador

Domingo. Percorri a fazenda Jatiara. Faltaram chuvas boas nos últimos dias. Regressei a Brasília e fui à missa em Cura D'Ars.

11 janeiro 1987

Jantei com Monsã e família, que encontrei por acaso num restaurante aqui perto.

Conversei pelo telefone com o João Batista Monsã, da Sema. Combinamos que eu o ajudaria, anonimamente, para evitar ciúmeiras na Sema, a formular uma solução para ser discutida com a Funai (Fundação Nacional do Índio), para resolver o caso da Estação Ecológica do Iquê, ameaçada injustamente de desaparecer para se transformar em área indígena (260 mil hectares para 180 índios). Nossa ideia é dar uma parte aos índios e deixar, entre a Sema e a área indígena, uma zona-tampão de preservação ecológica utilizável pelos índios só para a caça e pesca.

12 março 1987

No Ibama, conversei com o meu amigo e antigo colaborador João Batista Monsã. Ele é o coordenador das Áreas de Proteção Ambiental. Depois procuramos o diretor de Ecossistemas, Jordan Wallauer, que nos tempos do IBDF tinha alguma rivalidade com a Sema. Isso, porém, são tempos passados. Ele nos recebeu muito bem. (...) Entreguei um exemplar do meu livro sobre as Estações Ecológicas. Salientei o cuidado que sempre tivemos com os aspectos fundiários e a grande colaboração que o Monsã prestou nesse setor. Foi um encontro excelente.

11 janeiro 1993

Conversei longamente com o Monsã, no seu apartamento, e com Ana Maria Cruz, pelo telefone, sobre a história do Conama. Ela até recentemente, durante alguns anos, chefiou a Secretaria do Conama com muita competência.

30 agosto 1993

21 setembro 1997
BRASÍLIA, DF - (...) Chegamos às 20h30. Monsã já nos esperava. Viajei com o amigo e engenheiro Galdino de Sousa Neto, que representará a Cetesb na solenidade de amanhã.

22 setembro 1997
De manhã, pouco antes das 11h h já estávamos no auditório do Ibama: Monsã, Galdino (Cetesb) e PNN. Tratava-se da sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal, destinada a me darem o título de cidadão honorário de Brasília.

P.S. 2009: O Deputado Cafu foi o autor da proposta, que muito me honra. Entre os melhores dias de minha vida, estão os que passei em Brasília.

21 julho 1998
Monsã fez uma ótima apresentação ao IAG sobre os problemas da pesca e da ocupação (pecuária, agrícola, madeireira) das várzeas amazônicas. (...) O vídeo de computador apresentado foi excelente. Nunca vi nada melhor, nesse campo de apresentação.

25 julho 2000
Segui para Brasília em avião da Varig, Boeing 737-500.

Ao chegar, junto com Monsã, e Claudio Magretti, que viajou no mesmo avião, fomos ao Ministério do Meio Ambiente.

21 março 2002
De manhã fui com o Monsã na reunião do Conama, realizada no auditório do Ibama. De manhã votamos o Projeto de Resolução que reformulou e aperfeiçoou a Resolução relativa ao recolhimento de pneus usados. A Federação Brasileira não pode ser um depósito desse resíduo indesejável.

22 agosto 2002
De manhã fui com o Monsã ao Itamaraty. Com o secretário Alexandre acertei minha viagem a Joanesburgo, na África do Sul. Vou no avião em que viajará o presidente Fernando Henrique Cardoso, a seu convite.

Às 15h estava com o Monsã e mais umas 150 pessoas numa reunião no Palácio do Planalto, com 11 ministros e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi uma reunião muito importante, pois o presidente assinou o Decreto que criou o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, com 3,6 milhões de hectares.

5 julho 2004
Em Brasília, como de costume, o amigo Monsã me esperava no aeroporto.

P.S. 2009: A relação dos meus amigos que me ajudaram a subir escadas é muito maior do que a aqui apresentada. Assim, sinceramente, peço a cada uma das pessoas que foram citadas no decorrer deste livro, que se considerem agradecidas por mim. E também às pessoas que não foram citadas, solicito que essas falhas sejam a mim comunicadas, para que a falta ocorrida possa ser sanada em nossa edição que venha a ser publicada.

ALGUMAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS

O que virá depois?

CAMPINAS, SP – Vieram almoçar aqui na fazenda São Quirino, entre outros, Edgard e Thereza Toledo, Tide e Olavo Setúbal, Vera e Rubens Vidigal, Thereza e JB. O assunto foi a estrondosa derrota da Arena, partido do governo, nas eleições de ontem. Parece que ela perde em 18 dos 22 Estados. Isso significa que, à crise econômica (petróleo, dívidas externas etc.) deveremos acrescentar a crise política, para o próximo ano.

Provavelmente haverá uma substituição de ministros e conseqüentemente de boa parte da 2º escalão.

Devem existir muitos candidatos à direção da Sema. Preciso completar logo alguns projetos prioritários.

Estamos todos perplexos. O próprio MDB não esperava por uma vitória tão arrasadora. Com a oposição dominando as legislaturas de muitos Estados e talvez o próprio Congresso Nacional, pode-se considerar que ontem terminou o 31 de Março, pouco menos de 10 anos após iniciado. O que virá depois?

No Ministério, minhas previsões sobre o resultado das eleições para o Congresso causaram certo espanto. Dão como segura a vitória da Arena, coisa que ainda hoje cedo me parecia problemática. Contudo, no decorrer do dia as previsões da imprensa mostraram que o Governo terá mesmo maioria. Isso significa que não haverá reforma ministerial iminente. A opinião geral era a de que o avanço do MDB terá o efeito salutar de chamar a atenção para vários problemas que merecem mais estudo. É o caso, por exemplo, da baixa do poder aquisitivo do nosso povo, causa nº 1 dessa reviravolta política.

Marcha da História

Reunião preparatória dos Chanceleres da Bacia do Prata no Itamaraty

Participamos, com representantes de outras entidades, sobre a parte da agenda relativa a águas.

Durante todo o transcorrer dos debates ficou mais uma vez bem clara a diretriz de nossa política exterior: nada se admite que possa nem de leve restringir a nossa soberania. O máximo que se concede são acordos bilaterais, nunca multilaterais que possam ter algum aspecto supranacional. O Brasil participa de vários foros internacionais, mas nenhum com poder decisório.

É como se ainda estivéssemos no tempo do Barão do Rio Branco. Numa época em que existem mísseis intercontinentais, bombas nucleares, televisão retransmitida ao vivo de qualquer parte do mundo, nós nos isolamos num casulo, como se vivêssemos 100 anos atrás. É evidente que essa política exterior contrária à marcha da História não poderá durar muito. Devemos respeitar a soberania, mas isso não deve servir de escudo para uma política isolacionista, a meu ver altamente prejudicial ao Brasil.

16 novembro 1974

19 novembro 1974

22 outubro 1976

De um modo ou de outro, quer isso nos seja agradável ou não, os países vão se tornando cada vez mais interdependentes. Querer ficar isolado é uma ficção, é irrealista. Mas ainda estamos nessa linha.

Felizmente, no mundo dos conservacionistas, existe uma cooperação positiva, que falta muitas vezes nos contatos oficiais entre os países. Nós sabemos, mais que quaisquer outros, que o mundo é um só e que este é um pequeno planeta. Ou cuidamos todos juntos do ambiente, ou nos arreventamos, talvez para sempre. Inundações, explosões nucleares, poluição etc., muitas vezes atravessam fronteiras sem nenhuma cerimônia.

Não discuti essa questão por se tratar de assunto muito acima da minha alçada e não ser este o lugar apropriado. Espero, porém, num bate-papo informal, trocar idéias a respeito com os meus amigos do Itamaraty.

Pacote de abril

O meio político nacional está profundamente traumatizado com as últimas modificações constitucionais feitas pelo Presidente Geisel: reforma do Judiciário, eleições indiretas para governador e um Senador, quorum de maioria absoluta ao invés de 2/3 para modificar a Constituição etc. Mesmo nos círculos do Governo, houve um desacordo quase unânime pela forma e motivação casuística dessas medidas. A meu ver, porém, dentro de dois ou três meses esses ressentimentos terão passado e os políticos reassumirão normalmente as suas atividades, como antes. O Brasil precisa encontrar logo um modelo político estável, com autoridade e liberdade bem balanceadas. Com o bipartidarismo atual isso parece difícil, pois impede resolver os problemas de modo mais flexível, forçando um confronto indesejável.

Desperdícios

Estamos às portas de uma crise gravíssima, pois a revolução dos aiatolás, no Irã, grande produtor, fez os preços quase dobrarem. Olavo Setubal é bastante pessimista e acha que toda a estrutura do Ocidente irá por água abaixo, por estar baseada em grande parte na energia barata. O Brasil simplesmente não tem recursos para importar o petróleo de que precisa. Sou mais otimista, pois acho que as profundas mudanças que virão serão de natureza tecnológica e de comportamento diante do meio ambiente. Acredito que essas mudanças serão para melhor, determinadas pela necessidade de usar os recursos naturais de modo racional, sem os imensos desperdícios de hoje.

A morte iguala

BRASÍLIA, DF – Fui à missa do 16º Aniversário da Revolução de 1964, na Catedral. O presidente, o vice-presidente e grande parte do Ministério estavam presentes. Comunguei pela alma dos mortos de ambos os lados da Revolução. A morte a todos iguala embora eu não concorde com as ações terroristas nem com os excessos da repressão. A Revolução mereceu o meu apoio no que ela trouxe de bom ao Brasil, o que não foi pouco.

Sorte na batalha

BRASÍLIA, DF – O general Antonio Carlos Andrada Serpa, membro do Alto Comando, foi demitido devido às declarações que fez ontem, com críticas ao Governo, às empresas multinacionais etc. Ontem também critiquei essas empresas, quando elas se tornam grandes proprietárias de terras, pois já temos boa tecnologia no campo agrícola e, como disse, o “Brasil deve ser para os brasileiros”. Ao contrário do que seria de esperar, porém, essas minhas declarações não foram publicadas e com isso escapei de uma tempestade que parecia muito provável. Refletindo sobre o assunto, resolvi daqui por diante abordar o problema das multinacionais sob os seus aspectos técnicos, ou seja, ficando dentro de minha esfera de competência. Não adianta ganhar uma batalha e perder a guerra.

“Fatos básicos transcendem ideologias políticas”

ARACAJU, SE – Com a presença de umas 250 ou 300 pessoas, foi instalado o 1º Seminário Nacional de Qualidade da Vida, em Aracaju. Fiz a primeira Palestra, sobre Desenvolvimento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Assunto dos mais amplos, como se vê. Falei sobre a relatividade das ideologias políticas para o desenvolvimento, pois tanto no mundo ocidental, como no mundo socialista, não é possível haver desenvolvimento sem boa produtividade e poupança. Há fatos básicos que transcendem as ideologias políticas. Elogiei a “opção preferencial pelos pobres”, feita pela Igreja, e disse ser necessário acabar com os bolsões de miséria. Mostrei como, no Brasil, é importante preservar a qualidade das águas para o desenvolvimento econômico e social, pois junto à costa nossos rios são bastante vulneráveis, desde Santa Catarina até o Nordeste.

País estranho

Ao chegar a Brasília, no aeroporto, tive uma sensação desagradável: os passageiros tinham que fazer fila para mostrar documentos de identidade e tiveram os seus nomes anotados. Era como se estivéssemos chegando a um país estranho. Foi decretado o Estado de Emergência nesta região, devido à próxima votação da emenda constitucional das eleições diretas; procura-se impedir a chegada de delegações que iriam pressionar os deputados. Na verdade, 95% da população apóiam as eleições diretas.

Voto secreto

O Brasil está em grande crise e ebulição política. Há acusações de corrupção eleitoral e atos de incrível violência moral, para eleger delegados estaduais ao Colégio Eleitoral, que em janeiro elegerá o novo Presidente. Esses atos desestabilizadores são de responsabilidade da área do candidato oficial (não é o meu candidato; como cidadão que sou, apoio o candidato da oposição).

Apartidário

A decisão de Olavo Setúbal de desistir de sua candidatura ao Governo de São Paulo está sendo muito discutida entre os seus amigos, pois foi inesperada. Imagino que ele se sentiu abandonado por Jânio Quadros e sem força política para vencer Quércia e Maluf, dada a evidente oposição

17 abril 1980

15 dezembro 1980

23 abril 1984

26 outubro 1984

P.S. 2009: O voto dos eleitores era secreto.

3 março 1986

do grupo Marin, que domina o seu partido. Por essa e por outras é que eu não me filio a partido algum. Hoje eles são legendas de conveniência. Apenas os mais de esquerda são coerentes, embora muito divididos. Sou um homem de centro, mas independente, como cidadãos.

Hiperinflação

17 maio 1987

GENEBRA, SUIÇA – À noite jantamos no apartamento dos Cavalcanti com Villaça, que trabalhou com Henrique no Brasil. Jantar bom, tipo buffet frio. Conversamos muito sobre a péssima situação financeira do Brasil. Os juros são agora de 1,5% a mais ao dia!!! É quase o fim da Economia organizada. Algo de muito serio deve acontecer em breve, pois assim como está o país naufragará em pouco tempo.

1º dezembro 1987

COSMÓPOLIS, SP – De manhã houve reunião de Diretoria da Usina Ester. Tudo está bem. A safra terminou satisfatoriamente. Quem vai mal é o Brasil, que no mês passado teve inflação de 13%. Há uma preocupação geral. O dólar no mercado paralelo está mais ou menos a Cz\$ 77,00 e a Cz\$ 63,00 o oficial. A inflação anual já superou os 306%, cifra recorde em toda História do Brasil!

11 abril 1988

BRASÍLIA, DF – Fiquei estarecido com a notícia de que em março imprimiram dinheiro correspondente a 43% do total que existia em circulação. Desse jeito o país estoura logo.

19 outubro 1988

SÃO PAULO, SP – Conversamos muito sobre a República. Olavo Setubal pensa que ainda teremos uns 120 dias antes que ocorra uma grande crise econômica. A meu ver, ela está muito mais próxima. Com a inflação praticamente a 28% ao mês, não há tática que resista por muito tempo!

Isolacionismo

Diálogo depois de reunião de personalidades convidadas pelo Unep para estudar e encaminhar propostas à Rio-92

4 outubro 1989

NOVA IORQUE, EUA – Almocei na residência do embaixador brasileiro nas Nações Unidas, meu prezado xará Paulo Nogueira Bastista. Estavam lá uns dez ou 12 brasileiros (...)

Falando a sós comigo sobre a reunião que tive aqui, o meu xará acredita que os países do Norte estão armando um esquema para nos prejudicar em relação ao meio ambiente. Mais concretamente, ele disse que os países do Norte não nos querem transferir tecnologia. Pensa que o Norte age através dos bancos internacionais, exigindo condicionalidades ambientais nos Projetos, o que dificulta os empréstimos.

A meu ver, o pensamento do meu prezado xará não está de acordo com a realidade do mundo ambientalista. A teoria conspiratória não tem sentido. As pressões que o Brasil sofreu foram devidas ao fato de que não estávamos aqui dando a devida atenção ao meio ambiente. Além disso, o importante não é, como ele pensa, a transferência de tecnologia ambiental, mas sim a falta de

recursos financeiros. Provavelmente estava pensando no fato de que os EUA não nos querem vender dois supercomputadores, que poderiam ser usados aqui em pesquisas nucleares. Isso, porém, ele não mencionou. Disse-lhe que a nova Comissão não procurou defender algum ponto contrário ao Sul. Pelo contrário, o desejo de todos é elaborar propostas para defender o Sul na Conferência dos 20 anos de Estocolmo (a Rio-92). Percebi também que outros funcionários do Itamaraty ali presentes vêm no meio ambiente um perigo! É, no fundo, um isolacionismo absurdo!

Muro

O mundo está de olhos postos no que está ocorrendo na Alemanha Oriental. O Muro de Berlim foi aberto. Cerca de 1 milhão de habitantes de Berlim Oriental visitaram Berlim Ocidental, onde o nível de vida é muito melhor. A reunificação das Alemanhas é, a meu ver, inevitável. Há muito receio de que isso desbalanceie a Comunidade Européia (Mercado Comum Europeu).

12 novembro 1989

Fosso

Conversa informal, na casa de Iglesias, dos integrantes da Comissão da América Latina e Caribe para Desenvolvimento e Meio Ambiente

WASHINGTON, EUA – O diretor geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Mustafá Tolba, pregou a luta do 3º mundo contra o 1º mundo, para que este último venha a dar os recursos necessários para se ter um melhor meio ambiente. Enrique Iglesias, presidente do Bando Interamericano de Desenvolvimento, defendeu a opinião de que é necessário dialogar mais. São duas concepções, ou melhor, situações bem diversas entre si. Margarita Botero, que integrou a Comissão Brundtland, eu e outros confiamos numa tentativa de aproximação entre essas tendências. As coisas, porém, são profundas. É o velho conflito entre os países que têm e os que não têm. O pior é que o fosso separador está aumentando.

18 março 1990

Autodeterminação

SÃO PAULO, SP – De manhã estive no escritório com o embaixador da Iugoslávia. Ele desejava informações sobre a Unced-92 (Rio-92). Perguntei algo e ele disse que não sabia se na época da Conferência ainda existiria a Iugoslávia! A Eslovênia e a Croácia querem se separar. De um modo geral, me simpatizo com esses movimentos separatistas, pois os povos têm direito à autodeterminação.

12 abril 1991

Anarquia neoliberal

LAS LEÑAS, ARGENTINA – O ex-presidente do Equador, Osvaldo Hurtado, fez uma exposição no Encontro de Los Andes, muito lúcida sobre a situação difícil do Estado nas condições atuais da América Latina. Muitos querem destruir o Estado, que deve apenas diminuir o seu tamanho para ser mais eficiente. Comentei depois, pessoalmente, a ironia do fato de que o Estado está sendo hoje demolido pelos neoliberais, coisa que os anarquistas, com seus atentados, não conseguiram no passado.

15 abril 1991

	Dissolução soviética
19 agosto 1991	Estourou um golpe de Estado na União Soviética. O presidente Gorbatchov foi preso e deposto. Ieltsin, presidente da Federação Russa, chefia a resistência. Esse golpe jogou o mundo de ponta-cabeça.
	<i>P.S. 2009: Mais tarde o presidente Collor fez declarações a favor de Gorbatchov. Os comunicados oficiais, porém, foram do tipo "estamos em cima do muro".</i>
20 agosto 1991	No final da noite agravou-se a situação na União Soviética. Boris Ieltsin continua resistindo no Parlamento Russo. A Ucrânia declarou-se contra o golpe. Os países ocidentais estão declaradamente contra o golpe. A chefia golpista teve três demissões entre os seus membros.
22 agosto 1991	Na União Soviética houve grande alegria pela volta vitoriosa de Gorbatchov. Ieltsin foi o grande vencedor. Multidões o aplaudiram pela sua coragem ímpar, resistindo ao golpe. A bandeira russa (não a soviética) tremula em Moscou. Ieltsin é o presidente da Federação Russa.
24 agosto 1991	Gorbatchov dissolveu o Partido Comunista da URSS. A Ucrânia proclamou sua independência. Nunca pensei que fosse ver mudanças tão profundas no mundo de hoje.
	Nova ideologia
5 outubro 1991	À tarde, no auditório do Exército, o maior de Brasília, fiz a minha palestra sobre os grandes problemas ecológicos atuais e a nova ideologia ambiental que está se formando diante da falência das ideologias clássicas. Considero que esse movimento poderá galvanizar os jovens, de modo muito positivo. Estava num dia bom para falar e acredito que tive amplo sucesso (modéstia à parte). Fui muito aplaudido pelas mais ou menos 400 pessoas presentes. Os dirigentes da Escola de Pais do Brasil, organizadores da reunião, são muito simpáticos: os casais Helena e César Sigaud, Zilpha e Ivo Nascimento e muitos outros. Encontrei lá um antigo companheiro do Ministério do Interior, o médico simpático e competente, doutor Morum. O grande objetivo deste movimento é ensinar aos pais a melhor se entrosarem com os filhos e vice-versa.
26 maio 1992	RIO DE JANEIRO, RJ – De manhã, houve a reunião do pessoal graduado no Rio Palace Hotel, da imprensa e convidados, sobre a Conferência Rio-92. Fiz a minha palestra-chave, que vou aperfeiçoando a modificando cada vez que falo. Começo me referindo ao aquecimento da atmosfera, às gravíssimas conseqüências que o mesmo pode ter, e passo à possibilidade de solucionar esses problemas e o que a Rio-92 pode fazer nesse sentido. Explico também as mudanças políticas que virão, com o aparecimento de uma nova ideologia centrada na erradicação da miséria, indispensável para estabilizar demograficamente o planeta. Explico também a importância disso. Tudo em termos morais e seu significado cristão no atendimento ao mandamento do amor ao próximo. Parece que gostaram, pois fizeram muitas perguntas.

Impeachment

O Brasil está imerso num problema gravíssimo, que me lembra muito o que ocorreu há uns 40 anos, quando Getúlio Vargas se suicidou devido às graves acusações feitas ao seu Governo e que levariam ao *impeachment*. A cada dia se descobrem novos fatos comprometedores. Prece-me que o presidente Collor inicialmente não combateu a corrupção com a devida energia. Os resultados foram desastrosos. Agora o Brasil está numa crise política gravíssima, com reflexos na economia.

O presidente Collor disse há dias que todos deveriam usar hoje a cor verde e amarela, em apoio ao seu Governo e à sua política. O tiro saiu pela culatra, pois hoje em São Paulo, e também nas outras cidades, quase todos ignoraram o apelo. Houve muitas manifestações em sentido contrário. Numerosas pessoas saíram de preto, o que também procurei fazer, vestindo um suéter quase negro (azul-marinho escuro).

Fiquei contente com a votação, que resultou na aprovação do início do processo de *impeachment*. Abre caminho para uma reorganização da Federação Brasileira, com mais seriedade e menos corrupção. É um divisor de águas moral. Fiquei com pena do sonho ou ilusão Collor, pois ele tinha tudo para ser bem-sucedido e salvar economicamente o Brasil. Infelizmente, a corrupção e seus desastrados erros fizeram com que ele perdesse a credibilidade, prejudicando enormemente a todos nós. Foi uma decepção e uma lástima. Mas tenho muita esperança de que sairemos desse atoleiro. Há um ano (outubro a outubro) a inflação mensal está acima de 20%!!

Parlamentarista

No Congresso Nacional conversei com algumas pessoas, mas os senadores procurados estavam fora. Fui ao gabinete do senador José Richa e me inscrevi na Frente Parlamentarista. Foi para mim um tanto emocionante tomar esse passo, pois venho de uma família de republicanos e democratas presidencialistas. Sou até bisneto de Campos Salles, ex-presidente da República. Contudo, nestes últimos 60 anos, o presidencialismo, com poucas exceções, foi uma sucessão de crises, ditaduras, governos desastrados ou autoritários etc.

Descentralização

Durante a manhã dei longa entrevista a Fabrício Marques, um dos principais redatores da revista Veja, a de maior tiragem do Brasil. Falei sobre os assuntos ambientais e também sobre a minha visão descentralizada da administração pública. Disse que, a meu ver, caminhamos para uma forma moderna de Federação ou Confederação, em decorrência do princípio da subsidiariedade: as atividades governamentais devem ser feitas pelo nível de poder que puder fazê-las melhor. Isso reforçará muitíssimo os Estados. O poder central ficará com as Forças Armadas, as Relações Exteriores e parte da Economia (Banco Central etc.). Agricultura, Educação, Saúde e Meio Ambiente devem ficar principalmente com os Estados, cabendo à Federação ou Confederação uma atividade supletiva e coordenadora, nesses campos.

Depois do almoço, um fotógrafo da Veja esteve em casa. Ele, porém, era um artista, e tanto fez, caprichou tanto, que Lucia e eu perdemos o avião. Seguimos para Porto Alegre às 19h30. Chegamos sem novidades.

Otimismo

16 janeiro 1994

ITU, SP – Domingo. Descansamos bem. Conversamos longamente sobre o futuro do país. Olavo é bastante pessimista. Sou moderadamente otimista. Penso que se tivermos um ou dois governos razoáveis iremos ao primeiro mundo, ao qual a nossa burguesia (classe média) já pertence.

Patentes, Mercosul e Seringueiros

19 março 1997

RIO DE JANEIRO, RJ – Fui à Fierj – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Numa reunião ambiental ali realizada sob a coordenação de Mauro Ribeiro Viegas, fiz uma rápida palestra, abordando três temas. Expliquei, sobre a Lei das Patentes, que em relação às nossas plantas medicinais o mais importante é investigar os métodos de síntese dos princípios ativos, pois é isso que o que se patenteia. Sobre o Mercosul, disse que não devemos nivelar por baixo a legislação ambiental, mas sim dar tempo ao Uruguai, Paraguai e Bolívia para chegarem onde hoje estamos. A Argentina também está atrasada. Por último, fiz um apelo para que se estudasse como agregar valor à borracha colhida e a outros produtos naturais, pois hoje o seringueiro ganha de 30 a 35 reais por mês, o que é cerca da quarta parte do salário mínimo.

Racionamento

Debate na Globo News sobre a crise energética brasileira

29 março 2001

Havia cinco participantes no Rio de Janeiro, eu em São Paulo e 2 em Brasília. Os demais participantes se concentraram exclusivamente nas questões referentes a um possível racionamento de energia elétrica. As represas estão muito vazias. Este tem sido um ano bastante seco, com muitas chuvas locais, mas com poucas e fracas frentes frias. Nas minhas falas, referi-me às situações de médio e longo prazo. Atribuí a falta de chuvas ao efeito-estufa, ou seja, ao aquecimento climático. Tive que explicar isso e outros detalhes. Disse que a fusão nuclear era uma grande esperança. As pesquisas estão adiantadas. Expliquei que o combustível do futuro seria o hidrogênio. Sua combustão produz água. Falei também que a fissão nuclear, hoje existente, era inaceitável, por lidar com materiais altamente radioativos durante muitos anos.

Redes de decisão

Simpósio Internacional de Projetos Ecológicos de Longa Duração

2 julho 2004

MANAUS, AM – Fiz uma intervenção, numa troca de ideias sobre como influenciar os tomadores de decisões. Disse aos presentes que sempre achei algo estranha a expressão: tomadores de decisão. O que há são redes de tomadores de decisões, tais como: secretários, ministros, Casa Civil e presidente

da República, cada um aprovando e passando para o outro a decisão, pedindo outra aprovação. Disse-lhes, também, que o essencial para influenciar as redes é formar a opinião pública sobre o assunto em causa.

Verdade Inconveniente

Assisti, em Alphaville, junto a Osasco, a pré-estréia de um filme narrado e discutido por Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, sobre o aquecimento climático. Considero o melhor e mais importante filme sobre esse assunto e suas terríveis consequências.

19 setembro 2006

A CORRIDA NUCLEAR E O TERROR
“Fins pacíficos”

Há três dias um Porta-Voz do Itamaraty fez a surpreendente declaração de que o Brasil explodirá um artefato nuclear para “fins pacíficos”. Isso é uma completa loucura, pois vai provocar uma corrida para as armas atômicas em países vizinhos. Ninguém é tão idiota a ponto de acreditar numa bomba “pacífica”.

1º novembro 1979

Marciano perplexo

Reunião das delegações nacionais para finalizar a Declaração de Nairóbi, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

NAIROBI, QUÊNIA – De manhã e à tarde estive no Unep (United Nations Environment Program), para a reunião final comemorativa do 10º aniversário de Estocolmo, sede da primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que criou o Unep.

18 maio 1982

(...) Discutiu-se uma proposta do México e da Suécia, que desejava o desarmamento sem distinguir entre os países que possuem as bombas nucleares e os outros. A Argentina e o Brasil foram contrários a essa moção, por questões de coerência com suas posições em outros foros internacionais. E também por princípio. A proposta Mexicana-Sueca foi vitoriosa, mas muitos países se abstiveram de votar, inclusive o Canadá, a Santa Sé e a maior parte dos europeus-ocidentais. O Brasil, a Argentina, o Peru e a Venezuela votaram contra. As maiores potências nucleares, como os EUA, a URSS e a Grã Bretanha, votaram a favor desse projeto, pois este visava ao desarmamento igualitário, ou seja, sem indicar os verdadeiros responsáveis. A rigor isso seria uma contradição, pois ocidentais e orientais não se entendem entre si nas conferências sobre o desarmamento. Um marciano ficaria perplexo, se não conhecesse certas sutilezas da política internacional. O pessoal do Itamaraty conhece a fundo os quase insondáveis bastidores da política internacional nuclear.

Wishful Thinking

Há dias o Governo Argentino, pelo presidente general Reynaldo Bignone, declarou ter conseguido o ciclo completo dos combustíveis nucleares, ou seja, o enriquecimento do Urânio. Isto significa que eles terão a capacidade de fabricar a bomba atômica. O presidente Figueiredo, que está na

20 novembro 1983

África, deu-lhes os parabéns. Os chefes militares fizeram o mesmo. Contudo, o fato concreto é que os argentinos estão realmente à frente do Brasil, no setor nuclear, o que lhes dá grandes vantagens geopolíticas. Talvez agora muita gente possa compreender melhor a política nuclear brasileira, que visa a um equilíbrio de forças, neste mundo instável e perigoso em que vivemos. Ou a Humanidade efetivamente controla a corrida pelas armas nucleares, ou um dia seremos todos arrasados. Parece-me claro, porém, que não pode haver desarmamento unilateral, pois isso só aumentaria os apetites e, portanto, os riscos. Mas talvez ainda haja tempo para um desarmamento verdadeiro (Wishful Thinking).

Metade morre

24 novembro 1983

À noite, vi na TV Globo cenas de um importante e impressionante filme norte-americano sobre o que acontecerá se houver uma guerra nuclear. Esse filme causou tremendo impacto nos EUA. Por coincidência, os europeus ocidentais estão instalando mísseis de médio alcance e, em conseqüência, os soviéticos abandonaram a conferência de Genebra sobre limitação de armas nucleares. Na Europa Ocidental há grandes manifestações antimísseis. Os soviéticos declararam que vão colocar submarinos com ogivas nucleares junto à costa dos EUA. Tem-se a sensação de que há no ar um grande perigo de guerra atômica. O comentarista do filme disse que essa guerra seria o fim do mundo. Não é bem assim. Mas morreria metade da humanidade, o que já é desgraça mais que suficiente para aterrorizar a todos nós.

Todos perdem

1º setembro 1985

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, fez uma palestra para um grupo de parlamentares. Hoje o Correio Braziliense publicou um resumo, afirmando que o ministro teria dito que o Brasil precisa fabricar a bomba atômica, pois a Argentina está a ponto de fazê-la. É uma loucura dizer uma coisa dessas, mesmo porque isso vai incentivar os argentinos a fabricarem mesmo a sua bomba. Essa é uma corrida na qual todos perdem.

Riscos para gerações futuras

Colóquio Internacional sobre Segurança de Reatores a Água Pressurizada, promovido pela Academia Brasileira de Ciências

11 agosto 1986

RIO DE JANEIRO, RJ – Dos seis membros da mesa-redonda de que tomei parte, exceto eu, todos eram francos partidários das usinas nucleares. Também a quase totalidade do auditório de 300 pessoas era partidária das Usinas Nucleares. O preço da inscrição no colóquio, por pessoa, era de cerca de 400 dólares (10 mil cruzados)!!! Assim, falei num ambiente hostil aos que como eu não apreciam as usinas nucleares de fissão.

Quando foi a minha vez de fazer uso da palavra, tratei de várias questões sérias. As pessoas que correm riscos devem saber quais são. A Constituinte vai regular o processo decisório sobre a instalação de usinas nucleares. É preciso pagar adequadamente os que trabalham nesse terreno. Os riscos da fissão nuclear (usinas) têm diminuído, mas a possível futura proliferação de pequenas

unidades termo-nucleares era um perigo tremendo. Disse também que os custos da desativação de usinas nucleares e os seus riscos precisavam ser considerados. Deveria haver uma previsão para tais custos. Salientei depois que nós estávamos passando às gerações futuras um custo tremendo, pois elas teriam que pagar o monitoramento dos resíduos de alta radioatividade durante centenas de milhares de anos. Isso seria mais caro que o custo de instalação das próprias usinas nucleares. Disse que as futuras gerações iriam dizer que nós fomos muito egoístas, pois usamos essa tecnologia durante uns 50 ou 60 anos quando poderíamos ter esperado o uso da fusão nuclear, a meu ver a grande solução energética do futuro. Há dias os jornais noticiaram que na Universidade de Princeton já havia sido dado um passo decisivo, ao obter 200 milhões de graus Celsius. Estávamos no limiar de uma nova era e, no entanto, egoisticamente em relação às gerações futuras, continuamos a usar um processo (fissão) que as penaliza.

Alerta verde

Reunião comemorativa ao 94º aniversário da Sociedade Nacional da Agricultura

RIO DE JANEIRO, RJ – Redigimos um telex para o presidente Collor, pedindo medidas rigorosas para que o Ibama possa impedir desmatamentos destinados a fornecer lenha e carvão. Trata-se de atividades que poderão ser incrementadas com a falta de gás de cozinha e de combustíveis, devido à guerra no Oriente Médio, 1ª Guerra do Golfo.

17 janeiro 1991

Óbvio

O Brasil finalmente assinou o tratado contra a proliferação de armas nucleares TNP (Tratado de Não Proliferação). Sempre fui a favor desse óbvio tratado, que era, porém, muito criticado pelos setores mais nacionalistas, no Itamaraty e por outros setores. Tem, é certo, o defeito de não obrigar as grandes potências a destruir seus arsenais nucelares, mas apresenta a clara vantagem de deixar o Brasil fora de ameaças nucleares e de preparar o caminho para o fim desse tipo de armamento, em todo o mundo. Já tínhamos um acordo, de não uso de armas nucleares, com a Argentina.

20 junho 1997

O mundo não será mais o mesmo

Hoje ocorreu um terrível ataque terrorista contra os EUA. Quatro aviões grandes, comerciais, foram sequestrados. Dois deles explodiram e incendiaram os dois prédios mais altos de Nova Iorque, as Torres Gêmeas. (...) Ainda não se sabe qual foi o grupo terrorista responsável. Nunca se viu nada parecido na História mundial.

11 setembro 2001

Depois das quase 3 mil mortes causadas pelos atentados terroristas nos EUA, a grande preocupação de todos é saber o que vai acontecer em consequência. O mundo não será mais o mesmo. O Afeganistão, onde o chefe terrorista Bin Laden se esconde, será pressionado a derrubar o governo dos talebans, totalitários, super-radicais, fanáticos, terríveis opressores das mulheres e de pessoas de outras religiões etc., etc. Penso que provavelmente os próprios afegãos derrubarão esse governo. Já existe no norte do país um grupo rebelde importante, a Aliança do Norte.

30 setembro 2001

Paz e ambiente

Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente

3 abril 2003

BRASÍLIA, DF – Na votação das Moções, o representante da ONG Asplan, de Goiás, fez uma moção contra a 2ª Guerra do Golfo, que ora se desenrola, em termos que poderiam significar uma crítica ao Governo. O representante do Exército disse que provavelmente não aceitaria. Pedi a palavra e sugeri que a moção fosse dirigida ao Governo Federal, elogiando seus esforços para a paz e manifestando preocupação pelos efeitos nocivos da guerra em relação ao meio ambiente. Assim foi feito e os militares votaram a favor.

Planeta desestabilizado

18 março 2004

Agora, com o pavoroso atentado cometido há dias em Madrid, que matou 203 pessoas e feriu 1.500, o terrorismo voltou a ameaçar o mundo. Cerca de 2 anos e meio após as explosões em Nova Iorque, que matou mais de 3 mil pessoas, estão novamente desestabilizando o planeta. Em Nova Iorque derrubaram altos edifícios. Na Espanha, explodiram trens com operários, pessoas que iam para o trabalho.

Inspeção

7 abril 2004

Há uma grande polêmica sobre a atitude do Governo Brasileiro de não permitir uma inspeção total por parte dos EUA e da Agência Mundial Nuclear sobre nossa tecnologia de enriquecer urânio-235. A meu ver essa polêmica é inútil, pois ninguém está proibindo o Brasil de usar a tecnologia que criou para produzir urânio 235 enriquecido. O que a Agência Internacional de Energia Atômica quer é apenas o direito de inspecionar de perto a produção desse urânio, para evitar que os países façam às escondidas bombas nucleares. Esse exame no final seria bom para todos os países, evitando guerras nucleares.

UMA IDEOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Muitas pessoas ainda não se deram conta de um fato importante que está se desenvolvendo entre nós. Trata-se da formação e da implementação de uma nova e promissora ideologia política, social, econômica, educacional e fortemente ambiental. É a ideologia do desenvolvimento sustentável, essencial para a erradicação da miséria.

Uma de suas bases mais vigorosas é o mandamento cristão, do amor ao próximo, exposto há mais de 2.000 anos.

Poderíamos dizer que, politicamente, há 200 anos, a ideologia desenvolvimentista dava os seus primeiros passos no Brasil e em Portugal, com várias das preocupações científicas e ideológicas do Patriarca José Bonifácio da Andrada e Silva. Já nos nossos dias, a Comissão Brundtland das Nações Unidas, da qual fiz parte, apresentou, em termos gerais e atuais, essa ideologia sustentável com o livro que editou em 1988, com o nome de Nosso futuro comum.

A minha vida girou, em grande parte, em torno da implantação desses ideais. Ainda recentemente, esses princípios foram, com ênfase também na Educação, apresentados e expostos nos debates que antecederam as eleições de outubro de 2010. Ninguém contestou essas ideias, o que a meu ver já representa uma vitória.

Relatei neste livro, como, em grande parte, essa ideologia de amor, paz e desenvolvimento sustentável foi se firmando e se desenvolvendo. E certamente ainda continuará a se expandir, para nossa alegria e para o bem da Humanidade, inclusive das gerações futuras. Um mundo melhor depende também da Democracia e do mútuo respeito, que está aos poucos sendo construído, às vezes sofrendo alguns solavancos ao longo do caminho, mas seguindo para frente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA NOGUEIRA, Paulo. Minha vida. Diário de 1803 a 1951. Editores: os netos.

BRANDÃO, I. de Loyola e OKUBARO, Jorge J. A vida de Olavo Setúbal. Editora Global. 2008.

BRIGOLA, João C. Domenico Agostino Vandelli, um naturalista italiano a serviço do Brasil e de Portugal. P. 41 – 64 em “O gabinete de curiosidades Domenico Vandelli”. Projeto BNP PARIBAS BRASIL. Editora Dantes. 2008.

CAMARGO, Moro F.; BRIGOLA, João C. KURY, Loreai, PADUA, José Augusto. Colaboração de Andreia Noronha e Carlos Ganen. O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli – Projeto BNP PARIBAS BRASIL. Editora Dantes.

COIMBRA FILHO, A. & Câmara, Ibsen G. Os limites naturais do bioma Mata Atlântica. Editora: F B C N. 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – NAÇÕES UNIDAS. Nosso Futuro Comum. Editora: Fundação Getulio Vargas. 1988.

COUTINHO NOGUEIRA, J. B. O diário de JB. Organizado por Rosana Zaidan. Editora Terra da Gente. 2009.

DOS ANJOS, João A. José Bonifácio, primeiro chanceler do Brasil. Editora: Ministério das Relações Exteriores. 2008.

FORESTA, Ronaldo A. Amazon conservation in the age of development. Editor: University of Florida Press (Gainesville).

FIGUEIREDO, Dom Fernando A. Introdução à patristica vida, obras e doutrina cristã nos primeiros anos da igreja. Editora Vozes. 208 p. 2009.

FRANGETTO, Flávia W. Viabilização jurídica de desenvolvimento limpo (MDL). Protocolo de Kyoto e Cooperação Internacional.

GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. O legado de Franco Montoro. Editor: Fundação Memorial da América Latina. 2008.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Diretor ambiental brasileiro – 17 Edições, Malheiros Editora. 1982 – 2005.

MARTINS, Paulo Egydio. Paulo Egydio conta. Editor: Governo do Estado de São Paulo. 576 p. 2007.

MILARÉ, Edis – 1999. Direito do ambiente – 4ª Edição –Editora Revista dos Tribunais. 1119 p. 2005.

MIRANDA, Evaristo E. Natureza, conservação e cultura. Fotos de Ariano Gambarino. Editora: Metal Livros. 2003.

NEVES, Lucia Maria B. Pereira. Napoleão Bonaparte, Imaginário e Político em Portugal (1808 – 1810).

NOGUEIRA FILHO, Paulo. Cidadão emérito de São Paulo. Homenagens e Biografia. 1960.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. A Guerra Cívica de 1932 (4 volumes). Parte do Conjunto: Ideias e Lutas de um Burguês Progressista. 1965 – 1981.

NOGUEIRA NETO, Paulo. A criação de abelhas indígenas sem ferrão. Editora: Chácara e Quintais. 1953.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Arquitetura das células de cria dos meliponíneo (Tese de Doutorado IB – USP). 1963

NOGUEIRA NETO, Paulo. Criação de abelhas indígenas sem ferrão. 2ª Edição (Novo Texto). Editora Tecnapis. 1970

NOGUEIRA NETO, Paulo. Animais alienígenas, gado tropical, áreas naturais e outros assuntos. Editora Tecnapis e Chácaras e Quintais. 1970

NOGUEIRA NETO, Paulo. A criação de animais indígenas vertebrados. Editora Tecnapis. 1973

NOGUEIRA NETO, Paulo. O comportamento animal e as raízes do comportamento humano. Editora Tecnapis. 1984

NOGUEIRA NETO, Paulo. O estudo dos ecossistemas terrestres a nível geral e Neotropical. Versa experimental. 1988

NOGUEIRA-NETO, Paulo. Estações ecológicas, uma saga de ecologia e de política ambiental. Editora: Empresa das Artes. 1991.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Savanas neotropicais. Uma proposta de taxonomia. Editora Tecnapis. 1991.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Classificação de cerrados – Editor Tecnapis. 1991.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Do Taim ao Chui. Fotografias de Alex Soletto. Editora: Empresa das Artes. 1993.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Vida e criação de abelhas indígenas sem ferrão. Editor: Edição Nogueirapis. 1997.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Inbreeding and breeding small populations of stingless bees. Rev. Bras. Zoologia 10 (4) p. 1181.

NOGUEIRA NETO, Paulo. Breve história da área Jureia – Itatins como unidade de conservação. Capítulo do livro “Estação Ecológica Jureia – Itatins”. Editores: www.holoseditora.com.br – Organizadores: Otavio A.V. Marques & Vânia Duleba p.13-15 – FAPESP, INST. BUTANTAN, BIOTA – OLIVEIRA COSTA, J. P. ; CORREIA, FREDIMAR: MONSÃ, JOÃO BAPTISTA – 2000

– Homenagem a PAULO NOGUEIRA-NETO. Depoimentos. BRASÍLIA – Editor: José Pedro de Oliveira Costa 120 p. 2004

PIVELLO, Vania R. & VARANDA, Elenice M. O Cerrado Pé-de-Gigante. Editor: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 2005.

ROCHA, Ana A.& FELDMANN, Fábio. A Mata Atlântica é aqui. E daí? Editor: SOS MATA ATLÂNTICA. 2006.

SCARANO, FABIO R. As correspondências entre Lineu e Vandelli. Editor: Dantas – Fundação BNP PARIBAS. 2008.

SISSON, S.A. – Século XIX – Escreveu um relato de elogios e fatos referentes ao Visconde de Sepetiba. Faltam porém datas e referenciais à sua vida familiar. Recebi este relato de Tia Vera Oliveira Coutinho, bem encadernado. Pertenceu ao meu Tio José Oliveira Coutinho, descendente do Visconde.

SOUSA, Alberto de. Os andradas – 3 volumes. Tipografia Piratininga. 1922.

TARQUINIO DE SOUSA, Octavio. José Bonifácio. Editora: Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio. 1974.

URBAN, Teresa. Saudades do Matão. Editores: Fundação Mac Arthur e Fundação O Boticário. 1998.

PADUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional. As Origens da Ecologia Política no Brasil. Editora: IUPERJ. 1987.

VIANA, Helio. José Bonifácio. 1943.

AGRADECIMENTOS

Cecilia de La Fuente
Cia. da Terra
Clive Digital
Correios
Digital Point
Estacionamento Jardins Park
Fiesp
Foto Oficial Som e Projeção
Francisca Buffet
Ibérica velas artesanais
Instituto Totum
Imigrantes Bebidas
Invent Propaganda
Jardim do Itaim
Marcus Piaskowy
Mosteiro de São Bento
Musicomm
Sweet Brazil
Tim
Usina Açucareira Esther
Via Lactea Vídeo

Desde longa data tive a ideia de publicar um livro com o uso de uma parte dos meus diários, especialmente os referentes às minhas atividades no campo ambiental. Seria uma contribuição para a história do movimento ambientalista brasileiro. Por volta de 2008, recebi o apoio que muito agradeço de meu amigo Olavo Egydio Setúbal, que providenciou uma valiosíssima ajuda do Itaú para que essa publicação fosse feita. Do seu sucessor Roberto Egydio Setúbal e de sua equipe, também recebi com satisfação a continuação desse grande apoio. Desejo ainda agradecer, no que se refere à este livro, à bem-vinda ajuda das seguintes organizações e pessoas:

HSBC, SOS Mata Atlântica, Natura , Suzano, WWF (co-patrocinadores).

José Carlos Moraes Abreu, Antonio Jacinto Matias e Ricardo Perenzi (Itaú), o pessoal e os editores da Empresa das Artes (Fabio Ávila e Renato Ribeiro do Valle), a FIESP (Paulo Skaf e Walter Lazarini Filho), o Instituto Humanitare (Sheila Pimentel), os membros da Adema-SP e muitos outros colaboradores mencionados neste livro.

FICHA TÉCNICA

Editor
Fábio Ávila

Coordenação Geral
Sérgio Simões

Assistente Editorial
Adriana Matos

Estagiários
Thiago Barreto Gambôa, Thiago Borges

Design Gráfico
Ruth Klotzel / Estúdio Infinito

Assistente de Design
Lígia Cunha

Pesquisa Iconográfica
Laura Carvalho Hércules

Revisão de Textos
Claudia Levy

Arte Final Eletrônica e Produção Gráfica
Willy Kiyoshi Okamoto

Impressão e Acabamento
RR Donnelley

Coordenadora e Consultora
Flavia Frangetto

Ricardo Pedro Guazzelli Rosário, Fernanda Fernandes Gomes Rozo (assistentes)

Edição de Textos Originais
Sávio de Tarso

Bruna Sanches Caricati, Bruno Quaresma Caetano, Francisco Henrique Spagnolo Filho, Natália Horta de Almeida, Orlando Muller da Silva Junior (estagiários)

CRÉDITO DAS IMAGENS

a: alto
ad: alto direita
ae: alto esquerda
c: centro
cd: centro direita
ce: centro esquerda
e: embaixo
ed: embaixo direita
ee: embaixo esquerda
pi: página inteira

Arquivo Pessoal de Paulo Nogueira–Neto
4ae, 4ad, 4cd, 4ce, 4ee, 4ed, 30ae, 30ad, 37ed, 37cd, 148ed, 205e, 211a, 276e, 342e, 378e, 379e, 454ce, 454cd, 481c, 540e, 553e, 761e, 773c, 818e, 839e

Fábio Knoll
8a, 11ed, 18c, 35ae, 40c, 212c, 454e, 616pi

Fundação Bunge
554/555c, 732pi

Instituto de Biociências da USP
282e

International Bee Research Association
27e

Jornal O Estado de São Paulo
707e

Mariana Pabst Martins
7a

Renato Suelotto – SOS Mata Atlântica
305a

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nogueira-Neto, Paulo

Uma trajetória ambientalista : diário de Paulo Nogueira-Neto. -- São Paulo : Empresa das Artes, 2010.

ISBN 978-85-7910-037-6

1. Ambientalistas - Diários 2. Ciências ambientais
3. Conservação da natureza 4. Ecologia 5. Ecologia humana 6.
Meio ambiente - Preservação 7. Natureza 8. Nogueira-Neto,
Paulo I. Título.

10-08837

CDD-304.092

Índices para catálogo sistemático:

1. Ambientalistas : Diários 304.092